PERFIS PARLAMENTARES 18

PLÍNIO SALGADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – 1982

Presidente: NELSON MARCHEZAN
1º-Vice-Presidente: HAROLDO SANFORD
2º-Vice-Presidente: FREITAS NOBRE
1º-Secretário: FURTADO LEITE
2º-Secretário: CARLOS WILSON
3º-Secretário: JOSÉ CAMARGO
4º-Secretário: PAES DE ANDRADE

SUPLENTES DE SECRETÁRIOS

1º-Suplente: SIMÃO SESSIM
2º-Suplente: JOEL FERREIRA
3º-Suplente: LÚCIA VIVEIROS
4º-Suplente: JACKSON BARRETO

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário-Geral: PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA

DIRETORIA-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretor-Geral: ALTEREDO DE JESUS BARROS

I – VOLUMES IMPRESSOS

1 – José de Alencar
2 – Carlos Peixoto Filho
3 – Nunes Machado
4 – José Antônio Saraiva
5 – Affonso Celso (Visconde de Ouro Preto)
6 – Francisco Campos
7 – Epitácio Pessoa
8 – João Neves da Fontoura
9 – Zacarias de Góis
10 – Otávio Mangabeira
11 – Gilberto Amado
12 – Teófilo Ottoni
13 – José Bonifácio, o Moço
14 – Silveira Martins
15 – Leopoldo de Bulhões
16 – Raul Pilla
17 – Castro Pinto

II – PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

– Pedro Aleixo
– Flores da Cunha
– Martim Francisco
– Cansanção de Sinimbu (Visconde de Sinimbu)
– Bernardo Pereira de Vasconcelos
– Rui Barbosa
– Cândido Mendes de Almeida
– Getúlio Vargas
– Nabuco de Araújo (Conselheiro Nabuco)
– Carneiro Leão (Marquês do Paraná)
– Nereu Ramos
– San Thiago Dantas
– Odilon Braga
– Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)
– Batista Luzardo
– Agamenon Magalhães
– Carlos Lacerda
– Djalma Marinho

PLÍNIO SALGADO



Nasceu em São Bento do Sapucaí, SP, em 1895, e faleceu em São Paulo, SP, em 1975.
Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo (1926-1930).
Deputado Federal (1955-1959, 1959-1963, 1963-1967 e 1967-1971).

PERFIS PARLAMENTARES 18

PLÍNIO SALGADO



DISCURSOS PARLAMENTARES

Seleção e introdução
Gumercindo Rocha Dorea

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BRASÍLIA – 1982

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretoria Legislativa
Diretor: *G. Humberto Barbosa*

Centro de Documentação e Informação
Diretor: *Aristeu Gonçalves de Melo*

Coordenação de Publicações
Diretora: *Maria Liz da Silva Braga*

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DESTE TRABALHO:

Levantamento e organização dos originais: Maria Laura Coutinho (Supervisão) e Darcy Maria Gasparetto Camargo; Atualização ortográfica e revisão: Alcides José Kronenberger, Ana Izabel F. F. Wanderley, Cármem Guimarães Amaral, Iara Araújo Alencar Aires, Jesus Barros Boquadi, Lúcia Idalina Narciso Soares, Luís Antônio Violin, Luiz Antônio Batista Machado, Margarida M.ª Bevilacqua de Lisboa Vaz, Maria Helena Pimentel Reis, Mary Fonsêca Guimarães, Neuza Madsen Arruda e Sônia Lacerda Fleury; Indexação: Arithozina Moreira Silva, Eni M.ª Araújo Serzanink, Joana D'Arc F. de Souza e Silva, Maria Dóris R. de Vasconcelos Maia, Maria Lélia de Amorim, e Sanclé Campos Lima.

CAPA:
Tela de *OTTO CAVALCANTI* , 1955

Salgado, Plínio.
Discursos parlamentares; sel. e intr. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.
982p. (Perfis Pasrlamentares, 18).

I. Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. II. Dorea Gumercindo Rocha. III. Série. IV. Título.

CDU – 042 Salgado Plínio:
CDU – 328(81) (042).

SUMÁRIO

Pág.

APRESENTAÇÃO: Deputado *Nelson Marchezan*, Presidente da Câmara dos Deputados 15

INTRODUÇÃO: *Gumercindo Rocha Dorea* 19

DISCURSOS

I

Presença de Cristo

Comemoração do Dia de Ação de Graças. Análise do Homem, da Ciência e do mundo contemporâneo (30-11-1961) 43

Entronização da imagem de Cristo no plenário da Câmara dos Deputados (13-6-1960) 51

II

Política Nacional

1. Problemas Doutrinários e Problemas Partidários

Presença do Integralismo na vida política brasileira e raízes da crise contemporânea (15-4-1959) 66

Pág.

Alianças partidárias, crise e vitalidade dos partidos políticos (17-11-1959) 101
Política e administração (28-11-1959) 114
Encerramento da Legislatura de 1959, último ano em que a Câmara dos Deputados funcionou no Rio de Janeiro (15-12-1959)..... 119
O Partido de Representação Popular e a sucessão presidencial (22-2-1960) 124

2. A Câmara Orgânica

Necessidade de modificação na estrutura político-administrativa do Estado brasileiro (10-10-1959) 128
Defesa da Emenda Constitucional que cria a Câmara Orgânica (13-1-1967) 142
Projeto de Emenda Constitucional n.º 609 (15-12-1966)..... 154

3. Crise Político-Militar

Defesa do Congresso Nacional e conspirações (25-8-1961)..... 165
Carta ao Marechal Odylio Denys sobre a posse do Vice-Presidente da República João Goulart (28-8-1961) 166
Pelas conclusões da Comissão Mista favoráveis à posse de João Goulart e pela emenda parlamentarista (30-8-1961) 171
Parlamentarismo – I, II e III (1, 2 e 5-9-1961) 175
Homenagem a Ranieri Mazzilli (13-9-1961) 191

4. Crise no sistema parlamentarista

Nega aprovação ao nome de San Thiago Dantas para Primeiro-Ministro (28-6-1962)..... 193
Aprova o nome do Senador Auro de Moura Andrade e defende o Parlamento como único modo de captar a opinião pública (2-7-1962) 199
Rejeita o nome do Professor Brochado da Rocha (9-7-1962) 203
Explica atitude pessoal, como Líder do Grupo Parlamentar dos pequenos partidos (12-7-1962) 208
Nega aprovação ao Gabinete Brochado da Rocha (13-7-1962)..... 212
Analisa o Parlamentarismo e nega aprovação ao nome do Professor Hermes Lima (28-12-1962) 215
Analisa o pronunciamento do Professor Hermes Lima e tece considerações sobre a liberdade de votação no Parito de Representação

Popular (6-12-1962) 217
Encerramento da Legislatura de 1962 e defesa do Parlamento (15-12-1962) 221
Homenagem a Ranieri Mazzilli (30-4-1963) 224

5. Pródromos da Revolução de 1964

Analisa a desordem nacional/internacional e considera a responsabilidade do Poder Legislativo (26-9-1963) 226
Pronuncia-se contra a demagogia governamental (30-9-1963) 234
A desordem no sistema presidencialista e o estado de sítio (7-10-1963) 236
Advertência às "esquerdas" (24-10-1963) 239
O povo brasileiro, a reforma agrária, o voto do analfabeto, a guerra revolucionária e a legalização do Partido Comunista (28-2-1964) ... 249

6. A Revolução de 1964

Posição do Partido de Representação Popular quanto à eleição do General Castello Branco para Presidente da República (12-4-1964) 257
Homenagem a Ranieri Mazzilli (22-4-1964) 259
Atuação de IPMs e acusações gratuitas (21-11-1964) 261
Intervenção em Goiás e a autonomia dos Estados (29-11-1964) 264
Oração congratulatória pelo encerramento da Legislatura de 1964 (1-12-1964) 266
A extinção dos pequenos partidos (25-5-1965) 272
A exigência de quatro anos de domicílio eleitoral (4-6-1965) 275
Panorama do Direito Constitucional, análise do Projeto de Constituição enviado pelo Presidente da República e defesa da Emenda referente à criação da Câmara Orgânica (22-12-1966) 276
Razões relacionadas com as possibilidades de candidatar-se ou não às eleições e a missão da imprensa (23-5-1974) 288
Despedida da vida parlamentar (3-12-1974) 302

III

Política Internacional

Viagem do Presidente da República a Portugal (23-10-1959) 317
Presença do Presidente Eisenhower no Brasil (25-2-1960) 319

Pág.

Colonialismo no mundo contemporâneo e o caso do navio *Santa Maria* (6-2-1961) 327
A UNESCO e a debilidade do mundo atual (10-4-1961) 358
O império capitalista soviético (3-7-1961) 376
O escandaloso caso da Ucrânia (24-7-1961) 392
Relações com a URSS e a política externa do Presidente Jânio Quadros (23-8-1961) 395
Reatamento de relações diplomáticas com a URSS (29-11-1961) 411
Autodeterminação dos povos e a remessa de tropas para a República Dominicana (18-5-1965) 434
Homenagem ao Príncipe herdeiro do Japão, S.A. Imperial Akihito e sua esposa Michico (23-5-1967) 439

IV

História

Os mortos da Revolução de 1938 (em aparte ao Deputado Abelardo Jurema (5-7-1959) 455
Mudança da Capital da República (13-4-1960) 458
Trigésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira e atualidade de seus princípios filosóficos (6-4-1962) 465
Centenário da Batalha do Riachuelo (10-6-1965) 487
O Grito do Ipiranga (6-9-1971) 496
Quadragésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira (10-10-1972) 505
Origens e evolução do Parlamento: oração em homenagem ao sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil (5-9-1973) 520

V

Educação e Cultura

Diretrizes e bases da Educação (3-6-1959) 537
O livro e a cultura (3-6-1959) 552
Dia da Bandeira (19-11-1963) 564
O caráter histórico-político dos Símbolos Nacionais (13-2-1968) 566
O verdadeiro espírito da juventude e o problema da "esquerda" e da "direita" no Brasil (15-10-1968) 569
A "Semana de Arte Moderna" no seu cinqüentenário (10-5-1972) 571

Pág.

VI

Economia

Problemas econômicos do Brasil, o imperialismo soviético e o pragmatismo norte-americano (12-6-1959) 585
Remuneração condigna, a verdade cambial e o café (27-4-1961) 594
O problema do capital estrangeiro (29-11-1961) 598
Abono de Natal para os trabalhadores (12-12-1961) 599

VII

Reforma Agrária

Necessidade, para o Brasil, de uma ampla e profunda Revolução, e seu relacionamento com o problema da terra (2-4-1963) 603
Exposição em torno do Projeto de Lei Agrária, o problema da terra e a valorização do homem (29-4-1963) 613
Ampla exposição em torno do Fundo Nacional para a Reforma Agrária (20-8-1963) 621
Ainda sobre o Fundo Nacional para a Reforma Agrária (6-6-1963) 629
Posição perante o problema da desapropriação de terras e modificação da estrutura agrária brasileira (24-7-1963) 632
Ainda o problema da terra, votação contra Emenda Constitucional e apelo a São Paulo (1-10-1963) 634
Viagem ao distrito siderúrgico de Minas Gerais (8-10-1964) 637

VIII

Projetos

Projeto n.º 277/1963 – Dispõe sobre uma nova estrutura agropecuária no País (9-5-1963) 647
Projeto n.º 486/1963 – Cria o Fundo Nacional para a Reforma Agrária (14-6-1963) 667
Projeto n.º 606/1963 – Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito para auxiliar o Hospital Evangélico de Curitiba (3-7-1963) 677
Projeto n.º 1.711/1964 – Cria o Ministério do Turismo e Informações (18-2-1964) 680
Projeto n.º 2.863/1965 – Autoriza a transladação dos restos mortais dos Príncipes das Casas Real e Imperial do Brasil para a Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (8-6-1965) 691

Pág.

IX

Homenagens

Leôncio Correia (1-9-1959) 695
Dom Afonso Henriques (22-10-1959) 698
Menotti del Picchia (12-12-1959) 700
Alécio Moreira Gomes (7-3-1961) 701
Nélson Omegna (30-6-1962) 703
General Olímpio Mourão Filho (23-4-1964) 705
Professor Antônio Eufrásio de Toledo e D. Maria do Carmo Leite Toledo (27-8-1973) 708

X

In Memoriam

Magalhães Barata (29-5-1959) 715
Jorge Lacerda, Nereu Ramos e Leoberto Leal (16-7-1959) 716
Newton Braga (17-8-1959) 719
Gustavo Barroso (4-12-1959) 721
Lameira Bittencourt (26-1-1960) 727
Osvaldo Aranha (14-2-1960) 728
Alberto Pasqualini (6-6-1960) 733
Pimenta da Veiga (23-8-1960) 735
Carlos Luz (9-2-1961) 737
Borges de Medeiros (25-4-1961) 739
Silva Prado (25-5-1961) 742
Gabriel Passos (20-6-1962) 745
Fernando Ferrari (23-5-1963) 747
Ribeiro Couto (31-5-1963) 749
João XXIII (3-6-1963) 751
John Kennedy (26-11-1963) 754
San Thiago Dantas (10-9-1964) 758
Horácio Lafer (1-7-1965) 763
Assis Chateaubriand (17-4-1968) 765
Tasso da Silveira (10-12-1968) 768
Oliveira Salazar (5-8-1970) 773
Loureiro Júnior (5-5-1971) 780
Olímpio Mourão Filho (10-6-1972) 784

ATUAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(Pareceres)

Projeto n.º 59-A/59 – Concede verba para as comemorações do centenário de Miritiba, MA 799

Projeto n.º 2.645/61 – Reestrutura a Universidade do Pará 801

Projeto n.º 3.640-A/66 – Denomina a data de 7 de setembro como "Dia da Independência" 807

Projeto n.º 860/67 – Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais 810

Projeto de Decreto Legislativo n.º 18-A/67 – Aprova a Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino..... 811

Projeto n.º 792-A/67 – Erige a cidade de Cananéia, SP, em monumento histórico e artístico nacional 815

Projeto n.º 766-A/67 – Propõe a extinção da Loteria Federal..... 820

Projeto n.º 817-A/67 – Propõe a ereção de uma estátua ao Duque de Caxias 827

Projeto n.º 2.183-A/70 – Institui o "Dia Nacional das Artes" 830

Projeto n.º 2.140/70 – Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" 834

Projeto de Decreto Legislativo n.º 135/70 – Dispõe sobre a execução do art. 153, § 8.º, parte final, da Constituição Federal 839

Projeto de Lei n.º 204-A/71 – Cria o "Festival Olímpico das Tribos Aborígenes do Mundo Ocidental" 853

Projeto n.º 352-A/71 – Cria o "Banco do Livro" nos estabelecimentos de 1.º e 2.º graus..... 865

Projeto n.º 340-A/71 – Dispõe sobre o ensino no Exército..... 868

Projeto de Lei n.º 621-A/72 – Institui a "Semana da Música Brasileira" 878

Projeto de Lei n.º 1.041-A/72 – Dispõe sobre o ensino da língua latina nas escolas de 1.º grau 883

Projeto de Lei n.º 1.059-A/72 – Admite novas experiências para habilitações profissionais 889

Projeto de Decreto Legislativo n.º 124-C/73 – Aprova os textos do Acordo para o fomento do livro na América Latina 893

Projeto de Lei n.º 1.297-A/73 – Estabelece exigências para que os livros de História do Brasil e de Educação Moral e Cívica incluam em seu contexto capítulos referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário ... 896

Projeto de Lei n.º 1.523-A/73 – Inclui, nos currículos das Faculdades de Odontologia, a cadeira de Hipnologia 903

Projeto de Lei n.º 1.679-A/73 – Indica o nome de Carlos Gomes para patrono da música erudita do Brasil 907

Projeto de Lei n.º 2.090-A/74 – Indica os nomes de Pedro Américo e Cândido Portinarri para, respectivamente, patrono da pintura clássica e patrono da pintura moderna do Brasil 912

ILUSTRAÇÕES 919

ÍNDICE DE ASSUNTOS 933

ÍNDICE ONOMÁSTICO 963

APRESENTAÇÃO

Deputado *Nelson Marchezan*
Presidente da Câmara dos Deputados

APRESENTAÇÃO

Deputado Aldo
Presidente da Câmara

A edição da série "Perfis Parlamentares" pela Câmara dos Deputados tem profunda significação, porquanto representa um esforço a mais – e frutuoso, temos certeza – no sentido de pôr em relevo o nome, a obra e a vida daqueles que por sua atuação nesta Casa do Congresso Nacional se tenham distinguido.

A Câmara dos Deputados, com o lançamento do presente volume de "Perfis Parlamentares", dá prosseguimento a esta série, cuja repercussão tornou-se digna dos maiores elogios, porque vem ressaltar o inolvidável esforço de ex-companheiros que muito fizeram pelo engrandecimento do Poder Legislativo.

A Câmara dos Deputados reaviva, no cenário brasileiro, com fundamento na ação parlamentar de alguns de seus mais ilustres membros, o que tem sido, ao longo de mais de 150 anos, a contribuição do Poder Legislativo, acentuadamente a desta Casa do Congresso Nacional, à vida política, social e econômica do País.

Reunindo discursos selecionados, pareceres e projetos mais significativos, procura-se mostrar a participação e influência no esclarecimento e solução de problemas nacionais, ou ainda por outros aspectos que hajam distinguido esses representantes do povo brasileiro como personalidades excepcionais de nossa história e de nossa cultura, os "Perfis Parlamentares" irão por certo fazer com que as novas gerações se apercebam melhor do papel que, como instituição, cabe ao Legislativo desempenhar.

Ao lado da dimensão histórica, o ponto de referência será principalmente o da atuação parlamentar, ou seja, o do legislador.

Esse trabalho, sem dúvida, haverá de interessar a políticos, a pesquisadores, a estudiosos de nossas instituições, aos meios acadêmicos, pois, a par do valor intrínseco dos discursos selecionados, há informações para muitos inéditas.

A Câmara dos Deputados cumpre uma relevante função cultural, ao mesmo tempo em que divulga a contribuição que, como instituição, tem dado para o estudo e a solução de problemas nacionais, no passado como em nossos dias.

É a palavra que se faz sentir mais nítida: para a grandeza e o fortalecimento do Poder Legislativo, a cuja tarefa não faltaram o exemplo e a obra dos que já foram e que são lembrados para sempre, pela Câmara dos Deputados.

São confiados a políticos, a escritores, a cientistas políticos e a professores universitários os trabalhos de seleção dos discursos e demais matérias que integram o volume, além de uma introdução que visa a estabelecer uma ponte entre as figuras perfiladas e as novas gerações interessadas em conhecer o Poder Legislativo.

Atendendo a convite desta Presidência, o Prof. *Gumercindo Rocha Dorea* encarregou-se dos trabalhos de introdução e seleção dos textos deste volume, cuja cultura concorreu para um trabalho do mais alto nível.



Deputado NELSON MARCHEZAN
Presidente

INTRODUÇÃO

Gumercindo Rocha Dorea

"Quem estudar o comportamento do homem só do exterior, nos gestos e sinais que oferece a um observador que procura nada ler além do que observa e registra, é negar todo um lado da realidade social que constitui um conjunto de fatos tão verdadeiros e tão reais quanto os que se podem observar do exterior. A motivação do sujeito que age, as idéias e imagens de que se inspira, os sentimentos que o animam, os ideais que persegue, as angústias e receios que o consomem, são outros tantos elementos que é preciso fazer entrar em um modelo explicativo dos comportamentos observáveis."

Guy Rocher, *Talcott Parsons e a Sociologia Americana*, trad. de Olga Lopes da Cruz, Liv. Francisco Alves Editora S/A, Rio de Janeiro, 1976.

INTRODUÇÃO

É perfeitamente dispensável tecer elogios a esta excepcional medida do Poder Legislativo – editar volumes dedicados aos vultos que têm marcado a sua existência no decorrer dos anos.

Acentue-se, porém, o "excepcional" da iniciativa, pois, hoje mais do que nunca, necessário se torna deixar ao alcance dos pesquisadores – e principalmente das novas gerações – os pronunciamentos daqueles que marcaram fundo a vida política do País, nas diversas etapas de sua evolução histórica.

Vultos há, de tão marcante passagem pela tribuna parlamentar – ou em outros recintos e nas praças públicas –, que os volumes a eles dedicados se converterão em instrumentos da mais alta significação, não só para os estudiosos universitários – quando já a figura investigada se torna motivo de tese – quanto para os continuadores de suas lutas ou apenas companheiros fiéis.

Este é o caso de Plínio Salgado: razão de ser de inúmeros trabalhos – especialmente de adversários do seu pensamento político – e manancial inspirador de discípulos ou seguidores. A todos, este volume é dedicado. E esta introdução sumária não se estenderá além do que considerarmos indispensável para situar a sua figura e obra no contexto intelectual e político do panorama brasileiro, em pinceladas rápidas, mas definidoras de sua presença marcante. O fundamental do presente tomo é trazer aos seus leitores os inúmeros pronunciamentos de Plínio Salgado, discursos e pareceres, e neles constatar-se o estadista consciente de sua missão e a ela se entregando, em plenitude, numa continuidade ininterrupta de toda uma vida dedicada à modificação das estruturas do Estado brasileiro e do bem-estar de nosso povo.

• • •

É de todos sabido que Plínio Salgado produziu uma obra de grande vulto – dificilmente cotejável com qualquer outro escritor ou político brasileiro, vivo ou morto –, de importância extraordinária, pode-se muito bem afirmar, dela se destacando a trilogia composta de *O estrangeiro, O esperado e O Cavaleiro de Itararé*, romances todos de uma flagrante atualidade, não só por sua feição literária[1], como por seu aspecto político-social, constituindo-se, todos eles, como que num manifesto único de sua atuação na vida pública brasileira – pois traduzem, indiscutivelmente, a sua vivência política, revestida de um aparato literário reconhecido de alto valor, o que lhe permite o assento inquestionável na história de nossas letras. Isto lhe trouxe, porém, o ser amado por muitos e odiado por outros tantos, confirmando desta maneira dizeres de Joaquim Nabuco, dono de vida e experiência semelhantes: "Assim como a religião requer o batismo d'água, e a guerra o do fogo, assim a política exige o batismo do ódio.

Aquele que não o tiver recebido não pode aspirar ao triunfo. Os insultadores empurram, sem o saber, encosta acima, o carro que os entusiastas, sem auxílio, não poderiam arrastar"[2].

Culmina, porém, a obra literária de Plínio Salgado – e política, sem sombra de dúvida – com a sua *Vida de Jesus*, hoje em vigésima primeira edição, já traduzida para o espanhol e italiano, a despeito de todo o silêncio que envolve a sua trajetória na vida cultural brasileira.[3]

A gigantesca produção intelectual de Plínio Salgado não se esgota em sua obra literária. Estudioso acostumado ao manuseio de documentos que informam as suas conclusões referentes aos fatos históricos, envereda pela filosofia, para melhor sedimentar a sua presença como partícipe e fazedor, também, da própria História. Os seus ensaios, neste setor, aí estão, esgotados ou reeditados, alguns já relançados e portanto ao alcance de quem pretenda mergulhar, com honestidade, em suas páginas. Plínio Salgado procedia, seguindo o modelo de Tácito, *sine ira et studio*, técnica ratificada, hoje, por grandes investigadores da vida dos homens e de suas obras, e que poderíamos aqui representar na figura há pouco desaparecida de Talcott Parsons, buscando em seu exemplo o apoio indispensável para bem esclarecer de como se deve proceder na análise dos fatos sociais, e, por que não?, dos intelectuais também: "O universo científico comporta uma ética particular à qual o pesquisador deve submeter sua ação enquanto pesquisador. Deve, por exemplo, aceitar a primazia da verdade e da honestidade intelectual na pesquisa"[4].

O recinto fechado de uma sala de estudos, ou de uma biblioteca, não constitui o campo único onde se desenrolarão as batalhas de Plínio Salgado. O verbo, com todo o seu poder, é o outro grande veículo através do qual disseminará ele a sua mensagem, inclusive quando no Exílio, em terras lusitanas. Tribuno dotado de incomparáveis qualidades, foram sem conta as platéias que, galvanizadas por uma palavra de poderosa força comunicativa, para ele se erguiam em demorados aplausos, em vibrantes e repetidos aplausos, tanto no decorrer das campanhas políticas levadas a efeito pela Ação Integralista Brasileira quanto, posteriormente, no retorno do Exílio, novamente percorrendo o mapa da Pátria numa pregação incansável. (Eis uma pergunta a ser respondida: teria Rui Barbosa percorrido tantos recantos do Brasil quanto Plínio Salgado o fez?) Todos os grandes teatros tiveram-no como orador em momentos solenes, políticos ou culturais. As grandes praças das capitais brasileiras assim como os pequenos logradouros dos mais distantes vilarejos ovacionaram-no, repletos de ouvintes – seus seguidores ou não – cujo entusiasmo era irreprimível.

Perante a Câmara dos Deputados, onde muitos não o conheciam como dono da grande arte que é a oratória, Plínio Salgado demonstrou a plenitude de seu talento tribunício, desde os primeiros instantes em que

pronunciou o seu famoso discurso, o primeiro no plenário do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, marcante sob todos os aspectos (conforme testemunha a imprensa da época), até ocasiões especiais, como, por exemplo, quando interpretou o sentimento do Povo brasileiro, e de seus representantes, nas comemorações do centenário da Batalha do Riachuelo, hora confessada como indescritível por todos os que assistiram, e que permitiu, a Plínio Salgado, no seu discurso de despedida, reconhecê-la como o "ponto mais alto" de sua vida parlamentar: "... quando Senado e Câmara, ministros militares e altas personalidades aplaudiram-me, de pé, com lágrimas nos olhos. Nunca me esquecerei!"

Mergulhando-se nos seus pronunciamentos, é irrecusável a constatação de que em raríssimas oportunidades de sua existência teve o Parlamento brasileiro a chance de, através de um de seus pares, assistir a análises tão percucientes como as que Plínio Salgado a todos proporcionava, quando lhe era concedida a palavra, "usando aquelas altas qualidades de escritor, apanágio de sua poderosa formação intelectual", nas palavras de Geraldo Freire (sessão do dia 3-7-1961). Dotado de memória extraordinária, erudição consolidada na complementação de sua própria mensagem, pronta resposta, frase concisa ou expositiva – mas clara e corrente, jamais perdendo a linha do raciocínio, mesmo quando respondendo às calúnias e iniqüidades que lhe eram atiradas por aqueles que flanqueavam os seus discursos, incapazes – os detratores – de enfrentá-lo com a honestidade intelectual de que dava tão singular exemplo, a presença de Plínio Salgado na tribuna dava lugar a manifestação como a do Deputado Norberto Schimidt: "Sr. Presidente, Srs. Deputados, confesso a Vossas Excelências que depois do magnífico, do extraordinário e do sentimental pronunciamento do nosso brilhante colega, Deputado Plínio Salgado, eu não deveria falar neste momento. Os seus fatos, as suas razões, os seus argumentos são tão convincentes, que nos tiram o ânimo praticamente para usarmos a palavra em seguida à sua." (Sessão do dia 10-9-64, após o discurso de Plínio Salgado sobre San Thiago Dantas.)

* * *

Das dezenas de anos dedicados à vida pública, aproximadamente vinte foram vividos por Plínio Salgado como integrante do Poder Legislativo. O seu primeiro momento exerceu-o na Assembléia Legislativa, em São Paulo, de 1928 a 1930, sob os reflexos de uma glória literária evidente, pois que, em 1926, tivera lançado *O estrangeiro*, com edição esgotada em vinte dias, recebido que fora pela crítica e pelo público como a obra mais expressiva da literatura modernista brasileira. De redator do órgão do PRP, através de cujas colunas publicara editoriais que marcaram a paisagem da cultura política de então, a

deputado estadual, a transformação se daria por intermédio de Júlio Prestes, então Presidente do Estado bandeirante.

J. Chasin, em seu compacto volume[5], dedica inúmeras páginas à atuação de Plínio Salgado como representante do eleitorado paulista, chamando a atenção para as orações por ele pronunciadas na época: voto de pesar pelo falecimento de Carlos de Laet, discurso sobre "contratos entre o Estado e banqueiros estrangeiros", voto de pesar pelo falecimento do Senador Bueno de Paiva, campanha de brasilidade, projetos referentes à cultura de fumo no Estado e problemas de gado bovino, voto de pesar pelo falecimento de Luis Murat, o Rio Grande do Sul e a sucessão presidencial e, por fim, o projeto que premiava o autor de um livro apropriado à leitura do quarto ano dos grupos escolares.

O segundo momento de Plínio Salgado, como legislador, se daria em circunstâncias totalmente diversas: retornara ele de Portugal, do Exílio que lhe fora imposto por Getúlio Vargas[6], por não ter aceitado um Ministério – o da Educação –, e também por não ter concordado com os princípios da carta constitucional elaborada por Francisco Campos e imposta ao povo brasileiro pelo golpe de estado que então fora dado.

Entre esses dois estádios de sua vida parlamentar, viu Plínio Salgado sucederem-se diversos eventos históricos:

– a revolução de outubro de 1930, quando se encontrava na Europa, como preceptor de um jovem filho de abastada família paulista[7];

– a eclosão da "revolução constitucionalista", de 1932, em cujos primórdios vivera, no redemoinho dos "clubes", "legiões" e "congressos revolucionários" que surgiram no País, ao tempo em que criava a SEP – Sociedade de Estudos Políticos;

– funda a Ação Integralista Brasileira, através do Manifesto que veio à tona no dia 7 de outubro de 1932, para cuja divulgação realizou uma extensa e profunda peregrinação cívica por todo o Brasil, doutrinando e despertando mentalidades que aceitavam o seu breviário e se tornavam novos apóstolos da idéia, atraindo, assim, uma parcela imensa do Povo brasileiro para o seu movimento político[8];

– promulgação da Carta de 1934;

– explosão da insurreição comunista de 1935;

– é candidato à Presidência da República (após um plebiscito interno, levado a efeito em todo o Brasil, no âmbito da AIB), juntamente com José Américo de Almeida e Armando de Salles Oliveira;

– sofre a chantagem da utilização do denominado "plano Cohen", através da qual se implanta o "Estado Novo" no Brasil[9];

– sofre as conseqüências de uma revolta, logo denominada "integralista", realizada sem conexão com os planos de um grande movimento nacional de restauração democrática que se ergueria contra a ditadura

getuliana, e liderada, entre outros, por Otávio Mangabeira, Flores da Cunha, Júlio de Mesquita Filho, Euclides Figueiredo, Armando de Salles Oliveira, o próprio Plínio Salgado, o General Castro Jr. – que seria o Chefe da Junta Governativa[10];

– juntamente com outros líderes, é exilado ("Há poucos homens em política – diz Joaquim Nabuco em *Minha formação* – que prefiram cair por seus princípios a sofismá-los para ficar de pé.");

– acompanha, impotente, a perseguição inclemente a milhares de seus companheiros de ideal, não obstante o procedimento de alguns que aceitaram colaborar com o "Estado Novo".

No Exílio, lutou Plínio Salgado contra doença tenaz. Vencedor, passa a fazer conferências de caráter filosófico e religioso, vivendo, sem dúvida, emotivas horas de glória como orador e escritor, já que a *Vida de Jesus* – e inúmeras outras obras, recebidas com os maiores elogios pela intelectualidade lusitana e pelos leitores portugueses – lhe proporcionava este galardão[11].

* * *

A presença de Plínio Salgado, no decurso de dezesseis anos na Câmara Federal, permitiu-lhe que, no mais representativo plenário do Brasil, tomasse a defesa de seu pensamento e de sua atuação direta na História. Acentuaremos, aqui, alguns desses momentos: o da defesa dos pequenos partidos e a luta pela apresentação do seu objetivo máximo – o de modificar a estrutura da vida pública brasileira.

Presidente do Partido de Representação Popular, um "partido de idéias", levantou a sua voz quando, após o 31 de março de 1964, as pequenas agremiações foram sumariamente cassadas. Decapitava-se, desta forma, uma parcela da inteligência política nacional, e impunha-se ao País a máscara bifronte do bipartidarismo que, de tão artificial e alheio à verdadeira constituição de nosso Povo, não mais existe.

Já não vivia mais Plínio Salgado quando se esboroou a fórmula bipartidária. E não veria ele a reincidência do erro com a solução apresentada em 1980, que também deixou de reconhecer o direito de defenderem as suas idéias àqueles que não se sentem realizados compondo apenas uma grande massa eleitoral...

Imaginemos, porém – porque este é um modo de se fazer história –, que atualmente fosse permitida a conjugação de forças homogêneas em agremiações de pequeno porte, tal como sucede em países europeus. Quantos discípulos de Plínio Salgado, ou de Raul Pilla, homens de doutrina e líderes

políticos que se constituem em paradigmas para todos os novos legisladores que se elegem como representantes do Povo, não teriam, hoje, oportunidades inúmeras de lutar pelo ideário que defendem, e que poderiam, conseqüentemente, apresentar projetos com um perfil próprio? Três ou quatro deputados – um só que fosse! –, cientes de sua missão, imbuídos de uma doutrina sólida, teriam a possibilidade de se definir particular e globalmente no tocante a qualquer problema brasileiro de nossos tempos – e que não apresenta uma solução única. Não existindo a agremiação independente, por menor que seja, os deputados, que não comungam no vasto e movediço horizonte das grandes organizações partidárias, mas que a elas, forçosamente, devem adaptar-se, desaparecem sumariamente, alguns até invejosos a assistir, como na Itália, à existência de partidos que, possuindo ontem somente quatro representantes, hoje detêm dezoito cadeiras para a luta por suas idéias no Parlamento romano.... E por que não invejar também a Portugal, com o seu pequeno Partido Popular Monárquico? Aliás, por que constituir-se em norma constitucional a ditadura da república, como sucede no Brasil? Como explicar-se, quase cem anos passados de sua derrubada, o medo ao Império?

* * *

Defensor – inúmeras são as vezes que assim procede nas suas intervenções na Câmara dos Deputados – da representatividade popular, Plínio Salgado jamais reconheceu a sua autenticidade na forma como ela foi imposta pelo sistema republicano no Brasil. E todas as convulsões político-sociais daí decorrentes bem caracterizam os noventa e poucos anos de República em nosso país. Pretendendo, entretanto, uma substancial modificação, Plínio Salgado deixa bem definida a sua plataforma que, inegavelmente, demonstra a evolução de seu pensamento político:

> "O tipo de representação que preconizo não é aquele que extingue o atual tipo de representação política. Absolutamente. Durante vinte e cinco anos de cristalização deste pensamento filosófico e de clarificação das minhas idéias, cheguei à conclusão de que os partidos políticos são também grupos naturais e que, portanto, devem ter a sua representação como atualmente se verifica. Mas, o que afirmei e continuo a afirmar é que a Nação não é verdadeiramente representada através dos órgãos vitais que a compõem."

A proposta de Plínio Salgado tem hoje ampla aceitação, apresentada por diversas formas, seja por pronunciamentos de representantes das classes produtoras, ou de políticos, como o denominado "comunitarismo" do Senador Franco Montoro, encontrando a mais plena atualidade nas palavras de Goffredo da Silva Telles Jr.:

"Hoje estamos convencidos de que o regime representativo clássico está superado. Hoje, o povo deve estar em contato direto com o governo, por intermédio das suas comunidades naturais."

E prossegue:

"São associações, são sindicatos, as outras comunidades todas dentro das quais nós todos vivemos. Essas comunidades devem ter, por intermédio de suas direções, naturalmente, acesso direto aos órgãos de governo"[12].

Plínio Salgado é claro na definição de suas idéias e na tentativa de concretização das mesmas, quando pugna pela criação da Câmara Orgânica, que seria não só *política*, mas também *econômica* e *cultural*, e que prepararia, assim, "o terreno histórico para o advento de uma situação que, ainda neste século, será realidade de todos os povos".

Por que não citarmos aqui o pensamento de Pierre Mendès France, expresso nas páginas de sua *La republique moderne*? Foi através do atual Deputado José Penedo que chegou às mãos de Plínio Salgado um artigo de Sérgio Milliet, intitulado "Renovação ou Abdicação"[13], a respeito da referida obra do célebre político francês, "em que o autor defende com algum entusiasmo modificações profundas no sistema de governo", e cuja divulgação parecia "interessante" ao crítico brasileiro.

Com a palavra Sérgio Milliet, interpretando Mendès France:

"Teria o país dois tipos de representação: a política, eleita pelo sufrágio universal, e a econômica, eleita também, porém pelas associações patronais e profissionais, as autarquias, os sindicatos e as cooperativas. A esse Conselho, caberia o estudo de todos os projetos de lei de alcance econômico e social; plano de administração, orçamento, nacionalizações, leis sociais etc., que somente depois de aprovadas por ele seriam submetidas à assembléia política. Esta, entretanto, teria sempre a última palavra, o que obviaria aos perigos do Estado Corporativo".

E conclui Sérgio Milliet:

"Cumpre encontrar um meio-termo construtivo, portanto, e é o que procura o talentoso ex-primeiro ministro. Talvez não alcance ele um resultado positivo, pouco importa: sua crítica terá tido pelo menos o mérito de mostrar que uma revisão de valores se impõe nesta hora dificílima do mundo. Estaremos diante de um novo Renascimento? Em todo caso um novo humanismo desponta".

Evidentemente Sérgio Milliet, se tivesse conhecimento do pensamento de Plínio Salgado, a ele não faria referência... Mas Pierre Mendès France é

europeu. E todo vulto estrangeiro, no Brasil, ainda ainda goza de mais apoio que qualquer brasileiro, qualquer seja o campo em que desenvolva a sua atividade criadora. O pensamento do político francês foi exposto em princípios da década de 60. O de Plínio Salgado vem desde a década de 1930...

* * *

Encerramos aqui estas poucas páginas, escritas à guisa de introdução ao volume que o Poder Legislativo dedica à memória de um de seus maiores e mais dignos valores. Perlustrando algumas centenas de páginas, terão os políticos, os pesquisadores e especialmente as novas gerações o perfil de um grande pensador e de um grande artista, capaz de criar não só literariamente, pelo domínio da palavra e da imaginação, mas principalmente dentro da realidade do homem político, do homem que vive na *pólis* e que não pode dispensar a presença de seu semelhante, exigindo, portanto, uma estrutura onde possa não só *estar* como sobretudo *ser*. Plínio Salgado criou uma obra literária imperecível, queiram-no ou não os que em torno dela edificaram uma sólida cortina férrea de silêncio. Os livros, porém, aí estão, restando-nos sempre a esperança de que a dignidade intelectual não se encontre totalmente sufocada na atmosfera que a todos nos envolve. Ergueu Plínio Salgado também, plenamente integrado em seu tempo, uma obra política, concreta porque materializada, que ainda será exaustivamente estudada, pois que a Ação Integralista Brasileira constituiu uma verdadeira e complexa máquina de poder, inserida num Estado totalmente desorganizado como era o Brasil naquele momento histórico em que ela surgiu.

Quando Hélio Jaguaribe reconheceu que "depois do Integralismo seguiu-se o silêncio dos que são incapazes de emprestar um sentido geral e historicamente atualizado a suas aspirações de poder"[14], deixou implícita a afirmação de que o projeto político de Plínio Salgado pode, algum dia, ser viabilizado. Uma vitória difícil terá de ser obtida, entretanto, talvez a mais difícil de todas as vitórias no campo de batalha da política: a superação do ressentimento. Um longo ensaio se fará sobre o papel do ressentimento dos políticos brasileiros contra Plínio Salgado, inabilitados que estão eles de elaborar um plano viável de afirmação plena para o Povo brasileiro, enquanto o Integralismo permanece como o grande empreendimento de caráter cultural, político e social que poderá vir a ser abraçado pelos detentores do Poder. Um desafio se impõe: que se disseque o projeto integralista, que lhe sejam esmiuçados os fundamentos e que se analisem as suas propostas – excluídas, é lógico, as que já foram concretizadas, como o Ministério da Aeronáutica, o Instituto Rio Branco (do Itamaraty) ou a Legião Brasileira de Assistência, entre

outras, e cuja criação e implementação o Integralismo prometia. Ficará provada em definitivo, a razão ou não-razão de ser das palavras de Hélio Jaguaribe.

Enquanto isto, Plínio Salgado continuará a ser sabotado. E caluniado, como, por exemplo, nas palavras que parecem ser forjadas nas redações de certos órgãos de divulgação que possuem métodos próprios de "escrever" a história do Brasil, mas que se originam, para surpresa dos que o conhecem e lidam respeitosamente com a sua obra, da pena de Gilberto Freyre, quando o autor de *Casa Grande & Senzala* repete assertivas nada originais, ao se referir a "dois doutrinarismos intransigentes e intolerantes. Um era o comunismo (...), outro era o integralismo, (...) doutrinas já feitas, doutrinas importadas que não correspondiam ao estudo dos antecendentes brasileiros"...[15]

A despeito de tudo, o valor da vivência política de Plínio Salgado, "cuja importância só pode ser reduzida, retrospectivamente, pela má consciência ou amnésia de muitos de seus militantes e pela miopia dos seus opositores e críticos"[16], permanecerá sempre acima do nível rasteiro em que muitos se comprazem em confraternizar.

A história do Brasil não registra apenas o sucedido com o autor da *Psicologia da Revolução*. Com José Bonifácio o acontecido não foi de relevo menor. E fora de nossas fronteiras veja-se o que se deu com Alexis de Tocqueville, que sofreu o silêncio dos homens durante quase um século – inclusive em sua própria pátria. Tendo escrito a sua obra fundamental na primeira metade do século passado, somente agora a sua redenção se inicia, e o seu pensamento é discutido e reconhecido pela elite de nossos dias. Somente em 1955 sua obra completa é editada, exatamente no ano em que Plínio Salgado tem toda a sua produção intelectual – até esse ano – reunida em vinte volumes. Não obstante, permanece ela envolta no mutismo dos pensadores brasileiros, mesmo dos que não se curvam ao ucasse marxista, com as exceções que confirmam a regra[16].

A publicação do presente "perfil parlamentar", pela Câmara dos Deputados, provará, à saciedade, que a pregação de Plínio Salgado será repetida por muitas e muitas gerações, contribuindo para a realização do sonho de todos os brasileiros, o de integrar uma Nação coesa em seus fundamentos espirituais, morais, políticos e econômicos, convivendo com um Estado consciente de seus deveres, e cuja atuação plena se consubstanciará no respeito à dignidade do homem, de sua liberdade e da liberdade dos grupos naturais a que ele se acha ligado indissoluvelmente: o município, a família, o sindicato, a escola, a academia, a igreja.

A alternativa pliniana é um dos caminhos que o Povo brasileiro poderá vir a trilhar. A nosso ver – o único verdadeiro caminho, venha ele sugerido com o nome de Plínio Salgado, venha ele apresentado por outros nomes. Da leitura das páginas a seguir, esta constatação poderá ser feita.

NOTAS

(1) *O estrangeiro*: "modelo do que podia ser o estilo do romance modernista". Brito Broca, "Houve um romance modernista?", in *Letras e Artes*, suplemento do jornal *A Manhã*, RJ, 15-6-1952. Augusta Garcia Rocha Dórea define: "Por isso, as idéias fundamentais da trilogia são: patriotismo, nacionalismo, espiritualismo e conseqüentemente o combate ao materialismo e ao comunismo. A trilogia de Plínio Salgado nasce em função desses princípios, que são nele convicção absoluta e que orientam a sua vida e o seu pensamento. Vê-se nos romances tudo o que o escritor sempre pensou e disse". (*O romance modernista de Plínio Salgado*, IBRASA-INL, 2.ª ed., SP, 1978.)

(2) Joaquim Nabuco, *Pensamentos soltos*, trad., de Carolina Nabuco, Companhia Editora Nacional, SP, 1937.

(3) Leonel Franca SJ, uma das poucas falas brasileiras a se pronunciarem sobre a *Vida de Jesus*, considerou-a "a jóia de uma literatura". (V. a 21.ª edição, Editora Voz do Oeste, SP, 1978, onde se encontra a reprodução facsimilar da carta do ilustre jesuíta.) Uma voz corajosa, em nossos tempos, assim se expressou a respeito da obra-prima de Plínio Salgado: "Uma grande injustiça, não com um escritor, mas com uma obra mesmo, das mais importantes da literatura brasileira. E tudo por motivos políticos, por sectarismo, por preconceitos ideológicos. Plínio Salgado, na chave dessa injustiça, não confunde o talento com a mediocridade que habitualmente conduz a militância de partido. (...) Sua obra literária, propriamente dita, que abrange romances como *O estrangeiro* e *O esperado*, está a sofrer o obscurecimento planejado de historiadores e críticos engajados em campo oposto ao do inspirador do Integralismo, no sentido de destruir qualquer lembrança do valor dessa mesma obra. (...) Não me canso de ler essa *Vida de Jesus*, de Plínio Salgado, obra-prima, duma grande, extraordinária perfeição. Sobre o tema, não há em português uma só que a supere, sob qualquer aspecto em que se aprecie. Linguagem, composição e estilo, tudo nela exprime o máximo das qualidades positivas dum escritor, dum poeta, dum mestre apaixonado pelo seu tema, sem exagero, sem heresia. Mais de vinte edições, uma dezena fora do nosso País, em outros idiomas. Mas entre nós quem fala nela? Silêncio completo. Até a Igreja Católica parece ignorá-la. Ninguém, nenhum crítico; nem mesmo Tristão de Ataíde se abala a comentar a existência desse livro, não obstante a singular mensagem que nele se contém – belíssimo monumento dedicado à propagação da divindade, da glória e da humanidade do Cristo. Livro tão importante quanto o de Renan. Bem mais perfeito e tocante que o de Mauriac. A censura política cegou o espírito crítico em nosso País e acabou transformando o seu autor num escritor maldito e a sua considerável contribuição à nossa expressão literária, numa obra proibida". (*In* Ascendino Leite, *As Coisas feitas*, EDA editor, RJ, 1980.)

(4) Guy Rocher, *Talcott Parsons e a Sociologia Americana*, trad. de Olga Lopes da Cruz, Liv. Francisco Alves Editora S/A, RJ, 1976.

(5) J. Chasin. *O Integralismo de Plínio Salgado*, Liv. Ed. Ciências Humanas Ltda., SP, 1978. É interessante observar a trajetória deste livro, cuja tese está fundamentada na seguinte posição: "... saber do que se *fala* efetivamente, e desse modo evitar generalizações precipitadas que, naquilo que nos diz respeito de imediato, conduzem à identificação formalista entre integralismo e fascismo, e de um modo geral tendem a ocultar os conteúdos e os sentidos reais das manifestações específicas da consciência social no Brasil". A este respeito Antônio Cândido assim se pronuncia: "Estejamos ou não de acordo com a premissa de Chasin (o integralismo não é um fascismo), o fato é que não será mais possível ver o fenômeno integralista com os mesmos olhos, porque ele realizou um dos feitos mais difíceis para um estudioso: alterar as noções dominantes e transformar em problema o que era considerado como fato estabelecido. Se pessoalmente não aceito a sua premissa, sinto que

não poderei mais falar do assunto sem passar por ela e sem que ela me leve a matizar o meu ponto de vista". (In *Prefácio da ob. cit.*)

Hélgio Trindade (*Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*, ed. Difel, SP, 2.ª ed., 1979) e Jarbas Medeiros (*Ideologia autoritária no Brasil – 1930/1945*, ed. da Fundação Getúlio Vargas RJ, 1978, em cujas páginas o pensamento de Plínio Salgado ocupa mais de um terço, e que é, posteriormente, sintetizado na antologia *As idéias políticas no Brasil*, ed. Convivium, vol. II, SP, 1979), que defendem a tese oposta a J. Chasin e não discutem o novo posicionamento de Antônio Cândido, são por Chasin dissecados, comprovando-se-lhes a presença de um critério meramente convencional de análise e julgamento, sem o suporte mínimo exigido para a avaliação do que realmente está escrito e não o que eles, Hélgio Trindade e Jarbas Medeiros, gostariam que estivesse.

J. Chasin, embora umbilicalmente ligado aos chavões do marxismo doutrinário, procura, de alguma forma, "compreender as idéias", tal como Ubiratam Borges de Macedo procedeu, ao defender a sua tese sobre *A liberdade no Império* (ed. Convivium, SP, 1977), ou seja, seguindo uma "tradição compreensiva", onde o ponto principal "é o abandono da posição sectária e participante", substituindo-se esta atitude por aquela, "aberta à compreensão da obra".

Cláudio Abramo, cujo radicalismo não lhe permite estar aberto "à compreensão da obra", investe contra Chasin nos seguintes termos: "Logo no frontispício do livro *O Integralismo de Plínio Salgado* esbarro com uma frase que me proíbe de prosseguir na leitura: o autor afirma que "há que sentenciá-los (Plínio Salgado e o Integralismo) por aquilo que são, não por aquilo que seus válidos inimigos entenderam ou puderam entender (*sic*) que fossem" ... Na verdade (continua Abramo), os que combateram contra os integralistas não podiam esperar que o Sr. J. Chasin voltasse suas atenções para o fenômeno integralista sobre o qual já se escreveu tanta besteira, e finalmente viesse a produzir sua tão volumosa obra. (...) De qualquer forma, ao absurdo da primeira afirmação se acrescenta o atrevimento da segunda, quando ao autor se refere aos "que puderam entender". Realmente, ele parece dizer-nos que os antifascistas haviam lido muitos autores, mas não podiam entender bem as coisas porque ainda não tinham lido J. Chasin". (In *Lea* livros, n.º 4, SP, 1978.) Também Hélgio Trindade não perdoa Chasin: "Teoricamente monolítico e apoiando-se estritamente em textos de Plínio Salgado, seu fio condutor é um esforço exaustivo e monocórdico em negar o caráter fascista do Integralismo a fim de preservar sua postura teórica". (In *Jornal da Tarde*, SP, 11-3-1978.)

(6) Robert M. Levine, em sua obra recentemente traduzida (*O regime de Vargas*, ed. Nova Fronteira, RJ, 1980), faz uma afirmação sem qualquer fundamento, absurdamente gratuita, quando diz que "Plínio não foi incomodado, mas as autoridades permitiram que se exilasse voluntariamente". O *brazilianist* citado fica em dívida para com a inteligência brasileira até comprovar o que assevera. Enquanto isso não acontece (poderá acontecer, por ventura, quando se trata de uma deslavada mentira?...), remetemos o leitor às páginas de *Tempo de exílio – correspondência familiar-1*, de Plínio Salgado, Ed. Voz do Oeste, SP, 1980, e *Minha segunda prisão e meu exílio*, da mesma editora, há pouco lançado.

A posição de Robert M. Levine é diferente de um outro *brazilianist*, não traduzido ainda no Brasil (por motivos óbvios...) e que tece as seguintes considerações sobre as atividades de seus colegas norte-americanos: "A primeira lição que aprendi ao estudar a história da América Latina é que os *brazilianists*, como são *gringos*, não têm a perspectiva histórica dos latinos. Todos os americanos que fazem pesquisas aqui não têm essa perspectiva. Então é preciso escrever cuidadosamente e com *simpatia*. Se você é *gringo*, não é latino-americano, não está equipado para uma visão latina da História. Então, ao escrever, não pode dizer: fulano é culpado, fulano é nazista. O que se deve tentar fazer é ouvir as

fontes, reproduzir os originais, reproduzir a verdade. O livro de Hilton, entretanto, apresenta santos e diabos. Ele não aborda o problema com *simpatia*. O QUE QUER DIZER, EM LINGUAGEM ACADÊMICA, ABORDAR UM ASSUNTO COM SIMPATIA? Basicamente é preciso entender não só os fatos como também os personagens. O caso de Gerardo Mello Mourão, por exemplo, que causou tanta confusão. Não encontrei nenhuma prova que o incriminasse como agente alemão. E é preciso entender a posição de um intelectual brasileiro, germanófilo no Brasil, em 1940. Eu, por exemplo, naquela situação, não sei como reagiria. Portanto, é preciso entender, registrar a verdade, e ter *simpatia*." (Leslie Brennan Rout Jr., professor de história da América Latina na Michigan State University, EEUU, *Sudstica sobre a América Latina segundo um "brazilianist"* – onde analisa e critica a obra de Stanley Hilton – In *Jornal do Brasil*, RJ, 15-9-1978.)

(7) A propósito desta viagem de Plínio Salgado à Europa, quando teve oportunidade de conversar com Benito Mussolini, na companhia de Mario Graciotti, é indispensável ler-se a obra deste autor, recentemente lançada, *Os deuses governam o mundo*, Nova Época editorial, SP, 1980, especialmente os capítulos 27 a 35. Aí se acham reproduzidas as palavras dirigidas pelo Duce ao então apenas autor de *O estrangeiro*, escrito em 1926, em cujas páginas se encontra, no cenário do Avanhadava, o professor Juvêncio que, irritado com os papagaios que cantavam a "giovenezza, giovenezza!", estrangula-os ao som do ribombo das águas que despencavam fortemente...

(8) Não soa altamente ridículo o denominar-se "nazista" ou "fascista", e até mesmo, como hoje é moda, "radicalismo de direita", um movimento político que contou em seus quadros figuras do porte de um Belisário Pena, Rodolfo Josetti, Lúcio José dos Santos, Félix Contreiras Rodrigues, Tasso da Silveira, Dantas Motta, Mansueto Bernardi, Gustavo Barroso, Fernando de Oliveira Motta, José Lins do Rego, Jorge Lacerda, Herbert Parentes Fortes, Murilo Marroquin, Alcebiades Delamare, Djalma Cavalcanti, Augusto de Lima Jr, Amaro Lanare, Luis Saia, Thiers Martins Moreira, Alexandre Leal Costa, Alvaro Lins, Pedro Lafayette, Gerson de Macedo Soares, Nelson de Oliveira, José Loureiro Jr e tantos outros que constituiriam um infindar de referências, sobre muitos dos quais, por já não mais pertencerem ao mundo dos vivos, caiu o véu do esquecimento proposital? E mais, apenas para sintetizarmos nas figuras de alguns descendentes de grandes vultos da nossa história política e cultural que vestiram a camisa-verde, além do já citado Pedro Lafayette, neto de Lafayette Rodrigues Pereira, como apodar-se disto ou daquilo personalidades como Adelaide de Castro Alves Guimarães, a irmã do grande poeta da Abolição, ou J. Bocaiúva Bulcão, neto de Quintino Bocaiuva, ou Gil de Alencar, filho de Mário de Alencar e neto de José de Alencar, ou Álvaro Penafiel, neto de Júlio de Castilhos, e tantos outros?

Não seria de maior efeito, sobretudo mais honesto, referir-se a Plínio Salgado como o fez o já citado Deputado Geraldo Freire, quando reclama para que "possamos falar em linguagem franca aos moços, esta que V. Ex.ª usa neste momento, a linguagem de combate aos extremismos, venham da direita ou da esquerda, e também daquela diferença que caracterizou o liberalismo"?

Por falar em jovens, dentre os que acorreram ao apelo de Plínio Salgado, para a grande luta de "construir a Nação" e hoje repudiam a doutrina que ontem defendiam vibrantemente, batendo no peito e dizendo ter sido – esse gesto de afirmar a trilogia Deus, Pátria, Família – "um pecado de mocidade", estariam eles, por acaso, em estado de debilidade mental, mesmo já freqüentando bancos universitários ou seminários, ou já gozavam de pleno uso da razão?...

Não vislumbramos incorreção alguma em *mudar*, como queriam Rui Barbosa ou Bernardo P. de Vasconcellos, que não renegaram o passado, parcela de vida que integra o patrimônio moral de cada um, e que pode ser apagada do lastro coletivo da massa

amorfa que constitui sempre a totalidade das populações, jamais, porém, da memória que é própria de cada ser, compondo a herança indestrutível e inalienável de todo homem consciente de seu destino único. *Mudar* não implica inautenticidade, *renegar* sim, aquela atitude é acréscimo, esta é diminuição. Que postura assumir-se perante afirmações de homens da estatura, por exemplo, de um Hélder Câmara ou de Roland Corbisier – citando-os aqui como representativos dos que se proclamam "arrependidos"? Ora, quando ingressaram no Integralismo, estudantes de nível superior – leigos ou religiosos – não estariam já donos de uma consciência de destino que os levava a aceitar o ensinamento de Plínio Salgado?

Indaguemos agora: quando Hélder Câmara ou Roland Corbisier foram autênticos, consigo mesmos ou para com o próximo? Quem repudia um passado, edificado com plenitude de conhecimento, e se reconheça inautêntico ontem, em que momento estará sendo autêntico? Amanhã, quando atenderem a novos apelos interiores e exteriores, se reconhecerão como inautênticos nos dias de hoje?... Autênticos não serão homens da mais alta estirpe intelectual como Adonias Filho, Goffredo da Silva Telles Jr., A. B. Cotrin Neto e tantos outros que jamais repudiaram o seu passado, integrando-o à afirmação de seu presente? Ou como Gerardo Mello Mourão, que jamais deixou de se proclamar: "Ego poeta, pertenci à Ação Integralista Brasileira", sem renegar este passado que compõe a sua tão singular *Peripécia?*

(9) V., a propósito, *A ameaça vermelha – O plano Cohen*, L&PM ed., Porto Alegre, 1980.

(10) Está ainda para ser escrita, com a isenção e honestidade necessárias, a história do assalto ao Palácio Guanabara, gesto este que constitui apenas um momento de ação, extemporânea aliás, de um objetivo longamente acalentado, indicando-se o Integralismo e seus adeptos como os grandes e únicos autores e atores daquela epopéia. Daí resultou um fato que a História registra – e com subida honra para eles: dentre os que se ergueram contra a ditadura somente integralistas deram a sua vida em 11 de maio de 1938. Assassinados, sobretudo, "quando experimentaram a repressão sangüinária dos guardas de corpo do ditador", nas palavras de Afonso Arinos de Mello Franco (in *Um estadista da República*, Editora Nova Aguillar, RJ, 1976), que esclareceria mais adiante: "Ouvi do coronel Saddock de Sá, comandante do forte do Leme, que veio com seus homens até o Palácio Guanabara, uma narrativa impressionante da brutalidade com que os guardas presidenciais matavam nos jardins, durante a madrugada, os integralistas que se rendiam. Foi a intervenção da tropa do Exército, comandada por Saddock, que pôs termo a isso." (p. 1199, ob. cit.)

Hoje, para os que utilizam a suja técnica que caracteriza a imprensa marrom, produzida por poderosos grupos jornalísticos, a técnica da deturpação dos fatos, que prossegue sendo aplicada sem interrupção, a despeito dos arquivos, dos jornais da época, dos depoimentos credenciados – e que, bem o sabemos, prova alguma em contrário impedirá de assim continuar – o ataque ao Guanabara continua sendo denominado "intentona" ou "putsch", quando não "um dos mais lamacentos capítulos da história recente do país" (*Isto É*, SP, 17-5-1978, reportagem sem assinatura, intitulada "Os camisas-verdes"). Quando, porém, Sobral Pinto esclareceu que o General Euclides Figueiredo, entre outros grandes vultos que pretendiam a queda de Getúlio Vargas, foi o autor do plano de cerco ao Palácio Guanabara (in *Folha de S. Paulo*, 24-9-1978), trouxe um dos mais fortes argumentos para provar que o dia 11 de maio de 1938 se constitui, marcando o seu lugar na evolução política brasileira, num dia de honra e glória para os que por ela morreram.

(11) No Brasil, a *Vida de Jesus* teve o seu aparecimento apenas registrado por Tasso da Silveira e Menotti del Picchia – e a missiva de Leonel Franca, que redimiu, assim, o pecado de omissão da acovardada intelectualidade brasileira. Em Portugal publicaram-se 45 artigos na imprensa e revistas de alta cultura. Na Espanha, quando publicada a tradução, 16 foram os

artigos a ela referentes. E na Itália, quando surgiu a versão italiana, 8 ensaios lhe foram dedicados (*Civiltà Cattolica. L'Osservatore Romano* e *Lettura*).

(12) *Isto É*, SP, 17-5-1978.

(13) *O Estado de S. Paulo*, 7-11-1962.

(14) "Idéias para a filosofia no Brasil", In *Anais do primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia*, IBF, SP, 1952.

(15) In *Folha de S. Paulo*, 19-10-1980.

(16) Quais as reflexões sérias que encontramos a respeito da obra de Plínio Salgado, em trabalhos de envergadura? Alguns (aos quais já nos referimos anteriormente) por aí se vão difundindo – pois somente eles gozam da cobertura da denominada "grande imprensa": são grandes em tamanho, volumosos em número de páginas, inconsistentes – a despeito da impressão que causam pelo número de citações – e apaixonados em suas conclusões; como aceitá-los ou respeitá-los se quase todos tomam apenas ao marxismo como muleta interpretativa? Não é Marx um "pensamento do século XIX, absolutamente do século XIX – e tomam-no como atual", nas palavras de Julián Marías? (In *Cultura*, suplemento de *O Estado de S. Paulo* n.º 18.)

Não é o marxismo, como a teosofia, "um culto popular", nas palavras de Guerreiro Ramos? (In *Jornal do Brasil*, RJ, 25-11-1979.) E que "não é nem teoria nem ciência", conforme o mesmo sociólogo? "Todavia – prossegue ele –, como o culto teosófico deve ser tratado como um elemento significante da vida social e política do Brasil, pois temos muitos adeptos deste culto entre nós. *O marxismo é a mais influente força obscurantista da história contemporânea, que dificulta o esforço de ordenamento da vida nacional e internacional.* Nos chamados regimes socialistas, onde o marxismo prevalece como ortodoxia, reina o obscurantismo e a chatice. Onde quer que a vida humana seja inteiramente submersa na ideologia, como acontece naqueles regimes, reinam a prepotência cínica, a monotonia e a chatice, porque a gratuita convivialidade criativa entre seres humanos deixa de ser um fim em si mesma. Em tais regimes, canastrões campeiam de estadistas e filósofos."

Não obstante, é o marxismo a mais radical posição ideológica constatada no Brasil, embora repudiado no mundo intelectual e político de outras terras. Não podemos esquecer que foi no Brasil, e somente no Brasil! – uma prova exuberante de nosso exotismo –, que o positivismo de Augusto Comte viveu como uma religião e teve entronizada a estátua de Clotilde Devaux. Após a derrubada do totalitarismo soviético – que algum dia se dará, caso a liberdade do homem sobreviva –, terá o Brasil o seu regime controlado pela religião marxista? E não é ela que já detém o controle de grande parcela da formação de nossa juventude? E não é ela que informa a grande totalidade das análises da obra de Plínio Salgado?

Entre as exceções, cabe citar o trabalho, cuja honestidade intelectual é indiscutível, de Ricardo Benzaquen de Araújo, publicado na *Revista de Ciência Política*, intitulado "As classificações de Plínio – Uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938." (Ed. da FGV, RJ, 1978, vol. 21, n.º 3.)

BIOBIBLIOGRAFIA DE PLÍNIO SALGADO

Organizada por G. R. D.

I

SÍNTESE CRONOLÓGICA

1895 – Nascimento, a 22 de janeiro, na cidade paulista de São Bento do Sapucaí, filho do farmacêutico Francisco das Chagas Esteves Salgado e da professora dona Ana Francisca Rennó Cortez.

Quando criança, juntamente com seus irmãos, ouvia preleções de seu progenitor, chefe político do Município, em torno de Caxias e outros grandes vultos da história pátria. Lia muito, principalmente os clássicos da língua.

1911 – Aos 16 anos, com o falecimento de seu pai, e estudando no Ginásio São José, em Pouso Alegre (Estado de Minas), teve de voltar para São Bento do Sapucaí a fim de cuidar de sua progenitora e dos quatro irmãos mais novos.

1918 – Aos 18 anos, cria o Partido Municipalista, juntamente com Gama Rodrigues, Machado Coelho, Agostinho Ramos e Joaquim Cortez, "para combater a ditadura do Governo estadual". Esta foi a primeira organização política brasileira a se voltar para a defesa do Município. Aplica-se em sua cidade a diversas atividades, dirige um clube de futebol, um grupo teatral, pronuncia conferências, é orador oficial em todas as solenidades, é defensor de réus quando faltavam advogados, funciona como topógrafo judicial e ocupa cargo de Inspetor escolar no Município. Lança o semanário local *Correio de São Bento*.

1918 – Casa-se com a senhorita Maria Amélia Pereira, descendente de tradicional família sãobentista, a qual veio a falecer após um ano, deixando uma filha, Maria Amélia, com apenas 15 dias, que passou a ser zelada pela avó e tios.

1919 – Muda-se para São Paulo onde ingressa como suplente de revisor, ascendendo logo a redator, no *Correio Paulistano*, porta-voz do Governo estadual na época. Aí trava conhecimento com inúmeros intelectuais e políticos, a muitos ligando-se por sólida e profunda amizade.

1922 – Realização da Semana de Arte Moderna, cujos principais participantes "apontaram novos caminhos, libertações integrais, nacionalismo espontâneo". Leitura absorvente de Marinetti, Soffici, Govoni, Apollinaire, Cocteau, Max Jacob, Cendrars.

1924 – Indicado como Secretário da Coligação Paulista, presidida por Altino Arantes.

1926 – Publicação de *O Estrangeiro*. Preocupação com problemas políticos: leituras de Marx, Sorel, Lênin, Trotski, Riazanov, Plekanov, Fuerbach.

– Falecimento de sua progenitora.

1927 – Insistentemente convidado pelo Presidente Júlio Prestes, candidatou-se a Deputado Estadual e é eleito com grande votação.

1928 – Cria a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão e consegue leis favoráveis à agricultura

paulista. Funda, com Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Motta Filho o Movimento Verde-Amarelista.

1929 – Em 31 de julho, como primeiro ocupante, toma posse da cadeira n.º 6, da Academia Paulista de Letras, cujo patrono é Couto de Magalhães. Posse conjunta de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Alfredo Ellis Jr., Cassiano Ricardo, Nuto Sant'Ana e Goffredo da Silva Telles.

1930 – Viagem à Europa e Oriente, como preceptor de um jovem paulistano. Vê as transformações políticas da Turquia, da Itália, da Alemanha, "lê uma vasta literatura comunista que circulava em Paris", examina a pequena Bélgica, medita no Egito (sobre o imperialismo inglês), observa a anarquia dos espíritos na Espanha e a nova ordem de Portugal: "tudo me mostrava a morte de uma civilização, o advento de uma nova etapa humana".

– Deflagrada no Brasil a revolução contra Washington Luís e o sistema político que este representava.

1931 – Fundação e direção de *A Razão*. Artigos diários de doutrinação política e análise da situação brasileira e internacional.

1932 – Revolução Constitucionalista. Incêndio de *A Razão*. Fundação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Lançamento do Manifesto de Outubro, com que se iniciaram as atividades independentes da Ação Integralista Brasileira, antes um setor de orientação da SEP.

1935 – Intentona comunista no quartel da Praia Vermelha, ocasião em que foram assassinados covardemente, pelos comunistas, na calada da noite, quando dormiam, indefesos oficiais do Exército Brasileiro, alguns adeptos do Integralismo. Por telegrama ao Presidente da República é oferecida a ajuda dos integralistas.

1936 – Casa-se em segundas núpcias com a senhorita Carmela Patti, pertencente a conceituada família radicada em Taquaritinga, Estado de São Paulo, não havendo filhos deste consórcio.

1937 – Candidatura a Presidente da República, concorrendo com José Américo de Almeida e Armando de Salles Oliveira. Fechamento de todas as organizações políticas. É convidado para Ministro da Educação, que recusa por não concordar com os termos da nova Constituição. É implantado o Estado Novo.

1938 – Revolta, denominada "Integralista" (V. *Dicionário de História do Brasil*, Melhoramentos, São Paulo, 1976, 4.ª edição, pág. 469.), objetivando a restauração democrática no Brasil, e que ocasionou inúmeras prisões e fuzilamentos de membros da Ação Integralista Brasileira, e exílio dos principais líderes. Prisão na Fortaleza da Santa Cruz. Exílio para Portugal.

1939-1946 – Intensa atividade cultural e religiosa em Portugal.

1942 – Publicação da *Vida de Jesus*, cuja primeira edição, lançada em São Paulo, é apreendida e logo após liberada.

1946 – Retorno ao Brasil, com a deposição de Getúlio Vargas. Fundação, por um grupo de brasileiros, do Partido de Representação Popular.

– É eleito Presidente do Partido de Representação Popular (extinto, juntamente com todos os outros organismos políticos, após 1964).

1947 – Escreve semanalmente um artigo para o semanário *Idade Nova*.

1948 – É convidado a comparecer às Conversações Católicas Internacionais, realizadas em San Sebastian, na Espanha, diretamente pelo Arcebispo de Santiago de Compostela, D. Bellester Nietto, para colaborar na redação de uma "Carta dos Direitos e Deveres do Homem", tendo a sua orientação sido a vencedora, e o primeiro artigo ficado assim redigido: "O Homem é um ser feito à imagem e semelhança de Deus, seu Criador,

possuindo uma alma imortal, dotada de inteligência e de vontade livre. Ele deve encontrar na sociedade civil os meios de cumprir seus deveres e de exercer seus direitos correlativos, conforme as finalidades da sua natureza e sua vocação divina".

1950 – Apóia o Brig. Eduardo Gomes à Presidência da República e disputa a senatoria pelo Rio Grande do Sul, onde obtém mais de 300.000 votos, não conseguindo, porém, eleger-se.

1952 – Fundação da Confederação de Centros Culturais da Juventude e sua eleição como Presidente de Honra do órgão, que reuniu, inicialmente, dezenove entidades de jovens, oriundas de todo o Brasil, e chegou a atingir para mais de quinhentas em todo o território nacional.

1953 – Fundação do semanário *A Marcha*, de que foi colaborador até o encerramento de suas atividades.

1955 – Candidatura à Presidência da República, disputando com Juscelino Kubitschek de Oliveira, Juarez Távora e Ademar de Barros, quando obteve quase um milhão de votos.

1956 – Eleito Deputado Federal pelo Estado do Paraná.

1960 – Eleito, seguidamente, até 1974, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, passando a integrar, sempre, a comissão de Educação e Cultura. A partir deste ano se instala, definitivamente, em Brasília. Inicia colaboração semanal para o *Diário de São Paulo*, o que faz durante 15 anos seguidos.

1961 – Representa o Brasil na Conferência Geral da UNESCO, em Paris, como observador parlamentar.

1975 – Falecimento, a 7 de dezembro, em São Paulo, sendo enterrado no cemitério do Morumbi.

1977 – Inaugurada a Praça Plínio Salgado, em Rio Claro, São Paulo.

1979 – No dia 7 de outubro, inauguram-se a Praça 7 de outubro e a Avenida Plínio Salgado, em Varginha, Minas Gerais.

II

BIBLIOGRAFIA

1919 – *Thabor* (poemas), ed. do autor.

1921 – *A boa nova* (assuntos bíblicos), ed. do autor.

1926 – *O estrangeiro*(romance), ed. Helios Ltda. (*In* OBRAS COMPLETAS, ed. das Américas, 1954, São Paulo, vol. X e 8.ª ed., José Olympio, 1972.)

1927 – *Literatura e Política*, ed. Helios Ltda. (2.ª ed., *In* OBRAS COMPLETAS, vol. XIX).

– *A anta e o curupira* (manifesto modernista), ed. do autor (In *Despertemos a Nação*, in OBRAS COMPLETAS, vol. X.).

1927 – *O curupira e o carão* (em colaboração com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo), ed. Helios Ltda.

1927 – *A literatura gaúcha* – Conferência literária realizada no "Centro Gaúcho" de São Paulo.

1931 – *O esperado* (romance), Companhia Editora Nacional, (4.ª ed. *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XII, e 5.ª, de cinqüentenário, Ed. Voz do Oeste/INL, 1981.)

– *Oriente* (Viagem), ed. do autor. (4.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XVIII.)

1933 – *O cavaleiro de Itararé* (romance), ed. Unitas. (4.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vols. XIII e XIV, 5.ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1979.)

– *O que é o Integralismo* (política), Schmidt ed. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. IX.)

1934 – *A voz do Oeste* (romance histórico), ed. José Olympio. (4.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XIV), 5.ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1978.

– *O sofrimento universal* (filosofia e sociologia), ed. José Olympio.

– *Psicologia da revolução* (filosofia e política), ed. Civilização Brasileira. (5.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VII.)

1935 – *A quarta humanidade* (temas filosóficos, ed. José Olympio). (4.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. V.)

– *Despertemos a Nação* (política), ed. José Olympio. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. X.)

– *A doutrina do Sigma* (política), Editora Verde-Amarelo, São Paulo.

1936 – *Palavra nova dos tempos novos* (temas literários e políticos), ed. José Olympio. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VII.)

1937 – *Nosso Brasil* (brasilidade), ed. Coelho Branco. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. IV, e 3.ª, Ed. Voz do Oeste, SP, 1981.)

Geografia sentimental (brasilidade), ed. José Olympio. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. IV.)

– *Páginas de combate* (política), ed. Livraria Antunes.

1942 – *Vida de Jesus* (biografia), ed. Panorama. (*In* OBRAS COMPLETAS, vols. I, II, III), 21.ª edição, Voz do Oeste, São Paulo, 1979.

1943 – *A aliança do Sim e do Não* (ensaio histórico, sociológico e religioso), ed. Ultramar Lisboa. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VI.)

1946 – *A mulher no século XX* (sociologia), ed. Tavares Lisboa, Porto. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VIII.)

– *O Rei dos reis* (religião), ed. Pro Domo, Lisboa (4.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VI.)

– *Conceito cristão da democracia* (ensaio político-filosófico), ed. Estudo, Coimbra. (4.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VIII.)

– *Primeiro, Cristo!* (religião); ed. Figueirinhas, Porto. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VI), 4.ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1979.

– *A tua cruz, Senhor* (religião), ed. Ática, Lisboa. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XVI.)

– *Como nasceram as cidades do Brasil* (história), Ática, Lisboa. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XVIII, 5.ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1978).

– *Madrugada do espírito* (antologia filosófica-política), ed. Ática, Lisboa. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VII.)

– *O Integralismo brasileiro perante a Nação* (política) s/ed., Lisboa. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. IX.)

1947 – *A imagem daquela noite* (teatro religioso), ed. Gama, Lisboa. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VIII.)

– *Mensagem às pedras do deserto* (ensaios políticos), Livraria Clássica Brasileira, Rio de Janeiro. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XV.)

1948 – *Direitos e deveres do homem* (trabalho apresentado nas Conversações Católicas de San Sebastian, Espanha), Livraria Clássica Brasileira, Rio de Janeiro. (3.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. V.)

– *Poema da Fortaleza de Santa Cruz* (poesia), ed. de luxo, Guanumbi, São Paulo. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. IV), 3.ª in *Minha 2.ª prisão e meu exílio*, Ed. Voz do Oeste, SP, 1981.

– *Extremismo e democracia* (política), ed. Guanambi, São Paulo.

– *Pio IX e o seu tempo*, prefácio à obra de Villefranche, *Pio IX*, ed. Panorama, São Paulo, 1948. (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XI.)

1949 – *O ritmo da história* (ensaios políticos), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro. (2.ª ed. *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XVI), 3.ª ed., Editora Voz do Oeste/INL, 1978.

– *Discursos* (seleção), ed. Panorama, São Paulo. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. X.)

1950 – *São Judas Tadeu e São Simão Cananita* (hagiografia), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. VIII.), 3.ª ed., Editora Voz do Oeste, SP, 1982.

1951 – *Sete noites de Joãozinho* (literatura infantil), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
– *Espírito da burguesia* (ensaio sociológico), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro. (2.ª ed., *in* OBRAS COMPLETAS, vol. XV.)
1953 – *O Integralismo na vida brasileira* (política), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
– *As qualidades e as virtudes de Euclides da Cunha* – Síntese de uma conferência proferida em São José do Rio Pardo – na V Semana Euclidiana, em 1953.
1954 – *Atualidades brasileiras* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XVI)
– *Roteiro e crônica de mil viagens* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XVIII)
– *Críticas e prefácios* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XIX)
– *Contos e fantasias* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XX)
– *Sentimentais* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XX)
– *A inquietação espiritual na atualidade brasileira* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. XVII)
– *Páginas de ontem* (excertos de "A doutrina do Sigma", "Páginas de combate" e "Cartas aos Camisas-verdes". (*In* OBRAS COMPLETAS,vol. X)
– *Viagens pelo Brasil* (*In* OBRAS COMPLETAS, vol. IV)
1955 – *Mensagem ao povo brasileiro*, ed. do autor, Rio de Janeiro.
1956 – *Livro verde da minha campanha*, Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
1957 – *Reconstrução do homem* (filosofia educacional), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
1957-1958 *Palestras com o povo* – Irradiações na Rádio Globo.
1961 – *Discursos na Câmara dos Deputados* (seleção), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
– *Poemas do século tenebroso* (com o pseudônimo de Ezequiel), Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
1962 – ***A crise parlamentar*** (cinco discursos), ed. do autor, Brasília.
– *Como se prepara uma China*, Liv. Clássica Brasileira, Rio de Janeiro.
1963 – *Imitação de Cristo* (tradução e introdução à obra de Kempis), ed. Verbo, Lisboa.
1964 – *Instrução Moral e Cívica*, ed. FTD, Rio de Janeiro.
1969 – ***História do Brasil***, 2 vols., ed. FTD, Rio de Janeiro, (2.ª ed., 1972, ed. FTD).
1972 – *Trepandé* (romance), ed. José Olympio, Rio de Janeiro.
1973 – *13 anos em Brasília* (recordações), ed. do autor, Brasília.

OPÚSCULOS EDITADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

1965 – ***A Batalha do Riachuelo*** (como orador oficial do Parlamento Brasileiro nas comemorações de centenário).
1967 – *Sol do Oriente, Sol do Ocidente* (sobre as relações Brasil-Japão, como orador oficial do Parlamento Brasileiro).
1972 – *40.º aniversário de lançamento do Manifesto da Ação Integralista Brasileira.*
– *O grito do Ipiranga* (por ocasião do Sesquicentenário da Independência).
– *A semana de Arte Moderna* (as comemorações do 50.º aniversário).
1973 – ***Origens e evolução do Parlamento*** (Sesquicentenário do Legislativo).
1974 – *Evolução histórica da gravura.* Aula proferida na abertura da exposição retrospectiva promovida por *The Past*, em Brasília, set. de 1974.
1975 – *Despedida do Parlamento.*

PUBLICAÇÕES PÓSTUMAS

1980 – *Tempo de exílio* (correspondência familiar-1), Ed. Voz do Oeste, SP.
1981 – *Minha segunda prisão e meu exílio/Diário de bordo/Poema da Fortaleza de Santa Cruz*, Ed. Voz do Oeste, SP.

DISCURSOS

I

PRESENÇA DE CRISTO

PRESENCY DE CRISTO

I

COMEMORAÇÃO DO DIA DE AÇÃO DE GRAÇAS. ANÁLISE DO HOMEM, DA CIÊNCIA E DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Sessão de 30 de novembro de 1961

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – Passa-se ao Grande Expediente.

A primeira parte do Grande Expediente da sessão de hoje foi destinada às comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças. Com a palavra o nobre Deputado Medeiros Neto, primeiro orador inscrito. Ausente. Com a palavra o nobre Deputado Hamilton Nogueira. Ausente.

A Mesa associa-se às comemorações prestadas no Dia Nacional de Ação de Graças....

O SR. NÉLSON CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. NÉLSON CARNEIRO(*) – Sr. Presidente, ainda bem que Vossa Excelência se associa a essa festa, porque, não havendo quem queira render graças, aqui está o Deputado Nélson Carneiro para fazê-lo, e estranhamente, porque há uma semana falava nesta Casa o Ministro San Thiago Dantas e se gritava naquele instante que se iam reatar as relações com a Rússia exatamente no Dia Nacional de Ação de Graças. Eu estava certo de que aquele era o dia da Ação de Graças. Portanto, sou surpreendido, uma semana depois, com a informação de que hoje, e não há uma semana, é que se comemora o Dia Nacional de Ação de Graças.

O Sr. Fernando Sant'Anna – O Decreto de 17 de agosto de 1949 estabelece para o Dia da Ação de Graças a última quinta-feira do mês de novembro, que é hoje.

O SR. NÉLSON CARNEIRO – Então ou aquilo foi artifício oratório, para confundir o nobre e ilustre chanceler San Thiago Dantas, ou os nossos partidários do Dia de Ação de Graças estão muito mal-informados.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – A Mesa deseja dar uma informação. A Assessoria acaba de me comunicar também a inscrição do nobre Deputado Plínio Salgado. De modo que já há um orador presente.

O SR. NÉLSON CARNEIRO – Graças a Deus há alguém que venha dar graças a Deus pela passagem de mais um dia 30 de novembro. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha presença na tribuna – e por isso me inscrevi – é no sentido de, preliminarmente, me congratular com a Câmara por se associar ao povo brasileiro e às suas autoridades nas comemorações que se fizeram em todo o País no dia de Ação de Graças.

Sr. Presidente, quis falar hoje por desejar chamar a atenção dos meus nobres colegas para o problema talvez mais grave da humanidade presentemente. Quando nos embrenhamos no denso cipoal das complexas questões sociais e econômicas, quando queremos resolver os angustiantes dramas modernos, nós nos projetamos objetivamente na história contemporânea. Mas não interiorizamos buscando encontrar, nas profundidades do nosso ser, as causas mais diretas das crises pelas quais atravessamos.

O grande pensador e professor Sciacca, da Itália, diz que o homem, inicialmente, separou-se de Deus; em seguida tornou-se inimigo de Deus e, finalmente, erigiu-se em concorrente de Deus, pretendendo ser Deus de si próprio.

Refere-se ele, naturalmente, ao racionalismo do Século XVII, ao naturalismo do Século XVIII e ao experimentalismo científico do Século XIX, que atinge o seu apogeu em nossos dias.

Realmente, o racionalismo do Século XVIII, com raízes na Renascença, separou o homem de Deus, desvinculou o conceito moral da revelação, religiosa; mas o naturalismo do Século XVIII, em que a figura principal foi Jean Jacques Rousseau, precedida pelo racionalista mais próximo, Voltaire, este naturalismo tornou-se inimigo de Deus. De sorte que os enciclopedistas, como Diderot, D'Alembert, o Barão d'Holbach, timbravam pelo seu ateísmo, dele faziam praça e pretendiam construir uma sociedade sem Deus. Mas no Século XIX, o experimentalismo científico, transitando desde os albores daquela centúria pelas sucessivas etapas do progresso, encheu o homem de orgulho, de uma imensa vaidade. O homem tornou-se concorrente de Deus, isto é, entendeu ser capaz de, por si próprio, resolver os problemas pessoais, nacionais e internacionais.

Assim, no decorrer de todo o Século XIX, o homem perdeu a noção de si mesmo. A crise que atravessamos originou-se, exclusivamente, de havermos

perdido a noção do que somos. Não sabemos mais de onde viemos, para onde vamos, qual a nossa finalidade. Conhecemos segredos na natureza, penetrando objetivamente nos arcanos das leis que regem o universo físico: sabemos muito, sabemos demasiadamente; mas nada sabemos sobre a essência, a natureza, o mistério do nosso mundo interior.

Surgiram concepções do homem, as mais variadas, no século passado, as quais ainda influem poderosamente nas mentalidades de nosso tempo; e cingindo-se todas elas a interpretações fragmentárias, ou confusas. Examinemos algumas. A concepção de Frederico Nietzsche: entendeu ele, baseado no evolucionismo inglês e no materialismo dominante em quase toda a Europa, que o homem atual é uma transição apenas para a realização do homem do futuro. Pregou a teoria do super-homem anticristão, contrário a toda idéia de piedade ou complacência. Pregou a doutrina do orgulho e da crueldade, e justificou, mediante a evolução das espécies e as teorias materialistas, toda a atitude humana no sentido da ambição do poder.

Essa concepção do homem agigantado, que ultrapassa a linha média de sua própria realidade, teve em contraposição o conceito marxista do ser humano. O conceito marxista é contrário ao de Frederico Nietzsche, que concebia o homem agigantado, o homem forte, o homem violento, o homem orgulhoso, inimigo de toda bondade cristã. Frederico Nietzsche foi sincero, foi um dos homens mais sinceros de seu tempo. Anticristão, pregou abertamente o anticristianismo, já no seu livro *Assim Falava Zaratustra* , já nas páginas audaciosas do *Anticristo* , onde se sublinha nas expressões do seu ateísmo, do seu materialismo e da sua mensagem aconselhando a violência, o arbítrio e o domínio.

Mas Karl Marx apresentou a figura do homem diminuído, baseado no próprio individualismo rousseauniano. Ele destruiu os grupos naturais e, em seguida, transformou cada ser humano numa partícula apenas do novo monstro chamado coletividade. Subordinou o homem a uma força que vem do conjunto das criaturas humanas, e apresentou-nos o ser racional, o rei do Universo, criatura de Deus, como apenas uma célula da grande massa coletiva.

Naturalmente, a Providência Divina permitiu a existência de Karl Marx para, contrabatendo as idéias de Frederico Nietzsche, dar-nos a linha média do equilíbrio da concepção do homem. Posteriormente, porém, vieram outras concepções do ser humano. A de Sartre, a do existencialismo ateu, que considera o Universo sem finalidade e a vida humana, por conseguinte, também sem nenhum objetivo. É a doutrina do desespero. É a angústia humana levada ao máximo, sem saber de onde vem, para onde vai, e o que significa o homem.

Mas outra doutrina surgiu. A doutrina de Sigismundo Freud, que vê o homem unilateralmente, através de apenas um dos seus aspectos: o sexual.

De sorte que hoje em dia nós nos confundimos e afligimo-nos sem poder penetrar os abismos profundos de nós mesmos para ir buscar a verdadeira concepção do que somos em face de Deus. Negamos Deus, desde o racionalismo, através do naturalismo e do experimentalismo científico. Tornamo-nos orgulhosos. Entendemos que podemos, por nós mesmos, resolver os problemas sociais, econômicos e políticos e a harmonia entre as nações. E com isso, volvemos ao estado do troglodita. O troglodita vivia sob a impressão do terror. Era o domínio do terror, não somente em relação às forças brutais na natureza, mas em relação a seus próprios semelhantes. Hoje somos, novamente, o homem da caverna. Tememos não mais o mamute, o mastodonte, o raio que fulmina ou o adversário que avança sobre nós com uma caveira de animal. Tememos a bomba atômica, tememos a catástrofe universal. As nações entreolham-se como tigres que se temem. Esquecemo-nos de toda a ética, que já havíamos alcançado no Século XIX, no terreno do Direito Internacional e das relações entre os países. Vivemos, como nas eras pré-históricas, a época da brutalidade, dos fatos consumados, e do império dos mais armados. No convívio dos povos como que estão ab-rogadas não somente as leis éticas, a moralidade, mas também os princípios de Direito já consagrados anteriormente em numerosos congressos internacionais. Chegamos à extrema penúria no meio da extrema riqueza. Nunca, em tempo algum, o homem pôde comunicar-se mais facilmente. Os meios de comunicações, são rápidos. Os aviões nos põem em contato com todos os países em poucos dias ou em poucas horas. O rádio transmite nossa voz de Brasília para Tóquio, Londres, New York. A televisão leva nossa imagem à distância. Dentro dos limites urbanos, entendemo-nos pelo telefone. As comunicações humanas são facílimas hoje, mas nunca o homem esteve mais separado do homem. Nunca, jamais, houve mais profundas separações, maiores incompreensões, porque nós esquecemos aquilo que nos liga, que nos une profundamente, o dominador comum das almas, que é Deus.

É em Deus que nos encontramos, é em Deus que nos entendemos e nos amamos. Arquipélago humano, dividido sempre por um braço de mar das incompreensões, desejando todos a mesma coisa e divergindo na prática, não procuramos aquele denominador comum, o ponto de encontro onde nossos corações se desabafam, onde a nossa inteligência se desaltera, onde o nosso ser se abisma, no imenso oceano das perfeitas harmonias. E por quê? Porque ainda resta em nós o orgulho do Século XIX.

Büchner, no seu livro *Aurora do Século XX*, publicado em 1900, quando da Exposição de Paris, dizia que, de agora em diante, a humanidade iria viver em paz, porque a ciência já muito progredira e a ciência haveria de trazer a paz ao mundo.

Ah, pobre Büchner! Se tivesse vivido mais um pouco! Se visse a primeira grande guerra de 14 a 18; se assistisse à revolução russa de 1917; se testemunhasse o eclodir do nazismo, com toda a força do pensamento de Frederico Nietzsche, fazendo transitar a concepção do super-homem para a supernação e a super-raça; se tivesse visto o conflito de 1939, bombardeio de cidades abertas; se tivesse tido notícia do grande crime da destruição de duas cidades, de crianças, de velhos, de mulheres, por bombas atômicas, Büchner certamente renunciaria à sua presunção em afirmar que a ciência do nosso século nos traria paz. Grande ilusão vivemos nós e temos vivido, julgando que podemos prescindir de Deus na solução de nossos negócios temporais!

É a ciência do nosso tempo, ela própria, que nos toma pelas mãos e nos leva ao maravilhoso templo, o mais misterioso dos templos, para a contemplação de Deus. Esse templo invisível se chama átomo. O átomo é a suprema revelação da existência do Criador. É ele constituído por corpúsculos que se chamam íons, prótons e elétrons. Esses corpúsculos não são mais que energia condensada em vibrações permanentes e gravitando do mesmo modo que os astros no espaço sideral.

O Sr. Dagoberto Salles – Sr. Deputado Plínio Salgado, acredito que a predição que V. Ex.ª citou, de que a ciência traria paz à humanidade, vai agora se concretizar porque, de acordo com as palavras de Bertrand Russel, a ciência na realidade vai-nos trazer a paz; ou a paz de acordo ou a paz do túmulo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Esse aparte foi maravilhoso para mim. Confirmou plenamente o que eu estava dizendo. É a paz de César, a paz compelida a ser paz pela brutalidade. É o troglodita da caverna com medo de seu semelhante, que pode atacá-lo e vencê-lo. Exatamente, nobre Deputado, mas a paz de César: pela espada, pela violência, pela brutalidade, mas nunca trará a verdadeira paz, aquela que vive no fundo de nossa consciência, como um sentido perfeito de fraternidade nossa em Deus. (*Muito bem.*)

Como ia dizendo, Sr. Presidente, o átomo é a revelação de Deus. Esses corpúsculos de energia condensada, que vibram, obedecem a fórmulas matemáticas precisas. Teoricamente, está provado e, praticamente, ainda este século vai ver que os alquimistas tinham razão quando afirmavam a unidade da matéria e propunham a transmutação dos metais e fabricação do ouro. Essas idéias da Idade Média remontavam aos tempos da Grécia Antiga, com Demócrito e Heráclito, que também acreditavam na unidade da matéria. Hoje, sabemos que, retirando-se do átomo determinados elétrons ou íons, podemos transformar o hélio em hidrogênio ou o carbono em qualquer outro corpo simples, o que significa ser o átomo a linguagem da energia, manifestando-se nas expressões diferenciadas da matéria.

Ora, Srs. Deputados, muito antes de existir o homem existiam os seres rudimentais, os protozoários, e antes deles, os vegetais e, muito antes, as forças telúricas e, muito antes, a energia dispersa de que nos fala, em magnífico soneto, o poeta brasileiro Augusto dos Anjos. Essa energia existiu antes da matéria e razão tinha o evangelista de Patmos, São João, quando, no primeiro capítulo do seu Evangelho, diz: "No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dEle, e sem Ele nada do que foi feito se fez". O Verbo, maravilhosa concepção de Deus através do evangelista de Patmos! Verbo, poder e vontade de expressão. O Universo se faz por um desejo de representação de um pensamento, e este pensamento se baseia em fórmulas matemáticas.

O homem, que surgiu apenas no período quaternário, conforme nos ensina a ciência, e foi portanto, dos últimos animais a aparecer na superfície da terra, é também o único capaz de formular pensamentos matemáticos. Por conseqüinte, se é capaz de formular pensamentos matemáticos, existia uma matemática antes dele. O homem tem parentesco com aquela inteligência que formulou as harmonias matemáticas, que regem as estruturas e movimentos do Universo.

A ciência, portanto, nos dá todos os elementos para acreditarmos em Deus. E basta olhar as maravilhas na Natureza, as simetrias e as cores das asas de um inseto, a harmonia admirável da rota dos planetas e das estrelas, as distâncias incomensuráveis das constelações, como a de Andrômeda, sóis que fulguram no fundo do infinito, como a Alfa do Centauro, estrela tríplice que, à nossa visão, se apresenta como uma estrela apenas. Tudo isso são evidências da existência de Deus.

É, por conseguinte, a este Deus que deve render graças a nossa racionalidade, e pela nossa racionalidade deveremos procurar, com Ele e n'Ele, a solução de nossos problemas.

Que é o homem então? O homem não é o pigmeu de Karl Marx, nem é o gigante de Frederico Nietzsche, não é o tipo sexual de Freud, não é o tipo de Sartre. Que é o homem, então?

O problema principal dos dias presentes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é restaurarmos a verdadeira concepção do homem e nele colocar o fundamento das nossas reformas sociais, econômicas e políticas.

O homem, para mim, é aquele da definição de Boécio: "Uma dualidade consubstancial exprimindo-se numa unidade substancial". Quer dizer, é corpo e é alma. Não é apenas corpo e não é apenas alma, mas ambas as coisas, unidas e exprimindo-se substancialmente.

Daí a nossa concepção social e política, que pretende dar ao homem físico, ao homem material, tudo aquilo de que ele necessita para cumprir seus deveres e exercer seus direitos – os deveres decorrentes da sua finalidade em

Deus, os direitos necessários para que possa cumprir os seus deveres; e ao homem espiritual tudo aquilo que lhe possa satisfazer a sede de infinito.

No dia em que nos associamos à Nação brasileira, rendendo ação de graças ao Criador, direi de mim para comigo, no fundo do meu coração e me dirigindo ao coração dos meus pares nesta Câmara: Senhor, nós Vos agradecemos, em primeiro lugar por nos terdes dado uma racionalidade de que decorrem nossa liberdade e nossa dignidade; nós Vos agradecemos, por nos terdes feito nascer numa terra maravilhosa, no grande Brasil; por nos terdes galardoado, como tradição, com a Cruz de Cristo, que anda, de país em país, a levar a fé. Nós Vos agradecemos porque permitistes que, no primeiro dia de nossa história, tirássemos, das florestas de nossa terra, o madeiro com que fizemos uma cruz e a fixássemos no solo, como o marco primordial de nossa avançada na História. Nós Vos agradecemos, por terdes feito brilhar sobre a Cruz das caravelas e sobre a Cruz de madeira que erguemos com nosso pulso a Vossa Cruz de estrelas. Nós estamos convencidos de que nossa fé em Vós, Senhor, deve ser tão firme como a cruz de madeira fincada no território da Pátria. Nós estamos convencidos de que também não nos devemos cingir à cruz enterrada no solo e nos satisfazer com ela egoisticamente, porque temos nossa fé; por isso, Vos agradecemos de nos haverdes feito compreender que a Cruz tem que andar, tem que navegar, tem que ir de país em país, dilatando a fé e o Império – a fé em Cristo e o Império de Sua Lei –, e, quando não pudermos viajar geograficamente, devemos viajar de homem para homem, de coração para coração, enriquecendo com novas almas o grande reino de Deus. Nós Vos agradecemos, pela Cruz de estrelas, que nos destes, que brilhou desde os primeiros dias da chegada dos navegantes a nossas plagas. Seja ela a nossa esperança, porquanto, se firmes formos em nossa fé, como a Cruz de madeira, e diligentes no Vosso serviço, com a Cruz que andou por todos os mares do mundo, levando a palavra do Evangelho, encontraremos, na Vossa contemplação infinita, quando cerrarmos os olhos a este mundo, a glória dos humildes e dos bons, consagradora de toda a fé perseverante e de todo o trabalho permanente, assíduo e persistente, no sentido de alargamento de Vosso reino: Senhor, nós Vos agradecemos por terem nossos antepassados, com rudes botas, chapelões desabados e facão à cinta, dilatado este imenso império e nos legado este vasto patrimônio territorial. Nós Vos agradecemos por tudo quanto fizemos em quatro séculos, para formar uma civilização cristã. Nós Vos agradecemos, Senhor, no dia da Ação de Graças, a inspiração que nos dais de transitarmos através desta tremenda crise que assoberba o mundo, sem nos esquecermos de vossas palavras evangélicas, que ensinam nada poder resolver-se apenas com inteligência, porquanto em tudo devemos pôr muitíssimo de nosso coração.

Sejam estas minhas palavras de colaboração com a Nação brasileira,

contribuintes, mas parece comprazer-se em atormentá-los. Realmente, temos complexidade verdadeiramente pavorosa na arrecadação de impostos, desde os critérios de classificação geográfica, municipal, estadual e federal, até os mais variados aspectos do sistema fiscal. Tem-se tudo isto porque o nosso aparelho arrecadador não corresponde às realidades e necessidades do nosso País e ao pensamento municipalista que quer fortalecer a célula básica da nacionalidade brasileira.

Folgo imenso em constatar que uma inteligência brilhante como a do Deputado José Humberto espose essa idéia. E ainda há poucos dias, vi outro projeto, que transita pela Comissão de Educação, do Deputado Moacir Azevedo, do Estado do Rio, que também consubstancia pensamento estético e ético do movimento por mim lançado referente à supressão da segunda parte do Hino Nacional, não só por motivos literários e técnicos, mas também por um motivo moral, porquanto temos no hino um "Brasil deitado".

Tais fatos alegram o meu espírito. Mas não foi para isso que vim à tribuna. Foram as palavras do ilustre Deputado que me sugeriram este breve comentário.

Vou falar de outro tema, de tal grandiosidade que me sinto pequeno, humilde e indigno de tratá-lo.

Valor educativo da Simbologia

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de entrar propriamente neste assunto, quero lembrar a importância da simbologia como manutenção do pensamento nacional voltado para as suas tradições e, conseqüentemente, para a sua destinação histórica.

Estava eu, certa vez, visitando um grande navio de Portugal, o Santa Maria, transatlântico de que se poderiam orgulhar as grandes nações do mundo. Depois de passear por todo o navio, verdadeira cidade flutuante, dotado de todos os instrumentos da técnica moderna, cheguei ao salão do comandante e, perguntando-me ele quais as minhas impressões respondi: "Já descobri por que razão Portugal, tão pequenino, consegue construir uma frota mercante deste porte e navios como este, que causariam inveja à Inglaterra ou aos Estados Unidos". Retruca-me ele, indagando: "O que é que o senhor descobriu?" "Eu descobri a causa desta grandeza. Está ela nos quadros que vi nas paredes deste navio. Por certo, passando por um salão e vendo as cinco chagas da visão de Ourique, não sou levado a pensar na origem grandiosa dos navegadores que perlustram os mares da terra? Mais além, olhando um castelo, ou uma fortaleza da época medieval ou da época renascentista, conquistados pelas armas lusitanas em defesa da civilização cristã, não sou levado a pensar na responsabilidade deste povo, de continuar obra tão grande? Olhando uma

caravela do Século XVI, na época em que não havia rádio nem telégrafo, nem radar e em que aqueles heróis acometiam os bravios oceanos de todo o globo terrestre, não somos levados a pensar que a geração presente deve honrar os seus maiores, realizando obra também vultosa?

Essa é a razão pela qual vós estais realizando, portugueses, uma obra notabilíssima de construção nacional. É porque tendes os olhos volvidos para o vosso passado histórico".

Tradição e progresso

Realmente, Sr. Presidente, não pode haver progresso sem tradição, porquanto o progresso é, na realidade, sinônimo de tradição. A origem etimológica desta palavra indica-nos que é algo que se passa de uma mão para outra, de trás para diante, pois vem, de *traditio*, do latim. Progresso significa, também, vir de trás para diante, como indica prefixo. Assim, como dizemos ingresso ou regresso, dizemos progresso. Significamos marcha de trás para diante, razão pela qual considero progresso sinônimo de tradição. E um povo que perde a sua tradição é um povo que perde a sua personalidade.

Não apenas a personalidade do homem, mas, também, a personalidade nacional tem por base a memória. Já Bergson nos ensinou isso e ensinam-nos os filósofos ingleses da Escola de Stuart Mill, quando mostram que a personalidade humana, é, por assim dizer, uma sucessão de quadros cinematográficos.

Personalidade nacional

É, portanto, a memória que mantém a personalidade de uma nação para as lutas do presente e cometimentos do futuro. Uma nação que perde a memória perde, portanto, o seu teor de personalidade: a memória da nação é a sua história, e a sua história é lembrada dia a dia, momento a momento, pela simbologia, que exprime, em síntese, os fatos passados e nos inoculam a idéia do que deveremos fazer no presente.

O Sr. Hamilton Nogueira – Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Hamilton Nogueira – V. Ex.ª está falando com muito brilho sobre os aspectos mais importantes da vida de todas as nações. É indispensável esta volta ao passado. Maurras já falava com muita precisão nas *Minhas Verdades Francesas*, e o Conde de Bonald, uma das maiores figuras políticas do século passado, afirmava este conceito interessante: "As coisas não são verdadeiras porque são tradicionais; elas são tradicionais porque são verdadeiras". É nas raízes da nacionalidade, portanto, que temos de buscar toda a seiva para a nossa vida

O Sr. *Hamilton Nogueira* – V. Ex.ª fez bem em lembrar o nome do grande Nietzsche, uma das maiores tragédias espirituais de todos os tempos: um homem que errou porque não conheceu o Cristo autêntico, mas sim o Cristo deformado. É uma interpretação de Jasper, sobre aquela expressão de Nietzsche sobre a morte de Deus, dizendo que ele não nega a existência de Deus, mas quer afirmar a ausência de Deus no coração dos homens daquele tempo, que afirmavam Deus, porém viviam como se Deus não existisse. E o mesmo Jasper, numa obra sobre Nietzsche e o cristianismo, diz que aquele filósofo fala mais pró do que contra Cristo. E é nessa fase, como V. Ex.ª acentua, da loucura, que ele acaba assinando: O Crucificado, em vez do próprio nome.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O aparte do Deputado Hamilton Nogueira me faz pensar e dizer à Câmara que Frederico Nietzsche, na verdade, não foi um fator negativo de Cristo. Foi positivo, porquanto o mal do mundo moderno não está na negação; o mal do mundo moderno está em não tomar conhecimento do problema. Aquele que nega a existência de Deus, que nega a existência da alma do homem, nega menos ou talvez esteja a afirmar, porque está a considerar.

O verdadeiro materialista, o verdadeiro ateu é aquele que não considera o problema religioso, é o agnóstico, que não se preocupa com a origem, ou com a finalidade do ser humano. Este nega mais. Por conseguinte, considero atualmente a Rússia soviética, a imensa Eurásia, que se estende desde o Danúbio até o Mar da China, como uma civilização que, no seu caráter negativo, afirma muito mais do que a pseudocivilização cristã do mundo ocidental, que não quer considerar, em face dos problemas que lhe são imediatos, o transcendente, o gravíssimo problema da origem e da finalidade humana.

O Sr. Hamilton Nogueira – Vejo que V. Ex.ª está analisando a questão como o fazem os maiores críticos contemporâneos, a começar por Müller, na sua grande obra, que já está traduzida para o português, sobre o silêncio de Deus. Ele estuda o drama espiritual de Camus, tão tragicamente falecido. Mostra que Camus não era um ateu, mas um antiteísta: ele não queria tomar conhecimento da existência de Deus. É o que se verifica hoje no mundo ocidental e a que o Papa Pio XI chamava o teísmo prático. A Rússia, a rigor, investindo contra Deus, afirma a existência de Deus. Numa visão profética do que acontece hoje na Rússia, Dostoievski, naquele livro admirável *Os Possessos,* na figura de Stavoroguini, o louco, dominado pelo ideal socialista, há esta expressão trágica: "E a noite descerá sobre a Rússia e a terra chorará seus antigos deuses". Mas esse mundo conturbado em que vivemos, V. Ex.ª o

está analisando com muita penetração, e é preciso que, nas altas Câmaras de representação popular, essas verdades eternas sejam sempre reafirmadas, a fim de que o espírito de infância que é o Grande Espírito, volte sobre os homens a fim de que na hora extrema possamos contar com a eterna infância de Deus.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª esse brilhante aparte que vem colaborar comigo no desenvolvimento do tema que me propus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmava eu que, sem Deus e sem Cristo, não resolveremos qualquer problema.

Limites do Estado segundo Cristo

Estamos vivendo um instante em que se chocam o coletivismo e o individualismo, em que se chocam o liberalismo econômico com o controle do Estado, em que se chocam o liberalismo político com os impositivos necessários à ordem social, à hierarquia e à disciplina. Como encontraremos a linha justa, a linha perfeita do equilíbrio? Se avançamos demasiadamente para um lado, poderemos cair em erro grave contra a humanidade, contra o homem, contra a sociedade, contra a Nação.

Jesus Cristo trouxe-nos a linha perfeita do equilíbrio. Todos os filósofos, principalmente no Século XIX, quiseram dar-nos soluções práticas eficientes e definitivas para estes problemas de que vos falei. Do mesmo modo, todos os sociólogos, todos os políticos, pensadores e economistas e, entretanto, a que chegamos?

Ineficácia do mito científico

Büchner, num livro intitulado *A Aurora do Século XX*, publicado em 1900, sob o entusiasmo da Exposição Técnica de Paris, afirmava que este nosso século iria ser o século da paz, da paz interna dos povos e da paz internacional, porquanto a ciência e a técnica tinham avançado tanto e avançariam ainda mais, que teriam circunstâncias novas à paz do mundo.

É pena que Büchner não estivesse vivo em nossos dias para verificar o trágico e pavoroso panorama da guerra fria, o terror das nacionalidades, olhando-se, umas para as outras, como tigres que se temem. A ciência não resolveu os problemas humanos, porquanto sendo ela serva do homem, da sua inteligência, da sua capacidade de discernir, quis tornar-se senhora; e finalmente, a própria ciência subordinou-se à técnica, e vivemos numa época de paganismo criando novos deuses para suprir as deficiências do nosso mundo interior. É neste momento que nós, com a tradição cristã brasileira, devemos ter os olhos voltados para Cristo, que esteve presente conosco desde o início de nossa nacionalidade.

O Sr. Oswaldo Lima Filho – A proposição que V. Ex.ª oferece é de inegável oportunidade e traduz muito bem o sentimento da maioria do povo brasileiro, por nós representado nesta Casa do Congresso Nacional. Por isso, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, desejo trazer meu apoio a V. Ex.ª pela proposição que submete à Casa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O apoio que me é dado, neste aparte, pelo nobre Líder do Partido Trabalhista Brasileiro enche-me de satisfação, porque verifico que após o pronunciamento da UDN vem o partido dos trabalhadores confluir no mesmo pensamento. Realmente, é o povo brasileiro que está pedindo Cristo entre nós.

O Sr. Mário Gomes – Nobre Deputado Plínio Salgado, quero, em nome da Maioria, congratular-me com V. Ex.ª pela proposição, naturalmente inspirada por Deus, que apresenta neste momento. Asseguro ao nobre orador que a Maioria sente-se feliz e apóia intransigentemente a proposição apresentada.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Regozijo-me mais uma vez por esta manifestação do Partido Social Democrático, que é uma grande corrente de opinião, e da Maioria desta Casa, que vem também confluir neste imenso caudal do pensamento cristão brasileiro.

O Sr. Norberto Schmidt – V. Ex.ª, Deputado Plínio Salgado, disse tão bem, que traduz o pensamento da Casa. Pelo menos, parece-me, foi o que ouvi de V. Ex.ª. Se não disse, perdoe-me o nobre colega. Naturalmente, teria sido dito pelo Deputado que me antecedeu e eu não atentei bem. Mas, não poderia deixar de vir aqui, neste momento, render minhas homenagens pelas suas brilhantes palavras, que realmente devem estar sendo proferidas em nome de toda a Casa. Quero, neste momento, como representante do Partido Libertador, dizer a V. Ex.ª que faço minhas, se me permite, as palavras de V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Obrigado a V. Ex.ª e ao Partido Libertador.

O Sr. Arruda Câmara – Não poderia faltar, de maneira alguma, a V. Ex.ª e à sua proposição, a solidariedade do Partido Democrata Cristão. Quando se discutiu a matéria, pela primeira vez, no Palácio Tiradentes, coube ao nosso Partido, através da modesta palavra do aparteante, responder as objeções de ordem teológica e bíblica apresentadas à idéia. Neste momento V. Ex.ª conta

ainda, como daquela feita o seu representante na Câmara Federal, com todo o nosso apoio e o mais caloroso aplauso. Posso adiantar que já havia iniciado gestões junto à Mesa para que se fizesse a entronização do Cristo na Casa dos representantes do povo. Além disso, quero declarar ainda a V. Ex.ª – e o Presidente, naturalmente o fará em comunicação da sua alta cátedra – que já se havia combinado para a próxima quinta-feira, dia do Corpo de Deus, não só a páscoa coletiva dos parlamentares, mas, após essa cerimônia, a entronização da imagem do Cristo crucificado, no recinto do Palácio do Povo.

O Sr. Campos Vergal – Nobre Deputado Plínio Salgado, não há nesta Casa quem tenha maior admiração por V. Ex.ª quanto eu, pelo seu patriotismo, alta filosofia e magnífico talento. Fugiria, porém, a imperativo de minha consciência afirmando que darei, na oportunidade, meu voto favoravelmente à indicação de V. Ex.ª. Sou espírita militante, praticante. Entretanto, nos meus templos, nos meus centros e de meus confrades, não temos o hábito de colocar a imagem de Cristo nas paredes. Nós outros preferimos colocá-la no coração, o que é muito difícil. Com um pouco de música, discursos brilhantes, eleva-se a imagem de Cristo nas alturas, mas é preciso senti-lo e vivê-lo em nosso próprio coração. Em assim sendo, quando o ilustre Líder da Maioria falou em nome do Partido, fiquei na obrigação de vir a esta tribuna, representando o pensamento dos espíritas, dos liberais, dos teosofistas e, talvez, até dos protestantes e evangélicos, dos que, na ocasião propícia, também darão seu voto contrário à respeitável indicação de V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, permita-me V. Ex.ª, já no final desta oração, que não durará senão alguns minutos, para arrematá-la, responder ao aparte do Deputado Campos Vergal, que é uma das figuras que mais prezo, admiro e estimo nesta Casa.

O Sr. Campos Vergal – Obrigado a Vossa Excelência.

Necessidade de um estímulo sensível

O SR. PLÍNIO SALGADO – É S. Ex.ª homem profundamente cristão. Entende, assim, como também eu, que nós, homens, precisamos realmente ter Cristo no coração, em nossa alma, no fundo de nosso espírito, na prática de nossos atos e na fuga dos atos maus. Mas, nós, somos humanos, inquinados pelo mal e tendentes, de tal maneira, à prática daquilo que no meu livro, aqui citado, chamo "a flauta de Pan da morte", isto é, o pecado, a tocar a sua avena para destruir-nos, chamando-nos; e nos sentimos tão miseráveis e pequenos e tão incapazes de corresponder ao amor de Cristo, que precisamos de sugestões



1. Problemas Doutrinários e Problemas Partidários

PRESENÇA DO INTEGRALISMO NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA E RAÍZES DA CRISE CONTEMPORÂNEA

Sessão de 15 de abril de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é natural a expectativa, não somente daqueles que pertencem à minha corrente partidária, mas ainda daqueles que se filiam a outas agremiações políticas, pelo meu primeiro pronunciamento na Câmara dos Deputados.

Não houve, nos últimos tempos da história brasileira, doutrina mais controvertida e homem em torno do qual se debateram opiniões mais contraditórias do que a doutrina que prego e do que a minha própria pessoa. É natural esta expectativa. Entretanto, a responsabilidade, não apenas de líder da minha bancada, mas de chefe do meu partido, exige que me caiba abrir os primeiros debates em que tomarão parte, no curso da presente Legislatura, os Deputados pertencentes à minha agremiação.

Agradecimento ao Paraná

Sr. Presidente, fui eleito por imposição de disciplina partidária. Para mim, seria de muito maior agrado percorrer constantemente as terras do Brasil a despertar a consciência do meu povo para nossas realidades, e, principalmente, para os problemas humanos universais e nacionais-brasileiros, que tanto afligem os espíritos no momento histórico que passa. Meu partido, entretanto, impôs-me o dever e a obrigação de pleitear uma cadeira e, entre os Estados que me ofereciam esta honra, o Paraná foi o preferido, por me haver dado a maior votação quando da sucessão presidencial em 1955. Cumpre-me, portanto, inicialmente, agradecer ao povo paranaense a grande, a expressiva votação que me conferiu, ao enviar-me para esta Casa do Parlamento.

Raízes de família me prendem àquele Estado desde o século passado e aqui, pugnando pelos problemas fundamentais da Nação, jamais me esquecerei de lutar pelos interesses específicos da terra paranaense.

Homenagem ao Legislativo e aos Partidos

Cumpre-me a mim, no entanto, justamente por ser tão controvertida a doutrina que propugno, iniciar minhas palavras, rendendo um preito de homenagem ao Legislativo Nacional. Jamais, em tempo algum, foi mais

necessário à República o prestígio do Poder Legislativo. É preciso, mais do que nunca, prestigiarmos as Casas do Congresso, porquanto representam o penhor da liberdade para os brasileiros, penhor da livre expressão das diferentes opiniões que aqui se manifestam, visando todas à felicidade da Nação.

Nessa altura, quero também render homenagem aos partidos brasileiros, a essas organizações cujo drama é imenso, pois pretendem coordenar a opinião nacional contra todas as injunções dos regionalismos, contra todas as dificuldades que, no regime federativo, se oferecem ao funcionamento uniforme das agremiações políticas do País. É drama que atravessam desde a fundação da República. Os partidos do Império, já nos últimos tempos, se enfraqueciam, se dividiam e como que morriam, a ponto de, desde a queda do Gabinete Zacarias, praticamente não funcionarem. Com o advento da República, foi necessário – viram isto Rui Barbosa e os grandes fundadores do novo regime – criar-se um tipo de partido que constituiu, poderemos dizer, na História, um partido único, fato original nas Américas. Dividir-se pelos Estados federativos, mudando apenas as siglas. Era, porém, o mesmo Partido Republicano que deveria escorar e garantir a continuidade e vigência do novo regime.

Compreendo nosso drama, terrível drama, pretendendo ser nacionais e lutando contra todas as injunções de regionalismos que impedem os grandes lineamentos doutrinários e políticos das verdadeiras agremiações de caráter nacional. Rendo, portanto, homenagem aos partidos da República que, como o meu, lutam tremendamente por impor um pensamento nacional e coordenar as opiniões num sentido superior de realização da grande pátria brasileira.

Estilo e atitude política

Mas, Sr. Presidente, ilustres colegas, minha presença nesta Casa naturalmente irá decepcionar aqueles que esperam de minha palavra larga demagogia popular, uma demagogia comicieira, no sentido de arregimentar eleitores, falando mais para fora do que aqui para dentro. Irá também decepcionar, por outro lado, aqueles que pensam, por nos verem arregimentados, no sentido da maioria, que deverei aqui defender sistematicamente o Governo, porquanto a nossa bancada resolveu, obedecendo aos impositivos da Convenção Nacional do partido, conservássemos posição independente, para analisar, com liberdade, os problemas que se nos oferecerem à consideração. Em tudo aquilo que o Governo merecer o nosso aplauso, nós lho daremos, mas teremos, repito, posição de independência para criticar livremente aquilo com que não estejamos de acordo.

Serenidade da experiência

Isto posto, quero dizer aos ilustres colegas que entro para esta Casa com perfeita serenidade, a serenidade que advém de 26 anos de lutas permanentes, de 39 anos de estudos e inquietações, trabalhando constantemente por minha Pátria, muitas vezes incompreendido, mas amando-a, de qualquer modo, porquanto, como dizia o revolucionário Siqueira Campos, à Pátria tudo se dá, à Pátria nada se pede, nem mesmo a compreensão.

Terão os nobres Deputados, portanto, em mim, um companheiro para os trabalhos fecundos do Legislativo, sereno e tranqüilo, com a experiência dos homens e dos acontecimentos históricos.

Vi muito e conheci os homens

Vi muito, através de 26 anos de luta. Vi cair uma estrutura política que predominava no Brasil até 1930. Vi surgir o momento da confusão, o momento da perplexidade, que foi de 30 a 32. Assisti ao levante paulista, pretendendo repor o Brasil no seu equilíbrio constitucional, e, naquela altura, desfraldei também minha bandeira, que provinha de longos estudos e meditações, do amor profundo pela minha Pátria.

Depois, assisti, no novo período constitucional, à insuficiência de funcionamento do regime, a tal ponto que não soube defender-se do golpe de Estado de 11 de novembro de 1937. Não pactuei com aquele golpe. Não aceitei aquela Constituição, por ter caráter totalitário.

Posteriormente, sobrevieram perseguições, a que nos sujeitamos, e então conheci outros homens, homens da oposição, homens que comigo confraternizaram, no sentido de restaurarmos a Carta de 34. Depois foram prisões, o exílio, a saudade da Pátria, o pensamento sempre voltado para o Brasil, e, finalmente, o meu regresso na nova era constitucional.

Vi muito. Conheci os homens. Sofri bastante. Por isso, venho aqui com a serenidade perfeita daqueles que se experimentaram nas próprias lutas de sua vida.

A verdade nacional

Aqui está, conseqüentemente, um parlamentar grave e desapaixonado que não usa das armas da demagogia no intuito de sublevar e cortejar as massas populares. Posso dizer a V. Exas. que jamais, nesta tribuna, cortejarei as multidões. A verdade nacional, a verdade que interessa aos brasileiros é uma verdade que só pode provir do estudo, das meditações, dos conhecimentos técnicos das elites dirigentes. Jamais cortejarei com o meu chapéu as massas

eleitorais, porque ao povo quero servir e não mentir. Não minto ao povo porque o amo profundamente.

Belo aparte de Rui Ramos

O Sr. Rui Ramos – V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Com muito prazer.

O Sr. Rui Ramos – Eminente colega, esta é a primeira oportunidade em que o ilustre líder político ocupa a tribuna desta Casa do Parlamento. Por maiores que possam ter sido, no passado, as divergências ideológicas entre o partido de V. Exa. e o meu, faço justiça, reconhecendo na pessoa e na ação do ilustre patrício um dos maiores lutadores de idéias do Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Exa.

O *Sr. Rui Ramos* – Talvez, na atualidade, e dentro desta Casa, V. Exa. e o Deputado Raul Pilla, nosso colega de representação rio-grandense, sejam os dois mais antigos lutadores por idéias políticas – V. Ex.ª defendendo o ponto de vista doutrinário do seu partido, e o Professor Raul Pilla, na intransigente defesa do parlamentarismo. Nós outros estaremos sempre prontos a elogiar, a estimular os lutadores de idéias, embora nem sempre com elas concordemos. Quero dar, entretanto, o testemunho daquilo que chamaria a evolução do partido de V. Exa. no sentido das massas populares, porque, no último pleito, tivemos o apoio do partido de V. Exa. e com ele realizamos acordo noRio Grande do Sul. E, hoje, só temos razões de orgulho e de satisfação por essa convivência, porque o partido de V. Exa. que é arregimentado no Rio Grande – um grupo da classe média, muito expressivo e idôneo – nos prestou não só valiosa colaboração quantitativa, como também perfeita assistência de idéias, na pregação dos nossos postulados. Tivemos o prazer de eleger para o Senado da República ilustre membro de seu partido no Rio Grande, o Professor Guido Mondin, que está honrando nosso Estado naquela alta Casa do Parlamento brasileiro. Tenho todos os livros de V. Exa., alguns mesmos oferecidos pessoalmente pelo ilustre colega, e os li. Muitas teses neles contidas coincidem absolutamente com aquelas que meu partido defendia, através do apostolado de Getúlio Vargas. De outras divergimos. Mas isso não fez com que nos afastássemos totalmente e hoje testemunhamos, ao contrário, a aproximação dos nossos dois partidos. De sorte que, pela sua longa luta de idéias, pelo seu apostolado em favor das doutrinas que defende, pela publicação de notáveis livros que já definiram sua contribuição às nossas gerações, tenho o prazer de, em nome da bancada do PTB do Rio Grande do Sul, apresentar saudações a

Vossa Excelência e desejar pleno êxito na sua passagem por esta Casa do Congresso.

O poder dos construtores

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, receber um elogio de Rui Ramos, o grande parlamentar e orador rio-grandense, é muito. Receber a palavra de compreensão do Partido Trabalhista Brasileiro é ainda mais. É um desses confortos que o homem recebe no curso de sua trajetória histórica, ver que gradualmente suas idéias vão encontrando compreensão. De fato, como disse o poeta Rainer Maria Rilke, tudo o que neste mundo é definitivo e grande, é lento e demorado. Souberam disso os construtores de pátrias, os que trabalharam não para anos, porém, para séculos, os que se entregaram, de corpo e alma, à grande obra da edificação nacional. Já me conforta, a esta altura da minha existência, verificar que gradativamente uma idéia que apenas lucilava nos horizontes da Pátria vai crescendo em clarão, pela compreensão e boa vontade de seus patrícios.

É o dinheiro que comanda as eleições

O *Sr. Paulo de Tarso* – Estou ouvindo com toda a atenção a exposição de V. Exa.. Uma inteligência adulta alimenta-se de sua própria experiência. E nada há tão de acordo com a razão, dizia Pascal, quanto a retratação da razão. Percebo que V. Exa. aproveitou bem a experiência política que teve e hoje apresenta à consideração da Câmara dos Deputados um pensamento político que merece integral respeito de todos quantos o estão ouvindo com a atenção que V. Exa. merece. Mas V. Exa. fez referência, ainda há pouco, à verdade das elites e disse que se preocuparia com ela e não em cortejar as multidões.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Minha preocupação é servir ao povo.

O Sr. Paulo de Tarso – Ora, nobre Deputado, sabemos que a finalidade da política é o bem comum, o bem do homem na sociedade, a boa condição de vida da multidão. Quero, pois, apartear V. Exa. para dar-lhe oportunidade de explicitar melhor o pensamento que enunciou de forma tão genérica, para que não fique a impressão de que, com essas expressões, V. Exa. reedita sua crítica feita noutras oportunidades ao sufrágio universal. Concluindo, direi a V. Exa. que não considero o sufrágio universal ameaça à democracia: antes, constitui parte essencial do regime democrático. O sufrágio universal poderá ser ameaça ao capitalismo, porque dá às classes dominadas grande instrumento de libertação – o poder político.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Hoje, ele não oferece essa ameaça ao capitalismo, porque, depois que se inventou o rádio, a televisão e a grande imprensa, é o próprio dinheiro que comanda as massas eleitorais, conforme declarou o Papa Pio XII, numa alocução em que definia "povo" e "massa": povo é o conjunto de pessoas conscientes, e massa, o conjunto de indivíduos, não mais pessoas, tangidos pelo dinheiro, pela propaganda e pelos aventureiros de praça pública.

O Sr. Paulo de Tarso – Agradeço o contra-aparte de V. Exa. e peço permissão para concluir minhas observações, que V. Exa. generosamente consentiu iniciasse.

Entendo que o bem comum é sobretudo valor moral e, nesse sentido, tenho muito mais medo do eleitor instruído e desonesto do que do eleitor sem instrução, mas honesto. Se o bem comum é valor moral, se devemos excluir do sufrágio universal um tipo de eleitor, faz-se mister procurar critério para excluir o eleitor desonesto e não o eleitor sem maior instrução, por falso preconceito. Além disso, se cultura é domínio da inteligência sobre os instintos, creio, nobre Deputado, há muito analfabeto mais culto de que muito homem que se considera instruído.

O que é o voto

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Exa. que antecipou o desenvolvimento do tema que irei tratar dentro em pouco. Mas, uma vez abordado, devo dar minha definição de voto. Entendo que o voto é deliberação que se toma acerca de objeto conhecido. Se eu for chamado para decidir qual o melhor couro para sapatos, direi que sou incompetente porque não sou curtidor, nem seleiro, nem sapateiro. Por conseguinte, entendo que o voto técnico, moderno, deve ser aquele que dá liberdade plena para que todos votem, para que ninguém deixe de votar, condicionando, entretanto, o voto de tal maneira que aquele que votar conheça o objeto sobre o qual está votando. E', aliás, o que vou desenvolver, dentro em pouco, e que V. Exa. me fez antecipar. Agradeço o aparte de V. Exa., que muito me honra porque V. Exa. foi um dos oradores mais brilhantes que tive ocasião de ouvir no início desta Legislatura.

O Sr. Paulo de Tarso – Obrigado a V. Exa.

Crise Brasileira e Crise Mundial

O SR. PLÍNIO SALGADO – Retomo o fio de minhas considerações, meus ilustres colegas. O que nos deve preocupar, no atual momento, e

preocupa, aliás, a bancada do meu partido, é realmente a crise brasileira, crise da qual falaram quase todos os Deputados nesta tribuna, cada qual ferindo um aspecto, cada qual demonstrando uma inquietação, cada qual denunciando um desequilíbrio, cada qual aspirando à realização de harmonia social e econômica condizente com a felicidade de nosso povo.

Pergunto eu: como poderemos fixar os olhos apenas na crise brasileira sem a inserirmos na crise internacional? A crise brasileira está integrada no quadro geral de todas as crises porque atravessa a humanidade. A crise atravessada pelo povo é uma crise de adaptação, não tenho a menor dúvida. Há 50 anos, não tínhamos o aparelhamento e a maquinaria moderna de hoje. Não havia televisão, não havia rádio, não havia o automóvel, não havia o avião. Tudo era primitivo no sentido dos transportes e das comunicações humanas. O ritmo da produção industrial era menos acelerado. Acelerou-se gradativamente, pode-se dizer, em progressão geométrica, da mesma maneira que novos métodos de agricultura foram aperfeiçoados. Da melhor compreensão das necessidades da terra, adveio a técnica dos adubos e maquinaria moderna, desse modo acelerando-se a marcha da produção agrícola e industrial em vários países do mundo. Isso criou uma situação para a qual a humanidade não estava ainda preparada. Não estava preparada, já não digo apenas psicológica, mas também fisiologicamente. O número de emoções que o homem recebe num dia, atualmente, por existir o telefone – cada assunto provoca determinada reação emotiva própria – o número de emoções, repito, que recebe – dez, quinze ou vinte, por dia, sobre assuntos financeiros, políticos ou de família – não é condizente com sua própria estrutura fisiológica, que deve ser condicionada a determinado ritmo biológico e evolutivo.

Desequilíbrio europeu

O que sucede individualmente às pessoas, acontece com as nações. Então, precipitando-se a grande crise com a guerra que estourou no mundo, de 1939 a 1945, tivemos, no fim do conflito, o tremendo desequilíbrio internacional. O primeiro desses desequilíbrios foi o europeu.

André Siegfried, grande geógrafo, economista e historiador, recentemente falecido, num estudo feito sobre a Suíça, mostra os impositivos do equilíbrio europeu, baseado na Europa Central. O perigo do desequilíbrio europeu já foi até pressentido pelos romanos, pois, enquanto as legiões de César invadiam as Gálias e as de Cláudio iam até a Grã-Bretanha, e por outro lado as campanhas de Germânico atingiam a Ilíria, os romanos se detinham às margens do Reno. Além do Reno, existiam povos visigóticos que eram uma espécie de tampão contra a imensidade eurásica, onde se encontravam os citas e

os hunos que, mais tarde, deveriam derramar-se sobre a Europa, anunciados pelo tropear do cavalo de Átila.

Muito depois, verificamos que através das lutas dinásticas da Idade Média, do Sacro Império Romano, e dos prelúdios dos tempos modernos, havia a preocupação desse equilíbrio, tendente a evitar que sobre a Europa se desbordasse o imenso dilúvio de além do Vístula e do Volga.

No século passado, torna-se mais evidente esse sentido do equilíbrio europeu, quando, após as guerras napoleônicas, reunido o Congresso de Viena, toda a preocupação de Metternich, Talleyrand e Canning era restabelecê-lo, de sorte a contrabalançar o poderio russo, colocando, de um lado, o Império Otomano e, de outro lado, o Império Austro-Húngaro, como verdadeiros Estados-tampões, para evitar a derrocada européia.

Mais tarde, vemos, na época de Bismarck, a grande preocupação de Disraeli, que parte de Londres para conferenciar com o chanceler prussiano, a fim de impedi-lo de invadir a Áustria, porque iria quebrar o equilíbrio da Europa.

A tragédia de Yalta

Ora, em 1945, ao terminar a guerra, os homens que se achavam à frente dos destinos da humanidade, não estavam, por certo, preparados historicamente para compreender o grande perigo que lançavam sobre o mundo. De sorte que, em Yalta, quando se reuniram os Três Grandes – Churchill, Roosevelt e Stalin – tudo foi concedido ao império eurásico: a anexação da Letônia, da Lituânia e da Estônia; a anexação da parte da Polônia que os nazistas haviam doado ao Estado soviético, a ocupação da Alemanha Oriental, a invasão da Europa, não pelos Bálcãs, como era mister, para manter o equilíbrio europeu, mas a invasão pela França e pela Itália. Ainda mais: quebrou-se o equilíbrio do Extremo Oriente, com a entrega do controle da estrada de ferro do norte da Manchúria ao império soviético, estrada tão importante estrategicamente que ocasionou a guerra de 1904 entre a Rússia e o Japão. E ainda: a entrega das Ilhas Sakalinas e Kurilas, bases militares importantes para o domínio asiático, à Rússia Bolchevista. Porém, fez-se mais: não tendo entrado a Rússia e o Japão em guerra entre si, foi permitido à Rússia assistir à capitulação japonesa, entregando-se-lhe a Coréia do Norte, o que ocasionou, mais tarde, a morte de milhares de jovens americanos. Esse desequilíbrio estratégico, causado por Yalta, foi agravado quando as tropas do General Patton já tinham invadido a Alemanha até Dresde e receberam ordem de recuar para esperar três dias as tropas do General Zukov. Por conseguinte, esse foi o primeiro grande desequilíbrio que caiu sobre o mundo. Mas temos outros desequilíbrios, que também vieram, como o desequilíbrio jurídico dos povos.

Nosso grande patrício Rui Barbosa, em Haia, em 1907, levantando-se contra a tese do Barão Marshall von Bilberstein, que pretendia fosse o mundo governado pelas grandes potências, teve a sustentá-lo, na sua atitude, o Barão do Rio Branco, no tempo em que o Brasil tinha verdadeiros gigantes como estadistas. E o Barão do Rio Branco, concatenando todas as forças da América, comunicou aos Estados Unidos que, se não apoiassem eles Rui Barbosa, estaria quebrado o pan-americanismo. Os Estados Unidos foram obrigados a seguir Rui e a tese do Barão Marshall von Bilberstein caiu, porque naquela época ainda podíamos ditar nossa palavra aos Estados Unidos, e não abaixar a cabeça, como tem ocorrido agora. (*Palmas.*)

O Sr. Carlos Lacerda – V. Exa. permite um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Carlos Lacerda – Com o respeito que nos merecem os adversários quando eles têm a cultura e a coerência que quase sempre V. Exa. tem demonstrado no seu esforço, permito-me, com a sua licença, interromper a análise que, através da citação de episódios da História de nossos dias, V. Exa. vem fazendo, para dizer que V. Exa. esquece o fator essencial – o da tranformação de um sistema de idéias e de uma estrutura social que vigia no mundo, defendido pelos homens de Estado a que V. Exa. acaba de aludir – Talleyrand, Canning, Bismarck e tantos outros, V. Exa. não pode esquecer, ilustre Deputado, e certamente não esquecerá na continuação da sua exposição que, na realidade, se em Yalta foi cometido um erro, e foi, erro maior teria sido o de não se unirem esses homens e permitirem o desbordamento de Hitler sobre o mundo, com suas legiões agressivas e opressoras, que tão facilmente deram as nações a Stalin, no pacto teuto-soviético.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estou de acordo. Apenas trocamos uma tirania por outra.

O Sr. Carlos Lacerda – Se esse pacto tivesse prevalecido, se Hitler tivesse conseguido ganhar a guerra ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estávamos perdidos.

O Sr. Carlos Lacerda – ... se ele não tivesse sido vencido por esses homens de Estado e esses povos em busca da liberdade, a que V. Exa. acaba de aludir,

que seria de nós, de nossa liberdade? E que seria de suas próprias idéias? Não teria tido V. Exa. oportunidade de revê-las, como hoje o está fazendo, com tanto brilho. (*Palmas.*)

Uma tirania substituiu outra

O SR. PLÍNIO SALGADO – O ilustre Deputado Carlos Lacerda, que me honrou com este aparte, devia, à proporção que falava, saber intimamente que estou de pleno acordo com S. Exa. Realmente, eu estaria no exílio até hoje se, por acaso, vencesse o Eixo, vencesse Hitler, porque então predominaria um tipo de ditadura nacionalista e socialista, como esta que atualmente já está novamente ameaçando o mundo. Depois do advento de Khrustchev, a Rússia já não lança propriamente o comunismo, mas o nacional-socialismo entre os povos.

Mas isso tudo, a bela atitude de defesa das potências ocidentais, tudo isso não justifica o erro final da guerra, que foi substituir uma ameaça por outra ameaça às nossas liberdades.

O Sr. Colombo de Souza – V. Exa., no início do seu discurso, aludiu à crise brasileira como conseqüência unicamente da crise internacional.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não unicamente, porque ainda vou desenvolver meu pensamento.

O Sr. Colombo de Souza – Queria apenas dizer que, na realidade, a crise brasileira tem características próprias.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Tem realmente.

O Sr. Colombo de Souza – No entanto a política brasileira está evoluindo no sentido de admitir cada vez mais a influência dos fatores de ordem externa. Nesses fatores, Vossa Excelência aludiu à quebra da política do equilíbrio europeu que se estabeleceu depois da Guerra dos 30 Anos. Na realidade, a política do equilíbrio europeu, em favor da Inglaterra, foi quebrada depois da última guerra. Mas, Deputado Plínio Salgado, V. Exa. há de concordar em que, com esta política, o que se permitiu, efetivamente, foi o advento dos povos africanos e dos povos asiáticos, que tomaram conhecimento e uso da máquina, fazendo viver aquele drama que Maritain já havia descrito, em sua célebre obra *O Homem e a Máquina*. Hoje, o que estamos vendo é justamente a incorporação de milhões, de centenas de milhões de habitantes da África, da Ásia e da Oceania, que vêm, por assim dizer, compartilhar dos benefícios da técnica e da civilização. É bem certo que haja

um desequilíbrio inicial, mas não devemos pensar com o pessimismo de Osvaldo Spengler: julgava ele que apenas por se dar direitos aos povos sul-americanos, estivesse inteiramente em perigo a cultura ocidental, a cultura cristã. Não. Vamos crer no homem, na nossa capacidade, porque elaboraremos certamente nova forma de vida, com a sobrevivência do elemento humano e do elemento moral.

O SR. PRESIDENTE – (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) – Desejo lembrar ao nobre orador que dispõe de apenas cinco minutos para terminar seu discurso.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Lamento profundamente, tenha sido tão curto meu tempo para desenvolver a tese fundamental que aqui me trouxe. Os brilhantes apartes com que me honraram meus colegas desviaram-me um pouco do assunto.

O que desejava dizer é que houve um desequilíbrio estratégico-militar e um desequilíbrio jurídico, porquanto a ONU, quando se organizou, adotou a idéia hitlerista, a idéia do Barão Marshall von Bilberstein, dando privilégio aos Quatro Grandes para governarem as demais nações do mundo. A desigualdade entre os povos, portanto, é mais um desequilíbrio ocorrente após a guerra que terminou em 1945, e o que é profundamente degradante para a humanidade. (*Apoiado.*)

Desequilíbrio econômico

Em seguida,quero falar do equilíbrio econômico propriamente dito, que também foi rompido. A situação atual é de tal maneira que nós, povos subdesenvolvidos, nós, povos semicoloniais, como chamam os marxistas, queremos comprar e não compramos porque não temos dinheiro, e os Estados Unidos querem vender e não têm para quem. A crise nos Estados Unidos vai acentuar-se cada vez mais. É documento impressionante o relatório de Malenkov, apresentado no XIX Congresso do Partido Comunista, antes que caísse do poder, em que, estudando a estrutura econômica dos povos do Ocidente, demonstra que não será necessária a guerra para destruir-nos, o Ocidente.

Realmente, os Estados Unidos, se acaso agora suspendessem a indústria de guerra, ficariam com cerca de 15 milhões de desempregados, porquanto já têm perto de 7 milhões. Portanto estamos em crise tanto nós, que não temos dinheiro, como os Estados Unidos, que têm muito dinheiro.

O Sr. Breno da Silveira – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Breno da Silveira – Eu não queria que V. Exa. abandonasse a tribuna – o que fará por contingência do Regimento – sem, antes, dar-lhe um depoimento. Durante a nossa juventude, inclusive quando estudante de medicina na Capital da República, em 1934, assistimos aos acontecimentos que se desenrolaram em nossa Pátria e acompanhamos a trajetória política de V. Exa. Neste momento V. Exa. fala à Câmara e notamos que evoluiu nas suas idéias, especialmente no que se refere ao que, quando jovens, lemos a seu respeito. Sempre acompanhei a ação de V. Exa. Durante a minha vida, embora curta, atribulada, de médico e de participante da vida pública do País. Queremos apenas estranhar que tudo o que então eu sentia e via se transformou de repente no discurso que hoje ouvimos. Eu me recordo perfeitamente da exposição antifascista realizada ali no Largo da Carioca; das publicações feitas durante a Guerra e do *Livro Azul*, documento oficial de grande envergadura, editado pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos e que lançou ao desprezo da opinião pública a extinta Ação Integralista, hoje PRP.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. está reeditando calúnias já esmagadas.

O Sr. Breno da Silveira– Quero dizer ainda mais, que naquela ocasião, durante as lutas antifascistas travadas na Capital da República e em todo o País, tínhamos uma idéia diferente da que hoje prega V. Exa. Ainda ano passado, em plena campanha política que vivemos no Brasil, assistimos a cerimônias de natureza completamente abolida na vida dos partidos democratas, como as rocambolescas cenas de sinos badalando e coisas desse teor, desenroladas nesta cidade, o que pensávamos estivesse inteiramente extinto.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. não entende o assunto de que está falando.

O Sr. Breno da Silveira – Por isso, a minha estranheza de democrata sincero, que neste momento talvez fique contente, jubiloso, por ver essa evolução de V. Exa., apresentada num discurso a que eu, homem de luta antifascista, tenho de opor certa reserva, a fim de que a real evolução de seu pensamento possa ser apreciada numa crítica mais profunda, por meu

intermédio ou outro líder de meu Partido Socialista, fazendo-se uma análise da antiga Ação Integralista, representada pelo PRP, na pessoa de Vossa Excelência.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pergunto ao meu nobre aparteante apenas o seguinte: leu minha obra *Direitos e Deveres do Homem*?

O Sr. Breno da Silveira – Não.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. leu minha obra *Psicologia da Revolução*, publicada em 1934?

O Sr. Breno da Silveira – Apenas acompanhei a pregação de V. Exa., na minha qualidade de elemento contrário à Ação Integralista.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. lutava sem ter lido os livros que publiquei? Não conhece nenhuma de minhas obras? Publiquei 70 obras. V. Exa. pode citar alguma onde haja pregação de fascismo? Quero dizer a Vossa Excelência que fui o primeiro que se levantou no Brasil contra o nazismo, num artigo publicado em 1935, posteriormente reproduzido num livro de minha autoria, em que mostrei o caminho catastrófico em que se lançava a Alemanha. Recebi, em virtude do mesmo, inúmeras manifestações de bispos e arcebispos, aplaudindo minha iniciativa. V. Exa. não leu nada, não conhece nada e quer-me criticar.

O Sr. Breno da Silveira – Citarei, neste plenário, todos os trechos em que V. Exa. atacava o regime democrático, inclusive o voto popular. V. Exa. não perderá por esperar.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Combati os plebiscitos mentirosos que o nazismo realizava, como hoje se realizam eleições mentirosas à custa de dinheiro.

O Sr. Breno da Silveira – A opinião pública ainda guarda bem vivas as impressões que tivemos, inclusive quando do torpedeamento dos nossos navios.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Isso é uma calúnia muito grande, já desmentida com documentos ...

O Sr. Breno da Silveira – Há dias V. Exa. apoiava a orientação do Governo e ainda há pouco o PTB levantava hosanas a V. Exa., esquecido de que o *putsch* integralista em que se tentou matar Getúlio Vargas foi de inspiração de V. Exa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É falso. V. Exa. está desnivelando o debate, tirando-lhe o teor elevado, para vir com calúnias soezes; que rebato, e voltarei em posterior discurso, para tratar especialmente desses assuntos.

Apartes incoerentes e insensatos

O Sr. Hamilton Nogueira – Permita-me, Sr. Deputado Plínio Salgado, V. Exa. sabe que nossas relações de mútua estima começaram muito antes do nosso ingresso na política, quando Vossa Excelência escreveu seu admirável livro *O Estrangeiro* ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Que foi a primeira pregação antifascista no Brasil, em que meu personagem, o Professor Juvêncio, mata os papagaios por cantarem a *Giovinezza*.

O Sr. Hamilton Nogueira – ... que marcava uma fase do verdadeiro movimento nacionalista. Mais tarde, em 1931, V. Exa. publicou o seu romance *Esperado*, onde já havia um itinerário para a Ação Integralista Brasileira. Todos nós somos testemunhas da fidelidade de V. Exa. às idéias que defende. É claro, não vou entrar em polêmica com V. Exa., recordando os aspectos negativos, dolorosamente negativos da Ação Integralista Brasileira (*muito bem*). Quero louvar V. Exa. à evolução democrática que sofreu, como eu também sofri. V. Exa. é da minha geração; fomos marcados pela *action française*. Éramos homens que pregávamos regimes de autoridade e ditaduras. (*Muito bem.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ditadura, não; mas autoridade eu prego.

O Sr. Hamilton Nogueira – Eu pregava a ditadura; V. Exa. praticou e ajudou a ditatura (*muito bem*). Quero dizer a V. Exa ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Quando ajudei a ditadura?

O Sr. Hamilton Nogueira – V. Exa. ajudou o golpe de 37. Foi a Ação Integralista Brasileira que fez com que se fechasse o Parlamento e se aniquilassem as liberdades públicas do Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. está equivocado. V. Exa. não está de acordo com a história documentada do tempo.

O Sr. Hamilton Nogueira – A mudança de opinião de V. Exa. é em louvor a V. Exa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não mudei de opinião.

O Sr. Hamilton Nogueira – Agora V. Exa. quer negar aquilo que está escrito, quer negar o que V. Exa. afirmava: quem não era integralista, era comunista. Está aí o jornal de V. Exa. com a sua assinatura. Quero aqui manifestar a evolução democrática de todos nós, porque todos sofremos na carne. Sabemos que o homem só pode viver com dignidade no regime democrático e não numa ditadura.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sofri, na carne, mais do que V. Exa. Meus companheiros foram os únicos que derramaram sangue para restaurar a Carta Democrática de 34.

Povo e massa

O Sr. Hamilton Nogueira – Derramaram sangue, também, todos aqueles que defenderam o regime legal. Brasileiros morreram nos navios torpedeados. V. Exa. está querendo debater este assunto, e eu quero louvar a mudança de opinião de V. Exa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Já disse que não mudei. Eu queria entrar num plano alto, mas V. Exas. é que me levam, num momento perigoso para os destinos do Brasil, para o terreno raso de retaliações pessoais.

O Sr. Hamilton Nogueira – É que V. Exa. interrompeu meu raciocínio. V. Exa. incidiu num equívoco, quando fez aquela distinção entre pessoa e massa. Não esqueça V. Exa. que a massa é constituída de pessoas, as pessoas desenraizadas ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. deve criticar o Papa Pio XII. A frase não é minha, mas de S. Santidade.

O Sr. Hamilton Nogueira – ... criaturas desenraizadas da religião, da pátria e que estão ao sabor de ditadores, dos líderes da direita ou da esquerda. Somos democratas autênticos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Felicito a V. Exa.

O Sr. Hamilton Nogueira – Acreditamos na autenticidade do voto do povo que sofre, este povo que sofre e que nos trouxe aqui, que trouxe V. Exa. – e fez muito bem, porque estamos vendo que V. Exa. está-se adaptando, quer queira,

quer não, ao regime domocrático. Quero louvar V. Exa. pela admirável análise que fez dos fatores psicológicos. V. Exa. estendeu muito bem à sociedade aquilo que se passa em cada homem. É o *stress* que abala os homens; mas os homens desenraizados. É por isto que os democratas autênticos, os nacionalistas autênticos, querem fazer a subida do povo que V. Exa. estigmatizou com o nome de *massa*. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – O nobre Deputado Hamilton Nogueira, julgando estar em desacordo, na realidade, concorda comigo e com o Papa Pio XII. Como poderia eu ter chamado o *povo* de *massa*, se distingo *massa* de *povo?*

Mas, quero dizer que nunca mudei de idéia. Quem ler meus livros poderá verificar que há, apenas, clarificação de pensamento na proporcionalidade do avanço dos anos, mas nunca mudei essencialmente de idéias. Primeiro, sou espiritualista e cristão.

A Constituição de 1937

O Sr. Carlos Lacerda – Permite V. Exa. uma pergunta?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Com prazer.

O Sr. Carlos Lacerda – V. Exa. teve conhecimento da Constituição de 1937 antes de sua decretação?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, vou responder a este aparte.

O SR. PRESIDENTE *(Sérgio Magalhães, 1.º Vice)* – Desejo comunicar ao nobre orador que seu tempo já se esgotou há dez minutos. Entretanto, como o segundo inscrito para o Grande Expediente comunicou à Mesa não estar em condições, ainda, de ocupar a tribuna hoje, V. Exa., por liberação da Mesa, poderá continuar na tribuna até as 16 horas. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Uma questão fundamental

O SR. MÁRIO MARTINS – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE – V. Exa. só poderá usar da palavra pela ordem com a anuência do orador.

O SR. MÁRIO MARTINS – Realmente, Sr. Presidente, o Regimento assim estabelece, mas, havendo terminado o tempo de que dispunha o orador e tendo-lhe V. Exa. concedido extensão do prazo, cabe-me, neste momento, solicitar a palavra pela ordem, mesmo sem anuência de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MÁRIO MARTINS (*Para uma questão de ordem*)* – Sr. Presidente, longe de mim a idéia de privar a Câmara de ouvir a oração do Deputado Plínio Salgado, mas a maneira por que V. Exa. resolveu questão relativa a inscrição no Grande Expediente não me parece ajustada, nem ao Regimento, nem à tradição da Casa. A circunstância de o segundo inscrito no Grande Expediente desistir da palavra, não dá à Mesa o direito de transferir seu tempo para quem quer que seja, sem a concordância dos demais inscritos. Não desejo, absolutamente, anular a decisão de V. Exa. Apenas não gostaria se firmasse jurisprudência nesse sentido, porquanto a decisão infringe o Regimento e as normas de trabalho da Casa. (*Muito bem.*)

O SR. PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE – V. Exa. tem a palavra.

O SR. PEREIRA DA SILVA (*Para contraditar questão de ordem*)* – Sr. Presidente, quero, com o devido acatamento ao ilustre colega e amigo Mário Martins, opor aos seus argumentos opinião que representa quase uma praxe. Tão importante é a matéria que está sendo debatida no momento e tais a responsabilidade e autoridade que possui o Deputado Plínio Salgado ...

O Sr. Plínio Salgado – Obrigado a V. Exa.

SR. PEREIRA DA SILVA – ... que não seria demais V. Exa., seguindo decisões idênticas da Mesa e com apoio, estou certo, de toda a Casa, concedesse ao ilustre orador, excepcionalmente, mais vinte minutos, pelo menos, para concluir sua oração, pois, na verdade, a matéria, além de oportuníssima, é da maior importância, para que se esclareçam fatos históricos predominantes na vida do País. (*Muito bem.*)

---

* Não foi revisto pelo orador.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) – Srs. Deputados, o Regimento é muito claro a respeito e eu declarei também que permitiria continuasse na tribuna o nobre Deputado Plínio Salgado pelo fato de os demais oradores inscritos no Grande Expediente não terem comunicado que desejariam usar da palavra.

Foi uma liberalidade da Mesa; não é norma regimental. Se há, porém, qualquer reação do Plenário a que o nobre Deputado continue na tribuna, estarei pronto a cumprir rigidamente o Regimento.

O SR. PAULO DE TARSO (*Para uma questão de ordem*) – Sr. Presidente, V. Exa., respondendo à questão de ordem do nobre Deputado Mário Martins, teve oportunidade de afirmar que os Sr. Deputados incritos no Grande Expediente não manifestaram a intenção de usar da palavra na sessão de hoje.

Desejo deixar bem claro que os Deputados inscritos em primeiro lugar, entre os quais me incluo, não devem perder a oportunidade de falar, respeitada a ordem de inscrição.

Em conclusão, quero dizer que a decisão de V. Exa. permitindo que o nobre Deputado Plínio Salgado ocupe a tribuna durante o tempo correspondente ao do orador seguinte, por cessão deste, parece-me regimental e eu me congratulo com V. Exa., porque assim a Casa e o nobre Deputado Plínio Salgado terão oportunidade de fixar pontos de vista bem claros sobre vários assuntos que pertencem à história política do Brasil. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) – O nobre Deputado Pereira da Silva, não usando da palavra hoje, ficará com sua inscrição prejudicada. O Regimento é claro e não iríamos feri-lo.

Grandeza parlamentar

O Sr. Pereira da Silva – Mesmo prejudicado, não privarei a Casa de ouvir uma grande lição de história da política do Brasil.

O Sr. Mário Martins – Vamos ouvir a autocrítica do nobre orador.

O SR. PRESIDENTE – Prossegue com a palavra o nobre Deputado Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, quero, antes de mais nada, agradecer a magnanimidade da Mesa e, de maneira particular e verdadeiramente comovente, ao ilustre Deputado Pereira da Silva, assim como a outros

nobres colegas, pelo fato de concordarem com a minha permanência na tribuna.

Novo aparte de Lacerda

Responderei, inicialmente, ao aparte com que me honrou o nobre Deputado Carlos Lacerda. Em seguida, como o meu tempo é curto e tenho assuntos de importância humana e nacional, peço aos meus dignos pares não mais me apartearem, aguardando outras oportunidades, pois aqui estaremos juntos, por toda a Legislatura, e poderei desse modo expor hoje pelo menos uma parte dos pensamentos que julgo relevantes para nossa Pátria e até mesmo para os povos do Novo Mundo.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita V. Exa. ainda, apenas para não interrompê-lo novamente. Temos, por hábito, Sr. Deputado, na nossa bancada, respeitar rigorosamente o ponto de vista dos que divergem de nós. Mas, para isso, a exigência, que não é nossa, mas de toda a gente de bom senso, a exigência a fazer é que haja coerência entre princípios doutrinários e táticas novas e princípios doutrinários e táticas antigas. V. Exa. participou de toda a preparação do golpe de 37.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Responderei a V. Exa.

O Sr. Carlos Lacerda – V. Exa. é responsável pelo advento do anti-semitismo, isto é, da luta racial em nosso País ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Jamais.

O Sr. Carlos Lacerda – ... crime ou pecado para dizer o mínimo do qual até hoje não se penitenciou. V. Exa. trouxe ao Brasil os ecos da ascensão do nazi-fascismo no mundo, erro do qual até hoje também não se penitenciou. Enquanto V. Exa. não nos disser, não que foi o precursor do antifascismo porque nisso ninguém acredita, mas que foi, isto sim, um homem que, de boa-fé, com lealdade e dignidade, sustentou e defendeu idéias – e idéia quaisquer podem defender – que evoluiu, compreendeu, à luz dos sacrifícios criados para o mundo e para a humanidade pelo advento daquelas idéias sustentadas por V. Exa., e, então, hoje, ingressa no caminho democrático, em que todos poderemos debater, divergir e coexistir, enquanto V. Exa. não fizer como dizia há pouco o nobre Deputado Mário Martins, sua autocrítica, a exposição doutrinária de V. Exa. tem grave defeito; ela não conclui de acordo com as premissas expostas e corporificadas em toda a sua ação doutrinária e política. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, é verdadeiramente espantoso que, tendo a ditadura, durante oito anos, controvertido, subvertido o meu pensamento e minhas atitudes, venham exatamente aqueles que tanto a combatem e não reconhecem mesmo um mínimo de patriotismo que, errado ou certo, se deve reconhecer no falecido ditador, venham, exatamente esses, repetir as mesmas coisas ditas pelo DIP e escribas governamentais durante o tempo em que, no exílio, eu não tinha liberdade para defender-me.

A documentação que o historiador examinará serenamente, e examinará segundo o pensamento e critério de Tácito, *sine ira ac studio*, será suficiente para defender-me, perante as gerações futuras, de todas as objurgatórias e acusações que possam provir especialmente de certos contemporâneos.

O golpe de Estado de 1937 foi dado inteiramente à minha revelia. Mas desde que o ilustre Deputado Carlos Lacerda se referiu às origens do meu movimento, como ressonância de ecos de movimentos estrangeiros, serei obrigado aqui também a remontar a esse tempo, para demonstrar que o movimento que levantei no Brasil era principalmente contra o perigo da absorção de nossos povos americanos por aqueles países nazi-fascistas, principalmente o país nazista que, fiel à idéia de Nietzsche e fiel à idéia do expansionismo, que vinham desde Frederico II, pretendia estender suas garras e tentáculos pelos demais povos da terra.

Origens brasileiras do Integralismo

Direi que, ao nascer a Ação Integralista Brasileira, ela procedia das meditações e pensamentos profundos de um jovem, que então eu era, sobre as páginas de Alberto Torres, Oliveira Viana, Tavares Bastos e Farias Brito. Este reacendeu em mim a luz do espiritualismo, depois que me vi dominado, por alguns instantes de minha mocidade, pelos pensadores do Século XIX e pelos filósofos de então, principalmente Spencer e Comte. Minha doutrina procedia do profundo amor à minha terra e meu povo, da compreensão do grande contraste entre o litoral e o sertão, que me evidenciavam as páginas de Euclides da Cunha. Ela procedia da tradicionalidade lusitana, da velha política que vinha, desde a Idade Média, formando as cidades brasileiras, essa formação de cidades que obedeceu a um espírito cristão e, ao mesmo tempo, à simbiose do Direito Romano e do Direito visigótico, observações que poderão ser lidas num próximo livro do nosso colega Nélson Omegna, que tratou admiravelmente da formação dessas cidades, como se pode ler também num livro meu sobre o mesmo tema. Procedia de raízes brasileiras e de raízes cristãs.

Levantei-me por Cristo e pela Nação, ao passo que o nazismo hitlerista procedia em linha reta de Hartmann, de Spinoza, Frederico Nietzsche e, de certa forma, do transformismo de Darwin e do pensamento do materialismo inglês.

Procedia, também, em linha reta, de Fuerbach e Hegel através de Karl Marx, porque era também socialista, mas o meu nacionalismo se levantava com o pensamento em Deus e na Pátria crente em Cristo, porque somente em Cristo encontraremos a salvação dos povos da terra.

O Sr. Mário Martins – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Entretanto, meus caros colegas, naquela ocasião, indo visitar o Sul, vi, com os meus olhos, desfilarem, nas ruas e nas praças de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, livremente, camisas cáquis com a cruz suástica e lancei, então, para impedir a absorção dos teuto-brasileiros e a formação de um quisto perigoso dentro de nossa Pátria, os camisas-verdes, cor das nossas matas, cor da nossa bandeira, cor do nosso coração. Lancei, então como antídoto ...

A grita dos esquerdistas

O Sr. Mário Martins – V. Exa. se associou, conforme documentação fotográfica, àquele movimento do Sul ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – É uma calúnia! Que apareça a fotografia!

Peço aos nobres colegas que me escutem. Estou narrando e quando se narra é preciso escutar a narrativa.

O Sr. Mário Martins – E a documentação do Rio Grande do Sul, com relação à convivência entre nazistas e integralistas?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Outra calúnia. V. Exa. está desnivelando o debate.

O Sr. Luís Viana – Tem-se a impressão de que o nobre orador fala para um país sem memória. Estamos lembrados das ligações do Integralismo com a Alemanha nazista. Todo o mundo sabe.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Apresente provas.

O Sr. Luís Viana – Todos conhecem. É um escárnio à Nação, é um escárnio à democracia o que V. Exa. está dizendo.

(*Trocam-se apartes.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Escárnio à cultura brasileira são os apartes iletrados de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Os apartes só podem ser proferidos com a anuência do orador.

Atitudes incoerentes

O Sr. Bocaiúva Cunha – Permite, nobre orador, um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exas. querem ou não que eu explique? Pedem que explique e não me deixam falar.

É tão grande o horror à verdade?

O Sr. Bocaiúva Cunha – Estou pedindo licença para pequeno aparte.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Curto?

O Sr. Bocaiúva Cunha – É muito curto. Estou ouvindo com atenção o discurso de V. Exa. e quero apenas, neste momento, falando em meu nome pessoal, mas como membro do Partido Trabalhista Brasileiro, fazer ressalva ao aparte que aqui ouvi de meu companheiro de partido, Deputado Rui Ramos. Tenho em V. Exa. o símbolo do fascismo em nosso País e não posso permitir que neste caso se diga que o meu partido tem qualquer afinidade com o de V. Exa. Muito Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não é esse o pensamento do seu chefe, o eminente Sr. João Goulart. Infelizmente, minha tese doutrinária não está sendo desenvolvida como queria. Demonstrarei mais tarde que existe afinidade, embora não identidade. Identidade é outra coisa. E existe afinidade até mesmo com o meu ilustre colega, o Deputado Hamilton Nogueira, em quem meu partido votou para Senador e que já pronunciou discurso em nossa sede, onde não fez críticas à Ação Integralista Brasileira ...

(*Trocam-se apartes simultâneos.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exas. querem ou não que eu explique?

O Sr. Mário Martins – Permita-me V. Exa. um aparte e farei pergunta singela. V. Exa., com a Ação Integralista, não pregava o partido único?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não.

O Sr. Mário Martins – Como não? V. Exa. pregava o extermínio de todos aqueles que não se filiassem à Ação Integralista.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É uma questão filosófica, à qual iremos, se me deixarem ir.

(*Tumulto. Um Sr. Deputado pede um aparte.*)

Contando uma velha história

O SR. PLÍNIO SALGADO – Por favor, devo responder ao Deputado Carlos Lacerda primeiro: S. Exa. tem prioridade.

Então, chegou o ano de 1937. Em 1937, já tínhamos criado uma consciência nacional em nossos companheiros e em grande parte do povo. Nessa altura é que sobrevieram movimentos tendentes à fundação de um Estado Novo, de uma ditadura. Em agosto de 1937, fui procurado pelo então Ministro Francisco Campos, que me entregou a cópia da Constituição que pretendiam outorgar ao País, com o pedido de meu apoio. Imediatamente, tendo lido alguns tópicos, declarei que não poderia aceitá-la; porque suprimia o Legislativo, por assim dizer subordinava o Judiciário, dava tal força ao Poder Executivo que, na realidade, tínhamos uma ditadura e um Estado totalitário. O Dr. Francisco Campos, rindo-se, disse-me que não sabia que eu era tão liberal. (*Riso.*) Respondi-lhe que também não era liberal, que o que eu desejava era uma democracia orgânica, coisa muito diferente de nazismo ....

O Sr. Luís Viana – A orgânica é que são elas.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Posteriormente, Sua Excelência, o Sr. Presidente da República solicitou-me um encontro.

(*Trocam-se apartes simultâneos. O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.*)

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) – Atenção, Srs. Deputados!

O SR. PLÍNIO SALGADO – Realmente encontrei-me com S. Exa., na residência do Dr. Rocha Miranda, e ali instou S. Exa. novamente comigo, dizendo que ...

(*Trocam-se apartes simultâneos. O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.*)

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) – Atenção!

Pitombo contra Lacerda

O Sr. Ari Pitombo – Permita-me o nobre orador um aparte. Sinto-me à vontade para falar a V. Exa. neste momento, porque nunca fui integralista e até, como Secretário do Interior, tive ocasião de prender integralistas naquela época. No entanto, reconheço em V. Exa. um idealista, um homem sincero, que diz o que sente, o que não acontece com o Líder da Minoria, que aparteou V. Exa., o Sr. Carlos Lacerda, que, Deputado, pregou a dissolução do Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O Sr. Carlos Lacerda, comunista, nesta Casa declarou nunca haver pertencido ao Partido Comunista Brasileiro, quando todos sabemos que fez parte da Juventude Comunista. V. Exa. foi integralista e está defendendo seus ideais. Por conseguinte, pode falar à vontade. Não tem direito de o apartear aquele que, sendo ex-comunista e Deputado, pregou a dissolução do Congresso Nacional. Esta, a verdade.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita o nobre orador que interrompa, por um minuto, sua exposição, apenas para ocorrer a um aparte que penso ter ouvido neste momento. Sr. Deputado, seria longo demais apartear V. Exa. para responder ao representante do PTB de Alagoas, se não me engano. Quero apenas dizer, Sr. Deputado, que nunca prendi ninguém por motivo de convicções políticas. (*Palmas.*)

O Sr. Ari Pitombo – Fez pior. Quis derrubar um regime e delatou seus companheiros do Partido Comunista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE – Atenção!

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, reatando o fio de minha oração, que parece não agradar a meus objetadores, pois impedem sucessivamente de ser continuada, e esperando agora que demonstrem sua sinceridade, ouvindo-a, quero dizer que, posteriormente, S. Exa. o Sr. Presidente da República instou, já pessoalmente comigo, para que aceitasse aquela Carta e novamente declarei que não o podia fazer. Então, perguntei-lhe eu com que forças contava para outorgar aquela Carta Constitucional, respondendo S. Exa. que contava com as forças do Exército e da Marinha, portanto, àquele tempo, ainda não estava organizada a Aeronáutica.

O Sr. Eloy Dutra – Concede um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pelo amor de Deus! Permita que termine...

O Sr. Eloy Dutra – Então, pelo amor de Deus, conceda-me um aparte, dentro em pouco.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – Comunico ao nobre orador que dispõe de apenas 5 minutos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Fui, então, procurado por outros elementos, que já sabiam da preparação do golpe. Indaguei-lhes também com que forças contavam, ao que responderam que com as forças do Exército e da Marinha. Tanto ao Presidente como aos que se lhe opunham, declarei que meu movimento se conservaria alheio, porque não tinha metralhadoras, nem canhões. Apenas reclamava liberdade para expor minha doutrina e, no caso de essa liberdade não ser concedida, tomaríamos a atitude que, a nosso ver, melhor conviesse aos interesses da Nação. Realmente, a 10 de novembro de 1937 sobreveio o golpe de Estado. O Presidente da República, que, verdade seja dita, sempre me honrou com muita consideração e que, entre os defeitos que se possa argüir contra ele, tinha também grandes qualidades de brasileiro, solicitou-me novo encontro e, desta vez, insistiu também para participar de seu governo. Neguei-me, pedindo-lhe apenas liberdade para pregar minha doutrina, porque, dizia eu, estava trabalhando, não com ambição de poder, mas para formar uma consciência nacional que, no futuro, mesmo depois que eu não existisse, pudesse criar um grande Brasil.

Novas calúnias e insultos

O Sr. Eloy Dutra – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Se for rápido.

O Sr. Eloy Dutra – Entre curto e comprido: o meio termo. Apenas quero lembrar a V. Exa., que provavelmente não me conhece, ser eu um homem que, como jornalista, sempre defendi Vargas, o autor do golpe de 37, com anuência, àquela época, de todos os poderes da República. No entanto, dentro da minha humildade, quando alguém me pergunta: – Que acha da época da ditadura? Recordo-me das palavras do nobre Deputado Paulo Pinheiro Chagas e repito, sempre humildemente: "A história tem pudor; passemos uma esponja nessa época".

O Sr. Abel Rafael – Porque V. Exa. nunca esteve na cadeia, como nós.

O Sr. Eloy Dutra – Um momento, por favor, não terminei meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE – Lembro ao nobre orador estar quase findo o tempo de que dispõe.

O Sr. Eloy Dutra – É estranho que Getúlio nunca negou fosse ditador e que estivéssemos num Estado forte. Não li os 70 livros de V. Exa. ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Se não leu, não pode falar.

O Sr. Eloy Dutra – ... mas lembraria ao nobre colega o princípio de Newton do *Sensorium Dei*. Nenhum homem, neste País, por analfabeto que seja, pode concordar com V. Exa. em que a Ação Integralista tivesse qualquer sentido democrático. V. Exa. imitava o nazi-fascismo em tudo: nas vestimentas, no símbolo, até nas ameaças, quando prometia, no Teatro João Caetano, que cabeças rolariam se o povo não seguisse sua doutrina. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Jamais houve isso. É mais uma calúnia.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Atenção! Peço aos nobres Deputados colaborarem com a Mesa no sentido de, tão depressa chegue a hora, passemos à Ordem do Dia. Seria, portanto, conveniente que os Srs. Deputados, por obséquio, ocupassem seus lugares nas bancadas.

Para repor a Constituição de 1934

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, continuando a responder ao Sr. Deputado Carlos Lacerda, quero dizer que desde então começou o martírio dos integralistas no Brasil: perseguições, prisões etc. Tive contato com o Sr. Otávio Mangabeira, grande brasileiro, com os Generais Castro Júnior, Euclides Figueiredo, Flores da Cunha, Basílio Taborda, elementos do partido do Sr. Armando Sales de Oliveira. Combinamos restaurar a Carta de 1934.

Grande movimento, então, se processou em todo o Brasil. Fui incumbido de estar em São Paulo. O Sr. Castro Júnior já confirmou isto em entrevista dada à imprensa, como também confirmou o honrado General Flores da Cunha. O General Castro Júnior era o chefe desse movimento. Queríamos repor a Carta Democrática de 1934.

O General Castro Júnior a todos nos avisou que, a partir do momento em que aderisse o então Coronel Eduardo Gomes, hoje Brigadeiro Eduardo Gomes, outro ilustre brasileiro que muito prezo e admiro, ficaria marcado, para

20 dias depois, um movimento, em toda a Nação, para restaurar aquela Carta Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Lembro ao nobre orador que seu tempo já está findo e devemos passar à votação da matéria sobre a Mesa. Pediria se dignasse V. Exa. concluir sua oração.

O Sr. Luís Viana – Sr. Deputado Plínio Salgado, esse episódio já foi contado por Belmiro Valverde.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Contou de maneira diferente, porque ele, saindo antes do tempo, prejudicou o movimento, por indisciplina.

Uma bandeira revolucionária

Mas não há mais tempo para continuar, Srs. Deputados. Lamento profundamente que ainda se achem tão acesas as paixões políticas, quando no meu coração já estão plenamente arrefecidas. Lamento profundamente que, no instante em que deveremos discutir altos problemas nacionais e humanos, tenhamos perdido todo este tempo com polêmicas de baixo nível e superfície mesquinha, quando deveríamos estar olhando sobretudo para os supremos interesses da Nação. Lamento profundamente, porquanto teria muito que dizer e direi em outra oportunidade, rogando aos eminentes colegas, encarecidamente, me deixem falar, porque estamos vivendo um século novo. Estamos no Século XX ainda com velhos métodos do Século XIX. Como Zaratustra, o Século XX carrega um cadáver às costas. O Século XX não resolveu seus problemas, porque não se põe de acordo com a ciência e a técnica moderna, e com os princípios eternos espiritualistas que nos devem comandar em todas as ações.

Essa, a razão pela qual me reservo para falar numa próxima oportunidade, apenas doutrinariamente, para depois expor a criteriologia que está na interpretação dos fenômenos econômicos e sociais, bem como as conclusões a que chegamos, no sentido da esquematização de um largo plano de soluções, não apenas para o Brasil, mas para o nosso continente. No momento, dirijo-me à Nação brasileira, que saberá, através da imprensa, o que foi esta sessão, quando um homem trouxe para aqui um pensamento e esse pensamento não pôde ser desenvolvido, porquanto ainda estamos ruminando o passado, quando devemos olhar de frente para o futuro. (*Muito bem. Palmas.*)

Meus ilustres colegas, neste instante, conclamo a Nação brasileira para erguemos uma bandeira de revolução. Revolução contra os velhos métodos, revolução contra a desmoralização dos processos partidários, revolução contra

tudo aquilo que rebaixa o nível da vida brasileira, a fim de que possamos construir a grande Pátria de nossos filhos. (*Muito bem; Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Durante o discurso do Sr. Plínio Salgado o Sr. Sérgio Magalhães, 1.º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se submete o estudo dos problemas que se tem em mira a uma metodologia rigorosa, é necessário, à maneira do que se faz nos compêndios que versam determinada matéria, fazer uma exposição preliminar, numa espécie de prefácio. Foi o que pretendi, na última vez que ocupei a tribuna desta Casa. Comecei a desenvolver meu pensamento em linhas gerais, para, em seguida, deduzir conseqüências, até atingir os pontos concretos relacionados com os problemas da vida brasileira. Os apartes que tive aqui, já a meio da minha exposição, desviaram o curso de quanto pretendia expor. Agora, aproveitando os 20 minutos que me são concedidos com o prolongamento de mais 20 minutos na próxima vez, continuarei o fio do meu pensamento, para chegar àquelas conclusões que desejava trazer à Câmara.

É natural que, no momento da conjuntura brasileira, muitos sejam aqueles que esperem o ponto de vista da minha bancada em relação aos problemas específicos, mais diretamente ligados às angústias do momento nacional.

Usando rigorosamente a metodologia a que submetemos todos os problemas do País, pretendo, sem pressa, desenvolver pouco a pouco nosso pensamento, até chegar às deduções finais e soluções concretas acerca dos temas objetivos que interessam à vida de nosso povo.

Assim, retomando as minhas considerações, quero dizer que o problema da nacionalidade, o problema do Brasil, é, antes de tudo, filosófico.

Operação Pan-Americana

Recentemente, numa reunião realizada no Palacio das Laranjeiras, na qual tive a honra de tomar parte, para tratarmos da Operação Pan-Americana, entre vários oradores, reservei-me para o fim. Minha opinião ali exposta foi a seguinte: que não seria possível objetivarem-se as realizações da Operação Pan-Americana, se não nos colocássemos, nós, os povos do Ocidente, numa base filosófica. Demonstrei, então, que o bloco soviético, a imensa Eurásia, é dominada por um só pensamento de cultura. Existe, naquela região do mundo,

uma unidade perfeita. Partindo do materialismo histórico, todas as atividades de ordem política e administrativa submetem-se rigorosamente ao que preceitua a doutrina do materialismo dialético. Nestas condições, as nações formadoras do bloco soviético repousam todas as suas atividades num só pensamento de cultura.

Entretanto, nós, do Ocidente, que temos civilização, que temos progresso, não temos, como têm a Rússia soviética e os países por ela dominados, uma cultura, porque cultura é algo superior, mais nobre, mais elevado, mais definitivo. Segundo afirma Alfred Weber, cultura é sentido de vida. Assim sendo, como poderemos resolver os problemas humanos, universais ou nacionais, se não nos colocarmos numa posição definida, em relação à interpretação que deveremos fazer do Universo, do Homem, da Sociedade, do Estado, dos Grupos Naturais?

Por conseguinte, dizia eu naquele discurso: de que valem as conversações entre as nações americanas se grupos de interesse virão entrechocar-se no sentido das realizações práticas, objetivadas pela grande iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek, que reatou as tradições do Barão do Rio Branco, dando ao Brasil uma posição brilhantíssima no concerto das nações do continente?

Realmente, é preciso fundamentarmo-nos num pensamento. Dizia eu: estranhável que no meio de políticos e administradores fale alguém como filósofo, porém, já Lenine dizia, em relação àqueles que o seguiam, que era necessário conhecer a filosofia para poder ter uma atuação direta na política do socialismo dito científico.

Assim, meus ilustres colegas, entendo que o problema fundamental é um problema humano sem precedentes na história do mundo.

A inquietação do homem

Um insuspeito escritor, por ser marxista, Richard Bloch, no livro em que estuda profundamente o comunismo, declara que toda angústia do século presente reside na inquietação do homem. O homem está inquieto.

Uscatesco, no seu livro *Rebelião das Minorias,* diz que jamais, em tempo algum do mundo, houve angústia maior.

De fato, o que interessa fundamentalmente para a solução de qualquer problema de ordem social, de ordem econômica, de ordem administrativa ou de ordem política, é saber, preliminarmente, o que é o homem, que faz o homem na terra, como é constituída a personalidade humana, para daí, então, partirmos para a construção sociológica e as deduções no campo da Economia Política, visando à solução dos problemas administrativos dos povos.

Quero agora dizer a V. Exa. que um dos motivos da crise moderna é nos guiarmos ainda pela mentalidade do Século XIX, quando já estamos na plenitude do Século XX. O Século XIX foi um século que cumpriu o seu dever. Foi um século analítico, das experiências científicas de laboratório, das análises, das divisões e subdivisões. Deu-nos, com isso, os dados indispensáveis para que pudéssemos construir em nosso tempo a síntese científica, da qual deve decorrer a síntese sociológica e a síntese política.

É curioso observar-se, Srs. Deputados, no curso da História da humanidade, como as concepções do universo têm relação direta com os tipos das organizações sociais e de estrutura e forma dos Estados. Se remontarmos aos tempos da Idade Média, verificaremos que a concepção do Universo que então dominava era da velha Astronomia de Ptolomeu e Strabão, que acreditavam o universo constituído por círculos concêntricos de cristal, por onde passavam os diversos planetas, estando em último lugar o Sol. Dante Alighieri, na *Divina Comédia,* repete o conceito de Ptolomeu e Strabão e no campo da política essa mentalidade influiu fortemente de sorte que toda a organização feudal e a dos primeiros tipos de Estado obedeceu estritamente a esse pensamento, a essa concepção do mundo. Vemos, na Idade Média, os feudos; em torno dos feudos, os burgos; em torno do monarca, os barões, as ordens militares, o clero; em torno do papa, os reis. Vemos como que a repetição do próprio conceito dos movimentos universais adotado até então. Mas quando Copérnico e Kepler quebraram as paredes de vidro do sistema de Ptolomeu e de Strabão, novas concepções políticas vieram para o mundo. Era já o advento do racionalismo, que vinha através dos Séculos XVI e XVII, preparando os espíritos para o naturalismo do Século XVIII e o experimentalismo científico do Século XIX. Então, quando surgiram os conhecedores das novas realidade do universo, e principalmente da Lei de Newton, que nos dava a fórmula da atração da matéria, segundo as distâncias e as massas, criou-se o novo espírito político que se exprime nas fórmulas liberais. Essas fórmulas liberais se originaram preliminarmente em Locke, o filósofo inglês e em Jean Jacques Rousseau, compendiando-se mais tarde na obra dos Enciclopedistas, que fizeram explodir a Revolução Francesa. Nasceu o liberalismo democrático, tipicamente relacionado com a concepção do universo de Copérnico de Kepler e de Newton.

Estamos agora no Século XX. Refundimos todos os nossos conhecimentos científicos. A própria Química Geral que nós estudávamos, recitando os corpos simples com o orgulho de nosso primeiro curso e de nossas calças curtas, e rindo dos alquimistas que pretendiam a unidade da matéria, – Ah! –, ela se modificou inteiramente com os estudos profundos da Física Nuclear. A Física

Nuclear veio trazer ao mundo moderno a concepção de unidade da matéria e da energia como concebiam Heráclito e Demócrito. Indo ao recesso do átomo, aos arcanos do infinitamente pequeno, foi buscar a idéia da síntese do nosso tempo. Realmente o átomo é constituído por partículas extremamente pequenas chamadas elétrons, iônios e prótons. Eles giram e vibram da mesma maneira que os astros no espaço sideral. A tal ponto que poderemos dizer que hoje se pode estudar astronomia no átomo, e se pode estudar o átomo na astronomia.

Verificou-se que os corpúsculos que compõem o átomo não são mais que energia condensada. O Século XIX cantou maravilhas sobre a matéria e o Século XX vem dizer, em última análise, que a matéria não existe, que não passa da condensação da energia.

Então é nosso recesso do átomo que vamos ter duas lições extraordinárias: primeiro, que a matéria é una, sendo os corpos simples uma diversidade de fórmulas matemáticas; tantos ions, tantos elétrons, e temos o oxigênio, o hidrogênio, o carbono etc.; segundo: além da noção da unidade da matéria, da unidade das leis que a regem, temos a noção da existência de Deus, porquanto, tendo a matéria existido antes do homem e a energia antes da matéria, muito antes dela houve um pensamento matemático, a construir fórmulas matemáticas perfeitas, na composição da arquitetura atômica.

Ora, se existiu um pensamento matemático, esse pensamento tem relação conosco. Sendo o homem o único ser, o único animal da escala zoológica que sabe, não apenas que dois e dois são quatro, mas conhece matemática superior, ele tem parentesco com esse pensamento matemático que antecedeu a criação do mundo. Então afirmamos a existência de um Deus.

E sendo o homem racional, afirmamos no homem a existência de uma alma. O homem, para nós, não é apenas o ser material. Não é apenas o ser econômico da doutrina de Karl Marx. O homem para nós não é apenas o ser cívico da teoria liberalista, de Jean Jacques Rousseau. O homem para nós é um ser integral, um ser completo, razão pela qual a doutrina que ensino tem o nome de doutrina integralista. Consideramos o homem integralmente; remontamos à definição de Boécio quando dizia que o homem é uma dualidade consubstancial exprimindo-se numa unidade substancial isto é, corpo e alma. Acreditamos que ele tem necessidades físicas materiais de comer, beber, vestir-se, morar, mas tem também necessidades intelectuais e, acima delas, necessidades espirituais, relacionadas com o seu último e transcendente fim.

Evolução política

Mas, ilustres colegas, dando um salto nessas considerações filosóficas para apreciar a realidade da evolução política do século passado, direi que a partir das guerras napoleônicas e depois do Congresso de Viena, alguns fatos

devem chamar nossa atenção para compreender os fenômenos políticos do nosso tempo. Terminada a Revolução Francesa e as campanhas napoleônicas, surgiu o movimento de constitucionalização da Europa. Aparentemente, uma providência e iniciativa de caráter liberal; no fundo, a constitucionalização não era mais do que o imperativo do espírito conservador. Pretendia-se cristalizar em normas precisas as conquistas da Revolução Francesa, a fim de que o mundo não se lançasse em nova aventura ideológica.

Surgiram então os partidos políticos, o Partido Liberal e o Partido Conservador, aquele que pretendia a continuação do movimento das idéias da Revolução Francesa e este que queria paralisar. Ora, na mesma ocasião, tendo sido destruídas as estruturas econômicas e sociais da Idade Média, e não tendo sido substituídas por outras, ficou o mundo econômico separado do mundo político. Verificamos a influência analítica e divisionária do Século XIX: dividiu-se a opinião pública em partidos; dividiu-se a economia em capital e trabalho. Começava a formar-se o capitalismo.

Para nós, brasileiros, é interessante observar que o capitalismo inglês, pode-se dizer, teve origem no Brasil. Foi o ouro das montanhas de Minas Gerais, carreado para Portugal ao tempo do Rei D. João V e transferido para a Inglaterra através de contratos onerosos para Portugal e vantajosos para aquele país, que deu origem ao capitalismo britânico. Já, então, as invenções do Século XIX traziam aceleração no sistema de produção. Formaram-se os grupos capitalistas, e os operários, inteiramente abandonados, resolveram também se organizar. A primeira organização operária foi em 1830, com a *Trade Union*, na Inglaterra, exemplo seguido por Lassale na Alemanha e, posteriormente, pelas confederações do trabalho da França, Bélgica, Itália e outros países.

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Jost, 2.º Vice-Presidente*) – Como está finda a hora destinada ao Grande Expediente, pediria ao nobre orador concluísse suas considerações. Ficaria inscrito para falar na sessão de amanhã.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Vou resumir rapidamente meu pensamento, para continuá-lo a expor na sessão de amanhã.

Linha econômica e partidos

Começa então a verificar-se na história política e econômica do século passado a existência de duas linhas paralelas: de um lado, a linha econômica, também subdividida em capital e trabalho, e o capital subdividido em grupos antogônicos, que lutavam entre si; de outro lado, os partidos políticos, dos quais se valiam as organizações operárias e os grupos capitalistas, para obter suas reivindicações. Mas, a partir da era vitoriana, com o advento do sufrágio

universal, começamos a verificar que as linhas paralelas se tornam convergentes, porque os sindicatos proletários e os grupos capitalistas verificam que precisam ter atuação política para atingir seus objetivos e, de outro lado, os partidos, para não perderem sua clientela oriunda do sufrágio universal, começam a inscrever reivindicações econômicas em seus programas.

O primeiro sinal da grande síntese está no Manifesto de Karl Marx, de 1849; o segundo sinal, na fundação do Partido Trabalhista inglês, já na última década do Século XIX.

Pararei aqui minhas considerações para, em seguida, entrar na apreciação da convergência dessas duas linhas, até chegar ao apogeu no século em que vivemos, para, enfim, expor o pensamento mais moderno da construção social, o pensamento político mais condizente com a ciência e a técnica de nosso tempo e demonstrando que tudo isto que estamos fazendo ainda é sob a égide e inspiração de um século morto e, como o Zaratustra de Nietzsche, carregamos um cadáver às costas.

Apresento-vos um século novo, anuncio à Nação Brasileira que estamos no Século XX, e convido meus patrícios a olharem para a folhinha e se convencerem de que novos tempos chegaram e de que para novos tempos precisamos de novos métodos políticos, econômicos e administrativos. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR PLÍNIO SALGADO PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 27 DE ABRIL DE 1959 *CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE*

Temas fundamentais

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a exigüidade do tempo e as contingências do Regimento me obrigaram, na última vez que ocupei a tribuna, a interromper a minha oração, para completar posteriormente os escassos 20 minutos que me eram concedidos, em conseqüência das justas e expressivas homenagens que naquele dia rendemos à memória de Carlos Chagas. Na primeira oportunidade deveria reconstituir-se o fio do meu pensamento. Entretanto, ainda hoje, além da escassez do tempo, o meu ilustre colega Deputado Paulo de Tarso me pede para ajudá-lo no sentido de lhe sobrar tempo suficiente para exposição do quanto deseja aqui dizer. Coincidindo o seu desejo com o meu, que é o de examinar mais pormenorizadamente as questões que me trazem a essa tribuna, serei breve nesta oportunidade.

Darei como que um salto nas considerações de ordem filosófica e sociológica que venho desenvolvendo para atacar desde logo os problemas

práticos segundo um critério decorrente da filosofia que esposo. Entre os temas que desejaria abordar não agora, mas quando dispuser dos 40 minutos regimentais três são do maior relevo; o primeiro, a conceituação do nosso nacionalismo, do nacionalismo do Partido de Representação Popular que se distingue de qualquer outro por não confundir Nação com Estado, segundo a velha escola histórica alemã de que é um dos índices principais Bluntschili; em seguida, a questão municipalista, para expor à Câmara o que desejamos reivindicar para os Municípios, isto é, uma maior quota na distribuição das rendas, de sorte a liberar os grupos municipais dos governos dos Estados e do governo da União, e até mesmo de nós Deputados, dos quais eles dependem em relação às verbas que nos solicitam. É o desfraldar da bandeira da independência municipal.

Por fim, tratarei de tema da maior relevância no mundo atual, em face da realidade econômica e social das nações; isto é, um novo tipo de representação popular que esteja de acordo com a orgânica da nacionalidade. Pretenderei demonstrar, então, que os maiores pensadores, filósofos e juristas do mundo já estão de pleno acordo em que os chamados grupos de interesses nos Estados Unidos, ou grupos de pressão, e que eu aqui denomino categorias de produção e categorias culturais e morais – precisam ter uma câmara onde se representem, porquanto vemos, no Brasil, decidirem-se as questões mais importantes relacionadas com estas categorias de produção e de cultura, sem que elas sejam consultadas, ou como popularmente se diz, sem serem nem ouvidas nem cheiradas.

É uma realidade social que existe sob a forma de sindicatos operários, de associações comerciais, de federações das indústrias, de associações de funcionários e que quero transformar em realidade institucional.

Reforma do regime

Todos estes temas serão por mim abordados o mais pormenorizadamente no próximo discurso que aqui pronunciarei. Por conseguinte, cedo parte de meu tempo ao Deputado Paulo de Tarso, pois vejo que os vinte minutos me não seriam suficientes para tratar de questões de tão magna relevância, que dizem com os próprios fundamentos do regime em que vivemos, regime que desejo, eu e minha bancada, reformar e, mais do que reformar, transformar, a bem da sua própria sobrevivência, na era atual.

Reservo-me para, no dia em que estiver inscrito, expor à Câmara esses assuntos que estou lançando em praça pública como verdadeira revolução nacional. Vim hoje de Presidente Prudente, onde, ontem, realizei um comício com cerca de 10.000 pessoas. Os aplausos vibrantes a estas idéias deram-me a

certeza de que neste instante desfraldo a legítima bandeira da revolução nacional pela reforma de nossa Carta Magna, e da colocação das nossas instituições de acordo com a realidade brasileira.

Seja, portanto, este pequeno discurso, apenas um anúncio para que, no próximo, tenha também a coloboração e ensinamentos dos meus pares, não com apartes, de caráter pessoal de retaliações e requentamento de velhas histórias, mas sob a forma de colaboração inteligente, culta, daqueles com quem também muito poderei aprender no curso da minha dissertação.

Essas as palavras que queria dizer neste momento, Sr. Presidente.

(*Muito bem; muito bem.*)

Sessão de 17 de novembro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha presença na tribuna, hoje, é completar o meu raciocínio e chegar à conclusão acerca do assunto por mim apenas esboçado no final de meu discurso na última sessão.

Continuando as considerações que ontem vinha fazendo, quero chamar a atenção da Câmara, em primeiro lugar, para um fato que temos observado de tempos para cá. Há muitos que entendem haver excesso de partidos no Brasil, que o excesso de partidos e, principalmente, de partidos de pequenos contingentes eleitorais perturba o funcionamento de nossa democracia.

Entretanto, a pluralidade de partidos é condição constitucional do funcionamento do regime.

Os primeiros apartes

O Sr. Carvalho Sobrinho – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Carvalho Sobrinho – Prometo que será o primeiro e último. V. Exa., no seu discurso anterior, abordou para mim um tema de excepcional grandeza – o da erosão partidária. Eu me permito retornar a ele nesta oportunidade, dando margem a que V. Exa. o esplane com a lucidez de espírito que lhe é peculiar. Atenho-me ao aparte do Deputado do partido de V. Exa., o nobre Deputado Oswaldo Zanello, ao Sr. Seixas Dória quando estranha que o Sr. Jânio Quadros aqui não esteja, para defender-se das acusações que lhe são feitas. Essa ausência é uma forma de erosão. Acredito mesmo que a ausência do Sr. Jânio Quadros seja beneficiada pela presença do seu suplente, que representará muito melhor o Estado do Paraná do que S. Exa., evitando, assim, um desgaste maior, uma erosão maior na área partidária em que ingressou pelas portas escusas de uma ilegalidade. V. Exa. há de compreender que a ilegalidade do Sr. Jânio Quadros veio a passos largos. Qual o Governador de Estado brasileiro que foi pleitear, na área de outro Estado, a sua eleição, invalidando, assim, o preceito constitucional? Qual o Governador que, para se eleger, bate à porta da

ilegalidade? Qual o Deputado que, eleito por um partido, fixado naquele partido, foi pleitear a sua candidatura para outro posto eletivo, por outro Estado? Pergunto se isto tudo não significa um grande desgaste, uma grande erosão na democracia; se isto tudo não representa um grande desgaste no caráter cívico da Nação brasileira.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeito. É um dos fatos que ...

O Sr. Maia Neto – Permita V. Exa. um aparte, para responder às palavras do ilustre Deputado Carvalho Sobrinho? Primeiramente agradeço as referências feitas por S. Exa. à minha pessoa.

Nobre Deputado Plínio Salgado, vou resumir para não tomar o tempo de V. Exa. A situação do Sr. Jânio Quadros, no Paraná, não é a que se diz aqui, não é a que acabou de descrever um dos aparteantes, quando, inclusive, se referiu à sua atualização na moda feminina. A situação do Sr. Jânio Quadros no Paraná foi, ontem ou anteontem, muito bem definida pela imprensa da Capital da República, a propósito da recepção que S. Exa. teve de seus ex-companheiros de luta, os homens do Partido Trabalhista Brasileiro. Integrando a bancada do PTB, o Senhor Jânio Quadros não podia deixar de ser homenageado pelos seus amigos, pelos seus admiradores do partido que lhe deu a legenda e do Estado que lhe confiou a sua representação na Câmara Federal.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Este assunto ...

O Sr. Silva Prado – Nobre Deputado Plínio Salgado, quero dever-lhe uma gentileza e solicito a V. Exa. me permita aparteá-lo, desviando-o de seu discurso. Faço-o pela liberdade que me confere a velha amizade que me liga a V. Exa., amizade que vem dos idos de 30.

O Sr. Carvalho Sobrinho – Quando V. Exas. eram correligionários.

O Sr. Silva Prado – Quando eu era correligionário do nobre Deputado Plínio Salgado, e isto não constitui mistério para a Câmara, inclusive porque, quando estreei na tribuna desta Casa, V. Exa. me honrou com um dos mais dignificantes apartes que recebi então.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa. foi um dos mais eficientes "camisas-verdes", naquela época de propaganda e de lutas em praça pública.

O Sr. Silva Prado – Acho, porém, que não desiludi e não o traí. Deixei o partido, e V. Exa. conhece os motivos. Quero apenas, interrompendo o início

do seu discurso, dizer ao nobre Deputado Carvalho Sobrinho que o Deputado Jânio Quadros, eleito pelo Paraná, filho de Mato Grosso e ex-Governador de São Paulo, pleiteou a eleição naquele Estado e os paranaenses honraram-no com sua confiança, como a V. Exa. homem que dignifica o meu Estado.

Uma questão de consciência

O Sr. Carvalho Sobrinho – Não há símile.

O Sr. Silva Prado – Foi eleito pelos paranaenses. A eles cabe decidir – e o fizeram nas manifestações que prestaram ao Sr. Jânio Quadros há poucos dias, de modo muito mais eloqüente do que o que pretende usar, neste momento, o nobre Deputado Carvalho Sobrinho. O Sr. Jânio Quadros hoje não tem o palco desta Casa para se defender, não tem o cenário da Câmara para sua pregação, pois nesta hora o cenário do Sr. Jânio Quadros, como candidato à Presidência da República, é o das praças públicas de todas as áreas do território brasileiro. E, ali, está cumprindo, como candidato, o seu dever para com o povo e a Nação brasileira.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Aos caros colegas que me honraram com seus apartes, desviando-me do tema de meu discurso, para apreciar este caso particular, que é trazido a plenário, da ausência de um dos Deputados da bancada do Paraná, de que faço parte, quero dizer que não me compete entrar em matéria que pertence exclusivamente à consciência do Sr. Jânio Quadros.

De minha parte, desejo afirmar que, tendo sido, realmente, homenageado pelo eleitorado do Paraná, que me deu expressiva e espetacular votação, entendi do meu dever, para corresponder a essa homenagem, estar presente nesta Casa e fazer dela o cenário principal das minhas atividades, não somente em benefício do Paraná, mas do Brasil. A bancada do Paraná tem sempre encontrado em mim fervoroso cooperador do progresso e dos interesses do Estado que me elegeu.

Aquele que veio substituir o Sr. Jânio Quadros, nesta Casa, reputo dos mais eficientes e brilhantes propulsores do progresso paranaense e reivindicador dos interesses do Paraná. Com ele tenho agido constantemente, sempre que se trata de bem do Estado que representamos. Não posso entrar na consciência do Sr. Jânio Quadros para perguntar o motivo pelo qual, havendo sido eleito Deputado não se encontra nesta Casa. Acho justo e natural que S. Exa., sendo candidato à Presidência da República, queira ter cenário mais amplo para sua ação. Se eu estivesse no seu caso, também assim teria procedido, porém, renunciaria à cadeira de Deputado.

O Sr. Carvalho Sobrinho – Muito bem. Nobre Deputado, o reparo que desejo fazer ao aparte do ilustre colega Silva Prado é de que não há símile. O Sr.

Jânio Quadros pode estar nesta Casa ou onde quiser, como já esteve rodando o mundo como *I lupi del mare*. A diferença é que V. Exa. foi pleitear do Paraná isento de incompatibilidades regionais...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Tenho profundas raízes no Paraná.

O Sr. Carvalho Sobrinho – ... no pleno exercício dos seus direitos civis.

O Sr. Silva Prado – Ao argumento de V. Exa. já respondeu a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Carvalho Sobrinho – O Sr. Jânio Quadros insurgiu-se contra a Constituição e foi procurar a cobertura eleitoral de um Estado incompatível que era naquele e no Estado em que governava. Não há símile entre a posição de V. Exa. V. Exa. está honrando esta Casa, representando nobremente o Estado do Paraná.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pediria aos meus caros amigos um grande favor: o de me deixarem concluir, porquanto o tempo me será escasso para dizer o que pretendo à Câmara. Em momento oportuno, darei, principalmente ao meu ilustre colega da bancada paranaense, ocasião de manifestar-se.

O Sr. Maia Neto – Permita-me, somente agradecer as palavras com que acaba de se referir à minha pessoa, as quais retribuo porque V. Exa. tem sido parte integrante ao colaborar em prol dos interesses ligados ao Estado que representamos – o Paraná.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte que me toca nos elogios e quero dizer que os que fiz a V. Exa. são os mais justos e merecidos.

O Sr. Maia Neto – Obrigado a V. Exa.

Pluripartidarismo e maioria absoluta

O SR. PLÍNIO SALGADO – Mas, dizia eu, Srs. Deputados, terem surgido algumas opiniões no sentido de se reduzir o número dos partidos. Isto fere o princípio da pluralidade partidária, principalmente se tivermos em vista que os partidos, por menores que sejam, representam sempre uma feição ideológica distinta, uma posição assumida em face dos problemas nacionais. Na verdade, os pequenos partidos são até os mais ciosos de sua doutrina, de seu programa e de sua dignidade.

Ora, existindo portanto a pluralidade dos partidos, o problema da sucessão presidencial, sempre que se propõe aos olhos do povo brasileiro, se

torna cada vez de mais difícil solução pela diversidade das correntes, porquanto não existe nenhum partido, mesmo entre os grandes, que possa, por si mesmo, eleger o Presidente da República. Nestas condições, apresentei no meu discurso da sessão passada, a idéia já exposta pelo ilustre Senador Afonso Arinos, quando honrava esta Casa com a sua presença, de se realizarem as alianças de partidos, a fim de que pudéssemos também atingir aquilo, pelo qual tanto clama o povo brasileiro – a maioria absoluta. Lembro-me bem das últimas eleições, quando, a partir das primeiras apurações, em outubro, a Oposição clamava – e clamava ardentemente, vigorosamente – pela maioria absoluta e em nome dessa maioria absoluta propunha mesmo até adotar métodos revolucionários para impedir a posse dos eleitos. E isto acontecerá fatalmente em todas as eleições. Sempre que houver uma eleição presidencial começará o clamor após as apurações, reclamando a maioria absoluta. A maioria absoluta só se pode atingir pela aliança partidária. E a aliança partidária, como foi proposta no projeto Afonso Arinos e, posteriormente, no projeto Ortiz Monteiro, que se encontra na Comissão de Justiça, à qual faço um apelo para que exare o seu parecer, a fim de que possamos apreciá-lo no plenário, coloca ambos esses projetos em base de grande moralidade e honestidade.

Presentemente, as alianças partidárias se fazem em torno de puro interesse, de troca de favores ou de posições e o que pretendemos, os adeptos da aliança de partidos, é colocar essa aliança em termos de moralidade e coerência.

Assim, os partidos, em mesa-redonda, exporão suas idéias, procurarão encontrar os denominadores comuns ideológicos e, baseados nesses denominadores comuns, firmarão documento propondo-se a executar aqueles princípios, se conseguirem eleger o Presidente da República.

Tem-se, portanto, a vantagem da aliança honesta, honrada, assentada em princípios doutrinários, em itens programáticos.

Uma vez eleito o Presidente da República pela soma dos votos da aliança, atribuindo-se a vitória ao candidato que lograr a maior parcela, ele deverá chamar a colaborar consigo, na proporcionalidade dos votos que tiverem, os partidos que realizarem a aliança. Nada mais moral do que isso, porque atualmente se organizam Ministérios muitas vezes em base de negociações, de interesses regionais ou sob a influência de grupos econômicos e não na base dos princípios, da doutrina dos partidos que se unem para eleger o Chefe da Nação.

A meu ver, seria esta a solução mais adequada para o problema sucessório em nosso País. Atualmente, cada vez que surgem eleições, somos dominados por enormes inquietações, sempre imaginando o que poderá resultar da futura campanha eleitoral.

Debilitação dos partidos e erosões eleitorais

Sr. Presidente, Srs. Deputados, frisei ontem a decadência dos nossos partidos. Sejamos sinceros, sejamos realistas na apreciação do fato. Os partidos, sem exceção, estão perdendo substância doutrinária, substância programática e submetendo-se a crises periódicas, ao que chamei de "erosões eleitorais". Basta verificarmos que, extamente como aconteceu nos últimos dias da Monarquia, quando se formaram a Frente Abolicionista e a Frente Federalista acima dos partidos e de sua disciplina, hoje temos, dentro desta Casa, a Frente Municipalista, a Frente Nacionalista e o Bloco Mudancista, significando isto que, sendo essas organizações constituídas de elementos dos mais variados partidos, os Deputados a elas pertencentes fogem da disciplina partidária por impositivo dos supremos interesses nacionais, uma vez que os partidos, sem substância doutrinária e sem preparação relativamente ao estudo dos problemas que interessam ao País, estão, por assim dizer, alheios oficialmente a todas as questões de importância que se debatem nesta Casa.

Não existe partido que, a propósito de qualquer problema nacional relevante, tenha idéia formada, nitidamente fixada. Então, quando se apresentam os problemas perante a Câmara, que vemos? – Deputados da Oposição ou do Governo, das mais variadas legendas, associarem-se contra ou a favor, não se fazendo sentir as ideologias próprias dos partidos. Ainda mais: em certas ocasiões, os partidos mudam de posição, ao sabor das circunstâncias e dos interesses do momento, revelando falta de estrutura e substância ideológica, falta de firmeza interior, pelo que não podem, de maneira alguma, impor disciplina.

Conceito de disciplina política

Se a República, como a temos, sob este regime democrático, baseia-se nos partidos captadores de opinião, logicamente os partidos hão de ter rigorosa disciplina interna, porém, esta não pode ser a disciplina dos bandos de salteadores, da imposição da força ou da sedução do interesse; há de ser a disciplina decorrente da unidade doutrinária, da formação de uma consciência da agremiação política a que pertence cada Deputado.

Por conseguinte, entendo que os partidos estão em crise e quando chega o problema de sucessão presidencial, observamos que não podem apresentar, muitas vezes, ao cargo de candidato a Presidente da República, elemento de suas fileiras e escolhem elemento de fora. Ora, quando isto acontece, o partido perde autoridade moral para impor disciplina aos comandados: estes ficam livres para votar em quem queiram.

Um grande partido nacional, em vez de buscar em suas fileiras o homem representativo de sua doutrina, de sua ação política, com tradição dentro das hostes partidárias, vai buscar, por exemplo, elemento de fora já anteriormente proposto por outro partido, registrado por um segundo e adotado por terceiro.

Pergunto, então, que garantia tem esse quarto conviva sobre o modo de ser tratado se o canditado em questão for eleito?

O Sr. José Sarney – V. Exa. permite um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Com muito prazer.

O Sr. José Sarney – Sr. Deputado, a alusão de V. Exa. foi muito direta ao meu partido, de maneira que sou obrigado a esclarecer alguns pontos necessários ao debate suscitado neste instante.

Naturalmente, V. Exa., porque não pertence às nossas fileiras e está bastante alheio ao encaminhamento do problema sucessório dentro da UDN, desconhece que, antes de qualquer compromisso com o Sr. Jânio Quadros, mandamos à Europa dois emissários, com um programa estabelecido pelo Diretório do partido, programa no qual todas as correntes e seções estaduais opinaram, programa que estabelecia uma série de princípios para o governo que S. Exa. teria que realizar no País. Depois da aquiescência do candidato a este programa, foi que passamos ao exame político de sua candidatura dentro da UDN. Mas, em princípio, o primeiro passo que demos foi obter o compromisso do candidato com relação àqueles pontos básicos do nosso programa, pontos que tinham idéias das mais avançadas que hoje aparecem à frente da Nação, porque levamos ao debate e ao compromisso dos candidatos à Presidência da República o problema da reforma agrária e de política exterior, independente e vigorosa, capaz de colocar o País no concerto internacional como país independente e não como nação escrava e satélite de qualquer outra. Daí, porque acho que V. Exa. devia, nas críticas que faz, de maneira geral, aos partidos políticos do Brasil, ressalvar este ponto, no que se refere ao nosso partido, porque tivemos a preocupação precípua de dar característica ideológica a este apoio, porque sem ela seríamos incapazes de levar ao eleitorado brasileiro aquilo que simboliza a bandeira do nosso partido.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Meu eminente colega, o aparte de V. Exa. vem fortalecer meu raciocínio e tornar mais firme a conclusão a que desejo chegar.

V. Exa. confessa perante a Câmara que o partido de V. Exa., partido

idealista, nobre partido, que honra a cultura brasileira, não tinha em suas fileiras elemento capaz de ser candidato a Presidente da República. Tanto era assim que foi preciso mandar emissário ao exterior, para procurar alguém que se encontrava na Inglaterra e dali partira para Vigo e que desta cidade viajara para Portugal, onde, finalmente, foi encontrado, numa pitoresca aldeia desse país, esse alguém que poderia suprir a deficiência de homens que V. Exa. confessa haver em seu partido.

Eu não penso assim. Entendo pelo contrário, que a UDN tem homens de alto valor. Aqui mesmo, nesta Casa, brilha uma bancada que honra o Parlamento brasileiro. Entendo que V. Exa. e seu partido têm muitos elementos de lídima estirpe, que poderiam ser perfeitamente candidatos do povo brasileiro.

Orador confirmado pelo aparteante

Por conseguinte, V. Exa., em primeiro lugar, confirma o que eu disse; em segundo lugar, me dá um argumento para demonstrar que, quando um partido procura fora de suas fileiras um candidato, ocorre, fatalmente, uma erosão eleitoral por ocasião do pleito. E é o que quero evitar, propondo a aliança de legendas, a fim de que todos os membros ou associados de um partido possam votar com alegria e consciência no candidato que representa, não alguém expressivo de outras regiões políticas do País, mas um daqueles que estão dentro das fileiras partidárias, integrados no pensamento e no sentimento da agremiação política.

O Sr. José Sarney – V. Exa. me permite?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. José Sarney – Tenho a impressão de que a confissão que V. Exa. me atribui, da ausência de homens no meu partido, é inteiramente gratuita e arbitrária.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exas. mandaram buscar fora, não tinham outro.

Deturpação do encontro Juraci-Plínio

O Sr. José Sarney – V. Exa. sabe que o contato político, a tomada de posição em relação ao problema ideológico é coisa nova neste País em matéria de convenção partidária. Não causa estranheza o fato, porque V. Exa. mesmo,

como Presidente de um partido, foi à Bahia procurar o ex-Presidente do nosso partido, num contato muito razoável, que não condeno e que demonstra que a nossa peregrinação a Vigo tem a mesma expressão que a peregrinação de V. Exa. à Bahia. Num e noutro caso, o que os partidos estavam procurando, portanto, seria o ponto de contato capaz de levá-los a esta comunhão de idéias em uma campanha presidencial. As declarações de V. Exa., sobretudo a nós, causam certa euforia, porque temos a impressão de que V. Exa., coerente com a doutrina que está expondo na tribuna, vai concorrer, pela legenda do seu partido, com um candidato partidário, ligado à agremiação de V. Exa. Esperamos que V. Exa., de acordo com este ponto de vista, siga esse rumo. Há poucos dias, exaltamos nesta Casa, numa das convenções, talvez a mais democrática deste País, a figura do Governador Juraci Magalhães, a quem todos rendemos a nossa admiração e o nosso respeito, elemento dos mais grandiosos da UDN, homem que deu ao País digno exemplo do que é a democracia funcionando, do que é um partido político em plena maturidade, em pleno domínio de suas forças. Assim, espero que V. Exa. não siga o nosso exemplo, buscando candidato capaz de cumprir o programa do nosso partido, porque assim impunham as necessidades do povo brasileiro, porque se nós, da UDN, egoisticamente procurássemos um homem que encarnasse o nosso programa dentro das nossas fileiras e perdêssemos com ele, estávamos prestando um desserviço ao povo brasileiro, que esperava e espera, neste momento, uma aliança popular capaz de cumprir um programa que retire a Nação daquilo em que está sendo transformada, pelo Governo, que, a partir da cessão de Fernando de Noronha até as negociatas escusas do feijão, só desconhece uma coisa: o que é o povo brasileiro.

O caso do PRP é diferente

O SR. PLÍNIO SALGADO – Meu nobre colega, quero esclarecer o plenário acerca da afirmação feita por V. Exa. que não corresponde à realidade, porque V. Exa. está mal-informado. Não fiz peregrinação à Bahia. Fui lá realizar uma conferência no II Centenário da Igreja da Penha, da cidade de Salvador. Ali chegando, fui honrado com grandes cortesias por parte do Governador Juraci Magalhães, que me declarou hóspede do Estado e me visitou com a maior cordialidade. Eu seria um homem incivil se não fosse agradecer a S. Exa. a honra que me era dispensada. Nessa visita, no curso da nossa conversação de mais de duas horas, falamos de problemas econômicos e administrativos da Bahia e do Brasil e, ao cabo da longa conversa, abordamos o problema da sucessão presidencial. S. Exa. estava a par da combinação feita entre meu partido e o Partido Social Progressista visando a envidarmos esforços no sentido de somar nossas forças para a decisão acerca do pleito presidencial. E,

aplaudindo nossa atitude, declarou que ele também se achava em expectativa e desejava mesmo um encontro com o Sr. Ademar de Barros, que foi à Bahia e, depois de conversar com S. Exa., assentado ficou que aguardaríamos o Sr. Juraci Magalhães, após a Convenção da UDN, do partido de V. Exa. Quero dizer que, mesmo se fosse em peregrinação àquele Estado, teria ido muito bem, porquanto o meu partido é pequeno, o meu partido é pobre, o meu partido não tem dinheiro para ir à eleição presidencial, imensamente dispendiosa. Até hoje estamos pagando dívidas da eleição de 1955. Anunciei isto ao povo brasileiro. Justifiquei, portanto, a razão de não termos candidato próprio. Daí por que estou propondo a aliança partidária, para não haver erosão por descontentamento nas fileiras do meu partido. Mas V. Exa. não tem essa desculpa, porque é de grande partido, rico e composto de prestigiosos luminares.

Errônea interpretação de uma atitude

O Sr. Luís Bronzeado – Deputado Plínio Salgado, a União Democrática Nacional escolheu o Sr. Jânio Quadros para candidato à Presidência da República, porque reconhece no ilustre ex-Governador de São Paulo homem público de extraordinárias qualidades. Ela vê no Sr. Jânio Quadros a derradeira esperança de uma Nação angustiada.

A UDN poderia aceitar qualquer outro homem público como seu candidato, pertencente a qualquer dos partidos brasileiros. Mas, nobre Deputado Plínio Salgado, a UDN precisamente não está procurando resolver a crise partidária. Queremos resolver a crise da Pátria. A Pátria acima de tudo, não as crises dos partidos e dos homens públicos.

Salvar os partidos é salvar a Pátria

O SR. PLÍNIO SALGADO – Meu nobre colega não está percebendo que quando trato de resolver crises partidárias estou procurando resolver a crise do regime. Há descrença nas instituições, oriunda da desilusão do povo pelos partidos, e quem defende as instituições está defendendo a Pátria. Por conseguinte, não estou cogitando exclusiva, restrita e isoladamente, de crises internas de partidos, mas buscando as causas da doença grave que está atacando a política brasileira e que pode levar em derrocada o regime em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Informo ao nobre orador que deveremos passar à matéria constante da Ordem do Dia, em regime de urgência.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Poderei atender, e naturalmente atenderei, à advertência de V. Exa., Sr. Presidente. Como, porém, cheguei tarde à tribuna, o ilustre Vice-Presidente que presidia a sessão declarou que me garantiria os 10 minutos que me faltavam. Poderia V. Exa. garantir?

O SR. PRESIDENTE – Havendo matéria em regime de urgência, não poderíamos ultrapassar o horário estabelecido, das 16 horas. Desde, porém, que o nobre Vice-Presidente em exercício assegurou a V. Exa. esse tempo, esta Presidência deverá fazê-lo também.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Procurarei ser o mais conciso possível, Sr. Presidente, para usar apenas os 10 minutos.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães – V. Exa. foi absolutamente fiel no relato da sua viagem à Bahia. Devo dizer a V. Exa. que só constituiu motivo de honra para o Governador da Bahia tê-lo como hóspede oficial. E tantas vezes apareça V. Exa. em nossa terra será sempre alvo das homenagens que está merecendo de toda a Nação brasileira.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Se V. Exa. diz que o Governador se sentiu honrado, mais me sinto eu pelas deferências do Sr. Juraci Magalhães, que, além de ser governador de um povo que tanto amo e ao qual sempre procuro servir, é um dos mais brilhantes estadistas do Brasil, homem de largo tirocínio político, de grande experiência administrativa, patriota verdadeiro que merece de mim toda consideração e todo o respeito.

O messianismo – doença cultivada no Brasil

Mas, Sr. Presidente, vejamos se conseguimos, afinal, retomar o fio de nossas considerações, procurando criar uma consciência coletiva da necessidade urgente de se adotar uma aliança de legendas, objetivando o funcionamento normal dos partidos na sucessão presidencial. Um dos motivos que me fazem pensar melancolicamente em nosso futuro político está no fato de o povo brasileiro não caminhar para as urnas levado por idéias, por programas, por conhecimento dos problemas nacionais. O nosso povo não tem tido, por parte dos que lhe falam nos comícios, aquela assistência necessária à formação de uma consciência de realidades e necessidades que coloquem suas aspirações políticas acima dos nomes de pessoas.

É lamentável ver-se, em nosso País, quando se chega às vésperas de uma eleição, em vez de se discutirem idéias e programas, discutirem-se nomes de

homens. Estamos transformados numa grande Canudos. Estamos ensinando ao povo a política dos sertanejos, daquela Tróia brasileira, a adotar Antônios Conselheiros em cada caso de sucessão presidencial.

Escrevi um livro, em 1931, um romance intitulado *O Esperado*. Nele demonstro que um povo não tem o direito de esperar sua salvação de alguém, de um Messias, de um taumaturgo, mas ele próprio deve caminhar, por seus próprios pés, à busca da solução de seus problemas.

Entretanto, desde aquela ocasião, observamos essa tendência do povo brasileiro, e, tudo fazendo para lhe dar uma consciência cívica, verifico melancolicamente que aqueles mesmos que exprimem as elites políticas da nossa Pátria, em vez de se firmarem e se cingirem a programas ideológicos e a propósitos governamentais, apresentando candidatos que sejam a expressão de suas idéias e de seus programas, também procuram os Antônios Conselheiros, os messias, e continuamos a viver num lamentável, deplorável primarismo, porquanto em outros tempos, nos tempos do Império, apesar de todos os defeitos do regime, já tivemos uma posição mais elevada no campo da cultura política.

Ontem como hoje

Srs. Deputados, esta minha atuação, ontem e hoje, tem uma finalidade principalmente histórica. Falo hoje, como falou Afonso Celso, da tribuna do Parlamento, no Império, em 1886, anunciando a queda do regime, pelo enfraquecimento e debilitação dos partidos. Falo hoje, como falou, no Império, Joaquim Nabuco, em 1888, mostrando que a voz dos partidos já não se fazia ouvir diante das correntes de opiniões que se formavam à sua revelia, objetivando a solução dos mais graves problemas nacionais.

Entendo que hoje também deve haver, entre nós, homens que, à maneira de Andrade Figueira, no Parlamento do Império, sorria, desses profetas. Mas lembro-me de Afonso Celso que, quando Andrade Figueira sorrindo lhe disse que as instituições estavam firmes, recordou a profecia de Thiers, em França, no ano de 1870, a qual foi cumprida rigorosamente.

Diante de um sombrio prognóstico

Por conseguinte, esta minha tentativa, este esforço para galvanizar e trazer à consideração e à aprovação da Câmara, o projeto Ortiz Monteiro, que melhor corresponde às necessidades atuais da política brasileira e que se fundamentam nas mesmas razões apresentadas pelo Senador Afonso Arinos

quando Deputado nesta Casa; esta minha tentativa para vitalizar este projeto quer, principalmente, marcar uma posição histórica, porque, se, amanhã, em razão da deliberação dos partidos, chegarmos, não mais a eleições, porém aos plebiscitos a que se quer reduzir a sucessão presidencial, extravasando as deliberações das fileiras para o amplo rebojo da massa popular; se amanhã chegarmos a uma situação plebiscitária, tão ao gosto das ditaduras e dos governos que preludiam as ditaduras e rasgam Constituições, quero que minhas palavras fiquem assinaladas nos Anais desta Casa, para que se diga: pelo menos houve alguém que pressentiu e previu, na dissolução gradativa dos partidos, a própria derrocada do regime. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Sessão de 28 de novembro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendo perfeitamente as dificuldades e as lutas da Comissão de Orçamento, quando se encontra diante de problemas da maior relevância nacional a pedir solução e, ao mesmo tempo, empenhada em baixar o nível do déficit orçamentário.

Entretanto, aqui estou na tribuna para me referir à Emenda número 109, que consigna, ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1 bilhão e 250 milhões de cruzeiros.

Parece, à primeira vista, exagerada a cifra. Entretanto, o INIC, somente para cumprir decretos governamentais, terá de despender 742 milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele órgão da administração pública já tem sido excessiva e injustamente criticado por sua inoperância, quando o que lhe falta são recursos.

Ainda recentemente, por ocasião da calamitosa seca do Nordeste todas as críticas se dirigiram contra o INIC, todas as objurgatórias da imprensa se voltaram contra aquele órgão. Mas, na realidade, é quase impossível administrá-lo com os recursos exíguos de que dispõe. Falo com a responsabilidade de Presidente de um partido que foi solicitado a indicar o dirigente do Instituto Nacional de Colonização e Imigração. Para ali mandamos o Dr. Walter Cechella, homem de grande equilíbrio, descortínio, honestidade, que teve, como preocupação inicial, compor o INIC para atingir maior eficiência, porquanto, como se sabe, aquele Instituto foi organizado com funcionários vindos de vários Ministérios e até então ainda não se estabelecera uma perfeita conexão administrativa e um rumo certo a seguir. Isso foi realizado. Pode-se dizer, mesmo sem desdouro para os anteriores dirigentes, que o atual Presidente do INIC pôs ordem na casa, moralizou-a e tem desenvolvido os maiores esforços para cumprir sua missão.

O *Sr. Arno Arnt* – As dotações para o Instituto Nacional de Colonização e Imigração são os mesmos de há 4 anos e V. Ex.ª diz bem: no momento atual, no qual o Instituto está organizado e devidamente atendida a necessidade premente de planejar, nesta hora o Instituto quer executar, não só a destinação dele, como também a destinação que lhe foi atribuída pelo conjunto de

reuniões dos Srs. Bispos em Campina Grande e Natal e pelo conjunto de 9 decretos que o Sr. Presidente da República lhe atribuiu, só no ano de 1959.

O *Sr. Miguel Bahuri* – Sr. Deputado Plínio Salgado, para corroborar o que V. Ex.ª objetivamente expõe, não se compreende nesta Casa, nem pode compreendê-lo o povo brasileiro, como se possa desejar que o ilustre Presidente da República, animado das melhores intenções, como tem demonstrado, melhore o nível de vida dessas populações famintas sem se conceder aos órgãos capazes de ajudar a recuperação do País os meios de que carecem. Nenhum órgão – e V. Ex.ª o sabe melhor do que ninguém – poderá propiciar tantos benefícios ao País como o INIC, destinado a povoar as áreas abandonadas, embora fertilíssimas do Brasil, entre as quais o Maranhão. As dotações orçamentárias irrisórias consignadas em favor do INIC não seriam suficientes sequer para a execução de uma décima parte do que o Maranhão tem a oferecer, através de suas terras do Vale do Mearim e do Pindaré, para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

O *Sr. Benjamin Farah* – Permita-me. Eu iria votar contra essa Emenda, porque tenho minhas restrições a respeito do INIC. Estive na Itália em 1957, por volta de setembro, e tomei ciência de tais coisas a respeito do procedimento ali dos representantes daquele órgão – apelo para o testemunho do nobre Deputado Aurélio Viana, que estava comigo – que tive vergonha de denunciar desta tribuna. Todavia, o nobre Deputado Arno Arnt está dizendo que isso antecede a administração do atual presidente. As explicações que V. Ex.ª está dando convenceram-me a votar favoravelmente à Emenda. Espero, pois, que o INIC tome novos rumos dentro da realidade brasileira e da sua alta missão.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço os três apartes que acabo de receber, mas de maneira particular o do nobre colega Benjamin Farah.

O Sr. Oswaldo Zanello – Para não perder a oportunidade, nobre Deputado Plínio Salgado, devo dizer agora a V. Ex.ª que a atual administração do INIC é eminentemente técnica, de onde estão afastados todos os interesses de ordem política ou partidária, havendo mesmo – posso confessá-lo aqui – vários elementos do nosso partido descontentes com o seu diretor, que não faz política à frente do INIC, técnico que está engrandecendo aquele Instituto e o Governo e levando benefícios inestimáveis ao interior de nossa Pátria.

O *Sr. Benjamin Farah* – Meus parabéns.

O SR. PLÍNIO SALGADO – São agora quatro apartes, aos quais me quero referir, mas principalmente ao penúltimo. Não estou aqui para atacar

nem para fazer crítica retrospectiva a quem quer que seja. Não é de meu estilo. Jamais subirei à tribuna para destruir; sempre para construir. Prefiro calar o que houve anteriormente à administração cuja responsabilidade foi assumida pelo meu Partido.

Desejo dizer é que o INIC não vai tomar nova orientação; já a tomou desde o instante em que declarei aceitar a indicação do seu Presidente, o que fiz com uma condição – não queria injunções de partido político algum na administração desse órgão. Para isso daria o exemplo. Chamando o Presidente Walter Cechella à minha presença, declarei-lhe: "O Sr. é Presidente do INIC. Tem de cumprir sua missão, e não deve receber injunções políticas de quem quer que seja, a começar por mim". Entendo que a maior desgraça do Brasil é a intervenção de partidos políticos em órgãos da administração pública, prejudicando inteiramente suas finalidades.

Por conseguinte, sendo contrário a esta lepra que lavra no País, isto é, o interesse partidário, imiscuindo-se na obra administrativa, entendi que deveríamos dar novo rumo ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o que, de fato, tem sido feito, mas sem recursos, Srs. Deputados.

É lamentável a situação do INIC no que se refere a hospedarias. Ainda há cerca de quatro dias, o Sr. Presidente do INIC regressava de Sergipe desolado por ter visto brasileiros do Nordeste, nossos irmãos, dormindo em laje fria, em virtude de a hospedaria daquele Instituto ser ali insuficiente. Por ocasião da seca, a hospedaria de 800 pessoas, abrigou doze mil em barracões improvisados. É um drama, um imenso drama.

Mas, se me refiro a esse aspecto das migrações internas, normais ou forçadas por circunstâncias climáticas, aludo de maneira mais positiva à obra de colonização que compete ao INIC. Entendo a obra de colonização mais importante do que a de imigração. Como poderemos convidar gente de fora para vir, quando não temos a casa arrumada? Arrumemos primeiro a nossa casa, demos incremento aos núcleos do INIC, criemos novos.

Sei também da situação precária em que se encontram numerosos núcleos.

Quando o Sr. Walter Cechella assumiu a presidência do INIC, os relatórios que vieram eram lamentáveis; estavam sem maquinaria, sem implementos, sem recursos de espécie alguma.

O *Sr. Benjamin Farah* – Fruto de administração sem idoneidade moral.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É verdade o que acabo de ouvir, mas, como disse, não estou criticando administrações anteriores.

Pergunto: como poderemos assumir a responsabilidade de um órgão da administração pública sem recursos?

Chamo a atenção da Maioria, principalmente da Maioria, para este caso grave que pode ocasionar até mesmo uma crise de caráter político, se o INIC não tiver recursos para atender aos reclamos e às necessidades do povo brasileiro, aos interesses econômicos da Nação.

Compreendo as razões apresentadas pela Comissão de Orçamento, dizendo que nos podemos valer de suplementações de verbas no curso do ano próximo. Mas, Srs. Deputados, são processos demorados, longos. A administração pública no Brasil necessita de uma revolução, a revolução contra o papelório, a revolução contra os órgãos sabotadores de toda e qualquer iniciativa construtiva da Nação. Nestas condições, prefiro que sejamos leais e sinceros. Vai aumentar o déficit? O orçamento não deve ser uma mentira ... Estamos vivendo num regime de mentiras. Ainda há pouco, ouvindo o discurso do Sr. Deputado Munhoz da Rocha, eu raciocinava: no Brasil tudo é ficção e fantasia. Fala-se em autonomia do Município, autonomia inexistente porque depende financeiramente dos governos estadual e federal, aos quais mendiga verbas para seus melhoramentos locais. Fala-se em Federação; entretanto, o Governo central tem o poder emissor e, dispondo desse poder, desequilibra inteiramente a vida dos Estados, em relação ao preço da mão-de-obra e dos materiais, conseqüência da desvalorização da moeda. Mais ainda, forçado pela circunstância, o Governo central é obrigado a aumentar os vencimentos de civis e militares, e imediatamente, nos Estados, clamam também por aumento os funcionários estaduais.

Pergunto: onde vão os governadores buscar recursos para atender a essas reclamações, nos limites do Estado, conseqüentes da benemerência do Governo central em relação aos seus funcionários?

Existe uma ficção no Brasil. Ainda agora verificamos serem os partidos também uma ficção, pois não estão atuando no sentido doutrinário, programático, disciplinar, como no problema de aliança de legendas, há dias ainda expus. Tudo é mentira em nosso País. Então, o Orçamento também há de ser uma mentira? Iremos, com suplementações no ano próximo, cobrir a inverdade que apresentamos à Nação?

O Orçamento deve ser verdadeiro. Se há necessidade de despesa, não há outro remédio senão dar os recursos.

O *Sr. Tristão da Cunha* – Até a democracia é uma ficção, no Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Osvaldo Zanello – Nenhum administrador honesto e consciente poderia estabelecer um plano de trabalho, um plano de aplicação, tendo em vista possível suplementação de verba. Porque isso depende, antes de mais

nada, do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a medida. Portanto, seria leviandade um administrador organizar um plano de trabalho, confiado em futura suplementação de verba.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Realmente.

Sr.Presidente, Srs. Deputados, como tenho de concluir, direi ainda umas breves palavras para completar meu pensamento. Em primeiro lugar, desejo observar não ser excessivo o quantitativo a que se refere a emenda, porquanto, como disse, mais de 700 milhões já estão comprometidos por decretos governamentais.

O Sr. Arno Arnt – Decretos governamentais que vêm desde 1956, Excelência.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

Em segundo lugar, quero chamar a atenção para o seguinte: num dos meus primeiros discursos, falei da correlação dos fenômenos a que devemos estar atentos para não interpretarmos os problemas de modo unilateral. É justo que a Comissão de Orçamento encare apenas o aspecto financeiro, mas creio que não está vendo as conseqüências indiretas no desenvolvimento do País que decorrerão do maior incremento da nossa agricultura e da fixação do nosso homem à terra. Evidentemente, de modo indireto, outros recursos virão para o Governo. Por conseguinte, ainda que agora esta verba pese no Orçamento, não tanto, mas um pouco, as conseqüências que advirão serão de salutares efeitos para a vida econômica da Nação.

O Sr. Lenoir Vargas – Entendo que V. Exa. está sendo profundamente coerente com o ponto de vista adotado pela direção do INIC, sob a orientação de V. Exa.

É que V. Exa. não poderá partir para um programa de ação, se antes não tiver ressarcido todos esses compromissos atrasados que a instituição tem.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeito.

O Sr. Lenoir Vargas – Acho perfeitamente coerente a atitude de V. Exa. e também acho justo que a Câmara aprove a emenda referida por V. Exa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Exa.

Para terminar, julgando ter sido o meu ponto de vista bem compreendido pela Casa, peço o apoio dos Srs. Deputados para esta emenda, que representa a solução de um dos mais graves problemas da vida nacional. (*Muito bem; muito bem.*)

ENCERRAMENTO DA LEGISLATURA DE 1959, ÚLTIMO ANO EM QUE A CÂMARA DOS DEPUTADOS FUNCIONOU NO RIO DE JANEIRO

Sessão de 15 de dezembro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO *(Como o líder de Partido)** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não irei utilizar-me desta tribuna durante longo tempo. Entendo que uma sessão de encerramento como esta deve assumir grande austeridade, gravidade e linha de elegância, porquanto o prestígio que esta Casa deve cada vez mais conquistar na opinião pública não vem apenas dos debates de idéias que se entrechocam em nosso recinto, mas também das nossas atitudes, do senso da oportunidade, do equilíbrio e da meditação.

Nestas condições, não irei, de forma alguma, trazer, a uma sessão como esta, o debate de problemas que, naturalmente, inquietam o espírito de meu partido. Cumpre-me, antes de tudo, homenagear V. Exa., Sr. Presidente, em nome do meu Partido, como hoje homenageado foi V. Exa., de maneira tão solene e vibrante, pelos Deputados nesta Casa.

Assistimos, como disse o nobre Deputado Vasconcelos Tôrres, a um espetáculo verdadeiramente comovedor: o dos parlamentares, de pé, aplaudirem V. Exa. com tão longa, vibrante e calorosa salva de palmas.

Sr. Presidente, não é natural que fira tema que traga debates e discussões, tirando a solenidade desta sessão; é natural, porém, que faça alusão pelo menos, aos trabalhos do Congresso e da Câmara dos Deputados, particularmente.

Não sou pessimista – sou mesmo otimista – em relação a quanto produzem os Deputados, no Brasil.

Quando entrei, de início, nesta Casa, confesso francamente que tudo quanto ouvia lá fora em desprestígio e em desprimor do Parlamento se foi desvanecendo dia a dia, à proporção que verificava quanto trabalham os Deputados brasileiros. Na minha Comissão, que produziu este ano o Substitutivo ao projeto de Diretrizes e Bases,vi quanto se trabalhou, quantas noites inteiras, quantos debates interessantes e fecundos ali se travavam. Sei quanto trabalham as outras Comissões e sei como cada Deputado, individualmente, trouxe seu contributo para o prestígio do Legislativo, em atenção àqueles que nos mandaram a ocupar as cadeiras que ocupamos nesta Casa.

---

* Não foi revisto pelo orador.

Sei e todos nós sabemos da complexidade dos problemas que se oferecem à consideração do legislador, nesta hora de vida brasileira e da vida mundial. O aceleramento do progresso técnico foi de tal maneira nos últimos tempos que descontrolou totalmente o rumo dos povos, exigindo novas medidas, novos critérios, e cada país, com suas peculiaridades, trouxe mais fatores para aumentar a complexidade do estudo desses problemas.

O poeta alemão da escola hermética, Rilke, numa de suas poesias, diz que tudo que é grande, tudo que é nobre e duradouro é construído lentamente, "tanto a flor, como o livro e como as obras humanas".

Sr. Presidente, os problemas que se aventaram nesta Casa são de tal magnitude e de tal complexidade, oriundos não somente da diversidade das regiões brasileiras, como também da diversidade das orientações filosóficas no campo da política e da administração, que era natural não se pudesse, no curto espaço de meses, concretizar em lei as idéias trazidas a esta Casa. Tivemos, realmente, no curso deste ano uma exposição constante das necessidades do País e a constante orientação de oradores que, desta tribuna, manifestaram opiniões e pontos de vista acerca de tão graves questões. Era natural que, nestas condições, a Câmara apenas tivesse agido como o grande pulmão da Nação, respirando a atmosfera das idéias. Porque nossa função não é apenas legislar: é influir em outros setores da vida pública brasileira através das idéias que expendemos aqui. Minha bancada, modestamente, procurou contribuir para o prestígio desta Casa.

Em matéria de política cafeeira, por exemplo, tivemos o prazer de ver as idéias do Sr. Deputado Oswaldo Zanello, que incumbimos de estudar o assunto, porque trabalhamos em equipes – realizadas pelo Instituto de Café, e, mais ainda, louvadas pelo Conselho Nacional do Café. Quer dizer, nossa função não consiste apenas em produzir leis, mas também em levar sugestões ao próprio Poder Executivo.

Não irei aqui rememorar os trabalhos de minha bancada; quero apenas louvar todas as bancadas e suas lideranças.

Sr. Presidente, há dias, falando nesta tribuna afirmei que a vida do regime depende da vida dos partidos. E isto porque distingo povo de massa. Segundo o Papa Pio XI, povo é uma reunião de pessoas conscientes, cada qual na sua categoria, enquanto massa é uma reunião de indivíduos sem consciência, comandados pelos ventos da demagogia ou pelo dinheiro.

Ora, "cada qual na sua categoria" quer dizer: pessoas humanas reunidas em grupos naturais. Considero grupo natural toda reunião de pessoas com o mesmo objetivo. Por conseguinte, incluo os partidos políticos na orgânica do povo brasileiro. Povo é a reunião de pessoas em torno de um programa. A existência dos partidos é condição fundamental da existência da

democracia, pois, do contrário, cairíamos no regime das massas plebiscitárias, produzindo ditaduras.

Nesta Casa sente-se perfeitamente o esboço de uma recuperação da disciplina partidária. Ainda que enfraquecidos os partidos pelas injunções de grupos a eles estranhos e que recrutam e mobilizam elementos das mais variadas correntes políticas, nota-se que os partidos funcionam e funcionaram com disciplina.

Não se trata de ditadura de líderes, mas da condição existencial dos partidos, e isto observei, no curso do ano, nesta Casa do Congresso.

Sr. Presidente, prometi ser breve e serei o mais breve possível, concluindo, com mais algumas considerações, minha pequena oração.

Sr. Presidente, é preciso, neste instante, mais do que nunca, prestigiarmos o Congresso, nossa Casa legislativa, os componentes dela, para não se formar errôneo conceito, no espírito do povo brasileiro, criado por nós mesmos, através das críticas acerbas e nem sempre justas que nós dirigimos aos nossos pares. Tudo no Brasil que ocorre de mal logo determina esta frase: a culpa é dos Deputados daquela Câmara que não faz nada.

Nada mais injusto. Entendo que, mesmo se esta Câmara existisse para nada fazer, só sua existência controlaria os desmandos ou abusos por parte de elementos do Poder Público. Mas a Câmara não atua apenas pela presença; atua pelo seu trabalho. Além do mais, bem sabem os Srs. Deputados, porque provam este pão amargo: o eleitorado entende que o Deputado é despachante de papéis na Capital do País. Seu tempo é ocupado constantemente por solicitações nos corredores e em seus escritórios, constantes como caudais que cada vez mais se avolumam. Nestas condições, apertados por compromissos de toda ordem, os Deputados brasileiros fazem muito, produzem muito; e esta Casa merece o respeito da Nação.

Sr. Presidente, minha bancada, desde o primeiro dia, recebeu, como orientação, a assiduidade, porque é com assiduidade que se prestigia esta Casa; trabalho constante, não somente no sentido de trazer contribuições de projetos e de idéias, mas ainda de acompanhar as idéias dos senhores parlamentares. Entendo que a todo Deputado que traga um pensamento, um programa, uma idéia, ainda que possamos divergir em certos pontos, devemos homenagear porque está fazendo circular novo pensamento e dando vitalidade à democracia. Nestas condições, a meu ver, queremos congratular-nos com os funcionários da Casa que deram toda a dedicação ao trabalho mais árduo, assim como com a imprensa que aqui esteve representada por todos os seus órgãos, ajudando-nos a cumprir nossos deveres legislativos, informando o povo e estimulando-nos dia a dia no trabalho que nos propusemos desde o dia em que recebemos o mandato do eleitorado que nos enviou a esta Casa.

Culminando essas homenagens de congratulações, felicitações e bons augúrios para o próximo ano, devemos reverenciar a Mesa, que tem à sua frente um Presidente de raríssimas virtudes e qualidades e a seu lado os vice-presidentes e secretários do mais alto teor, da maior capacidade, da maior dignidade, da maior correção no cumprimento da Lei Interna, conciliando o cumprimento desse dever com as normas da perfeita civilidade e atenção para com os Deputados desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia encerrar estas palavras sem um instante de profunda emoção. Este é o último ano, como acentuou V. Exa. no brilhante e substancial relatório que nos apresentou – este é o último ano em que trabalhamos no Rio de Janeiro. Poderemos, evidentemente, reunir-nos extraordinariamente no começo de 1960, mas o ano próximo nos designa Brasília para o reinício dos nossos trabalhos legislativos. É realmente com profunda emoção que vejo essa mudança imperativa para o centro do País. Se a mudança para Brasília é um impositivo histórico e que hoje se torna mais de um impositivo, uma necessidade urgentíssima da própria vida nacional, a nossa saída do Rio deve trazer-nos à alma aquele tom de melancolia que deveriam ter sentido, há duzentos anos, os que deixaram a Bahia para mudar-se para o Rio de Janeiro. Foram duzentos anos de permanência do Governo, da Nação, dos Poderes do Império e da República, nesta bela cidade.

É, pois, comovidamente que deixaremos o Rio de Janeiro, a cidade dos Vice-Reis, a cidade do Primeiro Reinado, a cidade do Primeiro Império e a Primeira Regência, a cidade que foi teatro das tumultuosas polêmicas e arregimentações frenéticas das massas populares por ocasião das reclamações do povo em torno de D. João VI, exigindo uma Constituição à maneira da que já tinha a Espanha pela elaboração da Carta de Cádiz; teatro que foi das lutas da Independência; teatro que foi de todos os episódios da Regência, como centro de gravidade da Nação; teatro que foi do período luminoso do segundo Império, durante o qual se ergueram estadistas de grande envergadura, que ainda hoje perduram em nossa memória, como as Cariátides, segurando toda a construção nacional. Rio de Janeiro, teatro da Corte, teatro da sociedade que requintou em nobres tons de elegância a distinção e que nos legou, a nós brasileiros, aquela linha de conduta e equilíbrio para a qual olham com certa nobre inveja os povos que não tiveram a ventura de uma época imperial.

É com este sentimento que meu partido rende ao povo carioca suas homenagens, dizendo-lhe que partirá para Brasília, com as demais bancadas, para trabalhar pela Nação, mas levando no coração esta saudade da cidade maravilhosa que, apesar de tudo, há de ser sempre o orgulho dos brasileiros, há de esplender, não apenas pela sua beleza natural, mas, ainda, pelos primores da sua civilização e das suas realizações.

Sr. Presidente, estas as palavras que meu partido me enviou a dizer desta tribuna. Que meus pares recebam da minha agremiação partidária toda a nossa homenagem de respeito e de admiração, e que V. Exa., principalmente, símbolo da dignidade e majestade do Poder Legislativo, receba de meus lábios as expressões da maior estima, consideração e apreço, que V. Exa. bem merece. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Sessão de 22 de fevereiro de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, os matutinos desta Capital publicaram, na edição de domingo, notícia relativa ao meu Partido e à minha posição pessoal no caso da sucessão presidencial da República.

Apesar das pequenas variantes redacionais, tem-se a impressão de que a notícia procede da mesma fonte. Pretende a referida local fazer crer que existe, partindo dos órgãos governamentais ou dos partidos situacionistas, uma pressão sobre o PRP, no sentido de forçá-lo a adotar determinada atitude política. Essa pressão segundo a fonte original da inoportuna intriga, seria exercida mediante a ameaça de se retirar o Instituto Nacional de Imigração e Colonização das responsabilidades do PRP, caso este não se decidisse, com rapidez, a se definir pela candidatura do ilustre Marechal Teixeira Lott.

Preliminarmente, quero dizer que não creio que a inabilidade política dos partidos da situação tivesse chegado a tal ponto.

O Sr. Manoel Novais – Permita-me. Não é regimental interromper o orador no Pequeno Expediente, mas a matéria a que V. Exa. se está referindo no seu discurso foi objeto de comentário da imprensa envolvendo, inclusive, o Partido Republicano. Devo declarar a V. Exa. e a esta Casa que o Partido Republicano nenhuma reivindicação fez em relação àquilo que pertence a qualquer partido político.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Creio na palavra de V. Exa. e que o seu Partido foi, também, envolvido nesta intriga.

Isto posto, e aceitando, apenas para argumentar, qualquer caráter oficioso da notícia a que aludo, quero dizer aos interessados que as atitudes do meu Partido e as minhas pessoais nunca foram conseqüência de ameaças ou de ofertas de cargos e posições. Jamais consenti em toda a trajetória de minha ação política no País em submeter-me a dilemas propostos em forma de *ultimatum*. Por esse motivo, meu Partido e eu enfrentamos as tremendas perseguições da ditadura; fui preso, exilado, curti a saudade da Pátria, para não ceder às imposições ou ofertas de um regime totalitário, muito embora reconhecesse qualidades no Presidente Vargas e lhe devesse repetidas gentilezas e provas de confiança.

Quando se restabeleceram as liberdades políticas no País, tivemos o problema da Sucessão Presidencial. Não o resolvemos em bases de interesse, mas doutrinariamente. Para isso, enviamos cartas de idênticos termos aos Srs. Brigadeiro Eduardo Gomes e Marechal Eurico Gaspar Dutra, propondo-lhes um questionário. Tendo sido a resposta deste a mais satisfatória, adotamos a sua candidatura.

Em 1950, apesar da oferta que recebia quase que diariamente do Sr. Gustavo Capanema, propondo-me um Ministério ao meu partido, adotamos o mesmo critério das cartas, contendo um questionário; desta vez, foi o Brigadeiro Eduardo Gomes que mais nos satisfez, motivo pelo qual o apoiamos, com a maior lealdade, conforme podem atestar os chefes da UDN e todo o povo brasileiro.

Em 1955, resolvemos lançar candidato próprio. Quando, na Convenção do meu Partido, o representante do Estado do Rio ponderava, mostrando os perigos que corríamos pelo fato de o Exército não desejar senão uma candidatura de união nacional, declarei que o PRP seguia a linha de sua consciência e nada temia. Essa atitude foi-me há dias lembrada pelo meu prezado amigo Juscelino Kubitschek, dizendo que tão firme atitude de coragem fortalecera a sua posição, que era idêntica.

Realizadas as eleições, veio a grande luta pela posse dos candidatos eleitos. Minha atitude foi franca e positiva. No dia seguinte ao das eleições lancei um manifesto, a 4 de outubro, declarando, como tinha declarado em 1937, que respeitaria a decisão da Justiça Eleitoral.

Quando todos estavam temerosos diante de uma opinião pública manejada pela oposição, fui aquele que propôs aos partidos da situação lançar um manifesto, que foi redigido por mim, congregando forças no sentido de modificarmos a opinião popular em torno da posse dos eleitos.

Eu sabia da minha responsabilidade e dos perigos a enfrentar naquele momento. Falei aos meus íntimos: Nunca temi prisões, nem exílio, nem vitória de uma revolução contrária, nem golpes de Estado. Minha atitude é ditada pela minha consciência.

Minha preocupação estava, naquela altura, em que os comunistas tinham empunhado a bandeira da legalidade e pretendiam receber armas para implantar uma república popular, se surgisse uma revolução do lado da oposição.

Lamentei que homens eminentes do meu País, a quem prezo e admiro, estivessem no campo oposto, mas tenho a certeza de que, no momento em que as instituições perigarem, estaremos juntos, porque um só rumo nos norteia: a manutenção da República brasileira nos moldes cristãos da nossa nacionalidade.

Sr. Presidente, por tudo isto é que venho à tribuna para declarar, quanto à insinuação de ser retirado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC – das mãos do PRP, que aquele órgão da administração representa pesado ônus para quem quer servir ao seu povo com honestidade.

O trabalho desenvolvido pelo atual Presidente Walter Cechella, no sentido de moralizar aquele setor do governo foi gigantesco. Não quero entrar na análise das administrações anteriores, mas sim consignar que hoje ali existe uma contabilidade organizada, que acabaram os inquéritos administrativos em torno de malversações do dinheiro público e atos incorretos de funcionários.

Aceitando, para argumentar, a veracidade da informação contida nas locais publicadas pela imprensa, aconselho aos interessados que trabalhem como bem entenderem para conquistar o INIC, porque, sem o INIC em nossas mãos, mais livres e de cabeça erguida, com altivez, sinceridade e consciência, saberemos tomar posição necessária aos interesses do País ante o grave problema da sucessão presidencial da República.

A cidade natal onde nasci tem por lema a seguinte frase: "Tudo por bem, mas nada de amarração". Este o meu lema na vida e por isto tenho sofrido. Meu Partido e eu assumiremos as atitudes que convierem aos interesses do País, mas nunca comprimidos ou pressionados.

Quero dizer, para finalizar, Sr. Presidente, que a esses intrigantes não caberá a glória de estabelecer a mínima incompatibilidade entre o meu Partido ou a minha pessoa e o honrado Presidente da República, a quem admiro como brasileiro e estimo como amigo que lhe dedica a mais profunda afeição. Esta é, portanto, a atitude do meu Partido. É preciso que os meus correligionários saibam, que todos os Partidos saibam e que a Nação inteira dela tome conhecimento. (*Muito bem. Palmas.*)

2. A Câmara Orgânica

NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO

Sessão de 10 de outubro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, as atenções da Câmara dos Deputados têm estado voltadas nestes últimos dias para duas emendas constitucionais: a referente aos conselheiros e a relativa ao sistema parlamentar. É a propósito dessas modificações na nossa Carta Magna que desejo pedir o cuidado da Câmara, para assunto da maior relevância. Interpreto a emenda dos conselheiros sob um ponto de vista puramente ético: preservar a autoridade dos que exerceram o mandato de Presidente da República, de sorte que, pelo menos durante algum tempo, estejam a salvo de perseguições daqueles que muitas vezes têm seus interesses contrariados, principalmente no último período governamental.

Quanto à emenda parlamentarista, encaro-a sob o ponto de vista de técnica do sistema.

Mas o que venho trazer à Casa é um assunto da maior relevância, porquanto diz diretamente com a vitalidade da Nação.

Oportunamente, é minha intenção apresentar emenda constitucional a respeito do objeto da presente oração. Entretanto, julgo ser necessário, durante algum tempo, em alguns discursos, esclarecer devidamente o assunto, a fim de criar um ambiente favorável para a consecução do que proponho.

Srs. Deputados, todos nós estamos observando a crise do mundo moderno em que se encarta a crise brasileira. Agora mesmo ouvimos do Deputado Domingos Velasco a sua satisfação por verificar que, no campo internacional, as grandes potências se encaminham para uma solução pacífica de seus interesses, de modo a preservar a paz.

O testemunho de grandes mestres

As nacionalidades vivem hoje uma crise conseqüente de contradições inerentes ao sistema econômico em que vivemos.

Escreve Friedrich Hayek, no seu livro *O Caminho da Servidão*, as seguintes palavras que servem de prólogo às considerações que, em seguida, deverei fazer.

Diz ele:

> "O ponto por nós defendido não é, contudo, que a ditadura deve inevitavelmente extirpar a liberdade, mas, sim, que o planejamento conduz à ditadura, porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de idéias, e, como tal, de importância essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre o planejamento e a democracia surge, simplesmente, do fato de constituir esta um obstáculo à supressão da liberdade exigida pela direção das atividades econômicas".

Mais adiante.

> "Não se justifica a opinião de que, enquanto o poder for conferido pelos processos democráticos, ele não poderá ser arbitrário. O contraste sugerido por essa afirmação é completamente falso: não é a fonte do poder, mas a sua limitação, que o impede de ser arbitrário".

O controle do poder pode ser exercido pela democracia, mas para isso, ela necessita de meios que atualmente não tem.

Srs. Deputados, no primeiro discurso que pronunciei nesta Casa, tentei expor o pensamento filosófico que me dá o critério interpretativo da fenomenologia de nosso tempo. Entretanto, desviado por assuntos políticos e históricos, não pude terminar o pensamento que vinha desenvolvendo. Não irei certamente manifestar todo esse pensamento filosófico, porém dar uma ligeira súmula, para que se compreenda em seguida o objeto do presente discurso.

Hoje, com o progresso das ciências sociológicas, psicológicas, econômicas, com o conhecimento mais profundo das leis da natureza que nos dão a perceber a prodigiosa unidade diferenciada a que se referia Aristóteles, outros devem ser os critérios das soluções políticas adequadas ao nosso tempo. Temos que correlacionar os fenômenos e estar convencidos de que não existe solução isolada para nenhum problema, porque todos eles têm íntimas conexões. Ou resolveremos todos no seu conjunto, ou não conseguiremos resolver nenhum deles. É a visão integral do universo, da sociedade, da Nação, da Economia, do Estado e da Política.

Estas idéias que são a base de meu pensamento filosófico, expostas desde 1932, estão hoje sendo vitoriosas através da palavra das grandes mentalidades do mundo moderno.

Desta sorte, é Sorokin, no seu livro *Las Filosofias Sociales de Nuestra Época de Crises,* que, examinando as teorias de interpretação histórica de Danilesvsky, Spengler, Toynbee, Schubart, Berdiaev, Kroeber e outros, diz:

> "De várias maneiras, nossos filósofos da História demonstram a inadequação dos procedimentos pseudocientíficos e afirmam que somente o *Conhecimento Integral* e a correlação epistemológica dos conhecimentos, sensível, racional e intuitivo, podem dar-nos uma compreensão completa dos fenômenos sócio-culturais".

E acrescenta Sorokin:

> "Sobre esta questão esses pensadores adotam o ponto de vista integralista".

O historiador inglês e pensador político Arnold Toynbee expõe idêntico pensamento no seu livro *A Civilização Posta à Prova,* quando propõe três medidas para a salvação do mundo ocidental: primeira, conciliação entre os grupos políticos e os grupos econômicos; segunda, conciliação entre o socialismo e a livre empresa; terceira, reestabelecimento da superestrutura secular dos valores sobre fundamento religioso.

As mesmas conclusões procedem de Michelle Federico Sciacca, emérito professor italiano, que fez várias conferências no Rio e em São Paulo, recentemente; Leo Gabriel, professor da Universidade de Viena e autor de *Filosofia Integral* e *Lógica Integral.*

Pensa da mesma maneira Gurwitch, nome bastante conhecido pelos estudiosos da Sociologia e dos problemas jurídicos modernos.

Georges Burdeau, no *Curso de Direito Constitucional e Instituições Políticas,* mostra que hoje não podemos mais aceitar o "homem abstrato" da concepção de Rousseau, mas o que Burdeau chama o "homem situado", isto é, considerado segundo sua profissão e seus interesses, que são comuns ao grupo a que pertence. É o "homem situado" na profissão, na classe e na história.

Ainda Burdeau, em *Tratado de Ciência Política,* escreve:

> "A sorte dos impérios que não sobreviveram ao ocaso dos conquistadores dá-nos a lição edificante de que só há ordem política durável quando une, por uma energia comum, a vontade do poder e a confiança dos governados".

E ainda Carré de Malberg, em *Teoria Geral do Estado*, já dizia:

> "O Estado que mais se aproxima do tipo de perfeição é o que mais obtém de seus membros uma fiel e útil colaboração."

Os pensadores, filósofos, sociólogos e juristas modernos não vêm mais do que confirmar, *a posteriori*, depois da crise conseqüente da última Grande Guerra, o pensamento que tive a fortuna de expor 26 anos antes e que foi tão deturpado, apresentado tão às avessas, tão incompreendido por uns e tão propositadamente desfigurado por outros, porquanto a filosofia que prego, ensina que deveremos ver tudo de maneira integral, no seu conjunto. Assim sendo, dessa concepção de conjunto dos fenômenos sociais e dos fenômenos nacionais e internacionais é que deveremos tirar a criteriologia de um novo tipo de representação e de um novo tipo de governo.

O tipo de representação que preconizo não é aquele que extingue o atual tipo de representação política. Absolutamente. Durante vinte e cinco anos de cristalização deste pensamento filosófico e de clarificação das minhas idéias, cheguei à conclusão de que os partidos políticos são também grupos naturais e que, por conseguinte, devem ter a sua representação como atualmente se verifica. Mas, o que sempre afirmei e continuo a afirmar, é que a Nação não é verdadeiramente representada através dos órgãos vitais que a compõem. Uma nação é semelhante a um corpo humano: do mesmo modo como em nosso corpo funcionam os órgãos, as glândulas de secreção interna, todos harmoniosamente criando a eurritmia vital em que se afirma o indivíduo, também a Nação tem seus órgãos vitais, que lhe fornecem os elementos de sobrevivência e de atividade presente.

Ora, o Brasil, como as demais nações do mundo ocidental, não possui esse tipo de representação que venha trazer maior clareza à solução dos problemas e, ao mesmo tempo, evitar que determinados grupos predominem contra outros, quer no Executivo, quer no Legislativo, enfim, na vida econômica do País.

Esta idéia, que prego há 26 anos, encontrou agora um grande defensor na pessoa de Fulton Sheen. Do seu livro *Filosofias em Luta*, destaquei o seguinte trecho, que copiei propositadamente para ler aqui:

> "Deveriam os cristãos procurar ampliar a democracia. Existe, atualmente, uma *democracia política*, com um sistema representativo baseado na geografia, isto é, na população dos Estados, formando a Câmara e o Senado – o que deve ser mantido. Por que não, porém, uma democracia econômica em que haja uma representação, não somente política, mas também profissional, fundada no trabalho com que os cidadãos contribuem para o bem-estar de todos?"

E acrescenta as seguintes considerações:

> "Os homens ligam-se mais em geral pelo gênero de trabalho que praticam do que por pertencerem ao mesmo distrito eleitoral. Não se pretende, por aí, abandonar os presentes métodos de representação. Não. Isso significa, apenas, que a democracia deveria ser ampliada, de forma a abranger os grupamentos profissionais. Nenhum cidadão jamais se entusiasmou por ter encontrado um colega de distrito eleitoral; porém, o ferroviário de São Francisco e de Nova Iorque têm interesses comuns. Por que não reconhecer essas várias uniões e coletividades?"

Srs. Deputados, em 1955, quando fui candidato à Presidência da República, fomos os quatro competidores convocados pelas associações comerciais de todo o Brasil para uma reunião em São Paulo, a fim de sermos interpelados acerca de nossas idéias relativas à administração do País.

Iniciando o discurso que então pronunciei, disse aos representantes das associações comerciais ali presentes:

> "Esta vossa reunião não é mais do que a confirmação de tudo quanto venho pregando há longo tempo. Revelais com esta reunião e estas interpelações o desejo de participar da vida pública mais diretamente. Interessai-vos pela vida administrativa e econômica da Nação. Por conseguinte, é ponto fundamental de minha doutrina transformar aquilo que já é realidade social em realidade institucional, criando-se a Câmara Econômica e Cultural da Nação".

Ora, com grande satisfação para mim, recentemente, um dos meus competidores, o ilustre General Juarez Távora, publicando um livro intitulado *Organização para o Brasil*, escreve, no Capítulo III – "Conciliação da legitimidade do voto com o sufrágio universal" – o seguinte:

> "Admitir complementarmente à representação política baseada na continuidade geográfica, a representação proporcional de natureza econômica baseada nas afinidades existentes entre indivíduos da mesma profissão, independentemente da contigüidade especial".

É, portanto, mais uma voz que se levanta reclamando a representação dos órgãos vivos da Nação.

Ora, recentemente, realizou-se uma reunião de catedráticos das universidades americanas e européias na cidade de Pittsburgh, nos Estados

Unidos. Ali estudaram a influência dos "grupos de pressão" ou "de interesse" sobre o Legislativo, o Executivo e os partidos políticos. Ao cabo de uma semana de pesquisas e debates, chegaram unanimemente à conclusão de que as nações ocidentais precisam criar a Câmara Econômica e Cultural, representativa dos grupos naturais, que são, por sua vez, as fontes da vitalidade nacional.

Os "grupos de pressão" ou "de interesse" nos Estados Unidos são de tal monta que numerosos professores, mestres ilustres, publicaram livros a este respeito. Quem quiser tomar conhecimento dos estudos científicos que se têm realizado acerca da influência dos "grupos de pressão", também chamados grupos "de interesse" e que eu, no Brasil, denomino "categorias econômicas, culturais e morais", bastará ler os livros do Professor Price, *Aplicação da ciência e da técnica à estrutura do Estado Moderno*; do Professor Truman, *O processo governamental*; do Professor Steiner, *A função do Governo na vida econômica;* do Professor Blaisdell, *O poder econômico e a pressão política*; do Professor Schattschneider, *A pressão de grupos sobre partidos políticos*; do Professor Key, *Partidos políticos e grupos de pressão*.

Os "grupos de pressão" no Brasil

Ora, aqui no Brasil verificamos – e nenhum de nós, Deputados, poderá negar – que existem "grupos de pressão" atuando sobre o Legislativo e sobre o Executivo; que existem "grupos de pressão" atuando sobre os partidos políticos; e isto por quê? Porque, estando completamente fora da orgânica da Nação, os grupos naturais representativos do comércio, da indústria, da agricultura, do funcionalismo e tantos outros, evidentemente que surgem outros grupos particularistas que, à revelia de toda e qualquer lei, exercem seu poder econômico e, muitas vezes, utilizam-se da ação pressionante da opinião pública pré-fabricada para atingir seus objetivos.

É o instrumento principal do capitalismo, dos grupos capitalistas, dos monopólios, dos trustes: atuam através de instrumentos artificialmente criados para substituir os grupos naturais que pertencem ao organismo da Nação.

É impressionante verificar-se, Srs. Deputados, que se discutem e se debatem os problemas da maior relevância sem que os verdadeiros interessados sejam chamados a dar uma opinião.

Ostracismo dos produtores da riqueza nacional

Resolve-se, por exemplo, o problema do café, sem que aqueles que plantam, que amargam a vida junto ao solo, tenham de, pela palavra, vir atuar e dizer a respeito da questão. Resolvem-se os mais transcendentes problemas, relacionados com determinada classe ou profissão, ouvindo-se apenas os

interessados, quando nos corredores desta Casa os abordam os Deputados para pedir-lhes o voto. Assistimos, no funcionamento permanente da Câmara, ao fervilhar de um enxame de pessoas movimentando-se pelos corredores, nas ocasiões em que transitam certos projetos ou certos vetos. São os interesses das forças vivas da nacionalidade que vêm ecoar aqui, alertando-nos.

O Sr. Arno Arnt – Querem que haja produção e não querem dar sementes adequadas para essa produção.

O Sr. PLÍNIO SALGADO – Realmente, não há setor em que não haja constrangimento, em que não haja certa tristeza, por estarem no completo ostracismo aqueles que de fato representam as forças vivas da Nação.

O Sr. João Menezes – Permite um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pois não.

O Sr. João Menezes – Eminente Deputado Plínio Salgado, V. Exa. está abordando assunto realmente interessante, de atualidade a toda a prova. Pelo que depreendo, V. Exa. chega à conclusão de que, hoje, as nossas leis, nossos regulamentos, nossas normas, nossos princípios não representam mais a necessidade popular, ou a necessidade do País, como deveria acontecer. São como que o resultado da pressão de pequenos grupos. Quer dizer: as nossas leis, as nossas regras, os nossos princípios não obedecem a uma determinante geral, mas, sim, à determinante desses pequenos grupos, interessados na solução de problemas, grupos não-representativos do interesse da generalidade. A tese de V. Exa. é muito interessante e, sente-se, de grande profundidade. Entretanto, gostaria que V. Exa., com o brilho da sua inteligência, também apontasse um caminho, uma fórmula, um meio de se chegar a outra situação que não esta da pressão de grupos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Exa., que confirma aquilo que venho dizendo neste meu despretensioso discurso. Estabeleço, no momento, apenas as premissas para tirar as conclusões do que deve fazer o Brasil para solucionar um problema tão grave quanto este.

A propósito disto, e para fundamentar o argumento relativo ao caso, dos "grupos de pressão", trago ao conhecimento da Câmara pequeno trecho da conferência produzida pelo Professor Themístocles Cavalcanti, mestre de Direito e magistrado ilustre, que tomou parte, na Universidade de Pittsburgh, nessa reunião de professores e cientistas, dedicados à Sociologia e à Política.

A essa reunião compareceram – diz ele – trinta professores da Nação norte-americana e da Europa. O tema proposto era: "Os grupos de pressão dentro das organizações democráticas".

Diz Themístocles Cavalcanti:

> "No Brasil, quando se fala em grupos de interesse, em grupos de pressão, parece que se trata de um fenômeno extralegal, que se realiza através de procedimento ilegítimo. Claro está que a legitimidade ou não desses grupos de pressão depende, fundamentalmente, como tudo na vida, mesmo nas organizações mais legais, do procedimento, da forma de atuação desses grupos, porque originariamente, os grupos de pressão são de interesses. É a denominação, aliás, que se dá, nos Estados Unidos: "grupos de interesses". A existência desses grupos é uma contingência da estrutura social e econômica".

E acrescenta:

> "Hoje se discute muito a posição desses grupos em face dos partidos políticos, ou mesmo a concorrência que fazem aos partidos quanto ao seu caráter representativo e à influência que possam ter nos negócios públicos. Não estaríamos longe de afirmar a existência (e isso está na consciência de todo o mundo, principalmente aqui no Brasil) de uma certa crise nos partidos políticos. Estamos, se não num período de decadência, pelo menos de certo desgaste desses partidos e há necessidade de reajustamento nas doutrinas dessas agremiações políticas, readaptando-as à estrutura do Estado Moderno."

Mais adiante:

> "Existe hoje uma tendência para temperar um pouco o jogo puramente político-partidário com a exigência da segurança coletiva e da aplicação de processos tecnológicos que transcendem de critérios estritamente políticos."

Citando o livro do Professor Price, intitulado *Político e Técnico* e outros autores da atualidade, o Professor Themístocles Cavalcanti diz o seguinte:

> "Não estou me manifestando contra os partidos, longe de mim essa idéia; acho que são, quando muito, um "mal necessário" no

regime democrático, mas apenas estou denunciando o que se passa na crítica científica e no campo das ciências sociológicas e da Ciência Política".

A Conferência de Pittsburgh, depois de muitos dias de debates, foi unânime em verificar, com vigor científico, "que existem numerosos grupos e organizações destinadas a reunir indivíduos de interesses comuns (econômicos, cívicos, religiosos, culturais) e que atuam sobre os organismos do Estado e sobre os partidos políticos, influindo, por vezes, decisivamente, sobre a orientação desses poderes e desses órgãos. Esses grupos são cada vez mais numerosos e os interesses que defendem, cada vez mais variados".

Depois de expor as conclusões dos estudos e das tentativas de classificação dos Professores Finer, Lavaux e Hirsch-Weber, o Professor Themístocles Cavalcanti nos revela:

"O que senti na reunião de Pittsburgh é que os homens que lá estavam pensavam já em cuidar de substituir os partidos políticos pelos grupos de interesse."

E esclarecendo:

"O importante é que, evidentemente, eram cientistas; não havia nenhum político naquela reunião; eram homens que estavam apenas fazendo pesquisas no campo das ciências sociais."

Como se verifica, o problema é sentido de tal maneira, nos Estados Unidos, que se chega ao exagero de pretender substituir os partidos políticos pelos grupos de interesses.

A verdadeira e única solução

Ora, a fórmula que apresento – e agora aqui respondo ao aparte com que fui honrado pelo nobre Deputado João Menezes – é a seguinte: a criação da Câmara Econômica *a latere* da nossa Câmara Política. Essa Câmara Econômica irá preparando o terreno histórico para o advento de uma situação que, ainda neste século, será realidade de todos os povos. Vejamos a origem dos partidos políticos e a origem dos grupos econômicos.

Pode-se dizer que os partidos políticos começaram a existir em 1820, após o Congresso de Viena, e quando os espíritos se encontravam agitados em

toda a Europa. Em 1820, deu-se um movimento chamado revolução constitucionalista. Por um paradoxo da História, os que levavam a bandeira da revolução constitucionalista eram os liberais. O conteúdo substancial dessa revolução, entretanto, era de índole conservadora, pois cristalizava os pensamentos essenciais da Revolução Francesa, impedindo o descontrole total das idéias dominantes na Europa e a caminho da anarquia. Pois bem. Os partidos políticos se fundaram naquela época, e a vida econômica dos povos ficou inteiramente abandonada a si própria. Era o Século XIX, da divisão e subdivisão. Os partidos dividiram a opinião pública em dois setores – o setor conservador e o setor liberal. Por outro lado, no campo econômico, inteiramente à revelia do Estado, foram nitidamente marcadas duas posições: a do capital e a do trabalho. Por sua vez, os grupos capitalistas começaram a subdividir-se em trustes, monopólios, em grupos financeiros antagônicos. A par disso, no campo do proletariado, ainda que eles já se tivessem organizado em 1832 nas *Trade Unions,* e posteriormente nas Confederações Gerais do Trabalho da França e da Alemanha, eles se dividiam ideologicamente, quer na linha de Proudhom, Bakunine, de Kropotkine, quer na linha de Saint-Simon, ou de Fourier. Em 1849, percebiam-se claramente as duas paralelas – a linha política e a linha econômica –, cada qual se subdividindo em outras tantas paralelas. Mas, nessa ocasião, um homem de gênio teve a visão da síntese que se deveria verificar talvez no futuro. Refiro-me a Karl Marx, o fundador do marxismo. O Manifesto de Marx é o primeiro prenúncio de uma nova época, em que as linhas paralelas iriam tornar-se linhas convergentes para se realizarem em toda a plenitude da síntese econômico-política de nosso tempo.

Os Partidos políticos, após o advento do sufrágio universal, na era vitoriana, para não perderem sua clientela, tiveram de ir inscrevendo em seus programas reivindicações de caráter econômico.

Por outro lado, os líderes do movimento sindical verificavam que as reivindicações de caráter econômico não teriam êxito, se não tivessem ação política.

Karl Marx era ainda homem de seu tempo. Henri de Man diz, com muita propriedade, que socialismo é uma forma de mentalidade da época da iluminação a gás, isto é, unilateralidade inerente aos processos ideativos do Século XIX. Entretanto, ainda que parcialmente, ele viu, com bastante clareza, o que se iria dar em nosso tempo.

Mais tarde, por volta de 1892, na Inglaterra, Hyndman e outros fundam o Partido Trabalhista Britânico, que só tem real vida nos princípios deste século, ou seja, em 1906.

Era o segundo sinal do encontro "econômico" com o "político". As linhas já não são paralelas. São convergentes. E, na plenitude do nosso tempo, o que observamos? Observamos cada vez mais o econômico e o político irem-se

encontrando para chegarem à síntese integral, à concepção integralista da sociedade que se dará, antes do fim deste século, como única solução dos problemas que angustiam o mundo moderno.

O SR. PRESIDENTE (*Deputado Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) – Atenção! Comunico ao nobre orador que dispõe apenas de cinco minutos para terminar sua oração.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Procurei abreviar minhas considerações para, neste caso, já que o tempo me é exíguo, passar a algumas informações de ordem prática que vêm reforçar meus argumentos filosóficos, sociológicos, econômicos e políticos acerca desse objeto.

Acabo de ler, no *Diário do Comércio*, da Associação Comercial de São Paulo, um artigo que louva a fundação, no Rio de Janeiro, do CONCLAP, Conselho das Classes Produtoras. Esse órgão mereceu desse jornal os maiores louvores. Reflete esse artigo o anseio das classes produtoras desejando organizar-se.

São estes os principais tópicos:

> "Surgiu mais uma sigla: o CONCLAP.
>
> O CONCLAP, que nos dá idéia de "conclave" e que talvez tenha alguma identidade com este, nada mais é do que o Conselho das Classes Produtoras. Foi instalado quinta-feira no Rio e a ele já aderiram as seguintes entidades: Centro Industrial do Rio de Janeiro, Centro de Navegação Transatlântica, Associação dos Empregados do Comércio, Centro de Estudos de Seguros, Associação Rodoviária, Sociedade Nacional de Agricultura, Associação Bancária. Tem por fim reunir os homens de empresa e da iniciativa privada na defesa dos interesses da coletividade, na luta contra o chamado "socialismo estatal". Pretende, além do mais, integrar as classess produtoras na vida política nacional.
>
> .....
>
> .....

Sob o pretexto de manter o equilíbrio do crescimento econômico, e evitar, tanto quanto possível, ou se possível, a inflação e a deflação, aperfeiçoa o poder público, dia a dia, "seus instrumentos de intervenção". Tudo caminha, entre nós, para uma situação de apogeu do "intervencionismo". Tanto por "ação direta" como "indireta", exerce o governo um poder de monopólio que não pode

agradar à opinião pública, devendo esta ser devidamente esclarecida e alertada enquanto é tempo.

. . . . . .

. . . . . .

Não faz muito, a idéia de união das classes produtoras e formação de um "bloco sólido" esteve no cartaz da publicidade, graças a uma conferência do professor José Luís de Almeida Nogueira Porto, figura das mais admiradas e respeitadas em São Paulo, quer entre homens de empresas, quer entre intelectuais, e também entre professores e estudantes.

. . . . . .

. . . . . .

Comércio, Indústria e lavoura sofrem a influência das condições em que se desenvolve, no Brasil, a política do sufrágio universal. Este é, como se sabe, o mais paradoxal possível: manobrado por grupos e partidos interessados apenas na sua sobrevivência, o sufrágio universal nem sempre tem dado a César o que é de César. De uns anos para cá a vitória do voto pende para o lado dos que mais "gritam". Hoje é o sufrágio popular monopólio da demagogia".

O comentário feito por um ilustre mestre de São Paulo, o Sr. Ulpiano de Almeida Prado, presidente da Bolsa de Mercadorias da Capital Bandeirante, e publicado pelo *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, acerca desse Conselho, é da maior oportunidade, porque diz:

"É necessário criar-se esse conselho de produção como controle da vida pública brasileira e da nossa vida adminstrativa.

"Há problemas – e aqui é a aplicação da criteriologia integralista de que falo, isto é, da visão de conjunto e da correlação dos fenômenos – que somente um corpo organizado das classes produtoras – indústria, comércio, agricultura, etc. – é que pode ter noção global de conjunto, de correlação entre os diversos problemas porque uns interferem nos outros."

E afirma:

"Entre esses problemas poderia lembrar: os investimentos do Governo, que surgem num crescendo, além do que se deveria

admitir, em face dos princípios da livre iniciativa consagrada na Carta Magna do País, a instituição de um sistema bancário consentâneo com as nossas características e que não perca de vista as divergências e contradições existentes entre as diversas regiões geo-econômicas; e, acima de tudo, o indispensável plano visando a fortalecer a nossa agricultura, única base que se nos apresenta para propiciar no consumo interno a estabilidade e o desenvolvimento da indústria nacional".

Ora, se todos esses problemas são correlatos, somente uma Câmara Econômica, onde se reúnam os homens diretamente representativos da indústria, do comércio, da lavoura, do operariado em geral, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional das Indústrias, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Associação Brasileira de Municípios, as Associações Comerciais, a Confederação Brasileira de Desportos, a Associação Cristã de Moços, a Associação de Pais de Família, a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, a Associação Brasileira de Imprensa, União Operária e Camponesa do Brasil, a Confederação de Centros Culturais da Juventude, os Círculos Operários Católicos, a Associação dos Funcionários Públicos, o Conselho de Engenharia e Arquitetura, a Associação dos Magistrados da Justiça, a União dos Portuários do Brasil, e toda uma infinidade de sindicatos que devem ter voz ativa nessa Câmara.

Quando tivermos um órgão dessa natureza, poderemos ter também planejamentos que não firam interesses vitais do País, muitas vezes dando demasiado desenvolvimento a um setor em detrimento de outro e, com isto, matando a própria Nação. A saúde do corpo exige a saúde de todos os órgãos. Se apenas cogitamos da saúde de um dos órgãos, abandonando os outros à sua sorte, certamente o corpo todo ficará doente e morrerá.

Só uma Câmara desse tipo poderá dar-nos visão de conjunto da problemática brasileira e deduzir a linha de equilíbrio às soluções parciais correlacionadas com a solução geral. Por conseguinte, este meu primeiro discurso é, apenas, o início de alguns outros que farei, porquanto quero criar uma consciência desta grave questão, no sentido de dotarmos o Brasil de uma Câmara que seja como que um instrumento de controle dos planejamentos governamentais. Com efeito, como disse Hayek, no seu livro – *O Caminho da Servidão,* se delegamos poderes ao Executivo para planejar e executar à vontade – hoje um presidente, amanhã outro e depois de amanhã ainda outro – iremos abdicando gradualmente da nossa liberdade, de nossas prerrogativas e caminhando, inexoravelmente, para a ditadura. Caminharemos legalmente para a ditadura, abrindo mão, cada dia mais, de nossas prerrogativas e do direito e do dever de intervir.

Ora, uma Câmara desse gênero seria da maior importância. Observo mesmo, aqui – sejamos francos, como se estivéssemos em conselho de família –, que, quando se trata de assuntos econômicos e administrativos, sobre assuntos mais ou menos áridos, não se costuma prestar atenção aos discursos, mas se um líder da Oposição vem à tribuna e começa a discorrer sobre questões político-partidárias, todas as atenções se voltam para ele.

Então, que é isto? – Falta-nos a representação direta dos grupos que especificamente representássemos. Entretanto, somos necessários. Esta Câmara deve existir como expressão dos partidos políticos que também são grupos naturais de homens que se unem pelas mesmas idéias e cujos princípios são elos naturais. Precisamos ter este contrapeso, indispensável ao perfeito funcionamento da democracia, para que a democracia não caminhe para o caos, para o abismo. Faz-se mister salvá-la e, para salvá-la, temos de lhe dar novos meios, de acordo com a técnica da ciência moderna. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

DEFESA DA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE CRIA A CÂMARA ORGÂNICA

Sessão de 13 de janeiro de 1967

O SR. PRESIDENTE (*Guido Mondin*) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Não foi revisto pelo orador*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, não era minha intenção nem meu desejo falar nesta sessão matutina. Inscrevi-me para dissertar acerca da emenda que apresentei e que está inserida no Título I.

Deveria ter falado ontem. O ilustre Relator-Geral, Senador Antônio Carlos, procurou-me pedindo que cancelasse minha inscrição, porquanto não se achava presente ontem o Sub-Relator Vasconcelos Tôrres, que sobre a minha emenda se pronunciara. E divergindo ele, Relator-Geral, do parecer do Sub-Relator, desejava falar ao Plenário, deixando a questão aberta, para que por este fosse julgado o mérito da minha inovação.

Acontece que o Título I se esgota nesta manhã, já não havendo oportunidade para falar sobre matéria a ele atinente no período da tarde. Nestas condições, dirigi-me ao Sr. Presidente e ele me aconselhou que falasse agora. Cometo, portanto, uma descortesia involuntária para com o Sr. Relator-Geral, porque forçoso me é dizer algo, na oportunidade própria, acerca da emenda que apresentei.

Aliás, no avulso distribuído ao Congresso, com os pareceres da Comissão, por singular coincidência acerca dessa emenda que tem encontrado grandes dificuldades, o seu número não figurava nem como rejeitado nem como aprovado. Somente ontem, falando pelo telefone com o Sr. Sub-Relator, que se encontrava em Niterói, o Sr. Relator-Geral soube que ela havia recebido parecer contrário.

Nestas condições, eis-me aqui, para falar acerca da iniciativa por mim tomada para atualizar a vida brasileira, em face das realidades do nosso tempo.

Srs. Congressistas, a Emenda 609 cria a Câmara Orgânica, órgão consultivo e, ao mesmo tempo, representativo das forças vitais da Nação.

Nós temos, atualmente, a representação dos Estados no Senado; a representação da opinião pública na Câmara Federal, mas marginalizados se encontram aqueles que representam no corpo da Nação, os seus órgãos vivos e ativos. Quem exerce o mandato de deputado ou senador verifica desde logo – se

não é distraído – que, toda vez em que se dá a tramitação de um projeto que interessa a determinada categoria econômica ou cultural da Nação, comparecem aqui comissões que enchem as ante-salas do plenário a cabalar nossos votos, a apresentar memoriais, relatórios, estudos a respeito da matéria. São os chamados grupos de pressão nos parlamentos, fenômeno observado nos Estados Unidos e para o qual se procura dar, presentemente, o remédio adequado.

Existe, em nosso País, uma realidade viva e palpitante desconsiderada jurídica e politicamente. São as federações das indústrias, as associações comerciais, as sociedades rurais, os empregadores e empregados, cada qual na sua categoria. Realizam congressos, debatem problemas, enviam relatórios e conclusões ao Executivo e ao Legislativo, os quais morrem nas gavetas, sem nenhum resultado prático. Nós elaboramos leis, o Poder Executivo baixa decretos ou instruções através de seus órgãos. Entretanto, os verdadeiros interessados não são ouvidos. Existe um clamor geral na Nação. Podem não percebê-lo aqueles que não andam no meio do povo, que não convivem com as classes interessadas na elaboração da leis e nas deliberações do Executivo. Mas aqueles que vivem a vida real da Nação estão com Alberto Tôrres quando, no seu livro *Organização Nacional*, declara que todos os países têm uma Constituição real, mas subterrânea, e uma Constituição meramente nominal. Daí, diz Alberto Tôrres, a dificuldade da arte política: conciliar a realidade com a abstração. Afirma o grande pensador que o ideal será aproximar, o mais possível, os dois planos, para que então se tenha pelo menos uma aproximação da perfeição desejada.

Esta observação de Alberto Tôrres, Sr. Presidente, muito me animou quando soube que o meu projeto de emenda tinha ido às mãos do Sub-Relator Vasconcelos Tôrres, porquanto S. Exa., por via de parentesco, está ligado àquele grande pensador brasileiro e, por via ideológica, a Oliveira Viana, discípulo de Alberto Tôrres, sobre o qual até escreveu um livro.

Disse eu de mim para comigo: – realmente, é preferível, para compreensão mais exata de minha emenda, que ela vá às mãos de um sociólogo, antes que às de um jurista, porquanto os juristas, em geral, se prendem mais à forma, ao que há de nominal nas leis, e o sociólogo penetra mais os fenômenos do país.

Foi decepção para mim haver S. Exa., que pessoalmente me declarou ter ficado encantado com a emenda e, mais ainda, com a justificação, dado parecer contrário, o que eu já previa, porquanto, disse-me ele ser infelizmente um delegado que teria de agir, não de acordo com o que pensa, mas de acordo com o que fosse pertinente no momento.

Compreendo agora seu parecer contrário. Com alto espírito público e para clarividência, o Relator-Geral não pensou como o Sub-Relator, e teve a

gentileza de ontem procurar-me, conforme acentuei, pedindo-me que guardasse a sua presença no plenário para pronunciar o meu discurso. Infelizmente S. Exa. não está presente.

Mas, Srs. Congressistas, a Câmara Orgânica que proponho pode chocar muitos espíritos habituados à monotonia e à rotina em que temos vivido. Diz André Tardieu, no prefácio de um livro intitulado *Homme Travail*, de Le Fène, a respeito da mesma mentalidade dominante em França:

> "Nós temos vivido sob o império de uma mentalidade que prefere meras emendas retificativas de rotinas indiscutíveis. É preciso que passemos das emendas que mascaram, para as reformas que constroem."

Realmente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, sei que, em se falando de um Projeto de Constituição que se diz revolucionário, mas que não é mais do que uma cópia da Constituição de 1946, acrescentada de emendas tendentes a fortalecer o Poder Executivo, é estranhável que alguém traga uma idéia revolucionária, e essa idéia revolucionária é a que se contém na emenda que apresentei.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, e que é uma revolução? Diz o próprio prefixo "re" que é uma volta. Muitos acreditam que seja um avanço mas, na realidade, é um regresso. Em vez de evoluir, de involuir, ela revolui, volta para trás. Volta para o que já era? Não. Volta à procura de um equilíbrio perdido.

Toda vez em que existe o choque entre as leis e as realidades da Nação, cria-se a inquietação geral, que é o espírito revolucionário, procurando um novo equilíbrio, buscando o equilíbrio perdido em novas formas de expressão.

Ora, a presente revolução não está trazendo coisa alguma diferente do que já era na Constituição de 46. Suprime alguns dispositivos, acrescenta outros, mas, no fundo, é velha roupa remendada que estamos apresentando à Nação como novidade revolucionária . Daí a razão pela qual entendi de apresentar esta emenda, que julgo trazer algo de revolucionário, isto é, a procura de um equilíbrio: e essa busca continuará, se a emenda não for aprovada.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, é preciso volver os olhos à História para compreender a evolução dos acontecimentos que determinaram uma nova situação em nosso século.

O Sr. José Guiomard – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – É com muito prazer que ouço o nobre Senador José Guiomard.

O Sr. José Guiomard – Nobre Deputado, compreendo que a emenda de V. Exa. não é bem exatamente alguma coisa que já tivemos. Mas seria oportuno que V. Exa., já que houve no Parlamento brasileiro uma representação classista, esmiuçasse a representação que tivemos, bem como a que V. Exa. propõe. Porque, pelo menos, essa representação classista já foi feita em conseqüência da Constituição de 34, creio.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do nobre Senador José Guiomard, que me dá oportunidade para esclarecer esse ponto. Na minha justificação, refiro-me a isso. A Constituição de 1934 teve um vislumbre do problema. Não tinha eu tratado do assunto até a esta altura do meu discurso, porque estava expondo metodicamente a matéria. Mas antecipo. A Constituição de 1934 criou a representação classista. Quer dizer, intuitivamente, percebeu o fenômeno do século: infelizmente porém, com deficiência visual, porque criou a representação classista eleita diretamente pelas categorias, mas os seus representantes se misturavam com a câmara política. Misturando-se com a Câmara política e sendo para melhoria, deu-se o inevitável: os representantes classistas se foram acomodando nos partidos existentes, e praticamente não houve mais representação de classe. Agora pretendo corrigir o erro do Constituinte de 1934, criando separadamente uma Câmara assessora da nossa e do Senado e que seja representante legítima daquele em cuja carne doem só problemas. Temos vivido até hoje sob a luz dos assessores, homens letrados, homens lidos, homens teóricos, homens de gabinete, que não conhecem a realidade viva e palpitante da Nação. É preciso que esses problemas concernentes a cada categoria econômica ou cultural da Nação sejam examinados pelos interessados que devem dar seu parecer. Ainda agora, hoje, aí estão reunidos jornalistas do Brasil. Eu lhes disse quando me perguntaram minha opinião sobre a Lei de Imprensa: "Os culpados são vocês mesmos, porque há longos anos venho batalhando por um órgão em que se representem as diversas categorias econômicas e culturais da Nação, e vocês nunca me deram cobertura. Vocês se desinteressaram. Agora estão clamando, porque não foram ouvidos. Se houvesse uma câmara orgânica, essa Lei de Imprensa seria lá, e as diversas categorias debateriam a matéria em conjunto, apresentariam as emendas que fossem precisas e dariam o seu parecer". Outro exemplo: No Estado de São Paulo, no fim do Governo João Goulart, foi concedido um aumento de cota canavieira. Resultado: todos plantaram cana. Havia uma euforia nas usinas e nos lavradores. O novo Governo suprimiu esse aumento de cota. Resultado: uma desgraça completa. Há Municípios que perderam bilhões: há usinas que se estão fechando. Pergunto: Em uma medida desta natureza, não são ouvidos os interessados para expor as razões, os prós e os contras acerca do objetivo do Governo?

O Sr. José Guiomard – Nem sempre o interesse da classe interessada são os interesses da coletividade.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Exatamente por isso, quero criar a Câmara Orgânica, porque o interessado, a categoria que pleitear a reivindicação terá as outras para debaterem e julgarem de acordo com o interesse geral da coletividade. Costumo pregar uma doutrina há muito tempo, que diz: não existe solução isolada para nenhum problema; ou resolvemos todos, segundo suas correlações, ou não resolveremos nenhum. Certa vez, em Ribeirão Preto, quando eu pregava a criação da Câmara Orgânica, aparteou-me um ilustre médico, Doutor Zeferino Vaz, que foi reitor da Universidade de Brasília, e perguntou-me se não haveria dificuldades e choques ao debaterem as categorias em conjunto os problemas. Eu lhe respondi: "O aparte para mim, não é somente honroso: é o mais oportuno possível, e o traz a autoridade de um médico. Respondo ao médico: Se nós, no corpo humano, fizermos um congresso para que se representem as partes que o compõem e, chegar a deputada a glândula tiróide e disser que é mais importante e reivindicar demasiado para ela, que acontecerá? O indivíduo vai sofrer de hipertireoidismo e sua moléstia afetará todas as outras glândulas de secreção interna. Se o fígado disser que é mais importante e que não precisa do coração, ele não funcionará, porque, se o coração não bombear para irrigá-lo, ele nada faz. Nem o cérebro pode dizer que prescinde do coração. Nem o coração pode dizer que prescinde do cérebro. Nação é exatamente como o corpo humano: tem todos os órgãos." Costumo chamar a agricultura de o grande fígado da Nação, com suas numerosas faculdades e propriedades de funcionamento. Costumo chamar o pulmão *a praça* ou *o negócio*. O sangue segue para ele, recebe o oxigênio, transforma-se em sangue vermelho e volta para animar e revitalizar as células. Assim a Nação. A produção recebe o oxigênio do que chamo a transação ou o negócio: transforma-se em sangue vermelho, que é o dinheiro, e este volta para revitalizar as células, produzir mais e desenvolver o corpo.

Estamos numa época, Srs. Congressistas, em que devemos iluminar-nos com as luzes da ciência e das novas concepções do Universo e do Homem. Houve um tempo em que se acreditava que o Universo era constituído de esferas de cristal em que giravam os planetas. Era o sistema Ptolomeu, e Estrabão a incluir politicamente na estrutura, na estratificação das classes da Idade Média.

Depois, quando Copérnico e Kepler nos revelaram um novo universo, veio o racionalismo do Século XVII. Já no Século XVI e no curso do XVII a concepção de liberalismo influiu nos espíritos, como no do filósofo inglês, Locke, no de Jean-Jacques Rousseau e, principalmente, de Montesquieu, o homem que buscou nas instituições o perfeito equilíbrio.

Agora, estamos num século em que temos uma nova concepção do universo. Já não é o sistema de Ptolomeu, Estrabão ou o de Copérnico, Kepler e Galileu. É a época de Einstein, do relativismo einsteiniano, e,mais ainda,da física nuclear, que nos mostra, na composição do átomo, as fórmulas matemáticas de equilíbrio e as correlações fenomênicas.

Nestas condições, uma nova mentalidade deve dominar o nosso século. Não mais podemos adotar os critérios unilaterais do Século XIX, que foi extremamente analítico. Aquele século cumpriu seu dever, proporcionando-nos os dados necessários para que construíssemos, no nosso, a grande síntese. Esta grande síntese cabe-nos realizar, principalmente, nos terrenos social, econômico e político, sem o que não haverá equilíbrio interno dos povos, e nem mesmo equilíbrio externo.

Vejamos como se desenvolveu esta idéia, desde os princípios do século passado. As Constituições, a partir da dos Estados Unidos, de 1787, e da França, de 1793, tiveram por espírito principal a Declaração dos Direitos. Mas eram Constituições do seu tempo, de acordo com a época, pelo que não cogitaram dos problemas econômicos e sociais. Houve uma separação: de um lado, o problema cívico-político: de outro, o problema econômico-social.

Ora, em 1820, quando se elaboraram as cartas constitucionais da Europa, já se começava a desenvolver a grande indústria, porque entrou novo personagem na História – a máquina. A invenção do vapor e o progresso da mecânica fizeram com que se precipitasse o desenvolvimento capitalista mundial. O vapor, principalmente, internacionalizou o comércio e criou a concorrência nos mercados.

Enquanto isto, na competição entre o capital e o capital, que consigo mesmo brigava, os operários se viram desamparados. Não havia leis que lhes garantissem subsistência digna. Foi, então, em 1842, que na Inglaterra se organizaram as *Trade Unions*, organizações dos trabalhadores em contraposição aos trustes e monopólios capitalistas que se expandiam. O exemplo foi seguido, na Alemanha por Lassale, que fundou a Confederação Geral do Trabalho, criada, posteriormente, em toda a Europa.

Estava posto o problema no campo econômico: de um lado, o capital que consigo mesmo lutava, uns monopólios contra os outros, do lado oposto, o proletariado, organizando-se para reivindicar seus direitos.

Isso desenvolveu-se até o ano de 1849, quando foi lançado o famoso manifesto de Marx e Engels, primeiro sinal de que as paralelas políticas e econômicas se transformavam em convergentes, procurando uma só linha. É que Karl Marx, dando fundamento científico ao socialismo utópico dos franceses, principalmente de Saint-Simon e Fourier, assinalou a necessidade de atuarem os operários politicamente, para conseguir o que desejavam. Estava fundada a Internacional Socialista.

Mas, no curso da segunda metade do Século XIX o desenvolvimento técnico foi verdadeiramente prodigioso.

A Exposição Industrial de Paris em 1867 mostra-nos o alto estágio a que haviam chegado a ciência e a técnica, principalmente a mecânica, já com começo de atuação da eletricidade.

Então, agrava-se a situação da luta entre o capital e o trabalho. Na Inglaterra, os operários, reunidos; nos *Trade Unions*, procuraram atuar através dos partidos políticos. Mas, em 1892, Hyndman resolveu fundar o Partido. Trabalhista Britânico. Nesse instante, julgo que as paralelas tornadas convergentes se encontraram: o problema econômico e o problema político. Daí para cá, no curso de nosso século, verificamos, na complexidade do panorama que se oferece aos nossos olhos, que temos andado fora de nosso tempo; cogitamos do problema político, esquecendo o problema econômico. Há entidades que não são representadas. São como se não existissem. E elas reclamam, elas se reúnem, elas fazem congressos, elas gritam, recriminam os governos, acusam-nos a nós, os parlamentares.

Ora, qual a solução para este caso? É dar responsabilidade a essas classes. "Vocês querem criticar, vocês acham que nós não andamos direito, que o Governo também não anda? Pois então venham tomar uma parcela de responsabilidade, numa Câmara que criamos para vocês: vocês ali atuarão, darão seus pareceres, e nós seremos melhor iluminados do que presentemente".

Srs. Senadores, Srs. Deputados, precisamos ser francos e sinceros. Por acaso têm nossas Comissões verdadeira capacidade e conhecimento acerca das matérias que lhes dizem respeito? Vemos médicos na Comissão de Constituição e Justiça. Vemos advogados na Comissão de Saúde. Pertencem à Comissão de Minas e Energia pessoas que nada entendem sobre o assunto. Na Comissão de Educação, que deveria ser composta de professores, de elementos competentes e capazes, vemos pessoas de todo jaez. Tudo isso, porque o critério tem sido político.

Ora, se não temos capacidade, eficiência e competência técnica, por que não criamos essa Câmara que será a autêntica assessora do Congresso e da qual receberemos também iniciativas de projetos para que aqui julguemos da sua constitucionalidade e juridicidade?

O Sr. Alde Sampaio – Nobre Deputado, V. Exa. está discutindo uma tese realmente empolgante. Queria lembrar, neste sentido, reportando-me aos meados do século passado, a sugestão desse grande espírito de economista e político, que foi Stuart Mill. Ele já propunha uma comissão legiferante, assessora do Congresso, justamente para contrapor-se aos males que V. Exa. acaba de citar. O político tem a noção política. Mas, numa comissão técnica, muitas vezes não está inteiramente a par do problema, em toda sua inteireza. É

uma comissão legiferante, que ele não pretendia fosse profissional, como posteriormente se postulou, com a proposta de V. Exa., e tomou também vulto em doutrinas. Ele queria homens que fossem capazes de legislar com conhecimento da Nação e das leis. A proposição que V. Exa. faz de uma Câmara Orgânica em que só estivessem em disputa os seus interesses, realmente deveria ser complementada por esses outros elementos que fossem senhores do sistema legal vigente do País, para completar as opiniões e fazer um todo perfeito e sintético. Assim, então, a Câmara poderia ter uma assessoria perfeita e dispensar essas necessidades que vêm do Poder Executivo para a Câmara, outras vezes, abusivamente, e que ela é forçada a aceitar, porque o Poder Executivo tem sempre tanta influência sobre o Poder Legislativo que este se subordina ao que vem do Executivo e perde o direito à iniciativa das coisas. Neste ponto, queria completar a proposição de V. Exa., lembrando este fato que vem de um dos maiores espíritos universais, que foi Stuart Mill.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Exa. o aparte realmente muito oportuno. Stuart Mill, chefe da escola associacionista, foi um dos espíritos mais brilhantes do século passado e, como homem de gênio, antecipou-se às realidades que hoje sentimos. Mas os grandes espíritos europeus já não só estão de pleno acordo com a idéia da Câmara Orgânica, como fazem dela propaganda em seus livros. Citarei apenas, para não perder imenso tempo com muitos nomes, o sociólogo russo Sorokim; o Professor Leo Gabriel, de Viena; o jurista francês Henry Burdeau; o Professor Gurvitch, de Leningrado, que depois lecionou em Praga, na Sorbonne, atualmente se encontra lecionando nos Estados Unidos; o historiador inglês Toynbee; o ex-Premier francês Mendès France, que, no ano passado, publicou livro exatamente propondo a Câmara Orgânica como indispensável. Citarei o teórico do trabalhismo inglês, Harold Laski, que também pensa do mesmo modo, e o grupo de catedráticos americanos reunidos na Universidade de Pittisburgh, que, depois de debater o problema dos grupos de pressão sobre os parlamentos, chegaram à conclusão unânime da necessidade da criação de uma câmara, que já chamam econômica e que eu aqui denomimo orgânica, porque faço com que entrem para ela os elementos culturais da Nação. Esses grandes professores, como o Professor Truman, o Professor Steiner, o Professor Achaltzmever, o Professor Kay, como muitos outros, todos, unanimemente, propuseram a criação da câmara econômica, nos Estados Unidos, para livrar o Congresso da ação dos grupos de pressão. Mas o maior propagandista dela é o Bispo de Nova York, Fulton Sheen, que tem um argumento fundamental. Diz ele que existe mais afinidade e ligação entre um ferroviário da Califórnia, no Pacífico, e um ferroviário de Nova York, no Atlântico, do que entre dois indivíduos que moram na mesma cidade, mas que pertencem a profissões diferentes. É uma realidade. Há muito mais motivo de união na defesa de um interesse comum entre aqueles

que pertencem à mesma categoria do que entre os radicalizados geograficamente pelo sufrágio universal.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, tive a fortuna, de antes da crise posterior à Segunda Grande Guerra, antes que espíritos eminentes entendessem acertada a criação da Câmara Orgânica, haver, por intuição e pela leitura de Alberto Tôrres, Oliveira Viana, e de alguns escritores como Berdiasv e outros, ideado a criação dessa câmara. É indispensável.

Depois, um fato ainda mais impressionante pede a criação desta Câmara. O grande economista e Professor da Faculdade de Economia de Londres, Friedrich Hayek, publicou um livro intitulado *O Caminho da Servidão*. Ele demonstrou que nós podemos legalizar a irrealidade, que não deixará de ser ilegalidade, ainda que legalizada pela anuência dos legislativos débeis. Há um capítulo em que ele trata dos planejamentos. Este capítulo é o mais importante do livro. Ele diz que a concessão de poderes excessivos ao Executivo, para atuar em matéria econômico-financeira, leva invariavelmente os países ao caminho da servidão e, portanto, de nada valem as proclamações e consagrações de direitos individuais, quando o cidadão está sujeito a coações de ordem econômico-financeira, criadas mediante planejamentos executados por governos dispondo de excessivo poder. Acrescenta que o nazismo na Alemanha só foi possível porque, antes do nazismo, já o Congresso estava dando poderes excessivos ao Presidente da República em matéria econômico-financeira, e o povo se foi acostumando àquela escravidão. De modo que o nazismo encontrou clima propício à implantação de um regime brutal de força e à abolição de todas as liberdades. Ora, a Câmara Orgânica terá uma função de contrapeso. Hoje, temos um Presidente da República animado das melhores intenções e que cumpriu a sua palavra, mandando-nos uma Constituição, para que o seu sucessor não esteja sob o imperativo das circunstâncias, à mercê de atos institucionais ou complementares. Amanhã, depois de amanhã, mais tarde, quem será o Chefe da Nação? Com os poderes extraordinários que estamos conferindo ao Executivo, no plano econômico-financeiro, a Câmara Orgânica constituirá uma vacina contra futuras ditaduras e Estados totalitários, venham da direita ou da esquerda. É uma necessidade que as classes interessadas sejam ouvidas, para que o povo não fique à mercê do arbítrio de um homem ou de meia-dúzia de teóricos de gabinete ou, sobretudo, de homens de Estado imbuídos, da idéia de um fortalecimento cada vez maior do seu poder até atingir as raias da ditadura.

Oportuna é, portanto, essa Câmara, em todos os sentidos.

Há pouco, ouvi o discurso do orador que me precedeu, Deputado Oscar Corrêa. Houve uma passagem que me impressionou, por vir de acordo com as minhas idéias, quando S. Exa. se refere justamente ao fator econômico como fundamento das liberdades políticas.

Srs. Congressistas: nós, no Brasil, estamos vivendo, e temos vivido há longo tempo, sob o domínio das ficções. Tudo é ficção no Brasil.

Autonomia municipal? Os municípios dependem dos Governadores de Estado. Os prefeitos são mendigos nas ante-salas dos palácios dos governos estaduais. Nestas condições, não há liberdade de voto, porque a população precisa impedir que o prefeito fique na lista-negra. Então, autonomia municipal é uma ficção, é uma mentira.

Autonomia estadual? Nós consagramos a autonomia dos Estados-membros. Ela vem de longas origens, desde os tempos da colonização Del Rei Dom João III, com as capitanias, até o período imperial das províncias com suas assembléias provinciais. E finalmente, veio a República, que viu com clareza este grave problema, porquanto do excesso de centralização do Imperador resultaram as revoluções de Pernambuco, em 1824, do Rio Grande do Sul em 1835, e as Revoluções paulista e mineira, de 1842.

A República verificou, com clarividência, que a base da unidade nacional é a federação. Sem federação não poderia e não pode haver unidade nacional. Mas pergunto: o nosso sistema federativo é uma realidade ou uma ficção? É uma ficção, porquanto o mesmo que sucede com os Municípios em relação ao Governo do Estado sucede com os Governadores em relação ao Governo da União.

O Governo da União tem o poder emissor. O Governo da União traça as normas gerais da política econômica do País. Isto cria para os Estados situações das mais graves. Os orçamentos estaduais se desequilibram, permanentemente, pelo aumento do preço dos materiais, pela necessidade de aumentar os vencimentos dos funcionários. Os Governadores dependem, vivem também de chapéu na mão em face do Presidente da República e dos Ministros. Então não temos nem autonomia municipal nem federação verdadeira. E os Estados têm de andar direito, politicamente direito, de acordo com aquele que lhes supre as deficiências, as necessidades e lhes acode as aflições financeiras. Como se vê, estamos vivendo um romance, estamos vivendo numa fantasia. A realidade está consubstanciada nas nossas instituições? Penso que não. Essa Câmara Orgânica é o princípio, é o começo de uma compreensão exata das realidades do País. Por isto apresentei essa emenda.

Infelizmente, Srs. Congressistas, dois regimes de força, de brutalidade – o nazismo e o fascismo – desvirtuaram também a função das câmaras orgânicas, criando as tais câmaras corporativas, que não eram mais do que títeres na mão do partido único. Desmoralizou-se a idéia, desfez-se uma ilusão. É verdade que o fascismo foi buscar a idéia na Igreja Católica, na palavra dos sumos pontífices, quando se referiam às corporações da Idade Média. E, principalmente, como Mussolini não tinha nenhum programa, quando chegou ao poder, e não sabia o que fazer, porque era apenas contra o comunismo, foi

buscar nas idéias de D. Sturzo, chefe do Partido Popular Católico, a idéia corporativa, mas desvirtuou-a, como desvirtuaram todas as boas coisas os regimes de força.

Foi, portanto, também uma experiência errada, mas não deixou de reconhecer o pensamento cristão de que os grupos naturais expressos nas entidades de classe exprimem uma realidade humana e são a manifestação mais viva dos próprios direitos individuais, segundo o direito natural.

Srs. Congressistas, um homem que luta constantemente por sua pátria, que não tem sido nem oposicionista sistemático nem governista incondicional, que se debruça nos livros dos mestres do pensamento brasileiro sempre esquecidos, que convive com o povo e sente suas necessidades, esse homem no íntimo da consciência, tem o prazer de cumprir seu dever, de servir sempre à Pátria, em todas as ocasiões. Foi com este pensamento de bem servir à Nação que apresentei a minha emenda. Sei e sabia que ela iria chocar a mentalidade rotineira e a incapacidade de visão das realidades, já observada por Alberto Tôrres, de grande parte dos homens públicos do nosso País. Mas cumpro um dever para com as futuras gerações, porque essa idéia vai ser triunfante no mundo ocidental, inevitavelmente, como conseqüência do próprio desenvolvimento econômico, científico e técnico de nosso tempo.

Somos o século da grande síntese. Passamos o período da análise e da unilateralidade na consideração dos problemas. Esta idéia irá ser triunfante, e eu a ela servirei como servirei à minha Pátria, como aquele velho cavaleiro de que nos fala Alexandre Herculano, Gonçalo Mendes da Maia. Este cavaleiro da Grande Torre, fronteiro do Rei, certa manhã gritou para o seu pajem: "Pajem, traga-me minha lorigana e a minha couraça. Traga-me a minha espada durindana, mande selar o meu melhor ginete, porque hoje faz 85 anos que fui batizado, 70 que visto armas, 65 que fui armado cavaleiro e quero festejar esta data com uma investida na Frontaria dos Mouros".

Este espírito da permanência na luta, da fidelidade aos princípios, do amor às nobres causas, este espírito deve a todos animar e a mim me anima, pouco me incomodando as vitórias e derrotas, que, como diz Rudyard Kipling, ambas são impostoras; impostora é a derrota, impostora é a vitória, porque o homem só vale por si mesmo, se é capaz de ser homem.

Nestas condições é que me apresento perante V. Exas. para pleitear assentimento à minha emenda. Se me atenderem, será como que uma coroa de louros na fronte de um velho lutador. Se não for atendido, já estou habituado, na minha longa carreira pública, às coroas de espinhos, que sangram, mas nos recomendam à posteridade.

Srs. Congressistas, sejam, pois, estas as minhas palavras acerca do objeto que me trouxe à tribuna. E, agradecendo a atenção de todos, estou convencido

de que com espírito esclarecido, com lucidez, com desejo de bem servir à Nação V. Exas. prestigiarão minha iniciativa, que trará, primeiro, a representação dos marginalizados, que se chamam industriais, comerciantes, lavradores, trabalhadores do campo e da cidade. V. Exas. os arrancarão da marginalidade e lhes darão um lugar na vida pública do País. Em segundo lugar, estarão V. Exas. de acordo com as idéias mais novas e triunfantes do século e com as circunstâncias novas criadas – como disse bem o Ministro da Justiça no preâmbulo com que enviou o projeto de Constituição ao Presidente da República: Os estudiosos do Direito Constitucional se encontram perplexos diante das novas condições criadas pelo surto da ciência, da técnica, pelo progresso industrial e o levantamento das massas.

Tem S. Exa. razão. Só lamento não haja inserido, no projeto que enviou, algo de novo, de acordo com esse estado de espírito de perplexidade a que S. Exa. faz menção. Em terceiro lugar, estarão V. Exas. premunindo a Nação contra futuras ditaduras, que começam no campo financeiro e terminam no campo político com a abolição de todas as liberdades individuais. Terão prestado um grande serviço à Pátria; porque não serei eu, serão V. Exas. os autores desta inovação revolucionária, prestigiada já pelo apoiamento de 199 deputados. Mais vale quem ouviu, entendeu e agiu do que quem falou. Serão os nobres Congressistas os verdadeiros criadores no novo órgão. As gerações futuras poderão dizer: na verdade aquele homem falou, eles o ouviram e, ouvindo, meditaram; e, meditando, deliberaram; e, deliberando, levantaram-se e marcharam unidos para a construção da grande nacionalidade, cuja soberania e cujas liberdades, garantidas a todos os cidadãos representam hoje a glória das gerações que os sucederam.

Seja realmente esse o fato que ocorra neste Congresso, e me darei por satisfeito por tudo quanto tenho feito para servir à minha Pátria.

Já uma vez vi-os de pé, Srs. Senadores, Srs. Deputados, aplaudindo um discurso que aqui pronunciei sobre a Batalha do Riachuelo. E eu disse no íntimo do meu coração: nem tudo está perdido no Brasil. O Congresso é patriota, o Congresso é nacionalista, o Congresso é idealista, e, além de esclarecido, intelectualmente, é sentimental. Porque é o sentimento, principalmente quando as idéias nele se transformam, que atua, de modo decisivo, para a renovação dos povos, para a reconstrução das nacionalidades, para os novos rumos do futuro sob a luz mais brilhante do mais brilhante ideal. (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 609

Sessão de 15 de dezembro de 1966

Ao artigo 28 do Cap. VI do Projeto de Constituição de iniciativa do Poder Executivo, acrescentando-se:

"e da Câmara Orgânica."

Onde convier:

Art. A Câmara Orgânica será constituída pelos representantes diretos das categorias econômicas e culturais da Nação, eleitos pelos órgãos de classe, em número de dois para cada uma, e com as mesmas prerrogativas dos membros do Congresso.

Art. A Câmara Orgânica funcionará como órgão técnico de assessoramento das outras Casas do Congresso e poderá ter iniciativa de projetos de lei que serão enviados à Câmara dos Deputados, a qual ajuizará da sua constitucionalidade e juridicidade.

Art. A manutenção da Câmara Orgânica correrá por conta das categorias representadas, na forma estabelecida em lei.

Art. São consideradas categorias econômicas as atuais Federações e Confederações das classes patronais e de empregados.

Art. São consideradas categorias culturais as instituições de cultura nos diversos ramos científicos, técnicos, literários e artísticos e as entidades representativas das profissões liberais.

Art. Os projetos oriundos de uma categoria deverão ser discutidos com a participação de todas, visando-se a evitar desequilíbrios resultantes das implicações que a medida legislativa proposta possa ter sobre outros setores da vida nacional.

Art. Nenhuma lei que se relacione com qualquer das categorias econômicas e culturais do País poderá ser aprovada sem parecer prévio da Câmara Orgânica.

Parágrafo único. Os pareceres da Câmara Orgânica sobre projetos oriundos da Câmara dos Deputados, do Senado ou do Poder Executivo, terão caráter opinativo.

Art. O Poder Executivo deverá ouvir a Câmara Orgânica sobre matéria de decretos ou instruções que afetem interesses das categorias econômicas e culturais da Nação.

Art. Em cada Estado da União haverá uma Câmara Orgânica Regional, eleita pelas federações de classe, a qual se organizará e funcionará de acordo com os artigos precedentes, nos assuntos relativos à competência das Assembléias Legislativas e do Governo do Estado.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 1966. – Deputado *Plínio Salgado*.

Justificação

"... a ciência política e os estudiosos do direito constitucional foram tomados de perplexidade ante as realidades de um mundo novo que surgiu pelo progresso vertiginoso da técnica, do surto industrial e do auspicioso fenômeno da ascensão das massas com reflexos profundos na vida dos povos".

(Da "Exposição de Motivos" apresentada pelo Sr. Ministro da Justiça ao Sr. Presidente da República, encaminhando o projeto da nova Constituição, em 12 de dezembro de 1966.)

Preliminarmente – Quem exerce um mandato parlamentar na Câmara ou no Senado, observa, ao cabo de algum tempo, um fato que só aos distraídos escapa: as atividades dos "grupos de pressão" procurando influir nos trabalhos legislativos. Não é uma interferência indébita, mas o natural e humano interesse das categorias econômicas, profissionais e culturais, que se constitui em comissões, às vezes volumosas, atuando nas ante-salas do Plenário e muitas vezes manifestando-se nas galerias. Trazem memoriais e representações, analisando artigos e parágrafos de projetos de lei que, afinal aprovados, sobem à sanção presidencial. E se do Presidente da República a lei votada volve ao Congresso com vetos totais ou parciais, também voltam as classes interessadas a exercer cabala sobre deputados e senadores, visando à rejeição igualmente total ou parcial das decisões do Executivo. E são novos comentários, mimeografados ou impressos, fortalecidos por argumentos orais junto aos legisladores.

Será isto um mal, ou um bem? Podemos assegurar não ser uma coisa nem outra, porque representa apenas uma realidade social, ainda não considerada jurídica ou politicamente. Os "grupos de pressão" não podem ser evitados, pois evitá-los seria contrariar a natureza humana. Ninguém que se sinta prejudicado ou favorecido, por um artigo de lei proposta, deixará de manifestar seu pensamento. Portanto, o que precisamos é transformar uma realidade social em norma constitucional.

Evolução das instituições e das leis – O desenvolvimento da Economia, os avanços culturais decorrentes do progresso da ciência e da técnica e a amplitude e complexidade crescentes do aparelho administrativo em todos os países, criaram em nosso século necessidades novas, que se esforçam por serem atendidas. Já Santo Agostinho, no IV século da nossa Era, declarava: "Os

regimes políticos evoluem, a lei segue suas vicissitudes; os costumes se transformam e a lei se adapta às suas variações. Aspirações, até então desconhecidas aparecem, necessidades imprevisíveis surgem e é de todo indispensável rever as leis para as satisfazer".

A lentidão com que se opera a transladação dos costumes para a lei escrita levou Alberto Tôrres, com grande clarividência, a escrever o seguinte, no seu livro *Organização Nacional*:

> "Em verdade, todos os países possuem um regime constitucional verdadeiro, mas subterrâneo. Está aí o terrível problema da arte política: conciliar a realidade com a abstração, ou, pelo menos, aproximar a verdade das coisas do nível ideal da lei. Um regime puro seria aquele em que os dois planos se confundissem; assim, o regime constitucional progride quando o plano inferior se aproxima da concepção legal. A regra geral é que a marcha das nações se opera através ou apesar das instituições nominais, de acordo com as correntes profundas que as impulsionam ou dirigem".

A incapacidade, verificada entre nós, para observar e compreender as realidades da Nação e as exigências decorrentes do tempo que tudo vai transmudando, não representa uma insuficiência apenas brasileira, pois em relação à França, como a outros países, vem-se dando a mesma coisa. Assim, anos atrás, num prefácio ao livro *Homme Travail*, de G. Le Fène, Tardieu diz:

> "Chegamos, nesta matéria, como em outros assuntos, depois de tantos anos, sob o regime das emendas, tímidas adições retificativas de indiscutíveis rotinas. É preciso passar das emendas que mascaram para a reforma que constrói".

Os agentes pressionantes – Em relação ao que, nos Estados Unidos, tem sido denominado "grupos de pressão", podemos dizer que, no Brasil, já sentimos os mesmos efeitos de tais organizações em nossos trabalhos legislativos: ora é o problema do açúcar, jogando interesses do Norte contra o Sul; ora é o problema do papel, pondo em choque interesses de importadores contra a indústria nacional; doutra feita é a controvertida questão do café, em que debatem produtores, intermediários e a política do IBC; outras vezes são assuntos da siderúrgica, em que se contrabatem objetivos nacionalistas e interesses de grupos estrangeiros; freqüentemente surgem temas tributários, aduaneiros, creditícios, trabalhistas, relacionados com o comércio , a indústria, a agricultura, o funcionalismo, o operariado. Todo esse complexo nacional vai, como regatos, rios ou caudais, desaguar nos corredores do Parlamento.

Manifestação das forças vivas da Nação – Como expressão de vida e presença dos órgãos constitutivos da vitalidade do corpo nacional, temos os freqüentes congressos de industriais, de comerciantes, de agricultores, de bancários, de operários de fábricas, de funcionários públicos, de classes liberais. Neles se discutem matérias que dizem respeito a cada uma dessas categorias, resultando relatórios, memoriais, estudos, conclusões, que são enviados ao Legislativo ou aos órgãos do Executivo, morrendo nas gavetas, sem nenhum resultado prático. As categorias econômicas já se organizaram em entidades, como as sociedades rurais,as federações e confederações industriais, as associações comerciais, as uniões de empregados no comércio, os sindicatos operários; do mesmo modo as categorais culturais expressas nos Clubes de Engenharia, nas Sociedades de Medicina, na Ordem dos Advogados, nas Associações de Professores, nas Academias de Letras, de Ciências, nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Religiões.

Por acaso não são essas agremiações que representam e significam as forças vivas da nacionalidade? Devem continuar postas à margem da vida nacional? Fica-lhes apenas o direito de protesto contra leis e medidas que as atingem? Podemos acusá-las de pouco patrióticas, pelo fato de clamarem contra as crises que as atingem, como no caso relativo à agricultura, dos desastres dos plantadores de cana, dos produtores de café, de algodão, de amendoim, de cacau, de cereais; ou em se tratando da indústria e do comércio, das concordatas e falências cuja explicação só tem sido dada pelo monólogo governamental; ou no que se refere às profissões liberais, ao funcionalismo e ao operariado, o drama do custo de vida, não debatido pelos interessados que a ele se sujeitam passivamente, sem o direito de emitir uma opinião?

A solução para se evitar o clamor dessas forças vitais da nacionalidade é transformá-las, de simples espectadoras, em agentes atuantes e participantes nas decisões das matérias que lhes dizem respeito. Demos-lhes responsabilidades; tiremo-las do desprezo em que vivem, como verdadeiros escravos, a mendigar favores que nem sempre lhes são propiciados; elas representam a essência e a substância dos "grupos naturais" de que se devem estruturar as sociedades cristãs, pelo que lhes são inerentes os direitos de autonomia, oriundos da lídima fonte da pessoa humana.

Renovação e atualização – Haverá melhor oportunidade do que esta para irmos ao fundo dos problemas sociais, políticos e econômicos da nacionalidade, não somente inovando, mas revolucionando, como compete ao espírito freqüentissimamente invocado do movimento de 31 de março de 1964? Ficaremos adstritos a simples correções do texto de uma Constituição que os próprios autores do projeto da nova Carta proclamam ultrapassada e obsoleta? Contentar-nos-emos com as medidas unicamente tendentes ao fortalecimento do Poder Executivo, até certo ponto justas no sentido de assegurar a ordem

interna? Nesse caso estamos elaborando uma Constituição, ou um regimento disciplinar? Quase toda a Constituição de 1946 está mantida na nova Carta, apenas com a adição dos dispositivos que facultam maior segurança ao Governo. Mas então isto é revolução? Um mero sistema de escoras para o edifício não cair? Por que não procuramos as bases naturais da organicidade do País?

A Câmara Orgânica – A Câmara Orgânica, constituída pelos representantes diretos das categorias econômicas e culturais da Nação, eleitos por seus pares, funcionará como órgão técnico de assessoria das outras Casas do Congresso e poderá ter iniciativa de projetos de lei, que serão enviados à Câmara dos Deputados, a qual ajuizará da sua constitucionalidade e juridicidade. Será um órgão de grande precisão técnica,ao contrário do que sucede atualmente com as comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Adotando-se nessas casas o critério político, vemos advogados em comissões de Minas e Energia ou Saúde; médicos ou engenheiros em comissão de Justiça; comerciantes em comissão de Educação; professores em comissão de Transportes. Os estudos são feitos de improviso; somente ao cabo de um ou dois anos o membro da comissão vai entrando no assunto, mas falta-lhe vivência deles. E que dizer do Poder Executivo, onde se recrutam técnicos e teóricos, leitores de livros e soezes em citações de autores e mais versados em algarismos frios de estatísticas de que na palpitante realidade humana dos fatos, mais apegados a conceitos e aforismos de doutrinas muitas vezes superadas, do que ao sincero desejo de pesquisar e sobretudo de ouvir e ver o que na verdade se passa no País?

Na Câmara Orgânica estarão os homens em cuja própria carne doem os problemas. Se uma categoria pleiteia uma reivindicação para a sua área, o que pode ser em detrimento de outras, ali estão todas as demais categorias para debater a questão e encontrar a linha do equilíbrio, tendo em vista, antes de mais nada, o interesse supremo da Pátria.

A Câmara Orgânica não diminuirá os poderes e prerrogativas da Câmara Política, ou do Senado; ao contrário, virá fortalecê-los, complementando-os como assessoria técnica e corrigindo a inexpressibilidade do sufrágio universal, cujos representantes nada mais exprimem do que as correntes de opinião do País, mas não, especificamente, os interesses de qualquer das categorias componentes do corpo vivo da Nação.

Não poderá, por outro lado, ouvir as queixas da agricultura, da indústria, do comércio, do operariado, do funcionalismo, das entidades culturais, contra o Congresso ou o Poder Executivo, alegando que não foram ouvidos ao se tomarem certas deliberações. Se não queremos ouvir essas críticas, só temos a solução de conferir aos que a fazem uma parcela de responsabilidade nas decisões legislativas e governamentais.

A idéia triunfa nos países do Ocidente – Principalmente nos Estados Unidos, a idéia da Câmara Orgânica, lá denominada Câmara Econômica, vai caminhando a passos largos nos círculos mais expressivos da cultura norte-americana.

Em reunião de catedráticos daquele país, realizada na Universidade de Pittsbourgh, foi debatido o problema dos "grupos de pressão" sobre os parlamentares. Ao cabo de alguns dias, conforme relata o ilustre jurista brasileiro Themístocles Cavalcanti, um dos membros da Comissão elaboradora do atual Projeto de Constituição – a conclusão de todos os professores universitários ali convocados foi a de que a solução única seria criar-se o que nos Estados Unidos chamam a Câmara Econômica. Chegaram mesmo – segundo o informe do eminente Themístocles Cavalcanti – a propor a supressão da Câmara Política. Destacaram-se, nesse debate e na unanimidade da conclusão, os professores Price, autor do livro *Aplicação da Ciência e da Técnica à Estrutura do Estado Moderno*; Truman (autor da obra *O Processo governamental*); Steiner, (que escreveu um volume sobre *A Função do Governo na vida econômica*; Blaisdell (autor de *O Poder Econômico e a Pressão Política*); Schattschneider (que publicou o livro *Pressão de Grupos Econômicos sobre Partidos Políticos*); e Kay, que expõe em obra publicada o tema *Partidos Políticos e Grupos Econômicos*.

Todos estes luminares das ciências do Direito, da Economia e da Sociologia propugnam pela criação nos Estados Unidos da Câmara que é objeto da presente Emenda Constitucional.

A idéia é amplamente triunfante no mundo ocidental, depois das crises conseqüentes da Segunda Grande Guerra. Citaremos alguns nomes. Entre eles se encontram o sociólogo russo Pitirim Sorokin, o catedrático de Viena, Leo Gabriel; o jurista francês Henri Burdeau; o professor de Leningrado, Gurwitch, que depois de lecionar em Praga, Bordeus, Strasburgo e na Sorbone, de Paris, atualmente leciona nos Estados Unidos; o historiador inglês Toynbee; o teorista do Trabalhismo Inglês, Harold Laski; o filósofo italiano Stiacca; e os escritores Danileski, Schubert, Berdiaev, Kroeber, comentados sobre este assunto por Sorokin.

O maior propagandista, entretanto, da Câmara Orgânica, é o Bispo de Nova York Fulton Sheen. O seu argumento é esmagador, quando diz:

> "Há mais motivo de identidade de interesses entre um ferroviário da Califórnia, no Pacífico, e outro de Nova York, no Atlântico, do que entre duas pessoas que, residindo na mesma cidade, são de profissões diferentes".

Esta ponderação transcende do âmbito meramente geográfico, adotado como base pelo sufrágio universal, para atingir o plano de maior expressão

humana e de realidade social, que é o interesse comum dos homens que trabalham na mesma categoria.

Precedentes constitucionais brasileiros – Estamos além da metade do Século XX e ainda raciocinamos pelos critérios dos fins do século passado, pondo à margem realidades sociais clamantes, como sejam as categorias econômicas e culturais da Nação. O desenvolvimento do progresso científico e técnico foi prodigioso nestas últimas décadas e não nos apercebemos das conseqüências sociais dele decorrentes. O surto do socialismo, a partir de 1849, e do trabalhismo inglês, a começar de 1892; o advento do sindicalismo, de um lado, e dos trustes e monopólios capitalistas, de outro, a revolução comunista russa; as encíclicas dos Papas Leão XIII, Pio XI e João XXIII; a inquietação nos meios católicos dividindo-se, em nosso tempo, entre o velho idealismo revolucionário de Lamennais e o reacionalismo de Donoso Cortez e dos grupos tradicionalistas espanhol e francês; as advertências do nosso Alberto Tôrres e do lúcido Oliveira Viana; o avanço da tecnologia e as concepções globais dos problemas que nos inspiram a física nuclear e as revelações de Einstein – tudo isto, para o homem público brasileiro, é como se se tivesse passado em outro planeta, pois de nada se tomou conhecimento.

Em 1934, verificou-se um vislumbre dos constituintes. Convenceram-se de que as classes profissionais deviam ter representação independente do sufrágio universal, dos partidos políticos. Mas viram o problema com deficiência visual, misturando na mesma Câmara os representantes classistas e os partidários. Aconteceu o inevitável: aqueles, sendo ínfima minoria, acomodaram-se dentro dos partidos existentes e nem mesmo poderiam desempenhar o seu papel dentro dos limites regimentais das Câmaras Federal e Estaduais. Desmoralizou-se a idéia, desmoronou-se uma ilusão. Mas, em todo o caso, o dispositivo constitucional ficou como um aviso, uma seta indicando o caminho verdadeiro que hoje tentamos palmilhar.

O problema que a Constituição de 1934 tentou resolver, parcialmente e ineficazmente, está posto agora, em seus lineamentos exatos, pela Emenda que apresentamos. Cumpre aos constituintes de 1966 resolvê-lo da melhor maneira. Ou, então, não teremos tido uma Constituição revolucionária, porque terá havido falta de coragem para meter ombros a um novo ordenamento do Estado.

Paralelas que se tornam convergentes – Estamos no século das grandes sínteses.

O Século XIX, com sua índole analítica, foi unilateral na consideração dos problemas. Foi o século das divisões e subdivisões. O mundo político foi separado do mundo econômico social, como se nenhuma relação tivessem entre si; a concepção fragmentária do "homem cívico" abandonou ao seu

próprio destino o homem completo, soma das diversas frações consideradas na época: o homem econômico de Marx, o homem intelectual, moral e religioso.

A vida econômica divorciou-se da vida político-partidária. A crescente internacionalização do comércio determinou a concorrência nos mercados e esta criou os monopólios e a exploração do homem pelo homem, visando, pela diminuição dos salários, ao barateamento da produção.

O capital lutava contra o capital. Por outro lado, o operariado sentiu-se lesado, espoliado, sem garantias legais. Em 1832, os operários trataram de organizar-se na Inglaterra. Eram as *Trade Unions* que surgiam. O exemplo foi seguido pela Confederação Geral do Trabalho, fundada por Lassalle, na Alemanha, e o movimento alargou-se por toda a Europa, sobretudo na fase da chamada Revolução Industrial.

Em 1849, aparece o primeiro sinal da transformação das paralelas, a econômica e a política, em convergentes. Era um documento da maior relevância: o manifesto de Marx e Engels, dando base científica ao socialismo utópico francês de Saint-Simon e Fourier.As reivindicações proletárias se exprimiam num partido político: o socialismo.

No curso da segunda metade do século, a convergência começa a manifestar-se na Grã-Bretanha. O sufrágio universal leva os operários a apoiar o partido que mais os favorece. Em 1892, entretanto, o proletariado britânico resolve agir por conta própria, com a fundação, por Hyndman, do Partido Trabalhista. As paralelas, tornadas convergentes, se encontram.

Cumpre acentuar que, nos demais países, com a adoção do sufrágio universal, os partidos, para obter votos, começaram a inscrever, em seus programas, reivindicações proletárias. Do mesmo modo, os sindicatos operários passaram a desenvolver ação política. Essa convergência, cada vez mais veio se acentuando depois da Primeira Guerra Mundial: os partidos adquirem caráter social e as massas operárias assumem posições políticas.

Chegados a este ponto, no momento que vivemos, temos de caminhar para a síntese, que polarizará, numa só expressão, o econômico, o social, o político, o cultural e o espiritual. A Câmara Orgânica, que propomos, será o primeiro sinal dos tempos novos, o instrumento de harmonização entre o poder do Estado e as forças vivas da Nação.

Com ela evitaremos o grave perigo, sobre o qual nos alerta Friedrich Hayek, professor de Economia em Londres, quando diz que foi o excesso de liberdade em favor do Estado, no traçar planejamentos à revelia dos grupos interessados, a causa de onde proveio a mentalidade que aceitou o nazismo, o qual tudo absorveu, eliminando, finalmente, as iniciativas individuais. A própria organização democrática das categorias econômicas, como a desejamos, foi deturpada e violentada pelo nazismo e pelo fascismo, transformando os

componentes das chamadas câmaras corporativas em meros títeres da vontade do Estado Totalitário. Desvirtuou-se uma instituição das mais expressivas dos verdadeiros regimes democráticos, desfigurando-a. Se no Brasil, desde já, tivermos a Câmara Orgânica, harmonizadora das classes e participantes das decisões que dizem respeito às categorias econômicas e culturais, estaremos imunes contra as possibilidades da implantação de Estados Totalitários, seja da direita ou da esquerda.

Povo e massa – A Câmara Orgânica efetivará, numa nação cristã, como é o Brasil, o pensamento das Encíclicas Papais e, mais expressamente, o de Pio XII, o qual na sua radiomensagem do Natal de 1944, sobre "O Problema da Democracia", diz o seguinte:

> "O Estado não contém em si e não ajunta mecanicamente, em dado território, um aglomerado amorfo de indivíduos. Deve conter, na realidade, a unidade orgânica de um verdadeiro povo".

E acrescenta:

> "Povo e multidão amorfa, ou como se diz "massa", são dois conceitos diferentes. O povo vive e se move por vida própria. A "massa" é inerte e não pode ser movida senão por agentes externos. O povo vive da plenitude da vida dos homens que o compõem, cada um na sua categoria e modo de ser, uma pessoa que compreende sua própria responsabilidade e suas próprias convicções. A "massa", ao contrário, espera o impulso de fora, dominada pelos que lhe exploram os instintos e impressões, pronta a seguir hoje uma bandeira, amanhã outra. Da exuberância de vida de um verdadeiro povo, uma vitalidade abundante e rica se infunde no Estado e em todos os seus órgãos, com vigor incessantemente renovado".

Referindo-se à "massa", que é a matéria prima do sufrágio universal nas eleições diretas a que temos assistido, com eliminação dos valores mais altos e a consagração de deploráveis mediocridades, diz Pio XII:

"A "massa" é a inimiga capital da democracia."

Depois de mostrar que a massa popular é tangida pelo poder do dinheiro e da propaganda desencadeada por aventureiros que a sensibilizam com a demagogia das ruas, o grande Pontífice afirma que o verdadeiro povo é aquele em que, cada um dos indivíduos que o compõe, está classificado na sua categoria e, através desta, se representa no Estado.

Não é outro o pensamento da presente Emenda.

Urge tirar o verdadeiro povo coordenado em suas respectivas categorias da situação de marginalizado em que vive, enquanto as massas insensatas

elegem representantes sem nenhum vínculo que os ligue a qualquer dos órgãos vitais da Nação.

Temos de passar da democracia falsa das massas para a democracia verdadeira do povo.

A Câmara Orgânica será o início dessa revolução tão necessária para acabar com os ídolos, fetiches e Cagliostros que iludem as multidões e desencadeiam campanhas injustas contra governos honestos e homens honrados que não compactuam com suas mágicas de feira.

É com estas considerações e interpretando o pensamento e o sentimento das classes, hoje marginalizadas, que trabalham e produzem para a grandeza da Nação, que apresentamos a presente Emenda Constitucional, criando a "Câmara Orgânica".

Se for aprovada, melhor para o Brasil; se não for, remeto esta justificativa às gerações futuras que saberão julgá-la.

Brasília, de dezembro de 1966. – *Plínio Salgado.*

3. Crise Político-Militar

DEFESA DO CONGRESSO NACIONAL E CONSPIRAÇÕES

Sessão de 25 de agosto de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, cumprirei minha obrigação de Líder de bancada em palavras sucintas e breves, às quais quero dar um tom de objetividade prática.

As conspirações, sejam de âmbito governamental, sejam de âmbito oposicionista, jamais serão descobertas, em toda a sua plenitude, nos debates públicos. A minha experiência de 1937 assim o comprova. Ninguém virá dizer, nesta Câmara, que conspira ou pretende conspirar. Evidentemente, realizaremos uma reunião em que ouviremos a palavra do Sr. Ministro da Justiça, o qual, com sua brilhante inteligência, saberá esclarecer esta Casa a respeito daquilo que lhe convém esclarecer. Entretanto, entendo que no momento o que está em jogo é o pundonor do Congresso Nacional, e, assim, não podemos deixar de apoiar todas as medidas propostas à Casa no sentido de preservar a dignidade do Poder Legislativo. (*Muito bem*)

O Congresso Nacional tem sido a vítima permanente, o bode expiatório de todas as acusações injustas que se fazem a respeito das crises pelas quais atravessamos. É preciso, porém, criar na consciência do povo brasileiro a convicção de que, ainda mesmo que os Senadores e Deputados nada fizessem, a sua presença representa a garantia mais segura das liberdades públicas (*muito bem*) e de que, se existe liberdade no País para criticar qualquer dos três Poderes, é porque há o Congresso Nacional com sua tribuna.

Nestas condições, meu Partido apóia, aprova e aplaude todas as medidas aqui tomadas em defesa do pundonor da nossa Casa (*Muito bem. Palmas.*)

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. Palmas*)

CARTA AO MARECHAL ODYLIO DENYS SOBRE A POSSE DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA JOÃO GOULART

Sessão de 28 de agosto de 1961

O SR. PRESIDENTE (*Senador Moura Andrade*) – Com a palavra o nobre Deputado Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, já a esta hora adiantada da noite e após as sucessivas reuniões de líderes desde pela manhã, venho à tribuna fatigado, principalmente em alma, com aquela profunda dor dos brasileiros que, amando sinceramente sua Pátria, vê seu povo em transe de uma crise cujas conseqüências podem ser pesadas para a Nação.

Entendi do meu dever reproduzir aqui, com o Senado e a Câmara reunidos, um documento que o Senador Guido Mondim já leu no Senado e que marca minha orientação e minha posição, uma vez que meus pares me escolheram para fazer parte da comissão que tem sobre seus ombros a maior das responsabilidades deste momento.

Quero, antecipadamente, pedir às diversas correntes de opinião desta Casa, e do Senado, que me relevem naquilo que é crítica pessoal, apreciação decorrente de minha interpretação dos fatos históricos e sociais de nossa Pátria.

Assim, aos anticomunistas, aqueles que põem todo seu empenho em combater o Partido, peço que me não levem a mal algumas observações que farei e que certamente confluirão com as daqueles que são simpatizantes desse credo.

Peço, por outro lado, aos simpatizantes do comunismo que também me não levem a mal as críticas que faço assim como certas observações sociológicas que vou expender, porquanto, do mesmo modo como respeito suas convicções, eles devem respeitar a minha, porque neste instante falo com o interesse supremo de salvar nossa Pátria. (*Muito bem.*)

Peço àqueles que pertencem à União Democrática Nacional que me não escusem de possíveis irreverências quando me referir, no documento, a certos fatos históricos que certamente ferirão sua sensibilidade.

Peço igualmente ao Partido Trabalhista Brasileiro que me releve, na exposição das sugestões que faço neste documento, e que correspondem à

fórmula que julguei ter encontrado para solucionar tão grave problema que ameaça a paz da Nação.

Peço, finalmente, às Forças Armadas que me não vejam por adverso, se discordo de sua interpretação relativa ao grave momento que atravessamos.

Falo a todos os brasileiros como a irmãos, já naquela idade e com aquela experiência que nos dá a segura tranqüilidade do espírito e a serenidade indispensável para nos eximirmos das paixões.

Muitos foram os discursos que ouvi nesta Casa nos dia de hoje, a maior parte exprimindo forças temperamentais e paixões que se explicam perfeitamente dentro da situação que atravessa o País.

Mas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero comunicar que, logo após a sessão que durou até madrugada e em que tanto acerbamos nossos espíritos, à procura de uma solução para o caso brasileiro dos dias atuais, enviei uma carta a S. Exa., o Senhor Marechal Odylio Denys. Reputo essa carta pensada, meditada. Creio ser um documento que, se não puder surtir os efeitos desejados, pelo menos ficará como subsídio histórico, após as conseqüências inevitáveis a que poderemos assistir em nosso País.

Como o meu tempo é pouco e ainda irei trabalhar na Comissão a que agora pertenço, lerei de imediato essa carta, que remeti a S. Exa. confiado na velha amizade que me liga àquele ilustre militar, em quem reconheço qualidades de patriotismo, qualidades de honra e de pundonor da sua classe. A carta foi vazada nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Marechal Odylio Denys.

Depois da visita que fiz a V. Exa., tendo colhido dados mais completos da situação política no País entendi de meu dever, no mais ardente desejo de bem servir à nossa Pátria, dirigir-me à clara inteligência e alto espírito público do homem a quem, de há muito, admiro e estimo, apresentando-lhe algumas observações e sugestões.

Preliminarmente: a minha luta contra o comunismo, de mais de trinta anos, conferiu-me certa experiência relativa à estratégia e tática do partido de Moscou. No atual momento, o centro de gravidade do problema decorrente da renúncia do Presidente Jânio Quadros deve ser colocado nos objetivos e nas possibilidades desse partido, deduzindo logicamente as conseqüências que podem advir.

Como se sabe, a técnica de Lenine, desde a sua atuação em 1918, foi a de agir, por intermédio de uma minoria operante, no sentido de manobrar outras correntes de opinião, como se deu em relação aos mencheviques, lançando bandeiras de reivindicações aparentemente justas e pugnando por

direitos e até normas constitucionais para, com isso, deflagrar agitações revolucionárias.

Ora, no atual momento brasileiro, vejo o partido comunista organizado de forma a poder atuar no sentido de uma desordem generalizada, cujos efeitos não podemos prever em toda a sua plenitude. Assim, vejamos:

1) Do ponto de vista político: levam os comunistas a vantagem de desfraldar a bandeira da legalidade e de pugnar pelo cumprimento da Constituição. Resultado: a adesão da grande e da pequena burguesia, das classes liberais, notadamente professores, estudantes e jornalistas. Isso pode criar um clima dos mais propícios à ação dos agentes de Moscou, dada a tendência de nosso povo para examinar as questões superficialmente e para submeter ao seu incorrigível sentimentalismo todas as questões que se lhe oferecem.

2) Sob o ângulo das diferenciações regionais: o caso da posse, ou não, do atual Vice-Presidente da República, será certamente transformado numa reivindicação do Rio Grande do Sul, inflamando as paixões regionalistas do que pode advir um estado de espírito coletivo, como sucedeu em 1930 naquele Estado e em 1932 em São Paulo. E isso seria extremamente favorável ao comunismo.

3) Considerando as estruturas do Partido Comunista: convém lembrar que na reunião de Havana, em março de 1960, sob a presidência de Lombardo Toledano, chefe supremo da CTAL (Confederação dos Trabalhadores da América Latina) ficou decidida a criação das "centrais sindicais" com o objetivo de se organizarem com caráter paramilitar e de capitanearem greves gerais e movimentos estudantis. Devo aqui notar que, há cerca de cinco anos e com recrudescimento desde a instalação do comunismo em Cuba, estão funcionando no Brasil escolas de guerrilhas, segundo a técnica e a sistematização de Mao Tsé-tung, que delas fez a arma principal para a desintegração dos poderosos exércitos de Chiang Kai-chek. Além dessa organização, muitas outras como as Ligas Camponesas, ou algumas com aparência legal, tais as de caráter estudantil, agem presentemente em todo o País.

4) Em relação à situação social: não se pode negar o descontentamento popular, pelo encarecimento do custo de vida, o que gera disposição para o ingresso de grandes massas em qualquer movimento de desordem.

5) Apreciando o ato de renúncia: vê-se claramente, quer na alegação das causas ("vencido pelos grupos reacionários"), quer no apelo ("operários e estudantes") que o ex-Presidente, conhecedor da aparelhagem política acima enumerada, sabe quais os efeitos dessas suas palavras. Indiscutivelmente remanescem, não só no seio dos partidos apeados do Poder, mas em todos os mais, os nostálgicos e saudosistas da política externa até então seguida.

Tudo isto, Sr. Marechal e meu prezado amigo, me faz prever e temer dias incertos para nossa Pátria se deixarmos nas mãos dos comunistas a bandeira da legalidade. Segundo a técnica de Lenine, que ainda é a predominante na hora atual, poderemos assistir à soma de todos os fatores que nesta ponho em evidência, favorecendo extraordinariamente os interesses do partido vermelho.

Ora, às Forças Armadas tem competido, em várias oportunidades históricas, a salvaguarda das instituições e da nossa tradicionalidade cristã. A elas compete, neste momento, o papel mais relevante de salvação nacional.

Nestas condições, permita-me, com aquela amizade e admiração que lhe dedico, sugerir o que, no meu entender de velho lutador contra o comunismo, julgo mais adequado ao obstante:

1) Seja dada posse ao Vice-Presidente da República, sob as seguintes condições que exprimem a vontade de Nação:

a) que a política externa do Brasil volva à sua linha natural, ditada pelos sentimentos do nosso povo, pelos impositivos da nossa tradicionalidade histórica, abandonando-se as perigosas aproximações com os Estados Totalitários Comunistas, que pretendem penetrar em nosso Hemisfério, destruindo os dispositivos de sua defesa;

b) que se organize um Ministério de concentração nacional em que participem todos os partidos;

c) que as Forças Armadas, para que nunca mais se dê o que vimos no governo extinto, seja a garantia dessa política uma vez que o povo, quando contrariado em seus sentimentos, não possui os meios adequados de se manifestar contra os excessos, muitas vezes abusivos, do poder, exercido pelo Executivo principalmente no que se refere à política exterior.

Em relação à pessoa do atual Vice-Presidente da República, dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado que muitas vezes me manifestou sua índole e pensamento conservadores. Com raro senso de realidades, acredito que não será ele quem venha a contrariar o pensamento da Nação expresso no mais legítimo dos intérpretes, que são as Forças Armadas.

Quando, em 1955, em reunião com os comandantes dos nossos navios de guerra, consegui a adesão da nossa esquadra na sua quase totalidade, para se dar posse a Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos e reconhecidos pela Justiça Eleitoral, o Sr. Juscelino Kubitschek, em telefonema ao Dr. José Maria Alkmim, mandou dizer à Marinha que o signatário desta seria seu fiador, no sentido de uma política então exigida pelos nossos homens do mar, que evitasse relações com os Países Comunistas e a reabertura do partido de Moscou em nossa Pátria. Aceitei a responsabilidade da fiança; contei com a quase totalidade da nossa Marinha de Guerra. Os candidatos eleitos foram empossados, não encontrando V. Exa. e o Marechal Lott dificuldade naquele setor. Hoje, não por outorga do Sr. João Goulart mas pelo fato de o conhecer e saber o que ele

pensa de mim, posso assumir idêntica responsabilidade, se os trinta anos de luta contra o comunismo me dão, perante a Nação Brasileira, autoridade para o fazer.

Conhecendo, a fundo, a estratégia e a tática do Partido Comunista e no intuito de desarmá-lo e tirar-lhe a oportunidade que a presente conjuntura lhe oferece, é que me animei, com a confiança que deposito em V. Exa., a lhe trazer estas observações e tomar a liberdade de concluí-las com as sugestões acima.

Mais uma vez cumpro um dever e presto um serviço à minha Pátria. Se tiver êxito, regozijo-me perante Deus. Se o não tiver, lego à Posteridade um documento histórico de amor ao Brasil e às suas instituições baseadas na consciência cristã da Nacionalidade. Com o maior apreço, ..." (*Muito bem. Palmas.*)

Srs. Senadores, Srs. Deputados, esta é a minha posição e a posição do meu Partido, em todas as incertezas históricas; muitas vezes contrariando até mesmo companheiros, nunca deixei de sustentar a doutrina da legalidade. Logo depois dos ataques veementes que recebi de meus ilustres opositores, por haver apoiado a posse dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, suscitou-se grave questão, a da cassação do mandato do Sr. Carlos Lacerda. Naquela ocasião, em razão dos mesmos motivos pelos quais defendi as prerrogativas do Poder Judiciário que havia reconhecido como eleitos aqueles dois cidadãos, também meu Partido se levantou e veio à tribuna, por intermédio dos Deputados que naquela ocasião formavam nossa bancada, e sustentou as prerrogativas do Legislativo e os direitos do Sr. Carlos Lacerda. Em todas as oportunidades graves, pesamos e medimos as circunstâncias e conseqüências, e nunca nos arreceamos de coisa alguma, porque na história do meu partido há prisões e há exílios, há sofrimentos irreparáveis, há calúnias e injúrias, há dores profundas no coração. Mas nunca houve a covardia! Nos instantes decisivos pronunciamo-nos como devemos, de acordo com a nossa consciência e com os interesses supremos de nossa Pátria.

É com este pensamento que vou trabalhar ña Comissão para que fui designado. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Nota – Terminado este discurso, depois de meia-noite, o qual apazigou os ânimos tumultuosos do plenário, dirigi-me à Comissão Mista (Senado e Câmara), onde propus se criasse o sistema parlamentar, com um primeiro-ministro sob a responsabilidade direta do Congresso. Já pela madrugada, os generais Mendes de Morais e Menezes Cortes compareceram à Comissão, trazendo a mensagem dos três ministros militares que declaravam aceitar a solução de Plínio Salgado.

PELAS CONCLUSÕES DA COMISSÃO MISTA FAVORÁVEIS À POSSE DE JOÃO GOULART E PELA EMENDA PARLAMENTARISTA

Sessão de 30 de agosto de 1961

O SR. PRESIDENTE – Vou conceder a palavra ao Sr. Deputado Plínio Salgado. Solicito, no entanto, a cooperação da assistência, que não poderá manifestar-se nem a favor nem contra os conceitos emitidos neste Plenário.

Caso não conte com a cooperação dos Srs. assistentes, serei obrigado a adotar medidas regimentais que realmente não desejo adotar. Estou certo, entretanto, de que a assistência da noite procederá como o fez a da manhã e a da tarde, com perfeita compreensão da gravidade do instante que estamos vivendo e ajudando a Presidência no cumprimento das normas regimentais a que ela também fica subordinada, desde o instante em que vem participar, nas galerias, dos nossos trabalhos.

Tem a palavra o nobre Deputado Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, minhas palavras serão breves, sucintas, esclarecedoras, não somente dos trabalhos da Comissão Mista a que pertencia e pertenço, como da minha posição de Líder de bancada e Presidente de Partido.

Sr. Presidente, quando se constituiu a Comissão Mista do Senado e da Câmara para examinar a Mensagem do Sr. Presidente da República, enviada a V. Exa., e na qual informava que os três Ministros militares julgavam inconveniente o regresso ao País do Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, essa Comissão logo viu as graves responsabilidades que lhe caíam sobre os ombros. Tínhamos de examinar a Mensagem no seu conteúdo, na sua substância, para verificar se dela decorria a responsabilidade de o Congresso tomar qualquer providência.

Essa Comissão reuniu-se e, depois de eleito seu Presidente e seu Relator, verificou, desde logo, que a Mensagem não continha qualquer elemento suscetível de deliberação do Congresso.

Apenas dizia que os Srs. Ministros das três pastas militares haviam manifestado a absoluta inconveniência do regresso do Dr. João Goulart ao nosso País. Quer dizer, nada tínhamos de positivo, de concreto, de provado, que induzisse o Congresso a tomar qualquer providência.

Direi mesmo que a Mensagem mais continha um conselho dirigido talvez ao próprio Sr. João Goulart, e isto não nos cabia examinar.

Isto posto, compreendendo a gravidade do momento brasileiro diante da alegação de que esse regresso poderia ser nocivo à segurança nacional, entendemos que estávamos vivendo momentos de extrema gravidade.

Fosse verdade o que declaravam os Srs. Ministros militares, por intermédio do Sr. Presidente da República, ao Congresso Nacional, ou não fosse verdade, em qualquer das hipóteses a situação do Brasil era grave.

Se fosse verdade, se era uma questão de segurança nacional, evidentemente que nos inquietava tão grave proposição. E se não era verdade, mais ainda ela se nos afigurava, porque então havia motivos políticos ou ressentimentos antigos ditando normas aos Srs. Ministros militares.

Nessas condições, tendo havido, anteriormente, reunião dos Chefes de Partido para encontrar uma solução adequada à situação em que nos encontrávamos, e tendo essa reunião deduzido a fórmula do parlamentarismo como solução, talvez, para amainar os ânimos dos militares, fomos a ela. Realmente, é preciso dizer-se neste plenário o que se passava fora dele, o que todos conhecem embora não seja aqui alegado. Houve um primeiro instante em que os militares se conformavam, perfeitamente, com a solução do Parlamentarismo, aceitando a posse do Sr. João Goulart. Consultado, esse ilustre brasileiro respondeu, da Europa, onde se encontrava, que também se conformaria com essa solução. Deu testemunho, nesta Casa, desse pronunciamento do Sr. João Goulart, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Senador Afonso Arinos, que aqui declarou haver conversado com o Vice-Presidente, tendo S. Exa. se manifestado de acordo com a solução do parlamentarismo para abrir, dessa forma, uma porta à concórdia nacional.

Durante a tarde, porém, os acontecimentos evoluíram de tal forma que tivemos notícia de que os três Ministros militares já não se conformavam nem com essa solução, exigindo nem mais nem menos do que a declaração de impedimento do Sr. Vice-Presidente da República.

Nós, na Comissão, não tivemos mais em vista as conversações ou acordos que porventura ainda se pudessem realizar. Entendemos de cumprir nosso dever com a altivez e a dignidade que competem ao Congresso Nacional. O Congresso não pode, de forma alguma, receber insinuações de quaisquer outros Poderes, muito menos do poder militar! (*Muito bem. Palmas.*)

De minha parte, atento às lições da História, lembro-me da primeira vez em que foi dissolvida a Constituinte brasileira, quando os três irmãos Andrada, retirando-se para serem presos na Fortaleza de Santa Cruz, onde tive a honra de estar no mesmo cubículo em que estiveram, tiraram o chapéu e saudaram o canhão. Hoje não usamos mais chapéu, mas podemos fazer uma

reverência aos tanques e nos retirarmos com a cabeça erguida, guardando a dignidade e a honra do Congresso da República! (*Palmas.*)

Nesta condição, mais estimando a paz da família brasileira e recebendo continuamente, não só por intermédio de boatos, mas por intermédio de notícias que nos pareciam judiciosas, a confirmação de que não era absolutamente segura a unidade militar no País, entendemos de bom alvitre deixar aberta uma porta para quaisquer conversações, a fim de impedir desgraças maiores para nosso povo.

Então a emenda parlamentarista, que inicialmente fora aceita, de bom grado, pelos ocupantes das pastas militares e recebida de bom grado também, pelo Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, pareceu-nos oportuna para facilitar quaisquer entendimentos tendentes a evitar um choque que, como afirmei na carta que dirigi ao Marechal Odylio Denys e que li nesta Casa, me pareceu inevitável.

Realmente, a consciência jurídica da Nação, a consciência constitucional do Brasil, já está fatigada de episódios anteriores e quer caminhar numa estrada de perfeita democracia, no cumprimento dos textos constitucionais e no respeito à lei.

Assim, a Comissão Mista constituída de Senadores e Deputados, que colocaram acima de tudo o patriotismo e o amor ao Brasil, decidiu apresentar o parecer que foi do conhecimento desta Casa.

Nestas condições, no encaminhamento desta votação, quero dizer que meu Partido vota de acordo com o parecer da Comissão Mista do Senado e da Câmara. Poucas eram as palavras que eu desejava dizer neste momento e já as disse.

Entendo, que devemos, recomendar às personalidades que se entrechocam no momento, aquilo que é mais necessário ao nosso País – juízo. A Nação precisa de juízo e de bom senso, não pode estar à mercê de caprichos, não pode estar à mercê de ressentimentos pretéritos; deve olhar, firme e forte, os supremos interesses nacionais. (*Muito bem. Palmas.*)

Em relação à posse do Vice-Presidente da República – e falo agora como Presidente do Partido de Representação Popular e Líder da minha Bancada – devo mencionar que fui o primeiro nesta Casa, em aparte ao nobre Deputado Almino Afonso, a fazer declaração a favor de posse do Sr. João Goulart, acrescentando que S. Exa. deve sua eleição ao meu Partido, porquanto, dos cento e cinqüenta mil votos de diferença do segundo colocado, nós temos de quinhentos a seiscentos mil. Esse fato impõe condições morais ao meu Partido, para que seja respeitada a vontade popular, principalmente a vontade desses eleitores que, comandados por mim, foram às urnas e sufragaram o nome daquele ilustre brasileiro. Nestas condições, o meu Partido de Representação

Popular aprovará integralmente o parecer da Comissão Mista, inclusive no que respeita ao Sr. João Goulart, para que S. Exa. tome posse, porque é o Vice-Presidente da República e não podemos rasgar a Constituição!

Votamos pois com o parecer da Comissão Mista, pela emenda parlamentarista, que poderá ser – não se iludam os Srs. Congressistas com o boatério que corre nésta Casa – poderá ser a porta aberta a uma solução feliz para a família brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem, muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

PARLAMENTARISMO - I - II - III

Sessão de 1.º de setembro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não serei longo. Procurarei ser sucinto ao expender minhas idéias.

Antes de mais nada cumpre-nos entrar na filosofia do sistema parlamentarista e estudar as causas mais profundas e as razões pelas quais ele predominou tão largo tempo, através de todo o Século XIX, em nosso País, bem como as razões pelas quais foi abolido e substituído pelo sistema presidencial.

Desde os primeiros tempos da Independência e, posteriormente, no período tumultuoso regencial, o Brasil entrava na elaboração constante de idéias, circulando aqui aquelas mais avançadas, que, na Europa, produziam a revolução constitucionalista, dando nova forma ao Estado moderno. Mas, desde o instante em que uma paz interna foi assegurada, o sistema parlamentar principiou a funcionar e pôde trazer ao Brasil as imensas vantagens de uma estabilidade política através da qual nos desenvolvemos e nos preparamos para os dias deste século.

O parlamentarismo é uma conseqüência, no Império da nossa formação européia. Realmente, se examinarmos as repúblicas das três Américas, verificaremos ser o Brasil aquele país que mais se vinculou à cultura da Europa, e, sempre que estivemos sob a influência de pensadores políticos, sociólogos e escritores europeus, tivemos mais equilíbrio em nossa vida, porque isso correspondia mais à nossa índole.

A decadência aparente do sistema parlamentar no Império ocorre como conseqüência não do sistema, mas dos partidos. Assinalarei o instante em que o Marquês de Paraná realiza o primeiro ministério de concentração, com o objetivo claramente pragmático de colocar acima dos partidos os interesses das realizações materiais do nosso País. Fosse pela predominância das idéias pragmáticas, do utilitarismo que então prevalecia em quase todas as nações, com o desenvolvimento do progresso técnico, na era da mecânica, que precede à era da eletricidade; fosse por qualquer outra circunstância, as idéias deixaram de circular como vinham circulando livremente nos dias tumultuosos da regência e, posteriormente, nos partidos ao tempo da maioridade. Passou-se a viver uma vida de *au jour le jour*, do interesse imediato, e isto enfranqueceu extraordinariamente os grandes partidos do Império. Quem lê Alberto Tôrres ou Oliveira Viana observa que, já no fim da monarquia, os partidos pratica-

mente deixavam de existir, e foi em conseqüência do seu enfraquecimento que caiu o regime, sobrevindo a República.

A República não poderia recorrer ao sistema parlamentar. Homens de grande estatura, como Rui Barbosa, viram isto desde logo. Cumpria consolidar o regime novo, mas essa consolidação não se poderia fazer num país onde os partidos já não eram o veículo da circulação das idéias, mas apenas exprimiam interesses regionais, que principiaram clamando pelo federalismo e terminaram nas auto-suficiências dos regionalismos que impediram a formação de agremiações partidárias nacionais portadoras de idéias.

O Sr. Tristão da Cunha – Mas Rui Barbosa, num discurso proferido em Juiz de Fora em 1919, fez esta declaração que constitui a maior condenação do regime presidencial, sem falar em outras anteriores. Dizia ele: "No regime parlamentar, as câmaras são uma escola; no presidencial, uma praça de negócios".

O SR. PLÍNIO SALGADO – Já, certamente, por esse tempo, talvez durante, a campanha civilista de 1910, ou na segunda campanha, em 1919, Rui Barbosa verificava o que já deveria ter observado no início, em 1891, os inconvenientes do sistema presidencial, o qual, entretanto, foi tomado, como remédio de ocasião, para a consolidação do regime republicano, porquanto, então, praticamente, deixaram de existir partidos no Brasil e passou-se a executar a política dos governadores, mais tarde consagrada pelo Presidente Campos Sales. E assim viemos até 1930.

Falar em parlamentarismo, nesse período de nossa História, seria falar de coisa irrealizável. Mas, a partir de 1946, começaram a existir, no País, partidos nacionais. Antes, já se tentara isso. Depois da Constituição de 1934, houve a tentativa de formação de partidos nacionais, sem grande êxito. Mas, a partir de 1946, principiaram eles a existir. E esses partidos, bem ou mal, fazem a circulação das idéias em nosso País. Criou-se, então, o clima propício para que possamos ter o parlamentarismo e nossa Pátria, porquanto, na verdade, é o regime que oferece mais estabilidade política, é o regime mais de acordo com nossa tradição histórica. Fomos, talvez, o único povo da América que, dentro de uma Monarquia, nos exercitamos neste regime. Chegamos, agora, a um ponto crucial. As sucessivas crises, tão bem arroladas pelo brilhante parlamentar e meu amigo, o Deputado Tristão da Cunha, este arrolamento dos fatos que se sucederam, desde o golpe de Deodoro até este a que estamos assistindo, demonstram, claramente, que o parlamentarismo satisfaz mais às necessidades políticas e de estabilidade da Nação.

O Sr. Tristão da Cunha – V. Exa. poderia aproveitar para contrariar um argumento que está correndo aí agora, de que o povo não foi consultado sobre o parlamentarismo. Em primeiro lugar, poderíamos dizer que o povo também não foi consultado para a implantação do presidencialismo. Não sei se o povo é favorável ao parlamentarismo, mas que é contra o presidencialismo vem manifestando há setenta anos, em movimentos constantes contra os depositários deste regime. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Nobre Deputado Tristão da Cunha, não colhe esse argumento que V. Exa. informa estar circulando.

Porque, então, todos nós deveríamos ser contra o regime republicano. A República foi proclamada sem conhecimento do povo brasileiro. Foi proclamada em nome das Forças Armadas e do povo e, entretanto, todos sabemos que o Gabinete Ouro Preto havia retirado quase todas as tropas do então Município neutro do Rio de Janeiro e que Deodoro saiu à frente de apenas 150 e poucos homens. A proclamação da República foi uma burla praticada contra o povo brasileiro. E, mais ainda: Deodoro não pretendia proclamar a República, mas, apenas, derrubar o Gabinete. Mas, sendo inimigo pessoal de Silveira Martins, quando lhe comunicaram que o Imperador descia de Petrópolis para convidar Silveira Martins a assumir o Governo, resolveu, então, proclamar a República. Foi de improviso, em que o povo não foi consultado.

O Sr. Daniel Faraco – Faz V. Exa. muito bem citando a proclamação da República. Naquela ocasião quis-se proclamar a República, mas, na verdade, o que se instituiu no Brasil foi um monarquia eletiva.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Daniel Faraco – ... com cinco ou quatro anos de prazo. Na verdade, nobre colega, estamos assistindo, agora, à segunda e verdadeira proclamação da República: a República Parlamentar. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – O aparte que me é dado pelo eminente Deputado Daniel Faraco enriquece a minha argumentação favorável ao parlamentarismo. Mas quero dizer que nem na prática o sistema presidencial é adequado às nossas necessidades. Vamos falar claramente. O Presidente que há poucos dias renunciou, segundo estou informado, em sete meses de governo recebeu apenas sete Senadores, não recebia Deputados. Baixou até um bilhete aos Ministros recomendando-lhes que não aceitassem pedidos de parlamentares. Então, o sistema presidencial faz com que, em vez de haver a perfeita

harmonia entre os poderes, o Presidente da República seja influenciado por pequenas curriolas palacianas.

O Sr. Benjamim Farah – Isolou o Congresso.

O Sr. Luiz Bronzeado – V. Exa. trata de ponto que está na consciência de todo o mundo. Realmente, parecia que o Presidente da República, com o esvaziamento propositado do Congresso Nacional, pretendia levar as instituições para outro rumo, e não conseguindo levá-las para esse rumo, ao que penso premeditado, usou do velho conto da renúncia, que não deu certo, e deixou, finalmente, o governo do País. Com minha pequena experiência da vida pública, tenho a impressão de que o regime mais bem engendrado, mais feliz, é o parlamentarismo. No presidencialismo, as crises estouram e não há remédio. Já no parlamentarismo, tudo funciona como um relé automático, um fusível; quando sobe a carga elétrica, aumenta a tensão, o fusível desliga automaticamente. É a queda do gabinete. Não se recoloca o fusível. Assim também, constituiu-se outro gabinete, que não repetirá os mesmos erros do anterior. E o mecanismo continua a funcionar.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É mais um aparte que vem corroborar nossa argumentação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna apenas para definir a posição do meu partido.

O SR. PRESIDENTE – (*Breno da Silveira, 3.º Secretário*) – Comunico ao nobre orador que só dispõe de três minutos para concluir suas considerações.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O meu Partido, em todas as oportunidades, apoiou a bandeira levantada por este grande apóstolo e batalhador que é Raul Pilla. (*Muito bem. Palmas.*) Agora, coerente com as atitudes já assumidadas – porque é condição fundamental para nós, em face de todos os acontecimentos que se nos oferecem ou questões a resolver, examinarmos nosso passado para colocar de acordo com ele nossa atitude – neste momento meu Partido declara que votará pela emenda parlamentarista. Srs. Deputados, talvez, como pequeno partido, sejamos até prejudicados, mas pouco me incomoda que nosso Partido tenha prejuízo: o que me interessa é que o Brasil não o tenha (*muito bem; palmas*), nas desgraças das guerras civis. Aqueles que se colocam em posição intransigente, imaginando os possíveis prejuízos que lhes advirão em razão do parlamentarismo, põem seus interesses acima dos interesses da Nação. (*Palmas.*)

É, por conseguinte, com plena consciência da necessidade de salvação nacional e reafirmando que a Câmara dos Deputados e o Senado agem deliberadamente, sem coação, porquanto no momento de crise e ameaças sustentamos a posse do Vice-Presidente da República, é com esta atitude que nós nos dignificamos perante o povo brasileiro. E esta dignidade nós a devemos receber e levar como flores de vitória a este velho batalhador por esta causa, a quem rendo, neste instante, as minhas mais efusivas homenagens: o Deputado Raul Pilla. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Sessão de 2 de setembro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, direi poucas palavras, porque a respeito do parlamentarismo já falei esta tarde, examinando a sua evolução durante o Império, examinando as condições da República, nos primeiros tempos e na atualidade.

Vou falar rapidamente, para rememorar alguma coisa de que é necessário a Casa se lembre. Fui, talvez, o primeiro que, em documento enviado ao Ministro da Guerra, solicitou das Forças Armadas a posse do Sr. João Goulart. Fui o primeiro que aparteou o Deputado Almino Afonso, sustentando esta tese.

Na evolução dos estudos relativos a possibilitarmos esta posse sem choques no País, dada a situação militar que todos conhecem, surgiu a idéia parlamentarista. Na minha carta ao Marechal não falei em parlamentarismo. Apareceu, porém, esta idéia na Comissão Mista, resultado de reuniões de líderes e conversações com o Sr. João Goulart, em Paris. Eu mesmo recebi recado do Deputado Montoro de que S. Exa. aceitava a emenda parlamentarista, e, posteriormente, o Senador Afonso Arinos, cuja palavra não podemos pôr em dúvida, disse também, aqui, que S. Exa. aceitava.

Sou amigo do Sr. João Goulart; ele sabe disso. Afirmei que se o meu Partido não votasse no Sr. João Goulart, S. Exa. não seria Vice-Presidente da República, porquanto lhe demos uma quantidade de votos que ultrapassou três ou quatro vezes a diferença entre S. Exa. e o segundo colocado. Eu não compreendo como, na evolução dos fatos, nesta Casa, tantos tenham mudado. De muitos ouvi, aqui, que a emenda parlamentarista seria uma boa solução. Eu não me iludo em relação à realidade brasileira. É grave. É gravíssima. Amo a minha Pátria. Amo o meu País. E, então, surgindo essa emenda, que coincidia com as posições de meu Partido, em várias oportunidades, estive por ela e como não tenho duas caras e duas palavras, eu e meu Partido somos pela emenda parlamentarista. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, em que pese a admiração e a amizade que dedico ao nobre Deputado Aurélio Vianna, sou forçado a dizer que não concordo com a frase do seu discurso, segundo a qual todo o progresso do Brasil se realizou em conseqüência do sistema presidencialista. Seria desconhecer a história de nosso País.

O Sr. Aurélio Vianna – Permita-me apenas situar bem a questão. O progresso nesse sistema, não disse que se deu em virtude dele. Já defendi muitas vezes, da tribuna, a tese de que o desenvolvimento tecnológico e cultural independe do regime, seja presidencial, parlamentarista, colegiado ou doutro tipo qualquer. O mundo inteiro pode demonstrar isso. Eu queria apenas situar bem a questão para que o raciocínio de V. Exa., homem culto e analista, seguisse a rota conseqüente da declaração feita.

Progresso durante o sistema parlamentar

O SR. PLÍNIO SALGADO – Alteradas que sejam agora por mim as palavras de V. Exa., restou, entretanto, a substânci .no sistema presidencial em que se processaram os atuais progressos brasileiros.

Mas quero reivindicar para o sistema parlamentar um progresso muito maior para nossa Pátria, a começar do ponto de vista econômico. O Brasil se fez independente em condições precárias. Na época em que começava a desenvolver-se a siderurgia no mundo, o Brasil, apesar das tentativas de D. João VI, que fundou a primeira fundição de ferro, – a de Ipanema – não tinha o carvão necessário para o desenvolvimento da fabricação do ferro e do aço. Entretanto, realizamos apreciáveis progressos no curso do Império, sob o sistema parlamentar. Basta lembrar certas fases do aceleramento desse progresso, que foi enorme. Desde o Ministério de Concentração, do Marquês do Paraná, e a larga visão do Visconde de Mauá, começamos a realizar, sem os recursos de outras nacionalidades, grandes avanços em nosso País. Seria longo enumerar aqui todas as iniciativas coroadas de êxito pelo Visconde de Mauá. Atenho-me apenas a um qüinqüênio, de 1860 a 1865, no Estado de São Paulo. Foi verdadeiramente famoso o que se fez ali em matéria de vias férreas. Em cinco anos, construiu-se a estrada de ferro São Paulo – Rio, mais tarde

encampada pela Central do Brasil, que foi de São Paulo a Cachoeira, a metade do caminho; dentro desses cinco anos, a Ituana atingiu Itu, e Sorocabana alcançou Sorocaba; dentro desses cinco anos, a Mogiana foi até Mogi-Mirim; dentro desses cinco anos, lançaram-se trilhos e se realizou a estrada de ferro que hoje se chama Santos – Jundiaí.

Com o Visconde de Parnaíba, iniciamos um vigoroso movimento migratório que veio alentar e fazer prosperar as lavouras de café no País.

Seria longo enumerar as nossas realizações materiais dentro do sistema Parlamentar. Eu prefiro olhar para o lado intelectual e moral da política brasileira.

Formação de estadistas

Disse Rui Barbosa, e com razão, que o parlamentarismo é uma escola e o presidencialismo uma praça de negócios. O parlamentarismo foi, realmente, uma escola. Quem lê os livros *Minha formação, Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, ou as biografias de grandes homens como Cotegipe, Rio Branco, Visconde do Uruguai, Zacarias, Ouro Preto e tantos outros; quem examina as figuras de Silveira Martins, de Sinimbu, do Visconde de Itaboraí, não pode deixar de reconhecer que o parlamentarismo é realmente uma escola de estadistas e, como tal, criou tais valores que, proclamada a República, foi necessário buscar os homens educados na escola do Império – Rodrigues Alves, Campos Sales, Prudente de Morais, Afonso Pena – para termos consolidado o novo regime na confiança dos brasileiros. Os nomes dos primeiros presidente da República, como o do Rodrigues Alves e Afonso Pena eram precedidos do título de Conselheiro. Nessas condições, seria errôneo dizer-se que o sistema parlamentar pode, porventura, prejudicar o progresso do nosso País. Por conseguinte, meu Partido se sente satisfeito por ter votado a emenda parlamentarista, uma vez que a experiência tem demonstrado a sucessividade das crises ocorridas no sistema presidencial. O Brasil não tem tido sossego desde a Proclamação da República. As revoltas no Custódio de Melo e Gumercindo Saraiva; posteriormente, a Guerra de Canudos; em seguida, todas as dificuldades e revoluções enumeradas aqui pelo nobre Deputado Tristão da Cunha.

Não as repito, para não redundarmos em torno de assunto sobre o qual estamos todos convictos.

Altivez e autoridade do Congresso

O que quero dizer agora é o seguinte. Tem-se afirmado com freqüência que o Congresso brasileiro agiu sob coação. Senhores, raciocinemos logica-

mente. Pergunto: que pensamento se continha na mensagem enviada pelo Presidente Ranieri Mazzilli, exprimindo, por sua vez, o parecer das pastas militares? O pensamento ali contido, não de maneira explícita, como fora mister para merecer nossa consideração, mas de maneira implícita e impositiva, era o *impeachment* do Sr. João Goulart. Entretanto, este Congresso teve a dignidade, a honra e a altivez de reconhecer na pessoa do Vice-Presidente da República o legítimo sucessor do Sr. Jânio da Silva Quadros. (*Muito bem.*)

Basta este ato do Congresso para elevá-lo no conceito da Nação e para que esta veja que quem não cedeu no maior não iria ceder no menor.

Parlamentarismo, instrumento de paz

Como surgiu a emenda parlamentarista? Ela já existia desde 6 de julho de 1961, assinada por dois terços da nossa Casa. O que se quis foi dar andamento mais rápido a uma solução que viria beneficiar imensamente o País. Beneficiar de modo imediato e de modo mediato.

De modo imediato, porque se evitaria uma guerra civil. As paixões tinham chegado a grande extremo; as parcialidades em que se dividia a opinião brasileira extremavam-se na suas atitudes de intransigência. Nestas condições cumpria aos homens de bom senso examinar as verdadeiras causas e buscar o adequado remédio para evitar uma guerra civil, que ocasionaria, além da desordem e depauperamento da Nação, uma sangueira em nosso País, com desgraça para as famílias. Eu, de minha parte, examinei a situação militar. E, desde o instante em que o III Exército resolveu apoiar o Sr. João Goulart, e quando algumas guarnições se manifestavam de igual maneira, verificando-se, de outro lado, as afirmações contínuas e repetidas dos chefes militares, entre as quais as do ilustre e digno Marechal Denys, que tinha nas mãos os dispositivos necessários para jugular qualquer revolução, este, como brasileiro e amigo principalmente do Rio Grande do Sul, teria de examinar esta situação de fato, que não podia estar fora de nossas cogitações.

O Rio Grande do Sul é constituído de uma população nobre e altiva, que tem reagido em numerosos momentos históricos e tem escrito páginas de bravura em mais de um passo da vida brasileira. É capaz, realmente, de se levantar. Na carta que dirigi ao ilustre Marechal Denys, entre os fatores que poderiam concorrer para ebulição geral do País, e de que tirariam proveito os adeptos do partido de Moscou, referi-me também ao sentimentalismo e à generosidade da alma gaúcha, que poderia, involuntariamente, criar a primeira condição para deflagrar-se nos demais Estados um movimento que não seria certamente saudável para a Nação. Mas, examinando a situação militar do Rio Grande do Sul, verifiquei que o meios materiais de que aquele Estado dispunha não lhe propiciariam facilidade de vitória.

Quando rebentou a Guerra de 1939, encontrava-me em Lisboa e por sorte havia comprado, em julho, um livro cujo título era *Como será a próxima guerra?* Tratava-se de uma enquete em que se ouviram os maiores técnicos da guerra de todos os países do mundo. E eles chegaram à seguinte conclusão: ganhará a guerra quem dispuser de mais materiais. E os dados estatísticos que então se apresentavam levaram-se à certeza, desde o primeiro toar dos canhões do Corredor de Dantzig, de que a Alemanha não poderia ganhar, porque suas reservas de carvão e gasolina só davam para uma curta guerra, no máximo de seis meses, e que, após, seus centros industriais seriam martelados pelos aviões adversários, ao passo que os centros industriais destas outras nações ficariam fora do alcance dos aviões alemães, mesmo que eles tivessem quantidade suficiente de combustível para bombardeá-los.

Então, entre amigos, eu disse: A vitória caberá à Inglaterra e à França, porque, em meio a tudo isto, se os alemães se detiverem nos Pirineus certo é que os Estados Unidos entrarão no conflito, e assim estará liquidada definitivamente a guerra.

Ninguém acreditava, porquanto, a essa altura, as tropas de Hitler dominavam a Bélgica, a Holanda, a Noruega e a França e manifestavam-se de tal maneira os oradores do III Reich que os menos avisados estavam convencidos de sua vitória.

Realmente, a guerra moderna e mesmo as revoluções internas dependem de materiais. Ora, nós sabemos as deficiências de gasolina do Rio G. do Sul. Não se briga apenas a dar tiros de fuzil. Briga-se conduzindo tropas em veículos que dependem de combustível. E como entrar combustível no Rio Grande do Sul? Do Uruguai? O Uruguai se encontra também em crise de gasolina. Do Paraguai? Identicamente. Então o Rio Grande do Sul, no seu gesto de altivez, estaria fadado a ser encurralado, a sofrer as conseqüências que São Paulo sofreu em 32! Amigo do Rio Grande do Sul, entendi que realmente a emenda constitucional teria a grande vantagem de esvaziar, da parte dos adversos aos propósitos daquele Estado, qualquer conteúdo ético baseado na atitude que assumiam. Era o instrumento de paz que o Congresso iria criar, agora que já se manifestava ao rejeitar o impedimento do Sr. João Goulart, independente, forte, resoluto e corajoso. Era o instrumento de paz de que tanto necessitávamos, no momento em que somente aqueles que querem a desordem para dela tirar proveito poderiam recusar.

Nestas condições, divirjo daqueles que continuam a dizer que o Congresso foi coagido. O Congresso agiu com independência, nobreza e ainda criou um dispositivo da maior importância para a paz nacional. Esta a vantagem imediata.

Quanto às vantagens mediatas, elas estão em que evitaremos de agora por diante as crises a que temos assistido neste últimos anos. A morte trágica do

Presidente Getúlio Vargas; os episódios ocorridos em relação aos Srs. Café Filho e Carlos Luz; a situação atual em que o Presidente Jânio Quadros se diz vencido e esmagado por forças que ainda desconhecemos, porque S. Exa. não explicitou; finalmente, o veto – não se pode usar outra palavra – à posse do Sr. Goulart; tudo isso nos deve servir de lição, e o nosso bom senso indicou que, num novo sistema, crises dessa natureza não podem existir. Por conseguinte, duas foram as vantagens da emenda parlamentarista.

A renúncia de Jânio Quadros

Mas agora, Srs. Deputados, quero entrar em matéria mais delicada, que esteve, não nas palavras dos Congressistas durante os dias atrozes da crise, mas no fundo de seus corações.

Quais as causas verdadeiras da renúncia do Sr. Jânio Quadros? A que forças da reação se refere, que o impediram de governar? Elogia, no seu manifesto renunciatório, as Forças Armadas; então, S. Exa. não foi por elas compelido. Que elementos outros, que fatores potentes teriam sido aqueles que fizeram o Presidente renunciar?

Srs. Deputados, a verdade nua e crua é que a alma da Nação brasileira estava ferida com a política exterior do Sr. Jânio Quadros. Em todas as rodas, gente do povo ou gente intelectual, sacerdotes, militares, classes liberais, famílias cristãs, sentia-se o desgosto profundo por uma linha política a afastar-nos da órbita normal da tradicionalidade de nossos critérios para ameaçar nossa Pátria com contactos que só poderiam trazer a precipitação dos processos históricos do marxismo, determinando talvez dias cruéis e trágicos para o nosso País.

O Sr. Luís Bronzeado – Nobre Deputado, diz V. Exa. muito bem que, de todas as causas da renúncia do Presidente Jânio Quadros, a principal foi o profundo divórcio em que S. Exa. estava em relação à vontade do povo. Há muita gente que, neste momento, faz as mais diversas interrogações sobre os motivos da renúncia do Presidente, querendo descobrir mistério onde não existe. A história, porém, dirá muito em breve que essa renúncia representou nada mais nada menos do que uma farsa. O Presidente Jânio Quadros não queria renunciar, S. Exa. enviou o seu pedido de renúncia ao Congresso na suposição de que esse podia ou não aceitá-lo. S. Exa. não sabia que o ato de renúncia é unilateral de vontade, irreversível e irretratável. Esperava, pois, que o Congresso, recebendo o pedido, se levantasse no sentido de discuti-lo. S. Exa.

foi surpreendido com a aceitação, que era forçosa e necessária, do seu pedido de renúncia. Quero crer, Deputado Plínio Salgado, que o dedo da Divina Providência se encontrava por trás desses atos a que assistimos nos dias presentes e que salvaram o Brasil de uma grande *débâcle*. Tenho a impressão de que o Presidente Jânio Quadros pretendia levar o País a uma ditadura, dividir esta Nação em dois campos opostos, partir o Brasil em duas bandas, levando-o a uma carnificina.

O Brasil, a meu ver, iria formar-se, sob o seu governo, para surpresa do mundo inteiro, o palco onde se debateria a preliminar da conflagração mundial. O nosso País representaria, para desgraça nossa, o papel atribuído à Espanha nos dias que antecederam à 2.ª Guerra Mundial. Pelo poder da Providência Divina, pelo consenso dos verdadeiros patriotas, pela capacidade de reação do povo brasileiro, de compreender o fenômeno político da hora atual, foi que o Brasil se salvou dessa tremenda hecatombe a que estava fadado pela irresponsabilidade do ex-Presidente Jânio Quadros.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª, que traz mais uma das interpretações do gesto do Sr. Jânio Quadros. Realmente, dada complexidade da sua personalidade, numerosas deverão ser as interpretações da sua renúncia. Mas, para mim, não resta dúvida de que os rumos dados à política internacional – culminando com a condecoração dos membros da Missão russa, antes que a União Soviética tivesse pedido desculpas ao Brasil pela ofensa que fez aos nossos militares e, posteriormente, a condecoração concedida ao agitador internacional Che Guevara – criou na alma do povo brasileiro uma visível má vontade contra o presidente ao ponto de a maior parte daqueles que votaram no Sr. Jânio Quadros penitenciarem-se do voto que haviam depositado nas urnas. *(Muito bem)*. Recebi muitas cartas de elementos do meu Partido solicitando licença ao nosso Diretório Nacional para nele votar e aconselhando-me a indicar o seu nome para ser sufragado, e hoje essas mesmas pessoas me escrevem dizendo-se arrependidas e afirmando o quanto andavam erradas.

O PRESIDENTE (*Breno da Silveira, 3.º Secretário*) – O tempo do nobre orador já está encerrado. Mas como S. Exa. começou a falar às 15h 30 min e não há matéria em urgência, a Presidência consente em que permaneceça na tribuna até às 16h 10 min.

Estão presentes 215 Srs. Deputados.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª, Sr. Presidente. Não irei usar inteiramente da longanimidade da Presidência, mas utilizarei o tempo necessário apenas para concluir o meu pensamento.

O Sr. José Sarney – Sr. Deputado, com a coerência que defendia, coerente dos meus pontos de vista, como V. Ex.ª dos seus, o Governo Jânio Quadros, como executor da única política compatível com os interesses do País...

O SR. PLÍNIO SALGADO – E que revoltou o País.

O Sr. José Sarney – ... volto, já agora quando S. Exa., não mais é Presidente da República, com o mesmo entusiasmo, com a mesma força. Se a carta do Sr. Jânio Quadros não trouxesse à Nação qualquer elucidação sobre sua disposição, o discurso de V. Exa. é esclarecedor. V. Exa. diz à Nação que o Sr. Jânio Quadros foi deposto ao declarar que o Sr. Jânio Quadros vinha realizando uma política dissociada das classes dirigentes, das Forças Armadas, do clero e do povo e que, em resultado de tudo isso, não pode continuar no Governo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – S. Ex.ª criou um ambiente contrário aos sentimentos da Nação brasileira.

O Sr. José Sarney – Foi a argumentação que V. Ex.ª trouxe a esta Casa e que é perfeita. Apenas V. Ex.ª se engana quanto ao povo brasileiro. As pesquisas sobre a opinião pública feitas até hoje têm atestado o apoio incondicional a essa política. Mesmo nesta Casa, V. Ex.ª há de encontrar o depoimento de 90% dos deputados, de quase todos os presidentes de partidos, dos homens mais responsáveis no sentido de que certa e correta, em sua estrutura, em sua linha mestra, no que tinha de essencial, foi a política do Sr. Jânio Quadros no âmbito exterior, discordando apenas em minúcias, como, talvez, a condecoração de Che Guevara.

Lembro-me que V. Ex.ª, ao assomar à tribuna, condenando essa orientação, teve oportunidade de dizer que, se ninguém a repudiava, V. Exa. tinha o direito de fazê-lo e dizer: "Alerta, Brasil! Desperta, Brasil".

O SR. PLÍNIO SALGADO – E o Brasil despertou.

O Sr. José Sarney – Naquelas palavras V. Ex.ª se isolava do pensamento atual do Brasil, o qual V. Ex.ª reconhecia naquele momento.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Os brasileiros estavam temerosos, com medo de combater essa política.

O Sr. José Sarney – V. Ex.ª não pode fazer essa injustiça aos brasileiros, dizendo que estavam com medo de combater uma política e que V. Ex.ª seria o único homem de coragem a fazê-lo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não disse ser o único e quanto aos receios de muitos em se manifestar era a natural conseqüência de um presidencialismo ditatorial e de uma política de perseguições.

O Sr. José Sarney – Quero ainda dizer a V. Ex.ª, coerente com aqueles pontos de vista, que nenhuma política que se fizer neste País, contrária aos interesses nacionais, terá capacidade de sobreviver.

O SR. PLÍNIO SALGADO – E a prova do que V. Ex.ª diz é que o Sr. Jânio Quadros não sobreviveu.

O Sr. José Sarney – Estamos com os mercados do mundo ocidental saturados para desenvolver e manter a nossa economia. Quero que V. Ex.ª, quando condena esta política, diga também, porque tem responsabilidade, e há necessidade de fazê-lo, onde vamos colocar nossos excedentes de café, onde vamos abrir comércio para vender os nossos produtos, a fim de melhorar a situação da nossa balança comercial estrangulada, aliviando a difícil conjuntura financeira que este País atravessa. Quais as janelas que se abrem, se não as imprevisíveis, se ficarmos jugulados ao comércio tradicional que tem mantido este País? Esta política do Presidente Jânio Quadros não era de um lado ou do outro. Era a política do Brasil, para atender às necessidades do Brasil e do povo brasileiro, cujo sentido reformista temos de seguir com determinação. O Sr. Jânio Quadros foi o último líder reformista em quem o povo acreditou, e V. Ex.ª sabe que, quando a reforma não é possível, o povo só tem para marchar os caminhos da revolução.

Para isto é que devemos alertar as classes dirigentes do País: ou fazemos as reformas necessárias com coragem e decisão, ou o povo as fará, através da revolução.

O Sr. Oswaldo Zanello – O Sr. Jânio Quadros não foi o último líder reformista desta Nação. Foi o último louco que esteve na Presidência da República.

O Sr. Arruda Câmara – V. Ex.ª, Deputado Plínio Salgado, não foi voz isolada nesta Casa contra a política externa do Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Plínio Salgado – V. Ex.ª é testemunha de que nunca afirmei isto.

O Sr. Arruda Câmara – Eu mesmo, ontem, me manifestei, nesse sentido, da tribuna, sem que V. Ex.ª tivesse conhecimento disso. E o fiz por várias vezes,

antes e depois do seu discurso. Eleitor fervoroso do Sr. Jânio Quadros, vendo nele esperança de recuperação nacional, assistindo a muitos de seus comícios, defendi-o dentro desta Casa no atinente à sua política interna. Certa vez, por ironia, disseram até que eu tinha assumido o bastão de líder do Governo. Continuei a defendê-lo nesse setor, depois de haver renunciado. Entendi, porém, que os rumos seguidos por S. Ex.ª aceleradamente, precipitadamente, abandonando nossa política tradicional ligada ao destino da civilização ocidental, para se desfazer em verdadeiros rapapés a tudo quanto se prendia a Moscou – condecorações, telegramas pela subida de um foguete ou esputinique, a anunciada visita Kruschev e Tito ao Brasil, aplausos e apoio não velados à política de Cuba, condecorações desse agitador internacional, que é o Che Guevara, enfim, uma série de fatos dos últimos dias do Governo de S. Ex.ª, nessa gravíssima hora internacional – criaram realmente no País aquela inquietação a que V. Ex.ª se referiu e aquele espírito de revolta, se não de todos, pelo menos de grande parcela de seus antigos eleitores. Eu e meus amigos nos filiamos à corrente daqueles que divergiram serenamente, mas com energia, da política externa do Sr. Jânio Quadros, a qual certamente concorreu para que S. Ex.ª se visse forçado a abandonar as rédeas do governo a que ascendeu com os aplausos gerais que foram consagração inédita em nosso País.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o nobre e esclarecedor aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Benjamim Farah – Permite V. Ex.ª algumas ligeiras considerações?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Com todo o apreço que V. Ex.ª merece.

O Sr. Benjamim Farah – Meu caro colega, a política externa do Sr. Jânio Quadros foi de despistamento. V. Ex.ª sabe que neste País existe certa minoria atuante que faz grande estardalhaço e influi de maneira impressionante no meio do povo – é a minoria comunista. Como o Sr. Jânio Quadros estava fracassando de modo evidente neste País, porque o custo de vida se elevou como nunca e já tomava aspecto catastrófico, S. Ex.ª precisava despistar, fazer agrados à Rússia e a Cuba, para ter dentro desta Casa o apoio dos comunistas. Mas ninguém conhece a tendência do Sr. Jânio Quadros, se democrata, se da esquerda, se da direita. Sabemos que ele deixou o Brasil nessa situação perigosa, e não fora a coragem, o espírito de independência do Congresso Nacional, teríamos levado a Nação à conflagração. Desejo agora fazer um comentário, motivo do meu aparte. O nobre Deputado Aurélio Vianna, a quem rendo minhas homenagens, pela sua capacidade de luta, pela sua bravura cívica, fez aqui uma advertência.

Disse S. Ex.ª que vai para as praças públicas agitar, esclarecer o povo a respeito do parlamentarismo. Também quero lembrar a esta Casa que devemos igualmente orientar o povo contra esses pregadores que naturalmente vão jogar o povo contra nós, como agora ocorre em Goiás, onde a honrada bancada pessedista já sofreu as conseqüências. O povo tem sido enganado muitas vezes por esses pregadores. Tanto isso é verdade que o Sr. Jânio Quadros conseguiu aquela fabulosa votação para Presidente da República, e o resultado foi o que vimos. Daqui por diante, porém, neste regime novo, um político como o Sr. Jânio Quadros não mais dirigirá os destinos do Brasil, porque este Congresso há de escolher o melhor entre os melhores, o homem digno da confiança da Nação.

O SR. PRESIDENTE *(Breno da Silveira, 3.º Secretário)* – Pediria a V. Ex.ª concluísse seu discurso, porque devemos dar andamento à ordem do dia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Srs. Deputados, não tenho mais necessidade de responder ao aparte brilhante e sofismático do nobre Deputado Sarney, em relação a nossas aproximações com os países da Cortina de Ferro e totalitários da Eurásia, pois Monsenhor Arruda Câmara, esse eminente parlamentar e homem de grande patriotismo, já o fez por mim.

O Sr. Arruda Câmara – Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Igualmente, o Deputado Benjamim Farah foi claro e incisivo no aparte de apoiamento à minha tese. A respeito do aspecto técnico das vantagens comerciais que ao Brasil adviriam com a política do Sr. Jânio Quadros, aguardarei outra oportunidade, porque me irei cingir a ilustres estudiosos, entre os quais o Deputado Raul de Góis, que sobre o assunto pronunciou impressionante conferência no Rio de Janeiro.

Como o tempo me é escasso e devo concluir, quero dizer, finalmente, o seguinte: Após dias de esforços, noites indormidas, aborrecimentos profundos, decepções a respeito de tantos homens do Brasil, amarguras de patriota, hoje meu coração começa a alegrar-se, se verdade for quanto temos ouvido acerca dos últimos fatos destas horas mais recentes. Segundo se diz, os Ministros militares, plenamente conformes com a decisão suprema e soberana do Congresso Nacional, quer no que se refere à emenda parlamentarista, quer no que se refere à posse do Sr. João Goulart, darão plenas garantias para entrarmos no novo sistema. Como ponho minhas esperanças na prática do parlamentarismo, recordarei aqui alguns versos de Camões, de *Os Lusíadas*, quando se refere aos dias pesados e tristes do Governo do Rei D. Fernando, o Formoso, que acarretaram tantas derrotas por via de Castela, de costumes e confusão de

espíritos, quando surgiu o Reinado do Mestre de Aviz, governo nobre, cheio de espiritualidade, de virtude, e que criou as bases fundamentais para a grande epopéia das navegações.

Camões, aludindo a estas duas fases, diz, nos seguintes versos:

Depois de procelosa tempestade,
Noturna sombra e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento.

Assim direi eu que, depois dessa procelosa tempestade em que pudemos ver todos os vícios do sistema presidencial, principalmente como era praticado, o sistema parlamentar abre novos dias para o País.

Entendo, agora, também, que iremos ter um prudente e esclarecido Presidente da República. As palavras que aqui pronunciei acerca do Sr. João Goulart, falando de seu equilíbrio, de seu bom senso e de seu patriotismo, confirmaram-se com a aceitação, por S. Ex.ª, do sistema parlamentar. Não foi na onda daqueles que quiseram lançar o Brasil na sangueira e na desgraça. S. Exa. foi patriota, foi digno.

Temos agora um novo sistema e temos agora um Presidente que se mostrará digno dele. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

HOMENAGEM A RANIERI MAZZILLI

Sessão de 13 de setembro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas palavras serão breves, porém expressivas do sentimento e da consciência do meu Partido diante da ação de V. Exa. durante a crise que avassalou o País. Nos momentos difíceis da nacionalidade não são os timoratos e também não são os impulsivos aqueles que podem resolver as mais graves dificuldades. Há uma linha de critério entre a prudência e a coragem, que é a linha de critério do verdadeiro estadista. V. Exa., durante o exercício da suprema magistratura da Nação, revelou ser esse homem possuidor de rara intuição da realidade, de coragem nos momentos necessários, de prudência quando era preciso. Desta sorte, podemos dizer que as instituições foram salvas por V. Exa. Assisti às noites dramáticas no Palácio do Planalto. Vi sua serenidade e sua firmeza; e a Nação inteira, hoje deve agradecer a Ranieri Mazzilli o grande serviço prestado à nossa Pátria.

O meu Partido, por meu intermédio, saúda V. Exa., regozija-se por tê-lo novamente na Presidência dos trabalhos desta Casa e eu, particularmente, exprimo a minha grande admiração, meu grande respeito por tudo quanto V. Exa. realizou nos dias agudos de angústia nacional. (*Muito bem. Palmas.*)

4. Crise no Sistema Parlamentarista

NEGA APROVAÇÃO AO NOME DE SAN THIAGO DANTAS PARA PRIMEIRO-MINISTRO

Sessão de 28 de junho de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, no desfile de líderes desta Casa, para tratar do importante problema da substituição do Gabinete demissionário, o meu Partido comparece tranqüilo e serenamente, sem o aceso das paixões e sem o mínimo interesse faccioso na composição dos governos, mas apenas escudado por uma firme doutrina da qual jamais se afastou. Muitas vezes temos sido acusados por atitudes assumidas em momentos dramáticos da vida nacional; mas nossa consciência é tranqüila, porquanto, acima de tudo, pretendemos preservar as instituições democráticas e as tradições cristãs da nacionalidade brasileira. Foi por esse motivo que, na crise de agosto do ano passado, subi a esta tribuna para pleitear a posse do Sr. João Goulart. Talvez, entre tantos que aqui falaram naquela oportunidade, nenhum tenha expressado o seu pensamento com maior isenção, porque entendi e entenderam o meu Partido e a bancada que lidero, que o momento era extremamente grave, que podíamos, se irrefletidos, lançar o País numa guerra civil. Aqui estive, portanto, expondo e firmando o nosso ponto de vista. Foi preciso coragem.

Nunca me esquecerei daquela tarde em que, em companhia dos membros de minha bancada e de nossos companheiros do Senado Federal, fui ao Gabinete do então Ministro da Guerra, General Odylio Denys. Lá encontramos o Sr. San Thiago Dantas e o Sr. Benedito Valadares. Havia naqueles instantes apenas boatos.

Não se concretizara a posição dos três Ministros militares. Indaguei de S. Exa., o Marechal Odylio Denys, qual era realmente a situação. S. Exa. respondeu: "É simples: onde desembarcar o Senhor João Goulart será preso". Ao que lhe retruquei: "Marechal, V. Exa. conta com a absoluta unidade do Exército?" Respondeu-me ele que sim. Indaguei se tinha alguma notícia do III Exército. Disse-me que estava tudo em ordem. Ao que lhe declarei: "Dentro de 24 ou 48 horas V. Exa. terá notícia em contrário". Saindo do Gabinete, o Sr. San Thiago Dantas, que ouvira idênticas palavras, me disse: "O aparte ao meu discurso com que o senhor me honrou há dias foi profético. Realmente, temos de mudar a política exterior do Brasil 180 graus para a direita. E hoje mesmo vou telefonar ao João Goulart, propondo-lhe que renuncie". Ainda há três dias, as testemunhas do seu telefonema para Paris

confirmavam-me que realmente ele telefonara. Era o momento crítico. Eu retruquei ao Sr. San Thiago Dantas: "Pois eu vou fazer o contrário. Vou daqui escrever uma carta ao Marechal Denys dizendo que é preciso dar posse ao Sr. João Goulart". E eu o fiz, e li essa carta aqui na sessão conjunta do Senado e da Câmara.

Muitos não me compeenderam. Aqueles que temiam o perigo comunista, denunciado pelos Ministros militares, acusaram-me de ter sido, naquela carta, fiador de um homem a quem conheço, cujo caráter, cuja índole, cujo temperamento, cuja mentalidade me eram bastante conhecidos – o Sr. João Goulart.

Hoje, aqui estou verdadeiramente emocionado e sensibilizado por vários motivos. Em primeiro lugar, pela afeição pessoal que desde o tempo da Ação Integralista Brasileira me ligou a San Thiago Dantas.

Era dos mais brilhantes doutrinadores integralistas. Formou sua cultura, como ele próprio declarou nesta tribuna, ao responder ao meu aparte, dentro das fileiras dos camisas-verdes.

Agradeceu-me aqui publicamente os serviços modestos que lhe prestei na sua juventude, quando formou sua cultura e a base de toda a brilhante trajetória com que depois iluminou a inteligência brasileira.

Realmente, o ilustre Deputado Manoel Novaes disse a verdade, quando declarou que não haviam dado as razões da recusa do Sr. San Thiago Dantas. Pretendo eu dar. E darei expondo um ponto de vista de ordem geral nacional e um ponto de vista de ordem doutrinária particular de meu partido.

Do ponto de vista geral nacional direi que realmente todos os oradores que aqui estiveram, nesta tribuna, trataram de problemas graves da Nação com vivo interesse, quase com desespero, os nossos desequilíbrios econômicos, os nossos desajustes sociais, a conseqüência do nosso avanço no sentido do desenvolvimento, criando as crises conseqüentes da inflação.

Falou-se do custo da vida. Falou-se do problema do Nordeste. Falou-se de tudo aquilo que nos aflige neste momento crucial da vida brasileira, que eu otimistamente considero uma crise das nações em crescimento. Sim, todos falaram. O próprio e eminente Sr. San Thiago Dantas expôs com rara lucidez esses problemas. A certa altura de seu discurso, vi eu o doutrinador integralista. Apenas S. Exa. falou em prioridade de problemas, esquecendo-se de que a nossa filosofia política, a nossa doutrina não considera prioridade para nenhum problema.

Nós, justamente por termos uma concepção integral do universo do homem, da sociedade e da Nação, acreditamos na inter-relação dos fenômenos, e afirmamos que não há soluções isoladas para nenhum problema, porquanto, ou resolvemos todos num planejamento, como ele próprio disse, porém pecando por falar em prioridade, ou não resolvemos nenhum. A Nação,

assim como o corpo humano, é constituída de órgãos, e esses órgãos se interferem, se intercorrespondem na harmonia do ritmo vital. É necessário realmente um planejamento, um largo planejamento que não descure setores da vida brasileira hoje abandonados.

Por que havemos de acusar este ou aquele partido, este ou aquele Governo, isoladamente, unilateralmente, por termos esquecido, por exemplo, o problema fundamental da agricultura? Acaso todos não se devem penitenciar por terem cuidado tanto do desenvolvimento industrial, tão necessário realmente à nossa Pátria, esquecendo-se de que a base desse desenvolvimento deve ser a agricultura? Acaso não vêem na lavoura norte-americana a base, o alicerce do grande surto daquele País, que em relação a todos os produtos é sempre o primeiro nas estatísticas do mundo?

Falou-se em reforma agrária. Entendo que o problema tem sido colocado, equacionado erradamente, porquanto se fala em primeiro lugar em terra, quando o termo homem deve ser colocado à frente. Que adianta dar terra, se não dermos saúde, instrumentos, financiamento, através do sistema bancário que olhe para este setor da vida brasileira, transporte, assistência técnica e principalmente a garantia de um lucro justo ao lavrador para estimular a produção? Em primeiro lugar, portanto, está o homem; em segundo, a terra, na sua diversificação de conceitos de minifúndio e latifúndio e das condições e natureza das diversas produções. Sim, falou-se de todos os problemas. Falou-se também no messianismo, que é preciso abandonarmos o messianismo, que não acreditamos em homens carismáticos. Então, por que motivo, se não queremos homens carismáticos e condenamos o messianismo, entendemos que somente o Sr. San Thiago Dantas poderá realizar este programa tão necessário e urgente para o País? Lembro-me, na minha mocidade, como simples repórter de um jornal, de discurso do Presidente Washington Luiz, de quem aprendi lições de nacionalismo e de brasilidade que nunca mais esqueci. S. Exa., disse: "Desgraçado o país que só conta com um homem". Acaso, Srs. Deputados, só contaremos com o Sr. San Thiago Dantas? Pelo contrário, entendo que S. Exa., apesar da sua grande cultura, do brilho de sua palavra, não é o homem adequado às circunstâncias. E não é adequado pelo simples fato de se ter assinalado demasiadamente numa determinada orientação política que provocou polêmica e debates em todo o País. Dizem muitos oradores que S. Exa., na sua política exterior, exprime os desejos do povo brasileiro. Pergunto: que é o povo brasileiro? Acaso é o povo que faz as agitações nas capitais? O Brasil é tão grande, tão vasto,que de toda parte sinto a crítica, a censura acerba à política exterior do Sr. San Thiago Dantas. Falam outros que ela é necessária para alargarmos nossas áreas de mercado. Estive há dias em Matão, Estado de São Paulo, e um grande citricultor contou-me pequeno episódio. Do mesmo modo como os geólogos conhecem um terreno por um simples corte ou um

paleontólogo pode reconstituir um mamute por um simples pedaço de osso, nós podemos reconstituir a realidade desse comércio exterior. Dizia-me esse citricultor que procurou o encarregado do comércio da Embaixada soviética para oferecer uma exportação de laranjas.

Respondeu-lhe o homem que só poderia aceitar laranjas trocadas por vodca. Retrucou o citricultor que isso não lhe convinha, porque não era negociante desse gênero, que no Brasil já tínhamos a nossa brasileiríssima cachaça. Ao que responde o russo: "Que é que lhe interessa"? – "Aceitarei adubo". E lhe é informado: "Isso não temos nem para nós suficientemente, quanto mais para lhe fornecer". Ora, nessas condições, essa política que parece ser tão aplaudida é execrada pelo povo brasileiro. E esta é a razão pela qual S. Exa. se tornou nome tão polêmico, nome que provoca contradições, neste instante em que são necessários, para realizarmos reformas de base, tranqüilidade, ordem interna, espírito superior, apaziguamento dos espíritos, a fim de levarmos a cabo essa grande obra de reconstrução nacional. Essa razão de ordem geral. Quanto à razão de ordem particular, está em que, desde o Governo Jânio Quadros, e antes mesmo, quando S. Exa. escreveu carta declarando a política exterior que iria praticar e a política interior, no sentido de reabrir o Partido Comunista, respondendo a S. Exa., afirmei que, de forma alguma, poderia levar sua missiva ao meu Diretório. S. Exa. propôs escrever uma segunda carta, no que foi impedido pelo Sr. Pedroso Horta, atendendo a que dessa forma perderia muitas áreas eleitorais.

Combati desta tribuna a política exterior do Sr. Jânio Quadros e, lamentavelmente, verificamos que o próprio Sr. Jânio Quadros afirmou na televisão de São Paulo que as forças ocultas estavam impedindo a aceitação do Sr. San Thiago Dantas, pelo simples fato de S. Exa. prosseguir na política de Jânio Quadros.

Nestas condições, por princípio, por doutrina, há 30 anos combatendo a infiltração comunista no Brasil e não vendendo a primogenitura de minha Pátria por um prato de lentilhas de uma mínima importação ou exportação, (*palmas*), colocando acima de tudo a dignidade nacional, a tradição cristã do Brasil, ouvindo os apelos dos prelados, como aquele de Santa Maria, que ainda ontem telegrafou ao Sr. João Goulart em termos verdadeiramente dramáticos, para pedir que não indicasse o Sr. San Thiago Dantas, prefiro ficar, meu Partido prefere ficar com o sentimento profundo da Nação brasileira, e não com as maretas de superfície, que fazem barulho, mas não constituem a profundidade do oceano. (*Muito bem.*)

Estamos com a alma da Pátria, com a tradição lídima do cristianismo brasileiro. E justamente porque S. Exa., sendo do Ministério das Relações Exteriores, caso nunca visto no Brasil, tem ido falar em sindicatos, permitindo-

se deixar o Itamaraty para propagandas verdadeiramente esquerdistas, votamos contra S. Exa., e concitamos a todos que amam o Brasil a votar contra S. Exa. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

Declaração de voto da bancada do PRP

A bancada do Partido de Representação Popular, ainda que tenha no maior apreço o Sr. Presidente da República e reconheça no Professor San Thiago Dantas uma das mais altas culturas e nobre vocação de homem público, entende, como dever de consciência, votar contra a indicação do ilustre ex-Ministro das Relações Exteriores, pelos seguintes motivos:

1.º) – O nosso País vive um momento em que, pelas circunstâncias do seu próprio desenvolvimento, ocorrem simultaneamente várias crises: a orçamentária; a econômico-financeira; a ocasionada pela desastrada linha de nossa mais recente política exterior; a do desequilíbrio sócio-econômico das diversas regiões do nosso território; a decorrente da mudança da Capital da República; a inerente ao processo de transição do sistema presidencial para o parlamentar; a de opinião pública pela aproximação do pleito eleitoral de outubro; e, sobretudo, a determinada pelas controvérsias relacionadas com as variadas interpretações dadas ao conceito da democracia representativa, tão evidentes na atuação de grupos e organizações extrapartidárias debilitadora das agremiações políticas e tendente a subtrair do Parlamento as suas prerrogativas.

2.º) – Em meio a estas dificuldades, afloram problemas da mais alta relevância, como a da Lei Agrária, da Reforma Bancária, da disciplinação dos capitais estrangeiros, da extinção dos trustes e monopólios, do barateamento do custo de vida, da reorganização administrativa, do ajustamento da lei eleitoral às realidades nacionais, cada um desses itens exigindo paz, tranqüilidade, ordem interna, união de todos os brasileiros sem ressentimentos nem choques de paixões facciosas.

3.º) – O Brasil precisa, no momento, de um Governo que não provoque nem exacerbe contrastes, mas some esforços, atento aos denominadores comuns que a todos unem: o amor à Pátria e à Unidade Nacional; o culto da Liberdade e o fortalecimento do sistema representativo; a urgente conciliação entre Direitos e Deveres, gerando a disciplina, a moralidade administrativa, a restauração da Autoridade, a Justiça Social, o Nacionalismo esclarecido, preservando nosso povo das espoliações de grupos financeiros externos e internos assim como da nefasta atividade do comunismo, quase se tornou hoje instrumento do imperialismo soviético. Esse Governo, de que o Brasil necessita, deve propugnar, com firmeza, a objetivação de tais idéias e sentimentos, unindo todos os nossos patrícios em torno da bandeira representa-

tiva das tradições cristãs da Nacionalidade e de uma política que vise ao fortalecimento da defesa de nosso Hemisfério.

4.º) – Não vemos no ilustre Professor San Thiago Dantas o homem adequado a tão grande e delicada tarefa. Desatento às realidades nacionais conhecidas de quantos convivem com as populações do nosso vasto interior, S. Exa. preferiu erigir-se em taumaturgo da demagogia esquerdista, dividindo e enfraquecendo a nossa unidade, incentivando, através de discursos e pronunciamentos incompatíveis com a dignidade de um Ministro do Exterior, a desordem social, a inversão dos valores, a subversão da ordem e o desenvolvimento, como conseqüência lógica do comunismo no país.

5.º) – Nestas condições, a Bancada do Partido de Representação Popular, que foi a primeira a lançar-se na ofensiva contra a política do ex-Presidente Jânio Quadros, no âmbito das nossas relações exteriores, e que continuou a combatê-la, quando verificou ser ela prosseguida pelo Gabinete Parlamentar e executada pelo Ministro do Exterior, não pode, neste momento, sem trair seus princípios doutrinários, aprovar o nome do Professor San Thiago Dantas.

Em conclusão:

Por unanimidade de seus membros, a bancada do Partido de Representação Popular, fiel à Pátria e desfraldando sua bandeira por Cristo e pela Nação, vota contra a indicação do ilustre Professor San Thiago Dantas para o cargo de Primeiro-Ministro.

Sala das Sessões, em ... de junho de 1962. – *Plínio Salgado – Oswaldo Zanello – Abel Rafael – Rubens Nogueira – Alberto Hoffmann.*

APROVA O NOME DO SENADOR AURO DE MOURA ANDRADE E DEFENDE O PARLAMENTO COMO ÚNICO MODO DE CAPTAR A OPINIÃO PÚBLICA

Sessão de 2 de julho de 1962

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Plínio Salgado, Líder do Partido de Representação Popular.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o episódio a que estamos assistindo nesta Casa revela a existência de nossa democracia e, muito ao contrário do que pensam os pessimistas, o funcionamento do sistema parlamentar.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção dos brasileiros, através desta tribuna, para os métodos de captação da opinião pública. Numa democracia verdadeira, existem órgãos específicos que são os partidos políticos. Desta forma, captando a opinião pública através das diferentes correntes e de seus matizes, os partidos produzem as Câmaras, trazendo para elas os representantes legítimos do povo. Não existem, não podem existir, de maneira nenhuma, outros órgãos especificamente indicados para composição de governos ou para influir na composição de governos, pois, do contrário, já não haveria democracia.

Da tribuna desta Casa propus, certa vez, para que não se desordenassem em atividades inespecíficas as organizações econômicas e trabalhistas, a criação de uma Câmara Econômica, em que se representassem as diferentes categorias de nossa produção, a fim de que colaborasse diretamente na obra governamental, cingindo-se às suas aspirações e aos conhecimentos técnicos acerca dos problemas que lhe são inerentes. Mas a Câmara Política é uma necessidade e um imperativo no funcionamento do regime democrático. Ora, desde que entrei nesta Casa, esta noite, e verifiquei um boletim assinado por respeitáveis e dignas organizações trabalhadoras, mas desenvolvendo uma crítica acerba ao funcionamento de nosso sistema, entendo que é dever de honra do Congresso manter a sua independência, como manteve um dia, enfrentando os impositivos de uma situação militar. Do mesmo modo como em agosto do ano passado, este Congresso se engrandeceu perante a opinião pública, dando posse ao Vice-Presidente João Goulart na suprema magistratura da Nação, da mesma maneira e em todas as oportunidades deve ser cioso de

suas prerrogativas e de seu mandato exprimindo a vontade do povo brasileiro. Não existe outro processo, outro método de captar a opinião pública, senão este de que falei. Esta Câmara, portanto, ao contrário do que dizem aqueles que a querem deprimir, esta Câmara é representativa do povo brasileiro.

Em todas as oportunidades, dentro desta Casa ou fora dela, não me tenho cansado de exaltar o Congresso, de exaltar a Câmara, porquanto, no dia em que não existir esta instituição, estarão abolidas todas as liberdades no Brasil.

Nesta condições é que venho dar o voto de meu partido, neste instante, examinando, ainda que rápida e sucintamente, as palavras aqui pronunciadas pelo Senador Auro de Moura Andrade, indicado pelo Presidente da República para Primeiro-Ministro. Ao contrário dos que entenderam inócuo e vazio o seu discurso, ouvi-o com toda a atenção e encontrei nele substância. O que não acontece é o seguinte: S. Exa. não usou a terminologia já clássica, dos cânones da demagogia vermelha. (*Muito bem.*) – Tratou serenamente dos problemas, usando os termos adequados. Por conseguinte, de minha parte mereceu a maior atenção e o maior respeito.

Este momento nacional, Srs. Deputados, está a exigir calma, tranqüilidade, para olharmos e resolvermos os problemas mais agudos que afligem as nossas populações. E aqui me lembro de Rudyard Kipling, quando, no seu famoso "Se", diz: "Se és capaz de manter a calma, quando todos a perderam e te acusam, és realmente um homem, meu filho". O Congresso Nacional está sempre no pelourinho. É acusado sempre, até por aqueles que dele fazem parte, como se fosse o culpado de todas as desgraças da Nação.

Nos discursos dos oradores que me precederam e no próprio discurso do Senador Auro de Moura Andrade, afloraram problemas da maior importância. Um deles, há pouco debatido pelo ilustre Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, foi o problema da inflação, da desvalorização da nossa moeda, das aflições conseqüentes para o povo brasileiro. Falou S. Exa. das causas, criticando o Senador Auro de Moura Andrade por abordar apenas os efeitos. Vamos às causas. Estou de pleno acordo com S. Exa., o brilhante Líder trabalhista, quando se refere à necessidade urgente da disciplinação dos capitais estrangeiros e da remessa de lucros. Estou de pleno acordo com S. Exa., quando também atribui à desorganização agrária uma das causas da situação econômica aflitiva que atravessamos. Mas S. Exa. se esqueceu talvez das causas principais. Uma, é o abandono em que tem estado nossa agricultura, sem financiamento, sem transporte, sem assistência técnica, entregue inteiramente aos especuladores, como frisou o Senador Auro de Moura Andrade, por falta de organização. A outra causa reside na antinomia entre o econômico e o social.

Pobre trabalhador brasileiro, pobre operário do Brasil! Os oradores da praça pública iludem-no há longos anos, prometendo-lhe aumentos de

salários, quando na realidade o empobrecem cada vez mais. Sabemos que o problema do operário está no barateamento do custo de vida, do preço das utilidades.

Certa vez, em 1931, num congresso operário, em Santos, tive ocasião de dizer aos trabalhadores daquele porto: "Patrícios, o vosso problema não se resolve aqui em Santos, mas lá no interior do Brasil, onde vossos irmãos estão de enxada em punho para produzir as utilidades de que necessitais".

Continuo a pensar assim. Prometem aumento. Dão aumento, mas esquecem-se da lei econômica, segundo a qual, elevando-se o custo da produção, há de aumentar o custo das utilidades.

Além deste acréscimo natural, vem o causado pelo medo, numa situação psicológica em que todo lavrador, todo comerciante, todo industrial, está a temer falência. E o medo acrescenta alguma percentagem. Vem finalmente a especulação desenfreada dos tubarões e traz outro acréscimo. Então, que aconteceu? O operário recebeu um aumento, suponhamos, de 40% e as mercadorias subiram em 80%, 100%. Ele, julgando estar mais rico, porque tem mais dinheiro no bolso, papel sujo, na realidade empobreceu, está mais miserável. E a conseqüência é que as classes médias, os militares e os funcionários não podem viver com esta agravação do custo de vida. Pedem aumento. Que acontece? Aumentamos os ordenados dos funcionários civis e militares. Mas, onde vai o Governo buscar dinheiro? Ou há de recorrer à emissão, não para fins produtivos, ou há de recorrer a impostos. Ambas as medidas elevam mais o custo de vida. Então, volta o demagogo à praça pública e vem prometer mais aumento de salários sabendo que está empobrecendo o operário. Conseqüência ainda maior: agravamos de tal maneira o custo de nossa produção que não podemos concorrer no mercado internacional. A maior parte de nossos produtos são gravosos. Essas coisas não se quer dizer, mas é necessário que se digam. Não minto ao meu povo, não minto ao operário, a quem amo pelo trabalho que desenvolve para a riqueza nacional.

Este e outros problemas afloraram dos discursos, aqui pronunciados, no meio da agitação que nada resolve.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há um trecho da oração do Sr. Senador Auro de Moura Andrade, ao qual minha bancada interpreta como deve ser interpretado à luz de nossa doutrina. S. Exa. disse: "A política exterior será mantida". Realmente a política externa do Brasil não pode ficar parada. Existe um Ministério para tratar da política externa. Por conseguinte, ela tem de ser mantida, seja qual for a sua orientação. Mas poderemos interpretar, ainda, a frase de S. Exa. como o respeito a compromissos anteriormente assumidos. No parágrafo adiante, entretanto, elucida-se perfeitamente o pensamento de S. Exa., quando diz que a política externa no nosso continente será orientada no

sentido da defesa das Américas, das liberdades dos povos do novo mundo, e isto satisfaz.

Entretanto, quero dizer que meu partido, dando seu voto favorável ao Senador Auro de Moura Andrade, aguarda a formação do Ministério, porque, na concretização do Gabinete, veremos as linhas precisas da sua política.

Eram as breves palavras que desejava dizer, porquanto minha bancada não se afasta um milímetro sequer da linha doutrinária que adota, não somente em relação à política interior, mas sobretudo à política exterior.

Estou convencido de que, esta noite, a Câmara dos Deputados se firmará no conceito da Nação.

Agradeço, aqui, publicamente, os telegramas que estou recebendo de todos os Estados, das regiões mais longínquas, pois o Brasil estava acordado e vigilante na noite e na madrugada de 28, e mostra-se contente com o ato praticado pelos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, justifico, assim, o voto que vamos dar favoravelmente à indicação do Senador Auro de Moura Andrade. (*Muito bem; muito vem. Palmas.*)

REJEITA O NOME DO PROFESSOR BROCHADO DA ROCHA

Sessão de 9 de julho de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente quero render, aqui, minhas homenagens à sinceridade e franqueza com que hoje se exprimiu perante esta Casa o Sr. Francisco Brochado da Rocha, indicado pelo Sr. Presidente da República para ocupar o lugar de Primeiro-Ministro.

O ilustre Professor, em reunião matinal com os chefes de partidos nos havia declarado que o seu contacto era apenas cordial, de cortesia, mas que iria exprimir com toda a sinceridade e franqueza os seus pontos de vista acerca dos problemas nacionais no discurso que pronunciaria nesta Câmara.

De fato, todos os partidos, sem exceção, desconheciam inteiramente os propósitos e os princípios doutrinários de S. Exa., de tal modo que foi necessário suspender a sessão, marcando outra para muitas horas depois, a fim de que analisadas fossem as suas expressões e tomadas as deliberações dos partidos.

Entendi que este final de crise política, que não cabe, de nenhum modo, ao sistema parlamentar, nem deve ser a ele debitado, mas a circunstâncias pessoais dos homens públicos do Brasil, é de tão grande importância, que escrevi as razões do voto de minha bancada. E como a homens francos e sinceros só se pode responder com franqueza e sinceridade, assim farei. Nestas condições, declaro à Casa o seguinte:

De quanto ouvimos e anotamos no desenvolvimento do discurso do Sr. Professor Francisco Brochado da Rocha, pudemos fazer uma classificação das matérias na seguinte ordem:

1) problemas imediatos de natureza política;

2) problemas mediatos de legislação e administração.

Entre os primeiros, destacam-se: *a)* o plebiscito; *b)* a delegação de poderes; *c)* os poderes constituintes ao Congresso, na próxima Legislatura.

Subordinou S. Exa. as suas possibilidades de governo à aceitação, pelos Partidos e pelas bancadas desta Casa, desses três itens, que declara fundamentais ao exercício da sua investidura.

A delegação de poderes está prevista no Ato Adicional. Será matéria a ser discutida pelo Congresso, que examinará os objetivos específicos da outorga, em ocasião própria. Aparentemente, nada temos a opor, como forma constitucional e ato decorrente da soberania do Congresso.

No entanto, o problema se vincula – indiscutivelmente – à orientação ideológica do Governo acerca de determinadas questões, cuja solução deve cingir-se a critérios que iremos deduzir da explanação doutrinária e programática do Primeiro-Ministro e do Gabinete, não podendo a Câmara dar, *a priori*, uma amplitude excessiva à delegação.

Relativamente aos poderes constituintes que S. Exa. reclama para o novo Congresso, a instalar-se no ano próximo, o Partido de Representação Popular entende tão desnecessários quanto inoportunos. É verdade que, no ano passado, fui um dos que assinaram o projeto favorável a essa proposição; mas as condições do País eram outras, de maior tranqüilidade e sem a exacerbação das paixões, o que não acontece agora. Nossa atitude é semelhante à de Bernardo Vasconcelos, quando declarou: "Fui liberal, até o dia em que a liberdade não atentava contra a própria liberdade." Ora, se o momento brasileiro é de agitação promovida por interessados em destruir as nossas instituições, começando por negar a legitimidade da representação popular para recorrer a outros instrumentos constitucionalmente ilegítimos de captação e coordenação orgânica da opinião do povo brasileiro, bem se pode imaginar o que será a constituinte que se reclama. Decorrerá num ambiente de impensada demagogia, de debates tumultuosos, reproduzindo, em escala possivelmente maior à de 1823, dissolvida por D. Pedro I. As greves políticas a que já temos assistido, as desordens verificadas no Estado do Rio, o clima de ameaças ao Congresso, trarão ao País condições inadequadas à solução urgente dos problemas mais aflitivos do País. Além do mais, se pensávamos e pensamos na necessidade de introduzirmos certas reformas, que viriam dar organicidade política e administrativa à Nação, conforme expus em discurso aqui pronunciado sobre a criação de uma câmara econômica, transformando uma realidade social em realidade institucional, entretanto, julgamos que, para os objetivos de que nos falam, ou seja, a reforma agrária, a disciplinação dos capitais estrangeiros, a reforma bancária e outras, não temos neste instante necessidade de alterar a nossa Carta Magna.

Ocorre-me lembrar – pois a História é sempre mestra da vida –, o acontecido na Rússia, em 1917. Vinham os bolcheviques se batendo incessantemente pela Constituinte. Esperavam, como assinala Kautski e Rosa de Luxemburgo, obter maioria eleitoral e compor uma maioria parlamentar. Realizadas as eleições, obtiveram, apenas, em 32 milhões de eleitores, somente 4 milhões, isto é, um oitavo dos votos. Resolveu Lenine, que se tinha apoderado dos sovietes (organização anteriormente alheia ao comunismo), exercer pressão sobre a maioria do Congresso Constituinte, mediante proclamações e desordens de rua. Dois problemas principais se apresentavam: o da reforma agrária e o da forma de governo (exatamente o que se dá hoje no Brasil). A maioria

parlamentar era favorável à reforma agrária, mas os comunistas acusavam-na de apresentar proposições insuficientes e ineficientes e logo passaram a apontar os mencheviques, sociais-democratas e sociais-revolucionários, como elementos da reação burguesa.

É preciso dizer que, no dia da abertura da Constituinte, o Povo, em massa, veio manifestar seu apreço e entusiasmo por aqueles deputados que realizavam, enfim, o velho sonho de liberdade abafado pelo Czarismo. Mas os dirigentes soviéticos atacaram o povo à bala. O restante do episódio é narrado por Chernov, Presidente da Constituinte, eleito por 244 votos contra 150. As galerias se encheram de comunistas. Os deputados – quase na sua maioria socialistas – nao puderam falar. No meio do tumulto, o Soviete de Petrogrado enviou seu programa exigindo que os constituintes respondessem *sim* ou *não*. Repelida a exigência, os deputados comunistas retiraram-se de plenário, mas voltaram depois, generalizando-se a desordem. A Assembléia, amedrontada, votou os seis pontos básicos da reforma agrária, mediante os quais todas as terras passariam a ser propriedade comum. Mas, apesar disso, os comunistas, agora vitoriosos, prosseguiram nos tumultos, sendo assim encerrada a sessão e designada outra para o dia seguinte, enquanto na rua continuavam os distúrbios e assassinatos, inclusive de deputados que se retiravam. Na manhã seguinte, a Constituinte, que durara um dia, estava dissolvida e o golpe de Estado desferido com a implantação do comunismo.

Esta página de Victor Chernov alerta-nos para o perigo de uma constituinte em períodos de agitação e tensão pré-revolucionária. Por esse motivo, meu Partido não pode concordar com o Professor Brochado da Rocha quando subordina as possibilidades de seu Governo aos poderes constituintes do próximo Parlamento. Aliás, cumpre notar uma contradição de S. Exa., ao declarar ser-lhe indispensável essa medida e, ao mesmo tempo, dizendo que deixará o Governo em 31 de janeiro próximo.

Reservamos, propositadamente, o assunto do plebiscito para nossa terceira consideração. Deseja o ilustre professor – e também subordina a medida à viabilidade de seu Governo – que se realize o plebiscito de que trata o Ato Adicional, com brevidade. Até certo ponto, S. Exa. tem razão. Fomos um tanto excessivos, marcando essa consulta ao povo para nove meses antes do término do mandato do atual Presidente da República, pois isso dá a entender que o parlamentarismo foi talhado sob medida para o Sr. João Goulart. O bom senso, porém, nos aconselha a que não nos precipitemos, quando o parlamentarismo mal começa a dar seus primeiros passos, encontrando, como é natural, as dificuldades de um período de transição. Que se diminua o prazo, meu Partido está de acordo, mas que se consulte o povo, antes dele saber, ao menos, o que é parlamentarismo, e antes que o parlamentarismo produza seus efeitos, julgamos uma leviandade. Todos sabemos como foram difíceis os primeiros

tempos do sistema parlamentar no Império e quanto ele se consolidou e teve feliz vigência durante mais de meio século. Como havemos de sentenciar sobre um sistema que, após 70 anos de presidencialismo, conta apenas dez meses? Este é um ponto de divergência entre a bancada que lidero e o eminente Professor Brochado da Rocha.

Passando aos problemas mediatos, de legislação e administração, insurgimo-nos contra o voto ao analfabeto, que S. Exa. defende e que faz parte do programa do Partido Comunista. Cumpre dizer que meu Partido foi o primeiro a propor essa medida em nosso País, porém com as indispensáveis restrições necessárias a evitar o estímulo à ignorância, à desordem e à confusão que o sufrágio universal, com amplos direitos aos iletrados, poderia acarretar, partindo do princípio de que o voto é uma deliberação que se toma em face de um assunto conhecido. O analfabeto pode, quando muito, votar para vereadores e prefeitos, pois a escolha se refere às qualidades e virtudes pessoais que qualquer habitante do Município, seja alfabetizado ou não, conhece perfeitamente. Mas ampliar o voto do analfabeto a deputados, senadores, governadores e presidente da República, se estivermos no Presidencialismo, será um absurdo, uma loucura, um estímulo no sentido de que ninguém julgue necessário aprender a ler ou escrever. A medida proposta é retrógrada. Somos contra ela.

Anunciou o Sr. Professor Brochado da Rocha certo entusiasmo pela escola pública em detrimento do ensino particular. Também somos contrários a essa idéia, não só por atentar contra legítimos direitos da família, como por desconhecer a pobreza e insuficiência do Estado Brasileiro.

Sobre política externa, S. Exa. expôs o mesmo pensamento do ex-Presidente Jânio Quadros, seguido servilmente pelo Ministério das Relações Exteriores do Gabinete demissionário. Somos contrários e já dissemos, inúmeras vezes, os motivos, da tribuna desta Casa.

Além de todas estas divergências, observamos que o ilustre Professor não se referiu, em nenhuma passagem de seu discurso, ao problema mais grave que inquieta a Nação; o da ordem interna. Todo o Brasil, pelas famílias cristãs que formam as células municipais, pelos homens de bem que representam o verdadeiro pensamento nacional, pela voz de numerosos sacerdotes e prelados, exprime o seu receio, as suas apreensões, em face do desenvolvimento e avanço do comunismo e de seus órgãos de agitação e propaganda, em nosso País, desenvolvimento e avanço que se precipitaram, desde o início da política exterior do Sr. Jânio Quadros, seguida nefastamente pelo primeiro Governo parlamentarista, com muito maior velocidade.

Fala-se em plebiscito, para se saber se devemos ser presidencialistas ou parlamentaristas, mas não se fala em consultar o povo sobre essa política exterior que nos arrasta, dia a dia, com suas repercussões internas, par a órbita da Rússia Soviética.

Alega-se que fazemos agora uma política independente. Não é verdade. O reatamento de relações com a Rússia foi-nos imposto pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, através do emissário Stettinius, que nos impôs o dilema: ou tomávamos essa providência ou não poderíamos fazer parte da ONU. Foi o Marechal Dutra que rompeu com essa subserviência, cortando nossas relações diplomáticas com um Governo que interfere na vida interna dos povos para a vitória do Imperialismo Soviético. Estranhamos que S. Exa., que se referiu, e com toda a razão, às espoliações do capitalismo estrangeiro em detrimento do povo brasileiro, tenha-se esquecido de mencionar – uma vez só que fosse – ao outro polvo que arranca das Nações mais do que os seus bens materiais, a sua liberdade, a sua soberania e pretende destruir todas as nossas tradições cristãs. Não basta sermos cristãos, precisamos agir como cristãos, na defesa e sustentação da bandeira de Cristo e da Nacionalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com pesar, com grande mágoa, que sou obrigado a expender estas idéias contrárias ao Sr. Professor Brochado da Rocha, eminente intelectual, homem de bem, indicado pelo Presidente da República para Primeiro-Ministro. O momento nacional exige que não consideremos as pessoas, mas as circunstâncias, as condições do País e as linhas ideológicas que se nos apresentam. Sou escravo da doutrina que adoto há 30 anos. Minha bancada não tem liberdade diante da doutrina que esposa, propaga, defende e sustenta. Compreenderão isso os meus patrícios do Rio Grande do Sul, mesmo aqueles de quem divirjo neste instante, mesmo o Sr. Brochado da Rocha, tão cheio de virtude dos pampas generosos. Compreenderão neste plenário, nas coxilhas e nas cidades rio-grandenses, onde porventura me estejam escutando, porque ninguém melhor do que o rio-grandense-do-sul pode compreender esta atitude minha e de meu partido, manifestada sem ofensa a ninguém e desejando que esse governo, que parece irá transitar vitoriosamente neste plenário, realize o mais que possa pela felicidade da Nação.

Mas, sem desprimor a quem quer que seja e sem o menor agravo, firmamo-nos em nossos princípios doutrinários de luta contra todos os movimentos que, consciente ou inconscientemente, arrastem o País para a desgraça total da perda de sua liberdade, sob o guante terrível do estado totalitário soviético.

Nestas condições, para que os rio-grandenses me entendam, porque muito os amo, pela afinidade que têm com minha vida de lutas constantes de Quixote na defesa de seu pensamento, repetirei aqui a palavra daquele formidável orador do Império e da República, cuja voz retumbou no Parlamento brasileiro e nos ensinou as mais altas lições de civismo – Silveira Martins, quando disse: "Idéias não são metais que se fundem." (*Muito bem, muito bem. Palmas.*)

EXPLICA ATITUDE PESSOAL, COMO LÍDER DO GRUPO PARLAMENTAR DOS PEQUENOS PARTIDOS

Sessão de 12 de julho de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não precisarei aqui repetir os motivos doutrinários e de coerência partidária que levaram minha bancada a votar unanimemente contra o nome do Sr. Professor Brochado da Rocha, nem irei rememorar fatos ocorridos nas últimas 48 horas. Direi, apenas, que venho à tribuna dar o depoimento do meu Partido e, ao mesmo tempo me colocar na posição em que me encontro, de intérprete do Grupo Parlamentar dos pequenos partidos. Esse grupo é integrado pelo PDC, PTN, PRP, PST e PRT. Honraram-me esses partidos com sua confiança, animados pelo pensamento de que, para haver verdadeira representação democrática nos governos, os pequenos partidos não poderiam ser olvidados, e, então, somaram seus esforços, determinando que, em todas as oportunidades, ficasse eu incumbido de conduzi-los para o objetivo dessa representação.

Nestas condições, difícil foi minha situação depois da votação que aqui tivemos para a escolha do Primeiro-Ministro. Como Presidente do PRP, a posição era nítida e definida. Fomos contrários. Os pequenos partidos, à maneira do que aconteceu com os grandes partidos, inclusive com essa brava e vigilante UDN, que declarara da tribuna estar dividida, eles também se dividiram, havendo em seu seio votos contrários e votos a favor.

Não poderia eu, como intérprete desse grupo, fugir à responsabilidade, que me havia colocado sobre os ombros, de conduzi-lo para quaisquer conversações a respeito da organização do Governo. Mas, dada a posição do meu Partido, sentia-me inibido, eis que na noite de anteontem fui despertado por um telefonema do ilustre Professor Brochado da Rocha, que me perguntava, em termos afáveis, como é da sua natureza e temperamento, se eu lhe poderia dar a honra de tomar um café com S. Exa. Aquiesci e compareci. S. Exa. me declarou que os pequenos partidos lhe haviam dito que eu deveria falar em seu nome. Nestas condições, convoquei os representantes desses pequenos partidos, que ali estiveram em reunião com S. Exa., já aprovado Primeiro-Ministro. Após a conversação mantida, redigi uma carta para, na manhã seguinte, dar resposta àquilo que S. Exa. esperava de nós.

Essa carta foi redigida nos seguintes termos:

"Brasília, 11 de julho de 1962.

Ilustre patrício Professor Brochado da Rocha.

Agradecendo a sua honrosa convocação e a cordialidade com que me acolheu em nosso encontro de ontem, venho, de conformidade com a nossa conversação decorrida na presença dos representantes dos pequenos partidos constituídos em bloco parlamentar, cuja delegação me foi pelos mesmos atribuída, comunicar a V. Exa. o seguinte:

1 – O bloco é representado por 41 Deputados, 3 Senadores e 3 Governadores de Estado.

2 – Em reunião, ontem mesmo realizada, dos líderes das diversas bancadas, ficou resolvido – em vez de apresentar lista de preferências, em ordem prioritária decrescente, em relação às pastas ministeriais, como V. Exa. sugeriu – declarar, a fim de melhor facilitar os entendimentos e gestões de V. Exa. junto aos demais grupos partidários, deixar inteiramente ao seu arbítrio a designação do setor governamental que julgar dever caber ao bloco dos pequenos partidos.

3 – Em relação ao meu partido, que integra o bloco, é dever de minha parte, para ficar bem clara a posição de minha bancada e a minha própria, dizer que, nessa composição, o PRP, tendo em vista a atitude, por motivos doutrinários e não pessoais, assumida na oportunidade da votação na Câmara do nome ilustre de V. Exa., não dará nomes, devendo a escolha recair em personalidade pertencente a outras legendas que, com ele, formam o bloco parlamentar; e, ressalvadas as posições doutrinárias tomadas e expressas no meu discurso da noite de 9, não criará a menor dificuldade ao Governo de V. Exa. em tudo quanto este propuser para atingir os altos objetivos a que V. Exa. se referiu, em nosso encontro, para benefício da Nação.

Aguardando a deliberação de V. Exa., a fim de promover imediata reunião dos líderes do bloco e dar a V. Exa. um nome que, pela sua capacidade intelectual e moral, possa contribuir para elevar e projetar o Gabinete diante do povo brasileiro, é com o maior apreço que me subscrevo. – *Plínio Salgado*, Delegado do Bloco Parlamentar dos Pequenos Partidos."

Como se vê, os pequenos partidos não criaram dificuldades. O meu colocou-se na posição devida à sua coerência, cioso da dignidade da bancada da agremiação e de minha própria, como seu Presidente. Sempre, nas ocasiões de crises, foi meu objetivo praticar aquilo que recebi como conselho principal na minha infância, de minha principal mestra que foi minha mãe: fazer tudo com grandeza, nada com pequenez. Entendi que nós, do Partido de Representação Popular, não poderíamos cooperar, neste Governo, mas nossa atitude devia ser aquela enunciada tão patrioticamente pelo nobre Deputado Raul Pilla: não uma oposição ferrenha, sistemática, destruidora, arbitrária, mas clarividente e disposta a apoiar tudo aquilo que for útil à vida da Nação, aos interesses do povo brasileiro. Também pesava sobre minha consciência este grave problema: se o Professor Brochado da Rocha estiver empenhado em realizar um Gabinete que

exprima o que de melhor tem o Brasil entre seus homens públicos, não deverei eu abandonar os pequenos partidos que me deram essa incumbência de concertar o modo de sua cooperação. E, se não participo dela, não devo, de forma alguma, impedir que eles participem, se quiserem.

Esta era a minha atitude, porque o momento do Brasil é grave e tudo que fizermos no sentido de conjurar a crise atual e dar governo ao País, será serviço à Nação.

Os antigos reis portugueses, antes de acometer qualquer empresa, costumavam chamar os teólogos e perguntar-lhes se aquilo seria serviço de Deus. Era o tempo em que as grandes responsabilidades dos homens públicos se exprimiam naquelas admiráveis páginas de Rei Dom Duarte, que ensina, em seu *Leal Conselheiro*, que nos exemplos dos grandes colhem, os pequenos, doce fruto.

A tradição de grandeza nos estadistas brasileiros tem-se amesquinhado dia a dia. Já não temos aqueles vultos de alta responsabilidade que iluminaram com seus maravilhosos clarões os tempos do Império e vieram refletir-se, durante a primeira República, na personalidade daqueles varões cujas memórias reverenciamos com o maior respeito. Dir-se-ia que perdemos a noção da personalidade nacional e das altas responsabilidades que incumbem aos estadistas de nosso tempo, em relação a um período histórico que se apresenta com a gravidade daqueles em que ocorrem crises sociais e econômicas, que é preciso resolver.

É lamentável, profundamente lamentável, que o parlamentarismo encontre estes primeiros tropeços, não por parte dos Deputados e dos partidos, mas por uma ação externa, que impede, de todas as maneiras, a todos os indigitados Primeiros-Ministros organizarem seu Gabinete. Sinto, no atual momento nacional, a preocupação de amesquinhar, de degradar, de destruir o Congresso. (*Muito bem.*) Tudo lhe é atribuído, todas as culpas pelos erros ou omissões do Executivo são debitadas ao Congresso, que é o representante legítimo da vontade do povo brasileiro e aos partidos, captadores das diferentes correntes de opinião que se exprimem nesta Casa.

É por isso que lendo ontem, nos jornais de São Paulo, a grave denúncia feita pelo Sr. Ademar de Barros, numa cadeia de televisão, não pude deixar de intimamente congratular-me com S. Exa., quando denunciou ao povo a existência de uma conspiração comunista em marcha, mascarando-se de todos os modos, mas pretendendo destruir esta muralha defensora das liberdades individuais e públicas que é o Congresso Nacional. (*Muito bem.*)

Nestas condições, meu partido, neste instante, quer hipotecar ao Congresso a que pertence a sua solidariedade irrestrita, no sentido de elevá-lo, engrandecê-lo, porque ele, neste momento de crise, ainda representa a garantia única da liberdades do povo.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por tudo quanto acabo de dizer, evidenciado fica que as dificuldades encontradas pelos homens indicados pelo Presidente da República para o cargo de Primeiro-Ministro não ocorrem nem nas áreas do Congresso, nem nas áreas dos partidos.

Quanto ao resto, raciocine, deduza e conclua a Pátria brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

NEGA APROVAÇÃO AO GABINETE BROCHADO DA ROCHA

Sessão de 13 de julho de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deus sabe as lutas que tive de enfrentar várias vezes, nos anos recentes de minha vida pública e envolvendo a responsabilidade de meu Partido. Uma, por ocasião da diplomação dos Srs. Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart, quando redigi o chamado "manifesto dos partidos", apesar de ter sido também candidato, para que se criasse uma opinião pública no sentido de evitar se impedisse a posse daqueles a quem a Justiça Eleitoral considerava eleitos.

Grande clamor – e até de amigos a quem muito prezo – se levantou contra mim, mas, firme e decidido, não me limitei a redigir o documento, que foi assinado por grande número de Deputados e Senadores – fui ao rádio, falei, empenhei-me vivamente para preservar a Constituição e a Lei.

Passam-se os tempos e, quando aqueles mesmos que me acusavam por haver tomado esta posição se viram ameaçados em processo que se pretendia mover contra o Sr. Carlos Lacerda, minha bancada – e nesse tempo não tinha eu a honra de me sentar numa destas cadeiras – assumiu atitude corajosa contra o Governo e em defesa daqueles que nos criticaram anteriormente por aquela atitude assumida.

Decorrem outros anos. Chegamos à crise de agosto último. Deus sabe a luta que enfrentei para sustentar a legitimidade da posse do Sr. João Goulart. Fui longe. No momento em que havia grande pressão militar, dirigi-me ao Ministro da Guerra, falei-lhe francamente e lhe escrevi depois a carta conhecida desta Casa. Fui mais longe: fazendo parte da Comissão Mista do Senado e da Câmara, ali me bati ardentemente pela posse do Sr. João Goulart. Fiz mais: tendo sido S. Exa. acusado de tendências comunistas, dei minha palavra de homem que há trinta anos luta contra a ideologia soviética, palavra que envolvia, como afirmei categoricamente e expressamente na carta a que aludi, uma fiança, por mim dada, na certeza de que S. Exa. tem uma formação nacional brasileira, é homem de equilíbrio e de bom senso, incapaz de co-participar das idéias destruidoras dos alicerces das instituições do Brasil e das tradições cristãs da nacionalidade.

Passam-se meses, e eis-me agora representando meu partido e exprimindo minha própria opinião, na mesma linha de coerência.

Aceitei o sistema parlamentar e jurei defendê-lo, como penhor e segurança da posse do Sr. João Goulart, para encontrar uma saída naquele instante em que a Nação estava ameaçada de guerra civil. Se, para empossar S. Exa., submeti-me ao alvitre que se levantou, no sentido de se encontrar a maneira mais suave de conciliar as duas parcialidades antagônicas, agora devo cumprir minha palavra, porque guardo para mim o exemplo histórico daqueles que me ensinaram lições de honradez e lealdade e, principalmente, daquele Egas Muniz, o varão português que, havendo o seu rei faltado com a palavra ao rei da Espanha, pôs uma corda no pescoço, dirigiu-se ao monarca espanhol e pediu-lhe que o enforcasse, porque a promessa que fizera em nome do monarca por quem falara não tinha sido cumprida. É teor de minha vida do qual jamais me afastei. Por isto, pergunto agora: Porventura não estamos vivendo sob a regência do sistema parlamentar? Por acaso o sistema parlamentarista não é aquele que deve dar ao governo uma base parlamentar? E como dar ao governo a base parlamentar? As práticas, regras e costumes, nos países que adotam este sistema ensinam: o Primeiro-Ministro deve ter conversações com os líderes de bancadas e chefes de partido, pois não há outro meio para colher a soma de opiniões e procurar a linha do equilíbrio em que deverá manter-se o governo a constituir-se.

Por isso, pelos motivos doutrinários dos quais sou escravo, não obstante a consideração e respeito que me merece a personalidade do Sr. Francisco Brochado da Rocha, lamentei divergir, mas minha bancada votou contra S. Exa. Houve por bem S. Exa., com alto espírito público, nas primeiras demarches para constituir o Governo, telefonar-me. Imediatamente atendi ao seu apelo, como o atendeu o ilustre Deputado Raul Pilla. E, tendo sob minha responsabilidade a interpretação do pensamento do bloco dos pequenos partidos, com S. Exa. entrei em conversação e em carta que lhe dirigi e que li desta tribuna declarei-lhe que meu Partido não tomaria parte no Governo, não reivindicava nada, não se julgava com direito a isso porque tinha votado contra, mas que não impedia os pequenos partidos de colaborarem no Governo e me prontificava a ser deles o intérprete, como de fato fui. Eis que, de repente, quando aguardávamos a resposta de S. Exa. no sentido da composição do Ministério pelas diversas correntes partidárias desta Casa, fomos surpreendidos, primeiro, com a comunicação de S. Exa., por intermédio da Presidência da Câmara, de que já se encontrava preparado para trazer à nossa consideração o Gabinete que, certamente, já havia formado. Segunda surpresa, quando S. Exa. pediu dilatação do prazo para realizar esse Gabinete. Terceira surpresa, quando S. Exa., sem ouvir os partidos, como é de praxe, costume, regra do sistema parlamentar, organizou o Gabinete.

Foge, portanto, a constituição desse Gabinete às linhas orientadoras do sistema parlamentar. E, como para facilitar a posse do Sr. João Goulart, aceitei o

sistema, não tendo sido anteriormente seu apóstolo, entendi dever de lealdade sustentar esse sistema, porque não dei a palavra minha, de meu partido, apenas num episódio passageiro; dei-a para a permanência dos compromissos e cumprimento dela.

Segundo motivo que eu desejava expor, e rapidamente, já que meu tempo se vai esgotando, é o da própria constituição do Gabinete.

O Sr. Brochado da Rocha revelou, no caso de que tratarei, aquela honestidade e franqueza inerentes aos homens dos pampas, que tanto admiro. Poderia ter calado à Casa acerca do fato que foi nova surpresa para nós. S. Exa. afirmou que um dos Ministros indigitados se recusara a aceitar o cargo e que alguns outros, ouvi eu – e muitos outros, anotou a taquigrafia – ainda não haviam dado resposta. Então, que iremos aprovar? Que teremos de aprovar, se não recebemos até agora confirmação de que estes poucos, alguns ou muitos, ainda não deram resposta ou deram resposta?

O terceiro motivo, é óbvio; meu partido o lamenta. Pela fidelidade que manifestou ao Sr. João Goulart, em quem votou para Vice-Presidente e a quem, posso dizer, de certa forma garantiu a eleição – porque seria eu candidato e retirei a minha candidatura para descarregar a votação em S. Exa. –, a fim de demonstrar esta fidelidade a S. Exa., jurou fidelidade ao sistema parlamentar.

Então, agora, vejo-me em situação de triste constrangimento para quem estima um amigo, um amigo cuja convivência tanto me honrava quando estávamos no Rio, e com quem então longamente conversava, cheios de mútua confiança, acerca de problemas nacionais. E malgrado veja nomes respeitáveis, tecnicamente suficientes, no Gabinete proposto, como líder de minha bancada e Presidente de meu Partido, sou forçado a dizer, que não poderemos dar ao Gabinete nosso voto de apoiamento. (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

ANALISA O PARLAMENTARISMO E NEGA APROVAÇÃO AO NOME DO PROFESSOR HERMES LIMA

Sessão de 28 de dezembro de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente. Srs. Deputados, serei o mais breve possível, porquanto tenho a impressão de que não somente o Parlamento, mas a Nação inteira já se encontra fatigada pela sucessividade de pequenas ou maiores crises criadas pelo artificialismo dos que pretendem impedir o funcionamento do sistema por nós adotado.

Quero dizer de início que nada pior para a sensibilidade – e direi mesmo, para o sentimentalismo emocional – do político do que a coerência que se impôs mediante uma linha doutrinária irreversível. Assim nas sucessivas crises a que temos assistido, a posição da minha bancada e a minha própria têm, muitas vezes, violentado amizades pessoais, sentimentos de admiração e respeito por personalidades que tivemos de rejeitar.

Nestas condições, breves serão as minhas palavras neste instante para dizer que começamos a divergir do Executivo desde os tempos do presidencialismo do Sr. Jânio Quadros, quando S. Exa. traçou normas para a política exterior do Brasil nada condizentes com os interesses da Nação. Em seguida, sobrevindo o parlamentarismo, em conseqüência da crise que todos conhecemos, veio o governo do Sr. Tancredo Neves. Votamos, minha bancada e eu, favoravelmente. Esperávamos uma mudança de orientação no tocante a nossa política externa; entretanto, foi no governo de S. Exa. que o Sr. San Thiago Dantas praticou uma política cujas normas também de maneira alguma condiziam com os supremos interesses nacionais e à defesa da liberdade das Américas. Sobrevindo a crise pela renúncia do Gabinete Tancredo Neves, foi clara a atitude de minha bancada. Coerente com a sua linha doutrinária, não aceitamos o nome do Sr. San Thiago Dantas que tinha sido o fator da política julgada por nós nefasta ao Brasil. Aceitamos o nome do Sr. Auro de Moura Andrade, que não pôde realizar o Gabinete, não por culpa dos partidos, que abriram mão de todas as reivindicações para facilitar-lhe a composição do Ministério, mas, por culpa daquelas forças externas ao Parlamento que atuaram no sentido de impedir-lhe por todas as maneiras, e da maneira dramática, conforme assisti nas reuniões a que estive presente, que compusesse o seu Gabinete. Veio em seguida indicado o nome do Sr. Brochado da Rocha. Ouvindo o discurso de S. Exa. verificamos que era a mesma a

linha política que se continuava a seguir no Brasil em nome de uma coisa que se chama povo, mas que na realidade não passa de uma movimentação de pelegos vermelhos no sentido de compelir a Câmara a realizar seus desejos de traidores da Nação. Fomos contrários. Em seguida, aprovado o seu nome, veio o seu Gabinete e, coerentemente, meu Partido votou contra. Fomos um dos 62 Deputados que votaram contra um Gabinete, que se apresentava pela metade, quando tínhamos que aprovar globalmente e havia apenas metade aqui presente. Dizia o Primeiro-Ministro que os demais não haviam respondido se aceitavam ou não o cargo. Finalmente, a minha bancada assistiu às conversações, demarches, transações que foram tão desprimorosas para a nossa Casa e que deram como resultado a situação que aí está. Vemos que o povo brasileiro inteiro verifica que o atual Governo presidido provisória ou transitoriamente pelo Sr. Hermes Lima continua a insistir em uma política contrária à índole da Nação e aos desejos mais profundos do povo brasileiro. Nestas condições, é com pesar que, sendo amigo antigo, talvez o mais antigo dos amigos do Sr. Hermes Lima nesta Casa, porquanto companheiros fomos nos tempos da boêmia literária de São Paulo, quando debatíamos os problemas, ainda sem interesse direto em nossas posições políticas e quando convivíamos em leitura e em interpretação dos autos, sendo dos mais antigos amigos de S. Exa. e admirador do seu talento, entretanto, minha bancada e o meu Partido não se podem conformar com o Governo de S. Exa., justamente porque segue a mesma linha por nós combatida desde o Governo Jânio Quadros e na sucessividade dos Gabinetes. Portanto, por coerência, por obediência a uma doutrina, por dignidade pessoal, minha bancada e eu votaremos contra o nome de S. Exa. (*Muito bem. Muito bem. Palmas.*)

ANALISA O PRONUNCIAMENTO DO PROFESSOR HERMES LIMA E TECE CONSIDERAÇÕES SOBRE A LIBERDADE DE VOTAÇÃO NO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR

Sessão de 6 de dezembro de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do meu Partido é pequena, nesta Casa, mas sente que sobre ela estão todos os olhos da Nação, pela atitude doutrinária, pela coerência que tem mostrado em todo o processar das crises suscitadas ultimamente em nosso País. Sentimos que a Nação nos fiscaliza, que a Nação olha para nós no momento de extrema gravidade nacional em que alguns homens públicos de responsabilidade, esquecendo-se, entretanto, dessa responsabilidade, fazem com que o País caminhe para a anarquia, para o desastre, para os rumos da esquerda, que a alma da nação repele.

Cônscia dessa responsabilidade, minha bancada, em cada crise se reúne e debate o problema, para em seguida assumir a atitude mais condizente com a confiança e a esperança da Nação.

Depois do discurso ontem pronunciado pelo Primeiro-Ministro Hermes Lima, a quem devoto a mais alta consideração, apreço e estima pessoal, o problema se põe diante de nós sob dois aspectos; primeiro, o aspecto que chamaria teórico ou doutinário; segundo, o aspecto da realidade prática. Quase que poderíamos invocar o filósofo Kant, quando escreveu a *Crítica da Razão Pura* e a *Crítica da Razão Prática.*

Do ponto de vista doutrinário, ontem ouvi, com a maior atenção, o discurso de S. Exa. E ainda que haja motivos para esta ou aquela restrição, em suas linhas gerais, minha bancada não se deu por malsatisfeita, porquanto, em pontos fundamentais, como na política exterior, tivemos a impressão de que houve, após meditações profundas, reconsiderações que se tornaram patentes.

Nessas condições, entendemos que o discurso do Primeiro-Ministro nos colocou perfeitamente à vontade para depositarmos confiança, ainda que limitada, na ação de S. Exa.

Mas, entrando no terreno da razão prática, verificamos, primeiro, pelos discursos que acabamos de ouvir com a maior atenção, que o Ministério não oferece aquela unidade de pensamento e segurança de direção capazes de inspirar absoluta confiança ao povo brasileiro. O próprio Sr. Primeiro-Ministro, num passo do discurso, divergiu inteiramente do Sr. Ministro da Justiça, no tocante

ao problema do plebiscito. Pelas palavras do líder do Partido Trabalhista Brasileiro, discordando da demissão do Ministro do Trabalho e já prenunciando a demissão de alto funcionário, também nesse setor, não houve perfeita unidade de pensamento no tracejar os rumos da nossa política exterior. Notamos certa desordem: ministro de determinadas pastas a tratar de assuntos que lhes não competem, por pertencerem a outras pastas. E percebemos com tristeza, com amargura, desde o início da política de Jânio Quadros, que foi de revigoramento, de estímulo às forças esquerdistas, direi, para ser mais claro, aos elementos comunistas do Brasil, que essa linha seguida por todos os anteriores gabinetes é também seguida por este. A infiltração ideológica do comunismo no ensino, em altos postos da administração pública e até nas Forças Armadas tem sido denunciada por homens da maior responsabilidade perante o País. Seria pretender ocultar a verdade, lançar um véu sobre o que realmente existe, calar a este respeito. Não podemos calar, porque tudo é patente, tudo é visível, é tangível a qualquer momento em que observarmos certos aspectos de setores da vida pública.

Entre os discursos aqui ouvidos, um que me impressionou, pela serenidade da análise e pela apreciação dos fatos, foi o do Deputado Munhoz da Rocha. S. Exa. exerceu crítica percuciente, clarividente, e expôs com tal lógica a situação do Gabinete e sua orientação, que se tinha a impressão, de início, de que S. Exa. iria optar pela negativa. S. Exa. é homem de Estado, uma das mais brilhantes personalidades desta Câmara e uma das inteligênciass mais lúcidas que me tem sido dado o prazer de conhecer. S. Exa. termina, de um ponto de vista objetivo, dizendo que dada a provisoriedade deste Gabinete, dado o momento nacional, que não comporta nova crise; que, apesar de todas as restrições críticas aqui emitidas, votaria favoravelmente, ainda que houvesse votado contra a indicação do Primeiro-Ministro.

Ouvindo esses discursos e considerando a situação, pergunto: E meu Partido, que votou, ainda com todo o respeito, acatamento e admiração pelo Professor Hermes Lima, contra a indicação do seu nome, como se portará agora, em relação ao Gabinete que nos apresenta?

O ilustre Deputado Almino Afonso apresentou-nos uma galeria de retratos e, nessa galeria, encontramos realmente homens que merecem confiança. Mas, como disse, o Gabinete não tem unidade, porque há outros que não merecem confiança, havendo mesmo um deles que não foi gentil para com o Congresso, nas suas considerações acerca do plebiscito. Que posição adotará o meu Partido? Se considerado o ponto de vista da doutrina aqui exposta pelo Primeiro-Ministro, até mesmo nas suas omissões, nada temos a opor contra o seu Gabinete, porque não poderemos entrar nas intenções profundas e na análise psicológica de S. Ex.ª para garantir ou deixar de garantir o cumprimento de quanto aqui expôs. Mas não haveria dificuldade em aprovar o Gabinete.

Entrando na ordem dos fatos práticos repugna-nos aprovar Gabinete que não tem unidade e está consentindo, por negligência, por omissão ou por co-participação, nas intenções daqueles que querem destruir as instituições brasileiras, nessa infiltração galopante das forças da esquerda em nosso País.

Mas, considerando a conclusão do deputado Munhoz da Rocha, ficamos em dúvida. Convirá criar-se agora, neste instante, uma crise, se o Gabinete é provisório, se vai ter curta duração? Então, decidimos, depois de debatermos, como é nosso costume, para tirarmos conclusões, decidimos por coerência, votar contra o Gabinete, pois que votamos contra o Primeiro Ministro, ainda que S. Exa. tenha exposto ontem suas idéias com as quais nos conformamos e as quais plenamente aceitamos. Mas se esse Gabinete ainda é o mesmo, se não tem unidade, se possui os mesmos males que estávamos observando e sobre os quais somos interpelados freqüentemente por manifestações de cartas e telegramas de todo o País, então teríamos de votar contra.

Trata-se, porém, de questão interpretativa e meu Partido, ainda que se diga ter algo de totalitário em suas decisões não tem; nele há plena liberdade de discussão, embora também haja um conceito de disciplina, de dignidade e coerência que não abandonamos. Então, resolvemos que aqueles que votaram já contra o Primeiro-Ministro, estando aqui presentes, devem seguir a linha da coerência e votar contra o Gabinete. Mas se algum membro da bancada esteve ausente, está, portanto, libertado e fica-lhe livre e inteiramente aberto o terreno para que também considere, para que reflita, para que interprete e para que dê o seu voto com plena liberdade.

De modo geral, a bancada vota contra e é sempre com pesar que o fazemos. Mas a coerência doutrinária é dura para aqueles que a ela se submetem. Se, porém, alguém entender poventura, apreciando as considerações que eu mesmo acabo de fazer e apreciando os demais discursos aqui ouvidos, entender de votar diferente, desta vez seus companheiros não o advertirão.

Esta é a posição da bancada do PRP e a minha pessoal, a respeito deste problema que se põe diante da Câmara, neste momento tão grave da vida brasileira.

O Sr. Aurélio Vianna – Desejo prestar apenas um esclarecimento. V. Ex.ª falou que o Gabinete não tem unidade, e citou como exemplo, as opiniões emitidas pelo Professor João Mangabeira. Desejo declarar a V. Ex.ª que não existe qualquer contradição entre o pensamento de João Mangabeira e o do Professor Hermes Lima. O primeiro declarou, na entrevista publicada no dia 5 de dezembro, no *Correio da Manhã*, que havia opinado como cidadão. É um constitucionalista que, interpretando o Ato Adicional n.º 4, combinado com a Lei Complementar n.º 2, concluí que, logo após o plebiscito, proclamados seus

resultados, se favorável o povo ao presidencialismo, assumiria a direção do Governo, como Presidente de um país presidencialista, o Sr. João Goulart. Qual a opinião do Professor Hermes Lima? Que, na forma da Lei Complementar n.º 2, é da competência da Câmara organizar, dentro de noventa dias, a Constituição do novo sistema. Mas essa também é a opinião de João Mangabeira, isto é, ser da competência da Câmara organizar a nova Constituição. Apenas ele omite seu pensamento sobre a data, o tempo em que o Presidente da República assumirá a direção da nau estatal, como Presidente de um país presidencialista, e sobre isso o Professor Hermes Lima não se manifestou. Se é que ouvi bem sua exposição feita ontem, referiu-se à organização do novo sistema pelo Congresso, ou pela Câmara dos Deputados. Se estou enganado, então, relendo o discurso de S. Ex.ª, darei a mão à palmatória. Mas conversei longamente com o Ministro João Mangabeira, ouvi dele o que está publicado na imprensa, em diversos jornais do dia 5 de dezembro. O constitucionalista falou, opinou, deu sua opinião que não foi contraditada até hoje por qualquer dos Ministros. Era, nobre Deputado, o que eu gostaria de expor, se é que teria qualquer validade para a formação do pensamento de V. Ex.ª sobre o assunto da unidade a base da opinião do Primeiro Ministro, coisa que a meu ver não aconteceu.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Nobre Deputado Aurélio Vianna, já tinha dado por terminadas minhas considerações. Entretanto, pelo apreço que lhe devoto, ouvi o seu aparte, que merece agora uma ligeira resposta.

Já não se entende mais nada neste País. A propósito, por exemplo, da questão de Cuba, as primeiras declarações oficiais do Governo foram umas e posteriormente já eram outras. Fala-se determinada coisa hoje, amanhã interpreta-se nas entrelinhas, já não é mais aquilo. As coisas no Brasil ora são, ora não são. Eu me louvei na opinião de quase todos os Deputados desta Casa, que têm bons ouvidos e ouviram. Eu também não sofro da audição e pelas palavras do Professor Hermes Lima senti claramente que houve uma divergência. Se V. Exa. interpreta de maneira diferente, é um ponto de vista seu.

Mas não é este o caso que está em debate e sim o caso do Gabinete e, como disse, está tomada a posição do meu partido. *(Muito bem; muito bem. Palmas.)*

ENCERRAMENTO DA LEGISLATURA DE 1962 E DEFESA DO PARLAMENTO

Sessão de 15 de dezembro de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido de Representação Popular, pela sua bancada e através da minha palavra, não poderia deixar de se pronunciar neste instante, no término da presente legislatura, quando nos separamos para, dentro em breve, nos reunirmos novamente, para prestar serviços à Nação.

Quero exprimir aqui, em nome da minha bancada, em primeiro lugar, as homenagens que rendemos aos nossos pares, pelo muito que realizaram, e a V. Exa., pela alta direção dos nossos trabalhos, na qual se revela, cada vez mais, o homem em quem podemos depositar inteira confiança pelas suas grandes qualidades de parlamentar e de estadista.

Sr. Presidente, esta Legislatura, conforme V. Exa. mesmo acentuou, enumerando os seus grandes serviços, foi uma das mais ativas desde 1946. Cumpre salientar este fato, porquanto, de tempos a esta parte, há um propósito deliberado de procurar desmoralizar a Câmara e apresentá-la ao povo brasileiro ao reverso do que ela na realidade é. Esta intenção de destruir a única barreira das liberdades públicas em nosso País manifestou-se, principalmente, nos 7 meses de Governo do Presidente resignatário Jânio Quadros. Lembro-me quando, em maio do ano em que renunciou, palestrando com S. Exa. mostrei-lhe como lhe seria fácil obter a simpatia de uma Câmara cheia de patriotismo para as medidas e providências que S. Exa. julgava necessárias ao seu Governo e à Nação. Respondeu-me S. Exa. dizendo que não estava disposto a cortejar parlamentares. S. Exa. tem, realmente,um temperamento arbitrário, com tendências à ditadura. Durante os meses do seu consulado, começou a campanha contra a Câmara, campanha que partia do próprio Poder Executivo; o qual instituiu em cada Capital dos Estados um Gabinete de sua Casa Civil, com o objetivo de colher as reivindicações das diversas zonas o País, pondo de lado, inteiramente, aqueles que, representantes do povo, estavam mais familiarizados com as necessidades, de cada região. Renunciando S. Exa., a Câmara elevou-se no conceito da Nação, pela atitude varonil que assumiu nos sucessos de agosto daquele ano. Realmente, comprimida de um lado pela pressão dos chefes das pastas militares, a Câmara não recuou no seu propósito de fazer cumprir a Constituição, dando posse ao Vice-Presidente da República que, então, do estrangeiro, se encaminhava para o nosso País. Ao mesmo tempo,

a Câmara sofria pressão de outras forças, que procuravam demagogicamente tirar partido de uma situação anormal e, ponderando sobre os justos receios dos três chefes militares que se louvaram em discurso pronunciado por S. Exa., o Sr. Vice-Presidente da República, na China Comunista, a Câmara entendeu de criar um dispositivo, que pudesse controlar o arbítrio excessivo do sistema presidencial, que já nos tinha dado provas, em muitos passos da vida brasileira, o quanto é perigoso este sistema quando não se tem à frente um homem de sensibilidade política, equilíbrio e bom senso.

A Câmara, nestas condições, não transigindo, nem para o lado militar, nem para o lado da demagogia solta em nosso País, resolveu uma grave questão, impedindo que o Brasil fosse lançado na desgraça de uma guerra civil, do que só poderia tirar partido o comunismo.

A Câmara e o Senado devem ter crescido na opinião pública. Mas, apesar disso, a campanha surda, e muitas vezes ostensiva contra o Parlamento, continuou e continua. Criaram-se *slogans*, dizendo: são inoperantes, são negligentes, são governados por grupos financeiros, não dão *quorum*, vivem passeando, e isto começou a circular por todos os círculos da sociedade brasileira.

Não podemos negar que isto se deu e ainda continua a dar-se, mas, por isso mesmo, a exposição brilhante de V. Exa., Sr. Presidente, sobre os trabalhos desta quarta legislatura, demonstra a nossa operosidade, o sentido de nossa responsabilidade e, diante de certas considerações verdadeiramente magistrais do seu discurso, o povo brasileiro pode perceber perfeitamente, mesmo aqueles que nos criticam, que se goza de liberdade de opinião, de imprensa, de rádio, de televisão, de comícios, de reclamações, de greves, é porque existe o Congresso Nacional.

É o Congresso Nacional a garantia das liberdades públicas e privadas. No próximo dia 6 de janeiro, o eleitorado vai-se pronunciar sobre o sistema presidencial e o sistema parlamentar. Vai tornar sua deliberação. Seja qual for o resultado das urnas – e não é difícil prevê-lo, dada a máquina de propaganda que já está em ação –, seja qual for o resultado, é preciso que se saliente, e que fique bem firme na consciência dos brasileiros que o Congresso Nacional é a garantia única da suas liberdades.

Diz realmente V. Exa. que pode haver um governo sem o Poder Legislativo, mas não é o governo de que a Nação necessita. Um governo sem o Poder Legislativo há de certamente inspirar-se e informar-se com as injunções de camarilhas. Necessariamente se formarão, em seu redor, camarilhas de cortesãos, de afeiçoados, que nem sempre são os técnicos especialistas versados nas diversas questões que mais importam aos supremos interesses da Nação. Não haverá possibilidade de reclamação, de crítica e, então, sem que queiramos com isto prever de maneira nenhuma que os homens que hoje estão no Poder

Executivo assim procedam, mas examinando a frio a questão, poderemos dizer que essas camarilhas de técnicos, ou pseudotécnicos, interessados em manter a influência de certas facções, que só conseguem viver à custa da cornucópia governamental, poderão levar o País a uma situação de negociatas, de enriquecimentos ilícitos, de injustiça praticada contra todos aqueles que não estiverem na lista dos apaniguados e dos favorecidos pelo poder. Nestas condições, ao terminar esta quarta legislatura, que foi notabilíssima pela atuação política e pacificadora do País, quero chamar a atenção do povo brasileiro para que lute denodadamente no sentido de impedir quaisquer tendências ditatoriais ou golpistas, no sentido de eliminar este Poder, que, como V. Exa. muito bem o disse, é o Poder que controla o poder que detém os excessos do poder.

Sejam, com estas minhas palavras, também as homenagens a quantos colaboraram conosco na obra legislativa da presente legislatura – os funcionários desta Casa, a imprensa credenciada junto à Câmara dos Deputados, mas, principalmente, renovando aqui as homenagens iniciais deste meu breve discurso, a todos os membros da Câmara, legítimos representantes do povo, e que são os únicos, tão únicos que não devem de maneira alguma, nos próximos anos, deixar-se demover pelas injunções de organizações existentes para objetivos específicos entre os quais não estão incluídas as finalidades políticas. A todos aqueles que representam legitimamente o povo nesta Casa, rendendo as homenagens da minha bancada, quero manifestar a V. Exa., Sr. Presidente, símbolo de toda a nossa ação na presente Legislatura, todo o respeito, acatamento, consideração, apreço e estima, que os Deputados nesta Casa votam a V. Exa. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

HOMENAGEM A RANIERI MAZZILLI

Sessão de 30 de abril de 1963.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, a bancada do meu Partido não poderia deixar de pronunciar-se neste momento em que V. Exa. recebe da unanimidade desta Casa as expressões de suas homenagens. Nestas condições, o Partido de Representação Popular também se associa ao regozijo da Casa pela volta de V. Exa. à Presidência dos nossos trabalhos.

É V. Exa., no atual momento brasileiro, um vulto que se impôs à confiança da Nação. Com V. Exa. vivi dias os mais graves e agitados do País, asssistindo a todas as suas medidas e providências no sentido de preservar as instituições e garantir a vida da República.

Queira V. Exa. receber da minha bancada, por meu intermédio, a expressão do mais vivo regozijo pelo seu retorno a esta Casa e as homenagens mais sinceras do Partido de Representação Popular. (*Muito bem.*)

5. Pródromos da Revolução de 1964

ANALISA A DESORDEM NACIONAL/INTERNACIONAL E CONSIDERA A RESPONSABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO

Sessão de 26 de setembro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizia Alberto Tôrres, num de seus livros, que as verdades mais simples são as mais infelizes. Realmente, há uma tendência do espírito humano para buscar as maiores complicações e complexidades, as quais, agravadas pelo tumulto dos facciosismos, trazem a maior confusão entre os povos.

No momento, aproveitarei o pequeno tempo que tenho entre o apaixonado discurso que precedeu ao meu e o outro que virá depois, do Deputado João Mendes, para falar de uma coisa simples: a ordem nacional. E não falarei da ordem nacional sem, preliminarmente, fixar minha atitude de intérprete dos fatos históricos, sociais, econômicos e políticos. A minha atitude se prende a conceitos filosóficos por mim adotados e que têm sua origem, preliminarmente, no meu espiritualismo cristão e, em seguida, na firme confiança que deposito na ciência, nas suas experimentações e na técnica da ciência deduzida. Nestas condições, entendo que nosso País não vive nem segundo as normas do cristianismo espiritualista, nem segundo os impositivos científicos dos tempos modernos, que nos dão critérios técnicos para a solução dos problemas. Pelo contrário, perdemo-nos ou em exaltações líricas e românticas de um socialismo inconseqüente ou no empirismo das soluções que não se aprofundam no cerne dos problemas.

Direi, de início, que é preciso nos atermos à consideração da ordem universal; é a ordem preestabelecida. Tudo neste mundo obedece a uma harmonia perfeita, desde o equilíbrio dos astros, segundo a lei descoberta por Newton, até o equilíbrio no recesso da matéria, conforme nos revela a física nuclear. Este equilíbrio manifesta-se no nosso próprio corpo, na harmonia funcional dos órgãos e na euritmia das glândulas de secreção interna. Sempre que fugimos das leis naturais do equilíbrio e da harmonia, perdemo-nos em divagações estéreis e não chegamos àquelas conclusões tão desejadas pela ânsia de felicidade do homem moderno.

Diz Aristóteles que a política é a arte de realizar a felicidade do homem. Ora, pergunto: que é felicidade do homem? Eu não poderei saber o que seja felicidade do homem sem primeiro saber o que seja o próprio homem. E nós, em nosso tempo, perdemos inteiramente a noção do próprio ser humano. Já não sabemos o que somos. A partir do racionalismo do Século XVII e do

naturalismo do Século XVIII vimos as mais variadas concepções acerca do ser humano.

Para apenas citar algumas, direi que, para Locke e Wolff, o homem é uma associação fenomênica; para Stuart Mill, um conjunto de sensações; para Bergson, uma continuidade de consciência; para Freud, em nossos tempos, apenas o sexo; para Karl Marx, somente o homem econômico; para Rousseau e os enciclopedistas, tão-só o homem cívico; para Frederico Nietzsche, não passa de uma transição, de acordo com a teoria de Darwin e dos transformistas, para atingir o tipo do super-homem. Mas, afinal, que é o homem? Como saber o que é sua felicidade se primeiro não soubermos o que é o próprio ser humano? Disse, há pouco, que definiria minha atitude em face dos problemas segundo uma radicação filosófica. E, para mim, o homem é aquele ser definido pela Patrística, principalmente por Boécio, que afirma: o homem é uma dualidade consubstancial exprimindo-se numa unidade substancial, isto é, corpo e espírito – tem necessidade do corpo e necessidades do espírito.

Portanto, para atender aos reclamos da felicidade humana, cumpre aos políticos, seguindo o critério aristotélico, buscar a realização plena do ser humano do ponto de vista material, físico, e do ponto de vista espiritual. Assim também entendeu o filósofo Emmanuel Kant, quando dizia que temos uma realidade subjetiva e uma realidade objetiva, de onde nascia a noção do direito, que é a conjugação das duas realidades e suas categorias, assim como Krauser, definindo o direito como realização da essência do Homem.

Vemos, nos tempos modernos, clamor geral por direitos – somente direitos – esquecendo-se todos dos deveres. Ora, o direito é um meio pelo qual se cumprem os deveres e dos deveres precedem os direitos, porque aqueles são inerentes à própria natureza humana.

Como sabermos a finalidade de uma coisa? Se eu quero saber qual finalidade deste copo, vejo sua forma, sua substância, seus atributos, e chego à conclusão de que a finalidade dele é conter líquidos. Se quero saber qual a finalidade daquela lâmpada, examino, também, sua natureza, substância, forma e direi: é feita para iluminar. Como saber a finalidade do homem, da qual decorrem seus deveres, mediante os quais nascem os seus direitos?

Examinando seus atributos. Os atributos do homem são, em primeiro lugar, conforme reconhecem os próprios materialistas, sua racionalidade, racionalidade que determina a sua liberdade. Por conseguinte, é mister, por que eu realize a felicidade deste homem, que lhe dê a liberdade plena de sua realização pessoal a fim de que possa cumprir os deveres para consigo e para com a sociedade onde vive.

Vendo, pois, que tudo no universo está subordinado a uma ordem admirável, me surpreendeu ouvir, nesta Casa, um orador negando o direito natural, que é inerente ao ser humano e jamais foi negado, nem pelos

racionalistas alemães, nem pelos naturalistas franceses. Mesmo aqueles que não crêem em Deus, que não crêem na alma humana, consideram o homem um ser natural, fonte de direitos naturais e deveres naturais.

Ora, o que observo em nosso País é a desordem generalizada, porque se esqueceu o homem público brasileiro de definir o ser humano e buscar nas soluções políticas e econômicas a realização da felicidade de cada um. A desordem se generaliza. Fala-se, por exemplo, da inflação, do aumento do custo de vida, do desamparo em que se encontram as classes populares.

Mas, ninguém vai à raiz da questão: uns, porque dela não cogitaram; outros, porque, cogitando, têm medo da impopularidade.

Citarei dois fatos ocorridos comigo.

Encontrava-me em Curitiba e deveria fazer um comício em Paranaguá. Na véspera, o ilustre Sr. João Goulart, atual Presidente da República, fizera um comício naquela cidade, ao lado do meu prezado amigo Senador Maculan, seu co-partidário.

Perguntaram-me o que eu ia falar e me informaram:

– Jango prometeu aumento de salário.

Eu disse:

– Declararei aos operários do porto, a esses a quem vou pedir votos, que serei contra o aumento dos salários.

Julgaram-me enlouquecido. Entretanto, fui, falei e ganhei as eleições. Por quê? Falei a verdade com sinceridade e os operários me entenderam.

O Brasil está sofrendo grande crise em conseqüência da mística salarial.

Certa vez, o ilustre Presidente Juscelino Kubitschek que costumava comunicar-se com os líderes de todos os partidos, indistintamente, quando desejava mandar alguma mensagem ao Congresso, reuniu-nos no Palácio das Laranjeiras e apresentou projeto para contenção de preços. Foi lido, comentado e eu me conservei no mais absoluto silêncio. Olhava-me ele de vez em quando, como a desafiar-me, mas continuei silencioso. Já me havia retirado e, quando transpunha o portão, um contínuo foi chamar-me, porque o Presidente queria falar-me. Voltei e ele me perguntou:

– Por que razão o Senhor se conservou silencioso?

Respondi:

– Sr. Presidente, o que direi agora não queria falar diante de tantas pessoas. Vou ser franco: Julgo o projeto de V. Exa. inútil e ineficaz.

– Mas como? Por quê?

– Porque é artificial. A realidade brasileira é a seguinte. Existe no Brasil uma antinomia entre o econômico e o social. Enquanto o Ministério da Fazenda estabelece seus esquemas, planifica uma ação, por outro lado, a ação social daqueles que vivem quase sempre à sombra do Ministério do Trabalho,

desencadeia uma política salarial que destrói qualquer plano do Governo, no sentido de melhorar a nossa moeda e equilibrar nossos orçamentos.

S. Exa. chamou o Ministro Lucas Lopes, a quem transmitiu minhas ponderações. E pediu-me para conversar com ele algum tempo. Conversei com o Ministro da Fazenda nesta tarde e o Sr. Juscelino Kubitschek, que tem a virtude – sempre teve essa virtude – de não ser vaidoso, de não ser teimoso, o que prova inteligência – somente o nada-inteligente é teimoso – não mandou o projeto à Câmara.

Realmente, Srs. Deputados, é uma malvadeza que se faz ao operário brasileiro iludi-lo com aumentos de salários. Por quê? Vejamos. Nós não podemos contrariar as leis naturais da economia. Se eu fabrico este copo por 10 cruzeiros, e passo a fabricá-lo por 15, não poderei mais vendê-lo por 12. O aumento da mão-de-obra determina o aumento do preço da utilidade. Segundo: fator psicológico. Com a oscilação do valor da nossa moeda, o descalabro em que andamos, o industrial e o comerciante vivem tremendo de medo de falência. Ele diz: – "Hoje eu vendo por 2 o copo, amanhã, com a desvalorização da moeda, quando for comprar outro para vender, vou comprar por 30". Fica com medo. E este medo carrega também no preço. Terceiro fator: a especulação. Abre-se margem à especulação para os chamados tubarões, para aqueles que realmente tiram partido da desgraça do povo para encher suas arcas. Então, o operário que recebeu 40 por cento de aumento, vê com tristeza que não foi aumentado, foi diminuído, porque pela correlação dos fenômenos todas as mercadorias subiram. Como os vasos comunicantes, em física, o aumento de umas coisas, eleva o preço das outras. Então o operário está ganhando menos, com papel sujo no bolso.

O Sr. Carneiro de Loyola – Geralmente os industriais não vendem o que produzem hoje, vendem o que vão produzir amanhã. Evidentemente, se esperam aumento de mão-de-obra ou de qualquer outro fator, essa venda passa a ser feita sob nova base.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente. Mas, vejamos as conseqüências. Os funcionários e os militares terão agora que viver pagando o preço das mercadorias conseqüente do aumento daqueles salários, que não adiantou nada para o coitado do operário. Reclamam. Então, nós aqui aumentamos os funcionários e os militares e levamos a Nação a um déficit orçamentário astronômico. Onde vai o Governo buscar dinheiro para pagar os funcionários e os militares? Só tem dois caminhos: ou carregar a Nação de impostos, ou emitir. Qualquer das duas medidas determina o aumento do custo de vida. Então o operário está mais desgraçado. Então as greves, de que falava Doutel de Andrade, são fenômenos inevitáveis, são reações naturais

levando as categorias dos trabalhadores a reivindicar remédio ao seu desespero. Nada mais explicável. Quarenta e tantas greves no atual regime presidencial; sessenta e tantas no regime parlamentar. Mais de cem greves, em tão pouco tempo, demonstram que o organismo social está doente. Ninguém grita se não estiver com alguma dor ... É evidente. Nestas condições, grita outra vez o demagogo: vamos aumentar os salários. E o coitado do operário é novamente burlado; novamente se lhe mente; novamente os militares e funcionários pedem aumento; novamente se lhes dá; novamente se emite; e não há meios de se conter a marcha acelerada da destruição do Brasil.

Esta é a realidade. É a desordem orgânica. O País está doente. É preciso coragem para dizer essas verdades simples a que se referia Alberto Tôrres e que ele dizia que são tão infelizes. Em conseqüência mesmo do estado de espírito, do aumento do custo de vida, as classes intelectuais se perdem em elucubrações, se atormentam; mil teorias aparecem e o romantismo socialista, que se esquece das conquistas científicas e técnicas de nosso século, vem ainda colocar mais achas nessa fogueira do desespero nacional. Acenam com esperanças impossíveis de se realizarem segundo os processos empíricos adotados pelo homem público brasileiro.

Essa a pequena mensagem que desejava dirigir aos Srs. Deputados neste momento tão grave da vida de nosso povo. Vemos a inversão dos valores que é conseqüência da própria confusão em que vive a Pátria, vemos as variadas interpretações dos fatos políticos, mais considerados pela paixão que pelos critérios firmes e frios dos raciocínios lógicos. Fala-se que estamos no presidencialismo. Eu não creio. No parlamentarismo, o Presidente da República tinha muito mais autoridade, muito mais poder político, porque agora eximindo-se o Governo das responsabilidades perante o Congresso, subordina-se a organizações espúrias que lhe exigem, que lhe lançam ultimatos, como ainda agora se viu na presente crise político-militar. Então, em vez de consultar os órgãos institucionais, consultam-se os órgãos extralegais, que nem constituem mesmo entidades jurídicas, que são meras organizações de caráter revolucionário.

Srs. Deputados, em 1948, realizou-se em Montevidéu um Congresso da CTAL, Confederações dos Trabalhadores Latincs Americanos. Como se sabe essa organização está ligada ao KOMINTERN.

Presidiu-a o Sr. Lombardo Toledano, do México; vice-presidiu-a o Sr. Roberto Morena, do Brasil; secretariou-a uma jornalista do nosso País. Eu li as conclusões desse Congresso, ou seja o que se tornava necessário na América Latina para se levar rapidamente nossos países ao comunismo. Uma delas era criar animosidade entre o povo brasileiro e o povo americano, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Aliás, isto foi feito na China. Foi o caldo e cultura que encontraram Mao Tsé-tung e Chou En-lai; outra, agravar cada vez mais o

custo de vida para levar o povo a situações revolucionárias. Comecei a acompanhar essa ação desde 1948 e verifiquei que se tem realizado ponto por ponto. A mola, o pivô é a mística salarial, iludindo-se o pobre do operário, cada vez mais necessitado, no regime do "quanto mais ganha mais pobre", agravando o Orçamento da República com os aumentos sucessivos dos militares e dos funcionários civis; encarecendo-se de tal maneira a mão-de-obra, que não podemos concorrer no mercado exterior pelo que diminui o volume de divisas de que carecemos; realizando uma política portuária e marítima que tem sido a desgraça da Nação. Basta dizer que, recentemente, contou-me o Secretário de Agricultura de São Paulo o seguinte: na ocasião em que havia grande falta de arroz no Sul, o Maranhão tinha superprodução. Estudou-se o meio de comprar 500.000 sacas. Mas o preço por que ficavam com o serviço de portos e a cabotagem era muito mais elevado do que aquele que estávamos pagando na ocasião. Resolveu-se embarcar o arroz em navio americano, mandá-lo para o Porto de Tampa, na Flórida, reembarcá-lo em Tampa, e, assim, ele chegou mais barato. Isto é um verdadeiro despautério. O embarque de uma saca de cacau no porto de Ilhéus fica em 2 dólares e meio. Ao preço por que está o dólar, podem V. Exas. calcular quanto custa uma saca de cacau para exportação.

Cada vez mais se agrava a situação brasileira pelo encarecimento do frete nas ferrovias.

Recorremos às estradas de rodagem. A PETROBRÁS, para cobrir seus déficits, aumenta o preço da gasolina, e, logicamente, temos aumentado o preço do arroz, do feijão, do milho, do tomate, da batata etc. É uma desorganização geral.

Costumo dizer por pilhéria que, no Brasil, temos a desorganização mais bem organizada do mundo. Mas o caso não é para rir, numa situação destas, é para chorar. É uma nação desgovernada, sem critérios científicos, sem a responsabilidade moral que decorre do conceito espiritualista da existência, que nos diz que teremos de dar contas dos atos que praticamos neste mundo perante o Eterno. O homem que toda a noite, ao deitar-se, não põe a mão na consciência, a perguntar se durante o dia praticou algum ato ou disse alguma palavra em detrimento de seu semelhante ou da sociedade em que vive, não é homem em que se possa confiar. Já este conselho dava o filósofo Sêneca, conselho de que Nero não se aproveitou, pelo que fez o triste governo de que a Hitória nos dá notícia.

Primeiro, portanto, a responsabilidade moral, a consciência perante Deus. Na prática, a ciência, a técnica. Então vivemos nós numa época científica e técnica e nos regemos por métodos empíricos de charlatães? É assim que querem continuar a viver? E os problemas, em vez de serem estudados na sua profundidade e debatidos com aquela elevação superior dos homens cônscios

de suas responsabilidades, são debatidos ao sabor das paixões políticas, com palavras demagógicas e não-representativas das verdades evidentes que saltam aos nossos olhos.

Esta a situação nacional. Não me alongarei mais, apesar de todos os apontamentos que tomei das numerosas e infinitas desordens que se manifestam em todos os campos da atividade brasileira, porque desejo ouvir a palavra do ilustre Deputado João Mendes, cujo tempo não quero furtar. Fico por aqui, dizendo, Sr. Presidente, como de outra feita, que já não é com aquela alegria, aquele entusiasmo, aquele ardor que nos traz o sangue da juventude, que subo a esta tribuna. Subo a esta tribuna já desalentado pela desatenção que os homens públicos manifestam acerca de problemas e de teses as mais graves.

Apresentei recentemente um projeto criando o fundo para a reforma agrária sobre o qual irei falar, quando discutir a emenda constitucional, para o que estou inscrito. Afirma-se que o Governo não tem dinheiro, que é preciso desapropriar e pagar em títulos, mas, meu Deus! o plano dá 750 bilhões ao Governo, tirando de onde há dinheiro, dos ricos, dos poderosos, desses que são acusados aqui todos os dias, como privilegiados. E ninguém lê o projeto, ninguém o examina nem ao menos para contraditá-lo.

Ouço teses aqui que verdadeiramente me arrepiam, como homem cultor da ciência. Ainda há dois dias, falava brilhante colega nosso, Deputado Chagas Rodrigues, a favor do voto do analfabeto. Senhores, temos de viver no século da técnica. Então, pergunto: Que é o voto? O voto é uma deliberação que se toma acerca de um objeto conhecido. Se me chamarem para que eu vote sobre qual é o melhor couro para fazer sapatos, direi: "Sou incompetente; não sou soleiro, não sou curtidor, não sou sapateiro; sou incompetente". Não chamaremos um médico para defender uma causa jurídica, nem levaremos um advogado à casa para fazer o diagnóstico de uma doença. Os analfabetos não podem votar, porque não são competentes. Vivendo nós numa época científica e técnica, como conceber o voto como o temos concebido, sem criteriologia adequada à sua utilização científica? Que o analfabeto vote, bem: vote para vereador – ele conhece o compadre, que é sério, sabe que não rouba; sabe qual o nome; sabe fazer a ponte. Mas como admitir que um homem que não entende de coisa alguma vote para Presidente da República, para Deputado – candidatos, um favorável à inflação, outro favorável à deflação? Coitado do analfabeto! Como vai distinguir isso?

Senhores, tudo mostra que não estamos vivendo de acordo nem com critérios racionais nem com os preceitos morais que devem constituir a base da nossa nacionalidade.

São, portanto, estas as palavras que vos deixo esta tarde, agradecendo a atenção com que fui ouvido e rogando a Deus que, despretensiosas e simples,

estas verdades evidentes possam germinar em vossos nobres corações e frutificar, produzindo aquela messe tão desejada para a felicidade e para o bem de nossa Pátria. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*

PRONUNCIA-SE CONTRA A DEMAGOGIA GOVERNAMENTAL

Sessão de 30 de setembro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais de hoje, principalmente *O Globo*, noticiam que o Sr. Presidente da República apela para um entendimento entre patrões e empregados e, ao mesmo tempo, para que o Congresso aja com a maior brevidade no sentido de realizar as reformas de base.

Entendo que, no atual momento nacional, S. Exa. o Sr. Presidente da República, com isso, pretende expor à execração pública as empresas e, ao mesmo tempo, expor o Congresso Nacional à odiosidade que se está formando contra esta Casa e a outra Casa do Legislativo (*muito bem*) no sentido de lhes atribuir a responsabilidade pela desordem que lavra no País.

Entretanto, não é preciso ter inteligência arguta, nem cérebro excepcional para se verificar que, de tempos a esta parte, a Nação não tem tido mais sossego. Desde que S. Exa. assumiu a Presidência da República, recrudesceram as agitações. Temos agitações políticas, de estudantes, comícios promovidos pelo próprio Presidente da República e garantidos por forças do Exército, para lançar o País no campo das paixões, da confusão e da ruína, ou temos greves sucessivas, que trazem prejuízo de bilhões à Nação. (*Muito bem.*)

Isto está sendo apreciado por todos os homens de bom senso da Nação. Se existe alguém responsável pela desordem reinante, alguém responsável pelos prejuízos acarretados ao País, pelas greves sucessivas a que estamos assistindo, esse responsável é o Senhor Presidente da República. (*Muito bem.*)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, basta verificar o prejuízo ocasionado em divisas para o Brasil com a greve no Porto de Santos; basta verificar a anomalia da nossa situação atual, com a greve de bancários, em que é capitão principal o Banco do Governo. (*Muito bem.*) Não haveria possibilidade do prolongamento de uma greve como esta a que estamos assistindo, acarretando tremendos males para a Nação, se não estivesse a capitaneá-la o próprio estabelecimento em que o Governo é o principal acionista. Falta autoridade no atual momento nacional, falta ordem, falta sentido de responsabilidade. Essas greves de transporte, greves marítimas, portuárias, ferroviárias e bancárias, são as mais nocivas, as mais pesadas para a Nação brasileira. (*Muito bem.*) Todos nós estamos a observar e a concluir que falta ao Chefe da Nação autoridade moral para pretender acordos entre patrões e empregados ou para intrometer-se na vida do Legislativo, a exigir reformas precipitadas, com as teses inteiramente

desassisadas que nos vêm da Presidência da República, através do partido que o representa nesta Casa.

Nestas condições, em nome de minha bancada, ergo a palavra ao bom senso, para que o povo brasileiro fique ciente de que, se o Brasil vai a caminho da ruína e de desordens consecutivas, não o deve a esta Casa, que trabalha com pensamento voltado para o interesse da Pátria, que procura não fazer leis em cima do joelho, porém sensatas, racionais e equilibradas, para o bem da Nação. (*Muito bem.*)

A DESORDEM NO SISTEMA PRESIDENCIALISTA E O ESTADO DE SÍTIO

Sessão de 7 de outubro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, dividirei meu breve discurso em três partes. A primeira parte intitularei "Conjecturas". A segunda se chamará "Posições Assumidas" e a terceira parte "Congratulações Gerais e *Te Deum Laudamus*".

Quando recebi a notícia, em plena campanha eleitoral no interior de São Paulo, de que o Sr. Presidente da República havia solicitado o estado de sítio, comecei a conjecturar: Que terá havido? Será que a CGT decretou greve geral no País? Será que algum comando militar se insubordinou em algum ponto do território nacional? Será que os Ministros militares apreenderam grande cópia de armamentos, canhões, metralhadoras, armas modernas para uma revolução? Será que apreenderam algum documento que comprometesse homens públicos de nosso País? Que terá havido para solicitação de medida tão grave?

Em verdade raciocinei e concluí que a posição do meu Partido deveria ser contrária a qualquer estado de sítio, mesmo amenizado por essa adorável Irmã Paula que aparece em todas as ocasiões em nossa Casa legislativa, com suas fórmulas conciliatórias, ou trazendo o esparadrapo para curar feridas – o PSD. Nestas condições, foi meu Partido um dos primeiros a manifestar-se contrário ao estado de sítio. Foi posição clara e definida.

Entretanto, já que breves são os minutos de que disponho, cumpre-me passar à terceira parte da minha curtíssima oração. Quero congratular-me, em primeiro lugar, com o nosso ilustre colega Raul Pilla, porquanto se dizia que as agitações só se davam no sistema parlamentar e, no entanto, desde que veio o presidencialismo, no Brasil, não temos mais sossego: greves estouram, comícios políticos são provocados pelo próprio Presidente da República, agitações estudantis, desordem econômica e financeira, estado de espírito de apreensões constantes. Oh, mas que maravilhoso País, que extraordinário País! E aqui me cumpre congratular-me com os três Ministros militares. Em 48 horas sem que soubéssemos quais as providências que produziram tão espantoso milagre, S. Exas. concluem que não há mais motivo para estado de sítio. Então, meu espírito evoca aqueles escritores ingleses, Walter Scott, Dickens, as irmãs Bronte, que nos falam de castelos cheios de fantasmas. Nosso País, afinal de contas, de tempos para cá, é uma casa assombrada. Escutamos, na calada da

noite tenebrosa, ranger de dentes, passos misteriosos pelos corredores, arrastar de correntes, bater de janelas. E, ao clarear do dia, em vindo a aurora, eis que tudo se dissipa. Era obra do vento; era obra, talvez, de aves noturnas como aquele corvo de Pöe, que, batendo à porta devagarinho, em sendo ela aberta,desaparece; e o poeta só vê a noite, e nada mais.

Então, é para nos congratularmos todos neste instante. Já estávamos ouvindo os passos dos fantasmas, o bater de janelas e o arrastar de correntes, todas as ameaças que viriam com a decretação ou não-decretação do estado de sítio. Se decretado, teríamos, talvez, os resultados de 1937, quando meu Partido foi o "bode expiatório", para justificar perante os Estados Unidos uma ditadura totalitária. Agora, não seriam os da extrema-esquerda o bode expiatório, para que se justificasse o Governo perante os Estados Unidos, a fim de facilitar seus negócios e seus pedidos de dinheiro? Se negado pela Câmara, quais seriam as conseqüências, já que os militares pareciam intransigentes, não recuariam de maneira nenhuma? Tudo isso nos assombrava. Mas eis que veio a madrugada límpida: S. Ex.ª o Sr. Presidente da República envia à Casa uma nova mensagem e nela diz que fora compelido pelos Ministros militares – está no texto da mensagem – a tomar essa atitude para não contrariar os dispositivos armados por S. Exas.; mas que os próprios Ministros militares viram que não havia mais necessidade do estado de sítio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ou havia motivo, e nós precisamos sabê-lo, ou, então, foi precipitação dos Ministros militares, porque não é possível que em quarenta e oito horas tudo se tenha desanuviado e regressado a paz entre os brasileiros. Encerrarei esta breve oração congratulando-me com o Sr. Presidente da República. S. Exa. teve oportunidade de realizar um teste sobre a opinião pública brasileira. Ele talvez desejasse o teste, naturalmente queria saber até que ponto os brasileiros amam a liberdade e querem a integridade da Constituição. E soube. Está de parabéns, foi um bom resultado. Mas congratulando-me, pergunto: E agora? Que iremos fazer? O remédio foi dado, foi dada a cibalena, foi dada a cafiaspirina e o doente cessou de gritar. Mas a causa? A causa profunda da moléstia? Não iremos cogitar de pôr ordem neste País, de impedir que entidades extralegais tenham ascendência sobre o Chefe da Nação? Não iremos impedir as manifestações de revolução, que eu tive oportunidade de ler no jornal *Semanário*, onde um deputado, nosso colega, mandava seus acompanhantes se organizarem em grupos de 5 para uma reação revolucionária no Brasil?

Não iremos fazer cessar essa demagogia revolucionária? Pergunto mais: iremos reger nossa economia pelas leis científicas e técnicas, ou continuaremos a viver empiricamente sem resolver as coisas mais graves da Nação? Continuaremos com uma política portuária e marítima que desgraça cada vez mais a nossa produção e diminui o valor de nossas divisas no exterior? Continua-

remos impedidos de resolver as reformas de base pela excessiva demagogia e falta de senso das realidades nacionais por parte do Governo da República?

Essas são as perguntas que faço envoltas em flores de congratulações que envio a S. Exa., e que também apresento a esta Casa. Afinal, hoje é um dia festivo, e para mim particularmente festivo, porque no dia 7 de outubro de 1932 fundei a Ação Integralista Brasileira, que hoje completaria 31 anos mas que ainda vive no espírito daqueles que aspiram à ordem, à autoridade, à disciplina, que são as condições da verdadeira liberdade.

Sr. Presidente, esta Casa também foi eleita nesta tarde de 7 de outubro. Parece que a divina providência nos está insinuando qualquer coisa por tão extraordinária coincidência. Sejam, portanto, minhas palavras, de alegria, de aleluia, de *Te Deum laudamus*, de congratulações gerais, de flores sobre este Parlamento. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

ADVERTÊNCIA ÀS "ESQUERDAS"

Sessão de 24 de outubro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu discurso de hoje não será discurso para estardalhantes manchetes. Não trata de pessoas, não faço ataques a personalidades, não denuncio escândalos. Apenas quero rememorar alguns fatos históricos que se aplicam como uma luva à atual situação brasileira.

Conceito da História

Antes de entrar na matéria, que julgo da maior oportunidade em nosso País, a mim mesmo me pergunto se a História é, realmente, como se tem afirmado, a mestra da vida e se os fatos por ela narrados se repetem através dos tempos. Tem a História apenas o valor da paleontologia ou da arqueologia, como investigadora de ocorrências no passado e delas expositora sistemática, ou devemos considerá-la uma ciência psicológica, da qual deduzimos lições que nos aproveitam? Na minha opinião, a História é a ciência investigadora do espírito humano revelado nos acontecimentos. Nestas condições, é, sem dúvida, a grande preceptora, aconselhando as gerações de todos os tempos e de todos os países. Por maiores que sejam as transformações sociais e o concurso de novas circunstâncias no desenvolvimento dos povos, subsiste a essência humana. Sob todas as novas formas, o homem se repete. Repete-se com suas aspirações, seus desejos, suas virtudes, seus crimes, sua fortaleza ou sua debilidade, seus artifícios e sua astúcia, seus enganos e seus erros. E o mais curioso é que, tendo conhecimento de tudo o que ocorreu e de como ocorreu, e podendo evitar os males que os ameaçam, os homens praticam a mesma insensatez dos que por ela se perderam, de nada valendo as ponderações que lhes são prodigalizadas. Eis a razão pela qual tenho o costume de definir o conselho como uma proposição de muita utilidade para se verificar o erro cometido depois que ela não foi aceita.

Ciência ao mesmo tempo sociológica e psicológica, oferece-nos a História, com o desenvolvimento dos métodos rigorosamente críticos, uma consciência da vida social, do seu dinamismo e das suas tendências, baseada na permanência dos fatores que constituem a essência humana. A importância dada pelo marxismo ao valor histórico do homem tem sua razão de ser, ainda que se adstrinja a uma unilateralidade, ampliando-a de tal maneira que o ser humano deixa de ser um agente na criação dos acontecimentos, para ser mero

produto da História. Essa conceituação do materialismo dialético foi, aliás, desmentida por Lenine, com a sua teoria da "minoria operante" que na prática tornou patente o poder de intervenção do homem no curso do processo histórico.

Tamanha importância costumo dar às narrativas dos historiadores e aos depoimentos dos que testemunharam os fatos do passado, que, tendo fundado em nosso País os Centros Culturais da Juventude, os quais funcionam em vários Estados, inseri entre os seus cursos extra-universitários de Filosofia, Sociologia, Economia e outros, o de Interpretação da História. E isso por verificar não ser possível forjar uma nova geração capaz de engrandecer qualquer nacionalidade sem lhe dar a conhecer de onde veio e lhe incutir plena consciência de sua vocação determinante nas realizações do futuro.

Faço estas considerações preliminares para entrar em matéria da História contemporânea, de cuja exposição procuro extrair uma advertência amiga às chamadas "esquerdas" da atualidade brasileira.

Esquerdas e direitas

Começarei dizendo que a concepção de "direitas" e de "esquerdas" é (no sentido em que são tomados esses termos) um remanescente do Século XIX inserido no século em que vivemos. Teve a passada centúria um caráter analítico e as gerações que nela viveram cumpriram o seu dever, oferecendo-nos, mediante suas pesquisas, no campo experimental das ciências, os dados sem os quais não chegaríamos à síntese dos tempos modernos. Os critérios analíticos das investigações haviam forçosamente de levar os estudiosos dos fenômenos sociais e políticos a uma consideração divisionária da qual decorreu o fracionamento dos fatores constitutivos da dinâmica das sociedades humanas. Tais critérios afastaram os pensadores políticos e os líderes eleitorais ou revolucionários da realidade vislumbrada pelos espíritos mais argutos do Século XX.

A decomposição dos elementos formadores da unidade social estabeleceu as antinomias e contrastes inconciliáveis entre o capital e o trabalho, entre o indivíduo e a família, entre o indivíduo e a coletividade, entre a Nação e o Estado. Dessa disposição, que poderemos dizer anatômica, ou fisiológica, resultaram os partidos políticos, cujo próprio nome indica divisões e subdivisões.

O socialismo, dito científico, surgindo nos meados do século XIX, justamente quando a burguesia capitalista procurava também dar fundamento científico ao utilitarismo inglês, agravou o fracionarismo da unidade social, lançando a luta de classes. Ninguém melhor classificou o socialismo marxista do que Henri de Man, no seu livro intitulado *Além do Marxismo*, quando disse que ele corresponde a uma forma de mentalidade do tempo da iluminação a gás.

Realmente, na plenitude do domínio da eletricidade e da *energia atômica*, tendo conhecimento da unidade da matéria, da energia e das leis que as regem, o que nos leva a conceber as sínteses sociais, percebemos o acerto do escritor belga.

Mas o fato é que, numa época na qual os conceitos das correlações fenomênicas nos oferecem novos critérios à interpretação dos problemas, ainda vemos conservarem-se conceitos anacrônicos e inadequados do ultrapassado e superado socialismo marxista, dividindo as correntes de opinião em "direita" e "esquerda".

Não temos outro recurso para nos fazermos compreender, senão tomar tais expressões antiquadas no sentido em que as tomam as medianias intelectuais do nosso tempo. Veremos que as chamadas "esquerdas" caminham para o suicídio, criando um clima em que se desenvolvem as bactérias do totalitarismo, que é a própria negação das idéias esquerdistas.

Este meu discurso, pois, é dedicado aos meus amigos da "esquerda", dos quais divirjo, respeitando contudo o generoso romantismo com que encaram a problemática brasileira.

Darei a palavra a Kautsky, o grande teorizador do marxismo, considerado por Lenine como insuperável, no prefácio de seu livro *As forças motrizes da revolução russa*, publicado em 1906.

Desde 1883, Kautsky firmou sua reputação, insurgindo-se contra a revisão de Karl Marx proposta por Berns. Ajudou a organizar o Partido Comunista Alemão em 1914. Escreveu numerosas obras, mas a partir de 1917 tornou-se adversário inconciliável de Lenine e Trotski. Dentre seus livros, neste último período, cumpre destacar *Da Democracia à Escravidão Estatal*.

Das queixas de Kautsky contra a orientação e métodos adotados pelos bolchevistas, concluímos que o golpe de Estado, que implantou o comunismo na Rússia, foi dado *não contra a democracia burguesa de Kerenski, nem contra os sobreviventes czaristas, mas sim contra as esquerdas, que haviam desempenhado o principal papel na revolução russa*, manobradas que foram, habilmente, pelos totalitários vermelhos e, finalmente, destruídos por estes.

Foram, realmente, as esquerdas mencheviques, sociais-democráticas e sociais-revolucionárias que criaram o clima sem o qual não poderia lograr êxito o comunismo. Pregavam essas correntes de opinião *uma reforma agrária* com a expropriação das terras particulares, sob aspecto semelhante ao de hoje proposto em nosso País pelas nossas "esquerdas" socialistas, trabalhistas e sociais-democráticas. Prometiam aos operários urbanos menos trabalho e mais salários (exatamente como hoje no Brasil). Falavam em liberdades amplas, irrestritas, dos órgãos proletários (lá chamados sovietes, aqui CGT). Em suma: criavam o clima de que os comunistas precisavam.

Estava Lenine na Suíça, quando ocorreu a revolução de março de 1917 na Rússia. Em abril, facilitado pelo exército alemão em guerra contra sua pátria, o chefe vermelho entrava em Petrogrado. As liberdades na República Burguesa eram amplas (igualmente como hoje no Brasil): liberdade de opinião, de reunião, de imprensa, de greve, de comícios.

Realizou-se depois da chegada de Lenine uma conferência dos sovietes de todo o país, revelando-se, então, uma grande aproximação de acordo entre as organizações operárias e os comunistas. Em conseqüência, efetivou-se uma reunião conjunta de mencheviques, sociais-democratas, sociais-revolucionários e bolcheviques, para a discussão sobre a unidade de todas as "esquerdas". Mas Lenine conseguiu dar uma volta aguda ao leme da política, prendendo a predominância da minoria operante que ele dirigia.

É aqui que Kautsky lamenta e condena a política leninesca, dizendo o seguinte:

> "O objetivo de Lenine era destruir todas as outras organizações partidárias socialistas para só existir a sua." E prossegue: "Para atingir esse fim, empregou a falsidade, a calúnia, a força bruta contra os adversários, entre os quais todos os socialistas, menos os que estivessem dispostos a obedecer a suas ordens."

Escreveu Kautsky:

> "Apesar de tudo, houve esforços de alguns para que se formasse um governo de todos os partidos da "esquerda". Por essa ocasião, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Riazanov, Lowski e outros pediram que se formasse um governo socialista, composto de todos os partidos de "esquerda". Declaravam eles que a formação de um governo exclusivamente subordinado a uma só corrente, degeneraria em tirania, em ditadura .

Mas os "esquerdistas" já estavam condenados. Seriam apenas um instrumento de grande utilidade para a implantação do comunismo que, em seguida, os liquidaria.

A essa altura, Lenine estava convencido de que, havendo eleições para uma Assembléia Constituinte, alcançaria predominância, dada a atmosfera revolucionária criada pelas ingênuas "esquerdas". As eleições revelaram que o partido bolchevique estava longe de lograr predomínio. Os socialistas das três alas formaram, em conjunto, esmagadora maioria.

Novamente ouvimos as lamentações de Kautsky dizendo:

> "Mais uma vez tinham os bolcheviques uma oportunidade para participar de uma frente socialista, que poderia ser a base de um

governo apoiado pela maioria esmagadora do povo. Um governo formado em tal base estaria em condições de impedir qualquer tentativa de contra-revolução." E acrescenta: –"Tivesse Lenine concordado nessa ocasião com uma frente única das "esquerdas" e a Rússia teria sido poupada dos três anos de guerra civil e da horrível miséria conseqüente. A paz e a liberdade teriam possibilitado uma rápida recuperação econômica e, com ela, um pronto desenvolvimento da classe dos trabalhadores o que teria propiciado o desenvolvimento da economia socialista e o sucesso da administração. Tudo isso teria sido possível sem a ditadura, sem o terror pela democracia dos operários e camponeses .

O famoso episódio da Constituinte Russa

Como se sabe – e a este respeito é impressionante o depoimento de Chernov –, a Assembléia Constituinte foi dissolvida pelos comunistas, tendo tido a duração de um dia. Foi Chernov eleito presidente da Assembléia por 244 votos contra 150, o que demonstrava o predomínio das "esquerdas" contra os comunistas.

"Assumindo a presidência, declarei" – escreve Chernov – "que a Nação tinha feito sua escolha, que a composição da Assembléia era o testemunho vivo da inclinação do povo para o socialismo. A reforma agrária" – prossegue – "era uma conclusão óbvia: a terra seria igualmente acessível a todos os que quisessem lavrá-la."

Como se vê nas palavras de Chernov, o ponto nevrálgico era a reforma agrária. Aos comunistas não interessava, de modo algum, que ela fosse votada, pois perderiam um dos *slogans* para sua propaganda revolucionária. Ao ver posta em discussão a matéria, acusaram as "esquerdas" de anti-revolucionárias e retiraram-se do plenário. Pouco depois voltaram alguns deles. Foram à mesa, puxaram o presidente pela manga e disseram: "Encerre tudo já. São ordens do Comissário do Povo". Perguntou Chernov: "Que Comissário do Povo?" Responderam-lhe: "São ordens; não precisa saber de quem. Os senhores não podem ficar aqui. Dentro de um minuto cortaremos as luzes". Retrucou Chernov: "Daqui não sairemos enquanto não votarmos a reforma agrária e a futura forma de governo". E ordenou que se acendessem velas.

Realmente, a Assembléia votou os pontos básicos da reforma agrária. Esses pontos estabeleciam que toda a terra passaria a ser propriedade comum e que todos os "sem-terra" teriam direito de usá-la.

O povo estava com os "esquerdistas". Grande multidão se deslocou para apoiar a Assembléia. Grupos armados de comunistas varreram-na à bala. Ao mesmo tempo, as galerias estabeleceram grande tumulto propagado no recinto. Os guardas apontavam as armas contra os deputados. O presidente Chernov suspendeu a sessão, marcando outra para o dia seguinte. "A hora designada" – narra Chernov – "as portas do Palácio Taurido estavam seladas e guardadas por uma patrulha que dispunha de metralhadoras e duas peças de artilharia de campanha. À tarde foi publicado o decreto de dissolução da Assembléia Constituinte".

Fala novamente Kautsky

E Kautsky comenta amargamente:

> "Eles dissolveram a Assembléia Constituinte que eles mesmos haviam preconizado tão apaixonadamente. Valeram-se, para isso, da desorganização e indisciplina das Forças Armadas, instigadas pelas próprias "esquerdas", agora vítimas do que haviam preparado. Utilizaram-se os comunistas de uma soldadesca ignorante e sem experiência política, à qual as "esquerdas" tinham assegurado promessas ilimitadas e irresponsáveis. Com estes elementos, os comunistas tomaram o poder e esmagaram os socialistas que haviam criado condições para o seu êxito. Tinham estado abertos dois caminhos: o de uma frente única socialista, outro do poder só para os comunistas. Foram estes que se serviram de uma combinação de circunstâncias para estabelecer sua própria ditadura .

Prossegue Kautsky:

> "Sobre as ruínas da democracia, pela qual havia lutado até 1917, erigiu Lenine seu poder político. Sobre ruínas instalou uma nova máquina estatal militarista e burocrática, uma nova autocracia. Isto lhe deu, contra os demais socialistas, armas mais poderosas do que as por ele usadas até então para iludir as "esquerdas".

O infantilismo das "esquerdas"

Tinha agora nas mãos todos os instrumentos de repressão que o czarismo havia usado, acrescidos das armas de opressão que os capitalistas, como senhores da economia, usavam contra os assalariados. Lenine, agora, utilizando-se do capitalismo de Estado, era senhor de um poder total .

A crítica acerba de Kautsky é confirmada pelas próprias palavras de Lenine no seu livro *A infantilidade da ala esquerda*. Diz ele:

"A nossa tarefa é estudar o capitalismo de Estado dos alemães, sem poupar esforços para copiá-lo, e não desistiremos de adotar métodos ditatoriais. Temos de fazê-lo de modo mais completo que Pedro, o Grande, quando apressou a imitação da cultura ocidental, sem hesitar em usar métodos bárbaros".

De nada valem os protestos de Kautsky, quando diz que as "esquerdas" na Rússia queriam uma reforma agrária com abolição dos latifúndios, a estatização das indústrias, os conselhos operários de fábricas, o predomínio sindical dos trabalhadores, tendo sido, entretanto, essas "esquerdas" o alvo principal da odiosidade dos comunistas, muito mais do que os que constituíam as classes de "direita".

E Kaustky conclui:

"Esse golpe foi desferido, não contra uma contra-revolução tzarista, aristocrática, burguesa, mas contra os partidos socialistas, que tinham logrado um sucesso maior do que os bolcheviques, na luta pela conquista das almas dos trabalhadores das cidades e dos campos .

Liquidação dos sovietes

O mais extraordinário é o fato da revolução comunista russa ter sido também um movimento objetivando esmagar os sovietes. Foram estes iludidos por verdadeira chantagem, tudo se lhes prometendo, para depois liquidá-los definitivamente, usurpando-lhes o nome para figurar na sigla denominativa de um regime que é, antes de tudo, anti-soviético.

O grande *slogan*, que precipitou o golpe de Estado, dizia: "Todo o poder aos sovietes". Com isto foi anulada toda e qualquer resistência das massas trabalhadoras contra os objetivos comunistas. Ficavam livres os grupos armados e a soldadesca desenfreada para agir à vontade e ainda com a cooperação dos sovietes. É como se disséssemos no Brasil: "Todo o poder ao CGT".

Quem o confessa é o próprio Lenine, no seu panfleto intitulado *Sobre a questão dos slogans*, onde proclama depois do golpe de Estado, que o brado "todo o poder aos sovietes" estava, desde então, obsoleto e deveria ser substituído por "todo o poder ao partido comunista".

Desde Martov, que fora o homem ligado a Lenine na difusão das idéias marxistas através do jornal *Iscra* concluiu (e chamamos a atenção da nossa CGT para essa conclusão) – dizendo:

"Em muitos países, como aconteceu na Rússia, o lema "todo o poder aos sovietes" é lançado em oposição aos sovietes já existentes. É dirigido, em primeiro lugar, contra a classe trabalhadora, contra as tendências políticas que dominaram as massas antes da revolução vitoriosa, que precisa mudar de rumos".

O *slogan* "todo o poder aos sovietes" tornou-se o pseudônimo da ditadura de uma minoria oportunista e espoliadora daqueles aos quais tudo é prometido.

Chama a atenção Martov para a obstinada resistência dos sovietes contra o governo comunista. Nada é mais expressivo do que o relato de Berkmann sobre a rebelião de Kronstadt.

A rebelião do Kronstadt

Tendo os operários de Petrogrado se levantado em greve a exigir mais pão e combustível, Lenine decretou a lei marcial e mandou dispersá-los à bala. Os sovietes convocaram um congresso em Kronstadt, ali comparecendo 300 delegados. O espírito da conferência – escreve Berkmann – foi integralmente soviético; a assembléia queria sovietes livres da interferência de qualquer partido; queria sovietes não-partidários, que refletissem verdadeiramente as necessidades e exprimissem a vontade dos trabalhadores e camponeses. Tendo falhado todos os esforços para um entendimento com o Governo comunista, os soviéticos de Kronstadt, irmanados aos marinheiros dos navios de guerra fundeados no porto da cidade, aos soldados dos regimentos locais, às massas operárias e camponesas, declararam-se em rebelião.

Em seus manifestos, diziam: "Com a revolução de outubro,a classe trabalhadora esperava ter alcançado a emancipação. O que resultou foi uma escravidão ainda maior. A polícia da monarquia caiu nas mãos dos usurpadores – os comunistas – que, em vez de darem ao povo a liberdade, só incutiam nele o medo constante da Tcheca, a qual, com seus horrores, sobrepuja o regime policial do czarismo. E, após outras considerações, concluíam: Aqui se ergueu a bandeira da rebelião contra a tirania e a opressão da autocracia comunista."

O esmagamento do proletariado

Seguiu-se o cerco de Kronstadt, atacada de todos os lados por exércitos de grande poder de fogo. Sem víveres, faminta, a cidade sofreu ininterrupto bombardeio e, por fim, não pôde mais resistir. Deu-se então a grande chacina, de uma impetuosidade fulminante. Os habitantes de Kronstadt eram caçados, degolados, esfolados vivos. Na cidade ensangüentada, ainda flutuavam ban-

deiras em que se liam "todo o poder aos sovietes", frase que levara os sovietes a cooperar para a vitória daqueles que agora os esmagavam.

Paralelo histórico e advertência às esquerdas

Terão os socialistas e trabalhistas brasileiros tomado conhecimento do que escreveu Martov? Conhecerão o depoimento de Kautsky? Teriam notícia do testemunho de Chernov, Bertrand Russel, de Koestler? A impressionante reportagem de Berkmann? Terão meditado sobre as próprias páginas de Lenine?

O que se está passando no Brasil é absolutamente idêntico ao que se passou na Rússia em 1917. Temos a agravar a situação a presença em nosso País de uma embaixada cujo governo tem, como ponto de programa, a implantação do comunismo no mundo. E, para contrapeso, não nos faltam católicos esquerdistas, alguns trabalhando abertamente pela revolução vermelha.

Que se precavenham os que hoje se batem por uma reforma constitucional do tipo menchevique, ferindo o princípio da propriedade por meios indiretos. Que abram os olhos os operários e camponeses, lembrando-se de que a CGT da Rússia, então chamada Soviete, foi esmagada definitivamente implantando-se uma ditadura sangüinária, que usurpou o seu nome e se apresenta ao mundo como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não sendo União, porque os povos a ela submetidos o são pela força; não sendo socialista, porque nela domina uma nova classe privilegiada, baseada no capitalismo do Estado; e nada tem de soviética, porque os sovietes hoje não passam de um simulacro, uma contrafação daquilo que foi destruído depois do golpe de Estado de 1917.

Sei que de nada valem avisos. Mas é às "esquerdas", onde há homens idealistas e sinceros, que me dirijo. Que providências devem tomar? Penso que evitar fazer causa comum com os comunistas; não compactuar com a propaganda de indisciplinas nos quartéis; não corcorrer para criar um clima de agitação favorável aos totalitários vermelhos; firmar certos princípios de liberdade humana e pugnar por eles; amainar seu açodamento pela crescente estatização de todos os meios de produção, cujos resultados práticos têm sido desastrosos, como se vê pelos onerosos encargos da Lóide, da Costeira, das Estradas de Ferro estatizadas, todas em catástrofe e ainda a PETROBRÁS, esperança do povo brasileiro, hoje instrumento do encarecimento do custo da comida do povo, pelos aumentos do preço dos combustíveis, como esse, absurdo, que começou a vigorar na data de ontem; encontrar, dentro das leis científicas de economia e em face das realidades nacionais, o justo equilíbrio entre a ação do Estado e a livre iniciativa; vigiar sobre aqueles que recebem ordens do exterior ou que, dissimulados em postos representativos de partidos burgueses, buscam diariamente orientação nas fontes do KOMINTERN.

E podem as esquerdas ficar certas de que, se assim não procederem, o golpe comunista, que elas mesmas preparam, será, em primeiro lugar, sobre suas cabeças.

A situação do nosso País é grave para todo o povo brasileiro, porém, mais grave ainda, amigos das esquerdas, é para vós. Sereis os primeiros eliminados, porque sois concorrentes da ditadura vermelha, do Estado totalitário que se pretende implantar. Por isto perguntei no começo do meu discurso, se a História realmente é a mestra da vida. Tenho para mim que sim, porque a essência humana é imutável. Mudam-se as circunstâncias, mudam-se as condições históricas, mas não muda o homem. E os fatos se repetem e isto verifica todo aquele que se dedica a essa ciência ao mesmo tempo sociológica e psicológica, mestra das gerações que nos fornece todos os elementos para que nós possamos conduzir no presente, em direção ao futuro.

São estas as minhas palavras neste discurso. Noutros lugares, dispondo de horas mais longas, desenvolverei este tema por uma, duas ou três horas. Aqui, obrigado a constranger-me e a constringir-me, dentro das normas rigorosas do nosso Regimento, deixo apenas esta advertência às esquerdas brasileiras: não façam causa comum com os comunistas; procurem conciliar estes dois termos dos quais decorre a harmonia perfeita na sociedade – a liberdade e a igualdade – a fim de que o excesso de liberdade não prejudique a igualdade, e a igualdade, por excessiva, não suprima a liberdade. Esta, a minha mensagem às esquerdas do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O POVO BRASILEIRO, A REFORMA AGRÁRIA, O VOTO DO ANALFABETO, A GUERRA REVOLUCIONÁRIA E A LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

Sessão de 28 de fevereiro de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do meu Partido pretende, dentro de alguns dias, lançar uma nota, para esclarecimento do povo brasileiro, expondo a sua atitude em face dos problemas ultimamente debatidos nesta Casa e que tanta celeuma vem causando, às vezes agitação e até mesmo tumulto.

Entretanto, antecipando essa "nota", desejo hoje ferir alguns desses temas, não todos,porquanto o tempo me é exíguo. Limitar-me-ei a tratar do seguinte:

Primeiro – Reforma constitucional como base da reforma agrária;

Segundo – Voto ao analfabeto;

Terceiro – Legalização do Partido Comunista.

Julgo que esses três temas são do maior interessé no atual momento, já que em comícios, pela televisão e pelo rádio, faz-se, a respeito de tais assuntos, larga propaganda.

Reforma Agrária

A minha bancada, como já tenho afirmado em outras oportunidades, é contrária à reforma constitucional como condição de reforma agrária – julga-a inteiramente oposta aos fins de uma reestruturação agropecuária no País. Se reformarmos a Constituição,visando ao pagamento em títulos das terras desapropriadas, o governo ficará sem um tostão para empreender a colonização, que é muito mais cara.

Nestas condições, a minha bancada apresentou um projeto criando o Fundo Nacional para a Reforma Agrária. Nossa intenção era tirar dinheiro de onde ele existe para pô-lo onde não existe.

Onde existe o dinheiro? Nas indústrias, nos bancos, nas corridas de cavalo, nos empreiteiros de obras públicas.

Julguei que iria irritar e levantar contra esta proposição os industriais e os banqueiros, mas tive a satisfação de ouvir um industrial de São Paulo, com assento nesta Casa, em aparte que me deu, louvando a iniciativa e declarando que esse também era seu pensamento e dos industriais paulistas, porquanto

eles viam o alcance da medida, mediante empréstimo compulsório, com títulos resgatáveis e ganhando juros, o que criaria centros de consumidores que iriam dar vazão à produção industrial daquele importante parque sul-americano.

Ao descer da tribuna, foi o nosso colega, Deputado Sebastião Paes de Almeida, banqueiro, que me veio declarar que também estava cem por cento comigo. Quer dizer: aqueles que irão ser, temporariamente, onerados para os fins de colonização, que é o mais importante na reforma agrária, manifestavam-se de pleno acordo com a nossa iniciativa.

Quem não está de acordo? O Governo.

Para ser justo também direi esta Casa, porquanto este projeto morreu no labirinto das tramitações regimentais.

Não se quer dinheiro: quer-se agitação. Minha bancada entendeu que dar terra sem dar recursos para cultivá-la é condenar à morte o pobre lavrador. (*Muito bem*) Reconhecendo através de longa experiência da vida do lavrador brasileiro, a sua miserabilidade, sem assistência médica, sem escolas, sem crédito bancário, sem assistência técnica, sem transportes, sem garantia de preço para seus produtos, aplicamos a criteriologia decorrente da filosofia integral por nós adotada, isto é, a correlação dos fenômenos econômicos e sociais e entendemos ser necessário mobilizar a Nação num esforço único para a reestruturação agropecuária do País. Esta a razão que exponho sucintamente, por me ser o tempo exíguo, pela qual minha bancada, sem nenhum tom de hostilidade para com o Governo, já que não faz oposição sistemática, e desejando mesmo que ele execute a verdadeira reforma agrária, estará, entretanto contra a reforma constitucional. Essa reforma constitucional para pagamento das terras desapropriadas em títulos é nociva ao plano de reestruturação agrária do País.

Voto ao analfabeto

O segundo ponto é o famoso voto do analfabeto. Este o maior despautério que surgiu nos últimos tempos. Está no programa do Partido Comunista, já há muitos anos, pois possuo os programas sucessivos daquele partido.

E, agora, homens que eu julgava sensatos aceitam esta tese.

Srs. Deputados, que é o voto? O voto é deliberação que se toma em face de assunto conhecido. Eu não vou chamar um médico para dar um parecer jurídico, nem chamar um advogado para fazer o diagnóstico de uma moléstia. Por conseguinte o voto ao analfabeto é o voto da incompetência, é o estímulo ao analfabetismo no Brasil. Quero desde já dizer que fui o primeiro, neste País, que levantou a hipótese plausível de o analfabeto votar em certos casos. Por exemplo: o caso municipal. Ali se trata de escolher vereadores. O problema é ver se o candidato a vereador é competente, trabalhador, honesto, se não rouba.

Isso o analfabeto sabe e pode votar. Mas se vem um programa de candidato à Presidência da República, que é traçado em determinadas normas de orientação e outro em sentido contrário, como pode o analfabeto discernir? Então, o voto do analfabeto vai anular o voto de um catedrático de universidade? É verdadeira loucura, é lançar maior confusão além da que já existe em nossa Pátria. Portanto, meu Partido estará contrário à medida.

Legalização do Partido Comunista

Terceiro: a legalização do Partido Comunista. Somente os que não estudam o problema podem imaginar que o Partido Comunista deixa de ter a sua parte secreta.

Ele terá sempre uma ação oculta. Legalizado, escalará pequena vanguarda, formando a sua bancada, mas continuará a infiltração nos partidos democráticos, como procede também na imprensa. O escritor alemão Koestler, autor de *Zero e o Infinito*, narra que pretendeu entrar para o Partido Comunista. O chefe comunista da Alemanha lhe disse que não o queria no partido:

> "O Sr. vai ficar trabalhando na grande Imprensa do País e prestando os serviços de que carecemos, serviços de manchete, pondo em destaque o que nos interessa, ocultando o que não nos interessa, interpretanto os fatos ao nosso sabor, porque se entrar para o Partido Comunista prejudica a nossa causa,que perde o seu trabalho, importantíssimo para nós."

Do mesmo modo que se faz na imprensa, no rádio, na televisão, se faz nos partidos. Então, teremos dois partidos comunistas: um legalizado e outro secreto, como sempre existiu. Com uma vantagem para o comunismo: é que a legalização vai facilitar as conspirações; pode haver reuniões conspiratórias, declarando-se que são reuniões meramente políticas e partidárias. Por conseguinte, a minha bancada estará sempre contrária à legalização do Partido Comunista. (*Muito bem.*) Há ainda um outro aspecto: em três ou quatro discursos pronunciados nesta Casa, combatendo as relações diplomáticas do Brasil com a Rússia, mostrei, através do livro do diplomata Igor Gouzenko, fugido da Embaixada russa, no Canadá, por amor à liberdade, que ele até então desconhecia, que a facilitação das conspirações soviéticas contra um país se efetiva por meio das embaixadas. No Canadá, descobriu-se que o maior cientista do país, Allan Nunn May – e a documentação foi apresentada por Igor Gouzenko – estava a serviço da Rússia. Industriais, comerciantes e o Chefe do Partido Trabalhista do Canadá, Fred Karr, todos foram presos, processados e condenados e ficou demonstrado que a Embaixada soviética num país é fonte de corrupção, de conspiração, de espionagem, de fomento da desordem. Infelizmente, isso já aconteceu no Brasil. Com a legalização do Partido

Comunista, tudo se irá aplainando para a destruição das instituições e das nossas liberdades. (*Apoiados.*) Essa,a razão pela qual meu Partido é contra essa legalização.

Em discurso que pronunciei recentemente chamei a atenção dos meus amigos da esquerda, dos nossos mencheviques e dos nossos reformistas, para o caso que se deu na Rússia, onde todos eles foram sacrificados com a vitória do Partido Comunista.

A guerra revolucionária

Agora, entro numa matéria ontem muito debatida aqui: o caso da guerra revolucionária.

O Deputado Bilac Pinto, ilustre Presidente da União Democrática Nacional, tem toda a razão. A sua denúncia alicerça-se em seguro fundamento. Existe, realmente, a guerra revolucionária no Brasil. Em 1956, publiquei este livro que tenho em mãos –, *Doutrina e Tática Comunista – Noções Elementares*, onde, baseado em farta bibliografia sobre guerra revolucionária e guerrilhas, expus o que iria acontecer no Brasil. De 1956 até agora são decorridos oito anos e os fatos já estão acontecendo. Basta mencionar o índice já que não poderia ler o livro inteiro. Trato nestas páginas da doutrina e tática da ação soviética na América Latina e, particularmente, no Brasil; dos planos de Moscou; da desintegração das nacionalidades; da estrutura internacional comunista: O KOMINTERN, o PROFINTERN, hoje KOMINFORM, e a ação mundial do KONSOMOL, que dirige a UNE; em seguida, dos projetos revolucionários dos comunistas. S. Exa. o ilustre Líder da Maioria, Deputado Tancredo Neves, nosso prezado colega, respondendo a um aparte do Deputado Bilac Pinto, disse uma grande verdade. Quando o Deputado Bilac Pinto falava na guerra revolucionária, o Sr. Tancredo Neves, pretendendo contestar, confirmou-a, mas dando-lhe seu verdadeiro caráter. Disse S. Exa., e todos ouvimos, que isto são os comunistas que estão em ação no Brasil, do mesmo modo como estão nos outros países. Exatamente. S.Exa. fez uma denúncia muito maior do que a do Sr. Bilac Pinto.

Por conseguinte, a minha bancada está certa de que no Brasil se processa a preparação de uma guerra civil. E, prezados colegas, o que mais temo em nosso País é uma guerra de secessão.

Nós já temos a tradição da República do Equador, exatamente naquele território hoje teatro da mais intensa propaganda comunista. Em 1948, estando no Nordeste, impressionou-me a intensidade da propaganda de Moscou. Naturalmente, dois fatores concorreram para que as atenções da Rússia fossem

para ali voltadas: 1.º – o caldo de cultura, num sistema econômico feudal, em que o homem do campo é verdadeiramente escravizado, conforme testemunhei ali.

E aqui abro um parêntese para dizer que, na parte crítica, todos os homens de esquerda têm razão. Conheço a dura situação daquela gente, situação que temos de solucionar com a maior prudência.

O segundo fator é a questão da geopolítica.

Estando, no ano seguinte, em Paris, encontrei um francês católico que dirigia um *bureau* de informações e me convidou para ir até lá. Acedi e verifiquei que ele tinha ligações até com o Vaticano. Perguntou-me que gênero de informações desejava. Deu-me informações sobre a África. Mas eu tinha razão. Comecei a receber as informações no ano seguinte em 1949, e daí por diante, verificou-se que a política de acesso aos mares, a geopolítica russa, visava agora às águas do Atlântico, através da África. A África não é tão longe de nós. No Século XVIII, quando os holandeses tomaram Angola, foram os pernambucanos que atravessaram o oceano em navios à vela e reconquistaram aquele território, entregando-o a Portugal. Agora, temos aviões supersônicos. Vim, há dias, num jato, de Nova Iorque ao Rio em 9 horas.

Notei, através das informações, que a Rússia estava-se utilizando daquela técnica que Lenine aplicou tão admiravelmente no seu país, para implantar o comunismo, valendo-se da África, levantando tribos contra tribos, religiões contra religiões, fomentando a desordem em quase todo o continente africano. E, desde então, começou-se a falar em autodeterminação, mas autodeterminação indiscriminada. Indiscriminada, como acontece na Carta de Punta del Este, onde se fala em autodeterminação e não se discrimina, não se diz o que significa, verdadeiramente essa palavra.

Para se ver os objetivos da Rússia em relação ao nosso País, basta dizer que, quando a Guiné se tornou independente, recebeu de Moscou um presente de noivado – um grande campo de aviação, moderno, tecnicamente perfeito. Hoje, praticamente, a Guiné é dominada pelos soviéticos, nós o sabemos. Gana, também, agora, já está tomando atitudes como a da semana passada, quando expulsou quatro professores norte-americanos.

As incursões sobre Angola tornam evidente também o desejo de tribos não-angolesas, em nome de pretendida e falsa autonomia, que não é outra coisa senão a dependência ao imperialismo soviético, de conquistar mais uma faixa da costa ocidental do Continente Negro.

Não sou ingênuo para pensar que a Rússia vai invadir o Brasil. Ela não fará isso, mas promoverá uma revolução em nosso País, donde poderá resultar uma república socialista no Nordeste, ou a Confederação do Equador reeditada agora, nos nossos tempos republicanos. E, então, que acontecerá? Os "libertadores dos povos", os famosos "patriotas humanitários" formarão batalhões,

para vir auxiliar a autodeterminação da nova República, como fizeram o mês passado no Zanzibar. O assunto será levado à ONU, onde se pronunciarão discursos floridos e inócuos, como se faz naquela sociedade de turismo internacional. E o fato é que teremos no Brasil a repetição da Coréia do Norte e da Coréia do Sul, do Vietnã do Norte e do Vietnã do Sul.

Esta, a perspectiva mais negra que vejo nos horizontes da Pátria. Nestas condições, confirmando, com minha longa experiência, estudos de 30 anos acerca do problema comunista internacional, afirmo que o Deputado Bilac Pinto tem toda razão e é preciso que os brasileiros se precavenham e tomem providências, já que o governo da República, em vez de tomá-las, facilita a obra comunista, pela infiltração dos adeptos de Moscou nos postos-chave da República. (*Muito bem.*)

Ninguém pode negar que esses homens, agentes declarados da Rússia, ocupam cargos eminentes, importantíssimos na administração pública do País. Estão eles penetrando também nas Forças Armadas. Neste livro transcrevo instruções do KOMINTERN sobre a guerra revolucionária, nas quais se diz ser necessária também a propaganda nas tropas regulares, para se terem bases que facilitem a ação popular das guerrilhas, na ocasião oportuna em que elas tiverem de eclodir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse no início destas minhas palavras, meu tempo seria muito breve. Vim tarde para a tribuna e meu tempo marcado era pequeno. Desejaria falar acerca dos problemas tão relevantes, que afligem o povo brasileiro. Mas não quero terminar sem dizer a V. Exa. que a grande intuição nacional manifestou-se há poucos dias, ainda que, com excessos nem sempre merecedores de aprovação, mas com expressões de sinceridade e de sentimento, dignas de todo respeito e admiração. O que domina nos países do nosso hemisfério é a tradição de liberdade. Não aceitamos nada, a maior fortuna, a maior felicidade material do mundo, se nos roubarem o direito de sermos livres. Ser livres! Como que escuto no peito do continente o tropear das forças de Bolívar,de O'Higgins, de Sucre, de San Martin, de Washington, de Hidalgo, de Pedro I. Esses galopes de cavalos na maravilhosa epopéia do Novo Mundo exprimiam a ânsia de liberdade dos nossos povos. Nunca passamos por períodos negros de escravidão, nem nos tempos de colônia, quando ainda se formava a nacionalidade. Não temos a tradição dos czares, nem da guerras de conquista que ensangüentaram a Europa e acorrentaram os povos. Tudo para nós são os direitos humanos, a liberdade. E o amor da liberdade exprimiu-se há dias, de maneira extraordinária, no Estado de Minas Gerais. Sim, é o espírito de Tiradentes, é a alma de Felipe dos Santos que se levantaram em Belo Horizonte há dias para afirmar que o Brasil jamais seria subjugado por regime totalitário. Que a Nação brasileira tome esse exemplo. Que se levante, esteja alerta, não só vigilante,mas disposta à ofensiva,

caso os acontecimentos se precipitem com a propaganda demagógica dos desordeiros e dos agitadores que agem em nome de Moscou ou servindo de mero instrumento dos pretensos conquistadores de nossa terra. (*Muito bem. Palmas.*)

Esta é a atitude de minha bancada, a atitude do meu partido e, desde já, iremos por todo o País, com a mesma varonilidade que já demonstramos em outros episódios da História brasileira, conforme é do consenso unânime da Nação, iremos por todo o País, conclamar nosso povo para uma união sagrada, a fim de que o Brasil jamais possa, por nossa culpa, por nossa inércia, por nossa omissão, por nossa indiferença, cair nas garras dos regimes totalitários que excluem toda a dignidade, toda a liberdade humana. (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

6. A Revolução de 1964

POSIÇÃO DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR QUANTO À ELEIÇÃO DO GENERAL CASTELLO BRANCO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Sessão de 12 de abril de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para compreender-se a posição do meu Partido, na presente eleição para Presidente da República, é preciso rememorar alguns fatos anteriores, a fim de que se veja a coerência com que agimos. Meu Partido se orgulha de jamais ter dado legenda a comunistas ou a linhas auxiliares do comunismo; meu Partido se orgulha de ter vindo de raízes desde quando levantamos, pela primeira vez no Brasil, a bandeira anticomunista; meu Partido se orgulha de ter sido a primeira agremiação, anteriormente denominada Ação Integralista Brasileira, que alertou a Nação para o perigo que, então, aflorava e que viera gradativamente a crescer, até ameaçar o fundamento das nossas instituições; meu Partido se orgulha de, num momento em que combatia o comunismo internacional, derramando o sangue de mártires em batalhas de rua, ter, também, uma Carta Constitucional, outorgada por uma ditadura que se implantava, às avessas. O mesmo totalitarismo que combatíamos ao combater o comunismo internacional.

Meu Partido, nesta Casa, foi o vanguardeiro, através de seus representantes, na tribuna, combatendo, preliminarmente, as relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética e os países comunistas, no que não tivemos audiência de muitos daqueles que, hoje, se alarmaram diante do perigo iminente que avassalava a Nação.

Meu Partido esteve presente, há trinta anos, em todas as lutas históricas pela manutenção da tradição cristã da nacionalidade, pela manutenção das instituições democráticas. Foi incompreendido, em várias ocasiões, guerreando por muitos daqueles que até há pouco tempo adotavam outra posição e que, de última hora, vieram combater o comunismo, muitas vezes para fazer cartazes eleitorais.

Nessas condições, meu Partido, neste momento histórico da Nação, continua no mesmo lugar: nenhum de nós mudou, estivemos sempre firmes nesta batalha. Por isso, é que, quando as forças políticas e militares da Nação se conglomeram em torno de uma candidatura que, certamente, trará ao Brasil, vitoriosa, a restauração da Constituição e o respeito ao Congresso Nacional,

candidatura essa que não esteve nos cartazes das ruas, nos comícios populares, meu Partido declara que votará no General Castello Branco. (*Muito bem! muito bem. Palmas.*)

HOMENAGEM A RANIERI MAZZILLI

Sessão de 22 de abril de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do meu Partido não poderia ficar silenciosa no instante em que a Câmara recebe de novo em seu seio aquele que a tem presidido com tamanho brilho, sensatez e prudência, aquele que, nos momentos difíceis da vida nacional, tem ocupado o cargo de Presidente da República, atravessando as duras crises que o Brasil tem sofrido na sua própria carne.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um instante em que os problemas cruciais brasileiros ainda não estão resolvidos. S. Exa., o Presidente Mazzilli, no curto espaço de tempo em que presidiu os destinos da Nação, pôde bem avaliar toda a extensão e profundidade das questões complexas que se apresentam ao nosso espírito, neste instante de transição para a vida constitucional do povo brasileiro. Agora, mais do que nunca, Presidente Mazzilli, neste instante em que V. Exa. volta à nossa Casa para presidir os nossos trabalhos, toda a nossa preocupação é que se cumpram os postulados da revolução brasileira. Estes postulados estiveram na boca dos oradores, estiveram nas faixas, nos comícios, estiveram nos cartazes de rua e se referiam a três pontos fundamentais: primeiro, a intangibilidade da Constituição, porquanto se fez esta revolução por se ameaçar tocar na Carta Magna do País; segundo, o respeito ao Congresso Nacional, porquanto ameaçadas eram esta e a outra Casa do Legislativo nos comícios de rua; terceiro, expungir o País dos elementos ligados a uma potência estrangeira que aqui agiam com a finalidade de extinguir em nossa Nação as liberdades públicas e privadas, abalar as instituições democráticas e nossas tradições cristãs.

Neste instante, é preciso que, congregados, os parlamentares estejam firmes na decisão de que se cumpram estes três postulados.

Não entrarei no mérito das medidas de emergência, nem na autenticidade do poder constituinte que surgiu nos dias agitados da vitória revolucionária. Não entrarei no problema da identidade dos que, nomeados constitucionalmente por V. Exa., Presidente Mazzilli, logo se auto-investiram dos poderes revolucionários. São problemas para serem tratados posteriormente, em época de maior calma e tranqüilidade, quando a Nação reentrar, definitivamente, sem restrição de espécie alguma, na caudal constitucional. Quero dizer é que nos cumpre a nós, legisladores da Nação, a esta Casa – presidida por um dos mais ilustres varões da República, que tantos serviços tem prestado ao nosso País –

defender, sustentar as prerrogativas do Poder Legislativo, não somente pela nossa própria dignidade, mas, principalmente, pelas repercussões internacionais que o mais leve arranhão o nosso Poder iria levar, notadamente na Organização dos Estados Americanos.

Sr. Presidente, meu Partido comparece a esta tribuna para, cumprindo o dever de alertar o Congresso Nacional para o momento que vivemos, render suas homenagens sinceras a este paulista, que se tornou já agora grande brasileiro, pelos serviços que tem prestado à Nação e, sobretudo, porque, neste instante crucial da nacionalidade, vai presidir nossos trabalhos, defender nossas prerrogativas, sustentar nossa dignidade e, principalmente, elevar o mais alto possível o padrão de nosso espírito jurídico em defesa da Constituição brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

ATUAÇÃO DE IPMs
E ACUSAÇÕES GRATUITAS

Sessão de 21 de novembro de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, jamais vim à tribuna tratar de assuntos pessoais, mesmo as clássicas explicações pessoais, porque entendo ser nosso dever precípuo nesta Casa examinar problemas gerais de maior importância para a vida da Nação.

Entretanto, hoje, sou obrigado a trazer assunto de caráter pessoal, mas que envolve, de certa maneira, questões de relevância para o País, neste momento em que os chamados IPMs assumiram as rédeas do Governo nacional, praticando todos os atos de tropelias a que estarrecido assiste o povo brasileiro. (*Muito bem.*)

Sr. Presidente, enviei, hoje, ao Sr. Darcy Lázaro a seguinte carta:

"Brasília, 14 de novembro de 1964.

Exmo. Sr.

Coronel Darcy Lázaro.

Com enorme surpresa li, no *Diário Carioca* de 4 de novembro corrente, uma notícia de que numerosos senadores e deputados são devedores de aluguéis dos apartamentos em que residem nesta Capital, segundo V. Exa. tem apurado, não sei a que título pois o assunto seria de competência da Justiça Civil, perante a qual os Institutos, proprietários dos prédios alugados, deveriam tomar as providências legais.

Ainda com maior surpresa vi o meu nome – e somente o meu nome – citado como um dos devedores do IAPI.

Acontece que, exatamente, sendo eu o único citado, estou absolutamente quites, desde 1960, quando se inaugurou Brasília, até a presente data, como demonstram os recibos que tenho em meu poder.

Para maior estupefação de minha parte, recebi de V. Exa. uma nota circular, data de 31 de outubro próximo passado, na qual V. Exa. me pergunta se reconheço minha dívida correspondente ao período de 1960 a 1964. Recorri ao meu arquivo e encontrei os recibos de todos os meses de 1960, 1961, 1962, 1963 e 1964.

Talvez os funcionários sob o comando de V. Exa. tenham-se reportado ao período inicial do presente ano, quando estive ausente, no exterior do País, e

em seguida, entregue a atividades revolucionárias em São Paulo e Minas Gerais, quando éramos poucos a pleitear uma nova situação para nosso País, da qual resultou a autoridade dos que hoje abrem inquéritos sobre a vida administrativa da Nação, pois nesse período, procurando pagar na Agência do Banco do Brasil os aluguéis devidos ao IAPI, fui informado de que o deveria fazer diretamente. Isso fiz no mês de agosto e sucessivamente em setembro e outubro, nada ficando a dever ao Instituto locador. Tenho a coleção completa destes recibos em número de 62, que comprovam o que afirmo nesta.

A notícia do jornal a que aludo dizendo que numerosos são os parlamentares devedores, declara o seguinte: "Entre outros, o Deputado Plínio Salgado do PRP". Por que sou o único a ser citado? E isso em 4 de novembro, quando os últimos pagamentos que fiz referiam-se ao mês de setembro e, já agora, ao mês de outubro que paguei antes do vencimento? Por que o único citado?

Tenho a impressão, Sr. Coronel, que existe, da parte de funcionários ou auxiliares de V. Exa., o propósito de desmoralizar perante a opinião pública aqueles que representam valores morais e cívicos, perante a Nação e, sobretudo os que se distinguiram na luta contra o comunismo, que ainda se encontra infiltrado nos órgãos administrativos do País.

Venho pela presente protestar com veemência contra a notícia a que me refiro, cujo contexto o repórter não poderia adivinhar, sendo-lhe, portanto, fornecida por quem se interessava em expor-me como devedor relapso ao juízo de meus concidadãos.

O simples fato de haver noticiário em jornais, antes das averiguações dos fatos, até a data de tal anúncio, evidencia a leviandade ou os intuitos ocultos dos que fornecem dados à imprensa e informações desatualizadas e inverídicas com que iludem a boa fé de V. Exa.

Em 30 e tantos anos de vida pública, Sr. Coronel, construí, com sacrifícios, um nome honrado; rejeitei as posições mais elevadas – Ministérios e Embaixadas – para não transigir e sustentar minha coerência doutrinária; nunca me acolhi à sombra do Poder para usufruir benefícios ou facilitar negócios; sou pobre e disso dei provas quando fiz minha declaração de bens como candidato à Presidência da República em 1955, solicitando uma Comissão de Inquérito para averiguar a verdade do que declarava; estive exilado oito anos, por não concordar com um governo totalitário que era apoiado pelas Forças Armadas de então; no exílio vivi à custa de meu trabalho e de auxílios de companheiros dedicados; e desafio quem quer que seja para que abra devassa em toda a minha existência, para ver se encontra o mínimo deslize ou a menor concessão em detrimento de minha honorabilidade. É pois, com profunda mágoa que vejo agora meu nome exposto numa notícia em que somente meu nome figura, e indevidamente, pois naquela data de 4 de

novembro os que assim procederam deveriam verificar os apontamentos do IAPI. Não se expõe assim a interpretações malévolas a honra de um homem de bem".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem. Palmas.*)

INTERVENÇÃO EM GOIÁS E A AUTONOMIA DOS ESTADOS

Sessão de 29 de novembro de 1964

O SR PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente quero estabelecer distinção entre a decisão do Supremo Tribunal e aquela que hoje depende desta Casa.

No primeiro caso tratou-se de um *habeas corpus* preventivo, temendo o Governador de Goiás fossem praticadas violências contra sua pessoa, inclusive aquela de ser afeta a autoridade indevida a acusação que lhe era imputada e o respectivo inquérito e processo. O Supremo Tribunal Federal não fez mais do que, concedendo o *habeas corpus*, definir também as competências e responsabilidades dos poderes adequados a tratar dessa matéria.

Dos discursos que aqui ouvimos, do ilustre Deputado Gustavo Capanema e do não menos ilustre Deputado Aliomar Baleeiro, tiramos a conclusão de que realmente, logo depois que se deu a decisão do Tribunal, aquele órgão supremo da Justiça brasileira agiu corretamente, não lhe competindo entrar em indagações outras. Posteriomente o Presidente da República decretou a intervenção do Estado de Goiás, também dentro das normas constitucionais. S. Exa. agiu corretamente. Encontrava o remédio para os males que anunciava à Nação e adotou esse critério e essa providência.

Em relação ao meu Partido, observávamos os fatos, ainda que tendo conhecimento muito anterior àquele em que tiveram autoridades militares do que se passava naquele Estado de tempos para cá. Cheguei mesmo, como me interessa a segurança do País e de acordo com a tradicionalidade da minha luta contra o comunismo e as linhas paralelas desse movimento internacional, a enviar, por minha conta, emissários, que me trouxeram relatórios, diante dos quais não me causam menor surpresa as informações do Presidente da República. Estávamos entretanto, os do meu Partido, escrupulosos ao atentar para um fato que não deveria escapar à nossa percepção e meditação: a autonomia dos Estados. Iria uma intervenção ferir a autonomia dos Estados e abrir caminho para outras? Em discurso que pronunciei em São Paulo, num banquete oferecido ao Secretário de Segurança, fui até áspero e enérgico na sustentação da autonomia dos Estados, principalmente do de São Paulo, do qual muito se fala no atual momento. Entretanto, a técnica comunista, o vocabulário, os termos usados internacionalmente pelos adeptos de Moscou jamais escaparam das nossas observações. Existem certos temas preferidos dos adeptos dessa doutrina corrosiva. Por Exemplo: o Governador Mauro Borges,

em manifesto à Nação, declara que estava sendo perseguido porque um grupo de integralistas e membros da Câmara dos 40 haviam envolvido o Ministro da Guerra e estabelecido um esquema para o caso de Goiás. Isso ecoou nas fileiras do meu Partido. Meu Partido não é partido de cúpula, não exerce a ditadura das cúpulas, consulta suas bases. E de todos os pontos do território nacional, começamos a receber os protestos indignados dos diretórios regionais e municipais do meu Partido, que reconheceram, numa simples frase, a índole do pensamento do Governador de Goiás.

Sr. Presidente, tenho notado, no curso de minha luta política, que os liberais democratas, que os socialistas moderados são adversos ao meu Partido, mas não nos odeiam, não nos olham com rancor e não nos acusam de fatos graves. Mas aqueles que, a propósito de tudo, vêm invocar os integralistas, defensores da integridade da Nação desde há trinta anos, esses, para mim, estão inscritos entre os que usam a terminologia e versam os temas preferidos pela organização internacional.

Nestas condições, Sr. Presidente, meu Partido, não por maioria, porque temos disciplina, mas por unanimidade (*muito bem; palmas*), resolveu apoiar o Presidente da República. A interpretação constitucional que se tem dado nesta Casa a respeito da desintegração nacional não colhe para um homem inteligente. Não se trata de separatismo; trata-se de desintegração intelectual e moral, como se deu em Cuba. Um corpo pode perder um membro, ter uma perna decepada, um braço,mas pode também, sem perder nenhum membro, ser levado por septicemia à morte. Por conseguinte, aprovo e aplaudo o ato do Sr. Presidente da República, em nome do meu Partido. E votaremos favoravelmente à Emenda Pedro Aleixo. (*Palmas. Palmas.*)

ORAÇÃO CONGRATULATÓRIA PELO ENCERRAMENTO DA LEGISLATURA DE 1964

Sessão de 1.º de dezembro de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é este um momento de regozijo para todos nós: termos atravessado um ano tumultuoso, de graves acontecimentos políticos e terminarmos nossos trabalhos com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Julgo, entretanto, oportuno, já que a História é a mestra da vida e nela devemos procurar as fontes de onde se originam os fatos, no decorrer dos tempos, e, portanto, para sabermos a posição do Legislativo no Brasil, no presente momento, recorrermos a dados históricos da formação da nossa nacionalidade sob o regime da independência.

Sr. Presidente, é mister considerarmos os fatores que têm concorrido no Brasil para os desequilíbrios freqüentes e a busca das posições estáveis da política, do governo e da administração. Julgo andar acertado dizendo que, após a vinda de El Rei D. João VI ao Brasil, em 1808, trazendo uma plêiade de estadistas, como o Conde de Linhares e o Conde da Barca, realizando obras materiais da maior importância, como o saneamento da Baixada Fluminense, a fundação do Banco do Brasil, a fundação da Escola de Medicina, da Escola de Belas-Artes, da Indústria Siderúrgica e de muitos outros serviços daquele notável estadista, julgo que, a partir daquela ocasião, em plena luta na Europa, no período napoleônico, começavam a germinar as idéias do liberalismo democrático que finalmente viriam a influir decisivamente em nossa Pátria.

Em 1815, após o Congresso de Viena, por um fenômeno histórico que se não pode negar, ainda que seja tese afirmada pelos marxistas, a ação das grandes potências, tendo à frente Maeternick, Taleyrand e Cunning, no sentido de retornar à Europa aquele tipo de governo absolutista de que era égide e principal inspirador o Czar da Rússia, veio a reação liberal, no sentido da constitucionalização da Europa. Foi o período que abrangeu principalmente o lustro de 1815 a 1820. Era evidente que as idéias liberalistas do Velho Mundo viessem a ressoar aqui no Brasil, e assim a Constituição de Cádiz na Espanha, que concretizou as idéias liberalistas dos novos tempos, influiu grandemente nos espíritos da nossa pátria.

Em 1817 os pruridos republicanos e liberalistas manifestaram-se na revolução de Pernambuco. Em 1821 já o povo carioca no Largo do Rocio

reclamava uma Constituição e preferia que fosse adotada a de Cádiz enquanto não votássemos a nossa.

O Brasil, elevado a Reino no dia 16 de dezembro de 1815, começou a viver mais intensamente a vida política, e, em 1822, já sendo independente, por ter sido elevado a Reino, entendeu a Nação brasileira de separar-se da Metrópole, em conseqüência de a Corte Portuguesa, após a vitória liberal da Revolução do Porto, pretender reconduzir-nos à situação de colônia. É nessa ocasião que D. Pedro I proclamava a Independência do Brasil.

Um homem de genialidade política, José Bonifácio de Andrada e Silva, atento aos movimentos de sentido separatista que ameaçavam desagregar o grande Império, teve o expediente notável de vincular a nossa independência ao trono, à dinastia tradicional de Portugal.

Dom Pedro I assume o lugar de Imperador de todos os brasileiros e consolida a unidade nacional. Mas os pruridos regionalistas, os interesses locais falam de novo, e em 1824 temos nova revolução em Pernambuco que se estende, por grande parte do Nordeste. Neste período agita-se o Rio de Janeiro. Os jornais da época, de nomes pitorescos e expressivos, revelam a existência de uma corrente extremada, a que poderíamos chamar de "linha dura" daquela época. Eram os *nativistas*. Levados a um jacobinismo estreito, em tudo viam traição à nacionalidade, em tudo viam a corrupção dos costumes e de tal maneira agiam que não faziam outra coisa senão agitar os ânimos e perturbar os entendimentos, num período em que a Nação precisava iniciar a consolidação da independência e lançar as bases da sua economia.

Neste período surge um homem de grande, de notável capacidade e equilíbrio – o jornalista Evaristo da Veiga. No seu jornal *Aurora Fluminense* ele desfralda a bandeira da consolidação, do bom senso. Nacionalista como era, não ia ao extremo jacobinista da "linha dura" daquele tempo. Pretendia que os brasileiros se congraçassem numa linha de equilíbrio, a fim de que a Nação pudesse sobreviver. Mas os movimentos políticos eram cada vez mais agitados, e em 1831, a 7 de abril, tivemos a abdicação de D. Pedro I. Ressurge, novamente, o fenômeno regionalista. Em 1835 é a Revolução dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Grande trabalho deu aos estadistas da Regência. Finalmente, o patriotismo sadio dos gaúchos compreende melhor o momento brasileiro em que vivíamos. Mas as agitações continuavam. Dois fatos influíram na vida brasileira. Um, a conciliação da liberdade com a autoridade e o outro, a conciliação dos interesses regionais com a centralização do Império. Essas antíteses, uma a da liberdade em face à autoridade, outra a do interesse regional em face ao interesse da centralização do Poder, vieram desenvolvendo-se até à Maioridade, quando D. Pedro II, com 14 anos de idade, assume o Governo. Nesse período, os partidos, que eram apenas movimentos dispersos de idéias, se concretizam nas duas correntes fundamentais do Império – o Partido

Libertador e o Partido Conservador. Agem, lutam, pleiteiam suas idéias no sistema parlamentar. É a Constituição de 1824 recebida mal pelo povo brasileiro por haver sido antes dissolvida a Assembléia Constituinte para facilitar a sua outorga; é essa Constituição com o Ato Adicional posterior que dirige o movimento político da Nação brasileira.

Mas chega período em que os estadistas do Império verificam a necessidade de se encarar, na época da revolução industrial da Europa, o predomínio do progresso que então se exercia em todos os países sob a égide da Rainha Vitória da Inglaterra, de Napoleão III na França e de D. Maria I em Portugal. Era chegado o momento de se pôr de lado a preocupação das controvérsias partidárias e encarar os problemas econômicos fundamentais da Nação.

Foi a tentativa do Marquês do Paraná, realizando o Ministério de Concentração. Se grandes benefícios trouxe ao Brasil, principalmente dele defluindo a idéia que fez do Barão (depois Visconde) de Mauá grande realizador da nossa economia, também, por outro lado, concorreu para o esvaziamento ideológico dos partidos que principiaram a decair e apenas a se preocupar com as posições e a tomada do poder. Essa preocupação dos partidos se verifica principalmente, em 1868, com a queda do Gabinete Zacarias e, posteriormente, a subida do Gabinete Itaboraí. O Parlamento era unânime em apoiar Zacarias. Convocadas novas eleições, e verificando o eleitorado que já agora não era possível o Partido Liberal assumir o poder, Itaboraí assume o governo com a quase totalidade do Parlamento. Esvaziam-se os partidos.

Por outro lado, verificávamos esse fenômeno novo, que é presente em nossos dias: a idéia do federalismo, as revoluções de vários pontos da Nação brasileira, entre as quais a revolução de 1842, chefiada por Teófilo Otôni, em Minas, por Diogo Antônio Feijó e o Brigadeiro Tobias em São Paulo. Revelavam o anseio das partes componentes da Nação de terem autonomia e se dirigirem por si mesmas. A idéia federalista atuou com grande intensidade nas mentalidades do tempo, de tal maneira que um homem como Rui Barbosa, que era fiel ao Partido Liberal, a que pertencia, declarou, de certa feita, que desejava o federalismo e por ele propugnaria ainda que fosse sem o trono – com o trono ou sem ele, mas o federalismo. O federalismo, então, assume a forma moderada, a síntese entre o separatismo que pretendia desagregar a Nação brasileira e o centralismo absorvente. Foi a magnífica idéia de um novo equilíbrio, para suprimir os desequilíbrios tendentes à dissolução da nossa Pátria.

Com o federalismo, veio a República. A República adotou a fórmula americana, os Estados tornaram-se autônomos. E estamos caminhando desde 1889 até o presente ainda com os mesmos termos que determinaram a estrutura da História brasileira a partir da independência: de um lado, a conciliação da

autoridade com a liberdade; de outro, a conciliação dos interesses regionais com os interesses nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no presente momento brasileiro, verifico que esses termos das duas equações se põem diante de nós e das nossas responsabilidades parlamentares. Não irei examinar, porque seria delongado, tudo quanto se passou de 89 até o presente. Vimos a revolta da Esquadra, Gumercindo Saraiva marchando do Sul para a Capital da República, a reação de Floriano Peixoto, a pacificação civil de Prudente de Morais, a consolidação financeira de Campos Sales; posteriormente as grandes realizações do notabilíssimo estadista Rodrigues Alves com sua equipe em que figuraram Rio Branco, Oswaldo Cruz e Pereira Passos; vimos, depois, os governos sucessivos com agitações permanentes, nenhum deles isento das graves perturbações que todo o povo brasileiro conhece; vimos o período em que Pinheiro Machado, eminência parda do Governo do Marechal Hermes da Fonseca, pretendeu extinguir as oligarquias dos diversos Estados com intervenções federais; vimos a atitude de Rui Barbosa, quando se levanta no Senado, a combater Seabra, seu coestaduano, que do forte São Marcelo bombardeou a capital baiana para servir aos objetivos do General Pinheiro Machado em detrimento da autonomia da Bahia; vimos, naquele período, a intervenção em Goiás, com a derrubada dos Caiados; vimos a derrubada de Rosa e Silva em Pernambuco; vimos a ameaça de intervenção no Estado de São Paulo, quando o Presidente Albuquerque Lins se levantou com as "juntas antiintervencionistas" em todos os municípios e a firme decisão de Washington Luiz de organizar militarmente o Estado, o que levou Pinheiro Machado a transigir e a entrar em composição com o Governo daquela unidade federativa.

Tudo isto tem acontecido. Mas, chegamos a um momento da vida brasileira em que se põem novamente os termos conhecidos no período do Primeiro Império e da Regência. Estamos preocupados em manter o equilíbrio governamental e o equilíbrio nacional. O equilíbrio governamental, Srs. Deputados, não pode encontrar outra solução senão aquela velha solução do velho Montesquieu que, após longos estudos e observações por vários países da Europa, chegou à conclusão de que só pode haver liberdade e autoridade, regência das lei, domínio da justiça, com a existência de três poderes independentes entre si e harmônicos no sentido de efetivação dos supremos interesses nacionais. Se diminuirmos o Legislativo ou o Judiciário, ou o Executivo, se um em detrimento de outro se hipertrofiar, teremos um desequilíbrio que ocasionará uma situação de desconfiança do povo, de falta de fé nos seus próprios direitos.

Nestas condições, cumpre ao Congresso Nacional, neste momento, pugnar para que esse equilíbrio seja mantido; que o Executivo respeite o Legislativo, que o Legislativo respeite e colabore com o Executivo, que o

Executivo e Legislativo vejam no Judiciário o supremo intérprete das leis e da Carta Magna da Nação e, respeitando-se os três entre si, possam garantir ao povo brasileiro a soberania nacional, o direito dos cidadãos, o equilíbrio econômico, a paz interna, a ordem, a disciplina e tudo de que depende o progresso que tanto almejamos para nosso País.

Por outro lado os dois termos da outra equação: o federalismo e a unidade nacional. Manter a unidade nacional é fundamental, mas manter as prerrogativas de autonomia dos Estados é também imperativo da própria unidade nacional. Se nós pretendermos, para defender a unidade nacional, ferir o princípio federativo, nós iremos regredir para a situação do Primeiro Império e da Regência, quando à míngua de meios constitucionais e legais levantavam-se regiões do país com suas bandeiras intentando a autonomia total, isto é, a própria independência e segregação da Pátria; e se exagerarmos em sentido contrário, poremos em risco a unidade nacional.

Temos, pois, neste momento e para o próximo ano, estes problemas postos diante dos nossos olhos. Colaboremos todos como Evaristo da Veiga o fez, naquele período terrível do Primeiro Império, colaboremos todos nós no sentido de traçarmos a linha do equilíbrio, do bom senso, sem paixões partidárias, sem interesses pessoais, mas vendo acima de tudo o interesse da Nação.

Ditas estas palavras, Sr. Presidente, que julguei oportunas porque vejo a política brasileira, menos como Deputado e chefe de partido, do que como sociólogo e historiador, quero agora agradecer a boa convivência que tivemos com os parlamentares de todos os partidos, eu e minha bancada, no decurso deste ano. Quero agradecer em nome da minha bancada a maneira correta, alta, inteligente e digna com que V. Exa. tem presidido nossos trabalhos (*palmas*), a atitude e ação que se traduzem agora em documento da mais alta oportunidade, que recomendo à leitura de todos os brasileiros, tal o que V. Exa. leu ao início desta sessão. Quero agradecer aos funcionários desta Casa tudo quanto fizeram para nos ajudar. Não quero de maneira nenhuma deixar de assinalar os funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos, tão solícitos em nos atender, e os funcionários do Banco do Brasil, e da Caixa Econômica, sempre também solícitos e delicados no atendimento que nos deram. (*Palmas.*) Quero agradecer, finalmente, ao povo brasileiro, a confiança que em nós depositou para que pudéssemos executar os nossos trabalhos. E quero agradecer acima de tudo, porque espiritualista sou e creio em Deus, quero agradecer à Divindade Suprema os benefícios que tem trazido ao Brasil, evitando que ele caia na anarquia e na desordem, trazendo os remédios oportunos, a cada momento em que precisamos deles. Quero agradecer à Divina Providência o bom senso que parece estar raiando na Nação, com o desejo da cooperação de todos, isentos de ódio e animosidade para que sejamos verdadeiros irmãos, neste momento que

não podemos deixar de inserir na gravidade do instante internacional. Srs. Deputados e brasileiros de toda a nossa Pátria: unamo-nos em espírito e coração, para realizarmos a grande obra de consolidação da democracia, segundo o esquema dos grandes pensadores e juristas do passado e do presente, para que haja liberdade, para que haja autoridade e os dois termos – liberdade e igualdade –, se realizem em normas de justiça social beneficiadoras de nosso povo.

Srs. Deputados, seja o nosso pensamento neste instante de agradecimento a Deus e de um pedido fervoroso, para que o ano próximo seja um ano de construção, seja um ano da união; apaguem-se os ressentimentos e elevemo-nos todos, num só espírito: o de construir a grande Pátria brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

A EXTINÇÃO DOS PEQUENOS PARTIDOS

Sessão de 25 de maio de 1965

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia eu, como Presidente de um dos partidos chamados pequenos, já que o critério atualmente adotado é o da prevalência da quantidade sobre a qualidade, deixar de pronunciar-me, no momento em que a Câmara vai votar o Estatuto dos Partidos, acerca da nova situação que se criou e que fere fundamentalmente os direitos humanos.

Ainda ontem, votávamos a favor do envio de tropas a S. Domingos sob o pretexto de que ali estavam sendo feridos direitos humanos. Agora, envia o Executivo ao Legislativo para que este o aprove, inominável atentado aos direitos humanos.

Querer impedir que cidadãos esposando as mesmas idéias, ajam, partidária e eleitoralmente no sentido da disseminação de seu pensamento, isso representa um atentado que corresponde à verdadeira cassação de direitos. Assim, muitos de nós, que participamos da Revolução de 31 de março e que vimos a cassação de direitos políticos de vários cidadãos, assistimos à cassação agora de direitos políticos dos pequenos partidos e de milhares de cidadãos. De que modo? De um modo sutil e sinuoso, método que poderemos chamar leninesco, isto é, impondo condições para sobrevivência desses partidos. (*Muito bem.*)

Não compreendo, nem do ponto de vista filosófico, nem do ponto de vista matemático, nem do ponto de vista gramatical, uma pluralidade mensurada, uma pluralidade condicionada a exigências de tal maneira que, praticamente, deixa de existir.

Que se pretende com o novo Estatuto dos Partidos? Diz o Governo que se quer a moralização dos costumes políticos. Mas, pelo contrário, o que vamos ter é uma regressão nos costumes políticos, é uma desmoralização maior, porquanto, se sobreviverem apenas dois partidos sem conteúdo ideológico, onde se misturam indivíduos de variadas tendências, voltaremos ao período do caciquismo, do chamado coronelismo, sem as vantagens daquele e com todos os defeitos inerentes à situação daquele tempo.

Os grandes partidos mesmo de agora por diante serão meros departamentos da Justiça Eleitoral. A unificação dos estatutos tira-lhes as características que os diversificam. A marca da personalidade da entidade jurídica constituída está justamente na diferenciação de uma com as outras. E o

que vemos é o leito de Procusto, submetendo todos à mesma regra, à mesma norma, e subordinando-os praticamente ao arbítrio do Governo. Amanhã, esses partidos irão subdividir-se, não por motivos ideológicos, mas por ambições pessoais. Por conseguinte, voto contra o Estatuto dos Partidos. Voto contra o projeto da Presidência da República e voto contra o substitutivo.

Sr. Presidente, este episódio da vida nacional brasileira me faz recordar o célebre conto de Machado de Assis – "A República dos Aracnídeos". Ele escolheu justamente as aranhas, como símbolo dos legisladores, que também tecem e retecem artigos e parágrafos, com o que ficam as leis muitas vezes confusas. Imaginou ele esse país das aranhas para ferir o problema da reforma eleitoral. Naquele país, havia o sistema do saco e das bolas; quando havia burla do inscritor de candidatos ou do extrator das bolas, reunia-se a assembléia e fazia uma nova lei. A tal ponto, que certa eleição foi anulada porque a um candidato faltava a última letra do nome e a outro faltava a primeira. Nessa ocasião, ficou eleito um indivíduo, Nabigo, um argentário, que se aproveitou da situação. E, então, veio a nova lei eleitoral, resolvendo que, no caso de outros erros de letras, cinco testemunhas bastariam para identificar o candidato. Procedeu-se a uma eleição, posteriormente. Havia um candidato chamado Nebrasca e outro Caneco. Quando se extraíram as bolas, verificou-se que, ao nome de Nebrasca, faltava a última letra. Vieram as cinco testemunhas e provaram que Nebrasca era o próprio e o único da república dos aracnídeos. Então recorreu Caneco à Justiça Eleitoral e chamou para depor um filósofo, que, grande sabedor da Lingüística além de metafísico e matemático, provou por *a* mais *b* que Nebrasca, sem a última letra, nada mais era do que Caneco. E Caneco ficou eleito. Então, nova lei eleitoral foi feita e, posteriormente, a ela, muitas outras leis.

Ontem, assistimos à discussão do Estatuto dos Partidos e vimos as mil filigranas apresentadas pelos oradores; assistimos ao exame minucioso de artigos e parágrafos e tive a impressão de estar na república dos aracnídeos, de Machado de Assis, tecendo e retecendo artigos e parágrafos para maior confusão do povo.

Na verdade o que o Brasil precisa, Sr. Presidente, não é de mais leis eleitorais. O Brasil precisa é de mais educação moral e cívica. O brasileiro precisa de reformas de costumes: não haverá lei nenhuma que consiga moralizar a política brasileira e a vida dos partidos. É uma ilusão de teóricos, é uma ficção engendrada pela rotineira burocracia da Justiça Eleitoral e por aqueles que, tendo vivido a vida dos quartéis, ignoram o que seja a vida civil e, principalmente, a realidade profunda do sertão brasileiro.

Voto, portanto, contra qualquer reforma eleitoral neste instante, porque o que desejo, o que quero para a minha Pátria é reforma dos costumes pela pregação da moral, pela educação moral e cívica, sem o que de nada

adiantarão leis e mais leis, porque continuaremos sempre mal-exprimindo a verdadeira e profunda vontade do povo brasileiro. Voto contra, Sr. Presidente.
(*Muito bem; muito bem. Palmas. Palmas.*)

A EXIGÊNCIA DE QUATRO ANOS DE DOMICÍLIO ELEITORAL

Sessão de 4 de junho de 1965

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, minhas palavras serão muito breves.

Forçado por motivos que me impediram de chegar a Brasília a tempo de alertar os Srs. Deputados e principalmente os Senhores membros da Comissão para um inciso que agora se incorpora à Constituição, entendi dever meu, e os Deputados de minha bancada também o entenderam, dentro de poucos minutos encaminhar declaração de voto a respeito desse inciso.

Poderei resumi-la, rapidamente, neste encaminhamento de votação:

O inciso IV ao art. 139 da Constituição, exigindo quatro anos de domicílio eleitoral no Estado para qualquer cidadão ser candidato à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, primeiro, fere de morte o sentido e o espírito dos partidos nacionais; segundo, restringe os direitos políticos dos cidadãos brasileiros; terceiro, extingue a substância doutrinária das organizações partidárias conhecidas em todo o País pelo seu conteúdo programático, normas de ação e de atitudes comuns a brasileiros de todos os Estados na objetivação de interesses genuinamente nacionais; quarto, desvincula o eleitorado nacional das motivações nacionais; quinto, violenta os legítimos direitos de escolha do eleitorado brasileiro circunscrito aos âmbitos do Estado; sexto, representa uma regressão intelectual, moral e cívica nos costumes políticos brasileiros porque institui no Brasil os critérios opinativos sobre matérias doutrinárias subordinados a zoneamentos da clientela, restaurando o caciquismo político e a dominação dos caudilhos.

Este o resumo da declaração de voto que, dentro em pouco, enviarei à Mesa, protestando contra mais este passo à retaguarda nos costumes políticos do Brasil. (*Muito bem!*)

PANORAMA DO DIREITO CONSTITUCIONAL, ANÁLISE DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO ENVIADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DEFESA DA EMENDA REFERENTE À CRIAÇÃO DA CÂMARA ORGÂNICA

Sessão de 22 de dezembro de 1966

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, não sou daqueles que freqüentam assiduamente esta tribuna, mas entendo dever meu estar presente a ela todas as vezes em que se debatem os graves problemas relativos aos supremos interesses da Nação. Estamos vivendo um momento de tal relevância e magnitude, que não poderia deixar de cumprir o meu dever aqui estando presente nesta manhã.

Trata-se da nova Constituição. Entendo que os Srs. Congressistas, Constituintes neste momento, devem ter, antes de tudo, a preocupação de bem servir à Nação, pelo que minhas palavras, como a de meus colegas, não devem ser nem de apoio incondicional ao Governo nem de crítica acerba de um oposicionismo sistemático. Temos de encarar a realidade como ela é e dentro dos limites do que podemos fazer para beneficiar a Nação. Devemos apreciar este problema, preliminarmente, com uma consciência histórica; em seguida, com uma consciência doutrinária; depois, com uma consciência das realidades atuais do mundo e da nossa Pátria e, finalmente, com o espírito revolucionário, e não apenas voltados para aquilo que Tardieu, em prefácio a um livro de Lefèvre, diz:

> "Não temos passado até agora nesta matéria como em outras de simples emendas retificativas de rotinas, evidente. É preciso passar das emendas que mascaram para as reformas profundas que constróem."

Srs. Congressistas, do ponto de vista da consciência histórica em relação ao problema constitucional, cumpre-nos remontar, ainda que sucintamente, a fases anteriores à época em que vivemos. Pode-se dizer que as Constituições modernas tiveram origem remota no Século XVII, quando predominou o racionalismo filosófico e podemos dizer que a raiz mais profunda das Constituições mais modernas se encontra no ato de Guilherme III, da Inglaterra, inspirado pelo racionalismo de Sommers.

Decorreu o tempo do Século XVII e, no curso do Século XVIII, surgiram as novas idéias oriundas daquele naturalismo filosófico do Século XVII. São figuras principais do novo pensamento: Jean-Jacques Rousseau e, com preponderante influência nos espíritos da época, o filósofo inglês Locke. As Constituições modernas inspiram-se na fonte pura das declarações de direitos. Rousseau considera – e não podemos deixar de aceitar – que uma Constituição é um contrato entre a nação e o governo, entre a nação e o Estado que ela criou. O Estado é criatura da nação. A nação cria-o para ordenar os assuntos internos e exercer as relações externas. O Estado não pode, portanto, absorver a nação, porque a nação é a realidade viva e palpitante dos grupos naturais que a compõem. É a nação, com seus direitos de soberania, que transfere ao Estado, sua criatura, o poder de ordenar as leis que devem reger as relações internas e externas.

Nestas condições, vejo nas Constituições, antes de tudo, declarações de direitos, e o ordenamento dos deveres que competem aos grupos naturais e aos indivíduos não é mais do que uma garantia para que esses direitos sejam exercidos. Poderemos indagar: que existiu primeiro – o direito ou o dever? Afirmarei que existiu em primeiro lugar o dever. O homem, biológica e espiritualmente, pelos seus atributos, pela sua racionalidade, pela sua finalidade superior e transcendente, tem deveres a cumprir para consigo mesmo, para com a sociedade em que vive, para com a pátria a que pertence. Por conseguinte, para cumprir esses deveres, necessita de direitos, e as constituições são antes de tudo declarações de direitos.

No período do Século XVIII, as idéias de Locke, que influenciou grandemente Montesquieu, o arquiteto inexcedível da divisão dos Poderes, dominaram inteiramente os espíritos mais lúcidos. Assim tivemos, em 1786, a Declaração dos Direitos de Virgínia, inspirada principalmente em Jefferson. Posteriormente, em 1887, tivemos a lei que rege os Estados Unidos da América do Norte. As idéias vindas da Europa para a América volveram à Europa e, em contrapartida, são os americanos que influem no espírito daqueles que deflagraram a Revolução Francesa. Finalmente, em França, a Declaração dos Direitos Humanos, de 1889, vem completar o ciclo da evolução de um pensamento que iria determinar as revoluções, objetivando a constitucionalização dos países do Ocidente.

A crise da Revolução Francesa durara vários anos. Foi a partir de 1794, com o golpe de Termidor, que se iniciou a recomposição do espírito político francês para chegar às conclusões posteriores. Finalmente o golpe de Brumário vem terminar a série das incongruências das idéias que se contrabatiam sangrentamente naquele período histórico. Mas é no período napoleônico que a idéia da revolução brilha na ponta de sua espada e é levada para todos os países

da Europa. Terminado o ciclo bonapartiano, e após o Congresso de Viena em 1815, verifica-se a seguinte situação: a idéia do governo absoluto domina as grandes potências que então preponderavam sobre a história do mundo: a Rússia, a Prússia, a Áustria, a Inglaterra e a França. A fundação da Santa Aliança é uma idéia nitidamente reacionária e favorável ao poder absoluto dos reis. Por outro lado, continua o desenvolvimento das idéias que vinham da Revolução Francesa. E uma grande estabilidade se estabelece nos espíritos europeus.

É em 1820 que começam os grandes movimentos pró-Constituição. Aparentemente, o historiador verá nesses movimentos, um anseio por amplas liberdades. Na realidade, dava-se o contrário: era a estabilização das idéias, de um lado, e do outro a abolição do governo absoluto. Objetivava-se aproveitar o que havia de melhor no movimento revolucionário francês. Em 1820, portanto, as nações européias começam a preocupar-se com as cartas constitucionais. Até então não era necessária, como se viu na Inglaterra, a existência de uma Constituição. Era a sucessividade das leis, dos atos, que informava toda a legislação inglesa. Mas naquele momento a Europa sentia a necessidade de um equilíbrio. Revolução também significa retorno. O prefixo *re* é bem significativo, porquanto se dizemos *involução* (para dentro), *evolução* (para diante), dizemos revolução, para significar a volta ao equilíbrio perdido. Não quer dizer voltar ao que já era, ao que já não tinha mais sentido nem consonância com os acontecimentos históricos e sociais, mas volver ao equilíbrio em novas condições, porque a humanidade progride numa espécie de espiral, passando pelos mesmos pontos, porém sempre acima e em circunstâncias diferentes.

Em 1820, desencadeou-se o movimento visando à cristalização das idéias novas em cartas constitucionais.

O Brasil nesse tempo começava a despertar como nação. Foi país até a Guerra Holandesa. Foi pátria desde a Guerra Holandesa até o Tratado de Madri, de 1850, quando no art. 3.º se evidenciava claramente, redigido que foi por um brasileiro, Alexandre de Gusmão, a diferenciação entre a nossa Pátria e as demais nações do mundo, e com relação à própria metrópole. Porque nação é diferenciação. Pátria é sentimento; nação é consciência de diferenciação entre os demais povos.

Nós despertamos, desde 1730, para um movimento pela independência, entre os quais figura como símbolo a Inconfidência Mineira. Mas D. João VI, em 16 de dezembro de 1815, elevou o Brasil à categoria de Reino. As Cortes de Lisboa, que cogitavam da nova Constituição para abolir o poder absoluto, entenderam que deveríamos volver à condição de colônia. Então, o 7 de Setembro não foi propriamente a Independência, porque já éramos independentes; foi a separação da metrópole. Em 1820, as idéias européias já

predominavam extraordinariamente em nosso País. Ainda que os historiadores digam que a Carta Constitucional de 1824 se inspira nas idéias de Benjamin Constant, tenho para mim que o que mais influiu no constitucionalismo brasileiro foi o movimento de Cádiz.

Já em 1812, o General Do Riego levantou uma revolução em Espanha para dar àquele país uma carta constitucional. Não o conseguiu na ocasião, mas, em 1820, foi promulgada a Constituição de Cádiz e foi essa a que mais influiu nos espíritos brasileiros, ao ponto de reunir-se o povo do Rio de Janeiro no Largo do Rocio, para clamar e exigir do Príncipe Regente D. Pedro a adoção da constituição espanhola, enquanto não tínhamos a nossa.

Em 1822 ficamos independentes. Mas o povo brasileiro não se conformava apenas com a independência; queria uma Constituição. Era urgente, portanto, essa Carta, para que o Brasil pudesse viver dentro do regime legal, com garantias de direitos e tracejamento nítido de deveres.

O povo brasileiro sempre entendeu que a Constituição é a ordem. Num livro que publiquei, intitulado *Psicologia da Revolução*, narro um pequeno episódio, ocorrido em minha terra natal, onde havia um delegado de polícia truculento. Quando foi outorgada a Carta Constitucional de 1824, mandou ele prender todos os vagabundos e criminosos, amarrá-los num poste e dar-lhes uma surra em regra. E exclamou: "Isto é para que vocês saibam que agora temos Constituição".

A Constituição para ele, portanto, como para os demais brasileiros, era a ordem, era o respeito à lei, era ninguém ultrapassar por sua própria liberdade o direito alheio.

Ora, Dom Pedro I, outorgou a Carta e usou de um ardil: submetê-la ao referendo das Câmaras Municipais. Era um artifício. Mas oportuno será cotejarmos aquela situação com a presente. Atualmente, temos uma Carta Constitucional enviada ao Congresso pelo Presidente da República. Poderia Sua Excelência, em condições melhores que Pedro I – porquanto estamos em plena Revolução desde 1964, revolução com poderes constituintes, com todos os poderes, como temos visto pelos Atos Institucionais e Complementares – usar do artifício de nosso primeiro Imperador, outorgando a Carta Constitucional e subordinando-a ao *referendum* das Câmaras Municipais. Não quis S. Exa. usar desse artifício. Também poderia, como em 1937, usar da força, da violência, da brutalidade e outorgar uma Constituição. Também não quis. Não quis nem o artifício nem o arbítrio violento.

Com isso, demonstra S. Exa., claramente, que não quer legar ao seu sucessor uma situação de perplexidade constante das incertezas em que temos vivido.

Há dois anos, Srs. Congressistas, não sabemos o que se vai passar na semana seguinte. É a instabilidade nas leis, é a perspectiva de novos atos

institucionais ou complementares, é a desconfiança, não somente na vida política mas até na vida dos negócios. A Nação como que se paralisa, perplexa, estupefata, sem coragem de agir, de tomar qualquer iniciativa, porque pode ser que, na semana próxima, tenhamos uma nova situação legal. Esta instabilidade não deve afligir apenas o povo brasileiro; deve ter afligido imensamente o próprio Chefe da Nação, e ele, preocupado em não legar ao seu sucessor tal situação, deu a maior demonstração do seu espírito, não só democrático, mas de equilíbrio, de bom senso e, principalmente, de respeito ao Congresso Nacional, ao povo brasileiro, que nós nesta Casa representamos: enviou-nos o seu Projeto de Constituição. De tal maneira S. Exa. se mostra isento de quaisquer paixões ou pensamentos *en arrière* que, no trecho curto de sua mensagem de 42 linhas impressas, S. Exa. tem uma frase verdadeiramente significativa: "Estou certo de que, na sua tramitação, o Projeto será aprimorado, para melhor servir aos interesses da Pátria".

Maior prova de isenção não se pode ter. S. Exa. espera de nosso trabalho, de nossas emendas, visando à correção do seu projeto.

Estamos, portanto, numa situação em que deveremos encarar a realidade, da qual inútil seria tentar fugir. Não podemos negar que tivemos uma revolução e que continuamos no desenvolvimento do processo revolucionário, até o presente. Não podemos negar que vivemos sob a situação de arbítrio dos Atos Institucionais e Complementares. E não podemos negar – e S. Exa. o Presidente da República é o primeiro a entender – que esta situação não deve demorar; que precisamos ter uma Carta Constitucional. Estamos agora examinando a Carta e perguntamos: Estamos de acordo com ela? Não em tudo. Mas que fazer? Emendá-la. Emendá-la para, como diz S. Exa. o Presidente da República, aprimorá-la a fim de que melhor possa servir à Nação. Se votarmos favoravelmente a esta Constituição, teremos o período das emendas, para corrigi-la e adequá-la aos interesses do País. Se, ao contrário, a rejeitarmos, significa essa atitude que queremos continuar dentro do arbítrio. Esta Constituição, automaticamente, será aprovada e, então, que teremos feito? Se votarmos contra, teremos concordado em que se oficialize, se torne efetivo, permanente e vigente, tudo aquilo que consideramos arbítrio e excessos do Poder Executivo.

O Sr. João Herculino – Estou aqui, encantado, ouvindo o discurso de V. Exa. E, como comentava eu com meus colegas, é uma verdadeira aula que V. Exa. dá. Com a sua cultura invulgar, com a sua prodigiosa memória, está V. Exa. realmente brindando este Congresso com a magnífica exposição sobre as origens do Direito Constitucional. Entretanto, peço vênia para discordar, quando V. Exa. diz que, se não votarmos esta Carta, estaremos optando pelo arbítrio. Creia-me V. Exa.: que a simples leitura do projeto enviado a esta Casa

pelo Governo dá-nos a perceber que o governo não concordará em que ele seja modificado – e esta Casa, pela sua maioria, somente fará aquilo com que o Governo concordar – o que significa a perpetuação do arbítrio. Seguindo o exemplo de 34 e 37, permanece o erro, confirmado agora, no artigo 170, que diz:

> "Ficam aprovados e excluídos da apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como: ..."

E, então, se estabelece que os atos praticados até 15 de março estarão fora da apreciação judicial.

Para mim, nobre Deputado, o que há de mais nocivo, de mais desprezível, de mais repugnante, nesta Carta, é este cheque em branco que nós estamos dando ao Presidente da República, é este *aprovo* dos atos ditatoriais que poderão vir, seguindo uma natural tendência deste Governo, depois da promulgação desta Constituição pelas Mesas do Congresso e pelo próprio plenário, até a data em que este País verá a substituição do Marechal Castello Branco pelo Marechal Costa e Silva.

Nobre Deputado, deve ter esta Casa notado que não abri a boca até agora a respeito desta Constituição. Digo mesmo que as notícias de jornal, inclusive editorial num jornal de Minas Gerais, dando pontos de vista meus a respeito dessa Constituição, não partiram de mim. O meu desencanto foi tão grande, nobre Deputado Plínio Salgado, que resolvi não falar nada. Mas tenho profundo respeito por V. Exa. e não poderia deixar de dizer que não concordo com V. Exa., quando diz que a não-aprovação global desse texto significa a nossa conivência com a continuação do arbítrio. A aprovação disto, nobre Deputado Plínio Salgado, isto sim, é que será a nossa conivência total e absoluta com o arbítrio passado e, o que é mais grave, com o que há de vir.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Exa., Sr. Deputado João Herculino, coloca-se num ponto de vista extremamente idealista, direito mesmo, romântico, em face da realidade brasileira. V. Exa. aparece como o conselheiro *sem peur et sen reproche*, sustentando suas idéias e não olhando para as conseqüências. Eu, com mais idade do que V. Exa., amargado nas experiências da vida pública brasileira, prefiro, a essa altura de minha vida, considerar aquilo que é possível, aquilo que nós poderemos fazer em benefício da Nação.

V. Exa. poderia, se se colocasse nessa posição de realismo, emendar a Constituição, expungir-lhe tudo aquilo que representa erro grave, em detrimento dos direitos individuais e dos interesses nacionais. Mas não o querendo fazer, V. Exa. se colocou apenas numa posição verdadeiramente bela, poética,

direi romântica mas não com o espírito de acudir à Nação em quanto é possível e naquilo que é possível.

Não pense V. Exa. que concordo, *in totum*, com o texto do Projeto de Constituição para aqui enviado e homens da maior relevância como o mestre que temos presente, o Senador Afonso Arinos, nos tem dado, nestes últimos dias, magníficas lições a esse respeito. (*Muito bem.*)

Em conversas particulares, externamos nossa opinião sobre vários pormenores e aspectos do texto constitucional. Não concordamos com muitos. Existem ali problemas de suma relevância que julgo estarem sendo tratados, não direi com leviandade, mas com certa abstração da realidade palpitante do País. Haja vista, por exemplo, o que se refere à intervenção nos Estados. É um problema da maior seriedade. A unidade nacional brasileira repousa na Federação. A Federação tem raízes profundas na História. Direi mesmo, desde que o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, formou-se uma consciência regional de interesses, um espírito social diversificado nos diversos pontos do País. No princípio do século passado, não atribuo à revolução pernambucana de 1824 senão aos excessos do Poder central em detrimento das regionalidades; em 1835, tivemos a revolução do Rio Grande do Sul, que chegou a proclamar a República de Piratini, também se sublevando contra os excessos do Poder central; e em 1842, Teófilo Otoni, em Minas, e Diogo Antônio Feijó, que havia sido o baluarte da unidade nacional na Regência do Império, se rebelaram com o Brigadeiro Tobias, clamando em seu manifesto contra os excessos do Poder Central.

A República teve o dom, a sabedoria de conciliar essas duas realidades: a realidade do espírito federativo e a realidade do espírito de unidade da pátria. A Constituição de 1891, neste ponto, é exemplar. Acusam-na de haver copiado os Estados Unidos. Não. Foram circunstâncias diferentes. Nos Estados Unidos, os diversos Estados-membros foram aderindo gradativamente à Nação. Nós já tínhamos essa diversificação que vinha da Colônia, que prosseguiu no Império, que se formou nos primeiros tempos republicanos. Não podíamos ter outro sistema senão o federativo. E o constituinte, hoje, deve ter a preocupação de equilibrar esses dois termos do problema para manter a unidade nacional.

Já em nossa contemporaneidade, a Revolução Paulista de 1932 acaso não foi um movimento idêntico ao da Revolução de 1842 e ao da Revolução de 1835, quando aquela unidade da Federação se sentiu constrangida e oprimida pelo excesso do Poder central? É assunto extremamente melindroso e exige dos mais competentes, dos mais argutos na interpretação da nossa História e na compreensão do nosso Direito Constitucional, solucionar da melhor maneira tão grave problema.

Outros pontos há que o espaço de um discurso não dará para pormenorizar. A exigüidade de tempo leva-me a ater-me às idéias gerais.

Mas a propósito daquilo que chamarei a introdução ministerial ao projeto da Constituição, ou seja, a Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, quero deter-me num ponto.

Diz S. Exa. que os estudiosos do Direito ficaram perplexos diante da realidade do mundo moderno, em conseqüência do progresso científico e tecnológico e do levantamento das massas e, por isso, entende ele urge introduzir inovações nesta Constituição, para atender a novas necessidades, ocorrências e circunstâncias.

Li a Carta Constitucional, com a maior atenção, e verifiquei que esta Carta é de 1946.

Se S. Exa. considera superada, ultrapassada a Carta de 1946, que fizeram os eminentes membros da ilustre Comissão que redigiu a nova Carta, serão aquilo que Tardieu apontava como emendas retificativas de indiscutíveis rotinas?

Emendaram apenas. Emendaram, a maior parte das vezes, apenas com a preocupação de fortalecer não somente o Poder central, não apenas o Poder Executivo, mas os próprios Presidentes da República, criando poder pessoal que foi o estribilho permanente dos propagandistas da República quando se referiam ao do Imperador. O que nós temos são emendas, e o que chamam inovações na Carta é o que já se tem feito em outros países, para o fortalecimento da autoridade do Executivo, a ampliação de sua área no campo econômico-financeiro, a sua capacidade para manter o equilíbrio interno e disciplinar as atitudes políticas dos cidadãos.

Mas então pergunto: estamos discutindo uma Constituição ou um regimento disciplinar? É um regimento disciplinar apenas, aquilo que representam os acréscimos ao texto constitucional de 1946?

Não vejo na nova Constituição nada de revolucionário em face da vida moderna. Apresentei emenda, que entendo seja a única coisa revolucionária, encarnando não só o espírito do movimento de março de 1964, mas principalmente atendendo à realidade social, econômica e humana do povo brasileiro. Trata-se da criação da Câmara Orgânica. Esta Câmara substituirá, com grandes vantagens, isenção e conhecimento de causa, o Conselho Nacional de Economia. Por quê?

Porque serão os próprios componentes das Federações e Confederações das categorias econômicas e culturais da Nação, que escolherão, dentro do seu seio, os elementos representativos que deverão exprimir a sua opinião acerca dos problemas nacionais mais relevantes. A nossa representação atual é incompleta, do ponto de vista das realidades contemporâneas mundiais e nacionais. Temos a representação dos Estados, no Senado, temos a representação popular das correntes de opinião, na Câmara dos Deputados. Mas,

pergunto: há uma representação das forças vivas da Nação, daqueles que trabalham, que produzem e que não são ouvidos nem chamados, no concernente em relação às leis que aqui se elaboram, quer em relação aos decretos presidenciais, nem com referência às instruções baixadas pelos órgãos do Poder Executivo?

Então, decide-se da sorte da indústria, do comércio, da agricultura do operariado, sem que eles tenham uma voz, sem que possam dar uma opinião?! A nossa representação é incompleta.

Imaginei criarmos essa Câmara consultiva à qual enviaremos projetos relacionados com problemas atinentes à sua própria categoria a fim de que sejam discutidos em conjunto com as demais categorias. Porque, na realidade, os problemas resolvidos num determinado setor podem determinar implicações em outro e, então, é justo que um assunto, uma questão de interesse da indústria seja também examinada pela agricultura, pelo comércio, pelos representantes dos Bancos, pelo operariado, a fim de que encontremos a linha justa e equilibrada para a solução dessas questões.

Essa Câmara Orgânica é idéia hoje triunfante nos principais países do mundo. Recentemente, conforme relata um dos ilustres membros da Comissão elaboradora da presente Carta Constitucional, o eminente brasileiro Temístocles Cavalcânti reuniu-se, na Universidade de Pittsburg, nos Estados Unidos, a uma plêiade de professores norte-americanos para estudar ali o que chamam os grupos de pressão sobre os parlamentos. Ao cabo de vários dias de debate, chegaram à conclusão da necessidade de, para se conjurar essa permanente ameaça sobre os parlamentares, dar-se responsabilidade aos interessados diretos nas diversas questões, criando-se o que eles lá chamam Câmara Econômica, e aqui denomino Câmara Orgânica, porque julgo devam fazer parte dela os elementos culturais da Nação.

Além da conclusão desses ilustres professores, temos, hoje, a opinião de eminentes pensadores, juristas, sociólogos e economistas do mundo como o ex-premier francês Mendès France, o Professor Leo Gabriel, de Viena, o Professor Gurvitch, dos Estados Unidos, o jurista da Universidade de Paris, Henri Brudeau, o historiador inglês Arnold Toynbee, o sociólogo Sorokin, o Professor Sciacca da Itália, o Bispo de Nova York, Fulton Sheen, e o doutrinador do Trabalhismo, Harold Lasky, todos conforme a necessidade da criação deste órgão, sem o que as forças produtoras, trabalhadoras da Nação serão marginais, num sistema político de incompleta representação. Só seremos verdadeiros, portanto, quando houver a Câmara representativa da Economia e da Cultura nacionais. Competirá à Câmara Política, em relação aos projetos de iniciativa daquele Conselho, julgar de sua constitucionalidade, sua juridicidade e sua oportunidade.

Longe de diminuir o prestígio do Parlamento este órgão virá prestigiá-lo e acrescentá-lo, completando-lhe as deficiências.

Qual de nós não sabe as deficiências em relação às Comissões que aqui se organizam com mero critério político? Vemos advogados em Comissão de Saúde; vemos médicos, engenheiros em Comissão de Justiça, vemos professores em Comissão de Transportes. Não temos Comissões Técnicas.

Ora, um órgão da natureza do que vos falo, ao qual enviaremos a matéria que julgamos necessária, obter dele o seu parecer, virá complementar nosso trabalho e virá exprimir a realidade nacional, posta à margem anteriormente, pelo artificialismo político que tem dominado a Nação.

Alberto Tôrres no seu livro *Organização Nacional* diz que todas as nações têm uma Constituição verdadeira e uma constituição nominal.

Esta Constituição verdadeira existe à revelia das leis. É verdade nacional, é verdade social e econômica da Nação. Diz Alberto Tôrres que o ideal de uma Constituição é fazer os dois planos se encontrarem. Que papel faremos nós, na plenitude do Século XX, depois de tamanho avanço científico e técnico, que faremos nós continuando a raciocinar com a mentalidade de 1900?

Srs. Congressistas, estamos em 1965, já passamos à segunda metade do século. Entretanto, as teses que se debatem, os temas focalizados, os assuntos objeto de nossas preocupações são todos enquadrados nos estreitos limites de uma mentalidade ultrapassada de 50 anos. Sejamos atuais, aproveitemos a oportunidade; não teremos outra melhor. Sejamos justos com o Presidente da República, pela boa intenção revelada por S. Exa., mandando-nos projeto de Constituição que ele poderia outorgar. Sejamos justos com S. Exa., quando diz nas 42 linhas de sua Mensagem, que aprimoremos o texto. Raciocinemos, hoje, em função da realidade tangente e palpitante. Não podemos fugir dela.

Portanto, entendo que devemos aproveitar a ocasião para emendar a Carta, modificando-a, aprimorando-a, servindo bem à Nação brasileira, de que somos representantes.

O Sr. João Mendes – Permite V. Exa. um aparte? Não quero interromper a lição que V. Exa. está dando, como bem acentuou aqui um colega o Líder da Oposição. Mas, infelizmente, estamos em pontos diametralmente opostos. O que V. Exa. considera realismo é o que eu considero artificialismo e vice-versa. Artificialismo seria a aprovação, por esse Congresso, da Carta que nos foi mandada (*muito bem!*), porque, nobre colega, este Congresso iria chancelar apenas aquilo que é a vontade do Sr. Presidente da República. (*Muito bem!*) V. Exa. sabe que este Congresso não tem competência para decretar e promulgar uma Constituição; este Congresso não tem poder constituinte originário, que lhe atribuiria essa competência. Realismo, sim, seria o Sr. Presidente da República outorgar a Constituição, com o poder revolucionário que tem, e

submeter o seu ato ao referendo popular. Perdoe V. Exa. esta discordância. Sabe V. Exa. do apreço que lhe tenho. Não desejava interromper a sua brilhante oração e sim, apenas, fixar ponto de vista.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O ponto de vista do ilustre colega. Deputado João Mendes é absolutamente respeitável. É respeitável, mas entendo que S. Exa. não está vendo as conseqüências de uma ala que já declarei, em relação ao Deputado João Herculino, atitude bela, poética, estribada, talvez, em legítima e pura doutrina de direito, mas que não condiz com a realidade atual da Nação.

Também desde o primeiro Ato Institucional, nós não estamos percebendo que vivemos um movimento revolucionário que se continuar, poderá levar-nos a gravíssimas conseqüências. Nós também estamos ansiosos para que o Brasil tenha um estatuto para reger o comportamento do Governo, o comportamento do povo e o do cidadão. Que poderemos fazer senão procurar emendar, aprimorar este projeto?

Foi depois de muita meditação que assim me manifestei. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, fiz restrições, e muitas, ao texto constitucional. Ainda as faço e as continuo fazendo. Mas entendo que não temos outra posição, no atual momento, senão esta: a de encarar a realidade política que atravessamos. Já não bastam dois anos de perplexidade, de dúvidas e de desconfiança em que toda a Nação tem vivido? Queremos continuar ainda e queremos, pelo menos, que estes atos constantes e freqüentes sejam cristalizados e definitivamente consagrados num texto constitucional que nós podemos emendar? Entendo que não é nestas condições, Srs. Congressistas, é que apresentei uma emenda, como assinei numerosas emendas tanto dos partidários do Governo como da Oposição. Assinei-as porque desejo colaborar no sentido de termos, dos males, o menor, evitando legarmos à Nação dispositivos que podem acarretar-lhe prejuízos em suas liberdades políticas.

Srs. Congressistas, era esta a pequena mensagem que vos queria dar para definir uma atitude, explicar minha atuação no atual momento e, ao mesmo tempo, convocar a todos vós para nos unirmos no sentido de bem servir nosso País.

Eu disse, na entrevista concedida àquele matutino do Rio de Janeiro, que coloco a minha Pátria acima de tudo aquilo que representa situações circunstanciais e transitórias.

Estamos vivendo um momento em que devemos passar das situações circunstanciais e transitórias para situação de maior firmeza, de maior confiança nas leis brasileiras. Espero que deste Congresso o texto enviado pelo Governo não saia ileso naquilo que disser respeito a dispositivos inconvenientes aos supremos interesses da Nação.

Seja esta, pois, minha mensagem não somente aos meus colegas do Parlamento, mas a todo o povo brasileiro, porque é necessário que o Brasil entre no período da normalidade constitucional e cessem os efeitos num momento necessário, da revolução na qual tomou parte o ilustre colega João Mendes, ao meu lado, e que poderia ter degenerado, como tantas revoluções, no decorrer do tempo e no jogo dos interesses daqueles que podem mandar e decidir.

Srs. Congressistas, será hoje, portanto, a votação. Se aprovado o projeto constitucional do Governo, entraremos no período das emendas. Trabalhemos, trabalhemos com afinco. A Nação tem os olhos postos em nós. De numerosas partes têm vindo sugestões de emendas. Todo o povo brasileiro espera, confiante na nossa ação, no nosso trabalho, no nosso patriotismo. Eu confio em vós, confio no Parlamento brasileiro que saberá, com o equilíbrio necessário, com aquela ponderação necessária nos momentos mais graves do País, encontrar a solução adequada para os supremos interesses da Pátria. (*Muito bem! muito bem! Palmas.*)

RAZÕES RELACIONADAS COM AS POSSIBILIDADES DE CANDIDATAR-SE OU NÃO ÀS ELEIÇÕES E A MISSÃO DA IMPRENSA

Sessão de 23 de maio de 1974

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, julgo meu dever, como incessante doutrinador a exercer um magistério de mais de 50 anos, visando à elevação da cultura brasileira, servir-me desta oportunidade para tecer algumas considerações sobre o papel e responsabilidade da imprensa e sobre a função do Parlamento no passado e nos dias atuais.

A imprensa de ontem e de hoje

A influência exercida pelos jornais em nossa atualidade é superior à do rádio e da televisão, no sentido da formação das opiniões individuais e da opinião pública. As notícias ou comentários irradiados ou televisionados oferecem impressões passageiras e falam mais à sensibilidade do que ao raciocínio. Atuam durante minutos, enquanto o jornal pode ser relido por seus leitores e mostrado a outras pessoas. Quem se impressionou por algum artigo ou notícia, estampados na imprensa, pode guardá-los para amigos aos quais o assunto particularmente interesse. O jornal fica, permanece, e com ele a matéria versada e gravada sobre o papel. E tanto mais perdura a folha impressa, quanto mais espaçado o seu aparecimento; por isso, o jornal quotidiano vive 24 horas; o semanário vai formar coleções e a revista constitui precioso arquivo de temas interessantes.

Na hierarquia da imprensa, podemos classificar os órgãos de publicidade segundo o espaço e o tempo. Se considerarmos o espaço, isto é, a área de influência, o mais importante é o diário, em seguida o semanário, depois a revista e finalmente o livro.

O que não padece dúvida é o fato de constituírem os jornais, as revistas e os livros verdadeiros comensais do homem. Exercendo ação profunda sobre o espírito dos leitores, esses oradores mudos usam do processo oratório mais singular que imaginar se possa, pois, não tendo boca para falar e possuindo apenas letras para mostrar, servem-se da própria voz do seu auditório, uma vez que o leitor pronuncia mentalmente as palavras que lhe entram pelos olhos.

Se examinarmos a origem da grandeza ou do que realizaram os grandes vultos da História, veremos que provieram de leituras. Lendo histórias

de santos, Inácio de Loyola se fez santo; lendo Platão, Agostinho tornou-se grande doutor da Igreja; lendo romances de cavalaria, sobretudo o *Amadis de Gaula*, *Palmerim de Inglaterra* e as gestas provençais, Cervantes escreveu o *D. Quixote*; lendo a *Odisséia* de Homero, talvez na tradução em castelhano de 1556, que possuo na minha biblioteca, pôde Camões escrever os *Lusíadas*; lendo Rousseau, fez-se Bolívar o grande libertador. Estou em que se a imprensa não houvesse sido inventada no Século XV, pouca influência teria tido o racionalismo do Século XVII e o naturalismo do Século XVIII, de que proveio a Revolução Francesa.

História da Imprensa e do Jornal

Grande foi a influência dos livros, já nos tempos em que se vazavam em manuscritos; maior quando, após o invento de Laurent Coster, que engendrou chapas metálicas de páginas inteiras, Guttenberg criou a arte dos caracteres móveis, cuja conseqüência foi a instalação de oficinas em Basiléia, Colônia, Paris, Ruão e Veneza. Ampliou-se a cultura, ilustraram-se os espíritos e perturbaram-se as cabeças.

O jornal, propriamente dito, aparece no Século XVII. O primeiro imprimiu-se em Antuérpia em 1605; o segundo, provavelmente a *Gazette de França*, em 1631. Surgiram jornais em Florença (1636); Roma (1640); Lisboa (1641); Gênova (1642); e Madrid (1661), todos com o nome de *Gazeta*.

A imprensa livre (sem mais necessidade da autorização real) surgiu na Inglaterra em 1711. A Revolução Francesa foi impulsionada por numerosos jornais nos dias do *Terror*, do *Termidor* e do *Brumário*. Ao alvorecer do Século XIX, Napoleão se serve do *Monitor* como instrumento de sua política. Na América, desde os Estados Unidos às Nações latinas, surgem numerosos jornais incendiando os espíritos no período da Independência.

O mundo transformou-se pela ação do jornal. No Brasil, trazida por D. João VI a primeira tipografia, edita-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, onde se reflete a agitação política, através do noticiário. Mas o primeiro jornal brasileiro, de caráter nacional, publica-se em Londres, dirigido por Hipólito da Costa: *Correio Braziliense*. É contemporâneo de outro, editado no Rio de Janeiro, *O Patriota*, no qual colaboravam, entre outros, José Bonifácio.

Depois do grito do Ipiranga, numerosos são os jornais que se editam no Brasil, espelhando todo o tumulto político do Primeiro Reinado e da Regência. Ficaram famosos *O Revérbero*, *A Marmota*, *A Malagueta*, o *Tamoio*, a *Aurora Fluminense*.

No curso do Século XIX, a partir da Era Vitoriana, a imprensa, em todos os países, ao mesmo tempo que se aprimora pela eficiência técnica das máquinas, vai adquirindo um caráter comercial. Fundam-se agências de

informações, que adquirem maior capacidade com a invenção do telégrafo. É quando Giradin, na França, lança o tipo do jornal comercializado, objetivando fins industriais. Começa a existir a chamada "grande imprensa", hoje representada por milhares de diários, semanários, revistas, agências de informação, aparelhadas por máquinas modernas.

Missão da Imprensa

Este ligeiro histórico da imprensa,e do papel que ela exerceu desde o Século XVII foi esboçado para chegarmos a considerações de caráter ético. Não me sirvo de oportunidades passageiras senão para pregar a boa doutrina de que me fiz apóstolo no curso de uma existência.

Com todo o poder de que dispõe, a imprensa pode levar ao bem e ao mal; construir ou destruir os povos; felicitar ou desgraçar as Nações; tecer intrigas e confusões.

Tal poder confere-lhe responsabilidades tremendas. Quanto mais direitos e liberdades adquire, mais se deve tornar escrava do dever. Sua força é enorme; sua franqueza pode ser maior e aniquilar a sua capacidade de orientar a opinião pública.

O jornalista exerce um sacerdócio. Nenhuma profissão pode ser mais bela do que a sua e nenhuma tarefa mais penosa. Se ele informa, está jogando com dois termos perigosos: a mentira e a verdade. Se ele quer orientar, a sua posição é mais difícil, porque tem de discernir entre a justiça e a injustiça, o certo e o errado.

O homem de imprensa lida num laboratório onde os ingredientes podem combinar-se, ocasionando explosões catastróficas. Esses ingredientes chamam-se as almas do leitores, a ordem social, as aspirações desencontradas dos partidos, a paz e a guerra, o destino de um povo, a liberdade das pessoas, a sorte da Pátria

O jornalista lida com os escândalos quotidianos, as murmurações da sociedade, as revoltas dos oprimidos, o sonho dos idealistas, as injúrias e calúnias dos despeitados, os interesses de grupos financeiros ou de "curriolas" políticas, as intrigas maliciosas, os choques das paixões. Todos esses elementos são a matéria-prima do jornalista, e se ele não mantiver o espírito elevado e o coração puro, em vez de trabalhar pelo bem, concorrerá para o mal.

Nesta hora de apreensões para todos os povos, de confusão, de violências, de desespero, de inquietações, o jornalista possui o dom de contribuir para a solução dos problemas nacionais e universais, se ele se animar pelo espírito público e pela consciência de suas responsabilidades. Nunca foi mais

necessária a ação moralizante da imprensa. Os costumes degradam-se, o homem moderno perde a noção do bem e do mal; é preciso reintegrá-lo na posse dessa noção. Compete tão grande papel ao jornalista de nosso tempo.

Não basta ter propósitos honestos: é preciso que o jornalista pese com critério o que vai dizer na sua coluna, evitando divulgar tudo aquilo que não passar de boato ou erro de informação que lhe for dada, de leviandades que sua pena jamais deve avalizar.

O motivo deste pronunciamento

Feitas estas considerações preliminares, entro na matéria sobre a qual ocuparei a atenção desta Casa. Trata-se de uma notícia do *Jornal do Brasil*, conceituado órgão da nossa imprensa, dada naturalmente sem malícia, mas de efeitos desastrosos em detrimento do Congresso e particularmente da Câmara dos Deputados.

Abrindo manchete na 1.ª página, diz:

"Plínio e mais 60 não querem voltar à Câmara."

E no texto:

"Pretendem deixar o mandato porque acham que o parlamentar ganha pouco e não manda coisa alguma na atual situação brasileira."

Em relação a mim, escreve:

"O Deputado Plínio Salgado disse ao Deputado Faria Lima: Vou deixar a política; de nada vale ser Deputado."

E esta absurdidade:

"Se hoje um homem me pedisse um conselho, não o aconselharia a ingressar na vida pública."

Ao respeitável Deputado pelo Ceará, Leão Sampaio, são atribuídas as seguintes palavras:

"Vou para Barbalha, município em que iniciei minha carreira política como médico. Não há mais o que fazer aqui. Houve uma mudança e também muito desinteresse. O plenário hoje é seco. Não se fala de temas importantes. Nota-se apenas um grupo pedindo votos de congratulações e de pesar."

Vêm depois declarações dos Deputados Manuel Taveira, Oziris Pontes, Josias Gomes, Élcio Álvares, todas deprimindo o Congresso e menosprezando as funções de Deputado. Dos 60 mencionados pelo jornalista, apenas esses seis foram visados como autores de declarações que nunca foram feitas.

Compete aos distintos colegas que foram objeto desta intriga jornalística, esclarecer, se acharem necessário, tão delicado assunto. De minha parte, o faço, não tanto para tornar patente e fora de dúvidas a minha posição, mas, sobretudo, para defender o decoro e a dignidade da Câmara dos Deputados.

Atitude de um constante lutador

Antes de tudo, quero ater-me à suposta frase por mim pronunciada e que se diz transmitida pelo Deputado Faria Lima, que julgo incapaz, pela sua honorabilidade e bom senso, de promover contra mim uma intriga jornalística.

Aliás, o distinto parlamentar afirmou-me ontem que jamais fez tal declaração à imprensa, o que iria dizer em aparte a este meu discurso. Lamento que Faria Lima esteja ausente, mas acredito que seu depoimento virá em ocasião oportuna.

Nessa frase que se me atribui, teria eu dito:

> "Se um jovem me pedisse um conselho, não o aconselharia a ingressar na vida pública."

Para autenticar uma declaração, é preciso seja esta posta em confronto com os atos ou atividades praticados pelo suposto declarante. Entretanto, estes – no meu caso – contradizem o que se diz como por mim pronunciado. Sempre estive empenhado e estou ainda agora, mais do que nunca, na organização dos "Centros Culturais da Juventude", os "águias-brancas", que já criaram valores entre os quais – para apenas me referir ao Parlamento – aponto dois Deputados que honram esta casa: Vinícius Câmara, pelo Amazonas, e José Penedo, pela Bahia. O objetivo dos Centros Culturais é justamente formar nos jovens uma consciência das realidades universais humanas e nacionais brasileiras, preparando os para o ingresso na vida pública. Não iria eu dar-lhes uma base filosófica e sociológica, instruindo-os na pesquisa dos problemas do nosso País, para depois se conservarem marginalizados e alheios à política. Meu conselho é sempre o de que se armem de firme cultura, a fim de que possam intervir na vida nacional. Assim procedi sempre, desde os tempos da Ação Integralista Brasileira, quando criei uma geração que hoje brilha nos postos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, na diplomacia e no magistério; assim procedo até

agora, pois justamente quando era publicada a minha suposta declaração, estava eu em São Paulo pronunciando uma conferência na Faculdade de Direito de Guarulhos, ouvida por 1.800 estudantes, aos quais aconselhava a se prepararem, de sorte a poderem, com eficiência, tornar-se úteis na vida pública. Essa conferência foi precedida por meus esforços na Bahia objetivando a reativação do Centro ali fundado e carta ao Deputado estadual do Paraná, Antônio Lopes Júnior, concitando-o a desenvolver a maior atividade possível no sentido de mobilizar os Centros Culturais naquele Estado.

Nos próximos meses irei falar em Santos e Itapetininga, na Bahia, em São João da Boa Vista, sempre reerguendo o ânimo da mocidade para a sua interferência na vida pública. No curso do segundo semestre deste ano, estarei presente, com os mesmos objetivos, em diversos Estados, tendo em vista os mesmos fins.

Não me limito à ação oratória, pois, como escritor, também estou agindo com o mesmo pensamento. No meu *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, já com perto de 200 mil exemplares disseminados em todo o País, concito a mocidade a participar da vida pública. No período de 1974-75, realizarei o plano já estabelecido de um largo movimento nacional levantando a mocidade para a sua atuação na vida social, cultural e política do País.

Como, pois, admitir que haja eu dito palavras desanimadoras aos jovens brasileiros?

O Sr. Leão Sampaio – Permito-me interromper o magnífico discurso de V. Exa. – magníficos e eruditos são todos os pronunciamentos de V. Exa. nesta Casa – e que estou ouvindo com a devida atenção. Como V. Exa. se referiu à minha pessoa, transcrevendo palavras que teriam sido por mim ditas, publicadas em o *Jornal do Brasil*, declaro que realmente não as proferi. Em palestra com o meu jovem, distinto amigo e conterrâneo, Tomás Coelho, que subscreve a matéria ora comentada por V. Exa., de forma alguma fiz as declarações a mim atribuídas e por V. Exa. repetidas no seu discurso. Foi certamente um equívoco de parte daquele estimado amigo ao procurar justificar os motivos pelos quais não pretenderia, como realmente não pretendo, pleitear a renovação do mandato de Deputado Federal, deste honroso mandato que há anos venho exercendo nesta Casa, por delegação do povo do meu Estado. Agradeço a V. Exa. haver-me permitido fazer esta intervenção, bem como a defesa feita de minha pessoa, com sua grande autoridade.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito obrigado, nobre Deputado, pelo seu aparte, que desmente as palavras a V. Exa. atribuídas de que "o plenário está seco e não há mais nada a fazer aqui". Ficou patente que tais palavras não foram pronunciadas.

Como viram os Srs. Deputados, pela ação que desenvolvo, não se explica como esse jornalista pôde inventar uma frase que teria sido dita por mim e que irá ser desmentida por aquele a quem o jornalista diz ter sido transmitida.

O Sr. Élcio Álvares – Como sempre, nobre Deputado Plínio Salgado, ouço V. Exa. com respeito e admiração. E congratulo-me com V. Exa., porque o seu pronunciamento me permite o ensejo de também trazer um depoimento perante esta Casa, já que fui arrolado pelo meu querido e particular amigo, Tomás Coelho, entre os possíveis Deputados que não mais iriam postular o mandato em 1974. Quero esclarecer, Deputado Plínio Salgado, respeitadas as nossas idades – e faço apenas a referência etária como homenagem à experiência e ao valor de V. Exa. –, que somos principalmente elementos que se afinam pelo mesmo ideal de vida pública. Não poderia dizer, de forma alguma, quando faço desta Casa e do exercício do meu mandato talvez a razão maior da minha existência, que estava desencantado da vida pública, eu que sempre, através de um trabalho persistente, embora não brilhante, fui apologista do exercício da vida pública. Penso que as minhas palavras – que até certo ponto tentaram mostrar que há em todos nós a firme vontade de servir ao nosso País, sacrificando as atividades pessoais – foram mal interpretadas. Acreditamos no País, acreditamos no Governo, acreditamos no exercício do mandato que estamos neste instante desempenhando com tanto empenho na decisão maior de dar a nossa contribuição ao regime democrático brasileiro. Dessa forma, é com satisfação que ouço a acentuada manifestação de V. Exa. de que vai continuar na vida pública. Quero dizer também que, modestamente, não obstante a interpretação dada pelo jornalista Tomás Coelho, do *Jornal do Brasil*, sou daqueles que permanecerão na mesma trincheira de luta, com o mesmo ideal e uma vontade imensa de servir ao País e principalmente ao nosso Poder Legislativo, a razão maior da vida de todos que aqui estão mourejando em favor do regime democrático. É o meu depoimento.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V.Exa., que ficará integrado neste meu protesto público e nacional contra declarações infundadas atribuídas aos seis parlamentares citados, e não a sessenta.

Volto ao meu discurso, Sr. Presidente.

O problema da reeleição

A outra informação atribui-me ter dito:

"Vou deixar a política. De nada mais vale ser Deputado."

Exatamente quando o *Jornal do Brasil* publicava esta suposta declaração, realizava eu em São Paulo um reunião de líderes da minha corrente doutrinária, à qual compareceram representantes dos municípios que comandam as diversas regiões do Estado de São Paulo. Preliminarmente, expus-lhes as grandes dificuldades que se oferecem a um candidato pobre. O eleitor, mesmo tendo sua preferência, precisa saber se o seu preferido se apresenta às eleições. Para que todos saibam, o candidato tem de publicar nos grandes jornais da Capital e nos principais do interior anúncios da sua candidatura, os quais custam vultosa soma. Num Estado, de população flutuante, grande parte oriunda de outras Unidades da Federação, e inflacionado por colônias estrangeiras, que pesam no cômputo geral do eleitorado, a propaganda não será somente nos jornais, mas nas rádios do interior, que são numerosas, além da impressão de volantes e cartazes, viagens e outras despesas. Inicialmente, o candidato tem de saber se conta com os recursos necessários.

Em face de tal situação, propus duas perguntas aos conclavistas: 1.ª) na hipótese de dispormos de recursos financeiros, acham que devo candidatar-me? 2.ª) nessa hipótese, se aprovam minha candidatura à reeleição, podem oferecer-me dados estatísticos sobre as possibilidades eleitorais em cada zona?

A fim de facilitar o trabalho relativo à segunda hipótese, nomeei comissões regionais para as zonas da Alta Sorocabana, da Araraquarense, da Mogiana, da Paulista e Alta Paulista, da Central do Brasil, do Litoral, as quais deverão enviar o resultado de suas pesquisas a uma Comissão Central, até o dia 2 de julho.

Será nessa ocasião que me decidirei a ser ou não candidato. Como se vê, não estou desiludido com a Câmara. Apenas procuro verificar a possibilidade de voltar a ela. Muitos me dizem: "O Senhor tem eleitorado garantido". E é verdade, mas ignoram que num Estado com um população de 20 milhões de habitantes, a maior parte sem tradição política local, pouco influi uma corrente organizada e fiel, que se submerge na onda ádvena e sem filiação política definida.

Se até julho verificarmos nossas possibilidades, inscrever-me-ei como candidato à reeleição.

Um argumento usado pelos meus concorrentes é o da minha idade. Esquecem-se de que há moços-velhos e velhos-moços. Que Clemenceau conduziu a França na Primeira Grande Guerra com mais de 80 anos; com a mesma idade, Churchill guiou a Inglaterra na Segunda Grande Guerra; com perto de 90 anos, Adenauer presidiu à reconstrução da Alemanha; as obras mais importantes de Goethe foram realizadas depois dos 80 anos; o mesmo poderemos dizer de Miguel Ângelo; o mesmo de Voltaire e de Victor Hugo, recentemente de Picasso; nos dias atuais, temos o Papa Paulo VI e o General Franco, ambos orçando pelos 80.

Apesar de minha saúde de ferro, lucidez mental, rara memória e disposição para qualquer trabalho, não me insurjo contra essa acusação, formulada por elementos de uma geração fraca, precocemente envelhecida e demissionária de encargos que julgam pesados.

Não me insurjo, e se meus fiéis prosélitos entenderem ser difícil contrabater o argumento de nossos adversários, será este um motivo para me afastar do sufrágio popular.

Como vêem meus ilustres pares, se até julho não me resolver a pleitear a reeleição, não será por motivos desprimorosos para mim e para a Câmara. Dentro ou fora dela, serei o mesmo homem, como orador, jornalista e escritor, a atuar na vida pública e a suscitar na juventude brasileira novos valores a serviço da Pátria.

Defesa da dignidade da Câmara

A notícia do *Jornal do Brasil*, publicando declarações não-autorizadas por alguns Deputados e fazendo referência a mais 60 que desistem de novo mandato por não terem mais o que fazer nesta Casa do Congresso, não degrada e humilha apenas os atingidos pelas declarações apócrifas, mas principalmente ferem gravemente a Câmara dos Deputados, considerada inútil, desprestigiada e composta de representantes ineptos de acomodatícios.

Dir-se-ia que o repórter, talvez sem intenções preconcebidas, teve como objetivo a desmoralização do Poder Legislativo no atual momento. E isso quando temos na Presidência da Câmara um homem da estatura intelectual e moral de Flávio Marcílio, como líder da ARENA, a cultura jurídica de Célio Borja, e, do MDB, a inteligência brilhante de um parlamentar da estirpe de Laerte Vieira, não se falando de parlamentares entre os quais ex-Ministros, ex-Governadores de Estados e professores eminentes de Universidades.

O trabalho de tão ilustres patrícios, tanto nas Comissões como no plenário, honram qualquer Parlamento do mundo.

Fazer do nobre Deputado Leão Sampaio, quando se lhe atribui a frase "o plenário está seco; não se fala de temas importantes; nota-se apenas um grupo pedindo votos de congratulações e de pesar", veículo de difamação da Câmara, constitui uma maldade por certo nem percebida pelo próprio autor da reportagem.

Nas poucas declarações não-autorizadas (pois o repórter não provou a existência de 60 desiludidos), nota-se irônico desprezo pelos parlamentares, que dão como causa de sua decepção "ganhar pouco e não mandar nada", como se houvesse algum Deputado que se elegesse pretendendo auferir lucro financeiro ou visasse a "mandar", isto é, obter favores para sua clientela eleitoral ou para si.

Estas deselegantes atitudes individuais refletem-se na Câmara, por cujo prestígio devemos todos pugnar.

O Poder Legislativo

Todas as minhas atitudes, no plenário e na Comissão de Educação e Cultura a que pertenço, manifestam-se pela intenção de prestigiar o Poder Legislativo. Em discurso por mim pronunciado sobre as "Origens e Evolução do Parlamento" em 5 de setembro do ano passado, fiz estas ponderações:

> "O Parlamento hoje tem funções de relevância como não as tiveram os Parlamentos de outros tempos. Estamos num momento de adaptação às condições do mundo moderno, às leis econômicas, à situação social que é um novo fator a agravar o complexo da vida brasileira."

E, completando este meu pensamento, escrevi em recente parecer a projeto submetido à Comissão de Educação e Cultura:

> "Bem compreendo que as circunstâncias do mundo moderno, com a aceleração do ritmo do desenvolvimento econômico e social, exijam da parte do Legislativo uma outorga e determinados poderes ao Executivo, de sorte a ganharmos tempo na solução de problemas que se atropelam na sucessão dos dias que transcorrerem. Em todos os países, a interindepedência dos Poderes, para não prejudicar interesses imediatos, modifica-se, mediante auto-restrições indispensáveis à sobrevivência nacional. Estas auto-restrições decorrem da soberania de cada um dos Poderes, em suas deliberações espontâneas, mas nunca de imposições de um deles contra os outros.
>
> A nós, componentes do Legislativo, tudo quanto fizermos para exaltar o prestígio da nossa Casa, perante aqueles que nos elegeram seus legítimos representantes, será da maior valia, não só para justificar nossos mandatos, como para a formação de uma mentalidade política dispondo de idéias claras das nossas verdadeiras funções. O povo, sobretudo os moços, precisam conhecer o que é o Legislativo, suas origens, sua evolução histórica, os vultos que dentro dele se projetaram na vida da Nação."

O recente livro do conceituado jurista João de Oliveira Filho, intitulado *Legislativo, Poder Autêntico*, cuja leitura recomendo aos parlamentares federais e

estaduais do nosso País, oferece-nos, através do estudo comparado das Constituições adotadas pelas democracias ocidentais, a visão panorâmica da grandeza dos Parlamentos na evolução histórica das instituições políticas através dos séculos que nos precederam e na atualidade de nossos dias. Trazendo tudo qanto se refere às atribuições parlamentares e técnica legislativa na hora presente, constitui este livro uma exaltação do que o autor denomina "Poder Autêntico".

Não foi outro meu intuito, quando pronunciei, nesta Câmara, em 5 de setembro do ano passado, o discurso que há pouco citei, intitulado *Origens e Evolução do Parlamento*, o qual terminei dizendo:

> "Nosso dever no atual momento histórico é o de continuar a tradição do Parlamento da nossa Pátria; elevar o nosso espírito público; estar atentos às circunstâncias do mundo moderno, principalmente no que se refere às novas condições de harmonização dos Três Poderes; preocupar-nos com assuntos gerais, de ordem nacional; imprimir às nossas discussões um teor de elegância e de cultura, polidez e decoro parlamentar. Se assim procedermos, seremos dignos de nossos antepassados, que honraram a Nação durante 150 anos."

E para finalizar:

> "Tenho neste momento a impressão de escutar os debates desde os tempos antigos da nossa História. São as vozes dos oradores que surgiram, deram sua mensagem e desapareceram nas sombras da morte. Parece-me ouvir as vozes de Nabuco, de Rui Barbosa. Elas estão aqui presentes, no ar que respiramos. Elas se harmonizam com a ressonância do nosso patriotismo, quando abrimos a boca para falar em benefício da Nação. Vozes do século em que vibraram e que até hoje vibram, vozes dos que pugnaram por nobres ideais, vozes do Brasil."

Quem assim se pronuncia nunca poderia ter dito que iria deixar a Câmara por se ganhar pouco e não mandar nada. Quem assim se manifesta jamais aconselharia um jovem a não ingressar na vida pública. Quem assim se exprime não estaria se esforçando no empenho de propagar e ativar os Centros Culturais da Juventude, que são escolas de civismo espalhadas por todo o País, a fim de preparar uma geração para desempenhar um papel político eficiente.

A imprensa em nossos dias

Falei, no início desta oração, do histórico da imprensa e do seu densenvolvimento, desde o Século XVII e sobretudo a partir do Século XVIII e no curso do Século XIX. Cumpre-me classificar os tipos de seus órgãos na época em que vivemos.

O primeiro tipo de jornais é o orientado, disciplinado e policiado pelos governos totalitários, da Rússia comunista, dos países satélites como os Países Bálticos, a Polônia, a Alemanha Oriental, a Tcheco-Eslováquia, a Bulgária, a Rumênia, a Hungria, a Iugoslávia, a China Continental, a Coréia do Norte, o Vietnã do Norte e Cuba em nosso hemisfério. Ali não há liberdade de expressão, nem de noticiário.

O segundo é o da imprensa livre no qual se inclui a do nosso País.

A liberdade de que gozam os jornais deste segundo tipo não se limita às opiniões emitidas em seus artigos e comentários, mas abrange o noticiário, através do qual é exercida grande influência na massa popular. Tão importante é este setor informativo, que o escritor Kostler, autor do livro *O Zero e o Infinito*, confessa que, tendo pretendido entrar para o Partido Comunista da Alemanha, foi-lhe aconselhado que o não fizesse, pois maior serviço prestaria à causa conservando-se na imprensa burguesa, dando relevo ao que interessasse ao partido de Moscou e omitindo a matéria que lhe fosse contrária. A política dos títulos e manchetes era de suma importância.

Não vou ao ponto de acusar o jornalista, objeto desta contestação, de estar a serviço de uma causa antinacional. Acredito mais na sua ingenuidade e propósito de dar um "furo" de reportagem que serviu para a desmoralização da Câmara dos Deputados e dos seus membros visados no noticiário.

Demissionários da vida pública

Para o repórter, somos, os seis citados e os 60 mencionados sem que seus nomes fossem dados, desiludidos demissionários da vida pública. Mais ainda, aconselhamos os moços a nela não ingressarem.

De minha parte, direi que, candidato à reeleição, ou não-candidato por circunstâncias alheias à minha vontade, nunca desertarei de minhas atividades em defesa e sustentação da nossa Pátria. Escritor e orador, homem de ação, animado por uma coragem que jamais temeu dificuldades, estarei sempre ao seu lado lutando pela sobrevivência do Brasil, pela criação de valores nas novas gerações, enfrentando os inimigos das tradições cristãs brasileiras, sem um instante de desânimo, iluminando-me com a luz da esperança no futuro da nacionalidade.

Quando estive durante oito anos exilado em Portugal, fui excursionar no Alentejo, província de onde saíram os grandes escritores Fialho de Almeida, Manuel Ribeiro, Mário Beirão, Conde Monsaraz, Hipólito Raposo, Antônio Sardinha, Florbela Espanca. Chegando a Beja, visitei a Torre do Lidador, de Gonçalo Mendes da Maia, companheiro de D. Afonso Henriques nas batalhas da reconquista das terras até então ocupadas pelos árabes. É um castelo da Idade Média, erguendo a famosa torre sobre os campos alentejanos. Pelas escadas de pedras, subi ao terraço defendido por ameias e seteiras e meus olhos se deslumbraram diante da vastidão do horizonte que, por todos os lados, emoldurava, com o azul de seus finos contornos, a planície onde lourejavam os trigais, ponilhados pelos sobreiros.

Evoquei a figura do herói, no dia de sua morte gloriosa, e cantaram aos meus ouvidos, como se junto a mim estivesse presente aquele que foi chamado "o Lidador", suas palavras que exprimiam a continuidade de uma vida de lutas incessantes.

Ao alvorecer de esplendente manhã como aquela que me envolvia em luminosidade oito séculos depois, Gonçalo Mendes da Maia exclamou:

> "Pagens! que arreiem o meu ginete murzelo; e vós, dai-me o meu lorigão de malha de ferro e a minha espada toledana. Senhores cavaleiros, hoje contam-se noventa e cinco anos que fui batizado; oitenta que visto armas, setenta que sou cavaleiro e quero celebrar este dia fazendo uma investida por terras da frontaria dos mouros."

No século em que vivemos, já não se trata da reconquista de um território como a que empreenderam Pelágio, após a vitoriosa Batalha de Cavadonga, e Afonso Henriques, de sucesso em sucesso desde o castelo de Guimarães. Trata-se da reconquista de áreas espirituais e morais, ocupadas por feroz materialismo, pela desmoralização dos costumes, pela degradação da mulher e da juventude, pela confusão filosófica e até religiosa, tudo a serviço do imperialismo comunista empenhado em destruir as base tradiconais da civilização ocidental.

Depois de cinqüenta anos de lutas pela sobrevivência do Brasil, tal como Gonçalo Mendes da Maia oitocentos anos antes de mim, não abdico da missão que me impus e, dispondo de energia física e força moral, poderei parafrasear o Lidador, exclamando:

"Jovens, trazei-me a vossa disposição de luta contra os inimigos da Pátria. Arreai o cavalo murzelo em que galopa minha palavra pelo bem do Brasil. Já decorrem 79 anos que fui batizado; cinqüenta que me fiz cavaleiro de

um ideal; e não pretendo morrer na inatividade, demitindo-me dos deveres que me impus, mas estarei sempre firme na luta, até o último dia da minha vida, pela salvação do Brasil, pela grandeza da nossa Pátria".

Era o que tinha a dizer. (*Palmas. O orador é cumprimentado.*)

DESPEDIDA DA VIDA PARLAMENTAR

Sessão de 3 de dezembro de 1974

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Como Líder*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a última vez que freqüento esta tribuna na presente Legislatura e no curso de minha atuação parlamentar durante 16 anos nesta Casa. Entendi que, em primeiro lugar, este meu discurso deve ser de agradecimento a todos os nossos colegas, de ambos os partidos, dos quais mereci tão grandes gentilezas e a expressão de tão viva amizade. A todos agradeço o convívio que me proporcionaram. Quero agradecer às sucessivas Mesas que dirigiram os nossos trabalhos, desde a primeira até a mais recente, presidida pelo nosso ilustre colega Flávio Marcílio. Quero agradecer às Lideranças da ARENA e do MDB as considerações que delas mereci e a amizade com que me galardoaram. Quero agradecer aos funcionários da Casa, tão solícitos e gentis nos contatos que com eles tive para tratar de assuntos parlamentares ou mesmo particulares. Quero agradecer também aos representantes da imprensa o acolhimento que me deram durante o tempo em que aqui estive.

Por que não me candidatei

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me apresentei candidato nas últimas eleições. Perguntar-me-ão por quê. Desilusão do Parlamento? Não. Abandono de interesse pela vida pública? Não. Quais, então, os motivos? E eu direi. Preliminarmente considero a minha idade: este ano completei 79 anos e no próximo entrarei na casa dos 80. Devemos ir dando lugar às novas gerações, para que se vá renovando o Congresso. O outro motivo é que, sendo eu um escritor, um filósofo, a vida parlamentar tem perturbado a organização sistemática da minha obra. Preciso sistematizá-la, quer na parte filosófica, quer na sociológica, na histórica, na puramente literária, e já não me sobrava tempo para o fazer. Vejo que os anos correm e não quero deixar à Nação brasileira uma obra esparsa, um tanto desconexa e que deve ser submetida a um sistema, para que tenha perfeita unidade. Estas as razões pelas quais não me apresentei candidato.

Não tenho, portanto, motivos nem de queixa, nem de ressentimentos, nem de desilusão, nem de decepção. Creio na atuação do Legislativo. Quero

cada vez mais fortalecê-lo, porque a minha ação junto ao povo brasileiro e sobretudo junto à juventude não cessará. Continuarei, lá fora, a apoiar este Congresso, a apoiar esta Câmara dos Deputados, o seu trabalho, muitas vezes incompreendido e que é tão fecundo e pouco conhecido do nosso povo.

O Escritor e o Político

Sr. Presidente, entendi que num discurso desta natureza deveres fazer uma espécie de prestação de contas ao povo do meu País, resumindo em rápidos itens de um *curriculum vitae* o que tenho feito pelo Brasil, ressaltando, em algumas datas, os serviços que julgo haver prestado à Nação brasileira em face das crises políticas da maior intensidade e relevância.

A minha vida constitui um paralelo entre a do escritor e a do político: elas não se dissociam, embora tenham as suas atividades próprias.

Começarei dizendo que a minha vida inicial foi política. Aos 20 anos de idade, fundei o primeiro partido municipalista do Brasil, em companhia do falecido e grande homem brasileiro, Dr. Gama Rodrigues, e do meu amigo, ainda hoje sobrevivente, Agostinho Ramos. Não se falava até então em municipalismo, mas eu sentia, na minha cidade natal, a necessidade de fortalecimento dos municípios. Fundamos, pois, esse partido e elegemos um Deputado, que trabalhou no sentido de elevar o município a uma categoria maior porque ele não gozava de liberdade política, uma vez que era submetido à escravidão econômica. Naquela ocasião, remontávamos aos estudos de Domingos Jaguaribe, que foi o precursor da nossa idéia. Mas, em 1922, já é o escritor que funciona. É a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, da qual tomei parte, entre outros, com o atual sobrevivente Menotti del Picchia. Somos os dois os que sobrevivem. Aquele magnífico movimento, que arejou a mentalidade brasileira, criou novas formas de estilo, originando também novas formas de pensamento. Em 1926, publiquei o meu romance *O Estrangeiro*, do qual falaram os grandes vultos da literatura e da sociologia do nosso País, e que de tal maneira era esperado pelo nosso povo que sua edição se esgotou em 20 dias. Em 1927, volta o político. É que o então Presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, a isso me forçou. Naquele tempo, as eleições se processavam de maneira inteiramente diferente das que hoje se realizam. Escolhiam-se os nomes que mais se distinguiam na economia, nas finanças, na literatura e eram propostos para a chapa do Partido Republicano. Declarei ao Presidente do Estado que não desejava ser Deputado; mas S. Exa. me pôs entre a espada e a parede, dizendo: "Se você não quer, você não é sincero, porque, escrevendo como escreve, num alto sentido nacionalista e de brasilidade, ofereço-lhe uma tribuna e você a rejeita". Diante disso fui Deputado Estadual, em São Paulo, em 1927.

A Revolução de 30

Em 1930 fiz uma viagem ao exterior. De lá regressei quando estalava a revolução da chamada Aliança Liberal. Era evidente, pelos meus princípios políticos, que não poderia ser favorável. Via naquela revolução apenas a continuação da luta dos Estados pela hegemonia. Não havia nenhum fundo doutrinário. A ela aderiram elementos heterogêneos, a tal ponto que aqueles mesmos que foram combatidos pelos governos anteriores tiveram a seu lado os homens desses mesmos governos. Terminada a revolução, o País entrou num período de confusão ideológica. Surgiram as mais variadas correntes, sob a forma de clubes e de legiões. Ninguém sabia para onde ia. Era um momento crítico da nacionalidade.

Ação Doutrinária

Naquela ocasião, em 1931,fundamos em São Paulo um jornal intitulado *A Razão*. O nome logo indica o que desejávamos: o raciocínio claro sobre os problemas do nosso País. Nesse jornal eu escrevia diariamente um artigo de duas colunas, sem assinatura. Em fevereiro de 1932 fundei a Sociedade de Estudos Políticos, SEP, que congregou os jovens estudantes das escolas e elementos do maior valor intelectual e cultural. Porque – dizia eu – ninguém tem direito de falar ao povo, se não possui uma doutrina e uma convicção. Essa Sociedade de Estudos Políticos funcionou até 9-7-32, quando estalou a Revolução Constitucionalista de São Paulo. O povo paulista, fatigado da sucessividade de interventores na sua administração, que eram substituídos à mercê das intrigas palacianas no Catete, resolveu reclamar para o Brasil um regime constitucional. Por mais paradoxal que seja, não fui favorável à revolução, porque achava que, no caos ideológico em que nos encontrávamos, com um governo que surgiu sob o nome de liberal e tornou-se discricionário, poderíamos ter a esperança de renovar o pensamento brasileiro. Nesse tempo, estava eu muito influenciado por alguns patrícios, a começar por Farias Brito, o filósofo cearense que me incutiu, mediante análise que fez das filosofias do Século XIX, o sentimento espiritualista. Ao mesmo tempo embrenhei-me na leitura de Alberto Torres. Primeiro, na sua *Organização Nacional*, em que criticava a Constituição de 1891, mostrando seu desacerto pela falta de conexão com a verdadeira realidade do nosso País, em seguida, no seu livro *Problema Nacional Brasileiro*, que me inspirou apaixonada orientação nacionalista. Alberto Torres foi meu mestre de nacionalismo brasileiro. Entrei, então, na leitura de Oliveira Viana, o maior sociólogo que o Brasil tem produzido. Os seus livros – *O Ocaso do Império*, *O Idealismo da Constituição* e *A Evolução do Povo Brasileiro* – calaram profundamente no meu espírito de jovem.

O Integralismo – Nove livros publicados

Então, imaginei, dentro da Sociedade de Estudos Políticos, criar um movimento de profunda brasilidade. Esse movimento chamou-se Ação Integralista Brasileira. Suas raízes vinham de Euclides da Cunha, quando nos mostra o contraste entre o litoral e o sertão; vinha dos escritores que acabo de mencionar; vinha da inspiração de Gonçalves Dias; vinha da clarinada de Olavo Bilac, que me fez, aos 18 anos, correr para prestar serviço militar. O Integralismo desenvolveu-se em todo o País, com grandes sacrifícios. Mas o escritor estava ao lado do político. Surgiu o romance *O Esperado*. Esse livro, que comecei a escrever em Paris e terminei em São Paulo, traz toda a inquietação da nova geração em face dos problemas humanos e nacionais que se apresentavam. Mas o escritor não parou aí. Publicou em seguida o romance *O Cavaleiro de Itararé*.

Julgo que, do ponto de vista da Sociologia, é o melhor que produzi, porque é o estudo das revoluções brasileiras sucessivas e que, como o fantasma das planícies de Itararé, anda alta noite trazendo infelicidade, desgraça. Em seguida, o meu espírito patriótico, ardente de amor ao Brasil me fez escrever *A Voz do Oeste*, que é a marcha do litoral para os nossos sertões. Foi publicado em 1933. No último capítulo, existe a imagem de Brasília, fato a que se refere com freqüência o Presidente Juscelino Kubitschek, dizendo-me ser eu um dos responsáveis pela fundação de Brasília, porque, naquele capítulo, fiz os bandeirantes visionarem a cidade nova que surgia na continuidade da ocupação territorial, oriunda dos portugueses desde os séculos 17 e 18.

Adversários do integralismo

O movimento da Ação Integralista Brasileira contou com 3 grandes inimigos: o capitalismo internacional, que combatíamos, o comunismo russo e o nazismo de Hitler. Este último nos acusava de pretendermos caboclizar os arianos, porquanto nos Estados do Sul consegui substituir a camisa cáqui e a cruz gamada por uma camisa verde, cor de nossas matas, atraindo dessa forma os teutos, descendentes de alemães, que nem sabiam falar nossa língua. Fundei numerosíssimas escolas para ensinar o português aos filhos de alemães. Então, os jornais de Berlim e de Munique atacavam-me violentamente. Ao mesmo tempo me agrediam os comunistas, dos quais eu não poderia deixar de ser inimigo, e me atacava o capitalismo internacional, este finalmente conseguindo que viesse aqui o Presidente Roosevelt conferenciar com o Presidente da República brasileira para combinar um golpe de Estado a fim de nos liquidar

Em 1937 – este é um fato culminante da minha vida política – fui procurado pelo Ministro Francisco Campos que, dando-me a ler a cópia datilografada de uma Constituição que se pretendia outorgar ao povo brasileiro, pediu meu apoio. Solicitei aquela cópia a fim de proceder a um estudo mais demorado do assunto.

Em minha casa, reuni-me com San Thiago Dantas, Miguel Reale e Loureiro Júnior. Nós quatro estudamos detidamente artigo por artigo daquele texto e verificamos que era uma Constituição nazi-fascista. Essa, parte do povo brasileiro e grande número de intelectuais e jornalistas aceitaram. Encontrando-me novamente com Francisco Campos declarei não podermos concordar com aquela Constituição porque era totalitária. Disse-me ele que não me sabia tão liberal, ao que respondi: "Não sou liberal; pretendo para o Brasil uma democracia orgânica, mas não com a abolição da liberdade de imprensa, com o fechamento do Congresso, com a submissão do Poder Judiciário". Então, disse-me ele: "O próprio Presidente quer falar com você". De fato, no dia seguinte, fui procurado pelo Dr. Rocha Miranda, meu amigo, propondo-me um encontro com o Presidente da República, na sua residência no Flamengo. Lá estive. O presidente iniciou a conversa perguntando-me: "Que acha o senhor da situação brasileira? Com essa campanha de José Américo, francamente esquerdista, ligado aos comunistas, apoiado por 18 Governadores, não é um perigo para o Brasil?" Eu respondi: "V. Exa. é Presidente da República, eu sou apenas de um partido. V. Exa. é que me deve dar opinião sobre o assunto".

– "Não (retrucou-me), eu queria saber qual a solução que o senhor admite."

Eu disse: "Também não posso. Que represento eu diante do Chefe da Nação? V. Exa. é quem deve saber qual a solução".

Aí, vira-se ele para mim e diz:

– "O senhor leu aquele papel que o Chico de Campos lhe levou?" Aquele papel era a Constituição. Disse-lhe: "Li." – " E o que achou?" Respondi: "Não posso aceitá-la porque é uma Constituição totalitária que suprime todas as liberdades do povo brasileiro". – "Mas no momento não há outra solução" – disse ele – "o perigo é grave, o comunismo está aí". Eu disse: "dentro da própria Constituição atual há remédio para combater o comunismo. Não é necessária uma atitude violenta como esta que V. Exa. propõe". Concluiu ele: "O senhor pense e nós poderemos ter outros encontros". "Bom, mas antecipadamente – respondi – quero dizer que essa Constituição não aceito."

Depois disso não me vieram mais notícias do que se preparava. Apenas o falecido e saudoso Filinto Müller, então Chefe de Polícia, foi à minha casa e pediu-me para ter um encontro com o General Dutra, Ministro da Guerra. A

princípio recusei. Mas Filinto insistiu de tal maneira que fui, em companhia do Dr. Barbosa Lima. O nervosismo do General Dutra era tal que quando me viu da janela deu a volta e desceu para me pegar na calçada e subir à casa dele. E o que queria o General Dutra? Queria o seguinte: saber qual a posição dos oficiais integralistas do Exército em face de medidas que o Governo pretendia adotar. Respondi: "General, os oficiais integralistas do Exército calculo em 500 ou 600. São minoria. Eles não podem fazer nada". Volveu ele: "Mas não se rebelarão?" Tranqüilizei-o: "Eles assistirão aos acontecimentos, como assistirei, porque não temos forças para impedir o que se pretende fazer".

Passada aquela entrevista, sou procurado pelo General Guedes da Fontoura, que me disse: "Eu soube que o senhor está confabulando com o Presidente da República para dar um golpe. Pois fique sabendo que eu e outros generais desembainharemos espadas contra isso. Respondi o mesmo que tinha dito ao General Dutra: – "General, não temos elementos suficientes para reagir contra qualquer medida, quer do Governo, quer de V. Exa. e seus amigos. Assistiremos. Apenas o que reclamo é liberdade para continuarmos a obra educacional que promovemos no Brasil". Passaram-se os dias. Não tive mais notícias, até que numa manhã o Brigadeiro Vasco Seco procurou-me em nome do Brigadeiro Eduardo Gomes para avisar-me de que o golpe de estado seria dado no dia seguinte. Para confirmar, telefonei a Filinto Müller e perguntei-lhe: – "Filinto, então vocês vão fazer a coisa amanhã?" E ele, supondo que eu estava por dentro, respondeu-me afirmativamente, confirmando a informação que me fora dada. No dia seguinte a polícia cercou a Câmara dos Deputados e o Senado – a polícia! – e o golpe foi desferido, implantando-se o regime totalitário denominado "Estado Novo", cuja índole, caráter e essência ninguém mais se lembra quando se pronuncia o nome do ditador. Este foi um dos fatos culminantes da minha vida.

Em 1938, acontecimentos da maior relevância criaram uma situação desagradabilíssima para mim. Os liberais, constitucionalistas, Otávio Mangabeira, Armando Salles de Oliveira, Júlio de Mesquita, Flores da Cunha, General Castro Júnior, General Euclides Figueiredo e outros, estavam planejando um movimento para derrubar a ditadura. Otávio Mangabeira convidou-me para uma conversa, e eu, naquela ocasião, em que já estávamos sendo perseguidos, e presos, tendo sido muitos de nossos companheiros espancados e assassinados, entendi que aquele movimento seria útil. Disse: "Está bem. Eu concordo". Isso foi nos princípios de 1938. Do Rio de Janeiro, fui obrigado a ir para São Paulo porque, procurado pelo Ministro Francisco Campos, ele me disse que eu teria de assumir um ministério, no Governo da ditadura. E tendo-me recusado, ponderou: "Então pense até amanhã, porque ou o Ministério, ou a cadeia. Você será preso se não quiser ser Ministro". Diante de tal aviso, retirei-me para São

Paulo e lá fiquei. Um grupo precipitado deflagrou um movimento – heróico mas pequeno – na Guanabara sendo os primeiros que derramaram seu sangue; uns em combate, outros covardemente fuzilados, pela restauração das liberdades no Brasil, e isso agravou mais ainda a situação. Recrudesceram as prisões. Armando Salles, Mangabeira e Flores da Cunha foram exilados, tendo sido presos vários generais. Fui preso naquele ocasião e, na Fortaleza de Santa Cruz, aguardei o meu destino, quando, um dia, o General Dutra achou que minha mulher recebia muitas visitas, que aquilo era perigoso e que seria melhor que ela fosse também para a fortaleza. Então, lá foi ela, por causa das visitas que recebia.

Todo governo chamado forte no fundo é fraco e tem medo de tudo, até da sombra. Afinal, numa madrugada, embarcaram-nos num navio. Desci em Portugal, onde encontrei um amigo de São Paulo, português, que me acolheu, e ali passei os primeiros tempos, até começar a ganhar a vida para me manter.

Novamente o escritor

Agora vem o escritor novamente: No período de 1933 a 1937, publiquei *A Quarta Humanidade*, livro de filosofia, oportunissimo na época atual; *O Sofrimento Universal* e a obra que julgo básica da minha doutrina, intitulada *Psicologia da Revolução*. Estes livros foram seguidos de outro de grande sensibilidade e poesia, *A Geografia Sentimental*, e ainda outro para a juventude, intitulado *Nosso Brasil*, ambos educacionais; seguindo-se o intitulado *Despertemos a Nação*, destinado ao povo em geral. Em Portugal, minha atividade literária foi constante. Ali terminei o livro iniciado no Brasil, que a polícia me tinha tomado e depois devolvido, com rubricas dela, intitulado *Vida de Jesus*. Publiquei ainda *A Aliança do Sim e do Não*, *A Mulher do Século XX*, *A Imagem daquela Noite*, *Primeiro Cristo*, *O Rei dos Reis*, *Madrugada do Espírito*, e, finalmente, ao despedir-me de Portugal, ofereci àquela Nação o livro intitulado *Como Nasceram as Cidades do Brasil*.

Atividades políticas e literárias

Regressando ao nosso País, fundei com Raymundo Padilha o Partido de Representação Popular. Esse partido atuou, elegendo Deputados Estaduais e Federais e sustentando a nossa doutrina espiritualista e cristã. Mas volta o escritor. Então, publico *O Espírito da Burguesia*, *Mensagem às Pedras do Deserto*, *Direitos e Deveres do Homem*, *O Ritmo da História*, *O Integralismo na Vida Brasileira*. Neste, mostro dezenas de realizações, a começar pelo Instituto Rio Branco, Ministério da Aeronática, PETROBRÁS – que tudo estava no programa

integralista em 1934 – e outras inovações do que muito me alegro, porque o meu interesse não é o êxito pessoal, mas a realização de idéias úteis ao nosso País.

Agora vem outro momento culminante da minha vida política: em 1955, apresentei-me candidato à Presidência da República. Eram meus competidores Juarez Távora, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek. Terminada essa campanha, sagrou-se vencedor Juscelino Kubitschek. Nesse momento, ocorreu grave crise, na qual tive atuação por amor à Pátria. Era um movimento pretendendo impedir a posse de Juscelino. Conferenciei com outro candidato, Adhemar de Barros, mostrando o perigo que isso representava para o Brasil, porque estava eu com um documento de recente reunião do Partido Comunista em que diziam os chefes vermelhos precisarem apoiar esse movimento visando impedir a posse do Presidente eleito, isto porque, no fim eram eles os que iriam dominar. Com esse documento, conseguido por um serviço secreto que mantinha, trabalhei pela posse de Juscelino.

Em minha casa, durante noites seguidas, reuni preliminarmente almirantes, oficiais superiores da Marinha. Quando estava a Marinha coesa, iniciei as conversações com elementos do Exército.

Finalmente, o falecido amigo José Maria Alkmim, que presenciava as minhas reuniões, comunicou a Juscelino acharem-se as coisas aplanadas.

Entendo que foi um serviço prestado à Nação, pois iríamos cair no caos, numa desordem da qual não saberíamos como sair.

Mas surge novamente o escritor e escreve *Reconstrução do Homem*. É este um livro que recomendaria a toda a juventude brasileira.

Deputado pelo Paraná

Em seguida, vêm as eleições para a renovação do Congresso. Eu estava grato ao Paraná, que me dera maciça votação para Presidente da República. Basta dizer que em Curitiba os votos somados de Juarez, Adhemar de Barros e Juscelino não atingiram a minha votação. Diante disto, eu, que nunca desejara ser Deputado, que preferia eleger outros, como o fiz, aceitei a candidatura pelo Paraná e fui representante por aquele Estado, com o maior orgulho e até certo sentimentalismo, porque, pelo lado materno, tenho raízes em Curitiba.

Renúncia de Jânio e Crise Militar

Foi no período dos dezesseis anos em que trabalhei nesta Casa que tive participação também num fato gravíssimo, da maior importância para a vida brasileira: a renúncia de Jânio Quadros. Já em maio, Jânio solicitou-me um

encontro, através do Deputado Oswaldo Zanello, aqui presente, e nesse encontro me disse que se não se fortalecesse, como desejava, até o fim do primeiro semestre iria renunciar. Oswaldo Zanello ficou estupefato,e eu também, muito admirado. E Jânio Quadros me disse: "Jango não sentará nesta cadeira porque os dispositivos já estão preparados". Que dispositivos? Ignoro. Talvez a viagem, representando o Presidente da República no Extremo Oriente, com discursos adrede preparados para incitar os militares.

Realmente, em agosto, S. Exa., o Sr. Jânio Quadros, mandou-me novo recado querendo encontrar-se comigo. Recusei-me, porque tínhamos passado uma noite inteira aqui, neste Plenário, a discutir a denúncia feita por Carlos Lacerda de ter sido convidado por Pedroso Horta, então Ministro da Justiça, para um golpe. E a Câmara decidiu chamar o Ministro para prestar informações. Diante daquilo, recusei-me a ir. À tarde veio a renúncia ocorrendo a crise militar como Jânio me havia dito em maio. Os três Ministros militares não permitiam a posse de João Goulart. Foram dias tumultuosos nesta Casa e noites indormidas. Procurei o Marechal Denys, Ministro da Guerra, e lhe perguntei: "Marechal, com que elementos os Ministros militares contam para impedir a posse de João Goulart?" "Ah! Com todos. Está tudo em ordem". Eu disse: "Marechal, não está, pois tenho informações muito seguras".

Retirando-me do Ministério, escrevi uma carta ao Marechal Denys expondo a situação verdadeira do País e propondo que, se os militares não tinham confiança em João Goulart, nesse caso que se modificasse o regime, se criasse um sistema de controle da Presidência da República. Essa carta foi levada pelo Senador Mondin e os Deputados da minha Bancada, Arno Arnt, Abel Rafael, Oswaldo Zanello.

Solução da crise

Eu pertencia à Comissão Mista, Senado e Câmara, para estudar a momentosa questão. Estávamos reunidos no Senado, quando veio a mensagem do Presidente Mazzilli comunicando que os Ministros militares não pretendiam a posse de João Goulart. Imediatamente propus que não se tomasse conhecimento da mensagem do Presidente da República, que era apenas informativa; dela não poderíamos tomar conhecimento nem sobre ela decidir. Depois de muita discussão, cerca de duas da madrugada, chegaram os Generais Mendes de Moraes e Menezes Cortes. Pediram licença para comunicar uma mensagem à Comissão. E então disseram que os três Ministros militares mandavam dizer que aceitavam a proposta de Plínio Salgado. Que proposta era essa? Era o parlamentarismo. Não havia outra solução.

Então resolveu-se, primeiro, modificar o Regimento para se poder votar a toda pressa e, em seguida, adotar o parlamentarismo. Desta sorte

possibilitava-se a posse de João Goulart sem animosidade dos três Ministros militares. Agora, a vinda de João Goulart para cá foi outro problema. Não irei entrar em detalhes das conversações que tive com o Presidente Mazzilli naquelas noites angustiadas, mas o fato é que não foi fácil. Afinal conseguiu-se e deu-se posse a João Goulart no sistema parlamentar, vindo como Presidente do Conselho uma das figuras mais brilhantes, mais capazes, mais patrióticas que temos aqui na Câmara, o Deputado Tancredo Neves. (*Palmas prolongadas.*) Dos acontecimentos posteriores todos têm conhecimento e não estarei aqui a repetir. Referir-me-ei apenas aos anos de 1963 e 64.

Pródromos da Revolução de 64

O ano de 1963 foi de grande agitação. Conseguindo João Goulart, mediante um plebiscito, reinstaurar o sistema presidencial, desencadeou-se no País uma onda de demagogia esquerdista. Meu Partido na Câmara foi o primeiro a lançar um manifesto contra a desordem promovida pelo próprio Governo. Nessa altura, conferenciei com o General Olímpio Mourão, combinando um movimento militar apoiado pela opinião conservadora do País, enquanto passávamos à ação das ruas, contra as pretendidas concentrações comunizantes, o que fizemos em vários Estados, distinguindo-se os Deputados integralistas de Minas, Abel Rafael, Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro. Era o General Mourão um velho integralista, chefe do Estado-Maior da Milícia dos camisas-verdes. A 31 de março de 1964, sublevou as tropas de Juiz de Fora e, articulado com as de Belo Horizonte, marchou contra o Rio de Janeiro, obtendo a adesão de outras guarnições do Exército. Seria longo narrar os pormenores do início e desenvolvimento da Revolução de 1964. Neste resumo quis eu apenas marcar minha atuação e de meus companheiros.

Educação e Literatura

Volto ao escritor, porque é uma paralela à minha vida. Publiquei um livro intitulado *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, hoje adotado nas escolas e do qual se têm tirado centenas de milhares de exemplares. Escrevi, em seguida, uma *História do Brasil*, em dois volumes, também para a mocidade. Escrevi um romance intitulado *Trepandé* e assisti ao cinqüentenário do meu primeiro romance, *O Estrangeiro*, na cidade de Monte Aprazível, onde foi erguido um monumento rememorativo da inspiração que tive naquela localidade para escrever esse livro.

Vida Parlamentar

Dos meus trabalhos parlamentares não falarei. Sabem bem os meus companheiros da Comissão de Educação e Cultura o muito que ali fiz,

pesquisando, aprofundando-me nos problemas para produzir trabalhos úteis, não somente à Câmara, mas à mocidade brasileira, razão pela qual pretendo reuni-los num só volume.

Durante esse tempo todo aqui, grande é a minha comoção quando lembro o afeto, o entusiasmo de meus colegas, que exageram meus méritos, para demonstração de seu carinho. Nunca me esquecerei do ponto mais alto da minha vida parlamentar: foi na comemoração do centenário da Batalha do Riachuelo, quando Senado e Câmara, Ministros militares, e altas personalidades aplaudiram-me de pé, com lágrimas nos olhos. Nunca me esquecerei! Também lembrarei sempre as nossas conversas de corredores, os nossos contatos na sala do café, as amizades que se aprofundaram cada vez mais. Podeis estar certos, colegas da ARENA e do MDB, de que sois todos por mim considerados como irmãos queridos e de que, ausente desta Casa, lembrarei de cada um de vós, com o maior afeto e a maior gratidão.

Não quis terminar esta minha oração sem deixar para esta Casa um decálogo, um Código de Ética do Parlamentar, principalmente para aqueles, cerca de 200, que serão os novos Deputados. Não sei se em certos pontos serei agradável à ARENA e ao MDB. Serei agradável à minha consciência, pelo amor que tenho ao Brasil e ao Legislativo de nossa Pátria.

Código de Ética

Deixo, pois, como lembrança, este Código de Ética do Parlamentar:

1) Aprofundai-vos no estudo dos problemas brasileiros e trazei às Comissões de que façais parte e ao Plenário as vossas conclusões, expondo-as em alto nível de cultura e clareza didática.

2) Examinai a situação social, econômica, moral e política da nações, no mundo contemporâneo e, em se tratando das posições que o Brasil deve adotar no complexo da vida internacional, procurai a que mais convier aos interesses da defesa e da segurança brasileiras e das instituições democráticas vigentes em nosso País.

3) Combatei todos os agentes da corrupção que através dos meios de comunicação (livros, imprensa, teatro, cinema, televisão e rádio) procuram decompor as bases tradicionais da nacionalidade.

4) Elevai vossos debates acima das competições pessoais, de ódios ou ressentimentos, de paixões ou de simples demagogia, porque, se assim procederdes, sereis respeitados pelos vossos pares e por toda a Nação.

5) Nas vossas relações com o Poder Executivo, procedei a conversações das quais resultem consultas prévias ao Legislativo – através das Lideranças dos Partidos – a fim de que as mensagens, projetos e decretos da Presidência da República sejam conhecidos antes de serem enviados ao Congresso e deste

hajam recebido, antecipadamente, a aprovação, ressalvas e opiniões, numa colaboração íntima e sincera que colocará o Poder Político acima do arbítrio de técnicos e teóricos alheios às realidades nacionais.

6) Não sois apenas legisladores, mas representantes do povo e, nestas condições, promovei os meios de serdes recebidos com maior facilidade pelos órgãos do Poder Executivo, que vos devem prestar homenagem de apreço, para que não sejais menosprezados pelos vossos concidadãos, confiantes em que mereceis do Governo a consideração devida a um parlamentar.

7) Esforçai-vos para que as Lideranças não contrariem os pareceres das Comissões Técnicas do Congresso, muitas vezes unânimes em suas decisões relativas a projetos, que o Plenário rejeita por imposição de órgãos do Executivo.

8) Se fordes oposicionistas, não leveis a vossa oposição ao ponto de contrariar evidentes interesses nacionais contidos em proposições justas, só pelo fato de provirem do Poder Executivo, mas procurai cooperar, com emendas esclarecidas e comentários na tribuna, estabelecendo, entre o Executivo e o Legislativo, uma perfeita harmonia.

9) Fazei de vossa vida parlamentar um prolongamento da vossa vida particular e familiar, pautada por nobre comportamento e dignidade pessoal, lembrando-vos da máxima cristã, quando declara: "quem não é fiel no mínimo não será fiel no máximo".

10) No exercício da função parlamentar, fortificai, dia a dia, a consciência de vossa responsabilidade perante Deus e o vosso amor à Pátria. Com sadio otimismo inflamai-vos de entusiasmo pelo que fomos no passado, pelo que representamos no presente, pelo que seremos no futuro. Promovei, dentro e fora do Parlamento, em todas as oportunidades, a mística da Grande Nação e assim dareis alta expressão ao Poder Legislativo, prestigiando-o como sustentáculo da ordem interna, do equilíbrio dos Poderes e da sua projeção entre os povos civilizados.

Despedida

Esta é a mensagem de despedida, o resumo do que penso sobre o que representa o Poder Legislativo, pelo qual deveis zelar, pelo qual deveis batalhar, a fim de que ele tenha prestígio nesta Nação. Estamos vivendo um momento em que, mais do que nunca, a harmonia dos Poderes é indispensável a toda ação econômica e social e para o engrandecimento da nossa Pátria. Mas é preciso ter em vista que essa harmonia de Poderes exige a equivalência, a equipotência dos três e nunca a diminuição de um para o fortalecimento de outro.

Parto desta Casa, absolutamente confiante em que o Congresso continuará a ser o que é mais do que é, porque agora estais esclarecidos com os

últimos episódios eleitorais, com a vossa experiência durante anos de trabalho nesta Casa e, por conseguinte, estais aptos a elevar o Poder Legislativo à altura que ele merece, para honra, glória e grandeza do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

III

POLÍTICA INTERNACIONAL

III

POLÍTICA INTERNACIONAL

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A PORTUGAL

Sessão de 23 de outubro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, meu Partido não poderia deixar de se pronunciar em face da magnífica oportunidade de mais um contato entre os dois países, os dois governos, as duas nações que pertencem à grande lusitanidade.

Tendo residido em Portugal durante quase oito anos, como exilado político, ali tive oportunidade de penetrar mais densa e profundamente nas raízes do Brasil, que estão naquele país.

Sustento que a História da nossa Pátria não principia quando Pedro Álvares Cabral descobre a nossa terra, pois tomar aquela data como início de nossa vida de povo seria alienar quatro séculos de História, que pertencem tanto a Portugal quanto ao Brasil.

São quatrocentos anos em que somos condôminos sobre uma área indivisível de glórias pretéritas, já que descendentes nos proclamamos dos santos, dos nautas e guerreiros dos "barões assinalados" e daqueles "reis que foram dilatando a fé e o império...", pelo que considero que a História do Brasil principia com a fundação da Nacionalidade portuguesa, quando D. Afonso Henriques, desembainhando a espada no castelo de Guimarães, escreve, de batalha em batalha, uma das mais belas páginas da reconquista peninsular.

A figura do Infante D. Henrique, mais de dois séculos depois, não pertence, por conseguinte, apenas aos portugueses; integra-se também no patrimônio cultural e moral do Brasil.

É uma figura ecumênica, universal, a maior do seu século, a projetar-se nos séculos seguintes como que a iluminar as líquidas estradas da maior epopéia marítima jamais assistida pela Humanidade.

Quando hoje lemos a *Odisséia*, de Homero, ou a *Eneida*, de Virgílio, verificamos que são pequenas as façanhas dos heróis de Tróia e da Grécia em comparação com a obra realizada pelos portugueses na conquista de continentes, arquipélagos, ilhas desconhecidas e oceanos "nunca dantes navegados".

Foi o milagre do Infante, o homem de gênio e de ação, que pertence à História do Brasil, cuja descoberta ao tempo de D. Manuel e povoamento na vigência de D. João III, são conseqüências do grande sonho do Navegador que as gerações sucessivas tornaram realidade.

Quando estive em Portugal, fiz questão de visitar o promontório de Sagres, tendo ali a noção da grandeza da epopéia marítima dos nossos antepassados.

Sagres é uma esplanada de pedra projetada sobre o mar. Ali, o Infante, nas noites estreladas, ensinava astronomia e a arte de navegar à nova geração, mas ensinava também a sonhar, criando um espírito novo e tão forte que lançou um povo, de apenas um milhão de habitantes, na conquista dos mares e continentes do mundo.

O Brasil não poderia estar omisso nas comemorações do Infante Navegador, razão pela qual, expressando o pensamento do meu Partido, o meu em particular e o da própria tradição da Pátria brasileira, manifesto-me, entusiasticamente, favorável à visita do Presidente da República do Brasil à Pátria portuguesa, que é a Pátria da nossa Pátria, neste instante em que celebramos um dos vultos maiores da humanidade soerguido na história da comunidade lusíada, à qual, com orgulho, pertencemos.

Entendo que, neste momento do mundo, além de realizarmos uma política pan-americana de defesa do Hemisfério Ocidental, temos necessidade de nos ligarmos à Ibéria, à Espanha e a Portugal, baluartes da civilização cristã, que passaram imunes na última guerra, pela sabedoria de seus estadistas, para serem, talvez, a cabeça de ponte da liberdade do Novo Mundo, na época em que se desencadeia, do Oriente para o Ocidente, a onda tremenda de escravidão, que pretende avassalar direitos e dignidade do homem com a ereção dos Estados totalitários, soviéticos e comunistas.

Aqui estou, Sr. Presidente, para exprimir o pensamento favorável do meu partido à ida do Chefe da Nação a Portugal, a fim de representar nossa Pátria nas comemorações de um dos vultos que representam o pensamento e o sentimento da comunidade lusíada. (*Muito bem; muito bem; palmas.*)

PRESENÇA DO PRESIDENTE EISENHOWER NO BRASIL

Sessão de 25 de fevereiro de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais nada, quero dizer que as palavras do orador que me precedeu, o Deputado Maia Neto, vieram ao encontro de uma aspiração que é também minha. O que ele disse a favor dos ferroviários de Santa Catarina e Paraná, endosso plenamente e aqui estou a fazer um apelo em favor dessa gente necessitada que tudo espera de nós, no seu sofrimento, nas agruras e dificuldades de sua vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos, ontem, nesta Casa, o discurso do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, o General Eisenhower, discurso que foi realmente substancioso e merece algumas apreciações feitas já agora sem a solenidade de ontem, na intimidade de uma conversa familiar, entre brasileiros.

Deputados da situação e da oposição certamente estarão de acordo em objetivarem os interesses supremos não somente do Brasil, porém dos povos da América, razão pela qual entendi oportuno nesta sessão, fazer ligeiro comentário acerca de alguns pontos que considero tônicos do discurso do ilustre visitante, nesta Casa.

Sr. Presidente, também não posso deixar de me referir às duas orações pronunciadas, uma pelo ilustre Senador Afonso Arinos, outra pelo nosso eminente colega e Líder da Maioria Abelardo Jurema, as quais exprimiram as verdadeiras aspirações do povo brasileiro e os sentimentos deste País pela Nação amiga. Mas, volvendo ao tema, que é o discurso do Presidente dos Estados Unidos, quero dizer que anotei os seguintes pontos: primeiro, o conteúdo filosófico. Nesta parte, S. Ex.ª fez uma crítica do materialismo histórico e dialético e exaltou a doutrina cristã de respeito à personalidade humana. Afirmou que os povos da América devem conduzir-se pelo seu pensamento espiritualista e cristão e que devemos precaver-nos contra aqueles que querem impor a todo o mundo civilizado um conceito de existência contrário à dignidade humana.

Reputo esta parte do discurso de S. Ex.ª da maior importância. Devemos meditar sobre suas palavras, nós, tradicionalmente cristãos, amantes da liberdade e que pela liberdade nos temos levantado desde quando deixamos de ser colônia, para nos constituirmos em Nação independente.

Outro trecho do discurso de S. Ex.ª, sobre o qual anotei, à margem, algumas observações, é aquele em que S. Ex.ª fala das dificuldades que encontra o seu país para uma ajuda mais decisiva aos povos subdesenvolvidos da América Latina.

Sr. Presidente, entendo que os Estados Unidos da América do Norte estão na obrigação não somente no interesse do hemisfério, mas no seu próprio, de tudo fazerem no sentido de facilitar uma política de desenvolvimento para os povos do Novo Mundo.

Circunstâncias geológicas determinaram que, no século passado, as nações setentrionais pudessem atingir um estádio de progresso superior ao nosso. Contrabatendo freqüentemente a tese daqueles maus patriotas que costumam afirmar termos sido colonizados por um povo que não possuía a capacidade dos povos nórdicos, costumo dizer, nas aulas que dou ao povo brasileiro, quando percorro as cidades do meu País, que todo o progresso não só dos Estados Unidos, como das demais nações setentrionais do planeta, decorre do simples fato de, no século que poderíamos chamar da civilização do ferro e do aço, disporem de grandes reservas de hulha.

Se observarmos o globo terrestre, veremos que os povos meridionais não foram geologicamente aquinhoados com a quantidade de hulha necessária para a fabricação de ferro e do aço, no período da humanidade em que o precioso metal substituía praticamente o ouro.

Via claramente o problema o nosso grande Rei D. João VI, quando pretendeu fundar uma siderúrgica no Brasil, mandando vir da Alemanha o Coronel Friedrich Wilhelm Varnhagen. O grande rei, que considero o maior de todos os estadistas que esta Nação tem tido, iniciou, em Ipanema, próximo a Sorocaba, a primeira fundição de ferro.

Não nos foi possível, no entanto, ombrear com as nações sententrionais, pois a nossa hulha era escassa e de má qualidade, tanto que ainda hoje é misturada com carvão de pedra inglês ou americano em nossas usinas.

O Sr. Osmar Cunha – A nossa hulha é misturada sem necessidade, porque é superior, por exemplo à sueca, à japonesa. O sueco, porém, com a sua hulha, faz um excelente coque e produz o melhor aço do mundo. Reconheço, porém, o trabalho de Varnhagen, indiscutivelmente o precursor da siderurgia no Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Naquele tempo, não só.

O Sr. Carvalho Sobrinho – Permita-me um aparte. Acredito que a tese certa é a esposada por V. Ex.ª. A incidência do carvão no Brasil, na série estratigráfica em que se encontra, é de tal modo diversificada que as manifestações divergem de região para região, de camada para camada, de penetração para penetração,

de modo a exigir tratamento especial. O carvão nacional carece de tratamento especial, sobretudo, porque é riquíssimo em pirita de enxofre.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço os apartes de V. Ex.as e quero dizer que somente com a técnica moderna e as novas condições industriais é que poderemos hoje utilizar nosso deficiente carvão. Mas os Estados Unidos, a Inglaterra, a Bélgica, a França, a Alemanha e outros países setentrionais encontraram, com a maior facilidade, na época ainda de uma técnica incipiente, a hulha em grande quantidade para fabricação do ferro e do aço. Ora, quem tem ferro e aço, tem máquinas. Quem tem ferro e aço tem locomotivas, tem navios, pode desenvolver o seu progresso. E nós, no Brasil? Contávamos exclusivamente com o nosso denodo, com o valor positivo da nossa raça. Utilizando o carro de bois e as tropas de burros, fundamos nossa agricultura, em meio a dificuldades imensas de comunicação, de maquinaria, de toda espécie. Mas isto estou dizendo, incidentemente, para demonstrar que não foi por culpa dos países sul-americanos que ficamos em estádio de subdesenvolvimento. Circunstâncias de privilégios geológicos criaram as civilizações setentrionais do planeta. Ora, chegamos hoje a um momento crítico da história do mundo. O mundo se divide em dois campos: aquele, a que se referiu o Presidente americano, do materialismo dialético, que não respeita a personalidade do homem, que faz tábua rasa de sua liberdade; e o mundo onde ainda persistem os princípios cristãos de respeito à dignidade da pessoa humana, de integridade e de autonomias das nações. Ora, nós pertencemos a este hemisfério, com a tradição de liberdade que nos vem dos heróis das nossas respectivas independências, com o nosso temperamento altivo e nobre, não desejosos jamais de nos submetermos à prepotência dos Estados totalitários que nos ameaçam contra aquilo que para nós é mais precioso – o direito de autodeterminação dos indivíduos e das nacionalidades.

Ora, se formamos uma unidade ideológica no sentido da defesa das nossas democracias, logicamente devemos formar, tanto quanto possível, uma unidade de interesses econômicos em que umas nações, ajudando a outras, a todas fortaleçam, para enfrentarmos as duras contingências da História do mundo moderno. Mesmo do ponto de vista estratégico, a importância da América do Sul é imensa para os Estados Unidos. A nação norte-americana, em conseqüência dos erros praticados no fim da última guerra está como que ilhada, cercada de todos os lados. Perdeu a influência na Ásia. A União Soviética, depois de obter o controle da Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria, e adotado o princípio da não-intervenção que caracteriza a política internacional americana, pôde incrementar os exércitos vermelhos da China e ali implantar um regime que lhe é irmão. Por outro lado, os mesmos erros da política norte-americana facilitaram à Rússia a posse de toda a Europa Central.

Houve uma divisão do mundo: primeiro, Yalta; depois, Potsdam. De sorte que as próprias tropas americanas, que já tinham avançado através da Alemanha até Dresde, receberam ordem de regressar, a fim de que o exército do General Zukov viesse tomar posse da zona que fora consignada à influência e predomínio soviéticos.

A invasão da Europa, em vez de feita pelos Bálcãs, como era o pensamento de Churchill, foi feita pela Itália e pela França, a fim de que o poderio soviético sobre aquela importante região do mundo não fosse abalado pela invasão das tropas do Ocidente.

Desta forma, os erros da política americana entregaram à Rússia o controle completo da Europa Central e Oriental. A política de não-intervenção redunda em verdadeira política de fatos consumados.

Desta sorte, quando uma nação como a Hungria é invadida por outra, com poderosas máquinas de guerra, a que assistimos? A ONU apenas mandar observadores para fazer o relato do que aconteceu. É a política dos fatos consumados que predomina no mundo.

Pois bem. Hoje podemos dizer que é a América Latina a única região onde os Estados Unidos podem encontrar sinceridade, lealdade, amizade, e desejo de firme cooperação. Entretanto, tem sido inteiramente abandonada pela preocupação de ajuda dos Estados Unidos. Basta dizer que pelo Plano Marshall, em que se despenderam 33 bilhões de dólares, couberam à Europa 22 bilhões e quatrocentos milhões; à Ásia, 7 bilhões e seiscentos milhões, resultando que para os 21 países da América Latina restaram apenas 3 bilhões.

Essa política tem continuado até hoje. Os Estados Unidos não estão percebendo que trabalham contra seus próprios interesses. A situação daquele país é hoje a do jogador que, tendo jogado à noite inteira, ganhou todas as fichas e não tem mais com quem jogar. Se não distribuir as fichas, não haverá mais jogo; e, não havendo jogo, desgraçada será a humanidade.

Entendo, portanto, que é necessário revejam os Estados Unidos, no terreno prático, sua política de ajuda aos países da América do Sul.

As palavras hábeis pronunciadas ontem pelo Presidente Eisenhower dão a entender que, acima do desejo de nos ajudar, existem certas dificuldades. Recebemos – os Srs. Deputados devem ter recebido – um folheto escrito admiravelmente por um distinto funcionário do nosso Ministério das Relações Exteriores. São dez cartas dirigidas aos Estados Unidos. Uma delas, a nona, merece especial referência e entendo que deva até constar de nossos Anais.

Diz o seguinte:

> "Não se pode mais tratar das relações do Brasil com os Estados Unidos sem que se tome em devida consideração a iniciativa brasileira que veio a ser conhecida por Operação Pan-americana. O

Governo brasileiro empenhou-se de tal forma nesse movimento, não somente em relação aos Estados Unidos e demais países do continente, mas igualmente quanto à opinião pública nacional, que não lhe será mais possível discutir, negociar e planejar dentro do âmbito interamericano, sem ter presentes os princípios e os propósitos que passou a defender como norma orientadora de sua política externa."

Realmente, Srs. Deputados, a iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek, lançando a idéia da Organização Pan-americana nos moldes em que o fez, é uma iniciativa que retoma a tradição da política diplomática de Rio Branco, porém transferindo do mero campo jurídico para o econômico e prático os objetivos da União Pan-americana.

Continua o autor da carta:

"Uma iniciativa de tamanha envergadura, lançada em momento oportuno, deveria merecer do Governo norte-americano a mais detida e acolhedora atenção. Ninguém, de boa fé, poderá pôr em dúvida o desejo dos Estados Unidos de que se estabeleça no continente um clima de compreensão e confiança, de que se criem condições capazes de permitir a evolução dos povos latino-americanos, com a salvaguarda dos ideais cristãos e democráticos comuns ao mundo ocidental.

O rosário de afirmações solenes que, naquele sentido, liga os Estados Unidos à comunidade latino-americana é bastante extenso: na Carta da Organização dos Estados Americanos em tratados e declarações multilaterais e bilaterais, estão expressos compromissos firmes de ajuda e cooperação entre os 21 países deste hemisfério. No entanto, a experiência tem sobejamente demonstrado que estes bons propósitos estão tomando o aspecto de declarações líricas de mero valor retórico, que esses compromissos estão muito longe de ser levados a sério.

Ora, aí estão, exatamente, o valor e a atualidade da Operação Pan-americana: procurar os caminhos efetivos e práticos de pôr em execução os propósitos e os compromissos que todos aceitaram e que todos proclamam ser do seu desejo e interesse transformá-los em realidade."

Sr. Deputado, compreende-se a dificuldade (que tive ocasião de expor, na reunião do Palácio Laranjeiras) para a efetivação desta política da Organiza-

ção Pan-americana. Comparava eu os dois mundos – o mundo soviético e o mundo livre. Afirmava: o mundo soviético encontra maior facilidade para mútua cooperação, por vários motivos. Primeiro motivo: o motivo filosófico. Dizia eu: enquanto falam do ponto de vista político ou econômico, permitam-me que fale como filósofo. A Rússia Soviética e os países por ela dominados baseiam-se na afirmação do materialismo. Negam a existência de Deus e da alma do homem. Logicamente, negam a liberdade, pois enquanto corpo não somos livres. O nosso corpo é escravo da comida que ingere, sem o que morreria, é escravo do ar que respira, é escravo da lei da gravidade: não pode atirar-se de um 10.º andar. Ora, o nosso corpo está sujeito às leis do determinismo que regem o mundo da matéria. Logicamente, um regime que se baseia no princípio da negação da existência da alma, nega o livre-arbítrio, nega a liberdade humana, coerentemente e até com certa dignidade.

Nestas condições, a liberdade é o que menos importa no império soviético. O que importa é o econômico, o que diz respeito ao mundo físico, regido pelo determinismo. Assim sendo, cria-se o Estado absorvente e onipotente, que conduz o povo à realização de uma civilização materialista, baseada exclusivamente nos fatores físicos, materiais. Esse Estado, que prescinde da liberdade dos cidadãos, age livremente, sem os óbices nem dos congressos, nem da imprensa que possuímos, nem da liberdade de falar que existe entre nós. Pode, portanto, ter completo controle econômico. Quem lê o livro de Dalin, intitulado *Novo Império Soviético*, pode observar o que significa o comissariado do comércio exterior da Rússia, dominando inteiramente todos os demais comissariados de comércio das nações submetidas ao imperialismo vermelho. Isto não acontece no Mundo Ocidental. O individualismo predomina entre nós, como caráter fundamental do sistema capitalista.

Nestas condições, imensa é a dificuldade de um contato direto entre os Estados, porque grupos econômicos os mais variados interferem com seus interesses. Não existe, portanto, nem unidade econômica, nem unidade política: falta-nos uma convicção firme acerca do conceito do mundo e da vida.

Enquanto naquela região do planeta que se estende desde o Danúbio ao Mar da China, afirma-se categoricamente a não-existência de Deus e da alma, nós estamos divididos por numerosos conceitos filosóficos e religiosos e não constituímos uma unidade.

Ora, como poderemos competir com a Rússia Soviética, que baseia toda sua política atual nos objetivos futuros de suas realizações socialistas, quando nós não nos firmamos em nenhum conceito que possa servir de alicerce às nossas conversações internacionais?

O próprio princípio da não-intervenção ainda ontem foi lembrado pelo Presidente dos Estados Unidos em seu discurso, quando, após exercer pesada crítica contra a concepção materialista da vida, declara que, entretanto, todos

somos livres para adotar o materialismo, se quisermos, e que nenhuma nação pode intervir na outra, desde que ela mesma escolha o caminho do materialismo. Evidenciam-se nessas palavras os paradoxos da nossa história do pensamento moderno. Somos incoerentes; defendemos a liberdade, mas defendemos também o princípio da destruição da liberdade. Somos o grande paradoxo da História, mas poderemos observar ainda mais: o mundo soviético, e esta é a maior vergonha nossa, sendo materialista, age espiritualmente, porquanto procura conquistar as almas. Se não é permitido por nós, no Mundo Ocidental, a intervenção nas deliberações de um povo, precisamos lembrar-nos de que isto é um lugar comum, consagrado jurídica e politicamente, mas que já não condiz com a realidade do mundo contemporâneo, porque existe a intervenção econômica e a intervenção subjetiva dentro da alma de um povo.

A grande Nação soviética desenvolve sua propaganda de modo tenaz. Ela crê no espírito do homem, apesar de negá-lo. Nós afirmamos o espírito e esquecemos de conquistar as almas. Não somente no que tange às relações econômicas poderemos criar a unidade das Américas. Temos de criá-la dentro de um pensamento firme, de uma convicção decidida acerca dos conceitos do mundo, da vida e da finalidade humana. Entendo, portanto, que os Estados Unidos têm falhado a sua missão, quando, do ponto de vista cultural, no campo das atividades intelectuais, não procuram exercer uma ação apostolar, ajudando-nos também a exercê-la, como tem feito a União Soviética por todos os modos.

Esta a observação que queria fazer à margem do discurso do eminente Presidente dos Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, não é possível deixar passar em branco, deixar de exaltar com todo o nosso entusiasmo a iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek lançando nos horizontes do Novo Mundo uma política de idealismo realista. Realmente temos, todos nós brasileiros, seja de que partido formos, de nos levantar firmes, como unidade nacional, objetivando a realização dos objetivos da União Pan-americana. É preciso liderarmos as demais nações da América para nos apresentarmos com nossas reivindicações diante do irmão mais velho que, com prejuízo de sua própria vida e da civilização ocidental, tem colocado em termos comerciais e de balcão um assunto que pertence ao sacrário de nossas almas, porque objetiva criar condições econômicas capazes de nos dar uma superestrutura espiritual que seja a bandeira a desfraldarmos no atual instante da vida dos povos.

Sr. Presidente, outras considerações desejava eu ainda fazer. Pede-me, porém, o eminente colega por Goiás, Deputado Emival Caiado, os últimos minutos de que disponho, para dirigir algumas palavras à Câmara. Fiquem, portanto, registradas estas minhas observações que, acredito, não sejam só

expressivas do pensamento do meu Partido, mas devem ser também do pensamento de todo o povo brasileiro que ama os seus irmãos da América do Sul e do Norte e deseja realizar aquela confraternização tão almejada desde Alexandre de Gusmão, depois por Bolívar e, mais tarde, por D. Pedro I, quando mandou sua primeira mensagem no sentido de propor aliança aos Estados Unidos. Conservemo-nos sempre firmes, por amor da liberdade e da verdadeira democracia, neste campo de lutas em que colocamos, acima de tudo, a dignidade da pessoa humana e a autonomia, a independência, a soberania e honra das nações da América. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

COLONIALISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E O CASO DO NAVIO *SANTA MARIA*

Sessão de 6 de fevereiro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, verifico que estou a iniciar minha oração com grande atraso, sem tempo suficiente para expor as idéias que me trazem à tribuna. Como já há precedente nesse sentido, peço a V. Ex.ª que, se não houver número para as votações, me conceda alguns minutos durante a Ordem do Dia a fim de que possa ultimar a exposição do meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (*Sr. Ari Pitombo, 4.º Secretário*) – V. Ex.ª será atendido.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu primeiro discurso, após a licença que me colocou ausente desta Casa, deveria ser um relato de quanto ocorreu na Conferência Geral da Unesco, em Paris, na qual tomei parte como observador, representando a Presidência da República e trabalhando ininterruptamente e sem perder uma só sessão, durante 30 dias.

Entretanto, Sr. Presidente, há um fato grave que me chama a atenção e me convoca para o cumprimento de um dever. O fato já entrou para o rol daqueles que estão consumados, mas ficaram resquícios de certas atitudes parlamentares nesta Casa, e julgando-as de extrema gravidade para a Nação, não poderia deixar de pronunciar-me hoje por mim e pelo meu Partido. Sendo de tão grande responsabilidade internacional o que pretendo expor, quebrei o meu costume e resolvi escrever alguns tópicos fundamentais sobre uma matéria que os meus caros colegas irão verificar ser, realmente, da maior importância na vida do mundo contemporâneo.

Cortina de sofismas

Trata-se, Sr. Presidente, do caso aqui debatido sobre o navio *Santa Maria*.

Direi, de início, que a impressão por mim colhida durante os debates na sessão de quinta-feira, 2 do corrente, neste plenário, foi exatamente a mesma de certas sessões da UNESCO, quando falavam os chefes de delegação da Rússia, e das escravizadas Tcheco-Eslováquia, Bulgária, Rumânia, Bielo Rússia, Ucrânia, Polônia. Os temas os mesmos, os sofismas os mesmos, a terminologia

a mesma, os chavões os mesmos, como se os discos da vitrola de Moscou tivessem sido transportados para aqui.

O discurso do Deputado San Thiago Dantas, que se evidenciou, desde as primeiras palavras, como intérprete de requintado esquerdismo, não me surpreendeu. O que me causou pasmo foi ter visto o PSD, ao qual pertence o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, antes de uma semana passada sobre o término do mandato do grande Presidente, assumir, em relação à política exterior, uma atitude diametralmente contrária à linha de equilíbrio de bom senso, de dignidade nacional por ele traçada e cumprida com visão e consciência de homem de Estado.

No exame das diferentes fases do debate, que ouvi silencioso e intimamente deplorando os dias funestos que se começam aqui a se preparar para nossa Pátria, usarei de lealdade e de franqueza porque acredito estar cumprindo um dever histórico, dever para com o meu Partido, dever de fidelidade para com um homem que, mal deixando a Suprema Magistratura, sentirá que sua doutrina foi abandonada por essa Maioria que a sustentou, ponto por ponto sem se insurgir, até mesmo quando o Governo de S. Ex.ª recebeu, com honras excepcionais, o General Craveiro, Presidente de Portugal, tendo como retribuição, na visita que fez àquele país, as maiores homenagens do governo de Lisboa.

O Sr. Celso Brant – Não estando aqui o Deputado San Thiago Dantas, quero dizer que estranho a admiração que causou a V. Ex.ª o seu discurso. V. Ex.ª o considera esquerdista...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não me causou admiração o discurso. Causou-me admiração o entusiasmo delirante que a Maioria manifestou muitas vezes, em relação a ofensas e agressões ao governo de um país com o qual mantemos relações e do qual somos amigos.

O Sr. Celso Brant – A atitude do Deputado San Thiago Dantas com relação ao *Santa Maria* foi colocar o problema. Estranhava que o Sr. Jânio Quadros houvesse tomado compromisso que, como Presidente, não poderia cumprir.

Eu mesmo acho que o Sr. Deputado San Thiago Dantas não avançou absolutamente nada, porque acreditava que o Brasil não deveria cumprir o Tratado de Havana, quando Portugal não era signatário deste Tratado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Foi um sofisma de S. Ex.ª conforme demonstra a nota do Ministério do Exterior.

O Sr. Celso Brant – Está certo. Mas acho que o Brasil não tinha obrigação de cumprir o Tratado de Havana relativamente a Portugal.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Tinha obrigação de seguir as normas adotadas na vida internacional, segundo o Direito Internacional.

O Sr. Celso Brant – Os pactos só são válidos entre aqueles que os assinam. O mais não é senão rotina internacional, que pode ou não ser aplicada.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Acha, então V. Ex.ª que o Governo brasileiro devia entregar o *Santa Maria* aos insurretos, entre os quais havia apenas 5 portugueses?

O Sr. Celso Brant – Estou dizendo apenas que o Deputado San Thiago Dantas colocou a questão nos devidos termos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É um ponto de vista de V. Ex.ª

O Sr. Celso Brant – O que fez S. Ex.ª foi, em seu nome pessoal, estranhar estivesse o Brasil prestigiando a ditadura salazarista.

O SR. PLÍNIO SALGADO – S. Ex.ª freqüentemente falava em nome da Maioria.

O Sr. Celso Brant – Porque tinha o apoio de quase todo o plenário da Câmara, que é contra a ditadura de Oliveira Salazar.

Cumprimento do dever

O SR. PLÍNIO SALGADO – Responderei a V. Ex.ª, no curso da idéia que vou expor.

No cumprimento do dever e para não quebrar a linha de coerência e dignidade que me impus, jamais temi perder amigos, acender o ódio de adversários, enfrentar ditaduras e suas perseguições, abandonar posições de prestígio, sofrer prisões e exílio, preferir o ostracismo. Nunca me retratei para conseguir audiência e anuência de adversários ideológicos a meus propósitos pessoais. Não será neste momento que deixarei de avisar e alertar a Nação brasileira para os primeiros sinais de uma política errônea, cujas conseqüências para o Brasil e para o Mundo Ocidental serão inevitavelmente trágicas: a política que visa a interferir na vida interna de outros povos e fomentar insurreições armadas em nosso hemisfério.

Individualmente, cada um de nós pode ter opinião ou nutrir simpatias ou rancores contra este, ou aquele tipo de Estado ou de Governo, entre os que atualmente surgiram no mapa do mundo; mas falar em nome de um partido ou de um bloco parlamentar para exercer crítica severa ou tecer loas a qualquer situação política de uma nação estrangeira, isso seria interferência indébita contradizendo a Carta do Atlântico e os princípios normativos nesta matéria adotados pela Organização das Nações Unidas. Pior do que se poderia imaginar, pois seria acrescentar com dificuldades e crises externas o acervo das que já temos internamente.

Estabelecerei, portanto, nítida distinção, entre o que pode dizer meu partido dentro dos limites de sua responsabilidade coletiva e no que posso declarar como simples homem de estudo e observador pessoal do panorama internacional.

O Sr. Celso Brant – Parece-me, Sr. Deputado, que ainda aí o Sr. San Thiago Dantas não se imiscuiu, de forma alguma, na política interna de nenhum país.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Evidentemente. S. Ex.ª imiscuiu-se, durante toda a primeira parte de seu discurso.

O Sr. Celso Brant – S. Ex.ª não fazia nada mais do que criticar um Governo, como V. Ex.ª. Também faz críticas ao governo russo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ainda mais, disse que interpretava a opinião pública brasileira.

O Sr. Celso Brant – Dentro de um regime democrático, a crítica é alguma coisa de estrutural, de básico.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Celso Brant – S. Ex.ª fazia apenas criticar um regime como V. Ex.ª pode fazer em relação ao regime soviético.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Gostaria de ouvir um dia uma crítica ao governo soviético aqui nesta Casa, por V. Ex.ª ou pelo Sr. San Thiago Dantas.

O Sr. Celso Brant – V. Ex.ª poderá fazê-la e, se não a fez, é porque ainda não o desejou.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Como disse, Sr. Presidente, estabelecerei uma linha divisória entre o que pode dizer o meu Partido, com responsabilidade de partido, e o que posso dizer pessoalmente, como observador do panorama internacional.

A decisão do Governo Jânio Quadros

Começarei dizendo que o meu Partido louva a prudência, senso de responsabilidade revelado pelo Presidente Jânio Quadros na solução que o seu Governo deu ao caso do navio *Santa Maria*. Acrescentarei que este louvor se complementa pela compreensão do próprio telegrama de S. Ex.ª ao chefe rebelde do navio português, telegrama esse interpretado, dissecado e analisado pelos laboratoristas da hermenêutica política e da sintaxe das paixões facciosas.

A nota do Ministério do Exterior, comunicando as medidas tomadas, apresenta-se perfeita e tranqüila à Nação. O problema é jurídico e não político. Posto no estrito espaço do Direito Internacional, efetivou-se, entretanto, uma alta política decorrente da doutrina da não intervenção e do respeito à autodeterminação dos povos, consagrada pelas Nações Unidas e apenas transgredida, em muitos casos, pelo Estado totalitário soviético, como no mais escandaloso de todos: o da Hungria.

O elementar bom senso não admite que tomemos partido em questões que dizem respeito, exclusivamente, ao povo de qualquer nação, mesmo aquelas com as quais não mantemos relações diplomáticas.

Sr. Padre Vidigal – Sr. Deputado, eu me achava entre aqueles que aplaudiram entusiasmadamente o Deputado San Thiago Dantas na formosíssima e oportuníssima oração que aqui pronunciou quinta-feira última. Tanto o aplaudimos como aplaudimos também o seu competidor, aquele que falou interpretando o sentimento do Governo, o nobre Deputado, nosso distinto colega, Raimundo Padilha. Ambos revelaram aqui, para nós, o a que estávamos ansiosos por assistir. Dois membros da extinta Câmara dos Quarenta, daquela época em que V. Ex.ª chefiava o integralismo, aqui deram espetáculo de profundo conhecimento da questão, do Direito de Asilo, manifestando espírito nitidamente democrático. Sr. Deputado Plínio Salgado, aplaudimos e continuamos aplaudindo a majestosa elevação de ambos os discursos, a eloqüência de ambos os oradores, a beleza do raciocínio de ambos os tribunos que se revelaram gigantes neste plenário e não há razão para que V. Ex.ª veja nisso nosso aplauso a favor ou contra um regime. As teses que ambos esposaram aqui nesta Casa foram bem defendidas por um e por outro. É verdade que o Deputado Raimundo Padilha venceu o Deputado San Thiago Dantas, quando argumentou com o coração: mas o Deputado San Thiago Dantas superou o

Deputado Raimundo Padilha, quando perfeitamente, habilidosamente, pôs em ação sua formosa e brilhante inteligência. Tanto isso é verdade, que o Deputado Raimundo Padilha acabou pedindo a colaboração da Maioria ao Governo. V. Ex.ª, homem de memória muito viva e sempre fiel, sabe que o Deputado San Thiago Dantas sugeriu ao Governo três hipóteses para a saída no caso do navio *Santa Maria*. E verificamos, com aplausos também, que o Governo do Sr. Jânio Quadros, sobretudo seu Chanceler, o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, honra da cultura brasileira, resolveu a questão conforme uma das sugestões do Deputado San Thiago Dantas. Aplaudimos a belíssima saída que teve o Governo do Sr. Jânio Quadros, naquela oportunidade. Seria o caso então de V. Ex.ª achar que nós, da Maioria – porque Juscelino Kubitschek foi bem recebido em Portugal e Craveiro Lopes no Brasil – não deveríamos aplaudir o Sr. Jânio Quadros? Não poderíamos aplaudir o fulgor da eloqüência e os profundos conhecimentos sobre a matéria, expendidos, de maneira improvisada, pelo Sr. San Thiago Dantas? Quanto a mim, digo-o a V. Ex.ª, sentia que estava aplaudindo o ilustre membro da Câmara dos Quarenta da extinta Ação Integralista Brasileira.

O Integralismo está mais vivo do que nunca

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradecendo a V. Ex.ª o aparte, quero dizer, antes de tudo, que não aceitei essa palavra "extinta". O integralismo está mais vivo que nunca e age não somente dentro do PRP, mas através de elementos fiéis às suas idéias, que sustentam a sua bandeira mesmo nas fileiras de outros partidos.

Em seguida, pergunto: como quereria V. Ex.ª que o Sr. Jânio Quadros resolvesse diferentemente se V. Ex.ª mesmo diz que o Sr. San Thiago Dantas ofereceu-lhe as três únicas hipóteses possíveis?

O Sr. Padre Vidigal – Disse que ofereceu três hipóteses à consideração do Governo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Eram as únicas possíveis: não havia outras. S. Ex.ª teve de apanhar uma delas. Por conseguinte não significa isso vitória do orador que V. Ex.ª aplaudiu, mas o bom senso e a autodeterminação do Presidente da República.

O Sr. Padre Vidigal – Salientei a habilidade, o tato, a prudência do Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco que se portou muito bem na solução do caso.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Evidentemente, se são três hipóteses apenas, uma delas tem de ser adotada, e se S. Ex.ª adotar uma delas isto não quer dizer que está seguindo a cabeça de ninguém.

O Sr. Padre Vidigal – Como estamos aplaudindo V. Ex.ª, V. Ex.ª não quererá dizer que estamos de acordo com suas idéias.

Se fosse um navio russo...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Continuando, Sr. Deputado, quero dizer que todos sabem a minha posição anticomunista e a do meu Partido. Pois bem, se, amanhã, em vez do *Santa Maria*, for um navio russo que se aproxime em idênticas condições de um porto brasileiro, nós sustentaremos e estamos certos de que então concordariam os que aplaudiram certas passagens do discurso do Sr. San Thiago Dantas, a mesma doutrina agora sustentada, como sustentada foi pelo Presidente Juscelino Kubitschek e confirmada pelo Presidente Jânio Quadros. Estaríamos apoiados não só pelas normas do Direito Internacional invocadas pela nota do Itamaraty, mas ainda pela decisão da justiça brasileira, da qual fez tábua rasa um dos mais eminentes professores de Direito, o nosso nobre colega San Thiago Dantas, aplaudido pela Maioria.

Neste passo de meu discurso, pergunto: como criticar o Sr. Carlos Lacerda por adotar idêntica atitude em caso de menor gravidade porque não envolve responsabilidade internacional? Mas, passemos a outro assunto.

O martelado telegrama

Antes de eleito, o atual Presidente poderia – refiro-me agora ao martelado telegrama – emitir sentimentos pessoais e mesmo tomar parte, como soldado de legião estrangeira, em guerras civis de outros países. Não exercia nenhum mandato, pois até desta Casa se achava licenciado. Mas o candidato, depois de eleito, se impersonaliza no que concerne aos atos governamentais. Não é mais o candidato: é a própria encarnação do Poder Executivo. O Estado, instrumento jurídico da Nação, para manter a ordem interna e as relações externas, fala por ele através de todos os atos de suas atribuições constitucionais. Desejavam, porventura, os exaltados defensores do Capitão Galvão, que Jânio Quadros, Presidente, falasse como Jânio Quadros, simples cidadão? E desejavam, quanto ao controvertido telegrama, que S. Ex.ª, no que tange à área livre dos sentimentos pessoais, deixasse de ser o mesmo? Na primeira hipótese, seria degradar a suprema magistratura; na segunda, seria violar e violentar a personalidade humana do Chefe da Nação.

Independência e altivez

Não entro na apreciação das preferências do Sr. Jânio Quadros quanto a regimes políticos e relações internacionais. Não me deixarei de pronunciar a favor ou contra, quando ele falar na qualidade de Presidente e se manifestar através de atos de seu Governo. O meu Partido é independente e jamais se calará nas horas necessárias. É possível que venhamos a divergir, em outros assuntos de S. Ex.ª, como hoje estamos divergindo da Maioria desta Casa, onde conto tantos amigos. Mas o fato é que neste momento o que se procurou não foi criar dificuldades ao Sr. Jânio Quadros, porém dificuldades à própria Nação brasileira. Quem viu, como eu vi, sexta-feira, elementos dos mais dignos desse nobre partido da burguesia rural, que é o PSD, deblaterando em altos clamores e procurando criar uma situação grave entre Portugal e o Brasil, num desprestígio à política do Presidente Juscelino Kubitschek, não podia reconhecer aquela agremiação partidária.

O discurso do porta-voz da Maioria não foi um discurso antijanista, porque foi nitidamente antijuscelinista. O arranhado foi o grande Presidente, cuja política internacional devemos, os seus amigos, defender e não espostejá-la na própria semana em que S. Ex.ª deixou o poder.

Compromissos escusos de Jânio – nenhuma prova

O Sr. Celso Brant – Quero defender aqui a posição do Deputado San Thiago Dantas com relação ao litígio que suscitara o *Santa Maria*. Achava S. Ex.ª que, provavelmente a justiça civil não poderia ter competência no caso para julgar, porque considerava o ilustre colega que era um problema de Direito Internacional Público. Sabe V. Ex.ª que, no caso, por exemplo, de o juiz julgar contra os compromissos internacionais do Brasil, seria invalidada a sentença, pois se tratava apenas de uma liminar, de maneira que não havia propriamente coisa julgada. O problema era saber se o Sr. Jânio Quadros poderia ou não ter prometido ao Capitão Galvão, em Caracas, ajuda para sua revolução em Portugal. O Deputado San Thiago Dantas não entrou no mérito do problema; apenas o expôs. Ainda mais: S. Ex.ª achava serem essas as únicas soluções para o caso e que em todas elas o Sr. Jânio Quadros se colocaria mal, porque seria impedido de dar a ajuda prometida ao Capitão Galvão. Essa a posição em que o Sr. Deputado San Thiago Dantas colocou a questão. Expôs os fatos e considerou em qualquer dessas soluções a inobservância do compromisso assumido com o Capitão Galvão.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Em resposta ao aparte de V. Ex.ª, quero dizer que não entendo dessa maneira. Não houve compromisso do cidadão

Jânio Quadros de dar apoio, quando Governo, a revolucionários de país estrangeiro. Poderia S. Ex.ª ter simpatias pessoais por ele; poderia mesmo comungar com suas idéias, no que diz respeito a regimes. S. Ex.ª, porém, seria incapaz de prometer que, quando Governo, daria apoio a qualquer revolucionário. Nem isto ficou provado nesta Casa. Falou-se muito, alegou-se muito, mas provas mesmo, concretas e positivas, não vimos aqui.

A resposta a certo tópico de seu aparte foi dada pelo nobre Deputado Padre Vidigal, quando disse que louvou e aplaudiu a grande habilidade do Deputado San Thiago Dantas. Isso eu reconheço. Agiu como verdadeiro eleata ou sofista da Grécia antiga. Torceu os fatos com extrema habilidade e destreza. Eu já o conhecia, realmente, desde os tempos da Ação Integralista Brasileira, quando S. Ex.ª perfilhava doutrina bastante diferente daquela exposta aqui, a respeito do Governo do Sr. Salazar. E, já naqueles tempos, era brilhante orador, como o era o Sr. Raimundo Padilha.

Disse o Deputado Padre Vidigal que sua memória recorda aqueles tempos. Quero dizer que minha memória também é muito viva e prouvera Deus não o fosse tanto, pois talvez sofresse menos.

O Sr. Padre Vidigal – Tenho a impressão de que, ao tomar conhecimento dos termos de seu discurso de hoje, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek há de achar graça no seu zelo ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Nunca poderá achar graça ...

O Sr. Padre Vidigal – V. Ex.ª me deu o aparte e há de permitir que o conclua.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª me ofende.

O Sr. Padre Vidigal – Minha intenção não é ofendê-lo. Emendo, dizendo, então, que S. Ex.ª ficará profundamente sensibilizado ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeito.

O Sr. Padre Vidigal – V. Ex.ª não precisa dizer: "Perfeito". Não necessito de ouvir esta declaração de V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agora V. Ex.ª está perfeito: fala sem cortesia.

O Sr. Padre Vidigal – Ficará o Sr. Juscelino Kubitschek sensibilizado, por verificar que talvez esteja até V. Ex.ª censurando seu ponto de vista, no caso do navio *Santa Maria*.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ponto de vista de S. Ex.ª?

O Sr. Padre Vidigal – Um momento. V.Ex.ª não pode penetrar no pensamento do ex-Presidente. Deixe-me concluir o raciocínio.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Posso dizer que estava perfeitamente informado e, mais ainda, inclusive poderia fazer grave revelação a esta Casa.

O Sr. Padre Vidigal – Ficará S. Ex.ª sensibilizado com o zelo que V. Ex.ª, em sua defesa, censura seus amigos nesta Casa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não faço censura.

O Sr. Padre Vidigal – Mas V. Ex.ª tem razão de sobra para querer bem ao Sr. Juscelino Kubitschek, que tanto o prestigiou, com centenas de nomeações, até o fim de seu Governo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – A mim?

O Sr. Padre Vidigal – A V. Ex.ª e a seus companheiros.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Com centenas de nomeações em fim de Governo? Posso dizer à Casa que as duas únicas autarquias que não nomearam ninguém, no fim do Governo porque não permiti, foram o INIC e o IPASE. Isso, repito, porque não consenti.

O Sr. Padre Vidigal – S. Ex.ª deve estar sensibilizado, pelo prestígio que deu a V. Ex.ª e a seus companheiros. Mas saiba V. Ex.ª que nós, do PSD, estamos tranqüilos. Se o Professor San Thiago Dantas voltar a expender as mesmas idéias, novamente o aplaudiremos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª está no seu direito.

O Sr. Padre Vidigal – Lamento tenha V. Ex.ª, que foi chefe do Sr. San Thiago Dantas, assistido ao discurso de S. Ex.ª em silêncio, parecendo estar de acordo. Por que não se levantou V. Ex.ª na ocasião para opor-lhe seus pontos de vista?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Posso responder a V. Ex.ª.

O Sr. Padre Vidigal – Não quero acreditar tenha V. Ex.ª tido receio de competir com S. Ex.ª. Então, por que não o aparteou, como o fizeram os Deputados Adauto Cardoso e outros da UDN?

Por que não censurou o ponto de vista de S. Ex.ª e não fez prevalecer o seu? V. Ex.ª vai me perdoar, mas não o desculpamos por nos ter privado do belíssimo espetáculo a que assistiríamos, naquela noite, se tivesse exibido seu florete e, com sua lógica, com seu argumento, com sua argúcia, com sua inteligência, com sua retórica, opusesse seu ponto de vista àquele sustentado pelo Deputado San Thiago Dantas. Eis o que imensamente lamentamos.

Perguntas contra perguntas

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não me pronunciei durante o discurso de S. Ex.ª, porque estava a observar não somente as considerações que expendia, mas também a própria opinião geral, nas manifestações da palavra e dos próprios gestos dos Deputados desta Casa. Queria levantar uma carta topográfica da ideologia desta Casa, para então poder declarar, pensada e ponderadamente, meu ponto de vista sobre matéria de tanta relevância.

Agora, já que me foi feita esta pergunta, pergunto também a V. Ex.ª: Por que motivo aqueles que aplaudiram tão ardorosamente o Deputado San Thiago Dantas, entretanto, se conservaram em silêncio, quando foi recebido aqui, com grandes honrarias, o Presidente de Portugal, ou quando o Sr. Juscelino Kubitschek foi àquele país, levando até, em sua companhia, Deputados da Maioria e não a mim, que fui convidado e declinei do convite?

O Sr. Padre Vidigal – Nada tem a ver uma coisa com a outra.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Como não tem? Discutir desta maneira é impossível.

Por que não falaram naquela ocasião e só agora, quando o Sr. Juscelino Kubitschek dá as costas, tomam outra atitude?

O Sr. Padre Vidigal – Naquela ocasião, tratava-se de dever de hospitalidade e a oportunidade não se prestava para impugnações e resistências. Não votei no Sr. Jânio Quadros, mas quando S. Ex.ª entrou nesta Casa, no dia de sua posse, dei-lhe meus aplausos, bati-lhe palmas, quando passou no meio de nós e pronunciou as palavras de compromisso, de juramento.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Isso é bastante diferente.

O Sr. Padre Vidigal – Não é diferente. Dentro da sua lógica eu não deveria assistir à posse de Jânio.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª tudo baralha e confunde.

O Sr. Celso Brant – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pois não.

O Sr. Celso Brant – V. Ex.ª, que estranha tenha dado esta Casa demonstração de repúdio à ditadura do Sr. Salazar, seria capaz de defender essa mesma ditadura?

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª já se adianta à matéria de meu discurso.

O Sr. Celso Brant – Exatamente, porque aí vejo uma falha do discurso de V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Falha antes de ouvir todo o meu discurso? Chegarei a esse ponto.

Dizia eu que meu Partido não é apenas fiel a uma doutrina: é também fiel à gratidão pela honra que o ex-Presidente lhe conferiu, confiando-lhe cargos de responsabilidade e convocando-o para ouvi-lo sobre problemas de relevância.

Somos parte considerável do povo

Mas, de conformidade com o esquema exposto no início de minhas palavras, desejo apreciar alguns aspectos do discurso do ilustre Deputado San Thiago Dantas, que nos aparece desta vez como oráculo de Delfos dos sofismas do Kremlin. Começou, num exórdio de tragédia shakespeariana, dizendo interpretar o pensamento do povo brasileiro.

Quero dizer que nós, integralistas do PRP e de outros partidos, também fomos recenseados pelo IBGE em 1960.

Também fazemos parte do povo e, entretanto, não comungamos com as proposições do brilhante parlamentar. Acrescentarei as grandes correntes conservadoras do País, os chefes de família, sempre mais sensatos do que os sofistas e eleatas da demagogia. E, como a confirmar a inexistência de uma unanimidade de opinião, lembrarei os artigos e locais do grande vespertino do Rio, *O Globo*, o artigo de Assis Chateaubriand e, mesmo entre os simpatizan-

tes do pluripartidarismo em Portugal, as palavras referentes a Salazar, publicadas no *Correio Braziliense* pelo nosso nobre colega da representação de Alagoas, Padre Medeiros Neto.

Colonialismo e anticolonialismo

Isto posto, entremos na apreciação de certos vocábulos e slogans da nossa atualidade, os quais, se desvirtuados ou simplesmente usados sem as necessárias distinções, irão servir apenas à astuciosa política da União Soviética.

Atenhamo-nos, antes de tudo, à expressão "anticolonialismo". Seria absurdo que o Brasil, que foi colônia e hoje é Nação independente, tomasse posição colonialista. Mas é preciso termos uma exata noção histórica, sociológica, econômica, ética e política do que seja o colonialismo, para não chegarmos a exageros danosos aos próprios povos que desejaríamos ver no convívio das nações soberanas.

Preliminarmente, classificarei o colonialismo da seguinte maneira: 1) "colonialismo evolutivo"; 2) "colonialismo involutivo"; 3) "colonialismo econômico".

Colonialismo evolutivo

Entendo como "colonialismo evolutivo" aquele que encontra um país em estado selvagem, opera no duplo sentido de trazer para aí correntes imigratórias civilizadas e de atrair o aborígene, através da catequese e da instrução, para um novo tipo de vida tendente a novo tipo de cultura, ao qual confluem elementos recíprocos de caracterização. No curso do processo histórico, criadas condições sócio-econômicas em estádios mais elevados, aquilo que era apenas um país (terra, paisagens, riquezas inexploradas e tribos de costumes primitivos) vai adquirindo o sentimento de pátria, cuja substância se encontra no resultado dos cruzamentos étnicos. O colonizador deu forma social a essa substância, criou recursos e fatores de desenvolvimento e ele próprio se integrou no amor à terra e no sentimento da solidariedade social oriunda do convívio condicionado aos fatores mesológicos. À proporção que se eleva o nível cultural desse povo, ele transita do sentimento de pátria para a consciência de nação. Consciência de diferenciação dos demais grupos humanos, inclusive da metrópole que dirigiu o processo evolutivo da nova formação nacional.

Foi o que se deu no Brasil. Fomos País até a Guerra Holandesa. Do Século XVII aos meados do Século XVIII, fomos Pátria. A partir do Tratado de Madri, de 1750, percebemos que éramos Nação. Iniciaram-se nossos movimentos pela Independência, e, em 16 de dezembro de 1815, já não éramos mais

nem Vice-Reinado, mas Reino, ombro a ombro com Portugal na comunidade lusitana, da qual nos separamos em 1822, por pretenderem os liberais da revolução do Porto, em 1820, reunidos nas Cortes de Lisboa, fazer-nos voltar à condições de colônia.

Esse é o colonialismo que eu chamo "evolutivo". É, em muitos casos, o que se praticou na África, onde franceses, ingleses, belgas e portugueses (estes desde o Século XVI) encontraram as mesmas condições surpreendidas no Brasil por Pero Vaz de Caminha e outros cronistas como Nóbrega, Anchieta, Fernão Cardim, Gabriel Soares, ao tempo de D. João III e Tomé de Souza.

O amadurecimento cultural dos povos africanos para a conquista de sua independência não pode deixar de ser olhado com simpatia pelos brasileiros, uma vez que tantos laços nos ligam ao Continente Negro. Não entro na apreciação das possibilidades culturais, econômicas e políticas de cada um desses povos, pois uma opinião a respeito seria interferência nos direitos de autodeterminação das nacionalidades. Muito menos entrarei na apreciação de Moçambique ou de Angola, cuja independência me parece preconizada de imediato pelos adversários de Salazar. O que quero dizer é que todo país africano ou de outros continentes, desde que, por sua livre determinação, aspire à independência, terá sempre de minha parte a maior simpatia. O Brasil não precisou nem de ajuda nem de propaganda de estrangeiros para conquistar a sua soberania, e esta viria como um fruto bichado se não resultasse da nossa própria deliberação.

Passemos agora ao que chamo: "colonialismo involutivo" ...

O critério de um verdadeiro estadista

O Sr. Celso Brant – Antes de V. Ex.ª passar a esse outro tipo de colonialismo, pergunto como pode defender a política salazarista, quando ela é evidentemente contra esse seu ponto de vista?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não estou defendendo a política salazarista, não disse uma palavra a esse respeito. Estou defendendo uma posição internacional de não-intervenção, no que diz respeito à autodeterminação dos povos. Não pronunciei até agora, no meu discurso, uma palavra nem a favor nem contra o governo salazarista.

O Sr. Celso Brant – V. Ex.ª disse que iria fazê-lo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ia esclarecer o assunto que V. Ex.ª pôs em tela.

O Sr. Celso Brant – Pergunto a V. Ex.ª se, dentro desse seu ponto de vista, há possibilidade de nós, brasileiros, deixarmos de aplaudir o esforço dos países africanos, principalmente os que estão sob a proteção de Portugal – e V. Ex.ª sabe o que é essa proteção –, se podemos deixar de testemunhar nossa solidariedade a esse povo que está passando por um momento de luta por que já passamos. Como entende V. Ex.ª que poderia reagir este plenário, senão aplaudindo a mensagem do Professor San Thiago Dantas contra o colonialismo?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Respondo a V. Ex.ª como responderam, ao Brasil, Canning e Maeternick e o próprio Presidente Jefferson, dos Estados Unidos. Responderei como aqueles que, em França, responderam a Benjamim Franklin, quando ali procurou apoio do governo francês para a independência americana. Responderei com aquele critério de discrição indispensável a nós que temos a responsabilidade da vida pública.

Se aquelas províncias portuguesas adquirirem maturidade por si mesmas e manifestarem um movimento de insurreição local e chegarem aos pródromos da sua independência, neste caso, do mesmo modo como Canning viu a nossa independência no Brasil e o governo americano também a viu, aplaudiremos esse movimento.

Por enquanto, entendo cedo, prematuro, imprudente, metermo-nos em assunto que ainda não se localizou, que ainda não explodiu no próprio teatro de sua evolução.

O Sr. Celso Brant – Angola e Moçambique não estão solicitando ajuda do Brasil. Apenas há uma manifestação espontânea de simpatia pela luta que ali se trava em benefício da sua independência.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Gostaria de saber se em Angola, no seu próprio território, e em Moçambique, já existe um movimento de ordem cultural, política, insurreicional ou revolucionária no sentido de sua independência.

O Sr. Celso Brant – É só V. Ex.ª ler os jornais.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Que jornais?

O Sr. Celso Brant – Principalmente os jornais de hoje já dão notícia do que está acontecendo em Angola.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Jornais brasileiros?

O Sr. Celso Brant – Sim. Movimentos insurreicionais, como diz V. Ex.ª, em Angola e Moçambique.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Quando se chegar a esse ponto, quando se verificar que a maturidade política adquiriu aquela consciência de diferenciação dos demais grupos humanos e que, portanto, Angola já tem capacidade para ser nação, com o maior entusiasmo aplaudiremos a sua independência. Mas não podemos, nós, que temos responsabilidades, imiscuir-nos em lutas que, principalmente, eclodem da parte de elementos que estão aqui na metrópole portuguesa e não nas províncias ultramarinas de Portugal.

Colonialismo involutivo

Mas, continuando o meu estudo sobre o problema do colonialismo, tratarei do "colonialismo involutivo". Vimos, até agora, "esse colonialismo evolutivo", que toma a nação selvagem, leva para ali a cultura, a técnica, a ciência, prepara-a, finalmente, transforma-a em pátria e depois em nação que se faz independente.

Vejamos,agora, o colonialismo involutivo. É aquele que, em vez de encontrar uma terra inculta e um povo selvagem toma uma nação, na plenitude de sua civilização, de seu progresso científico e técnico, de suas liberdades políticas e, pela força das armas, ou fomentando e ajudando insurreições e golpes de traidores da Pátria, implanta um regime de escravidão e de regressão política dos estádios mais avançados para o eclipse de todos os direitos opinativos.

Contra este colonialismo não gritam os que tanto se preocupam com a vida interna de Portugal e Espanha, ou com o problema que a França defronta na Argélia.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*) – Comunico ao nobre orador que seu tempo já está esgotado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, no início de minha oração pedi que, como comecei tardiamente e não havia número para votação, me fossem concedidos alguns minutos para ultimar a exposição de meu pensamento. Muito obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Tristão da Cunha – Sr. Presidente, parece que não há número na Casa para votação.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*) – Até o presente momento, não há número. Há matéria em discussão.

O Sr. Tristão da Cunha – Pediria a V. Ex.ª então uma prorrogação a fim de que o orador concluísse sua oração.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*) – A prorrogação já foi deferida.

Cumpre distinguir

O Sr. Tristão da Cunha – Muito grato a V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito obrigado ao nobre colega pela sua intervenção.

O Sr. Celso Brant – Permite-me V. Ex.ª? Acredito, Sr. Deputado, que a Casa esteja, também, inteiramente com V. Ex.ª, quando se insurge contra o que representa, sem dúvida, uma intervenção violenta da Rússia nos países chamados democracias populares. Mas veja V. Ex.ª como o direito de crítica é realmente um dado fundamental da democracia. V. Ex.ª, que antes estranhava a crítica do Professor San Thiago Dantas à ditadura salazarista, no momento critica o governo russo por essa interferência realmente injustificável na autonomia interna da Hungria. Estamos completamente de acordo.

Mas convém distinguir o governo russo do governo português. Aquele pretende conquistar e escravizar o Brasil, para o que tem propaganda organizada, ao passo que este não interfere em nossa vida.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Meu discurso não é mais do que uma conseqüência do discurso do Deputado San Thiago Dantas, pela sua unilateralidade na apreciação do problema das ditaduras.

O Sr. Celso Brant – A única coisa que nos causa estranheza em tudo isso é que a alguém possa causar espanto que uma assembléia popular, democrata, como esta, aplauda um discurso como o do Professor San Thiago Dantas, violentamente contra a ditadura salazarista. Acredito que tal manifestação seja algo que represente a opinião de uma grande parte dos representantes do Brasil no Congresso.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Mais adiante, responderei a essa observação de V. Ex.ª, mostrando que não temos apenas o direito de expender nossas opiniões, apaixonada ou desapaixonadamente, em determinado momento. Temos também o dever de estar a par de uma situação internacional gravíssima e, como representante do povo brasileiro, não podemos agravá-la ainda mais ou perturbar aqueles que a querem resolver, impedindo o que seria a maior tragédia dos tempos modernos: a invasão da Europa. Mas chegarei a esse ponto.

O Sr. Tristão da Cunha – Permite, Deputado? Tenho longínqua mágoa de V. Ex.ª ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Lamento imenso, pois tenho grande simpatia por V. Ex.ª.

O Sr. Tristão da Cunha – ... ainda de 37, quando V. Ex.ª cooperou, voluntária ou involuntariamente, para a implantação da malfadada ditadura no Brasil ...

O Sr. Celso Brant – Do Estado Novo, como em Portugal.

O Sr. Tristão da Cunha – ... mas reconheço em V. Ex.ª um homem de talento, honrado e sincero. Por isso estou aparteando V. Ex.ª. Não tenho qualquer simpatia pelo governo de Salazar. Acho mesmo que o Sr. Salazar não representa, de fato, o povo português, porque, até hoje, não se quis submeter a eleições livres. Reconheço, com V. Ex.ª, que nós, do lado de cá da Cortina de Ferro, devemos ter um pouco de prudência em estimular subversões nas situações criadas no Ocidente. No momento atual, essas subversões são de proveito para a Rússia Soviética, para o seu imperialismo intolerável. O Governo deve ser prudente, porque já mostramos, em Cuba, que a queda da ditadura trouxe, em conseqüência, a implantação do comunismo. Esse o meu receio.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Nobre Deputado Tristão da Cunha, V. Ex.ª falou como verdadeiro homem de Estado, com aquela prudência e equilíbrio que estão sendo exigidos dos brasileiros em momento tão grave da vida internacional. Mais uma vez admiro as intervenções de V. Ex.ª nesta Casa. Sempre o admirei e lamento V. Ex.ª tenha, talvez por equívoco histórico, mágoa a meu respeito. Repito que sempre prezei e admirei as intervenções de V. Ex.ª em diversos apartes, sintéticos, mas de tanta clareza e precisão, que não podemos deixar de aplaudi-los. Agora V. Ex.ª subiu ainda mais no meu conceito, porque percebeu aonde quero chegar; qual a razão da minha proposição neste momento; por que não estou olhando para regimes, não estou defendendo regimes pois estou estudando o tabuleiro de xadrez da política internacional, onde vejo dia a dia a Rússia ceder um peão para tomar uma rainha, ou um cavalo, ameaçando-nos cada vez mais com o grande dilúvio que rola sobre a Europa para nos atingir aqui posteriormente. É este o critério e o sentido fundamental do meu discurso, que V. Ex.ª percebeu perfeitamente.

Agradeço não só em meu nome, mas em nome de tudo que tenho feito pela segurança e permanência da Pátria brasileira.

Os critérios incongruentes da ONU

O Sr. Mário Martins – V. Ex.ª fez a divisão da doutrina do colonialismo em três setores e agora, deixando a parte africana, pretende encarar a parte do colonialismo ideológico.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Permita-me. Tenho sido entrecortado por apartes, vou estudar o colonialismo involutivo na sua prática e, em seguida, estudarei o colonialismo econômico que deve interessar imensa e principalmente aos nacionalistas desta Casa. É o esquema geral da minha exposição.

O Sr. Mário Martins – Se V. Ex.ª permitisse, nós que estamos mais na planície, também fazemos ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª não está na planície, sempre foi um dos mais brilhantes parlamentares que têm honrado esta tribuna.

O Sr. Mário Martins – Bondade de V. Ex.ª. Fazemos também a divisão, em face até das regiões, em países considerados subdesenvolvidos, em outros que estão esmagados e colonizados, embora disponham de grande civilização. Com referência às colônias subdesenvolvidas, ou para darmos cor mais física, às colônias africanas, V. Ex.ª parece que revelava grande escrúpulo em poder alguém admitir que está pretendendo interferir em assuntos internos de outras nações. Queria lembrar a V. Ex.ª que nós, membros do Parlamento brasileiro, País que faz parte da Organização das Nações Unidas, temos o direito e o dever de interferir no aspecto colonialista dessas regiões. Recentemente, quando tive a honra de ser observador desta Casa nas Nações Unidas e fazia parte da Comissão de Territórios não-autônomos, foi votada, na ocasião em que lá me encontrava, uma deliberação pela qual se obrigavam todas as nações – e só havia duas que se recusaram, Espanha e Portugal – a prestar informações sobre seus territórios. Espanha e Portugal, como disse, se negavam, mas, nas vésperas da votação, a Espanha resolveu comunicar a ONU que, daquela data em diante, mandaria informações internas sobre as colônias espanholas, porque considerava o assunto da alçada da ONU. Portugal, entretanto, recusou-se. Apesar disso a Comissão de Territórios não-autônomos votou, apenas com seis votos contrários e outros tantos de abstenção, a obrigação de Portugal prestar essas informações, por não considerar as colônicas províncias ultramarinas e, sim, colônias. Num outro dia, em sessão plenária, foi aprovada, por unanimidade,

deliberação pela qual a ONU se obriga a lutar pela emancipação dessas colônias. Até aqui, nobre Deputado Plínio Salgado, havia duas correntes na ONU em relação a esses debates. Uma julgava que se devia levar o progresso a essas regiões para, depois, dar-lhe a independência. Esta corrente foi vencida. A que prevaleceu foi a que opinava no sentido de dar-lhes primeiro a independência para, depois, levar-lhes o progresso. Queria livrar V. Ex.ª de quaisquer escrúpulos louváveis no sentido de que talvez não tivesse o direito de interferir nos assuntos internos de outras nações. Temos o direito e o dever. O direito dado pela ONU, por intermédio da nossa delegação, de votar pela libertação destas colônias como temos feito. De modo que o meu aparte era menos para prestar um depoimento do que para dizer a V. Ex.ª que não há necessidade de ter excesso de escrúpulos. Temos o direito, na qualidade de membro da ONU, e de acordo com o votado na última deliberação, de lutar pela emancipação dessas colônias. A União Soviética não tem o direito de interferir nessa libertação, porque dispomos do instrumento útil e adequado que é a ONU.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª que vem enriquecer o meu discurso. Quero dizer que realmente, quando estamos em Assembléia Internacional, devemos debater estes problemas e tomar as decisões mais justas. Entendo, porém, que, na situação atual do mundo, não é aconselhável que no Brasil, deixando nossos problemas nacionais, comecemos a insuflar ou criar artificialmente, em certas zonas mundiais, insurreições que só poderiam aproveitar à União Soviética. Em outro trecho de meu discurso, vou ferir este tema, onde terá V. Ex.ª resposta adequada a quanto expôs em seu brilhante aparte que tanto me honrou.

Insistência na apaixonada unilateralidade

O Sr. Celso Brant – Dentro do critério do pensamento de V. Ex.ª, esta queixa deve também ser feita contra o governo dos Estados Unidos que tem sido objeto de violentos ataques da ditadura salazarista, por causa de sua posição com referência ao *Santa Maria*. E ainda lembrando o aparte do nobre Deputado Mário Martins, quero recordar a V. Ex.ª que Portugal assinou a carta da ONU e, através dela, o governo português se obriga a dar aquelas garantias fundamentais que não têm sido dadas aos portugueses. De forma que houve descumprimento por parte do Governo de Portugal.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pergunto a V. Ex.ª: a Rússia assinou a carta da ONU?

O Sr. Celso Brant – Sr. Deputado, estamos contra todos aqueles que não cumprem seus compromissos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª é unilateral. A verdade é como a túnica inconsútil de Cristo, não tem costuras. V. Ex.ª despedaça-a, como os soldados que estavam debaixo da cruz, quando Jesus morreu. Eles cortaram com a tesoura a túnica, porque ela não tinha costuras. A verdade é una, não é divisível.

O Sr. Celso Brant – Acho que V. Ex.ª devia denunciar a falta de cumprimento com relação a essas obrigações.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Por que serei eu o único que tem obrigação de denunciar a escravidão na Rússia?

O Sr. Celso Brant – O que não é razoável é que, hoje, devamos aceitar ditaduras e nos encolhermos diante do não-cumprimento dessa carta das Nações Unidas, porque há possibilidade de perigo. Esse ponto de vista não está à altura da inteligência de V. Ex.ª

O SR. PLÍNIO SALGADO – Está à altura dos supremos interesses de nossa Pátria. Aliás, critiquei apenas, no discurso do Deputado San Thiago Dantas, a unilateralidade na consideração dos fatos.

O infantilismo da política norte-americana

O Sr. Tristão da Cunha – V. Ex.ª poderia responder, também, ser a imaturidade política dos Estados Unidos que tem permitido a Rússia avançar tanto. É esse sentimentalismo americano, não compreendido por muita gente, que tem levado os Estados Unidos aos maiores erros políticos, facilitando o avanço da Rússia, na sua tendência para dominar o mundo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª tem plena razão.

O Sr. Tristão da Cunha – Devemos aos Estados Unidos esse esforço tremendo que está fazendo agora para conter o colapso russo, mas cumpre reconhecer os graves erros cometidos, inclusive a intervenção no Suez e outros, que têm permitido à Rússia avançar nessa região.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Os erros começaram em Yalta, quando se consentiu a invasão da Europa, não pelos Bálcãs, como desejava Churchill, mas pela França e Itália, porquanto Stalin, não queria perder a influência nos Bálcãs. Erraram desde quando consentiram que metade da Polônia, havida pela Rússia em partilha com Hitler, ficasse pertencendo à Rússia; desde quando consenti-

ram em entregar à Rússia as Ilhas Kurilas e Sacalinas; desde quando consentiram o controle pela Rússia Soviética da Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria, o que deu em conseqüência a dominação da China pelos vermelhos. Todos esses erros foram cometidos desde Yalta, e os Estados Unidos têm cometido muitos outros, consentindo, por exemplo, que a Rússia tomasse parte na capitulação do Japão, com o qual não estava em guerra, conquistando a Mandchúria e a Coréia do Norte, o que redundou na morte de milhares de jovens americanos, por culpa exclusiva dos estadistas daquele país.

Não entendem...

O Sr. Jacó Frantz – V. Ex.ª afirmou há pouco, Deputado Plínio Salgado, que fomentar-se ou estimular-se a luta dos países submetidos ao regime colonialista, a luta pela emancipação e pelo desenvolvimento econômico seria prestar um serviço ao bloco soviético.

O SR.PLÍNIO SALGADO – Nem sempre. V. Ex.ª não me compreendeu.

O Sr. Jacó Frantz – Tenho a impressão, nobre colega, de que seria justamente o contrário. O caldo que mais concorre para o desenvolvimento das idéias da extrema esquerda reside justamente onde há pobreza extrema e atraso. Já disse, certa feita, um dos políticos eminentes do nosso País, o Ministro José Américo: "Ninguém berra de boca cheia". Portanto, onde há miséria, todas as idéias encontram campo fácil para penetrar. Então, lutar pela emancipação e desenvolvimento de todos os povos atrasados, em vez de apenas conceder-lhes facilidades, talvez seja o melhor meio de evitar a evolução do comunismo no mundo, o que V. Ex.ª tanto receia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª. A resposta está contida num trecho adiante do meu discurso, onde trato exatamente do problema das jovens nações africanas que estão adquirindo independência.

Retomando o fio das argumentações

Permitam-me os nobres e caros colegas continue a expor meu pensamento acerca do colonialismo involutivo.

Os apartes, precedendo matérias que desejo expor metodicamente, perturbam a sistemática do meu discurso.

Esse "colonialismo involutivo" é o exercido em larga escala pela Rússia Soviética. Da sua ocupação militar dos Bálcãs resultou a dominação russa da Rumânia, da Bulgária, assim como dos países da Europa Oriental: Tcheco-

Eslováquia, a Polônia e o território alemão de Leste. Sob pressão policial e militar da Rússia, esses povos estão submetidos a governos títeres, do tipo nazista, não havendo esse pluripartidarismo que tanto se deseja para Portugal e Espanha.

Que direi das invasões comunistas na Indochina? Que comentários merece a capitulação do Mundo Ocidental em Genebra, submetendo-se vergonhosamente à conquista do Vietnã?

Porém, o mais horroroso é a tragédia dos Países Bálticos. Nunca na história humana se presenciou maior brutalidade, configurando o novo crime definido pelos vencedores da guerra de 39 a 45 com o nome de "genocídio". Aqueles países livres e democráticos foram anexados à Rússia, depois de sofrerem todas as crueldades do nazismo. Mas a Rússia não se limitou à anexação. Esvaziou esses países, substituindo a sua população por outras, de regiões distantes, a fim de que desaparecessem, como personalidade histórica nacional, a Lituânia, a Estônia e a Letônia. Haverá maior "colonialismo involutivo" do que esse, que destrói nações? Esse colonialismo que, em relação a outras nacionalidades sob seu domínio, mente ao mundo, dizendo tê-las libertado e fazendo crer que são independentes?

O colonialismo econômico

Até aqui falamos dos "colonialismos involutivo e evolutivo". Mas, segundo a classificação que propus, deveremos examinar o "colonialismo econômico". O primeiro que o estudou foi Lenine, no livro intitulado *O Imperialismo como a mais alta etapa do Capitalismo*. Ele demonstra a dominação das nações capitalistas sobre as subdesenvolvidas e, ao mesmo tempo, analisa o império colonial do tipo britânico como base de investimentos e outras forma de exploração.

Quem ouviu os discursos pronunciados sobre a Hanna pelo meu companheiro de Bancada, Osvaldo Zanelo, as orações de Gabriel Passos, ou se deteve nas considerações de Sérgio Magalhães, esse bravo lutador sobre investimentos estrangeiros, ou examinou os problemas da energia elétrica e dos bancos alienígenas em nosso País, compreende a legitimidade do nosso nacionalismo contra os nossos disfarçados colonizadores. É a forma de colonização exercida pelos Estados Unidos.

O Sr. Tristão da Cunha – V. Ex.ª parece admitir que o domínio das nações civilizadas sobre nações menos cultas seja uma exploração econômica. Sabe V. Ex.ª que a Inglaterra, a mais atilada de todas as nações, em 1859 aboliu o pacto colonial dando a todas as suas colônias liberdade de comerciar com quem quisessem, porque verificou que ela é que estava sendo espoliada pelas colônias. Alguém já definiu uma colônia como sendo aquela coisa para cuja

conquista se gasta uma fortuna, para cuja conservação se gasta outra fortuna e para cuja perda se gasta uma terceira fortuna. A colônia é, portanto, uma grande ilusão. Evidentemente, quando existe um domínio militar, como é o caso, parece-me, na Cortina de Ferro – não estou bem a par do que se está passando lá –, pode haver espoliação, porque há a obrigação de ceder seus produtos por preços menores que os de outra nação. Mas quando o indivíduo pode vender a quem quiser não há espoliação. Vende ao alemão, vende ao inglês, ou a qualquer pessoa, e há sempre troca, há compensação pelo valor dado. Neste caso, portanto, não há espoliação das nações colonizadas pelas nações colonizadoras.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O aparte de V. Ex.ª tem toda oportunidade. Quando estava a tomar notas para este discurso, comecei a verificar que o problema do colonialismo é mais complexo do que parecia. São muitas as categorias de colonialismo, e, muitas vezes, umas confluem com outras, sob os mais diversos aspectos.

Quanto à observação de V. Ex.ª sobre as grandes despesas dos colonizadores, temos o exemplo do próprio Brasil. Ao tempo de Dom João III, a colonização do Brasil foi onerosíssima para Portugal. Era onerosa em homens e em dinheiro. Os reis de Portugal se empenharam junto aos agiotas da Europa. A nação ficou exaurida para colonizar nossa Pátria. Somente quando se descobriu o ouro e as pedrarias em nosso País é que começou a haver algum lucro para a nação colonizadora. E chegou, mesmo, a ser tão grande, já nos meados do Século XVIII, que, pode-se dizer, o capitalismo inglês, conforme observação de um escritor europeu, teve origem no Brasil, porque todo o ouro carreado de Minas Gerais para Portugal seguiu para a Inglaterra, através de contratos e acordos, todos onerosíssimos para Portugal.

De sorte que, realmente, há um período em que a colônia interessa, quando ela começa a produzir, mas é exatamente quando, também, em conseqüência da ação civilizadora dos colonizadores, transforma-se em pátria, e a pátria adquire consciência de nação.

O problema é tão complexo e, ao mesmo tempo, tão fascinante que, ao examinar o assunto para fazer esta exposição, veio-me a idéia de escrever trabalho mais longo, um livro, talvez, que seria oportuno. Quando houver lazer, talvez venha a tentá-lo, para desdobrar, em toda sua complexidade, o panorama do colonialismo no mundo moderno, examinando as origens históricas, principalmente sua realidade sob os mais diferentes aspectos.

Diversionismo tático do Sr. Celso Brant

O Sr. Celso Brant – O ponto de vista do nobre Deputado Tristão da Cunha seria útil se S. Ex.ª o defendesse junto a Salazar. Sabe V. Ex.ª que, na

realidade, os países só se desenvolvem na base da exploração. A grande força econômica dos Estados Unidos decorre do fato de aquele país explorar as outras nações, entre as quais, o Brasil. Relativamente ao nosso caso, V. Ex.ª poderá encontrar na *História Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que, antes de darmos ouro e diamantes à Inglaterra, demos a Portugal fortuna maior ainda.

O SR. PLÍNIO SALGADO – No ciclo da cana-de-açúcar.

O Sr. Celso Brant – ... sim, através da cana-de-açúcar. E o que mandamos para a Corte, quando da descoberta do ouro e dos diamantes, pode ser avaliado apenas lembrando o que diz V. Ex.ª: o capitalismo inglês teve origem aí. Portugal não só reconstruiu Lisboa, depois do terremoto, mas D. João V deu-se ao luxo de comprar o título de Rei Fidelíssimo pela importância de 500 arrobas de ouro. É simplesmente espantoso o que representa a contribuição de uma simples colônia para um país. Tem razão V. Ex.ª quando se refere a esse colonialismo econômico. Ainda há dias, o Senador Villas-Boas, líder da UDN no Senado, dava testemunho que me parece da mais alta importância para sabermos o que tem sido a história da diplomacia no Brasil.

Contou o representante mato-grossense que, em 1951, quando compareceu ao Itamaraty a fim de saber da orientação a ser seguida pela representação brasileira num certame internacional, recebeu a seguinte resposta do nosso chanceler de então: "Votem sempre com a delegação norte-americana".

Nem sempre foi assim

O SR. PLÍNIO SALGADO – É lamentável que assim seja, nobre Deputado Celso Brant, porque houve tempo em que o Brasil, menor, menos desenvolvido, com uma população muito inferior à de hoje, assistiu a coisa bem diferente: quando o Barão do Rio Branco, atuando junto aos diversos governos da América Latina, comunicou ao Departamento de Estado dos Estados Unidos que ou o Brasil liderava a Conferência de Haia, e o representante dos Estados Unidos votaria com Rui Barbosa, ou, então, estaria destruído o pan-americanismo. E nesta altura o representante dos Estados Unidos recebeu ordem de votar com o Brasil.

Temos, nobre Deputado, que restaurar este sentido de independência, de soberania, de moral e dignidade da Pátria. E para isso estou convencido de que todos lutaremos juntos nesta fase histórica da arrancada do Brasil do subdesenvolvimento para estádios melhores da economia.

Continuarei o que vinha expondo:

O livro de Lenine, que foi utilizado como propaganda mundial anti-imperialista, tornou-se a bíblia para uso, ao reverso, no sentido da construção do imperialismo soviético.

Praticamente, a União Soviética passou a ser o centro do novo colonialismo disfarçado por uma ideologia política.

Enquanto isso, aquele outro colonialismo que o denomino "evolutivo" e que, em muitos casos, se alia ao econômico, ia encerrando, na maior parte do mundo, o seu processo histórico. A Grã-Bretanha perdeu a Índia, a Birmânia, Ceilão e Palestina; a Holanda perdeu a Síria e o Líbano; o Japão perdeu a Coréia, Formosa e Mandchúria; a Itália perdeu a Líbia e a Abissínia; os Estados Unidos renunciaram seu domínio sobre as Filipinas. Não se poderá incluir estes países, hoje tornados independentes, entre aqueles encontrados pelo colonizador em estado selvagem, como se deu na América e na África. Pertencem a uma subcategoria do "colonialismo evolutivo", se considerarmos o seu estado de atraso científico e técnico segundo o padrão do Ocidente. Foram dominados no curso da expansão econômica da Europa na fase da revolução industrial. Mas o fato é que as potências ocidentais perderam domínio sobre mais de 60 milhões de quilômetros quadrados e sobre mais de um bilhão de habitantes.

A essa altura, a Rússia Soviética inaugura o novo tipo de "colonialismo involutivo". E note-se que esta denominação "involutivo" não se refere ao progresso material, mas às liberdades humanas e ao sentido das culturas peculiares a cada país dominado.

A alegação de que existe um grande progresso na Polônia e na Tcheco-Eslováquia não exclui a afirmação de que elas sejam colônias, porque me refiro ao colonialismo no sentido da privação de todas as liberdades, da inexistência de partidos políticos, de liberdade de imprensa, e de outras prerrogativas humanas, que são completamente abolidas por um estado totalitário.

O imperialismo econômico – paralelamente à escravização política – desenvolve-se sob a forma de tratados e acordos de ajuda *soi disant* recíproca. Tudo é comandado pelo Comissariado de Comércio de Moscou. Além das sociedades de economia mista com 51% de capital russo, outros instrumentos de sucção funcionam em detrimento daqueles povos e em benefício da União Soviética.

Entre as sociedades desse tipo, convém notar aquelas da Hungria, por meio das quais esse país partilhou sua bauxita, seu petróleo, ferro e aço, produtos químicos, eletricidade, ferrovias e aviação; e isto explica a violência da invasão russa, quando o povo magiar tentou libertar-se.

Esse quadro se repete nos demais países da Cortina de Ferro.

Mas vejamos outros instrumentos do colonialismo soviético. A Rússia compra dos satélites a preço baixo e revende a outros países com larga margem de lucro. Exemplo: a Bulgária tentou vender à Tcheco-Eslováquia concentrados de zinco ao preço de 144 dólares a tonelada; a Rússia interveio, forçou um preço inferior e revendeu depois com grande lucro. Outro: a Polônia, em 1948, quando o preço mundial do carvão era de 14 a 20 dólares a tonelada, vendeu-o à União Soviética por 1 dólar e 20 centavos a tonelada. Acrescente-se a isso o alto preço dos produtos industriais vendidos aos satélites, os pesados juros sobre empréstimos e teremos o pior dos colonialismos até hoje conhecido por se apresentar cinicamente como libertação sob a forma de repúblicas populares. E se tivermos em vista as contribuições forçadas ao KOMINTERN, sendo que só da Bulgária foi exigida a quota de 300 milhões de cruzeiros durante 30 anos, então recuaremos horrorizados, não diante desse cruel colonialismo, porém diante daqueles que pregam o anticolonialismo sem autoridade moral para o fazer, porque omitem, propositada ou covardemente, o que se passa nessa imensa Eurásia, pontilhada de campos de concentração de trabalho escravo.

Para terminar este capítulo, direi que o autor de todo esse plano de colonialismo pela União Soviética foi o Dr. Karl August Clodius, o construtor do império econômico do nazismo. Feito prisioneiro pelas tropas russas, Miyokan chamou-o à sua presença e pediu suas luzes. Não se negou Clodius e gizou a arquitetura do plano.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – Comunico ao eminente orador que dispõe apenas de nove minutos.

O problema é estratégico-militar

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estou a finalizar, Sr. Presidente.

Quanto à situação da África, não deve ser olhada com a superficialidade com que se tem feito. É problema do maior interesse para o mundo livre e particularmente para o nosso hemisfério. Na proporção em que aqueles povos forem adquirindo independência, devemos estar atentos no sentido de estabelecer com eles sólidos vínculos econômicos, culturais e morais. E isso porque é de todo interesse para a Rússia Soviética exercer influência decisiva e, se possível, domínio econômico sobre essas jovens nações, principalmente as da costa ocidental do continente africano. Não somente as riquezas do subsolo, que certamente inspiram a insurreição comunista na Etiópia com a finalidade de passar armas aos partidários de Lumumba, no Congo, mas sobretudo as posições estratégicas do litoral de oeste atraem a Rússia para o Atlântico. Particularmente o Brasil corre perigo. Além de excelentes bases para a frota submarina, teriam os soviéticos a possibilidade de inverter os termos do

problema das Nações Unidas por ocasião do salto do Atlântico e invasão da Europa, e isso com maiores vantagens nos dias de hoje, quando um avião de passageiros, um Boeing, faz o percurso Dakar-Recife em seis horas. Não será novela de ficção científica – dessas hoje tão em moda – dizer que podemos ser invadidos por tropas soviéticas. Nem será por outro motivo, senão o da preparação popular para a colaboração, que a propaganda comunista incide tão fortemente sobre o triângulo estratégico Fortaleza-Natal-Recife. Chamo, pois, a atenção da Nação brasileira, dos povos das Américas e particularmente dos Estados Unidos, para a geopolítica da União Soviética, tendente à conquista de posições no Atlântico, único oceano onde não abriu caminhos, o que está a exigir de nós o fortalecimento de nossas relações com as nacionalidades africanas tornadas independentes.

Sob o disfarce de declarações anticomunistas teóricas...

O Sr. Celso Brant – A luta anticolonialista, Sr. Deputado, ao contrário do que V. Ex.ª pensa, tem, pelo menos na Organização das Nações Unidas, derrotado violentamente a política soviética. O Deputado Mário Martins, que lá esteve, sabe que a declaração anticomunista que foi aprovada por um grande número venceu as emendas levadas a plenário pela União Soviética e pelos Estados Unidos.

Os Estados Unidos procuravam incluir entre as colônias essas a que V. Ex.ª se refere na segunda parte do discurso. As nações subdesenvolvidas se uniram, e a vitória da declaração anticolonialista, vencidas as emendas dos Estados Unidos e União Soviética, foi, naturalmente, uma consagração à terceira força, à qual devemos pertencer, que acha que não se pode nem fazer ligação muito direta, como está acontecendo com os Estados Unidos, submetendo-se aos seus desígnios, nem à União Soviética, que não é, de forma alguma, horizonte para o nosso futuro. Veja V. Ex.ª que essa luta anticolonialista tem sentido de luta também contra a União Soviética, porque, só através da união, os povos subdesenvolvidos – e entre esses estão os povos colonizados – de todo o mundo poderão encontrar a fórmula para manter a terceira força, que é a de equilíbrio, na qual o Brasil deve colocar-se.

Nossa política exterior deve ser estratégica

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª, mas quero dizer que, nesta altura do meu discurso, não estou tratando mais da questão colonialista, mas de uma linha política exterior, tendente a estabelecer vínculos profundos com as nações recém-independentes da África. Não tenho nenhuma

dúvida de que à Rússia interessa a costa atlântica da África. Por conseguinte, é de nosso dever ligarmo-nos fundamentalmente a essas jovens repúblicas.

Quanto à terceira posição, temos de lutar, e a todo transe, contra o capitalismo americano e pela nossa independência econômica. Certa ocasião, a amigos prediletos antifranquistas – convivo muito com eles, são os monárquicos – dizia eu: Vocês tem o Franco. Esse regime não é grande coisa, mas uma muleta que arranjaram até ser encanada a sua perna quebrada pela Rússia com a revolução vermelha.

Assim, hoje não podemos prescindir de ligações militares com os Estados Unidos. Esse país tem de ser a muleta enquanto formos tão subdesenvolvidos e tão militarmente fracos. Conseqüentemente, estando o mundo dividido em duas correntes que se entrechocam, dois leões que se temem, é natural que nós, embora tenhamos muita raiva do leão de lá e nada apreciemos o leão de cá, defendamos nossa liberdade humana, lutemos contra a tirania econômica, mas, na parte militar, formemos juntos com o grande país do norte na defesa da liberdade democrática do nosso hemisfério.

Importância da Península Ibérica

Sr. Presidente, passo a tratar de assunto da maior importância – a Península Ibérica. Peço a particular atenção daquele que compreendeu tão bem o alcance do meu pensamento, meu nobre colega Tristão da Cunha.

Outro problema que não pode ser considerado com leviandade é o da Península Ibérica. Estamos em plena guerra fria, em plena vigência de uma paz armada, sob uma atmosfera de ameaças e atitudes de insolência que vão ao ponto de um chefe de Estado bater com o sapato sobre a mesa da Assembléia das Nações. Só os loucos não consideram a importância da Espanha na defesa do Ocidente. Nada temos a ver com a política interna de Portugal e Espanha, mas somente se formos suicidas desejaremos que, neste momento difícil para os povos livres, se lancem aqueles países na instabilidade, na demagogia e na anarquia.

Nunca se muda de casa quando se tem doente grave. Espera-se que o doente se restabeleça para fazer a mudança. Seria quebrar a única muralha que temos na Europa para a defesa das liberdades nas Américas. Não entro na análise dos regimes que ali vigoram, mas aceitando, para argumentar, que eles não correspondem aos anseios do liberalismo, constituindo, nesse caso, um mal, repetirei a frase do Papa Leão XIII na Encíclica *Libertas*, a qual nos ensina: "É preciso, muitas vezes, tolerar algum mal, ou para que dele advenha algum bem, ou para evitar um mal maior".

O mal maior em nosso tempo é o comunismo. Temos de adotar critério realista na consideração dos fatos internacionais. Não tenhamos a veleidade de

ser mais democráticos e liberais do que os Estados Unidos, que mantêm poderosas bases aéreas-militares naqueles países e abstraem da questão de regimes, quando o objetivo principal é salvar o mundo da pior das ditaduras, que anula toda a dignidade do ser humano e todas as liberdades políticas e individuais.

E, afinal, se não concordarmos com os sistemas de Portugal e Espanha, matéria que compete exclusivamente a portugueses e espanhóis, é isso motivo para tomarmos uma posição pouco prudente, em face da situação internacional?

Senão, vejamos:

Implantada a instabilidade política na Península Ibérica, alargada a influência russa na África e, principalmente, na Argélia e na costa ocidental da Mauritânia, Senegal, Guiné e Serra Leoa, posto o pé soviético nas Antilhas, como já o fez, que restará dessas liberdades democráticas defendidas pelos métodos do "amigo da onça"?

Senso político em face das realidades

Toda virtude ao exagero torna-se um vício, um pecado. Não levemos o nosso liberalismo democrático a ponto de criarmos condições de incapacidade de defesa das nossas liberdades. Tenhamos o senso político necessário para, interpretando o quadro da política internacional, sabermos pautar nossas palavras e nossos atos no sentido de sustentarmos nosso sistema de democracia e de liberdade, ao mesmo tempo prevenindo-o contra as agressões que podem vir de um momento para outro, porque não podemos ser otimistas numa fase em que predomina o fato consumado na vida internacional, pois já temos visto muitos povos esmagados e destruídos quando levantam sua bandeira de libertação.

Estas as palavras que queria dizer à Casa. Peço desculpas aos eminentes colegas se neste ou naquele ponto de minha oração feri alguma sensibilidade.

Não se manifestaram em nome do PSD

O Sr. Guilherme de Oliveira – No término de sua oração, eu me permitiria, com seu consentimento, um ligeiro reparo. Escutei atenciosamente todo o discurso e os apartes inflamados a ele oferecidos. Quero retificar o seguinte: V. Ex.ª criticou, várias vezes, que o Partido Social Democrático houvesse assumido tão ostensivamente atitude de hostilidade a um país amigo através de aplausos e manifestações outras durante o discurso do ilustre professor Deputado San Thiago Dantas. Quero ressaltar que essas manifestações não foram ditadas por resolução do meu Partido, mas individuais dos Deputados, muitos dos quais pertencem ao PSD. Eu, por exemplo, só aprecio o regime democrático que se

exercita no Brasil, com todas as suas licenciosidades, com todos os seus exageros, com todos os seus excessos. É, porém, o regime democrático ideal, porque significa o exercício de plena e absoluta liberdade de opinião. No meu modo de ver, o Brasil deve procurar defender-se, aprimorando o seu regime, exercendo a democracia em sua plenitude.

Não devíamos, porém, de maneira alguma, intervir nos problemas internos das outras nações, porque só assim o nosso País pode ser respeitado pelos outros países.

Não se trata senão de salvar o Brasil

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª que veio fechar com chave de ouro a oração que acabo de pronunciar, com a melhor intenção de bem servir ao Brasil. Realmente, o sentido do meu discurso foi de política internacional da maior relevância e gravidade. Não foi um sentido meramente político, opinativo, a respeito deste ou daquele regime, mas uma análise das circunstâncias do mundo. É o alvitre que proponho acerca da posição do Brasil e de todos os que têm responsabilidade em face de tão grave momento histórico.

Agradeço a atenção que me foi dispensada, os apartes que aqui me deram, a benevolência da Presidência em alargar o meu tempo. Estou convencido de que, ao descer desta tribuna, todos me terão compreendido porque todos estamos aqui, sejam quais forem as divergências superficiais que nos dividam, unidos por um profundo amor ao Brasil e à nossa liberdade. Como ondas do mar, nossas opiniões, nossas palavras podem se entrebater e se chocar, mas, na profundidade das águas, nossos pensamentos se unem e se unem nossos corações, por nossa Pátria e no sentido de amá-la e bem servi-la. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

A UNESCO E A DEBILIDADE DO MUNDO ATUAL

Sessão de 10 de abril de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, as dificuldades regimentais opostas aos Deputados não-pertencentes a blocos parlamentares impediram-me de vir à tribuna em ocasião mais oportuna, para oferecer à Câmara, em breve relatório, as impressões que me ficaram da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, no mês de novembro do ano passado, na qual tomei parte a convite do Poder Executivo e não por iniciativa desta Casa, uma vez que a praxe, aqui adotada, de injusta discriminação, não tem permitido aos pequenos partidos qualquer delegação ou representação no exterior.

Fosse qual fosse, entretanto, o caráter da missão que cumpri, entendo de meu dever dar conta ao povo brasileiro das minhas observações, o que faço neste momento.

A Delegação do Brasil à Conferência Geral da UNESCO esteve constituída de brilhantes elementos, entre os quais alguns observadores parlamentares, e foi presidida pelo Embaixador Paulo Berredo Carneiro, um dos maiores valores da nossa diplomacia e que dirigiu os trabalhos da Delegação com grande clarividência, numa atividade constante, e utilizando, a serviço do Brasil, o seu prestígio, como um dos valores mais altos daquela organização internacional.

Preliminarmente, para ter noção dos trabalhos da Conferência Geral a cujas sessões assisti, como observador parlamentar, ininterruptamente, durante um mês, convém perguntarmos o que é a UNESCO.

É uma organização das Nações Unidas tendo por fim a educação, a ciência e a cultura dos povos. Com ênfase proclama que tais objetivos são um meio para assegurar a paz no mundo.

Quero dizer – sem nenhuma intenção malévola e compreendendo a natureza da organização, o clima em que foi criada e os óbices que se antepõem à dramática tentativa de harmonização de interesses heterogêneos dos Estados-membros – que, sendo um dos fins da UNESCO a educação, jamais ouvi quaisquer referências a problemas educacionais no sentido de formação moral. As matérias que transitaram diante de meus olhos, nos avulsos ali distribuídos, eram administrativas, burocráticas, orçamentárias e algumas vezes técnicas.

Poderemos acrescentar – como temas de vez em quando lançados no plenário ou nas comissões – certas matérias políticas suscitadas pelas repúbli-

cas socialistas, tais como as reivindicações da China Vermelha, do governo da Hungria imposto pelas armas russas, da discriminação racial nas escolas, visando evidentemente aos Estados Unidos, do anticolonialismo e da liberdade de propaganda ideológica, naturalmente excetuando-se a Rússia Soviética.

Repetidamente a Mesa e o próprio plenário, em diversas votações, tornavam claro que tais assuntos competiam à ONU, e não à UNESCO. Pude, no entanto, observar que estas questões dificilmente se dissimulavam, pois é verdade que estavam na base, ou melhor, na raiz de todas as outras questões.

Expostas, de maneira explícita, pelos delegados das nações socialistas, ou contornadas, discretamente, pelas delegações representativas do liberalismo econômico e político, estas questões exprimem o que há de mais significativo como revelação de uma inquietude universal que inutilmente se pretende esconder.

Se, por um lado, excluir a política de tudo o que concerne a medidas tendentes à confraternização das nações em torno dos novos deuses que chamamos hoje Ciência e Técnica é um critério perfeitamente razoável adotado pela UNESCO, por outro lado, devemos concordar em que uma total abstenção de quaisquer considerações no domínio mais elevado da filosofia política seria construir sobre areia o edifício da educação, da ciência e da cultura.

Mas é aí que começam as dificuldades da UNESCO. Ela não pode sair dos limites da ciência e da técnica; não pode entrar no campo da cultura e, quanto à educação, não vai além da instrução que alfabetiza, ministra conhecimentos, mas foge a todo fundamento ético embasador de uma consciência de paz universal.

Ciência, técnica e paz

A ciência e a técnica, por si sós, não levam à paz. Em 1900, por ocasião da Exposição Internacional de Paris, Buchner publicou um livro intitulado *A aurora do século – considerações de um pensador sobre o passado e o futuro*. Dando como liquidado o ciclo da civilização cristã escreveu:

> "O Século XX terá, sem dúvida, por papel conciliar a ciência e os costumes, a vida intelectual e a material, o ideal e a realidade, e levar, enfim, à pobre humanidade, atormentada pelas dúvidas e incertezas, essa paz de espírito, esse equilíbrio moral que lhe fazem falta desde tão longo tempo".

Em 1914, os canhões retumbando responderam à palavra orgulhosa da ciência que falara pela voz de Buchner: foi a Primeira Guerra Mundial, acontecimento, até então, desconhecido dos povos. Mas o homem continuou a

confiar na ciência como instrumento de paz. E, em 1939, novamente os canhões troaram no corredor polonês, anunciando a grande catástrofe que culminou com a destruição em massa de duas cidades, não se respeitando mulheres nem crianças.

Trágicas previsões

E agora? Continuam em marcha ascendente a ciência e a técnica. Os homens só nelas confiam. E nós, baseados no mesmo desenvolvimento lógico dos fatos históricos determinantes do fracasso da paz em 1914 e em 1939, seríamos insensatos se não previssemos, talvez para breve, neste século, a repetição cíclica de acontecimentos cujo processo de formação já conhecemos, não por meras conjecturas de filósofos, mas pelas experiências de fatos comprovados.

Instrução, educação e cultura

Afirmei, há pouco, referindo-me às dificuldades da UNESCO para atingir sua suprema finalidade – a paz –, não poder ela situar-se no campo da educação e da cultura.

Mas é preciso ter-se em vista a significação que dou a estas duas palavras. A etimologia do vocábulo "educação" já traz definido o seu objeto. Procede de um verbo latino que significa dirigir, com a anteposição do prefixo que nos dá a idéia de avanço, de marcha ascendente. Não se confunde com instrução, que igualmente procede da palavra latina *"instruere"* e significa ensinar, informar, transmitir conhecimentos. Educação é formação do espírito, ou da personalidade, visando a determinado fim. Está intimamente ligada, conseguintemente, ao conceito de cultura. E cultura não é erudição, armazenamento de conhecimentos, não é ciência, nem técnica. É interpretação da vida e do homem segundo sua origem e seu destino.

Alfred Weber, no livro *História da Cultura*, ao apreciar as primeiras grandes culturas egípcias, sumeriana, babilônica, chinesa e hindustânica, diz que elas registraram em documentos escritos a visão que a humanidade tinha de si mesma e de seu destino. Esta observação nos leva a vincular o problema da cultura ao conceito de humanismo e, assim procedendo, temos encontrado os motivos das dificuldades da UNESCO para ir além do campo restrito da ciência e da técnica.

Choque das concepções humanistas

No seu livro *Le conflit actuel des humanismes*, Etcheverry, professor da Faculdade de Filosofia de Toulouse, põe em evidência as perturbações do

Mundo Ocidental pelo choque das diversas concepções do homem e, consequêntemente, da Sociedade e da História. O racionalismo de Kant, o idealismo de Hegel, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer, o existencialismo de Kierkgaard ou de Sartre, o socialismo científico de Marx, a psicanálise de Freud, o panteísmo eufórico de Nietzsche, cada qual nos oferece uma imagem diferente do ser racional e todos fogem da definição de Boécio, que nos ensina ser o homem uma dualidade consubstancial exprimindo-se numa unidade substancial. Sem esperança de encontrar uma solução para o mais grave de todos os seus problemas, que é o da sua finalidade no Universo, o homem foge de si mesmo, abandona o território misterioso do seu mundo interior e procura distrair-se, exteriorizando-se em atividades absorventes da vida prática. Não quer pensar sobre de onde vem e para onde vai, não quer saber o que representa no Universo, não quer afligir-se procurando decifrar o seu próprio "eu". Entrega-se a pesquisas científicas ou a criações artísticas, à administração de empresas particulares ou da coisa pública, gasta os seus dias em atividades de superfície, não descendo nunca à profundidade das causas primeiras e das finalidades supremas.

É a mentalidade do utilitarismo e do pragmatismo, em resumo: do agnosticismo que domina os povos ocidentais e que impera, inevitavelmente, sobre os critérios da UNESCO.

Firmeza do Oriente e fraqueza do Ocidente

Sob este aspecto, rendo homenagem às nações socialistas, muito mais claras em seus objetivos do que as nações do Ocidente. Sobre as bases do materialismo dialético, elas constroem sua pedagogia, sua estrutura social, sua economia, sua política, sua arte, sua interpretação histórica e seu conceito moral. As nações liberais-democráticas não se definem, nem pelo materialismo, nem pelo espiritualismo, ainda que existam dentro delas correntes que adotam princípios espirituais.

Podemos dizer que o mundo liberal-democrático possui grande progresso e uma civilização, mas não se exprime segundo um senso de cultura, se tomamos este vocábulo como interpretação do homem e consciência das finalidades humanas.

As repúblicas socialistas, desde a primeira sessão plenária da Conferência Geral da UNESCO, tomaram uma posição política decorrente dos princípios filosóficos que instruem toda a construção do mundo soviético. Além das iniciativas sobre assuntos considerados fora da competência da UNESCO, muitas foram as proposições apresentadas pela Rússia e países satélites, todas se utilizando habilmente do agnosticismo ocidental. Entre estas, o projeto de resolução da Ucrânia e da Tcheco-Eslováquia sobre fixação de princípios e

normas fundamentais das atividades da UNESCO em matéria de publicações de ciências sociais.

E pergunto: como traçar esta orientação, se o mundo socialista se apóia sobre princípios irredutíveis da ortodoxia marxista, enquanto o mundo liberal-democrático forma uma orquestra de instrumentos desafinados de filosofias contrastantes?

Sintomas de grave inquietação

Não se pode negar que uma grande inquietação dominava parte dos delegados sobre os problemas morais e espirituais postos de lado como era de se esperar de uma organização do tipo UNESCO, tão expressiva do mundo atual.

Ao passo que o representante da Bulgária, porta-voz do grupo das nações comunistas, exclamava: "Tudo é política. Todas as questões são políticas. Precisamos encarar de frente os problemas históricos". Um delegado da Nigéria, da jovem África, dizia: "Precisamos de uma educação espiritualista; preliminarmente Deus, depois as questões de ordem prática". E o delegado de Ceilão, quando os soviéticos falavam do problema da fome das nações subdesenvolvidas, exclama pateticamente: "O que sentimos é fome do espírito, mais do que a fome do corpo".

Mas a UNESCO não pode tomar em consideração os clamores do materialismo soviético, nem os do espiritualismo, que se erguem, crepitantes como labaredas, das almas angustiadas de nosso tempo.

É oportuno aqui lembrar um caso eloqüente a que assisti. Tratava-se do problema do analfabetismo, da sua erradicação na América Latina. O delegado encarregado pelo Embaixador Berredo Carneiro de elaborar o projeto apresentou-o com uma ampla justificação repleta de dados estatísticos, os mais convincentes.

Quando se tratava desse assunto, o delegado do Uruguai, Sr. Arturo Ferris Terra, pronunciou algumas palavras, cuja importânica excepcional não passou despercebida aos espíritos mais sensatos. Demonstrou que instrução sem educação representa um grave perigo. E apresentou dados estatísticos sobre a criminalidade em seu país, que aumentou na mesma proporcionalidade da alfabetização das massas.

Perplexidade e indecisão

Ora, para responder às justas ponderações do delegado uruguaio, que critério deveremos adotar como base da educação dos alfabetizados? O critério espiritualista, fundado na moral religiosa, ou o critério do materialismo

dialético, tão próximo do utilitarismo de Stuart Mill e do pragmatismo de William James? A dialética de Hegel, instrumento de dinamização do materialismo histórico, e, de certa maneira, a aplicação da teoria evolucionista e determinista ao processo da elaboração das idéias na formação do pensamento. Os conceitos morais, segundo uma ou outra filosofia, a do materialismo inglês, ou a do idealismo dialético alemão, são objetos de transformações permanentes, através do desenvolvimento das circunstâncias históricas.

Diante disso, eu desejaria saber sobre que princípio a UNESCO deve basear a orientação dos estudos de ciências sociais, consoante a proposta das delegações da Ucrânia e da Tcheco-Eslováquia, e o critério educacional, formativo da personalidade humana, reclamado pelo delegado do Uruguai para evitar o desastre dos alfabetizados sem a educação necessária. Em que razões de ordem moral pode a UNESCO apoiar-se para propugnar pela paz, aceitando o projeto soviético pela coexistência pacífica dos dois mundos antagônicos?

A procura inútil da paz

Realmente, é preciso criar no mundo uma conferência, uma mentalidade, um sentimento de paz. Inspirar-nos-emos nas atitudes nobres, elevadas das religiões tanto cristãs, como orientais, que nos ensinam a ser irmãos uns dos outros por sermos todos filhos de um mesmo Deus? Ou no idealismo dos povos socialistas que, embora materialistas, dizem aspirar à concórdia universal? Ou procuraremos a paz desejada pela burguesia capitalista, que dela necessita para manter uma situação cômoda dentro da qual se realizam tranqüilamente os seus negócios?

O que não podemos fazer é deixar em branco esta página que a humanidade espera, num século que, a despeito de todos os progressos científicos e técnicos, nos lançou em plena barbaria, proclamando em teoria e ab-rogando na prática todos os direitos humanos e submetendo-nos à ameaça de guerras catastróficas.

Confusão dos espíritos

Devemos sair da confusão em que nos encontramos, das terminologias dissimuladoras de pensamentos contraditórios e de eufemismos onde se escondem objetivos inconfessáveis. Vivemos uma época em que as palavras têm numerosas significações, de sorte que, por exemplo, os termos "democracia", "liberdade", "libertação", "nacionalismo", são traduzidos, em cada grupo político, pelos seus respectivos dicionários.

Para se ter idéia das contradições e ilogicidade que presenciei na UNESCO, basta dizer que a Tcheco-Eslováquia, apoiada por todos os outros

satélites subordinados à União Soviética, combateu o nacionalismo, que identificou com o fascismo, o nazismo e o racismo, considerando-o nocivo à paz do mundo, e, no curso das sessões, esse mesmo grupo comunista estimulou o nacionalismo africano, como instrumento eficaz de libertação. Quer dizer que o nacionalismo deve ser combatido (e é o caso da Hungria) sempre que prejudique o imperialismo soviético e deve ser apoiado sempre que crie dificuldades às nações ocidentais.

Conceitos de nacionalismo

O que é preciso é distinguir os dois conceitos de nacionalismo: um perfeitamente justo e decorrente do direito natural, o outro deformado por certas teorias do Estado, oriundas, principalmente, da escola histórica alemã.

A nação é, do ponto de vista da sua fisiologia, um conjunto de grupos naturais, criados pelo homem para o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres. Do ponto de vista psicológico, a nação exprime uma consciência de diferenciação histórica dos demais grupos humanos.

O nacionalismo legítimo vela pela manutenção do que poderemos chamar "a personalidade nacional", seja reforçando suas estruturas, que chamamos fisiológicas, seja zelando pela sobrevivência de um estado de espírito consciente das origens históricas e da destinação futura do grupo nacional. Este nacionalismo é legítimo e não representa perigo nem para os grupos naturais e as personalidades humanas que compõem a nação, nem para as nacionalidades distintas que constituem a humanidade.

Nação e Estado

O nacionalismo perigoso é o que confunde a Nação com o Estado. Para o verdadeiro nacionalismo, o Estado é apenas um instrumento jurídico da Nação, destinado a manter a ordem interna e as relações externas. É uma criatura da Nação. Pode ser reformado pela Nação, mas esta persiste na inalterabilidade da sua fisiologia, da sua psicologia, da sua vocação histórica.

Sempre que se confunde Nação e Estado, este deixa de estar a serviço daquela para servir, quase sempre, a teorias e objetivos antinacionais. No caso, por exemplo, do nazismo, o Estado, usurpando os direitos da Nação, passou a servir às teorias racistas de Houston Chamberlain e de Gobineau, aos delirantes pensamentos de Nietzsche, transformando o super-homem em super-raça; e no caso da Rússia Soviética, identificando também a Nação com o Estado, este passou a ser o todo-poderoso e aquela praticamente inexistente.

O homem, fundamento da nação e da paz dos povos

Devemos ter sempre em vista que a Nação é criatura do homem, e o Estado, criatura da Nação. Na base de toda estrutura nacional, está, portanto, o homem que, em substância e essência, é igual a todos os homens da terra, mas que se exprime por meio de características próprias pessoais, locais e históricas. É a "unidade na diversidade", de que nos fala Aristóteles e que deve servir de base à paz mundial.

A ciência da ignorância

A UNESCO – por tudo quanto observei – não cogitou, nem cogita desses graves problemas. Não realizará, por isso, nem obra educativa nem cultural. Ficará nos acanhados limites da ciência e da técnica. Ajudará o progresso material dos povos, mas nada fará pelo seu progresso moral.

René Guenon, apreciando o panorama da ciência moderna, confirma este meu asserto dizendo:

> "... é a negação da verdadeira intelectualidade; a limitação do conhecimento à ordem mais inferior; o estudo empírico e analítico dos fatos, que não estão mais ligados a qualquer princípio; a dispersão numa multidão de detalhes insignificantes; o acúmulo de hipóteses sem fundamento, que se destroem incessantemente umas às outras; as vistas fragmentárias, que a nada podem conduzir, salvo às aplicações práticas, que constituem a única superioridade da civilização moderna, cujo caráter, puramente material, tornou-a verdadeira monstruosidade".

E, mais adiante, no mesmo livro *A crise do mundo moderno*, criticando o exclusivismo da ciência, desvinculada de todos os problemas fundamentais do homem, acrescentou:

> "Encerrada no domínio relativo e limitado, no qual quis proclamar-se independente, tendo cortado toda a verdade transcendental e com o conhecimento supremo, ela não passa de uma ciência vã e ilusória, que de nada vem nem a nada conduz. É um saber ignorante, de ordem inferior, incapaz de abranger as diversas ordens do conhecimento integral".

Trabalhos da delegação brasileira

Durante os trinta dias da Conferência Geral da UNESCO, excetuando as proposições russas ou dos satélites de Moscou, que de vez em quando

quebravam a monotonia dos trabalhos, só assisti a discussões superficiais, pleiteando verbas orçamentárias e apresentando estatísticas e relatórios de uma mediocridade exasperante.

No meio desse ambiente, e trabalhando como era possível, a delegação brasileira cumpriu o seu dever, principalmente os técnicos que rodearam a excepcional figura de Paulo Berredo Carneiro. Os trabalhos de Abgar Renault, sobre o analfabetismo na América Latina; o de Paulo Moreira de Castro, sobre oceanografia; a vigilância inteligente e culta de Almir de Castro, de Melilo Moreira de Melo, de Wladimir Murtinho, de Eliezer Magalhães; as valiosas contribuições de Simeão Leal, José Leite Lopes, Celso Ferreira da Cunha, Gabriel Fialho, Marcos Romero, deram ao Brasil um saldo apreciável em relação às contribuições da UNESCO para diversas instituições brasileiras.

Especificamente, para o Brasil, tivemos, dentro dos critérios orçamentários e burocráticos da UNESCO, a aprovação de vários projetos, entre os quais o referente ao Centro Latino-Americano de Física, sediado em nosso País; o da criação do Instituto Regional de Patologia do Livro; o de extensão e melhoramento do ensino primário da América Latina; o da organização para a Escola de Física do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; o do Instituto de Matemática Pura e Aplicada; o de auxílio à Universidade de São Paulo; o do restabelecimento de contribuições ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais; o da elevação da receita da UNESCO para atender a novos compromissos decorrentes da admissão de novos Estados-membros reconhecidamente pobres; e ainda propostas, devidamente anotadas pela Diretoria-Geral, sobre reivindicações do Brasil junto à Comissão Oceanográfica Internacional e uma indicação aos governos associados no sentido do barateamento do livro nacional ou estrangeiro.

Que faz a UNESCO

Para se ter uma idéia do que faz a UNESCO no mundo e dos recursos financeiros de que dispõe, basta enunciar os títulos e cifras de suas despesas previstas para os anos de 1961-62. Assim, temos em dólar:

Educação	6.585.173
Ensino primário na América Latina	857.106
Ciências exatas e naturais	2.806.795
Investigações científicas sobre terras áridas	679.179
Ciências sociais	2.441.408

Atividades culturais	3.410.049
Intercâmbio cultural entre Oriente e Ocidente	997.367
Informação	3.538.769
Serviço de intercâmbio entre os povos	1.002.840
Relações com os Estados-membros	1.446.575
Soma	23.765.261

Depois de exaustivos trabalhos, objetivando o equilíbrio orçamentário, houve, nesse montante, uma redução de 455.000 dólares. Os títulos gerais que enunciei se subdividem em numerosíssimas aplicações, devendo notar-se que as nações recém-independentes da África foram amplamente aquinhoadas, com 2.250.000 dólares.

O mundo africano

A propósito, devemos assinalar o fenômeno histórico africano da nossa atualidade, que se fez tão evidente na Conferência Geral da UNESCO de 1960. Até 1955, apenas a Libéria e a Líbia representavam a África naquela organização. Já agora essa representação foi acrescida pela presença da Etiópia (à qual coube à Presidência da Conferência Geral), de Marrocos, Sudão, Tunísia, Congo, Costa do Marfim, Dahomei, Gana e Guiné.

Pude constatar três fatos que as representações desses países revelavam a cada passo: uma viva consciência nacional; um ardente desejo de assimilar a ciência e a técnica modernas e de se integrar na comunidade branca, sendo disso expressivos os muitos casais de pretos e louras, que vi em Paris; e, finalmente, a influência que a Rússia Soviética vem procurando exercer sobre essas jovens nações.

Esta última observação me levou a pensar – dada a importância estratégica do ocidente africano em relação à defesa do nosso hemisfério – numa urgente aproximação das Américas com referência a esses povos. Não creio que o motivo econômico seja o mais eficaz, uma vez que diversos desses povos são nossos concorrentes nos mercados, mas estou convencido de que a América do Sul, e particularmente o Brasil, herdeiro do espírito ecumênico que

procede das raízes lusíadas, pode estabelecer laços de estreita amizade com a África, utilizando-se de elementos comuns que se acham presentes em nossa formação social e os sentimentos cristãos vinculados à nossa tradicionalidade histórica. Não deveremos lá ir com os critérios pragmatistas e agnósticos, porém, valendo-nos não apenas dos missionários católicos, mas também do Evangelho conduzido por todas as crenças cristãs, a fim de nos fazermos presentes, como ali tem estado a Rússia Soviética e o seu materialismo.

Moscou e a África

Moscou tem demonstrado o mais vivo interesse pela África, tendo fundado escolas políticas especializadas para os africanos. Na Alemanha Oriental, quando da Festa do Trabalho a 1.º de maio de 1960, compareceram delegados de treze Estados africanos, que foram colocados em tribuna de honra. Em Leipzig existe um Instituto Afro-Asiático; um serviço regular de aviões liga Praga a Conácri, capital da Guiné, onde também os poloneses organizam pescarias. Acrescentem-se as bolsas de estudo que a Rússia oferece aos africanos e o estreitamento dos contatos políticos entre a área comunista do mundo e o Continente Negro.

Nosso dever histórico

É tempo de desenvolvermos uma ação cultural e evangelizadora naqueles territórios tão ligados às nossas tradições e à glória nunca superada dos nossos ancestrais, que foram os primeiros a dobrar o Cabo Bojador, com Gil Eanes, e a extremidade meridional com Bartolomeu Dias. Fomos os primeiros a levar a Cruz de Cristo no pano de nossas caravelas e na boca de nossos missionários pelo que nos cumpre não deixar que a arrebatem os que representam a doutrina do anticristianismo.

Moscou, o grande escravizador, acusa Portugal, o grande evangelizador

O Sr. Eloy Dutra – Como se pode entender essa ação evangelizadora quando vemos Portugal, nação milenar, com suas colônias na África em estádio de absoluto escravagismo, consideradas colônias menos evoluídas em todas as épocas da História, colônias onde o mercado do homem é feito à luz do dia, sem nenhum mistério?

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª está criando a mais delirante fantasia!

O Sr. Elói Dutra – Creio que a Rússia, estabelecendo esses contatos, procurando oferecer bolsas de estudo, dominar enfim, para o efeito de sua política socialista, está no seu papel, bem ou mal, não se discute. Agora, cumpre-nos tratar esses povos dentro do sistema de liberdade e de dignidade. Se não o fazemos, somos nós, evidentemente, que os estamos empurrando para a área soviética. Salazar está aí e é o pior exemplo de colonialismo de toda a História, onde se mercadeja o homem. Como se vai fazer essa ação evangelizadora da tribuna da Câmara dos Deputados, sem nenhum eco, Deputado Plínio Salgado? O que vemos é o Ocidente empurrando miseravelmente esses povos subdesenvolvidos, escravizados, para a área soviética. Veja V. Ex.ª um dos homens que mais entendem do aspecto cultural dos povos, o problema Cuba, nas costas dos Estados Unidos – nas costas, geograficamente, subentenda-se –, sendo atirada aos braços da Rússia Soviética por essa política miserável, condenável. Não sei qual das duas é pior, se a socialista ou essa que estamos vendo de um país poderoso como os Estados Unidos voltar-se contra Cuba, país vinte vezes menor que o nosso e que sempre, desde sua independência, viveu escravizado a esses grupos da Wall Street. Evidentemente, V. Ex.ª é um idealista, mas essa ação evangelizadora, desde que o mundo é mundo, só seria possível se o Ocidente cooperasse honestamente com ela. Mas o que se vê é um Ocidente ávido de conquistas, um Ocidente ganancioso, um Ocidente que não quer a liberdade dos povos e esbraveja contra o regime socialista como se ele não estivesse no seu papel.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Responderei a V. Ex.ª, começando pelo fim. V. Ex.ª diz que o Ocidente não quer a liberdade dos povos. Realmente, não quer a da Hungria, cuja independência foi esmagada por tropas russas. Não quer a dos três países bálticos, fato virgem na História, esvaziados pela Rússia Soviética, além de anexados...

O Sr. Eloy Dutra – Nobre Deputado Plínio Salgado, não estamos na época de que quem não é integralista é comunista. Essa época já passou.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não estou tratando disso. V. Ex.ª está confundindo alhos com bugalhos.

O Sr. Eloy Dutra – Acredito que ninguém, nesta Casa, seja a favor do esmagamento dos satélites da Rússia, quando tentam a sua liberdade e a Rússia os esmaga miseravelmente. Agora, esta época de quem não é integralista é comunista já passou, Deputado!

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ninguém está falando isto. V.Ex.ª insiste; será o seu subconsciente?...

O Sr. Eloy Dutra – Aqui se pode ser perfeitamente pela liberdade, pela democracia, mas pela legítima democracia. Ninguém apóia absolutamente essa miséria que o regime socialista faz contra certos satélites, quando tentam conquistar sua liberdade. Mas não é por isso que aprovamos, por exemplo, a ida de V. Ex.ª a Salazar para, depois de magníficos festins, vir aqui e não dar uma palavra contra essa vergonha do colonialismo português, exercido por um dos homens mais execráveis do nosso tempo, que não merece ser tido dentro de um esquema de dignidade humana.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O Deputado Elói Dutra disse uma verdade magnífica. Não há ninguém nesta Casa que aprove o espostejamento da Hungria. Mas o que eu estava dizendo não era que esta Casa seria responsável pela situação do mundo. Estava dizendo que todas as grandes potências ocidentais estão de braços cruzados diante do Kremlin. Rui Barbosa, na célebre conferência de Tucumã, em que forçou a entrada dos Estados Unidos na guerra, pronunciou uma grande frase: "Entre o vício e a virtude, a neutralidade é um crime. O que assistimos no mundo hoje é a ONU neutra perante tudo". Chacina-se o povo na Coréia do Sul, da Indochina, avança a Rússia em todos os sentidos, bombardeia-se Formosa com a presença do Presidente Eisenhower visitando aquele país e o Mundo Ocidental, de braços cruzados, faz a política do jacaré, que deixa a onça comer-lhe a cauda na esperança de que possa nascer outra. Não se está tratando aqui de integralismo ou de comunismo. Trata-se de fatos internacionais.

Não são os comunistas que me informam

E, agora, respondendo por partes, volvo ao princípio da intervenção do Deputado Elói Dutra, para dizer que não tenho informações acerca das províncias ultramarinas de Portugal através dos elementos marxistas ou da imprensa sobre a qual sopram os ventos do marxismo. Tenho informações diretas. Estive exilado oito anos em Portugal. Homem de estudo, analisei os problemas daquele país. Não consultei Salazar nem o governo, porque são suspeitos para o dizer, mas elementos da mais alta hierarquia intelectual e do clero. Basta dizer que em Portugal existe uma oposição, onde conto queridíssimos amigos, que são os monárquicos, os homens de Antônio Sardinha. São meus amigos e são opositores de Salazar, e que me ofereceram um banquete, quando de lá me retirei. Quanto a Salazar, nunca me ofereceu festins. Muitos são os brasileiros condecorados pelo governo salazarista e disso V. Ex.ª não fala. Eu nunca recebi, nem quero essas honrarias daquele governo ou de qualquer outro.

O Sr. Eloy Dutra – Permita-me. Há duas coisas de que nunca duvidei: da sua inteligência e da sua cultura. Mas ao dizer que há oposição a Salazar, V. Ex.ª me dá o direito de duvidar de sua inteligência.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Poderei mostrar a V. Ex.ª um jornal de oposição, que recebo regularmente, enviado pelos monárquicos portugueses, chamado *O Debate*, e que só cessou suas restrições a Salazar no caso do *Santa Maria*, quando a unanimidade dos portugueses se ergueu em defesa da pátria. Posso dizer que tenho informações – e as darei para mostrar como não existe discriminação racial em todo Portugal, quer da metrópole, quer do ultramar. Morei numa cidade chamada Mangualde, em Portugal, cujo Juiz de Direito era um homem de cor. Este homem contou-me o seguinte episódio: Quando viajava vindo do que aqui chamam colônias e que os próprios pretos, sempre integrados na vida portuguesa, chamam províncias de ultramar, os ingleses não permitiam que eles sentassem à mesa em sua companhia. Descendo na África do Sul, foi ao Consulado de Portugal e reclamou. O cônsul foi ao navio e obrigou o comandante a permitir que o magistrado de Portugal, homem de cor, sentasse à mesa. Acontece que os ingleses não lhe disseram uma palavra durante toda a viagem.

Se fosse citar os casos numerosíssimos que atestam o que se passa em Angola, gastaria muito tempo e desviaria o curso do meu pensamento, no relato que estou fazendo acerca da UNESCO.

O Sr. Celso Brant – Permita-me, nobre Deputado. Trago aqui o depoimento do homem que, em Portugal, melhor conhece a situação das colônias portuguesas, homem que foi, durante muito tempo, da confiança de Salazar: o Capitão Galvão.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Esse homem não merece crédito. Não venha V. Ex.ª citar um homem que praticou ato de pirataria contra uma propriedade particular. Estou falando em homens de grande envergadura moral.

O Sr. Celso Brant – Darei a V. Ex.ª outro depoimento. Em 1947, o Capitão Galvão escreveu o seguinte: "Um escravo comprado era considerado, pelo proprietário, como parte do seu capital. O senhor tinha interesse em conservá-lo em boa saúde, da mesma maneira que a um boi ou a um cavalo. Hoje, o indígena não mais é comprado: é simplesmente alugado pelo governo. O senhor pode, em conseqüência, preocupar-se menos se ele adoece ou morre... já que pode substituí-lo por outro".

Trago a V. Ex.ª outro depoimento, de um jornalista de *Le Figaro*, que esteve na África portuguesa, em 1957. Diz ele:

> "Explicaram-nos que a única discriminação em relação ao indígena consistia em distinguir o 'civilizado'. Tendo provado que sabe ler e escrever, que é católico praticante, que ganha honradamente sua vida e adota os hábitos europeus, ganha o africano sua carta de 'assimilado' e torna-se cidadão português, com alguns direitos (inclusive educação gratuita para os filhos) e todas as obrigações (sobretudo a de pagar imposto). Pode andar na rua depois das nove horas da noite, freqüentar os cinemas, mandar seus filhos à mesma escola que os brancos. Indagamos estupefatos: 'E os outros não? Mas a lei portuguesa não diz que...' Ao que nos retrucou nosso informante: "A lei, não. Mas, os Senhores compreendem, há os regulamentos da polícia..."

Vê V. Ex.ª o que se passa na África portuguesa, de que V. Ex.ª é um dos defensores nesta Casa e do regime de Salazar que, embora execrado por toda a humanidade, ainda encontra, estranhamente, quem o defenda.

Fidel Castro e Salazar

O SR. PLÍNIO SALGADO – Vivemos, realmente, uma época notabilíssima, de confusão completa. Enquanto um homem, Fidel Castro, que mata milhares de compatriotas, sem processo formado, recebe elogios, como ouvi hoje nesta Casa, outro homem, que nunca mandou fuzilar ninguém, que restaurou as finanças e a moralidade no seu país, que criou uma economia que serve de exemplo para todos nós, que tem uma vida pobre, de asceta, que representa uma das maiores expressões de cultura e não da ignorância demagógica de certos tiranetes da América, este homem, ao cabo de um trabalho enorme, por ele e pela humanidade, depois de relevantes serviços prestados à causa dos aliados e que ainda continua a prestá-los, ao fim de sua vida é neste momento considerado execrado por toda a humanidade! Isto, como dizia um caboclo de minha terra, é melhor ouvir do que ser surdo. Quanto ao depoimento do jornalista francês, agradeço ao Deputado Celso Brant tão valiosa contribuição em defesa de Salazar; é um depoimento que honra Portugal e sua obra civilizadora.

Mas pelo ao Deputado Eloy Dutra, cujo aparte muito estimei, que leia o artigo de *O Globo* de ontem, intitulado "O Brasil e o Ultramar Lusitano". Eu não irei ler, porque o tempo não me sobrará para isto. Mas recomendo que o

leiam os meus aparteantes para terem noção do que é o problema africano em relação a Portugal.

O SR. PRESIDENTE (*Breno da Silveira*, 3.º Secretário) – Pediria ao nobre orador que concluísse, porque estamos prestes a iniciar a Ordem do Dia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Exatamente por isso não li esta página belíssima, notabilíssima de *O Globo*, jornal para mim insuspeito, porque não me tem simpatia.

Confundem, muitas pessoas pouco afeitas a estudos sérios, os problemas ultramarinos de Portugal com o colonialismo dos que conquistaram as colônias apenas no século passado. Esquecem-se que estamos lá há quase cinco séculos e o problema ultramarino português tem vinculações com o Brasil. Isso porque, num caso de invasão da Europa e domínio da Rússia Soviética sobre todo o continente europeu, inclusive Portugal e Espanha, cabe ao Brasil velar por aqueles povos, como o herdeiro legítimo de Portugal. Tem vinculações com a nossa situação porque nos estudos estratégicos dos militares soviéticos a costa da África é ponto fundamental para a invasão do nosso continente e a destruição da nossa liberdade.

O Sr. Eloy Dutra – Permita-me V. Ex.ª: se a União Soviética escravizasse as nações africanas, como as escraviza miseravelmente Portugal, V. Ex.ª estaria de acordo?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não posso compreender esta pergunta. Em primeiro lugar Portugal não escraviza as nações da África, como dizem os influenciados pela propaganda comunista. Depois, o sistema de escravidão da Rússia é de tipo inteiramente diverso do colonialismo europeu.

O Sr. Eloy Dutra – Pelo que vejo, o sentido de liberdade de V. Ex.ª está dentro de um esquema que, para se manter a liberdade de um certo setor da humanidade, se permite a escravidão do outro setor.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não! Não se trata disso! V. Ex.ª está sofismando, à míngua de fatos positivos e argumentos sólidos.

O Sr. Eloy Dutra – Porque só assim um homem da sua sensibilidade e da sua cultura poderia subir à tribuna da Câmara dos Deputados para defender esta coisa indefensável que nem o imperialismo americano aceita mais, a escravatura de determinados países da África.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Mas o problema não é esse.

Termino este desvio da orientação geral de meu discurso que eu estava timbrando em considerações filosóficas sobre o mundo moderno e invocando as forças espirituais do universo inteiro para conjurarmos os males do materialismo cruel, que cada vez mais nos confunde e arrasa para lutar contra esta era demoníaca, como a chamou o escritor alemão Bohn. Época demoníaca, principalmente porque, segundo diz o Evangelho, é o demônio assassino, desde o começo, o pai da mentira. E Fausto, na ópera de Goethe, quando Mefistófeles aparece e pergunta-lhe: "Quem é você?", responde: "Eu sou aquele que atrapalha". Quer dizer, o que faz confusão, o que deturpa o sentido da História, o que deturpa o sentido dos vocábulos, o que usa de sofismas, o que usa de eufemismos, o que usa de *slogans*, o que usa de todos os processos para perturbar a alma humana e tirá-la do lineamento justo do seu equilíbrio moral.

Passemos adiante.

O SR. PRESIDENTE (*Breno da Silveira*, 3.º Secretário) – Atenção! Peço ao nobre orador que conclua.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Vou terminar em poucos minutos.

Debilidade do Mundo Ocidental

A debilidade do Mundo Ocidental eu a senti na UNESCO. Tive a impressão de me encontrar diante de Bizâncio, assistindo à discussão do sexo dos anjos, enquanto as tropas dos turcos sitiavam a cabeça do Império do Oriente. A única diferença estava em que os bizantinos discutiam teologia e a UNESCO discutia problemas técnicos sobre oceanografia, terras áridas, ensino primário, ensino técnico e profissional, tendências principais para as investigações científicas no domínio das ciências exatas e naturais, salvação dos monumentos da Núbia e meios mais eficazes de tornar os museus acessíveis a todos.

A era demoníaca

Não sou contrário à discussão desses assuntos, que são evidentemente práticos e visam a fins úteis. Mas, diante da situação do mundo moderno, interpretei a UNESCO como a organização mais expressiva do espírito burguês, da filantropia capitalista, da rotina e da mediocridade. Uma lagoa que se atravessa com água pelos joelhos.

Se ela é útil? Creio que sim. Se ela trabalha? Não se pode negar. Se ela – como disso se jacta – vai concorrer para a paz entre as nações, por intermédio da

ciência, da técnica, da educação e da cultura? Afirmo que não. Não, porque é indefinida. Não, porque é agnóstica, pragmática. Não, porque é abstencionista, em tudo o que se refere aos fundamentos de um humanismo com base numa concepção filosófica definida.

Para o Mundo Ocidental só existe um problema: sustentar nossa civilização cristã, que nos garante, a cada um, a liberdade e a dignidade humanas. E tudo o que for transigência ou omissão relativamente à política exterior das nossas nacionalidades ou em relação às possibilidades de infiltração em nosso mundo do vexame cruel do comunismo através da porosidade de uma pseudocultura amorfa e plástica, considero mais do que decadência, porque significa a degradação, a dissolução e a desagregação do sistema democrático e das estruturas da sociedade cristã. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O IMPÉRIO CAPITALISTA SOVIÉTICO

Sessão de 3 de julho de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em dias da semana passada, tivemos ocasião de ouvir alguns discursos reveladores de alto espírito público e dos índices mais expressivos da intelectualidade desta Casa. Entre essas orações, destacarei a pronunciada pelo brilhante parlamentar Ferro Costa, que nos trouxe o relato dos esforços desenvolvidos pela missão em que se integrava, nos países da Cortina de Ferro, assim como as produzidas pelos líderes José Maria Alkmim e Pedro Aleixo, que valeram, não apenas pela harmoniosa e elegante estrutura de suas argumentações, mas ainda pelos intercalados discursos em forma de aparte, como, por exemplo, o do ilustre Deputado Gustavo Capanema.

Assunto de História

No curso do desenvolvimento das premissas levantadas e das conclusões colhidas, o ilustre Deputado Pedro Aleixo – referindo-se aos apartes e contra-apartes, longos e, por vezes, pitorescos, na evocação de acontecimentos políticos pretéritos – observou que os debates daquela tarde mais se coadunavam com o objeto e o estilo de uma sessão do Instituto Histórico. Não pretendeu S. Ex.ª, com seu comentário, criticar malevolamente ou admoestar seus pares pelo muito que traziam de contribuição e testemunho sobre matéria ainda não de todo esclarecida, em seus pormenores, para conhecimento do povo brasileiro, acerca de ocorrências ainda enevoadas de nossa História contemporânea. Antes, pelo contrário, louvou as intervenções de quantos Suetônios e Tácitos surgiram no plenário, narrando fatos desconhecidos e justificando-se como autores, do papel que desempenharam como atores.

Esse louvor do eminente Deputado Pedro Aleixo me anima a desempenhar papel de historiador nesta tribuna. Eximir-me-ei de falar sobre os pródromos da implantação da Ditadura de 1937. Poucos brasileiros teriam, tanto quanto o orador que vos ocupa a atenção, conhecido mais, sabido mais, do que se passou, e como se passou, naquela ocasião.

Prefiro falar – continuando as tertúlias rememorativas da semana passada – sobre matéria de História Universal. Por pouco que saibamos já algo do que se passou no Brasil nas últimas décadas, entendo útil reconstituir o que se

passou no mundo contemporâneo, desde o final da guerra de 1914 a 1918 e da Revolução Russa ocorrida em 1917.

História das Mil e Uma Noites

E isso por quê? Pelo fato de o discurso do Deputado Ferro Costa nos haver maravilhado. S. Ex.ª despejou sobre este plenário uma cornucópia de riquezas. Ouvindo-o, tinha eu a impressão de escutar as narrativas mirificas dos contos orientais. Lâmpadas de Aladim, tapetes mágicos, tesouros descobertos, e a voz envolvente de Sherazade, anunciando-nos a mais promissora das farturas.

Nosso comércio com a Cortina de Ferro vai tirar-nos de graves dificuldades. Vamos expandir-nos em mercados até agora inacessíveis. Teremos créditos consideráveis. E, como o Pangliss de Voltaire, entraremos no melhor dos mundos.

Tranqüilize-se a Casa, entretanto. Não vou entrar no mérito desta questão. Em primeiro lugar porque o ilustre parlamentar – escasseando-lhe o tempo – não nos pode dar, em algarismos e informações rigorosas, os dados precisos sobre as estruturas econômicas dos países socialistas, a fim de que pudéssemos, mediante eles, aferir das possibilidades, por parte dos respectivos governos, de cumprir o que generosamente nos oferecem. Em segundo lugar, porque o objeto deste meu discurso e a própria forma em que o pretendo vazar seriam inteiramente prejudicados, caso me desviasse do tema que me proponho para apreciar o outro que, apenas, me serviu de sugestão.

Origens do Império Soviético

Uma vez tomadas como certas as informações sobre o desenvolvimento e espantoso progresso das nações socialistas, julgo da maior importância pesquisar as origens dessa situação, dita privilegiada, e o sentido da política econômica daquele exímio arquiteto, que é a Rússia Soviética. Para o historiador, o sociólogo, o filósofo, não basta a verificação dos fatos anuais. Cumpre buscar seus antecedentes, suas raízes, para poder interpretar o instante que vivemos e, pelo menos, bosquejar as conseqüências do futuro.

Há dias, o ilustre Deputado Padre Nobre, do Partido Trabalhista, pronunciou nesta Casa um discurso, de grande oportunidade, sobre a doutrina comunista, cujas fontes foram por ele pesquisadas e cujos desígnios claramente expôs. Também não me irei ater hoje a problemas de ordem filosófica ou de doutrinas econômicas. Talvez minhas palavras complementem as considerações do digno representante de Minas Gerais; mas estas palavras não se dirigem ao campo especulativo; limitar-se-ão ao trabalho da reconstituição histórica.

Começarei dizendo que, além da crise pela qual atravessa o Mundo Ocidental, decorrente de uma causa material, gerada pelo aceleramento do progresso técnico e ritmo da produção, e de uma causa psicológica, determinada pela perda da noção do homem pelo homem, desorientado pelas filosofias deste século e do seu precedente, existe uma crise política oriunda da incúria dos chefes das nações ocidentais, por ocasião do término da guerra de 1939 a 1945.

Equilíbrio europeu

Refiro-me à quebra do equilíbrio europeu. Num de seus livros, André Siegfried, examinando a posição da Suíça, demora-se em considerações sobre o que representa a Europa Central para o equilíbrio do mundo. Infelizmente, esse problema, que tanto preocupou Tayllerand, Metternich e Canning, no Congresso de Viena, e mais tarde tanto inquietou Disraeli, Bismarck e Thiers, não foi considerado na sua verdadeira significação por Churchill e Roosevelt.

Possuo, em meu arquivo particular, uma carta autógrafa do Encarregado de Negócios de Portugal em Viena, dirigida ao então Príncipe Real D. João, no dia seguinte à batalha de Waterloo. É um documento de rara clarividência. Declara ser necessário, após a derrota definitiva de Napoleão, que as potências vitoriosas não permitam que a França venha a ser diminuída em seu necessário poder e que o Império Austríaco seja fortalecido, porquanto – diz o missivista – a Rússia é cruel e procurará tiranizar a Europa. E acrescenta: sob o pretexto de se livrar de um opressor, as nações européias podem cair sob o domínio de um opressor maior.

Como sabemos, o Congresso de Viena consolidou o Império Austro-Húngaro nos Bálcãs e no Adriático, manteve o Império Otomano ao Sul, fortaleceu a Prússia e conservou intacto o prestígio da França. Já em época anterior, o Sacro-Romano-Império foi mantido pelos Príncipes Alemães e pelos Papas, como uma necessidade, dominou a rebelião e fuzilou milhares de trabalhadores, conforme os relatos emocionantes de Berkman. E, se formos a época mais remotas, veremos que os romanos, enquanto levaram suas legiões até à Grécia, com Múmio; ao Egito, com Marco Antônio; ao Médio Oriente, com Pompeu; às Gálias, com César, nunca ultrapassaram o Reno e o Danúbio, a fim de que os povos visigóticos, alanos, ostrogodos, suevos e vândalos se conservassem como tampão em face do mundo oriental.

A Primeira Grande Guerra destruiu dois impérios. A destruição desses dispositivos facilitou a Hitler a anexação da Áustria enfraquecida e a Stalin o fomento do comunismo nos Bálcãs.

Em 1917 estala a revolução comunista na Rússia. Contra todas as previsões de Karl Marx, Lenine afirmara em Zimerwald que o comunismo seria implantado num país agrário e incipientemente industrial, ao contrário do que o grande mestre ensinava, dizendo que os primeiros países a serem comunizados seriam os superindustrializados. E afirmara mais: que o comunismo não devia ser um partido de massas eleitorais, como prescrevia Marx, porém uma minoria atuante, coordenando as forças de opinião sob pretextos diversos.

A Revolução Russa

Lançados os *slogans* "pão, terra, paz e liberdade", a opinião pública a eles adere. A paz é assinada em separado, antes do término da guerra; tudo mais é prometido; os soldados que voltam das trincheiras estão dispostos a aderir a esse movimento; os camponeses levantam-se, os operários agitam-se. O partido bolchevique infiltra-se nas organizações soviéticas dos trabalhadores: domina as suas direções. E quando se lança o grito de "todo poder aos sovietes", ninguém percebe que a verdadeira significação da frase era "todo o poder aos comunistas", uma vez que estes se achavam de posse das direções dos sovietes. Assim se implanta o comunismo na Rússia, conforme a narrativa de John Reed no seu livro *Dez dias que abalaram o mundo*.

Quando os operários, que se viram burlados em suas aspirações, se levantaram em Kronstadt, aliados a 16 mil marinheiros da esquadra do Báltico, o Exército Vermelho sitiou a cidade, dominou a rebelião e fuzilou milhares de trabalhadores, conforme os relatos emocionantes de Berkman.

Desde então, o operariado sentiu que estava dominado por uma força poderosa e incontrastável. Foram abolidas todas as liberdades e iniciado o plano da construção do novo Estado.

Não me irei demorar na apreciação do período de vinte anos em que a preocupação da União Soviética era a de reconstruir economicamente a nação e criar condições exteriores de convívio e relações comerciais com os países capitalistas. A NEP, ou Nova Política Econômica, dava a impressão ao Mundo Ocidental de que se operara na Rússia um golpe de Termidor, sopeando o desenvolvimento revolucionário. Morto Lenine, Stalin era chamado por Trotski de novo Napoleão, que desferia o golpe de Brumário. Com isso, tranqüilizava-se a burguesia do Ocidente e os grandes capitalistas se mostraram dispostos a ajudar a Rússia Soviética. Esta ainda se aferrava à doutrina do antiimperialismo. Renunciava a tradição czarista da expansão territorial, mediante guerras de conquistas. Chegava mesmo a desistir dos privilégios imperiais russos, notadamente na Pérsia e na China. Abria as portas ao capital estrangeiro, garantindo-lhe os lucros. E, dessa forma, até 1931, o Estado Soviético pôde construir a sua economia e consolidar o seu poder político.

O Imperialismo Eslavo

Mas o pensamento imperialista jamais abandonou o íntimo da consciência russa. Esse pensamento esteve em Pedro, o Grande, em Catarina II, nos Alexandres e nos Nicolaus, nas guerras do passado, desde a fase napoleônica até o desastre do conflito russo-japonês em 1905.

O Sr. Tristão da Cunha – Stalin declarava-se sucessor de Pedro, o Grande, V. Ex.ª diz muito bem. Essa tendência imperialista da Rússia vem em ordem direta, não se interrompeu com a implantação do comunismo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Realmente, conforme diz o ilustre Deputado Tristão da Cunha, o pensamento imperialista ou czarista está presente na política atual da Rússia. Não se trata, propriamente, da expansão de uma ideologia; trata-se da expansão de uma nacionalidade de índole profundamente imperial.

O Sr. Tristão da Cunha – Esta a razão por que o comunismo russo se tornou nacionalista.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Exatamente.

O Sr. Tristão da Cunha – E a guerra foi feita em nome da defesa da mãe Rússia. Assim o prosseguimento da política czarista, essa ditadura, tudo isto é a continuação do czarismo. Apenas no ambiente diferente do Século XX.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Realmente o pan-eslavismo do século passado, hoje, está patente, quando os chefes da Rússia Soviética elegiam, entre todos os povos que constituem a União Soviética, o povo genuinamente russo como o mais capaz.

Agora, a Rússia possui uma arma: a ideologia. Fora com essa arma que Napoleão obtivera suas vitórias militares, pois os povos por ele atingidos já estavam minados pelas idéias da Revolução Francesa.

Que era necessário ao imperialismo russo? Uma guerra. Pois Lenine já ensinara que as guerras produzem crises econômicas e revoluções sociais. E uma intervenção em hora propícia pode trazer resultados magníficos.

A Guerra de 39 a 45

Olhando para o mapa da Europa, Stalin via o mundo capitalista dividido entre governos fascistas e governos líbero-democráticos. Na Alemanha

surgia um partido de índole belicosa. Surgia do complexo da derrota de 1918, sedento de reivindicações e de vingança. Surgia inspirado pelas idéias de Frederico Nietzsche, idéias de conquista, de domínio, de poder. Era o nazismo, com suas teorias racistas, sua concepção totalitária do Estado, sua doutrina geopolítica de expansão territorial.

O primeiro passo seria elevar esse partido ao poder. E isso foi feito tendo sido chamado a Moscou o chefe do Partido Comunista alemão, Volesheber, que recebeu ordens para, nas próximas eleições, descarregar votos em favor do nazismo. A uma réplica do chefe comunista germânico de que isso seria a destruição do comunismo na Alemanha, foi-lhe retorquido que mais interessava a vitória do comunismo no mundo do que os destinos do partido em qualquer país.

Volesheber, premunindo-se, transferiu os arquivos do partido para a Dinamarca e cumpriu a ordem recebida. O nazismo subiu ao poder e, desde logo, começou a sua política de ameaças e violências.

Missões de Litvinov e de Molotov

A essa altura, convinha preparar as democracias liberais para a hipótese de uma guerra. Foi enviado Litvinov à França, Inglaterra e Estados Unidos. Formulava propósitos de ressuscitar a Tríplice Entente, que atuara na Primeira Guerra contra a Tríplice Aliança. A missão foi excelentemente cumprida, ficando preparados os espíritos naqueles países para a eventualidade de uma guerra.

Com surpresa, algum tempo depois, Litvinov era substituído no Ministério do Exterior por Molotov. Qual a razão? Ver-se-ia dentro em breve.

Molotov, quando em serviço da Rússia em Berlim, por ocasião de uma troca de prisioneiros entre os sovietes e o nazismo, fizera-se grande amigo de Ribentrop. Agora, era o homem indicado para uma nova missão. A Alemanha, apesar de todas as atitudes belicosas de Hitler, não se animaria a atacar o Ocidente se temesse um ataque de Leste. Mas como era interessante e forçoso à Rússia levar a Alemanha à guerra, mister se fez efetivar uma aliança nazi-soviética, que facilitasse a eclosão do conflito.

Quando as missões diplomáticas da França e da Inglaterra estavam em Moscou, aguardando serem recebidas por Stalin, para as combinações necessárias à restauração da Tríplice Entente, aqueles diplomatas leram, com surpresa, nos jornais *Pravda* e *Iveztia* a notícia de que havia sido assinado o pacto germânico-soviético ...

A base era a divisão da Polônia e das zonas de influência dos dois totalitarismos: o alemão e o russo.

Dias depois troaram os canhões nazistas em Dantzig. O Exército soviético movimentou-se e ocupou a Polônia Oriental até os limites combinados com Hitler.

A neutralidade dos Estados Unidos

Começou a Grande Guerra. França e Inglaterra ergueram-se. Os Estados Unidos conservaram-se neutros, mantendo suas representações diplomáticas nos países beligerantes e assegurando Roosevelt o decreto intitulado *to pay and carry*, pelo qual os Estados Unidos venderiam armas a quaisquer beligerantes, desde que as fossem buscar. Em princípio, os Estados Unidos, por essa lei, consideravam com iguais direitos as duas parcialidades, isto é, as democracias da França e da Inglaterra e os totalitarismos da Alemanha e da Rússia. A neutralidade norte-americana foi completa. Quando a França, invadida pelos exércitos alemães, tendo fugido vergonhosamente o governo de Paris e implorado ao grande herói Marechal Petain que assumisse as rédeas do poder, para evitar males maiores os Estados Unidos mantiveram sua representação diplomática em Vichy, onde o infeliz Marechal se sacrificava por sua pátria, a pedido daqueles mesmos que o iriam acusar de colaboracionismo.

Mudança de posições

Mas a Rússia sabia que, se a Alemanha não vencesse em poucos meses, não venceria mais, porque as suas reservas de carvão e de petróleo eram insuficientes para os ataques em massa aos objetivos inimigos por sua aviação, ao passo que os seus parques industriais estavam sob o martelo da força aérea inglesa. Realmente, demorou muito. Churchill pronunciou um discurso em Londres do qual guardei até hoje uma frase que era a seguinte: "Vejo uma luz surgir no Oriente e outra luz surgir no Ocidente". Referia-se à próxima adesão da Rússia e dos Estados Unidos à causa da Inglaterra e da França. Pouco depois, recebendo Roosevelt uma missão japonesa, disse-lhe tudo aquilo que era preciso para que o Japão tomasse iniciativa conflituosa e, para causar efeito no espírito público americano, não preveniu as guarnições navais do Pacífico, ocasionando verdadeira catástrofe pelo ataque imprevisto dos nipônicos.

A guerra contra o Japão determinava a guerra contra seus aliados, consoante declaração do Departamento de Estado Americano. E os Estados Unidos entraram no conflito mundial.

De seu turno, a Rússia, tendo já obtido da Alemanha a posse da Polônia Oriental e vendo, pelos dados estatísticos que possuía, que o pacto germânico-soviético não tinha futuro, fez chegar ao Estado-Maior alemão o boato de uma próxima invasão vinda de Leste. Com isso, provocou a ofensiva

dos exércitos nazistas em seu território, o que a colocava imediatamente em situação de compactuante com os próximos vencedores.

Vantagens para a Rússia

Não precisaremos dizer que o novo império soviético nasceu nas conferências de Yalta, Teerã e Postdam. A invasão pelos Bálcãs foi vetada, pois a Rússia exigia aquela região e toda a Europa Oriental como zona de sua influência. A anexação da Lituânia, da Estônia e da Letônia foi concedida. A posse sobre o território que Hitler doara a Stalin, na Polônia, foi considerada legítima. O controle da Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria – velha aspiração dos czares – foi confirmado. A existência de relações diplomáticas com a Rússia dos países que quisessem fazer parte da ONU foi aprovada. A divisão da Alemanha, cabendo a parte oriental para a Rússia foi combinada e executou-se a tal ponto, que as tropas do general americano Patton, que já se encontravam em Dresde, tiveram de recuar para esperar três dias o exército do general russo Zukov.

A Rússia saiu da guerra acrescentada e engrandecida. A sua rival, a Inglaterra, estava aniquilada. A França, nas maiores dificuldades. A Alemanha e a Itália, vencidas. A Polônia, esmagada. Era o momento do Estado Soviético retomar a linha imperialista dos czares.

No Extremo Oriente, tendo a guerra terminado em maio de 1945 e não se achando a Rússia em beligerância com o Japão, urgia ao Estado Soviético uma guerra com aquele país, já vencido, para colher os resultados a que aspirava na Ásia. E, assim, somente a 9 de agosto daquele ano, quando a conflagração mundial estava absolutamente terminada, as tropas russas atacaram os japoneses. Guerra fácil e barata, que resultou para o vencedor as ilhas Kurilas, o domínio da Mandchúria, a ilha Sakalina e outras vantagens, inclusive a dominação da Coréia do Norte, que mais tarde veio causar a morte de milhares de jovens americanos.

Começa o Novo Império

Era o momento de reiniciar a política expansionista de Pedro, o Grande. O momento de fundar o Império Soviético.

O novo império diferia do antigo em três aspectos:

1.º – Seus objetivos eram mais amplos do que os da velha política czarista, que se contentava com lucro limitado, ou seja, anexações territoriais. O plano atual era o domínio do mundo.

2.º – A formação do antigo império foi levada a cabo por exércitos. O novo plano consiste em utilizar-se de movimentos populares, com a nova arma ideológica.

3.º – Contrariamente ao antigo Império Russo, o atual abstém-se de incorporar à Rússia territórios de seus satélites. Mantém uma ficção de soberania.

No tocante a este terceiro item, o exemplo da Polônia é expressivo. Em 1946, o marechal soviético Konstantin Pokossovsky foi designado para servir na Polônia. Ali, foi feito Ministro da Defesa e membro do Conselho de Estado. Tinha amplos poderes para elaborar leis e orçamentos. Todos os líderes comunistas poloneses suspeitos de serem infensos a ligações íntimas com a União Soviética foram expurgados, entre eles, Gomulka, por ser nacionalista.

Enquanto isto se passava na Polônia – que ainda continua na mesma situação –, os soviéticos e seus servidores, nas Nações Unidas, combatem o imperialismo, tomando como bíblia o livro de Lenine intitulado: *O Imperialismo como a mais alta etapa do Capitalismo*. Entre outras coisas, afirma que as nações capitalistas não têm condições de existência sem grandes colônias; esse capitalismo começaria a descompor-se se não tivesse possessões muito vastas. Estas são necessárias para investimentos de capitais, e o capitalismo sem elas se asfixia. Compreende-se, diante desses conceitos de Lenine, a política russa na África, onde se têm criado problemas absolutamente artificiais, principalmente no Congo e em Angola, notando-se que a Guiné já se encontra praticamente sob o domínio do Império Soviético.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – Comunico ao eminente orador que dispõe de apenas cinco minutos para terminar sua oração. O nobre Deputado Geraldo Freire será o segundo orador do Grande Expediente.

Expressivos apartes

O Sr. Geraldo Freire – Em primeiro lugar, quero prevenir ao nobre orador que poderá dispor à sua vontade do tempo que me vai caber para terminar seu erudito e notável discurso. V. Ex.ª, usando aquelas altas qualidades de escritor, apanágio de sua poderosa formação intelectual, está complementando o magnífico discurso feito ainda há poucos dias pelo Rev.mo Padre Souza Nobre, a propósito do comunismo. S. Ex.ª apreciou essa ideologia sob o ponto de vista doutrinário e V. Ex.ª o está complementando, sob o ponto de vista histórico. V. Ex.ª o faz com tanta arte que, à medida que os atos se vão desenrolando, vamos tirando aquelas conclusões inevitáveis de que o comunismo se apresenta falsamente diante de nós, sob as asas douradas de um programa que visa a fazer com que acreditemos ser ele o defensor de todas as nossas liberdades e a salvaguarda dos destinos humanos. Ainda há pouco, quando V. Ex.ª se referia, por exemplo, ao desdobramento da guerra, em que tanta propaganda se fez, em que tantos *slogans* se usaram para convencer os

moços de que deveriam morrer pela civilização cristã e pelo triunfo final da liberdade, e, no fim, vimos que em vez de destruir aqueles déspotas que procuravam tiranizar os homens, nefandos, dando força àqueles outros com mais vigor, pudemos compreender que é muito verdadeira aquela frase, já dita por alguém, segundo a qual, se os moços fazem a guerra, os velhos realizam a paz. E nem sempre os velhos bons, mas os velhos já endurecidos, ou cheios de ambições personalistas, ambições de partido, ambições de toda natureza, que não vêm a ponto discutir, mas que, afinal de contas, desmentem os motivos pelos quais os moços acabam morrendo nas guerras. É tempo, Sr. Deputado – e não quero, por certo, continuar perturbando seu discurso, proferido com tanta arte e efeito –, é tempo, repito, que possamos falar em linguagem franca aos moços, esta que V. Ex.ª usa neste momento, a linguagem de combate aos extremismos, venham da direita ou da esquerda, e também daquela indiferença que caracterizou o liberalismo. É tempo para que todos nos unamos, ainda que com sacrifício das nossas siglas, ou de parte das nossas legendas, para dar aos moços aquela certeza de que, mesmo na paz, e livres da guerra, seremos capazes de construir um mundo melhor. Agradeço a V. Ex.ª a oportunidade que me deu de participar do seu excelente trabalho de hoje.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Nobre Deputado Geraldo Freire, o seu aparte, tão oportuno, enriqueceu o meu discurso.

O oferecimento de parte do seu tempo muito me penhora. Procurarei utilizá-lo o mínimo possível, com a devida aquiescência do ilustre Presidente.

O Sr. Padre Nobre – É aula magnífica de História o que V. Ex.ª traz a esta Casa e à Nação. É subsídio precioso que guardaremos com muito interesse e muito carinho. V. Ex.ª está, no desenvolvimento histórico, dando a esta Casa um conhecimento de todas as raízes do imperialismo soviético, que assim o chamam desde os tempos de sua origem, entrando pela Conferência de Yalta até aquela grande revolução social de 1917, que foi realmente, no campo prático, a origem do comunismo. V. Ex.ª aludiu, também, com muita precisão, embora com muita brevidade, a esse nacionalismo que a Rússia sufocou em alguns países, perseguindo líderes pelo fato de serem nacionalistas. Iludimo-nos muitas vezes com o chamado nacionalismo. Nada mais glorioso para os brasileiros do que serem eles mesmos nacionalistas, nunca se esquecendo, porém, de que o nacionalismo que deseja a entrega do Brasil, tanto ao imperialismo econômico quanto ao imperialismo soviético, não pode ser chamado nacionalismo, pois, na verdade, é um internacionalismo. Quando queremos ser nacionalistas contra um país, mas desenvolvendo as simpatias para outro extremo, traímos nossa própria convicção de nacionalistas, porque um sentido internacional daquilo que devemos ter como patrimônio de nossa

própria grandeza. Agradeço a V. Ex.ª a nobreza e generosidade com que aludiu ao meu modesto discurso proferido há dias sobre a ideologia comunista nesta Casa e vou continuar a ouvir V. Ex.ª com esta sede de buscar no historiador, no filósofo e no sociólogo algumas lições a mais.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª a oportuna intervenção, na qual revelou ainda uma vez o seu esclarecido espírito e o conhecimento destes graves problemas do mundo contemporâneo.

Oriente e Ocidente

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizia que, enquanto a Rússia promove o alargamento do seu império, as nações do Ocidente – à proporção que suas colônias ou protetorados se vão tornando capazes de vida autônoma – concedem-lhes independência, uma independência real, ao passo que a Rússia dá aos seus satélites e países sob sua influência uma falsa soberania.

A Grã-Bretanha consentiu na independência da Índia, da Birmânia, da Palestina, do Ceilão; a Holanda, na da Indonésia; a França, na da Síria, do Líbano e já agora deseja a da Argélia; a Bélgica cedeu a do Congo; os Estados Unidos conformaram-se com a das Filipinas; o Japão perdeu a Coréia e a Mandchúria; a Itália perdeu a Líbia e a Abissínia. Essas nações desanexaram cerca de 60 milhões de quilômetros quadrados e cerca de um bilhão de habitantes. Enquanto isso, a Rússia domina, desde o Danúbio ao Mar da China, territórios e populações apresentados sob o falso rótulo de "democracias populares".

Colonialismo russo

Domina-os de que modo? Desde o após-guerra, o Ministério do Comércio Exterior de Moscou – agora vou entrando num assunto da maior relevância – se transformou num ministério de formação econômica do império.

Num curso de preparação de funcionários que se destinavam ao serviço exterior, Mikoyan lhes disse: "Vocês são colonizadores soviéticos. A Economia determina as atitudes. Sejam, pois, negociantes soviéticos, capitalistas soviéticos".

Mas, qual a origem e evolução desse novo capitalismo, desse novo império? A partir de 1944, encontrava-se Mikoyan em parques industriais que lhe vinham às mãos, com a ocupação militar de vários países. Predominava o pensamento de Stalin, revelado em Yalta e exposto por Stelinius, no livro que

escreveu a respeito daquela reunião de que era preciso desmantelar as indústrias dos países ocupados, transportando para Leste todo o seu equipamento. Esse pensamento, não anunciado durante algum tempo, foi depois exposto publicamente pelo economista soviético Eugene Vadga.

Começada a execução do plano, verificou-se grande prejuízo. Matavam a galinha que estava pondo ovos de ouro. Foi quando as tropas soviéticas capturaram, na Rumânia, o Dr. Carl August Clodius, construtor do império econômico do regime nazista. Foi coincidência feliz haver Clodius aparecido no momento em que se deveria inaugurar o novo tipo de comércio exterior. Clodius demonstrou que seria mais sensato organizar a produção no exterior, para satisfazer às necessidades da União Soviética. Centenas de fábricas e usinas, já escolhidas para o desmantelamento, poderiam continuar funcionando, com a diferença, apenas, de que o proprietário era uma potência estrangeira. Mesmo isso poderia ser camuflado, para não irritar os "sentimentos nacionalistas" das populações locais. A campanha mista, com 51% de capital russo, o instrumento preferível para um caso tal, tornou-se a forma universal das atividades soviéticas no exterior. Já fora posta em prática na Estrada de Ferro da Mandchúria; ambas as partes tinham os mesmos direitos com uma pequena diferença: o diretor-geral deveria ser cidadão soviético.

Companhias mistas alastraram-se por toda a Europa Oriental e Central. A Hungria partilhou sua bauxita, petróleo, ferro e aço, produtos químicos, eletricidade, ferrovias, aviação, com a União Soviética. Na Rumânia, sete companhias rumeno-soviéticas tomam conta dos transportes aéreo, marítimo, fluvial e ferroviário, bancos, madeiras e indústria petrolífera. Na Polônia, de acordo com os planos elaborados em Moscou, funcionam fábricas de aço, produtos químicos e cimento. Na Áustria, mais da metade do petróleo está nas mãos da União Soviética. Na Tcheco-Eslováquia, foram descobertos novos campos petrolíferos, na região de Malacky; imediatamente, os representantes soviéticos anunciaram que os novos campos petrolíferos não eram mais do que uma continuação dos austríacos, já controlados pela Rússia e que, portanto, os soviéticos iriam explorar. As minas de urânio thecas foram encampadas desde 1945, pela União Soviética.

Exploração dos satélites

Vejamos agora outro aspecto da dominação econômica do Império Soviético. O Ministro do Comércio Exterior, logo que foi iniciada a execução do plano imperialista, comprava dos satélites a preço baixo e revendia por preço alto a outros países. Assim os fertilizantes alemães à Finlândia e o carvão polonês à Suécia. A Bulgária tentou vender concentrados de zinco à Tcheco-Eslováquia, dando um preço de 44 dólares a tonelada; a Rússia interveio, comprou por menor preço e revendeu com margem de lucros. O Império

Soviético iniciou-se em 1945. Em 1948, quando o preço mundial de carvão estava entre 14 e 20 dólares a tonelada, a Polônia vendeu 600.000 toneladas à União Soviética, por dólar e 20 centavos a tonelada, tendo o comprador um lucro, só nessa operação, de cerca de trezentos milhões de cruzeiros em nossa moeda, ao câmbio daquele ano. Essência de rosas búlgara, Moscou revendia com lucro de 1.000 por cento.

Outro fator de construção do Império Soviético foram as reparações de guerra. Em nossa moeda só a Alemanha pagou mais de 300 bilhões de cruzeiros; a Rumânia, mais de 50 bilhões; são cálculos do General Radesku, ex-Primeiro-Ministro da Rumânia, do Senador Harmsen, da Alemanha, reproduzidos no livro de Alexander Gerschenkron, intitulado *Rússia do após-guerra.*

Trabalho escravo

Cumpre ainda notar outro elemento decisivo no fortalecimento e alicerçamento do novo império: o trabalho escravo.

Num livro sensacional, o professor russo Wladimir Tchernavin denuncia a existência dos campos de concentração de trabalho forçado na Rússia. Mais pormenorizadamente e com dados estatísticos, Boris Nicolaevsky nos revela se acharem espalhados na imensa Eurásia 125 campos de trabalho escravo assim distribuídos: Rússia Européia, 20; Rússia Norte-Oriental, 11; Rússia Central Européia, 6; Rússia Sul-Européia, 5; Rússia Oriental Européia, 6 ; Região dos Urais, 9; Sibéria Ocidental, 9; Ásia Central, 8; Sibéria Norte-Central, 7; Sibéria Oriental, 43.

A lista normal desses campos de trabalho escravo foi obtida pela soma de informações de fugitivos ou antigos prisioneiros entre os quais: Litlepage, Smorodin, Tallgren, Gromov, Solonevich, além de dados indiretos de Gramov, antigo membro de GPU, dos escritores Stelmars, Shestacova, Zwierniak e pesquisas de estudiosos de vários países. A média dos cálculos feitos é de 10 a 15 milhões de escravos. Trabalham em construções de portos, canais, ferrovias, mineração, campos de aviação, prédios, siderurgia, corte de madeiras, olarias, pesca, pedreiras, usinas, fábricas, agricultura.

Incumbe à polícia política a arregimentação dos escravos. Uma palavra contra o regime, uma acusação de sabotagem é o suficiente.

Foi com o trabalho escravo que se tornou possível o desenvolvimento, em grande escala, de extração do ouro, principalmente nas regiões glaciais do nordeste da Sibéria, onde se acham os campos de escravos de Yacut, Sevostochnie, Chukeskye, Berediak, Ltirik, Talen, Shalvinsk, Vernekolink, Chai-Uria, Naldiak e outros; a intensiva mineração de níquel, alumínio, zinco, estanho, chumbo e tungstênio, na península de Kola; de ferro e carvão na bacia do Don; o surto da siderurgia, da metalurgia e do potencial hidrelétrico.

A maior mina de ouro do mundo – que jamais, até então, pudera ser explorada – custou centenas de milhares de vidas, desde a instituição do trabalho escravo. Foi em Magadan, no Mar de Okhorsk, onde após uma camada de dois metros de neve era necessário romper o chamado *gelo-geológico*, remanescente do período glacial do planeta.

Todos esses trabalhos se executaram em sucessivos planos qüinqüenais e, principalmente, através do plano "stalianovista", que consistia numa competição pelo máximo rendimento, não se tendo em vista as condições humanas dos trabalhadores.

Sobre tais alicerces foi construída a economia soviética. Atingindo elevado estádio de progresso industrial, a Rússia intensificou a execução do plano do Dr. Clodius, inicialmente estendendo seus tentáculos sobre os países satélites, não somente através do sistema das companhias mistas, mas ainda pela ação de representantes técnicos cognominados, desde os primeiros dias de Mikoyan, pela demoninação de "colonizadores soviéticos". A pequena Albânia teve de convidar e manter à sua custa três mil funcionários russos. O Serviço de Informações Chinês, em 8 de setembro de 1950, calculava em 23 mil o número de conselheiros russos na China. O número desses colonizadores, na Polônia, na Tcheco-Eslováquia, na Hungria, na Bulgária, na Rumânia e nos dois países anteriormente citados, atinge mais de cem mil.

Guerras

Animado por tamanhos êxitos, Moscou entra a agir, concomitantemente, com os processos políticos que aprimoram a simples e primitiva maneira de atuar do czarismo. São os processos da guerra indireta, ou sob pretexto de libertação, da própria guerra direta. Lenine, em 1916, pugnara em favor da guerra, como se vê no seu artigo "O lema do desarmamento", constante de suas *Obras Completas*. Em 1950, da campanha pela paz, lançada entre todos os povos pelos partidos comunistas, Stalin fez publicar a carta que escrevera a Maximo Gorki, vinte anos antes em resposta à que o escritor propunha, ou seja, uma larga propaganda mostrando os horrores da guerra. Stalin dizia: "Não somos contra todas as guerras. Somos contra a guerra imperialista, como guerra contra-revolucionária, mas somos a favor de uma guerra libertadora, antiimperialista, revolucionária". Dessa forma, o imperialismo soviético age como antiimperialista e como libertador de povos. Mas age por intermédio de outros. As invasões da Coréia do Sul foram feitas por coreanos do Norte, na verdade, chineses e russos; as invasões na Indochina são levadas a efeito por "naturais", pertencentes ao Partido Comunista, e em grande parte dos chineses. Na Hungria, a agressão é direta, sob o pretexto de libertar o povo do governo aburguesado de Nagi, impondo a ferro e fogo, aos desesperados magiares, a

felicidade da tirania de Janus Kadar. No Congo, estimulou a ação comunista de Lumumba nas matanças de europeus e reacionários. Na Abissínia, fomenta uma revolução contra o Negus. Na Guiné, o domínio moscovita já é notório. Em Angola, promove incursões de congoleses e tribos selvagens contra uma pacífica população de pretos e brancos. Em Cuba, sob as aparências de uma revolução popular, efetiva-se a política de influência e dominação soviética; idêntica manobra vem sendo executada na Guiana Inglesa.

Espionagem

Para isso, atuam os agentes da espionagem e do fomento das revoluções. Recentemente, as autoridades bolivianas denunciaram a existência de focos estrangeiros de agitação; não faz muito tempo que o Uruguai denunciava fatos idênticos.

Quando uma nação mantém relações diplomáticas com a União Soviética, o serviço se torna mais fácil. Nada mais o comprova do que a descoberta da grande rede de espionagem no Canadá, com ramificações pelos Estados Unidos. Um diplomata russo, Igor Gouzenko, revoltado pela traição contra uma nação onde se encontrava a verdadeira felicidade na liberdade, fugiu da Embaixada Soviética, apresentando ao governo canadense uma farta documentação. Tais documentos revelaram que cidadãos canadenses das mais altas classes sociais tinham-se tornado agentes de Moscou. Entre estes, figuravam o Dr. Allan Nunn May, um dos maiores cientistas do país e especialista em física nuclear; Fred Rose, membro do Parlamento; Sam Carr, presidente nacional do Partido Trabalhista Progressista. Tudo era movimentado pela Embaixada Soviética.

Srs. Deputados, lamento que o tempo de que disponho não seja suficiente para entrar agora no histórico da ação comercial da Rússia, com a finalidade nitidamente política de restabelecimento de relações diplomáticas, a fim de levar a revolução aos povos incautos que a aceitarem.

Alerta à Nação

Neste momento em que o Governo da República parece inclinado a restabelecer relações diplomáticas diretas com a União Soviética, pois as indiretas já as temos através dos satélites daquele império; e considerando as vozes que se erguem nesta Casa, muitas provindo da Oposição, para louvar os presumíveis intentos do Chefe da Nação; e considerando como muito mais eloqüente o silêncio de grandes partidos e até dos signatários da Frente Democrática, entendi ser de meu dever – como conhecedor do assunto e

veterano na luta contra o comunismo – pronunciar estas palavras como um aviso à Nação brasileira.

Dirijo-me, desta tribuna, aos meus patrícios de todo o território nacional, para despertá-los, dando-lhes a mensagem que decorre dos imperativos da minha consciência. Que jamais se diga – quando perturbações internas e acontecimentos funestos sobrevierem como conseqüência da inércia dos nossos homens públicos –, que jamais se diga não ter havido alguém que se levantasse e alertasse as forças vivas da nacionalidade; o espírito cristão brasileiro, oriundo da nossa formação de povo, desde o dia em que a cruz das caravanas foi coroada pela cruz de estrelas do nosso hemisfério; e, finalmente, esta nossa vocação para a liberdade, cujos passos ressoaram no continente, levando pelos horizontes da América o tropel dos cavalos de Hidalgo, de O'Higgins, de Bolívar, de San Martin, de Pedro I.

Há na Fortaleza de St.ª Cruz um velho costume, inserido pelo Conde de Lieppe, em nossas tradições militares. No curso da noite, de hora em hora, as sentinelas espalhadas pelas guaritas, gritam a frase comovente: "Sentinela, alerta!". O outro responde: "Alerta estou!". Seja este meu discurso o grito que mando aos meus patrícios, dizendo-lhes: "Brasileiro, alerta!". E espero que, de todos os recantos da Pátria me venha a resposta: "Alerta estou!". (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O ESCANDALOSO CASO DA UCRÂNIA

Sessão de 24 de julho de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a colônia ucraniana do Estado do Paraná constitui, entre outras correntes imigratórias, uma considerável força propulsora do progresso daquele Estado. Além de inteligentes e trabalhadores, os filhos dessa nação trouxeram para nosso País um sólido critério moral decorrente de sua concepção religiosa da vida.

O assunto que me traz hoje à tribuna na véspera do Dia do Colono, que se celebra amanhã, sendo de caráter internacional, envolve um interesse brasileiro e, particularmente, um interesse do Estado que represento nesta Casa.

Trata-se do seguinte:

Os expoentes legítimos de todas as organizações políticas da Ucrânia Livre, refugiados no Mundo Ocidental, representando as correntes ideológicas e partidárias do povo ucraniano, hoje submetido, na sua terra, ao regime colonial russo, dirigiram à ONU um memorial que constitui o mais clamante documento dos anseios de autodeterminação dos povos esmagados pelo colonialismo de Moscou.

O Memorial é datado de 22 de janeiro deste ano, aniversário da independência ucraniana, e está concebido nos termos que vou ler:

> "Senhor Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, durante os últimos anos, os povos de vários continentes conquistaram a sua liberdade e constituíram os seus Estados livres e independentes. Estes povos, encontrando dificuldades na conquista ou na consolidação da sua independência, dirigiram-se à ONU, obtendo dela um auxílio moral e material.
>
> A tese da "liberdade individual" e a da "autodeterminação" conseguiram o reconhecimento de todo o mundo livre.
>
> Esta tese e este ideal, entretanto, estão sendo hoje negados e violados pelas práticas do bolchevismo russo contra o povo ucraniano e outras nações subjugadas por Moscou.
>
> Um estado independente ucraniano existiu nos Séculos IX e XIV sob a forma de Principado e de Grão-Ducado de Kyiu. No Século XVII esta organização ressurgiu na forma do Estado dos cossacos ucranianos, o qual, destruído no Século XVIII, reapareceu em

resultado das lutas armadas do povo ucraniano nos anos de 1917 a 1921, pela promulgação de 22 de janeiro de 1918, como República Nacional Ucraniana.

A soberania desta República foi reconhecida *de jure* e *de facto* por numerosas nações, inclusive a própria Rússia Soviética.

Esta República Ucraniana tornou-se objeto de agressão por parte dos bolchevistas russos, com ataques simultâneos de seus vizinhos ocidentais. Na defesa da soberania da Ucrânia que existiu como Estado independente até 1921, tombaram nos campos de batalha centenas de milhares de soldados ucranianos. Os agressores, porém, superaram militarmente a Ucrânia e privaram o seu povo da sua independência.

A República Ucraniana encontrou-se no âmbito do poder de Moscou, que a transformou a seu modo e a incluiu, pela força, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A nação ucraniana, desde o momento em que foi privada de sua soberania e submetida a Moscou, opõe até hoje ao invasor a sua resistência ativa e passiva. Estas lutas pela sua libertação custaram ao povo ucraniano muitos milhões de vidas.

Para quebrar a resistência ao povo ucraniano, os bolchevistas promoveram em 1953, no país esmagado e escravizado, a famosa "fome artificial" em resultado da qual morreram outros milhões de ucranianos.

Em 1917, a URSS e os governos comunistas da Polônia e da Tcheco-Eslováquia concluíram um tratado militar especial para o combate das forças ucranianas de resistência, que constituíam o Exército Insurreto Ucraniano.

O invasor moscovita privou o povo ucraniano não só da sua independência, dos seus direitos nacionais e políticos, das possibilidades de seu desenvolvimento cultural e espiritual, mas até da sua liberdade religiosa. Foram destruídas as igrejas tanto católicas como ortodoxas. A hierarquia superior dessas igrejas e a maior parte dos seus sacerdotes foram assassinados ou deportados para os campos de trabalho forçado.

Os métodos que os bolchevistas russos aplicavam para com a Ucrânia, tão apegada à sua liberdade, indicam os movimentos populares e os levantes ainda recentemente esmagados, indicam as revoltas dos condenados ucranianos nos campos soviéticos de trabalho escravo; indicam os meios pelos quais foi vencido o levante húngaro em 1956.

O imperialismo russo submeteu ao seu domínio muitos povos. Todos eles se tornaram vítimas de violências, quer as de repressão política, quer as da repressão às religiões. Alguns desses povos foram completamente exterminados, constituindo esse massacre um genocídio total.

O imperialismo moscovita é o maior dos perigos para todos os povos livres. Este perigo só pode ser afastado pela abolição do império russo-bolchevista e pela libertação das nações por ele subjugadas. Entre estas está a Ucrânia.

O Império Russo, criado pelo Czar Pedro I, após a dominação da Ucrânia tornou-se uma ameaça permanente ao mundo livre.

Nos dias atuais de libertação dos povos, nos dias de anticolonialismo a existência desse império cruel não tem justificação alguma. É uma aberração, contrária aos princípios essenciais do mundo culto.

Os abaixo assinados, representantes das agremiações políticas ucranianas, ora exilados na qualidade de porta-vozes legítimos do povo ucraniano, hoje privado pelo totalitarismo moscovita de se manifestar livremente, dirigem-se à Organização das Nações Unidas e a todos os povos livres, com o apelo no sentido de:

Colocar a questão da libertação da Ucrânia da dominação russa no foro da ONU, incluindo este caso na ordem do dia da próxima Assembléia Geral, por ocasião da discussão do problema do colonialismo em geral.

Seguem-se assinaturas de representantes de dez agremiações e partidos políticos ucranianos, ora em exílio."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o chefe da Missão Soviética em nosso País, em entrevista à imprensa, formula votos para que os povos sejam livres, no instante em que se desencadeia tão boa campanha pela autodeterminação dos povos, conforme diz a mensagem de Kruschev ao Presidente Jânio Quadros, esse requerimento em forma de mensagem e apelo à ONU tem na sua expressão dramática um senso de oportunidade extraordinário.

Solidário com os ucranianos do Paraná e com todos do mundo, e tendo em vista as amistosas relações do Poder Executivo brasileiro com o Soviet Supremo, ocorre-lhe, secundando o doloroso gemido que ressoa no desesperado apelo à ONU, solicitar ao Senhor Presidente da República a sua valiosa intervenção junto a Kruschev pedindo ao imperador de todas as Rússias a libertação da Ucrânia que está em armas desde 1918 lutando pela sua independência. (*Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

RELAÇÕES COM A URSS E A POLÍTICA EXTERNA DO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS

Sessão de 23 de agosto de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, apanhado de surpresa, por não estar presente o orador que me devia preceder, deixei de trazer alguns apontamentos e certa documentação que desejava apresentar à Casa, para justificar a posição do meu Partido em relação à atual política externa do Sr. Presidente da República. Entretanto, de memória procurarei recordar algumas passagens históricas do pleito eleitoral de 1960 e vinculá-las aos pontos de vista doutrinários adotados durante mais de 30 anos pelo movimento que presido, hoje com o nome de Partido de Representação Popular.

Sr. Presidente, acabamos de ouvir o notável discurso do nobre Deputado Adauto Lúcio Cardoso, pronunciado num diapasão de tal serenidade e com tal altitude de posição que neste momento tenho a impressão de que S. Ex.ª criou na Casa um espírito de atenção e tranqüilidade para que se possam apreciar os fatos ocorrentes em nossa contemporaneidade política. De sorte que, penso, minhas palavras serão assim melhor compreendidas.

O Partido de Representação Popular, reunido o seu Diretório Nacional no Rio de Janeiro, lançou nota pela imprensa, comunicando que, de acordo com sua doutrina, a velha doutrina, iria combater a política exterior do Sr. Presidente da República não somente porque a nossa agremiação partidária quer firmar-se nas suas atitudes de coerência, mas principalmente por tudo aquilo que representa realmente de perigoso para a nossa nacionalidade e para a América Latina o princípio do rompimento dos dispositivos da nossa política continental.

Sr. Presidente, muitos olham com leviandade ou apenas com sentimentos cordiais ou puro romantismo político o problema das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. Mas eu prefiro vê-lo com olhos realistas, apreciando a conjuntura militar do mundo e os processos adotados por aquele país no sentido de fomentar a revolução internacional e de preparar a queda dos regimes democráticos.

Antes, porém, de entrar na análise, não de textos escritos por inimigos do comunismo, mas das obras selecionadas de Lenine, das obras selecionadas de Stalin e das resoluções dos diversos congressos do Partido Comunista, devo dar depoimento histórico, que agora entendo poder fazê-lo.

Estive silencioso, por pundonor de cavalheiro, mas penso que já agora posso falar. O Sr. Presidente da República age com franqueza e lealdade. Respeito a posição pessoal de S. Ex.ª Compreendo sua interpretação política dos fatos atuais do mundo e sua opinião acerca da posição do Brasil na política internacional. Compreendo. Respeito. E é com respeito que me refiro a S. Ex.ª, mesmo porque a doutrina adotada pelo meu Partido é do maior acatamento à autoridade constituída e da manutenção das hierarquias sociais e políticas em nosso País.

O Sr. Celso Brant – Parece-me, Sr. Deputado, que há um erro de colocação do problema. O perigo comunista é muito mais interno do que externo. Quem leva o povo ao comunismo não é, evidentemente, uma embaixada: serão, talvez os fatores da miséria.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª está-se adiantando ao desenvolvimento das idéias que irei expender, pelo que não poderei responder agora a V. Ex.ª. Responderei, entretanto, no decorrer do meu discurso.

O Sr. Celso Brant – Peço licença para terminar. Aguardarei o desenvolvimento do discurso de V. Ex.ª. Mas é estranho que V. Ex.ª se oponha à política externa do Presidente Jânio Quadros e esteja de acordo com sua política interna.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ainda não desenvolvi meu pensamento. Responderei oportunamente a V. Ex.ª.

O Sr. Celso Brant – V. Ex.ª disse que está contra e o seu Partido tomou posição contra a política externa. Pediria a V. Ex.ª também considerasse o problema da política interna, porque, provavelmente, se essa política levar o povo à miséria, terá contribuído muito mais para que o povo se encaminhe para uma solução de extrema esquerda do que o fato de haver, no Brasil, a Embaixada Soviética ou termos relações com os países da Cortina de Ferro. Solicitaria, por isso, a V. Ex.ª colocasse o problema naquilo que considero seus verdadeiros termos. O comunismo vive dos nossos erros, mas não apenas aqueles erros aparentes de ligações diplomáticas e comerciais com outros países.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Irei explicar isso no decorrer de meu discurso. Peço a V. Ex.ª tenha um pouco de paciência.

O Sr. Celso Brant – Pois não. Mas solicito a V. Ex.ª que considere a política interna pelo menos no mesmo nível da política externa, para a apreciação do problema.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeito.

Sr. Presidente, quem ouviu o aparte do meu distinto amigo Deputado Celso Brant tem a impressão de que, neste meu discurso, já tratei da política interna e já nos colocamos, meu Partido e eu. Entretanto, não me referi ainda a esse tema. Possivelmente, como sou avisado de que só disponho de meia hora, entrarei na matéria. Se não o fizer, a ela voltarei posteriormente.

Retomando a narrativa histórica, dizia eu que o Presidente da República merece a franqueza com que vou falar, porque tem agido também com toda a franqueza.

Quando o meu Partido enviou cartas aos três candidatos à Presidência da República, formulando questões de ordem doutrinária, recebi do digno Marechal Teixeira Lott sua resposta e, logo em seguida, além da do meu prezado amigo Dr. Ademar de Barros, a do ilustre Sr. Jânio Quadros. Realmente, têm razão os oradores quando dizem que S. Ex.ª, quando candidato, já era favorável ao reatamento das relações com a Rússia e à reabertura do Partido Comunista. Mas há certas singularidades na política. Dirigindo-me eu a S. Ex.ª e fazendo-lhe sentir que sua carta, com esta afirmação, me colocava em dificuldade para apresentá-la ao meu Partido, pediu-me S. Ex.ª um encontro, que se realizou em São Paulo, em certa data durante o dia. E prontificou-se S. Ex.ª a escrever uma segunda carta, na qual me diria que, embora assim pensasse, não achava, no momento, oportunas essas medidas.

Isto posto, designamos novo encontro para as onze horas da noite, encontro que se deu na residência do Sr. Selme Dei. Ali compareceu S. Ex.ª, em companhia do meu amigo o Ministro Pedroso Horta.

Perguntou o Sr. Jânio Quadros ao Sr. Pedroso Horta:

– Você escreveu a carta que tenho de assinar?

Respondeu o Sr. Pedroso Horta:

– Jânio, você não pode dar esta carta, porque, se der, vai perder grande votação em certas áreas eleitorais do País.

Disse o Sr. Jânio Quadros:

– Mas eu quero dar esta carta ao Sr. Plínio Salgado.

Disse-lhe eu então:

– Neste momento, declaro que não julgo conveniente sua segunda carta. Não a quero, porque o Dr. Pedroso Horta acaba de jogar uma grande responsabilidade nos meus ombros. Se em conseqüência da carta que eu receber e que deverei utilizar na minha campanha, seu nome perder a votação nessas áreas a que ele alude, ficarei responsável por qualquer fracasso de sua candidatura. Nestas condições, rejeito a carta.

Volveu S. Ex.ª para mim, com aquele seu temperamento que, deve-se fazer justiça, é franco e positivo, e, olhando-me, disse:

– Estou estarrecido!

Julguei eu que o estarrecimento era devido à substância de minha frase; entretanto, era devido à minha própria atitude. E acrescentou:

– Nunca tratei com uma pessoa como o Senhor, que está a me dizer palavras tão francas. O Senhor é diferente. Costumam iludir-me, mas o Senhor não me ilude. Quero, então, fazer-lhe um pedido: seja qual for a atitude de seu Partido, seja meu amigo, do primeiro ao último dia do Governo.

Respondi-lhe:

– Isto é outro assunto. Sou brasileiro, amo minha Pátria, desejo servi-la em tudo quanto for útil e necessário, justo e louvável.

Assim, qualquer governo pode contar comigo. Mas divergirei sempre da linha de conduta política interna ou externa que colidir com a doutrina que adoto, da qual jamais me afastei.

E, assim ficamos.

Meu Partido reuniu-se no Rio de Janeiro, dias depois. Ali, dei conta de quanto houvera conversado, quer com o Marechal Teixeira Lott, quer com o Sr. Ademar de Barros, quer com o Sr. Jânio Quadros. E, ao contrário do que muitos pensam, que em meu Partido existe ditadura de chefia, foi posta em discussão a matéria, e a discussão durou até cinco horas da madrugada. Às cinco da madrugada, pusemos em votação. O Marechal Teixeira Lott teve pequena maioria, o Sr. Jânio Quadros apreciável votação e também o Sr. Ademar de Barros. Como não houve maioria absoluta, meu Partido resolveu, então, não adotar ou registrar, mas recomendar a candidatura do ilustre Marechal Teixeira Lott. Poucas horas depois, S. Ex.ª o Sr. Jânio Quadros comunicava-se com o Deputado Oswaldo Zanello, com quem marcou um encontro no Triângulo Mineiro, na cidade de Araguari. Consultando-me, Zanello para lá seguiu, e, lá chegando, já altas horas da noite, realizou-se o encontro. O Sr. Jânio Quadros lhe disse que sabia haver certas correntes dentro de nosso Partido, uma vez que não tínhamos candidato próprio, de simpatizantes, e era justamente aquela que temia que o Marechal Teixeira Lott, cuja propaganda era também feita por alguns elementos comunistas, inclusive o Sr. Luiz Carlos Prestes reatasse as relações com a Rússia e abrisse o partido de Moscou.

A esse respeito, realmente houve um grande equívoco nacional. A massa eleitoral que elegeu o Sr. Jânio Quadros é a mais anticomunista, mais contrária às relações com a Rússia Soviética, mais contrária a qualquer ligação de esquerda. Esse foi o sentido ideológico da eleição.

O Sr. Tristão da Cunha – V. Ex.ª tocou no ponto crucial da questão. A crise que estamos padecendo é a crise permanente do regime presidencial. Ela decorre do poder pessoal do Presidente da República. No mesmo regime, o presidente não vai ao governo executar o programa de um partido ou as idéias daqueles que o elegeram.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeito.

O Sr. Tristão da Cunha – Ele vai executar um programa pessoal, um programa individual, e quando se choca com a opinião nacional – como parece ser o caso, neste momento, do Presidente Jânio Quadros – ficamos sem solução para a crise, porque o Presidente tem o prazo determinado de cinco anos para permanecer no governo. Daí as revoluções constantes que tem sido a História do Brasil. Era o que queria dizer a V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex.ª, que exprime realmente a verdade. Quando, na Inglaterra, sobe o Partido Conservador ou o Partido Trabalhista, nós, de antemão, sabemos que programa vai ser executado. O mesmo se dá nos Estados Unidos e em outros países. No Brasil, não havendo nenhum partido que possa sozinho eleger o Presidente da República, realizam-se coligações, alianças, donde a dificuldade do exercício do governo num sentido programático, ideológico.

Mas, volvendo ao que dizia, S. Ex.ª solicitou: primeiro, que em nossa campanha não lhe fizéssemos ataques pessoais. Resposta de Zanello: "Nunca foi de nosso estilo; jamais atacamos alguém pessoalmente". Segundo, pediu, que, durante a campanha, nossas conversas não fossem reveladas. Resposta: "O Presidente do nosso Partido é cavalheiro e sabe guardar reserva e confidências daquilo que não deve ser publicado".

O Sr. Eloy Dutra – O Partido de V. Ex.ª apoiou o Marechal Lott. Pergunto eu, como pode um partido sabidamente totalitário e antidemocrático sufragar um candidato que, na época, era ostensivamente seguido pelos comunistas, inclusive o Sr. Luiz Carlos Prestes, como acaba V. Ex.ª de declarar.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Preliminarmente, não somos totalitários. Mas decifro o que V. Ex.ª pretendeu dizer. Respondo: é exatamente isso que se precisa compreender: o ideal e o real, a forma e o fundo, as aparências e a substância. E justamente porque não se distinguem tais coisas no Brasil, há toda essa confusão política. Aqueles que conhecem a estratégia, a tática e a técnica do Partido Comunista, sabem tomar as posições necessárias e na hora oportuna. Não quero, porém, desviar o meu pensamento. Continuarei narrando os resultados do encontro com o Sr. Jânio Quadros. Já eleito e empossado, S. Ex.ª honrou-me, por intermédio do seu Ministro, Pedroso Horta, desejando uma conversa comigo. Tivemos.

Quero dizer que colhi a melhor impressão. S. Ex.ª me disse: "O seu partido não votou em mim. Houve apenas certos companheiros seus que tiveram a liberdade de o fazer. Mas sei que é constituído de homens de

bem, de bons administradores. Empreste-me os seus homens". E solicitou que continuássemos no exercício das funções do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que é eminentemente técnico. Então, respondi o que já na véspera havia dito ao Sr. Pedroso Horta: "Sem compromissos políticos, de sorte a podermos discordar da linha de sua política exterior". S. Ex.ª procurou-me explicá-la e acrescentou que no segundo semestre deste ano voltaríamos a conversar.

O Sr. Celso Brant – Só exterior?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Entraremos lá. Notei que S. Ex.ª o Sr. Jânio Quadros era franco e sincero comigo, como também sou franco e sincero com S. Ex.ª. Não fazemos combates pessoais. Sustentamos uma doutrina.

Em relação à política interna – agora chegaremos lá – ela envolve problemas técnicos da maior relevância; problemas de ordem econômica, de ordem financeira e de ordem administrativa, os quais precisam ser observados atentamente e atentamente estudados, com responsabilidade, sem espírito de demagogia. Meu Partido, por seus técnicos, está atento a todos estes problemas. E, seja em relação à lei antitruste, seja em relação à chamada reforma agrária, seja em relação à remessa de lucros para o exterior, tese pela qual tão brilhantemente se tem batido nosso adversário, Sr. Sérgio Magalhães, em todos esses assuntos estamos atentos, a estudar e preparando mesmo teses, projetos, considerações a respeito delas, porque continuo dizendo: meu Partido é de doutrina e não combate pessoas por combater, nem assume oposição por mero sentimentalismo ou ressentimento. Examina com cuidado cada assunto, porque, direi, também, se em alguma coisa estiver certo o Governo de S. Ex.ª de quem combatemos a política exterior, nós daremos apoio parlamentar. Mas naquilo em que discordamos, do mesmo modo que estamos combatendo a política exterior, combateremos a interior.

O Sr. Euzébio Rocha – Desejava informar-me de um fato histórico, quando fui justamente chamado ao telefone. Assim, meu aparte perdeu neste instante sua oportunidade. Encontrando-se, porém, V. Ex.ª na tribuna, poderá prestar seu depoimento. Do que inferi de seu sincero depoimento prestado à Nação sobre as razões que levaram V. Ex.ª a tentar dar apoio ao ilustre Presidente da República, gostaria que nos informasse o seguinte: S. Ex.ª assumiu, com o Partido de V. Ex.ª, o compromisso de não reatar relações com a União Soviética?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Possuo carta do Marechal Lott, que me foi entregue pelo Deputado Gustavo Capanema e por mim lida no comício de

Curitiba, quando se fazia larga propaganda no Paraná, acusando o Marechal Lott de comunista. Tenho esta carta.

O Sr. Euzébio Rocha – V. Ex.ª não entendeu a pergunta.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Entendi. V. Ex.ª indaga se tenho compromisso do Marechal Lott...

O Sr. Euzébio Rocha – Não. V. Ex.ª equivocou-se. Estou perguntando se do honrado atual Presidente da República, Sr. Jânio Quadros, V. Ex.ª tem compromisso de que não reataria relações do Brasil com a União Soviética.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª não ouviu realmente, a minha narrativa. Na carta, o Sr. Jânio Quadros é sincero e franco. Não só se diz partidário disso, mas procura até aliciar-me, desenvolvendo argumentos, o que faz com o brilhantismo de sua inteligência.

O Sr. Euzébio Rocha – Precisamente. Minha dúvida havia sido essa. Justifiquei-me, como homenagem à cultura de V. Ex.ª, pelo fato de ter-me ausentado por instantes do plenário, e, então, desejei um esclarecimento. Quando perguntava a V. Ex.ª se tinha havido algum compromisso do atual Presidente da República, V. Ex.ª, por equívoco, respondeu-me em relação ao Marechal Lott. Estou absolutamente satisfeito com a resposta de V. Ex.ª, que demonstra a autenticidade de posição do atual Presidente da República, ante o problema do reatamento das relações com a União Soviética.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente. Mas o que há é o grande equívoco. No Brasil vive-se de equívocos. Toda a História do Brasil, desde o Império até a República, é uma sucessão de equívocos. A massa eleitoral votou no atual Presidente da República, por ser anticomunista, e supor que o Marechal Teixeira Lott era comunista. Esta a realidade. Por conseguinte, o desejo da Nação está expresso no voto: não quer relações com a Rússia Soviética.

O Sr. José Sarney – V. Ex.ª está sendo contraditório. V. Ex.ª é o primeiro a afirmar que o Presidente Jânio Quadros lhe entregou uma carta na qual dizia que não só reataria relações com a União Soviética, como era favorável à legalização do Partido Comunista. Procurou mesmo aliciar V. Ex.ª para essa tese. O Sr. Jânio Quadros, em todos os comícios...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Isso ignoro.

O Sr. José Sarney – ... .realizados no País, em programas de televisão etc., reiteradamente afirmou esses princípios. O Sr. Marechal Lott foi enfático negando esse compromisso; inclusive, na carta que deu a V. Ex.ª. No Paraná, disse que reataria as relações com a Rússia. Portanto, o povo brasileiro votou no Sr. Jânio Quadros conhecendo o pensamento de S. Ex.ª que está, assim, sendo mandatário da vontade do povo brasileiro, cumprindo compromissos assumidos em praça pública.

O Sr. Padre Vidigal – Permita-me, nobre Deputado, V. Ex.ª disse agora mesmo, e repetiu, que a massa eleitoral que sufragou a candidatura do Presidente Jânio Quadros nas urnas nele votou para o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Exatamente.

O Sr. Padre Vidigal – V. Ex.ª sabe tanto quanto eu – e acaba de dar seu testemunho nesta Casa o nosso jovem, distinto e honesto companheiro Deputado José Sarney – que o Sr. Jânio Quadros, quando candidato, em praça pública, sempre anunciou o seu firme, firmíssimo propósito de reatar relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Rússia e com todos os países da Cortina de Ferro. O Sr. Jânio Quadros não tinha intenção alguma de iludir a quem quer que fosse. V. Ex.ª fez-lhe há poucos momentos justiça, rendendo-lhe a homenagem da sua admiração. Um homem franco, o Sr. Jânio Quadros. Foi sincero com o povo. Digo mais a V. Ex.ª. O Sr. Jânio Quadros chegou certa vez, em entrevista a *O Jornal*, dos Diários Associados, a elogiar o sistema educacional em vigor na Rússia, a ponto de achá-lo exemplar e digno de ser adotado no Brasil. Daí eu tirar conclusão diferente da de V. Ex.ª. Quem votou no Sr. Jânio Quadros votou por causa das teses que ele sustentava nos comícios; sendo uma delas o reatamento de relações diplomáticas e comerciais com a Rússia. Quem votou no Sr. Jânio Quadros, votou por causa dessas teses. A conclusão não pode ser outra. O eleitorado que votou no Sr. Jânio Quadros assinou uma promissória. Poderá V. Ex.ª dizer que ela estava em branco. Mas o eleitorado que votou no Sr. Jânio Quadros agora é responsável pelos atos dele.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O nobre Deputado Padre Vidigal, com seu aparte, não exclui, de maneira alguma, o juízo que firmei acerca dos equívocos históricos brasileiros. Não entro na análise psicológica dos eleitores que votaram no Sr. Jânio Quadros.

Dou apenas o depoimento de que muitos colegas de V. Ex.ª, numerosíssimos sacerdotes....

O Sr. Padre Vidigal – Cabos eleitorais do Sr. Jânio Quadros.

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... me diziam que, por não serem comunistas, votavam no Sr. Jânio Quadros e também por não tolerarem que o Sr. Luís Carlos Prestes fizesse propaganda do Sr. Marechal Teixeira Lott. Por conseguinte, pelo que diz V. Ex.ª, então o equívoco ainda é maior e vivemos numa grande babel.

O Sr. Padre Vidigal – Equívoco da parte dos que confiaram no Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Mário Guimarães – De todo este debate a que estou assistindo, ao ouvir respeitosamente o discurso de V. Ex.ª, concluímos que os grandes equivocados foram os comunistas que não acreditaram nem no Sr. Marechal Lott, nem no Sr. Jânio Quadros. O Marechal Lott declarava que não iria dar legalidade ao Partido Comunista, nem reatar relações diplomáticas com a Rússia. O Sr. Jânio Quadros declarava que iria reatar relações diplomáticas com a Rússia. Entretanto, os comunistas ficaram com o Marechal Lott. Parece-me que foram eles os grandes equivocados.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Este, o outro mistério, conforme infiro das palavras do Sr. Pedroso Horta: "Jânio, você não pode dar essa carta, porque perderá certas áreas eleitorais". São as confusões da vida política brasileira!

O Sr. Aurélio Vianna – Tenho a impressão de que os padres que fizeram a propaganda do candidato Jânio Quadros o fizeram certos, como diz bem V. Ex.ª, de que o Sr. Jânio Quadros era anticomunista. E acertaram, pois S. Ex.ª não é simpatizante do comunismo. Acontece que esses padres, segundo se propaga no País, da corrente mais avançada, mais progressista, não temiam, nem temem ainda hoje o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética. A própria Itália mantém essas relações.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O caso é um pouco diferente.

O Sr. Almino Affonso – Sr. Deputado, V. Ex.ª tem insistido muito no equívoco da vida brasileira, demonstrando como os partidos todos se debatem em autêntica confusão. V. Ex.ª, suponho, conhece a posição do PTB a respeito do problema da política internacional.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Direi que conheço o pensamento de duas alas do Partido de V. Ex.ª.

O Sr. Almino Affonso – Talvez V. Ex.ª seja um exegeta do PTB menor do que eu. Mas eu desejaria neste instante, já que se discute, à base no seu discurso,

o equívoco da vida brasileira, nos esclarecesse em que medida não é V. Ex.ª, ou o seu Partido, o maior equívoco. Lembro-me bem de que o episódio da carta, a que V. Ex.ª alude, com o candidato Jânio Quadros, se processou em dois tempos: o primeiro, quando ele taxativamente se dizia favorável ao reatamento das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas; e o segundo, quando V. Ex.ª, ou alguém por V. Ex.ª, ponderando que em face daquela carta não poderia o Partido de Representação Popular apoiá-lo, teria ele proposto, de imediato, fazer outra carta em que não aludisse a isto. Ora, V. Ex.ª confia na lealdade, na sinceridade de atitudes do Presidente Jânio Quadros. Então, indago: em que momento ele foi sincero? No primeiro, em que, efetivamente, se dizia favorável ao reatamento? Ou no segundo quando se prontificava a retificar a sua posição em termos de obter o apoio de V. Ex.ª? Este fato foi amplamente divulgado por todos os jornais e, se não me falha a memória, debatido, através de relatório, na convenção do Partido de Representação Popular. Segundo ponto: o Sr. Jânio Quadros pretende cumprir – porque ainda não cumpriu – a promessa de reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e os demais países socialistas. V. Ex.ª era e continua a ser contrário a isto. No entanto, integra o Governo do Sr. Jânio Quadros. V. Ex.ª está num equívoco, ou, por acaso, neste instante, joga ao mar a carga da co-responsabilidade que tem neste Governo?

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª parece não ter ouvido grande parte de meu discurso em que expliquei, clara e nitidamente, a posição de meu Partido. O meu Partido não se vende por um prato de lentilhas. É um partido de idéias. Declarei, num trecho do meu discurso, que não havia negado os meus homens, quando me foram pedidos. E o cargo, ou o órgão que coube a um homem do meu Partido, nos dá apenas prejuízos, descontentamentos constantes por uma administração que timbra em ser reta e segura. Tem sido o nosso martírio este lugar, desde o tempo do Sr. Juscelino Kubitschek. Ninguém deve invejar aquele posto de tanta responsabilidade, que não dispõe de recursos, pois o Congresso não os concede, nem encontra compreensão por parte daqueles que desejam a reforma agrária, que se recusam a ver no INIC o grande órgão de execução dessa reforma.

O Sr. Almino Affonso – Ninguém discute que V. Ex.ª tem um grande encargo e o desempenha.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não integramos o Governo. Nossa posição foi declarada independente, em entrevista à imprensa, a propósito da demissão do nobre Deputado Abel Rafael da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, por se haver manifestado dentro da linha do nosso Partido, quanto à política

exterior. A este respeito, eu disse: nós tomamos um rumo e o seguimos, pregamos idéias, cumprimos um programa. Se isto agrada a alguns, muito bem; se desagrada, paciência. Não nos vendemos, repito, por um prato de lentilhas. É o que respondo a V. Ex.ª.

O Sr. Almino Affonso – Perdoe-me se digo que não me tenha contentado a sua resposta. Não reclamo que V. Ex.ª, ao integrar com o seu Partido o Governo, em determinado setor da administração, o faça em termos de prejuízo ou não do seu Partido. Suponho sempre que qualquer partido, o de V. Ex.ª em particular ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Senhor Deputado...

O Sr. Almino Affonso – Permita que conclua o meu aparte.

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... V. Ex.ª pertence a um partido que possui grandes valores, e ainda agora cedeu um desses valores, dos maiores desta Câmara, ao Governo para representá-lo na ONU. Refiro-me ao Sr. San Thiago Dantas. Pergunto: integram, por isso, V. Exªs, o Governo Jânio Quadros?

O Sr. Almino Affonso – A presença do Professor San Thiago Dantas na ONU é em caráter rigorosamente pessoal. Não foi o Partido Trabalhista Brasileiro que o indicou, pois nem foi consultado. Nenhum organismo opinou a esse respeito. A sua atitude é rigorosamente pessoal, ainda que respeitável no seu ângulo. Agora, indago de V. Ex.ª: estão os representantes do seu Partido no Governo com a aquiescência da direção nacional do PRP, ou estão lá ao acaso?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pergunto eu a V. Ex.ª: a direção do seu Partido aprovou a nomeação do nobre Deputado San Thiago Dantas?

O Sr. Almino Affonso – Nem foi consultado!

O Sr. Osvaldo Lima Filho – Se fosse, aprovaria.

O Sr. Almino Affonso – Na opinião do Deputado Osvaldo Lima Filho, se fosse consultado o nosso Partido sobre a indicação de S. Ex.ª, aprovaria.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não foi consultado?! E o Sr. San Thiago Dantas deixou de consultar o seu Partido?! É espantoso!

O Sr. Osvaldo Lima Filho – Aprovaria, porque o nobre Deputado San Thiago Dantas é membro ilustre do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É dos maiores valores desta Câmara.

O Sr. Osvaldo Lima Filho – V. Ex.ª o reconhece.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ªs não acham mau ocupar o Sr. San Thiago aquele cargo, mas acham mau tenha um companheiro meu um posto na atual administração. Então, há duas lógicas? Exatamente assim faz a Rússia: combate o colonialismo na África e o implanta nos países satélites, na Ucrânia, Lituânia, Estônia etc. Estamos vivendo mais do que o pragmatismo de William James, que aceitava a verdade ideal e a verdade real. É isto o que estamos vivendo? Já não podemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Devo advertir o nobre orador de que o seu tempo deveria expirar dentro de cinco minutos. Entretanto, como há na pauta matéria em regime de urgência cujo avulso ainda não chegou ao plenário, V. Ex.ª poderá permanecer na tribuna mais algum tempo para concluir a sua oração.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª a oportunidade que me dá de ouvir os apartes dos meus prezados amigos, Deputados Eloy Dutra e Paulo Freire.

O Sr. Paulo Freire – Nobre colega, vou ser breve. Não vejo razão para todo esse barulho em torno do reatamento das relações do Brasil com os países socialistas. Mantemos relações com países fascistas, como a Espanha e Portugal. E Franco matou mais gente do que Fidel Castro. No entretanto, estamos, aqui, a bater palmas às relações diplomáticas, não digo com a Espanha, mas do Brasil com o Paraguai, onde há uma ditadura. Por que esse barulho todo, quando se trata das relações diplomáticas com os países socialistas? Julgo, meu caro colega, que o Brasil não pode fechar as portas a qualquer nação, desde que mantenha relações diplomáticas dentro da ordem, da decência e do respeito. A qualquer país, tenha o nome que tiver, que venha, entretanto, desrespeitar nossa soberania, devemos fechar as nossas portas. Mas não há motivo para combater as relações com as repúblicas socialistas, quando as mantemos com países fascistas, como a Espanha.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Ouço o nobre Deputado Eloy Dutra, pedindo que seu aparte seja breve. Responderei, em seguida, a ambos.

O Sr. Eloy Dutra – Apelo para a tolerância de V. Ex.ª, que jamais deixou de conceder apartes. Nobre Deputado Plínio Salgado, essa expressão "prato de

lentilhas", pelo qual o seu Partido não se venderia, é uma expressão um pouco forte, porque todos nós conhecemos a honradez pessoal de V. Ex.ª. Sabemos que é um homem de tese e tem a sua tese já várias vezes definida nessa tribuna, em relação às ideologias atualmente existentes no mundo. Parece-me que não deve estar em jogo a nomeação, ou não, do nobre Deputado San Thiago Dantas, e o fato de fazer parte, ou não, o Partido de V. Ex.ª do atual Governo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – A nomeação do Sr. San Thiago Dantas não estava em jogo, e eu a respeito bastante.

O Sr. Eloy Dutra – Está em jogo o sentido ideológico, que atualmente divide a humanidade e o Brasil, muito mais importante do que os cargos que ocupem este ou aquele Deputado, deste ou daquele partido.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Eloy Dutra – Se o fato existe, é que o Sr. Marechal Lott, católico, apostólico, romano, devoto de Santa Terezinha do Menino Jesus, que comunga todos os domingos, declarou diversas vezes, através da imprensa escrita e falada e em todos os seus comícios, que não entraria no seu programa de governo o reatamento com os países da Cortina de Ferro. E o Sr. Jânio Quadros afirmou e reafirmou, várias vezes, através dessas mesmas imprensas, que era um dos seus objetivos, uma das suas metas, o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com os países da Cortina de Ferro. Portanto, vê-se o seguinte: prevalece, no momento, não as siglas partidárias, e, sim, o conteúdo ideológico. Do lado de lá, aqueles que não querem o reatamento e batem palmas aos genocidas Franco e Stroessner. Do lado de cá, aqueles que querem o reatamento com os países da Cortina de Ferro, porque não mais acreditam na balela do comunismo que tem sido neste País o bode expiatório para que os grupos econômicos e as forças reacionárias mantenham o Brasil nesse estado de escravidão e miséria.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço os dois apartes que recebi. Aproveito a oportunidade para me referir agora a um tema, que estava no meu pensamento desde o início das minhas palavras – as razões pelas quais o meu Partido é contrário ao reatamento das relações com a Rússia Soviética. Nós entendemos, ao contrário do que muitos afirmam, que o Brasil, desta forma, define sua soberania, mostra-se independente na política internacional. Nós, porque adotamos uma outra filosofia, consideramos que o Brasil se afirma, como qualquer pessoa individualmente se afirma, pela fidelidade a um pensamento e a uma cultura, a uma tradição e a uma origem, à sua própria personalidade e aos caracteres que dela são fundamentais. Qualquer um de nós se afirma na

sociedade ou na vida, não porque assuma posição quixotesca de dizer que é independente, mas por ser realmente independente, e ser realmente independente, é ser fiel a si mesmo. Ora, ser fiel à democracia, aos princípios que embasam a democracia; ser fiel às tradições cristãs da nacionalidade; ser fiel à verdadeira soberania da pátria, que será ameaçada pelas conjuras do único país que mantém partidos dentro dos outros países, é ter personalidade. Esta é a verdadeira soberania.

Para demonstrar tais ameaças, não devemos procurar os anticomunistas, mas as obras selecionadas de Lenine e Stalin. Eu costumo, meus caros opositores, ler mais livros marxistas e leninistas que quaisquer outros, porque tenho o dever de consciência de conhecer a doutrina e a tática de ação daqueles a quem combato.

Lenine, nas suas *Obras Selecionadas*, afirma – procurarei repetir de cor, porque não estava preparado e não trouxe o texto: "É preciso anestesiar a burguesia; lançaremos o maior e o mais espetacular movimento pela paz. Com isto obteremos grandes concessões, e depois de obter essas grandes concessões nós não apenas evitaremos que as nações burguesas exerçam vigilância sobre nós porém nós as esmagaremos com o nosso punho". (*Obras Selecionadas*, de Lenine, terceira edição russa.)

Ora, Stalin, confirmando essas palavras de Lenine, no XVII Congresso do Partido Comunista, em 1934, proclama a necessidade de fomentar as revoluções dentro dos países ainda não-comunistas. Posteriormente, num outro Congresso, ficou resolvido que as guerras da União Soviética, das quais Lenine fez apologia no volume VII de suas *Obras Selecionadas*, edição russa, seriam feitas agora, já de outra maneira, indiretamente, sob o nome de guerras de libertação, e não já para implantar ostensivamente o comunismo, porém para instaurar repúblicas populares.

Diante de tais disfarces, a burguesia do mundo inteiro está anestesiada, e a Rússia prossegue em sua política criando casos sobre casos que, levados à ONU, quase sempre lhe dão vitória, como foi na vergonhosa capitulação do Ocidente, em relação à guerra do Vietnã, na reunião de Genebra.

Conhecendo o que fazem as representações diplomáticas soviéticas, como fez a acreditada no Canadá, onde o diplomata russo Ygor Gozenko, fugindo de sua própria embaixada, levou ao governo canadense toda a documentação de espionagem e fomento da revolução naquele país, verificando-se que estavam comprometidos homens da maior importância como o Dr. Allan May, Professor da Universidade, o Deputado Fred Rose e o próprio presidente do Partido Trabalhista Canadense; conhecendo o que se tem feito recentemente na Bolívia, o que se fez no Uruguai, na Austrália; conhecendo o que agora denuncia o Peru, sobre a descoberta de documentos os mais graves, já agora por intermédio dos cubanos, que estão a serviço de Moscou; conhecendo

isto e amando minha pátria e procurando por todos os meios impedir que o Brasil seja contaminado pela doutrina pior, mais anti-humana e sanguinária que registra a História da humanidade....

O Sr. Eloy Dutra – Pior do que a de Franco?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Quem matou trinta e cinco mil sacerdotes na Espanha? Foi Franco, ou os comunistas?

O Sr. Osvaldo Lima Filho – E Garcia Lorca?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Aceito, para argumentar, que seja execrável a ditadura de Franco. Aceito que devemos ser contrários à ditadura de Salazar. Aceito, porém pergunto: têm organização internacional do tipo de KOMIMFORM? Eles têm partidos dentro de nosso País? Não!

O Sr. Almino Affonso – E V. Ex.ª os defende.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Quem representa perigo é quem mantém partido dentro de outros países. E é a Rússia que o mantém, Sr. Deputado.

O Sr. Arruda Câmara – Sr. Deputado, e o morticínio de 1935 ...?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Bem sei e bem vejo que nesta minha batalha, que empreendi com meus companheiros, vou encontrar a maior oposição daqueles que, nesta Casa, já observo de um tempo para cá, vêm revelando sua adoração pela Rússia. É bom que assim seja. Somente assim nós deixaremos o estagnado brejo podre da falta de opiniões definidas. Realmente, um de meus aparteantes disse que já se não trata de partidos, mas de duas correntes que se formam. Louvado seja Deus!

O Sr. Eloy Dutra – A corrente fascista e a democrática.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Se ser fascista é defender a pátria, se é evitar que ela caia na maior escravidão do mundo, então todos os homens de bem serão fascistas. (*Apoiados e não-apoiados.*) Estou adotando a terminologia do KOMINTERN, dicionário enciclopédico, onde se lê: Fascismo – toda reação contra a revolução do proletariado.

O Sr. Osvaldo Lima Filho – Fora do tom emocional que o debate está tomando, pediria examinasse o caso das relações brasileiras com a África do

Sul, país que comete os maiores crimes contra a civilização cristã, que está no espírito de todos nós, e com o qual o Brasil mantém relações.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª, com seu aparte, está fazendo aquilo que o povo chama fogo de encontro; mas é fogo bem pequeno, diante da fogueira que a Rússia lança no mundo.

Noto que estamos divididos em duas correntes e que essas duas correntes manifestam que o Brasil está vivo, ativo e quer sobreviver sob a égide de Cristo.

O Sr. Eloy Dutra – Anauê!

O SR. PLÍNIO SALGADO – Anauê! Anauê! (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A URSS

Sessão de 29 de novembro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tratando-se do mais grave de todos os assuntos de que tomou conhecimento esta Câmara na presente legislatura, o qual envolve as maiores responsabilidades para os homens públicos da nossa geração, quero, inicialmente, solicitar aos meus nobres pares que se abstenham, tanto quanto possível, dos apartes, ou, quando com eles me honrarem, sejam muito breves, dado o volume da matéria que venho expor à Casa em tão pouco tempo.

Inicialmente, folgo em ter ouvido o discurso do Deputado Paulo de Tarso, cuja doutrina exposta é, exatamente, linha por linha, vírgula por vírgula, aquela que prego no Brasil há 30 anos. A interpretação que S. Ex.ª deu à Encíclica do Papa João XXIII é precisamente a que se encontra no *Manifesto Integralista* de 1935, com seu caráter nacionalista, sua concepção de tudo aquilo que deve estar nas mãos do Estado, seu respeito à propriedade privada, porém, com utilidade social.

Registrando, portando, esta minha opinião, passo à matéria que me convém e que nos convém.

Reatamento das relações diplomáticas com a Rússia

Refiro-me ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética, fato consumado que, em pleno sistema parlamentar, foi trazido ao conhecimento da Câmara dos Deputados, sem que o antecedessem aquelas indispensáveis comunicações e explicações sobre o transcurso dos entendimentos que se efetivaram com absoluta ignorância do Congresso e até mesmo dos Ministros das diversas Pastas, conforme declarações por estes feitas ao vespertino *O Globo*, em sua edição de 24 do corrente.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores esforçou-se, penosamente, perante esta Casa, no sentido de apresentar os argumentos que chamarei "positivos", determinantes do ato governamental em dissonância com, pelo menos, 90% da população brasileira: e sua dialética ateve-se, exclusivamente, aos interesses econômicos da expansão de nossas áreas de exportação. No que concerne aos argumentos "negativos" da decisão do Governo, S. Ex.ª, pelas medidas de precaução que anunciou, tornou evidente o passo perigosíssimo que o atual Gabinete acaba de dar.

O Sr. Paulo de Tarso – Nobre Deputado, ouvi com atenção as palavras iniciais de V. Ex.ª, quanto à concordância das posições. Sei que V. Ex.ª tem a mesma preocupação que tenho de aplicar a doutrina social cristã. Entretanto, na aplicação dos princípios à realidade, é normal surjam divergências como historicamente surgiram entre as posições integralistas e aquelas sustentadas pelos democratas cristãos.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Se V. Ex.ª praticar o que acaba de dizer, estará, linha por linha, na programação prática do integralismo, que é o nacionalismo, que combate tanto o capitalismo internacional, como o comunismo russo. Se V. Ex.ª ler até um artigo de um dos meus livros, intitulado *As duas faces de Satanás*, encontrará exatamente o pensamento que V. Ex.ª nos expôs.

O Sr. Paulo de Tarso – Quero, apenas, salientar que a diferença entre católicos, cristãos, quanto à aplicação dos princípios, é perfeitamente normal. Não deve escandalizar ninguém. Por exemplo, quanto às relações do Brasil com a Rússia, que V. Ex.ª está analisando, tenho opinião diferente. Entendo que as relações diplomáticas não importam em transações ideológicas nossas com o comunismo. Se assim fosse, os Estados Unidos e os países da América Latina, que mantêm relações diplomáticas com a Rússia, estariam implicados no erro dessa transação.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Responderei, no curso desta minha oração, às palavras do nobre colega. Meu tempo é muito breve e tenho matéria grande para apresentar à Câmara, inclusive documentação sobre a ação diplomática soviética no exterior.

Venho, hoje, ampliar os argumentos negativos do recente ato governamental, não com simples elocubrações ou interpretações, mas com fatos e documentos que não podem ser negados ou sofismados.

Não irei perder-me em considerações de ordem doutrinária ou filosófica; não irei contrapor-me ao novo humanismo baseado no materialismo dialético. Examinarei, preliminarmente, a linha política decorrente dos princípios fundamentais e normas permanentes do leninismo, vigorante sob a lúcida e franca orientação de Stalin, até a sua morte continuados no breve período de Melenkov e no atual consulado de Krushev.

Lenine sempre atualizado

Os que julgam ter havido mudança em relação aos objetivos da União Soviética, pelo que decidiu o XXII Congresso do Partido Comunista, recém-realizado, degradando Stalin, enganam-se, como se enganaram aqueles que

acreditavam numa transformação do sistema russo, na oportunidade do lançamento da NEP (Nova Economia Política); ou do expurgo e assassinato em massa dos adeptos de Trotski, entre os quais pereceram Bukarine, Riazanov, Zinoviev e, posteriormente, seus carrascos Yusef e Yagoda; ou na ocasião do pacto germano-soviético; ou, ulteriormente, de aliança com as democracias ocidentais.

Para se compreender a transmutação das exterioridades e manutenção de uma interioridade dogmática de firme determinação, mister se faz lermos estas palavras de Lenine, nas suas *Obras Selectas*, vol. X, pág. 111, da primeira edição russa:

> "Fazer uma guerra para derrubar a burguesia internacional, uma guerra cem vezes mais difícil, mais prolongada e mais complicada do que a mais renhida das guerras entre Estados, e recusar-se, ao mesmo tempo, a utilizar o conflito de interesses entre os próprios inimigos: negar-se a contemporizar e transigir com possíveis aliados (ainda que temporários, instáveis, vacilantes e condicionais), não é isso ridículo ao extremo? Não é como se, ao fazer a escalada difícil de uma montanha, inexplorada e até inacessível, repugnássemos, antecipadamente, a seguir em ziguezagues, recusando-nos a volta atrás em nossos passos, a abandonar o velho roteiro antes escolhido?"

Refere-se Lenine, evidentemente, a dois aspectos da política bolchevista: 1.º) a mistificação, mediante a qual a União Soviética desarmará os espíritos burgueses, conquistará a confiança do mundo capitalista, tranqüilizará as almas religiosas, dará a impressão de defensora dos legítimos nacionalismos e das liberdades humanas; 2.º) o apoio aos reformistas, ao nobre idealismo dos que pretendem restaurar equilíbrios econômicos e sociais.

No tocante à mistificação, não preciso alongar-me, diante de uma Câmara constituída de homens inteligentes e que devem ter observado as posições da União Soviética na ONU, lutando pela autodeterminação dos povos, na faixa ocidental do planeta, e mantendo em escravidão os povos seus satélites, inclusive a Hungria, a Ucrânia e os Países Bálticos, e submetendo as chamadas repúblicas populares ao domínio despótico do Comissariado do Comércio Exterior de Moscou. No que se refere às reformas – tão necessárias nos países como o nosso, que passam por transições surpreendentes do subdesenvolvimento para o desenvolvimento – ouçamos a palavra de Stalin, no seu livro *Os fundamentos do leninismo*. Diz ele:

> "Para um comunista, o principal é o trabalho revolucionário, e não as reformas; estas últimas são, apenas, um subproduto da

revolução. É por isso que, com táticas revolucionárias, num regime burguês, as reformas se transmudam, inevitavelmente, em instrumentos de desintegração do regime, em instrumentos da revolução comunista, em uma base para o ulterior desenvolvimento revolucionário. O comunismo aceitará uma reforma, para usá-la, combinando o trabalho legal com o ilegal, e para intensificar, sob a capa dessa reforma, o esforço ilegal tendente à derrubada da burguesia".

Como se vê, Stalin é rigorosamente leninista, como leninistas são os que atualmente o degradaram, para seguir a linha de ziguezague, aconselhada pelo mestre e seguida pelos discípulos.

Revolução mundial

Alicerçado em tais princípios e normas de ação, a Rússia Soviética empreende a revolução mundial. Stalin viu claro o que convinha fazer. No seu livro *O caminho de outubro*, de 1924, escreve:

"Não pode haver nenhuma dúvida de que o desenrolar da revolução mundial será tanto mais rápido quanto mais completamente o socialismo se fortalecer no primeiro país onde tiver sido vitorioso e quanto mais rapidamente esse país se transformar numa base do desenvolvimento ulterior da revolução comunista nos demais países e numa alavanca para a desagregação do mundo burguês".

Estas palavras de Stalin, demonstrando claramente a intenção da União Soviética de intervir e ajudar as revoluções comunistas em todos os países do mundo, não são mais do que a rígida obediência ao próprio pensamento de Lenine, que diz, nas suas *Obras Selectas*, vol. VII, pág. 182, da edição russa, o seguinte:

"O desenvolvimento da revolução mundial será tanto mais rápido e mais completo quanto mais eficiente for a assistência prestada, pelo primeiro país socialista, ao movimento de massas de todos os outros países".

E acrescenta:

"Realizada a revolução comunista em um país, é preciso que este dê o máximo possível para desenvolver, apoiar e despertar a revolução em todos os países".

Na 14.ª Conferência do Partido Comunista Russo, realizada em 1925, Stalin reafirma os objetivos russos da revolução mundial, dizendo

> "O terceiro estádio da revolução russa é derrubar os regimes adversos no mundo inteiro".

E mais:

> "Na época presente, o movimento revolucionário internacional entrou num período de declínio; esse declínio dará lugar a uma maré alta. Os que estão vivendo esse período dizem que a atual estagnação representa o fim da revolução mundial. Enganam-se agora, como se enganaram antes, durante o primeiro e o segundo estádio da revolução. Os fluxos e refluxos representam as naturais oscilações dentro de cada período estratégico".

E, repetindo a imagem de Lenine:

> "A revolução não se desenrola seguindo uma linha reta, mas, sim, em ziguezague, em avançadas e retiradas, em alta e baixa das marés, fatos esses que enrijam as forças revolucionárias e preparam a vitória final".

Para verificarmos a linha de coerência da política soviética, passemos de 1925 a 1934, quando se realizou o XVII Congresso do Partido Comunista. Nessa ocasião, Stalin prometeu o desencadeamento de tumultos e revoluções à retaguarda dos exércitos chamados por ele capitalistas, que atacassem a Rússia. A idéia evoluiu, para atingir a conceituação de um novo tipo de guerra, o denominado "de libertação", e não já para implantar ostensivamente o comunismo, mas para o fazer sob o rótulo de "democracias populares". É o que diz o próprio Stalin no seu livro *Pequena História do Partido Comunista*, publicado em 1938, onde lemos o seguinte: "Não nos opomos a todas as espécies de guerras; apoiamos mesmo as guerras agressivas que visam à libertação".

A paz e a guerra

A Rússia prega a paz e a convivência pacífica, visando à anestesia do Ocidente, enquanto desenvolve o maior movimento armamentista da História. Com esse movimento, pretende criar um estado de espírito de inibição e terror, enquanto ela executa, através da guerra fria, seus propósitos de conquista do

mundo. Faz a guerra, promovendo revoluções sob a forma de auxílios de voluntários, com técnicos e armamentos. Não se compromete ostensivamente. O pacifismo comunista pode ser compreendido nestas frases de Lenine (*Obras Selectas*, vol. XIX, pág. 353): "A ditadura é o poder do Estado baseado na violência. A violência, no Século XX, quer dizer tropas. Colocar o desarmamento no programa é idêntico a dizer que nos opomos ao emprego das armas. Há nisso tão pouco marxismo como se disséssemos: opomo-nos à violência". Em seu escrito "A escola político-militar", o mesmo Lenine diz: "A burguesia deve ser anestesiada. Começaremos a lançar, para iludir o mundo, o mais espetacular movimento pela paz. Teremos as maiores concessões. Os países capitalistas, estúpidos e decadentes, alegrar-se-ão, em cooperar conosco, pela sua própria destruição. Colheremos os melhores resultados pelo fato de sermos amigos. Eles acreditarão que não ofereceremos perigo e deixarão de vigiar-nos; então, os esmagaremos com o nosso punho".

Essa linha política de Lenine, seguida por Stalin, deu os mais excelentes resultados, principalmente depois das vergonhosas conferências de Teeran, de Yalta e de Potsdam, de que resultaram as anexações da Lituânia, da Estônia, da Letônia, da Bucovina, de metade da Polônia, da Alemanha Oriental, das ilhas Sacalinas e Kurilas, a implantação do comunismo na Tcheco-Eslováquia, na Rumânia, na Bulgária, na Hungria, na China, na Coréia do Norte, no Laos, no Vietnã. Assim, Malenkof, no 32.º aniversário da Revolução de Outubro, disse: "São exatamente os nossos êxitos no terreno da paz que estão levando as nações do Ocidente ao desespero".

Em seu relatório no XIX Congresso do Partido Comunista, Malenkof, então no poder, examina com rara clarividência o panorama econômico-financeiro das nações ocidentais, demonstrando a necessidade de se evitar uma guerra, a fim de que os regimes dominantes nos países do mundo livre se decomponham inteiramente, através das crises sucessivas que os assoberbam. A convivência pacífica, as relações amistosas com todos os povos serão o caminho fácil e rápido para o domínio soviético inevitável, como solução final das contradições do sistema capitalista.

Não foi por outro motivo que Krushev, seguindo a linha Marx-Lenine-Stalin-Malenkof, no recente XXII Congresso do Partido Comunista, ao qual compareceram, a menos de um mês, adeptos de Moscou oriundos de todos os países, lançou o grande lema: "Comunismo sem guerra".

A ação das representações diplomáticas

A quinta-coluna, de que tanto se falou na última Grande Guerra, jamais existiu. E isso porque o nazismo, não sendo uma organização internacional, não contava com partidos a ele subordinados nos países adversários. Quando

muito, havia uma espionagem, elemento usado em todas as guerras e por ambas as parcialidades. Mas agora, em relação aos soviéticos, existe uma quinta-coluna. Existe aberta e declaradamente. Comparece aos congressos de Moscou, recebe ordens do Kremlin, toma parte nos festivais da juventude promovidos pela Rússia, propaga os *slogans* lançados pelo KOMINTERN, que na realidade nunca foi extinto. Essa quinta-coluna é o Partido Comunista e os secretamente a ele filiados sob a capa de várias legendas partidárias, ou de atitudes apolíticas.

Essa quinta-coluna entrosa-se com o serviço de espionagem soviética. Este serviço, ao contrário do tipo adotado antes do término da Primeira Grande Guerra, firma-se numa organização técnica de alto teor. A organização surgiu em 1917, com o nome de Tcheca, substituindo a Okrana dos czares. Depois, aperfeiçoou-se, tomando o nome de GPU. Mais tarde, adotando os métodos e processos da Gestapo nazista, denominou-se NKVD e, finalmente, é conhecida pela sigla MVD. Toda a espionagem russa, ou está subordinhada, ou ligada a este órgão. Trata-se de instrumento ao mesmo tempo de investigações e punições. Tem a eficiência do *Intelligence Service* britânico e do FBI dos Estados Unidos, mas a ambos supera, pela colaboração dos partidos comunistas dos países onde exerce atividades.

Em 1948, um serviço secreto particular de vigilância sobre atividades comunistas no Brasil descobriu verdadeira teia da MVD em nosso País, com irradiação por toda a América do Sul. Ainda recentemente, a polícia paulista apanhou um espião soviético, o alemão Leben, em cujo poder se encontravam numerosos documentos do seu ofício. O assunto é tão melindroso que não me animo a fazer revelações em público, porque seria um mau serviço à segurança nacional, mas estou pronto para particularmente e individualmente revelar a meus pares o que neste sentido vem acontecendo no Brasil.

Quanto à ação das representações diplomáticas soviéticas nos países não-comunistas, basta ler o que a respeito escreveu o diplomata russo Igor Gouzenko, o famoso foragido da Embaixada Soviética em Otawa e cuja documentação constituiu o maior dos escândalos políticos do Canadá.

Toda a Embaixada Russa no Canadá era constituída por elementos do Serviço Secreto Militar em cooperação com a MVD, conhecida na gíria dos agentes de Moscou com a designação de "vizinhos". Muitos oficiais se apresentavam como civis e nenhum dos componentes da Embaixada deixava de ter uma biografia falsa. "Nosso objetivo" – diz o diplomata – "estava registrado, "preto no branco", em nossos papéis confidenciais, era minar os países democráticos e traçar planos para desferir golpes decisivos quando ordenasse o governo soviético". E prossegue: "Quanto a informações, deveríamos apresentar quadros completos das tendências e acontecimentos políticos, econômicos e militares do país, ao Diretor-Geral do Serviço Secreto

em Moscou, de nome Ilyichev, colocado por Stalin no mesmo nível hierárquico de Zhadanov e Krushev.

O número de funcionários da Embaixada, quando reduzido, supre-se com elementos do Partido Comunista local, que prestam relevantes serviços. O adido militar russo nos Estados Unidos, de nome Sarayev, com cinco funcionários, obtinha vastas informações, mediante uma legião de agentes. Perguntam-lhe: como a polícia norte-americana não descobre tão numerosos agentes? Resposta: "Justamente o grande número é que constitui a nossa defesa; a polícia pega um ou outro e esquece os demais".

Um dia, o chefe da seção em que trabalhava Gouzenko mostrou-lhe um telegrama em código, dizendo: "Esta é uma informação de um americano que ocupa alto posto no governo do seu país; e não só fornece informações, como está em condições de influir em questões importantes da política nacional".

São tais personagens pagos para dar tais contribuições?

Responde Gouzenko: "Muitos indivíduos que seguem a linha do Partido Comunista são homens ricos, de considerável fortuna pessoal. Muitos, direi ainda, opor-se-iam à transformação dos Estados Unidos em Estado comunista".

Então, por que são favoráveis à causa soviética? E o diplomata russo responde: "A lisonja é usada como pagamento pelos hábeis chefes do Serviço Secreto. O "amigo compreensivo" é convidado para recepções na Embaixada. É envolvido e elogiado. Freqüentemente, atraem-no para reuniões íntimas, regadas a vodca, que predispõe a confidências. Ele se sente orgulhoso por ser considerado amigo da União Soviética". E o informante ajunta: "Dominando a imprensa, através de elementos infiltrados, o Serviço Secreto facilita ao amigo publicidade nas primeiras páginas e sugere-lhe temas para entrevistas ou discursos. Tal personagem é – sem o saber – um agente soviético de primeira ordem".

Narra ainda Gouzenko: "O auxiliar do consulado de Halifax, um tal Kontzenko, veio a Otawa conferenciar com Zabotin, nosso chefe na Embaixada Soviética. Tratou da transferência da fábrica de aviões da costa ocidental para a oriental. Dias depois, um membro do consulado soviético em Halifax apareceu para falar a Zabotin, e eu o identifiquei como um dos oficiais treinados no Serviço Secreto que conheci em Moscou. Fiquei sabendo que os consulados soviéticos eram também ninhos de espionagem".

Na sede da Embaixada havia um quarto forrado de aço, onde só entrava Ouspensky, chefe da seção de códigos e cifras, e os auxiliares de sua imediata confiança. No quarto havia um incinerador elétrico, para a queima de documentos, pois a Embaixada não usava rasgar papéis e lançar em cestas. Certa vez, Ouspensky disse: "Este incinerador foi fabricado em Toronto e é

perfeito; suas dimensões permitem que nele se introduza um homem". E Gouzenko compreendeu o mistério de certos desaparecimentos ...

Durante o curso de uma investigação do governo canadense sobre acusações de que o governador de Ontário estava operando, através de uma organização tipo Gestapo, descobriu-se que a Embaixada soviética havia doado 40 mil dólares ao Partido Comunista do Canadá.

As nomeações para serviço nas embaixadas soviéticas em qualquer país dependem da chamada "Comissão dos Cinco". O Comitê dos Cinco é constituído pelos chefes seguintes: 1) Serviço Secreto Militar; 2) Ministério dos Assuntos Exteriores; 3) Polícia Política (MVD); 4) Ministério do Comércio Exterior; 5) Direção Central do Partido. Os Cinco nomeiam funcionários para serviços diplomáticos e comerciais, para a Agência Tass, para a indústria cinematográfica e para representação e serviços temporários no exterior, visando à satisfação dos interesses das cinco instituições representadas. A MVD e o Serviço Secreto Militar são os que enviam o maior número de funcionários ao exterior, sob a proteção das imunidades diplomáticas.

Igor Gouzenko, recebendo instruções sobre como deveria portar-se no Canadá, ouviu o seguinte, do Major Dashevsky: "Vocês encontrarão na imprensa, desses países idiotas, o que nunca encontrariam na imprensa russa: informações preciosas aos inimigos de suas próprias nações. Veja, por exemplo, aqui, neste jornal norte-americano, a estrutura da Marinha dos Estados Unidos. É maravilhosamente minuciosa. Para obter este diagrama por nós mesmos teríamos de implantar um agente dentro do Departamento Naval"...

Realmente, a ingenuidade nos países do Ocidente é assombrosa. Basta dizer que Molinov, um dos agentes da Polícia Secreta Russa, disfarçado em diplomata, excursionando num *weekend* com um almirante canadense, a pretexto de tirar fotografias do grupo que tomava parte no passeio, obteve numerosas chapas de pontos estratégicos importantes, inclusive alguns vedados a qualquer visita.

Precauções inúteis

Tudo isso é nada, diante do que se descobriu de monstruoso, como espionagem e traição à pátria, no Canadá. Três nomes surgiram dos documentos apresentados por Igor Gouzenko ao governo canadense, como chefes de espionagem a serviço da Rússia Soviética: Dr. Allan Nunn May, professor universitário; Fred Rose, Deputado do Parlamento canadense; e Sam Carr, líder do Partido Trabalhista. Este episódio, de que trataremos mais adiante, demonstra quanta ingenuidade existe na revelação do nosso Ministro do

Exterior, de que o Governo brasileiro exigiu do russo a redução de funcionários da Embaixada soviética. Pelo seguinte: em toda a rede de espionagem descoberta no Canadá, através da documentação fornecida por Igor Gouzenko e ulteriores investigações, verificamos que os elementos russos acobertados pelas funções diplomáticas, dirigindo e controlando a MVD e o Serviço Secreto Militar, não são numerosos; mas o número de cidadãos canadenses, incluindo cientistas, parlamentares, industriais, homens ricos, jornalistas e funcionários, constitui toda a estrutura da organização soviética em atividades contra aquele país. Isto significa não representar um mínimo de segurança a redução do pessoal da Embaixada russa em nosso País.

Os Serviços Secretos da União Soviética, quer os subordinados à antiga NKVD, hoje MVD, quer os dependentes do Serviço Secreto Militar, quer os relacionados com os setores do Agit-prop, obedecem a critérios racionais, inspirados na própria teoria política de Lenine que, desde Zimerwald, criou a "minoria operante" cognominada "aristocracia revolucionária".

Os especialistas preparam-se na Academia de Serviço Secreto de Moscou, que mantém todas as espécies de cursos: o de decifração, o de rádio, e de línguas estrangeiras, o de falsificações, o de treinamento de agentes. Quanto a estes, encontram também escolas nos arredores de Moscou, em Leningrado, em Baku (grupo persa), com sedes modelos de serviços práticos em Khabarovski, Ufa, Kiev, Odessa e Batum, esta especializada em trabalhos contra a Turquia. No castelo de Sigulda, na Letônia, funciona uma escola especializada, principalmente no que concerne às religiões. Existe em Roma, também, na Via Apia, a 20 quilômetros da Capital italiana, uma Academia Marxista. Em países como o Brasil, funcionam escolas de guerrilhas, nova técnica de guerra para desintegrar exércitos regulares, de acordo com a sistemática estabelecida por Mao Tsé-tung nos seus livros, *A guerra de guerrilha dentro da guerra geral* e *A guerra de libertação do povo chinês*, e nos livros de Shi Pin, *A grande marcha dos revolucionários chineses*, e de Ponomarenko, *O movimento de guerrilheiros*, e outros. Estas escolas de guerrilhas, que já funcionam no Brasil, não têm ligação com o Serviço Secreto, mas são absolutamente confidenciais.

O Serviço Secreto Militar assumiu as antigas obrigações do KOMINTERN, no que se refere a espionagem. Com a extinção do KOMINTERN, para iludir a boa fé do Ocidente, fundou-se o KOMINFORM, que se liga aos setores sindicais, estudantis, culturais e de agitação e propaganda.

Seria longo expor à Câmara o organograma dessa vasta rede através da qual os brasileiros veriam com quantos instrumentos pode contar a Embaixada Russa para uma ação decisiva em nosso País. Com o tempo de que disponho, apenas afloro a gravidade do problema.

Quero, entretanto, evidenciar outra ingenuidade genuinamente ocidental, das precauções do Ministério das Relações Exteriores quanto à

permanência da Embaixada russa no Brasil. Trata-se do volume da correspondência da referida Embaixada. Os técnicos do Itamaraty estão raciocinando com cinqüenta anos de atraso. O uso dos microfilmes prescinde dos grandes volumes de papéis. Na China, antes da implantação do regime comunista, um diplomata de uma das cretinizadas nações ocidentais foi conquistado por Mulinikof, chefe do Serviço Secreto Militar da Rússia. Esse Secretário da Embaixada comprometeu-se a fotografar, com um desses aparelhos minúsculos usados pela espionagem, os documentos que o Embaixador guardava no cofre. E assim, usando microfilmes, forneceu à Rússia o que ela desejava.

No que se refere à propaganda, não será por intermédio da Embaixada que ela entrará no Brasil. O episódio recente de um avião da *British Air Lines*, no aeroporto internacional de São Paulo, mostra a facilidade com que pode entrar no País a propaganda comunista. Mas, é preciso termos em vista que possuímos oficinas gráficas no Brasil, algumas das quais extremamente suspeitas. Basta vir um exemplar para se reproduzir aos milhares.

Outra medida, absolutamente inútil é a de estabelecer restrições quanto ao deslocamento do Embaixador, de Brasília para outros pontos do País. Que inconveniente haveria nisso, uma vez que ele, conhecido e oficialmente identificado, seria vigiado pelo próprio povo e seus passos seriam acompanhados, inclusive pela imprensa? Ignora o Itamaraty, ou finge ignorar o fato de não haver necessidade de deslocamentos do Embaixador, pela circunstância de constituir o Partido Comunista a base e a estrutura de toda a espionagem, conforme se provou no Canadá?

Embaixadas estrangeiras em Moscou

Vejamos, agora, qual será a situação de uma Embaixada brasileira na Rússia. Ouçamos o depoimento de Igor Gouzenko:

> "Em Moscou, também as embaixadas estrangeiras são mantidas sob rigorosa observação. Esta observação permanente estende-se a todos os funcionários. Muitas vezes tive notícia de agentes do NKDV, que foram severamente repreendidos por terem perdido de vista alguns desses funcionários que, segundo suspeito, freqüentemente enganavam seus seguidores. Em muitas ocasiões, era quase impossível aos membros das embaixadas estrangeiras deixar de perceber que estavam sendo "acampanados", contudo, diga-se sinceramente, os homens da NKDV não eram estúpidos. A mais ou menos um quarteirão de distância, estacionavam três ou quatro automóveis com agentes da NKDV, em constante prontidão, para seguir os carros que saíam das missões estrangeiras. Isto era feito quase

abertamente. Do mesmo modo são os milicianos designados como guarda protetora para a frente das embaixadas. Por certo que os diplomatas estrangeiros sabem que os milicianos são membros da NKDV, destacados para informar sobre todo o pessoal da missão, até os empregados mais humildes.

Mas tudo isto são operações de aparato. A verdadeira busca é realizada por agentes secretos geralmente desconhecidos pelos elementos evidentes. Enquanto os funcionários da embaixada observam suas "sombras", outros agentes os acompanham de modo mais discreto e mais eficiente. Para grande satisfação dos soviéticos, as embaixadas em Moscou geralmente empregam criados russos, presumivelmente por motivos de economia. Isto dá à NKDV esplêndidas oportunidades de espionagem, fazendo de todos aqueles empregados, membros adestrados da política secreta. Lindas raparigas, alunas das escolas de teatro, em férias, são designadas para oferecerem-se como empregadas domésticas, ou para outros serviços na embaixada, depois de cursos especiais de técnica de espionagem".

E acrescenta:

"Embora as embaixadas estrangeiras em Moscou empreguem alguns elementos naturais do país, não se imagine, por um momento sequer, que as embaixadas soviéticas no exterior façam o mesmo. Todos os funcionários, técnicos ou não, são membros do Serviço Secreto."

Por que à Rússia interessam relações diplomáticas com o Brasil?

Tudo quanto expus até este momento demonstra o que significam e como agem as embaixadas soviéticas nos demais países. A exigüidade do tempo não permite referências sobre essas atividades na Austrália, no Uruguai, na Argentina, na França, na Itália, na Suécia e em Cuba, onde conseguiu implantar o regime comunista. Mas uma pergunta me poderá ser feita, que é a seguinte: "Dispondo a Rússia no Brasil das embaixadas de seus satélites,a Tcheco-Eslováquia e a Polônia, e podendo, através delas, exercer a espionagem e as atividades estimulantes do comunismo, que interesse leva o Soviet no sentido de insinuar ao Governo brasileiro a atitude de solicitação evidente nos sete meses de Jânio Quadros e patente nos dois meses de parlamentarismo, como estamos assistindo?

A resposta é simples: existe um motivo político na vida interna da Nação brasileira, que é o psicológico, ou seja, a criação de um estado de espírito

que faculta o largo desenvolvimento do Partido Comunista, assim como um motivo político de ordem externa, isto é, a repercussão do ato governamental de reatamento, nas demais nações latino-americanas. E existe um motivo de ordem técnica, quer dizer, uma ação direta da União Soviética, com o seu aparelhamento ultramodernizado de espionagem e propaganda, levando a vantagem de não confiar inteiramente nas organizações dos países satélites, onde o controle de fidelidade não poderá atingir um alto grau de eficiência.

Esses são os dois motivos pelos quais interessa à Rússia a relação diplomática com o Brasil.

Plano vermelho para as Américas

No plano vermelho para as Américas, o Brasil ocupa lugar de especial destaque. É o país de maior extensão territorial e de maior população, considerado líder da América Latina. Por outro lado, sob o ponto de vista estratégico, pode ser útil ao hemisfério, não só pelas matérias-primas, de que a Rússia não necessita, por as possuir, mas que desejaria privar os povos americanos, como também – e julgo aí estar a mais importante razão – por constituir o Nordeste importante área para desembarques de tropas provindas da costa ocidental da África, pois em sentido contrário foi que se deu a invasão da Europa na última guerra.

Poderão objetar-me que a guerra atômica prescinde dessas bases e que o progresso realizado com foguetes desferidos de grandes distâncias alterou o conceito da guerra futura. Responderei que esse argumento colhe, no caso de uma guerra militar, porém não nas circunstâncias da chamada "guerra fria". Perdurando esta, executa-se a palavra de ordem de Krushev no recente XXII Congresso do Partido Comunista: "comunismo sem guerra".

Quando Krushev diz isto, ele não inclui, no quadro geral da guerra, o novo tipo de conflito a que se tem dado nome de "guerras de libertação", guerras essas confinadas a restritas áreas, sem implicar o choque das grandes potências. Tais são os casos do Laos, do Vietnã, da Coréia, do Tibet, da Hungria, do Congo, "comunismo sem guerra" significa insurreição em um país e intervenção de tropas vizinhas, sejam do país limítrofe, sejam constituídas de elementos internacionais oficialmente independentes, na realidade apoiadas por uma nação que se diz neutra.

Para este tipo de guerra, o problema é o da ocupação, não sendo necessário o emprego de bombas atômicas, o que envolveria responsabilidade das grandes nações que as possuem. Nesse caso, a costa ocidental da África torna-se importantíssima para auxílio a qualquer insurreição comunista no Brasil, podendo haver desembarques de armas e materiais e até de homens no triângulo estratégico constituído pela área Fortaleza-Natal-Recife. E nem é por

outro motivo a coincidência de dois fatos de nossos dias: a ingerência da Rússia na África, onde já domina praticamente a Guiné e promove a guerra civil no Congo e as invasões de Angola, ao mesmo tempo desenvolvendo larga propaganda comunista no Nordeste brasileiro.

Além de todos esses motivos importantes, existe ainda para a Rússia um grande interesse pela comunização do Brasil: é a quebra do pan-americanismo, fundado ao alvorecer de nossas independências, para nos unirmos contra os propósitos da Santa Aliança, formada após o Congresso de Viena, pela Rússia, Áustria, França e Inglaterra, no sentido de fazer-nos volver à condição de colônias. Esse instrumento político de defesa tem sido fortalecido e vem funcionando eficientemente, baseado no princípio de que somente os povos do Novo Mundo podem discutir e deliberar sobre problemas que lhes dizem respeito, não se permitindo a ingerência de qualquer nação de outros continentes. A quebra dessa união é de grande interesse para a Rússia no sentido de nos enfraquecer; e, lamentavelmente, por influência dos Fred Rose e dos Allan May, que também os temos no Brasil, já se abriu a primeira brecha no dispositivo secular, com a recente abstenção do nosso representante na Organização dos Estados Americanos, relativamente ao caso de Cuba, tendo sido o Brasil e o México os únicos que se afastaram da comunhão das nações do continente.

Organismos diversos trabalham para a destruição das democracias americanas, cujos países são freqüentemente sacudidos por agitações, como se tem verificado na Bolívia, no Peru, no Equador e anteriormente na Guatemala e na Colômbia. Um dispositivo incluído no organograma do KOMINTERN é a CTAL, ou Confederação dos Trabalhadores da América Latina, chefiada por Lombardo Toledano, o líder comunista do México,e secretariado pelo comunista brasileiro Roberto Morena. Existe, desde 1927, no mesmo organograma, um secretariado para a América Latina, incumbido de dirigir a ação comunista em nossos países. A partir desse ano, o Uruguai tornou-se o centro irradiador do movimento soviético na América Meridional[1].

Em Cuba, o comunismo foi preparado de longa data. Começou com as transigências do governo de Batista, durante o qual os agentes de Moscou ocuparam postos chaves da administração, dominaram a imprensa, inseriram-se no ensino, tomaram parte ativa em manifestações de rua favoráveis ao ditador comunista da Guatemala derrubado do poder. Segundo os métodos de Lenine, infiltraram-se, depois de fortalecidos por Batista, na revolução de

1. Na ocasião deste discurso, ainda não poderíamos citar as guerrilhas na Bolívia, a comunização do Chile por Allende, a ação dos "tupamaros" no Uruguai, as graves perturbações terroristas na Argentina.

Castro e vieram na crista da vitória, implantando o regime vermelho naquela ilha.

A utopia dos acomodados

O reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia revelou a existência em nosso País de um pensamento digno dos acomodados, dos negligentes, dos oportunistas e dos fatalistas. Dizem estes: "No Brasil não é possível o comunismo, pois somos uma Nação católica e um povo de tradições cristãs, que jamais tolerará o regime russo. Não há, portanto, receios quanto à ação soviética no Brasil e não devemos temer as relações diplomáticas com a Rússia".

Responderei que nenhum povo era mais católico do que o da Hungria, com sua devoção secular a Santo Estevam. Nenhum povo era mais católico do que o tcheco-eslovaco, com sua devoção tradicional ao Menino Jesus de Praga. Nenhum povo era mais católico do que o da Polônia, com sua ardente devoção à Virgem Maria. No entanto, são países hoje escravizados pela Rússia, tendo sido seus sacerdotes e pastores encarcerados, mandados para os campos de concentração e muitos fuzilados. Como foi possível isto?

Explica-o o Padre Georges, no seu livro *God's Underground*, no caso relativo à Polônia. Este sacerdote, que era também médico e, nessa qualidade, integrava como oficial os exércitos tchecos e croatas em luta contra o nazismo, uniu-se, no fim da última guerra, ao exército vermelho, numa cidade polonesa, apresentando-se com outro oficial, ao general comandante que se encontrava alojado num mosteiro. Ignorando a categoria eclesiástica do oficial médico, que ele julgava um bom comunista, o general fez-lhe confidências. Em torno a uma mesa, tomando vodca e saboreando cigarros, o comandante das tropas vermelhas segredou-lhe:

> "Quanto à religião, não se espante vendo os monges ainda aqui no mosteiro, em nossa amável companhia. Meus amigos, sabemos o que estamos fazendo. Não esquecemos que existe um irreconciliável abismo entre a religião e o Estado Soviético. Não pensem que nos esquecemos disso. Mas, no momento, o problema é complexo. Estamos-nos assenhoreando de grande número de países católicos, como a Polônia. Este povo retardado ainda tem grande apego à sua religião. Se o atacarmos abertamente, nunca atenderão à nossa propaganda. O melhor que temos a fazer – e isto foi decidido nos altos postos em Moscou – é desarmar a oposição inicial desta gente. Queremos que acreditem que a política mudou e que a liberdade religiosa é o propósito da União Soviética. Meus homens têm ordens

severas para não destruir as igrejas destes lugares e não importunar os monges que ficaram na parte do convento a eles destinada por mim. Eu mesmo, de vez em quando, vou tomar um copo de vinho com o velho abade. Nas festas principais, apareço na igreja".

Depois de outras considerações, o general acrescentou:

" Os senhores verão. Daqui a pouco vão começar a acontecer coisas estranhas para a religião. Expliquem este plano aos membros das nossas células, como expliquei aos senhores. Estamos projetando muitas novidades para esta zona e em outros países. No dia da Páscoa, o Embaixador soviético em Constantinopla acompanhará a procissão da tarde, levando uma vela, a fim de manifestar seu respeito ao Patriarca Ecumênico de lá. A imprensa mundial ficará emocionada".

Disse mais ainda:

"Deixemos esta velha gente daqui ter as suas igrejas. O nosso trabalho é com os moços. Graças ao acordo de Yalta, todos os partidos devem ser representados nos novos governos. Os nossos homens serão incluídos. Em menos de um ano, temos de nos infiltrar nesses partidos e nos apoderarmos do governo. Então, camaradas, poderemos acelerar a marcha. Arrasar todas as escolas religiosas. Abolir os crucifixos antiquados. Exterminar a imprensa católica e as organizações da juventude cristã."

E concluiu:

"Muito breve toda a Europa Oriental será dominada pelo ateísmo. Agora temos de ganhar tempo".

Este depoimento, prestigiado pelo prefácio do Arcebispo Fulton Sheen, nada mais é do que a confirmação das palavras de Stalin, em 9 de novembro de 1927, falando à Legação Trabalhista Norte-Americana, nestes termos: "O Partido não pode ser neutro para com a religião e faz a sua propaganda contra cada um dos preconceitos religiosos. A propaganda anti-religiosa é o meio pelo qual ultimaremos a liquidação completa do clero".

O que se passou na Polônia passou-se igualmente nos países da Cortina de Ferro. Na Hungria, foi o Partido Agrário Cristão que, pretendendo modernizar-se, adotou idéias socialistas, interpretando através de sofismas as Encíclicas e reacendendo a velha propaganda de Lamenais atualizada pelos católicos da

chamada "mão estendida". Esse partido entrou na coalizão de mencheviques e bolcheviques, formando o governo em que estes acabaram dominando. Mais tarde, em 1956, quando prisioneiro o Cardeal e fechadas as igrejas, tentou-se um movimento de libertação, mas foi muito tarde. O Exército Russo, desde 1945 nas fronteiras do país, com 200 mil homens, chacinou os húngaros, deixando estendidos nas ruas de Budapeste 60 mil estudantes e operários.

Que ninguém venha, pois, dizer que no Brasil o comunismo não pega, porque somos católicos ou cristãos e que, por isso, nada devemos temer das relações diplomáticas com a Rússia Soviética. Ou nos levantamos num grande movimento nacional enfrentando o ardiloso adversário e suas manobras através de organizações de que se serve Moscou, ou não haverá salvação para o Brasil.

Interesses econômicos

O Sr. Ministro das Relações Exteriores esforçou-se em seu discurso para separar os dois aspectos do problema de nossas relações com a Rússia Soviética: o da ideologia e o das vantagens econômicas. Quis mostrar que o casamento seria por interesse, sem nenhum amor. A velha é rica, o rapaz é pobre; ama ele a donzela democracia-liberal, a quem cantará suaves canções de lírico platonismo, mas viverá com a bruxa para não morrer de fome. Apresentou as elucubrações dos técnicos do Itamaraty, percentuando índices econômicos e comparativos de diversas áreas do globo terrestre, mas não nos falou, concretamente, sobre produtos exportáveis e importáveis. Não me demorarei, nem terei mesmo tempo, para entrar, desta feita, na análise dessa questão econômica. Além do mais, quando coloco um problema no terreno da moralidade e da dignidade, não empresto o mínimo valor aos interesses materiais que me advenham de uma atitude pouco ou nada limpa. Julgo, entretanto, oportuno reproduzir aqui algumas considerações do grande jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo* e trechos do discurso do nosso ilustre colega Raul de Góis perante a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Diz o *Estado de S. Paulo* em 24 de julho do corrente ano:

> "Quanto aos resultados práticos" (refere-se aos da Missão Dantas) "não há exagero na afirmação de que inexistem. Das próprias declarações dos especialistas da missão depreende-se o mesmo. Produzindo a URSS tudo ou quase tudo que produzimos em nosso território, torna-se evidente que não é viável o estabelecimento de um intercâmbio em condições interessantes para o Brasil. Ele seria forçosamente artificial. Poderíamos, a rigor, ser clientes, mas não fornecedores. Os fatos têm demonstrado aliás, haver grande diferença entre a apregoada excelência dos produtos

da indústria soviética e a sua qualidade real quando apreciada do ponto de vista do consumidor estrangeiro. Os automóveis é o que se sabe: o descrédito das marcas soviéticas nas nações neutralistas que se viram forçadas a importar carros russos é completo. Com a maquinaria acontece sensivelmente a mesma coisa e, até no campo restrito das utilidades caseiras e das conservas alimentares, os artigos de exportação da URSS não suportam o confronto com os ocidentais".

Atividades de uma Embaixada Soviética

Volvamos, agora, Srs. Deputados, conforme prometi, ao assunto por mim aflorado, relativo ao Dr. Allan May, Deputado Fred Rose e líder trabalhista Sam Carr, envolvidos nas atividades da Embaixada soviética no Canadá.

A Embaixada soviética tinha-os conquistado para seus objetivos. Em relação ao Dr. Allan May, cumpre-me chamar a atenção da Câmara para um fato muito comum em nosso País: o de pessoas notoriamente comunistas, mas sobre cujo credo ou filiação não se pode produzir provas. Mais perigosas ainda para a segurança nacional são outras que chegam mesmo a se manifestar contra o regime comunista, mas adotam todas as teses lançadas pela Rússia, quer no tocante à política exterior, quer no que se refere aos problemas internos do País. São elementos dos mais preciosos para a União Soviética. É o caso do Dr. Allan May.

Para se compreender melhor este assunto, basta ler as confissões de Arthur Koestler, autor do interessante livro *O Zero e o Infinito*. Sendo ele grande jornalista e correspondente da cadeia de jornais Ullstein, durante certo tempo foi impedido de ingressar publicamente no Partido Comunista, sendo-lhe dada a missão de pôr em destaque as notícias que convinham à Rússia, omitir ou reduzir as que prejudicavam a ação soviética e escrever comentários, em tom de bom senso para jornais burgueses, prestigiando as posições políticas mais favoráveis aos fins visados pelo comunismo.

O Dr. Allan May trabalhava na Inglaterra. Era um cientista. Politicamente, nada representava. Falava pouco. Suas convicções, no máximo, poderiam classificá-lo, como tantos em nosso País, sob o aspecto de inofensivo idealista. Na realidade, ele já estava inscrito entre os agentes de Moscou com o nome de Alex. Contudo – e apesar de toda a argúcia do *Intelligence Service* britânico – foi enviado para o Canadá, integrando um grupo de pesquisadores especialistas em energia nuclear.

Em 28 de março de 1945, um espião soviético, ligado à Embaixada, informou o seu chefe, Major Rugov, nos seguintes termos:

"Badeau – nome de guerra do cidadão *Durnford Smith* – informou-me que o trabalho mais secreto, atualmente, é sobre física nuclear (bombardeio de substâncias radioativas para produzir energia). Isto é mais importante do que o radar e está sendo realizado na Universidade de Montreal e na Universidade Mac Master, em Hamilton. Badeau acha que a compra pelo governo canadense de uma usina produtora de rádio está ligada com essas pesquisas".

Veio, então, de Moscou, ao Coronel Zabotin, chefe dos Serviços Secretos da Embaixada Russa, um telegrama mandando-o procurar imediatamente o Dr. Allan Nunn May, em Montreal. O contato deveria ser efetivado por intermédio de Sam Carr, líder do Partido Trabalhista canadense, cujo verdadeiro nome é Schmil Kogan. Este Carr era largamente financiado pelo Conde Browder e pelo Partido Comunista dos Estados Unidos. Estabelecidas as ligações, foi encarregado o tenente Angelov de ir a Montreal à procura de May. O que se passou daí por diante é de espantar. Todos os segredos sobre a bomba atômica foram obtidos, não somente no Canadá, mas também nos Estados Unidos e na Inglaterra. No curso das investigações soviéticas apareceu outra personalidade notável, o Dr. Raymond Boyer, homem rico, da categoria dos milionários, químico notável, professor na Universidade Mac Gill, de Montreal. Homem elegantíssimo, tipo *society*, ninguém poderia supor que estivesse entrosado com a Embaixada russa, a prestar serviços à espionagem soviética.

A trama era urdida no triângulo Otawa-Washington-Londres. Tendo o Dr. May sido transferido para o *King's College*, da Capital inglesa, logo a Embaixada soviética do Canadá recebeu o seguinte telegrama de Moscou: "Prepare e telegrafe sobre encontro e senha para Alex com nosso homem em Londres". Tudo foi acertado e o encontro se realizou com a senha "Recomendações a Michel" e a contra-senha "Qual o caminho mais curto para Strand?".

A rede de espionagem soviética tinha por base os elementos locais do Partido Comunista. Haja vista o caso de Fred Rose, Deputado ao Parlamento canadense. Além dos serviços comuns de espionagem e de promoção de agitações, a sua cooperação de maior valor decorria do exercício de suas funções parlamentares. A Câmara dos Deputados do Canadá realizou várias sessões secretas para tratar de assuntos de segurança nacional e a todas compareceu Fred Rose, enviando relatórios minuciosos, o que fazia por intermédio de Davis, nome suposto do Major Sokolov, que aos olhos do governo canadense não passava de um inofensivo auxilar da Seção Comercial da Embaixada Soviética. Além disso, Fred Rose se articulava com Molier, nome de código de um funcionário do Consulado russo em Nova Iorque e mantinha ligações estreitas com Steinberg, cidadão americano que operava em Washington sob o

falso nome de Berger. Nas atividades exercidas nos Estados Unidos, Fred Rose usava o nome de Deboux.

Também no alto funcionalismo canadense foram recrutados elementos de grande valor para a espionagem soviética. Entre os funcionários comprometidos, encontrou-se a Senhorita Kathleen Willsher, anteriormente agraciada por S. Majestade Britânica, em razão de serviços prestados. A amplitude da ação da Embaixada soviética no Canadá era enorme. Além das atividades de espionagem, fortalecia o Partido Comunista, com material de propaganda e estipêndios financeiros, principalmente ajudando, por intermédio de Sam Carr, a Escola Nacional de Treinamento para o Partido Comunista, com sede em Toronto. O papel de Carr foi relevantíssimo. Basta dizer que, a 15 de janeiro de 1945, foi encarregado pelo Tenente-Coronel Rogov de "desenvolver trabalho no Ministério de Defesa Nacional, no Ministério da Aeronaútica, no Ministério da Marinha e nos Estados-Maiores". Como conseqüência, sete meses depois, em 2 de agosto de 1945, o Coronel Zabotin, chefe do Serviço Secreto Militar, em telegrama para Moscou, informava que Sam Carr conseguira aliciar vários oficiais e, em data posterior do mesmo mês, enviava ao Tenente-General Ilyichev, Diretor do Serviço Secreto Militar em Moscou, um relatório de 46 páginas, que intitulou "Biografias de funcionários" e onde se continham os nomes dos que poderiam ser aproveitados.

Chamo a atenção da Câmara para um fato da maior relevância, que responde com lógica de ferro às ingênuas medidas comunicadas pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores a esta Casa.

O ilustre parlamentar a que me referi, em conferência que realizou, diz:

> "Que interesse tem a Rússia em trocar os seus tratores e equipamentos agrícolas, o seu papel, o seu trigo, o seu petróleo, pelo café brasileiro, se as suas populações nunca o saborearam e só o provariam por imposição do Estado? Em dias do corrente mês, exportamos, além de algodão, 20 mil couros salgados para a URSS. Que representa nessa partida para o mercado soviético? Trata-se de matéria-prima de que a Rússia dispõe em larguíssima escala. Segundo estatística da ONU de 1960, só o rebanho bovino daquele país atinge 80 milhões de cabeças. O algodão que exportamos para lá, no valor de 150 mil dólares, é outro produto intensamente cultivado no solo russo, suprindo a sua produção, tanto como as de linho e cânhamo, a indústria têxtil soviética com excedentes exportáveis para os países satélites. Ora, como a Rússia não tem nenhum interesse econômico em comerciar com o Brasil, está claro que outros interesses existem, alheios ao campo da economia."

Esta breve narrativa, cuja documentação se encontra nos inquéritos e processos a que responderam o Dr. May e seus comparsas, quis eu inserir no final desta exposição, a fim de que os brasileiros, um dia, quando se sentirem ludibriados e infelicitados pela decisão do atual Governo, não se queixem de que ninguém os avisou.

E agora? Que esperamos?

Com o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética, ato do Governo apresentado como fato consumado a esta Câmara, poderemos prever mediata e imediatamente o seguinte:(1)

1) gestões para o reconhecimento da China Comunista e estabelecimento de relações diplomáticas com o governo de Mao Tsé-tung;

2) legalização do Partido Comunista em nosso País;

3) posição da nossa representação na ONU e na OEA, contra Portugal e a favor de Cuba Comunista;

4) bolsas de estudo em Moscou para jovens brasileiros como as fez na África;

5) desenvolvimento da imprensa comunista e intensificação das atividades comunistas nos jornais burgueses;

6) recrudescimento do intercâmbio cultural Brasil-Rússia, com predominância desta em nosso País, notadamente no terreno da Arte e da Literatura;

7) estímulo aos professores marxistas para mais ampla pregação nas escolas primárias, secundárias e superiores;

8) encorajamento às células comunistas, infiltradas em todas as classes, principalmente nas Forças Armadas;

9) influência esquerdista nos órgãos governamentais;

10) recrudescimento da ação ilegal das ligas camponesas;

11) fortalecimento comunista nos organismos sindicais;

12) ampliação dos movimentos populares do antigo tipo da Aliança Nacional Libertadora, coordenados e dirigidos pelo Partido Comunista;

13) greves políticas e agitações estudantis;

14) desdobramento da ação de espionagem em todos os setores da vida brasileira; e

15) pregação aberta da revolução social.

---

(1) As previsões dos itens 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15 foram amplamente realizadas nos anos de 1962/63 (Gov. João Goulart), cessando a partir da Revolução de 1964, que depôs aquele Presidente. A previsão do item 1 acaba de ser concretizada pelo atual Governo da propria Revolução. A do item 7 está em franca realização. Quanto aos outros itens, aguardamos. (Nota em agosto de 1974.)

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Advirto o nobre orador de que devemos passar à matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Vou concluir, Sr. Presidente.

Tratando-se de assunto que reputo o mais grave na História brasileira – e não dispondo do tempo necessário para ler toda a documentação que aqui tenho, para demonstrar o plano da Rússia Soviética para a América Latina, em particular –, passarei, em seguida, e para contrabater principalmente a opinião daqueles que dizem que somente agora o Brasil assumiu uma atitude independente em relação a sua política exterior, a lembrar à Câmara que as relações diplomáticas do Brasil com a Rússia, em 1945, foram impostas humilhantemente ao nosso País pelo Departamento de Estado norte-americano, através de Stetinius. Ou o Brasil entreteria essas relações, ou não faria parte da ONU. Até então, sempre ocupamos lugar de destaque na política exterior em relação às demais nações da América, quer durante o tempo do Barão do Rio Branco, quer quando Rui Barbosa liderou os Estados Unidos em Haya, quer quando o mesmo Rui Barbosa, no discurso de Tucumã, na Argentina, determinou a entrada dos Estados Unidos na Guerra. Mas, ao fim da última Grande Guerra, passamos a ser lacaios dos americanos, curvando a cabeça a Stetinius e estabelecendo ligação com a Rússia. O Governo do Sr. Eurico Gaspar Dutra realizou nossa independência em relação às imposições do Departamento de Estado Americano, cortando nossas relações com a União Soviética e fechando em nosso País o Partido Comunista. Mas, agora que os Estados Unidos, cada vez mais, imbecilmente, continuam a política de Yalta, operando na ONU em favor sempre de teses soviéticas e em detrimento da defesa do nosso hemisfério, nós agora voltamos a deixar a linha de independência e nos tornamos subordinados aos critérios do Departamento de Estado Americano.

E ainda alegamos que devemos ter relações com a Rússia Soviética, porque os Estados Unidos as têm. Não posso compreender como possamos nortear as normas da nossa posição exterior pelo que fazem outros países. Todo o Império e toda a República deram-nos exemplos de altivez, independência e dignidade. Entretanto agora, chegamos tão baixo, que temos de buscar os exemplos de outros países, contra interesses genuínos e essenciais da nossa nacionalidade e da nossa segurança.

Não dispondo do tempo necessário para mostrar documentação de estarrecer esta Casa, prometo, como o disse em aparte ao Ministro San Thiago Dantas, iniciar por todo o Brasil, pelo rádio, pela televisão, em comícios, por toda a parte, uma larga divulgação de esclarecimento ao povo brasileiro, porque estou convencido de que 95% da nossa população foi tão desconsiderada pelo atual Gabinete, como foi a Câmara dos Deputados, recebendo um ato consumado. Tenho certeza de que levantarei comigo as forças vivas da

nacionalidade e, mais uma vez, me entregarei a uma campanha que reputo de salvação nacional. Alexandre Herculano fala da morte do grande fronteiro-mor Gonçalo Mendes da Maia. Este homem, com 85 anos de idade, no alto do castelo de Beja,gritou: "Pajem, traga-me a minha lorigana de malha e a minha espada durindana, arreie o meu cavalo murzelo. Hoje faz 85 anos que fui batizado, 75 que visto armas, 70 que fui armado cavaleiro e quero festejar esta data com uma investida na fronteira dos mouros".

Direi também, parafraseando Gonçalo Mendes da Maia: há 30 anos batalho contra o bolchevismo em meu País, pela liberdade humana e dignidade da Pátria. Há 22 anos fui exilado e vivi oito anos fora do meu País. Há quinze anos, regressei e conquistei o direito de falar ao povo na sucessividade dos conflitos, de Capital em Capital. E, agora, no momento de amargura e tristeza da Pátria, no instante em que rememoro todas as incompreensões que tenho sofrido, as injustiças e injúrias do tempo, agora eu direi também: quero festejar minhas dores e minhas amarguras com mais uma decisiva investida contra os inimigos, abertos ou encapotados, da Nação, que pretendem, através de ardilosas providências e medidas que, pouco a pouco, vão minando as raízes da nacionalidade, destruir o Brasil e as gloriosas tradições nacionais.

É o que posso dizer na exigüidade do tempo de que disponho. Mas o ano é muito longo, as praças públicas abertas, e minha voz não se calará, bradando constantemente, como Catão bradava em Roma, o estribilho permanente, do *delenda Carthago*, do espírito mercantil de Cartago, da política de balcão de Cartago, da política mercenária que se quer aplicar, contra o pensamento, os princípios, as normas, as tradições e a dignidade cristã do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E A REMESSA DE TROPAS PARA A REPÚBLICA DOMINICANA

Sessão de 18 de maio de 1965

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o brilhante discurso que acabo de ouvir, proferido por um dos mais jovens parlamentares desta Casa, longe de me convencer ou de alterar meu ponto de vista, relativamente à remessa de tropas a São Domingos, mais fortaleceu em mim a certeza de que realmente naquela pequena República existe um estado de desordem e confusão que pode ser gravemente nocivo à segurança dos povos americanos e, conseqüentemente, à nossa Pátria.

Começarei dizendo que não sou daqueles que louvam a política dos Estados Unidos, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista das atitudes que aquele país deveria ter assumido em outras oportunidades, para evitar tantas desgraças ao mundo.

A última Grande Guerra trouxe para a humanidade uma grande desventura: aqueles que eram os mais fortes, os dominadores das forças aliadas, que lutaram contra o totalitarismo alemão, eram imaturos politicamente. E essa imaturidade dos que se tornaram líderes do mundo teve como conseqüência a disseminação de guerras esparsas, setoriais, em que nações vêm-se batendo desde que foi dominado o último conflito mundial. Os Estados Unidos começaram errando desde o encontro de Casa Blanca até o de Teerã e posteriormente o de Yalta, culminando em Potsdam. Tudo concederam àquela nação totalitária, de um totalitarismo igual ao nazismo alemão, para que ela se fortalecesse e, aplicando os métodos e táticas leninistas, pudesse incendiar o mundo e disseminar aquela mesma doutrina contra a qual as Forças Aliadas se levantaram. Foi principalmente a partir do instante em que Stalin exigiu que a invasão da Europa não se fizesse pelos Bálcãs, porém a Oeste, porquanto aquela região era de influência e dominação russa, que começou a esmorecer a estrela da verdadeira democracia e liberdade para fortalecer o totalitarismo mais cruel, mais hábil, mais sinuoso na objetivação dos seus fins funestos. Em conseqüência dessa política, o governo americano continuou, dentro daquela academia chamada ONU, a influir no sentido de se aceitar os fatos consumados, e de tal maneira que a ONU, por ocasião da invasão da Hungria, que foi tremendamente trágica (*muito bem*), em que sucumbiram estudantes e operários aos montões, limitou-se a mandar uma comissão para observar o que se passara, tendo adjudicado os Estados bálticos; tendo conseguido o controle da

Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria, o que facilitou a vitória dos exércitos de Mao Tsé-tung e Chou En-lai contra Chiang Kai-shek, tendo-se fortalecido com a anexação da Alemanha Oriental, a tal ponto culpados os Estados Unidos, que fizeram regressar o General Patton, que já se encontrava em Dresde, para que se esperasse pelos três a entrada do General Zukov em Berlim; tendo-se fortalecido com a anexação da parte das ilhas Sacalinas que não lhe pertencia e as ilhas Kurilas, pôde ainda a Rússia, ao final da guerra, comparecer para a capitulação do Japão, com o qual nunca esteve em guerra. Já depois de 25 de maio de 1945 é que ela se movimentou para simular uma guerra, a fim de obter vantagens na Coréia do Norte, o que foi concedido pelos Estados Unidos, resultando a morte de dezenas de milhares de soldados americanos.

A situação atual da Indochina, esta trágica situação do Vietnã e a política defasada, erradíssima, do ponto de vista político-estratégico-militar, praticada pelos Estados Unidos na África, tem trazido em sobressalto o Novo Mundo, ameaçado na costa da África, já de há muito, pela dominação russa e chinesa, na costa de Guiné e ainda pela pretensão da tomada de Angola. Também o silêncio mortal que se fez à estúpida agressão de Pandit Nehru ao território português de Goa demonstrou, mais uma vez, o erro de uma política, que compararei ao procedimento do jacaré, o qual deixa a onça comer-lhe a cauda, na esperança de que nasça outra.

O caso de Cuba é impressionante. Os Estados Unidos não se animaram a defender-nos, a defender os povos da América, deixando que ali se instituísse um governo que naturalmente se dizia democrático, porque nenhum é comunista... Fidel Castro não se dizia comunista, mas desde logo praticou comunismo em todos os setores da vida pública de Cuba, e, finalmente, arrancou a máscara, com a ajuda franca, aberta e descarada da União Soviética.

Já declarei certa vez nesta Casa que,diante da situação do mundo, em que sentimos o eclipse das razões éticas e jurídicas, para só predominar o absurdo dos fatos consumados, eu, como patriota brasileiro, amando minha Pátria, pregando nacionalismo há mais de 30 anos, adoto para meu critério, em relação à política internacional, não mais o academismo da ONU e das nações omissas e covardes, mas o critério da estratégia militar, da defesa da minha Pátria. No tempo do Império, muitas vezes tivemos necessidade de entrar em guerra com irmãos nossos do continente, para defendê-los de ditaduras que também nos ameaçavam. A guerra do Paraguai não foi contra o povo paraguaio, mas contra a tirania absorvente de Lopez, cujo traçado político envolvia graves interesses territoriais brasileiros. Essa era a tradição do Império, a de realizar uma política exterior clarividente, visando, acima de tudo, à defesa nacional de nossa Pátria. Nestas condições, os Estados Unidos, desta vez, acudiram a tempo. Se o mesmo tivesse feito em Cuba, não teríamos aquela cunha eurásica

ameaçando as liberdades da América e os legítimos direitos humanos. *(Muito bem.)*

Relembrei, tempos atrás, em artigo publicado nos *Diários Associados*, o célebre caso da morte de Felipe III, que morreu de etiqueta. Estava o Rei a aquecer-se junto a um fogareiro, inibido de andar, por reumatismo ou qualquer outra moléstia. As labaredas cresceram, estavam assando a perna do Rei, que gemia. Diante disto, chamaram um conde para retirar o Rei de perto do fogareiro. Mas o conde declarou que, de acordo com o protocolo palaciano, o caso não lhe competia, porém ao marquês. Procuraram o marquês por todo o Palácio Escurial. Não encontraram. Mandaram procurar nos arredores. Nada de marquês. Reúne-se, então, uma comissão, as eternas comissões que se reúnem nos casos de urgência para protelar as decisões – comissões de teólogos, juristas e protocolistas, homens da boa cortesia e das boas maneiras. Afirmaram os teólogos que, em caso de perigo de vida, a caridade cristã estava acima das exigências protocolares palacianas e que qualquer um podia tocar no Rei. Vêm os juristas, mexem velhos alfarrábios, examinam todos os ramos do Direito e declaram que, infelizmente, em nenhum ramo do Direito constava qualquer coisa relativa a pernas de rei ou a fogareiro queimando-as. *(Riso.)* Vieram, então os da cortesia e disseram que não transigiam. Enquanto isto, o Rei, urrava, já berrava tremendamente. Resolveram mandar buscar o Duque de Lerma, Primeiro-Ministro, que se achava em Madri. A galope, partiu um cavaleiro. Enquanto isto as labaredas baixaram. Ficou a brasa vermelha, exatamente aquela que não deixa assar apenas a superfície, mas assa a carne por dentro, como se faz com lombo de porco e com churrasco. Chega o Duque de Lerma e afasta o Rei, mas Felipe III dura poucas horas. Entrega sua alma a Deus e o trono a Felipe IV. Também agora, acendeu-se um novo fogareiro, igual ao de Cuba, a queimar a carne do continente *(muito bem)*, e ficamos academicamente discutindo, academicamente nos perdendo em indagações que nada têm a ver com a urgência do caso a remediar. *(Muito bem.)*

Entendo que os Estados Unidos, tomando decisão imediata, foram corretos, submetendo sua ação ao consenso das nações americanas.

O Sr. João Herculino – Depois da agressão.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não agressão, mas para acudir aquele que pedia socorro, já com três *paredones* funcionando, morrendo gente em tremenda carnificina. *(Muito bem; muito bem. Palmas.)*

O Sr. Osvaldo Lima Filho – É falso.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Era urgente acudir...

O Sr. João Herculino – Ninguém pediu socorro.

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... de acordo com nossas obrigações para com as nações americanas.

Devemos mandar tropas? Que as mandemos! Disse ilustre orador que não temos obrigação de mandar. Realmente, não temos obrigação. Temos interesse em mandar (*muito bem; muito bem; palmas*), para defender a liberdade dos povos do Novo Mundo, para não sermos omissos e covardes, para evitar as grandes desgraças futuras, cortando o mal pela raiz.

Votarei a favor da remessa de tropas. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Plínio Salgado, como Líder do PRP.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma frase do discurso do brilhante Deputado Jairo Brum, que acabo de ouvir, vem confirmar o meu ponto de vista acerca deste momentoso caso de São Domingos. Diz ele que "o que está em jogo não é a perna do rei, mas a liberdade dos povos". Realmente é a liberdade dos povos, é a tradição desta liberdade nas Américas que devemos preservar.

Srs. Deputados, é preciso encararmos com bom senso este episódio do Caribe. A República de São Domingos, em território, em população, em importância econômica, não pode ser objeto, nem o poderia ser, de ambições dos Estados Unidos. Se os Estados Unidos tiverem de tomar providências urgentes e enérgicas neste caso, não foram, por certo, orientados por um imperialismo, por uma intenção de dominar os povos da América. Pelo contrário, se ali foram as forças americanas, é porque alguma coisa maior estava em perigo.

No exemplo de Cuba, a omissão dos Estados Unidos deu em resultado termos dentro da América, tradicionalmente livre e democrática, uma província moscovita, que nos tem ameaçado, e nos ameaçou até com bases de foguetes, criando o problema estratégico-militar de defesa do continente. Afirmam os oradores contrários ao cumprimento deste dever, de enviar o Brasil tropas a São Domingos, que ali não há comunismo, que ali há uma rebelião popular, e apelam para o chavão, para o chavão da autodeterminação, interpretada por Moscou *ad usum Delphini*, interpretada pelos *soviets* e aceita pelos inocentes úteis de todos os países.

Que é a autodeterminação? O critério da autodeterminação, para mim, subordina-se à condição eleitoral. Aqueles que estudaram a fundo o marxismo e o leninismo sabem que são as minorias operantes que desferem golpes pela violência e, depois de dominar a imensa maioria, dizem-se os representantes

daquele povo e apelam para a autodeterminação. É a autodeterminação de salteadores, a autodeterminação de grupos de bandidos (*muito bem*), a autodeterminação dos que afogam em sangue a liberdade dos povos. Essa interpretação é errônea. É preciso que entendamos autodeterminação como resultado de um processo eleitoral livre e não de golpes de força, como se tem dado em certas repúblicas.

Também se afirmou que ali não há comunismo. Também em Cuba não havia comunismo. Tive oportunidade de ler, muito antes da revolução cubana, a descrição feita por um jornalista americano do panorama político naquele país. Os jornais americanos, os próprios estadistas americanos, eram favoráveis a Fidel Castro. Foram iludidos, caíram no conto do vigário. Mas basta de tanto engano, de tantos equívocos! É preciso que ajamos com realismo.

Srs. Deputados, quando estes argumentos não bastassem, um para mim basta e é o da maior importância: temos na Presidência da República um homem honrado, cuja honestidade de propósitos nem os seus opositores negam. Quando S. Ex.ª nos enviou esta mensagem, para que o Congresso decidisse, deve ter pesado as suas responsabilidades. Tendo colaborado efetivamente, ativamente, para a Revolução de 31 de março, apóio francamente o atual Governo e, somente no dia em que dele divergir por causa grave, deixarei de dar-lhe apoio. Mas enquanto apoiar um governo honesto e que livrou o Brasil do comunismo, porquanto sua ação tem sido constantemente no sentido de premunir a nacionalidade contra os agentes da sua corrupção e da sua destruição, votarei as mensagens que esse homem honrado e digno enviar ao Congresso Nacional, com a mais plena liberdade de ação e a maior responsabilidade de consciência. E aqueles que pensam como eu, acredito, constituem a maioria desta Casa. (*Muito bem.*) Votarei, portanto, favoravelmente, a que o Brasil não fique na situação de mero dependente dos Estados Unidos, que não faça os Estados Unidos de seu capanga para defender sua liberdade, mas que vá colaborar também, por efeito moral ainda que simbolicamente, no sentido de exprimir a unanimidade do sentimento americano, do Novo Mundo, defendendo as liberdades e os direitos humanos e afirmando para o mundo que, enquanto estivermos de pé, o comunismo russo, o totalitarismo eurásico não há de triunfar aqui. (*Muito bem. Muito bem. Palmas.*)

HOMENAGEM AO PRÍNCIPE HERDEIRO DO JAPÃO, S.A. IMPERIAL AKIHITO, E SUA ESPOSA MICHICO

Sessão de 23 de maio de 1967

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Alteza Imperial, a visita, com que honra nossa Pátria o Príncipe Herdeiro do Japão, enche de júbilo o povo brasileiro, e esse regozijo vem refletir-se no Congresso que, neste momento, engalana-se e abre festivamente suas portas para receber Sua Alteza Imperial.

Nas manifestações de contentamento e nas homenagens tributadas ao ilustre Príncipe do Império Nipônico perceberá Sua Alteza, como todos nós percebemos, os sentimentos de amizade que unem dois povos geograficamente colocados nos extremos opostos do globo terrestre, na misteriosa missão de revezarem-se na vigília de guarda ao sol vivificante.

Tais sentimentos de estima recíproca se fundam em motivos históricos, depois econômicos e sociológicos, acentuados com o decorrer dos anos mais recentes, a partir dos princípios deste século.

Vinculações históricas

Nosso primeiro contato efetivou-se no Século XVI, quando aquele outro nobre povo, de caráter e temperamento ecumênicos, o povo português, levou, ao mesmo tempo, as suas caravelas evangelizadoras ao Império do Sol Nascente e ao país do Cruzeiro do Sul.

Assim, enquanto Francisco Xavier transmitia aos japoneses a mensagem de amor e de confraternização das raças iluminadas pela luz do espírito, seus irmãos em fé, Nóbrega e Anchieta, traziam as populações autóctones do Brasil anúncio de um mundo em que os homens se compreendessem e procurassem a felicidade na troca de benefícios e nos comuns objetivos de paz.

Essa tradição histórica processou-se e desenvolveu-se, no curso dos séculos, sem que o percebêssemos, isolados e distantes que éramos de tal maneira, porém, que dir-se-ia um preparativo de quatrocentos anos, para que um dia nos encontrássemos, superando longitudes e latitudes, e pudéssemos – japoneses e brasileiros – abraçar-nos e caminhar juntos, objetivando, pelo trabalho, o ideal de realizações inspiradas no desejo de uma cooperação fraterna cada vez maior.

Tudo nos conduzia para isso. Mas é – no concernente ao campo das atividades econômicas e políticas – o Século XIX, sobretudo as suas últimas décadas, o que nos apresenta impressionante coincidência histórica de acontecimentos revolucionários ocorrentes, em singular paralelismo, no Japão e no Brasil.

O Japão no Século XIX

A Europa atravessava o período a que se deu o nome de Era Vitoriana, pela vigência, na Inglaterra, do governo da Rainha Vitória. Significava tal período o pleno desenvolvimento do progresso industrial e da internacionalização crescente do comércio, em conseqüência das conquistas no terreno da ciência e da técnica. Todos os governos, tendo à frente lúcidos estadistas, empenhavam-se no afã de incrementar o desenvolvimento da economia em seus respectivos países. Em 1867 realizou-se, em Paris, uma grande exposição das indústrias do Século XIX. Compareceram 42 mil expositores das nações mais prósperas da terra. Espalhavam-se, ao longo de imenso parque, 32 locomotivas, 90 máquinas fixas a vapor, dezenas de motores, a multifária exibição Creusot sobre mecânica geral, o aeróstato de Glaizer, o balão de Neder, os ascensores de Flamarion e de Godard, o motor à explosão de Louvrié, para a futura navegação aérea. Sobressaem naquela exposição-síntese do século as máquinas a vapor; a experiência de Newcomen no esgotamento das águas estagnadas das hulheiras fora desenvolvida por Papin e Watt, resolvendo-se o problema da tração e da utilização do vapor nas indústrias. A quase unanimidade das usinas metalúrgicas dos povos mais adiantados ali se fazia representar: eram as máquinas de Penn e de Schneider, as da companhia "Forges e Chantiar" e outras destinadas aos grandes transatlânticos e navios de guerra, fazendo pensar na prodigiosa evolução técnica vencida desde o invento de Fulton em 1894. O progresso tinha sido enorme. A atestá-lo, estavam ali o telégrafo de Morse aperfeiçoado pelo transmissor automático de Siemens e melhorado com a impressão de caracteres segundo o sistema Digney; o tonômetro de Scheibler, medindo as vibrações do som; o meteorógrafo de Secchi, assinalando as previsões do tempo; o espectroscópio de Bunsen e Kirchoff, descortinando a identidade da composição química do universo sensível; os faróis de Fresnel, aperfeiçoados por Stevenson, garantindo a segurança dos nautas; os tubos de Geisler, prenunciando com suas cores de magia o sortilégio dos elétrons; a balança metalométrica de Roseien; o freio elétrico de Achard; o pirômetro de Musseron; o calorímetro de Golaz; o pantelégrafo de Sassli, transmissor de fac-símiles; os cabos submarinos de Secretan; o microscópio de Nachet; os aparelhos geodésicos de Balbrack; os fogões de Bativ; o contador de gás de Glever; o pandinamômetro de Him. Essa

exposição de 1867 deveria ter sido, mesmo indiretamente, influência decidida na revolução econômica e política operada no ano seguinte (1868) no Império Nipônico.

A revolução Meije

Certamente as elites intelectuais japonesas já vinham acompanhando o rápido progresso da Europa, desde os anos anteriores. Criava-se uma consciência nova no Japão: a da necessidade de atualização e até de competição com o Ocidente, sem o que o seu destino seria o de um país colonial. Para isso urgia, antes de tudo, uma transformação política, de sorte que nova estrutura governamental facilitasse, como ocorria na Europa, o surto das atividades econômicas e industriais. Coube ao Imperador Mutsu-Hito a missão de transformar o seu país. Deu ele início à Era Meije, que restaurou o poder imperial, até então ofuscado pelo xogunado e que constituiu consciente desvinculação da velha estrutura feudal. Essa ruptura levou à centralização do poder político e do poder econômico e à rápida industrialização do país, patrocinada pelo Estado e posteriormente cedida à iniciativa privada.

A indústria era, realmente, a única solução do problema de um país de exíguo território, comportando, nos dias de hoje, uma população de cerca de 100 milhões de habitantes. Não teria sido possível ao Japão sustentar-se sobre a base exclusiva da agricultura e da pesca. No entanto, a sua densidade demográfica oferecia um fator da maior importância ao estabelecimento das indústrias de base: a mão-de-obra barata e de nível produtivo elevado. Sem quebrar o indispensável liame entre as atividades agrícolas e as industriais, o Japão reduziu, desde a revolução Meije até o presente, a população rural que era de 80% do índice populacional do Império a 50% nos fins do século passado, percentual que hoje é de apenas um terço do número de habitantes do país. Foi isso possível pela modernização dos processos da agricultura que passou a ocupar menos homens e a produzir muito mais.

Paralelismo histórico

Falamos do paralelismo histórico entre o Japão e o Brasil na fase da revolução industrial da Europa, em que o Império Nipônico se integrou. Verificamos apenas que, havendo por parte de nosso País um maior contato com os europeus, precedemos o Japão no surto do desenvolvimento industrial, que teve seu início vinte anos antes, principalmente pela ação do Visconde de Mauá, que empreendeu a navegação no rio Amazonas, fez correr sobre os trilhos nossas primeiras locomotivas, em 1854, iluminou a gás o Rio de Janeiro, melhorou as condições de nossos portos e deu os primeiros passos para a

construção de nossos estaleiros. Mas no curso da segunda metade do Século XIX, acompanhávamos, embora mais lentamente, o ritmo da revolução industrial japonesa. Nossas dificuldades eram de natureza oposta. Para o Japão, o que constituía obstáculo estava na exigüidade do seu território, de apenas 369 mil quilômetros quadrados; para o Brasil era a vastidão da sua superfície de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. Se sob o aspecto orográfico a agricultura nipônica encontrava embaraços à mecanização do trabalho rural pelo excesso de montanhas ásperas entre as quais figuram cerca de 260 vulcões ativos ou extintos, para nós as dificuldades eram outras: o desbravamento das florestas, a insuficiência dos meios de transporte pela inexistência de estradas e navegação fluvial, as enfermidades tropicais exigindo exaustivo esforço no sentido do saneamento de castas áreas. Mas o espírito dominante nas elites japonesas era o mesmo em nosso País. A organização da agricultura, como alicerce do nosso desenvolvimento industrial, dependia da introdução de correntes imigratórias, como já nos haviam ensinado o Rei D. João VI e seu filho, o Imperador D. Pedro I, introduzindo no Brasil as primeiras levas de chineses, alemães e suíços. Para isso tínhamos de facilitar o ingresso dos alienígenas nos sertões onde multiplicávamos as fazendas de café. Dá-se então, no pequeno período de menos de vinte anos, verdadeira revolução ferroviária, iniciada por Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, em discurso pronunciado em 1855, e efetivada pelos paulistas, que lançaram os trilhos das estradas de ferro Sorocaba, Ituana, Mogiana, Paulista, São Paulo-Rio, alcançando o âmago das terras a serem cultivadas e abrindo as portas das selvas a todos os povos do mundo.

Essa consciência das realidades nacionais, essa aspiração ao progresso, coincidem com novos objetivos de transformação política. Naquele ano de 1868, em que o Imperador do Japão, Mutsu-Hito, dava nova estrutura à vida social e política do seu país, aqui no Brasil se evidenciava o envelhecimento e inadequação dos partidos da Monarquia, no episódio da queda do Gabinete Zacarias e sua substituição pelo do Visconde de Itaboraí. Os partidos já não tinham substância doutrinária ou programática. Três anos depois, o Manifesto Republicano, encabeçado por Saldanha Marinho, traçava os rumos da revolução política brasileira. A abolição do trabalho escravo, a instituição de um regime federativo consoante os interesses do progresso de vastíssimo país, eram as notas predominantes dos objetivos de uma elite esclarecida.

Diferenciações visando à unidade

Caminhamos, o Japão e o Brasil, para as mesmas finalidades, usando de métodos inteiramente contrastantes, como convinha às realidades das duas

nações. O Japão, com área territorial reduzida e agravada por uma estrutura feudal, que enfraquecia o Poder Imperial, precisava da centralização, indispensável ao planejamento de realizações necessárias ao progresso do país. O Brasil com área territorial imensa, precisava, ao contrário, de uma relativa, mas eficaz descentralização, que só poderia advir do sistema federativo. A União deveria impor os princípios gerais preservadores da unidade nacional e da uniformidade do Direito, assim como lhe competindo os serviços de administração comuns aos interesses de cada uma e de todas as Províncias, que se pleiteava fossem consideradas Estados-membros da comunidade política da Nação. Aparentemente conflitantes, as transformações japonesa e brasileira refletiam o mesmo espírito da atualização dos dois povos aos imperativos de uma civilização que surgia sob a égide do ferro, do aço, dos combustíveis, das indústrias de base da tecnologia que iria aprimorar-se no século em que vivemos.

Tais coincidências de propósitos entre o Japão e o Brasil aceleravam a preparação do nosso encontro para uma cooperação no sentido de atender aos interesses das duas pátrias. O encontro é facilitado pelo contraste de nossas condições geográficas e demográficas. O Japão, país de alta expansão populacional e de território pequeno, tem na emigração uma válvula natural para a solução de um de seus maiores problemas; o Brasil, embora em linha demográfica ascendente pelo crescimento vegetativo, dispõe de zonas extensas, inteiramente inexploradas e a reclamar a contribuição humana de todos os povos. Mesmo nas regiões que atingiram alta expressão industrial, como o Estado de São Paulo, é-nos preciosa a contribuição japonesa, como alicerce de sustentação das populações urbanas dedicadas às atividades industriais.

Imigração japonesa

O imigrante japonês, tradicionalmente orientado para a agricultura, evidencia-se como elemento de alto valor para o nosso desenvolvimento agrícola. Paciente, resistente, tenaz e trabalhador, o japonês tem renovado a nossa agricultura de gêneros alimentícios. Suas cooperativas atestam o caráter gregário de seu temperamento e a sua mentalidade voltada para as organizações eficientes. O exemplo trazido aos rurícolas nacionais pelo sucesso dos empreendimentos dos imigrantes japoneses vem sendo fator decisivo de estímulo aos lavradores brasileiros ....

Por outro lado, o temor de muitos em relação à possibilidade de obter impeditivos de perfeito entrosamento entre brasileiros e japoneses, em razão das diferenças de raça, língua, religião e costumes, já deixou de existir. Herdeiros da tradição portuguesa da confraternização dos povos, nosso espírito e nossos sentimentos se abrem para o acolhimento cordial de todas as raças,

irmanando-as num processo de integração que tem sido o segredo da fusão de todos os sangues numa expressão universal. Essa atitude de espírito encontra nos imigrantes nipônicos uma disposição de ânimo que se harmoniza com ela. Há, talvez, razões ocultas no *substractum* racial, prodecentes de milênios, que nos identificam, de certa forma, com as raças oriundas dos arquipélagos do extremo oriental da Ásia e dos grupos malaios. Falam nesse sentido os caracteres antropológicos e étnicos das nossas primitivas populações autóctones, cujo sangue está presente mesmo nos tipos brasileiros de expressão européia, através dos cruzamentos em quatro séculos, que constituíram verdadeiro matrimônio cósmico ao sol do Novo Mundo.

O que se verifica hoje em São Paulo confirma nossas hipóteses. O espírito lusitano de universalidade e o sangue aborígene fluindo de remotas eras fazem do brasileiro o homem cordial, acessível a todas as relações humanas. O imigrante japonês compreendeu a nossa psicologia. As famílias originárias do Japão e seus descendentes harmonizaram-se perfeitamente com nossos patrícios, firmaram com eles amizades sólidas, agruparam-se em cooperativas, em nobre esforço pelo engrandecimento econômico das nossas comunidades. Os casamentos, que consolidaram a união dos dois povos, pelo sangue, já produziram o saudável tipo nissei, participante na vida política e administrativa do País e do qual temos expressões ilustres neste Parlamento. (*Palmas.*)

Japoneses em São Paulo e no Amazonas

A história da imigração japonesa no Brasil pode ser dividida em cinco períodos.

O primeiro é assinalado pela assinatura do Tratado de Amizade entre o Brasil e o Japão, o qual estabeleceu relações regulares, abrindo as possibilidades imigratórias. A empresa nipônica "Kichisa Imim Kaisha" enviou representantes a São Paulo. Entabularam-se negociações objetivando trazer a primeira leva de camponeses de 20 a 35 anos, o que seria, aproximadamente, 1.500 pessoas. Sobrevindo grave crise econômica em São Paulo, em conseqüência da queda dos preços do café, não puderam ser recebidos esses imigrantes.

Foi somente em 1908 que se efetivou o começo da imigração, subsidiada pelo governo paulista, com a finalidade de abastecer o mercado deficitário de braços para a lavoura cafeeira. O Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil, Sr. Sugimura, em relatório enviado ao seu governo, exprimira-se três anos antes, da seguinte maneira: "Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas ilhas do Pacífico, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso". (*Palmas.*)

O governo paulista não só deu aos trabalhadores nipônicos todas as garantias e proteção concedidas aos colonos europeus, mas, ainda estipulou subvenções aos imigrantes solteiros, o que não era outorgado a nenhum outro imigrante dos demais países. Nestas condições, vieram para São Paulo 781 imigrantes contratados e mais 12 livres, com passagem paga.

De 1917 a 1920, entraram 3.419 famílias totalizando 13.597 pessoas. Foi fundada no Japão a "Kaigai Kogyo Kaisha", primeiro passo do governo nipônico no sentido de imprimir cunho estatal à política emigratória para o Brasil. Era agora, não mais o governo de São Paulo, mas o governo japonês que subvencionava a corrente imigratória para o nosso País.

O terceiro período da imigração japonesa vai de 1926 a 1941, tendo entrado em nosso território, nesses 15 anos, 143.975 trabalhadores nipônicos. A partir desse período, o Brasil passou a ser considerado, não apenas quanto às possibilidades de absorção de excesso populacional, mas, também, como mercado de investimentos. Introduziram-se em nosso País imigrantes proprietários de colonização agrícola, amparados pela política e capitais oficiais do Japão. O capital japonês foi também canalizado para setores comerciais e industriais.

O quarto período foi de interrupção. Eram os anos da 2.ª Guerra Mundial. Mas o ritmo da imigração retorna em 1952. Entram no Brasil 54 agricultores especilizados no cultivo da juta; fixam-se no Amazonas. No ano seguinte, são 1.480 japoneses que se estabelecem naquele Estado. Em 1959 entram mais 7.041. Essa retomada do ritmo imigratório japonês corresponde ao quinto período, que é o atual.

O acordo de 1960

Em 14 de novembro de 1960, foi firmado o Acordo de Migração e Colonização entre o Brasil e o Japão. A troca dos instrumentos de ratificação efetuou-se em Tóquio, a 29 de outubro de 1963.

A finalidade do Acordo é a de regular a cooperação entre os dois países em matéria de migração, executando uma política objetiva e adequada, visando ao desenvolvimento econômico do Brasil, mediante o aproveitamento da técnica e mão-de-obra japonesas.

Para alcançar, de forma prática e eficiente, os elevados desígnios do Acordo foi criada uma Comissão Mista, composta de 6 delegados, sendo 3 brasileiros e 3 japoneses.

Após a data da ratificação do Acordo, até o fim do ano passado, entraram no Brasil 5.169 imigrantes japoneses.

Seria longo e inoportuno, em se tratando de discurso de saudação e de homenagem a Sua Alteza Imperial, o Príncipe Herdeiro Akihito, entrarmos em considerações sobre temas que embora da maior relevância, dizendo respeito às relações entre nossos dois povos, desvirtuariam a significação de um ato que deve ter seus limites marcados dentro de seu estilo protocolar próprio, como expressão dos sentimentos de estima dos brasileiros pelo povo japonês. (*Palmas.*)

Poderíamos falar de nosso intercâmbio comercial, da sua realidade atual e das possibilidades do seu desenvolvimento; poderíamos fazer considerações sobre as estruturas econômicas da nação japonesa, referindo-nos às suas principais indústrias, à sua política de exportação, à sua técnica de intercâmbio, à sua orientação e situação financeiras, mas isto seria dar a uma oração que deve ser, antes de tudo, sentimento, o cunho de relatório ou de ensaio cuja aridez esfriaria o calor do entusiasmo com que recebemos Sua Alteza Imperial em nosso Parlamento. (*Palmas.*)

Referir-me-ei apenas à contribuição japonesa ao nosso progresso industrial, mediante substancial apoio financeiro. Destacarei, em primeiro lugar, a USIMINAS, o maior empreendimento japonês fora do Japão e uma das maiores inversões estrangeiras no Brasil. Até o momento, cerca de 100 milhões de dólares, num total de 270 milhões, foram investidos pelos japoneses para a primeira etapa da instalação da usina. Seguem-se Yashiwajima e a Toyota, que representam investimentos de grande importância para a economia brasileira.

Cooperação técnica

No plano da cooperação técnica, o Brasil tem sido beneficiado através da "Overseas Technical Cooperation", que elaborou um plano para a América Latina, o qual consiste, no que nos diz respeito, na vinda de técnicos para estágio em nosso País e na concessão de bolsas de estudo no Japão, muitas já concedidas nos setores da indústria de aço, eletricidade, telecomunicações, energia hidroelétrica, agricultura.

A Secretaria da Agricultura de São Paulo e o Grupo de Planejamento de Mato Grosso receberam peritos japoneses. O Centro de Treinamento de Técnicos Têxteis, em Recife, recebeu do Japão máquinas no valor de 300 mil dólares e assistência de 6 técnicos que trabalharão em Pernambuco, pelo menos três anos pagos pelo governo japonês. A "Overseas" realizou ainda estudos econômicos no Brasil, entre eles um sobre o desenvolvimento dos recursos florestais, e enviou, a pedido da SUDENE, uma equipe de técnicos para efetuar pesquisas hidroelétricas no Nordeste. Ao Governo de São Paulo e à Comissão

Nacional de Telecomunicações tem sido, igualmente, proporcionado auxílio por aquela entidade.

Essa cooperação pretende o Governo brasileiro seja aumentada, disciplinada num Acordo básico, cujo texto foi enviado pelo Itamaraty à Embaixada japonesa em nosso País.

As perspectivas de um estreitamento, cada vez maior, das relações nipo-brasileiras, prenunciam horizontes de grandes realizações, úteis aos dois povos.

Os nossos visitantes

A visita de Sua Alteza, o Príncipe Herdeiro Akihito, que é enriquecida pela presença de sua augusta esposa, Sua Alteza Imperial a Princesa Michico, certamente abrirá um sexto período ao problema da imigração japonesa em nosso País, ao dos investimentos japoneses e ao dos incrementos da assistência técnica de que tanto necessitamos, não só para os brasileiros como para os elementos nipônicos que se integram em nossa Nação.

O povo brasileiro conhece as personalidades dos augustos visitantes. Sabe que o Príncipe Herdeiro conta 35 anos de idade; que se diplomou no Ginásio Gakushuim em 1952 e cursou a Universidade até 1956; que conhece o Mundo Ocidental, pois viajou durante 6 meses a 14 países da Europa e da América do Norte; e que agora vem conhecer a América do Sul. Sabe que Sua Alteza Imperial, em 1959, contraiu núpcias com a senhorita Michico Shoda, que representa, no Japão moderno, uma luz dos novos tempos de democratização da sociedade japonesa.

Sua Alteza a Princesa Michico diplomou-se com honra na Universidade Feminina do Sagrado Coração. Dedica-se ao estudo das línguas estrangeiras, da História, da música clássica ocidental e da literatura.

O casal imperial é, sobretudo, o símbolo do Japão renovado e representa para o seu povo as esperanças de um futuro promissor.

Essas as personalidades ilustres que o Brasil recebe com alegria popular e com as homenagens dos seus homens públicos e responsáveis pelo governo da nossa Pátria.

Elos históricos

Alteza Imperial! Sois a continuidade de atos históricos que o destino assinalou com imperecíveis vitórias e tragédias dolorosas.

Vosso bisavô, o Mikado Mutsu-Hito, extinguiu o sistema feudal que enfraquecia e desagregava as forças da nacionalidade, dando um passo decisivo para a implantação da democracia e mobilizando todas as energias nacionais

para operar no curto espaço de trinta anos o que outros povos tinham conseguido em séculos. Glorificou-se, destarte, como o criador de uma potência econômica e militar que entrou no cenário da História contemporânea em igualdade de condições com as mais fortes do mundo.

Teve ainda a visão lúcida da política exterior, preocupando-se com o equilíbrio asiático, tal como na Europa, um século antes, Metternich, Talleyrand e Canning se preocuparam com a segurança do Ocidente em face das ambições de expansão territorial da Rússia czarista. Os dois perigos que ameaçam o mundo moderno sob a forma de um imperialismo aparentemente ideológico foram vistos por aquele antepassado de Vossa Alteza Imperial, que em 1903 já havia preparado a nação japonesa para desempenhar um papel histórico da maior relevância para a Ásia e todas as nações. Tratava-se da dominação da Coréia pela China e da Rússia na Mandchúria mediante o controle da estrada de ferro naquela região, como fundamento estratégico para uma futura avançada eslava no Extremo Oriente. Do mesmo modo como, em 1815, o Congresso de Viena estabeleceu, como firmes muralhas militares, os Impérios Austro-Húngaro e Otomano e restaurou o poder da Prússia, o vosso avô tratou de fazer do Japão o baluarte mantenedor do equilíbrio político nos mares e nos pontos, até então vulneráveis, do continente. Assim podemos interpretar o sentido da guerra contra o Império Russo, iniciada em Porto Artur, pela já poderosa esquadra japonesa, e que prosseguiu, em espetaculares batalhas na terra e no mar, cobrindo de glória os heróis nipônicos, até a vitória final pela rendição de Mukden. (*Palmas.*)

O mediador da paz foi Teodoro Roosevelt, que se hoje vivesse lamentaria os erros de seus sucessores, que não compreenderam a necessidade imperativa do equilíbrio asiático, e que teve como conseqüência o sacrifício norte-americano nas guerras da Coréia e Vietnã para salvar o que ainda resta de possibilidade à manutenção da democracia e da liberdade. (*Palmas.*)

Vosso avô, o Imperador Taisho, continuou a sábia política interna e externa de Meije. Pelo seu falecimento, subiu ao trono vosso pai,o Imperador Hirohito. Foi marcado pelo destino para assistir à maior tragédia vivida por um povo em toda a história da humanidade. Como, entretanto, o valor dos homens se revela mais na adversidade do que no êxito, o Imperador Hirohito soube encarar, com a serenidade dos grandes e altos exemplares da espécie humana, as desgraças conseqüentes de circunstâncias históricas irremovíveis. Com a força de ânimo herdada de seus maiores, enfrentou o infortúnio e, de certa forma, operou em seu país uma revolução semelhante àquela que seu bisavô levara a efeito. O Japão, como a Fênix da fábula, ressurgiu de suas próprias cinzas. Aprimorou o sistema democrático já anteriormente vigente na Monarquia Constitucional, reagrupou as energias da nação, recuperou o seu povo e retomou a linha de fortalecimento econômico e do progresso industrial do

país. A economia japonesa registrou o mais elevado índice de crescimento no mundo, após a 2.ª Guerra Mundial. A média anual desse crescimento nos dez anos, entre 1951 e 1960, foi de 9,5%, superior à alcançada pela Alemanha Ocidental (7,6%), pelos Estados Unidos da América (3,3%), pela Inglaterra (2,7%). Foi o milagre do século cobrindo de glória uma pátria e o seu Chefe de Estado, calmo, sereno, compreensivo, esquecido dos sofrimentos transitórios para somente contemplar o futuro.

Decorre daí a responsabilidade de Vossa Alteza Imperial, como continuador da obra ininterrupta de seus antepassados. Tudo indica, pelas virtudes que exornam a personalidade de Vossa Alteza, que o Japão e o mundo, sobretudo a democracia, as liberdades e direitos humanos terão no augusto Príncipe Akihito um apóstolo e seguro defensor. (*Palmas.*)

Caráter espiritualista do Japão

O Japão representa em nossos dias os mais belos ideais objetivadores da paz mundial. O momento que vivemos, ainda que perturbado pela turbulência e agressividade das nações comunistas, é propício ao desenvolvimento de uma ação pacífica visando à confraternização dos povos.

Temos falado do potencial econômico e do progresso técnico do povo japonês. Mas é preciso não nos esquecermos de sua potencialidade espiritual. O materialismo é quase inexistente naquele país. A religião autóctone é o xintoísmo, com 19 milhões de fiéis. O budismo, introduzido no Japão nos fins do Século VI, e que desempenhou um papel civilizador importantíssimo, conta hoje com 670 mil crentes, sendo 309 mil católicos. Dentre as chamadas novas religiões, destacam-se o Sokagakkai, com 3 milhões de fiéis, e o reyukai com igual número, havendo ainda o seichô no Iê, com 400 mil adeptos.

Esse fundo religioso constitui firme garantia contra o materialismo e o ateísmo e revela, no seu culto e na sua mística, as aspirações transcendentes do povo. É um fator de compreensão humana, abrindo caminhos para a paz.

Arte e poesia

As manifestações do espírito japonês revelam-se ainda nas artes e no convívio social. Desde o período que poderemos denominar "época budista" (séculos VI, VII e VIII) ao chamado de Heian e Fujiwara (séculos IX ao XII) e prosseguindo na fase de Kamakura (séculos XIII e XIV) a sensibilidade estética japonesa veio apurando-se através das obras de arquitetura, de cerâmica, de estatuária e de pintura, até atingir, na contemporaneidade da Renascença européia, os primores da escola de Kanô, fundada por Masanobu, que criou uma plêiade de pintores famosos; e finalmente, entre os séculos XVII e XVIII,

as telas geniais de Korin e as delicadas e tocadas de suave espiritualidade de Masanobu, Harunobu e Utamaro.

No começo do Século XIX, projeta-se a figura de Hiroshige, pintor e gravador, que revela a nova arte das estampas em cores e aperfeiçoa a xilogravura. No século presente, para só citar uma expressão que resume o sentido de renovação artística japonesa, basta lembrar Fujita, o pintor que o nosso grande Portinari tanto admirava e do qual não cessava de me falar, quando juntos andávamos pela Europa.

Acompanhando a linha de desenvolvimento das artes visuais, a literatura japonesa tem suas raízes no chamado período de Nara, nos séculos VIII e IX, sobressaindo os nomes de Manichu, Kogiki e Niongi, e prossegue até a famosa coletânea Manijekin, em 20 volumes, algo semelhante, no idioma português, ao "Cancioneiro" de Garcia de Rezende e a ulteriores coleções de cantares, a começar pelos do Rei Dom Diniz. No curso do desenvolvimento literário seria longo citar os numerosos nomes ilustres, mas ocorrem-nos os de Yassumaro, Kakinomoto e Hitomara. Nos tempos mais recentes, partindo do Século XVIII e abrangendo o romantismo e o naturalismo, e, por fim, a modernidade nossa contemporânea, citaremos na poesia os nomes de Ochiai e Naoburni, os de Ariwara Narlira e Fugivara Inkinari e particularmente os de Masaoka e Shik.

O que de mais original se oferece na poesia japonesa são os gêneros "Tanka" e "Hai Kai", este, sobretudo, representando algo como os nossos madrigais, porém resumido em poucas palavras em cujo contexto se manifestam, em sínteses perfeitas, a graça e o sentimento.

Falando dos prosadores nipônicos, não cabendo num discurso apreciação pormenorizada, poremos em evidência nos dias correntes, os romancistas Koyo, Yokomitsu e, sobretudo, Riichi, celebrizado com o romance *Mausoléu* e o contista Akutagawa.

Mas é preciso não nos esquecermos do teatro, campo de criação artística em que o Japão se notabilizou entre todas as nações. Desde o clássico Noh, ao teatro de Bunraku e ao Kabuki, a arte de composição, de representação e de apresentação cênica, as peças japonesas se distinguem pela emotividade do entrecho, pela interpretação e pela suntuosidade dos cenários e indumentária.

Durante muito tempo, a música japonesa seguiu o ritmo asiático homófono e de compasso binário, mas hoje, por canto sob a influência do Ocidente, evoluiu para o pluralismo das vozes e instrumentos, expressivo nos corais e nas orquestras sinfônicas. Concomitantemente, desenvolveram-se as danças, das quais as mais famosas são a Azuma, a Miyako e a Nammiwa. Jamais esquecerei, como símbolo da confraternização entre brasileiros e japoneses, a grandiosa exibição folclórica anual, que se realiza a 24 de junho em Manaus. Entre as danças brasileiras de origem portuguesa, tupi-tapuia e africana,

apareceram os grupos japoneses, o que me causou grande emoção pelo que aquilo significava como integração do elemento nipônico em nossa vida nacional.

A delicadeza da alma japonesa se exprime ainda na arte da laca, na jardinagem paisagística e nos arranjos florais. Na quadra das cerejeiras em flor, essas artes menores, o colorido das vestes, a graça das mulheres, resplandecem ao compasso dos cânticos populares, dando do Japão a idéia de um paraíso, onde tudo se combina para exprimir a alegria de viver e a espiritualidade de um povo.

Destino de uma Nação

Dispondo de todos esses elementos estéticos, reunidos ao sentimento religioso e correndo paralelamente ao progresso científico e técnico, e animada por uma política de trabalho e de paz, a nação japonesa está fadada a ser na Ásia, não apenas o baluarte da democracia e do convívio pacífico, mas um reduto garantidor da própria civilização ocidental.

Os povos hoje, aproximados pelo rádio, pela televisão, pelo cinema e pelo avião, tendem a uniformizar seus tipos sociais, seus regimes políticos, em intercâmbios progressivamente maiores. Evidente que, sobre esse denominador comum, cumpre preservar o que há de próprio na personalidade nacional, pois um povo que faz tábula rasa de suas características, de suas peculiaridades, de sua tradição, destrói as energias defensivas do seu organismo e prepara-se – através de um mal-entendido internacionalismo e cosmopolitismo dissolvente – para se tornar escravo daqueles que souberam conservar a sua tradicionalidade.

Sol do Oriente e sol do Ocidente

Para nós, brasileiros, o Japão é, de fato, o Império do Sol Nascente, pois confiamos que dali surja, para a Ásia e demais continentes, o astro do dia anunciado já pela estrela matutina de um ideal puro.

Alteza Imperial! Representais portanto, aqui, neste momento, o Império do Sol Nascente. Nós representamos o último Ocidente.

Quando o sol desaparece em nosso horizonte, surge no vosso.

Ao nascer, traz-nos a vossa mensagem; ao mergulhar em nossos sertões do Oeste, leva a nossa ao povo japonês.

Mensagens de solidariedade humana, de confraternização das raças, de paz na terra aos homens de boa vontade.

Quando estiverdes em vosso país, ao ver o sol nascer, dizei, lembrando-vos de nós: "Ele veio do Brasil".

Nós aqui, ao vê-lo surgir ao clarão das nossas incendiadas madrugadas tropicais, diremos: "Ele veio do Japão".

Alteza Imperial! O Último Ocidente saúda o Sol Nascente. (*Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

IV

HISTÓRIA

OS MORTOS DA REVOLUÇÃO de 1938

Sessão de 5 de julho de 1959

"Na sessão do dia 5 de julho de 1959, a Câmara dos Deputados dedicou todo o tempo do Grande Expediente para homenagear os revolucionários de 1922, 1924, 1926, 1930 e 1932. Falaram vários deputados. Finalmente, o Sr. Abelardo Jurema, Vice-Líder da maioria. Todos os oradores referiram-se aos heróis daquelas revoluções que antecederam grandes reformas políticas e sociais em nosso País. Nenhum se tinha referido ao Movimento Integralista. O Sr. Plínio Salgado e sua bancada conservavam-se atentos. E foi quando o Vice-Líder da Maioria encerrava a série dos discursos da tarde, que o chefe integralista interveio num longo aparte, que a Câmara ouviu sob profunda impressão. Esse aparte foi o seguinte:

O Sr. Plínio Salgado – Nobre Deputado, estou ouvindo os oradores falarem sobre os movimentos revolucionários do Brasil numa justa homenagem àqueles que foram pioneiros de reformas sociais das mais importantes.

Entretanto, examinando o que significa a palavra "revolução", etimologicamente verificamos que o prefixo "re" traduz retorno, ou seja, volta atrás. Isso mostra que "revolução" é procura de equilíbrio.

Desde a Proclamação da República, conforme observou Alberto Torres no seu grande livro *Organização Nacional*, as instituições brasileiras não consultam as realidades nacionais. O golpe de Estado de Deodoro, posteriormente, a revolução no período de Floriano Peixoto, depois o grande desequilíbrio entre o litoral e o interior, manifestado na revolução ao tempo de Prudente de Morais, em Canudos, posteriormente as agitações que tivemos, sucessivamente, no governo Hermes da Fonseca e, mais tarde, nos outros governos, demonstram que o povo brasileiro está à procura do equilíbrio entre suas instituições e sua realidade. Ora, tratando-se de homenagear aqueles que trabalharam intuitivamente ou subconscientemente no sentido de atingir esse equilíbrio desejado pelo povo brasileiro, é preciso termos isenção na apreciação dos fatos históricos e verificarmos que houve movimentos tendentes à procura

desse equilíbrio. E com a responsabilidade de ter chefiado um desses movimentos – e aqui mesmo, nesta Casa, como há pouco recordava o ilustre Deputado Domingos Velasco, estivemos no Congresso Revolucionário de janeiro de 1932, para procurar normas que nos conduziriam ao encontro desse equilíbrio –, eu, com a responsabilidade de ter lançado um desses movimentos no Brasil, quero reivindicar para todos aqueles que me acompanharam também a justa homenagem de quantos aproveitaram a maior parte das suas idéias, hoje consagradas não só na Constituição como nas leis brasileiras e em muitas iniciativas de ordem nacional.

Refiro-me ao Movimento Integralista, movimento que desfraldou a bandeira nacionalista, combatendo o capitalismo internacional e o comunismo russo, ambos com tendência imperialista de dominação da nossa Pátria. Refiro-me àquele movimento que, surgido como expressão do espiritualismo brasileiro expresso por Farias Brito em sua filosofia, pelo pensamento de Euclides da Cunha, de Alberto Torres, de Tavares Bastos, teve fonte genuinamente nacional e influiu poderosamente na atual situação da vida brasileira. Fomos os primeiros a desfraldar a bandeira da sindicalização das massas proletárias. Lutamos pelos operários, pela sua organização, clamamos por uma representação legítima dos ciclos de produção nacional, das categorias econômicas, morais e culturais da Nação. Influímos, por conseguinte, poderosamente. E, neste momento, não posso deixar de render homenagem aos mártires – e contamos com trinta e tantos deles – que foram assassinados e derramaram seu sangue para a implantação das idéias democráticas e de uma democracia verdadeiramente representativa dos anseios da Nação, à procura, também, como todos os outros movimentos, daquele equilíbrio tão desejado desde a proclamação da República no nosso País. Refiro-me, portanto, àqueles meus companheiros que, debaixo da Bandeira Nacional, ensinaram o povo brasileiro a cantar o hino da Pátria, a cultuar as nossas tradições históricas e que também derramaram seu sangue, merecendo destaque o fato de terem sido os únicos brasileiros que, no período da ditadura, derramaram seu sangue para a restauração da Carta Constitucional de 34, em que todas as liberdades seriam dadas em nosso País para a pregação livre de todas as idéias.

O SR. ABELARDO JUREMA – Nobre e honrado Deputado Plínio Salgado...

O SR. PRESIDENTE (*Neiva Moreira*, 2.º Secretário) – Pediria a V. Ex.ª que encerrasse a sua oração, porque há outro orador no Grande Expediente.

O SR. ABELARDO JUREMA – Vou terminar dentro de cinco minutos, Sr. Presidente, o tempo de responder ao aparte com que me honrou o Deputado Plínio Salgado, digno pensador, escritor e chefe de um movimento.

Já havia dito, alguns minutos atrás, que a História era um traço, um gráfico cheio de quedas e ascensões, das angústias humanas, em busca daquele equilíbrio que S. Ex.ª salientou no seu aparte. Sou daquela geração de 1930, recém-saída do ginásio, que viveu os dramas tumultuosos que abalaram a alma nacional. Respeito todos quantos, em caminhos diferentes, naquela fase tumultuária, adotaram bandeiras sempre dentro deste traço, deste gráfico, em busca do equilíbrio da realidade brasileira com as instituições. Não sou, na análise fria dos acontecimentos, um sectário nem um faccioso. Quero frisar que todos esses movimentos, inclusive aquele que S. Ex.ª salienta, se bem que desfraldando bandeira contrária às minhas convicções, merecem respeito, porque seus adeptos também derramaram o próprio sangue, sonhando com a grandeza do Brasil, com a harmonia de nossas formas políticas e com o ajustamento da realidade ao nosso poder político. E esse sacrifício, que temos pago com o preço de vidas, exige que das tribunas se proclamem sempre, nas ocasiões oportunas, tais exemplos, para que as gerações de hoje tenham bem ciência do que significa quebrar a legitimidade do poder sem uma idéia consubstanciando esses movimentos, para que a História possa fazer a devida justiça, como neste instante estamos fazendo, prestando homenagem aos heróis de 5 de julho.

Sr. Deputado Plínio Salgado, divergem os homens, divergem as massas no encaminhamento de soluções, mas todos têm como denominador comum, a não ser os traidores – e a pátria brasileira, felizmente, aponta poucos na sua história – têm como denominador comum o objetivo de realizar o bem-estar social, objetivo que reúne, nesta Câmara, homens de todos os partidos, inclusive a nobre e honrada representação do partido de V. Ex.ª, animados pelo ideal supremo de bem servir à coletividade e honrar o exemplo daqueles que rolaram na terra fria, sacrificando-se e sacrificando as suas famílias para que o futuro fosse este panorama de estabilidade política e de fortalecimento das instituições democráticas.

MUDANÇA DA CAPITAL DA REPÚBLICA

Sessão de 13 de abril de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia o meu partido deixar de pronunciar-se nesta noite de despedida à cidade do Rio de Janeiro[1] e, ao mesmo tempo, manifestar seu pensamento acerca da mudança da Capital da República, porquanto a interiorização da Capital faz parte de um velho programa que defendemos há cerca de trinta anos, inspirado nas palavras de Euclides da Cunha, quando mostra o grande desequilíbrio entre o litoral e o sertão brasileiro.

Interpretamos a mudança da Capital da República sob o seguinte aspecto: é uma nova integração nacional.

As três integrações

A primeira integração foi a da conquista da terra, a integração territorial, que começou no reinado de Dom João III e prosseguiu na obra dos bandeirantes que acometeram o Oeste do Continente. A segunta integração foi a integração jurídica realizada no Tratado de Madrid por Alexandre de Gusmão e em que tomamos posse definitiva da terra que habitamos. A terceira integração foi a política, que principia com a tomada de consciência da nacionalidade, em 1750, e desabrocha finalmente na proclamação da Independência do Brasil e através de todo o curso do Segundo Império. Finalmente, encontramo-nos na plena integração econômica, e, nessas condições, urge como nunca a mudança da Capital do País.

Ora, neste momento, em que transferimos a Capital da República para o Planalto Central, cumprimos desígnios de nossos ancestrais e iniciamos obra, agora já definitiva, de um nacionalismo consciente, que toma conhecimento da realidade atual da nossa Pátria e quer integrar os vastos territórios dentro da nacionalidade brasileira.

Os três motivos

Três motivos fundamentais levam-me a crer em Brasília e a acreditar que a mudança da Capital será de importância notabilíssima na vida nacional. O primeiro motivo é a ocupação do Oeste.

---

(1) Plínio Salgado pronunciou este discurso às 3 horas da madrugada. A Câmara conservou-se em vigília, até ao amanhecer, em homenagem à cidade do Rio de Janeiro.

Tínhamo-nos esquecido da lição sábia dos grandes estadistas portugueses, que outrora ergueram o Forte de Coimbra e o Forte Príncipe da Beira, levando pedras de York, a 200 léguas de distância, para firmar a posse do território, o que veio influir poderosamente no Tratado de Madri, que nos conferiu *jus*, domínio, senhorio sobre este imenso território de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados. Já agora retomamos a linha sábia da ocupação do Oeste, e ela é necessaríssima na atual conjuntura do mundo. Fez-se uma guerra para combater as anexações do nazismo; fez-se uma guerra para combater a idéia do Barão Marschall Von Bieberstein, de que as grandes nações deveriam dominar as pequenas, e, depois da guerra, predominou o pensamento nazista. Os quatro grandes, reduzidos a dois grandes, governam o mundo. Adota-se, na política internacional, uma política de fatos consumados.

Paul Reynaud, em 1936, propôs aos estadistas europeus a ocupação do Oeste brasileiro, para ali se formar uma nação independente, usurpando-se o território nacional. Naquela ocasião, não foi possível a realização de tamanho absurdo, porque ainda predominavam idéias que hoje já não predominam. Atualmente, vemos nações ocupadas por outras e a Organização das Nações Unidas de braços cruzados.

O segundo motivo que vem concorrer para fortalecer o acerto da ocupação do Oeste é a estratégia da guerra moderna. Depois da invenção da bomba atômica, os povos que têm poder ofensivo equivalente encontram-se na seguinte conjuntura: deverão vencer os que tiverem maior poder defensivo, e o poder defensivo está na descentralização dos núcleos urbanos. A Rússia, que era incipientemente industrial e hoje se tornou uma grande potência econômico-industrial, descentraliza cada vez mais suas populações urbanas. Se a Inglaterra e os Estados Unidos tivessem previsto ou adivinhado a existência da bomba atômica, não teriam concentrado imensas massas urbanas em Londres, Nova Iorque, Chicago e outras cidades.

Estamos começando a arrancar-nos do subdesenvolvimento para o grande florescimento industrial e, neste momento, não podemos incidir no erro dos Estados Unidos e da Inglaterra na revolução industrial do Século XIX, razão pela qual a mudança da Capital vai influir para que descentralizemos não somente as grandes populações, mas os parques industriais.

O terceiro motivo é destruir o desequilíbrio atualmente reinante em nosso País. Hoje, tudo se concentra nos grandes centros do litoral e os sertões estão inteiramente abandonados: abandonada a nossa agricultura, abandonado o nosso lavrador, abandonadas as nossas populações, num subdesenvolvimento lamentável. É preciso que interiorizemos a Capital para criarmos nova mentalidade.

Nova mentalidade

Este é o instante da formação de nova mentalidade. Compreende-se, pois, perfeitamente, a razão pela qual muitos não entendem Brasília. Estão habituados à velha mentalidade, e nós forjamos a moderna mentalidade brasileira.

Sr. Presidente, não pretendo demorar-me na tribuna porquanto outros oradores naturalmente irão ocupá-la. Quero apenas lembrar aos Srs. Deputados que, neste ano, Portugal realiza a comemoração henriquina, temos a coincidência da inauguração de Brasília.

Quando o Infante D. Henrique resolveu iniciar a era da epopéia das navegações, os políticos de Lisboa lhe eram contrários e o chamavam de louco. Encontrou tal hostilidade entre os velhos, que se retirou para a Ponta de Sagres, onde inverteu toda a sua fortuna pessoal e, guerreado por todos, empreendeu a maior epopéia marítima de todos os tempos. Assim, todos aqueles que acometem o futuro e que querem realizar grandes coisas são permanentemente acoimados de loucos, de precipitados, de sôfregos e de desastrosos para a Nação.

Comparo, Srs. Deputados, a obra do atual Presidente Juscelino Kubitschek, empreendendo violentamente, audaciosamente, aquilo que faz cem anos ninguém tinha coragem de empreender, à obra do Infante D. Henrique. É natural que ele encontre opositores, mas aqueles iluminados pelas luzes do futuro, que visam ao porvir da nacionalidade, sabem o que significa a mudança da Capital da República.

Esta, porém, não é a sessão própria para a discussão do problema de Brasília, antes para a despedida do Rio de Janeiro.

Despedida do Rio

Há 197 anos, mudava-se para aqui a Capital do País. Por quê? Por motivos de sabedoria política. O eixo da política brasileira deslocava-se para o Prata e os estadistas, de então, entenderam que era preciso que a Capital descesse para o Sul, para dar maior assistência aos problemas platinos, aos problemas que surgiam na extremidade meridional.

Há 197 anos, instalava-se aqui o governo brasileiro, e o Rio de Janeiro tornou-se, desde então, o cérebro da Nação. Recordar o Rio é, neste momento, grave e delicada missão. Deixamos o Rio de Janeiro. Por uma coincidência histórica, deixamo-lo na semana da paixão de Cristo. É na Semana Santa, quando as igrejas se cobrem de panos roxos de tristeza, e nosso coração, que alvorece para as alegrias do futuro da Nação, sente também o profundo pesar da

saudade, ao abandonar a cidade querida por todos nós, e que, através de sucessivos fatos da História, esteve também no coração de todas as gerações brasileiras. Sim, é a semana triste das recordações. Toda separação é dolorosa e separarmo-nos do Rio de Janeiro é, realmente, um sofrimento. Não podemos dizer que seja com alegria que abandonamos esta cidade. Eu mesmo, quantas recordações dela não tenho! Aqui vivendo longos anos, habituei-me com suas ruas, seus edifícios históricos, recordação dos vultos brasileiros que por aqui passaram e que aqui trabalharam para a grandeza da Nação, as gerações literárias que produziram, em prosa e verso, os primores do gênio nacional. Sim, é com saudade que partimos do Rio, mas, ao mesmo tempo, consideramos que o Rio de Janeiro vai lucrar com a mudança. A própria Oposição, na sua crítica mordaz, reconhece que o Rio de Janeiro, através de todos os tempos da República, não tem tido a liberdade necessária para eleger seu Governador. Quem primeiro, neste País, levantou o nome de Estado da Guanabara foi o meu partido. Nós, os integralistas, nos conhecíamos pela terminologia que usávamos, e nunca falamos Rio de Janeiro, mas, sempre, a Guanabara.

Hoje, vemos realizar-se mais um pensamento nosso, como muitos e muitos se estão realizando, porque nossas idéias são aceitas. O que não é aceito é apenas o nome que as rotula. O Estado da Guanabara será mais próspero, terá vida mais brilhante, poderá governar-se a si mesmo. Nunca deixará de ser o maior porto do Brasil, o segundo centro industrial da América do Sul, a cidade do turismo, a cidade das belezas maravilhosas.

O Rio de Janeiro terá sempre a sua grandeza e influirá sempre na vida da Nação. Mas Brasília significará uma mentalidade nova de ocupação de todo o interior brasileiro e de equilíbrio maior na economia do País.

Vocação brasileira ao bandeirismo

Ainda há pouco, em conversa com um goiano, dizia eu: Brasília traz para Goiás o dia de hoje e para a Amazônia o dia de amanhã.

A Amazônia, esfinge que pede decifração há tanto tempo, desde Wallace, quando por aqui andou e disse a frase injusta de que "no Brasil tudo é grande menos o homem", a Amazônia, como uma esfinge, repito, pede que nós a decifremos. Realizam-se planos de valorização da Amazônia, de desenvolvimento da sua economia; mas como realizar isso com a Amazônia isolada, inteiramente seccionada da vida orgânica da Nação?

Brasília começa com a estrada até Belém e, em seguida, a estrada para o Acre, a ligação da Amazônia com o centro. Por isso digo: se o dia de hoje pertence a Goiás, o dia de amanhã pertencerá à Amazônia. Nessas vastas regiões esplenderá a nova civilização. Quando os bandeirantes demandaram a Oeste,

em busca de ouro e pedraria, iam para as regiões desconhecidas que eles integraram ao território nacional e à vida brasileira. Hoje, para muitos, essas regiões são desconhecidas e, como disse um líder da Oposição, aqui, são terras não comparáveis em facilidades àqueles povoados pelos pioneiros do Paraná ou do Rio Doce.

Mas, justamente por isso, precisamos penetrar lá. Não há correlação alguma entre o pioneirismo das terras férteis e esse bandeirismo formidável e corajoso que avança para o Oeste, mesmo entre terras aparentemente más, para fazer a ligação do Brasil, e aproveitando os recursos do subsolo, realizar uma grandeza nacional mais digna de nós por sua magnificência.

Tendo em minhas veias sangue dos bandeirantes, descendendo daqueles que com Manoel Preto correram o Guaíra e com Raposo Tavares o mapa da Pátria, como que estremeço de entusiasmo ao pensar que nós, Srs. Deputados, seremos a primeira Câmara de candangos e iremos inaugurar a nova Capital da República.

Vamos sacrificar-nos? Que importa! Não há conforto? Que importa! O que importa àqueles que sonham e que acendem uma estrela no horizonte da sua vida é marchar para a frente de qualquer maneira.

Ciclos históricos que se sucedem

Escrevi um livro, em 1934. Chama-se *A Voz do Oeste*, romance-poema da época das bandeiras. Narro, de início, a descida das tribos Tupis das Ibiturunas para conquistar a terra de Pindorama. Os velhos da tribo, chefiados pelo Abaúna e pelo centenário Ramunha, erguem-se contra os jovens que querem fazer a Nação marchar. Os jovens gritam, conforme registra Couto de Magalhães, no seu livro *O Selvagem: Iasô Pindorama koti itamarana po anhatim vara rama recê* – Marchamos para as regiões das Palmeiras, com a arma na ponta das mãos. Seremos senhores daquelas terras.

Existe, porém, a conspiração dos que querem ver a Nação parada, dos que não querem vê-la marchando. Mas o espírito jovem triunfa. Enquanto existir mocidade, há de existir vontade de marchar; e, enquanto existirem madrugadas, haverá viajantes. Conspiram os velhos, mas vencem os moços! E é conquistada a terra de Pindorama pela raça Tupi, que desce, por um lado, pelo Amazonas e avança por outro lado, para o planalto de Piratininga, a fim de contemplar o mar-oceano que nunca vira. Hoje é o refluxo da grande marcha Tupi, é a grande Nação brasileira, formada das raízes indígenas e da contribuição de raças de todo o mundo que reflui para o Oeste, gritando o mesmo canto de guerra, com a mesma vontade de vencer e realizar.

É portanto cheio de entusiasmo que vejo a realização de quanto escrevi em 1934. O herói desse meu romance-poema, antes de morrer, tem, no delírio

da sua febre, uma visão fantástica. Vê uma miragem, e exclama: "É uma cidade. Será a imagem remota das civilizações extintas ou será a cidade maravilhosa que nasce no alvorecer do futuro?"

Hoje, vejo realizar-se essa profecia que está no meu livro. E não pode deixar de ser com júbilo que assisto à mudança, para o Planalto Central, da República, do Governo,dos três Poderes do País.

Desfile histórico do Rio de Janeiro

Volvendo agora ao Rio de Janeiro, oh! Rio de Janeiro dos tempos dos capitães-generais, do tempo dos vice-reis, do conde do Lavradio; do tempo de D. Maria I e de D. João VI; do tempo de D. Pedro I, das turbulentas agitações do Primeiro Império, das Regências; Rio de Janeiro do Segundo Império, com grandes figuras condecoradas com a Ordem da Rosa, esplendendo no Parlamento, esplendendo no Governo da Nação; Rio de Janeiro dos fins do século, dos poetas parnasianos e simbolistas, dos escritores como Machado de Assis; Rio de Janeiro do alvorecer da República; Rio de Janeiro da revolta de Custódio de Melo, de Floriano Peixoto; Rio de Janeiro de Prudente de Morais, de Rodrigues Alves reformando a cidade e também chamado megalômano, e também chamado de autor de obras faraônicas, e também acusado por um grande jornal de fazer uma avenida larga demais, que é a avenida Rio Branco; Rio de Janeiro de Osvaldo Cruz, apredejado porque quis vacinar o povo, extinguir a febre amarela e a peste bubônica; Rio de Janeiro de Pereira Passos, transformador da *urbs* carioca; Rio de Janeiro dos sucessivos Presidentes da República – nós nos despedimos de ti. Não deves estar triste, Cidade Maravilhosa, porque maravilhosa serás sempre para todo o povo brasileiro e para todos os povos do mundo. Nenhuma outra tem mais beleza do que essa que ostentas nas tuas montanhas, teus lagos, tuas enseadas e baías, tuas ilhas floridas, tuas matas verdejantes. Nenhuma outra terá o espírito que distingue esta população, espírito humorístico, mordaz, ao mesmo tempo filosófico. Não, Rio de Janeiro! Serás sempre grande. E, se entristecidos estamos nesta hora em que de ti nos despedimos, nesta Semana Santa, nesta Quarta-feira de Trevas, precedente da Quinta-feira da despedida de Cristo e da Sexta-feira que foi a paixão do nosso Redentor, nós estamos convencidos de que teremos, em breve, o Domingo da Ressurreição, véspera do nascimento de Brasília e véspera da tua própria grandeza realizada com a tua independência, autonomia e autogoverno.

As duas cidades

Duas cidades! Uma em frente a outra – uma o futuro da Pátria, outra o nosso passado e o nosso presente – e, por que não dizer?, colaborando com o

futuro da outra para realização da grande nacionalidade brasileira. Meu partido aqui me manda para despedir-me de ti, Cidade Maravilhosa, e para dizer-te: onde quer que estejamos, sustentaremos aquelas idéias que são base fundamental de nossa própria personalidade partidária e de nossa dignidade pessoal, pela grandeza do Brasil, para cuja realização lutaste tanto e continuas lutando através de teus três milhões de habitantes, como estarão lutando os habitantes de Brasília e de toda a Pátria, no curso de nova fase da história, nesses anos de comemorações henriquinas em que se realiza um prodígio que o Presidente Juscelino Kubitschek oferece como réplica a Portugal, dizendo-lhe: se descobriste esta terra, realizando a maior epopéia marítima, nós realizamos a grande cidade. E se Deus ofertou o Rio de Janeiro, na sua beleza maravilhosa, como um presente divino aos homens deste País, nós demos Brasília como um presente dos homens brasileiros à magnificência divina em retribuição a esta linda Guanabara e à Cidade do Rio. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E ATUALIDADE DE SEUS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

Sessão de 6 de abril de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Lê o seguinte discurso*) – Sr. Presidente, a 7 de outubro deste ano de 1962 completam-se trinta anos do lançamento de um grande movimento por mim presidido, a Ação Integralista Brasileira. Nesse dia deverão realizar-se as eleições para a renovação das Casas do Parlamento. O Partido de Representação Popular, herdeiro daquele movimento, entende ser oportuno reafirmar, perante a Nação, a doutrina que esposa; expor a criteriologia dela decorrente e aplicada à interpretação dos fenômenos sociais; e, finalmente, delinear o seu programa de ação, quer no tocante às soluções que aventa, quer no referente à sua orientação na campanha eleitoral.

Definição

Leal e sinceramente o PRP reafirma que a sua doutrina é a mesma em que se baseou a Ação Integralista Brasileira , cujas atividades foram oficialmente encerradas pelo decreto ditatorial de 3 de dezembro de 1937, que suprimiu todos os partidos políticos do País.

Fundamentos filosóficos

É preciso, entretanto, não identificar o Integralismo com a Ação Integralista Brasileira , pois, enquanto aquela é uma filosofia, esta representou apenas o instrumento de propaganda, utilizando-se de exterioridades, adequadas ao tempo de sua atuação.

Preliminarmente, o Integralismo é uma concepção do universo e do homem, segundo afirma seu manifesto básico. Partindo do princípio de que toda e qualquer política depende de uma conceituação das coisas criadas, da sua natureza, da sua substância, da sua finalidade, da sua dinâmica, o Integralismo considera o universo e o seu criador, certo de que o "ser" não pode originar-se do "não ser", adotando, portanto, uma concepção espiritualista vinculada à crença firme na existência de Deus.

Passa a apreciar o universo na sua unidade substancial, isto é, como expressão de energia nas diferenciações da matéria, cingindo-se às velhas teorias de Anaxágoras e Demócrito, hoje comprovadas pelas pesquisas da física

nuclear, que representa o índice mais alto da ciência do Século XX. Ao mesmo tempo concebe a dinâmica dos mundos segundo o relativismo de Einstein, que veio coroar as previsões de Copérnico e Kepler e a prodigiosa antecipação de Newton. No exame dessas leis a nova filosofia brasileira proclama a permanente integração da energia e da matéria na harmonia do equilíbrio perfeito.

Entra, então, na apreciação do Homem e nele descobre um poder singular de intervenção no mundo físico, investigando e assenhoreando-se das leis que o regem, servindo-se desses conhecimentos para criar, sobre a coisa criada, novas formas de expressão, constituídas pelas invenções, que ampliam as faculdades humanas, ultrapassando os limites da evolução das espécies descrita por Wallace e Darwin, ou constituídas pelas formas artísticas da pintura, da escultura, da música e da poesia.

Esse poder de interferir e, de certa forma, criar evidencia que o homem age por vontade própria, libertando-se do determinismo imperativo no mundo físico, fato que o coloca como uma exceção no Universo.

Quando a "idéia-força" se concretiza no "fato histórico", este se subordina às leis do determinismo que governa tudo o que é material; mas o homem, criando novas "idéias-força", pode interferir nos fatos sociais e alterar, ao seu arbítrio, a marcha da História. É, realmente, o "Ser-Excepcional".

Sua faculdade volitiva decorre de outra maior: a sua racionalidade, servida – como ensinam Bergson e Farias Brito – por instituições profundas do seu mundo interior.

Pergunta, pois, a filosofia integralista, o porquê dessa racionalidade, a razão dessa excepcionalidade, que se erguem com clarões na imensa irracionalidade das coisas criadas. Indaga o motivo pelo qual o homem é o único ser que formula pensamentos matemáticos, revela a matemática dos mundos e nela descobre ter havido um pensamento que o antecedeu, pensamento que ordenou as fórmulas dos *íons* e dos *elétrons*, na gravitação, que poderemos dizer astronômica, do recesso dos átomos.

Nada existindo sem uma finalidade, torna-se claro que a Inteligência Ordenadora quis dar a este ser privilegiado o dom de compreender e interpretar a Criação e de interferir sobre o mundo exterior, dele extraindo novas formas de expressão, seja a maravilha do avião ou do rádio, sejam as linhas de uma estátua libertada do seio de uma pedra.

A racionalidade do homem não é, portanto, o resultado da evolução da matéria que compõe o seu corpo, mas a finalidade do homem está em Deus, a participação com o Verbo, ou Vontade de Expressão, que se realizou no espetáculo universal. A origem e a finalidade de tudo quanto existe, inclusive das coisas engendradas pelo homem, está patente na sua substância, forma e atributos; logicamente o homem, consciência do Universo, tem sua finalidade em Deus. Dela se originam deveres que, por sua vez, geram as idéias dos

direitos. O exercício desses direitos é a garantia da possibilidade do cumprimento dos deveres.

Entre os deveres do homem, dois há que poderemos chamar biológicos: o da sua própria conservação e o da permanência do gênero humano na superfície da terra. Pelo trabalho, o homem proverá sua subsistência. Para prolongar, através dos tempos, a continuidade do gênero humano, une-se à mulher e funda o lar doméstico, origem da família. A família é, por conseguinte, o primeiro grupo natural criado pelo homem para o cumprimento de um dever e garantia de seus direitos. Por isso, o Manifesto integralista de 1932, proclama: "O homem não pode ser transformado numa abelha ou num térmita. Ele é centro de uma gravidade sentimental. O homem e sua família precederam o Estado. Façam do homem uma peça funcionando na máquina do Estado e teremos o autômato infeliz, rebaixado de sua condição superior". Evidencia-se aí nossa condenação ao Estado Totalitário.

Para se suprir e suprir sua família, o homem recorre ao trabalho.

O trabalho, portanto, não é uma mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura, nem – como quer o marxismo – um complemento da matéria-prima na produção da mercadoria. O trabalho, para a nossa doutrina, é algo de sagrado, porque participa da sacralidade do homem, da sua intangibilidade, da sua liberdade, das prerrogativas do seu poder criador. Conseqüentemente, o trabalhador de qualquer profissão deve ser remunerado não somente para sua manutenção e da sua família, mas deve ganhar o suficiente a fim de que, sendo ajuizado e provido, possa ir reservando uma parte dos seus salários para aquisição de bens que garantam o futuro de seus filhos. Foi por essa razão que o Integralismo foi o primeiro movimento que lançou a idéia da casa própria, do bem familiar.

Por outro lado, é preciso ter em vista que, de acordo com a própria lei da evolução das espécies, é patente a tendência de o mais forte esmagar o mais fraco. Mas o homem é o ser racional com poder de interferência na ordem social para corrigir desequilíbrios, que não se justificam perante as leis morais o sentido ético do convívio humano.

Para contrabalançar o peso dos detentores dos meios de produção, em luta uns contra os outros em detrimento do justo ganho do operário, organizaram-se na Inglaterra as *Trade Unions*, e as confederações de trabalhadores propugnadas por Lassalle, na Alemanha, na França, na Bélgica e na Itália. No Brasil, o Integralismo lançou a bandeira do salário-familiar e da sindicalização do proletariado, o que fez não só em seus manifestos, mas no Congresso Revolucionário de 1933, ao qual confluíram todas as correntes ideológicas daquele tempo.

Mas o homem, além das necessidades materiais, sente as culturais e espirituais. Sendo a família o primeiro grupo natural e associação de trabalha-

dores o segundo, seguem-se os grêmios de caráter cultural (científicos, artísticos, esportivos, literários) e, como cúpula, as sociedades religiosas.

Esses grupos naturais se reúnem em trechos do território que se chamam Municípios.

O Município é autônomo, por ser constituído de pessoas autônomas, de grupos naturais autônomos, de cuja autonomia participa. Mas, do mesmo modo como o homem e sua família não podem ser, na verdade, autodeterminativos, se não tiverem independência econômica, também a autonomia municipal só existe no papel, se ao Município não for atribuída uma renda que o livre de viver a esmolar favores dos governantes dos Estados ou mendigar migalhas nas mesas de orçamento, como até agora tem acontecido. Eis por que o Integralismo, através da Ação Integralista e, posteriormente, do Partido de Representação Popular, vem-se batendo por uma distribuição de rendas capaz de assegurar aos Municípios uma verdadeira autonomia.

Do conceito municipalista o Integralismo vai ao conceito de Nação. Que é Nação? Considerada fisiologicamente, é um conjunto de Municípios, de Grupos Naturais, de pessoas humans que o compõem. A Nação, portanto, é autônoma, autodeterminativa, soberana, porque participa do livre arbítrio dos elementos que a constituem. Nosso conceito de soberania não é o de Rousseau, resultante da "vontade geral", porque a Nação não é soberana, pelo capricho de um ato eleitoral. É soberana por ser Nação, uma vez que a soberania é inerente à substância de diferenciação dos demais grupos nacionais. Daí por que o Integralismo distingue os conceitos de País, Pátria e Nação, pois, enquanto o País é apenas a terra; e enquanto a Pátria é a resultante do comércio sentimental entre o Homem e a terra, a Nação é consciência histórica. Baseado nessas concepções, o Integralismo desfraldou a bandeira do nacionalismo. Não o nacionalismo ufanista e patrioteiro, nem o jacobinista ou racista, mas aquele pregado por Alberto Torres, atento às realidades da nossa terra e do nosso povo principalmente no que concerne aos nossos problemas econômicos.

Nacionalismo tradicionalista e realista.

Tradicionalista para sustentar viva e ativa a personalidade nacional, cultuando nosso passado histórico, mantendo nossos costumes, defendendo, contra o cosmopolitismo ou influência de nações estrangeiras, nosso modo de ser, nossa brasilidade, pois se a personalidade humana, segundo Bergson e Stuart Mill, é mantida pela memória e desenvolve-se como um filme cinematográfico, ou sucessão de imagens, como diriam aqueles filósofos, também a personalidade nacional é sustentada pela rememoração dos fatos pretéritos e a História é a memória da Nação.

Éramos e somos o nacionalismo realista que denunciou ao nosso povo a espoliação de que era vítima o Brasil por parte do capitalismo internacional, trustes e monopólios que sugam até hoje, como vampiros, o sangue de nossa

Pátria. Nacionalismo tonificante, que mostrou a nossa superioridade sobre a pretensa capacidade superior dos povos do hemisfério norte, os quais só progrediram mais do que nós por possuírem jazidas descomunais de hulha, na época da civilização do ferro e do aço.

Esse o resumo da doutrina esposada pelo Partido de Representação Popular, herdeiro e continuador do pensamento integralista.

Atualidades do integralismo

Algumas pessoas, sem nenhum conhecimento da nossa doutrina e completamente desinformadas sobre o que se passa no mundo em nossos dias, costumam dizer, com as vistas curtas dos perus circunscritos a terreiros exíguos, que o Integralismo está ultrapassado.

Respondemos dizendo que o Integralismo é a mais nova doutrina política do nosso século.

O liberalismo democrático pode-se dizer que teve início após o Congresso de Viena, em 1815; tem portanto, 147 anos; o socialismo fez sua entrada na história em 1849; tem, portanto, 113 anos; o nazismo não é mais do que a sistematização das idéias da Escola Histórica alemã, principalmente de Bluntchli, do racismo de Houston-Chamberlain e Gobineau e das teorias da violência de Nietzsche, todos do século passado; o fascismo não foi propriamente uma doutrina política, mas um regime de circunstância, para conjurar o perigo comunista na Itália e, embora tenha tentado criar uma filosofia filiada à escola idealista alemã, pelo esforço de Gentile e uma teoria do Estado através de Rocco, na realidade não foi mais do que a concretização-eclética do nacionalismo de D'Annunzio, de democracia cristã de Monsenhor Sturzo, do irridentismo de Cavour e de Mazzini, tudo oriundo dos fins do Século XIX. Poderíamos ainda falar do nacionalismo tradicionalista de Maurras e Daudet, na França; de Antônio Sardinha, em Portugal; ou o do programa dos carlistas na Espanha; mas estas doutrinas políticas restringiam-se ao âmbito nacional, prendendo-se ao tradicionalismo e ao absolutismo, sem desenvolver uma teoria fundada num conceito de universalidade e interpretação filosófica dos fatos sociais através do homem. Ao contrário, o Integralismo, que completa, no dia 7 de outubro deste ano, dia das eleições, apenas 30 anos, sendo o mais novo de todos os movimentos políticos, lança uma doutrina universalista, que pode ser utilizada por qualquer povo, e coloca-se em dia com as mais recentes conquistas da ciência e da técnica. E se, em relação ao socialismo, Henri de Man afirmou ser uma forma de mentalidade da época da iluminação a gás, nós podemos dizer que o Integralismo é uma forma de mentalidade da época da física nuclear e da relatividade einsteiniana, pela sua concepção global da fenomenologia sócio-econômico-política. Talvez por isso só um pouco mais

tarde seremos compreendidos na plenitude e na profundidade de nosso pensamento.

Veremos, agora, apreciando os critérios integralistas quanto aos processos de representação numa democracia moderna, a atualidade palpitante da nossa doutrina.

Democracia orgânica

Assim como o corpo, nos seres vivos, não é um saco de células, mas um conjunto de órgãos em que as células se ordenam, também a Nação, estruturada fisiologicamente pelas pessoas humanas, grupos naturais e Municípios, constitui-se, para o exercício das funções distintas mais harmonizadas entre si, de órgãos expressivos de seu ritmo vital. São as categorias econômicas, culturais e espirituais: a agricultura, a indústria, o comércio, o sistema bancário, o aparelhamento das academias dos diversos ramos das atividades intelectuais e as sociedades religiosas.

Partindo desse conceito de Nação, nossa doutrina declara que a verdadeira representação popular há de ser a que proceda diretamente dessas categorias. Por esse motivo propõe a criação de uma Câmara Econômica e Cultural em que todos os órgãos vitais da Nação estejam representados. Além de exprimir essa Câmara a organicidade nacional, trará a vantagem de ter, como membros, representantes vinculados aos interesses específicos da classe respectiva, com pormenorizados conhecimentos dos problemas a ela relacionados. Na assembléia conjunta, através dos debates e estudos, evitar-se-á a hipertrofia de benefícios em favor de uns e em detrimento de outros. Funcionará esta Câmara como o instrumento técnico segundo especializações que se conjugam para atingir resultados de benefícios recíprocos e no interesse geral da nacionalidade.

A atualidade e oportunidade dessa Câmara confirma-se nos dias presentes pela palavra dos mais autorizados pensadores, economistas, historiadores e juristas. O Papa Pio XII, no discurso de Natal, de 1945, distinguindo a significação de "massa" e "povo", declara que massa é um conjunto de indivíduos tangidos pelos ventos da demagogia ou pelo poder do dinheiro, ao passo que povo é um conjunto de pessoas conscientes, cada qual dentro de sua categoria. Ora, se o homem só se revela consciente e livre dentro da categoria a que pertence, logicamente deve representar-se através dessa categoria.

O Bispo de Nova Iorque, Fulton Sheen, escreve no seu livro *Filosofias em Luta* o seguinte:

> "Deveriam os cristãos procurar ampliar a democracia. Existe, atualmente, uma democracia política, com um sistema representa-

tivo baseado na geografia, isto é, na população dos Estados, formando a Câmara e o Senado – e que deve ser mantido. Por que não, porém, uma democracia econômica em que haja uma representação não somente política mas também profissional, fundada no trabalho com que os cidadãos contribuem para o bem-estar de todos? Os homens ligam-se mais pelo gênero de trabalho que praticam do que por pertencerem a um mesmo distrito eleitoral".

Este pensamento é perfilhado atualmente pelo historiador inglês Arnold Toynbee, no livro *Civilização Posta à Prova*.

Georges Burdeau, no *Curso de Direito Constitucional e Instituições Políticas*, adota o mesmo critério, quando faz distinção entre o "homem abstrato" e o "homem situado" dentro da sua profissão e dos seus interesses. Idêntico pensamento aflora na *Teoria Geral do Estado* de Carré de Malberg.

Incluem-se nesta mesma corrente, Léo Gabriel, Professor da Universidade de Viena e autor dos livros *Filosofia Integral* e *Lógica Integral*; o Professor Michelle Frederico Sciacca de Roma; os Professores norte-americanos Price, Stener, Blaisdell, Schatteschneider, Truman e Kay. E aqui mesmo, no Brasil, tais idéias já se refletiram no livro de Juarez Távora, *Organização para o Brasil*, onde aquele estudioso e culto homem propõe a conciliação da legitimidade do voto com o "sufrágio universal".

Confirmando essas opiniões, vemos, em nosso País, a tendência, cada vez maior, no sentido de influir na vida administrativa do País, por parte das associações comerciais, rurais, industriais e culturais.

O Integralismo precedeu a todos esses movimentos de opinião mundial, lançando antes da crise de nossos dias essa bandeira hoje empunhada pelos que, *a posteriori*, consideraram a solução correta para o problema da representação orgânica. E isso aconteceu, desde 1932, em conseqüência da filosofia integral, que tudo concebe segundo as correlações fenomênicas da vida social. Por isso mesmo, Sorokin, no seu livro *As Filosofias Sociais de Nossa Época de Crise*, examinando as teorias de interpretação histórica de Danielevsky, Spengler, Toynbee, Schubart, Berdiaeff e Kreebler, diz que "somente o conhecimento integral e correlação epistemológica dos conhecimentos podem dar-nos uma compreensão completa dos fenômenos sociais e culturais", acrescentando: "Sobre esta questão, esses pensadores adotam o ponto de vista integralista".

Diante de tais vozes universais, previsionando para este século a realização da idéia que lançamos no Brasil em 1932, tornam-se ridículos aqueles que nos perguntam se o Integralismo não está ultrapassado, aos quais responderemos que o Integralismo, nestes meados do século XX, está, como

um sol nascente, fazendo a sua entrada na noite histórica da confusão e do desespero.

Critério governamental

Também decorrente da concepção integral do universo, do homem, dos grupos naturais, dos Municípios, da nacionalidade, é o critério que adotamos no que se refere à administração pública.

Entendemos que não será possível encontrar solução isolada para problemas isolados, pois todas as questões, que particularmente se oferecem à nossa consideração, vinculam-se a outras, do mesmo modo como, em nosso corpo, os órgãos e funções se correlacionam, em inevitável interdependência. Os desequilíbrios econômicos e sociais que observamos no Brasil decorrem da unilateralidade das soluções aventadas ou efetivadas, atendendo a interesses de grupos que a outros se contrapõem e fazendo inteira abstração das implicações e dos reflexos de determinadas medidas favoráveis a determinados setores das atividades econômicas e gravemente danosas em relação a outros.

Repugna-nos a idéia das planificações com excessiva intervenção do Estado, mesmo nas democracias liberais, como hoje acontece, as quais levam, na opinião de Friedrich Hayeck, a *O Caminho da Servidão* e da ditadura. Somos, entretanto, favoráveis a um planejamento decorrente das deliberações da Câmara Econômica e Cultural, expressivo da harmonização pelos desejos e das vontades das categorias representadas. Desta sorte, não se sacrificará, por exemplo, a agricultura para favorecer demasiadamente a indústria; não se beneficiará excessivamente o Estado em prejuízo dos que produzem as riquezas nacionais; não se favorecerão certas regiões à custa da debilidade de outras; equilibrar-se-á a iniciativa privada com o bem comum; não se desvinculará a finança da economia; não se dissociará o problema social do orçamento e do monetário; o desenvolvimento material não prejudicará o cultural.

Complexidade brasileira

Somente o critério integral pode abranger a complexidade deste imenso País, de variadas latitudes, diferenciações climáticas, espaços superpovoados e espaços vazios, conglomerados raciais na elaboração de novos tipos humanos, ao mesmo tempo regiões onde permanecem os tipos dos cruzamentos dos Séculos XVI, XVII e XVIII. Nossas estruturas sociais vão desde o homem da pedra polida do Xingu, do Araguaia e dos Sertões do Amazonas e Mato Grosso, passando pelos períodos, ainda subsistentes, de uma agricultura e uma pecuária primitivas, atingindo lavouras mais adiantadas e tecnicamente aparelhadas e

culminando nos parques industriais em que tentamos arrancar-nos do subdesenvolvimento. Esse mapa de contrastes humanos corresponde à variedade da composição geológica do nosso território, desde as formas primárias das estruturas arqueanas, às mais recentes dos terrenos carboníferos e aos recentíssimos da fase quaternária, ao ponto de Euclides da Cunha, em relação à Amazônia, haver dito que ali o globo terrestre se encontra ainda no último dia da Criação. O estudo da terra e do homem desse grande escritor, conjugado com as análises sociológicas de Oliveira Vianna e o clarividente nacionalismo de Alberto Torres, dão-nos uma idéia completa da necessidade de integração das diferentes faixas de regiões geográficas e de grupos sociais no alto sentido da Unidade Nacional. Somente a metodologia integralista inspirada pelo critério da compreensão global dos fenômenos sócio-econômicos e políticos e das suas íntimas conexões, pode-nos oferecer um esquema de ação a ser empreendido e continuado através do futuro. Transitamos dos processos analíticos do Século XIX, para a síntese do Século XX.

O Sr. Celso Brant – Desejo, Sr. Deputado, cumprimentar V. Ex.ª no momento em que a sua doutrina comemora trinta anos de existência.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito obrigado.

O Sr. Celso Brant – E desejo fazê-lo especialmente porque V. Ex.ª é uma exceção no cenário político nacional, por ser um homem que defende seus ideais com a inteligência e a cultura que nunca deixamos de reconhecer-lhe. Queremos dizer, Sr. Deputado, que a nós parece ser a grande pobreza do Brasil a pobreza de idéias, e que essa pobreza é o nosso pecado original. Dela decorrem todos os nossos outros males. Sabe V. Ex.ª que nos colocamos em pólos opostos. Achamos que sua doutrina é conservadora e tem servido à causa do continuísmo, em nosso País, dessa situação contra a qual o povo já mais de uma vez se pronunciou através das urnas e de outras manifestações. Achamos, Sr. Deputado, que o defeito fundamental de sua doutrina é que ela tem alguma coisa de acadêmico, não tem um conteúdo revolucionário, como se tornaria necessário à realidade nacional. Mas, entendemos que V. Ex.ª, defendendo-a, não faz senão uma obrigação, já que o seu ponto de vista – pelo qual V. Ex.ª tem dado o melhor de seu esforço – é coerente com a sua vida e a sua atividade. O que nos parece que tem faltado, ao partido de V. Ex.ª, em determinados momentos, é exatamente o que outros combatem nele: coesão. Lembro a grande atuação que V. Ex.ª teve ajudando-nos a aprovar o projeto de remessa de lucros. Mas sinto que elementos vinculados ao partido de V. Ex.ª, Deputados de sua agremiação política, têm, fora do ambiente da Câmara, lutado contra essa mesma proposição que, segundo se me afigura, é a realização de um dos

postulados básicos da luta nacionalista que caracteriza o Partido Integralista Brasileiro. Assim, cumprimentando V. Ex.ª e seu partido, ao ensejo desta data, devo dizer que não são os pontos de vista que nos colocam em campos opostos, mas apenas apreciações de uma realidade nacional. Isto não nos impede, no entanto, de reconhecer em V. Ex.ª um dos poucos homens de idéias deste País e, mais ainda, um dos poucos homens autênticos que tem atividade na vida pública de nossa terra.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do nobre Deputado Celso Brant, que muito me honra, principalmente tendo em vista que em muitas oportunidades temos divergido. Mas S. Ex.ª também exprime a cultura de uma nova geração, e o seu clamor, para que se eleve o nível cultural do Brasil, procede perfeitamente. Quanto ao reparo que faz, de parecer a V. Ex.ª que a ação por mim desenvolvida tem algo de acadêmico, quero dizer que no tempo em que Karl Marx escreveu *O Capital* e em Londres, polemizava com seus opositores, nada era mais acadêmico. Preocupava-se Karl Marx com o criticismo de Kant, com a dialética de Hegel e Feuerbach, com a filosofia do idealismo alemão e com o materialismo inglês. Entretanto, era necessário que Karl Marx assim procedesse, para lançar os fundamentos da sua doutrina, que mais tarde teve a tradução prática, pela introdução de modificações feitas principalmente por Lenine. A idéia fundamental do marxismo, porém, partiu daquilo que V. Ex.ª agora chama forma acadêmica. É necessário, Sr. Deputado Celso Brant, como V. Ex.ª mesmo reclama, elevarmos o nível do pensamento nacional. Não estamos, apenas, no subdesenvolvimento econômico; encontramo-nos em pleno subdesenvolvimento do pensamento, da cultura, e é necessário que todos concorramos para elevar esse nível.

O Sr. Celso Brant – Quero explicar melhor meu pensamento. A meu ver o partido de V. Ex.ª tem uma doutrina que não se identifica com o que constitui, atualmente, a vida pública brasileira. Acho, por exemplo, que nunca um elemento do Partido Integralista poderia fazer parte de qualquer gabinete ou colaborar com qualquer governo, desde que mantido este *status quo*. Não nego, antes proclamo a base ideológica do partido de V. Ex.ª, acadêmica em sua pregação. Mas julgo necessário que, além dessa base, haja uma realidade na luta, na concretização dessa doutrina. Marx pregava, de fato, sua doutrina de base exclusivamente científica, mas desejou sua realização no sentido prático. Ele que era um cientista, pôs-se a lutar com as massas no sentido da modificação de um *status*, contra o qual se insurgia ideologicamente. O Partido Integralista deveria ser também um partido revolucionário, no sentido de levar à vida pública a aplicação real e objetiva daqueles ideais que postula a sua ideologia. Não condeno nele a parte teórica, mas a inexistência de aplicação prática, de

uma reformulação objetiva das soluções para os problemas nacionais. Esta, a meu ver, uma das faltas do Partido Integralista Brasileiro e ninguém melhor do que V. Ex.ª poderá saná-la, porque, conhecedor da realidade brasileira, sabe que necessitamos de levar ao povo soluções objetivas para os problemas do País, para que não se tenha a impressão, já generalizada no Brasil, de que os homens de inteligência e cultura são incapazes de resolver os problemas brasileiros. Isto me parece errado, porque no equacionamento desses problemas a inteligência brasileira tem sido sadiamente compreendida pelo povo. Nas soluções objetivas, porém, o povo ainda não sentiu a capacidade dos homens brasileiros.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o novo aparte de V. Ex.ª. Mas quero dizer que no contexto do meu discurso, páginas adiante, V. Ex.ª encontrará resposta demonstrando que temos agido objetivamente e já realizamos muitas coisas no Brasil por intermédio de outros que apóiam a procedência de nossas idéias.

Sr. Presidente, falava eu da complexidade do Brasil. Continuo.

Problemas da nossa atualidade

Nesse todo complexo, afloram problemas imediatos, que estão a desafiar a inteligência e o patriotismo dos nossos homens públicos. O Manifesto-Programa de 1935, em que se consubstanciaram em normas administrativas as idéias nucleares do Manifesto Filosófico de 1932, trazia proposições, muitas das quais foram aceitas e realizadas, ainda que se omitisse a sua procedência. Lamento a ausência do nobre Deputado Celso Brant neste momento, pois vai entrar uma matéria que demonstra a improcedência do segundo aparte com que me honrou. O cap. 2.º daquele documento trata do fortalecimento econômico dos municípios e amplia esse fortalecimento aos produtores locais, através de crédito bancário. A primeira dessas idéias foi realizada em duas etapas: por iniciativa do Deputado integralista Gofredo da Silva Teles Júnior, na Constituinte de 1946; posteriormente, pela reforma constitucional proposta pelo Deputado Osmar Cunha. No mesmo cap. 2.º, nosso Manifesto dizia: "Nacionalizar as minas e quedas d'água, elaborando-se um plano de aproveitamento da energia hidrelétrica e das riquezas do subsolo, a indústria siderúrgica e a da extração do petróleo e outros combustíveis". Basta olhar para Volta Redonda, Petrobrás, as obras de Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, Urubupungá, para se verificar que esse primeiro brado integralista vem sendo atendido.

Ainda nesse capítulo dissemos: "Estabelecer um plano nacional ferroviário e rodoviário e de navegação fluvial". Aí estão hoje o DNER e a Rede Ferroviária Nacional.

Propúnhamos, ainda, "criar o Ministério da Economia Nacional". Essa idéia está hoje presente nas cogitações de nossos homens públicos. Pugnávamos, ainda, pela criação do Ministério da Aeronaútica, a qual mais tarde foi efetivada.

No capítulo 4.º, falávamos da necessidade de um Instituto anexo ao Itamaraty, estabelecendo em quatro alíneas as finalidades do mesmo no sentido de formarmos uma mentalidade diplomática. Tempos depois, criou-se o Instituto Rio Branco. No mesmo capítulo propúnhamos se estabelecesse um serviço de Imigração e Colonização. Como conseqüência, tivemos o atual INIC. No capítulo 6.º lançávamos a idéia da justiça do trabalho e da assistência aos trabalhadores. O Governo, posteriormente, adotou essas medidas. Ainda no capítulo 6.º tratávamos da participação dos empregados nos lucros das empresas, tendo sido o Integralismo a primeira voz que se ergueu nesse sentido. A sua idéia foi consagrada na Constituição de 1946 e a efetivação da medida é hoje objeto de preocupação dos legisladores.

No capítulo 7.º, reclamávamos um Serviço Nacional do Teatro e de Cinema. Em parte, essa idéia tem sido objetivada. No capítulo 8.º, sugeríamos a criação do Senai e do Senac, o que já foi realizado. No capítulo 9.º, mostrávamos a conveniência da criação do DASP, o que mais tarde foi feito. No capítulo 6.º, reivindicávamos para o trabalhador a casa própria; essa providência, embora a passos lentos, vem sendo objetivada. A alfabetização de adultos, assunto que hoje empolga todo o País, foi iniciada pelo Integralismo, com suas milhares de escolas espalhadas por todo o território nacional. Igualmente, a obra assistencial popular começada pelo Integralismo com mais de um milheiro de ambulatórios médicos, creches e lactários, foi mais tarde, transformada em organização governamental com o nome de Legião Brasileira de Assistência; do mesmo modo, os restaurantes populares, principiados pelo Integralismo, transformaram-se, algum tempo depois, no SAPS.

Seria longo enumerar os pontos do Manifesto-Programa de 1935, em que o Integralismo propunha uma série de medidas a serem adotadas, como realmente o foram, ocultando-se a sua origem.

Mas, agora, estamos em face de problemas imediatos, como dissemos no início deste capítulo. São problemas do momento. Entre eles, a Lei Agrária.

Colocação do problema agrário

Numerosos são os projetos do que se convencionou chamar "reforma agrária" e intensa é a propaganda que, a respeito do assunto, se desenvolve em

todo o País. Entendemos necessária e urgente a solução dessa importante questão. Entretanto, submetida ao critério integralista da concepção global das diferenciações em que se exprime a unidade do tema, entendemos que a maior parte dos que sinceramente pugnam em tal esfera, pelos interesses do homem do campo, do equilíbrio social e dos imperativos da produção nacional, tem equacionado mal a sua tese.

Partem da apreciação do termo "terra", quando deveriam partir do termo "homem". O Integralismo esquematiza o problema considerando que de nada vale distribuir terras sem que o homem esteja aparelhado para utilizá-la. O homem, para aproveitar a terra, necessita de: 1) saúde; 2) instrução; 3) financiamento; 4) transportes; 5) assistência técnica. Sem esses elementos, o agricultor irá morrer de fome estabelecido no solo mais fértil.

O discurso pronunciado na Câmara dos Deputados pelo ilustre representante de São Paulo, Valdemar Pessoa, sobre as enfermidades que depauperam as nossas populações rurais, é um documento impressionante, que deve estar à vista dos que propugnam por uma Lei Agrária. Mas suponhamos termos um lavrador em perfeita saúde, mas analfabeto. Como pode ele aprender o que lhe é mister para produzir mais e melhor? Demos, entretanto, que ele tenha saúde e seja instruído, porém, sem recursos financeiros, sem crédito bancário, como hoje acontece. Como tocará sua lavoura? Como atualizará a faina agrícola, com as máquinas indispensáveis ao tombamento, ao plantio, à colheita, às iniciais operações de beneficiamento dos produtos? Como poderá utilizar-se de adubos adequados? Usemos de otimismo e suponhamos que esse homem tem saúde, instrução e, por milagre, obteve financiamento para o trato do seu chão, mas não tem transportes; nesse caso ficará à mercê dos especuladores, com suas frotas de caminhões, se houver estradas, a pagar-lhe um preço que não atinge os gastos que fez. Digamos, todavia, que esse agricultor é saudável, instruído, financiado e dispõe de transportes, mas lhe falta assistência técnica; não conhece a natureza do seu terreno, ignora quais os processos mais adequados à sua produção, desconhece a natureza química dos adubos convenientes. Nesse caso, será um lavrador rotineiro, pouco útil a si mesmo e aos interesses da produção nacional.

Passando do termo "homem" para o termo "terra", devemos ter em vista: 1) as diferenciações geográficas e geológicas (vocação da terra) no imenso território; 2) as diversidades dos tipos de produção; 3) os conceitos variáveis de minifúndio e de latifúndio. A legislação há de ser plástica, acomodada às circunstâncias da complexidade brasileira, científica e tecnicamente instruída no sentido de um planejamento orgânico.

Isto posto, é preciso complementar a Lei Agrária adotando-se um método racional de armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas, de sorte a liberar o produtor e o consumidor da bárbara exploração de intermediá-

rios desalmados. Isto resolverá, ao mesmo tempo, dois problemas: o da justa remuneração ao homem do campo e o de barateamento do custo de vida nos centros urbanos.

O Sr. Campos Vergal – Permite-me V. Ex.ª? Estou ouvindo, com aquele respeito e grande acatamento de sempre, o oportuno e esplêndido discurso de V. Ex.ª. Em todo ele o que mais nos comove é exatamente a situação do trabalhador do campo.

Trabalhador, tanto pode ser agregado como simples lavrador sitiante, chacareiro, como V. Ex.ª sabe. Entretanto, quero lembrar que, de um modo geral – até no nosso próprio Estado –, o sitiante, o lavrador modesto, pobre, não tem assistência médica nem odontológica. Sem assistência médica ele está sujeito não apenas às verminoses, às epidemias, às endemias, mas ao pior, a mordeduras de animais venenosos, peçonhentos, aracnídeos etc. V. Ex.ª sabe dessa realidade. O trabalhador do campo não pode ir à cidade consultar um médico e muito menos o dentista para as pessoas da sua família. V. Ex.ª, que conhece muito bem o problema, sabe que ele não pode sair do seu sítio para ir à cidade ver o médico, ir à farmácia, e ao dentista então é quase impossível. Agora, pergunto: por que não começar criando quadros especiais de médicos e dentistas rurais, rigorosamente rurais, não para ficarem na cidade à espera do doente, da vítima, mas para irem às zonas rurais, acudir à família trabalhadora dos campos? Ora, V. Ex.ª está vendo que o curso primário de alfabetização já está penetrando nas zonas rurais. Uma escada, por mais alta que seja, tem que ter o seu primeiro degrau. Nobre Deputado Plínio Salgado, eu pediria a V. Ex.ª que, com o talento e o patriotismo que são invulgares no País e vulgares em V. Ex.ª, advogasse o princípio, já, da criação de quadros de médicos e dentistas essencialmente rurais. Repito, não que fiquem na cidade à espera das vítimas e doentes, mas que percorram as zonas rurais devidamente pagos pelo Estado ou pela União, sem que, porém, recebessem coisa alguma dos pobres trabalhadores dos campos. V. Ex.ª, inegavelmente, uma grande alma cristã, um grande sonhador e grande idealista, poderia advogar essa causa e teria, com seu talento e alta posição nos quadros da política nacional, de obter ótimo resultado em favor dos nossos patrícios, trabalhadores no campo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Deputado Campos Vergal, o seu aparte vem confirmar a tese que estou desenvolvendo. Na verdade, de nada adianta falarmos em distribuir terras para homens doentes, abandonados, inteiramente relegados ao triste ostracismo da enfermidade e da inanição. O problema brasileiro é complexo e temos de pôr os olhos em todos os seus aspectos, adotando a criteriologia integral, aquela que prego há tantos anos em nosso País.

Continuando, Sr. Presidente:

Essa idéia, por nós exposta, tem sido por alguns confundida com o cooperativismo. Mas não se trata disso. Trata-se da organização de grêmios (grupalismo) ou associações de produtores, que elegem a sua própria Diretoria. Esta, recebendo em seus armazéns, silos e frigoríficos, a produção total de cada agricultor, estabelece, mediante dados aritméticos precisos sobre o custo da referida produção, um preço remunerador ao produto, pago pelos compradores aos quais será determinado o preço da revenda aos consumidores. Isto evitará delongas burocráticas e interferências do Governo, nem sempre imune do vírus político-eleitoral e dos negócios escusos de camarilhas palacianas.

Só assim haverá estímulo ao agricultor, hoje desanimado pelo preço vil que lhe pagam e escandalizado pelo preço altíssimo pelo qual seu produto é revendido aos consumidores desesperados pela alta crescente do custo de vida.

Volvendo ao tema da chamada "reforma agrária", queremos assinalar o ridículo de certas disposições legais. Por exemplo: a lei não permite que o INIC divida suas terras em lotes superiores a 35 hectares. Isto para todo o vasto Brasil. Acontece que,no Amazonas, possui o INIC, para lotear, 300.000 hectares. Pode-se comparar a selva amazônica com as regiões do Sul? Mas, na hipótese de se dividirem essas terras em 860 lotes, para colocar uma família em cada um, onde estão os recursos financeiros para essa obra de colonização? E fala-se em "reforma agrária" como se todo o problema estivesse no fator "terra", quando ele abrange os mais variados aspectos.

Municipalismo

Intimamente ligado à reforma agrária é o problema do Municipalismo. O fortalecimento dos Municípios, dando-lhes possibilidades econômicas para multiplicar suas estradas municipais, para cuidar da instrução primária rural, para colaborar na obra de assistência médica ao homem do campo, para cooperar com o Estado e a União no que se refere à assistência técnica, esse fortalecimento, pela sua correlação com os interesses da zona agrícola que abrange, facilitará extraordinariamente a reestruturação racional do sistema agrário brasileiro. Errôneo é, pois, pretender-se subtrair aos Municípios o que a recente reforma constitucional lhes outorgou no tocante ao imposto territorial e só um completo desconhecimento da realidade brasileira poderia inspirar essa idéia.

Cumpre-nos, ainda, bater-nos pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Municipal, que será o elemento propulsor do progresso e do revigoramento da cédula municipal, conseqüentemente de todo o País. Passemos, entretanto, a outro assunto.

Perante quatro mil professores, o Papa Pio XII declarou, em junho de 1953: "Educação é perfeição humana e não enciclopedismo. Ela consiste em completar e aperfeiçoar o ser humano e não em enchê-lo de conhecimentos". E mais adiante: "Um povo ignorante está à mercê de agitadores hábeis e de políticos sem escrúpulos".

Não confundimos educação com instrução. E como o Estado Brasileiro, conquanto nas preliminares da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, esboce os objetivos da formação da personalidade, mas seja, entretanto, omisso e demissionário no que tange, objetiva e praticamente, a essa formação, estamos dispostos a empreender uma larga campanha de educação moral e cívica, em todo o território nacional, convencidos de que inúteis serão todas as reformas, se não começarmos pela reforma do homem.

O Sr. Milton Brandão – Quero expressar as minhas congratulações pelo oportuno e brilhante discurso de V. Ex.ª em defesa do homem do campo, do homem da província. Oferecendo também os meus conhecimentos modestos sobre aquelas regiões do País, desejo dizer a V. Ex.ª o que penso a respeito. O nobre Deputado Campos Vergal fez referência à necessidade de assistência médica, odontológica, enfim, e tantas outras medidas capazes de propiciar maior índice de produção ao homem do campo e de contribuir, portanto, para a economia nacional. Devo declarar a V. Ex.ª e àquele ilustre Deputado que o principal neste País, para que possamos conseguir aquilo que S. Ex.ª acabou de apontar, são as vias de comunicações. Não temos estradas para levar aos camponeses essas melhorias de que carecem. Batamo-nos, pois, para que as estradas cheguem à província, ao interior, cheguem aos mais longínquos rincões do Brasil, e teremos despertado a consciência nacional e tornado mais civilizadas as populações rurais para receber esses benefícios. Grato a V. Ex.ª, que é um brilhante Deputado, homem de prestígio nacional, que muito poderá contribuir com a sua palavra em benefício dos brasileiros.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O aparte de V. Ex.ª vem confirmar plenamente a doutrina que esposo, a criteriologia dela decorrente. V. Ex.ª, falando das estradas necessárias para levar saúde ao campo, demonstra a correlação dos fenômenos e vem confirmar que não existe solução para nenhum problema isolado, porque todos têm íntima conexão: ou resolvemos todos, num largo planejamento, ou ficaremos sem resolver nenhum.

Sr. Presidente, prosseguindo, quero referir-me a um grave problema nacional: o da corrida salários-preços.

Corrida salários-preços

Quando falamos sobre a inflação, sobre o desequilíbrio orçamentário, sobre a desvalorização monetária, esquecemo-nos, freqüentemente, de ir às raízes dessas questões. A causa fundamental dos nossos desequilíbrios tem sido a antinomia entre o falsamente social e o empiricamente econômico. É a corrida salários-preços.

A demagogia eleitoreira tem levado o operário à desgraça, facultando-lhe aumentos salariais que não correspondem ao aumento dos preços das utilidades. Mal se acrescentam 30 ou 40 por cento nos ganhos do operário, imediatamente crescem de 50 a 100 por cento os preços das mercadorias, não só por não podermos contrariar a lei econômica relativa ao custo da mão-de-obra, mas ainda pelo fator psicológico do medo de falência em que se encontram muitos estabelecimentos industriais e comerciais, numa época em que tudo é instável e incerto, e o fator imoral da especulação desenfreada. Como conseqüência, o funcionalismo civil e militar reclama aumento de vencimentos. Concedidos estes, o Governo precisa recorrer, ou a emissões ou a novos impostos. Qualquer dessas medidas acarreta novo aumento do custo das utilidades. Então, novamente os operários vão ser iludidos, escamoteados pelos demagogos de praça pública e das tribunas parlamentares. Neste círculo vicioso caminha a Nação, e o operário é o mais sacrificado de todos os sacrificados. E a Nação se empobrece, porque produz tão caro que não pode concorrer nos mercados internacionais. E o empobrecimento da Nação vai diretamente ferir os seus trabalhadores.

Urge deter essa loucura. A contenção dos preços, não pelos métodos artificiais da intervenção estatal, mas pelos processos orgânicos da orientação à produção e disciplina na distribuição, virá trazer a estabilidade dos ordenados, gratificações, subsídios e salários, único meio de se evitarem os déficits astronômicos no Orçamento e a queda progressiva da nossa moeda.

O SR. PRESIDENTE (*Osvaldo Lima Filho*, 1.º Vice) – Lembro a V. Ex.ª que o tempo regimental de que dispunha está esgotado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, permiti usassem da palavra vários oradores, antes de iniciar meu discurso, e o ilustre Presidente, que então dirigia nossos trabalhos, declarou-me que poderia falar até 16 horas. Como já estou no fim da minha oração, atenderei a V. Ex.ª dentro de cinco a seis minutos.

O SR. PRESIDENTE (*Osvaldo Lima Filho*) – A Mesa presta essa liberalidade a V. Ex.ª dado o interesse com que está sendo ouvido pelo plenário.

Participação dos empregados nos lucros das empresas

O SR. PLÍNIO SALGADO – A idéia da participação dos empregados nos lucros das empresas, como disse atrás, foi lançada pelo Integralismo em 1935. Ergueremos essa bandeira, por ela nos bateremos. Conclamamos todos os empregados para nos ajudarem neste afã, pois, conseguindo nosso objetivo, acreditamos ter concorrido para o bem-estar dos que trabalham e para o próprio desenvolvimento das empresas.

Disciplinação dos capitais estrangeiros

Desde nossos primeiros manifestos e, principalmente, no livro de Gustavo Barroso, *Brasil, Colônia de Banqueiros*, os integralistas se batem pela disciplinação dos capitais estrangeiros em nosso País. É preciso dizer que não somos contrários à colaboração desses capitais no esforço pelo nosso progresso e aos lucros justos e razoáveis que aufiram pela sua participação na vida nacional. O que não podemos permitir é a excessiva ganância de alguns, principalmente de *trusts* que agem à sombra de nossa benevolência, muitas vezes mascarando-se à custa de denominações despistadoras e sob o patrocínio de brasileiros que se prestam para tal. No desenvolvimento da campanha eleitoral deste ano, procuraremos esclarecer o povo brasileiro acerca desse problema.

Política exterior

A nossa posição no tocante à política exterior do Brasil é a mesma sustentada, não somente nos documentos básicos da Ação Integralista Brasileira, mas ainda na Carta de Princípios e no Programa do Partido de Representação Popular. Nestas condições, ainda que procurando ajudar o atual Governo em tudo o que disser respeito a medidas, por nós julgadas justas, relacionadas com nossa política interna e questões administrativas, opomo-nos frontalmente à sua orientação no exterior, que não é senão a mesma por nós combatida quando o Governo Jânio Quadros enveredou por esse perigoso caminho.

Fomos contrários e continuamos contrários às relações diplomáticas com a Rússia Soviética. Somos adversos à posição que o Ministro do Exterior Brasileiro assumiu em Punta del Este, protegendo, amparando, estimulando o Governo Comunista de Cuba, sob pretextos, sofismas e subterfúgios aparentemente jurídicos, na realidade contrários à tradicionalidade de nossa política pan-americana.

Tendo sido, nos últimos tempos, pela ONU, derrogadas, ab-rogadas, suprimidas todas as razões de ordem jurídica e moral, adotando-se uma política

dos fatos consumados, em relação à Indochina, ao Tibete, à Hungria, a Goa – entendemos que a política exterior do Brasil deve cingir-se a objetivos estratégico-militares de defesa do Ocidente, das liberdades dos Povos Americanos, da preservação do nosso hemisfério e, sobretudo, do Brasil.

Em todos os casos atuais ou próximos que envolvam os interesses da defesa da Civilização Ocidental, clara e definida é nossa atitude.

O Comunismo

Temos de encarar o Comunismo, mais sob o aspecto psicológico do que econômico. É certo que Karl Marx colocou o problema social nos quadros da Economia, aceitando as doutrinas dos fisiocratas e dos liberais, principalmente as de Adam Smith e de Ricardo, das quais se dizia continuador. Mas o fundamento do marxismo está no materialismo histórico, o qual, adaptado à dinâmica hegeliana, produziu o materialismo dialético. Nessa confluência do materialismo inglês com o idealismo alemão se encontra a fonte da mística revolucionária dos marxistas. Posteriormente, Lenine – grande gênio político do começo deste século – inovou o marxismo, adotando métodos que, no fundo, se contrapunham ao determinismo materialista, flagrante no pensamento da economia liberal e patente na própria dialética de Hegel, que não é mais do que a aplicação do determinismo ao processo de formação das idéias, porquanto os métodos leninescos consagravam o livre-arbítrio, ou a interferência do Homem nos fatos, para a precipitação do ritmo da destruição do capitalismo.

Não se pode negar que a crítica de Marx ao sistema capitalista é absolutamente correta. O que se não pode aceitar são as conclusões do comunismo, rigorosamente subordinado aos próprios conceitos do capitalismo, que também é uma forma de materialismo, revestido dos aspectos do agnosticismo utilitarista ou pragmatista.

Para combatermos o capitalismo, não podemos aceitar suas teses fundamentais, sua amoralidade, que o comunismo aceita. Temos de nos opor ao espírito burguês com a bandeira do espiritualismo. Nestas condições, cumpre-nos lutar contra o comunismo como uma das formas do capitalismo, pois seu objetivo não é outro senão substituir a plutocracia pela burocracia, ambas detendo os meios de produção e escravizando os homens.

Nosso combate ao comunismo não deve, entretanto, se efetivar por meio de violência ou de medidas policiais. Existe um estado psicológico nos comunistas, que deve ser considerado como expressão de um conceito de vida. É uma enfermidade do espírito. Conseqüentemente, devemo-nos esforçar por curá-la, opondo doutrina contra doutrina. Uma idéia só se combate com outra idéia. Em nome de que a burguesia capitalista pretende combater o comunis-

mo? Que oferece ela às massas populares, senão compensações materiais, quando os homens estão desesperados pela ausência do espírito? Não existem pobres anticomunistas e ricos comunistas?

O Integralismo vai às raízes profundas do mal, que se encontram no mundo capitalista, no seu materialismo, na sua preocupação exclusiva dos lucros, na sua voluptuosa ostentação. Essa mentalidade de azinhavre é até vanguardeira de nossas relações diplomáticas com a Rússia Soviética e estipendia organizações comunistas a fim de que propugnem por um falso nacionalismo, que favorece certos *trusts* contra outros, em prejuízo do povo e da nossa Nação.

Combater o comunismo sem combater o capitalismo é ferir apenas uma das faces do problema. Se o comunismo é a supressão da liberdade e da dignidade humanas, o capitalismo é o caminho que a ele nos leva. Somente uma concepção espiritualista e cristã da vida pode nos fazer paladinos na luta contra o monstro de duas cabeças, que se serve de nossas debilidades dominando um pelas negociatas desmoralizadoras e o outro pela infiltração nas classes intelectuais, nos partidos e nos governos, como é notório.

Parlamentarismo e presidencialismo

Como se sabe, o parlamentarismo surgiu como remédio adequado a uma crise político-militar que poderia levar o País à guerra civil. Trouxe um remédio imediato e pode também trazer os mediatos, evitando novas crises como as que assinalaram o sistema presidencial. Certamente o seu funcionamento encontra dificuldades, sobretudo se tivermos em vista que em nosso País coincidem três transições: a mudança da Capital, o esforço para passarmos do subdesenvolvimento para o desenvolvimento e, finalmente, o trânsito do presidencialismo para o parlamentarismo, havendo necessidade de uma adaptação dos homens públicos ainda afeitos a costumes e hábitos antigos.

Julgamos prematuro um julgamento do novo sistema. Há que esperar mais um pouco, sempre atentos às realidades brasileiras.

Lei eleitoral

Temos pontos de vista firmados sobre certos aspectos de reforma eleitoral propugnados por alguns legisladores. Não é aqui o lugar próprio para nos atermos a questões que, na verdade, julgamos superficiais. O essencial é dizermos que todas as reformas que se fizerem serão inúteis se, em primeiro lugar, não reformarmos o homem brasileiro. Impõe-se uma transformação de nossa mentalidade ao mesmo tempo utilitarista e messiânica à procura de

homens e não de idéias. Educar o povo, criar uma consciência nacional, eis a questão.

Movimento de Reconstrução Nacional

Para isso, urge um grande movimento, superpartidário, em que colaborem todos os homens de boa vontade em nosso País. Ouso desfraldar essa bandeira. A bandeira da Reconstrução Nacional.

Assistimos a um espetáculo de ruínas em nossa Pátria. Derruídas se encontram a Ordem e Disciplina. Solapado o princípio da Autoridade. Dissolvido o conceito da Responsabilidade. Apodrecida a consciência de Moralidade. Os homens públicos cortejam as massas populares e, em vez de as conduzirem para o próprio benefício delas, deixam-se por elas arrastar e tremem de medo de falar a verdade ou de tomar deliberações que os possam impopularizar, ainda quando se trata de salvação da Pátria. Na burocracia imperante, nunca se tornaram mais atuais os conceitos de Emílio Faguet, quando escreveu o livro *O Culto da Incompetência e o Horror da Responsabilidade*, pois, a respeito de qualquer decisão, correm papéis sobre papéis, formando volumosos autos, onde se multiplicam os pareceres e os despachos demissionários, jogando a bola uns para outros. Nos meios econômico-financeiros, é a fome de lucros dos novos Ugolinos, a avareza dos Shyloks, a multiplicação dos golpes, a ânsia pelo enriquecimento fácil e rápido.

Todos os escrúpulos desapareceram. Todas as aventuras são toleradas, a todas as negociatas se faz vista grossa. A vida social se decompõe nas exibições e ostentações dos círculos da elegância com reflexos de clicheria nas colunas das revistas e dos jornais. Vestem-se fantasias carnavalescas de milhares de milhões de cruzeiros, enquanto morrem de inanição os desamparados, os humildes, os marginais, os que naufragaram no oceano da vida. Ninguém quer trabalhar a sério, viver a sério, pensar a sério. Os métodos modernos de educação – consistem em nenhuma educação – vão preparando uma futura geração de monstros. Por isso, desde já, os crimes se multiplicam à sombra da impunidade.

É a Nação sem Deus. É o homem sem alma. É o desprezo pela austeridade e nobreza de uma existência cristã. E, no entanto, não podemos ficar inertes. Precisamos criar algo novo, acima dos partidos. Congregar os elementos ainda vivos e saudáveis da Nação.

Desfraldo, portanto, esta bandeira: a da Reconstrução Nacional. Reergamos o edifício da Nacionalidade. O ímpeto com que nos levantamos provém da força de todas as gerações pretéritas, que nos legaram o patrimônio territorial, político e moral que temos em mãos. É o cumprimento de um dever e o passo decidido para uma superior destinação histórica.

Seja este convite o fecho deste discurso em que expus a doutrina adotada pelo meu Partido, a sua criteriologia, a sua interpretação dos fenômenos sociais e das soluções que aventa. Seja este um convite aos homens de boa vontade para que, acima dos partidos, levantemos a obra maior de todas, que é a de, tendo recebido o Brasil de nossos ancestrais, engrandecê-lo por nosso esforço, trabalho, sacrifício místico, ainda que em meio a todas as incompreensões. Sacudamos a Nação brasileira e despertemo-la para uma vida cristã. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

CENTENÁRIO DA BATALHA DO RIACHUELO

Sessão de 10 de junho de 1965

Discurso pronunciado pelo Deputado Plínio Salgado na sessão solene do Congresso Nacional, realizada em 10 de junho de 1965, em comemoração do I Centenário da Batalha Naval do Riachuelo e em homenagem à Marinha de Guerra do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Representantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Poder Judiciário – mais do que os estudos históricos e o conhecimento dos fatos que se desenrolaram em tempos pretéritos, entendo que a interpretação da História é o que mais convém para a formação do espírito cívico da nacionalidade e para o encaminhamento de sua marcha segundo os seus superiores destinos.

Conceituação da História

Tenho para mim que a História deve ser interpretada de acordo com os três fatores tomados cada qual unilateralmente pelos filósofos, mas que conjugo numa só expressão. Há os que interpretam a História segundo as leis do determinismo materialista, condicionando os acontecimentos a circunstâncias anteriores de que resultam novos fatos dos quais se geram outros. Há aqueles, como Carlyle, que põem na ação exclusiva dos heróis o comando dos acontecimentos, adotando, portanto, o livre arbítrio, ou a interferência do homem no processo de formação dos fatos na História. E há, finalmente, os providencialistas, que colocam tudo nas mãos de Deus, como se Deus não houvesse dado liberdade ao homem para que este colaborasse com sua ação nos desígnios da Providência.

Três ciclos da História brasileira

A História do Brasil, costumo dividi-la em três ciclos. O primeiro, é o da expansão territorial, defesa da Pátria no mar e avanço para o sertão desconhecido, com a integração de novos espaços geográficos. O segundo, será aquele em que houve a integração jurídica de tais espaços na Nacionalidade. Começa no segundo quartel do Século XVIII, mas se positiva e se torna explícito no Tratado de Madri, em 13 de janeiro de 1750, quando Alexandre de Gusmão, o artífice

daquele intrumento internacional, interpretou o pensamento da nacionalidade brasileira, que transitava do mero sentimento de Pátria a consciência de Nação.

Daí por diante, integrado juridicamente o território, encontramos a semente da diferenciação dos grupos nacionais americanos dos do velho mundo, porquanto o artigo 3.º daquele Tratado reza que, no caso de se empenharem em guerra, no continente europeu, Portugal e Espanha, ficavam isentas de lutar entre si as colônias portuguesa e espanhola. Era o reconhecimento de nossa diferenciação, como nacionalidades distintas das metrópoles. A partir desse momento, consolidada a posse do nosso território pela aplicação do *uti possidetis* no Direito Internacional, começamos a elaborar nossa integração política, com os primeiros pruridos de independência manifestados, principalmente, na Inconfidência Mineira, e nos sucessos conseqüentes da decisão das cortes de Lisboa, pretendendo estas que o Brasil regressasse à situação de colônia, quando já era reino independente, ombro a ombro com Portugal.

Dessa ocasião em diante, quer no período agitado do Primeiro Império, quer nos tumultuosos da Regência e, posteriormente, depois da maioridade de Pedro II, através de toda a ação política de estadistas eminentes, entramos na fase decisiva da integração política do País.

O Pan-americanismo

O Tratado de Madri de 1750 traz o germe do pan-americanismo, a consciência da união dos povos livres da América, no sentido de marcharmos para o objetivo comum de realizar uma civilização baseada na democracia, nas liberdades humanas.

É daí que parte o pensamento de solidariedade continental, que não se cinge apenas ao conceito de Monroe, quando se levanta contra as possibilidades de agressão da Santa Aliança, organizada pelo Czar da Rússia, pela Áustria e pela Prússia, declarando que a América é para os americanos e dizendo que, em caso de agressão, contra qualquer de nós, todos os outros povos se levantariam para defender o agredido.

A doutrina pan-americana também teve o sentido de preservar os povos do novo mundo contra as ditaduras, contra os regimes absorventes e totalitários, que suprimem as liberdades humanas. Há, por conseguinte, o interesse de cada uma das nações do nosso hemisfério e de todas em conjunto, visando a sustentar os princípios da democracia, onde quer que ela esteja ameaçada.

Política interna e externa do Império

Criamos, nessa fase de integração política um alto espírito nacional. Devemos ao império à figura magnânima de D. Pedro II e às dos estadistas que

o rodearam, a formação de uma consciência política brasileira, que é exemplo sem par entre as nações da América, porquanto nunca nos perdemos em "pronunciamentos", nunca nos agitamos por interesses pessoais ou de caudilhos. Pelo contrário, as próprias Forças Armadas da Nação têm dado constantes exemplos de sua generosidade e de sua desambição, quando interferindo em momentos graves da História, para recompor o equilíbrio perdido do País, imediatamente o reintegram no curso normal da democracia. (*Palmas.*)

Se formamos essa consciência de política interna, também o Império nos legou a tradição de uma política externa, que se encontra na raiz da Organização dos Estados Americanos, fundada em tese genuinamente brasileira, ainda que se embeba nas inspirações de homens como Bolívar e daqueles que galoparam no peito do Continente, fazendo ressoar os gritos de liberdade e de democracia no novo mundo.

O Brasil, na política externa, foi, durante o Império, um País imbuído de idéias realistas. Não nos perdemos, como nos temos perdido ultimamente, em considerações de qualquer outra ordem que não sejam a da sustentação da democracia no Continente e a da defesa nacional. A política do Império, com vinculações remotas no Reinado de D. João VI e, talvez mais remotas ainda, na guerra do Século XVII contra os holandeses, condiciona a linha de nossas atitudes e ação no exterior aos interesses da defesa nacional. E não pode haver em nosso tempo outra linha, porquanto observamos com freqüência que a Organização das Nações Unidas tem-se conformado com fatos consumados, que atentam contra os princípios pelos quais foi fundada.

Excluída a idéia ética, ou jurídica, do convívio internacional, resta-nos, somente uma orientação política externa: a que nos leva à defesa do nosso território e da nossa soberania contra tudo aquilo que pode ameaçá-los em determinadas circunstâncias históricas.

A Guerra do Paraguai

A guerra do Paraguai está inserida no período do desenvolvimento dessa política. É a mesma linha traçada quando tivemos de intervir no Prata, quando tivemos de libertar o povo argentino da ditadura de Rosas. É a mesma adotada na Província Cisplantina, depois Estado do Uruguai, tendo em mira restituir a liberdade e a democracia ao povo que delas estava espoliado.

Começa a guerra do Paraguai com a agressão de Francisco Solano Lopez. Este homem, a quem não se pode negar a qualidade de patriota, era, entretanto, de ambição desmedida. Logo que assumiu o governo, em 1862, pôs todo o seu empenho em armar aquele país. Em 1864, o Paraguai era uma potência militar, com 64 mil homens armados e preparados para qualquer

emergência. Dispunha de uma marinha de guerra constante já de 14 navios, aos quais se juntaram outros encomendados no princípio do conflito com as três nações aliadas.

A mística de Lopez

Criou Lopez uma mística, a da expansão territorial e da fundação de grande monarquia na qual incluiria o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre Rios do território argentino.

É preciso lembrarmo-nos de que, para qualquer objetivo político, necessário se torna criar uma mística. Nosso País, para fins superiores e nobres, precisa criar a sua mística, sem a qual não há administração, não há economia, não há finanças, não há forças armadas, não há nada.

Lopez utilizou-se para maus fins de um meio nobre e alto: incutiu a mística em sua tropa.

O início do conflito

Em novembro de 1864, seguia pelo rio Paraná o navio brasileiro *Marquês de Olinda*. Não trepidou Lopez em apresá-lo, tornando prisioneiros todos os que nele viajavam, inclusive o Coronel Carneiro de Campos, Presidente do Estado de Mato Grosso. Era um ato de agressão.

O Brasil ainda esperou. A longanimidade do Imperador corria parelha com o senso realista de sua política externa. Mas, logo depois, em dezembro, as tropas paraguaias, sob o comando de Barrios, tomam o forte de Coimbra, que tinha apenas 115 homens para defendê-lo. Era impossível resistir. A operação realizada pelos brasileiros foi uma retirada estratégica, em que não perdemos um só homem.

Declaração de guerra pelo Brasil

Praticamente, o Paraguai se pusera em beligerância com o Brasil. Entretanto, só em janeiro de 1865 o Governo Imperial resolveu declarar guerra àquele que nos agredia e invadia o nosso território. Mas esta declaração de guerra, redigida pelo Visconde do Rio Branco, traz uma frase que define os mais nobres e generosos sentimentos do Governo do Império, verdadeiro intérprete do povo brasileiro. Diz o grande Paranhos naquela nota: "O Governo Imperial defenderá sua dignidade e seus direitos, repelindo o agressor, mas não confundirá a nação paraguaia com o governo que a infelicita e a conduz para uma aventura de tristes conseqüências". Ficou claro que não declarávamos guerra ao povo paraguaio, mas a Francisco Solano Lopez, do mesmo modo

como, recentemente, as nações democráticas, declarando guerra ao nazismo, não a declararam ao povo alemão, tanto que, após o conflito, todas as mãos se estenderam para ajudar aquele nobre povo a soerguer-se das suas ruínas.

O bloqueio

Começa, pois, a guerra do Paraguai. Que fazer? Preliminarmente, bloquear Francisco Solano Lopez, para evitar que descesse ao estuário do Prata. Os nossos estrategos, homens de alta visão política e, ao mesmo tempo, de grande conhecimento militar, entendem que é preciso fechar o caminho a Lopez, para que não se assenhoreie das importantes bases.

É o Almirante Tamandaré o incumbido dessa operação. Encontra-se chefiando a esquadra brasileira e designa o Comandante Gomensoro para subir o rio e ir, com oito navios de guerra, deter os passos do caudilho. Logo depois, envia de Buenos Aires mais três navios, um em que ia o Almirante Barroso, incumbido de assumir o comando-geral da esquadra. Era a fragata *Amazonas*, navio pesado, de rodas, que encontraria grandes dificuldades nos baixos e bancos de areia daquela imensa bacia fluvial. Acompanhavam-no os outros dois pequenos navios e levava, como cooperação do Exército, a brigada sob o comando do Coronel Bruce. Chegando a Goia, assume o comando geral da esquadra. Inicia a marcha rio acima.

O teatro da batalha

Já Corrientes, cidade argentina, estava em mãos das forças paraguaias. Em conjugação com as tropas do General Pannero, consegue-se retomar aquela posição. Lopez fica enfurecido e resolve destruir a esquadra brasileira, acrescida de três navios aliados. Encontra-se, então, a nossa Armada, no ponto em que o pequeno riacho, que justamente por ser pequeno era chamado Riachuelo, atinge as águas do grande rio, pouco abaixo de Corrientes. Disse testemunha ocular que os nossos navios pareciam uma serpente de um quilômetro e 800 metros de extensão, alinhados naquele ponto.

Eis que chega o 11 de junho de 1865, domingo da Santíssima Trindade. O dia, que amanhecera enevoado, pouco a pouco se iluminou com um céu azul. É um dia de glória. Como que a natureza, naquele frio de 10 graus centígrados, quer-se engalanar para o triunfo magnífico das nobres idéias libertadoras de um povo verdadeiramente democrático.

A batalha

Prepara-se o altar do navio capitânea para a celebração do Santo Sacrifício da Missa. Eis que, nove horas da manhã, o navio *Araguari*, que se

encontra na vanguarda, dá o sinal de "inimigo à vista" e logo depois anuncia "oito navios inimigos".

Barroso, imediatamente, dá o sinal: "Preparar para o combate". Em seguida, descem rapidamente navios paraguaios, de calado menor, e, por conseguinte, mais agilmente à vontade naquele cenário onde os nossos, mais pesados, enfrentam sérias vicissitudes. Rompe o fogo por parte dos navios brasileiros. Responde o fogo dos navios paraguaios e da artilharia de terra que nas barrancas do rio cooperava para a vitória das armas de Lopez. Inicia-se o combate. É um combate terrível. Novo sinal de Barroso: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever".

Grandes dificuldades encontram nossos navios a ponto de o *Jequitinhonha* ter encalhado. Os outros entram em luta: é o *Mearim*, o *Iguatemi*, o *Ivaí*, o *Ipiranga*, o *Belmonte*, o *Araguari*, o *Parnaíba*, o *Beberibe*, nomes de rios brasileiros.

Simbologia dos rios

Que misteriosa simbologia aquela! Os rios que correm por nossa Pátria são os portadores das mensagens das longas distâncias de que vieram. Nada melhor para significar a unidade nacional do que o curso dos rios. Eles trazem recados de remotos sertões. Eles vêm despertar lembranças de todo o território da Pátria. Enquanto as montanhas são paradas, estáticas, os rios são dinâmicos e levam nas suas águas recados e mensagens. (*Palmas.*) E ali nossos navios têm nomes dos rios brasileiros. E, a comandá-los, o maior dos rios, o Amazonas, nome da fragata capitânea. Foi realmente o Brasil, a alma da Pátria que se levantou naquele instante para cumprir uma missão histórica.

O poema heróico do "Parnaíba"

Mas o combate continua. De terra, a artilharia ribomba. Ao alcance da fuzilaria das barrancas, caem patrícios nossos, que respondem fortemente à agressão. Barroso manda, então, um sinal que diz: "Sustentar o fogo que a vitória é nossa". Sustentam. Entre os episódios que mais calam na memória dos brasileiros, destaca-se o do navio *Parnaíba*. Emocionalmente, foi o ponto culminante da batalha. Foi o mais alto do sentimento nacional.

Dera-se a abordagem. Arremessam-se os paraguaios a lutar corpo a corpo, com arma branca, contra os nossos. Eis que um oficial inimigo arranca a bandeira brasileira do mastro. Desce-a. Nesse instante, como que todo o sentimento brasileiro se acrisola no coração dos bravos militares. Exército e Marinha estão unidos, porque o contingente do comandante Bruce leva soldados de terra em número de mil e duzentos. Unem-se à Marinha. Que sagrado exemplo para os nossos dias, em que tanto necessitamos da União das três Armas do nosso País! (*Palmas prolongadas.*)

Lutam. Caem os bravos oficiais da terra e do mar, um a um, na defesa do pavilhão nacional. É nesse instante que o guarda-marinha Greenhalg e o marinheiro de primeira classe, o célebre, o famoso Marcílio Dias, se imortalizam: arrancam das mãos do inimigo a bandeira da Pátria, nela se envolvem, tingem-na com o seu sangue vermelho de patriotismo e sucumbem envoltos no pavilhão nacional. (*Palmas prolongadas.*)

Pouco depois, apesar de toda a tristeza e acabrunhamento pela perda daqueles heróis, eis que estrugem, com alegria, vivas ao Imperador, vivas ao Brasil, vivas ao Almirante Barroso. Que foi? Foi o *Parnaíba* que rechaçou os inimigos, foi o *Parnaíba* que tornou a hastear a bandeira verde-amarela da nossa Pátria. (*Palmas.*)

A improvisação de Barroso

O combate prossegue, quando o Almirante Barroso – ainda que posteriormente passível da honrosa censura de Tamandaré – resolve o que é comum nos brasileiros: improvisar. O brasileiro é improvisador até no futebol (*riso*); vence sempre tomando iniciativas inesperadas e aparentemente ilógicas. Surpreende a ténica adversária. A capacidade imaginativa é uma das características da nossa raça.

Barroso delibera fazer do seu navio um aríete, um esporão, e acomete os navios paraguaios. Afunda três dos mais importantes, por esse meio.

A vitória

O terror começa a estabelecer-se na tropa inimiga. O combate recrudesce. O *Mearim* põe a pique mais um navio paraguaio. Outras unidades nossas fortemente atacam. E, de repente, os paraguaios abandonam seus navios e fogem a nado.

Nas barrancas, onde a artilharia cantava constantemente sobre os nossos vasos de guerra e nossos homens, começou também a estabelecer-se o pânico, porque os canhões brasileiros varriam inteiramente aquela moldura de fogo que cingia nossa esquadra. Às quatro horas da tarde sobraram apenas quatro navios paraguaios que fugiram precipitadamente rio acima. Estava ganha, pelo Brasil, a batalha do Riachuelo. (*Palmas.*)

Conseqüência de Riachuelo

A significação dessa batalha na Guerra do Paraguai foi enorme. Dali se prosseguiu, tomando-se a fortificação de Mercedes e a de Cuevas, posteriormente avançando mais para o norte. Seguem-se páginas de epopéia que não é

momento de relembarmos aqui, quando focalizamos apenas o episódio da Batalha do Riachuelo. É a tomada de Curupaiti, é a passagem de Humaitá, que parecia impossível, dadas as correntes de ferro estendidas de margem a margem do rio. São as lutas conseqüentes, em que se inscrevem Tuiuti, Curuzu, Passo da Pátria, até Campo Grande, e finalmente Cerro Corá.

Termina a guerra em 1870. O Brasil age magnanimamente com o povo paraguaio. A desgraça de um ditador impensado! O Paraguai, que contava com um milhão e duzentos mil habitantes, ao terminar a guerra não tem mais do que duzentos mil habitantes, pois a sua população, além das perdas em combate, sofreu várias epidemias.

Honra seja feita a esse povo, que se bateu denodadamente, ainda que induzido ao erro com a mística sagrada da pátria, dando-nos exemplo para em qualquer emergência agirmos do mesmo modo. (*Palmas.*)

A política do Império continua seguindo aquela linha que nos vinha de tempos remotos, herança dos portugueses, esses grandes colonizadores e políticos, estadistas, filosófos da História, intérpretes dos destinos das Pátrias por eles criadas. Vem de tempos remotos.

Evocação do passado

Neste instante em que o Congresso Nacional rende homenagem à nossa Marinha de Guerra, o meu sentimento, transformado em emoção, faz-me ver na longa noite da História, como que esbatidas ao luar da permanente recordação, as nossas façanhas marítimas. Elas têm raízes! Elas têm tradições! Elas são castiças! Elas vêm desde os tempos das batalhas dos holandeses. Elas vêm dos tempos em que os brigues e as canhoneiras francesas e inglesas empreendiam a invasão e o domínio de nossa terra. Como que vejo ao luar dessa recordação as figuras de Duguay-Trouin, de Cavendish, de Duclerc, de Men de Sá, de Estácio de Sá; como que vejo nos nossos mares austrais percorrerem nossos navios, desde o período colonial e depois no Império afirmando a soberania da Pátria, afirmando o ardor dos brasileiros em defender a sua terra e os seus princípios. Ah! naquele tempo! Naquele tempo éramos grandes, respeitados. Nossas esquadras desciam para o sul para impor ordem no rio da Prata. Não havia ninguém que discursasse em nome de certos princípios falsos que só ficam bem na boca dos demagogos. Havia um sentido realista no cumprimento do dever decorrente da consciência pan-americana, a sustentar a integridade do novo mundo e dos princípios democráticos.

Apelo aos brasileiros

Ó marinheiros do Brasil! Soldados do mar! Quando estive, por motivos políticos, preso na Fortaleza de Santa Cruz, eu escutava o vosso, o nosso mar

bater nas pedras e entrar pelas casamatas com ribombos oceânicos; e escrevi um poema, o *Poema da Fortaleza de Santa Cruz*, em que procurei reviver toda a glória militar do Brasil, a vossa glória, marinheiros da Pátria (*palmas*), a glória de vossos irmãos de terra e já agora de vossos irmãos do ar.

O Conde de Lippe, nos fins do Século XVIII, introduziu, com a reforma do exército português, um costume altamente significativo. Ali, naquela fortaleza, de hora em hora, um sentinela gritava: "Sentinela, alerta!". E outro, nas sombras da noite, com a cabeça coroada pelas estrelas, respondia: "Alerta estou!".

E, então, nesse poema eu disse:

> *"Grita, sentinela! Grita bem alto, repetidamente, para despertar nossa Pátria! Que teu grito vá além de nossas montanhas, de nossas cordilheiras, de nossos rios, a dizer que Caxias está vivo, que Tamandaré, Barroso estão vivos* (palmas) *e tão vivo o Brasil com os seus heróis do passado, na consciência dos militares de nosso País e na consciência da grande Nação".* nosso País e

Sejam estas palavras a minha suprema homenagem, no centenário da Batalha do Riachuelo, às três Forças Armadas do Brasil, e no particular, à nossa Marinha de Guerra, para que gritando "Sentinela, alerta!", cada brasileiro, em cada rincão de nossa Pátria se sinta, pela defesa da liberdade, da democracia, da soberania, da honra e da dignidade do Brasil, com a responsabilidade de responder: "Alerta estou!". *(Muito bem; muito bem. Palmas. O Plenário, as autoridades civis e militares presentes e as galerias aplaudem, de pé, demoradamente e com raro entusiasmo, o orador.)*

O GRITO DO IPIRANGA

Sessão de 6 de setembro de 1971

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, incumbido pela Liderança da ARENA de pronunciar uma oração comemorativa da data magna da nossa Pátria, que decorre amanhã, entendo que minhas palavras representam o pensamento e o sentimento de ambos os partidos que atuam nesta Casa.

Sr. Presidente, para compreendermos a significação e grandeza da data de 7 de Setembro, que todo o Brasil anualmente festeja, é preciso conceituarmos o que constitui um país, uma pátria e uma nação, coisas inteiramente diversas.

País, Pátria e Nação

Um país é apenas o território, a natureza, as riquezas geológicas, a sua fauna, a sua flora. Não é ainda uma pátria. A pátria é o resultado do comércio sentimental entre o homem e a terra. O homem, fixando-se naquele país, estabelece íntimas ligações de sentimentos entre o que ocorre na sua vida e a paisagem ambiente. De sorte que os dias e horas felizes, como aqueles amargurados, ligam-se por uma espécie de simbiose entre o mundo interior do homem e a natureza envolvente. É assim que começamos a amar o país e a considerá-lo a base física de nossa pátria.

O Brasil foi um País desde a descoberta de Pedro Álvares Cabral e através de todo o Século XVI, e parte do Século XVII. Foi o período do desbravamento dos sertões, da colonização do litoral e, depois, da infiltração dos núcleos populacionais pelo imenso território. No curso desses dois séculos, o colono que para aqui veio e o brasileiro que aqui nasceu começaram a estimar esta terra e a considerá-la ligada intimamente à sua própria psicologia e aos fatos mais notáveis de sua existência individual.

O Brasil só se fez uma Pátria na Guerra Holandesa, no Século XVII, quando, para expulsar o invasor, reuniram-se os filhos de todas as colônias, foram ao Nordeste e ali encarniçadamente lutaram porque já estimavam a terra e já a tinham como sua pátria. Este sentimento evoluiu no curso da segunda metade do Século XVII e prosseguiu na primeira metade do Século XVIII.

Mas o Brasil ainda não era uma Nação. Nação é consciência da diferenciação de um povo dos demais povos do mundo. Esta consciência é que dá o caráter da personalidade nacional. Podemos fixar mesmo uma data como a

em que se manifestou mais claramente o sentimento nacional brasileiro: 13 de janeiro de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri.

O Tratado de Madri

Como se sabe, o Tratado de Madri, assinado pelos monarcas de Espanha e Portugal dirimiu as contendas relativas aos limites entre a América espanhola e a América portuguesa. Desde o Tratado de Tordesilhas de 1494, e no curso de desenvolvimento destas partes do novo mundo, não se havia fixado rigorosamente a linha dessas fronteiras. Os bandeirantes paulistas avançando pelo interior e realizando a integração territorial da Pátria, atingiram os extremos do Oeste, mas ainda no Século XVIII surgiam divergências acerca desses limites. Pelo Tratado de Madri, de 1750, os reis português e espanhol, fixando as linhas divisórias de seus domínios, assinaram também disposições, redigidas pelo brasileiro de Santos, Alexandre de Gusmão, pelas quais se infere que o Brasil já tinha consciência de sua diferenciação, não só das demais nações do mundo, mas também da metrópole colonizadora.

Diz o artigo 3.º daquele Tratado que, em caso de guerra entre as coroas de Portugal e Espanha, na Europa, não ficariam obrigadas a entrar em guerra entre si as colônias espanholas e portuguesas da América. Significa isto que os próprios monarcas europeus já consideravam o Brasil e as demais colônias hispano-americanas completamente diferentes das metrópoles de que haviam nascido. É de 1750 em diante que se manifesta, portanto, a consciência da nacionalidade, da diferenciação de um grupo humano em face dos demais povos do mundo.

Realmente, essa consciência já existia no substrato da nacionalidade em forma subconsciente. O povo brasileiro já se sentia diferente e distinto, mas, como sempre acontece no curso da História, as manifestações patentes e objetivas do ainda irrevelado pelos povos cabem aos homens de gênio, às elites intelectuais do país. Foi Alexandre de Gusmão o intérprete daquilo que já existia subjacentemente em nossa Pátria e que ele explicou naquele dispositivo do Tratado de Madri.

A partir, de então, de 1750, começam os movimentos pela nossa independência. Seria longo expor, ou pormenorizar aqui os sucessos daqueles tempos, desde a revolta de Beckman, no Maranhão, até a de Felipe dos Santos e, posteriormente, a Inconfidência Mineira e outras manifestações representativas daquele espírito de autonomia que surgia em nosso País.

A verdade sobre D. João VI

Em 1808, acontecimentos da política européia facilitaram ao grande rei Dom João VI realizar velho pensamento que vinha desde Dom João IV,

prosseguira com Dom João V e se manifestara através do Marquês de Pombal, no reinado de Dom José I – a transferência da sede da comunidade lusíada para o Brasil.

Ensina-se erradamente a nossa História, quando se diz que Dom João VI veio fixar-se no Rio de Janeiro fugindo de Napoleão. Não é verdade. Esse pensamento da transferência da sede do Governo da grande comunidade, para se formar aquilo que hoje existe com a comunidade britânica, era idéia longamente amadurecida. Possuo em meu arquivo particular um documento-autógrafo, assinado pelo Almirante Luís da Mota Feio, sinaleiro da esquadra que deveria conduzir o Príncipe Regente ao Brasil. Tem a data de 1799, que se lê claramente naquela tinta, amarelecida pelo tempo, e que é um testemunho contra as inverdades que se ensinam em nossa História. A dificuldade encontrada por Dom João VI, contra o pensamento de aqui se construir a grande nação, residia na oposição que lhe fazia a Inglaterra, por motivo de seu egoísmo, não desejosa de se formar uma grande potência, abrangendo os dois lados do Atlântico, e os portugueses, com o seu ressentimento, que não desejavam essa mudança, da mesma maneira como os baianos não queriam a mudança de Capital, feita pelo Conde da Cunha para o Rio de Janeiro e como os cariocas não ficaram satisfeitos com a mudança para Brasília.

Dom João VI era estimulado por homens de grande talento, como o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, e o Conde da Barca, D. Antônio de Azevedo.

Possuo também no meu arquivo particular a correspondência entre o Encarregado de Negócios de Portugal, em Viena, no período da revolução francesa e da época napoleônica, e ali encontrei várias cartas em que este homem, Joaquim José de Miranda Rabelo, educado na nova escola de Coimbra, depois da reforma de Pombal, insistia com D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre a importância que o Brasil ganhara econômica, cultural e politicamente, pelo que deveria ser o centro da Monarquia. Quando surgiram as dificuldades em toda a Europa, pela política de Napoleão Bonaparte, D. João VI vislumbrou a possibilidade de realizar este grande pensamento. Adotou uma política firme contra o império francês. Debalde Napoleão insistiu, já na ocasião do Bloqueio Continental, já posteriormente, em que Portugal se manifestasse favoravelmente aos seus desígnios. D. João VI equilibrava-se entre os dois partidos, as duas opiniões: uma chefiada pelo Conde de Linhares, favorável à Inglaterra, e outra pelo Conde da Barca, favorável à França, contemporizando suficientemente até que chegasse a hora oportuna de realizar seu desejo de se transferir para o Brasil. Esse momento adveio quando Napoleão, já impaciente e desanimado das conversações intermináveis com o governo de Lisboa, resolveu invadir Portugal. Era chegado o instante propício. Nem os portugueses poderiam reclamar a saída de D. João VI, nem a Inglaterra

se opor, porquanto todas as cabeças coroadas da Europa ou tinham sido depostas ou estavam subordinadas humilhadamente ao Império de Napoleão Bonaparte, o que era prejudicial aos objetivos britânicos. O único Rei que ficou de cabeça erguida durante todo o período bonapartista foi D. João VI. Aproveitou a oportunidade para realizar o grande sonho das elites do seu País, que era a transferência da Capital. É interessante como na última Grande Guerra ninguém criticou ou chamou de fujões os reis que se acolheram na Inglaterra, saindo do continente para país estrangeiro, enquanto D. João VI veio para a terra sua, que era parte integrante de Portugal. Foi o único rei que na Europa não se submeteu aos caprichos de Bonaparte.

Realizações de D. João VI no Brasil

Aqui chegando, D. João VI como que trazia o pensamento de preparar o Brasil para se tornar uma nação independente. A obra realizada por este rei, durante treze anos de Governo, é verdadeiramente assombrosa. Fundou ele aqui a primeira escola de Medicina, a Escola de Belas-Artes, a de Agronomia, a de Economia, a de Farmácia; instalou a Imprensa Nacional e o primeiro jornal, *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Abriu os portos brasileiros a todas as nações; saneou a Baixada Fluminense; fez a primeira fábrica de pólvoras; criou o Banco do Brasil; fez surgir o Jardim Botânico, essa maravilha à qual nós brasileiros não damos o valor que lhe emprestam os europeus; e, trazendo de Lisboa um acervo de preciosidades, instalou a nossa Biblioteca Nacional. Vendo que o século XIX iria ser aquele em que as nações possuidoras de ferro seriam as mais preponderantes, fundou a primeira fundição de ferro em nosso País, chamando o Coronel Frederico Guilherme Varnhagen para Diretor da Fábrica de Ipanema. É, portanto, D. João VI o fundador da siderurgia em nossa Pátria. Fez mais: trouxe sábios, cientistas para o nosso País; mandou explorar os rios do interior: o Tapajós, o Xingu, o Madeira, o Arinos; fez mais ainda: criou a arte musical no Brasil, fundando o Teatro de Ópera São João, onde grandes cantores europeus se exibiram; acima de tudo, incutiu no povo brasileiro a consciência de sua grandeza e mostrou-lhe o caminho do progresso. Dom João VI é injustiçado na História. A ele muito devemos, culminando a sua obra, em 16 de dezembro de 1815, com a elevação do Brasil à categoria de Reino. Tenho para mim que a Independência do Brasil foi naquela data. Também possuo no meu arquivo particular a carta autógrafa do Ministro da Áustria, Metternich, agradecendo, em nome do imperador austríaco, a comunicação que lhe era feita pelo soberano brasileiro da elevação do nosso País à categoria de Reino. Éramos realmente independentes, possuíamos uma Justiça própria, tínhamos um Ministério próprio, estávamos ombro a ombro com Portugal. O descontentamento de nossos irmãos do outro lado do Atlântico demonstrava claramente

o quanto estávamos sendo compreendidos, respeitados, considerados por esse grande rei.

Causas da separação

Em 1820, deu-se a Revolução Liberal no Porto. O movimento constitucionalista na Europa não tinha caráter revolucionário. Muito ao contrário, era um movimento conservador para impedir o desmando e a precipitação dos acontecimentos oriundos da Revolução Francesa. Os povos europeus entenderam de aproveitar o que havia de útil nas idéias daquela revolução cristalizando teorias e princípios em formas jurídicas precisas para deter a marcha da anarquia que ameaçava todas as nações.

A revolução do Porto era semelhante à que ocorreu em Cadiz, na Espanha, e em outros países do mundo. Sendo liberal e constitucional, trazia entretanto, no seu íntimo, o sentimento de regresso a fórmulas antigas, tanto que se cogitava de se retirarem do Brasil as prerrogativas de País independente, que já éramos, e fazê-lo retornar à situação de colônia. Foi, então, que se produziu um grande movimento em todas as províncias brasileiras, para que não perdêssemos os direitos e o autogoverno que já tínhamos por outorga de El-Rei Dom João VI.

Reação brasileira

Considero o 7 de Setembro de 1822 não propriamente "o Dia da Independência", mas a data da "reafirmação da Independência" e da definitiva separação de Portugal. Não era mais possível continuarmos unidos: estávamos oprimidos. Aquele grande movimento cívico que se deflagrara em todas as províncias e principalmente no Rio de Janeiro bem manifestava a deliberação do nosso povo de jamais abdicar das prerrogativas já conquistadas. Assim, quando as cortes de Lisboa entenderam que a presença de Dom Pedro, Príncipe Regente aqui deixado por Dom João VI, era prejudicial à nova transformação do Brasil em colônia, veio ordem expressa para que aquele Príncipe regressasse ao seu país. O povo brasileiro levantou-se. No dia 9 de janeiro de 1822, grande massa popular, conduzindo à frente o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, procurou o Príncipe, que recebeu a comissão encarregada de lhe levar o manifesto do povo. Pronunciou um discurso José Clemente Pereira, um dos grandes batalhadores pela nossa Independência.

A esta altura os manifestos de Minas e de São Paulo, trazidos ao conhecimento do Príncipe, denotavam claramente a nossa disposição de, por qualquer modo, sustentarmos as nossas prerrogativas de povo independente.

A 9 de janeiro de 1822 D. Pedro pronuncia a célebre frase: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico." José Clemente Pereira sai à janela, repete as palavras do Imperador e a massa popular, em delírio, aclama aquele que, dentro de pouco tempo, com o título de "Defensor Perpétuo do Brasil" iria gerir os nossos destinos.

O grito do Ipiranga

D. Pedro viajara para São Paulo a fim de acomodar situações políticas criadas ali pelos adversários dos Andradas. Chegou àquela cidade no dia 5 de setembro de 1822, recebido com grandes festas pela Câmara, pelo Bispo Diocesano, com bandas de música, foguetes, aclamações.

Deteve-se na Capital paulista até o dia seguinte, quando seguiu para Santos. De Santos, regressou na manhã do dia 7. Vinha com grande cavalgada. Na sua viagem, pousando em várias cidades do Vale do Paraíba, organizou, em Pindamonhangaba, a sua guarda de honra, de luzidos rapazes, entre os quais tenho a honra de contar com um antepassado. A guarda caminhara com o Príncipe até São Paulo e Santos. Ao regressarem, chegam dois emissários da Corte – Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro – trazendo cartas da Imperatriz Leopoldina, de José Bonifácio e documentos oriundos de Lisboa. Manda D. Pedro I ao Padre Belchior que leia a correspondência. Ao escutar a leitura da ordem expressa de Portugal para que regressasse no mesmo dia, anulando todos os seus atos e exigindo a mudança do Ministério, ele, jovem impetuoso, de temperamento ardente, ficou possuído de cólera. E, então, agarrando aqueles papéis, atirou-os ao chão e pisou-os. A grande e luzida escolta tinha ido na frente. D. Pedro monta a cavalo, e o Padre Belchior faz o mesmo para alcançarem aquela comitiva. Ao chegar próximo ao riacho do Ipiranga, estão todos reunidos e ele diz: "Estamos separados de Portugal. As Cortes de Lisboa querem escravizar-nos. Nossas relações estão quebradas, nenhum laço nos une."

Em seguida, quando todos, montados em seus cavalos, o rodeiam, arranca da espada, toma o pendão português do ombro e o atira ao chão e grita com todas as forças do seu peito: "Juro pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, fazer a liberdade do Brasil". E, com todas as forças, lançou o grito célebre: "Independência ou Morte", ao que todos respondem, repetindo a sua frase: "Independência ou Morte". O Brasil era livre e, pela vinculação da Independência à dinastia tradicional, para o que contribuiu o alto senso político de José Bonifácio, mantinha-se a unidade da Nação.

Srs. Deputados, esta frase é profética, serve para todos os dias em que vive nossa Pátria: "Independência ou Morte".

Personalidade nacional

As nações, Srs. Deputados, têm uma personalidade, como nós próprios, cada um individualmente, a temos. A personalidade, segundo ensina o filósofo Bergson, francês, e o inglês Stuart Mill, é baseada na memória.

Temos personalidade porque temos memória. Todas as manhãs, nosso primeiro pensamento dirige-se no sentido de perguntar: "Que fiz ontem? Que vou fazer hoje?" É a memória. Se perdemos a memória, perdemos a personalidade.

Bergson ensina mesmo que a manutenção de nossa personalidade é como um filme cinematográfico, passando constantemente.

Na primeira Grande Guerra, um homem foi encontrado numa estrada da Itália. Tinha recebido um tiro numa zona cerebral, o que lhe aniquilou a memória. Esse homem não sabia quem era, de onde vinha, nem para onde ia. É o célebre desmemoriado Colegno.

Duas mulheres vieram disputá-lo. Uma dizia que ele era o Professor Canela, seu esposo. A outra, que era o tipógrafo Brunelli, esposo dela. As mulheres disputavam; as autoridades não sabiam como proceder. Foram chamados cientistas e técnicos de todo o mundo, mas nenhum pôde adivinhar quem era o homem, nem de onde vinha, nem para onde ia. O único que poderia dar resposta era ele mesmo; mas ele perdera a memória. E, quem perde a memória, perde a personalidade. Quando afirmamos: "Fulano é um homem de personalidade", queremos dizer: ele é um homem de memória, lembra o que prometeu para cumprir, as obrigações que assumiu para executá-las.

Pois bem, Srs. Deputados, as nações também têm uma personalidade baseada igualmente na memória. A memória das nações é a sua História. Saber a História da nossa pátria é concorrer cada um de nós para a manutenção da personalidade coletiva. Uma nação quando perde a personalidade, isto é, esquece-se das suas tradições, das suas origens, menospreza o seu passado, essa nação perde o direito de ser independente. Aqueles povos que foram conquistados pelos regimes totalitários absorventes e esmagadores, antes de perderem a independência já tinham perdido a personalidade. E não souberam reagir. Uma nação, para reagir unânime à sustentação dos seus direitos, precisa ter personalidade, isto é, ter memória, isto é, ter História.

Tradição e progresso

No momento atual do Brasil, mais do que nunca, temos de evocar as nossas tradições. Há hoje uma mentalidade de destruição, de ruína que renega tudo quanto é grande e valioso em nosso passado. Dizem, então, esses corifeus de idéias dissolventes que a tradição é inimiga do progresso. Mostram uma

perfeita ignorância até da sua própria língua. A palavra tradição procede do latim: *tradictio*, isto é, passar de trás para frente.

Ora, como pode ser a tradição inimiga do progresso se o progresso é palavra sinônima de tradição? Vejam V. Ex.ª. : o prefixo *pro* significa vir de trás para diante como dizemos "ingresso", para dentro; "regresso", para trás e "progresso", para a frente. Se a tradição é passar de trás para diante, tradição é sinônimo de progresso. E não podem realizar verdadeiro progresso aquelas nações que perderam o sentido da tradição. Que importa o desenvolvimento material, o aprimoramento tecnológico, o orgulho da ciência, as realizações das indústrias, se isto tudo não pertence a um grupo humano firmemente individualizado, fortemente personificado? Então, somos uma terra de ninguém onde todo o mundo vem realizar progressos, mas onde ninguém sabe a quem deve pertencer esse progresso.

Mortos ou vivos

Nos dias correntes além desses conceitos errôneos, temos a infiltração dos piores males que vêm dissolver a nossa juventude, esperança e penhor seguro da Pátria. A desmoralização dos costumes, a introdução do uso dos tóxicos, o desrespeito à autoridade – autoridade do Governo, autoridade religiosa, autoridade familiar, autoridade dos mestres – tudo isto que se tenta aniquilar é base fundamental para a manutenção da integridade da Pátria.

Por isso, dizia eu há pouco, o grito de D. Pedro I – Independência ou Morte – é profundamente significativo. Ou somos independentes no sentido da manutenção da nossa personalidade nacional, ou estamos mortos. Mortos para a História, mortos para a vida dos povos.

Este é o instante preciso, Srs. Deputados, na véspera das comemorações do 7 de Setembro, para que meditemos e nos compenetremos, cada vez mais, de que é preciso ativarmos, revigorarmos a consciência nacional, sem o que de nada adianta o progresso material.

Quando, nas horas de desânimo e de tristeza diante do espetáculo da corrupção e da ruína que nos ameaça na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema, no teatro, nos costumes; quando, em face desse espetáculo deprimente nos sentirmos amargurados, não desanimemos. Ergamo-nos firmes para a luta em prol dos valores positivos da nacionalidade. Que aos nossos ouvidos ressoe a cavalgada magnífica que levou o jovem Príncipe do Ipiranga à cidade de São Paulo, entre gritos de alegria e de afirmação, que ressoe nos nossos ouvidos a música composta por ele próprio naquela mesma tarde e que diz: "já podeis da Pátria filhos, ver contente a mãe gentil; já raiou a liberdade no horizonte do Brasil."

Nas horas de depressão e de melancolia, ergamos o nosso ânimo e retumbe aos nossos ouvidos, com o tropel da cavalgada que abalou o peito do continente, o grito imortal: "Independência ou Morte"! *(Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

QUADRAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Sessão de 10 de outubro de 1972

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano de 1972 tem sido um ano de comemorações: a do Sesquicentenário da Independência; o quarto centenário de publicação de *Os Lusíadas*, de Camões; o cinqüentenário da Semana da Arte Moderna; o quadragésimo aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo e, agora, o do lançamento do Manifesto de 7 de outubro de 1932, que fundou no Brasil a Ação Integralista Brasileira.

Minha posição política atual é nítida e clara. Tendo participado da Revolução de 64, não podia deixar de me inscrever nas fileiras da ARENA. Partido que apóia o Governo da República e ao qual me manifesto sempre fiel. Entretanto, isto não impede que eu cumpra um dever moral, principalmente tendo em vista o grande alarde que tem feito a imprensa brasileira em torno desse acontecimento – a fundação da Ação Integralista Brasileira –, de vir à tribuna para tornar bem evidente o objetivo daquele movimento e as circunstâncias históricas em que ele se processou.

Dividirei meu discurso em duas partes. A primeira será a leitura do 1.º capítulo de um livro que publiquei, há 15 anos, intitulado *O Integralismo na Vida Brasileira*. A segunda será de comentários que irei tecer, ouvindo quaisquer interpretações acerca da matéria que será por mim desenvolvida.

Esse primeiro capítulo diz o seguinte:

> "Para se ter noção exata do que representou o Manifesto de Outubro de 1932, cujo vigésimo quinto aniversário está sendo comemorado, é preciso, antes de tudo, fazer-se um levantamento, ainda que sumário, do panorama político, social e cultural do nosso País, na hora em que esse documento apareceu.
>
> Adeptos, adversários ou indiferentes, ninguém pode negar, de boa fé, que o Manifesto de Outubro mobilizou milhares de brasileiros, desde o homem do sertão até os numerosos e legítimos expoentes da cultura nacional. Algum motivo deveria ser a causa de tamanho poder de aliciamento; e não vemos outro senão no fato de enraizar-se o Manifesto nos sentimentos da mais pura brasilidade,

ao mesmo tempo respondendo a inquietações decorrentes de acontecimentos políticos e de circunstâncias sociais da sua contemporaneidade.

Examinemos, primeiramente, o quadro psicológico da vida brasileira a partir de 1930 até outubro de 1932. São os dois anos posteriores à Revolução da Aliança Liberal, em cujas hostes se arregimentaram todos os descontentamentos e todas as aspirações vagas e indefinidas do complexo popular.

Enquadraram-se, na Revolução de 30, flagrantes heterogeneidades, a tal ponto que os remanescentes das revoluções de 1922, 24 e 26 uniram-se àqueles mesmos homens por eles combatidos e que se encontravam, por motivos bem diversos, em oposição ao Governo Federal. Chefes políticos, empenhados durante as revoluções anteriores em exprobar, pela tribuna do Parlamento ou nas curuis do Executivo, os rebeldes daquelas jornadas, eram agora pugnazes oradores ou eficientes conspiradores preparando a rebelião que alçava a bandeira dos adversários de ontem.

Entre os motivos aduzidos pela coalizão de revolucionários e reacionários apaziguados, salientava-se o libelo contra a chamada "política dos Governadores" e contra o excessivo poder político do Presidente da República, baseado este no apoio dos chefes dos Executivos regionais. Mas, ainda aí, se manifestava contraditória a Revolução de 30, porquanto levantando-se contra a política dos Governadores, ela mesma realizava o pacto de três desses Governadores, dentre os quais os dois que sempre constituíram, com um terceiro de igual potência, o jogo de equilíbrio do sistema condenado.

Todas essas contradições não devem, entretanto, servir de argumento ao historiador para, só por eles, julgar o fenômeno sócio-político de 1930. Coincidindo os interesses políticos dos Governadores de Minas, Rio Grande do Sul e da Paraíba com as aspirações gerais, ainda que indefinidas, da Nação Brasileira, esses Governadores tiveram o bom senso de canalizar, compor e dirigir as correntes revolucionárias, representando, com o seu Estado-Maior de homens formados na escola da República Velha, uma espécie de centro de gravidade, cujos benefícios logo se tornaram evidentes, impedindo que o País fosse levado à anarquia."

O Sr. Marcos Freire – Deputado Plínio Salgado, em 1932 o Manifesto Integralista afirmava: "Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos

espontaneamente da falsa vida política, até o dia em que conquistarmos o Poder da República". Nesta tarde V. Ex.ª diz, da tribuna da Câmara, que fez a Revolução de 64, que apóia o atual Governo. Gostaria, então, de saber se isso significa que o atual sistema se confunde com os propósitos e objetivos do então movimento integralista.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª o aparte. Mas V. Ex.ª se antecipou. Eu ainda estou nos primórdios históricos da situação brasileira, quando apareceu aquele manifesto. No curso das idéias expositivas que me trazem à tribuna responderei a V. Ex.ª

O Sr. Marcos Freire – Lamento que V. Ex.ª não possa antecipar-se.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não posso antecipar porque quebra o método do meu discurso.

Entre as coisas que se exigem do orador, temos: clareza na exposição, metodologia e não confusão de espírito, levando a outros caminhos sem chegar a um fim claro e positivo.

O Sr. Marcos Freire – Muitas vezes a clareza está implícita e não explícita.

O Sr. Alencar Furtado – Permita-me V. Ex.ª dar um aparte histórico?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Alencar Furtado – Nobre Deputado Plínio Salgado, quando do manifesto, hoje comemorado e revivido por V. Ex.ª, a Itália de Mussolini vivia uma década. Outros movimentos históricos já existiam neste País, como, por exemplo, o encabeçado pelo jornalista mineiro que criou o Partido Sindical Nacionalista. Tendo para mim, nobre Deputado, que V. Ex.ª, naquele manifesto, que retrata as posições radicais de direita, fez pouco de originalidade, pois que muitas das idéias já se encontravam pregadas anteriormente no Brasil. Até o lema "Deus, Pátria e Família" existia, com uma pequena variação, no Partido Sindical Nacionalista, que dizia ser "Por Deus, pela Pátria e pela Família". V. Ex.ª criou o lema "Deus, Pátria e Família" a meu ver inspirante naquele lema anteriormente existente. Mas não somente nisso; copiou também a indumentária, que, na década de 30, para 40, se configurava entre aqueles que defendiam o fascismo na Itália. V. Ex.ª comemora os quarenta anos do seu manifesto. Nós, nobre Deputado Plínio Salgado – com o respeito à pessoa e à cultura de V. Ex.ª –, contraditando hoje, ontem, e amanhã os pontos de vista

radicais de V. Ex.ª, homenageamos hoje também, neste ano de 1972, os pracinhas que tombaram em Pistóia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Dentre os quais, muitos companheiros meus que morreram.

O Sr. Alencar Furtado – Não podemos deixar de prestar, nesta data...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Prestarei, porque perdi queridos companheiros.

O Sr. Alencar Furtado – ... em que V. Ex.ª comemora o Manifesto de Outubro, um preito de saudade aos pracinhas que morreram em combate na luta contra o fascimo e o nazismo nos campos da Itália. Complementando, nobre Deputado, contando com a generosidade de V. Ex.ª quero dizer que ainda, historicamente, hoje vivemos um regime de exceção. A História registra, com clareza, com testemunhos insuspeitos, que um regime de exceção se instaurou neste País também em 1937. Foi obra de um Plano Cohen, que toda a História do Brasil conhece como obra e peça histórica, porém falsa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Já é conhecido esse assunto no Brasil inteiro. A falsificação foi executada pelo General Gois Monteiro.

O Sr. Alencar Furtado – Mas é o documento principal que justificou a ditadura de 37.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, um discurso de grande elevação, de análise histórica dos acontecimentos desde a Proclamação da República, é interrompido por apartes que repetem toda a superficialidade e tolices das opiniões dos que não lêem, dos que não conhecem nada da História do Brasil nem têm formação filosófica ou sociológica. É lamentável, Sr. Presidente.

Mas continuarei a ler esse capítulo, que reputo primoroso, apesar de por mim ter sido escrito, como análise da vida política brasileira, que talvez aqueles que me aparteiam não conhecem.

> "O que se deve ter em conta no estudo da Revolução de 30, é o que ela exprime, como síntese de inquietações mal-expressas, as quais se tinham gradativamente acentuado, desde longos anos, através de uma série de revoltas deflagradas sob pretextos os mais diversos.

Quase nenhum quadriênio presidencial escapara desses episódios: no governo de Deodoro, a deposição do Marechal; no de Floriano, a revolta da esquadra e a revolução do Sul; no de Prudente, a guerra de Canudos; no de Rodrigues Alves, a rebelião da Escola Militar; no de Hermes da Fonseca, a revolta da esquadra chefiada por marinheiros, a revolução do Ceará, a luta armada contra as oligarquias de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Goiás e outros Estados; no de Wenceslau, a luta no Contestado; no de Epitácio, a revolta de Copacabana e da Escola Militar; no de Bernardes, as revoluções de São Paulo e Mato Grosso e a agitação permanente na Capital da República, não se falando na constante guerra civil no Rio Grande do Sul. Sem entrar na análise particular de cada um desses movimentos, temos, entretanto, de tomá-los como evidências de um desajustamento entre o estilo da política dominante e as realidades locais ou grupais do País.

No que concerne à chamada "política dos Governadores", tudo indicava que a hipertrofia do poder regional conseqüente da política iniciada pelo presidente Campos Sales facilitava a formação das oligarquias e o sufocamento das liberdades, de modo particular nos Municípios, cuja autonomia passava a existir apenas *in nomine*, dada a autação truculenta dos diretórios regionais do partido único e prepotente em cada um dos Estados.

* * *

Mas, cingindo-nos ainda ao rigoroso critério da imparcialidade na apreciação dos fatos históricos, não podemos condenar Campos Sales pela adoção da "política dos Governadores". A República, advindo das hábeis manobras de uma minoria inteligente, que soube provocar um imprevisto golpe militar, nascera sem base popular, sem a possibilidade de firmar o Poder Federal sobre as estruturas de partidos nacionais capazes de se revezar nas responsabilidades da sustentação do regime.

Já no fim da Monarquia, os partidos nacionais eram praticamente inexistentes, e isso se evidencia no próprio livro de Campos Sales, intitulado *Da propaganda à Presidência*, onde se vê a formação dos últimos Gabinetes do Império efetivando-se de conformidade com o oportunismo político em que se dissolviam as organizações partidárias do velho regime. A coordenação das forças políticas nacionais tornara-se difícil nos governos de Deodoro, Floriano e Prudente, pois o que falava mais alto (e até mesmo como resultado da propaganda federalista dos republicanos e de uma ala do partido

liberal) eram os interesses regionais. O remédio, para o momento, tinha de ser a arregimentação dos regionalismo encarnados nos Governadores, o que se viu, com rara argúcia, o Presidente Campos Sales.

Cumpria às gerações seguintes, enquanto a República se escorava nas estacas dessa política regionalista, exercer uma obra educativa, formando uma consciência nacional inspirada nas fontes históricas da Pátria e nos imperativos morais e econômico-sociais que constituem as nossas realidades e devem nortear a nossa marcha para o futuro. Mas, ao contrário, enquanto os republicanos chamados históricos bradavam "esta não é a República dos meus sonhos", os republicanos aderentes ou conformistas entregavam-se ao pragmatismo de uma política sem conteúdo doutrinário. A grande obra não foi realizada. Era natural, pois, que não havendo ideologias precisas e claras como laço indestrutível de unidade nacional de opinião, jamais se fundassem partidos nacionais aptos a substituir o processo de emergência ideado pelo presidente Campos Sales.

* * *

As inquietações do povo brasileiro, como regatos provindos de fontes as mais diversas, buscavam canalizar-se numa só caudal. E o mérito da Revolução de 30 reside em ter ela oferecido um leito onde afluíssem e por onde corressem as angústias confusas do complexo nacional.

O historiador, observando essa revolução no seu conjunto, e não os aspectos particulares dos casos pessoais nela contidos, não poderá condená-la pelas contradições do seu composto, nem responsabilizá-la pela confusão dos espíritos que se alastrou pelo País depois da sua vitória. A responsabilidade cabe a toda uma geração que não produzira aquele tipo de homens de pensamento capazes de abandonar seus gabinetes e descer às ruas, às praças, aos salões de conferência e aos comícios populares, arriscando-se ao desfavor de muitos e ao doloroso desconforto a que se não podem furtar os apóstolos das grandes causas.

O período de 1922 a 1930 revela o anseio dos jovens escritores brasileiros no sentido de propalar novas idéias transformadoras da política nacional, por eles julgada até então sem perfeita consonância com as realidades da terra, do povo e do destino da Pátria. E o que se faz digno de nota é a circunstância de o grupo politicamente mais avançado na própria cidadela da situação dominante eram os

"verde-amarelistas", que se desprenderam do movimento puramente estético iniciado pela Semana de Arte Moderna, em 22, e que doutrinavam no *Correio Paulistano* com o beneplácito e a simpatia de Júlio Prestes de Albuquerque, o candidato eleito pelos 17 Governadores contra os quais se erguera a aliança dos 3 Governadores dissidentes e dos revolucionários de 22, 24 e 26.

Vencedora a Revolução de 30, com a deposição do Presidente da República, Dr. Washington Luís, pelos seus próprios generais constituídos em Junta Pacificadora, ficou destruída a fachada com que a República aparentava uma perfeita ordem e uma sólida estrutura. O compromisso dos revolucionários terminou com a conquista do Poder. E, do bojo do movimento, surgiram as mais variadas expressões dos desencontros ideológicos e dos conflitos entre os grupos heterogêneos.

É preciso notar que um elemento novo entrava na política brasileira: o comunismo internacional. Essa corrente ideológica tivera ingresso no País depois da implantação do bolchevismo na Rússia e da reestruturação do Comintern por Dimitrov, em bases de maior eficiência. Mas a sua presença no Brasil começa a fazer-se sentir mais fortemente pelas alturas de 1926, quando agentes de Moscou principiaram a conquista das classes intelectuais. Até então, as agitações tinham sido provocadas pelos anarco-sindicalistas, cujo maior campo de ação era São Paulo. O problema do trabalho e do trabalhador apenas se esboçava como preocupação dos homens de Estado, o que se evidencia no conhecido discurso de Ruy Barbosa, pronunciado em Petrópolis em 1919. Da II Internacional, nitidamente marxista, o País já tomara conhecimento desde os fins do Século XIX, e, posteriormente, em nosso século, pela palavra de conferencistas estrangeiros. Mas a organização de um partido comunista filiado à III Internacional só se efetivou, em plenitude de eficiência, nos três anos anteriores à Revolução de 30, principalmente depois do Congresso Comunista realizado em Buenos Aires.

No decorrer de 1931, o partido comunista achava-se em franca atividade de propaganda, utilizando-se da infiltração de seus elementos na imprensa e nas associações fundadas com o intuito de dar à Revolução de 30 um caráter de continuidade no tocante a reformas julgadas imprescindíveis.

Essas associações, fruto da sinceridade e do verdadeiro idealismo de vários grupos, tiveram uma vida efêmera e dramática. Dentre elas, poderemos citar o "Clube 3 de Outubro", a "Legião 5 de Julho", a "Legião Revolucionária de São Paulo". Todo o esforço dos

seus componentes era no sentido de traçar um programa de reformas e de realizações em benefício do povo e do País. Mas a própria composição dessas entidades era heterogênea, sendo portanto impossível chegar-se a qualquer conclusão.

Por outro lado, os jovens militares, que tinham vindo das revoluções de 22 e de 24, temendo que os velhos políticos, partícipes da revolução, reconduzissem o País aos moldes da República Velha (assim chamado o regime de antes de 30), constituíram-se numa ala que se designou pelo nome de "tenentismo".

No meio de todo esse quadro de angústias, novos blocos de união se iam aglutinando; e foi assim que, em Minas, surgiu "A Montanha", também com a preocupação de impedir a retomada das posições pelos políticos mineiros reacionários em 22, 24 e 26, e revolucionários em 30. Não tardou que, em Minas, fizesse a sua entrada em cena o fascismo brasileiro, dos camisas-cáqui, chefiados diretamente pelo governador Maciel.

Simultaneamente, novos grupos, ou grupos anteriormente conhecidos, como os "Patrianovistas", em São Paulo, a "Legião Cearense do Trabalho", em Fortaleza, e até uma agremiação de "sinergistas" no Rio, entravam em atividade. Assim foram os primeiros meses de 1931, aos quais não faltaram nem mesmo a atuação de uma pequena corrente positiva e de um Partido Socialista, nos moldes da II Internacional, como também, pela primeira vez, a arregimentação dos homens de cor, sob o nome de "Frente Negra Brasileira".

O governo que a Revolução de 30 produziu foi um Governo Discricionário; e nem podia ser outro, no meio de tamanha confusão, até que o caos informe tomasse aspecto e pudesse apresentar-se em lineamentos mais compreensíveis. E não se pode negar que esse Governo Discricionário, chefiado pelo Sr. Getúlio Vargas, constituído de políticos experimentados, procurou conter os excessos dos que ainda não tinham tido contato com a coisa pública e defender a Nação contra as manobras dos convertidos ao credo moscovita.

* * *

Nesse ano de 1931, surgiu em São Paulo um jornal que se tornou, dentro em breve, o instrumento aglutinador de brasileiros orientados por um pensamento cristão e nacionalista, os quais não se colocavam, nem ao lado dos propugnadores da volta do País aos moldes da Constituição de 1891, nem ao lado dos revolucionários

que ansiavam por uma série de reformas, sem nenhuma base ordenadora de doutrina política. Chamava-se *A Razão*, nome que desejava significar um convite ao raciocínio, ao estudo conscienciosos dos problemas nacionais, relacionados com os grandes temas humanos e com as realidades históricas econômicas e sociais do Brasil. O seu fundador, Alfredo Egídio de Souza Aranha, entregou a doutrinação política ao futuro autor do Manifesto de Outubro. Os artigos, sem assinatura e que iam sendo transcritos em *Era Nova*, da Bahia, e em jornais do Ceará, provocavam cartas de todos os pontos do Brasil e os nomes dos missivistas eram arquivados com seus endereços. Dentro em pouco, estava registrada, num fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas idéias fundamentais.

Em 1932, entretanto, a situação em São Paulo era das mais graves. O povo paulista, representando a maior soma da produção nacional e dando ao orçamento da República um terço da sua arrecadação, vinha sendo governado, ao sabor das intrigas palacianas, por uma sucessividade de interventores pouco experientes sobre as necessidades do Estado e, além do mais, substituídos com tanta freqüência, que não chegavam a tomar conhecimento completo das questões que lhes eram afetas. O fato provocou tão grande descontentamento, que o povo paulista, desejoso de eleger os seus governantes, desfraldou a bandeira do constitucionalismo. Substituir, o mais depressa possível, o Governo Discricionário por um Governo legal, foi a aspiração que, dentro em pouco, empolgou a unanimidade do povo bandeirante.

Voltar, porém, e simplesmente, às normas da Constituição de 91 era renunciar à oportunidade que a Revolução de 30 oferecera para o início de uma vida nova, mais condizente com as realidades nacionais e as aspirações humanas manifestadas em todos os países. Assim pensava o grupo de *A Razão*; mas observando que, do lado dos revolucionários de 1930 (então divididos em numerosas facções, algumas sob influência marxista), nada havia a esperar, esse grupo resolveu fundar uma associação de cultura que servisse de ponto inicial a um movimento de opinião brasileira. E, assim, no dia 24 de fevereiro de 1932, no salão daquele jornal, fundou-se a "Sociedade de Estudos Políticos", tomando por alicerce nove postulados que se reduziam aos seguintes princípios: concepção espiritualista da existência humana; unidade da Pátria Brasileira; coordenação das forças econômicas; justiça social e cristã; combate

ao totalitarismo do Estado, à luta de classes, aos preconceitos de raça, ao coletivismo e ao excesso de individualismo.

A "Sociedade de Estudos Políticos", SEP, funcionou na Sala de Armas do Clube Português em São Paulo, realizando sucessivas sessões plenárias e das comissões de filosofia, economia, pedagogia, história, sociologia e política. Lá fora, crescia a agitação popular, agora tomando franco aspecto revolucionário.

* * *

Em 6 de maio de 1932, foi resolvido pela Sociedade (uma vez que já estavam todos de acordo com numerosas conclusões doutrinárias e práticas) lançar um movimento popular de difusão das novas idéias. Criou-se nova seção, além das várias comissões técnicas, denominada "Ação Integralista Brasileira". Incumbia, aos encarregados dessa seção, levar ao povo, em linguagem simples, os resultados dos estudos e os fundamentos doutrinários da Sociedade de Estudos Políticos. E foi nesse mês de maio que o Manifesto, depois chamado de outubro, tomou expansão escrita.

O momento era dramático. A revolução constitucionalista estava abertamente deflagrada. No dia 23, o jornal *A Razão*, considerado, pelos chefes do movimento armado como elemento adverso, pela pregação de caráter nacional e nunca regional que seus artigos continham, teve suas oficinas destruídas e seu prédio incendiado pela multidão. Na sede da "Legião Revolucionária de São Paulo", que já havia tomado nesse tempo uma feição suspeita de esquerdismo marxista. No ataque, houve mortos e feridos.

Em junho, num ambiente de exaltadas agitações populares, reuniu-se novamente a "Sociedade de Estudos Políticos" para ouvir a leitura do Manifesto, que deveria ser levado à impressão. Distribuíram-se várias cópias datilografadas, designando-se nova reunião para julho. Mas, a 9 daquele mês, sublevaram-se os quartéis da Força Pública e do Exército e as primeiras tropas da Revolução Paulista embarcaram em direção ao Rio. O manifesto foi guardado para outra oportunidade.

* * *

Três meses decorreram. A Revolução Paulista isolou-se (como previra o jornal *A Razão*), não lhe tendo vindo o concurso de outros Estados, cujos governos, segundo se dizia, se achavam

secretamente pactuados com os dirigentes do movimento bandeirante. Apenas parte da guarnição de Mato Grosso acorreu, atingindo o planalto de Piratininga, onde ressoavam os clarins da rebelião. No Rio, apesar de os chefes constitucionais esperarem o contrário, não foi possível um pronunciamento militar, conquanto ali se assinalassem intensas agitações populares facilmente sufocadas.

Dentro em pouco, o Estado de São Paulo, sitiado por terra e por mar, combatia em três frentes. E, à proporção que essas frentes se restringiam com perdas de vidas e de esperanças, invadia a alma dos paulistas aquele ressentimento e aquela amargura que levaram outrora os heróis da guerra dos Farrapos a proclamar a República de Piratininga, como primeira etapa da republicanização do Brasil inteiro.

Subjugada a revolução paulista em 3 de outubro de 1932, o estado de espírito de depressão e de íntima revolta dos combatentes vencidos logo aflorou num reduzido grupo de brilhantes intelectuais, que propunham, não propriamente o separatismo, porém o Confederacionismo, como imperativo da disparidade de interesses entre os vários Estados brasileiros."

E, do mesmo modo como agora, conforme ouvimos nos apartes que me deram, a interpretação do integralismo ainda se baseia nas calúnias infundadas; assim também a Revolução Paulista foi intitulada separatista pelas rádios da ditadura.

Prossigo, Sr. Presidente.

"Esse movimento confederacionista encontrava natural ressonância no espírito nobre mas ressentido da juventude que se constituíra na "Federação dos Voluntários de São Paulo". Por outro lado, o comunismo, aproveitando-se da situação, desenvolveu intensamente a sua propaganda e rearticulou os seus quadros, estimulando a massa proletária no sentido da luta de classe. Essa reativação do comunismo processava-se igualmente em todos os Estados, utilizando-se o Comintern das massas trabalhadoras em seus justos reclamos reivindicatórios. O momento era dos mais tristes e incertos para a Nacionalidade.

Estávamos a 7 de outubro. Tudo era confusão, incerteza, ausência de rumos definidos. Para onde iria a Nação Brasileira?

O Manifesto Integralista, já impresso, foi nessa data distribuído em São Paulo e remetido para todos os Estados. Começava com os seguintes vocativos: "À Nação Brasileira – Ao operariado do

Pais e aos sindicatos de classe – Aos homens de cultura e pensamento – À mocidade das escolas e das trincheiras – Às classes armadas!"

Pergunta-se agora qual a razão principal do êxito dessa doutrina. Em que consiste a doutrina integralista. Em primeiro lugar, na crença em Deus; em seguida, na compreensão do homem como uma dualidade consubstanciada, exprimindo-se numa unidade substancial: corpo e alma; em seguida, a compreensão integral do Universo; depois de uma época científica que veio culminar com Einstein e no desvendamento da teoria atômica, temos de compreender o Universo de uma maneira relativa. É a correlação fenomênica; não há fenômenos isolados, todos se conjugam. E, desta forma, a nossa doutrina declara que não será possível a solução de qualquer problema isolado, porquanto todos se correlacionam, se interdependem.

Baseados nesses princípios filosóficos, nós os aplicamos à orgânica social; aplicamos desde o início dos núcleos fundamentais da sociedade, entre os quais o principal é a família.

O aparteante de há pouco disse que não lancei nada de novo. Falou a verdade. Na tradição histórica brasileira esteve sempre o culto de Deus, o respeito à família, o amor à Pátria. Não tenho a veleidade de afirmar que inventei coisa nova. Meu inspirador foi, preliminarmente, o grande cearense Farias Brito, que, mostrando-me a inocuidade e o desvalimento das filosofias dominantes no Século XIX e início deste, especialmente o evolucionismo spenceriano e o materialismo que inspirou Karl Marx, abriu-me as portas para a compreensão do espiritualismo. Em seguida, o meu inspirador foi Alberto Torres. Vejam, não quero ser original. O integralismo é profundamente brasileiro.

No seu livro *A Organização Nacional* Alberto Torres critica o Estado liberal de 1891 e nos traça novos rumos. E no seu livro *O Problema Nacional Brasileiro* abre-nos as portas para a compreensão deste grande País, constituído de todas as raças, sem nenhum preconceito, mas, ao mesmo tempo sustentando as tradições dos seus avós.

Em seguida, nosso mestre foi Oliveira Viana. Por acaso Oliveira Viana foi algum extremista? Foi nos seus livros *Ocaso do Império, O Idealismo da Constituição, A Evolução do Povo Brasileiro,* que busquei – e busco até hoje – os ensinamentos para a compreensão das realidades de nosso País.

Em seguida a Oliveira Viana, temos historiadores como Oliveira Lima, que restaurou verdades históricas até então derrogadas. Depois temos Euclides da Cunha mostrando-nos o contraste entre o litoral e o sertão; a inspiração poética de nossa raça, de Castro Alves, e principalmente, tinha eu nos ouvidos, ainda, os clarins despertados por Olavo Bilac quando, menino de 17 anos, fui fazer serviço militar.

Essas, as fontes do nosso pensamento genuinamente brasileiro.

Agora, por que razão surgem os contrários ao integralismo? Quem não o conhece é porque não lê. Por que o integralismo é contrário ao nazismo e ao comunismo? Pelo conceito de Nação e de Estado que eles têm. O nazismo aceitou as idéias da escola histórica alemã que tinha à sua frente Bluntschli, o qual afirmava que o Estado é um ser vivo, que deve absorver a Nação. Teoria errônea, porquanto o Estado é uma criatura da Nação. A Nação é quem cria o Estado. O Estado pode ser alterado, em seus lineamentos constitucionais, pela Nação, mas esta não pode ser alterada pelo Estado, porque o Estado é seu mero instrumento para manter a ordem interna e as relações exteriores. Da mesma forma o marxismo socialista, adotado na Rússia, também considera o Estado um monstro que absorve a Nação e esmaga as liberdades individuais. Dessa forma, combatíamos estes totalitarismos, ao mesmo tempo que combatemos o capitalismo internacional, absorvente e esmagador das liberdades e legítimos direitos humanos. Esta, a nossa doutrina. E a prova é que os jornais da Alemanha me atacavam durante aquele período. As exterioridades integralistas estas também foram conseqüências da nossa doutrina. Os homens de Santa Catarina sabem que ali desfilavam nas ruas os camisas-cáqui nazistas, atraindo os filhos e netos de alemães. Em contraposição aos camisas-cáqui, lançamos os camisas-verdes, cor da nossa bandeira, para atrair esses elementos e impedir que constituíssem quistos raciais dentro da nossa Pátria. Essa grande ação que desenvolvemos polarizou os homens mais eminentes daquele tempo. Tivemos em nossas fileiras descendentes das famílias mais ilustres: do Marechal Deodoro, de Floriano Peixoto, do Barão do Rio Branco, de Osvaldo Cruz, de Silveira Martins, de Quintino Bocaiúva, de José de Alencar. Seria longo citar todos, porque muitas famílias tradicionais do Império e da República vieram para o Integralismo. Quanto às figuras intelectuais, eram as mais brilhantes: reitores, catedráticos, cientistas, diplomatas, escritores, artistas. Isto não era por motivo fútil. Havia ao mesmo tempo a clarividência no tocante à doutrina e ao sentimento de amor à nossa terra. Então, fomos ao povo; ensinamo-lo a cantar o Hino Nacional, que, desde então, começou a ser cantado. Fundamos três mil escolas de alfabetização; mil e tantos postos médicos e lactários; bibliotecas; e, o que é melhor, arregimentamos a juventude das escolas, formando-lhes o caráter, orientando-lhes a vocação, exigindo-lhes estudo. E disso resultou a produção de uma geração de homens como San Thiago Dantas, Miguel Reale, Alfredo Buzaid, Renato Mesquita, hoje Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, todos, como dezenas de outros homens do maior valor.

Há mais de trezentos jovens daquele tempo que hoje ocupam cargos eminentes em nosso País na cátedra, na magistratura, na literatura e na diplomacia.

Quero dizer, diante das deturpações feitas por muitos órgãos da imprensa que não pretendo fazer ressurgir, como partido, o Movimento Integralista. Não pretendo, não pretendemos. Estou muito satisfeito trabalhando em prol dos ideais da Revolução de 64, nas fileiras da ARENA. Não precisamos fundar partido nem qualquer movimento de proselitismo no sentido político porque já exercemos grande influência, não só no Brasil, mas no exterior. A recente reunião de catedráticos americanos, na Universidade de Pittsburg, demonstra a coincidência de seu pensamento com a doutrina integralista pelas conclusões a que chegaram.

Recebo, com freqüência, professores e alunos de Universidades européia e americanas. Um deles passou um mês comigo, em Brasília, estudando esta doutrina que muitos brasileiros não querem conhecer. Não digo todos os brasileiros, porque duas classes de nossos patrícios compreenderam-me: a de alta cultura e o povo humilde, mas intuitivo. No meio da mediocridade impermeável existe a raça dos interpeladores, a que me refiro no meu livro *Vida de Jesus*. Estes ficaram interpelando e interpelarão toda a vida, porque são impermeáveis.

Sr. Presidente, hoje festejamos a data comemorativa do esforço ingente que fiz em defesa da nossa Pátria, da união das Forças Armadas, do combate ao comunismo. E o maior atestado que tenho disso é o relatório de Dimitrov a Stalin, do qual possuo cópia e onde se diz:

> "Não foi possível vencermos no Brasil porque tivemos a leviandade de subestimar a força e a influência que o integralismo representava".

Está lá escrito, Srs. Deputados. Se tudo isto não é serviço ao Brasil, se tudo isto não é reconhecido como obra salvadora de nossa Pátria durante quarenta anos, ofereço esta incompreensão a Deus, porque não trabalho por mim e, para ser franco, nem mesmo por V. Exas.. Cumpro o dever de servir a Deus, amando a Pátria que Ele me deu e aos meus irmãos brasileiros, aos quais dei todos os sacrifícios que tenho feito, inclusive com risco de minha vida, em seis atentados a bala. Sim. Não faz mal que alguns não me compreendam, que outros queiram deturpar meu pensamento. Não faz mal porque sou sinceramente espiritualista. Creio firmemente em Deus, emprego a minha vida, como o homem do Evangelho, que tudo arriscou com o patrimônio que o Rei lhe conferira. Como esse homem direi: Senhor, destes-me o poder de falar, o poder de escrever, o poder de sentir, o poder de amar. Estes poderes que destes a um filho tão indigno e humilde eu vos restituo através dos sacrifícios, sofrimentos e incompreensões que tenho tido. Só quero um dia poder, fechando os olhos aos meus contemporâneos, abri-los ante vós, meu Criador, e exclamar: Senhor, o

que me destes eu empreguei da melhor maneira que julguei possível. Aqui estou, Senhor, eu cumpri o meu dever. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PARLAMENTO: ORAÇÃO EM HOMENAGEM AO SESQUICENTENÁRIO DO PODER LEGISLATIVO NO BRASIL

Sessão de 5 de setembro de 1973

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Como Líder*) Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na antevéspera de mais um aniversário da Independência do Brasil. Este ano é o da comemoração do Sesquicentenário do Poder Legislativo em nosso País. Oradores ilustres, da Câmara e do Senado, e eminentes escritores trataram dessa matéria. Observei, entretanto, que houve uma omissão. Em nenhum dos pronunciamentos, eruditos e brilhantes, que tivemos ocasião de ouvir ou de ler, constou o que julgo de importância máxima e que deve servir de pano de fundo aos episódios ocorridos desde a elevação do Brasil a Reino, em 1815, até o grito da Independência, em 1822, e, posteriormente, da convocação da Constituinte até o 7 de abril de 1831. É a moldura dos episódios, sem o que não se pode compreender como o Brasil evoluiu no sentido das idéias para que se realizassem aqueles acontecimentos. Refiro-me à origem dos Parlamentos, das assembléias populares, à evolução dessa idéia, aos pensadores políticos que influíram, desde o Século XVII até o alvorecer do Século XIX, na formação de uma mentalidade da qual decorreu a independência dos povos americanos e a constituição dos Estados Unidos, da França e dos diversos países da América Latina.

O povo brasileiro assistiu às nossas comemorações. Entretanto, na maioria, ignora o que seja o Parlamento, qual a sua origem, de onde veio, o que significa e qual a sua missão.

Essa lacuna quero preencher, em amistosa conversa com meus pares, mas visando sobretudo a uma doutrinação do povo brasileiro, para que saiba o que é a Instituição Parlamentar, o que a ela compete, de onde veio e as lutas que enfrentou.

Dividirei este discurso, complemento das notáveis peças oratórias que o precederam neste ano, em quatro partes:

1.ª) breve resumo do aparecimento das assembléias do Mundo Antigo;

2.ª) evolução da idéia parlamentar a partir do Século XVII, até o alvorecer do Século XIX;

3.ª) exame da mentalidade do povo brasileiro, nas vésperas e após a nossa emancipação política; e

4.ª) o Parlamento no Império, na República e nos dias de hoje.

As assembléias tiveram papel importante nos Estados gregos. Cada rei era assistido por um Conselho de Chefes e, em certos casos, consultava uma assembléia geral constituída de cidadãos idôneos. No período clássico da civilização helênica, funcionavam diversas assembléias, como a Anfitriônica, onde se representavam os Estados gregos, as regionais e, em cada Estado, um Senado. Dispunha Atenas de dois senados, depois de um, constituído de 500 membros, e de uma assembléia popular (*ecclésia*), que apareceu no tempo de Solon, composta de todos os cidadãos que contavam idade legal. Quanto a Esparta, havia ali um Senado,com plenos poderes, e a Assembléia do Povo, da qual só faziam parte as classes dirigentes.

Em Roma, no tempo da República, competia o poder político e legislativo ao Senado e às assembléias populares denominadas "comícios", eleitas por cúrias ou centúrias, e às da plebe, mais tarde chamadas tribos, que se tornaram cada vez mais poderosas, absorvendo quase todas as atribuições legislativas.

Essas assembléias funcionaram até a fundação do Império. Posteriormente a César e Otávio Augusto, foram suprimidas, conservadas apenas as provinciais, semelhantes às por nós atualmente chamadas "Assembléias Legislativas". Com a Anfitriônica da Grécia podemos comparar o nosso Parlamento Nacional, já que estamos num regime federativo, em que os Estados gozam de autonomia, têm seus Legislativos próprios mas se reúnem nesta nossa Casa e no Senado.

Período Medieval

Destruído o Império Romano, deu-se a invasão dos chamados "bárbaros", povos das florestas germânicas, que desabavam sobre a Europa, invadindo-a e dominando-a. Naquele tempo, ressurge a idéia da assembléia popular, porquanto os germânicos possuiam assembléias que elegiam seus reis. Esse costume foi, gradativamente, se estendendo pela Europa.

Seria longo estudarmos a evolução política da Idade Média, desde o feudalismo à centralização monárquica, às lutas entre o poder espiritual e o poder temporal, às estruturas econômico-sociais das corporações. De modo geral, os monarcas exerciam o poder legislativo. Na Inglaterra, esboça-se um sistema de direito comum (*Common Law*), com a "Magna Carta" de Henrique III, em 1225.

São expoentes do pensamento político medieval Santo Tomás de Aquino, Dante Alighieri, Occan e, já no fim do Século XV, Maquiavel, João

Huss, Gerson, Nicolau de Cusa, este restabelecendo a importância do poder popular.

O Século XVII

É no Século XVII que se encontram as raízes mais próximas dos conceitos de Estado, dos Direitos Individuais e da Representação dominantes no Século XVIII, e que até hoje nos inspiram.

Entre 1600 e 1700, os maiores doutrinadores políticos foram: na Holanda, Spinoza. Sustentava os direitos individuais, porém conferidos pelo Estado. Compreendia a soberania como a encarnação do espírito de todos os membros da comunidade nacional.

Na Alemanha, Puffendorf declarava: "O Estado é soberano, mas respeitando os direitos naturais das pessoas". Afirmava que a participação do Parlamento na esfera legislativa não diminui a autoridade dos reis.

Na França, Richelieu, Fénelon e Bossuet defendiam o absolutismo, identificando o Estado com o Monarca.

Merece a Inglaterra especial menção na história da evolução política e parlamentar.

Origem do parlamento inglês

A tradição mais remota do parlamento britânico encontra-se nas assembléias dos saxônios, no Século V. A idéia evoluiu durante a Idade Média. O nome "parlamento", entretanto, só foi usado a partir de 1229, após a "Magna Carta" de Henrique III, em 1225.

Lutas entre os reis e o Parlamento

A primeira luta – e luta séria – do Parlamento contra o arbítrio dos reis tinha como inspiradores dois grandes juristas, Coke e Selden. Jaime I, irritado, declarou: "Os direitos da Coroa não podem estar sujeitos à língua de um jurista".

Jaime I foi sucedido por Carlos I. Este declarou guerra aberta ao Parlamento, que dissolveu, encabeçando uma guerra civil por questões de ordem religiosa.

Carlos I foi derrotado por Cromwell e posteriormente decapitado. Surge então a ditadura de Cromwell, uma república onde é ele chamado Lorde Protetor. Tendo todo o poder nas mãos, também dissolveu o Parlamento e criou um outro em seguida, o qual, não se submetendo aos seus caprichos, foi igualmente dissolvido. Falecendo Cromwell, em 1658, assumiu o governo seu

filho Ricardo, mas em 1660 o general Monk entronizou Carlos II.

É no período de Carlos II que se inicia a grande revolução política da Inglaterra. Em 1679, este Rei assina o ato do *habeas corpus*. Carlos II realizou uma monarquia moderada, limitada, havendo preeminência do órgão parlamentar. Mas é no governo de Guilherme III que se dá um fato decisivo para a consolidação do Parlamento. É o famoso *Bill*, redigido por Somers e assinado pelo Rei em 1689. Vale a pena ler o texto desse documento da maior importância histórica. Ali aparece o Parlamento constituído pela Câmara dos Lordes Espirituais e Temporais e a Câmara dos Comuns. São feitas todas as restrições ao arbítrio real, dando-se um valor decisivo aos legisladores.

Neste Século XVII, grandes pensadores surgiram na Inglaterra, entre eles Milton, o poeta do *Paraíso Perdido*, também filosofo e pensador político, defensor da ditadura de Cromwell. Logo depois, no reinado de Carlos II, surge Filmer, que defende o absolutismo dos reis. Mais um terceiro de grande prestígio aparece naquele período: Harrington. Suas idéias influíram extraordinariamente na evolução do pensamento político francês e do pensamento político norte-americano. Na Biblioteca de Jefferson foi encontrado um volume da obra de Harrington, que exerceu fascínio sobre Adams, sobre Franklin, sobre o mesmo Jefferson e sobre Washington, fundador da nacionalidade.

Hobbes e Locke

As personalidades máximas do pensamento político britânico, cuja influência se exerceu poderosamente na Europa e na América, foram Hobbes e Locke.

Hobbes elabora suas conclusões segundo uma concepção determinista e mecânica da natureza humana. Nega o Direito Natural e condena a teoria do Contrato Social. Antecipando os utilitaristas do Século XVIII, considera moral tudo o que é útil. A liberdade deve ser controlada para a conservação da ordem social. Cria o Estado, que denomina *Leviathan*, e é o precursor do Estado totalitário.

Locke procede à restauração da monarquia com Carlos II, depois Jaime II, que foi destituído, substituindo-o Guilherme III. Verifica-se o triunfo do Parlamento. Oposta à doutrina do Direito Divino, implanta-se uma monarquia limitada, distinguindo-se como grande pensador Lorde Halifax (Jorge Savile), o qual procura conciliar as tendências dos *whigs* (liberais) e dos *tories* (conservadores).

Teórico da revolução de 1688, Locke é o defensor do Partido Parlamentar. Opõe-se ao Direito Divino, sustentado por Filmer, e também ao absolutismo de Hobbes. Considera o Poder Legislativo como o órgão supremo do governo. Grande foi sua influência na França e na Holanda. A separação

dos poderes que sugere constitui o eixo da teoria de Montesquieu. Suas idéias inspiraram a Declaração de Direitos e a Constituição dos Estados Unidos.

Assim chegamos ao fim do Século XVII para entrar no Século XVIII. Esse Século XVII tinha sido precedido nos fins do Século XVI por dois vultos da maior relevância. Um foi Thomas More (1478 a 1535), discípulo de Platão, que escreveu famoso livro propondo um sistema de governo que ele próprio denominou *Utopia*, nome de uma ilha imaginária, que passou a ser usado para designar coisas irrealizáveis ou inexeqüíveis. Por outro lado, Francis Bacon (1561 a 1626), que não deveremos confundir com Rogério Bacon, do período Medieval, foi o grande revolucionário da Filosofia e da Ciência. Ele propôs substituir-se o velho órgão de Aristóteles por um *novum organum*, isto é, a filosofia aristotélica dedutivista por uma filosofia indutivista.

É com Francis Bacon que se desenvolve a Ciência na Europa, baseada nos métodos objetivos do indutivismo. Entretanto, Francis Bacon, politicamente, era absolutista, reclamava todo o poder aos reis.

Este momento dos fins do Século XVI foi a porta aberta para o Século XVII, cujos homens e acontecimentos procurei fixar no resumo que fiz.

Vejamos agora o panorama do pensamento político na Europa no transcurso do século seguinte.

O Século XVIII

O panorama das idéias políticas européias no Século XVIII pode ser bosquejado sucintamente.

França – Predomínio das idéias constitucionais inglesas, desde a morte de Luiz XIV, em 1715. Aceitação dos escritos de Locke e influência do sistema parlamentar britânico. Aparecimento das três maiores figuras do pensamento político francês: Voltaire, Montesquieu e Rousseau, dos quais falarei mais adiante.

Alemanha – O mais notável pensador foi Wolff. Segue a linha de Grócio, Puffendorf e Locke, sustentando o Direito Natural, o domínio da razão e da experiência. Em 1740, sobe ao trono Frederico, o Grande, adepto das idéias liberais, proclamando que "o fim primordial da sociedade política visa à prosperidade do Estado, mas, em particular, de seus habitantes". Na mesma ocasião, José II, da Áustria, adota idênticas idéias.

Itália – Se o filósofo político do Século XVII, na Itália, tinha sido Vico, o qual não acreditava num sistema definido de Direito, mas nas transformações constantes das instituições e das leis, o do Século XVIII foi Beccaria, defensor da supremacia dos interesses individuais.

Inglaterra – Destacam-se João Brown, Hume, Ferguson, Price Priestley, Blackstone e De Lolme, no campo do liberalismo, e Tucker na área do conservadorismo.

Como apologistas do sistema inglês, os mais expressivos são Blackstone e De Lolme. O primeiro confere ao Poder Legislativo o exercício da soberania do Estado; crê que o fim principal do Estado consiste na proteção e defesa dos direitos individuais, liberdade e propriedade. Glorifica as instituições britânicas, declarando que a liberdade civil e política, na Inglaterra, atinge quase o limite da perfeição. Louva o equilíbrio dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O segundo é outro panegirista da Constituição inglesa. Declara De Lolme: "O segredo da liberdade está no equilíbrio entre o poder do rei e o do povo". Assinala o valor da independência do Poder Judiciário, a liberdade de imprensa, o sistema de partidos, as vantagens do governo civil sobre o militar. As instituições do júri e do *habeas corpus*, considera-as admiráveis. Examinando a concepção de Rousseau, que vê a liberdade dependente da participação direta de todos os cidadãos na obra legislativa, sustenta que as massas desorganizadas não podem governar e, na realidade, o que se denomina "vontade geral" não passa da vontade dos políticos.

Voltaire, Montesquieu e Rousseau

Os três pensadores que mais influiram nas transformações políticas dos fins do Século XVIII e princípios do XIX foram Voltaire, Montesquieu e Rousseau. Suas idéias estenderam-se pela Europa e foram refletir-se nas grandes personalidades da fase da Independência dos povos da América.

Voltaire é mais o crítico da situação social e política do seu tempo do que um construtor. Na parte relativa a uma nova ordem, combate quaisquer formas de opressão e luta pela liberdade intelectual, religiosa e política, pela manifestação livre da imprensa. É favorável às eleições e ao Parlamento, não acreditando, entretanto, no discernimento das massas eleitorais. Propõe uma monarquia ilustrada ou uma república. Contrário às revoluções, deseja que as reformas institucionais se realizem dentro da lei.

O mais metódico e clarividente dos escritores franceses dedicados ao estudo das instituições políticas é, indubitavelmente, Montesquieu. Seu livro fundamental *O Espírito das Leis*, publicado em 1748, é o resultado de pesquisas históricas sobre Roma, tendo anteriormente escrito (1734) as *Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e da sua Decadência*. A análise histórica é enriquecida com observações colhidas em viagens pelos países europeus, sobretudo as de sua permanência durante dois anos na Inglaterra.

Montesquieu adota o critério de abster-se de idéias abstratas e o de encarar objetivamente a realidade dos problemas. Estuda as peculiaridades de cada povo, segundo sua geografia, sua raça, seus costumes econômicos, sociais e religiosos. O Direito Internacional é comum a todos os Estados; as leis civis e

políticas variam de Estado para Estado; das relações entre os cidadãos nasce o Direito Civil.

O que há de mais importante na obra de Montesquieu consiste numa organização governamental que melhor garanta a liberdade, a qual só é possível quando se fixam limites aos poderes que constituem o governo. É a separação e o funcionamento harmônico do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.

Em relação a Rousseau, diremos que foi o mais popular dos três pensadores franceses aqui mencionados. Parte do conceito do "homem natural". Os males aparecem com o progresso e a civilização. Propõe um Contrato Social do indivíduo com a comunidade e desta com o Estado. Declara que a deliberação da maioria representa a "vontade geral". Pressupondo a existência de uma maioria e de uma minoria, prevê a dos partidos, os quais devem ser numerosos, para evitar o perigo de agremiações políticas demasiadamente poderosas.

Os norte-americanos receberam, como disse atrás, grande influência dos pensadores ingleses e franceses. Já citei a V. Ex.as Adams, Jefferson, Otis, Franklin. Mas é curioso notar a viagem das idéias. Elas viajaram, através do Atlântico, para os Estados Unidos e regressaram dos Estados Unidos para a França, sendo que a Revolução Francesa foi o resultado da propaganda das idéias americanas, expostas principalmente por Benjamin Franklin, durante sua permanência em Paris. Para se verificar a influência dos pensadores do Século XVII e do Século XVIII nos Estados Unidos, basta lermos a Declaração de Direitos do Congresso de Virgínia (a maior parte redigida por Jefferson) e, posteriormente, a própria Constituição americana. Aliás, toda a nossa América estava impregnada desses pensamentos que nos vinham através do Oceano. Os manifestos, as atitudes de Bolivar, de Hidalgo, de O'Higgins, de Sucre, de San Martin, de José Bonifácio, Pedro I e as manifestações políticas que precederam a independência do Brasil demonstram que os próceres da emancipação dos povos da América eram profundamente influenciados pelas idéias que procurei expor através da rememoração dos grandes pensadores dos dois séculos anteriores.

Revolução Francesa

Como reflexo de suas próprias idéias, indo aos Estados Unidos e voltando de torna-viagem, a França criou seu Parlamento. Primeiro, foi a Convocação dos Estados Gerais em 5 de maio de 1789; no mesmo ano, em 9 de julho, cria-se a Assembléia Constituinte e, ainda nesse ano, proclama-se a Declaração dos Direitos do Homem, muito inspirada em Rousseau e Locke, mas, principalmente, com grandes afinidades relativamente à Declaração de Direitos de Virgínia, que precedeu treze anos a declaração francesa. Vem depois

a Assembléia Legislativa. Foi durante a sua vigência que se deu a pavorosa anarquia política em Paris e os acontecimentos que culminaram com o terror. No meio de toda a desordem, do caos da Revolução Francesa, flutuavam entretanto os ideais sadios dos filósofos de que lhes falei e que vieram a ser concretizados, depois do golpe de Brumário, por Napoleão, no Império por ele criado, e introduzidos em quase todos os países da Europa.

Portugal e Espanha

Deixei por último para lhes falar da influência da Espanha e Portugal no Brasil ao alvorecer da nossa Independência.

A Revolução de 1820, na cidade do Porto, revela quanto a mentalidade portuguesa estava impregnada das idéias liberais e constitucionais que empolgavam a Europa desde o Congresso de Viena de 1815. Há paradoxos na História. Foi no Governo de D. José I, sob a ditadura do Marquês de Pombal, que estas idéias revolucionárias começaram a entrar na terra lusitana. Por quê? O Marquês de Pombal realizou grandes reformas administrativas e políticas, porém a mais importante foi a da Universidade de Coimbra. Substituiu os critérios escolásticos por critérios de uma filosofia naturalista dominante em todo o continente europeu, e foi, por assim dizer, o precursor do período do experimentalismo científico do Século XIX; criou uma geração de estudantes, depois diplomados por aquela Universidade, de largas visões, amplos horizontes na consideração dos fenômenos econômicos, sociais e políticos. Entre esses jovens o nosso José Bonifácio, que viajou 10 anos pela Europa, por iniciativa do Duque de Lafões, fundador da Academia de Ciências. Estadistas novos, de idéias novas, surgiram, sendo de notar o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, e o Conde da Barca, Antônio de Araújo Azevedo, que estiveram no Brasil e muito concorreram para o desenvolvimento da nossa mentalidade de povo jovem. O próprio D. João VI era imbuído das idéias novas. Portanto, Pombal, exercendo um governo ditatorial com pulso de ferro, por outro lado trabalhou contra si mesmo, porque, abrindo as portas ao pensamento europeu, arejando a mentalidade das novas gerações, deu oportunidade a que entrassem no País justamente as idéias contrárias ao tipo de seu governo. São os paradoxos da história. Na ocasião em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino, em 16 de dezembro de 1815, por El-Rei Dom João VI, estas idéias já estavam circulando nas elites brasileiras. Nada vem por acaso ou de improsivo na História. Tudo é elaborado lentamente através dos anos, razão pela qual remontei aos tempos mais antigos e posteriormente aos séculos mais recentes para compreendermos a significação do Parlamento, as suas funções e as lutas que teve de enfrentar para sobreviver, principalmente na Inglaterra.

Relativamente à Espanha, lembramo-nos de que em 1820, depois da revolução constitucionalista do general Do Riego, em 1812, promulgou-se,

finalmente, uma constituição liberal, em Cadiz. Essa constituição teve tal repercussão no Brasil que o povo do Rio de Janeiro, marchando para o Largo do Rocio, convocou a presença do Príncipe D. Pedro e ali o fez jurar, em nome de seu pai (o que D. João VI o fez pessoalmente horas depois), que seria adotada a Constituição espanhola em nosso País, enquanto não tivéssemos uma própria.

Essa foi a influência exercida pela Península Ibérica nos albores da nossa emancipação política, ao mesmo tempo que nos inspiravam as idéias que vinham dos Estados Unidos e da França.

Clima da Constituinte brasileira

Os constituintes brasileiros de 1823 eram homens de valor intelectual e cultural. Representavam, portanto, as elites interpretadoras das realidades nacionais, o que não os excluía de certo idealismo utópico a contrastar com proposições de caráter realista e prático.

Não procede a crítica de Armitage sobre o nível cultural dos nossos primeiros constituintes. A maior parte havia cursado universidades européias, ilustrando-se em viagens de estudos no Velho Mundo, convivendo com personalidades eminentes nas ciências e nas letras e respirando na atmosfera das transformações sociais e institucionais assinaladoras do período da Revolução Francesa e do Império Napoleônico. Estavam em dia com as idéias do século.

Aberta em 3 de maio e dissolvida em 12 de novembro de 1823, a Constituinte revelou em seus trabalhos a ilustração de seus componentes. A Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, e elaborada pelo Conselho de Estado sob inspiração principal do Marquês de Caravelas, em quase nada alterou o anteprojeto de 250 artigos dos quais já tinham sido aprovados 23 pela Constituinte. A dissolução dera-se mais por motivos de ordem pessoal e sentimental representada pelo choque do Imperador com o nativismo exagerado dos parlamentares do que em discordância doutrinária, pois todos os princípios substanciais do anteprojeto foram consagrados na Constituição outorgada.

Evolução do Parlamento no Brasil

A evolução do parlamento no Brasil dá-se a partir da Regência. Ilustres oradores, que neste ano de comemorações me precederam, já trataram dos episódios ocorridos por ocasião da nossa Independência, da convocação da Constituinte da sua dissolução, da outorga da Carta Constitucional de 1824, dos sucessos políticos até à Abdicação. Os parlamentares brasileiros cumpriram o seu dever desde os tumultuosos dias de 1831 aos não menos agitados da

Regência até entrarmos, com a maioridade de D. Pedro II, na maturidade política.

Dali para cá, o Parlamento Brasileiro teve de enfrentar problemas os mais relevantes. Votou várias leis eleitorais – porque era preciso, de experiência em experiência, chegar à realidade da situação do País.

Houve a questão da escravatura, na qual conflitavam os interesses de uma economia incipiente e os altos sentimentos cristãos do nosso povo. Com critério, ponderação e equilíbrio, os nossos Parlamentares foram realizando, gradativamente, a abolição do cativeiro, votando a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Maiores de 60 Anos. Antes disso, por iniciativa de Euzébio de Queiroz, fora proibido o tráfico. Finalmente, na proporcionalidade do desenvolvimento econômico do Brasil, que propiciava uma medida mais decisiva, a idéia evoluiu, transbordou da imprensa e das ruas, para o Parlamento. E assistimos ao grande episódio de 13 de maio de 1888, quando é definitivamente extinta a escravidão no Brasil.

Depois do "Ministério da Concentração" do Marquês de Paraná e da trégua dos partidos, pouco a pouco foi surgindo a idéia federalista. Era uma conseqüência natural do esvaziamento dos partidos. Tínhamos dois partidos: o Liberal e o Conservador. Com a política de conciliação de Honório Hermeto, que objetivava integrar o Brasil na grande onda de progresso material que dominava em todos os países da Europa, naquela época chamada "era vitoriana" – porque governava a Inglaterra a Rainha Vitória – e que outros chamam de Revolução Industrial Européia, surgiram entre nós figuras de grande clarividência em tal sentido, como o Visconde de Mauá. Entretanto, os partidos foram-se esvaziando das idéias gerais, quase todas já concretizadas. O conservador não tinha o que conservar, nem o Liberal o que reformar. Mas o homem, como dizia Aristóteles, é um animal político; era preciso criar motivação nova para o espírito público de nossos patrícios. E, uma vez que já se não podiam ater a filosofias concernentes a programas partidários, volveram-se as atenções para as regionalidades. E, dessa atenção às províncias, resultou o anseio pelo sistema federativo. Os últimos tempos da Monarquia foram dominados por essa idéia.

Joaquim Nabuco desejava o Federalismo com a Monarquia. Já Rui Barbosa declarava desejar o Federalismo com ou sem a Monarquia. Era o prenúncio de sua transição política para o setor republicano.

Após a Guerra do Paraguai essas idéias – federalista e republicana – vieram dominando os espíritos, até que chegamos a 1889, quando é implantado o novo regime. Também esse novo regime, no Brasil, teve a contribuição francesa das idéias positivistas de Augusto Comte, ainda que não de maneira total, mas em muitos pontos das decisões e deliberações dos fundadores da República.

Para se ter noção da grandeza do Parlamento no Império, basta citar alguns nomes. Seria longa a lista, mas lembraremos o Marquês de Paranaguá, o de Caravelas, Bernardo de Vasconcelos, Zacarias, Cotegipe, os Viscondes do Uruguai, de São Leopoldo, do Rio Branco, do Ouro Preto, os vultos de Itaboraí, Torres Homem, Euzébio de Queiroz, José de Alencar, Souza Franco, Andrade Figueira, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa.

Começamos a República numa situação de difícil adaptação ao novo regime. Era natural que sobreviessem as desavenças e perturbações políticas. Em conseqüência,o Parlamento brasileiro, já no novo regime, é dissolvido pelo Marechal Deodoro. Pouco depois, o Marechal Deodoro é deposto, subindo ao poder Floriano Peixoto.

Entrávamos num período de graves agitações, com a Revolução Federalista no Sul, a Revolta da Esquadra, chefiada pelo Almirante Custódio de Mello, até que, finalmente, a partir do Governo de Prudente de Morais, começa a consolidação da ordem política e civil em nosso País.

Estas rememorações que lhes faço, como disse no início desta oração, visam a preencher uma lacuna. Durante todo o ano, falaram oradores proficientes, com vigor e conhecimento histórico dos fatos ocorridos no período de nossa Independência. Mas todos se esqueceram de perguntar o que é uma Assembléia, o que é um Parlamento, quando começaram a existir os Parlamentos, que lutas travou o Parlamento para sobreviver, em que países pensadores eminentes foram favoráveis à idéia parlamentar. Entendi de trazer esta contribuição, não para V. Ex.as, que sabem essas coisas, mas para que o povo brasileiro tenha compreensão das homenagens aqui prestadas àqueles homens que, no alvorecer da nossa vida independente, principiaram uma tarefa de geração a geração, para o engrandecimento da nossa Pátria.

O Sr. João Borges – Nesta tarde, V. Ex.ª traz à Câmara dos Deputados contribuição inestimável, relatando a História do Parlamento no mundo. E o faz com o propósito deliberado, como acentuou, de preencher uma lacuna, desde que, no curso deste ano, comemorando-se o sesquicentenário da instalação do Poder Legislativo no País, ainda ninguém se havia apercebido da conveniência de se fazer um histórico da vida do poder no mundo. Mas, das considerações de V. Ex.ª observa-se que a história se repete. Neste instante, verificamos que, no Brasil, voltamos à era de Jaime I, em que não se admitia que a língua de um jurista atingisse a intangibilidade do trono. O fato se repete nos dias atuais. A intangibilidade do Poder Executivo não pode ser alcançada pela língua do jurista. E o que é mais: já que V. Ex.ª fala nas omissões, há uma que deve ser acentuada por imperdoável: é que não se conhece manifestação do Chefe do Poder Executivo em relação ao Poder Legislativo, no ano do transcurso do sesquicentenário da fundação do Parlamento do Brasil. O

Presidente da República é muito cortês. Não falta a nenhuma solenidade. Mas é de observar-se que, pelo menos para efeito de cortesia, de respeito àquele dispositivo constitucional, que determina que os Poderes devem ser harmônicos, ainda que independentes, a atitude do Chefe do Poder Executivo não condiz com aquele respeito estabelecido na Constituição, desde que não deu demonstração alguma capaz de testemunhar que os Poderes são efetivamente harmônicos. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço-lhe o aparte com que me honrou, ilustre Deputado João Borges, mas quero dizer que a metodologia que adotei neste discurso foi exclusivamente expositiva. Eu quis expor o que pensaram grandes filósofos, grandes políticos, as lutas que travou o Parlamento com os reis, as revoluções americana e francesa e o estado de espírito dos nossos Constituintes de 1823. De forma alguma desejei tecer comentários sobre a atual política brasileira. Mas quero dizer que o Deputado João Borges exagerou um pouco, porquanto somos um poder como o Poder Executivo e temos tido deste provas dessa consideração, quando o Executivo submete ao Poder Legislativo as suas proposições. *(Muito bem!)* Tanto é assim que duas ou três vezes por semana vemos a nomeação de comissões mistas para estudarem e emendarem projetos de origem governamental. S. Ex.ª diz que a história se repete. Não é assim exatamente, pois a nossa não é a situação de Jaime I, não é a de Carlos I. Há uma diferença muito grande, e, além disso, o Executivo no Brasil tem manifestado o desejo de caminharmos cada vez mais para esta harmonia de poderes, para o aprimoramento de nossas instituições, como desejava Voltaire. Era Voltaire inimigo de revoluções e dizia que as reformas por ele propostas deveriam ser realizadas dentro da lei. Assim, penso eu que deveríamos conseguir gradualmente as reformas que desejamos, ou que porventura viermos a desejar, principalmente tendo em vista, meu caro colega, a situação de anarquia em que se encontra a América do Sul. Estamos rodeados de países lançados ao caos político, como o Chile, com todos os transportes paralisados, rebeliões no Uruguai, na Argentina. Há ainda outros povos que não se encontram em situação estável. Temos a fortuna de gozar de estabilidade política e ordem interna em nosso País. E por isso devemos ter compreensão das necessidades atuais e dos desejos futuros.

É preciso, ainda, notarmos que nos encontramos num período histórico do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e isto influi grandemente nas expressões políticas de um povo. O Parlamento, hoje, tem funções de relevância como não as tiveram os Parlamentos de outros tempos. É um momento de adaptação às condições do mundo moderno, às leis econômicas, à situação social que é um novo fator que veio agravar o complexo da vida brasileira. Nestas condições, eu diria ao Deputado João Borges, a quem tanto

admiro e prezo, que tenhamos paciência, e tenhamos o prazer de dizer que entre todas as nações da América do Sul, pelo menos, na nossa há ordem interna.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – V. Ex.ª dispõe de 5 minutos para terminar o seu discurso.

O Sr. Leopoldo Perez – Sr. Deputado Plínio Salgado, à extraordinária resposta de V. Ex.ª ao aparte do nobre Deputado João Borges, eu acrescentaria apenas, como contribuição deste modesto colega, que não cabe em absoluto o paralelo histórico que S. Ex.ª fez. Ora, todos sabemos que no caso de Jaime I, que foi aliás o primeiro monarca da dinastia Stuart, de origem escocesa – tratava-se de um Rei de origem católica, de formação católica, que tinha apoio apenas de pequena parte da nobreza inglesa, também católica, chefiada pelo Duque de Worfolk – o Parlamento, de modo geral, era composto em sua grande maioria de anglicanos e, portanto, de elementos contrários às tendências religiosas do chefe do Executivo. No caso brasileiro atual não ocorre isso. Há realmente um Parlamento brasileiro, e a sua maioria apóia, entusiasticamente, o Chefe do Poder Executivo.

Dever do parlamentar, na hora atual

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço ao Deputado Leopoldo Perez o seu erudito aparte. Mas, Sr. Presidente, para encerrar estas minhas considerações, quero lembrar aos meus pares que o nosso dever no presente instante histórico é o de continuar a tradição do Parlamento de nossa Pátria; elevar o nosso espírito público; estar atentos às circunstâncias do mundo moderno principalmente no que se refere às novas condições de harmonização dos três Poderes; preocuparmo-nos mais com assuntos gerais, de ordem nacional, do que nos atermos a pequenos fatos, que só devem ser considerados numa visão de conjunto da nossa vida social, econômica e política; imprimir às nossas discussões um teor de elevada cultura, de polidez e decoro parlamentar. Se assim procedermos, seremos dignos de nossos antepassados, que honraram a Nação como legisladores durante 150 anos. Nossas vozes não se perderão no infinito do tempo, nem ficarão adormecidas nas páginas dos Anais. Toda palavra ou frase uma vez pronunciada, marca um instante em nossa própria vida e na vida daqueles que nos ouviram. A palavra pronunciada jamais se perde.

Tenho, neste momento, a impressão de escutar os debates em plenário, desde os tempos antigos da nossa história. São as vozes dos oradores que surgiram, deram a sua mensagem e desapareceram na sombra da morte.

Parece-me ouvir as vozes de Nabuco, de Rui Barbosa. Elas estão aqui presentes, no ar que respiramos. Elas harmonizam-se com a ressonância de nosso patriotismo, quando abrimos a boca para falar em benefício da Nação. Vozes do século em que vibraram e que até hoje vibram, vozes dos que pugnaram por nobres ideais, vozes do Brasil. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

V

EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Sessão de 3 de junho de 1959

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Plínio Salgado.

I

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi com grande satisfação intelectual que ouvi os oradores precedentes, tratando de tão magno assunto, que diz respeito à própria formação nacional. Membro da Comissão de Educação e estudioso de longo tempo do problema educacional brasileiro, entendi fazer algumas ponderações à Câmara acerca do projeto e dos substitutivos que temos de examinar.

Sr. Presidente, notamos, tanto no projeto como no Substitutivo Lacerda, assim como no da subcomissão, exatamente aquilo que vem em contrário às palavras do próprio Sr. Carlos Lacerda no final magnífico do seu discurso, porquanto a definição de educação e as diretivas da educação, conforme vimos expressa no seu substitutivo, apresentam caráter agnóstico.

Ora, entendo que o homem, em face de qualquer problema sociológico, econômico ou político, terá de se colocar numa das seguintes posições: a posição materialista, dogmática, que é a que informa toda a instrução pública no Império dos sovietes; a posição agnóstica, que tem sido a dominante a partir do Século XIX e após a Revolução Francesa, como também a dominante em nosso País desde a Proclamação da República; e a posição espiritualista. Não há por onde fugir. Qualquer problema que se nos apresente deverá ser visto por um destes ângulos.

Estou convencido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que todo o mal de nosso século, toda a crise moral e social dos povos no presente, tem como responsável a filosofia do utilitarismo inglês. É certo que o Século XIX nos ofereceu muitos erros filosóficos, entre os quais o erro de Nietzsche, na sua concepção do super-homem, deturpando inteiramente a configuração do ser humano; o erro de Karl Marx, deduzindo, através de Feuerbach, a doutrina da dialética de Hegel, consorciada com o materialismo inglês e que criou o sub-homem, isto é, a peça funcionando na máquina do Estado. Porém, nem os erros de Nietzsche, nem os erros de Marx que, afinal, se contrabalançam para nos dar a linha média interpretativa do ser humano, foram tão responsáveis pelos

desmandos, pela imoralidade predominante em nosso tempo, como a filosofia do utiliarismo.

James Mill, Bentham e Stuart Mill foram os filósofos da expansão capitalista da Inglaterra. Para justificar a conquista dos mercados e a submissão de povos ao regime colonial, foi mister uma filosofia que desvinculou o conceito moral de suas raízes religiosas. Afirmavam os utilitaristas ingleses que tudo o que é útil é moral. Entretanto, eles mesmos não sabiam definir o que era útil e o que era inútil, pelo que foram denominados empíricos ou simplesmente práticos. Baseados nesta filosofia, os ingleses empreenderam o desenvolvimento de sua política imperial e da predominância do capitalismo que nascera nos fins do Século XVIII, na Inglaterra, e que então se expandiu por todo o mundo. Essa filosofia quebrou os vínculos da moralidade, ligados ao conceito religioso de existência. Tudo que é útil, é moral. Mas perguntamos: o que é útil? O que é inútil? Foi essa a interrogação que fez mais tarde Herbert Spencer, o qual tratou de construir, na sua filosofia evolucionista, um conceito de moralidade, baseado já agora na ciência. A ciência, porém, também não pode ser o fundamento do conceito moral e isso porque ela mesma, diariamente, se está revisionando e corrigindo. Aquilo que tínhamos como certo, por exemplo, no século passado, quando pensávamos que os corpos simples eram o extremo limite da matéria, foi corrigido pela ciência de nosso tempo, e hoje, conhecendo a física nuclear, a ciência avançou mais profundamente, na contextura da matéria, na sua maravilhosa arquitetura, e chegou a compreender a grande síntese da energia; exprimindo-se sob a forma da matéria na linguagem dos corpos simples.

Ora, se a ciência em todos seus ramos, diariamente, nos laboratórios, está a corrigir-se, como pode ser ela base e fundamento da moral, que deve ser perene, deve ser eterna no homem e, de acordo com a sua própria constituição física, intelectual e espiritual? Urge, por conseguinte, nos tempos modernos, iniciarmo-nos na consideração do conceito educacional pela definição do próprio homem.

Temos que formar o homem, diz o Projeto Lacerda, formar integralmente, vocábulo que muito agradeço.

Formação integral. Mas de quê? Que é o homem? O homem, para mim, é aquele definido por Boécio: uma dualidade consubstancial exprimindo-se numa unidade substancial. É corpo e alma. Como corpo tem necessidades físicas; como alma tem aspirações transcendentes.

O homem foi deturpado pela filosofia do século anterior ao nosso. Uns o tomaram apenas como um ser político, segundo aqüeles pensadores, filósofos e sociólogos que derivaram da enciclopédia e principalmente do pensamento de Jean-Jacques Rousseau. E, assim, abandonaram o homem

inteiramente ao seu próprio destino, sem uma estrutura social em que ele pudesse defender-se daqueles que pretendem oprimí-lo.

Outros consideraram o homem apenas como um ser econômico. É Karl Marx, são os doutrinadores do socialismo dito científico. Mas o homem não é apenas um ser político nem é apenas um ser econômico. E não é apenas também um ser espiritual. É tudo isso ao mesmo tempo, para poder ser integral, para exprimir-se na sua integralidade de ser racional criado por Deus, com a capacidade de deduzir raciocínios e possuidor de uma imaginação capaz de criar.

Nestas condições, e tomando o homem sob esse aspecto, é que poderemos encarar o problema educacional, não somente do Brasil, mas de todo o Mundo Ocidental, que está sofrendo a tremenda crise de amoralismo, o que é resultado da influência exercida pelo utilitarismo inglês dos fins do Século XVIII.

Esse utilitarismo transplantou-se para a América sob o nome de pragmatismo, filosofia que Gustave Le Bon chamava de "filosofia dos mercadores e jogadores da bolsa".

Essa filosofia de mercadores, de jogadores da bolsa, de egoístas, é a filosofia do capitalismo, é a filosofia da sociedade burguesa de nosso tempo, e é a causa fundamental de todas as desgraças nacionais, inclusive a brasileira. Sentimos, no atual momento, que o que de mais carece o Brasil é de criar uma mentalidade, uma consciência de deveres. Todos acusam os governos, mas se esquecem de acusar um povo que se degradou sob as filosofias materialistas e, pior que materialistas, filosofias agnósticas. Rendo as minhas homenagens à Rússia Soviética, que combato com toda a lealdade de um doutrinador a ela oposto. Rendo-lhe a homenagem por ter ela mais coragem do que nós, do Ocidente. Nós somos uma civilização de covardes, ao passo que a Rússia Soviética, adotando os critérios do materialismo dogmático, informa e conforma todas as suas atividades nacionais, através desse materialismo.

O Sr. Paulo de Tarso – Faz V. Ex.ª uma distinção entre civilização ocidental e civilização oriental. Julgo a distinção muito oportuna para que, a partir dela, possa ser desfeito o equívoco dos que confundem o cristianismo com a civilização ocidental. Cristianismo é ecumênico; não se circunscreve aos limites do Ocidente nem do Oriente. Aqueles que, erroneamente, presunçosamente, sustentam que a civilização cristã é a civilização ocidental, deveriam compreender que não há civilizações integralmente cristãs. Há instantes de cristianismo nas civilizações. Há as que se aproximam mais ou menos do cristianismo ideal, perfectível, para o qual deve tender toda a humanidade. A distinção que V. Ex.ª faz, com objetividade, inclusive tecendo louvores à Rússia Soviética, em que pese à divergência fundamental que há entre a posição de V.

Ex.ª e a da Rússia Soviética, é oportuna, para que se possa deixar patente a necessidade de se acabar de uma vez para sempre com o equívoco dos que podem confundir o cristianismo com civilização ocidental.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª, que vem elucidar perfeitamente meu pensamento. Quando digo civilização ocidental, não me refiro ao cristianismo, mas ao pragmatismo e utilitarismo norte-americano e inglês, dominantes na parte ocidental do planeta, e rendo homenagem aos nossos adversários, àqueles que, afirmando que Deus não existe, que o homem não tem alma, fazem desse postulado o fundamento da sua economia, da sociologia, da sua política, das suas finanças, da sua vida internacional, da sua vida educacional e até artística. O Comissariado de Instrução Pública da Rússia Soviética, desde o instante em que Lunatcharski assumiu aquele posto, determinou que os professores primários, secundários e superiores pregassem, nas suas aulas, o materialismo dialético. Quando um professor reclamou, dizendo que era impossível numa aula de Matemática inserir a doutrina marxista, o Comissariado de Instrução Pública retrucou, dizendo que não há matéria nenhuma através da qual o professor não possa incutir as idéias do Estado, as idéias fundamentais que orientam a toda construção e orientação da nova sociedade.

Portanto, digo eu, se nossa civilização ocidental está apodrecendo, é exatamente por faltar uma atitude definida de cristianismo. E V. Ex.ª tem toda a razão quando diz que a civilização ocidental não é cristã. Se somos cristãos, somos cristãos covardes. Lembro-me de que certa vez, em San Sebastian, na Espanha, tomando parte nas Conversações Internacionais Católicas, ali me levantei e protestei contra a definição do homem como tinha sido redigida por católicos, entre os quais havia sacerdotes, filósofos, professores, que exerciam o magistério em estabelecimentos católicos, escritores e jornalistas de jornais católicos. Aquela definição do homem, que consegui substituir por outra, era exatamente a mesma da Declaração de Direitos do Homem, da Revolução Francesa, inspirada no agnosticismo, no naturalismo de Jean-Jacques Rousseau.

Em matéria educacional, não basta dizer que a educação é a "formação integral da personalidade, segundo uma concepção de vida que, respeitando os direitos fundamentais e a liberdade do homem, sempre orientada pelo bem comum, promova o progresso da Pátria e da humanidade". Para mim, não basta. Quero uma concepção espiritualista da educação. Ou assumimos esta atitude, ou não seremos dignos sequer de lutar contra o materialismo dogmático que avança, na imensa Eurásia, para nos avassalar, como um dilúvio.

O Sr. Paulo de Tarso – Veja V. Ex.ª o risco das definições. Penso que o projeto deve evitar definir educação. Deve disciplinar, naturalmente, todo o

assunto que enseja a apresentação do projeto, isto é, traçar as diretrizes e bases da educação, mas evitar definir, porque é dificílimo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª, então, comparticipa do grande pecado do Ocidente. A nossa indefinição está-nos enfraquecendo e destruindo.

O Sr. Paulo de Tarso – V. Ex.ª não me deixou concluir. Não sou contra que se defina a educação. Acho que todos que têm qualquer parcela de responsabilidade na coisa pública devem defini-la. Mas qualquer definição, num projeto, é de má técnica legislativa.

A lei é ordenamento geral, que vem da autoridade competente e que é imposta coativamente à obediência de todos. Diz São Tomás de Aquino que é a ordenação da razão para o bem comum, feita por aqueles que têm responsabilidade na direção da coisa pública. Se isso é lei não vejo como deva, como possa a lei definir. Não me insurjo – e nem poderia fazê-lo – contra a necessidade de uma definição bem clara da educação, apenas penso que um projeto de lei não é o melhor lugar para essa definição.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Tomei nota da crítica que V. Ex.ª faz aos diversos projetos que temos de apreciar, principalmente o do Deputado Carlos Lacerda, que é cheio de definições.

O Sr. Paulo de Tarso – V. Ex.ª permite...?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estou apenas criticando as definições.

O Sr. Paulo de Tarso – Vou discutir o assunto, não vou tomar o tempo de V. Ex.ª, mas é que V. Ex.ª fez referência a projetos em tramitação nesta Casa, devo dizer que, realmente, eles pecam por isso, têm definições demais e isso é sempre perigoso na elaboração das leis.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Acho impossível traçarmos normas objetivas e práticas sobre qualquer objeto, sem defini-lo primeiro.

O Sr. Lauro Cruz – Entendo como o Deputado Paulo de Tarso, que a lei não deve definir. Ela pode partir de uma definição de educação, de um conceito de educação, mas deve dizer apenas os seus objetivos, trocar normas. A lei não é um compêndio de educação onde se encontrem definições. Pode refletir no seu todo uma filosofia agnóstica, uma filosofia religiosa, uma filosofia qualquer, mas, segundo os entendidos em Direito, a lei não deve definir, mas declara os objetivos e as finalidades a que tem em vista servir. Creio que o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura não define educação.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Refiro-me às definições do Sr. Carlos Lacerda, que as deu muitas e brilhantes, porém, nem sempre concordantes com a filosofia que adoto.

O Sr. Paulo de Tarso – Permita-me um último e rápido aparte...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pois não.

O Sr. Paulo de Tarso –.... apenas para dizer que estou de acordo com a filosofia da educação que inspirou o Projeto Carlos Lacerda, mas acho que ele precisa ser revisto....

O SR. PLÍNIO SALGADO – É o que estamos fazendo.

O Sr. Paulo de Tarso – ... inclusive para ser escoimado desse grave defeito de definir ....

O SR. PLÍNIO SALGADO – Defeito de técnica.

O Sr. Paulo de Tarso – ... que é, principalmente, defeito de técnica, como V. Ex.ª diz muito bem. Veja V. Ex.ª que este debate ilustra a necessidade de se evitar a definição: V. Ex.ª, que é homem de formação cristã e deve estar, por isso, de acordo com a filosofia da educação que inspirou o projeto, não concorda.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Definir pode não consultar o interesse da técnica, porém, se é arriscado definir, muito mais arriscado é traçar princípios normativos para aquilo que não se definiu. Se tomarmos a Política como a ciência ou a arte de realizar a felicidade do homem, não poderei saber o que é a felicidade do homem, se primeiro não souber o que é o homem. Então, direi: felicidade de quem? Poderei saber o que é a felicidade de qualquer animal, pássaro ou inseto, sem saber o que é ele, como funciona, como é a sua fisiologia, a sua rudimentar psicologia. E no homem, ser tão complexo, não só do ponto de vista fisiológico, mas do ponto de vista psicológico, poderei compreender o que seja a sua felicidade, sem primeiro saber o que é o homem?

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Como faltam apenas 3 minutos para o término da sessão, V. Ex.ª poderá falar durante vinte minutos na sessão de amanhã.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª a comunicação, e não me demorarei para concluir meu pensamento.

Dizia eu que no momento de crise moral da nacionalidade brasileira, onde os males não estão apenas nos governos, nas engrenagens administrativas, e posso dizer, com a experiência de vinte e tantos anos de vida pública, que os nossos males não estão tanto neste ou naquele regime, mas estão sobretudo no próprio homem brasileiro, abandonado ao agnosticismo desde a Proclamação da República e à influência de idéias que não cogitam nem da origem, nem da finalidade do ser humano, eu queria chamar a atenção da Câmara para este decisivo momento da história nacional e, mais do que nacional, porque decisivo da própria história do Ocidente, a fim de que, nos nossos trabalhos, nos orientássemos no sentido de não confundir instrução com educação, erudição com cultura. O homem erudito é como um dicionário, que responde a todas as perguntas, mas não diz coisa alguma. Mas o homem culto é como um livro, uma mensagem, seja qual for o seu pensamento.

Criar homens cultos e a verdadeira cultura brasileira, eis o fundamento de toda a educação nacional.

Essas desgraças atuais da Nação, a imoralidade que campeia em todos os ramos de atividade do homem em nossa terra, exigem uma posição nossa. Verifico que de nenhum dos projetos consta por exemplo a instrução moral e cívica, que deve começar a ser dada desde a infância, nem mesmo a preparação dos pais para educar as crianças a partir dos cinco anos, quando começa a alvorecer a razão.

Este o pensamento que eu queria manifestar à Câmara, neste instante. Não entro, nem disponho de tempo para isso, nos pormenores técnicos, nos diversos aspectos deste importantíssimo tema que diz respeito à própria vida do Brasil. Desejo apenas, no campo das idéias gerais, firmar meu pensamento. E, reportando-me principalmente a quanto escrevi num pequeno livro intitulado *A Reconstrução do Homem*, afirmo que de nada valerá nem a ação dos partidos, nem o esforço governamental, nem as reformas propostas, nem a técnica, nem a ciência, se, em primeiro lugar, não criarmos o homem brasileiro honrado, honesto, com mais consciência de deveres do que mesmo de direitos, a fim de que ele cumpra o mais alto destino perante Deus e perante a Nação. (***Muito bem; muito bem.***)

II

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, no meu discurso, na sessão de ontem, tratei de um tema fundamental que diz respeito ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Não tendo tido tempo suficiente para ultimar as minhas considerações, aqui me encontro de novo para completar o meu pensamento.

Dizia eu ontem que o fundamento de toda obra de educação nacional deve repousar no conceito do homem e em nosso caso no conceito do homem brasileiro em face da atual conjuntura histórica da nacionalidade.

Necessidade de educação moral e cívica

Estranhei, no meu discurso precedente, que não houvesse, nem no projeto, nem nos substitutivos, qualquer referência à instrução moral e cívica. Mostrei que é necessário discernir entre instrução e educação, entre erudição e cultura. A formação do homem, como quer, por exemplo, o Projeto Carlos Lacerda, baseia-se num conceito integral, formação integral do homem e esta não diz respeito apenas à instrução, mas principalmente à educação. Vou muito mais longe. Entendo que é um elemento mais positivo na sociedade o analfabeto que tem perfeita formação moral, do que o de meia instrução ou mesmo de muita instrução sem formação moral.

Nestas condições, quero pedir a atenção da Câmara para este ponto que reputo fundamental. É preciso que tanto nos cursos primário como secundário e superior não se desdenhe, como se tem desdenhado, da instrução moral e cívica que forma os cidadãos úteis à Pátria. O mal da nacionalidade brasileira, que, aliás, é de todo o mundo ocidental, como frisei no meu último discurso, é exatamente o amoralismo dominante e resultante das filosofias agnósticas, utilitaristas e pragmáticas que têm conformado a isto que chamamos civilização do Ocidente.

Assim, o meu objetivo neste discurso é alertar a Câmara para que não sejamos omissos quanto à instrução moral e cívica da infância e da juventude. A educação, se é formação integral do homem, deve correlacionar-se com os interesses supremos da Pátria. É preciso formar as personalidades de sorte que o seu conjunto constitua a própria personalidade nacional. As nações têm também uma personalidade. Se observarmos o mundo antigo, notaremos que, de acordo com a sua vocação e temperamento, cada nacionalidade desempenhou um papel na história. A nação é uma realidade social e moral. Verificamos, na história da humanidade, que cada povo teve sua missão. A Grécia, talvez a de nos transmitir o sentido superior da estética e os fundamentos da filosofia; o Egito, a de nos transmitir a ciência antiga, principalmente os fundamentos da Matemática e os conhecimentos sobre o globo terrestre; Roma teve por missão unir o gênero humano, reunir as nações, como que a prepará-las para o advento de Cristo; em época mais recente, Espanha e Portugal tiveram por missão dilatar a fé e o império, levando a cruz de Jesus Cristo às mais remotas nações do mundo, descobrindo continentes ignorados e ilhas desconhecidas, desbravando os oceanos da Terra. Isto quer dizer que as nações têm personalidade. E o que tem faltado às nações que se lançam na confusão e na

desordem e, finalmente, perdem a sua soberania, é, exatamente, a manutenção da personalidade nacional. A memória é o fundamento de toda a personalidade. Conforme nos ensina Bergson e o filósofo Stuart Mill, a nossa personalidade é um conjunto de idéias que guardamos acerca do que fizemos anteriormente; é como uma fita cinematográfica recordando-nos o nosso passado remoto e recente e dando-nos o sentido de nosso equilíbrio individual. Isto é a personalidade do homem. E as nações também precisam guardar, preservar a sua personalidade, o que só podem fazer por meio da educação. É necessário, por conseguinte, que em diretrizes e bases da educação nacional coloquemos, em primeiro lugar, a formação do homem brasileiro, a fim de que resguardemos a personalidade do Brasil. Notamos, nos dias de hoje, que os brasileiros não querem mais raciocinar como brasileiros. Eles se dividem, uns pensando como os norte-americanos e os outros pensando como os russos. Já não temos, no Brasil, senão muito poucos brasileiros autênticos, porque a maior parte está influenciada pelos Estados Unidos ou pela Rússia. E o que é necessário é irmos às fontes da tradição da Pátria para mantermos o nosso nacionalismo. Neste momento em que se fala tanto de nacionalismo, não se compreende como, na educação em nosso País, possamos olvidar aqueles fundamentos da idéia nacional, da consciência nacional, fundamentos que estruturam e embasam o nacionalismo brasileiro.

É preciso distinguir: sou nacionalista, mas o meu nacioalismo não confunde o Estado com a Nação, pelo que sou contrário a toda idéia de monopólio do Estado, em detrimento da iniciativa privada e dos grupos naturais que compõem a nacionalidade. Segundo Bluntschli e a Escola Histórica Alemã, a Nação é um corpo vivo e se confunde com o Estado. Essa é, também, a doutrina do socialismo de qualquer espécie, entre eles o nacional-socialismo alemão, que confundiu a Nação com o Estado e pôs todo um povo ao serviço da utopia da idéia da super-raça. O nacionalismo só é nacionalismo quando respeita os elementos constitutivos da Nação. E eles são os grupos naturais criados pelo homem, e o próprio homem, ser racional e livre, por conseguinte, íntegro e cheio de dignidade. Ora, é necessário incutir isto no povo brasileiro, desde a mais tenra idade e através dos cursos secundário e superior. Não se compreende como, numa lei que trata de diretrizes e bases da educação nacional, não se cogite da formação moral e cívica no País. Todos nós sabemos que a maior desgraça da Pátria brasileira não são os regimes, não são os governos; é o próprio homem brasileiro, que se degrada, e tanto que é difícil encontrar-se, em qualquer forma de atividade, particular ou pública, aquele padrão de honestidade que vem dos nossos maiores e está condenado a ser esquecido pela Nação.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Desejaria, nobre Deputado, diante do formidável talento com que se expressa, que me informasse a razão da

degradação do homem brasileiro. Desejaria saber se ele se degrada pela sua situação de penúria econômica ou pela falta de ilustração, já que o tema de V. Ex.ª se apóia na instrução pública, de acordo com o projeto em discussão.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente. Agradeço a Vossa Excelência o aparte, que me vai dar oportunidade de expender um conceito...

O Sr. Carmelo D'Agostino – Eu é que agradeço a V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª pergunta se a degradação do homem brasileiro tem causas econômicas ou outras causas. Quero, neste instante, reportar-me a uma página do Evangelho de São Mateus, no capítulo do Sermão da Montanha – onde está escrito: "Cuidai primeiro das coisas do espírito, porque o resto virá por acréscimo . É uma verdade, grande verdade, divina verdade. Portanto, numa nação onde ninguém cogita primeiro das coisas do espírito, não há justiça, não há honestidade, não há padrão de vida moral e, nestas condições, não temos elementos humanos para executar qualquer plano governamental sério e digno em benefício da Nação.

Entendo que, em primeiro lugar, devemos cuidar das coisas do espírito, porque uma nação elevada espiritualmente tem homens dignos para desempenhar quaisquer funções, transcendendo do egoísmo de cada qual para objetivar o bem comum, o bem da coletividade. Desta sorte, a nação terá condições econômicas melhores. Talvez que as condições econômicas do Brasil também se prendam a condições morais. Disse "talvez", mas devo dizer "com certeza" se prendem, porquanto, desde a Proclamação da República, entramos num agnosticismo feroz e, posteriormente, imitamos o pragmatismo americano, que, como disse ontem, é a filosofia dos mercadores e dos jogadores de bolsa. Assim, cada um de nós só tem cuidado dos seus próprios interesses. Hoje em dia, o jovem que estuda numa escola se faz profissional, mas não se faz um Homem. Precisamos, antes de tudo, de homens e, em seguida, de profissionais, porque o profissional, por mais competente e por mais técnico que seja, se não tem a moral elevada, vende-se à primeira nação estrangeira ou ao primeiro miliardário que lhe encher o bolso de benefícios.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Permite V. Ex.ª que eu dê novo aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Pois não.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Eu interpreto que a situação da degradação do brasileiro parte da situação econômica, porque os elementos materiais para a

instrução também são elementos que não se conseguem dentro de uma economia parca. V. Ex.ª há de convir comigo, se me permitir, em que, de fato, a degradação do brasileiro, não no sentido abjeto nem escravizador, parte de seu mal-estar econômico, que se reflete até mesmo no mal-estar econômico do País e do Governo, que não tem elementos para dar essa instrução, que, como muito bem diz V. Ex.ª, faz com que o homem se eleve na compreensão de seus direitos, e não se torne um vendedor de sua própria Pátria.

O SR. PLÍNIO SALGADO – V. Ex.ª veio complementar meu pensamento e dar-me, novamente, ocasião para melhor esclarecê-lo.

V. Ex.ª, trazendo à tela da discussão as infra-estruturas das quais, na opinião de V. Ex.ª, decorre a degradação de nosso povo, veio completar meu conceito sobre o problema, porquanto eu adoto uma filosofia – muitos me têm apenas como político, mas, na realidade, eu me orgulho mais de ser um pensador e de me debruçar sobre os problemas humanos universais e brasileiros –, adoto uma filosofia que considera tudo de maneira integral. Consideramos o universo e o seu Criador de maneira integral. Consideramos o homem de maneira integral, como corpo e alma, dualidade consubstancial, exprimindo-se uma unidade substancial, como ensinava Boécio. Consideramos tudo no seu conjunto. Não venho dizer, de acordo com a doutrina que esposo e a criteriologia dela decorrente, que a causa está apenas no lado moral: acha-se também na infra-estrutura econômica, mas de acordo com a filosofia que prego, da interdependência dos fenômenos, da inter-relação fenomênica existente no universo. Quer dizer, se é verdade que a infra-estrutura concorre para a degradação de nosso povo, também o fator moral, e principalmente ele, contribui para que a infra-estrutura seja insuficiente no sentido de sustentar a nossa Pátria e o nosso povo.

De fato, chegamos a uma situação deprimente do nosso espírito nacional. Alberto Torres, já no seu livro *O Problema Nacional Brasileiro*, diz que nossos patrícios chegaram a esposar doutrinas contrárias à sua própria Pátria e a si próprio como as doutrinas racistas. Vemos entoar loas à grandeza dos norte-americanos, julgando-nos inferiores a eles, mas esquecemo-nos de que o progresso dos Estados Unidos foi devido à existência de hulha em grande quantidade naquele País, à época em que o ferro e aço começaram a ser o fundamento de toda civilização.

A civilização do ferro e do aço exigia a hulha e nós não a tínhamos. D. João VI, um dos maiores estadistas que o Brasil possuiu, mandou vir o Coronel Friedrich Varnhagen, para construir a primeira fundição de ferro em nosso País, mas a iniciativa não progrediu, não foi possível, porque não dispúnhamos de hulha. Ainda hoje só temos a hulha inferior do Rio Grande e Santa Catarina, que precisa ser misturada com hulha americana ou inglesa nas usinas de Volta

Redonda. Ora, o povo brasileiro, não tendo tido este grande *handicap* para o seu desenvolvimento, demonstrou, entretanto, superioridade sobre o norte-americano. Lá, a colonização das terras era feita da seguinte maneira: lançavam-se os trilhos e quando a locomotiva apitava no extremo sertão, então é que o colono ia, de um lado e do doutro da linha, fazer a sua lavoura. Aqui fundamos a agricultura no lombo do burro e no carro de bois, demonstrando a capacidade da nossa raça, a energia do nosso povo. Entretanto, depois da República, ficamos ensimesmados e tristonhos, olhando o progresso norte-americano. E criamos um complexo de inferioridade. Ainda agora, estamos criando novamente um complexo mais depressivo, quando dizemos que não podemos negociar com nenhum capitalista estrangeiro,porque seremos logrados, ludibriados, roubados e espoliados. Isto significa, das duas uma, que somos imbecis, patetas, não sabemos negociar com ninguém, ou que nossos homens públicos são desonrados e desonestos e vendem a Nação ao *trust* capitalista. Criamos com isso uma mentalidade de joões-patetas em face dos demais povos do mundo.

Nosso nacionalismo deve ser sadio, em princípio, no sentido de restaurar a confiança em nossa raça, em nosso povo. Este nacionalismo deve ser incutido na juventude desde os alvores da infância até a adolescência, posteriormente na idade universitária. E é preciso que seja mantido permanentemente em todas as idades, por todos os meios de propaganda e difusão, este pensamento, este sentimento que forma a grandeza das nações.

Mas, exposta a primeira parte, pois o tempo me é escasso, devo passar à segunda consideração ontem não abordada, por falta de tempo.

Direitos e deveres de mestre e de estudantes

Não consta, nem do projeto, nem do substitutivo, uma parte, sem dúvida essencial, com respeito aos direitos e deveres de mestres e estudantes. Notamos, hoje, a desmoralização do ensino justamente porque não há uma carta de deveres do mestre e do estudante. Como dizem, comercializa-se o ensino, facilitam-se as provas. É bem verdade, em muitos casos. Mas isso decorre da falta do sentimento do dever.

Srs. Deputados, para mim,considerando o homem em si mesmo, a sua estrutura, a sua finalidade, entendo que o dever existiu primeiro que o direito. É uma pergunta que se faz freqüentemente: que existiu primeiro – o direito ou o dever.

Uns afirmam que os direitos existiram primeiro, em conseqüência da racionalidade do homem, da qual resulta seu livre arbítrio. Outros dizem que os deveres vieram primeiro, intimamente ligados à própria composição do ser humano e à sua finalidade. Para mim, os direitos são apenas um meio do

cumprimento do dever. Se eu não tivesse o direito de ir e vir, embora estivesse inscrito não poderia estar falando agora. Alguém me deteria na rua. Por conseguinte, eu uso do meu direito de ir e vir para cumprir o dever de estar aqui falando. O direito é, pois, um instrumento, um meio de que nos valemos para cumprir deveres, mas os deveres são inerentes à nossa finalidade, e a finalidade do homem é cumprir tudo aquilo que foi designado por Deus para atingir o seu supremo fim.

Ora, não se compreende que não se incuta nos professores e alunos a noção do dever, pelo que, lembro a esta Câmara a necessidade de se incluir um dispositivo, na lei destinada a dar diretrizes e bases ao ensino, que cogite dos deveres de professores e de alunos, do homem brasileiro em particular. Precisamos de homens capazes em todos os setores da administração pública, em atividades intelectuais ou econômicas, porquanto se não os tivermos de nada adianta vir aqui esta Câmara legislar para o vácuo. Estaremos fazendo leis inúteis porque jamais serão cumpridas rigorosamente.

Estas três considerações julguei-as indispensáveis para completar meu pensamento exposto no discurso anterior e quero, principalmente, chamar a atenção do povo brasileiro para este momento excepcional do mundo, em que as nações que perdem a soberania perderam primeiro a sua personalidade.

A necessidade de fazer cumprir as leis

O terceiro motivo que me traz à tribuna para completar meu pensamento de ontem é o seguinte: de nada adianta uma boa lei, se não tivermos os meios de fazê-la cumprir. É preciso que se insira nesta nova lei a verificação da aprendizagem pelo Estado. Se não fiscalizarmos, se o Estado não assumir a responsabilidade de fazer cumprir as leis, de nada adiantam elas. E aqui volvo novamente ao problema fundamental do homem, raízes da tradição da Pátria. A tradição é sinônimo de progresso. Etimologicamente, indica algo que se transmite de trás para diante, como progresso significa propulsão, também de trás para diante.

Uma nação que não é tradicionalista não pode ser progressista ou, então, o progresso não passa do desenvolvimento de um acampamento de irresponsáveis sem qualquer finalidade humana, sem qualquer finalidade nacional.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*, 1.º Vice) – Atenção! Lembro ao nobre orador que seu tempo já está findo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Irei terminar, neste momento, minhas considerações, agradecendo o aviso de V. Ex.ª.

Há tempos, visitando um navio português surto em nosso porto, um maravilhoso transatlântico – Portugal, tão pequenino, possui uma frota mercante tão formidável! –, depois de andar por todas as dependências daquele admirável *Santa Maria*, cheguei-me ao Comandante e lhe disse: "Agora compreendo porque vocês lá em Portugal estão realizando coisas grandiosas como estas". Perguntou-me ele: Por quê? Eu lhe respondi: "Por causa das pinturas que estou vendo neste navio". Ele ficou algo espantado. E então lhe mostrei: "Repare: ali, naquela parede, estão as cinco Chagas de Cristo da visão de Ourique, lembrando Afonso Henriques; além, naquela outra parede, vejo um castelo medieval, lembrando as façanhas antigas da reconquista da Península; mais além, vejo uma armadura de cavaleiro medieval, com seu grande penacho airoso; e, adiante, vejo uma caravela que por mares nunca dantes navegados enfrentou todos os perigos, rompendo o segredo dos oceanos e dos mares. Realmente, é guardando a recordação destas glórias que vocês se sentem fortes. E porque se sentem fortes, acometem grandes feitos e realizações. É por isso que vocês, com apenas um milhão de habitantes, realizaram a maior epopéia marítima do mundo,tão grande que, ao ler a *Odisséia* ou a *Ilíada*, de Homero, ou a *Eneida*, de Virgílio, julgamos pequeninas as façanhas de Ulisses ou de Enéas no Mar Mediterrâneo, que é lago interior ao passo que vocês, outrora, realizaram nos oceanos da terra uma glória maior. E, agora, país pequenino do Ocidente da Europa, mantém um grande império colonial e o sustenta e realiza grandes barragens e supre de energia elétrica a nação; tem uma moeda, que é moeda forte no convívio internacional. É por isso. É porque vocês guardam a recordação do passado, a personalidade nacional".

E nisto aprendo que devo batalhar a minha vida inteira para, de cidade em cidade, por toda a parte, despertar a alma da minha nação, criar a consciência de grandeza em meu povo, a fim de que possamos realizar algo que nos dignifique a nós mesmos, transmitindo o patrimônio recebido dos séculos, acrescentado em novas glórias para a nossa posteridade.

Estas as considerações que desejava fazer hoje aqui, para que não fiquemos apenas na parte da instrução, porém marchemos para a educação nacional, a princípio nos lares, no berço, em seguida, na escola primária, depois secundária, mais tarde na superior, porque assim teremos formado um povo tão grande e forte e tão capaz que jamais será escravizado por nenhuma nação da Terra, e esplenderá no concerto internacional, como outrora já esplendeu em 1907 com Rui Barbosa, ao passo que agora vivemos melancolicamente apenas como coristas de revista, numa organização chamada ONU, onde somente fala a brutalidade e a violência, mas de onde se baniu toda a força do espírito. (*Muito bem; muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Luís Viana.

O SR. LUÍS VIANA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não fosse bem mais modesta do que a do orador que me antecedeu a minha pretensão ao discutir o grave problema da Lei de Diretrizes e Bases, e não teria dúvida em, malgrado as grandes divergências ideológicas que me separam do nobre Deputado Plínio Salgado, subscrever e aplaudir muito do que S. Ex.ª disse nesta tribuna.

Sessão de 3 de junho de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando um homem público atinge aquela idade que Dante denominava "o meio caminho de nossa vida", já não lhe interessa receber nada da Nação ou do povo. Mas interessa-lhe exclusivamente dar, dar a contribuição no sentido do bem comum, da felicidade nacional, sem preocupação de querer mais nada deste povo.

Aos pobres tudo é impossível, especialmente a vida pública

Em 1955, apresentei-me candidato à Presidência da República. Foi uma árdua batalha. Já agora, nas vésperas de 60, estou convencido de que aos pobres em nosso País nada é permitido, porquanto uma campanha presidencial, nas condições em que são feitas as campanhas eleitorais no Brasil, depende, principalmente – direi mesmo exclusivamente –, de meios financeiros. Desde que se inventou o rádio, a televisão e a grande imprensa, deixou, na realidade, de existir democracia, porquanto democracia é a conjugação da liberdade e da igualdade. Onde já não existe igualdade de meios para manifestação da opinião e disseminação de doutrinas, não pode haver democracia.

Nestas condições, chego à altura da minha luta de 26 anos, convencido de que somente os que tiverem apoio em grupos econômicos, ou os que se tiverem locupletado em períodos governamentais no sentido de organizar caixas para eleições poderão comparecer ao sufrágio do povo brasileiro. Não sei mesmo como os próximos candidatos poderão enfrentar uma campanha, onde irão buscar os recursos para o rádio, cujas tabelas, ainda anteontem a mim apresentadas, são inacessíveis aos pobres, mesmo para um programa cultural. Assim, neste estágio da minha vida publica, só me interessa servir ao País, na medida dos meus esforços, sem jamais pretender ou querer qualquer coisa do meu povo. É foi nesse sentido que, há dias, passando por minhas mãos na Comissão de Educação um projeto sobre o qual deveria dar parecer referente à criação de bibliotecas municipais, mediante convênios entre a União e os Municípios, entrei a meditar e concluí que neste período em que lutamos contra o subdesenvolvimento, luta que já se tornou uma mística do nosso nacionalismo, neste momento nos esquecemos, justamente pela unilateral-

dade na consideração dos fenômenos da vida nacional, do maior dos subdesenvolvimentos que é o subdesenvolvimento intelectual do povo brasileiro.

O drama da cultura no Brasil

É lamentável pensar que, no Brasil, o homem que escreve ou fala, após 20 ou 30 anos, encontra-se sempre nas mesmas condições, em face dos mesmos problemas.

Em 1931, publiquei um artigo intitulado *O País que não lê*, depois inserto num livro sob o título *Despertemos a Nação*, e iniciarei estas considerações repetindo as palavras que então escrevi e que são exatamente as mesmas de que agora necessita nosso País na luta contra este aspecto do nosso subdesenvolvimento, que é o subdesenvolvimento intelectual.

Em 1931, escrevia eu estas palavras...

O Sr. Eloy Dutra – Que diz V. Ex.ª do subdesenvolvimento moral?

O SR. PLÍNIO SALGADO – É conseqüência, talvez, do subdesenvolvimento intelectual, está intimamente ligado a ele.

Mas, escrevia eu àquela ocasião:

"PAÍS QUE NÃO LÊ

Um dos motivos determinantes da ausência de idéias e de programas políticos entre nós é, incontestavelmente, a falta de cultura; o nosso mal não é o analfabetismo, como costumam afirmar os homens da oposição sistemática a todos os governos, estampando quadros estatísticos em que nos comparam aos países ricos e possuidores de meios fáceis de comunicação. O analfabetismo seria até um elemento positivo, porque representaria a massa bruta, facilmente dirigida pelas elites cultas. O nosso grande mal é o semi-analfabetismo, essas massas de homens incapazes de raciocinar, avessos à leitura, repisadores de duas ou três idéias que lhes meteram na cabeça, opinadores superficiais em todas as oportunidades, vaidosos e ocos, de gravata e colarinho, enxameando as cidades, parasitariamente.

O analfabeto trabalha e produz, nada lê, e por isso mesmo traz virginalmente consigo a capacidade de intuição para a vida prática, capacidade essa que o semi-analfabeto perde completamente com as poucas luzes que em vez de o iluminarem o perturbam.

O semi-analfabeto é o cidadão que sabe ler e escrever e que, por

isso, se julga superior ao pobre caboclo que lavra a terra e ao operário que produz nas fábricas. É o tipo de eterno candidato aos empregos públicos, com uma tendência burocrática irresistível, uma predileção enorme pela vida sedentária. São indivíduos incapazes de ligar duas idéias e, em política, constituem o sustentáculo desse regime partidário de prestígios pessoais, de cambalachos inspirados pelo interesse de colocações.

As nossas escolas, tanto primárias como secundárias e até superiores, têm sido a máquina em permanente funcionamento na fabricação de semi-analfabetos, de homens que odeiam os livros, que detestam as conversações sobre temas de ordem geral, que só visam aos seus mesquinhos interesses."

E, mais adiante, dizia:

"No Brasil não se lê, e essa é a razão do nosso atraso, agravado pela confusão estabelecida pelos homens de meias letras, metidos a dar opiniões, a conquistar lugares relevantes, mercê do sufrágio universal."

Apesar do esforço de alguns editores mais recentes, a situação não se alterou. De 1901 até nossos dias, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, atingiram, em 15 edições, no máximo 50.000 exemplares, o que representa menos de mil por ano. De Alberto Torres, Farias Brito, Couto de Magalhães, tiraram-se escassas duas ou três edições. O mesmo se dá com Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Oliveira Lima, Jackson de Figueiredo, Elísio de Carvalho, Barbosa Rodrigues, Batista Caetano, Sílvio Romero, Melo Morais, Homem de Melo, Porto Seguro, Rocha Pombo, Teodoro Sampaio, José Veríssimo, Rio Branco, Eduardo Prado, Nina Rodrigues, Licínio Cardoso – para falarmos apenas de alguns mortos, que abrangeram assuntos de Sociologia, Filosofia, Etnografia, Geografia, História, Folclore, Crítica literária, Economia, Política. Nunca tiveram grandes edições. Alguns passaram de mil exemplares. Outros encalharam nas livrarias e ainda outros constituem raridades bibliográficas nos belchiores, custando uma fortuna aos estudiosos, porque deles não compensaria tirar nova edição.

Mesmo as obras de ficção, de maior acessibilidade às massas populares, não logram em nosso País o êxito correspondente à consagração dos escritores nos círculos literários. Machado de Assis, Raul Pompéia, Graça Aranha, Aluísio de Azevedo, Inglez de Souza, Lima Barreto, A. Arinos, Xavier Marques, Domingos Olímpio, o próprio Coelho Neto, talvez o mais lido de todos dessa geração,

não são conhecidos e estimados como deviam ser. E ainda que a geração anterior seja a mais procurada, principalmente José de Alencar, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo, mesmo estes não são populares como Dickens ou Walter Scott, na Inglaterra, Manzoni, na Itália, Dumas e Victor Hugo, na França, Goethe na Alemanha.

Os nossos poetas mais famosos – Gonçalves Dias, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Cruz e Souza e Casimiro de Abreu –, esses levam a palma sobre os prosadores, pela fama que adquiriram ao tempo em que viveram, porém, em compensação, toda a plêiade de parnasianos e de simbolistas, que superaram seus êmulos europeus, tais como Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Luís Delfino, Emílio de Menezes, Guimarães Passos, Vicente de Carvalho, Teófilo Dias, Luís Murat, Magalhães Azeredo, Fontoura Xavier, Augusto de Lima, Silvestre de Lima, João Ribeiro, Felinto de Almeida, Afonso Celso, Francisca Júlia, entre os primeiros e Cruz e Souza, Alphonsus de Guimaraens, Mário Pederneiras, B. Lopes, Eduardo Guimarães, Silveira Neto, entre os segundos, não logra uma divulgação nacional à altura da sua virtuosidade.

Não nos referimos à geração posterior à Primeira Grande Guerra, não só por termos a ela pertencido, como pelo fato de serem ainda vivos os seus valores mais expressivos. Foi a geração que realizou uma revolução literária ultrapassando o parnasianismo e o simbolismo em poesia, o neoclássico e o realismo em prosa. Mas não podemos deixar de considerar que esses autores vivem apenas nas esferas puramente literárias, sem penetração no povo. Muito menos nos referiremos à geração mais recente, cuja preocupação da forma, segundo a técnica do hermetismo, do abstracionismo, do expressionismo, do surrealismo e do concretismo, opera uma regressão da liberdade do simbolismo, buscando novos cânones superparnasianos e involuindo em relação ao próprio libertarismo romântico, para encontrar-se com as afetações da poesia arcaica do Século XVIII e com o gongorismo do Século XVII.

O Sr. Celso Brant – Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Celso Brant – V. Ex.ª tem razão, Sr. Deputado, em dizer que o Brasil é um país onde se lê pouco. Mas V. Ex.ª não tem toda razão quando diz que não melhoramos nesse setor. Temos, por exemplo, o caso do romancista Jorge Amado, cujo romance *Gabriela Cravo e Canela* atinge agora 100 mil exemplares e 9 edições, em apenas dois anos de lançamento.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Não desejei citar o caso particular de Jorge Amado, grande escritor, porque teria de referir-me ao meu caso pessoal. Não

me ficaria bem, seria imodesto, pois somos, Jorge Amado e eu, os escritores que ainda atingem essas grandes edições em língua portuguesa.

O Sr. Celso Brant – Compreendo, mas V. Ex.ª, sem ir a esses fatos, poderia reconhecer que de fato estamos ampliando nossas publicações, de maneira lenta, é certo, mas vamos ampliando. O que há de verdade também, Sr. Deputado Plínio Salgado, é que nossos escritores normalmente não vão ao povo ...

O SR. PLÍNIO SALGADO – Irei chegar às causas.

O Sr. Celso Brant – ... seus problemas estão divorciados dos problemas do povo.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estou, por enquanto, na parte puramente de crítica literária, para entrar depois na parte prática, econômica, do problema, que julgo de imensa gravidade para o nosso País.

O Sr. Celso Brant – Citaria também algumas edições do Instituto Nacional do Livro, que tiveram repercussão muito grande, levando autores quase desconhecidos ou pouco divulgados a todas as bibliotecas do Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Irei falar também sobre este assunto. Volvamos, entretanto, às considerações que vínhamos fazendo sobre os chamados "ultramodernos" das letras nacionais.

Entendemos que essa técnica de "torre-de-marfim" representa uma reação contra o espírito popular e o reconhecimento de que o escritor e o poeta em nosso País só encontram atmosfera nas curriolas literárias dos suplementos dominicais de nossa imprensa, como outrora na "Academia dos Esquecidos" da Bahia ou dos "Felizes" no Rio de Janeiro dos Vice-Reis. Quer dizer, o último tipo de arte, de poesia, do tipo hermético, principalmente à maneira de Rilke, é uma flor da pura burguesia capitalista, divorciada inteiramente do sentimento e compreensão das massas.

Em conclusão: observamos um divórcio profundo entre o povo brasileiro e seus intelectuais: sejam os estudiosos e ensaístas no campo da Filosofia, da Sociologia, da Economia, das Finanças, da História, da Geografia, das Viagens; sejam os romancistas e novelistas; sejam os poetas – todos se sentem exilados na sua própria Pátria.

Em face de tal situação, que fazem os poderes públicos? Estes, não se limitam à indiferença, mas ainda perseguem os livros, os escritores, os editores, os livreiros e – mais ainda – os poucos brasileiros que querem ler.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Permita-me interrompê-lo um momento, nobre Deputado Plínio Salgado.

Neste instante, honra esta Casa com sua visita o Sr. Ministro de Estado da República Argentina, George Ines Taboada, que assiste à sessão, da tribuna de honra, e a quem a Presidência deseja manifestar todo o apreço deste ramo do Poder Legislativo (*palmas*), dada a nossa histórica afinidade com aquela nação irmã, a cujo Governo pertence o ilustre visitante.

São, portanto, palavras de agradecimento à visita cordial que vem fazer a este poder do Povo brasileiro o ilustre Ministro George Ines Taboada; Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina. Estou certo de interpretar o sentimento da Casa, dando a S. Ex.ª as boas-vindas. (*Palmas.*)

Nobre Deputado Plínio Salgado, agradeço e dou novamente a palavra a V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a interrupção do meu discurso foi motivo de prazer e de honra para mim, porquanto esta Casa do Congresso rende uma homenagem ao povo argentino na pessoa do ilustre Ministro que nos visita.

Constitui grande alegria para nós recebermos alguém que representa o povo da República Argentina. De há muito, desde os primórdios de 1930, tenho insistido em dizer que nós da América do Sul representamos, na verdade, o Último Ocidente. Se a civilização marchou do Oriente para o Ocidente, é, finalmente, na América do Sul que encontramos elementos fundamentais de uma futura e nobre civilização em que serão revalorizadas todas as forças morais. José de Vasconcelos, o grande escritor mexicano, afirma que nesta parte da América nascerá uma civilização que intitula a da "raça cósmica", isto é, o resultado de todas as raças humanas que para aqui acorrem. O espírito da América é o espírito da liberdade. Somos herdeiros de tudo quanto a Europa produziu e nos trouxe a partir da Renascença, carreando para estas partes do planeta os resultados de seus trabalhos seculares. Cumpre-nos o dever de preservar esses valores da civilização e o de manter sempre, nós, povos da América, o sentimento da liberdade, porquanto nunca nos esqueceremos de que por estas terras da América do Sul tropearam os cavalos de Bolívar, de San Martin, de O'Higgins, de Hidalgo, de Pedro I, afirmando o espírito de uma humanidade livre. Em face da situação atual do mundo, quando predomina a violência e o fato consumado no campo da vida internacional; e quando parecem ameaçados todos os valores positivos da civilização, resta-nos a esperança de que nós, povos da América – Brasil, Argentina e demais países do Novo Mundo – nos ergueremos e reporemos a hierarquia do espírito no

momento em que soçobra toda a delicadeza e ética conquistadas até o fim do Século XIX.

É, portanto, para mim, prazer, essa interrupção no meu discurso e eu saúdo o povo argentino, na certeza de que, assim fazendo, interpreto os sentimentos da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Perseguição ao livro

Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando as minhas considerações, eu dizia: que fazem os Poderes Públicos para elevar a cultura do povo brasileiro? Respondia eu: perseguem os livros, os escritores, os editores. De que modo? Vejamos.

Para corrigir a excessiva proteção aos grandes órgãos de imprensa em nosso País, suprimiu-se o benefício da importação de papel mediante dólar privilegiado de 18 cruzeiros. Estendeu-se a medida aos livros, revistas e jornais semanários, sob o seguinte critério:

Papel para jornais de mais de 80 gramas: dólar de 100 cruzeiros e aumento de dez por cento de seis em seis meses.

Papel para livros e periódicos: dólar de 51,35 e aumento de dez por cento de seis em seis meses.

Como se vê, o critério para os grandes diários foi o do peso, quando deveria ser o da matéria publicada, beneficiando-se as páginas que contivessem colaborações de caráter cultural e informativo e não as páginas de anúncios que, nesses grandes diários, são em número de dezenas durante a semana e de mais de uma centena aos domingos. Com o critério atual beneficiaram-se os trustes do jornalismo em nosso País, que lucraram aumentando os preços dos anúncios e atingindo lucros ainda maiores, dada a impossibilidade de os comerciantes e industriais, na luta da concorrência, abandonarem a sua propaganda. Se o critério fosse o da distinção entre as páginas de artigos e notícias, que devem ser beneficiadas, e as páginas de anúncios, que constituem uma indústria, sem nenhum sentido cultural, a diferença a favor do Governo facultaria a este conceder aos livros e revistas um dólar mais favorável para o papel e ainda sem a ameaça de novos aumentos de seis em seis meses.

O fato é que o livro nacional encareceu ultimamente. Pois ao preço do papel se acrescentou o da mão-de-obra, em conseqüência da política salarial, que tem iludido e desgraçado o operário pelo encarecimento das utilidades em proporção maior do que o ganho auferido por ele. A esse novo fator de encarecimento do livro, vêm juntar-se outros: o inevitável aumento dos ordenados dos auxiliares das casas editoras, as contribuições majoradas aos institutos, os impostos cada vez maiores que incidem sobre a indústria do livro.

Fica, portanto, provado que é imposta pesada multa ao brasileiro que quer ler.

Isso quanto ao livro nacional. O livro estrangeiro é carregado de pesados impostos aduaneiros, além do que já sobre ele pesa em conseqüência da conversão cambial. A tal ponto que um editor inglês, Sir Stanley, depois de ter estado no Brasil, concedeu uma entrevista ao *The Observer*, de Londres, dizendo que constitui verdadeira calamidade a política fiscal brasileira em relação ao livro importado. Posteriormente, dirigindo-se à Associação Internacional de Editores, sediada em Zurique, aquele editor fez idênticas considerações.

No entanto, a perseguição aos livros e aos leitores brasileiros não fica aí. Temos as taxas postais. Num país onde o Governo deveria estimular a leitura, dando livre trânsito aos livros no correio – lembremo-nos de que etimologicamente a palavra livro é sinônimo de livre ... – a taxa cobrada para o serviço de registrados ou reembolso postal é demasiadamente pesada.

Vejamos o reembolso (meio utilizado pelos compradores do interior): um livro paga Cr$ 5,00 de taxa fixa, acrescendo 20 centavos em cada 100 gramas e 50 centavos em cada 200 cruzeiros do preço do volume. Assim, um livro de 800 páginas – geralmente os livros técnicos tão necessários têm numerosas páginas –, pesando 1.000 gramas e custando 500 cruzeiros, paga mais 2 cruzeiros pelo peso e 2 cruzeiros e 50 centavos pelo valor. Total, 11 cruzeiros e 50 centavos. Se o livro vai apenas registrado, pagará, no caso precedente, 6 cruzeiros, mas como a cobrança é feita neste caso por banco, mediante duplicata a cobrar pelo vendedor, ou cheque enviado pelo comprador, a despesa vai a muito mais.

Quer dizer: um cidadão, numa cidade de Mato Grosso, Goiás ou Maranhão, solicita à praça do Rio de Janeiro um livro a ser remetido pelo correio. O Governo intervém e diz-lhe: "Você está multado porque pretende ler".

O exemplo da Colômbia

Assim se procede no Brasil, no momento em que a Colômbia, segundo publica na revista *Mirador*, do México, põe em execução uma lei de *fomento a la industria editorial y disposiciones sobre importación y circulación de libros impressos*.

Essa lei protege a importação do papel para os livros nacionais; isenta de impostos a importação de máquinas para serviço gráfico de empresas que se entregam a editar obras científicas e literárias; isenta de impostos de renda e outros os editores e autores; regula a exportação do livro colombiano, isentando-a de gravames e facultando-lhe todas as facilidades; isenta de

impostos a importação de livros científicos, técnicos e de valor literário; reduz ao mínimo as taxas postais relativas à circulação dos livros no território do País.

Estas observações têm oportunidade diante do projeto a que me referi e que se encontra em minhas mãos, dispondo sobre a organização de bibliotecas municipais. Entendo que não basta a criação de bibliotecas em todas as cidades do Brasil; é necessário estimular a organização de bibliotecas privadas. Já se disse que uma casa sem livros é um corpo sem alma.

E neste momento em que tanto se fala em subdesenvolvimento, é necessário encaremos o subdesenvolvimento econômico, não nos esquecendo do subdesenvolvimento cultural do povo brasileiro.

Mas chegamos a esta altura a um assunto também da maior relevância e que diz respeito à disseminação do livro pornográfico em nosso País.

Os livros imorais

É preciso ao mesmo tempo que incentivarmos a leitura de nosso povo, também evitarmos a desmoralização dos costumes que vem sendo trabalhada por uma literatura que já não é clandestina porque se expõe livremente nas vitrinas de nosso País.

O Código Penal, no artigo 234, dispõe:

> "Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno.
>
> Pena: detenção de seis meses a dois anos, ou multa de dois a cinco contos de réis.
>
> Parágrafo 1.º – Incorre na mesma pena quem vende, distribui ou expõe à venda ou ao público qualquer dos objetos referidos neste artigo".

Para prevenir e premunir a sociedade e as famílias contra os ultrajes ao pudor a que se refere o mencionado artigo do nosso Código Penal, existe, no que concerne aos incisos II e III do citado parágrafo 1.º, um serviço de censura às diversões públicas, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Tal serviço refere-se apenas a representações teatrais, exibições cinematográficas e audições radiofônicas, nada existindo quanto à fiscalização e à censura dos objetos enunciados no artigo 234, do Código, isto é, "escrito, desenho, pintura e estampa".

Essa lacuna tem causado graves prejuízos à moralidade em nosso País, facilitando e estimulando a degradação dos costumes, principalmente o rebaixamento da juventude. De certo tempo para cá, o mercado livreiro no Brasil vem sendo inundado de livros os quais, sob a falsa aparência de divulgação científica e de conselhos práticos, sobre questões sexuais, divulgam a mais sórdida pornografia, chegando mesmo a justificar o adultério, a limitação dos filhos, os abortos, o sadismo, a inversão sexual e atos libidinosos antinaturais.

Ora, a educação sexual constitui matéria relevantíssima para a saúde individual, para a estabilidade do matrimônio, para a preservação das virtudes privadas e públicas de que dependem a dignidade e grandeza da Pátria. Em conseqüência, a orientação pedagógica acerca de tão delicado objeto não pode ser alheia aos superiores interesses da Nação e, logicamente, do Estado.

Cumpre notar que o teor da moralidade brasileira há de forçosamente cingir-se aos princípios da doutrina cristã, uma vez que, em sua quase totalidade, as famílias do nosso País se filiam, ou à Igreja Católica, ou a Igrejas separadas de Roma – todas unânimes na sustentação das normas educacionais oriundas daqueles princípios. Como permitir-se que editoras inescrupulosas veiculem livros, que sob o pretexto de uma falsa ciência, não são mais do que descrições afrodisíacas para jovens impúberes e velhos de Babilônia?

O livro, muito mais do que os espetáculos teatrais ou cinematográficos e a audição radiofônica, exerce uma ação mais demorada e repetida. O espectador ou o ouvinte vê o filme ou a peça teatral, ou ouve o programa de rádio, uma só vez, enquanto o livro lhe faz companhia para releituras, além de ficar ao alcance de adolescentes e até de crianças.

Os temas sexuais só podem e devem ser estudados ou ensinados com bases rigorosamente científicas e morais, lecionando autores abalizados, notoriamente competentes e honestos, em escala de exposição dos assuntos proporcional aos sucessivos graus de instrução do leitor.

A licenciosidade versus *a "Declaração dos Direitos do Homem" da ONU*

A liberdade, pois, que se tem facultado a editores, autores, expositores, importadores, exportadores, distribuidores e varejistas, no que se refere à literatura sexual, degenerou em licenciosidade anárquica, atentatória da liberdade dos pais de família, dos mestres, dos cristãos sinceros e patriotas honestos. Se continuar essa violação dos sagrados direitos das famílias em matéria que envolve o mais grave dos problemas humanos, por autores e editores cuja classificação se enquadra no artigo 234 do Código Penal, o Estado não só estará estimulando a transgressão daquele artigo, mas ainda do artigo 26, número 2, da "Declaração de Direitos" da ONU, assinada também pelo Brasil,

quando diz: "Os pais terão a prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que deverá ser dada aos filhos" – declaração essa que colide com a divulgação clandestina ou ostensiva de livros perniciosos, o que representa inegável interferência de indivíduos ou grupos de indivíduos na formação do caráter da juventude.

O Código Penal versus *a liberação da pornografia*

O Código Penal define o crime e estabelece as sanções; mas o Serviço de Censura fecha os olhos, porque a Constituição da República, no parágrafo 5.º, do artigo 141, declara que a publicação de livros e periódicos não depende de censura.

Quero dizer aqui que sou contrário a toda e qualquer censura da imprensa e sou favorável a toda propaganda de caráter ideológico, mesmo a comunista, porquanto idéias se combatem com idéias e não com coação policial. Mas, no particular dos livros de pornografia que têm criado a mentalidade da que hoje chamamos juventude transviada e também de certa velhice transviada, entendo que isto é um caso que merece a maior atenção por parte das autoridades públicas. A contradição entre a Constituição e o Código Penal só encontra um símile: – significa que não nos devemos vacinar contra a varíola, o tifo, a paralisia infantil. Os micróbios e vírus terão plena liberdade e só serão punidos depois de equacionar a moléstia nos casos e pela forma que a medicina preceituar.

O subdesenvolvimento intelectual

Srs. Deputados, dir-se-ia que o meu discurso, nesta data, é um discurso de escritor, de literato, de homem interessado por um problema que não tem consonância com alguns dos mais graves problemas que a Nação atualmente enfrenta. Conheço a nossa situação econômica, a nossa situação financeira e a nossa situação social. Trabalhamos, em minha bancada, desenvolvendo esforço por equipe, com nossos assessores, mas, por isso mesmo que a criteriologia por mim adotada é conseqüente da doutrina que prego, e que é a da concepção integral dos fenômenos, não isolo problemas porém ligo todos por liames que não podemos suprimir ou adulterar. Há íntima conexão entre todos os problemas.

O nosso povo está deseducado; não sabe alimentar-se, não sabe residir, não sabe vestir-se, ignora os processos mais modernos da agricultura. Isso porque não circula o livro. É necessário fazer circular livros no Brasil; lembremo-nos de que os versos de Castro Alves não são mera poesia, quando

abençoam aqueles que lançam livros para que o povo pense. É necessário nos atermos a este assunto como um valor da maior importância na economia brasileira. O homem é um valor econômico, além de valor moral. Como valor econômico, o homem vale pela saúde e pela instrução. Um homem são e instruído produz mais que um doente e iletrado. Razão pela qual, batendo-me pela solução integral dos problemas econômicos da minha Pátria, não posso deixar de interessar-me pela divulgação máxima do livro, a fim de que quem souber ler, leia, porque desgraçadamente no Brasil os que sabem ler não lêem ou lêem apenas manchetes de jornais, propagadoras e estimuladoras de crimes e de escândalos. Nosso povo está sendo viciado em vez de elevar sua cultura.

Então, que vemos? Em política, a máxima demagogia. Vemos os palhaços de feira dominarem na praça pública um povo inculto e arrastarem para onde querem as massas desenfreadas e inconscientes. Elevar o nível cultural da nossa Pátria é serviço da mais alta relevância para a Nação. Eis o motivo pelo qual me detive hoje a estudar e considerar um problema intimamente ligado a nosso esforço para nos arrancar do subdesenvolvimento em que nos temos encontrado. É mais uma meta para o Governo, que recomendo a esse Presidente idealista, que realiza, em vários campos da atividade brasileira, obra que só a perspectiva do futuro poderá avaliar com justiça. Mas é necessário acrescentarmos a suas metas, não somente os problemas ligados ao interior e que dizem respeito à economia vital do nosso País, mas os problemas em geral ligados à cultura brasileira, elevando o nível do nosso povo para que compreenda, então, programas e doutrinas e, numa ocasião de sucessão presidencial, não fique girando em torno de nomes de homens, sem lhes perguntar pelos princípios que adotam e pelos programas que desejam realizar. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

DIA DA BANDEIRA

Sessão de 19 de novembro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido de Representação Popular não poderia deixar de estar presente, com sua palavra, no dia em que homenageamos a Bandeira de nossa Pátria, já por suas tradições de civismo e campanhas que tem empreendido no País para elevar o amor do nosso povo pelas tradições históricas da Nação, já porque é uma data que a todos nós comove. E os membros da minha bancada, como todo o meu Partido, se integram neste sentimento nacional. Que poderei eu dizer do Dia da Bandeira? Direi à própria Bandeira: estiveste, pavilhão sagrado, desde os albores da Nação, presente em nossa vida de povo. Desde D. João VI que nos deu as tuas cores com a esfera armilar até posteriormente, na separação da metrópole, quando substituíste aquele emblema pelo brasão do Império. Estiveste em todos os momentos mais graves de nossa Pátria, conclamando os brasileiros para o cumprimento de seu dever nacional e internacional. Estiveste nos campos do Paraguai, nas batalhas ali feridas. Assististe ao heroísmo de nossos irmãos. Estiveste naquele episódio maravilhoso em que onze soldados brasileiros foram massacrados pelas tropas paraguaias, sustentando-te desfraldada, nos céus de Mato Grosso. Estiveste através de todo o período do 2.º Império assistindo ao desenvolvimento de nosso País, durante o reinado do Senhor D. Pedro II. Alvorecendo a República, substituíste de novo o emblema que trazias nas tuas cores. E eis que, assim, hoje te reverenciamos, Bandeira do Brasil. Teu culto não deve ser apenas sentimental.

Realmente, é o sentimento que dinamiza a ação dos povos para a realização dos progressos materiais, mas o nosso patriotismo, o nosso nacionalismo, não deve ser superficial ou simplesmente emocional, e sim um patriotismo consciente. Foi, talvez, Alberto Torres o primeiro em nosso País que nos alertou acerca desse patriotismo que apenas se ufanava das grandezas da terra e da gente brasileira, mas que não tinha consciência das necessidades profundas da Nação.

Hoje estamos criando, através de uma campanha nacionalista que tive a fortuna de iniciar no ano de 1932, uma consciência das realidades nacionais, das necessidades do nosso desenvolvimento, para nos apresentarmos perante as outras nações não apenas como um povo sentimental, mas como um povo capaz, realizador.

Neste Dia da Bandeira, devemos nos entregar a profundas meditações, a fim de que possamos embasar o nosso nacionalismo nas realidades da Pátria e conformá-lo de acordo com os impositivos da ciência moderna e da técnica contemporânea. Não será um nacionalismo exclusivista e jacobinista, como aquele que surgiu nos albores da Independência, perturbando a organização nacional. Deverá ser aquele nacionalismo equilibrado dos que se interpuseram entre os conservadores exagerados e os revolucionários exaltados aquela corrente em que figura, principalmente, Evaristo da Veiga, como homem do bom senso e do equilíbrio, indicando os roteiros seguros para a nossa Pátria. Nosso nacionalismo não deve ser xenófobo, não deve fechar os olhos à cooperação estrangeira, mas também não deve permitir que o Brasil seja pasto de um capitalismo internacional sem alma e sem entranhas. (*Muito bem.*) Temos de criar um senso de realidade, de tal maneira que, sem nos perdermos num jacobinismo suicida que isola a Nação inteiramente dos demais povos e pretende bastar-se a si mesma numa época em que os povos se intercomunicam e intercolaboram, saiba sustentar a independência e defender os interesses da Nação.

Temos de adotar uma linha nacionalista firme e positiva, de sorte a engrandecer a Nação, acrescentando àquilo que nossos antepassados nos legaram: mais conquistas, mais poder e mais glórias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estas palavras são breves, mas exprimem à Bandeira nacional nosso culto não apenas sentimental, mas consciente, desejoso de que os brasileiros, unidos acima das paixões partidárias, realizem a grande obra, a fim de que, realizada esta, possa nossa bandeira tremular vitoriosa perante todas as nações da terra. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O CARÁTER HISTÓRICO-POLÍTICO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Sessão de 13 de fevereiro de 1968

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei breve, dado o adiantado da hora, não sendo mesmo minha intenção entrar na discussão deste projeto, já por mim discutido com meus pares na Comissão de Educação e Cultura. Mas entendo que devo salientar dois aspectos da maior importância em relação aos símbolos nacionais. Um, de caráter político; e outro, de caráter histórico tradicional. Aquele aspecto de caráter político diz respeito ao artigo 11, onde o nome do Brasil ficará consagrado como "República Federativa do Brasil".

Realmente, houve a tentativa de, para não se imitar a nação norte-americana excluir os "Estados Unidos", que antecedem o nome Brasil, deixando apenas nossa Pátria com a designação de República do Brasil. Mas, por iniciativa do Deputado Gustavo Capanema, a Comissão de Educação e Cultura, atendendo às suas justas ponderações, foi de parecer favorável a que o nome de nossa Pátria fosse República Federativa do Brasil.

Realmente, Sr. Presidente, a manutenção do equilíbrio político brasileiro baseia-se na Federação. O Brasil não imitou os Estados Unidos quando instituiu uma República Federativa. Vem de longe, de muito longe, o sentido político da unidade nacional. A unidade nacional só prevalece com a Federação. Toda vez em que o Poder Político Central exorbita e se hipertrofia, em detrimento das regionalidades brasileiras, ocorrem crises que começaram, podemos dizer, com a revolução de 1817, em Pernambuco; a revolução de 1824, também naquela zona brasileira; posteriormente, a revolução de 1835, dos Farrapos, no Rio Grande do Sul; depois, a revolução de 1842, em São Paulo e Minas. E os revolucionários de todos esses movimentos históricos bradavam contra o excessivo arbítrio do Poder Central.

Foi nos últimos tempos da monarquia que os estadistas do Império, verificando que a unidade brasileira seria ameaçada pelo excesso de centralização, desfraldaram a bandeira do federalismo. A bandeira do federalismo empolgou espíritos como o de Joaquim Nabuco, por exemplo, que pretendia uma monarquia federativa, como, principalmente, o de Rui Barbosa, que declarava, ao revés de Joaquim Nabuco, pretender a federação com ou sem o trono.

A República proclamada em 1889 consultou a realidade brasileira, e deu-se aquilo que já vinha de longo tempo na consciência da nacionalidade: uma república federativa.

Essa república federativa pode ser ameaçada por excessos do Poder Central da União, que, tendo o poder emissor e comandando a política econômica do País, pode agir em detrimento dos Estados da Federação. Por conseguinte, devemos premunirmo-nos, declarando que o Brasil é uma república federativa. E isso é o que há de mais louvável no presente projeto oriundo de mensagem do Executivo.

Em relação aos símbolos nacionais, é lamentável que esta Câmara dos Deputados, preocupada com problemas de outra ordem, não tivesse podido ouvir o trabalho notabilíssimo que nós, da Comissão de Educação, ouvimos, produzido pelo Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes. Foi de tudo sobre os símbolos nacionais que, da minha parte, propus ao Presidente da Comissão que se publicasse o trabalho do Deputado Cardoso de Menezes, para distribuição nas escolas, porquanto é necessário, para formar a consciência cívica da Nação, que as gerações sucessivas tenham conhecimento pleno da significação das razões da simbologia nacional e republicana.

Outro aspecto louvável do projeto é o da sua tradicionalidade. Srs. Deputados, uma nação que perde a tradição, perde a personalidade. As nações possuem uma personalidade e, assim como individualmente a nossa personalidade é mantida pela nossa memória, a qual memória nos lembra o que fizemos ontem, o que temos de fazer hoje e amanhã, da mesma forma a nação mantém a sua personalidade pela memória que se chama a sua História, a sua tradição, e essa tradição é tão forte que o hino nacional brasileiro não precisa de decretos, de medidas governamentais. Foi consentido pelo Governo Imperial e, por assim dizer, foi um decreto do próprio povo o hino nacional brasileiro, de Francisco Manoel, de 1890. Após a República, promoveu-se um concurso para dar-se à Nação um hino nacional. Neste concurso foi aprovado o belíssimo hino de Nepomuceno, mas, quando, ao finalizar o concurso, a banda de música tocou o hino nacional de Francisco Manoel, o entusiasmo foi delirante, delirante de tal maneira que se supôs que, com base na tradição imperial, se pretendia restaurar a monarquia. Mas não se tratava disso. Tratava-se de manter o hino que os soldados brasileiros ouviram pelas bandas de música nas batalhas do Paraguai. Tratava-se de sustentar uma tradição nacional. O Marechal Deodoro da Fonseca, após o concurso e tendo ouvido o velho hino que ele escutara quando estivera em campanha no Sul, declarou: "Prefiro o velho". E continuou o hino nacional do Império dentro da República.

A Bandeira Nacional. Pretenderam os fanáticos da revolução de 1889 substituir a bandeira do Império por uma bandeira copiada dos Estados Unidos, com 13 listras, porquanto a dos Estados Unidos tinha, inicialmente, 13 listras dos Estados aderentes da União. Esta bandeira vigorou apenas de 15 de novembro até 19 de novembro. Mas o bom senso, principalmente dos positivistas, determinou que continuasse a mesma bandeira do Império,

substituindo-se apenas a coroa imperial pela esfera azul com as estrelas e a legenda "Ordem e Progresso". É, portanto, a bandeira, também, como o hino, uma tradição da Pátria brasileira. As armas, os selos, tudo quanto consta deste projeto exprime essa tradicionalidade que nos mantém de pé perante os povos.

Fala-se muito em progresso, mas não pode haver progresso sem tradição. Tradição é, mesmo etimologicamente, sinônimo de progresso. Tradição vem do latim: *traditio* – passar de um para outro, para frente. E, em "progresso", o prefixo "pro" indica que é empurrar para a frente. Portanto, tenho para mim que progresso e tradição se confundem, que um povo sem tradição não pode ter noção de progresso conveniente à nacionalidade, e não pode ter nacionalismo. É o nacionalismo a força viva que nos mantém de cabeça erguida perante os povos. É em nome desse nacionalismo que propugnamos pelas reformas sociais e pelas medidas de caráter econômico, que nos tornam realmente autônomos do ponto de vista financeiro. É em nome desse nacionalismo que nos insurgimos contra o capitalismo internacional apátrida, que se tem servido até mesmo da conveniência de muitos brasileiros para nos escravizar financeiramente. É em nome desse nacionalismo que repudiamos tanto aquele capitalismo sem alma, que pretende dominar os povos, como repudiamos também a outra forma de capitalismo, através de uma ideologia política que já transformou em míseros escravos os povos que foram libertados, dizem eles, pela revolução comunista. Mas o nacionalismo não pode existir, se não houver memória nacional. Temos de saber o que se fez no passado para sabermos de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Nestas condições, da mesma forma como me manifestei na Comissão de Educação e Cultura, faço-o agora, favoravelmente a este projeto, que merece ser aprovado pelo Congresso Nacional para honra e glória da Pátria brasileira. (*Muito bem. Palmas.*)

O VERDADEIRO ESPÍRITO DA JUVENTUDE E O PROBLEMA DA "ESQUERDA" E DA "DIREITA" NO BRASIL

Sessão de 15 de outubro de 1968

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em companhia do Vice-Presidente da República, Sr. Pedro Aleixo, dos colegas desta Casa, Leão Sampaio, Medeiros Neto, Padre Godinho, Elias do Carmo e Aniz Badra, estive ontem na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Ali fomos assistir à inauguração de uma exposição científica, realizada pelas três escolas superiores e pelas escolas de ensino médio daquela importante cidade paulista. Ficamos verdadeiramente maravilhados pelo que ali fazem quase dois mil estudantes, que, em vez de se entregarem às desordens de ruas, entregam-se ao esforço de pesquisar nos gabinetes tudo aquilo que interessa à ciência da terra brasileira.

Vi, nas 21 salas, onde estavam expostos os trabalhos dos alunos, coisas surpreendentes. A Seção de Geologia e Mineralogia com as pesquisas do subsolo daquela região. Vimos, na Sala de Química, o trabalho fecundo dos alunos. Na sala de Física, vimos miniaturas de refinarias de petróleo, miniaturas de usinas, de máquinas modernas, tudo realizado pelos alunos daqueles estabelecimentos. É um ambiente de cultura e de trabalho, que conforta o espírito de todo brasileiro que vê na juventude a esperança mais segura da Pátria.

Hoje, ao entrar nesta Casa, ouvi o discurso do Deputado Rui França, do Rio Grande do Norte, muito preocupado com o problema de direitas e esquerdas no Brasil. Ora, o problema que se apresenta ao povo brasileiro não é nem de direita nem de esquerda. Os dois partidos que funcionam, aglomerando outros extintos partidos, têm mais ou menos as mesmas preocupações e os mesmos programas. Preocupamo-nos com o desenvolvimento do País, por uma reformulação dos métodos de administração pública, por uma atualização nos processos inerentes ao desenvolver do País. Há divergências que poderíamos classificar e denominar entre Oposição e Governo. O que existe no Brasil não é direita nem esquerda: é Governo e Oposição, variando os critérios relativos a métodos governamentais. Mas, no fundo, não há aquela diferença profunda que há nos partidos da Europa, por exemplo, onde as esquerdas são nitidamente marcadas, assim como as direitas. Hoje, no Brasil, o problema que se apresenta é o da ameaça de uma decomposição nacional.

É evidente, e todos aqueles que têm bom senso e que raciocinam acima das preocupações partidárias o sabem, que o movimento estudantil no Brasil é idêntico ao do México, ao da França, ao da Alemanha Ocidental, ao da Itália, ao do Japão, por conseguinte evidenciando-se que existe uma palavra de ordem, de técnica transmitida por órgãos internacionais.

Há cerca de 15 anos, publiquei um livro intitulado *Doutrina e Tática Comunistas*. Em apêndice, transcrevi os ensinamentos de Mao Tsé-tung a respeito das barricadas de rua, das guerras urbanas. E é exatamente a isso que temos assistido ultimamente. Então, criam-se *slogans* para aplicação àqueles que querem a ordem, a paz interna, o trabalho dentro da disciplina consciente, daqueles que sabem que não pode haver liberdade sem haver coibição da licença de ação contra a ordem pública. Estudantes como os do Mackenzie, tiveram a sua universidade invadida pela Faculdade de Filosofia de São Paulo, que é conhecida há 20 anos como ninho de idéias marxistas. São acusados de serem filhos-de-papai, de serem ricos, o que não é verdade, porque conheço até muitos estudantes daquela universidade que trabalham de dia para estudar à noite. Se alguém se levanta contra as desordens, a indisciplina, a decomposição nacional que se manifesta na imprensa, na televisão, no rádio e principalmente no teatro, é acusado de radical, de extrema direita. Se alguém se levanta contra o comunismo internacional, contra Cuba e Fidel Castro, então é acusado de ser vendido aos americanos. Se um pai de família quer impor ordem, disciplina e autoridade a seus filhos, é chamado de quadrado. Se os professores não aceitam um método pedagógico e uma didática que nos leva para a dissolução da cultura nos jovens, e para a implantação do materialismo, é acusado de antiquado, de ultrapassado e de superado.

Este é o problema que se põe adiante dos brasileiros. Não se trata de esquerda nem direita. Trata-se de ordem pública, de respeito à autoridade, de disciplina, de trabalho, de estudo, em contraposição à desordem que invade nosso País.

Ouvindo o discurso do ilustre Deputado do Rio Grande do Norte, tive ímpetos de aparteá-lo, o que não se pode fazer neste Pequeno Expediente. Mas, resolvi, a propósito de quanto vi em Marília – o que me edificou –, vir chamar a atenção dos brasileiros para essa parte da mocidade, que é verdadeira, e em nome da qual estão falando demagogos. Naquela cidade, os dois mil estudantes estão dentro da ordem e preocupados com estudos, com sua própria responsabilidade, preparando-se para serem os homens de amanhã.

Era o que desejava dizer. (*Muito bem. Palmas.*)

A "SEMANA DE ARTE MODERNA" NO SEU CINQÜENTENÁRIO

Sessão de 10 de maio de 1972

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano de 1972 é um ano de comemorações. Comemoramos o sesquicentenário da nossa Independência; comemoramos, no mundo lusíada, o quarto centenário da obra de Luís de Camões, na sua primeira edição de Coimbra, e comemoramos a Semana de Arte Moderna, que ocorreu em São Paulo há 50 anos. A minha oração de hoje não será uma fala patética do tipo da que pronunciei no centenário da Batalha de Riachuelo, nem será um discurso de argumentação e de debates sobre temas políticos. Vai ser, antes, uma exposição, uma narrativa do que foram os movimentos de renovação artística e literária através dos séculos, para inserir no seu lugar verdadeiro a Semana de Arte Moderna.

A Arte Grega

As transformações artísticas e literárias, no mundo civilizado, vêm de muito longe, desde o tempo em que a arte egípcia, assíria e babilônica se transformaram para se exprimir na arte grega. As grandes colunas que terminavam por cabeças de animais são substituídas no mundo helênico pelos fustes e capitéis das ordens Jônia, Dória e Corintia, de grande elegância e pureza de linhas. Foi, portanto, uma revolução artística, uma arte moderna que se introduziu na Grécia, depois das influências por aquele povo recebidas dos cretenses, que são a fonte primacial da cultura helênica. A arte grega, então esplende, mas sempre se transformando.

Temos, inicialmente, as grandes pinturas de Zêuxis e Apeles, e as esculturas de Fídias e Praxiteles. Há ainda outros artistas menores, todos produzindo uma arte em que se exprimia a harmonia da natureza.

Na literatura, o velho teatro de Ésquilo e de Sófocles é substituído pelo teatro de Eurípedes e de Aristófones, numa revolução literária. A poesia que vinha de Homero e transitou por Hesíodo adquiriu finalmente uma nova expressão com Píndaro, posteriormente com Anacreonte e Safo.

Todos esses movimentos artísticos renovaram, inovaram, trouxeram novas formas do Belo e de tradução das impressões do homem em face da natureza. O esplendor da cultura grega vem, finalmente, expandir-se por toda a Ásia e pelo Império Romano. É o período do helenismo, em que também se transformam as expressões literárias e artísticas.

No fim do Império Romano

Correm os séculos e assistimos, no fim do Império Romano, a um fenômeno artístico impressionante: perderam-se as noções da forma, dos volumes, das perspectivas e das cores. Julgava eu – e sempre tive como certo – que esta decadência foi resultado da invasão dos bárbaros. Modifiquei, porém, meu modo de pensar, depois de ler um livro de Louis Dimier, intitulado *L'Eglise et l'Art*, onde o autor mostra que, num período apenas de 100 anos antes da invasão de Alarico, já se havia dado esse fenômeno de decadência, de decomposição das formas artísticas. Então, de mim para comigo, concluí que foi exatamente este estado de espírito que facilitou a invasão dos povos que vinham das estepes da Ásia ou das florestas germânicas para destruir o Império Romano porque, considerei, a beleza, o bem e a verdade são três faces da mesma coisa, isto é, da harmonia universal. E quando uma geração perde a noção da beleza, perde igualmente a noção do bem e perde também em elucubrações, em inquietações constantes, o domínio da verdade. E um povo que perde a noção do bem, da verdade e da beleza, é um povo que já não se defende, porque não tem nenhuma bandeira pela qual lutar.

A Idade Média

Esse período prolongou-se nos primeiros tempos da Idade Média, quando se prepara nova revolução literária e artística. Nas abadias, nos conventos, os beneditinos e basilianos trabalhavam sobre antigos pergaminhos chamados palimpsestos, nos quais eram escritas contas de armazéns, cartas particulares por sobre textos do maior valor científico e literário. Com infinita paciência, esses monges foram decifrando o que ali havia e revelaram ao mundo a filosofia de Aristóteles e de Platão, as narrativas históricas de Heródoto e Tucídides, a poesia de Píndaro e Hesíodo, a ciência de Eratóstenes e Tales de Mileto, o teatro de Ésquilo. As pesquisas literárias estimulavam a curiosidade dos arqueólogos, que principiaram a desenterrar velhas estátuas. Teve-se outra vez noção do que tinha sido a arte grega na estatuária e na arquitetura. A arquitetura romana, assim como a sua escultura, eram gregas. Perdeu-se a tradição, mas foi recuperada no correr dos últimos tempos da Idade Média, preparando nova revolução literária e artística que foi a Renascença ou o Renascimento.

Renascença

A Renascença principiou tomando por base os modelos helênicos; numa segunda fase, operou-se verdadeira revolução, porquanto os artistas

tornaram-se realistas ou naturalistas, pela compreensão e penetração da natureza. É a época em que surge a estatuária de Miguel Ângelo, as pinturas de Leonardo da Vinci e Rafael, a criatividade arquitetural desses gênios.

Seria longuíssimo, num pequeno discurso, lembrar todos os grandes nomes da Itália, como Ticiano, Guirlandaio, Fra Angelico, Tintoretto; na Espanha, onde brilham Velázquez, El Greco, Ribera, Zurbarán, ou lembrar a arte flamenga, com Rembrandt, Rubens, Van Eyck, Van Dyck, ou evocar a arte alemã com Dürer, Holbein. Seria longo, porque há ainda outros artistas daquela época esplendentes de humanidade. Em resumo, a Renascença foi uma revolução.

O Gótico, o Romântico e o Barroco

Passa-se ao Século XVII, e já nesse século há uma nova revolução na arquitetura e na literatura. Na arquitetura tinha predominado o estilo românico, o qual foi substituído pelo gótico. É interessante interpretar o espírito das duas arquiteturas. A romântica, de formas arredondadas, é como alguém em prece e em atitude de humildade. A gótica, de janelas ogivais e torres pontiagudas, é o estilo de contemplação do infinito. Mas no Século XVII deturpa-se a arte chamada clássica, aparecendo o barroco. O barroco, em relação ao clássico, é um fenômeno semelhante ao gótico flamejante em relação ao gótico puro. O gótico flamejante de que temos exemplo no Mosteiro de Batalha, em Portugal, em algumas catedrais da França e da Alemanha, foi a tentativa de enriquecimento das colunas e abóbadas com que se tirou a pura espiritualidade do gótico antigo ou primitivo. O barroco em relação ao clássico foi a mesma coisa. Também quiseram enriquecer colunas, abóbadas, capitéis e frontarias, de sorte que se deturpou inteiramente o lineamento clássico da arquitetura. Foi uma revolução concomitantemente à que se dava nas letras, quando surgiu o gongorismo, que é também uma espécie de barroco na literatura do tempo.

Aparece o Brasil

Passamos para o Século XVIII. Agora aparece o Brasil. O Brasil apenas balbuciara literariamente com as cartas de Anchieta e de Nóbrega, os escritos de Gandavo, Fernão Cardim e Simão de Vasconcelos, mais tarde com a poesia de Bento Teixeira e as sátiras de Gregório de Matos. Mas no Século XVIII o Brasil aparece literariamente.

Surgem Basílio da Gama e Santa Rita Durão, que nos apresentam nova forma de poesia épica, trazendo pronunciado instinto de brasilidade,o qual tem sido observado pelos críticos, tanto do Brasil como de Portugal.

Mas na mesma ocasião já se opera novo movimento modernista – é a Escola Mineira, constituída por Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga. Tomás Antonio Gonzaga. Esta Escola procurou copiar os modelos da chamada Arcádia, gênero literário que surgira na Itália e que teve grande influência em toda a Europa. Seus poetas não eram genuinamente brasileiros. Eram mais gregos do que nacionais. Foi uma Escola notável, entretanto, pela doçura do seu lirismo e, principalmente, pela feição campestre, que procurava, no bucolismo de Teócrito de Siracusa, e de Anacreonte, ou no ruralismo de Virgílio, o ritmo de sua poesia.

O Romantismo

Finalmente, nos princípios do Século XIX operou-se grande revolução literária – o Romantismo. O Romantismo tem muita semelhança com a Semana de Arte Moderna, que estamos celebrando.

Exatamente como se deu conosco há cinqüenta anos, deu-se com os românticos, principalmente os da primeira fase, porquanto o Romantismo, no Brasil, pode ser dividido em dois períodos distintos. Era o sentido nacional brasileiro, enquanto na Europa o Romantismo exprimia um desbordamento do mundo interior, às escâncaras, a revelação forte e livre do sentimento individual. Atravessando o Atlântico, perdeu, porém, o caráter individualista para adquirir o caráter nacionalista.

Os primeiros sinais desse movimento encontramos nos poemas de Gonçalves de Magalhães e de Porto Alegre. Mas vem, em seguida, a grande, máxima figura da poesia brasileira – Gonçalves Dias. É o nacionalismo que adquire a forma indianista, procurando as raízes remotas da nossa formação étnica. Surge depois José de Alencar, que com o *Guarani, Iracema, Ubirajara,* segue a mesma trilha do *I-Juca Pirama*, do poeta maranhense.

O Romantismo brasileiro, mesmo nos que não trataram de temas da nossa indianidade, é genuinamente nacional.

Romances de costumes tivemos; o primeiro deles, *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manoel Antônio de Almeida, que, entretanto, tem um caráter de precursor do Realismo, entre nós.

Mas quem tiver lido as obras de Bernardo Guimarães e de Joaquim Manoel de Macedo, os da primeira fase de Machado de Assis, como *Iaiá Garcia, Esaú e Jacó, Helena* e outros, as do extraordinário Coelho Neto, verifica o caráter de brasilidade na descrição dos tipos masculinos e femininos e da nossa natureza.

De sorte que essa fase do Romantismo foi um segundo movimento revolucionário na literatura. Mas, na arte em geral, tivemos, também, antes da nossa Semana, outros movimentos. O espírito barroco produzira o gênio do Aleijadinho, cujas obras admiramos hoje em Congonhas do Campo cheios de emoção.

No Rio de Janeiro, surgiu novo movimento de escultores, arquitetos, pintores, sendo a figura maior Mestre Valentim. Durante algum tempo, eles predominaram em nosso País, até vir a missão francesa chefiada por Le Breton, trazendo pintores como Taunay e esse nunca suficientemente louvado, Debret. Aí houve, por influência da Escola Francesa, novo movimento artístico e literário. Na música, o sentimento da raça e da terra transparece nas composições clássicas de José Maurício e se exprimem mais largamente em Francisco Manuel, o autor do Hino Nacional Brasileiro.

Realismo e Parnasianismo

Vamos, depois pelo Século XIX em diante, presenciar uma revolução modernista contra o Romantismo. Foram o Realismo e o Parnasianismo, ambos sob influência francesa. Os escritores realistas, no Brasil, podem ser divididos em duas categorias: os realistas propriamente ditos e os naturalistas. É realista Machado de Assis, na segunda parte de sua obra. São naturalistas Júlio Ribeiro, com *A Carne*, e Aluísio de Azevedo com seus romances.

Mas no campo da poesia, fatigados do lirismo que inundou o século, surgiram aqueles que, também por influência francesa, lançaram aqui o Parnasianismo. O Parnasianismo surgiu na França como uma reação contra o Romantismo, contra a liberdade de forma e estilo dos românticos. Teve como mestres Leconte de Lisle, Teophile Gauthier, Sully Prudhomme, Heredia. Logo esta corrente influiu no Brasil e surgiram aqui grandes valores na arte poética chamada parnasiana. Entre eles Luiz Delfino, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos, Emílio de Menezes, Vicente de Carvalho. Foi uma revolução literária, não há a menor dúvida, e predominou em nosso país até os princípios do presente século.

O Simbolismo

No fim do Século XIX dá-se outro movimento modernista contra o Parnasianismo. Era o Simbolismo. O Simbolismo é da maior importância na literatura brasileira. Teve como principais figuras Cruz e Souza, o catarinense negro, Alphonsus de Guimaraens, Mário Pederneiras, Emiliano Perneta, B.

Lopes, Augusto dos Anjos, Marcelo Gama, Gonzaga Duque, Rocha Pombo, Pereira da Silva; posteriormente, Homero Prates, Eduardo Guimarães, Mansueto Bernardi, Felipe de Oliveira.

O Simbolismo influenciado por Baudelaire, Malarmé, Verlaine, insurgia-se contra a rigidez hierática da forma parnasiana e trazia um novo conteúdo de poesia mais delicada, mais transcendente, mais espiritual. Alcançou grande sucesso, principalmente no Paraná, onde, em torno da figura quase lendária de Dario Veloso, reuniu-se toda uma geração que se manifestou em páginas poéticas da maior categoria. O Simbolismo é o precursor do Modernismo brasileiro, porque nos libertou das prisões da forma do Parnasianismo, porque nos deu maior amplitude de visão.

Depois da I Grande Guerra

Por ocasião da I Grande Guerra, houve um novo estado de espírito, uma nova revolução artística e literária. Inicialmente na Europa, porque através de toda a nossa literatura e de nossa arte nós nos vinculamos à Europa, embora como no caso do Romantismo, tivéssemos dado àquela corrente literária um caráter tipicamente nacionalista brasileiro. Da mesma forma aconteceu aqui com o Modernismo. O estado de espírito posterior à Primeira Grande Guerra determinou a criação de novas formas de arte, entre elas o "futurismo" italiano de Marinetti, o dadaísmo, o expressionismo, o cubismo, o abstracionismo, correntes cada qual procurando novas expressões de arte. E elas influíram decididamente no Brasil. Em 1922 a minha geração estava inquieta. Queríamos algo novo, algo que representasse a nossa Pátria, a nossa própria alma, queríamos ser o que éramos, como disse Mário de Andrade: "Deixarmo-nos ser". Esta a principal preocupação em 1922.

A Semana de Arte Moderna

Estávamos todos preparados para o grande movimento. Faltava aglutinar. E isto foi feito em fevereiro de 1922.

Lembro-me bem daquela Semana da qual tomei parte. Para não esquecer os nomes, anotei-os e mesmo assim, creio, haverá alguma lacuna. Lembrei-me de Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Graça Aranha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarcila Amaral, Anita Malfatti, Villa Lobos, Ronald de Carvalho, René Thiollier, Brecheret, Paulina d'Ambrósio, Renato Almeida, Agenor Barbosa, Sérgio Milliet, Di Cavalcanti, Luiz Aranha, Mota Filho, Lazar Segal, Paulo Prado, Ribeiro Couto. A Semana realizou-se por iniciativa de Paulo Prado, tornando-se possível pela grande atividade de aliciamento de René Thiollier e Pamplona, estimulados pelo entusiasmo de

Menotti del Picchia, que se revelou verdadeiro líder. Os paulistas trouxeram do Rio um grupo de cariocas, tendo à frente Graça Aranha, que se notabilizou com um discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras. O autor de *Canaã* repudiava inteiramente as velhas formas. Pregava uma renovação estética e abandonou a Academia, por julgá-la demasiadamente acadêmica. Graça Aranha foi por assim dizer o patrono da Semana de Arte Moderna, mas ele próprio não realizou modernismo nos livros que depois escreveu. Autor famoso de *Canaã*, julgávamos que ele traria uma renovação de estilo e de forma nas obras que viessem depois da Semana de Arte Moderna. Publicou, entretanto, um livro intitulado *Viagem Maravilhosa*, onde nada se vê de modernismo quanto à técnica de estilo.

Como nasceu "O Estrangeiro"

Discutia-se muito, naquela ocasião. Debatiam-se os temas artísticos, mas nada havia ainda como realização concreta de forma e de estilo, do novo Movimento. Foi quando escrevi meu romance *O Estrangeiro*. Este livro inspirou-se numa viagem que fiz, com Alarico Silveira, pelo sertão araraquarense, não havendo ainda ali as cidades grandiosas que hoje lá existem. Estive num lugarejo de duas dezenas de casas, onde funcionava a escola dirigida por um professor chamado Serapião. Esse professor reuniu os alunos, filhos de italianos, espanhóis, japoneses, pretos, caboclos, gente de todas as origens. E ali, na haste de um coqueiro decepado, desfraldada a bandeira verde-amarela, estas crianças cantaram o Hino Nacional. Emocionei-me profundamente, e esta emoção consolidou em meu espírito a idéia de escrever um livro que tratasse do caldeamento racial, fenômeno extraordinário que se dá no Brasil e que fez o sociólogo mexicano José de Vasconcelos dizer que todas as grandes civilizações nasceram nos trópicos e que, portanto, daqui do Brasil iria sair a raça cósmica, resultado da fusão de todas as raças. Este pensamento foi ainda fortalecido por um discurso que ouvi ali de um farmacêutico chamado Sócrates, falando de Humboldt, de Martins, dos viajantes estrangeiros, da flora brasileira, tudo isso despertando em mim o mais vivo nacionalismo. Fomos depois à Cachoeira do Avanhandava. Junto à catadupa imensa que atroava naqueles sertões, senti-me verdadeiramente empolgado porque ela representava toda a força do nacionalismo ainda não aproveitada. Essa cachoeira, pensei, poderá fornecer – como está fornecendo agora – força e luz para muitas cidades. Entretanto, estronda aqui inutilmente.

Voltei para São Paulo. Propus-me ali vários problemas. Primeiro, o da arquitetura do livro, a sua composição de conjunto. Segundo, a forma; finalmente, o estilo. Como estilo modernista, tínhamos tido apenas poesia: *A Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade, e pequenas crônicas de Oswald de

Andrade, tais como *Memórias Sentimentais de João Miramar*. Mas um livro mesmo que trouxesse definitivamente o modelo, a forma do modernismo na prosa e principalmente no romance, não tínhamos tido ainda, merecendo apenas especial referência *O Homem e a Morte*, de Menotti del Picchia.

Levei algum tempo meditando para resolver esses três problemas da arquitetura, da forma e do estilo, até que um dia, tendo ido a um bairro longínquo de São Paulo, ao aproximar-se da linha férrea o bonde teve de parar para deixar passar o trem. E em minha frente havia um Departamento Estadual do Trabalho, local onde se recolhiam os imigrantes que vinham para o Brasil desde os tempos do Visconde de Paranaíba. A fachada escura do prédio, o dístico encimando o portão, aquilo me trouxe o instante preciso, porque o escritor pode pensar uma obra, mas chega um momento em que é fustigado, empurrado para escrever. Saltei do bonde, peguei um táxi e escrevi o primeiro capítulo do *O Estrangeiro*, cuja frase inicial diz: "Na noite espessa os gritos das locomotivas cruzavam-se repentinos como meteoros de sons." Na sua apreciação crítica Monteiro Lobato disse que eu escrevia a coriscos acrescentando: "O estilo é inédito e sem igual entre nós". Impressionaram-no os períodos sincopados, as frases sintéticas e as imagens simbólicas do romance. Quanto a Tristão de Athayde, dizia que o livro era mais escrito à ponta de faca e de machado do que com a pena. Realmente, tenho para mim que cumpri minha obrigação dando este primeiro livro e tive o prazer de receber, naquele ano, a carta de um homem de bem, o grande escritor José Américo de Almeida que me revelava: "Depois de ler seu livro vou refundir o que estou preparando". Era *A Bagaceira*, saída dois anos depois, assinalando-se como o mais notável livro da literatura nordestina e glória das letras brasileiras.

Grupos derivados da "Semana"

Naquela ocasião já começávamos a divergir. Influenciado por Cocteau e principalmente por Max Jacob, Oswald de Andrade veio de Paris trazendo a antropofagia e a Poesia Pau-Brasil . As intenções eram puras, de verdadeiro nacionalismo, de forte brasilidade. Mas a arte de Oswald dava-me a impressão de Montaigne, de Jean Lery e até mesmo de Jean-Jacques Rousseau que fala do "bom selvagem" como modelo de organização social e política.

Mário de Andrade era franco-atirador, homem de raro valor cultural e corajoso em suas atitudes literárias. Mas havia ainda no Rio um grupo chamado de "Festa", nome de uma revista. Pertenciam a esse grupo Andrade Muricy, Adelino Magalhães, Tasso da Silveira, Murilo Araújo e outros.

Falando do movimento no Norte, quero destacar, de maneira particular o grande poeta modernista de Pernambuco Ascenso Ferreira. Sua poesia é

notabilíssima, pela forma, pelo estilo, pelo ritmo e pelo caráter de nativismo que ela contém.

Surgiram os modernistas de Belo Horizonte, entre cujos chefes se encontravam Emílio de Moura e Pedro Nava. No Sul, eram Manuelito Ornelas, Augusto Meyer, Mansueto Bernardi; em Santa Catarina, Gama D'Eça, um dos maiores escritores que o Brasil tem tido e hoje injustamente olvidado.

"O Verde-Amarelismo"

E nós, em São Paulo, que fazíamos? Numa noite em que os modernistas me ofereciam uma estatueta de bronze, comemorando a saída de meu romance *O Estrangeiro*, pronunciei um discurso intitulado *A Anta e o Curupira*, em que mostrei que o verdadeiro caminho do modernismo brasileiro era o nacionalismo, a brasilidade, a procura do Brasil em nós e a procura de nós mesmos no Brasil. Dias após, no salão do *Correio Paulistano*, reunido com Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Mota Filho, redigimos o manifesto *Verde-Amarelo* e começamos logo a produzir. Havia uma pequena editora, chamada *Helios*, que pertencia a Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e a Arnaldo Cerdeira.

Foi ali que se imprimiu a primeira edição de *O Estrangeiro* seguido logo pelos *Borrões de Verde-Amarelo*, de Cassiano Ricardo, e de outros livros dele, como *Deixa Estar Jacaré* e *Martim Cererê*. Cassiano não pertencera à Semana de Arte Moderna, até pelo contrário, com um grupo organizado num dos jornais de São Paulo, ele nos combatera. Mas, homem inteligentíssimo, de grande sensibilidade, foi pouco a pouco se entusiasmando pelo nosso movimento e veio a nós. Então, com ele, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Alfredo Ellis, Mota Filho fundou-se o Grupo Verde-Amarelo. Publicou Menotti del Picchia seu livro *Chuva de Pedra*, seguido pelo *República dos Estados Unidos do Brasil*. O grande líder modernista vinha de longe, com um sentido de brasilidade profunda, desde *Juca Mulato*, um dos poemas mais belos que tenho conhecido na literatura brasileira. O verde-amarelismo, pois, lhe era agradável. Vinha casar-se com seu espírito. Mota Filho escreveu a *Introdução ao Estudo do Pensamento Nacional* e Alfredo Ellis, *Raça de Gigantes*. Aí começamos a pensar que deveríamos ler os grandes autores, que nos ensinaram a ser brasileiros. O primeiro deles era Alberto Torres, cuja obra perlustramos: a *Organização Nacional*, *O Problema Nacional*.

Era também preciso conhecer mais profundamente o índio brasileiro, não o índio lamartiniano que aparece com José de Alencar e Gonçalves Dias, mas o índio genuinamente nacional, denominador comum de nosso caldeamento étnico. Líamos então Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, com suas maravilhosas lendas do *Poranduba amazonense*; líamos Batista Caetano, estudávamos a língua tupi. Mas era preciso conhecer mais. E um de nossos

grandes mestres de sociologia brasileira foi Oliveira Viana, então nosso contemporâneo, com o qual tive contato em Niterói certa vez. Era realmente grande professor de brasilidade. Mas havia ainda, na monarquia, Tavares Bastos. Cumpria-nos ainda reler a obra de Joaquim Nabuco; era preciso reler e tresler *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, o homem que nos revelou o desequilíbrio entre o litoral e o sertão e que penetrou na psicologia do nosso sertanejo nordestino, apresentando-o com o dizer: "O sertanejo é antes de tudo um forte; não tem o raquitismo exaustivo do mestiço neurastênico do litoral".

Movimento da Anta

Mergulhamo-nos, então, profundamente no Brasil. Nessa ocasião chega a São Paulo, vindo do Amazonas, o poeta Raul Bopp, que tinha viajado todo o Oeste e Norte brasileiros. Trouxera lendas, fábulas, o linguajar daquelas regiões, poesias como *Cobra Norato*, que depois se tornou famosa. Descrevia a natureza amazônica e o tipo racial que ali existe. Entusiasmados fomos ele e eu procurar Alarico Silveira, mestre ilustre, um dos grandes homens que o Brasil tem produzido, autor de uma enciclopédia brasileira que até hoje não foi publicada, tendo ele recolhido mais de 400 mil verbetes em viagens que fez pelo interior.

Todas as nações têm sua enciclopédia, e nós traduzimos enciclopédias estrangeiras. A Inglaterra possui a *Britânica*; a França, o *Larousse*; a Espanha, o *Escasa-Calpe*. Nós não a temos e isso porque até hoje não houve ninguém de prestígio ou de dinheiro que tomasse a iniciativa patriótica de publicá-la.

Em contato com Alarico Silveira começávamos a freqüentá-lo muitas noites. Sua filha, a grande escritora Dinah, era uma menina. Ali conheci um dos maiores homens do Brasil, que de há muito admirava: Teodoro Sampaio, geógrafo ilustre, etnógrafo, filólogo, historiador. Era um manancial. Estava com 84 anos, numa saúde belíssima. E lecionava sobre assuntos brasileiros. Daí saiu o movimento da *Anta*, genuinamente nacional, que era uma diversificação do verde-amarelismo, tomando como símbolo o animal totêmico da raça tupi, que a si própria se designava pela expressão "ce tapria", eu sou a anta.

O Modernismo em ação

Outros movimentos surgiram no País, como o do Grupo de Cataguases, na *Revista Verde*. Esparsamente, numerosos intelectuais vinham contribuir para o movimento modernista. No campo das artes tivemos a precursora Anita Malfatti; a engenhosa Tarcila Amaral, intérprete inspirada e eloqüente da paisagem, das casas brasileiras e de nossos tipos humanos: Di Cavalcanti, de

quem não precisarei falar mais do que já disse Henrique Turner; Brecheret, produzindo as estátuas de estilo moderno, de novas formas; e Villa Lobos, que ainda não era o grande nome internacional. Lembro-me quando, em casa de Menotti del Picchia, junto da grande pianista Antonieta Rudge, Heitor Villa Lobos sentava-se ao piano e improvisava a temática de suas futuras e universalmente consagradas composições.

A poesia continuava a revelar-se através de Cassiano, Menotti, Manuel Bandeira e Guilherme de Almeida, o altíssimo cantor de *Raça*.

Estes são, entre outros, os que compuseram o "Movimento Modernista Brasileiro", de cuja semana famosa comemora-se o cinqüentenário e de cujas fontes iriam se originar grandes poetas, como Augusto Frederico Schmidt, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Schmidt, Cecília Meireles, Jorge de Lima, Murilo Mendes, e uma plêiade de prosadores, entre os quais destaco, pela técnica de estilo, Antônio de Alcântara Machado.

Irei realizar uma conferência na Academia Paulista de Letras, iniciativa do Governo de São Paulo, e outra na União Brasileira de Escritores sobre esses assuntos. Pretendo ali, com tempo maior, do que me cabe aqui regimentalmente, narrar, expor, interpretar melhor o que disse agora, sobre o que foi a Semana de Arte Moderna.

"No princípio era o Verbo"

Não poderei entretanto terminar esta minha conversa entre amigos sem dizer uma coisa da maior significação. Está escrito no Evangelho de São João, no 1.º capítulo e primeiros versículos, o seguinte:

> "No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. E todas as coisas foram feitas com Ele. E nada do que se fez foi feito sem Ele."

Pergunto: por que Verbo? Por que motivo o Verbo estava com Deus e fez todas as coisas? Srs. Deputados, o Verbo traduz a necessidade de expressão, de revelação. O universo é uma representação teatral maravilhosa com suas constelações, estrelas e planetas girando constantemente no mais perfeito equilíbrio e na mais divina harmonia. A história humana é também um teatro, uma representação.

Nós surgimos no palco da História, desempenhamos o nosso papel e, assim como entramos pelos bastidores do nascimento, saímos pelos bastidores da morte; mas desempenhamos o papel que nos coube. Os povos desempenham também o seu papel.

Ao estudarmos as civilizações, desde as mais antigas, verificamos que cada povo teve necessidade de revelar-se. Então, a arte, a pintura, a escultura, a arquitetura, a música, a poesia, o romance, a oratória, tudo isso é obra de criação do Verbo, do Verbo que está em Deus e fez todas as coisas e que está em nós na centelha do nosso pensamento, na vibração do nosso sentimento. É preciso revelarmo-nos.

Uma estátua é um discurso. Olhando para o Moisés ou para a *Pietá* de Miguel Ângelo, ou olhando para a *Mona Lisa* de Leonardo da Vinci, ou para as telas de Rafael ou, mais remotamente, para as pinturas de Zêuxis ou para a estatuária de Fídias, percebemos que eles quiseram dizer isto: eu vi, senti, exprimi assim.

O verbo, portanto, é vontade e forma de expressão. Vontade de falar. Falar pelas estátuas, falar pela pintura, falar pela música, falar pelos romances, falar pelas poesias. Necessidade de falar. Os povos que assim não procederam desapareceram misteriosamente na História. Assim aconteceu com os hititas; assim aconteceu com os urartianos. Não deixaram poesias; não deixaram estátuas: nada deixaram. Somente o trabalho dos arqueólogos, a partir do Século XIX, vem encontrar em inscrições cuneiformes de assírios ou nos hieróglifos egípcios a história dessas gentes que desapareceram. Entretanto, o Egito está presente conosco. A Grécia está presente na Vênus de Milo, na Vitória de Somatrácia, no Apolo do Belvedere, no delineamento de Partenon, nas tragédias de Sófocles e de Ésquilo, na poesia de Píndaro, na história de Tucídides e de Heródoto. Vivem porque falaram. E a fala dos homens se renova como a natureza. Se a natureza se transforma constantemente é imperativo que, na ânsia de se exprimir, o homem busque novas maneiras de manifestar seu pensamento, suas impressões, seus sentimentos.

Eis por que, ao celebrarmos o cinqüentenário da Semana de Arte Moderna, que foi um instante de inquietação e de procura de novos caminhos para novas expressões, quero concitar nossa Pátria para que fale, para que se exprima, para que, através dos seus artistas, pensadores, oradores, poetas, escritores de todos os gêneros, diga: eu sou, eu existo, eu sou assim. Essa é particularmente a missão do artista. Benditas as gerações que se preocuparam e se inquietaram e se desesperaram em busca de novas expressões. Benditos os povos que possuem Parlamentos como o nosso, que interrompe sua preocupação legislativa ou seus debates políticos para cultuar aquilo que é mais nobre, mais belo no espírito humano: o Verbo. O Verbo que estava com Deus e era Deus, com o qual foram feitas todas as coisas e sem o qual nada feito. Sejamos assim, sintamos em nós e nossa Pátria sinta a vibração permanente do Verbo ou a necessidade perene da expressão. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

VI

ECONOMIA

PROBLEMAS ECONÔMICOS DO BRASIL, O IMPERIALISMO SOVIÉTICO E O PRAGMATISMO NORTE-AMERICANO

Sessão de 12 de junho de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o brilhante discurso que acabamos de ouvir, sobre os problemas fundamentais da Amazônia, tem perfeita conexão com o tema que pretendo desenvolver.

O discurso que acabamos de ouvir mostra a complexidade dos problemas brasileiros e mostra, ao mesmo tempo, o anseio, as angústias de um povo, no sentido de criar novas condições de vida, no momento em que o progresso técnico avança aceleradamente e em que desejamos pôr-nos em dia com esse progresso, criando novas condições para a vida do povo brasileiro.

O Brasil é, realmente, um imenso complexo. Certa vez, convidado para realizar uma conferência no Instituto de Cultura Hispânica, em Madri, tive ocasião de dizer à assistência que me ouvia que o Brasil é o país onde não apenas coexistem as mais variadas latitudes, mais ainda convivem as mais variadas idades humanas.

Realmente, sendo um país por excelência de grande complexidade, desde o homem da idade da pedra lascada e da pedra polida, que são os índios dos remotos sertões brasileiros, até à fase industrial das grandes metrópoles, vemos na diversidade dos aspectos da Nação o convívio das mais variadas idades humanas. É natural que a crise econômico-financeira, que asfixia os povos da América Latina e, para alongarmo-nos, os povos do Ocidente, atinja em nosso país um grau elevadíssimo, que fere as cordas emotivas do nosso patriotismo.

De fato, no curso desta semana, assistimos nesta Câmara a um episódio, relacionado com os assuntos relativos ao Fundo Monetário Internacional, que bem revela o sentimento nacionalista do povo brasileio. O discurso aqui pronunciado pelo Deputado Neiva Moreira teve o condão de despertar em todos nós esse nacionalismo profundo que hoje a todos nos avassala e a todos nos empolga, no sentido da afirmação de um povo no convívio internacional.

Mas, Srs. Deputados, o problema fundamental relacionado com a economia dos povos americanos é aquele que diz respeito à própria política internacional. Abrindo os jornais de hoje, encontro alguns fatos que merecem ser comentados no curso desta minha oração. O primeiro é a declaração do representante da Rússia em Genebra, Gromiko, que lança um verdadeiro cartel ao Ocidente, assinalando prazo de 12 meses para a solução ao caso Berlim, e a

resposta norte-americana afirmando que os Estados Unidos não se sujeitarão a negociar em base de *ultimatum*. Outro fato é o próprio discurso de Krushev, pronunciado ontem em Riga, em cujas entrelinhas nós bem percebemos uma política hábil, inteligente e sinuosa, exercida pela União Soviética em detrimento do Mundo Ocidental. Por outro lado, encontramos nos jornais de hoje as declarações veladas do Departamento de Estado, insinuando que os Estados Unidos estariam dispostos a entrar em conversações com o Governo brasileiro para suprir aquilo que não foi possível encontrar na organização do Fundo Monetário Internacional. Estes fatos têm extrema conexão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o meu discurso de hoje é para chamar a atenção não propriamente da Câmara dos Deputados nem propriamente do povo brasileiro, mas do governo dos Estados Unidos e do Departamento de Estado, a respeito da política errônea que tem sido adotada por aquele país, desde 1945, expondo todos os povos do Ocidente aos mais graves perigos, entre os quais a supressão das suas liberdades.

Os Estados Unidos, desde o término da guerra de 1945, não têm feito outra coisa na sua política externa senão criar condições favoráveis à expansão do imperialismo russo.

O imperialismo soviético, isto é, o desejo da Rússia de ampliar suas áreas de influência, é notório através da história daquele país. A geopolítica atual do governo de Moscou não é mais do que a mesma adotada pelos czares, pretendendo atingir os diferentes mares da terra. Estender seus olhos para o Mar Báltico, onde finalmente conseguiu pôr os pés com a anexação da Lituânia, da Estônia, verdadeiro crime contra a humanidade consentido pelas Nações Unidas. Lançou suas vistas para o Mar Negro visando ao Mediterrâneo e, finalmente, para o Mar Adriático. E, se não atingiu política e economicamente o Adriático, atingiu-o pelo menos ideologicamente, com a predominância de um regime que em tudo tem similitude com o regime soviético. Por outro lado, no exercício desta geopolítica, olhos russos se estenderam, desde os czares, para o Extremo Oriente, razão da guerra de 1904/1905 com o Japão, pretendendo a Rússia dominar a Mandchúria, atingindo o Mar da China e levando sua influência sobre o Pacífico. Essa política expansionista dos czares veio confluir com a política expansionista de uma doutrina que, desde 1849, lançada por Karl Marx, é doutrina que pretende impor um mesmo regime a todas as nacionalidades. O velho misticismo russo, que então se exprimia no pan-eslavismo, fundiu-se com o misticismo socialista e, nestas condições, toda a política soviética é no sentido da maior expansão para o predomínio total sobre todas as nações do mundo.

No Ocidente, nós nos encontramos completamente desarvorados, desorganizados, sem nenhuma conexão dos princípios de uma doutrina política

que possam impedir nosso domínio e escravização sob uma estratégica que se levante forte porque se baseia num pensamento definido.

Há tempos, numa reunião no Palácio das Laranjeiras, quando o Sr. Presidente da República, reatando as velhas tradições diplomáticas do Barão do Rio Branco, entendeu de exercer uma nova e nobre ação em nosso continente, objetivando a união dos povos da América, não apenas no sentido meramente político-jurídico do velho pan-americanismo, mas dando uma base econômica a essa política pan-americana, tive oportunidade de afirmar que tão grande ideal não atingiria seus objetivos se preliminarmente os nossos povos não se firmassem em princípios dirigidos mediante os quais se executassem as medidas práticas, econômicas e financeiras no Novo Mundo.

Enquanto o governo soviético exerce a sua política econômica baseado nos princípios do materialismo dialético, do socialismo dito científico, e com um objetivo prefixado, executa todos os seus movimentos a fim de atingir a meta desejada, que faremos nós, no Ocidente? Já o General MacArthur perguntava, quando combatia na Coréia: "Em nome de quem combatemos?" O Ocidente não combate em nome de nada. Os Estados Unidos não lutam em nome de nada. Será, por acaso, para manter o capitalismo cruel, açambarcador, opressivo?

O Sr. Eloy Dutra – Talvez combatam a favor dos trustes que representam aquele país, infelizmente e principalmente, nesta desgraçada América Latina.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte de V. Ex.ª, que vem completar perfeitamente meu pensamento, porque eu pergunto: nós, do Ocidente, em nome de que combatemos? Para quê? Para manter os trustes e os monopólios? Para sustentar os grupos financeiros que dominam as nações? Para enriquecer uma burguesia gozadora, exibicionista de luxo, enquanto há tantas populações em andrajos, em subalimentação? Será, por acaso, em nome disso que combatemos? Que força moral temos nós para nos erguermos contra a Rússia Soviética que prega seu socialismo materialista, suprime toda liberdade humana, em perfeita coerência com o determinismo decorrente da concepção materialista?

Que força moral temos para lutar? Em nome de quê? Por que nos unimos? Para defender que princípios? Que estamos fazendo no Ocidente? Que fazem os Estados Unidos como capitão e comandante dessa política ocidental? Nada temos realizado no sentido verdadeiramente defensivo de uma civilização supostamente cristã e supostamente espiritualista.

Nessas condições, entendo que, desde 1945, outra coisa não se tem feito senão criar ambiente para maior expansão da Rússia Soviética.

De sorte que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaro conglobadamente todos esses problemas, não só do Fundo Monetário Internacional, que é realmente uma cooperativa de nações no sentido de se ampararem mutuamente, como também a Operação Pan-Americana, tentada tão patrioticamente e com tão larga visão pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Encaro a política do Departamento de Estado dos Estados Unidos e a atuação dos grupos financeiros que ali imperam; encaro tudo isso no seu conjunto como uma incapacidade do exercício de uma política de verdadeira união, de defesa comum dos interesses fundamentais do nosso hemisfério.

Por isso, quando aqui escutei as vibrações de um forte nacionalismo, através dos debates que surgiram com o discurso do Deputado Neiva Moreira, a corda de meu nacionalismo também vibrou energicamente e entendi que não podia deixar de falar, porque em 1932 desfraldei uma bandeira nacionalista e essa bandeira nacionalista jamais saiu de meus pulsos.

Agora, confraternizando com todos aqueles que afirmam a nacionalidade brasileira e pretendem dar ao Brasil uma base econômica de autodeterminação, não posso deixar de erguer esta bandeira, em nome do meu Partido, da grande corrente que em todo o território nacional adota a doutrina que prego, para confluir com todos aqueles que lutam pela independência econômica da minha pátria.

A partir de 1945, dizia eu, realmente, começam os erros norte-americanos com o encontro de Casablanca, depois com o de Teerã, depois o de Yalta. Resolve-se fazer a invasão da Europa, não pelos Bálcãs, como desejava Churchill, mas pelo Ocidente, porque a Rússia reclamava seu direito de influência sobre a Europa Central e Oriental.

Em Yalta permitiu-se que a Rússia assumisse o controle da Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria, mediante o qual ela dominou estrategicamente a China e favoreceu o Partido Comunista chinês, organizado *a latere* do exército nacional daquele país.

Entrega-se à Rússia Soviética as ilhas Kurilas e Sacalina, no Extremo Oriente, a Lituânia, a Estônia e Letônia, no Báltico, sendo esta anexação o maior crime da História, porquanto esses países não apenas foram submetidos ao jugo estrangeiro, mas as suas populações foram escravizadas, levadas para a Sibéria e substituídas por outras populações, para que jamais aqueles países pudessem tornar-se novamente independentes. Entrega-se à Rússia Soviética a metade da Polônia, que fora o quinhão dado por Hitler a Stalin. E, ainda mais, assenta-se que a Rússia Soviética teria primazia da invasão e domínio da Alemanha Oriental.

Nestas condições, ao terminar a guerra, as tropas americanas, detêm-se na cidade de Dresden, para permitir que o General Zukhov, atrasado cinco dias,

pudesse ocupar a Alemanha Oriental. Criou-se, portanto, gravíssima situação de desequilíbrio estratégico, militar e econômico.

A Rússia, incipientemente industrial, transforma-se em país industrial, com a colaboração dos países do Ocidente. Torna-se uma força preponderante no mundo. E daí para cá, que política tem adotado o Ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos em relação à Rússia Soviética? A dos fatos consumados. Fato consumado na China, na Indochina, na Hungria. Na China, a propaganda comunista se fez explorando os nobres sentimentos nacionalistas do povo chinês. Quem lê os relatórios dos que estiveram presentes àquela guerra, observa como os americanos mandam emissários confabularem com Mao Tsé-tung e Chou En-lai e que lançaram o desânimo nas tropas nacionalistas chinesas. Depois, no "Livro Branco", os americanos acusaram Chiang Kai-shek e o seu exército de incapacidade moral, por venderem armamentos, por estarem trabalhando e lutando como verdadeiros mercenários. Mas a realidade é que a desagregação do exército de Chiang Kai-shek foi uma conseqüência das conversações dos emissários americanos com Chou En-lai e Mao Tsé-tung. Foi isto o que lançou a dúvida e a confusão nos exércitos que defendiam a integridade e a independência da China. Posteriormente, vimos a verdadeira hecatombe da Coréia. Foi concedido à Rússia, que nunca esteve em guerra com o Japão até os últimos dias de 1945, tomar parte no ato de capitulação japonesa, atribuindo-se-lhe predomínio sobre o Norte da Coréia. Esta concessão pelos Estados Unidos teve como conseqüência a morte de dezenas de milhares de jovens americanos, na defesa da independência da Coréia do Sul ameaçada pela invasão da Coréia do Norte.

Toda a política tem sido, nas Nações Unidas, dos fatos consumados. Enganam-se os brasileiros imaginando que, se aqui no Brasil triunfar o comunismo, os Estados Unidos virão intervir. Se continuarmos a comerciar com eles, pouco se incomodam os Estados Unidos estejamos no comunismo, porque Tito e o seu regime na Iugoslávia são vistos com bons olhos pelo Departamento de Estado.

A política americana, portanto, tem sido no sentido exclusivo do lucro e do interesse. Encontramo-nos numa triste situação nas Américas. Os Estados Unidos estão em crise, porque já têm 7 milhões de desempregados, e no dia em que cessar a indústria de guerra esse número subirá a 15 milhões. Precisam vender, mas não têm a quem. Bem que quereríamos comprar, mas não temos dinheiro. Aquele país acha-se como o jogador que jogou a noite inteira e ganhou todas as fichas e, por isso, de madrugada não tem parceiros. A situação agora é a seguinte: ou as fichas são redistribuídas para continuar o jogo, ou o jogo vai acabar e acabará tragicamente para o Ocidente.

Apraz-me, entretanto, verificar que nos jornais de hoje vem a notícia de uma como que revisão nos critérios do Departamento de Estado em relação ao

Brasil, e, por conseguinte – permita Deus –, em relação às demais nações da América do Sul. O Departamento de Estado entende que pode conversar com o Brasil sobre os seus interesses econômicos. Está bem, mas a nossa posição deve ser a de um nacionalismo intransigente no tocante à nossa soberania e ao nosso interesse econômico. Nenhuma imposição. Não poderemos aceitar qualquer imposição em troca de quaisquer benefícios.

Nosso direito de primogenitura, que não o poderemos ceder por um prato de lentilhas. Nossa política de petróleo tem que seguir a linha até agora adotada. Como que numa resposta da generosa terra do Brasil, no instante em que nos encontramos em dificuldade financeira do campo internacional, jorra petróleo em Sergipe. É preciso continuarmos esta política.

O Sr. Seixas Dória – Estou ouvindo com toda atenção o discurso de V. Ex.ª. E quando nesta hora de pressões internacionais, como se anuncia, tentam modificar a Lei n.º 2.004, que estabelece o monopólio estatal do petróleo, Sergipe responde, fazendo jorrar o petróleo nas suas terras dadivosas. Agora mesmo chega de Sergipe um companheiro de bancada, o Deputado Euvaldo Diniz, trazendo amostras do petróleo sergipano parafínico como o petróleo baiano, o que significa, evidentemente, tratar-se do mesmo lençol, da mesma bacia sedimentar que, começando na Bahia, passa por Sergipe e vai até Alagoas com possibilidades, segundo as prospecções que estão sendo feitas e exames geofísicos executados, de se estender ainda mais.

O SR. PLÍNIO SALGADO – É grato realmente consignar no aparte de V. Ex.ª a confirmação do que vinha dizendo – a terra brasileira como que respondeu, em nome dos corações brasileiros, a uma dificuldade que presentemente atravessamos. Creio nas imensas possibilidades do Brasil. Estou convencido de que atravessamos período de crise conseqüente do nosso próprio crescimento.

Nós, que nos achávamos em situação de país subdesenvolvido, estamos executando uma política altamente esclarecida de realizações no campo industrial e no campo das pesquisas, a fim de pôr o Brasil em dia com o mundo moderno, com seu progresso, sua ciência e sua técnica. Estou convencido de que todos nós, brasileiros, independentemente dos partidos a que pertençamos, neste ponto deveremos estar unidos e firmes na defesa da soberania brasileira, do nosso pundonor.

Não me esqueço de certa ocasião, em que conversava com o Presidente Salazar, e ele me dizia, em relação à sua política internacional, que, muitas vezes, lhe era necessário agir de certa forma altiva e algo agressiva, porque, dizia-me, os países pequenos, que se curvam demasiadamente, acabam por ser inteiramente dominados, e é necessário que se erga a cabeça e se fale alto, pois desse modo nos fazemos respeitar.

Exemplo disso temos nos tempos em que havia maior consciência do valor da nacionalidade. Refiro-me ao episódio de Haia, em 1907. Todos os que assistiam àquela grande assembléia na Capital da Holanda, ficaram pasmos quando um brasileiro de pequena estatura se levantou para combater as idéias das grandes potências expressas na tese do Barão Marshall von Bieberstein. Todos sorriam ironicamente. Mas Rui Barbosa naquele instante representava a consciência jurídica das Américas e o pundonor do Brasil. Por detrás dele, o Barão do Rio Branco, trabalhando ativamente, coordenava todas as forças políticas da América e comunicava ao Departamento de Estado que, se os Estados Unidos não apoiassem Rui Barbosa, estaria rompida a política pan-americana e o resultado é que os Estados Unidos se deixaram liderar pelo Brasil.

Há tempos, em sentido diametralmente oposto, tive ocasião de ler, num jornal, a entrevista de um Ministro do Exterior brasileiro que regressava de uma reunião da ONU e, quando um jornalista lhe perguntou qual tinha sido o papel do Brasil, respondeu-lhe que o Brasil não tinha voz, por ser uma nação pequena.

Entendo que o Brasil não é uma nação pequena. O que temos tido são homens pequenos. Se tivermos grandes homens, como neste momento necessitamos, faremos manter os nossos direitos no mundo internacional e o Brasil será verdadeiramente grande. Entendo mesmo necessário, neste instante, erguer-se a bandeira da revalorização do espírito, da cultura, da hierarquia dos valores morais e intelectuais num mundo em que tem predominado até agora a força bruta e o fato consumado.

Mas, reatando o fio do meu pensamento, o que quero dizer é que não será possível, nas Américas, efetivar-se uma política econômico-financeira no interesse dos povos do Novo Mundo se, antes de mais nada, não firmarmos alguns princípios que sirvam de ordenamento ao pensamento executor de uma política prática.

Estamos vendo adotado, no convívio internacional, em nossas relações econômicas, esse mesmo critério do pragmatismo americano, esse pragmatismo sem horizonte, adstrito a estreitíssimos limites e que tem por fim, principalmente, exprimir as vozes de interesses de grupos financeiros particulares.

É necessário que, acima dos interesses dos grupos econômicos, coloquemos os interesses nacionais dos povos americanos e, acima dos interesses nacionais, o próprio interesse de liberdade humana, defendido pela Comunidade das Américas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as Américas têm uma grande responsabilidade no mundo. Elas têm um destino histórico.

Há tempos, lendo a velha mitologia grega, encontrei o símbolo perfeito da nossa vida atual nas Américas, em relação ao continente europeu. Trata-se do famoso rapto de Europa.

Como se sabe, Europa, nome dado àquele continente, é originário de uma ninfa da mitologia helênica. Narram os textos míticos que Europa estava numa praia, banhando-se com suas companheiras, e que Júpiter, vendo-a do Olimpo, enamorou-se dela e resolveu descer até a praia, sob a forma de um touro branco, pois o touro era o animal dedicado ao rei dos deuses. Chegando ele à praia, Europa e suas companheiras decidiram enguirlandá-lo com flores e fitas e levá-lo ao templo de Júpiter Olímpico. Assim o fizeram e, cantando hinos religiosos, conduziram o belo animal. Eis que este, repentinamente erguendo as hastes, toma Europa entre elas e dispara no sentido do Ocidente. Gritam as ninfas: "Para onde vai Europa?" Pedem socorro aos pastores. Os pastores descem dos montes e bradam: "Para onde vai Europa?" Gritam os pescadores da praia: "Para onde vai Europa?" Correm apressadamente, mas é impossível alcançá-la: Europa é levada nas hastes do touro para os horizontes onde o sol se põe.

Hoje, em pleno Século XX, após a política exercida por Stalin, homem nascido nas montanhas do Tauro e, posteriormente, da política de Malenkov e, a seguir, da de Krushev, a Europa encontra-se nas hastes do grande touro, do grande expansionismo eslavo-socialista, e perguntamos: "Para onde vai Europa?" Para onde vai Europa, ameaçada na sua civilização?

Para onde vai a Europa, com suas catedrais, suas bibliotecas, seus museus, sua arte, sua tradição filosófica e jurídica? Para onde vai Europa? E nós, na América, poderemos responder que Europa vem para o Ocidente, porque a cultura nossa, da nossa América, é cultura européia; foi-nos trazida no bojo das caravelas; veio com a cruz de Cristo, dos evangelizadores das selvas; foi-nos trazida com o direito que vinha de Portugal fluindo das fontes do direito visigótico e do direito romano consorciados nos fins do Século XV. Veio para aqui a filosofia grega e o sentido superior das artes que esplenderam aqui já no Século XVIII, na época da decadência do renascentismo, na expansão tropical da arte barroca. Todo esse patrimônio veio para aqui para que nós o mantivéssemos. E a nossa responsabilidade, das Américas, é manter essa civilização européia, nascida no Mediterrâneo, estendida até o Báltico e o Atlântico, para depois, transitando através do Oceano, para fugir no último Ocidente. É com o dever de manutenção dos princípios básicos dessa civilização que havemos de nos erguer animados por forte sentimento nacionalista, haurido em nossa tradição, e nos afirmar numa política de perfeita unidade e de pensamento filosófico, religioso, econômico, mediante cuja diretriz construiremos a grande civilização.

Estou convencido de que este é o instante crucial da vida brasileira, mas estou convencido também de que, neste momento, está nascendo o nosso verdadeiro nacionalismo. Eis por que convido todos aqueles, de todos os partidos, que amam a nossa Pátria e querem vê-la grande, para que nos

unamos acima das competições políticas, como unidos foram os partidos divergentes na época da independência, para nos afirmarmos em brasilidade, para nos afirmarmos em cristandade, para nos afirmarmos em dignidade e fazermos a modificação de uma política internacional, que só tem valido a trustes e monopólios em detrimento de povos subalimentados.

Ergamo-nos no Brasil, é o apelo que desta tribuna faço ao povo do meu País, para nos afirmarmos cada vez mais brasileiros e nos impormos no campo internacional, quer no setor da economia, quer no setor da política, no sentido da grandeza da nossa Pátria e da sua influência para a modificação de um mundo que tem sido até hoje governado pela violência e que queremos ver iluminado pelas luzes maravilhosas do espírito. (*Muito bem; muito bem.*)

REMUNERAÇÃO CONDIGNA, A VERDADE CAMBIAL E O CAFÉ

Sessão de 27 de abril de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Para uma comunicação.*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de tratar do assunto que me traz à tribuna desejava chamar a atenção da Casa para editorial publicado por *O Jornal* do Rio, a respeito de nomeações feitas pelo Prefeito Paulo de Tarso, nosso brilhante colega nesta Casa.

Examinei detidamente a matéria que foi objeto de investigação na imprensa do País e verifiquei que S. Ex.ª não poderia agir de outro modo se quisesse trazer elementos de alto gabarito intelectual e técnico para os serviços da Prefeitura de Brasília.

Realmente, era impossível a S. Ex.ª conseguir que tais elementos viessem colaborar com a obra que se propôs e, que tão brilhantemente está executando, se não os remunerasse devidamente, pois que, em qualquer ramo particular, teriam eles proventos bastante maiores.

É o seguinte, Sr. Presidente, o editorial de *O Jornal*, de 27 de abril de 1961:

"CERTO O PREFEITO PAULO DE TARSO

Diante das reclamações formuladas por um Deputado que considerou muito altos os salários dos funcionários contratados pelo prefeito de Brasília, Sr. Paulo de Tarso, o Presidente Jânio Quadros determinou que esses salários em nenhuma circunstância sejam superiores a oitenta mil cruzeiros.

A reclamação é feita no momento em que os Deputados e Senadores vão votar o aumento dos seus próprios subsídios, sob a alegação de que os atuais não são suficientes para enfrentar o elevado custo de vida, na Capital da República. Não contestamos aos senhores representantes do povo que estabeleçam para si próprios um subsídio adequado, considerando as despesas a que os obriga a permanência, com a família, numa cidade que mal se prepara para desempenhar o papel que lhe foi atribuído de sede do Governo da República.

Mas consideramos bastante incoerente que se alarmem com os salários dos técnicos, alguns do mais alto gabarito profissional, que o Sr. Paulo de Tarso, a duras penas, conseguiu induzir a trabalhar em Brasília.

Oitenta mil cruzeiros não representam muita coisa para homens que possuem habilitações comprovadas e que em atividades particulares podem ganhar salários algumas vezes maiores.

A menos que se queira condenar o serviço público à mediocridade e à incompetência, temos que admitir a argumentação apresentada em sua defesa pelo prefeito de Brasília, isto é, que os funcionários nomeados para a administração da nova capital, concebida e realizada em moldes novos, devem possuir a idoneidade intelectual e profissional que requerem para o seu serviço as empresas particulares que se preocupam com a sua eficiência.

Baixos salários, ou salários que não cubram as despesas do indivíduo e da família, são inconcebíveis na execução de um plano seletivo de valores, tendo em vista uma organização administrativa moderna, antiburocrática e eminentemente eficaz.

Não há, pois, nenhum escândalo, nem favoritismo, nem esbanjamento na tabela de salários estabelecida pelo prefeito de Brasília, a qual foi devidamente aprovada pelo Tribunal de Contas e corresponde, como não pode deixar de ser, à importância dos cargos e à qualidade daqueles que são chamados a preenchê-los.

Se queremos ter bons serviços, cumpre pagá-los.

A alternativa dessa política salarial será sempre transformar a função pública em bico, só desejada e exercida pelos incapazes."

Quero, igualmente, tratar, ainda que rápida e sucintamente – dado o tempo exíguo de que disponho –, de dois discursos aqui pronunciados, na última terça-feira, sobre matéria da maior relevância para a economia nacional e que dizem respeito, de modo particular, ao Estado do Paraná. Refiro-me às orações pronunciadas pelos Deputados Miguel Bufara e Osvaldo Zanello, ferindo a grave questão do café e mostrando o quadro aflitivo em que se debatem os cafeicultores. O primeiro desses discursos constitui uma crítica realista, pondo em evidência o drama do lavrador colocado entre a voracidade dos intermediários e lentidão das medidas governamentais que, por virem demasiadamente retardadas, já não encontram o café nas mãos dos produtores que, premidos pelas dificuldades, o passaram àqueles cujo poder financeiro lhes dava margem de tempo à espera de providências de antemão conhecidas. Complementando a crítica sobre a situação da lavoura cafeeira no Estado do Paraná, o Deputado pelo Espírito Santo descreve as agruras do

lavrador capixaba e, esboçando quadro idêntico, apenas diferenciado pelas peculiaridades regionais, propõe uma solução, decorrente de um raciocínio lógico, perfeitamente viável e tão necessária quanto urgente.

Na bancada do meu Partido, onde realizamos trabalhos em equipe, distribuindo as matérias para estudos especializados, o Deputado Zanelo tem a seu cargo os assuntos relacionados com o problema do café, tendo-se revelado um grande conhecedor de todos os aspectos de tão importante questão. E foi, com a experiência adquirida em constantes observações e estudos, que trouxe a este plenário a proposição que se ajusta às circunstâncias atuais dos estoques e da safra do presente ano.

É evidente que não se poderia oferecer o adequado remédio sem vincular o problema à Instrução 204 e à série de medidas reveladas à Câmara pelo Sr. Ministro da Fazenda, quando S. Ex.ª aqui expôs os planos governamentais tendentes a uma gradual reposição da verdade cambial. Não vou entrar na análise das repercussões dessas medidas no campo das atividades econômicas e comerciais brasileiras. Ater-me-ei apenas a um aspecto – as conseqüências da política cambial do Governo –, diretamente ligado aos lavradores de café.

Trata-se do seguinte: o cafeicultor, desde este momento, passou a ser onerado por uma agitação do confisco cambial. Senão vejamos: o custo de vida subiu e tende a subir ainda mais. Quer dizer que o cafeicultor – como, aliás, todos os lavradores do País – vai pagar mais caro tudo quanto precisa para a manutenção da sua lavoura; inclusive, terá de sujeitar-se à inevitável alta de salários. Este triste quadro – que qualquer observador tem diante dos olhos, se percorre os Municípios do Norte do Paraná – está reclamando urgentíssimas providências.

Se a crítica do Deputado Bufara foi exata, a solução alvitrada pelo Deputado Zanelo parece-me perfeita, pois consiste na elevação imediata do dólar-café. Essa medida do Governo terá a repercussão favorável e entusiástica em toda a área da produção cafeeira e condiz com as esperanças que foram depositadas no candidato que hoje tem em suas mãos a faculdade de resolver o problema.

Mas, se procuramos restabelecer a verdade cambial, é preciso também restabelecer a verdade do café. E a verdade do café está em que os 60 milhões de sacas que constituem nosso permanente terror e que nos ameaçam entocaiados nos armazéns não são café; são rebutalhos repelidos pelo consumo. Apenas, como observou um dos oradores, dez por cento desses estoques podem ser aproveitados.

Já se disse que no Brasil tudo é mentira: federação, autonomia municipal, representação popular, democracia. É natural que também os estoques de café sejam uma mentira, e mentira que pregamos em nosso detrimento, pois, com ela elevamos nossa oferta a algarismos que não

correspondem à realidade. Deve o Governo mandar examinar esse pseudo-café, que paga somas fabulosas de armazenamento, quando poderia ser aproveitado para dois fins: sua transformação em subprodutos ou adubos; e aliviamento da pressão hoje exercida nos mercados internacionais.

Sendo exíguo o tempo de que disponho, quero sintetizar meu pensamento com estas palavras: de pleno acordo com os discursos de Bufara e Zanelo, concito a bancada do Paraná, constituída de representantes de todos os partidos; os da bancada do PRP, que lidero, e que, por conseguinte, nos assuntos de interesse do Paraná, agem sempre em conformidade com os Deputados paranaenses; as bancadas dos Estados cafeicultores e todo os ilustres colegas estudiosos de assuntos econômicos, para que cerremos fileiras pleiteando junto ao Governo, como medida de urgência e antes que a lavoura cafeeira seja forçada a capitular, a melhoria do dólar-café, solução adequada e de imperativa necessidade, cujos reflexos se farão sentir em toda a economia brasileira. (*Muito bem.*)

O PROBLEMA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Sessão de 29 de novembro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, encontrando-se na mesa um requerimento dirigido pela minha bancada e por mim assinado, devo explicar, uma vez que vai ele, solicitando uma segunda discussão, ser posto a votos após a votação que agora se vai seguir, as razões da nossa atitude.

Examinando os dois substitutivos, vimos que, em suas linhas gerais, o da Comissão de Finanças consultava mais o sentido doutrinário de nosso partido, o sentido nacionalista que há tão longo tempo dirige os nossos passos políticos. Encontramos, entretanto, vários reparos a fazer nesse substitutivo. Conversando com ilustres membros da Comissão de Finanças, tivemos notícia de que se estava entrando em um acordo para que, havendo uma segunda discussão, se aproveitasse o que havia de melhor em ambos os projetos – o da Comissão de Finanças e o da Economia –, para se encontrar uma fórmula de solução que atendesse aos interesses nacionais. Ontem, à noite, foi confirmado o pedido de segunda discussão pelo ilustre líder Pinheiro Chagas. Diante disto e como nas linhas gerais o projeto que vinha da Comissão de Finanças atendia mais ao nosso pensamento doutrinário, votamos pela sua preferência. (*Muito bem.*) Não obstante, como desejamos seja ele escoimado de alguns pontos que temos ressaltado, não desistimos de uma segunda discussão. E, uma vez que o ilustre Líder do PSD retirou o seu pedido, resolvemos apresentar o nosso. Comunicamos isso mesmo a ambas as parcialidades, e, como é costume nosso não recuar uma linha daquilo que predeterminamos, quero deixar bem claro que, após a segunda discussão, escoimada a proposição daqueles pontos que julgamos dignos de reparo de nossa parte, com ela votaremos. No presente momento, estas palavras eram necessárias para compreender-se a atitude de nossa bancada, não somente no sentido do requerimento apresentado à Mesa, mas ainda no sentido da sua votação. (*Muito bem; muito bem.*)

ABONO DE NATAL PARA OS TRABALHADORES

Sessão de 12 de dezembro de 1961

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Como signatário do requerimento de adiamento, tem a palavra o nobre Deputado Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, preliminarmente quero dizer que sou favorável, inteiramente favorável, aos desejos dos trabalhadores do Brasil. Entendo que não é possível, no Natal deste ano, no meio de tamanhas dificuldades e de tanta grita, festejar e acender velas em nossos lares, numa alegria doméstica pela data do Natal, enquanto sabemos que, em circunstâncias precárias, vive grande número de operários brasileiros, que não poderão passar alegremente, como tantos outros, as festas de fim de ano.

Desde a minha infância, estive sempre atento ao lema de minha terra natal, que é o seguinte: "Por bem tudo, mas nada de amarração". É o lema de minha cidade natal.

Por ocasião da crise político-militar a que assistimos na Capital da República, minha atitude foi franca e decisiva. Enquanto muitos que hoje participam do Governo telefonavam ao Sr. Jão Goulart para que renunciasse, resolvi dizer-lhes que escreveria uma carta ao Ministro da Guerra, mostrando a necessidade de dar posse ao Vice-Presidente da República, porquanto jamais me subordinei em tempo algum de minha vida à coação de espécie alguma, venha de cima ou de baixo.

Por isso tolerei cadeia, exílio, toda a sorte de sofrimentos, para não me subjugar a qualquer coação.

Nestas condições, entendo que o nosso País se encontra em clima de desordem, desordem estimulada por homens do Governo, por homens de responsabilidade. Existem hoje organizações armadas, sendo contravenção o uso de armas. Entretanto, caudilhos anunciam em praça pública que inúmeros homens armados virão no próximo ano a esta cidade para coagir o Congresso Nacional.

Não me subordino, e meu Partido também não, a coação de espécie alguma. Nestas condições, estando plenamente ao lado dos operários do Brasil, quero dizer que sou daqueles que não são magnatas, pois sou pobre. Entretanto, na pequena firma editora que tenho há 14 anos, dou no Natal, todos os anos, o dobro do ordenado, e em minha casa também faço a mesma coisa.

Não entendo como homens que têm lucros extraordinários, que são riquíssimos, estão hoje pretendendo negar abono ao operariado do Brasil. Entretanto, entendo que esta Casa deve conservar-se altiva, de cabeça erguida sempre. E se não aceitamos injunções e facções de forças militares, nem de estudantes ou operários, queremos impor ordem e disciplina em nosso País. (*Muito bem; muito bem.*)

VII

REFORMA AGRÁRIA

NECESSIDADE, PARA O BRASIL, DE UMA AMPLA E PROFUNDA REVOLUÇÃO, E SEU RELACIONAMENTO COM O PROBLEMA DA TERRA

Sessão de 2 de abril de 1963

O SR. PRESIDENTE – Há sobre a mesa e é deferido o seguinte:

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente.

Requeiro, como líder de Partido, na forma do artigo 46 da Resolução n.º 71, de 1962, me seja concedido falar, preferencialmente, no Expediente da Sessão de hoje, dia 29 (Vespertina) ou na de amanhã, dia 30, se houver inscrições para a de hoje.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1963 – *Plínio Salgado* – Líder do PRP.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que me traz hoje à tribuna é aquele que tem servido de bandeira para grandes agitações populares no presente momento – a reforma agrária.

Os Deputados da minha bancada, há cerca de três meses, têm gasto dias e noites consecutivas, indormidas, no estudo dessa matéria complexa que, por assim dizer, envolve todas as atividades da Nação, se queremos realmente dotar o País de uma lei agrária que reestruture nossa vida rural com o objetivo de criar riquezas nacionais das quais dependa a solução do problema social.

Preliminarmente, com a experiência de cerca de cinco anos de observações, submetemos o assunto à criteriologia adotada pelo meu Partido em decorrência da doutrina que esposa e que determina se aprecie cada questão segundo suas correlações com as demais, pois proclamamos não existir solução isolada para qualquer problema. Ou resolvemos todos no seu conjunto, ou não conseguiremos resolver nenhum.

Nestas condições, tratamos de apreciar quais os setores da vida nacional e das atividades administrativas do País que se infletem sobre o problema agrário, de sorte a resolver esta momentosa questão no sentido de criar riquezas e não de socializar a miséria.

Isto posto, convinha-nos estabelecer a metodologia decorrente desses critérios, e o fizemos na seqüência natural dos assuntos, dando uma arquitetura e uma estrutura a nosso projeto, de molde a ter um sentido lógico para compreensão do povo brasileiro. Desta maneira, dividimos o problema em três termos. Primeiro, o homem, causa e fim da reforma agrária. Segundo, a terra, instrumento utilizado pelo homem para criar seu bem-estar e enriquecimento da nação. Terceiro, a produção como resultado do agente-homem, utilizando-se do instrumento terra e criando as riquezas nacionais.

Isto posto, definimos a reforma agrária de maneira global, nos termos do artigo 1.º deste projeto que diz: "Define-se a presente lei de reforma agrária como uma fixação de normas para rever as relações jurídicas, econômicas e sociais, relativas à propriedade agropecuária e ao trabalho rural, visando a mais justa distribuição e melhor aproveitamento da terra e da renda de forma a garantir ao homem rurícola condições de vida dignas e à Nação o aproveitamento integral de todas as suas forças, no sentido de um desenvolvimento harmônico."

Desenvolvidos os objetivos nos diversos itens que se seguem, tomamos, preliminarmente, a valorização econômica do homem rural como base fundamental de toda a reforma agrária. O homem não é apenas um valor espiritual e um valor cívico-político: o homem é também um valor econômico. O erro das doutrinas do século passado foi encarar o homem apenas sob um desses aspectos. Mas vivemos numa época de síntese e temos de compreender a criatura humana sob todos os seus aspectos. Tomemo-lo sob o ângulo econômico.

Entende-se por valorização econômica do homem rural a elevação dos seus índices de saúde e de instrução. Um homem doente e mal-instruído produz menos que um homem saudável e instruído. É fundamental, portanto, se queremos sair da rotina e atualizar a nossa agricultura de acordo com a tecnologia moderna, arrancar o homem brasileiro das garras da ignorância e da enfermidade.

O quadro de enfermidades rurais brasileiras foi aqui trazido no ano passado, com dados estatísticos, pelo Deputado Waldemar Pessoa, de tal maneira que nos impressionou profundamente. E, hoje, na Sessão Matutina, o Deputado Campos Vergal chamou a atenção da Câmara para o abandono completo em que se encontra o nosso homem do campo no referente à saúde.

No tempo de Oswaldo Cruz, foram formadas equipes de médicos que, como verdadeiros místicos de seu sacerdócio, percorriam as regiões rurais para ensinar o nosso homem a comer, a vestir-se, a morar, a defender-se das endemias. Hoje, não existe isso. As populações brasileiras estão abandonadas. Há a doença de Chagas, a verminose, o paludismo e todas as outras moléstias que seria longo enumerar, e que todos conhecemos.

É preciso, portanto, antes de mais nada, estabelecer serviços de centros de saúde e unidades móveis, volantes, que levem aos lugares de difícil acesso aquilo de que carecem as nossas populações.

Tratamos, em seguida, da instrução do homem rural. Temos atualmente escolas primárias rurais, porém, com o mesmo programa e a mesma didática das escolas primárias urbanas. É preciso criar cada zona de produção, de acordo com os processos de vida inerentes a essa produção, uma mentalidade rural, o amor à terra, que começa desde as escolas primárias as quais devem ser multiplicadas, sob esse tipo, em todas as regiões agropecuárias do País.

Cogitamos, igualmente, da criação de escolas de iniciação agrícola, onde o homem, por menos instruído que seja, adquira certos conhecimentos técnicos, práticos, no sentido de melhorar o tipo de seu trabalho e da sua produção.

Isto posto, considerados os problemas da saúde e da instrução, passamos para a assistência técnica. Não é possível executar uma reforma agrária sem assistência técnica ao lavrador. E cogitamos, então, entre outras coisas, ...

O Sr. Cid Carvalho – Permita-me V. Ex.ª Nobre Deputado, estou acompanhando com muita atenção a exposição de todos os dados que V. Ex.ª julga fundamentais para a existência de uma política agrária positiva neste País. Quero dizer a V. Ex.ª que na preliminar, encarando o problema sob o aspecto técnico, também estou de acordo com V. Ex.ª. Mas, saindo um pouco da preliminar, queria lembrar a V. Ex.ª, exatamente quando o nobre colega fala da necessidade de criação de escolas agrícolas, que no meu Estado, por exemplo, no Maranhão, temos uma escola de iniciação agrícola cuja construção iniciou-se há mais de dez anos e que ainda hoje não foi terminada. Essa escola não entrou em funcionamento. Sabem V. Ex.ª e a Casa por quê? Porque na realidade, o problema agrário brasileiro ainda não entrou na pauta da nossa sensibilidade. Não vejo como dissociar esse aspecto técnico tão fundamental, uma vez que sabemos que a terra esgota todas as soluções de uma política agrária. Não vejo como, nobre Deputado, efetivamente, enfrentar-se todo esse equacionamento de problemas que vão da terra à saúde e à instrução, sem que se tenha despertado, sem que tenha sido mobilizado, sem que tenha arrancado, na sua reivindicação, esse setor pária, até então marginal, da vida brasileira. Por isso, acho fundamental, para que se chegue à saúde, para que se chegue à escola, à educação, a todas essas medidas, que o lavrador, que o pária se mobilize, se levante e desperte esta Nação. Daí eu ser a favor, incondicionalmente, da reforma agrária com todas as suas implicações, porque só acredito nela na medida em que desperte a consciência do lavrador brasileiro, não a minha, nem a de V. Ex.ª, nem a dos dirigentes desta Nação.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço a V. Ex.ª o aparte que constitui um depoimento. Entendo, entretanto, que o despertar da consciência agrária no Brasil deve ser um movimento partido das elites. Infelizmente, o que temos visto é que estas supostas elites em vez de despertarem a consciência agrária do Brasil para a sua realidade, se rebaixam ao nível dos que querem resolver empiricamente e sem nenhum sentido prático este problema fundamental da Nação.

E é para elevar a consciência, o senso das elites, que meu Partido resolveu apresentar este projeto e levar a sua palavra, não somente aqui na Câmara, mas em todas as concentrações de lavradores, por todo o País – e começarei a fazer isto no dia 7 do próximo mês. É para isso que aqui estamos. Não será possível despertar a consciência do povo, turvada pela ignorância, pela inanidade, adormecido no subdesenvolvimento e na subalimentação, sem que as elites se levantem, primeiro, para esclarecer e permitir a esse povo levantar-se.

O Sr. Chagas Rodrigues – V. Ex.ª, nobre Deputado, focaliza tema talvez o mais importante para este País nesta fase do seu desenvolvimento, o problema agrário, o problema da terra, este problema que tem uma fundamentação e que visa, em última análise, à valorização do homem. Até aí estou de acordo com V. Ex.ª. O nobre colega refere-se a problemas de educação e de saúde. Eles constituem isto que estamos a reclamar, em nome da verdadeira reforma educacional e da reforma dos métodos que vão resolver o problema da saúde deste País. Aí estão as Constituições da República a dizerem que a educação é gratuita, que a educação é, conseqüentemente, obrigatória. Precisa ser levada aos campos e às cidades, independente de uma reforma agrária. E o problema da saúde e da valorização do homem teria que ser levado em conta, porque, como V. Ex.ª disse, com homens doentes não podemos desenvolver a produtividade deste País. O problema agrário, nobre colega, no que tem de específico, é o problema da terra, da terra com homens sadios, é verdade, com homens educados, é verdade, com homens que recebam dinheiro do Banco do Brasil, onde, de um modo geral, só os ricos, os grandes proprietários se beneficiam. Mas crédito, educação, saúde, tudo isso tem que estar relacionado com a terra. Aproveito o aparte que V. Ex.ª me concedeu para dizer que estamos neste momento – ainda que respeitando os pontos de vista de cada um, porque aqui é direito de cada um externar suas idéias – com dois caminhos pela frente, ou melhor, com duas atitudes a tomar: a daqueles que querem que a terra chegue ao homem do campo através do confisco e da revolução pelas armas e a daqueles que querem que a terra chegue ao homem do campo através da democracia representativa, com desapropriação na base dos títulos, como os Estados Unidos, nação democrática, fizeram no Japão – para citar apenas um grande país –, logo depois da ocupação. Se não fizermos a reforma agrária

através da modificação do texto constitucional, a fim de permitir que se desapropriem terras na base de títulos, pode V. Ex.ª ficar certo de que estaremos a caminho de uma revolução. É uma tristeza reconhecer tal fato, principalmente depois que o terceiro partido deste País, em sua convenção nacional, recusou esta reforma constitucional. Peçamos a Deus que nos oriente, porque iremos para onde a História está mostrando. Só os que não lêem a História podem ignorar isto: iremos para a revolução armada porque os homens do campo, principalmente os do meu Nordeste, não suportam mais continuar a trabalhar em terras dos outros, vê-los enriquecer, vivendo uma vida cada vez mais miserável.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Meu nobre colega, agradeço o aparte de V. Ex.ª. Responderei e, em seguida, darei a palavra ao ilustre Deputado Britto Velho.

O SR. PRESIDENTE (*Clóvis Mota*) – Nobre líder, a Mesa interrompe a V. Ex.ª para lembrar que dispõe apenas de 7 minutos para terminar.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O meu nobre aparteante diz que o fundamento principal é a terra. Entendo que o fundamento principal é o homem. A terra é uma decorrência do homem. Afirma S. Ex.ª que e necessário reformar a Constituição para realizarmos a reforma agrária, pagando-se aos desapropriados em títulos. Quero dar-lhe alguns dados da minha experiência de cerca de cinco anos em contato com homens esclarecidos, como o Deputado Ivan Luz, Presidente do INIC durante algum tempo. Sabe V. Ex.ª que, no cômputo das despesas para a execução de uma reforma agrária, a desapropriação precisará apenas de 20% e a colonização de 80%? São dados positivos, concretos, evidentes, efetivos, levantados por técnicos para o Serviço de Colonização.

Tanto assim que o INIC, possuindo cerca de 3 milhões de hectares, nunca pôde colonizá-los, porque nem o Congresso deu verbas, nem o Executivo se incomodou com esse problema.

Nestas condições, pergunto: se o Governo confessa que não tem meios para pagar em dinheiro e precisa pagar esses 20% em títulos, onde vai buscar os 80% para o serviço de colonização? Então vamos deixar o pobre lavrador na terra e não lhe fazermos uma casa, não lhe abrirmos uma cisterna, não lhe construirmos um paiol, não lhe darmos instrumentos agrícolas nem mantimentos para se manter antes da primeira colheita? Pelo amor de Deus, isso é regressão da nossa mentalidade colonizadora, porquanto, já no tempo da Colônia, quando D. Maria I iniciou a colonização no Brasil, mandando para aqui os açoreanos, os chamados casais – tanto que Porto Alegre durante muito

tempo teve o nome de Porto dos Casais –, eles já traziam os primeiros mantimentos, a enxada, a foice, o enxadão, a espingarda, a pólvora e uma quantia em dinheiro. Isso no tempo de D. Maria I, antes de D. João VI. E agora? Quer-se fazer uma reforma agrária apenas dando terra para o desgraçado e dizer-lhe: arranje-se? Na terra mais fértil do mundo o homem morreria de fome. *(Muito bem!)*

Aqui, perto de Brasília, conheço um caso em que o indivíduo com sua família está numa gleba de terra que afinal de contas pode produzir alguma coisa, se bem tratada, e, entretanto, está vivendo de mandioca. Ele nada pode fazer, porque não tem assistência de espécie alguma. Esta a razão pela qual colocamos, nós, do nosso Partido, em primeiro lugar, o problema homem.

Como o meu tempo é exíguo e está o Presidente chamando-me a atenção, e é extensa a matéria que gostaria de tratar em momento tão grave da nacionalidade, vou apenas conceder um aparte: ao ilustre Deputado Britto Velho, pedindo seja breve. Em seguida, resumirei da melhor maneira possível o pensamento da minha bancada, que, acredito, seja o pensamento dos lavradores brasileiros, porque ainda há três ou quatro dias, recebia o ilustre Deputado Último de Carvalho cerca de uma centena de lavradores de Minas Gerais, que se manifestaram de pleno acordo com as teses esposadas pela minha bancada.

O Sr. Britto Velho – Desejo, apenas, nobre colega, fazer um apelo à Casa no sentido de não mais apartear V. Ex.ª, porque estamos desejosos de conhecer o seu pensamento na sua totalidade.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito obrigado a V. Ex.ª. Transmito seu apelo aos meus nobres colegas.

Tratamos em seguida, portanto, da assistência técnica, assunto da máxima importância: visitas periódicas de agrônomos para ensinar *in loco* o que se deve fazer, o que se deve plantar, como plantar, que adubos empregar e ensinar a defesa contra moléstias vegetais e moléstias animais. Queremos desenvolver a indústria de tratores, dos adubos químicos e, como estes estão a preços inacessíveis, é preciso entrosar o Ministério da Indústria e do Comércio, como fizemos com os da Saúde e da Educação, no sentido de valorizar o homem como fator econômico, a fim de que a esse homem se facultem os instrumentos do seu trabalho.

Ao Ministério da Indústria cabe o cuidado de criar indústrias de tratores, de máquinas, implementos e adubos químicos, desenvolvendo-os ao máximo, estabelecendo-se um plano de vendas ao agricultor a preço barato e a prazo razoável. A par disso, cogitamos da organização, nos Municípios, de patrulhas mecanizadas para que aqueles que não puderem adquirir, mesmo com essas facilidades, as máquinas, possam alugá-las para o tombamento da

terra, semeadura e outros serviços inerentes à lavoura. Passamos em seguida ao financiamento. Que adianta dar saúde, dar instrução, dar assistência técnica, se o lavrador não tem dinheiro? Quando eu ouço falar dos sem-terra, penso logo nos sem-dinheiro que se lograrem terras agora não terão como lavrá-las. O projeto, então, cogita da criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento Rural, ramificando suas agências por todas as regiões agropecuárias do País, a fim de levar os recursos de que precisam o lavrador e o criador, para desenvolvimento do seu trabalho.

Passamos em seguida às indústrias primárias, que são aquelas ligadas diretamente ao produto da terra, dando-lhe toda a assistência técnica e financeira necessárias; passamos depois ao problema da locomoção e dos transportes. Que adianta produzir, ter financiamentos, assistência técnica, saúde e instrução, se a produção fica estagnada por falta de transportes? Propomos, então, seja organizado um plano rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo, o barateamento dos fretes e serviço de carga e descarga nos portos e a estabilização dos preços dos combustíveis, objetivando o desenvolvimento agropecuário do País. São muitos artigos que não lerei porque meu tempo é exíguo. Passamos em seguida ao problema do acesso à propriedade e uso da terra. Este é todo o plano de colonização que apresentamos para ser executado pelo Governo, no sentido de dar, não apenas a terra ao trabalhador, mas também os meios para produzir na terra que recebeu. Em seguida – é também um longo capítulo para o qual pedirei a atenção dos meus ilustres pares –, fixamos os conceitos espaciais das propriedades agropecuárias, definindo o latifúndio, definindo o minifúndio, definindo a propriedade média e definindo a propriedade familiar. Consideramos que o latifúndio é antieconômico para a Nação, da mesma sorte o minifúndio, ou a pequena área de terra que não dá para a manutenção de uma família; consideramos necessárias, justas, as propriedades familiares, que são aquelas unidades objeto de uma distribuição de terras pela reforma agrária, e consideramos utilíssima, como elemento econômico da maior valia, a média propriedade.

"Conceitua-se o latifúndio", diz nosso projeto, "uma grande área de terras desaproveitadas por omissão, negligência, incompetência, ou intuitos de especulação do seu proprietário". Estabelecemos, nos itens que seguem, as áreas, embora grandes, que não devem ser consideradas latifúndio. Entendemos que o latifúndio deve ser desapropriado, assim como o minifúndio antieconômico; mas, em relação ao minifúndio, propomos que, por intermédio do serviço competente do Ministério da Agricultura, sejam feitas gestões para que os proprietários minifundiários se unam em cooperativas, de sorte a poderem dar caráter e eficiência econômicos àquelas glebas, e somente no caso em que os proprietários minifundiários se neguem a isto, é que será feita a desapropriação.

Dizemos que a propriedade média e a propriedade familiar não podem ser desapropriadas. Porquanto, se formos fazer isto no Brasil, iremos desorganizar uma das poucas coisas que ainda estão organizadas no País, que é nossa agricultura. Será a destruição total de toda a nossa eficiência agropecuária. Encaramos, nos artigos posteriores, o tema da desapropriação por interesse social. No projeto governamental não está definida esta desapropriação com nitidez. São termos vagos, pelo que nós em treze incisos do artigo 47 do nosso projeto, definimos os casos de desapropriação por interesse social, não deixando elasticidade tal que possa exercer-se política de perseguição, através de declarações e atos desapropriatórios.

Focalizamos, em seguida, os direitos do assalariado em propriedade agrícola, assegurando-lhe tudo aquilo que já consta do Estatuto do Trabalhador Rural. Encaramos depois os problemas dos parceiros e rendeiros, estabelecendo as normas dos contratos e dando garantias àqueles que efetivamente trabalham na terra, de sorte que o proprietário não exorbite, mas também não seja espoliado. Tratamos do seguro agropecuário, assunto da maior relevância, porquanto o lavrador precisa ter a garantia, a certeza de que em qualquer hipótese – nas secas, granizos, geadas, incêndios, inundações e outras calamidades – esteja a salvo de quaisquer prejuízos. Assim incutiremos entusiasmo ao seu trabalho.

Desenvolvemos, finalmente, a matéria relacionada com o terceiro termo do problema: a produção. Ela é o resultado da ação do homem sobre a terra. Tratamos no capítulo 13 do projeto de conservação dos produtos e acesso aos mercados. A União providenciará, sem o que não teremos reforma agrária, a instalação de armazéns, silos, frigoríficos e outras instalações destinadas à concentração dos produtos de cada categoria, e os lavradores deverão ter o espírito associativo ou organizar-se em cooperativas ou filiar-se a associações rurais. Tais entidades levantarão, estatisticamente, o volume da produção da categoria que lhe é inerente e levantarão as despesas feitas. Desses dados deduzirão o preço mínimo que será enviado, através da confederação respectiva, ao banco financiador. Desta sorte, garantimos o lavrador contra prejuízos hoje tão freqüentes quando não se cogita de estabelecer o preço mínimo para seus produtos.

Cogitamos, em seguida, de fiscalizar o comércio. Não pode este acrescentar margem de lucro excessiva sobre o preço mínimo.

O SR. PRESIDENTE – Atenção!

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, seria longo expor o resumo de um projeto que tem 84 artigos, além dos parágrafos e incisos. Encerrarei, já que minha atenção é chamada. O Regimento, nestes casos, é verdadeiramente

antinacional, fazendo-nos calar nos momentos em que se trata dos problemas de maior gravidade da Nação. Mas é necessário nos curvarmos às suas normas.

O SR. PRESIDENTE *(Clóvis Mota)* – A Mesa reconhece a impertinência do Regimento ao ser obrigada a interromper V. Ex.ª quando trata de assunto da mais alta seriedade. Reconhece todas as razões, mas, lamentavelmente, tem que se ater àquilo a que está sujeito não somente V. Ex.ª, mas a própria Mesa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Compreendo perfeitamente V. Ex.ª. Neste caso pediria dois minutos para ultimar e dizer as palavras conclusivas. Referem-se elas ao órgão executor da reforma agrária. Uma reforma dessa envergadura, de tamanha repercussão, não apenas no mundo agropecuário, mas em todos os setores da vida nacional que interferem na vida rural, não pode estar na mão da política, não pode estar na mão dos partidos. Hoje, um partido que se encontre na situação de governista – e é natural e humano – quer puxar a brasa para sua sardinha, utilizar seus homens, fazer sua política de facção. É humano – repito – é da natureza humana. Amanhã, esse partido não estará no poder, vem outro para o Governo; e não teremos estabilidade nem confiança numa reforma agrária sujeita aos azares das oscilações da vida partidária. Nestas condições imaginamos, neste projeto, criar um conselho deliberativo, constituído de representantes de todas as categorias econômicas patronais e operárias, e de representantes dos Ministérios diretamente ligados aos objetivos da reforma agrária. Será composto esse conselho da seguinte forma: cada categoria enviará três nomes ao Presidente da República. Este nomeará um deles, sujeito à aprovação do Senado. Constituído o conselho deliberativo, ele, por sua vez, mandará uma lista tríplice com os nomes para a comissão executiva, o presidente, o diretor-técnico e o diretor-tesoureiro, e o Presidente da República escolherá também um desses três nomes enviados para cada cargo da comissão executiva. Assim, a reforma agrária transcenderá das injunções e paixões políticas. É verdade que os partidos têm homens de valor, respeitáveis. Mas, como disse, é humano que queiram alijar os demais para sozinhos executarem o que pretendem. Eis um resumo do projeto.

A questão dos fundos destinados à execução da reforma agrária é resolvida sem muita diferença do próprio projeto governamental.

Srs. Deputados, no exíguo tempo que me foi concedido, procurei expor, em linhas gerais, as proposições constantes do projeto que agora envio à Mesa. Espero que a Nação brasileira compreenderá este projeto, porque não é apenas teórico e doutrinário, porém prático, objetivo e realista. Se este projeto tiver a sorte de ser bem acolhido por esta Casa, daremos nova estrutura agropecuária ao País e, enriquecendo a Nação, antes de tudo, dar-nos-emos por

felizes. Mas se, ao contrário, as desgraças nacionais nos trouxerem a desorganização agropecuária e tivermos de ver aqui os resultados da reforma agrária no México, onde, inscrevendo-se 1.600.000 candidatos, apenas foram atendidos 700.000, e, ao cabo de 23 anos, 400.000 devolveram a terra ao Governo preferindo a vida de assalariado; se quisermos fazer isso, então, pelo menos, a bancada do meu Partido terá a consciência tranqüila por se haver pronunciado com bom senso numa hora grave da Nação.

Srs. Deputados, o problema social, do ponto de vista ético, precede o econômico. Mas, do ponto de vista prático, se não dermos precedência ao econômico, não resolveremos o problema social. De nada adianta prometermos tudo, se não temos elementos para cumprir nossa promessa. Uma reforma agrária sincera, honesta e justa, que queira antes de tudo resolver o econômico para criar condições de resolver o social, poderá trazer felicidade ao povo e matar a fome a milhões de esfomeados que servem de pasto à demagogia fácil dos comícios, daqueles que nunca discutem os aspectos técnicos da reforma agrária, porém, apenas gritam o *slogan* de dar terras, verdadeira malvadez praticada a milhões de brasileiros, que não precisam apenas de terra, mas dos socorros governamentais para ter os recursos de lavrar o solo.

O Sr. Armando Falcão – Apoiado!

O SR. PLÍNIO SALGADO – Este é o ponto de vista do meu Partido. Numa hora ameaçadora, empunhamos corajosamente a bandeira da não-transigência. Não transacionaremos com quem quer que seja, muito menos com aqueles que, falando em reforma agrária, o que visam, na verdade, é reformar a Constituição, para abrir as portas a todas as desgraças em nosso País.

Esta nossa atitude. Este o projeto que passo às mãos de V. Ex.ª.

É o que tinha a dizer, Srs. Deputados. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

EXPOSIÇÃO EM TORNO DO PROJETO DE LEI AGRÁRIA, O PROBLEMA DA TERRA E A VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Sessão de 29 de abril de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, sendo esta a primeira vez que ocupo a tribuna na presente legislatura, entendo de meu dever, preliminarmente, expressar meus agradecimentos ao eleitorado paulista que para esta Casa me enviou, honrando-me com seus votos. Em seguida, é prazer para mim saudar os antigos e novos Deputados desta Câmara, aqueles que retornaram para prestar serviços à Nação e aqueles que vieram agora, os novos Deputados, cheios de interesse pela causa pública e dispostos a bem servir nosso País.

Sr. Presidente, tenho visto, nos muros da cidade ou sobre o asfalto, certas expressões de propaganda, às quais me quero referir, entre elas uma com as palavras "Reforma ou Revolução". Direi que a minha bancada opta pela revolução. Não nos atemos às reformas superficiais. Entendemos necessária em nosso País uma ampla, profunda revolução.

Que revolução é esta? Acaso nos estamos preparando com armas para levarmos a desordem à rua ou desejamos um golpe de Estado? Acaso recorremos àqueles outros caminhos a que se referiu ilustre Deputado desta Casa? Não, Sr. Presidente! As armas de que dispomos são as constantes de uma doutrina que prego há longo tempo e que a ignorância completa de muitos tem adulterado e apresentado às avessas.

A doutrina que prego é revolucionária. A palavra revolução, conforme indica a sua etimologia, significa retorno. O prefixo *re* quer dizer volver a alguma coisa. Isto representa o seguinte: quando se dá um desequilíbrio econômico, social ou político numa nação, urge uma revolução para retornar ao equilíbrio perdido. Assim pensamos os da bancada do meu Partido. Quanto à doutrina que defendo, a qual muitos não duvidam em apontar como uma das correntes totalitárias, quero dizer que nada menos totalitária do que esta doutrina, justamente por conceber o universo e o homem de maneira total. Se filosoficamente compreendemos o universo como uma totalidade, sujeito às leis que regem de modo uniforme a matéria e seus movimentos, logicamente, não podemos conceber um Estado que, sendo parte, absorva o todo – o todo que é a Nação, a Nação que é conjunto de pessoas livres e de grupos naturais autônomos, criados pelo homem para o cumprimento de seus deveres e exercício de seus direitos.

A doutrina que ensino, tenho o orgulho de dizer, é a doutrina do Século XX. O Século XIX foi um século de análise, de fracionamento, de divisão. Não partilho da opinião de Leon Daudet, que o denominou estúpido, tampouco da opinião daqueles que, orgulhosos do sucesso da ciência experimental, das invenções, desde a máquina a vapor até a lâmpada elétrica, se denominaram filhos do "século das luzes". Para não incorrer na mesma unilateralidade que marca a mentalidade do Século XIX, direi que aquele século prestou relevantes serviços e cumpriu sua missão histórica. Pela análise, penetrou segredos da natureza, legando-nos precioso patrimônio científico e técnico, mediante o qual atingimos os estágios do progresso atual. Mas justamente porque o Século XIX era um século analítico, ou por deformação mental do homem daquele tempo, vendo tudo por parte e não o todo, a influência que essa mentalidade de laboratório exerceu no mundo político, no mundo econômico e no mundo social foi enorme, porquanto é sempre da concepção dos fenômenos universais que decorrem as concepções sociológicas, econômicas e políticas. Assim, o Século XIX, sob a influência desse espírito divisionário e fragmentador, deu-nos o liberalismo, cujo advento podemos marcar logo após o Congresso de Viena, em 1815, passadas as refregas das batalhas napoleônicas. O liberalismo, portanto, tem cerca de 200 anos, é doutrina muito velha, e não se coaduna com nossa mentalidade nova. Depois, em 1848, vemos o socialismo, dito científico, de Karl Marx, que lançou com Engels o seu famoso manifesto. É também muito velho, porquanto data da metade do século passado e tem 115 anos.

Deu-nos também o Século XIX, já no dealbar de nosso século, as formas totalitárias do nazismo e do fascismo, sujeitas à influência direta da escola histórica alemã, principalmente do Bluntschli que confunde a Nação com o Estado e pretende que o Estado absorva a Nação. O nazismo e o fascismo são, portanto, doutrinas velhas.

Ora, o que nós apresentamos, os de minha corrente ideológica, é uma consideração integral do cosmos. Somos homens posteriores à doutrina de Einstein, que nos deu o conhecimento da relatividade universal. Somos homens da época da física nuclear que, penetrando nos mistérios do átomo, foi encontrar a velha verdade de Aristóteles acerca da unidade diferenciada. Consideramos, portanto, não somente o universo em geral, mas as sociedades humanas e o homem em particular, de maneira global no conjunto dos fenômenos que lhes são inerentes e conseqüentes. Razão tinha ontem o Deputado Clóvis Pestana quando dizia ser impossível a solução isolada para o problema isolado. Ou os resolvemos todos, segundo as suas correlações, as suas recíprocas interferências, as suas implicações, uns sobre os outros, ou não resolvemos nenhum.

A própria medicina moderna considera o homem, depois da Escola de Nicola Pende, de maneira global. É a medicina integral, a biotipologia moderna

que não pode conceber apenas um órgão doente, mas olha as conexões com os demais órgãos do nosso corpo. Nós não podemos, por exemplo, considerando a harmonia glandular, pretender que cresça a nossa tireóide, demasiadamente, porquanto sofreríamos de hipertireoidismo. Não desejaríamos que a nossa hipófise se avolumasse, porque isso traria conseqüências graves para o nosso organismo.

Por conseguinte, tudo na natureza é equilíbrio, tudo tende à harmonia perfeita, razão pela qual não se pode olhar os problemas unilateralmente, mas no seu conjunto. O conjunto dos fenômenos é que nos dá as noções, geral e isolada, da problemática de uma Nação. Somos, segundo esse critério, não somente favoráveis às reformas que se pleiteiam neste País, porém vamos além: preconizamos uma revolução.

Tive oportunidade, em Porto Alegre, quando o meu Partido apoiou a candidatura do ilustre rio-grandense Leonel Brizzola ao Governo daquele Estado, de dizer na sede do Partido Trabalhista Brasileiro, quanto eram afins os seus propósitos sociais com os propósitos sociais do meu Partido, estabelecendo apenas a ressalva de que via eu no trabalhismo uma certa unilateralidade, inerente ao socialismo do Século XIX, na consideração dos problemas sociais e econômicos. Assim, levados por essa unilateralidade, os homens que constituem a brilhante plêiade desse Partido vêem os problemas cada qual desligado dos outros e não em seu conjunto.

Não sou daqueles que criticam os homens do Partido Trabalhista ou os que se dirigem às multidões reclamando reformas; não sou daqueles que neles vêem, unicamente, propósitos de agitação. Sinto neles sinceridade, desejo de modificar a situação de nosso País. Mas vejo – perdoem-me os meus distintos patrícios dessa corrente –, a par do sentimento generoso e largo para com os pobres e os humildes, um certo romantismo, um romantismo que os leva a enxergar, a considerar apenas uma face do problema, não conjugando a fenomenologia social brasileira de sorte a termos uma noção da perfeita unidade da nossa problemática.

Por isso, em relação a cada assunto que surge, minha bancada aplica a criteriologia que adota para resolver determinada questão. Por exemplo, no tocante à reforma agrária, desejamos no Brasil uma revolução agrária. Desejamos abranger todos os setores correlacionados com o problema da terra e do homem. Estabeleci um esquema procurando aproveitar o que de bom existe não só no projeto aqui vindo por parte do Presidente da República, como naqueles que se lhe opõem e ainda muitos outros que existem nesta Casa. Procurei, examinando-os atentamente e com a melhor boa vontade de cooperar, acima das paixões do momento, e cheguei à conclusão exposta num pequeno organograma que serviu de base a projeto de lei agrária que a minha bancada está elaborando e vai apresentar a esta Casa logo após a Semana Santa.

Esse esquema parte do seguinte: não chamamos reforma agrária porque não temos a reformar o que não existe. Chamamos lei agrária, mas não assumimos a posição dos que vêem nesta lei agrária apenas um meio de desapropriar e distribuir terras. Evidente que em muitos casos, alguns enunciados no projeto oficial, justifica-se a desapropriação, e vemos, também nesse projeto, o grande interesse em distribuir terras aos sem-terra. São capítulos dos quais se pode aproveitar quase tudo. O que não vejo é uma lei agrária, abrangendo toda a fenomenologia da economia brasileira correlacionada com o problema da terra.

Dividimos em três partes este problema. Primeiro, o homem; o homem como causa e fim da reforma agrária. Segundo, a terra como instrumento do homem para prover aos meios de que necessita e para engrandecer a economia nacional. Terceiro, a produção, resultado do trabalho do homem na terra.

Entendemos, então, que, em relação ao homem, ele necessita: primeiro saúde. Todos, aqui, da passada legislatura, lembram-se de um discurso notável pronunciado pelo Deputado Valdemar Pessoa, com dados estatísticos impressionantes sobre as endemias rurais e numerosas outras enfermidades, que diminuem o valor econômico do homem brasileiro.

Ora, o homem, para ser considerado integralmente e não por partes, é um ser espiritual, econômico e cívico.

Pretendiam os pensadores da enciclopédia e da revolução francesa e os liberais, seus herdeiros, que o homem fosse, apenas, um ser cívico. Não cogitaram do lado econômico do homem e nem do lado espiritual. Criando-se o Estado agnóstico, sem confissão de fé religiosa, o que pôs de lado o homem espiritual, e concebendo-se o Estado como apenas mantenedor da ordem política, o homem econômico ficou, também, de lado.

Tem razão Karl Marx, quando, sob o ponto de vista do materialismo histórico e dialético, considera o homem como um "ser econômico". Tem razão. Entretanto, Marx é também unilateral, porque é um homem do Século XIX. Têm razão os filósofos da revolução francesa quando julgam o homem "ser cívico", pois realmente o é, e Aristóteles já o chamava de "animal político". Mas o homem não é, apenas, uma só dessas coisas: é tudo isso.

O valor econômico do ser humano mede-se pela sua capacidade de produção.

A capacidade de produzir decorre de dois fatores: saúde e instrução. Um trabalhador rural, ou um trabalhador de qualquer setor das nossas atividades, saudável e instruído produz mais do que outro doente e analfabeto.

O Sr. Britto Velho – Estava ouvindo com toda atenção o discurso de V. Ex.ª, mas, devendo ir a uma reunião da Comissão de Educação e Cultura, peço a V. Ex.ª me perdoe retirar-me neste instante.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Muito agradeço a V. Ex.ª o aparte, que honrou o meu discurso, pela gentileza da escusa.

Mas, dizia eu, é preciso dar ao homem do campo saúde e educação, sem o que não lhe adianta ter terra. Como lhe dar saúde? Primeiro, pela higiene rural, inexistente no País. Os assistentes da higiene rural ensinarão o nosso homem até a comer, porque ele não conhece o valor dos alimentos; ensinarão como morar, porque há regiões como, por exemplo, o Triângulo Mineiro, ou o Oeste de São Paulo, onde as casas de pau-a-pique, barreadas, são ninhos de "barbeiros", que dizimam populações inteiras.

É preciso dar ao lavrador assistência médica. O número de médicos e dentistas no nosso interior é reduzidíssimo.

Como solucionar o problema? Por meio de unidades móveis. Quer dizer: ambulâncias motorizadas, ou lanchas nas regiões dos rios, levando medicamentos, levando médicos, que vão passando, como fazem os padres nos lugares remotos para desobriga da quaresma. Fariam os médicos a desobriga da saúde. É necessário, por conseguinte, dar vitalidade ao homem brasileiro. Neste ponto, lembro-me do importante problema da habitação; o nosso homem rural não mora: embioca-se em barracos, ranchos, mocambos, favelas, choupanas de sapê. Esta questão, portanto, é importantíssima e se integra na problemática geral da lei agrária.

Quanto à educação, precisamos de escolas primárias rurais. Nossas escolas ditas rurais no Brasil têm esse nome porque estão situadas na roça. Seu programa é o mesmo das escolas das cidades. Há necessidade de se criarem escolas cujas motivações de leitura ou de preleção dos mestres leve a criança, o adolescente, o adulto a amar a terra em que trabalha e amar o gênero de trabalho a que se dedica, razão pela qual devem ser diferenciadas as escolas rurais para a zona do café, do cacau, do algodão etc. As escolas de iniciação agrícola completarão as primárias. É preciso, ainda, dar assistência técnica ao nosso lavrador. Como? É uma barbaridade dar-lhe a terra e, depois, não lhe fornecer qualquer assistência.

A assistência técnica será de orientação, de máquinas agrícolas, de adubos, de sementes, de inseticidas etc. Hoje, tudo isso é deficiente em nosso País.

Como vêem os Srs. Deputados, uma reforma agrária interessa a todos os órgãos da vida administrativa nacional. No tocante à saúde, ao Ministério da Saúde e às Secretarias de Saúde dos Estados; no tocante à educação, ao Ministério da Educação e às respectivas Secretarias estaduais; no tocante à assistência técnica, especificamente ao Ministério da Agricultura, que hoje não funciona como deveria, para orientar e facilitar os instrumentos de que o homem da roça precisa para produzir melhor. Agora, é a interferência do

Ministério da Indústria e do Comércio na criação de uma indústria de máquinas agrícolas, tratores, arados, implementos e adubos.

O preço do adubo, hoje é verdadeiramente astronômico: de Cr$ 2.000,00 ou Cr$ 3.000,00 passou a Cr$ 34.000.00, Cr$ 38.000,00 e até Cr$ 40.000,00.

O sal – aqui vai intervir o Ministério da Viação – que vem de Mossoró, a que preço chega ao sul, com os fretes e os serviços de estiva? Vejam os colegas como os fenômenos se inter-relacionam e apresentam íntimas conexões que não podemos deixar de lado.

É preciso também o transporte. Que adianta plantar e ver a produção estagnada? Entram aqui os planos rodoviários, ferroviários, fluvial e marítimo da Nação, para levar os produtos aos centros consumidores, a fim de que o lavrador não fique nas mãos do especulador, do açambarcador, do tubarão, que, desde o começo do plantio, o explora, emprestando-lhe dinheiro para receber depois a preços ínfimos, a safra inteira.

É preciso, ainda, o financiamento. Que me adianta me darem terra se não me dão dinheiro? Se não posso produzir porque não tenho tostão? Aí a função de um Banco de Desenvolvimento Rural, levando suas agências a todas as regiões agrícolas do País e facilitando o crédito, de modo que o lavrador obtenha empréstimos a prazos longos e juros baixos correspondentes ao valor da propriedade, dos móveis e semoventes, do valor presumível da safra do ano, e levante o dinheiro de que necessita, para não ir buscá-lo com o avarento que sempre o explora e dele arrebata tudo quanto produziu.

Em relação ao assalariado, cumpre relevar importante providência, mas essa já foi tomada: o Estatuto do Trabalhador Rural. Dar ao trabalhador do campo os mesmos direitos que já tem seu irmão da cidade.

Agora é o problema da terra. Precisamos ter em conta as diferenciações geográficas e ecológicas, conceituar o latifúndio, o minifúndio e a propriedade média. Isto varia de ponto para ponto do País. Não posso chamar latifúndio a uma fazenda como vi no Rio Grande do Norte. Perguntei ao fazendeiro quantos alqueires tinha. Ele respondeu: trezentos. Disse-lhe: é uma boa fazenda. E ele: mas são aproveitadas apenas manchas que vão a 20 por cento. Por conseguinte, fatos como este devem também ser levados em conta.

Há ainda os problemas da conservação e da recuperação do solo, que não podem estar alheios a uma lei agrária. Temos também o problema do florestamento e do reflorestamento, igualmente da máxima importância, de que aliás cogita o projeto governamental.

O SR. PRESIDENTE (*Cid Carvalho*) – Pediria ao nobre orador concluísse sua oração, pois vamos passar à Ordem do Dia.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Estou abreviando e alinhavando tudo o mais depressa possível. Foram-me tomados, antes que iniciasse meu discurso, cerca de 15 minutos do meu tempo. Por isso não pude ainda concluir, mas terminarei dentro em pouco.

Vou passar de largo sobre outros aspectos desse conjunto de problemas como a colonização, a imigração e tantos outros que constituem a totalidade do problema agrário, porque meu tempo se acha esgotado. Tratemos, ainda que resumidamente, do problema da produção.

É da maior importância o seu escoamento e comercialização. Temos de criar órgãos não-estatais – não acredito na intervenção do Estado –, cuja direção seja eleita pelos próprios interessados na respectiva categoria dos produtos e cogite da recepção, do apreçamento, estatisticamente calculado, da distribuição no comércio interno, eliminando-se o mais possível o intermediário, que geralmente age sem alma, sem coração, órgãos que cogitem tanto dos problemas do incremento do nosso comércio interno, como da exportação.

E finalmente, Srs. Deputados, o seguro agropecuário. O lavrador e o pecuarista precisam trabalhar tranqüilos, certos de que, se vier o granizo, se vier a seca, se vier a enchente, se vier a peste em seus rebanhos, ele estará garantido pelo seguro agropecuário.

Isto tudo – lamento que tivesse tido um tempo tão curto de sorte a ter que reduzir e alinhavar rapidamente as idéias sobre este problema ...

O Sr. Leonel Brizzola – Permita-me.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Perfeitamente.

O Sr. Leonel Brizzola – Quero dizer que ouvi atentamente o discurso de V. Ex.ª. Também considero que deve ser examinado globalmente o problema da reforma agrária, onde o problema da terra tem uma função desencadeadora. Exerce, evidentemente, logo após a consideração do fator homem, um efeito desencadeador de todo esse conjunto de medidas que devem compreender a chamada reforma agrária. Às três questões essenciais que V. Ex.ª arrola, eu me permitiria acrescentar outra que particularmente considero, também, imprescindível: o fator mercado. Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Completa V. Ex.ª o meu pensamento, trazendo mais um ângulo do problema, e da maior importância.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que, não tendo podido, por questão regimental de tempo, explanar, como deveria e desejaria essa importantíssima questão, eu anuncio já à Casa que minha bancada tomou uma deliberação, aproveitando, num desejo de colaborar, o projeto governamental e certos

aspectos de outros projetos, e irá apresentar à Câmara um tipo de lei agrária que seja, realmente, a solução geral para o problema brasileiro, uma solução conseqüente de todos os casos particulares, apreciados no seu conjunto pelo método integral.

E quero fazer, aos meus colegas, um apelo. Tenho ouvido, nesta Casa, oradores brilhantes, em entreveros também brilhantes, levados, muitas vezes, pela paixão política de parte a parte. Em relação aos problemas básicos da Nação, apelo no sentido de que nos compenetremos das gravíssimas responsabilidades que temos perante o País e estudemos, detidamente, debatendo com serenidade e espírito de cooperação, porque será da cooperação de todos, com a melhor boa vontade para servir ao Brasil, que sairão as grandes sínteses expressivas de nosso século, que já não é de análise. De síntese é o nosso século, de síntese devem ser as soluções que aventamos, pelas quais propugnamos e que desejamos realizar.

Calmos e tranqüilos, com a serenidade e clarividência necessária nas horas mais difíceis da nacionalidade, estou certo e convencido de que os Deputados da presente legislatura marcarão, com as reformas indispensáveis, que devem ser inspiradas por espírito verdadeiramente revolucionário, um período dos mais notáveis na história política de nossa Pátria. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

AMPLA EXPOSIÇÃO EM TORNO DO FUNDO NACIONAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

Sessão de 20 de agosto de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda sobre o tema de reforma agrária vai falar o segundo orador, e isto pela circunstância de que, por ocasião da apresentação do projeto de minha bancada, que cria o Fundo Nacional para a Reforma Agrária, o tempo me foi de tal maneira exíguo que mal pude aflorar os temas principais que ele encerra. Aguardei a primeira oportunidade para dar algumas explicações à Casa acerca das razões e dos objetivos daquele projeto por mim apresentado.

Este problema, no seu desenvolvimento dialético, apresenta-nos uma tese, uma antítese e uma tentativa de síntese. A tese é governamental e apoiada pelas chamadas esquerdas; objetiva uma reforma constitucional como condição *sine qua non* para se realizar uma reforma agrária. A síntese é a daqueles que pretendem a intangibilidade da Carta Magna e se apóiam grandemente em vastas áreas rurais de fazendeiros e sitiantes. Entre uns e outros, surgem outros que pretendem uma conciliação e apresentam, para seguirmos os métodos de raciocínios marxistas, com fundamento em Hegel, uma síntese. Esta, porém não é verdadeiramente uma síntese, mas uma capitulação. É o Partido majoritário, que se tem empenhado vivamente no sentido de conciliar a bem-querença do poder, em circunstâncias de não se haver mal com as raízes eleitorais, principalmente dos Estados do Centro, que têm como vanguarda o de Minas. Pretendem eles conceder a reforma constitucional em termos mais amenos e que possam ser aceitos, entendendo que, dessa forma, preservam o princípio da propriedade.

A meu ver, portanto, não temos uma síntese, mas uma capitulação. Seja qual for a reforma que se faça, ainda que em detrimento do radicalismo governamental, é capitular.

Meu Partido entendeu de exercer sua função histórica. Já o grande homem de Estado, o saudoso Odilon Braga, num discurso pronunciado em nossa sede, quando foi nosso candidato, qualificou a agremiação que presido com o nome de Partido Saquarema. Como se sabe, este Partido Saquarema teve grande ação nos tempos do Primeiro Império e da Regência, porque era um partido moderador. Enquanto, de um lado, os jacobinos exerciam grande ação nos periódicos do tempo e nos discursos de praças públicas e do Parlamento, e enquanto os chamados restauradores cingiam-se a uma tradicionalidade que já

não se comportava com a nova situação de independência do nosso País, esse Partido Saquarema era o que dizia sempre a palavra serena, inteiramente alheio aos temas emotivos e às paixões que se desencadeavam.

Odilon Braga tinha razão. Sempre admirei, naquele período de nossa História, o vulto de Evaristo da Veiga, que, nas ocasiões em que explodiam as paixões de nossos patrícios, trazia uma palavra calma e ponderada.

Nestas condições, verifico, neste momento do nosso País, que, tanto de um lado como de outro, existe grande anseio para a solução do problema agrário e, teorizando uns de um lado e outros de outro, aparentemente divergentes, na realidade desejam a mesma coisa.

Qual o motivo pelo qual o Governo da República deseja uma reforma constitucional? Ele e seus adeptos explicam: "Porque não há dinheiro para as desapropriações."

Aceitando para argumentar, que a desapropriação seja o principal numa reforma de estrutura agrária, porquanto a colonização é o que demanda maior despesa, entendemos nós, primeiro, apresentar um projeto de reforma agrária baseado na criteriologia decorrente da doutrina que esposamos baseada na correlação fenomênica. Tratamos, então, de correlacionar todos os fenômenos econômicos do País e atividades governamentais, no sentido de atingirmos uma fórmula de solução para o problema agrário.

Isto posto, gizei o assunto, dividindo-o em três termos: o homem – agente da produção –, a terra – instrumento desse agente – e a produção – resultado da atividade do agente.

Sistematizamos e metodizamos a matéria, de sorte que o projeto por nós apresentado, resultando de acurados, demorados, exaustivos estudos técnicos, estabelece, inicialmente, a valorização econômica do homem rural; em seguida, a assistência técnica; depois, o financiamento; logo depois, o problema das indústrias primárias; seguindo-se o problema de locomoção, dos transportes, do acesso à propriedade e uso da terra. Examina-se o conceito espacial das propriedades agropecuárias, o que não está em nenhum projeto apresentado: a definição do que seja latifúndio, minifúndio, propriedade média e propriedade familiar. Mostramos, neste capítulo, o que pode e o que não pode ser desapropriado. Passamos à desapropriação por interesse social e definimos todos os casos em que ela se pode dar. Tratamos dos dinheiros do trabalhador rural, parte indispensável de uma reforma agrária; procuramos os remédios para garantir justa remuneração a parceiros e rendeiros; instituímos o seguro agropecuário, como não podia deixar de ser, e cogitamos da conservação do solo, do reflorestamento, da irrigação. Passando ao terceiro tema do problema, a produção, buscamos providências para a conservação dos produtos e acesso aos mercados, de forma a garantir ao lavrador preço justo razoável, capaz de lhe incutir estímulo para trabalhar. Finalizando, criamos o órgão

executor da reforma agrária completamente fora das esferas políticas, pois se hoje está um partido no Governo, amanhã estará outro, e é humano que esse partido queira locupletar-se do órgão para fins político-eleitorais. Por isso instituímos o órgão fora das influências partidárias: um conselho deliberativo será eleito pelas categorias de produção, que não irei enumerar para entrar logo na matéria que mais me compete, neste instante. Esse conselho deliberativo é que indica as listas tríplices ao Presidente da República, para nomeação da comissão executiva.

Apresentado este projeto, pensávamos em como arranjar dinheiro para execução de tão lindo e vasto plano. Eis que, nesta Câmara, apresentou-se um projeto de empréstimo compulsório. Minha bancada votou contra. Primeiro, porque era inconstitucional, uma vez que entrava em vigor imediatamente; segundo, porque era injusto, recaindo sobre assalariados, sobre os pobres da classe média. Por isso, votamos contra. Mas, como diz o povo que "todo mal traz o bem na cauda", trouxe-nos tal projeto a chave para a solução do problema financeiro da reforma agrária. Pensamos: Quem deve arcar com as despesas para sanar a imensa pobreza do nosso território, muitas vezes exagerada nos algarismos apresentados pela demagogia comicieira, mas na realidade existente? Quem deve pagar?

Evidentemente, os que estão melhor na vida, os mais ricos, os mais abastados.

E aqui eu me reporto a uma passagem do discurso do Deputado Britto Velho, que me precedeu, quando invocou o testemunho de Chesterton e leu, daquele brilhante espírito britânico, página oportuna e adequada a esta matéria.

Como disse Chesterton, Rotchild e Rockefeller não defendem o princípio da propriedade, nem o podiam defender aqueles que representam trustes, monopólios e grandes empresas. Porque é da índole do capitalismo – está patente na perfeita análise feita por Karl Marx –, na luta pela concorrência, ir o grande capital eliminando os menores, para subsistirem os maiores, os mais fortes. Por conseguinte, o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade.

Isso posto e dentro do pensamento de Chesterton, cuja página não nos ocorrera, então, mas que agora vem a calhar, elaboramos o projeto do Fundo Nacional para a Reforma Agrária. Antes disso,porém, tivemos cuidado de ver quais eram as necessidades do Governo, para a desapropriação. Fomos às estatísticas. Infelizmente, não temos a estatística de 1960. O IBGE apenas tem a de 1950. Verificamos que existem no Brasil 800 milhões de hectares agricultáveis, estando em domínio particular 232 milhões. Quer dizer, 500 e tantos milhões de hectares não estão em poder de particulares.

Então, vejamos o que pode ser desapropriado. Nestes 232 milhões de hectares temos a considerar os ocupados por culturas permanentes, como o

café, cacau, sisal, azeitona, chá-da-índia, tungue, uva, frutas cíclicas, pimenta-do-reino, mate e outras. Isto orça em 5 milhões de hectares. Temos as culturas temporárias, em razão do ciclo vegetativo – cereais, leguminosas, tubérculos e raízes, plantas industriais. Isto orça em 21 milhões de hectares que, somados aos outros, nos dão 26 milhões de hectares. Temos de considerar as áreas ocupadas com pastagens. A população bovina, eqüina, asinina, caprina e ovina no Brasil é de 130 milhões de cabeças. Variando a qualidade de pastagens – nuns lugares o gado vive na razão de 1 hectare por cabeça; em pastagens piores são necessários 2 ou 3 hectares –, temos a média, por baixo, de 140 milhões de hectares ocupados com a criação.

Há ainda a considerar as superfícies ocupadas por matas. Certamente que a reforma agrária não vai meter fogo nas florestas. Pelo contrário, ela precisa reflorestar, ainda. Então, podemos avaliar em 10% sobre os 232 milhões de hectares, o que nos dá 23 milhões de hectares. Tudo calculado, restam desapropriáveis 41 milhões de hectares, e digo desapropriáveis se essas terras estiverem nas condições previstas pelo outro projeto nosso de reforma agrária, improdutivas por incapacidade, por omissão ou por intuitos de especulação do seu proprietário e não pela falta de assistência e financiamento. Mas vamos dar, para argumentar, que tudo isso, esses 41 milhões de hectares devem ser desapropriados. Nestas condições, cumpre verificarmos o preço. Ele é variável, imensamente variável, neste País variável. Nunca o princípio de Aristóteles, da unidade diferenciada, se aplicou tanto num País como o nosso. São regiões inteiramente diversas. Se se conhecerem, como eu conheci, não nos livros, mas pelos olhos, as regiões do Amazonas, do Nordeste, do Centro, do Oeste e do Sul, ver-se-ão imensas disparidades, não só quanto ao valor produtivo da terra, como também quanto ao seu valor venal. Para ser honesto não tivemos ânimo de estabelecer rigorosamente a média em algarismos. Mas sentimo-nos autorizados, pelos estudos que fizemos, pelas meditações a que nos entregamos, a provar que, se o Governo da República quiser desapropriar esses 41 milhões de hectares, não precisará mais do que 500 ou 600 bilhões de cruzeiros. Então, vamos arranjar dinheiro para o Governo, para não haver pretexto de reforma constitucional, que abre terrível precedente na vida do País, abre as portas para novas reformas e o pior, queiram ou não queiram, fere na raiz o princípio da propriedade. Vamos buscar onde Chesterton nos mandaria buscar – nos ricos.

Lerei, rapidamente, pequenos trechos da justificativa do nosso projeto.

> "Do ponto de vista financeiro e monetário, o plano adotado para a constituição do Fundo Nacional para a Reforma Agrária é o que se apresenta com real perspectiva de sucesso, não implicando

nenhuma medida capaz de influir nos custos da produção e, em conseqüência, provocar alta do nível de preços.

Suas características mais marcantes são, exatamente, as de contribuir para o esforço governamental no sentido de conter a inflação, não só porque a incidência do empréstimo compulsório se faz sobre os rendimentos já produzidos, portanto na fase da distribuição da riqueza, como porque alguns de seus itens são, tipicamente, de caráter antiinflacionário."

Chamo a atenção para dois itens do artigo 3.º deste projeto. Um, o que determina que os bancos, que hoje recolhem à SUMOC 28% dos depósitos, recolham mais 10%, calculados sobre esses depósitos, o que será menos de 3%. Mas, em que caráter? No caráter de empréstimo, recebendo títulos resgatáveis e ganhando juros. Os bancos devem ser interessados no desenvolvimento agrícola do Brasil. Interessados, mesmo egoisticamente, pois o desenvolvimento da Nação concorre para o desenvolvimento deles. O projeto, portanto, não os fere. Outro: os serviços prestados ao Governo, autarquias e ministérios serão pagos, 30% em títulos resgatáveis e ganhando juros. E isso é medida também de grande importância para o equilíbrio do Orçamento da República e, ao mesmo tempo, beneficia o plano da reforma agrária.

O adicional atribuído ao imposto de renda declarado pelas pessoas jurídicas para subscrição do empréstimo também está dentro da margem adequada. Fizemos cálculos precisos para não gravar demais, mas para vir indireta e ulteriormente aos próprios tomadores do empréstimo. Outras medidas adota o projeto. Por exemplo, sobre o movimento de apostas nos jóqueis clubes. Só São Paulo e Rio fazem um movimento semanal de meio bilhão. Uma percentagem será recolhida como empréstimo compulsório. O mesmo com os prêmios de loterias. Atualmente, paga-se imposto de 30%. Neste caso, não será imposto; será uma pequena parte recebida em títulos resgatáveis, ganhando juros.

Este projeto dá ao Governo da República 730 bilhões de cruzeiros. "Não tem dinheiro? Pois tome lá. Aqui está o dinheiro." "Você queria buscar onde? Ferindo o princípio da propriedade, desgraçando às vezes um lavrador? Não! Vai tirar dos ricos, dos ricos que se estão locupletando com imensos lucros." Hoje é a grande indústria, são os grandes exportadores e importadores, são os grandes estabelecimentos bancários que são os maiores beneficiados, enquanto a zona rural está cada vez mais se empobrecendo. Para restabelecer o equilíbrio do País, deste país em tudo desequilibrado, é necessário que se tire de onde existe, para pôr onde não existe. E aqueles que estão onde existe o dinheiro, dentro de alguns anos se regozijarão porque terá aumentado o poder aquisitivo de grandes massas agrícolas, e, conseqüentemente, eles vão ressarcir

com outros lucros futuros, depois de um ato que não chega a ser um sacrifício no presente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, causa tristeza ao homem público que estuda seriamente os problemas da sua Pátria, que deseja ser honesto nas suas proposições, verificar a indiferença com que as idéias por ele apresentadas são recebidas. Alguns elogios, algumas palavras de estímulo e o silêncio, a paralisação dos projetos neste labirinto de Creta, a que se chama tramitação na Câmara, e finalmente as manobras dos grandes partidos, uns pretendendo encontrar fórmulas conciliatórias, estilitaristas.

O Sr. Padre Vidigal – Outros querendo Ministérios.

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... outros assumindo atitude que, embora justa e nobre, na defesa da Constituição, torna quase impossível a solução do problema, o que os atira para o campo de um reacionarismo incompreensível.

É triste, para o homem público, ter de falar. Assomo a esta tribuna, quase sempre, ou em horas de crises que conturbam minha alma de brasileiro, ou em momentos em que quero chamar a atenção de meus pares para assuntos que, a mim e a meus companheiros, nos custaram horas longas e aturadas de pesquisa. Não foram apenas os cinco anos, em três sucessivos governos, de gerência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para os quais indiquei sempre presidentes, dizendo-lhes, sistematicamente: "Cuidem primeiro da colonização; a imigração é segundo problema, porque não podemos convidar ninguém para vir a nossa casa se ela não está arrumada". Mas nunca esta Câmara deu verba suficiente ao INIC. Nesta tribuna protestei não raro, porque o plano de colonização organizado pelos presidentes do INIC era a reforma agrária. Não precisaríamos de reforma agrária (*muito bem*), se houvesse os recursos financeiros para o INIC. Agora, a SUPRA possui vinte vezes mais do que aquele Instituto e não está fazendo coisíssima alguma, quando tem todos os poderes nas mãos para iniciar a reforma agrária. Não foi apenas minha infância desabrochada entre arrozais e milharais que meu pai plantava; não foi somente minha adolescência entregue à agricultura para ajudar o sustento de minha mãe viúva e meus irmãos; não foi unicamente a felicidade de ter exercido a profissão que deu a George Washington a visão perfeita dos problemas dos Estados Unidos, a agrimensura; não foi apenas a minha função de escritor, pondo, no meu primeiro romance, *O Estrangeiro*, o problema da grande fazenda e do pequeno sítio e no segundo, *O Esperado*, o drama e tragédia dos posseiros e dos grileiros; não foi apenas o contato que tive com eminentes mestres em matéria de sociologia rural, como o Professor Smith ou os estudos que fiz da pequena propriedade no Instituto Scalfati, de Nápoles, nem os oito anos que passei em Portugal, exilado, atento à pequena propriedade, que é comum

naquele país. Foram também três meses de estudos de estatísticas, de números que me convenceram de que, aceita por todos a intangibilidade da propriedade, o problema da reforma agrária deixa de ser ideológico ou político. É problema técnico e como problema técnico deve ser encarado. E enquanto assim o não fizermos, não daremos a reforma das estruturas rurais ao País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo que minha hora já se extingue e não esperarei aquela campainha que tanto aterroriza o meu eminente colega Britto Velho. Dei o recado que queria dar.

Vou conceder o aparte ao meu nobre amigo Deputado João Abdala, para, em seguida, encerrar minhas considerações.

O Sr. João Abdala – V. Ex.ª sabe, eminente Deputado Plínio Salgado, da grande admiração que tenho por V. Ex.ª, pela sua cultura e, principalmente, pelo grau de patriotismo com que V. Ex.ª encara os problemas do Brasil. Acompanho há muito tempo a vida de V. Ex.ª como escritor, como líder político e principalmente como defensor desta grande Pátria. Como industrial, vou ao encontro dos princípios que V. Ex.ª defendeu no brilhante discurso que está fazendo. Estou certo de que as indústrias do Brasil, desde as mais pequenas, acompanharão o seu pensamento e a forma pela qual V. Ex.ª expõe as necessidades da Nação. Outra coisa quero dizer a V. Ex.ª, com referência a esse grande projeto que V. Ex.ª apresenta: isto já é mais do que uma reforma agrária, isto é uma perfeita orientação para um povo que precisa erguer as suas forças agrícolas. V. Ex.ª já superou a reforma agrária. V. Ex.ª traça uma orientação agrária que vai consertar a produção no Brasil.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Srs. Deputados, o testemunho de um industrial vem demonstrar que não firo os interesses da indústria quando pretendo conclamá-la, recrutá-la para vir ajudar os lavradores. Este projeto já tem sido, realmente, bem aceito também por banqueiros. Só nesta Casa vem sendo recebido com uma frialdade que me espanta e me causa profunda tristeza.

Senhores do Governo, Senhores da Oposição, Senhores das esquerdas, e Senhores das direitas, nós todos somos brasileiros, nós todos devemos caminhar para a solução mais fácil, mais objetiva, mais eficiente deste problema da reforma agrária e de outros problemas do Brasil. Por que razão não nos unimos todos, abandonando mágoas e ressentimentos, vivendo menos emotivamente, mais cerebralmente, a fim de que lúcido seja nosso raciocínio, como firmes e retas as nossas intenções? Eu os conclamo para resolvermos com esta síntese, que é a criação do Fundo de Reforma Agrária, a controvérsia sobre reforma ou não da Carta Magna, para que entremos no trabalho realista e não sejamos chamados de inoperantes, lá fora, por um povo que tudo espera desta

Casa do Congresso, um povo que tem direito de esperar. Até quando colocaremos a política acima dos interesses da Nação? Até quando nos divorciaremos de tal maneira que os debates desta Câmara, já por vezes, vem assumindo aspectos tão pouco parlamentares e tão pouco edificantes ao ponto de nos envergonhar? Srs. Deputados, neste instante passo à História brasileira o esforço de um grupo de homens que desejou, num determinado momento no País, encontrar a solução precisa e verdadeira que foi rejeitada. Espero que, pondo de lado interesse da Oposição ou do Governo, prestem atenção a esses documentos, prestem atenção, e possa o historiador dizer: "Sim, na verdade ele falou, mas foi ouvido, ouvido e entendido". E maior virtude tiveram os que o ouviram e entenderam por que se levantaram e realizaram uma grande idéia, a idéia do engrandecimento nacional. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

AINDA SOBRE O FUNDO NACIONAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

Sessão de 6 de junho de 1963

Requerimento

Sr. Presidente:

Requeiro a prorrogação da sessão por 20 minutos, a fim de falar de acordo com o artigo 12 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 6 de junho de 1963 – *Plínio Salgado.*

O SR. PRESIDENTE – Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me utilizarei de todo o tempo da prorrogação por ser já hora adiantada e não haver nem tempo para desenvolver o tema que me proponho neste momento. Mas, tendo de viajar hoje à tarde, e havendo orador preferencial do Grande Expediente, vi que não me sobraria um minuto sequer para fazer na Sessão da tarde o que agora vou fazer.

É o seguinte: o meu Partido atento à gravidade da situação nacional, às controvérsias que se levantam acerca da reforma agrária, entendendo uns a necessidade imperiosa da reforma da Constituição e entendendo outros não ser essa necessária; verificando o meu Partido que nesta situação os ânimos cada vez mais se acaloram e o problema não é resolvido, estudou detidamente esta questão. Alegam, os que pretendem a reforma constitucional, que o Governo não dispõe de meios para pagar em dinheiro as desapropriações. Se esse é o motivo pelo qual se pleiteia uma reforma constitucional, entendemos nós haver outro recurso, e esse recurso deriva da criteriologia por nós adotada de considerar a intercomunicação dos problemas e o envolvimento de outras atividades nacionais em cada uma das questões que se oferecem à consideração da Nação. Nestas condições, parece paradoxal que, tendo minha bancada votado unanimemente contra o empréstimo compulsório, há dias, nesta Casa,

venha agora propor um empréstimo compulsório. Mas é preciso distinguir: votamos contra aquele empréstimo por três motivos. Primeiro, por ser inconstitucional; segundo, por ser insuficiente, dado o grande déficit de cerca de 300 bilhões que se pretende cobrir com 60 a 70 bilhões, para a finalidade proposta, esse empréstimo compulsório; terceiro, porque, analisando artigo por artigo, verificamos que nesse empréstimo existem largas possibilidades para se aquinhoarem grupos financeiros em detrimento dos interesses nacionais. Um deputado de minha bancada, ainda amanhã ou segunda-feira, virá à tribuna para expor nossa análise acerca daquele monstruoso empréstimo compulsório. Parecendo paradoxal, entretanto, o projeto que hoje apresentamos à consideração da Câmara é absolutamente constitucional, eficiente, suficiente, e com ele não haverá necessidade da reforma constitucional. Se o Governo se propõe pagar em títulos, nós propomos a emissão de títulos para o empréstimo compulsório, em que as classes mais favorecidas e que têm responsabilidade perante o País concorrem num plano qüinqüenal, de sorte que o Governo tenha os recursos necessários e muitíssimo mais do que se pretende com a reforma constitucional. Com a reforma constitucional mal dá para se fazerem as desapropriações, ficando de lado a colonização, o reaparelhamento agropecuário do País, para criação de riquezas que indiretamente venham concorrer para novas possibilidades financeiras do Governo. Do projeto que apresentamos, desejaria eu ler os itens principais. Gostaria de ler a justificativa que o acompanha. Mas o tempo é exíguo, e, julgando eu de urgência que este projeto entre na consideração da Casa, pedi esta prorrogação para enviá-lo à Mesa e solicitar aos Srs. Deputados que, me sendo impossível desenvolver todos os argumentos relativos a esse tema, leiam com atenção a justificativa que apresentamos. É bem um estudo profundo, um estudo minucioso, consciencioso de noites seguidas de trabalho, dos Deputados da bancada e seus assessores técnicos. Não gostamos de discutir essas questões no fogo das paixões políticas.

Não gostamos de tratar superficialmente desses assuntos que interessam à economia e à vitalidade da Nação. Penetramos nessas questões, todas atinentes ao magno problema, e sem paixões nos apresentamos na hora exata para propor aos brasileiros um entendimento, uma pacificação de espíritos, sem o que não será possível resolver coisa alguma neste País.

Srs. Deputados, não sou daqueles mais assíduos na tribuna, mas guardo-me sempre para as ocasiões em que julgo periclitando a ordem interna da Nação, periclitando a paz entre os brasileiros, e assim procedi na famosa crise de agosto, como os Senadores e Deputados da legislatura passada podem dar testemunho. Agora, faço uma proposição de paz, de entendimento geral, e verão que poremos nas mãos do Governo, no prazo de 5 anos, de 700 a 750 bilhões de cruzeiros, o que ultrapassa de muito as necessidades das desapro-

priações. Fizemos um levantamento da área agricultável do Brasil, fizemos o levantamento das áreas apropriadas. Vimos o que sobrava e o que é desapropriável e entendemos que, com esses recursos que lhe damos, o Poder Executivo poderá desapropriar, com margem de sobra, sem ônus para o Tesouro. Há ainda nesse projeto uma vantagem enorme: o combate à inflação. Em dois de seus artigos, verifica-se seus efeitos antiinflacionários que são patentes.

Apresento, portanto, esta proposição à Mesa, pedindo, na impossibilidade regimental de me estender na Sessão da tarde e comprimido pelos deveres que assumi de viajar, peço que a leiam com atenção, sem paixões, sem partidarismos, com o único intuito de bem servir à Nação.

Mais uma vez poderei repetir aqui, se o projeto for bem acolhido, que me darei por satisfeito perante Deus e perante o Brasil. Se acaso não for acolhido, também me darei por satisfeito, por ter cumprido um dever de patriota, de brasileiro que ama sua terra e sua gente, quer ver solucionado os seus problemas, mas que quer acima de tudo garantir, como condição fundamental de todo o progresso e desenvolvimento, a serenidade dos espíritos, a paz, a ordem interna, com o único desejo de engrandecer a Pátria, elevá-la àqueles estádios de desenvolvimento e progresso, de justiça social, de fortalecimento econômico e de altitude cultural que todos nós desejamos, como bons filhos do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

POSIÇÃO PERANTE O PROBLEMA DA DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

Sessão de 24 de julho de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Para encaminhar à votação*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PDC votará contra o Projeto Milton Campos, votará contra o substitutivo da Comissão de Justiça e votará contra as emendas apresentadas ao mesmo projeto. E o faz na coerência de uma atitude que a sua bancada vem tomando no caso. Julga o meu Partido, por decisão de sua Convenção Nacional e por atitudes reiteradas de sua bancada, que só com uma emenda constitucional que permita o pagamento a prazo da indenização devida pelas terras desapropriadas conseguiremos, de fato, atacar os graves e sérios problemas que apresenta a estrutura agrária deste País. Sem isto, na verdade, não conseguiremos um instrumento legal capaz de atender às justas e legítimas reivindicações da massa camponesa brasileira. Sem atacar a estrutura da propriedade da terra, mal distribuída neste País, concentrada em latifúndios ou então ocupada por minifúndios improdutivos; sem remodelar essas estruturas; sem impedir que terras aráveis continuem sem cultivo, na verdade não conseguiremos fazer uma reforma agrária. Poderemos, talvez, tomar algumas medidas de política agrária aceitáveis, mas que não terão nenhuma eficácia, ou melhor, terão reduzida eficácia, caso se choquem contra o obstáculo da estrutura substancialmente errada.

Nesta hora, por designação da liderança do Partido Democrata Cristão, reafirmo perante esta Casa e perante o País a sua posição independente de quaisquer outras preocupações, pura e simplesmente firmado nos princípios da democracia cristã, pela reforma preliminar da Constituição, sem a qual nenhuma lei ordinária pode ser votada nesta Casa com a eficácia que se pretende. Não se entende que uma lei ordinária, que uma lei de regulamentação preceda um texto constitucional que vai balizar a própria lei ordinária. O Partido tem reiterado este pronunciamento na Comissão Especial que estuda a emenda constitucional, na discussão do Projeto Milton Campos, pelo voto do seu Relator, na discussão de todas as emendas. E é na coerência desta idéia que ele vem hoje afirmar à Câmara que votará contra este projeto, porque entende que ele não poderá trazer ao campo aquela tranqüilidade que o campo está reclamando. E porque não queremos enredar o povo, e porque não queremos acenar com uma esperança que não será cumprida, votaremos contra o projeto e pela reforma da Constituição. Já temos colocada nesta Casa, para o

estudo e exame dos colegas, uma emenda constitucional viável, que tranqüiliza o povo e ao mesmo tempo dá ao Governo um instrumento eficaz neste sentido. Enquanto não for resolvida esta preliminar, é pensamento da bancada do meu Partido, consoante a orientação do seu Diretório e o pensamento geral de seus militantes, que a nossa bancada não deve dar nenhum apoio a qualquer projeto de lei que, na verdade, não seja senão uma desesperança, mais um desespero para este povo já desesperado. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

AINDA O PROBLEMA DA TERRA. VOTAÇÃO CONTRA EMENDA CONSTITUCIONAL E APELO A SÃO PAULO

Sessão de 1.º de outubro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, preliminarmente, meu Partido vota contra a emenda constitucional. Por quê? Porque é inútil, não corresponde aos interesses de uma reforma agrária como nós a desejamos e o povo quer.

Apresentei nesta Casa um projeto de minha bancada, propondo uma reforma agrária tecnicamente perfeita, metodizada, obedecendo a uma sistemática, desde a observação do valor econômico do homem e as necessidades que se impõem para elevá-lo, até todos os demais problemas de financiamento, assistência técnica, educação, formação de mentalidade agrária, saúde, transporte e, finalmente, encarando o problema da distribuição da produção rural. Apresentamos idéias, neste projeto, que resolveriam a gravíssima questão do estímulo que é necessário dar ao lavrador para que produza mais e concorra para o barateamento do custo de vida.

Quanto ao problema da concepção de latifúndio, foi o único projeto que apresentou uma conceituação exata. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em referência aos motivos alegados pelo Governo e pelos que o representam nesta Casa, para que se modifique a Constituição a fim de que as desapropriações possam ser pagas em títulos, a respeito deste assunto apresentei também um projeto complementar, criando o Fundo da Reforma Agrária, que satisfaz plenamente as necessidades a que alude o Governo, declarando-se empobrecido e sem capacidade nem mesmo para ocorrer às despesas que são as mínimas, ou seja, as da desapropriação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe no Brasil uma área de 800 milhões de hectares agricultáveis. Destes, apenas 232 milhões encontram-se em poder de particulares. Se nós deduzirmos desses 232 milhões de hectares as culturas permanentes – café, cacau, mate etc. –, teremos 5 milhões de hectares. Deduzindo-se as terras cultivadas com plantação temporária – arroz, milho, feijão, batata, tomate etc. –, temos mais 21 milhões de hectares, o que soma 26 milhões de hectares.

Tendo em consideração que o gado bovino, eqüino, caprino, asinino, no Brasil, orça por 130 milhões de cabeças, teremos necessidade, dada a diferenciação do valor das pastagens, de 140 milhões de hectares para manter estes rebanhos.

Deduzindo-se ainda as matas, porquanto é mister, em uma reforma agrária, não somente manter as florestas existentes, mas empreender o próprio reflorestamento, teremos 10 por cento sobre os 232 milhões de hectares, o que, tudo somado, nos demonstra que estariam à mercê de desapropriação apenas 38 milhões de hectares.

Entretanto, estes 38 milhões de hectares deveriam ser submetidos a um exame, para verificar se alguma de suas áreas incide no grave erro econômico do não-aproveitamento. O latifúndio deve ser definido como extensão de área não-aproveitada por negligência, incapacidade ou objetivos de especulação do proprietário.

Examinados esses 38 milhões de hectares que sobram, resta uma área passível de ser estudada, para desapropriação, ou por serem minifúndios insuficientes, ou por serem latifúndios improdutivos. Examinado o problema, levantadas estatísticas pela minha bancada, que só trabalha mediante estatísticas e verdades verdadeiras, verificamos que o Governo precisaria, para estas desapropriações, cerca de 500 bilhões de cruzeiros. Entendemos, então, de estudar e apresentar, como o fizemos, um projeto complementar, criando o Fundo Nacional da Reforma Agrária. Este projeto dá ao Governo 750 bilhões de cruzeiros, mais do que suficiente para não se precisar de reforma da Constituição, que no fundo objetiva ferir o princípio da propriedade e caminhar abertamente para o socialismo bolchevista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a posição do meu Partido em relação a esta emenda constitucional, inútil, direi mesmo idiota, porque não tem fundamento técnico, científico, estatístico. É apenas pretexto para se lançar mais confusão neste País, que já se encontra em plena desordem.

Aproveito a oportunidade, louvando as palavras do Deputado do meu Estado, Sr. Arnaldo Cerdeira, Líder do PSP, para conjugar com as suas a palavra da minha bancada e exprimir um sentimento profundo de brasileiro que vê sua pátria lançada na maior desilusão, na maior anarquia, na maior das desordens, desordens bafejadas pelo próprio Presidente da República.

Muitos elementos comprovantes poderia trazer, no curso das crises que se irão suceder, nesta Casa, para demonstrar o acerto de minha afirmação.

Esta é uma hora dolorosa em que o princípio de autoridade está completamente combalido; em que já não há mais hierarquia e nem disciplina; em que assistimos a inversão dos valores; em que ouvimos teóricos e doutrinadores, metafísicos ou românticos, trazendo mais achas à fogueira em que arde a Nação. Esta a hora em que vemos a dissolução completa da orgânica brasileira e, agora, ainda se pretende, depois de sucessivas greves alimentadas pelo próprio poder constituído, ainda se pretende destruir a única coisa que ainda tem alguma organização no Brasil: a nossa lavoura e a nossa pecuária. Este é um momento doloroso da nossa Nação.

Arnaldo Cerdeira referiu-se à atitude de São Paulo, mas eu, mais do que referir-me, faço um apelo à gente paulista. Oh, paulistas, que estivestes com a Nação no desbravamento dos sertões, conquistando o patrimônio territorial da Pátria! Oh, paulistas, que deixastes as ossadas dos vossos bandeirantes como marcos de posse da nacionalidade brasileira! Oh, paulistas, que já nos fins do Século XVIII éreis chamados, no relatório secreto do Governador da Capitania para o Marquês de Lavradio, os homens sem par por sua energia, sua capacidade de sacrifícios! Oh, paulistas, que assististes ao grito do Ipiranga para o qual contribuístes de maneira tão eficiente e decisiva! Paulistas, que durante todo o curso do Império trabalhastes para sustentar as instituições e pela grandeza da Pátria. Eu escuto ainda nos meus ouvidos os clarins e tambores de 9 de julho de 1932, quando vos erguestes para restaurar em nossa Pátria o regime constitucional e a ordem pública. Não fostes compreendidos naquela ocasião. As rádios da ditadura vos acusaram de separatistas no instante em que éreis os intérpretes legítimos dos próprios sentimentos brasileiros. Eu escuto a marcha triunfal, de estudantes e operários pelas ruas da Capital, o levantamento inteiro daquela população que sente as responsabilidades que lhe cabem em favor da manutenção da ordem, da paz e da Constituição na Pátria brasileira. Que esperais, paulistas? Que estais fazendo, povo de bandeirantes? Este é o vosso momento. Restaurai a ordem na Nação. Levantai-vos, levantemo-nos todos os que sentimos em nossas veias arder o sangue dos Fernão Dias e dos Raposo Tavares. Salvemos a Pátria querida neste instante em que o próprio Governo Federal pretende levá-la para o abismo e para a ruína. (*Muito bem.*)

Como outrora Sales Torres Homem, no Senado do Império, perguntava a Minas Gerais: "Estrela brilhante do Sul, formosa província de Minas: por que desmaias no céu de nossa Pátria, quando ela precisa de todo teu fulgor antigo?" Assim, também, repito em relação a São Paulo, as palavras de Torres Homem, dizendo: Estrela brilhante do Sul, formoso Estado de São Paulo: por que desmaias no céu de nossa Pátria, quando ela precisa de todo teu fulgor antigo? Esta é a mensagem que, neste instante, dirijo ao bravo povo do meu Estado. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas.*)

VIAGEM AO DISTRITO SIDERÚRGICO DE MINAS GERAIS

Sessão de 8 de outubro de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, por iniciativa do nosso nobre colega, Deputado Padre Vidigal, uma comissão desta Casa dirigiu-se a Minas Gerais, percorrendo, durante alguns dias, o quadrilátero ferrífero daquele Estado. Era natural que, após esta viagem, que foi de observação, de estudos, de debates técnicos e, finalmente, de uma mensagem à Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, era natural que nós fizéssemos o relatório do que ouvimos e vimos, assistimos e comentamos, naqueles dias tão fecundos para nós, em que adquirimos tantos conhecimentos e pudemos penetrar mais a fundo num problema relevantíssimo do nosso País.

O Sr. Padre Vidigal – Dá licença, nobre Deputado?

O SR. PLÍNIO SALGADO – Com muito prazer.

O Sr. Padre Vidigal – Antes de V. Ex.ª começar o seu relatório, apraz-me congratular-me comigo mesmo pela feliz iniciativa que tive de convidar colegas, de todos os partidos, para uma visita ao distrito siderúrgico de Minas Gerais. Congratulo-me comigo mesmo ainda porque tive oportunidade de verificar que a viagem foi proveitosa assim para os Deputados como para as usinas siderúrgicas visitadas. E com que prazer colhi a impressão de todos os diretores e presidentes daquelas empresas. Nunca elas tiveram uma visita de caráter tão prático como aquela que acabavam de receber, não só pelos assuntos ventilados, não só pelos debates realizados, como pelo conhecimento que nós adquirimos e tanto prazer causou-lhes verificar que os Deputados também possuíam. Ali a batalha travada entre os que debatiam os problemas de siderurgia teve uma altíssima finalidade, pois mostrou que há elementos para a defesa através da política do minério, desse patrimônio do Brasil, que são as indústrias siderúrgicas.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte esclarecedor do nobre colega Padre Pedro Vidigal.

Prosseguindo na minha reportagem, entendo que deverei, preliminarmente, dar uma sucinta história do ferro e do aço no Brasil.

O ferro, no Brasil, foi, em 1554, anunciado à Corte Portuguesa pelo Pe. José de Anchieta. Nos fins do Século XVI, em 1590, um primeiro forno foi realizado e posto em funcionamento na Capitania de São Vicente, atual Estado de São Paulo, junto a Araçoiaba da Serra.

Durante o Século XVII, ainda que o País não empreendesse, de maneira vigorosa, a indústria do ferro, entretanto, o problema não foi esquecido, porquanto, já em 1603, havia D. Francisco de Souza proporcionado o desenvolvimento dessa indústria. No Século XVIII, toda a preocupação brasileira foi a extração do ouro e a conquista das pedras preciosas, obra realizada gigantescamente pelos bandeirantes. Mas, já nos fins deste Século XVIII, um grande estadista, D. João VI, homem tão desvirtuado e caluniado por historiadores superficiais, entendeu, já como Príncipe Regente, em 1795, de determinar o estudo e o desenvolvimento da produção do ferro no Brasil.

Entretanto, somente em 1808, quando S. Alteza Real, futuro Rei do País, veio fixar a sede da Monarquia lusitana no Rio de Janeiro, foi que se deu início realmente a essa prática tão importante para o Século XIX. D. João VI, esse homem extraordinário que abriu os portos do Brasil à navegação mundial, que fundou a primeira Escola de Medicina, a primeira Escola de Belas-Artes, saneou a Baixada Fluminense, fundou a Imprensa Nacional, fundou o Banco do Brasil e trouxe na sua equipe homens do extraordinário valor de D. Rodrigo de Souza Coutinho, do Conde de Linhares e do Conde da Barca, introduziu em nosso País cientistas e técnicos do mais alto valor e quando já em Lisboa, em 1795, determinou o impulsionamento da fabricação do ferro em nossa Pátria. Em 1808 começou realmente a siderurgia brasileira, depois das tentativas de alto-forno realizadas pelo Intendente Câmara no Morro do Pilar em Minas e, após as experiências fracassadas de Hedberg, na fábrica de ferro de São João de Ipanema, próximo a Sorocaba. Finalmente, em 1818, traz D. João VI para o nosso País uma das figuras mais notáveis da nossa história econômica e progenitor do nosso maior historiador, o Visconde de Porto Seguro: era Luiz Frederico Guilherme Varnhagen. Este homem iniciou as obras dos altos-fornos, que primeiro produziriam o ferro no Brasil. Fato curioso e impressionante, contado por seu próprio filho na *História Geral do Brasil*, o primeiro ferro produzido foi amoldado em três cruzes. E foi tal a comoção de Varnhagen que não pôde conter as lágrimas. Então o povo de Sorocaba, em procissão, saiu pelas ruas com uma daquelas cruzes, a significar, talvez para os nossos dias, que a produção de ferro e do aço no Brasil não visa a fins bélicos, porém, a fins econômicos de paz e prosperidade humana.

Até a guerra do Paraguai, a indústria ferrífera no Brasil pouco progrediu. Em 1865 é que se reabriu a fábrica de ferro de Ipanema, a qual se fechara anos antes. Em Minas Gerais, em 1817, um francês, João Monlevade, tinha feito o primeiro forno junto ao Rio Piracicaba, o que foi visto mais tarde

como sinal evidente da existência de minério de ferro naquela região pela futura Companhia Belgo-Mineira.

Srs. Deputados, o Século XIX foi o século da civilização do ferro. O ciclo do ouro terminara. As nações que não tivessem ferro não poderiam progredir. Nós lutávamos com uma grande dificuldade: não tínhamos combustível. Até hoje, a nossa hulha é pobre, de um teor baixo e demasiados resíduos. As tentativas iniciais da indústria siderúrgica baseavam-se no carvão vegetal. Vem daí o grande equívoco que muitos brasileiros aceitam como verdade e que tive o desprazer de ouvir um orador nesta tribuna repetir: a superioridade da raça que colonizou os Estados Unidos e a inferioridade da nossa. O progresso dos Estados Unidos proveio de estar o ferro perto da hulha.

Em 1822, ano de nossa independência, os americanos extraíam as primeiras 50 mil toneladas de carvão no Estado de Virgínia e hoje produzem a metade de todo o carvão existente no mundo. Esta a razão do seu grande progresso.

Ora, D. João VI e seus brilhantes assessores – e naquele tempo os assessores dos Reis e dos Chefes de Estado eram homens da estatura de um Conde de Linhares e de um Conde da Barca, homens cuja mentalidade se formou no período do Marquês de Pombal, voltada para o estudo das ciências naturais e do aproveitamento das riquezas do solo – viram a realidade e o destino do século que se iniciava.

Esta a ligeira história que precede o surto siderúrgico em nosso País, que começa, com vigor, neste século, a partir de 1919.

A Comissão de que fiz parte e que era constituída pelos Deputados Abel Rafael, Celso Amaral, Sussumo Hirata, Vasco Filho, Geraldo Freire, Padre Vidigal e o orador que vos fala, percorreu o quadrilátero ferrífero mineiro, principiando por Monlevade. Ali, depois de visitar todas as instalações, os altos-fornos, de examinar os processos de fundição do ferro pelo carvão vegetal que ali é empregado, entregou-se a longo debate com diretores e técnicos da Companhia. Uma das preocupações dos nossos colegas era o desbastamento das florestas naquela região. Articulou a objeção o Deputado Abel Rafael, e foi-nos explicado que, à proporção em que são derrubadas as árvores para a fabricação de ferro, novas árvores são plantadas, havendo já milhões de pés de eucaliptos para substituir a riqueza vegetal subtraída para a fabricação de ferro.

Vimos as organizações assistenciais da Companhia. Obra notável. O operário e seus filhos são verdadeiramente amparados com escolas, assistência médica e todo o conforto necessário para maior eficiência do seu trabalho, para isso não concorrendo os poderes públicos.

De Monlevade fomos à Usiminas. A Usiminas é uma das obras mais notáveis do nosso País. É a mais moderna, rivalizando e ultrapassando as fábricas americanas. Ali se organizou a Companhia pelo estímulo do Governo

Federal, do Governo Estadual e pela colaboração preciosa dos japoneses; 50% é capital do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Estado de Minas Gerais (25% cada um); 40% dos japoneses, e o restante, de tomadores particulares de ações. É verdadeiramente grandiosa a obra da Usiminas. A produção de aço e ferro dos lingotes, das lâminas, das chapas, arranca-nos da situação de país semicolonial de mero exportador de minério, para jogar-nos numa etapa mais avançada do progresso industrial. Dali fomos à Acesita. A Acesita preocupou-nos imensamente.

O Sr. Padre Vidigal – Quando V. Ex.ª deixa a Usiminas para entrar na Acesita, cumpro o gostoso dever de render homenagem ao mérito, dando a seu dono aquilo que é seu. Refiro-me ao seguinte, nobre Deputado Plínio Salgado: é que a Usiminas teve, durante o Governo do Gabinete presidido pelo nosso prezado colega Tancredo Neves, o maior dos auxílios do Governo Federal, a mais preciosa de todas as colaborações, justamente no momento em que a grande empresa precisava dessa cooperação oportuna, que se fez graças ao grande interesse que sempre teve pelos problemas nacionais, principalmente aqueles relacionados com Minas Gerais, o prezado colega cujo nome agora mesmo acabei de declinar e que mais uma vez declino para render-lhe as minhas homenagens – o Deputado Tancredo Neves.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do Deputado Padre Vidigal, que me antecipou, porquanto ia referir-me, no cômputo geral dos empreendimentos e progressos realizados naquela zona, ao nome do ilustre colega nosso, Tancredo Neves, nome que ouvi pronunciado muitas vezes naquela região e que, portanto, tinha que fazer parte do resumo final do que estou expondo.

O Sr. Sussumo Hirata – Desejava aproveitar o aparte do Padre Vidigal para continuar as considerações de S. Ex.ª. Nesta parte V. Ex.ª vem produzindo um grande discurso, cuja finalidade é esclarecer esta Casa sobre o problema dos minérios de ferro e o da indústria siderúrgica em nosso País. Como um dos Deputados que fez parte da caravana que visitou o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, uma das zonas mais ricas em minérios no mundo, e cuja qualidade é de primeira ordem, não poderia deixar de dar o meu testemunho, esta tarde, sobre a importância do problema do ferro aqui na nossa Pátria. Ficamos, em certos setores, bastante animados pela nossa riqueza e pela grandeza das nossas indústrias siderúrgicas; entretanto, em outros setores, como na Acesita, mostramo-nos desanimados pela falta de compreensão e falta de assistência e colaboração das nossas autoridades. Ficamos, na realidade, bastante desaminados pelo estado em que se encontra a siderúrgica da Acesita, uma das indústrias pioneiras em nosso País. Desejava, nesta tarde, formular

um veemente apelo às nossas autoridades para que examinem com maior patriotismo, com maior seriedade, este magno problema da indústria siderúrgica em nosso País. Sabemos que na Usiminas, em que o Japão participa de 40% do capital, o Estado de Minas, pelas suas entidades autárquicas, é proprietário de 25% das ações. Entretanto, segundo estou informado, o Governo mineiro ainda não integralizou a importância que deve à Usiminas. Isto é um crime, por se tratar de uma indústria que floresce em seu próprio Estado, no Estado de Minas Gerais. A mesma falta de assistência encontra-se também em relação à Acesita. Fiquei entusiasmado ao visitar aquela riqueza que mostra a Companhia Vale do Rio Doce. Parece que redescobri o Brasil. Não conhecia *in loco*, de perto, as nossas riquezas. Acho que o Brasil tem um grande futuro. Poderá, em pouco tempo, alcançar o cume da civilização moderna pelas riquezas que temos, principalmente as riquezas naturais. E isto demonstra a visita que fizemos à região ferrífera de Minas Gerais. Espero que o seu discurso seja ouvido com bastante atenção, para que possamos aquilatar o verdadeiro valor, a grande riqueza que temos para a reconstrução de nossa Pátria. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do nobre Deputado Sussumo Hirata, que também antecipou um pouco o assunto relacionado com a Acesita.

Sobre a Acesita tomamos nota de dados importantíssimos, que nos tornam apreensivos, quanto ao futuro dessa empresa. É o seguinte: ela se encontra ainda em regime deficitário; o principal acionista é o Banco do Brasil, com 94% das ações. Mas o Banco do Brasil tem mentalidade de Banco; não tem a envergadura, a largueza panorâmica daqueles arrojados homens de empresas, que se abalançam às grandes realizações futuras. Interessa-lhe o lucro imediato. A Acesita, por conseguinte, encontra-se em déficit. Agora, lá nos informaram o seguinte, que tomamos nota pelas mãos do Padre Vidigal. Primeiro: com uma importância de 2 bilhões de cruzeiros e o aval de 5 milhões de dólares, para pagamento a longo prazo, a Acesita eleva sua capacidade de produção de 80 mil toneladas de lingotes para 360 mil toneladas de aços especiais, aços comuns, chapas para motores elétricos e chapas de aço carbono. Segundo: com uma importância de 5 bilhões em moeda nacional e o aval de 28 milhões de dólares, a Acesita eleva sua produção para 360 toneladas de aços especiais, fundidos e forjados especiais, chapas para transformadores de qualquer tipo e tamanho, chapas para motores, perfis e chapas de aço inoxidável.

No primeiro caso, o faturamento passará de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros mensais para 5 bilhões de cruzeiros; no segundo, o faturamento deverá ser de 20 bilhões de cruzeiros mensais, de aços especiais de todos os tipos, abastecendo o mercado nacional e podendo ainda exportar com grandes lucros. No caso primeiro a Acesita eliminará o déficit; no caso segundo trará

enormes lucros para a economia nacional. Entretanto, ela está por assim dizer paralisada, num estádio de progresso do qual não sai.

Ora, Srs. Deputados, justamente para fatos como este foi que chamei a atenção da Assembléia Legislativa no Estado de Minas Gerais. No Brasil, os nossos homens de Estado raciocinam ainda com a mentalidade de 1900; não se aperceberam de que estão em 1964. Desconhecem inteiramente as correlações fenomênicas que se apresentam na consideração de um problema econômico ou social. Desvinculam o problema econômico do financeiro, como, também, desvinculam de um e de outro o problema social. Não existe solução isolada para nenhum problema. Ou resolvemos todos, no seu conjunto, na apreciação de suas correlações e interconexões, ou não resolveremos nenhum.

Então, o que acontece? Vivemos de expedientes. A política dos Ministros da Fazenda, do Diretor da SUMOC, do Banco do Brasil, dos responsáveis pelas finanças brasileiras, é uma política de cafiaspirina para os males da Nação. Cada vez se agrava a situação econômica do País. Ora, sem economia sã, como poderemos ter finanças saudáveis? Vivemos aperreados por impostos que se aumentam diariamente. Vivemos aperreados por emissões para fins improdutivos – pois não considero inflação a emissão para fim produtivo –, vivemos de favores de nações estrangeiras...

O Sr. Milton Reis – Louvo a oportuna oração que V. Ex.ª profere. No tópico em que se refere à política econômico-financeira do Governo, estou de pleno acordo com V. Ex.ª. Somos também dos que pensam que a política monetarista não é a que consulta os interesses de países subdesenvolvidos. Não é possível que à custa do desenvolvimento se pretenda corrigir, apenas por instrumentos financeiros, a inflação.

O SR. PLÍNIO SALGADO – E não o conseguirão.

O Sr. Milton Reis – Perfeitamente. O de que se necessita é, na parte econômica, uma frutificação maior, a fim de que não baixe a renda nacional bruta. Aplicando apenas uma política monetarista, portanto financeira, ela vai estagnar, como está fazendo, o desenvolvimento do País, sem corrigir a inflação que não é apenas devida aos motivos informados por outra política financeira que o Governo executa. Daí estar eu com V. Ex.ª. Os economistas de outra escola, todos asseveram ser a política estruturalista a que pode atender aos interesses do País, porquanto vai exatamente às origens a fim de, corrigindo-as, poder atingir o processo que estanque a inflação. Estou de acordo com a posição de V. Ex.ª e o felicito pelo patriótico e oportuno discurso.

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – Nobre orador, pediria a V. Ex.ª que concluísse sua oração.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Iniciei minhas considerações um pouco tarde, Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (*Ranieri Mazzilli*) – V. Ex.ª por isso já está contando com a justa tolerância da Mesa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradeço o aparte do nobre Deputado Milton Reis, o qual, provindo de um parlamentar jovem, me traz fundada esperança nos destinos desta Nação, que será entregue a uma futura geração com mentalidade mais arejada e visão mais panorâmica dos problemas nacionais.

Não posso terminar a minha oração sem falar da última etapa da nossa viagem que foi à Vale do Rio Doce. Divergem muitos no sentido de afirmarem uns que deveremos realizar uma grande indústria do ferro e aço porque a exportação da matéria-prima é característica dos países coloniais ou semicoloniais, e outros quando propugnam por essa exportação. Penso que ainda aí existe unilateralidade. Estamos num momento de transição e, por conseguinte, precisamos das duas coisas. A Suécia exporta minério e fabrica ferro e aço. O Brasil, neste momento de transição, precisa da Companhia Vale do Rio Doce para exportar minério e embasar, dessa forma, economicamente, o esforço siderúrgico na produção de aço fino.

Vi o problema em quatro dias de excursão constante e de debates com os técnicos e entendi de convidar meus companheiros de excursão, os sete Deputados que éramos, para que essa nossa viagem não fosse apenas de estudo, de observação, mas fosse uma viagem revolucionária, desfraldando nós uma bandeira, a de formar uma nova mentalidade em nosso País, que encare a problemática nacional no seu conjunto, nas suas correlações, e crie uma economia sadia para podermos resolver o problema monetário, sem o que continuaremos com os curandeiros a nos darem tisanas e mezinhas que não resolvem o problema da Nação.

Esta a conclusão da nossa viagem, conclusão que é um desfraldar de bandeira, e desfraldar de bandeira que é um convite a todos os parlamentares do Brasil para nos levantarmos num grande movimento contra a rotina, contra o anacronismo, contra a velhice da mentalidade predominante em nosso Governo...

O Sr. Milton Reis – Muito bem!

O SR. PLÍNIO SALGADO – ... e criarmos uma juventude de espírito capaz de realizar a grande nação! (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

VIII

PROJETOS

PROJETO N.º 277, DE 1963

Dispõe sobre nova estrutura agropecuária no País, e dá outras providências.

(Do Sr. Plínio Salgado e outros)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Definições e objetivos

Art. 1.º Define-se a presente Lei de Reforma Agrária como uma fixação de normas para rever as relações jurídicas, econômicas e sociais, relativas à propriedade agropecuária e ao trabalho rural, visando à mais justa distribuição e ao melhor aproveitamento da terra e da renda, de forma a garantir ao homem rurícola condições de vida dignas e à Nação o aproveitamento integral de todas as suas forças, no sentido de um desenvolvimento harmonioso.

Art. 2.º A Lei de Reforma Agrária tem por objetivos:

I) a valorização econômica do homem rural, proporcionando-lhe saúde, instrução, assistência técnica, financiamento, estímulo às indústrias primárias, transportes, facultando-lhe acesso à propriedade da terra e garantindo amparo à sua produção;

II) a fixação, segundo o critédio das diferenciações geográficas, ecológicas, natureza da produção, processos de trabalho e condições familiares, dos conceitos de latifúndio, minifúndio, propriedade média e propriedade familiar;

III) a segurança dos legítimos direitos ao trabalhador rural;

IV) a disposição de medidas tendentes à conservação e recuperação do solo, florestamento e reflorestamento, irrigação, conservação das espécies vegetais e animais do País;

V) o estabelecimento de normas para o escoamento da produção, conquista de mercados, garantindo ao lavrador e ao criador preços compensadores e premunindo-os contra eventuais prejuízos, mediante seguro agropecuário.

Art. 3.º As definições e objetivos constantes desta lei visam aos seus efeitos, estabelecem limites à sua regulamentação e disciplinam a sua aplicação.

CAPÍTULO II

Valorização econômica do homem rural

Art. 4.º Entende-se por valorização econômica do homem rural a elevação de seus índices de saúde e de instrução.

Art. 5.º O Poder Executivo da União, por intermédio dos órgãos federais adequados ou convênios com os Estados, organizará um serviço de Higiene e Medicina Rurais, com a finalidade de:

I – criar centros de saúde, servindo às regiões agrícolas e pecuaristas, através dos quais seja dada assistência médica, odontológica e farmacêutica aos núcleos populacionais dedicados à faina agropecuária;

II – criar unidades móveis para que os serviços referidos no inciso precedente atinjam regiões onde aquelas não possam ser instaladas, mediante lanchas ou veículos equipados com o instrumental e medicamentos nos salários, sob a direção de médicos, dentistas e enfermeiras;

III – fundar estabelecimentos hospitalares ou utilizar-se dos já existentes, mediante convênios, para atender nas regiões agrícolas às necessidades de socorros médico-cirúrgicos; e

IV – organizar um serviço de Higiene Rural, destinado a instruir as populações rurais no sentido de se premunirem contra a verminose, a malária, a xistosomose, a doença de Chagas, a varíola, a sífilis, a tuberculose, o tifo, a paralisia infantil e outras enfermidades, instruindo-as também sobre as melhores condições de habitação, indumentária, alimentação e hábitos saudáveis de trabalho e de vida.

Art. 6.º Preparar uma mentalidade rural, utilizando-se de:

I – escolas primárias de tipo adequado a cada zona de produção, clima, processos de trabalho, de sorte a familiarizar a criança, o adolescente e o adulto com o meio ambiente, despertando-lhe amor à terra e às atividades ligadas ao aproveitamento do solo; e

II – escolas de iniciação agrícola e agrotécnicas destinadas a introduzir nos costumes inovações e melhoria de processos tendentes ao aumento e aperfeiçoamento da produção.

CAPÍTULO III

Assistência Técnica

Art. 7.º A assistência técnica aos lavradores e criadores se efetivará pelos seguintes meios:

I – visitas periódicas de técnicos e práticos, a fim de orientar o lavrador e o pecuarista em relação ao trato do solo, à adequação das lavouras, à imunização contra as pragas vegetais e moléstias animais, à mecanização da agricultura;

II – instalação nas sedes dos Municípios de casas da lavoura para atender a consultas e auxílios solicitados;

III – reequipamento das Escolas de Agronomia, Veterinária, Economia Doméstica;

IV – ampliação e intensificação de pesquisas e experimentações relacionadas com problemas do meio rural, mediante novas estações experimentais e melhoria de equipamento das já existentes;

V – desenvolvimento da indústria de trator, máquinas e implementos para a lavoura, assim como de adubos químicos, visando ao barateamento desses produtos e estabelecendo-se formas de pagamento de modo a tornar acessíveis ao lavrador e ao criador os instrumentos de trabalho que lhes são necessários;

VI – organização nos Municípios de um serviço de patrulhas mecanizadas, podendo, para esse fim, fazer convênios com entidades de classe rurais; e

VII – facilitação aos agricultores, no sentido de aquisição de sementes e mudas.

CAPÍTULO IV

Financiamento

Art. 8.º Qualquer lavrador ou criador disporá de crédito correspondente ao valor de suas terras, de suas instalações, seus bens móveis e semoventes e à estimativa de sua produção no ano em curso.

Art. 9.º Para o afeito do artigo precedente, criar-se-á o Banco Nacional de Desenvolvimento Rural, com ramificações de agências em todas as regiões agropecuárias do País.

Art. 10. Adotar-se-á o sistema do crédito supervisionado, não só para efetiva cooperação do Banco com os órgãos de que trata o artigo 7.º, mas ainda visando à fiscalização relativa ao emprego das quantias emprestadas.

CAPÍTULO V

Indústrias primárias

Art. 11. Será facilitado e estimulado o desenvolvimento das indústrias primárias, diretamente ligadas à produção agropecuária regional, e de artesanato com aproveitamento das matérias-primas da região.

Art. 12. Criar-se-ão nos Municípios escolas de artesãos, destinadas a manter a tradição dos produtos típicos locais e aperfeiçoá-los.

Art. 13. As indústrias primárias gozarão dos mesmos direitos da lavoura e da criação, no que concerne ao crédito e financiamento dos termos dos artigos 8.º, 9.º e 10.º da presente lei.

CAPÍTULO VI

Locomoção e transporte

Art. 14. Ao agricultor e ao criador serão propiciados os meios para a aquisição de veículos rurais, para o que a União estimulará o desenvolvimento da indústria respectiva pelos meios mais convenientes e tendo em vista o barateamento do produto.

Art. 15. Será propiciado financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Rural e por outros meios, para os efeitos do artigo precedente.

Art. 16. A política ferroviária, rodoviária, fluvial e marítima da União terá em vista, sobretudo, o desenvolvimento agropecuário do País, o escoamento e trânsito da produção, assim como o transporte de máquinas, implementos, adubos e outros elementos indispensáveis ao trabalho rural.

Art. 17. Após estudo conjunto dos Ministérios da Viação e da Agricultura e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a colaboração dos órgãos técnicos dos Estados, será executado um plano de desenvolvimento da navegação fluvial.

Art. 18. A navegação marítima será remodelada sob critérios racionais, objetivando a rapidez e barateamento dos transportes dos produtos da terra e das utilidades fundamentais ao desenvolvimento agropecuário do País.

Art. 19. Os serviços de carga e descarga dos portos devem submeter-se aos imperativos do enriquecimento nacional e barateamento do custo de vida.

Art. 20 A União porá em execução um plano ferroviário nacional conjugado com os interesses do desenvolvimento agropecuário do País.

Art. 21. O plano rodoviário nacional inserirá, nos seus lineamentos gerais, a construção de estradas de acesso às regiões onde a produção se encontrar estagnada por falta de vias de comunicação, devendo para isso promover a colaboração dos Estados e Municípios.

Art. 22. Sob nenhum pretexto será permitido, durante os primeiros cinco anos de execução da presente lei, o aumento do preço dos combustíveis.

CAPÍTULO VII

Acesso à propriedade e uso da terra

Art. 23. Fica assegurado a todos os brasileiros o acesso à propriedade e ao uso da terra.

Art. 24. A União providenciará no sentido de distribuir terras a agricultores que atualmente não as possuem e desejem possuí-las utilizando-se:

I – das que pertencem ao seu patrimônio;

II – das em que houver doação; e

III – das que forem objeto de desapropriação por interesse social.

Art. 25. A distribuição de terras será feita mediante compra e venda, podendo o pagamento ser efetuado à vista ou em prestações.

Art. 26. A distribuição de terras públicas desapropriadas ou por outros meios adquiridas será feita, principalmente, mediante programa prévio de colonização.

Art. 27. O Poder Público estimulará por todos os meios o desenvolvimento da colonização privada. Para isso, a União poderá, entre outras medidas, ceder áreas de terras a empresas de colonização.

Art. 28. Os programas de colonização terão em vista a criação de unidades agrícolas de tipo familiar.

§ 1.º É unidade agrícola familiar a explorada pessoalmente pelo agricultor e sua família, admitida a participação, não-preponderante, do trabalho assalariado.

§ 2.º A extensão das unidades agrícolas familiares será fixada, para cada região, levando-se em conta a natureza da atividade econômica em função da capacidade produtiva da terra, a localização quanto às vias de acesso, a proximidade dos centros consumidores.

§ 3.º As propriedades rurais imóveis definidas nesta lei como unidades agrícolas de tipo familiar são impenhoráveis e intransmissíveis *inter vivos*, no caso de o pagamento total do seu valor não ter sido ainda efetuado.

Art. 29. As terras de domínio público destinadas à distribuição e colonização serão vendidas mediante expedição de títulos de propriedade, vedada a hipótese de doação.

Art. 30. As terras da União só serão distribuídas aos que não forem proprietários de outro imóvel rural, salvo quando os rendimentos deste se tornarem insuficientes para a sua manutenção e de sua família.

Art. 31. Além dos casos previstos no artigo 156 da Constituição da República, terão preferência para aquisição de unidades agrícolas de tipo familiar:

a) os parceiros e arrendatários;

b) os posseiros;

c) os que trabalham como assalariados em imóvel rural;

d) os proprietários de terras comprovadamente insuficientes à sua manutenção e de sua família; e

e) os que tenham prática em trabalhos de agricultura.

Parágrafo único. O expropriante assegurará ao expropriado a reserva prévia de uma unidade de tipo familiar, nas próprias terras objeto da desapropriação, assim como a escolha da localização da referida gleba.

Art. 32. A preferência de que trata o artigo precedente é extensiva a estabelecimentos de ensino agrícola e colônias de menores, mantidas por entidades particulares, às quais será facultada a aquisição de uma ou mais unidades contíguas, submetendo-se os beneficiados à fiscalização técnica governamental e gozando, como os demais aquinhoados, dos direitos aos benefícios previstos nesta lei.

Art. 33. Em igualdade de condições relativas às preferências de que tratam os artigos 34 e 35, precederá o chefe de família mais numerosa.

Art. 34. A venda de terras, a qualquer título, pertencentes à União será efetuada a prazo, a menos que o beneficiado não o deseje, e pelo preço fixado pela desapropriação, quando se tratar de áreas desapropriadas, com o acréscimo da fração das despesas da colonização correspondentes à gleba vendida. Nos casos dos incisos I e II do artigo 26 desta lei, o preço deverá ser o corrente nas vizinhanças.

§ 1.º Sendo a venda efetuada a prestações, estas serão anuais e sucessivas, em datas fixadas de acordo com as peculiaridades de cada região, da natureza da lavoura e da capacidade de pagamento do adquirente.

§ 2.º O comprador poderá, em qualquer tempo, saldar o seu débito e obter o título definitivo da propriedade.

Art. 35. Os imóveis rurais adquiridos da União reverterão ao patrimônio do vendedor quando ocorrer o abandono ou renúncia tácita ou expressa à sua exploração por parte do comprador.

§ 1.º Considera-se abandono ou renúncia tácita manter inexploradas as áreas susceptíveis de aproveitamento.

§ 2.º Na hipótese de o interessado formalizar a renúncia, será indenizado pelas despesas feitas em benfeitorias necessárias, desde que estas tenham sido autorizadas pelo órgão executor do plano de colonização.

§ 3.º É vedada a alienação, a qualquer título, de parcelas, das unidades agrícolas do tipo familiar adquiridas da União, salvo quando necessárias a pequenas retificações de divisas, com expresso consentimento do órgão executor do plano de colonização.

§ 4.º Os imóveis mencionados neste artigo não poderão ser incorporados ao patrimônio de sociedades civis ou mercantis, ressalvadas as cooperativas.

Art. 36. As terras adquiridas na forma desta lei são inalienáveis pelo prazo de cinco anos contados da data da emissão do título definitivo de propriedade.

Art. 37. É permitida a permuta de unidades agrícolas do tipo familiar, desde que solicitada pelos interessados e autorizada pelo órgão executivo.

Art. 38. Nenhuma divisão por ato *inter vivos* ou transmissão *causa mortis* poderá reduzir a área do imóvel rural a extensão menor do que a fixada na forma da presente lei.

Art. 39. A extinção e a administração do condomínio resultantes do disposto no artigo precedente obedecerão aos processos estabelecidos na legislação comum para os imóveis divisíveis.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a concessão de crédito funcionário em relação ao imóvel rural indivisível.

CAPÍTULO VIII

Conceitos especiais das propriedades agropecuárias

Art. 40. Conceitua-se o latifúndio como uma grande área de terras desapropriadas por omissão, negligência, incapacidade ou intuitos de especulações do seu proprietário.

Art. 41. Não se considera latifúndio:

I – a área dilatada de terras sem meios de comunicação rodoviária, fluvial ou marítima;

II – as áreas de terras em regiões áridas, com manchas de solo fértil, desde que as partes improdutivas não se tenham beneficiado de obras governamentais contra secas e melhoria das suas condições pelos recursos de assistência técnica e outros previstos na presente lei;

III – as áreas destinadas à criação de gado, respeitado o índice de utilização por cabeça/hectare, na proporção estabelecida pelo órgão competente, atendidas as peculiaridades regionais; e

IV – as áreas de terras destinadas a certos tipos de lavoura que as tornariam antieconômicas em pequena ou média propriedade.

Art. 42. Define-se o minifúndio como a propriedade rural de área reduzida que não atende às necessidades de subsistência da família média.

Parágrafo único. Não se considera minifúndio a área que, embora reduzida, seja utilizada em cultura cuja produção, alcançando altos preços, se torne suficiente para a subsistência de família média.

Art. 43. Define-se a propriedade média como aquela que exceda as áreas das unidades familiares a que se refere o artigo 31.

Art. 44. A União providenciará no sentido de extinguir os latifúndios caracterizados pelo artigo 43 desta lei e favorecer a média propriedade desde que, pela sua produção, concorra para o enriquecimento do País e bem-estar da região, e estimular a disseminação das unidades agrícolas familiares.

Art. 45. Quando houver diversos minifúndios em contigüidade, o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura procurará promover, de acordo com os proprietários, a criação de cooperativa de produção; e, no caso de os proprietários se negarem, os minifúndios poderão ser desapropriados para os fins da presente lei.

CAPÍTULO IX

Desapropriação por interesse social

Art. 46. A desapropriação por interesse social tem por fim promover a justa distribuição da propriedade rural e condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do artigo 147 da Constituição da República.

Art. 47. Consideram-se casos de interesse social:

I – o aproveitamento de áreas não-cultivadas, por negligência ou incapacidade do proprietário, comprovadas estas pelo nenhum ou insuficiente rendimento e não-utilização dos recursos técnicos e financeiros propiciados por esta lei, desde que estes não tenham sido negados;

II – o aproveitamento de excedentes não-utilizados ou supérfluos de extensões consideradas latifundiárias pelos critérios estabelecidos na presente lei;

III – a exploração econômica de terras beneficiadas com investimentos públicos, que se tornem necessárias à plena realização dos objetivos visados por aqueles investimentos;

IV – o estabelecimento de núcleos de colonização;

V – a instalação de unidades agrícolas para produção de alimentos destinados ao abastecimento de centros próximos de consumo;

VI – a organização de fazendas-modelo e campos experimentais;

VII – a instalação de armazéns, silos, indústria de conservação e beneficente da produção e de outras obras de interesse para a economia rural;

VIII – a instalação de escolas agrícolas;

IX – o florestamento e o reflorestamento;

X – a manutenção de posseiros em terras por eles trabalhadas diretamente há mais de cinco anos consecutivos, no sistema de unidades de produção familiares;

XI – a proteção da fauna e da flora, dos mananciais e cursos de água e recursos naturais renováveis;

XII – a transformação de exploração extensiva em zonas onde o regime de propriedade e o sistema de exploração sejam empecilhos ao mais adequado aproveitamento do solo; e

XIII – os conjuntos de minifúndios antieconômicos, desde que os proprietários se neguem a constituir-se em organizações associativas beneficiadas pelos dispositivos da presente lei.

Art. 48. Não serão passíveis de desapropriação as unidades do tipo familiar e as propriedades de tipo médio.

Parágrafo único. Estende-se esta garantia a terras objeto de colonização por entidades particulares, cujas empresas devem ser estimuladas pela União.

Art. 49. Para efeito de desapropriação por interesse social, considera-se justa a indenização baseada na média entre o valor médio unitário nas avaliações do Poder Público e dos atos relativos a terras de localização e características comparáveis, constantes dos Registros Públicos, nas mesmas zonas, no penúltimo ano anterior ao decreto de desapropriação.

§ 1.º O pagamento prévio da justa indenização só não se efetivará em dinheiro quando o desapropriado livremente convier noutra forma de pagamento.

§ 2.º Poderá dar-se a imissão imediata da União na posse do imóvel, desde que ela, alegando urgência, deposite metade do valor da indenização. Neste caso, o desapropriado poderá levantar a parcela assim depositada.

§ 3.º A declaração de urgência obriga o expropriante a propor a ação de desapropriação no prazo máximo de 4 meses, contado da data da publicação do decreto que declare o interesse social.

§ 4.º Os bens desapropriados por interesse social, uma vez incorporados ao patrimônio do desapropriante, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação, resolvendo-se em perdas e danos qualquer ação que nesse sentido venha a ser julgada procedente.

§ 5.º Na ação de desapropriação por interesse social, a demanda versará, exclusivamente, sobre vícios de processo judicial ou impugnação de preço. Qualquer outra questão, inclusive a decisão sobre se se verificam, ou não, os casos de interesse social, deverá constituir objeto de ação direta.

§ 6.º No em que esta lei for omissa, aplicam-se as disposições legais referentes à desapropriação por utilidade pública e a lei que regula a desapropriação por interesse social.

CAPÍTULO X

Direitos do trabalhador rural

Art. 50. Ficam assegurados aos assalariados em estabelecimentos agropecuários os direitos que lhes são conferidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

Art. 51. O trabalhador rural será assistido, no que se refere à sua saúde e de sua família e ao acesso à instrução, de conformidade com o disposto nos artigos 4.º, 5.º e 6.º desta lei.

CAPÍTULO XI

Parceiros e rendeiros

Art. 52. Em nenhum caso os preços de arrendamento de terras agricultáveis poderão exceder a mais de 10% sobre o valor do imóvel ou parte do imóvel arrendado, podendo apenas, de dois em dois anos, ser reajustado aquele valor, de conformidade com a eventual desvalorização da moeda e conseqüente encarecimento das terras.

Art. 53. Nos casos de parceria, a cota do proprietário na participação dos frutos não poderá ser superior a 20% quando este concorre apenas com a terra.

Art. 54. Tanto ao proprietário como aos rendeiros e parceiros será facultada a utilização do seguro agropecuário.

Art. 55. Os contratos de parceria e arrendamento terão a duração convencionada entre as partes, nunca inferior ao prazo de dois anos, assegurado o direito de rescisão, que só se efetivará nos intervalos das safras e mediante aviso prévio de, pelo menos, seis meses.

§ 1.º O contrato prorroga-se sucessiva e automaticamente por igual prazo, se até seis meses antes de seu termo o proprietário não notificar judicialmente o locatário, ou no sentido do reajuste do valor do imóvel em conseqüência da desvalorização da moeda e resultante aumento desse valor, ou manifestando sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente.

§ 2.º Retomado o imóvel sob motivo de exploração direta desejada pelo proprietário, este não poderá desistir, sob nenhum fundamento, da referida exploração, sob pena de multa equivalente a duas vezes o arrendamento anual do imóvel, em se tratando de arrendamento, ou das cotas do proprietário na participação dos frutos durante os últimos dois anos agrícolas, na hipótese de parceria.

Art. 56. Aos parceiros e rendeiros serão assegurados os mesmos direitos dos trabalhadores rurais assalariados, de conformidade com o disposto no artigo 54 desta lei.

Art. 57. O contrato de arrendamento ou parceria rescinde-se em caso de o arrendatário sublocar as terras arrendadas ou não as explorar diretamente.

CAPÍTULO XII

Seguro agropecuário

Art. 58. O Governo Federal, através do órgão mais conveniente, ampliará, em moldes adequados aos objetivos da presente lei, o Seguro Agropecuário que beneficiará os agricultores e criadores, nos casos de secas, inundações, granizo, geadas, epidemias, incêndios e outras calamidades que inutilizem as safras e exterminem rebanhos e aviários.

Art. 59. O seguro agropecuário reger-se-á pelas disposições legais já existentes sobre a matéria e adotará, em regulamentação adequada, as amplas finalidades enunciadas no artigo precedente.

CAPÍTULO XIII

Conservação dos produtos e acesso aos mercados

Art. 60. A União providenciará no sentido de estabelecer, nas zonas agropecuárias, assim como nas proximidades dos centros consumidores, armazéns, silos, frigoríficos e outras instalações destinadas à concentração regional e conservação dos produtos agropecuários.

Art. 61. Os lavradores deverão organizar-se, ou em cooperativas de produção, ou em associações rurais, às quais competirá levantar a estatística anual relativa à produção como volume e a referente às despesas efetuadas, para efeito de garantia de preço mínimo a ser fixada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Rural, incumbido do financiamento.

Parágrafo único. Os dados a que se refere o artigo precedente serão enviados às confederações respectivas que os encaminharão ao banco financiador.

Art. 62. Ao Poder Público compete fiscalizar a aplicação dos critérios enunciados no artigo precedente, assim como o atendimento às solicitações de providências reclamadas pelas entidades associativas agropecuárias.

Art. 63. As entidades associativas não poderão, sob nenhum pretexto, reter as mercadorias destinadas ao consumo interno.

Art. 64. O lavrador ou criador que não participar ou das cooperativas de produção, ou de entidades associativas rurais da sua categoria de produção, não gozará dos benefícios propiciados pela presente lei.

Art. 65. O Poder Público fiscalizará os estabelecimentos comerciais no sentido de impedir que aos preços mínimos fixados para os produtos agropecuários seja acrescentada margem de lucro considerada excessiva, e, ao mesmo tempo, coibirá a retenção, por parte do comércio, das mercadorias destinadas ao consumo público.

Art. 66. O Poder Público fiscalizará os estabelecimentos comerciais dos diversos ramos, cujos artigos sejam necessários ao lavrador e ao pecuarista, objetivando evitar altas exageradas de preços, a fim de facultar ao agricultor e ao criador os meios de baratear o custo de sua produção.

Art. 67. O comerciante que transgredir o disposto nos artigos 65 e 66 desta lei, além da multa que lhe será imposta, não poderá utilizar-se do crédito bancário em estabelecimentos oficiais.

Art. 68. A União providenciará no sentido de ampliar as áreas dos mercados externos a serem atingidos pelos produtos agropecuários exportáveis do País.

Art. 69. A União providenciará no sentido de estimular, por todos os meios, o incremento do comércio interno do País.

Art. 70. Para facilitar e assegurar o desenvolvimento do comércio interno, a União entrará em entendimento com os Governos dos Estados e dos Municípios e com as entidades representativas das diversas categorias econômicas.

CAPÍTULO XIV

Órgão Executor da Reforma Agrária

Art. 71. O Órgão Executor da Lei da Reforma Agrária deverá ser constituído por uma Comissão Executiva e um Conselho Deliberativo.

Art. 72. O Conselho Deliberativo, uma vez constituído, indicará ao Presidente da República os nomes, em listas tríplices, dos que deverão compor a Comissão Executiva.

Art. 73. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de representantes de órgãos governantes e de categorias econômicas e culturais, devendo aqueles serem de livre escolha do Presidente da República e aprovadas pelo Senado, e estes, de livre nomeação do Chefe da Nação, mas tomados das listas tríplices que lhe serão oferecidas pelas entidades de cada categoria.

Art. 74. Os representantes dos órgãos governamentais serão:

– 1 do Ministério da Agricultura;

- 1 do Ministério da Fazenda;
- 1 do Ministério da Saúde;
- 1 do Ministério da Educação;
- 1 do Ministério da Viação;
- 1 do Ministério da Indústria e do Comércio;
- 1 do Ministério de Minas e Energia;
- 1 do Banco do Brasil;
- 1 do Banco Nacional de Desenvolvimento Rural; e
- 1 do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Art. 75 Os representantes de entidades sociais, econômicas e culturais serão:

- 1 da Confederação Rural Brasileira;
- 1 da Sociedade Brasileira de Agronomia;
- 1 da Sociedade Brasileira de Veterinários;
- 1 da Junta Administrativa do IBC;
- 1 da Associação Brasileira dos Municípios;
- 1 da Confederação Nacional das Indústrias;
- 1 da Confederação Nacional do Comércio;
- 1 da Confederação dos Trabalhadores Rurais;
- 1 da Ordem dos Advogados do Brasil; e
- 1 da Ordem dos Economistas do Brasil.

Art. 76. A Comissão Executiva constituir-se-á de um Diretor Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor Tesoureiro, cujas atribuições serão fixadas em regulamento.

Art. 77. Todas as deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos e as suas atribuições serão fixadas em regulamento.

Art. 78. A Comissão Executiva, de acordo com a matéria sobre a qual haja de deliberar, fá-lo-á por decisão do Presidente, referendada pelo Diretor a cujas atribuições seja a matéria afeta.

Art. 79. É facultado aos Estados designar representante junto ao Conselho Deliberativo para opinar em relação a planos e programas que interessem às regiões geoeconômicas em que estejam incluídos.

Art. 80. O mandato tanto do Conselho Deliberativo como da Comissão Executiva será de quatro anos.

Parágrafo único. Trinta dias antes do término do mandato, as entidades representativas de categorias econômicas e culturais enviarão listas tríplices de nomes ao Presidente da República, para que este nomeie os membros do novo Conselho para o novo período.

Art. 81. O Órgão Executor da Lei de Reforma Agrária denominar-se-á Superintendência da Reforma Agrária ou, abreviadamente, SUPRA.

CAPÍTULO XV

Fundos destinados à execução da presente lei

Art. 82. Para atender às necessidades financeiras decorrentes da presente lei, fica criado um fundo contábil, com a seguinte composição:

I – os recursos previstos no artigo 7.º da Lei Delegada número 11, de 11 de outubro de 1962;

II – o produto da arrecadação do imposto de renda pago pelas pessoas físicas e jurídicas que se dedicam a atividades agropecuárias, bem como o imposto retido na fonte sobre aluguéis, aforamentos, arrendamentos e venda de imóveis rurais;

III – as dotações orçamentárias;

IV – os recursos de outra natureza que lhe forem expressamente destinados.

Art. 83. Esta lei entrará em vigor sessenta dias após a sua publicação e será regulamentada em igual prazo.

Art. 84. Revogam-se as disposições, em contrário.

Brasília, abril de 1963; 148.º da Independência, 75.º da República.

Justificação

A bancada do Partido de Representação Popular, entendendo que todos os projetos de Reforma Agrária até hoje produzidos por ilustres parlamentares e, finalmente, pelo Executivo, ressentem-se da unilateralidade dos critérios de interpretação, de que decorrem soluções parciais que não satisfazem às necessidades imperativas de uma reestruturação agrária do País, entendeu submeter a matéria a uma nova criteriologia, de que resultou o presente projeto de lei.

Partindo de princípio da correlação dos problemas sociais e econômicos, os parlamentares do PRP verificaram que uma Reforma Agrária capaz de atender aos anseios do povo brasileiro deverá inserir no quadro da problemática rural todos os setores de atividades que interferem na vida agropecuária do Brasil.

Convinha, antes de tudo, ordenar a matéria, o que foi feito, procurando-se os termos com que se enuncia o problema do Homem, da Terra e da Produção.

Evidentemente que o mais importante dos três é o Homem, como causa e fim. Ele se utiliza de um instrumento, que é a Terra. Com esta, cria os meios de seu bem-estar e de enriquecimento nacional, que é a Produção.

Causa e fim da nova estrutura agrária, o Homem terá de ser considerado de modo integral: com valor espiritual, por cujos direitos propugnam a doutrina social da Igreja Católica e do Cristianismo em geral, assim como implicitamente, o romantismo socialista; e como valor econômico e agente da Produção.

O valor econômico do Homem se mede pelo seu poder de produtividade e este se subordina a dois elementos: saúde e instrução. Tratando-se de um lavrador, ele é tanto mais capaz como valor econômico, quanto mais goze saúde e disponha de maior soma de conhecimentos.

O projeto começa, portanto, pela valorização econômica do Homem Rural, criando centros de saúde regionais, unidades móveis para zonas de mais difíceis meios de comunicação, fundando hospitais ou determinando a utilização dos já existentes, organizando um serviço de higiene rural e caráter preventivo e educativo, instituindo escolas primárias adequadas a cada zona de produção e escolas de iniciação agrícola e agrotécnicas.

Entra, em seguida, a lei proposta, na matéria relevante da assistência técnica ao lavrador e pecuarista. Estudo e desenvolvimento de um programa de ação eficaz, desde a reaparelhagem de institutos e escolas agronômicas, estas, estabelecimentos de pesquisas e experimentações, até as visitas de agrônomos e veterinários para orientação do lavrador ou criador no próprio local de seu trabalho. Neste capítulo se cogita, ainda, do estímulo que deve ser prodigalizado pelo Governo, no sentido do máximo incremento da indústria de tratores, máquinas e implementos, de veículos rurais e de adubos químicos, assim como de um plano de barateamento de tais produtos e de sua compra com facilidades de pagamento.

Como se vê, a esta altura da presente justificação, já estão presentes no quadro da reestruturação agrária as atividades de quatro Ministérios e respectivas Secretarias de Estado: Saúde, Educação, Agricultura e Indústria e Comércio.

No Capítulo IV, o projeto cogita de financiamento. De nada vale dar terra aos sem-terra, se, com a saúde,a instrução, a assistência técnica não lhes facultarmos dinheiro. Para mais perfeita racionalização do crédito agropecuário é proposta a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Rural e o sistema do crédito supervisionado.

Não se esqueça o projeto das indústrias primárias, diretamente ligadas à produção agropecuária regional. Devem ser elas estimuladas, criando-se escolas de artesanato, destinadas a manter a tradição dos produtos típicos locais, aperfeiçoando-os, e devem ser amparadas tais indústrias que gozarão dos mesmos direitos da lavoura e da criação no que concerne ao crédito e financiamento.

Completando os recursos de que necessita o produtor agropecuário, o projeto procura resolver o problema dos transportes. É assunto complexo, que envolve uma larga política rodoviária, ferroviária, fluvial e marítima, correlacionada com os serviços de carga e descarga nos portos, o preço dos combustíveis, a indústria automobilística e outras questões. A produção seria desestimulada e entraria em decadência depois da euforia dos primeiros surtos, se as dificuldades de trânsito e o encarecimento dos fretes trouxessem como conseqüência a estagnação dos produtos.

Visionados todos os ângulos relativamente ao homem, o projeto encara o segundo termo do problema: a terra. Trata de acesso à propriedade rural e seu uso. Considerando a propriedade como soma de trabalho humano, fixa o princípio de que ela participa dos mesmos direitos e prerrogativas inerentes à liberdade e dignidade do homem. Assegura a todos os brasileiros o acesso à propriedade e uso da terra. Estabelece os critérios da distribuição das terras da União, das que já pertencem ao seu patrimônio, das que houver por doações e das decorrentes da desapropriação por interesse social. A distribuição será feita mediante compra e venda, cujas normas o projeto regula, subordinando-a a planos de colonização. O projeto define e configura a "unidade agrícola familiar", segundo as peculiaridades de cada região agropecuária do País e a natureza da produção. Estabelece a preferência para a aquisição dessas unidades agrícolas, dando prioridades a parceiros e rendeiros, a posseiros, a assalariados em imóvel rural, aos proprietários de terras comprovadamente insuficientes para a sua manutenção e da sua família, ressalvando o direito do agricultor, cujas áreas forem desapropriadas, de reservar para si uma de tais unidades familiares, em local de sua livre escolha. Prevê os casos de renúncia tácita ou expressa do comprador. Assegura direitos e impõe deveres tanto à União como ao lavrador ou criador aos quais forem distribuídas terras.

Capítulo de máxima importância para a conceituação do problema agrário do País é o em que define o latifúndio, o minifúndio, a propriedade média e a familiar. Define o latifúndio como uma grande área, desaproveitada por omissão, negligência, incapacidade ou intuitos de especulação do seu proprietário. Estão fora desse caso as áreas dilatadas de terras sem meios de comunicação; as de regiões áridas com manchas de solo fértil, as destinadas à criação do gado, respeitada a utilização por cabeça/hectare; as destinadas a certos tipos de lavoura que se tornariam antieconômicas em média ou pequena propriedade. O minifúndio é definido como uma propriedade rural de área reduzida que não atende às necessidades de família média. Define-se a propriedade média como aquela que exceda as áreas do tipo da unidade familiar. A União providenciará no sentido de extingüir os latifúndios e os minifúndios, favorecendo as propriedades médias, desde que estejam concorrendo para o enriquecimento do País, e as unidades de tipo familiar.

O latifúndio será objeto de desapropriação por interesse social. O mesmo ocorrerá com as áreas de minifúndios contíguos, quando os proprietários não se organizarem em cooperativas capazes de os tornar economicamente aproveitáveis.

O projeto, na forma do artigo 147 da Constituição da República, enumera os casos em que se pode dar a desapropriação por interesse social. O pagamento da indenização será em dinheiro, salvo quando o desapropriado convier livremente noutra forma de pagamento. Estabelece-se o critério para a fixação do preço justo e traçam-se as normas de processo expropriatório.

Assegurando aos assalariados em estabelecimentos agropecuários os direitos que lhe são conferidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, o projeto entra na matéria relativa aos parceiros e rendeiros. Fixa o máximo da percentagem sobre o valor do imóvel a ser paga ao proprietário, estabelece as condições contratuais, sempre tendo em vista garantir o desenvolvimento da produção.

Não podia deixar o projeto de determinar providências no sentido de ampliar o seguro agropecuário contra secas, inundações, granizo, geadas, epidemias, incêndios e outras calamidades; foi o que fez no Capítulo XII.

Uma lei que vise a abranger todos os aspectos das atividades agropecuárias no País deverá ter em vista o que se refere ao florestamento e reflorestamento, à proteção da flora e da fauna, dos mananciais e cursos d'água e dos recursos naturais renováveis. Para tais finalidades, deixando à legislação já existente a fiscalização já existente, a fiscalização necessária, o projeto menciona, entre os motivos determinantes de desapropriação por interesse social, os que objetivam essas providências. Não se esqueceu de, no inciso IV do Capítulo I, mencionar a conservação e recuperação do solo, para cuja orientação se instituem as visitas periódicas de técnicos e práticos no inciso I, do artigo 7.º.

Finalmente, o projeto considera o terceiro termo do problema agropecuário: a produção. A União providenciará no sentido de estabelecer nas zonas agropecuárias, assim como nas proximidades dos centros consumidores, armazéns, silos, frigoríficos destinados à concentração regional e conservação dos produtos agropecuários. Os lavradores e criadores deverão organizar-se em cooperativas ou filiar-se a associações rurais, às quais competirá levantar a estatística anual relativa à produção como volume e as referentes às despesas efetuadas, para efeito da garantia de preço mínimo a ser comunicado através das confederações respectivas ao banco financiador. As cooperativas ou associações não poderão reter as mercadorias, sob nenhum protesto. O comércio será fiscalizado no sentido de se impedir que aos preços mínimos fixados pela acrescida margem de lucro excessivo e de coibir a retenção das mercadorias destinadas ao consumo público. A União providenciará a ampliação das áreas dos mercados externos e o incremento do comércio interno.

Expostas as linhas gerais do projeto, convém apreciarmos certas medidas nele propostas. No artigo 26, dispõe-se que a distribuição de terras pela União será feita mediante programa prévio de colonização. É da máxima importância este dispositivo, que racionaliza e metodiza a distribuição, no sentido da maior eficiência no aproveitamento da terra, e em relação ao mais alto nível de produção. Alegando o Governo as dificuldades que encontraria para cumprir a Constituição no tocante ao pagamento em dinheiro a expropriados, não compreendemos como queira arcar com os ônus muitíssimo mais pesados das despesas de colonização. O projeto procura desonerar o Poder Executivo de tamanhos gastos, estabelecendo no artigo 27 que a União estimulará, por todos os meios, o desenvolvimento da iniciativa privada, podendo ceder terras a empresas de colonização. O que se tem visto, como realizações de tais empresas nos Estados de São Paulo e do Paraná, demonstra que, numa hora de dificuldades financeiras para o Estado brasileiro, a contribuição de iniciativa privada será preciosa.

Outro aspecto da Lei de Reforma Agrária que consubstancia este projeto está na preocupação de não se desorganizar a agricultura e a criação no País. Cinge-se a lei proposta à desapropriação das áreas consideradas latifúndio e minifúndio, pois ambas são antieconômicas, respeitando-se, entretanto, a propriedade média e a familiar. Se prejudicial à Nação é a extensão latifundiária, não podemos ir ao exagero de, destruindo a propriedade média, retalharmos o País de tal maneira que se impedisse o seu desenvolvimento baseado na própria natureza humana do progresso individual e familiar pelo trabalho.

Ver-se-á, no presente projeto de lei, que a preocupação máxima que presidiu a sua elaboração foi a de criar riquezas e não a de socializar a miséria. O "econômico" é a base do "social". Se, sob o ponto de vista ético, o "social" procede o "econômico", é fora de dúvida que essa procedência só se efetivará se, na ordem prática, for colocado, antes de tudo, o "econômico". Agir de outra forma será, subvertendo um critério realista e prático, atingir exatamente o contrário do que se propõe, empobrecendo o Povo Brasileiro, em vez de lhe dar os recursos e meios para o seu bem-estar.

Todas as medidas propostas neste projeto visam à elevação crescente dos índices da produção nacional. Atingindo este fim, teremos a tríplice conseqüência: da estabilidade e conforto do homem rural; do barateamento do custo de vida da populações urbanas; e de maiores rendas públicas, levando a Nação ao equilíbrio financeiro.

Exposta a temática do projeto, vejamos agora como constituir o órgão executor da Lei de Reforma Agrária e como obter os fundos necessários à sua execução.

Entenderam os parlamentares do PRP que uma lei de tamanha envergadura, que mobiliza todos os setores de atividades do País, deve ser executada fora das injunções ou interesses político-partidários. Os que hoje dominam a situação governamental podem, num futuro próximo ou remoto, ser apeados do Poder. E hoje, como amanhã, as naturais atitudes e preferências inerentes à natureza humana e aos interesses partidários desvirtuarão completamente as altas finalidades de uma nova e progressista estrutura agrária do Brasil. Nestas condições, ficam os partidos e facções fora da execução da lei proposta. O órgão executor será produzido organicamente pelas próprias categorias econômicas, sociais e culturais do País.

Formar-se-á, preliminarmente, um Conselho Deliberativo, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, mediante listas tríplices de nomes propostos pelas respectivas entidades. Além destes, o Chefe da Nação nomeará os representantes dos Ministérios e entidades governamentais cujas atividades são recrutadas para a grande transformação das estruturas agrárias do País. Constituído o Conselho Deliberativo, este enviará ao Presidente as listas tríplices de nomes para cada um dos Diretores da Comissão Executiva, que livremente fará as nomeações. O projeto oferece as normas básicas do funcionamento de órgão executor, a serem posteriormente regulamentadas.

Quanto aos fundos destinados à execução da lei ora proposta, estão devidamente previstos no Capítulo XV do projeto.

A bancada do Partido de Representação Popular, submetendo o problema da Reforma Agrária à criteriologia decorrente da doutrina que esposa, que é a da concepção global dos fenômenos sócio-econômicos e das suas correlações, e servindo-se dos conhecimentos teóricos e práticos relativos às diversificações geográficas e ecológicas do País, e tendo em vista, sobretudo, o enriquecimento nacional, sem cujos efeitos fracassará qualquer objetivo do bem-estar do nosso povo, furtou-se às nefastas influências de um lirismo inconseqüente e de um sentimentalismo estéril, como também dos intuitos demagógicos daqueles que, inflamados pela paixão, nunca penetraram na profundidade e complexidade de uma questão que somente tem servido de bandeira para agitações e confusões.

Firmada nessa atitude firme e corajosa, a bancada do PRP oferece à Nação brasileira, neste projeto, o grito de longos anos de observações, vários meses de debates em noites indormidas, convencida de que está cumprindo um dever histórico.

As desgraças nacionais, ou a realização plena de nossos propósitos enunciados neste projeto, com o engrandecimento do Homem Brasileiro e das

forças econômicas da Pátria, responderão ao estudioso do futuro as perguntas que formular sobre o momento que vivemos.

Brasília, 26 de abril de 1963. 148.º da Independência e 75.º da República.

A Bancada do Partido de Representação Popular: *Plínio Salgado*, Líder – *Abel Rafael*, Vice-Líder – *Ivan Luz* – *Osvaldo Zanello* – *Rubem Nogueira* – *Pedro Anschau*.

PROJETO N.º 486, DE 1963

Cria o Fundo Nacional para a Reforma Agrária, e dá outras providências.

(Do Sr. Plínio Salgado e outros)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado o Fundo Nacional para a Reforma Agrária nos termos desta lei e que se destinará à provisão dos recursos necessários à execução do plano nacional de desapropriações de terras na zona rural do País, objetivando a realização da reforma agrária.

Art. 2.º O Fundo Nacional para Reforma Agrária será constituído com os recursos provenientes de empréstimo compulsório a ser emitido pelo Governo Federal durante cinco exercícios financeiros consecutivos, em cinco séries distintas: Série A, no exercício de 1964; Série B, no de 1965; Série C, no de 1966; Série D, no de 1967; e Série E, no de 1968.

Parágrafo único. O limite da emissão de cada série será o da importância efetivamente arrecadada em cada exercício e computada como receita de empréstimo compulsório.

Art. 3.º O empréstimo compulsório de que trata o artigo anterior será subscrito obrigatoriamente pelas pessoas físicas e jurídicas contribuintes do Imposto de Renda e as expressamente mencionadas nesta lei, de acordo com a seguinte proporção:

I – adicional de 10% sobre o imposto cedular de renda arrecadado nas fontes e declarado pelas pessoas físicas conforme o disposto na Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962, e Decreto n.º 5.900, de 10 de abril de 1963, exceto os da cédula C, e previstos nos seguintes artigos do mesmo decreto: "Artigos 3.º, 4.º, 6.º, exceto os itens das letras *a*, *b*, *c*, e *d*; 10, 11, 92, 96, 97, 98 e 99." Inclusive sobre os lucros decorrentes de prêmios em dinheiro, valores ou mercadorias, obtidos em loterias, concursos desportivos, corridas de cavalos e sorteios de qualquer espécie;

II – adicional de 20% do imposto de renda declarado pelas pessoas jurídicas, exceto os classificados na cédula G;

III – adicional de 10% sobre o montante dos depósitos obrigatórios dos bancos à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a serem recolhidos a partir de 1.º de janeiro de 1964;

IV – pela quota de 10% sobre o valor das contas ou faturas de fornecimento de material permanente e equipamentos, arrendamentos, aluguéis, construções e obras, inclusive as decorrentes de contratos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem financiadas por recursos extraorçamentários, devidas a pessoas físicas ou jurídicas pela União, autarquias federais, entidades paraestatais e órgãos da administração descentralizada, durante os exercícios financeiros de 1964 a 1968 inclusive, excetuando-se os pagamentos por força de contratos com entidades do exterior em moeda estrangeira e os pagamentos referentes à remuneração do trabalho pessoal prestado diretamente;

V – pela quota de 20% sobre os prêmios pagos pelas sociedades de corridas de cavalos aos proprietários de cavalos;

VI – pela quota de 10% sobre o montante bruto das apostas em qualquer modalidade, realizadas nas sociedades de corridas de cavalos.

§ 1.º Na apuração do montante a ser obrigatoriamente tomado pelos subscritores mencionados neste artigo, serão sempre desprezadas as frações de mil cruzeiros (Cr$ 1.000,00).

§ 2.º A quota de 10% mencionada no item IV incidirá somente sobre as contas ou faturas de valor superior a Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

§ 3.º A quota de 10% mencionada no item VI será recolhida em nome da sociedade contribuinte.

Art. 4.º Integrarão também o Fundo Nacional para a Reforma Agrária:

I – o imposto de renda declarado pelas pessoas físicas ou jurídicas, classificado na Cédula G, nos termos da legislação própria;

II – o produto da venda das terras desapropriadas quando da execução dos planos de reforma agrária, na forma que a lei determinar.

Art. 5.º Fica o Governo Federal autorizado a emitir títulos ou cautelas provisórias, representativos de empréstimo compulsório instituído por esta lei.

§ 1.º Os títulos serão do valor nominal de Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), podendo ser emitidas cautelas de títulos múltiplos, e vencerão juros de 5% ao ano, pagos cumulativamente.

§ 2.º Além dos juros, os títulos gozarão da bonificação anual de 10 por cento sobre o valor nominal, como taxa de correção monetária, que será paga cumulativamente por ocasião do resgate.

Art. 6.º Os títulos serão nominativos e intransferíveis durante 5 (cinco) anos, salvo *causa mortis* ou por motivo da liquidação ou transferência da sociedade regulados em lei.

Art. 7.º Os títulos representativos do empréstimo compulsório serão resgatados mediante o recebimento pela União em pagamento de até 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido por todos os contribuintes, indistintamente, a partir do exercício fiscal de 1969 até o exercício fiscal de 1973.

Art. 8.º O resgate será sempre parceladamente por série, a partir de 1969, quando será resgatada a série A, e assim,sucessivamente, na ordem alfabética das séries.

Art. 9.º O Poder Executivo determinará em ato próprio, até 30 de novembro de cada ano, qual a proporção do imposto de renda devido pelo contribuinte, até o limite de 30% fixados no art. 7.º, que poderá ser paga com títulos do empréstimo compulsório, tendo em vista o montante alcançado na série a resgatar no exercício.

Parágrafo único. Serão aceitos em pagamento da porcentagem do imposto de renda fixada nos termos deste artigo, os títulos do empréstimo compulsório livremente negociados nas Bolsas de Valores desde que correspondentes à série em época de resgate.

Art. 10. Verificando-se a insuficiência da porcentagem de 30% mencionada no artigo 7.º, para resgate da série vencida no exercício correspondente, poderá o Poder Executivo optar entre o aumento da referida porcentagem e a transferência do saldo não-resgatado, para resgate prioritário juntamente com a série seguinte, e, neste caso, ficará prorrogado o prazo de resgate de cada série por mais um ano no máximo.

Art. 11. Os títulos não apresentados a resgate na época própria por vontade do titular, terão suspensa, a partir do exercício fiscal respectivo, a contagem da bonificação de 10% correspondente à correção monetária.

Art. 12. Os títulos poderão ser oferecidos em caução perante a União, autarquias federais e órgãos descentralizados da administração pública, em qualquer uma de suas séries.

Art. 13. O produto do empréstimo compulsório criado por esta lei será depositado no Banco do Brasil S.A., à medida de sua subscrição, sob a rubrica "Fundo Nacional para a Reforma Agrária", enquanto não for criado um banco específico para atender aos múltiplos aspectos da reforma agrária.

Art. 14. O Ministério da Fazenda recolherá ao Banco do Brasil S. A., para crédito do Fundo, as importâncias que arrecadar por força desta lei, no máximo até trinta dias após a data da arrecadação, sob pena de responsabilidade do seu titular e dos funcionários diretamente encarregados das providências administrativas pertinentes.

Art. 15. O Fundo Nacional para a Reforma Agrária será administrado por uma Junta Administrativa, composta de cinco membros nomeados pelo Presidente da República, sendo: um representante do Ministério da Fazenda,

um do Ministério da Agricultura, um da Confederação Rural Brasileira, um da Ordem dos Advogados do Brasil e um do Conselho Nacional de Economia.

§ 1.º Os representantes da Confederação Rural Brasileira, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Economia serão escolhidos em lista tríplice submetida ao Presidente da República.

§ 2.º A Presidência da Junta será exercida, rotativamente, pelo período de um ano, a começar pelo membro que for escolhido pelos seus pares para exercer o primeiro período.

Art. 16. É da competência exclusiva da Junta o exame das propostas de desapropriação que lhe forem submetidas pelos órgãos incumbidos da reforma agrária, apreciá-las sob todos os aspectos pertinentes, apurar o valor da indenização a ser paga pelas terras desapropriadas e, depois de aprová-las, determinar o pagamento com os recursos do Fundo.

Art. 17. Constituirá crime de responsabilidade a aplicação dos recursos do Fundo em finalidades não previstas nesta lei.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias da sua publicação.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões – *Plínio Salgado – Abel Rafael – Osvaldo Zanello – Pedro Anschau – Ivan Luz.*

Justificação

O plano de empréstimo compulsório instituído com o objetivo de suprir os recursos necessários ao pagamento, em dinheiro, das desapropriações de terras na zona rural está calcado em possibilidades reais da economia nacional.

Foi estudado e calculado em função do crescimento vegetativo da Renda Nacional, e o mecanismo do resgate está baseado no mesmo princípio aplicado à obtenção dos recursos.

Conservando estudada proporcionalidade entre a capacidade de subscrição dos contribuintes obrigatórios e as necessidades de recursos para a constituição de Fundo durante um qüinqüênio, mantém da mesma maneira a devida proporcionalidade entre as disponibilidades do Tesouro Nacional e as exigências de recursos durante a fase do resgate.

Na forma como foi concebido, o empréstimo compulsório, em última análise, representa apenas uma antecipação de receita oferecida pelos contribuintes mais capacitados ao Tesouro Nacional, em parcelas anuais, durante o prazo relativamente curto de cinco anos, acrescentando-se a circunstância de

que a restituição aos subscritores é acrescida de razoável compensação, sob a forma de juros e bonificações a título de correção monetária.

Em linhas gerais, o plano se baseia na taxação adicional dos rendimentos arrecadados nas fontes, exceto os provenientes do trabalho e do exercício profissional, acrescido de outras modalidades de subscrição, indicadas no projeto, e o resgate se processará com o recebimento dos títulos pelo Tesouro, em pagamento dos rendimentos dos próprios subscritores, decorridos os cinco anos do prazo do empréstimo.

A simplicidade do mecanismo, aliada à flexibilidade e proporção entre disponibilidades e exigibilidades de recursos, asseguram ao plano a exeqüibilidade e a ausência de perturbações marginais à economia do País.

O empréstimo compulsório, de acordo com as estimativas que serviram de base aos cálculos, poderá fornecer em um qüinqüênio, a partir de 1964, a importância mínina de 734 bilhões de cruzeiros, sendo que, para o ano próximo, o primeiro da subscrição, a estimativa é de montante mínimo de 100 bilhões de cruzeiros.

Para a fixação dos valores prováveis da arrecadação do Imposto de Renda nos anos de vigência de subscrição compulsória e do resgate, foram tomados como base os índices de crescimento do tributo nos últimos cinco anos. Segundo os números publicados pelo IBGE, o Imposto de Renda vem acusando um crescimento anual de mais de 30%. Admitindo que tal crescimento prosseguirá no próximo qüinqüênio, tendo em vista, além das razões meramente monetárias, que o processo de desenvolvimento econômico do País tende a manter-se no mesmo nível atual, considerou-se perfeitamente justificado e prudente tomar como base de cálculo uma taxa de crescimento mínimo de 25% anuais, até o ano de 1968, partindo-se da estimativa constante de proposta orçamentária já enviada ao Congresso, que situa em 240 bilhões a previsão do tributo para 1964. Para o período de resgate do empréstimo compulsório, a base de cálculo foi de 20% para o crescimento anual do tributo, assegurando, destarte, maior margem de segurança às previsões.

No quadro abaixo estão indicadas as importâncias que se prevê arrecadar ano a ano, de acordo com os critérios mencionados e os valores de resgate do empréstimo já acrescidos dos juros e bonificações:

IMPOSTO DE RENDA		EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO		
ARRECADAÇÃO ESTIMADA (Ano – Cr$)	30% disponível p. resg. (Cr$)	Arrecadação provável (Cr$)	Valor de resgate (Cr$)	Série
1964 ..... 240 000	–	100 000	–	A
1965 ..... 300 000	–	120 000	–	B
1966 ..... 375 000	–	144 000	–	C
1967 ..... 468 000	–	170 000	–	D
1968 ..... 585 000	–	200 000	–	E
1969 ..... 731 000	219 000	–	175 000	A
1970 ..... 877 000	263 000	–	210 000	B
1971 ..... 1 052 000	315 000	–	252 000	C
1972 ..... 1 262 000	378 000	–	298 000	D
1973 ..... 1 414 000	424 000	–	350 000	E
TOTAL	1 599 000	734 000	1 285 000	

Das estimativas constantes desse quadro, verifica-se que os fundos disponíveis para as desapropriações serão da ordem de 734 bilhões de cruzeiros, fornecidos em parcelas anuais, dentro da razoável proporcionalidade entre a quota de empréstimo e a arrecadação total do Imposto de Renda e que as disponibilidades para o resgate de cada série sobrelevam as reais necessidades, com suficiente margem de segurança.

Do ponto de vista financeiro e monetário, o plano adotado para a constituição do Fundo Nacional para a Reforma Agrária é o que se apresenta com reais perspectivas de sucesso, não implicando em nenhuma medida capaz de influir nas custas da produção e, em conseqüência, provocar alta do nível de preços. Suas características mais marcantes são exatamente as de contribuir para o esforço governamental no sentido de conter a inflação, não só porque a

incidência de empréstimo compulsório se faz sobre os rendimentos já produzidos, mas, também, porque alguns de seus itens são tipicamente de caráter antiinflacionário.

Situam-se neste rol especialmente os itens III e IV do artigo 3.º, este por permitir desafogo do Tesouro Nacional, embora temporário, no ato do pagamento de vultosos compromissos orçamentários, pois 10% do montante serão pagos em títulos, e aquele – o III – porque representa medida típica de contenção inflacionária em uso pelas autoridades monetárias.

Incidindo exclusivamente sobre os rendimentos arrecadados na fonte, com exclusão dos provenientes do trabalho (cédula C) e de exercício profissional (cédula D), abrange ampla gama de rendimentos típicos das classes abastadas, que são, a nosso ver, as que, nesta difícil conjuntura, podem e devem concorrer para a solução do problema da reforma agrária.

O adicional atribuído ao Imposto de Renda declarado pelas pessoas jurídicas para subscrição de empréstimo também está dentro de margem adequada. Incidindo sobre o lucro líquido das empresas, além de característica de medida antiinflacionária, destaca-se por não prejudicar a expansão e renovação industrial, de vez que somente imobiliza recursos temporariamente, com uma relativa compensação de juros e bonificações, depois de apartadas as reservas legais, as reservas para novos investimentos e outras deduções permitidas pela lei.

Também aqui são relevantes os aspectos moral e utilitário da obrigatoriedade da subscrição do empréstimo. Interessa ao Comércio e à Indústria a ordem interna, o ambiente de tranqüilidade e de segurança das instituições, hoje perturbados pelos clamores dos chamados "sem-terra" e pelas queixas dos que, tendo terra, tudo lhes tem faltado, desde a escola primária e o posto médico, ao financiamento, assistência técnica, transporte e facilidades para o desenvolvimento de suas lavouras. É num clima de paz e segurança que a indústria e o comércio podem florescer. Além do mais, uma nova estrutura agropecuária tendente a criar riquezas, só pode favorecer a expansão do nosso comércio interno, o que representa incontestável vantagem para os subscritores do empréstimo. Trata-se, na verdade, de um investimento a longo prazo, do qual o industrial e o comerciante serão evidentemente beneficiados.

Dispensam maiores comentários os itens referentes aos contribuintes mencionados por último no artigo 3.º do projeto. Trata-se dos beneficiários de prêmios de loterias, sorteios, apostas em corridas de cavalos. São rendimentos marginais, que encontrarão, em parte, uma finalidade social, com efeitos benéficos para o próprio subscritor, o qual, sem sacrifício, concorrerá para o bem comum que ele também usufrui. A ação filantrópica já praticada, ao que sabemos, pelos jóqueis-clubes do País, é sinal evidente e promissor de que o

dispositivo do item IV deste projeto será bem recebido pelas sociedades daquele tipo.

Como se vê, os recursos de que necessita o Governo para a execução de um plano de reforma agrária são amplamente obtidos através deste projeto de lei com a vantagem de não ferir a Constituição da República, não praticar injustiças, objetivando ao mesmo tempo medidas eficientes e sem sacrifício dos tomadores de empréstimo, antes pelo contrário, beneficiando-os em prazo curto e de modo direto, além das conseqüências favoráveis que lhes decorrem do novo desenvolvimento agropecuário do País.

Entendemos, nesta altura, focalizar, para melhor compreensão do que expomos, o aspecto mais discutido da Reforma Agrária: o da desapropriação. Cingir-nos-emos a dados estatísticos precisos.

Segundo o Censo Agrícola de 1950, a área agricultável do Brasil é de, aproximadamente, 800 milhões de hectares, dos quais 232.211.106 se encontram sob domínio privado.

A posição dos estabelecimentos rurais nessa área e por grupos de áreas é a seguinte:

Estabelecimentos	GRUPOS DE ÁREAS	Área total	Percentagem (%)
710 934	até 10 hectares	3 025 000	34,4
1 052 557	de 10 a 100 hectares	35 560 000	51
268 159	de 100 a menos de 1 000 hectares	75 520 000	13
31 017	de 1 000 a menos de 10 000 hectares	73 000 000	1,5
1 611	de 10 000 e mais hectares	45 000 000	0,08
364	não declaradas.....	–	0,02

Total dos estabelecimentos agropecuários: 2 064 642.

Ainda que fossem passíveis de desapropriação, julgada necessária para a Reforma Agrária, todos os estabelecimentos rurais de área superior a 1.000 hectares, submetendo-se, por absurdo, que todos eles sejam propriedades latifundiárias, usadas sem atenção à função social a que também se destinam, a desapropriação incidiria sobre aproximadamente 118 milhões de hectares,

incluídas aí as vastas extensões de explorações extrativistas da Amazônia e as alargadas pastagens das regiões sulina, mato-grossense e centro-oeste.

Entretanto, há que se considerar a área cultivada dentro da área total apropriada (232.211.106 hectares) ocupada pelas culturas permanentes: cacau, café, azeitona, chá-da-Índia, sisal, tungue, mate, uva, frutas cítricas, outras frutas, castanha, coco-da-baía, noz, pimenta-do-reino, o que abrange 5.626.000 hectares; e as culturas temporárias, que são apenas em virtude do ciclo vegetativo e que estão assim distribuídas:

	hectares
Cereais	10 978 000
Leguminosas alimentícias	2 932 000
Tubérculos e raízes	1 748 000
Plantas industriais	5 618 000
Outras culturas	253 000

o que nos dá um total de 21.434.000 hectares, os quais, somados aos empregados em culturas permanentes, produzem 27.060.000 hectares.

Cumpre considerar ainda a área ocupada por pastagens que sustentam uma população bovina, asinina, eqüina, ovina e caprina de 130 milhões de cabeças, o que corresponde, no mínimo (e os pecuaristas experimentados o sabem), a 140.000.000 de hectares, média levantada sobre regiões onde basta um hectare por cabeça e outras que exigem 2 ou 3 hectares.

Somando-se os 27.060.000 hectares empregados em culturas permanentes ou temporárias com os utilizados em pastagens, temos um total de 167.020.000 dentro do total da área apropriada, em todo o território nacional, que é de 232.211.106 hectares.

Importa ainda ter em vista que desta área apropriada há que se deduzir aquela inagricultável, por motivos de acidentes geográficos, condições geológicas e climáticas, assim como pelas reservas florestais. Calculadas estas áreas inaproveitadas em 10% – o que nos parece até pouco, bastando atentar-se para as grandes e pequenas florestas que não devem ser destruídas sem desastrosos prejuízos para a Nação –, teremos de deduzir dos 232.211.106 uma área de 23.221.110 hectares.

Temos, finalmente:

	hectares
Áreas cultivadas	167 269 000
Áreas que não podem ou não devem ser cultivadas ..	23 221 110
O que soma	200 231 110

Subtraída essa área dos 232.211.106, restam como terras desapropriadas 41.929.396 hectares.

Dadas as diversidades dos preços das terras no País, assim como as suas oscilações, não já de ano para ano, mas até de mês para mês, consoante imprevistos desenvolvimentos ou fortuitas decadências e ainda a instabilidade monetária, não nos animamos a oferecer nem mesmo um preço médio por hectare. Entretanto, julgamo-nos autorizados, pelas pesquisas estatísticas e pelos conhecimentos práticos oriundos da experiência e contato com variadas regiões do País, que o Governo pode efetivar as desapropriações de seu desejo com quantia que não irá além de 500 a 600 bilhões de cruzeiros.

O presente projeto faculta ao Governo, através do empréstimo proposto, de 700 a 750 bilhões de cruzeiros, o que cobre e ultrapassa as necessidades das desapropriações, liberando completamente outros fundos e recursos para a execução da Reforma Agrária em toda a sua plenitude, incluindo o plano de colonização, a aparelhagem e reequipamento técnico da agricultura, o que estimulará a criação de riquezas, as quais se irão refletir favoravelmente tanto por vias diretas como indiretas, no Orçamento da República.

Se queremos paz e ordem internas, uma real e eficiente reestruturação agropecuária, a melhoria do equilíbrio orçamentário, a contenção da inflação e o barateamento do custo de vida, bastará a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em – Deputado *Plínio Salgado* – Deputado *Abel Rafael* – Deputado *Oswaldo Zanello* – Deputado *Ivan Luz* – Deputado *Pedro Aschau*.

PROJETO N.º 606, DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), como auxílio ao Hospital Evangélico de Curitiba, mantido pela Sociedade Evangélica Beneficente, para prosseguimento de suas obras e equipamento médico-hospitalar.

(Do Sr. Plínio Salgado)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Orçamento e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedido o auxílio de Cr$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) ao Hospital Evangélico de Curitiba, mantido pela Sociedade Evangélica Beneficente, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, destinado a ocorrer a despesas com o prosseguimento das obras de seu edifício e aquisição de equipamento médico-hospitalar.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para atender ao que se dispõe nesta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1963. – *Plínio Salgado.*

Justificação

Em face do angustiante problema de prestação de assistência médico-hospitalar aos necessitados, sem recursos, e sentindo que, com muito trabalho e dedicação, poderia cooperar com o Estado no sentido de amenizar o sofrimento dessa classe desprotegida, resolveu o povo evangélico de Curitiba, coadjuvado por amigos de outras crenças, congregar-se em prol desse objetivo, fundando, em 1943, a "Sociedade Evangélica Beneficiente", com o fito de construir um hospital moderno, onde pudesse dispensar assistência médica aos pobres indigentes, sem distinção de credos políticos ou religiões.

Projetou-se, então, o edifício do hospital e iniciou-se a luta para a sua construção. Verdadeira batalha, em que cada um empregava todos os seus esforços, num exemplo de rara abnegação, pois ali não se visava ao interesse econômico em benefício próprio – de vez que os diretores da Sociedade não percebem remuneração pecuniária ou proventos de qualquer natureza –, mas ao cumprimento da finalidade a que se destinava, ou seja, a prestação de assistência aos desvalidos da sorte.

E somente após 16 anos de total dedicação, angariando meios através de campanhas financeiras, mensalidades dos sócios, donativos e auxílios de amigos, do comércio e da indústria, conseguiu a Sociedade, em 1959, inaugurar parcialmente o Hospital Evangélico de Curitiba, belo edifício constituído de cinco alas, interligadas ao centro, de três pavimentos, formando o conjunto uma figura geométrica semelhante à rosácea, graciosa obra arquitetônica, que representa motivo de orgulho para o povo curitibano.

Na mesma data passaram a funcionar as seções de Maternidade, Pediatria, Ortopedia, Eletroterapia e outras especialidades, na parte do edifício já concluída (todos os pavimentos térreos e os pavimentos do primeiro andar de quatro alas).

Lutando sempre com enormes dificuldades financeiras, o Hospital despendeu a importância de Cr$ 8.640.098,40 com indigentes, conforme balanço anexo de 1960 a 1961, com a demonstração da receita e despesa, sendo que nos dois primeiros anos abandonou o déficit hospitalar de Cr$ 5.496.815,40. Não obstante, a Sociedade não esmoreceu, prosseguiu em sua campanha, ampliando suas instalações e equipamentos cirúrgicos, contando hoje com 129 leitos, dos quais 50 por cento são reservados a indigentes e pessoas reconhecidamente sem recursos.

Com a continuação das obras do 2.º pavimento das cinco alas – instalação hidráulico-sanitária, elétrica, esquadrias, revestimentos de pisos, azulejos, pinturas etc. –, conforme orçamentos e balanços anexos, a Sociedade defronta hoje com o déficit de Cr$ 26.504.800,00).

Para complementar essas obras e para construir o pavilhão para os serviços de Ambulatório, Laboratório, Cirurgia Experimental, Necrotério, Depósito, Garagem, Escola de Enfermagem, Alojamentos para o Corpo Docente e Funcionários Especializados, bem como para equipamento médico-hospitalar, necessita a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba do auxílio de Cr$ 30.000.000,00, para cumprir seu grandioso objetivo, qual seja, o de cooperar decisivamente no setor de assistência social e hospitalar do Paraná, que se faz cada dia mais necessária, dado o extraordinário surto de imigração de elementos positivamente pobres, que para lá demandam de outros Estados, em busca de empregos, aumentando o número de desajustados sem recursos, inclusive anciães.

Pelos reais serviços prestados ao povo do Paraná, pela benemérita instituição, conforme o comprovam devidamente os documentos anexos e os vários atestados firmados por expressivas autoridades de Curitiba, julgo merecedor de todo o nosso acatamento o projeto que autoriza a abertura do crédito especial de Cr$ 30.000.000,00 destinado à complementação das obras do Hospital Evangélico de Curitiba e, com a sua aprovação, estaremos cumprindo o dever humanitário de colaborar para as obras de assistência social. social.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1963. – *Plínio Salgado.*

PROJETO N.º 1. 711, DE 1964

Cria o Ministério de Turismo e Informações e dá outras providências.

(Do Sr. Plínio Salgado)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica, pela presente lei, criado o Ministério de Turismo e Informações, com as seguintes Diretorias:

a) Informações;
b) Transportes e comunicações;
c) Indústria hoteleira;
d) Orientação artística e histórica;
e) Orientação científica e técnica;
f) Orientação comercial e industrial;
g) Planejamento; e
h) Administração.

Art. 2.º A Diretoria de Informações constará dos seguintes departamentos:

a) Recepção e Atendimento;
b) Literatura Turística;
c) Articulação; e
d) Divulgação.

Art. 3.º O Departamento a que se refere a alínea *a* do artigo precedente manterá serviço informativo para atender às solicitações de visitantes estrangeiros e às relacionadas com o turismo interno, para o que deverá criar cursos de funcionalismo especializado, incluídos cicerones versados em línguas estrangeiras e nas matérias referentes aos serviços para que forem designados;o mencionado na alínea *b* fará imprimir livros, folhetos, mapas, gráficos relativos aos objetos das atividades das demais diretorias; o referente à alínea *c* manter-se-á articulado com todos os serviços do Ministério e com os escritórios instalados no exterior; o constante da alínea *d* divulgará a literatura turística brasileira junto a instituições e personalidades nacionais e estrangeiras e exercerá ação pela imprensa, rádio, televisão e filmes cinematográficos.

Art. 4.º A Diretoria de Transportes e Comunicações constituir-se-á dos seguintes Departamentos:

a) Excursões e Viagens; e

b) Contratos e Convênios.

Art. 5.º O Departamento referido na alínea *a* facilitará aos turistas, utilizando-se de empresas estatais ou particulares, os serviços de ônibus, trens, aviões, navios, iates, lanchas, estabelecendo normas de execução que atendam à eficiência e conforto; o mencionado na alínea *b* se encarregará dos contratos com as empresas particulares e dos convênios com Estados e Municípios.

Art. 6.º A Diretoria de Indústria Hoteleira compor-se-á dos seguintes Departamentos:

a) Hotéis e Pousadas-Modelo;

b) Supervisão de Empresas Particulares; e

c) Cursos de Aperfeiçoamento Técnico.

Art. 7.º O Departamento a que se refere a alínea *a* do artigo precedente cuidará da construção ou da adaptação de prédios típicos regionais nos pontos turísticos do País; o referido na alínea *b* terá a seu cargo a classificação das categorias de hotéis e pensões, regulamentando os preços, condições de serviços, de higiene e apresentação e exercendo sobre todos os estabelecimentos do gênero rigorosa fiscalização tendente a objetivar sua máxima perfectibilidade; o relativo à alínea *c* criará e manterá cursos para cozinheiros, garçons, *maitre-d'hôtel* e gerentes de estabelecimentos hoteleiros, que serão posteriormente diplomados.

Art. 8.º A Diretoria de Orientação Artística e Histórica comportará os Departamentos seguintes:

a) Pintura, Música e Artes Plásticas;

b) Folclore;

c) Arquitetura;

d) Geografia e História; e

e) Urbanismo.

Art. 9.º O Departamento referido na alínea *a* do artigo precedente mobilizará artistas e críticos de renome para o trabalho de pesquisa das motivações brasileiras nos domínios da pintura, da música e das artes plásticas, promoverá exposições e concertos, incrementará o artesanato nacional expressivo das regionalidades típicas e cuidará da reprodução gráfica do material mais significativo do espírito criador brasileiro; o mencionado na alínea *b* incentivará a manutenção e vitalização das tradições do País no que se refere à música e dança populares, aos trajos típicos, aos torneios e exibições cênicas e coreográficas, às festas tradicionais dos calendários religioso e cívico do povo brasileiro, revelando a culinária dos diversos Estados e Regiões e estimulando-a, desenvolvendo o gosto e o culto pelas lendas e fábulas regionais ou nacionais

em datas certas, para maior atração turística, nas quais se exibirão as peculiaridades de nossos costumes e os índices mais expressivos da nossa formação sociológica; o mencionado na alínea *c* agrupará estudos e técnicos para o estudo e divulgação no País e no estrangeiro da nossa arquitetura colonial e barroca e das modernas criações artísticas das construções brasileiras; o referente à alínea *f* dará aos turistas noções precisas da nossa geografia incluindo ampla divulgação das paisagens brasileiras e, ao mesmo tempo, tornará conhecida a nossa História, por meio de pequenos ensaios ou narrativas, de estampas, textos de rádio e televisão e películas cinematográficas, promoção de visitas a museus e a monumentos históricos; é o que se refere à alínea *e* velará, entrosado com as autoridades respectivas, pelo bom aspecto das cidades pelo asseio e distinção dos prédios e instalações dos serviços públicos e sugerirá medidas para o aprimoramento dos aspectos urbanos.

Art. 10. A Diretoria de Orientação Científica e Técnica comportará os seguintes Departamentos:

a) Geologia e Mineralogia;
b) Botânica;
c) Zoologia;
d) Climatologia; e
e) Instituições Científicas.

Art. 11. O Departamento referido na alínea *a* do artigo precedente terá a seu cargo organizar documentação completa sobre a formação geológica do País e as suas reservas minerais, especificamente, a fim de poder fornecer com rapidez, no País e no estrangeiro, os dados objeto de solicitação e interesse; o mencionado na alínea *b* manterá, como o anterior, o maior acervo de informações sobre nossas espécies vegetais genuinamente brasileiras, categorizadas, além da classificação científica, segundo seu emprego como ornamentação, material de construção, alimentação e propriedades medicamentosas e, ao mesmo tempo, cooperará com os Poderes Públicos no sentido da preservação das matas e reflorestamento do País; o aludido na alínea *c* encarregar-se-á, como os precedentes, de constituir um acervo relativo aos animais, peixes e insetos brasileiros, estimulando o enriquecimento dos museus públicos e particulares, noticiando através de revistas estrangeiras ou impressos adequados os resultados das pesquisas realizadas e os informes sobre matéria ainda pouco conhecida no exterior e, ao mesmo tempo, envidará esforços no sentido da preservação de espécies ameaçadas de desaparecimento; o relativo à alínea *d* terá a seu cargo pesquisas e estudos sobre os índices termométricos, barométricos e higrométricos, segundo as diferenciações regionais correlatas mencionadas, como o relevo do solo, rede potamográfica e outros fatores dos índices climáticos, inclusive o referente a estâncias hidrominerais ou de

altitudes, praias monazíticas ou de incidência terapêutica de raios solares; o referente à alínea *e* manterá relações permanentes com instituições científicas do país, laboratórios de pesquisa e de indústrias, parques, jardins e museus, facilitando o acesso a turistas para observações e estudos.

Art. 12. A Diretoria de Orientação Industrial e Comercial comportará os seguintes Departamentos:

a) Estatística e Informação; e

b) Articulação.

Art. 13. O Departamento referido na alínea *a* procederá ao levantamento estatístico e informativo sobre estabelecimentos industriais e comerciais do País, grau de nosso desenvolvimento técnico, preparação nacional de mão-de-obra especializada e necessidade de cooperação de técnicos e operários especializados estrangeiros, nossos sistemas de crédito, índices da nossa balança comercial, problema monetário, capacidade de recuperação nacional; o relativo à alínea *b* efetivará a mais perfeita articulação com as empresas particulares ou do Estado, no sentido de se dar conhecimento a estrangeiro que nos visita ou que pede informações do grau de desenvolvimento brasileiro, das possibilidades do País e das vantagens para o intercâmbio comercial e inversões de capitais.

Art. 14. A Diretoria do Planejamento é constituída dos seguintes Departamentos:

a) Pesquisas; e

b) Planos.

Art. 15. O Departamento a que se refere a alínea *a* do artigo precedente administrará o pessoal do Ministério, inclusive os que prestem serviços sob regime de contrato; o mencionado na alínea *b* executará todas as providências referentes à aquisição e administração de material; o referente à alínea *c* contabilizará todo o movimento econômico e financeiro; o constante da alínea *d* levantará os dados, planejará e efetuará a execução orçamentária e o mencionado na alínea *e* manterá o cadastro dos bens patrimoniais de aquisição ou alienação dos referidos bens.

Art. 16. O Departamento referido na aliena *a* articulado com os demais serviços das diretorias do Ministério, pesquisará sobre as motivações turísticas capazes de atrair o viajante estrangeiro ao País e apresentará dados relativos ao assunto para renovadas sugestões sobre a orientação prática a ser adotada pelo Ministério; o referente à alínea *b* estabelecerá esquemas e planos de ação, objetivando maior eficiência dos diversos serviços do Ministério.

Art. 17. A Diretoria de Administração constará dos seguintes Departamentos:

a) Pessoal;

b) Material;

c) Contabilidade;
d) Orçamento; e
e) Patrimônio.

Art. 18. O Ministério instalará, inicialmente, nos países onde houver maior possibilidade de interesse pelos assuntos a cargo das diretorias mencionadas nos artigos precedentes, depois estenderá a outros, na proporcionalidade do desenvolvimento dos trabalhos executados e de acordo com a experiência adquirida, agências entrosadas com a Diretoria de Informações. Essas agências, com bibliotecas e impressos sobre todos os motivos de atração turística no Brasil, quer sejam artísticos, históricos, geográficos, econômicos, paisagísticos, científicos, industriais ou comerciais, fornecerão as notícias iniciais solicitadas e encaminharão, por intermédio da Diretoria de Informações do Ministério ao setor de preferência do visitante, além do que se referir a transportes e hóteis. Cada diretoria terá a seção correspondente nessas agências do Ministério do Exterior.

Art. 19. O Ministério, através das diretorias respectivas, promoverá exposições de caráter artístico, histórico, paisagístico, folclórico, científico, técnico, urbanístico, não só no País, mas principalmente no estrangeiro, com a cooperação da imprensa, rádio, televisão, cinema, livros e outros meios de divulgação adequados a transmitir maior conhecimento do Brasil.

Art. 20. O Ministério, em colaboração com o Ministério da Educação, estimulará o desenvolvimento do teatro e do cinema nacionais, tendo em vista a apresentação do Brasil sob seus aspectos saudáveis e otimistas e suas originalidades nacionais.

Art. 21. O Ministério manterá uma revista de alto cunho artístico para a divulgação e propaganda de paisagens, arquitetura antiga e moderna, indústrias, estradas, hóteis, como tudo o que se refere à geografia, botânica, zoologia, antropologia, etnografia, folclore e aspectos sociais brasileiros, devendo essa revista ser editada em várias línguas e estar presente em embaixadas e consulados nacionais e estrangeiros, escritórios de navegação aérea em todos os países, hotéis e pensões.

Art. 22. O Ministério organizará e manterá uma Biblioteca Central com especializações referentes a cada uma de suas diretorias e departamentos, devendo nela se encontrar tudo o que for relativo ao Brasil, assim como fornecerá elementos para a formação de bibliotecas semelhantes nos países estrangeiros.

Art. 23. O Ministério promoverá, segundo as especializações e suas diversas diretorias, excursões e viagens, que serão programadas para cada ano, com propaganda no exterior.

Art. 24. A arquitetura dos hotéis e pousadas-modelo, a que se referem os artigos 6.º e 7.º da presente lei, deverá reproduzir as características históricas,

sociológicas e estéticas das diversas regiões brasileiras e, nas zonas de mais recente desbravamento ou sertões ainda sem tradição histórica, deverá estimular o gênio criador da arquitetura moderna do País.

Art. 25. O Ministério, através de seu gabinete, diretamente organizado e escolhido pelo titular da pasta, estabelecerá ligações com os outros Ministérios e autarquias, Governos de Estados e Municípios, com relação a todos os serviços que demandem a colaboração daqueles órgãos.

Art. 26. O funcionalismo do Ministério deverá ser recrutado mediante concurso, obedecendo-se ao seguinte critério:

a) para os técnicos diplomados e especializados nas diversas atividades científicas, literárias ou artísticas, mediante concurso de títulos; e

b) para os demais funcionários os concursos comuns, atualmente em vigência.

§ 1.º Poderão prestar serviços, sob regime de contrato, personalidades nacionais ou estrangeiras de notório saber e competência no ramo para que forem designados ou convidados.

§ 2.º As interinidades não asseguram estabilidade, senão mediante concurso para efetivação.

Art. 27. A manutenção e financiamento dos serviços do Ministério serão providos pelos recursos orçamentários que lhe forem destinados nos primeiros quatro anos, passando em seguida tais recursos, a serem consignados no Orçamento, a se basearem numa porcentagem sobre o volume de divisas entradas no País por motivo de turismo.

Parágrafo único. A menos que se pretenda dar maior desenvolvimento às organizações e atividades turísticas no País, a porcentagem referida neste artigo poderá ser decrescente, desde que esse descréscimo seja compensado pelo volume do ingresso de divisas em conseqüência do turismo.

Art. 28. Fica extinta a Comissão Brasileira de Turismo, devendo ser integralmente transferidas para o Ministério de Turismo e Informações, as suas atribuições, pessoal, patrimônio e verbas extraordinárias ou consignadas em Orçamento.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1964. – Bancada do PRP.

Justificação

Em interessante memorial elaborado pela Divisão de Estudos Monetários do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, colhemos dados

estatísticos da maior importância para o estudo do turismo em nosso País, em comparação com outros do Velho e do Novo Mundo. Transcrevemos o seguinte trecho daquele memorial:

> "O Turismo como Fonte de Divisas – O grande argumento em favor do turismo é de que este pode oferecer vultosas receitas cambiais ao País que convenientemente o explora, como, por exemplo, o México, o Canadá, a França, a Itália, a Suíça, a Inglaterra etc. Assim, teve a França uma receita proveniente do fluxo de turistas norte-americanos em 1954, da ordem de US$ 72 milhões (excluídos os pagamentos feitos pelos turistas pelo transporte em navios de bandeira francesa). Esta soma correspondeu a pouco menos da metade de todas as exportações da França para os Estados Unidos naquele ano. Em 1957, o turismo era o item gerador de maior quantidade de dólares para a Grã-Bretanha, França e Itália. No México, somente o total das exportações supera a renda de turismo. O Canadá tem no turismo a sua segunda fonte de receita de dólares americanos, só ultrapassada pela receita de papel de imprensa exportado para os Estados Unidos. Esta magnífica experiência de alguns países contrasta com a experiência brasileira e de toda a América do Sul que, em 1956, absorveu apenas 2,3% do total dos gastos feitos naquele ano pelos residentes dos Estados Unidos, em viagens pelo exterior, num total de US$ 1.814 milhões. A idéia que ocorre à mente das pessoas conhecedoras de nossas belezas turísticas é de que este fluxo de dólares e também de outras moedas poderia, em grande parte, ser atraído para nosso País, desde que o Governo resolvesse dar seu apoio às atividades turísticas. Nosso balanço de pagamentos revela um grande déficit nas viagens internacionais."

O memorial oferece o quadro desses déficits nos últimos 9 anos, até 1961:

ANOS	Débito	Crédito	Déficit
1953	US$ 30 milhões	US$ 4 milhões	US$ 26 milhões
1954	US$ 19 milhões	US$ 5 milhões	US$ 14 milhões
1955	US$ 19 milhões	US$ 7 milhões	US$ 12 milhões
1956	US$ 43 milhões	US$ 9 milhões	US$ 34 milhões

ANOS	Débito	Crédito	Déficit
)57	US$ 52 milhões	US$ 12 milhões	US$ 40 milhões
)58	US$ 41 milhões	US$ 16 milhões	US$ 25 milhões
959	US$ 46 milhões	US$ 15 milhões	US$ 31 milhões
960	US$ 72 milhões	US$ 24 milhões	US$ 48 milhões
961	US$ 42 milhões	US$ 23 milhões	US$ 19 milhões

Para anular tais déficits e atingirmos um superávit que gradativamente deverá crescer, até se tornar uma fonte de dólares e outras moedas carreadas para nosso País, precisamos organizar o turismo nacional, visionando todos os ângulos da importante questão.

Preliminarmente, deveremos pesquisar quais as motivações turísticas no Brasil capazes de atrair o visitante estrangeiro. Estamos convencidos de que variadas são as causas determinantes das viagens de habitantes do Velho e do Novo Mundo ao nosso País. Procuremos categorizá-las do seguinte modo:

Paisagem – Interesse artístico – Curiosidade histórica – Observação de costumes (folclore, culinária, formação sociológica) – Pesquisas científicas (geografica, geologia, botânica, zoologia, antropologia, etnografia, riquezas minerais) – Conhecimento da economia do País (grau de adiantamento industrial, comércio, agricultura, legislação, possibilidades de intercâmbios e de aplicação de capitais) – Congressos internacionais – Simples gozo de férias.

Que temos feito de eficiente e prático para atrair o turista, segundo seu temperamento, preferências e graus de cultura? Na verdade, quase nada. E por acaso não temos o que lhe mostrar?

No que se refere a paisagens, haverá no mundo o que supere em beleza a baía de Guanabara, a de Angra dos Reis, o litoral fluminense, paulista, paranaense, catarinense, os lagos do Sul, a linha da costa brasileira desenvolvida para o norte, onde encontramos a linda entrada de Vitória, a baía de Todos os Santos, depois a silhueta das praias e das dunas, onde os coqueiros desfraldam suas cabeleiras ao sopro dos "verdes mares bravios", e, atingindo a Amazônia, haverá maior e mais deslumbrante espetáculo do que o do rei dos rios e seus afluentes emoldurados pelas gigantescas florestas? Se penetrarmos o interior, são as cachoeiras de Paulo Afonso, de Guaíra, de Sete Quedas, clamando com seus estrondos pela visita de todos os povos do mundo. São as serras dos Órgãos e de Paranapiacaba, a cavaleiro do oceano, a de Caparaó, levantando a cabeça do Pico da Bandeira, a Mantiqueira, erigindo os bastiões de Itatiaia e do Selado,

desdobrando-se nos altiplanos de Campos do Jordão, ornamentados por milhões de araucárias e entrando por Minas Gerais, onde o Itacolomi assinala a terra cujo peito é de ferro e o coração de ouro. Transpondo as lindes mineiras, o viajante alcança o Planalto Central e os campos de Goiás, as águas do Araguaia com a ilha do Bananal desafiando turistas e, inclinando-se para o Sul, o deslumbrado do visitante estenderá, além da Serra de Maracaju, a misteriosa região do Pantanal, onde cantam variados pássaros e caçadores são atraídos para suas incursões cinegéticas. O viajante poderá conduzir-se em iates, lanchas ou navios costeiros, apreciando as belezas do litoral; poderá, em automóveis ou ônibus, conhecer as maravilhas paisagísticas do nosso interior; poderá, em barcos fluviais, lanchas ou canoas, alongar-se pelos cursos dos rios; em navios apropriados, subir o Amazonas e seus afluentes. Se o interessarem outros motivos, além da paisagem, convém lembrar-lhe que homens ilustres percorreram os sítios que agora seus olhos contemplam, e isso no tempo em que não havia estradas de ferro, nem automóveis, nem estradas, nem o mínimo conforto desse que agora podemos oferecer. Assim o fizeram Humboldt, Agassiz, Wallace, Von Martius, Saint Hilaire.

Relativamente ao interesse artístico dos visitantes, podemos assegurar-lhes que o Brasil é o país do mundo que – sem competição – oferece em quantidade, variedade e qualidade, tipicamente nacional, a arte barroca no seu maior esplendor, como se verifica na obra notável de Germain Bazin, diretor do Louvre, bastando contemplar as centenas de gravuras que acompanham e que marcam o estádio da civilização brasileira no Século XVIII. Convidá-lo-emos para ver a arquitetura e a estatuária do Aleijadinho, denominado hoje na Europa "o Miguel Ângelo dos trópicos". E se o visitante deseja ver o que existe de mais moderno na arte de construir basta mostrar-lhe Brasília, que tem despertado o interesse dos arquitetos de todos os países. Não faltarão também pintores antigos e modernos, pelos quais terá idéia de nossa evolução artística.

É levá-lo aos interiores de nossas igrejas, aos mostruários dos nossos museus. E, para lhe dar noção do grau de cultura universalista de nosso povo, convidemo-lo para visitar o Museu de Arte Moderna, de São Paulo, criação magnífica de Assis Chateaubriand, onde encontrará o novo e velho, com o enriquecimento de telas dos mais célebres mestres de todas as fases da pintura européia. Levaremos o visitante a um concerto, onde ouvirá os grandes compositores brasileiros, desde José Maurício a Carlos Gomes e de Nepomuceno a Vila-Lobos.

Há os que se dedicam à História dos países. Sob este aspecto, estamos certos de que os mais interessados serão os norte-americanos, que só conheceram o regime republicano com os demais países das Américas. Os Estados Unidos não tiveram a vida imperial, não conheceram os esplendores majestáticos nem os requintes de elegância das cortes. Naturalmente lhes

despertará viva curiosidade o Museu de Petrópolis, onde verão inclusive a Coroa Imperial, os mantos, os cetros, a indumentária feminina e dos altos dignitários. Mostraremos ao nosso visitante nossos velhos palácios ainda existentes, os solares antigos dos fidalgos, as casas-grandes da nossa aristocracia rural. Aos que se interessarem pela nossa formação histórica mostraremos a Bahia, Pernambuco, Maranhão, exibiremos os mapas antigos e, principalmente, o nosso contemporâneo Mapa das Bandeiras Paulistas, onde Taunay nos dá a idéia do que foi a conquista do nosso patrimônio territorial. Mostraremos o Tietê, estrada líquida dos sertanistas, e os caminhos do Oeste perlustrados pelos heróis dos séculos XVI, XVII e XVIII. Do período colonial, mostraremos o Palácio dos Governadores, em Ouro Preto, a cidade incendiada por ocasião da conjura de Felipe dos Santos, as recordações dos Inconfidentes.

Há os que dedicam atenção aos costumes dos países que visitam: folclore, lendas e fábulas nacionais, culinária, música popular, artes populares de artesanato e outros aspectos da vida de um povo. A esses ofereceremos as grandes exibições folclóricas como as que se realizam em Manaus e que devem ser imitadas pelos demais Estados brasileiros; restauraremos, para fins turísticos, as congadas, os caiapós, os cateretês, as chimarritas, as cavalhadas de Sorocaba, os rodeios do Rio Grande do Sul, os desafios do Nordeste com nossos rudes poetas improvisadores, os cururus de Piracicaba, os frevos do Recife, os sambas do Rio de Janeiro. Ofereceremos da culinária brasileira os muçuãs amazonenses, o tacacá com tucupi, os doces de buriti e cupuaçu, as fritadas de mariscos do Maranhão, de Alagoas, do Espírito Santo, o tutu com torresmos de Minas Gerais, com seu lombo de porco assado ao espeto, o cuscuz paulista, a buchada pernambucana, o barreado paranaense, o churrasco gaúcho e – como síntese histórica ásio-afro-brasileira –, os pratos baianos: vatapá, efó, chinchin, caruru, abará, acarajé; e tudo isto dará ao visitante os dados da nossa formação sociológica.

Mas haverá os que, como Spix e Martius, Lund e Humboldt, se interessarão pelos estudos da nossa geografia, geologia, botânica, antropologia, etnografia e riquezas minerais. Encaminharemos esse estrangeiro, primeiramente aos museus, aos institutos geográficos, às bibliotecas onde encontre farto material de conhecimentos e o levaremos depois pelo País, a fim de que veja, *in loco*, nossas espécies vegetais, habitat de nossas espécies animais, pesquise, como Martius, nossas riquezas ictiológicas, a variedade dos nossos insetos, se se tratar de um entomólogo, visite – se for um antropólogo – as nossas grutas, como a de Maquiné, ou Lagoa Santa em Minas, onde Lund descobriu o homem primitivo americano, ou os sambaquis de Iguape, onde Ricardo Crone procedeu a estudos da pré-história brasileira e, do ponto de vista etnográfico, mostremos-lhe as tribos do Araguaia, do Xingu, da Amazônia e outras regiões brasileiras e demos-lhe a conhecer as raízes afro-brasileiras, que podem

ser apreciadas principalmente na Bahia e no Rio; e quanto às riquezas minerais, estejamos aparelhados para lhe dar a conhecer as jazidas de ferro, a exploração do ouro na maior profundidade até hoje conhecida, os garimpos disseminados pelos rios do País, as areias monazíticas de nossas praias.

Para dar ao visitante conhecimento da economia do País, estejamos aparelhados no sentido de lhe facultar o conhecimento de nossas indústrias e de nossas matérias-primas; levemo-lo a conhecer nossas grandes fazendas, a lavoura de café, de cacau, de sisal, de trigo, de castanhas, de carnaúba, as regiões vinhateiras, do Sul, nossas pastagens e atividades pecuárias.

Aos congressistas internacionais, mostraremos nossas cidades, com cicerones aptos, capazes de tudo lhes explicar. E para os que se encontram em gozo de férias, temos os lugares aprazíveis de todo o País, as estâncias climáticas e hidrominerais, as nossa praias, todos os atrativos que a seção respectiva dos serviços de turismo darão a conhecer, com indicações sobre transportes e hotéis.

Existem, portanto, imensas possibilidades para o turismo no Brasil. O que necessitamos é de uma organização. Essa a razão por que julgamos imprescindível a criação de um Ministério para atingir a finalidade de sairmos da rotina a que temos estado entregues e dar definitivo impulso a todos os serviços tendentes a atrair os estrangeiros ao nosso País.

Se não tomarmos iniciativa imediata sob o pretexto de que a infra-estrutura do turismo ainda é precária no País, nunca fortaleceremos essa mesma infra-estrutura, que são os meios de comunicação e transporte, energia elétrica, hotéis e outras comodidades. Considerado o problema sob esse ângulo, poderemos também considerar que já temos avançado muito em matéria de facilidades e confortos e seria inadmissível que, se no tempo do Império conseguimos atrair tão grande número de viajantes e muitos viajantes ilustres, não possamos agora realizar o mesmo, com o progresso que já temos alcançado.

A criação do Ministério do Turismo e Informações representa, pois, o primeiro passo para uma obra que se iniciará com dificuldades, mas que tomará proporções gigantescas no futuro.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1964. — *Plínio Salgado.*

PROJETO N.º 2.863, DE 1965

Autoriza o Poder Executivo a transladar os restos mortais dos Príncipes das Casas Real e Imperial do Brasil para a Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

(Do Sr. Plínio Salgado)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, fará transladar da Capela do Convento de Santo Antônio (Rio de Janeiro) para a Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, na mesma cidade, os restos mortais dos Príncipes da Casa Real e da Casa Imperial brasileira.

Art. 2.º As despesas relativas à transladação e todas as demais referentes a um depósito condigno correrão por conta da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

Art. 3.º A presente lei será posta em execução imediatamente após a sua aprovação.

Justificação

Não pode haver nacionalismo sincero sem o culto das tradições da Pátria. A História é a alma da Nação. Por isso, a existência dos Panteões, onde não somente a memória dos grandes vultos, mas a dos fatos marcantes da vida nacional são mantidas, através das gerações, pois assim se forma e se conserva a noção dos acontecimentos preteridos que informam a consciência de um povo.

A Casa Real e a Casa Imperial brasileiras inserem-se na vida nacional e tudo o que lhes diz respeito deve ser relembrado.

Presentemente, na Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, encontra-se um mausoléu de mármore, encerrando os restos mortais de D. Pedro Carlos de Bourbon de Bragança, Infante da Espanha, Almirante-General da Marinha Portuguesa, sobrinho e genro de Sua Majestade D. João VI.

A Capela, anexa à Igreja da Ordem, é local condigno e fácil de ser visitado pelo povo. Não há motivo para que os Príncipes Imperiais brasileiros ali não estejam. Principalmente, se tivermos em vista que tanto os do 1.º como os do 2.º Império professaram na Venerável Ordem de São Francisco da Penitência, inclusive D. Teresa Cristina e o genro, Conde d'Eu.

A Capela do Convento de Santo Antônio é local inadequado e não apresenta os requisitos artísticos adequados à visitação pública. Ali estão D. Carlos Barromeu, Príncipe da Beira, 3.º filho do Príncipe Regente D. Pedro e de D. Leopoldina de Habsburgo, Arquiduquesa d'Austria; D. Paula Mariana, filha de D. Pedro I, já Imperador do Brasil e de D. Leopoldina; D. Afonso, primogênito de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina; D. Pedro Afonso, 4.º filho de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina; e a Princesa filha do Conde d'Eu e de Isabel, a Redentora.

Se a Ordem oferece local apropriado, esteticamente indicado, incumbindo-se de todas as despesas, vantagem é para o Governo brasileiro que ela se incumba, com os cuidados e dedicação que lhe são inerentes e têm sido patentes desse Panteão que, embora restrito, por se encontrar a Imperatriz D. Leopoldina no Monumento do Ipiranga, em São Paulo, e D. Pedro II e D. Maria Cristina, em Petrópolis, nada se tendo feito para erguer o monumento à altura dos méritos históricos de D. Isabel e seu marido, marechal do Exército brasileiro e herói da Guerra do Paraguai, pelo menos reunirá as recordações de um período histórico brasileiro.

Brasília, Sala das Sessões da Câmara dos Deputados. – *Plínio Salgado* – PRP.

IX

HOMENAGENS

LEÔNCIO CORREIA

Sessão de 1.º de setembro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, na data de hoje, na cidade de Paranaguá, nascia, há 94 anos, o poeta, jornalista, escritor, orador, educador, parlamentar e político Leôncio Correia. Entre os títulos que exornaram a personalidade do ilustre paranaense, coloquei, de propósito, em primeiro lugar, o de poeta; pois no exercício de tão variados setores de atividades, toda a sua vida se inspirou, se iluminou e se conduziu sob a luz maravilhosa da Poesia.

O Governo altamente esclarecido de Bento Munhoz da Rocha Neto, o brilhante escritor e sociólogo integrante hoje desta Câmara, incluiu, entre as comemorações do 1.º Centenário da Emancipação Política do Estado do Paraná, a publicação das Obras Completas desse brasileiro que exprimiu, em momentos decisivos da nossa História, os profundos sentimentos e o nobre idealismo da gente do Paraná.

Desde os 18 anos de idade, Leôncio Correia revelou seu espírito público, entregando-se à batalha pela emancipação dos escravos; vitoriosa essa idéia que empolgava a Nação, fez-se propagandista da República. Já então se revelava jornalista de raro talento e orador de grandes recursos. Proclamado o Novo Regime, foi eleito Deputado Estadual, exercendo o mandato de 1892 a 1897, ano em que foi eleito para a Câmara Federal. Nesta Casa, desde a sua estréia, que constituiu acontecimento notável, afirmou-se como parlamentar ardoroso em suas convicções e eficiente no desempenho de trabalhos que se lhe confiavam ou que a si mesmo se impunha a serviço do Paraná e da Nação Brasileira.

Entre suas iniciativas, cumpre destacar o projeto, convertido em lei, que regula o uso da Bandeira Nacional e do Hino da Pátria, objetivando resguardar a majestade do Grande Símbolo e impedir o desrespeito, pela vulgaridade, à gloriosa composição musical de Francisco Manuel sob cujos acordes os brasileiros têm sido conduzidos na Paz e na Guerra.

Temperamento ardoroso de cavaleiro rolandiano, teve ainda o filho ilustre do Paraná a glória de tomar parte na resistência da Lapa, onde o General Carneiro, com reduzido contingente de poucas centenas de homens, aguentou durante 26 dias e 26 noites o cerco de mais de cinco mil soldados aguerridos. Página de tamanha grandeza, comparável ao episódio espartano das Termópilas, não poderia deixar de ter, entre as personagens, a figura do poeta-soldado, em cujo coração vibrava e crepitava o patriotismo como chama sagrada.

Mestre de brasilidade, mestre de idealismo, Leôncio Correia ensinou pelo exemplo, mas também lecionou como professor de sucessivas gerações. E que professor! Sua aulas de História Universal dadas na Escola Normal do Distrito Federal, hoje Instituto de Educação, eram de tal maneira fascinantes, que muitas alunas de outras classes corriam para assistir a elas. O Mestre fazia viver, com poder de sugestão insuperável, os acontecimetnos que os séculos guardaram e que ele ressuscitava num esplendor verbal repassado de poesia. Sua vida no magistério foi assinalada por insignes serviços, como Diretor do Ginásio Fluminense, Diretor de Instrução Pública no Estado do Paraná e Secretário de Educação na Capital da República.

A vida do ilustre brasileiro perpassa pelos volumes que constituem a sua obra. Os organizadores da edição andaram bem começando pelo volume intitulado *Meu Paraná*, porque o Paraná é o ponto de partida dessa existência devotada ao Bem e à Beleza, à Causa Pública e à Poesia. Nessas páginas de prosa entremeadas de versos, sucedem-se as paisagens do litoral e do planalto e as figuras humanas representativas da região. No segundo volume, o estro do poeta ganha as maiores alturas. *Frauta de Outono* dá-nos a medida e a classificação do autor no meio literário brasileiro do seu tempo. Tendo surgido nas letras quando o parnasianismo de Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Luiz Delfino e do paranaense Emílio de Menezes atingia o esplêndido apogeu, Leôncio assistiu à transição da Poesia Brasileira da órbita de Lecomte de Lisle e de Heredia, para a de Verlaine, Verharen, Rodembach, Samain, que marcaram o fim do século com as meias tintas e a espiritualidade musical do simbolismo. E ainda veio presenciar, já em avançada idade, o movimento modernista com as variantes européias do futurismo, do expressionismo, do dadaísmo e as brasileiras do verde-amarelismo, do pau-brasil e todas as modalidades contemporâneas do abstracionismo e do hermetismo. No entanto, Leôncio Correia foi apenas Leôncio Correia. No fundo, um romântico, atualizado ao gosto do parnasianismo. E aí encontramos o traço predominante da sua própria personalidade de orador, jornalista, político, parlamentar e professor. O romantismo foi um movimento literário que reagiu contra a decadência da prosa e da poesia da fase barroca. Do mesmo modo como as linhas clássicas da arquitetura renascentista se abastardaram nos séculos XVII e XVIII, reproduzindo o fenômeno da transformação do gótico puro no decadente gótico-flamejante, também nas letras se verificara a degeneração da lírica de Petrarca e de Camões, através do gongorismo e da afetação das mediocridades arcádicas superabundantes de panegíricos e de sonetos verbosos e ramalhudos. O romantismo libertou a Poesia relacionando-se com a Revolução Francesa, que libertou o indivíduo das estruturas políticas igualmente barrocas. E o poeta romântico procurou, acima de tudo, deixar-se ser, exprimindo-se com sinceridade e espontaneidade. Eis por que considero Leôncio Correia um

romântico nas letras, como foi em tudo na vida. O seu grande nacionalismo vibra no terceiro volume, intitulado *Brasiliada*. Aí encontramos a influência condoreira de Castro Alves. Os demais volumes assinalam uma época, em *Perfis, A boêmia do meu tempo, Evocações, Panóplias*. Neles se vêem, desfilando, como num filme, os vultos brasileiros das letras e da política, na fase da Abolição, da República e dos primeiros anos do presente século. Cenas, costumes do Rio, de Curitiba, do Brasil de ontem.

É para render homenagem a esse grande filho do Paraná, que uso hoje da palavra como deputado por aquele Estado, ao qual também me prendem minhas origens familiares. E quero nesta data lembrar à ilustre Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, no momento em que se trata de desdobrar o Instituto de Educação, que seria de toda a justiça dar ao novo estabelecimento de ensino o nome de Leôncio Correia, por tudo o que ele fez em prol do ensino na Capital da República, como professor da Escola Normal e Diretor da Instrução Pública, cargo hoje intitulado com o designativo de Secretário da Educação. (*Muito bem.*)

DOM AFONSO HENRIQUES

Sessão de 22 de outubro de 1959

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra para encaminhar a votação, o Sr. Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, irei usar, estritamente, dos cinco minutos que me são permitidos.

Meu partido não poderia deixar de se pronunciar em face da magnífica oportunidade de mais um contato entre os dois países, os dois governos, as duas nações que pertencem à grande lusitanidade.

Tendo residido em Portugal durante oito anos, como exilado político, ali tive oportunidade de penetrar mais densa e profundamente nas raízes do Brasil que estão naquele país.

Entendo que a História do Brasil não principia quando Pedro Álvares Cabral descobre a nossa terra, porquanto isso seria alienar quatro séculos de História que pertencem tanto a Portugal quanto ao Brasil.

São quatrocentos anos em que somos condôminos, pois que considero que a História do Brasil principia com a fundação da nação portuguesa, por Dom Afonso Henriques, quando, no castelo dos Guimarães, desembainha a espada para a reconquista peninsular. A figura do infante Dom Henrique, por conseguinte, não pertence apenas aos portugueses, pertence igualmente ao Brasil. É uma figura ecumênica, é uma figura universal, é a maior figura do seu século, que se projetou pelos séculos seguintes na maior epopéia de navegação jamais assistida pela humanidade. Quando hoje lemos a *Odisséia* de Homero, ou a *Eneida*, de Virgílio, entendemos que são pequenas as façanhas de Ulisses e dos heróis de Tróia e da Grécia em face da grande obra realizada pelos portugueses na conquista de continentes, arquipélagos, ilhas desconhecidas e oceanos nunca dantes navegados. Para nós a figura do Infante integra-se na própria História do Brasil.

Quando estive em Portugal fiz questão de visitar o promontório de Sagres, tendo ali a noção da grandeza da epopéia marítima dos portugueses. Sagres é uma esplanada de pedra projetada sobre o mar. Ali, o Infante, nas noites estreladas, ensinando astronomia e a arte de navegar à nova geração, criou um espírito novo e tão forte, que lançou um povo, de apenas um milhão de habitantes, na conquista dos mares e continentes do mundo.

O Brasil não poderia estar omisso nas comemorações do Infante navegador, razão pela qual, expressando o pensamento do meu partido, o meu próprio e da própria tradição da Pátria brasileira, manifesto-me entusiasticamente favorável à visita do Presidente da República do Brasil à pátria portuguesa, pátria de nossa pátria, no instante em que celebramos um dos vultos maiores da humanidade na história da comunidade lusíada, à qual pertencemos.

Entendo que neste instante do mundo, além de realizarmos uma política pan-americana de defesa do Hemisfério Ocidental, temos necessidade de nos ligarmos à Ibéria, à Espanha e a Portugal, baluartes da civilização cristã, que passaram imunes na última guerra, para serem talvez a cabeça de ponte da liberdade no Novo Mundo, na época em que se desencadeia do Oriente para o Ocidente a onda tremenda de escravidão que se pretende implantar com a ereção dos Estados totalitários soviéticos e comunistas.

Por conseguinte, aqui estou para exprimir o pensamento de meu Partido favorável à ida do Presidente da República do Brasil a Portugal, na comemoração de um dos vultos que representam o pensamento e o sentimento da comunidade lusíada. (*Muito bem; muito bem.*)

MENOTTI DEL PICCHIA

Sessão de 12 de dezembro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, após os debates calorosos que acabamos de ouvir, oriundos das divergências de interpretações históricas e de posições políticas, é justo e nobre que a Câmara me conceda sua atenção para assunto relativo à vida do espírito, aos valores permanentes da Nação, aqueles que, superando todas as crises políticas de todos os momentos, continuam na memória das gerações, como fator construtivo na nacionalidade.

Sr. Presidente, em São Paulo, recentemente, os escritores e poetas daquele Estado, com a colaboração e apoio de seus confrades de todo o Brasil, celebraram o cinqüentenário da obra literária de um dos mais altos expoentes paulistas e brasileiros, que passou também por esta Casa ocupando uma cadeira na representação paulista. Refiro-me ao escritor e poeta Menotti Del Picchia.

Grande foi o regozijo dos intelectuais daquele Estado ao comemorar este cinqüentenário. Cinqüenta anos de trabalhos literários, cinqüenta anos de lutas pela cultura brasileira. Este nome se impõe na vida intelectual na Nação. Quem folhear os compêndios de literatura que passam sob os olhos das sucessivas gerações escolares, ali encontrará, entre os movimentos mais recentes da vida intelectual, do Brasil, o de 1922, a Semana da Arte Moderna. Em seguida, o movimento verde-amarelo, ao qual pertenci e que lançou as bases para um novo tipo de nacionalismo superficial, porém aprofundado nas raízes e vínculos que constituem a própria vida da Nação.

Nesse movimento, Menotti del Picchia foi astro de primeira grandeza, ao lado de Cassiano Ricardo, Motta Filho, Ellis Júnior, Raul Bopp e o orador que ocupa esta tribuna.

Por este motivo, ocupo a atenção da Casa, que, sempre interessada em ouvir os problemas que as paixões políticas trazem a este plenário, há de certamente tolerar, pelo menos durante cinco minutos, as palavras dirigidas aos valores espirituais e intelectuais da Nação. É uma homenagem que rendo desta tribuna ao companheiro de lutas literárias que esteve comigo, principalmente entre os anos de 1922 e 1930, num trabalho ingente no sentido de formarmos uma consciência nacional brasileira, encaminhando as criações estéticas da Nação para um plano elevado de um nacionalismo vigoroso e com raízes profundas da alma brasileira. (*Muito bem.*)

ALÉCIO MOREIRA GOMES

Sessão de 7 de março de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO *(Lê a seguinte comunicação)* – Sr. Presidente, foi nomeado Diretor do Observatório Nacional, do Rio de Janeiro, o Dr. Alécio Moreira Gomes. Para os que acompanham com interesse os esforços de um pequeno grupo de cientistas brasileiros dedicados aos estudos astronômicos, esse fato não pode passar desapercebido. É que a escolha recaiu sobre um de nossos patrícios que tem honrado o nome do Brasil no exterior.

O Dr. Alécio, bacharel em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia, engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia, catedrático de astronomia, por concurso, da Escola Naval e professor de astronomia na Faculdade Nacional de Filosofia, integrou-se naquele pugilo de verdadeiros heróis da ciência que fizeram do Observatório do Valongo um centro propulsor dos estudos astronômicos em nosso País.

Sua presença nos Estados Unidos foi reclamada pelos sábios daquela Nação e o Dr. Alécio foi incluído no quadro dos observadores de Monte Palomar e Monte Wilson, sendo hoje o único astrônomo brasileiro com um curso de especialização no exterior.

Em Monte Palomar fez descobertas que lhe deram projeção mundial, entre as quais a de três estrelas supernovas num mesmo aglomerado de galáxia. Foi por isso premiado e homenageado pelo Governo dos Estados Unidos.

Estou convencido de que, em seu novo posto, o nosso patrício irá, não somente concorrer para o aperfeiçoamento técnico das pesquisas astronômicas, como pela formação de uma mentalidade nova e voltada para os fenômenos celestes.

A nomeação de um cientista de tamanho porte para a direção do Observatório Nacional tem para mim o significado de verdadeira revolução no campo da astronomia brasileira, num século em que as nações mais adiantadas volvem suas atenções para o mistério dos espaços estelares. O que foram os séculos XV e XVI para a realização do sonho de Ulisses e descobrimento dos continentes e mares da terra, este nosso século o será para novos e crescentes conhecimentos dos segredos do Universo. A astronomia ultrapassa o âmbito das investigações científicas para se tornar objeto de apaixonada curiosidade dos Povos.

E o Brasil, Srs. Deputados, não pode omitir-se ou conservar-se apático ou indiferente ao grande movimento que assinala uma das características do momento histórico de nossa contemporaneidade.

Eis o motivo pelo qual venho à tribuna, para me congratular com o Governo da República pela acertada escolha. Faço-o, com a recordação comovente de uma noite em que, reunindo-me ao grupo de astrônomos ao qual pertence o Professor Alécio, passei algumas horas no Valongo, vivendo familiarmente com nossos vizinhos Júpiter e Saturno, contemplando as estrelas duplas de Centauro e os cento e tantos sóis que o telescópio nos mostrava ao fundo do Cruzeiro do Sul. Faço-o recordando o heroísmo daquela plêiade de cientistas, que restauraram a aparelhagem do Valongo que encontraram abandonada, sem verbas, executando eles próprios serviços de operários. Faço-o, recordando nossas conversações sobre o futuro da astronomia no Brasil.

Esse futuro – se o Professor Alécio Moreira Gomes tiver os recursos necessários – está à vista e garantido pela eficiência e pelo idealismo do novo Diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro. (*Muito bem.*)

NÉLSON OMEGNA

Sessão de 30 de junho de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento, tudo aquilo que vem concorrer para o prestígio do Congresso Nacional tem merecido de minha parte a maior atenção. É necessário elevarmos o Parlamento brasileiro, honrarmos as tradições desta Casa e fazê-la projetar-se perante a Nação com aquele valor que realmente tem, e não com os elementos negativos que a demagogia muitas vezes oferece para desmoralizar o Parlamento.

O Sr. Dirceu Cardoso – Muito bem.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Nestas condições, venho fazer à Casa comunicação que a todos nós enaltece. Esta Câmara é constituída de Deputados de grande nível cultural, ao contrário do que se diz, que não estamos ao nível das circunstâncias nacionais. Desde que tomei assento numa cadeira desta Casa, venho observando que nos apresentamos em alto nível cultural. Ainda agora, honra esta Câmara o Deputado Nélson Omegna, que acaba de conseguir o prêmio "Joaquim Nabuco", da Academia Brasileira de Letras, publicando um dos livros mais importantes para informar-nos acerca das estruturas históricas da nacionalidade. O seu livro *Cidade Colonial* é obra de raro merecimento. Tive a honra de conhecê-lo antes da publicação, ainda nos seus originais.

O problema histórico da formação das cidades brasileiras deve interessar-nos profundamente, porquanto ele explica o segredo da unidade nacional. Em 1946, quando, terminado o período do meu exílio, devia regressar ao Brasil, publiquei um livro intitulado *Como nasceram as Cidades Brasileiras*, que dediquei a Portugal, em homenagem ao tempo em que ali estive, durante o qual fui tratado com tanto carinho pela gente portuguesa. Nesse livro, estabelecia três ciclos de formação das cidades do nosso País. Primeiro ciclo, o da catequese e da conquista do sertão, a época em que as cidades se formam com fortalezas e conventos, fortalezas para defender-se das investidas que vinham do mar e daquelas outras das tribos selvagens, que vinham do interior.

Essas cidades brasileiras, tipicamente medievais, ainda que em época renascentista tenham nascido, marcam o início da colonização do Brasil, no

período do Rei D. João III, que com sua Carta de Regimento, como que prenunciou a grandeza desta grande Nação.

Posteriormente, iniciou-se o segundo ciclo – o ciclo de ouro e das pedras preciosas –, quando entram os bandeirantes terra adentro e, como base para suas investidas para além, lançam os fundamentos da fazenda agrícola, de que vieram a nascer as cidades.

O terceiro ciclo é o da iniciação agrária, quando, começada a agricultura no Brasil, surge a cidade, com um rancho de tropeiro, a venda à beira da estrada, a capelinha. Depois, aquela estrada se torna rua principal e, assim, nascem as cidades do período da iniciação agrícola.

Eis que chegamos ao período de nosso grande desenvolvimento, da arrancada por nossa libertação do subdesenvolvimento, e é justo e necessário volver os olhos para trás e ver como se processou a formação das cidades brasileiras e, principalmente, o segredo de nossa unidade nacional. Esse segredo nos vem sobretudo do sentido ecumênico da raça portuguesa, que nos foi dada a glória de ter como colonizadores. Processa-se gradualmente na formação típica das cidades, nas diversas etapas do desenvolvimento nacional.

Nélson Omegna escreveu um livro notável. Aquilo que apenas bosquejei como lineamento para orientação de estudos mais profundos, S. Exa. realizou um obra de tomo, que deve ser lida por todos os brasileiros, a fim de que conheçam esta prodigiosa unidade da Pátria, que faz com que uma cidade do interior do Maranhão ou do Ceará tenha idênticas características e sentimento idêntico aos das cidades do Sul.

Comunicando a esta Casa o prêmio recebido por Nélson Omegna, com a publicação de seu livro, lamento seja apenas no reduzido espaço deste Pequeno Expediente que possa tratar de tão magno assunto, porquanto é necessário que no meio da confusão política, da agitação dos espíritos, não nos arredemos das questões fundamentais da Nação, a fim de, com uma consciência perfeita de nosso passado, podermos projetar-nos para o futuro, atentos à realidade do presente.

Estas minhas palavras são uma homenagem ao nosso colega, mas também ao Congresso Nacional, que tem em seu seio homens de tamanho vulto, competência, brilho, inteligência e cultura. (*Muito bem. Palmas.*)

GENERAL OLÍMPIO MOURÃO FILHO

Sessão de 23 de abril de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, passado o ligeiro tumulto das numerosas questões de ordem que aqui se levantaram e que me parece estarem todas devidamente esclarecidas, volvo ao fio das considerações iniciadas pelo Deputado Peracchi Barcelos, a respeito do mérito intrínseco do projeto hoje apresentado à votação da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, os homens públicos, ainda que firmes na sustentação de nossas doutrinas e de nossas atitudes perante a Nação, não estamos livres, dentro das circunstâncias de determinado momento nacional, de incorrer em erros involuntários que, uma vez verificados, pelo nosso raciocínio, pela observação dos fatos ocorrentes, cumpre-nos corrigir. Quero, portanto, fazer rápida rememoração histórica dos motivos que levam minha bancada e a mim próprio a apoiar este projeto, que assinei quando enviado à Mesa.

Todos devem estar lembrados de uma sessão memorável, sessão conjunta, do Senado e da Câmara, com as galerias repletas, quando subi naquela tribuna para falar sobre o grave momento nacional e, durante esse meu discurso, li carta enviada ao então Ministro da Guerra, General Denys, na qual eu lhe mostrava a verdadeira situação militar do País e a conveniência, para evitar-se uma guerra civil, de dar-se posse ao Vice-Presidente, o qual era impugnado, com justos motivos, pelos ilustres três ministros militares. Propus então, naquela carta que aqui foi lida, que se desse posse ao Sr. João Goulart, mas que se criassem dispositivos indispensáveis a fim de conter os perigos pelos quais temiam os três ministros militares.

Tive a satisfação, fazendo parte da Comissão conjunta das duas Casas, de receber, cerca das 3 ou 4 horas da madrugada, os dois ilustres colegas, Marechal Mendes de Morais e o falecido General Menezes Cortes, que vinham de conversa que haviam tido com os três ministros militares e declaravam à Comissão que aqueles ilustres brasileiros estariam de acordo com a fórmula por mim aventada. Surgiu daí a idéia de se aproveitar projeto do ilustre brasileiro Raul Pilla, referente à implantação do parlamentarismo, porque foi medida adotada pelo Congresso Nacional, a fim de criar um sistema de freios e de contrafreios, impedindo que os receios dos três ministros militares viessem a realizar-se com grande perigo para a Nação. No decorrer, entretanto, das sucessivas crises do sistema parlamentar, criadas, artificialmente, pelo Presi-

dente da República, estive sempre com a minha bancada, de cabeça erguida, combatendo as maquinações do Poder Executivo, objetivando a inoperosidade do sistema parlamentarista. Todos sabem das posições que aqui assumimos, corajosas e firmes, e, muitas vezes contra imensa maioria, nós, pequena porção de deputados, enfrentando a tremenda maré dos acontecimentos que transbordavam desta Casa e iam agitar as organizações operárias no sentido de oprimir o Congresso e impor a vontade daquele que pretendia exercer uma ditadura em nosso País.

Posteriormente, o Congresso Nacional permitiu a realização de um plebiscito tão artificial, tão falso, tão mentiroso quão corruptor, porquanto foram as próprias classes conservadoras, principalmente as indústrias de São Paulo e do Rio, que encheram os bolsos do Presidente, com sobras naturalmente para aqueles seus apaniguados, para somente eles fazerem a propaganda do tal plebiscito, chegando ao cúmulo de dizer que a seca do Nordeste e o analfabetismo eram obra do parlamentarismo. A Nação toda suportou. Veio o presidencialismo e então minha consciência de homem público começou a doer profundamente, porque verifiquei que havia concorrido também com meu discurso e a carta enviada aos três ministros militares, para que se criasse uma situação que nos levava dia a dia para o abismo da bolchevização total do País. Foi nesta ocasião, Sr. Presidente, que comecei francamente a conspirar. Todos aqueles que estavam habituados a me ver freqüentemente na tribuna estranhavam meu silêncio, porque era o silêncio de quem precisava agir e atuar para desafogo da própria consciência, porquanto me pesava ver que o Brasil marchava cada vez mais para o abismo da distorção das tradições cristãs da nacionalidade, das instituições democráticas, tendo eu involuntariamente cooperado para isso.

Foi, então, que me articulei com o General Olímpio Mourão, homem de firmes convicções, homem patriota, homem cheio de amor às nossas tradições, de respeito às nossas liberdades, homem corajoso e, como eu, sempre disposto a jogar tudo, cargos, posições, a própria liberdade e a própria vida na defesa da Nação brasileira. (*Muito bem.*)

Foi, então, Sr. Presidente, que tendo vindo ele do Rio Grande do Sul, onde sua atuação já foi descrita pelo Deputado Peracchi Barcelos, e sendo ele comandante da II Região Militar, ali numerosas, constantes vezes com ele me articulei, conversando e preparando aquele II Exército para, no momento azado, poder agir em defesa da Nação.

Foi o General Mourão transferido para Juiz de Fora. Manifestei-lhe minha tristeza, vendo que tudo estava preparado de tal modo em São Paulo, que se um comandante do II Exército pretendesse, porventura, apoiar a quadrilha comunista que infelicitava a Nação, ele não conteria a tropa já preparada psicologicamente para isto.

Lembrou-me o General Mourão que a situação estava melhor, porque ele iria trabalhar em Minas, e São Paulo já estava preparado.

Em Minas, sua ação foi constante, doutrinária, apostolar, preparando os espíritos até o momento em que as loucuras do Governo criaram o instante histórico de uma ação imediata e fulminante.

Realmente, quando vimos o comício do dia 13 de março no Rio de Janeiro, garantido por forças do I Exército, e ali se pregar contra o Congresso, contra a Constituição da República; ali se fazer franca propaganda de uma revolução armada, chefiada pelo próprio Chefe do Executivo, meu partido publicou uma nota – e sem desprimor para os demais partidos foi o único que arriscou a ser mesmo incurso na Lei de Segurança Nacional pelo arbítrio do Executivo – acusando o Presidente da República de crimes contra as instituições, contra a Constituição, e esse manifesto correu por todo o País.

Posteriormente, outro acontecimento veio abalar ainda a Nação brasileira: a manifestação de pequena minoria de sargentos no Rio de Janeiro, que o Presidente da República queria fazer crer era a preponderância dos sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, quando absolutamente não era, e tenho motivos particulares para dizer que não era.

Foi nesse momento que o General Mourão não mais esperou: levantou-se com Minas Gerais, desceu sobre o Rio de Janeiro. Honra e glória merecem aqueles que aderiram à sua extraordinária façanha! Mas S. Exa. o General Olímpio Mourão, é credor da Nação brasileira por esse gesto de audácia em que arriscou sua carreira e sua vida. Por isso, assinei o projeto encabeçado pelo Deputado Cunha Bueno e minha bancada vota favoravelmente. Desgraçada a nação que não sabe premiar aqueles que lhe salvaram a vitalidade e a honra.

Lembro-me, neste instante, dos versos de Castro Alves, quando se referiu ao "auriverde pendão da nossa Pátria, que a brisa do Brasil beija e balança", e que ele dizia em seus versos maravilhosos de condoreiro que era preferível que ela submergisse no mar, se destruisse, a servir a um povo de mortalha. Ah! Se a bandeira brasileira não estiver na inspiração dos militares, se a bandeira brasileira não estiver no pensamento do ilustre militar que preside os destinos da Nação, então de nada mais valerá ser patriota, de nada mais valerá defender a Pátria, de nada mais valerá defender as nossas tradições.

Estou convencido de que este projeto, aprovado pelo Congresso, merecerá o acatamento do Chefe do Executivo, o ilustre Marechal Castello Branco, porque, do contrário, S. Exa. não respeitaria a soberania do Congresso e os sentimentos mais justos da Nação brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

PROFESSOR ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO E D. MARIA DO CARMO LEITE TOLEDO

Sessão de 27 de agosto de 1973

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sou assíduo no Pequeno Expediente, onde desfilam os representantes do povo, versando problemas de ordem regional ou local, ou trazendo comunicações oriundas dos mais diversos pontos do território nacional. Sinto-me, entretanto, impelido a me pronunciar quando assunto da mais alta significação nacional atrai a minha atenção.

Falo hoje de matéria à primeira vista relacionada com interesses regionais, porém de largo e profundo interesse de toda a Nação brasileira.

No dia 4 de abril do ano corrente, a cidade de Bauru engalanou-se para festejar as Bodas de Ouro de um casal paradigma das nossas tradições e dedicado ao esforço educacional do nosso País. Trata-se do Prof. Antônio Eufrásio de Toledo e D. Maria do Carmo Leite Toledo, progenitores do nosso colega Maurício Toledo, um dos valores mais altos do Estado de São Paulo em sua representação nesta Câmara.

Qual o motivo de tamanho regozijo, não só de Bauru, mas de diversas regiões paulistas, ao celebrar os 50 anos de trabalhos daquele casal inteiramente dedicado ao bem do Brasil?

É a consciência de reconhecimento da importância de uma obra realizada no curso de longos anos pela disseminação e consolidação do Ensino Superior em nossa Pátria.

Eufrásio de Toledo compreendeu, muito antes da fase desenvolvimentista em que nos encontramos, que o Brasil não poderia realizar-se em termos de progresso e fortalecimento de sua personalidade nacional, sem elevar o nível de cultura das gerações que se vinham sucedendo nas últimas décadas.

Esse lutador infatigável começou o trabalho incessante na região onde nasci. Paulista que sou, por uma genealogia que atinge quatro séculos, a minha formação na infância e adolescência é mineira, pois, como Eufrásio de Toledo, bebi das águas do Sapucaí. Ligado pelo sangue paterno às origens de Piratininga, através dos Salgados, vinculei-me pelo materno aos Renós do Sul de Minas Gerais e se, pelos limites político-administrativos, sou um cidadão de São Paulo, pela configuração geográfica, das abas setentrionais da Mantiqueira, sou um homem mineiro.

Também Eufrásio de Toledo respirou desde menino os ares dos contrafortes da grande serra e do rio Sapucaí. Nasceu em Cambuí, Município vizinho à minha terra natal. Fez o curso primário em Alfenas, também no Sul de Minas, os secundário e superior em Belo Horizonte e Juiz de Fora, de onde saiu engenheiro-geógrafo.

Conheci-o em Itajubá, onde se integrara no grande movimento nacionalista por mim lançado em 1932. Lecionava no ginásio local, depois de ter sido professor de matemática no Colégio Granbery de Juiz de Fora. Posteriormente instalou e dirigiu o Ginásio de Paraisópolis, cidade distante da minha 18 quilômetros. Esse ginásio, que é hoje estadual, tem o seu nome.

A sua ação no Sul de Minas continuou eficientíssima, fundando em Ouro Fino o Ginásio e Escolas Técnicas de Química, Pontes e Estradas, assim como a Escola Técnica de Comércio da cidade de Cristina, hoje Escola Normal Estadual.

A grande obra de Eufrásio de Toledo começa, entretanto, em Bauru, onde fundou, em 1952, a "Instituição Toledo de Ensino", cujas atividades foram iniciadas com os cursos técnicos de Estradas e Química Industrial. Sucessivamente, a Instituição estendeu-se pelo Estado de São Paulo, incorporando as seguintes escolas de Ensino Superior: "Educação Física", "Faculdade de Direito", "Faculdade de Ciências Econômicas", em Bauru; "Faculdade de Direito", em Presidente Prudente; "Faculdade de Filosofia", em Botucatu; "Faculdade de Filosofia", em Araçatuba, onde também fundou a "Faculdade de Direito"; ainda em Presidente Prudente, fundou a "Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas" e a "Faculdade de Ciências e Letras"; em Presidente Wenceslau, a "Faculdade de Filosofia" e outras duas em Santa Cruz do Rio Pardo e São Manuel. Voltando a Bauru, instalou a "Faculdade de Serviço Social".

Atualmente, Eufrásio de Toledo promove a instalação de novas faculdades nos Estados do Paraná e de São Paulo.

Como conseguiu esse verdadeiro bandeirante do Ensino Superior no Brasil realizar tanto e estimular outros batalhadores em todo o País? Para mim, três são os fatores que determinaram o surgimento do homem excepcional de que lhes estou falando: o primeiro, o seu idealismo superior, animado pelo amor à Pátria; o segundo, o seu conhecimento histórico do início e desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil e os efeitos produzidos sobre a formação da nacionalidade brasileira; o terceiro, a compreensão do momento que vivemos, a exigir a elevação do nível cultural em nosso País, como condição sem a qual não será possível o desenvolvimento nem os fundamentos da integração nacional.

Da sua dedicação à Pátria, tenho direto conhecimento no convívio entre nós na década de 30, quando o maior movimento cívico e educacional foi

lançado no País, salvando a Nação da desordem, criando um espírito de patriotismo que perdurou, suscitando o aparecimento de uma geração notabilíssima, cujos valores ainda hoje se manifestam nos mais elevados postos nas Universidades, na Magistratura, na Diplomacia, nos cargos administrativos e governamentais, e lançando os fundamentos de uma criteriologia sociológica, econômica e política, atualmente dominante nas altas esferas nacionais.

Da sua consciência histórica relativa ao Ensino Superior no Brasil, basta considerar o que tem feito para se ter noção do que ele conhece no que concerne ao nosso passado e às necessidades do presente.

O Ensino Superior em nosso País tem suas raízes na cultura humanística, iniciada na Bahia, pelos jesuítas, nos fins do século XVI. Era, na realidade, uma Faculdade de Filosofia e Letras, abrangendo os cursos de Literatura, Filosofia, na qual se incluíam a Lógica, a Física e a Matemática. Os primeiros graus de bacharel foram conferidos em 1575. Seria longo rememorar o desenvolvimento da instrução no Brasil, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, estendendo-se a Pernambuco, Rio de Janeiro e outras regiões. A idéia da universidade surgira, entretanto, em 1592, quando se diplomaram 19 alunos, encontrando oposição da Metrópole e até de Roma.

O Ensino Superior no Brasil começa, entretanto, a consolidar-se nos princípios do Século XIX, com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Até então jovens brasileiros iam fazer seus cursos em Coimbra, ou em Montpelier. O Regente D. João, nosso em breve futuro Rei, compreendia não ser possível a construção material e política de nossa Pátria, sem que fosse acompanhada pela criação de uma elite nacional em todos os ramos do saber. Assim, fundou a Escola de Medicina, a Escola de Economia Política, a Academia de Belas Artes, uma escola de Agronomia e outra de Farmácia, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, trazendo grandes cientistas para o nosso País.

Os planos, projetos, discussões sobre o Ensino Superior no Brasil prolongaram-se durante o Primeiro Reinado, a Regência, o Segundo Reinado. Para não nos alongarmos sobre o assunto, daremos uma data significativa – 11 de agosto de 1827 –, a criação dos dois Cursos Jurídicos de São Paulo e de Olinda, por iniciativa do Visconde de São Leopoldo. Em São Paulo foi instalada a Faculdade de Direito em 1.º de maio de 1828 e a de Olinda em 15 de maio do mesmo ano.

A história do Ensino Superior em nosso País demandaria dilatado tempo que não cabe neste discurso. É um trabalho incessante, de homens ilustres, que se desenvolve durante o Século XIX e chega até nossos dias.

Eufrásio de Toledo insere-se desses brasileiros que até o presente vêm batalhando por elevar o nível da nossa cultura nacional.

Dos dois motivos expostos, decorre o terceiro: a compreensão que o nosso homenageado tem da urgente necessidade de animarmos a nossa atual estrutura e infra-estrutura do desenvolvimento brasileiro mediante indispensável superestrutura cultural, de sorte a possuirmos uma elite capaz de atualizar-se com as novas circunstâncias do nosso progresso.

É a esse professor iluminado por tão superiores idéias que rendo, nesta pequena oração, minhas homenagens pelo que tem feito e continua a fazer em benefício da Nação brasileira. (*Muito bem.*)

Dos dois motivos expostos, de
passo lentamente ao da segunda parte
cultura e infra-estrutura do desenvolvi-
nável superestrutura cultural, de seus
qualizar-se com as novas circunstâncias
É a esse propósito iluminado por
pequena oração, muitas homenagens p
benefício da Nação brasileira. (Mui

X

IN MEMORIAM

X

IN MEMORIAM

MAGALHÃES BARATA

Sessão de 29 de maio de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, o Partido de Representação Popular, cuja bancada lidero nesta Casa, quer associar-se às justas homenagens prestadas à memória do General Magalhães Barata.

Homem de idealismo, revolucionário, administrador, patriota, empregou todo o seu esforço em bem da região Amazônica, particularmente do Pará.

Tive oportunidade de conviver com S. Exa., e, no trato pessoal, pude verificar seu alto espírito público, ao qual rendemos homenagens.

Homem de lutas, encontrou, naturalmente, no transcurso da sua vida política, muitos opositores. No entanto, depois que os homens desaparecem, começam a ser medidos e pesados e melhor compreendidos por aqueles que já não vêem neles apenas o adversário, mas o espírito voltado para o bem comum, tal como aqueles que a ele se opuseram.

Nestas condições, o Partido de Representação Popular rende justa homenagem ao Governador Barata, não somente em nome da bancada, mas de toda a coletividade nacional, que muito prezava e admirava esse ilustre brasileiro. (*Muito bem.*)

- JORGE LACERDA
- NEREU RAMOS
- LEOBERTO LEAL

Sessão de 16 de julho de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é dedicado o Grande Expediente de hoje à homenagem póstuma que rendemos a ilustres brasileiros desaparecidos tragicamente no desastre de aviação ocorrido a 16 de junho do ano passado, nas proximidades de Curitiba.

Talvez, entre todos os deputados que constituem esta Câmara, poucos serão os que, como eu, sentiram tão diretamente a desgraça que se abateu sobre o Parlamento brasileiro e sobre a vida política nacional naquela data inesquecível. Lembro-me bem daquela noite. Encontrava-me em São Paulo, proveniente de Belo Horizonte, numa festa de aniversário familiar, quando recebi pelo telefone a notícia de que um avião se abatera nas cercanias da Capital paranaense, ocorrendo a morte de grandes brasileiros, entre os quais o ex-presidente desta Casa, Dr. Nereu Ramos, o Deputado Leoberto Leal, o Governador Jorge Lacerda e dois membros do Diretório Nacional do meu Partido, Drs. Paulo Bandeira e Almeida Serra.

A partir daquele instante, nossa angústia foi imensa, pois informações contraditórias traziam ora esperanças ora desilusões. Comunicamo-nos pelo rádio-amador para a cidade de Curitiba, para saber os resultados reais de tão horrível tragédia. Pela madrugada, obtendo a confirmação completa de tudo quanto acontecera, saí de avião em companhia de Loureiro Júnior, em demanda de Curitiba, a fim de tomar as providências que cabiam no caso dos nossos correligionários que haviam perecido.

Chegando lá, ao romper do dia, lembrei-me das grandes tragédias gregas, descritas por Sófocles e Ésquilo. De uma só vez, sofremos, meu Partido e eu, os mais rudes golpes. Perdíamos o Governador de Santa Catarina, velho companheiro de lutas, que encontrei nos albores de 1933 como estudante da Escola de Medicina de Curitiba e que foi, desde então, decidido prosélito e fervoroso apóstolo das idéias pelas quais lutamos em nosso País. Perdíamos dois companheiros do Diretório Nacional, Paulo Bandeira, também por mim conhecido quando estudante de Medicina em Niterói e que igualmente se destacara no movimento integralista, e Almeida Serra, cuja atuação vinha desde quando, aluno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, adotou nossa doutrina e empunhou nossa Bandeira. Mas perdíamos ainda juntamente com a

figura brilhante de Leoberto Leal, um dos brasileiros mais ilustres, o Dr. Nereu Ramos, com o qual meu partido estava mantendo, no momento, importantes conversações políticas.

Foram 48 horas que passei sem dormir, sem comer e até mesmo sem sentar, presenciando as tristes cenas de verificação do desastre, de identificação dos mortos, dando providências para o transporte dos corpos e assistência às viúvas desoladas. Embarcados Nereu Ramos para o Rio, Leoberto Leal e Jorge Lacerda para Florianópolis, tivemos de preparar o avião para levar Paulo Bandeira e Almeida Serra para a Capital do País. Tínhamos de dividir, agora, o tempo: já noite, um DC-3 levou-nos a Florianópolis, onde tomamos parte na dor das famílias enlutadas e do povo catarinense, que acorria em massa ao Palácio do Governo. Nessa mesma madrugada outro avião conduzia-me à Capital da República, para o cumprimento de outra parte do dever: o sepultamento dos dois membros do Diretório Nacional do PRP.

Quando tudo passou, uma das grandes poesias de Whitman cantou aos meus ouvidos. Aquela em que o poeta descreve um naufrágio, durante horrorosa tempestade, e as cenas terríveis a que um homem havia assistido e termina dizendo:

"Eu estava lá.
Eu era aquele homem."

De fato, eu também estava lá e compreendi toda a extensão da infelicidade que se estendia sobre o nosso País. Perdíamos Nereu Ramos, parlamentar, estadista, homem de raro equilíbrio, de larga visão; a brilhante figura de parlamentar, que foi Leoberto Leal; a rara inteligência de Jorge Lacerda; os idealismos atuantes de Paulo Bandeira e Almeida Serra.

Em relação a Jorge, meditava eu nos caprichos do destino. Foi por um equívoco e um desencontro que ele teve de apanhar o avião em Florianópolis, para conversar comigo em São Paulo sobre a política de Santa Catarina. Não tendo conhecimento de certos fatos ocorridos após sua partida do Rio, na antevéspera do desastre, e sabendo que eu vinha de Belo Horizonte para a Capital paulista, tentou várias ligações telefônicas, sem êxito, resolvendo finalmente embarcar no fatídico avião para se encontrar comigo. Este fato mais pesou na minha dor, por ter ignorado qual a mensagem, qual a palavra que Jorge, em grande angústia conforme me disseram seus familiares, queria revelar-me.

Por conseguinte, Sr. Presidente, na sessão de hoje, cujo Grande Expediente é dedicado à memória dos ilustres mortos daquele desastre, meu partido não poderia deixar de manifestar-se, o que faz pelo seu Chefe e Líder de sua bancada nesta Casa. Faço-o comovidamente.

Que sabemos nós dos desígnios divinos? Que sabemos nós do que se encontra escrito no livro misterioso do destino? Que sabemos do sentido e significação das dores que nos afligem? Na marcha de longos anos de lutas políticas, muitos foram os momentos de mágoa que tivemos e muitas amarguras nos abateram. Mas aquelas 48 horas, começadas em São Paulo, continuadas em Curitiba, depois em Florianópolis e por fim no Rio, foram das mais cruéis por que tenho passado. Dela participaram todos os integralistas do Brasil. Em nome deles estou nesta tribuna.

Eram estas as palavras que desejava dizer para me solidarizar com a Câmara, em nome de meu partido, nestas justas homenagens aos mortos do desastre de 16 de junho de 1959. A emoção e a dor são sintéticas e breves; não sabem falar longamente nem encontram motivos para serem prolixas. Por isso, posso tudo resumir repetindo Whitman:

"Eu estava lá.
Eu era aquele homem

(*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.*)

NEWTON BRAGA

Sessão de 17 de agosto de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, minhas palavras, hoje, são para uma comunicação, ao mesmo tempo dolorosa e gloriosa. Acaba de falecer, nesta capital, o Brigadeiro Newton Braga, um dos heróis da travessia do Atlântico, na grande façanha do avião "Jaú"; era o sobrevivente daquela grande epopéia que empolgou todos os espíritos e corações dos brasileiros, pois João Ribeiro de Barros, seu companheiro, há anos faleceu.

Em Newton Braga, o Brasil perde um dos pioneiros da aviação nacional. Não foi apenas o herói maravilhoso daquela façanha da travessia do Atlântico, mas, também, homem culto, cientista, técnico e escritor, deixou de sua vida um traço brilhante.

Ora, no momento presente, em que queremos levantar as forças nacionais, o sentimento nacionalista, devemos cultuar as tradições da nossa Pátria, e estas residem exatamente nos heróis do nosso Brasil.

Breves são minhas palavras, porquanto não somente me domina a emoção de brasileiro ante o desaparecimento de um grande vulto de nosso País mas também a emoção de companheiro, porque tanto Ribeiro de Barros como Newton Braga, desde o primeiro momento em que lancei uma grande campanha nacionalista, espiritualista e democrática em nosso País, estiveram a meu lado, e a ela foram fiéis até o último instante.

Por conseguinte, nesta oportunidade, chamo a atenção da Câmara para este grande vulto nacional que acaba de desaparecer. Trago as expressões de dor do meu partido, que o tinha como bom companheiro, e de todos os brasileiros que, amando a sua pátria e cultuando seus heróis, vêem na figura de Newton Braga um daqueles que elevaram mais alto o nome do Brasil.

O Sr. Mário Martins – Quero trazer aqui a solidariedade da minha bancada às palavras de V. Exa., pela perda de um dos grandes patriotas brasileiros. Não é apenas o herói desaparecido, mas aquele que até o fim dos seus dias se preocupou com todos os problemas reais do Brasil, que nunca faltou com a sua presença, contribuindo com seu estímulo aos dramas do Brasil que careciam de solução. Realmente, é uma grande perda, porque se trata de figura invulgar dos meios brasileiros, pelo seu devotamento às causas patrióticas.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, as palavras do ilustre Deputado Mário Martins vêm confirmar aquilo que vinha dizendo acerca da figura de Newton Braga. Estou convencido de que toda a Câmara, como todo o Brasil, neste momento, veste-se de luto pela perda de um herói nacional, engrandecido nos destinos da Pátria por ter produzido um homem da estatura, do valor, da capacidade intelectual e da moral de Newton Braga. (*O orador é abraçado.*)

GUSTAVO BARROSO

Sessão de 4 de dezembro de 1959

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, por volta de 1912, um jovem veio do Ceará para o Rio de Janeiro. Era o princípio do século, época eminentemente política e, principalmente, literária. Ainda ressoavam pelo Brasil os ecos do grande feito intelectual de Euclides da Cunha, cujas páginas de *Os Sertões*, lançado poucos anos antes, ainda repercutiam pelos quadrantes da Pátria, incitando os brasileiros ao conhecimento das realidades do nosso País e criando novos interesses literários relativos aos assuntos nitidamente nacionais.

Naquele tempo, os valores intelectuais tinham grande ascendência sobre a massa popular. No Rio de Janeiro de então, brilhavam os nomes de Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, representantes da escola parnasiana, e fulgiam os poetas simbolistas, entre os quais Alphonsus de Guimaraens, Mário Pederneiras e o estro de Cruz e Souza. Havia na época, ao contrário dos dias de hoje, em que a sociedade se perde nas futilidades de uma vida social medíocre de recepções das pessoas "bem" e das noitadas nas boates, a vida dos salões literários. Muitos eram eles e contavam com a presença de vultos da nossa política e das nossas letras. Entre esses, o de Coelho Neto, o grande romancista brasileiro, que reunia em torno de si uma plêiade de escritores e poetas, recebendo freqüentemente os valores novos do País.

Numa noite em que se achavam reunidos os mais brilhantes intelectuais da época, aquele jovem, recém-chegado do Ceará, leu as páginas do livro que o tornaria astro de primeira grandeza nas letras pátrias. Era Gustavo Barroso que lia páginas de *Terra de Sol*.

Desde então a vida de Gustavo Barroso se integra na literatura do nosso País, presa aos temas de ordem nacional e brasílica. *Terra de Sol* – como que num reflexo das cogitações de Euclides e daqueles sociólogos que começavam a se interessar pela realidade da vida brasileira – exprimia a vida do Ceará e, podemos dizer, dos sertões nordestinos. Ninguém mais do que Gustavo Barroso trabalhou com sua pena no sentido de pôr em relevo a nossa vida nacional, quer como folclorista, quer como sociológo, quer como historiador. A obra que produziu é de grande vulto. Com quase meio século de atividade literária, publicou cerca de 150 livros, todos baseados em nossa história, em nossas pesquisas sociológicas e folclóricas, nos nossos temas nacionais e de doutrinação política.

É interessante, neste momento, respigar entre as obras publicadas pelo eminente escritor, agora desaparecido do convívio da gente brasileira, para viver pelo espírito através das novas gerações, é interessante respigar – repito – os títulos de algumas, que valem como patrimônio literário e moral da mais alta importância. Anotei alguns desses títulos para que constem dos Anais da Câmara. Sobre temas brasileiros relacionados com o Nordeste, Gustavo Barroso escreveu *Terra de Sol*, há pouco citado, por mim; *Heróis e Bandidos*, em 1917; *Almas de Lama e de Aço*, em 1930; *Alma Sertaneja*, em 1924; e Santo do Brejo, em 1936. É uma literatura regional mas, ao mesmo tempo, nacional, brasileira e expressiva de valores universais, porquanto – tem-se observado – aqueles escritores, como os russos, que tangeram a corda da regionalidade ou da nacionalidade, tornaram-se universais. O homem torna-se universal não por expor ou desenvolver temas de universalidade mas por abordar temas de humanidade que, nos estritos limites de suas observações, trazem a grandeza e a profundidade da alma humana.

Gustavo Barroso estudou nesses livros a alma do nosso sertanejo, do nosso homem do sertão, que batalha contra a inclemência do sol, que é, como dizia Euclides, "antes de tudo um forte". Estudou a complexa psicologia do sertanejo da nossa terra e timbrou, página por página, na afirmação do mais sadio nacionalismo. Todavia, não se limitou a isso. Estudioso e pesquisador, publicou em língua francesa o livro *Mythes, Contes et Légendes des Indiens du Brésil* e o livro *Através dos Folclores*, o primeiro em 1933 e o segundo anteriormente, em 1927.

O que mais distinguiu Gustavo Barroso na vida brasileira foi a sua dedicada fidelidade e fervoroso amor às Forças Armadas da Nação.

Srs. Deputados, assistindo ontem aos funerais desse grande patrício, lembrei-me dos funerais de Olavo Bilac.

Olavo Bilac, poeta lírico e parnasiano dos mais lídimos, dedicou cerca de um ano de sua vida à propaganda das nossas glórias militares, conclamando a juventude de então a correr aos quartéis para o início do serviço militar obrigatório que então se instituía. Recordo-me bem. Era eu muito jovem e não resisti à trombeta de arcanjo, do poeta do *Caçador de Esmeraldas* e da *Via Láctea*: corri também a vestir minha farda.

Bilac exerceu grande e intensa influência durante alguns meses, logo após a Primeira Grande Guerra. Ao morrer repentinamente, recebeu grandes homenagens do Exército nacional, que lhe rendeu honras de General-de-Brigada.

Ora, Gustavo Barroso foi maior, mais extenso, mais intenso e mais completo do que Olavo Bilac. Ainda que minha admiração pelo poeta da *Via Láctea* seja imensa e dele traga permanentemente em meu coração as ressonâncias rítmicas de sua poesia e a vibração de seu patriotismo, quero ser justo,

como crítico histórico, ao declarar que Gustavo Barroso foi maior no que diz respeito à continuidade dos serviços prestados à Defesa Nacional.

Gustavo Barroso dedicou toda sua vida a ensinar ao povo brasileiro o culto das classes armadas, de nossas glórias militares. Em 1918, publicou um livro intitulado *Tradições Militares*; em 1922, o livro *Uniformes do Exército*, porquanto era meticuloso na pesquisa de todos os aspectos da vida militar de nosso País. Em 1929, começou a série de livros sobre as Guerras do Prata e a Guerra do Paraguai. Historiador percuciente e profundo detalhista de batalhas, descrevendo com a capacidade de um Xenofonte os nossos grandes episódios guerreiros, publicou, em 1929, os livros *A Guerra de Lopes*, *A Guerra de Rosas*, *A Guerra do Vidéo*, *A Guerra de Flores*, *A Guerra de Artigas*. Em 1933, escreve o *Centauro dos Pampas*. Nesse mesmo ano, publica um livro sobre o Almirante Tamandaré. Em 1935, lança a *História Militar do Brasil*.

Lembro-me da origem desta obra. Como chefe da Ação Integralista Brasileira, tinha eu incumbido Gustavo Barroso da missão de dar um curso de História Militar do Brasil aos numerosíssimos oficiais do Exército e da Marinha que pertenciam ao nosso movimento e também aos elementos civis que confluíram no grande anseio nacionalista brasileiro. As suas aulas eram verdadeiramente notáveis. Freqüentadíssimas, delas resultou o livro *História Militar do Brasil*.

Mas a sua dedicação às Forças Armadas não ficava aí. Estudioso da História e admirador dos nossos feitos heróicos do passado, não escapou a Gustavo Barroso o fato de não termos no País um regimento ou um batalhão que refletisse exatamente, com sua indumentária, os Dragões da Independência, cujas efígies eqüestres vemos no quadro de Pedro Américo, na proclamação da Independência do Brasil. Por sua iniciativa, criou-se o Regimento dos Dragões da Independência, desenhando, ele mesmo, que era exímio desenhista, o uniforme hoje adotado por essa corporação militar.

Mas o amor de Gustavo Barroso às tradições gloriosas da Pátria não ficava aí. Foi o criador, o organizador do Museu Histórico do Brasil, que aí se encontra na Esplanada do Castelo, construído, detalhe por detalhe, por seu grande carinho às coisas de nossa Pátria. Visitar aquele Museu é sentir a própria alma do grande escritor, apóstolo da brasilidade; é transmitir, geração por geração, o sentido da unidade da Pátria e do culto de seus heróis.

Mas a obra de brasilidade e nacionalismo de Gustavo Barroso dilatava-se em todas as direções. Nunca me esquecerei: tinha eu, em outubro de 1932, lançado um manifesto à Nação e em 1933 iniciei uma série de conferências doutrinárias que se realizavam na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Eu era um desconhecido, vinha pregar uma idéia: alguns amigos à esquina convidavam os passantes a subir ao segundo andar para escutar um homem que dizia algo novo. Uma noite, a sala se encontrava cheia. Falava eu do

problema do livre arbítrio e do determinismo histórico, demonstrando que o homem possui poder optativo, deliberativo e criador, capaz de interferir no curso da História e modificar-lhe a direção. Conciliava, segundo a doutrina da filosofia integral, o livre arbítrio, o determinismo e o providencialismo, quando, ao terminar um homem levanta-se de uma das últimas filas, aproxima-se de mim. Eu não o conhecia pessoalmente. Ao se aproximar pede-me um distintivo do Movimento por mim lançado; entreguei-lhe o que tinha na lapela e perguntei quem era. Responderam-me: é Gustavo Barroso, Presidente da Academia Brasileira de Letras. Nossa amizade selou-se naquela noite mediante o pacto profundo do amor da Pátria, na comunhão perfeita de idéias pelo ressurgimento do Brasil, pela reconstrução do grande Império que outrora teve tão grande influência na política das Américas e que em nossa contemporaneidade como que definhava e morria.

Nessa ocasião nossas almas vibraram em uníssono, sonhando atualizar, por uma reconstituição histórica, todas as glórias do passado, aquelas glórias vitais que nos animavam. Desde então, selamos um pacto de fraterna amizade, de dedicação por inteiro à nossa Pátria, para arrancarmos o Brasil da situação de pequeno País, desrepeitado e sem voz no concerto internacional, e levá-lo, de qualquer maneira, a mais larga repercussão, exprimindo a consciência dos povos do Novo Mundo.

Desde então, lutamos juntos, e Barroso escreveu vários livros de doutrinação política. Havia no Movimento que eu chefiava a mais plena liberdade de discussão, exceto nos pontos fundamentais em que éramos intransigentes. Tais pontos se reduziam ao seguinte: crença na existência de uma alma no homem e no seu destino transcendente e eterno; amor à Pátria e a sua unidade; sustentação dos direitos e liberdades humanas, que não poderiam jamais ser absorvidas pelo Estado, mas que deveriam funcionar na perfeita consonância da harmonia social, de modo que, através da expressão orgânica de uma democracia, se sustentasse a intangibilidade da pessoa humana e dos grupos naturais e se garantissem as iniciativas privadas, ao mesmo tempo que – segundo Sêneca, o pensador romano, e ainda o pensador da nossa linhagem, o Regente D. Pedro, do mediavelismo português – pudéssemos considerar a sociedade, a Nação e a vida humana como uma permanente troca de benefícios. Exceto isto, havia plena liberdade, e me lembro que entre Gustavo Barroso e Miguel Reale, hoje catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, não poucas foram as vezes em que se viram terçar de armas acerca de certos aspectos doutrinários que não constituíam questão fechada no movimento integralista.

Nesse período, Gustavo Barroso escreveu os seguintes livros: *O Integralismo de Norte a Sul*, *Palavra e Pensamento Integralistas*, *O Quarto Império*, *O*

Espírito do Século XX, e o *Integralismo em Marcha*. O maior livro de Gustavo Barroso, porém, nessa fase, o que causou maior sensação na juventude e no povo, e até hoje serve de inspiração, roteiro e guia a novas correntes tendentes à libertação completa do Brasil, foi aquele intitulado: *Brasil, Colônia de Banqueiros*.

Até então, o problema não tinha sido colocado como deveria ser. Gustavo examina todas as relações comerciais do Brasil no exterior, todas as suas transações e todos os seus empréstimos nesse livro notável.

Agora, quando surge em nossa Pátria uma corrente nacionalista a lutar contra as injunções do capitalismo internacional, que objetiva a nossa conservação como país subdesenvolvido, num cruel e doloroso colonialismo, o livro de Gustavo Barroso é a bandeira que todos deveriam desfraldar porque foi a primeira que se ergueu no Brasil, nestes últimos tempos, a despertar a consciência nacional para a luta pelos interesses econômicos da Nação contra as organizações internacionais que nos têm escravizado e pretendem permanentemente escravizar-nos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esse homem, vulto dos que aparecem raras vezes na existência das Pátrias, rendo a homenagem não somente do meu Partido mas de todos aqueles que pertenceram a um movimento cujo objetivo principal foi a luta contra o capitalismo internacional e todas as doutrinas tendentes a reduzir à escravidão o povo de nossa terra.

Srs. Deputados, ontem, ao ouvir as palavras de Pedro Calmon tão sentidas e repassadas de profunda mágoa à beira do túmulo do nosso grande patrício, e ainda tendo aos ouvidos os ecos das palavras de Austregésilo de Athaíde, na porta da Academia Brasileira de Letras, eu pensava e meditava sobre a efemeridade da vida humana.

O grande estadista britânico Disraeli disse, certa vez, que a vida humana é tão curta que não chega a ser pequena. Realmente, ainda que vivêssemos um século, que significa um século em face do oceano infinito do tempo? A vida humana é um relâmpago que se abre na noite caliginosa, mostrando-nos aspectos do panorama e logo se fechando como uma pálpebra que desce. A vida humana é como um meteoro que risca as noites quentes de agosto e desaparece, antes que possamos a alguém mostrar o seu esplendor.

Nestas condições, Srs. Deputados, pergunto: como deveremos valorizar esta brevidade, este relampaguear de consciência? Como poderemos dar à vida humana tão curta um valor inestimável?

Sr. Presidente, só poderemos, por assim dizer, alongar, no sentido de intensidade, a vida humana tão curta no sentido da extensão, entregando-nos inteiramente às causas nobres, ultrapassando os limites de nosso egoísmo, ultrapassando os pequeninos e miseráveis interesses cotidianos, superando-nos a nós mesmos, para encararmos o bem comum, o bem da Pátria, resolvidos sempre a nos dedicar como os cavaleiros medievais, a serviço da Pátria e de Deus.

O Sr. Campos Vergal – Nobre Deputado Plínio Salgado, a Câmara ouve V. Exa. com toda atenção e respeito. Sou um dos que admiram profundamente a obra maravilhosa de Gustavo Barroso. Ele foi, todavia, e é, um homem profundamente feliz, porque, para coroar os últimos momentos de sua vida, ao transpor-se para o outro plano da existência, vê – e vemos nós – subir a uma das mais altas tribunas do País um dos homens mais ilustres, mais dignos e mais honestos, como é V. Exa., para produzir formosíssimo discurso, feito com a luminosidade das estrelas, com a mais bela rutilância da inteligência brasileira e com a honestidade incomparável de um grande lidador. Assim, pois, não digo seja eu que esteja prestando uma homenagem a um e a outro, mas tenho a impressão de que a Pátria brasileira se curva diante do grande escritor e do grande lidador que é V. Exa. e presta uma dupla homenagem.

O Sr. PLÍNIO SALGADO – Deputado Campos Vergal, agradeço as palavras tão bondosas e carinhosas de V. Exa. Quero utilizar-me delas exatamente para fortalecer o argumento que vinha desenvolvendo. De fato, é necessário valorizarmos nossa vida, não pelos vãos preconceitos da vaidade, do orgulho, mas humildes de coração e simples no proceder. Devemos engrandecê-la pelo seu próprio conteúdo, transformando-o num permanente apelo ao bem de nossos semelhantes e à grandeza de nossa Pátria, porque isto é serviço de Deus.

Espero que Deus, tão bom para o Brasil e que deu valores tão grandes à nossa Pátria, dentre os quais aquele cuja partida para o Além deploro, conquanto esteja certo de que lá encontrará ele maior consolação do que nos estritos limites desta vida terrena, espero que Deus – repito – diante da mágoa com que falo e que sinto alcançar o próprio coração da Pátria, suscite na atual geração e nas gerações seguintes, nossos continuadores, homens do valor de Gustavo Barroso para que o Brasil, cada vez mais engrandecido, possa ser uma voz no concerto das Nações. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

LAMEIRA BITTENCOURT

Sessão de 26 de janeiro de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido de Representação Popular não poderia deixar de exprimir, no dia de hoje, seu profundo pesar pelo desaparecimento do Senador Lameira Bittencourt.

É, realmente, doloroso para todos nós, homens públicos que labutamos, cada qual no setor de sua doutrina e de suas idéias, objetivando a felicidade do País, o bem-estar do nosso povo, ver desaparecer um daqueles que, na sua trincheira, batalhavam com a mesma finalidade. Cada vez que isto acontece somos levados à profunda meditação de quão curta e incerta é a vida humana e de como devemos empregá-la, com crescente ardor, no sentido de bem servir aos nossos semelhantes e à nossa Pátria, para assim valorizar o que é tão pequeno.

Ainda recentemente, numa reunião de Deputados e Senadores em que tratávamos de assuntos relevantes de nosso País, via eu este filho ilustre do Pará, na plenitude de suas energias, de suas forças, sempre afável para com seus colegas, a trabalhar em benefício da Nação.

Realmente, tudo é incerto neste mundo. Com grande mágoa, vemos desaparecer, um daqueles que, pertencendo ao Poder Legislativo do Brasil, dedicou os dias de sua vida aos interesses do seu Estado e do seu povo.

O Partido de Representação Popular endereça ao povo paraense e ao partido a que pertenceu o ilustre brasileiro desaparecido a manifestação mais profunda e mais sincera de sua dor.

Nestas condições, aqui estou, como Líder da minha bancada, refletindo o pensamento e o sentimento do meu partido, integrando-me na dor que hoje fere a todos os parlamentares do Brasil, diante da sepultura que se abre para recolher um ilustre paraense, que era também dos mais ilustres e brilhantes parlamentares brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.*)

OSVALDO ARANHA

Sessão de 14 de fevereiro de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, não é somente em nome do PRP que ocupo a atenção da Câmara neste instante, mas principalmente no de uma geração e em meu nome particular.

A notícia que ontem me chegou aos ouvidos, do falecimento de Osvaldo Aranha, emocionou-me profundamente, traumatizou-me mesmo pela evocação instantânea de momentos da História brasileira, vividos desde 1930 até o presente.

Encontro de dois homens

Nunca me esquecerei de que, ao sair vitoriosa a Revolução de 1930 – encontrava-me eu, ainda muito jovem, do lado contrário, sustentando a ordem constituída, porém formando um grupo que já se alimentava de idéias novas, desejoso de uma revolução intelectual, social e política em nosso País – quando me defrontei, pela primeira vez, com esse homem que depois deveria ser meu amigo fraternal durante todos os dias de sua vida e do nosso convívio. É que entre as correntes revolucionárias que advinham do Sul e do Norte, para derrubar a ordem legal, Osvaldo Aranha figurava como um daqueles que traziam na cabeça um ideal e no coração um sentimento de renovação e de grandeza da Pátria brasileira. Encontrando-nos, logo nos entendemos admiravelmente, porquanto Osvaldo Aranha achava que após a Revolução de 1930, o de que precisávamos era de idéias novas, as quais não surgiam, apesar de toda a confusão que então se apresentava, através dos clubes revolucionários, e das legiões que se formavam, imbuídos de novos sentimentos, porém, sem fundamento filosófico, econômico e social para um Brasil novo.

Ladeira do Ascurra em 1931

Nunca me esquecerei de que foi na sua residência, na Ladeira do Ascurra, que, tendo eu fundado uma sociedade de estudos políticos, convencido de que ninguém deveria falar ao povo sem, primeiro, ter confiança e fé nas idéias que defendia, para ali levei um pugilo de jovens de alta estatura intelectual. Eram San Thiago Dantas, Antônio Gallotti, Américo Lacombe, Thiers Martins Moreira, Chermont de Miranda, Augusto Frederico Schmidt,

Hélio Viana, e outros que, então ainda muito jovens, brilhavam, por sua cultura, capacidade e idealismo.

Foi, na realidade, em casa de Osvaldo Aranha que engendramos uma revolução do pensamento nacional, posteriormente expressa na forma do integralismo brasileiro lançada em 1932. Aquelas reuniões eram famosas para nós, pois, enquanto outros discutiam interesses pessoais; ou regionais e da política de baixo nível, debatíamos, até altas horas da noite, sob a égide de tão grande brasileiro, os problemas fundamentais de nossa Pátria. Mais tarde, às vésperas do grande movimento que tive de liderar no Brasil, por não ter querido aceitar à chefia esse ilustre brasileiro, que sempre me animou com sua palavra e seu estímulo, recordo-me bem da noite em que eclodiu o primeiro surto revolucionário que precedeu a Revolução Paulista de 1932. Redigia eu, então, um jornal da Capital paulista, *A Razão*, onde, diariamente, escrevia um artigo editorial sem assinatura, exercendo crítica sobre as instituições do passado e propondo novas idéias para o Brasil futuro.

A Revolução Paulista

Naquela ocasião, os sentimentos ou, antes, os ressentimentos naturais e justos do povo paulista, em razão da má orientação política do Governo Discricionário com referência àquele Estado, haviam criado um clima de tal sorte, que meu jornal, sendo um jornal nacionalista, que pregava a unidade nacional e se antepunha a qualquer idéia que representasse pruridos de regionalismo, não era bem visto pelas paixões ardentes que então se deflagravam por todo o território da terra bandeirante.

Lembro-me daquela noite de 23 de maio, quando meu jornal foi empastelado e incendiado pelas hordas separatistas que então confluíam no grande e justo movimento das reivindicações paulistas em torno da idéia da reconstitucionalização do País, fatigado como se encontrava aquele Estado de um período amorfo e sem diretrizes seguras que caracterizava o Governo Discricionário. Naquela noite, em companhia do Dr. Alfredo Egídio de Souza Aranha, tomei um automóvel e fui à residência do Senador Freitas Vale, onde se encontrava hospedado Osvaldo Aranha, mandado pelo Governo Federal para compor a situação da política paulista. Ali chegando, tivemos notícia do manifesto da Força Pública de São Paulo e de alguns regimentos do Exército nacional, francamente favoráveis à revolução que dentro em pouco iria eclodir naquele Estado. Não me esquecerei jamais de que se achava presente aquele brilhante vulto de herói, dos heróis de Copacabana, Adalberto Corrêa, homem idealista, mas impulsivo, homem de repentes e sôfrego nas atitudes. Volvendo-se ele para Osvaldo Aranha, disse que era preciso varrer a canhão a cidade de São Paulo e arrasar os revolucionários paulistas. Naquela oportunidade,

retruquei-lhe, declarando que ninguém era mais insuspeito do que eu, que acabava de ter o meu jornal empastelado e incendiado, mas – afirmava eu – a culpa era exclusivamente do Governo central, que havia mandado para São Paulo, Estado que tinha graves responsabilidades econômicas em nosso País e graves responsabilidade morais e políticas, elementos de baixo gabarito e sem capacidade para gerir tão importante unidade da Federação. Adalberto Corrêa fremiu de raiva e dirigiu-se para mim com grande ímpeto, quando Osvaldo Aranha interveio e disse:

> "O Plínio tem razão. Somos os culpados. Não soubemos compreender o Estado de São Paulo. Dirigimo-lo mal e temos de sofrer as conseqüências dos atos praticados pelo Governo central."

Osvaldo Aranha, naquele instante, cresceu a meus olhos, como o grande estadista supervisionando os problemas nacionais e os acontecimentos políticos de então. A nossa amizade consolidou-se cada vez mais e, através de todo o transcurso da história brasileira que vai de 32 a 37, mantivemo-la sempre, muitas vezes divergindo, muitas vezes entreverando em lutas de idéias, porém, com a sólida base da admiração que ficava em meu coração por aquele homem e os laços fraternos que nos uniam.

Em 1937, quando se deu o golpe de Estado, implantando-se aqui o Estado Novo, Osvaldo Aranha vem dos Estados Unidos e me procura. Conhecia ele perfeitamente a minha doutrina e sabia que ela não era totalitária; que eu desejava uma democracia orgânica e não tinha sido compreendido, nem pela Oposição nem pelo Governo. Em minha residência, Osvaldo Aranha, conversando comigo e dizendo-me que havia falado com Juarez Távora a respeito, combinou de nos entendermos, a fim de evitarmos a marcha gradativa ou precipitada do País para uma forma de ditadura totalitária da pior espécie.

Posteriormente, acedendo aos pedidos do Presidente Getúlio Vargas para que o amparasse naquele instante difícil da vida nacional, Osvaldo Aranha assume o Ministério do Exterior, mas sem compromissos políticos diretos ou internos com a política da ditadura.

Da minha parte, resolvi não participar do Governo, rejeitando o Ministério que me foi oferecido.

Os acontecimentos que sobrevieram são do conhecimento do Brasil. Não iria eu repeti-los, porque seria longo e fastidioso rememorar páginas da história que se encontram nos bastidores ainda não devassados pelos historiadores oficiais.

O que quero dizer é que, preso e exilado, mantive sempre as mais gratas relações com Osvaldo Aranha. Quando, no Brasil, havia dúvidas sobre a

entrada do País na guerra, ao lado dos Estados Unidos, sabia Osvaldo Aranha meu pensamento geopolítico sobre a posição das nações da América condicionadas às suas relações com os Estados Unidos.

Havia no Brasil, nessa ocasião, elementos da mais alta importância militar e civil que protelavam indefinidamente a entrada do Brasil na guerra, alegando que os integralistas não estavam de acordo e poderiam fazer uma revolução interna. Em Portugal, recebi um telegrama de consulta de Osvaldo Aranha sobre se eu desejava voltar ao Brasil e fazer um manifesto à Nação, concitando os integralistas a apoiarem o Governo na intervenção na guerra, necessária naquele instante. Mandava-me dizer que enviaria Loureiro Júnior num bombardeiro americano para encontrar-se comigo e combinar meu regresso. Esta notícia circulou, transvazou das nossas conversas, e aqueles que eram interessados em manter o Brasil ao lado do Eixo, ou em sustentar duvidosa neutralidade apresentaram-se e, com receio de que Osvaldo Aranha e os integralistas tivessem a vanguarda da intervenção do Brasil na guerra, precipitaram os acontecimentos. A guerra foi declarada em agosto daquele ano.

Motivo de uma grande tristeza

Nunca me esquecerei de que, todas as vezes que invoquei o testemunho de Osvaldo Aranha para testificar atitudes doutrinárias de minhas palavras e de meus gestos, sempre o tive confirmando plenamente tudo quanto eu afirmava. Além disso, há o afeto pessoal, a amizade particular. O quanto nos estimávamos; é a razão da dor profunda que me avassalou esta noite, a tristeza imensa de perdermos um dos maiores brasileiros, aquele que o Governo da República poderia enviar a qualquer parte do mundo sem precisar de agenda nem de orientação específica, porquanto sua inteligência brilhante e seu descortino raro encontravam soluções rápidas e acertadas para todas as graves questões que interessavam ao Brasil e ao hemisfério livre da América.

Que grande dor para nós, que viemos da mesma geração, ver cair, um por um, dos que foram pioneiros de um Brasil novo e nacionalista, dos que foram pioneiros da revolução de idéias. Ver cair, no correr do tempo, na sucessão dos dias, esses vultos que abrilhantaram e honraram nossa Pátria de maneira tão extraordinária, que fizeram repercutir o seu nome entre as assembléias internacionais!

A Nação está de luto, de luto estão os corações brasileiros, de luto se considera meu Partido e eu, particularmente, pelo amigo que perdi e pelo golpe que o Brasil acaba de sofrer.

Ó Pátria brasileira, que teus filhos imbuídos de sentimentos nobres, nacionalistas e puros, conscientes dos deveres que decorrem da nossa Sobera-

nia e da nossa História, da nossa Tradição e da nossa Raça, possam produzir, possam arrancar de teu seio outros valores capazes de continuar a obra grandiosa desses que, de tempos a tempos, como meteoros magníficos, passaram em maravilhosa trajetória pelos horizontes da Pátria iluminando o presente e indicando-nos o caminho do futuro. (*Muito bem; muito bem. O orador é abraçado.*)

ALBERTO PASQUALINI

Sessão de 6 de junho de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido de Representação Popular não poderia deixar de pronunciar-se neste momento com profunda mágoa pela perda que o Brasil acaba de sofrer, na figura de Alberto Pasqualini, de um dos seus políticos que colocou sempre o problema doutrinário acima das pequenas competições, que podemos chamar de campanário da pequena política que se generaliza no País.

Conheci Alberto Pasqualini num momento de luta, contra sua própria candidatura. Era eu candidato, seu opositor, no Rio Grande do Sul. Não me esquecerei daquela campanha realmente brilhante pela elevação. De um lado e de outro pugnávamos pelas nossas idéias, expunhamos nosso pensamento doutrinário e colocávamos a campanha em altura tão grande que, terminada, sendo ele o vencedor, o eleito, tornáramo-nos também amigos.

Na verdade, é das coisas de que este País precisa: elevarmos o nível de nossas contendas políticas.

Não me olvidarei, também, das conferências magníficas por ele pronunciadas naquela ocasião nem das controvérsias que se lhe antepunham, por minha parte, situando sempre o problema eleitoral subordinado aos pontos de vista que defendíamos, às bandeiras que sustentávamos. Tornamo-nos amigos. E, posteriormente, em conversações que mantínhamos, eram discutidos problemas fundamentais de ordem social, econômica, por nós ambos, os dois adversários.

Isto é, sem dúvida, comovente e marca posição elevadíssima para quem assim procede.

O Senador Alberto Pasqualini dedicou toda a vida a um ideal que sempre sustentou: a paz social, a reorganização econômica do País, subordinando toda a sua ação prática a estes supremos ideais.

Admirei-o e estimei-o como a um verdadeiro amigo.

Eu me pergunto a mim mesmo que mistérios são estes da Providência Divina, de surgirem personalidades como a de Alberto Pasqualini, fulgurarem no céu político da nossa Pátria, brilharem com tanto esplendor e repentinamente serem tais valores roubados tão cedo, em todo o vigor da maturidade, à época em que o homem, após as primeiras batalhas da vida, na juventude, adquire o equilíbrio e a serenidade indispensáveis ao estudo aprofundado das

questões que lhe oferecem, colocando acima de tudo o raciocínio, o pensamento lógico, que tudo é conseqüência da própria experiência dos dias vividos.

É, realmente, a idade em que o homem amadurece, ao aproximar-se dos 50 anos. Então, as paixões ficam longe. Então, todas aquelas controvérsias de ordem menor cedem às grandes controvérsias de ordem maior. É nessa época que a personalidade humana produz as obras principais. Se recorrermos à história da própria literatura, verificaremos que as grandes obras foram concebidase e realizadas na plenitude dos 50 anos – e após eles, muitas vezes.

Já Dante estava no meio do caminho de sua vida ao começar a *Divina Comédia*. Cervantes já tinha sido soldado, batendo-se em Lepanto, vivido vida agitada, quando, prisioneiro, começou a escrever *Don Quixote*. Göethe, aos 80 anos, escrevia *Fausto*. E os grandes políticos, que comandaram a vida européia no Século XIX, para não remontarmos a épocas pretéritas, eram homens superiores a 50 anos. É a experiência, é o amadurecimento.

Quando este homem, este valor brasileiro, Alberto Pasqualini, atinge a fase magnífica, em que poderia tanto produzir e tanto nos dar de seu idealismo superior, eis que tomba ferido. – De que maneira? Cinco anos de agonia, cinco anos de sofrimentos, a tal ponto que nós, seus amigos, rogávamos a Deus que ele não estivesse consciente, para não saber da triste situação em que se encontrava. Mistérios da economia divina; nós nada sabemos desses augustos mistérios que conduzem a vida humana. Sabemos, apenas, que Deus é durante toda a vida pela paz justa e misericordioso e que, por conseguinte, aquele que se bateu durante toda a vida pela paz social, pelo bem de sua pátria, certamente há de ser acolhido no seio magnífico da Justiça e da Misericórdia como lutador que caiu em pleno caminho.

Não me esquecerei de uma da peças de Gil Vicente, em que surge um cruzado e, então, é dito que o cruzado vai direto para o céu, porque se bateu por uma boa causa.

Aqui lamentamos a perda desse valor brasileiro, mas tenho certeza de que Deus o terá colhido por ter sido lutador por nobres ideais: dedicado à sua pátria; e ter colocado tão alto o problema político da Nação.

O meu Partido e a minha bancada associam-se à dor do Partido Trabalhista Brasileiro e de todos os brasileiros em geral, e depõem, com as minhas palavras, uma coroa de flores, honrando a memória de um brasileiro que soube ser verdadeiramente patriota e batalhador pelo bem do Brasil. (*Muito bem; muito bem.*)

PIMENTA DA VEIGA

Sessão de 23 de agosto de 1960

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do Partido de Representação Popular e toda a agremiação que representamos nesta Câmara estão presentes e solidários com a dor que a todos nos abate neste momento cruciante em que perdemos um dos mais valorosos companheiros.

Fui talvez dos primeiros, nesta Capital, a receber a notícia e o golpe tão agudo, que tão profundamente me chocou. Vizinho do Deputado Pimenta da Veiga, residindo no andar superior imediato ao seu, fui procurado, logo cedo, por um membro da Casa Civil da Presidência da República que me indagou onde o seu apartamento. Indiquei-lho e ele em seguida me informou: "Pimenta da Veiga morreu". Imenso foi o choque que levei, porquanto já estava habituado a conviver com ele, em encontros no elevador, pelas escadas, nas imediações de nossos apartamentos, dentro de minha casa, onde conversávamos sobre temas de alto interesse para o Brasil. Então, fui informado de que um desastre de automóvel vitimara o companheiro de Parlamento e mais dois amigos seus. De mim para comigo pensei: quão precária é a vida humana! E evoquei uma noite da semana anterior verdadeiramente significativa para revelar a personalidade de autêntico mineiro e, conseqüentemente, de profunda brasilidade de Pimenta da Veiga. Foi a última noite que o vi. Estávamos acordados, cerca de uma hora da madrugada, quando um ônibus se aproxima do bloco em que residimos. Descem perto de 50 cantores e cantoras a entoar maviosamente aquelas canções que só os mineiros sabem cantar. Da minha janela, com a minha família, assistimos àquele magnífico espetáculo de poesia. Batemos palmas, e lá gritei: "Essa gente deve ser mineira; só os mineiros sabem o segredo das serenatas que exprimem a alma do Brasil". Nesse instante, Pimenta da Veiga, chegando à sua janela com a família, revelava sua presença, logo aclamada por aqueles seus patrícios, pois vinham de Sete Lagoas. Descemos, em seguida, o Deputado Alkmim, e todos nós habitantes daquele bloco, enchemos nossa alma de poesia, porque, dizia eu, essa gente mineira vem trazer a alma do Brasil para Brasília.

Foi a última vez que o vi. Viajei, depois, para o Rio de Janeiro, a seguir, para São Paulo e, regressando ontem, tive o estúpido choque da notícia tão cruel!

Lembro-me, agora, tão nitidamente, da sua personalidade!... Era o biótipo do mineiro perfeito: retraído, reservado, modesto, arguto, escondendo toda a sua sabedoria, toda a sua cultura naqueles sorrisos afáveis que pareciam pedir desculpas do próprio valor.

Ele soube conviver conosco, prestando relevantes serviços à Nação; no desempenho das suas funções parlamentares, atraiu em torno de si uma onda permanente de simpatia de todas as correntes políticas desta Casa.

É com profunda mágoa, é realmente com uma dessas raras mágoas que invadem o coração humano, que venho, à tribuna, a perguntar a mim mesmo: que mistério é esse que comanda os destinos de nossa vida, que de repente nos arrebata as pessoas mais caras, quando menos esperamos, da maneira mais imprevista?

Sr. Presidente, o Partido de Representação Popular, como disse no início da minha breve oração, está presente e solidário com esta Casa, com a dor da esposa e da família que hoje sofre tão rude golpe; com o Estado de Minas Gerais, que perde hoje um dos seus mais brilhantes filhos; com o Partido Social Democrático, em que ele militava tão brilhantemente; com todo o Brasil, porque é sempre uma perda para nossa Pátria a subtração dos seus valores fundamentais, cada vez que perdemos um homem da estatura de Pimenta da Veiga.

Sr. Presidente, estas são as palavras, o pensamento, o sentimento, o coração do Partido de Representação Popular. (*O orador é abraçado.*)

CARLOS LUZ

Sessão de 9 de fevereiro de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas palavras serão breves, porém bastante expressivas, com o pensamento e o sentimento do Partido de Representação Popular e da bancada que lidero nesta Casa.

Diante do falecimento do nosso colega, o Deputado Carlos Luz, somos levados a um recolhimento meditativo sobre as personalidades que nos últimos tempos têm marcado a vida política brasileira. Podemos divergir muitas vezes, podemos colocar-nos em pontos de vista inteiramente diferentes e mesmo diametralmente opostos, mas há um saldo sempre. Quando os acontecimentos passam e sobre eles os dias correm, então avultam as personalidades que, numa posição ou noutra, souberam ser homens de bem, de dignidade e de coerência com suas próprias convicções.

O Deputado Carlos Luz, cuja morte hoje deploramos e que iniciou sua vida como professor de gerações em Leopoldina, na Zona da Mata, ingressou na política para traçar uma trajetória que serve de exemplo às gerações atuais e às futuras. Parlamentar dos mais brilhantes, Presidente desta Casa, S. Exa. teve de, num momento de crise nacional, assumir a Presidência da República. Meu Partido, naquela ocasião, tinha pontos de vista divergentes dos de S. Exa. Entendíamos que era preciso prestigiar o Poder Judiciário, evitando toda e qualquer agitação que viesse perturbar a posse dos reconhecidamente eleitos por aquela Justiça.

Estávamos em campos diferentes. Mas, no momento em que estalou verdadeiramente a crise, não pudemos deixar de admirar a coerência, a dignidade, a atitude firme e ereta de Carlos Luz, que deu, dessa forma, um exemplo de que os homens públicos, dentro de sua consciência e do pensamento que adotam, não podem ter transigências.

Partido de luta histórica que também não transigiu no momento mais terrível das perseguições políticas que já se viu no Brasil, admiramos a figura de Carlos Luz. Também passamos por momentos aziagos sem transigir e, para não transigir, enfrentamos toda a fúria dos poderosos do momento.

Rendo e rende o meu Partido homenagem a esse homem excepcional que, na sua modéstia nesta Casa parecia como que pedir desculpas de sua própria grandeza.

Sr. Presidente, o Partido de Representação Popular, por mim, a bancada que lidero, pela minha voz, rendem a mais profunda homenagem e exprimem a mais sincera dor pelo falecimento de Carlos Luz. (*O orador é abraçado.*)

BORGES DE MEDEIROS

Sessão de 25 de abril de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja pelas circunstâncias específicas da sua posição geográfica ou seja pelo concurso dos povoadores – ora os bandeirantes, que partiram de São Paulo e entraram por Passo Fundo, a organizar fazendas; ou, por outro lado, os açorianos, que entraram pelo litoral –, o Rio Grande do Sul tornou-se, desde os primeiros tempos da Independência e do Império, um laboratório de idéias, de idéias políticas, de agitações que se refletiram por todo o cenário nacional.

As proximidades das nações que se limitam com o Brasil, na faixa meridional, e as guerras da Cisplatina como que acenderam ainda mais vivamente no povo gaúcho as suas qualidades de lutador dos nobres ideais. A idéia federalista, pode-se dizer, nasceu no Rio Grande, desde a República de Piratinim, tão mal interpretada por muitos historiadores, mas contendo um pensamento político que mais tarde se tornou uma realidade constitucional.

O ilustre morto, cuja memória hoje comemoramos e cujo nome homenageamos, foi muito jovem que na terra do Rio Grande iniciou-se nas lides políticas. Assistiu a todos os dramas do idealismo da política gaúcha e toda evolução das idéias que tiveram tamanha influência na própria política nacional. É nos princípios da República que começamos a vislumbrar a figura de Borges de Medeiros, ao lado de Júlio de Castilhos, levando desde aquele tempo um pensamento definido que, sendo como se disse há pouco, uma especie de hipertrofia do presidencialismo, continua em sua essência o pensamento fundamental da Federação.

Proclamada a República em 1889, quando já definhavam os partidos do Império, viram os pró-homens do novo regime a impossibilidade da consolidação da nova ordem, se não se criasse um tipo de política que consultasse os ditames da Federação.

Foi o Brasil talvez o primeiro país no mundo a instituir um partido único – o Partido Republicano –, que apenas de Estado a Estado mudava a última letra de sua sigla, mas na realidade constituindo um só partido, como fundamento da República que se proclamara. Realmente, como poderia a República estabilizar-se e consolidar-se, se não se apoiasse nesse federalismo que já nos últimos tempos da Monarquia servia de bandeira para uma grande frente parlamentar recrutada em todas as correntes, e que pleiteava para o Brasil a descentralização administrativa como imperativo do desenvolvimento pro-

gressivo da Nação tão vasta, de mais de oito milhões de quilômetros quadrados? Esse partido era, por conseguinte, único, porém diversificava-se em cada Estado, na sustentação dos princípios federativos. E Borges de Medeiros surge nessa ocasião no cenário político nacional, e começa a desempenhar um papel que durou longos quatriênios sucessivos, e assistiu, ao mesmo tempo, a continuação da elaboração das idéias do imenso laboratório que é a terra do Rio Grande do Sul e aos transes dramáticos da vida daquele Estado e da vida da Nação. E, acima de tudo, quando nós consideramos essa figura fisicamente franzina, porém espiritualmente forte – e tão forte que parece ter escolhido o dia de sua morte, o dia em que a Igreja comemora Marcos, cujo símbolo é o leão –, ele, procedente pelas raízes familiares do Estado chamado Leão do Norte, atuou como verdadeiro leão de energia e de caráter nas terras do Sul.

Foi forte realmente nas suas pelejas políticas, porém mais forte ainda na honestidade proverbial. É o último dos Constituintes, disseram aqui há pouco. E eu direi: é o último de uma geração que está fazendo falta ao Brasil.

Borges de Medeiros, tendo governado tão longo tempo, morreu pobre. Nunca se locupletou dos cargos que tinha ocupado.

Na verdade, até 1930 muito poderíamos criticar a respeito de eleições e da maneira da escolha dos representantes. Mas não podemos criticar quanto aos valores escolhidos, expressivos de verdadeira seleção de valores intelectuais e morais.

Lembro-me, já nos últimos tempos desse período histórico da República, como se escolhiam as chapas de deputados. Os homens que se notabilizavam em qualquer ramo da atividade humana, ou na ciência, ou nas finanças, ou nas letras, eram logo recrutados para as bancadas dos Estados.

Em 1930 termina um ciclo da vida brasileira. Não acuso. Apenas aprecio como um crítico de história a verdadeira transformação que se veio verificando de 1930 para cá, e em que nós vimos desaparecer um a um daqueles baluartes da honradez, da probidade, da pobreza honesta, do alto sentido de responsabilidade perante a Nação.

Há poucos dias um amigo do Rio de Janeiro, filho de um compadre de Campos Salles, mostrava-me uma carta autógrafa daquele Presidente escrita na semana seguinte em que deixara a suprema magistratura do País, pedindo a esse compadre 660 mil réis emprestados para pagar em prestações de seis em seis meses. Eram desse porte os homens daquele tempo. Davam tudo à Nação e de nada se aproveitavam. Assim, podemos ver em Borges de Medeiros um dos últimos vultos de uma época que foi gloriosa no sentido da moralidade pública.

O Partido de Representação Popular, que no Rio Grande tem um contingente eleitoral avultado, não poderia calar neste momento de deixar de expressar sua dor, não só pelo desaparecimento de Borges de Medeiros, mas

pelo desaparecimento completo de uma época cujos fundamentos morais devemos restaurar, a todo transe, se queremos a sobrevivência da Nação.

Realmente, Borges de Medeiros morre em idade avançada, quase centenário. Não causa, portanto, surpresa seu passamento. Era esperado, sua agonia durou semanas. Foi um longo crepúsculo, como que a desaparecer lentamente, a fugir lentamente do cenário de nossa atualidade.

Merece nosso respeito, nosso acatamento e nele devemos mirar-nos, encontrando, na sua personalidade e na sua vida, o exemplo para fortificação de nossas energias morais, nesta época em que o Brasil tanto precisa delas.

O Partido de Representação Popular, por mim, nesta tribuna, exprime seu pesar, curva-se diante deste esquife que vai baixar à terra e pede a Deus que ressuscite em nossa Pátria valores tão grandes como foi Borges de Medeiros.

Não me alongarei em descrever os episódios em que ele tanto se agigantou, nem nos detalhes e pormenores de sua vida que devem ser tratados em estado mais minucioso e de paciente pesquisa. Apenas sintetizarei nosso pensamento diante de Borges de Medeiros, dizendo a Deus, a quem erguemos nosso pensamento: Senhor, suscitai nas novas gerações brasileiras valores morais tão grandes como este, que possam constituir os verdadeiros alicerces da Nação. (*Muito bem; muito bem.*)

SILVA PRADO

Sessão de 25 de maio de 1961

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, preferi exprimir-me, nesta sessão, em meu nome e no do meu Partido, porquanto amanhã deverei seguir para o Rio Grande do Sul, de onde só voltarei no princípio da próxima semana. E não queria perder a oportunidade de pronunciar algumas palavras a respeito do morto que hoje deploramos, o nosso colega Silva Prado.

Sr. Presidente, quando viajei pelo Oriente Próximo, em 1930, ao visitar um cemitério no Cairo, impressionou-me profundamente uma frase sobre um túmulo, que dizia: "Só a morte é verdadeira".

Realmente, só a morte é verdadeira! Não somente porque ela é certa, é infalível, no seu comparecimento em nossa vida, como também porque, por sua ocasião, aqueles que conheceram o que se foi dão um balanço na existência do extinto e pronunciam-se com a profunda sinceridade acerca de suas virtudes.

Só a morte é verdadeira! E, em se tratando da morte de um jovem que considero um filho, pelos motivos que exporei em seguida, é realmente profunda a emoção com que nos pronunciamos.

Sr. Presidente, no ano de 1931, quando o Brasil se agitava em tremenda perplexidade e confusão ideológica, logo após a Revolução de 30, pelo estado de espírito em que ficou a Nação, vendo quebradas as estruturas da República antiga e sem saber ainda quais os lineamentos da nova República, organizei, em São Paulo, uma sociedade de estudos políticos, para congregar os jovens e daí tirar, depois de debates e estudos profundos sobre os problemas nacionais, aquilo que julgássemos necessário levar ao povo para formação de uma consciência nacional.

Os primeiros que se alinharam em torno de mim foram os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo e alguns outros que ainda estavam nos vestibulares para iniciar a vida de estudos na carreira jurídica. Eram, dentre eles, Miguel Reale, figura brilhantíssima, hoje na cátedra; Loureiro Júnior, também professor daquela Faculdade; Alfredo Buzaid, mestre e dos maiores processualistas da atualidade; Goffredo da Silva Telles Júnior, também grande professor daquele estabelecimento de ensino; Inácio da Silva Teles e Francisco da Silva Prado.

Em seguida, transportei-me para o Rio, onde nova plêiade de estudantes veio em torno a mim, para debatermos problemas nacionais e formarmos

nova consciência da Nação. Eram eles, San Thiago Dantas, o primeiro deles; Antônio Gallotti; Alberto Cotrim Neto; Álvaro Sardinha, todos já professores ilustres de nossas faculdades hoje em dia. Que mocidade brilhante! De capital em capital, fui fazendo peregrinação e levantando cerca de uma centena desses jovens que vieram ardorosamente bater-se no sentido não só do estudo profundo dos problemas nacionais, mas do planejamento de larga propaganda dos rumos que pretendíamos traçar à Nação que estava inteiramente desorientada.

Francisco da Silva Prado, o Bilé, como o chamávamos, era um dos mais chegados a mim, dessa geração brilhante que hoje honra as fileiras dos partidos brasileiros. Entre mais de uma centena de legítimos expoentes da cultura nacional, estava Francisco da Silva Prado, um dos que me eram mais íntimos. Ele e seu irmão, Waldir da Silva Prado, grande cirurgião de São Paulo, estavam juntos de mim não somente na hora do estudo, da doutrinação, da propaganda por todo o País, mas ainda nos rijos combates que tivemos de enfrentar quando a ordem foi alterada, de Moscou, em nossa Pátria.

Jamais me esquecerei da viagem que Silva Prado fez comigo ao Nordeste. Várias vezes visitara eu os Estados nordestinos. Certa feita, esperou-me ele na Bahia e dali seguimos. E, como bem lembra o nosso colega Medeiros Neto, Francisco da Silva Prado produziu brilhante conferência no Teatro Deodoro, em Maceió. Partimos em seguida para o sertão do Nordeste. Junto a Propriá, próximo do rio São Francisco, encontramo-nos com o grupo de Lampião, que perlustrava aquela zona. Seguimos para outros Estados, ele sempre ardoroso na sua pregação, ciente da necessidade de criarmos uma consciência brasileira baseada no espiritualismo cristão, nas tradições nacionais e nos legítimos interesses da Pátria, consoante o que nos ensinavam mestres como Alberto Torres e Oliveira Viana.

Hoje, quando a Câmara inteira deplora o falecimento de Francisco da Silva Prado, eu deploro duplamente: em nome do Partido de Representação Popular e daquelas idéias que ele sempre conservou, como têm conservado todos aqueles que militam em outras fileiras, as idéias fundamentais de Deus, Pátria e Família; mas o deploro particularmente como se deplora a morte de um filho; porque esta geração que brilha hoje nos parlamentos e nas cátedras esteve junto a mim.

Formei-lhe o espírito, indiquei-lhe o caminho, acendi no horizonte de suas vidas a estrela de seu ideal e os considerei para sempre como meus filhos. É com este sentimento paternal que digo estas palavras à Câmara, afirmando que, em todo o território nacional, para aqueles que conheceram Francisco da Silva Prado, o queridíssimo Bilé, nos momentos das campanhas de outrora e agora,

quando já brilhava, prestando serviços relevantes à Nação, a dor é imensa, e sei que exprimo essa mágoa de todos, exprimindo a minha própria mágoa. (*O orador é abraçado.*)

GABRIEL PASSOS

Sessão de 20 de junho de 1962

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, a bancada do Partido de Representação Popular, que fala por meu intermédio, vem concorrer junto a todos aqueles que lamentam a morte de Gabriel Passos, dando as razões particulares e gerais dessa sua profunda mágoa.

Gabriel Passos foi um homem público que se encontrou com meu Partido várias vezes em questões importantes da vida nacional. É sabido, e ninguém nega, que antes de Alberto Torres, nós tínhamos o nacionalismo puramente lírico, o "Por que me ufano de meu país" da nova mentalidade de Afonso Celso, mas que não exprimia as realidades profundas da vida econômica da Nação.

Entretanto, o pensamento de Alberto Tôrres não se havia concretizado num documento que esquematizasse, programaticamente, as medidas que se deveriam tomar em prol da nossa independência e da nossa soberania econômica.

Em 1932, o grande movimento que precedeu o meu Partido lançou um manifesto com fundamento nacionalista, e em 1935 explicou, em normas administrativas concretas, o pensamento filosófico do anterior manifesto. Lá está a nacionalização da energia, do subsolo. Grandes campanhas que posteriormente a 1945 se deflagraram no País estão em germe, em potencial, naquele documento de 1935 da Ação Integralista Brasileira. Mais tarde, passado o eclipse constitucional, ocasião em que nos encontramos com Gabriel Passos. Conhecíamos seu pensamento nacionalista, esse nacionalismo que vem das profundezas da alma de Minas Gerais, desde a Inconfidência Mineira, que é característica principal daquela região em que ele nasceu e que nos deu Tiradentes para História nacional. Conhecemo-lo –, e, por isso, S. Exa. se apresentou candidato a Governador de Minas Gerais, tendo como seu companheiro de chapa essa figura brilhante de grande homem de Estado que é Pedro Aleixo.

O Sr. Pedro Aleixo – Agradeço a V. Exa.

O SR. PLÍNIO SALGADO – O meu Partido compareceu e sufragou os nomes de S. Exas. Mas havíamo-nos encontrado também quando se tratou da hiléia amazônica, e o Deputado do meu Partido, Goffredo da Silva Telles Jr.,

produziu uma das peças mais notáveis do Parlamento, concorrendo na mesma linha de defesa nacional de Gabriel Passos.

Posteriormente, deflagrou-se por todo o País o movimento nacionalista, que todos os seus aderentes e combatentes dizem, ao procurar-me, tem origem principalmente naquele documento a que me referi. E um dos vanguardeiros, um dos pioneiros desse movimento era Gabriel Passos, que agora desaparece, num momento grave da vida nacional, quando a Nação inteira se esforça para se arrancar do subdesenvolvimento e criar nova etapa do progresso brasileiro.

É lamentável esta perda. Meu Partido a deplora profundamente. Aquele puro nacionalismo, ainda sem eiva de intromissões de interesses políticos de certas potências estrangeiras; aquele nacionalismo, que ainda não encontra a complexidade dos grupos econômicos que se entrosam como teias de aranha a destruir a nacionalidade; aquele nacionalismo era vivo, ardente e sincero no homem que agora se foi e cuja memória homenageamos, manifestando a perda que sofre a Nação.

O Partido de Representação Popular quer estar presente, formar no coro de lamentos que se ergue nesta Câmara, apresentando à Nação brasileira inteira o seu pesar sincero.

É realmente emocionante o desaparecimento de um homem público em plena batalha por um ideal. Isto evidencia quanto é precária a vida e constitui mais um motivo para que aumente nossa emoção.

Disraeli, o grande estadista inglês, costumava dizer que a vida humana é tão curta que não chega a ser pequena. Realmente, é curta demais a vida humana. Mas justamente por ser curta, procuremos encompridá-la no sentido da intensidade, no sentido das lutas generosas pelos ideais superiores. E Gabriel Passos soube fazer assim. Sua vida se foi curta no tempo, foi grande no espaço dos imensos ideais, o que nos consola e nos dá a certeza de que seu exemplo frutificará nas gerações vindouras. (*O orador é abraçado.*)

FERNANDO FERRARI

Sessão de 23 de maio de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei breve, tão breve quanto sincero, na manifestação de minha bancada, por meu intermédio, do grande pesar que nos avassalou diante da notícia do falecimento de Fernando Ferrari.

Diante de um fato como esse somos levados a reflexões. Nós nos introvertemos e vamos buscar, no fundo de nós mesmos, as razões de nossa luta, o destino dos homens.

Preliminarmente, observamos que todos nós, nesta vida pública, tão espinhosa e tão incompreendida, buscamos a mesma coisa para a nossa Pátria. As divergências no Brasil não são fundamentais, mas superficiais.

Ainda agora vejo, no estudo técnico aprofundado da questão que agora empolga as massas brasileiras, que todo o rumor que se faz para evidenciar divergências em campos antagônicos, irredutíveis, afinal de contas, quando se examina melhor, se resume em questões de forma, de determinadas providências ou expedientes, para a solução do problema. Mas, no fundo, todos querem a mesma coisa. E quando aparece no meio de nós um desses batalhadores ideológicos, meditamos que ainda em campos diferentes objetivamos o bem da Pátria e trabalhamos pelo bem do Brasil.

A outra reflexão que fazemos é da brevidade da nossa vida e de como deveremos valorizá-la para estendê-la em intensidade já que não podemos estendê-la no tempo. É necessário ao homem, para crescer diante de si mesmo e de seus semelhantes, transformar sua vida num meteoro que desaparece deixando um grande clarão.

A terceira reflexão é a seguinte. Conta uma lenda oriental que um homem foi a uma cidade desconhecida procurar um juiz desconhecido, que deveria julgar uma causa, e entendeu de fazer gestões junto ao magistrado para esclarecê-lo melhor sobre o seu pleito. Como não conhecia ninguém, encontrou o primeiro transeunte e indagou-lhe se conhecia o juiz. Respondeu-lhe o transeunte que não e nem sabia onde morava. Encontrou um segundo a quem perguntou se conhecia o magistrado. Respondeu-lhe que o conhecia, sabia onde morava, porém não se dava com ele, não tinha relações nem prestígio para pleitear-lhe a causa. Levou-o até à rua e indicou o número. Procurou um terceiro, que lhe disse: sou íntimo amigo do juiz; vou a sua casa e em lhe falando tenho a certeza de que a sua causa estará ganha.

De fato, assim se deu e dizem os orientais: o primeiro transeunte, que não conhece o juiz nem sabe onde mora, são as posições, são as glórias deste mundo, são os bens materiais que deixamos quando morremos.

O segundo transeunte, aquele que sabe o número da casa mas não tem intimidade com o juiz, são o pranto, os amigos, as orações que fazemos, o sufrágio pela alma do que morreu.

O terceiro, o que conhece o magistrado, são as boas ações praticadas durante a vida pelo que morreu.

Diante da morte de Fernando Ferrari penetrei mais no conhecimento desse amigo, que são as boas ações por ele praticadas. Deu-nos ele exemplos magníficos de patriotismo, de idealismo, de capacidade de luta, de desprendimento. Por conseguinte, tudo isto ele legou à posteridade nacional, numa das horas mais graves da Nação. E, espiritualista e cristão que sou, não acreditando de forma alguma possível que o ser inteligente, dotado de razão, de imaginação, possa desaparecer com a morte, o que seria um verdadeiro absurdo diante das constelações dos espaços siderais, mudas diante do nosso trágico destino, estou convencido de que ele vive, seu espírito paira agora junto do Criador na contemplação magnífica dos segredos eternos que por ora ainda nos são negados. Estou convencido disto e agora esse nosso companheiro de Parlamento, esse batalhador e chefe de Partido há de pedir a Deus por nós, por nossa Pátria, nesta hora dramática da vida brasileira, em que as divergências superficiais se tornam motivo para graves incompreensões.

Srs. Deputados, estas são as palavras que a bancada do Partido de Representação Popular, por meu intermédio, dirige a esta Casa, lamentando profundamente a morte desse homem ainda jovem que, por um mistério da economia divina, que não podemos sondar, nem perquirir, deixa a arena da luta para a eterna contemplação em que, por certo, não se esquecerá de nós. (*O orador é abraçado.*)

RIBEIRO COUTO

Sessão de 31 de maio de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, a comunicação que trago à Casa é de natureza urgente, porquanto a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional não podem ser indiferentes à perda irreparável, para as letras e para a diplomacia do Brasil, de um dos maiores vultos da minha geração que acaba de desaparecer em Paris.

Hoje, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Ary Pitombo referiu-se ao falecimento de um grande alagoano – Luís Oiticica; sobre o qual ia eu também falar. Mas, prestada a homenagem por aquele ilustre colega, escuso-me de dizer mais alguma coisa sobre o extinto.

Com relação a Ribeiro Couto, quero declarar que foi uma das figuras mais altas produzidas pela literatura brasileira e um dos valores mais nobres da nossa diplomacia.

Ligado intimamente a ele por laços familiares e locais, sinto-me imensamente comovido ao apresentar esta comunicação à Câmara e ao País.

Ribeiro Couto não foi apenas o poeta da minha geração, da geração moderna, que realizou a revolução artística de 22; não foi apenas o romântico, em forma moderna, que, desde o seu livro *O Jardim das Inconfidências* e na sucessividade de seus romances, contos e poesias, interpretou a alma brasileira de modo eloqüente e sentimental.

Era Ribeiro Couto também homem público de extraordinário valor. Começou sua vida como promotor público, em São José do Barrreiro e São Bento do Sapucaí, minha terra natal, onde se consorciou. Foi, depois, cônsul em Marselha; posteriormente, Secretário da Legação na Holanda; mais tarde, Secretário de Legação em Portugal e, finalmente, Ministro Plenipotenciário e Embaixador na Iugoslávia. Através de todo esse brilhante trajeto de sua vida pública, prestou os mais relevantes serviços ao Brasil, principalmente quando esteve no Itamaraty, colaborando ativamente com o Ministro do Exterior, em passos difíceis da vida nacional.

Ribeiro Couto, além de tudo quanto foi de notável na literatura pátria, além de tudo quanto significou como homem público da maior latitude e altitude é, para mim, particularmente, o poeta da minha terra natal.

Através dos seus livros, vejo sempre estremecidamente e, num dos seus últimos sonetos, escrito às margens do Sena, colocava, junto ao grande rio histórico das reminiscências da França gloriosa e heráldica, o pequenino rio

Sapucaí, aquele que ele amou, onde viveu o romance inicial da sua existência. Foi sempre dedicado ao torrão que lhe serviu de berço.

Éramos irmãos por todos os motivos – irmãos em arte, irmãos em idealismo, porque participou do grande movimento que lancei no Brasil um dia; irmãos pelos gostos estéticos; irmãos por sermos, por assim dizer, da mesma terra, daquela que ele tomou como sua terra adotiva; irmãos por laços de parentesco que nos uniam.

É profundamente contristado que trago esta comunicação à Casa, comunicação que recebi de manhã, com um choque profundo no coração.

Receba a Câmara dos Deputados essa mensagem, aliás, já noticiada nos jornais, e medite alguns minutos sobre a infelicidade, que tem pesado últimamente sobre nossa Pátria, de perder personalidades tão expressivas em todos os ramos da atividade pública, literária, jurídica, enfim, em todos os setores em que o homem se pode notabilizar, servindo ao País.

Sr. Presidente, era a comunicação que desejava fazer e a faço profundamente consternado. (*O orador é abraçado.*)

JOÃO XXIII

Sessão de 3 de junho de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido de Representação Popular acha-se presente, neste momento de mágoa nacional brasileira e universal humana.

Escutando as vozes dos Partidos a repercutirem no recinto desta Casa, meditava eu sobre a triste condição humana. Na verdade nós todos, aparentemente, divergimos. Na realidade, dentro de nós existe a mesma substância, o mesmo pensamento, o mesmo ideal a atingir. Num livro por mim publicado, afirmei que os homens constituem um arquipélago; são ilhas separadas sempre, ainda que por um braço de mar. Ainda que erguendo a torre dos cinco sentidos para receber as impressões do mundo exterior,que formam nossas sensações e despertam nossas emoções, ainda assim somos incapazes de compreender nossos semelhantes pois não somos capazes de compreender a nós mesmos.

Nos abismos profundos da personalidade encontramos enigmas que jamais desvendamos em nosso próprio ser. Por isso as incompreensões humanas, por isso que os homens se dividem em partidos, levantam bandeiras e programas, afirmam interpretações doutrinárias e não se entendem. Mas é mister entender-nos, há um meio de nos entender: esse denominador comum é Deus. Só recorrendo a Deus nós nos encontramos a nós mesmos em primeiro lugar, e aos nossos semelhantes, em seguida. E nestes momentos, como o que estamos vivendo, diante da morte de um justo, de um varão ilustre da magnífica genealogia da Igreja, nós sentimos, ouvindo ressoar a voz dos partidos, que somos verdadeiramente irmãos, que nos unimos por laços mais profundos do que nossas divergências e aspiramos aos bens comuns da humanidade e, ainda mais, a seus transcendentes destinos.

A morte de João XXIII é ocasião para meditarmos na obra deste grande apóstolo de Cristo, como na extraordinária missão da Igreja, que realiza a mais perfeita democracia, sustentando os valores da hierarquia, da ordem e da disciplina.

Tivemos Papas que vieram, como Leão XIII, da oficina de um sapateiro; tivemos Papas que vieram da nobreza romana, como Bento XV; tivemos Papas que vieram das elites intelectuais, como Pio XII; tivemos Papas que vieram dos campos, da vida rural, como João XXIII.

Como é misteriosa a democracia da Igreja e como nela tanto temos a aprender! E ainda quer-me parecer – e creio estar certo – que Deus suscita os homens nos momentos próprios. Para cada instante um Pontífice, porquanto é missão da Igreja conduzir a humanidade pelos caminhos do Verdadeiro.

Assim, quando o naturalismo do Século XVIII imperava na Europa, foi a figura do Papa Gregório XVI que, nas admiráveis encíclicas, colocou os verdadeiros problemas humanos, sociais e políticos, de acordo com a idéia religiosa. Em seguida, no dealbar do experimentalismo científico, tivemos Pio IX, o homem que no *Sillabus* definiu a verdade da terra, mediante cujas normas nos podemos guiar através de todo o período experimental da Revolução Industrial, na Europa. Mas, logo depois, os progressos técnicos e científicos criaram fenômenos novos, que impressionaram os povos: era o enriquecimento de classes privilegiadas, a formação de grupos capitalistas detendo os meios de produção e as grandes massas operárias oprimidas e exploradas. Então Deus suscita a figura de Leão XIII, aquele admirável Papa que, numa síntese suprema,nos deu a *Rerum Novarum*, pensamento nítido da cristandade em face das coisas novas que então surgiam, entre elas o socialismo marxista de 1849. Vem em seguida o segundo período que eu chamaria a idolatria da máquina, novo politeísmo que surge no alvorecer da presente centúria, em que os homens parecem esquecer-se de Deus para só pensar nos bens materiais. Temos, então, após o curto período de Bento XV, que definiu admiravelmente as proposições da fé, o Santo Pio X, que nos devolveu a espiritualidade perdida e se santificou por obras notáveis. Sucedendo a Pio X, tivemos a grande figura de Pio XI, esse Papa admirável que, representando o mesmo pensamento de Leão XIII na encíclica *Quadragésimo Ano* atualizou os conceitos da primeira de acordo com as necessidades do momento, criadas pelo desenvolvimento técnico, científico, industrial e capitalista.

Mas veio depois o instante em que o homem se enche de orgulho e vaidade porque descobre o segredo do átomo e o aplica para o morticínio, para o massacre, e o homem volve definitivamente as costas ao Criador, nem permitindo que o nome de Deus figurasse na *Carta de Direitos e Deveres* das Nações Unidas. Mas eis que surge um Papa ao mesmo tempo cientista, jurista, literato, orador, homem verdadeiramente luminoso, que encheu nosso século com lições sublimes, falando de todos assuntos, desde a biologia à astronomia, desde os problemas sociológicos aos pedagógicos, desde os econômicos e financeiros aos filosóficos e teológicos; desde os da vida familiar e social aos da artes e dos esportes. Falava numa linguagem clara, nítida, que a todos encantava, demonstrando que a Igreja de forma alguma estava divorciada da evolução social e do progresso científico.

Morre, entretanto, Pio XII, e eis que as nações se entreolham como tigres para se entredevorarem. Volvemos, apesar de todo o progresso técnico,

ao homem da caverna; volvemos a um período angustioso em que duas potências, fabricando bombas mortíferas, se entreolham esperando o momento da destruição total da humanidade e eis que Deus envia o anjo da paz, João XXIII, a palavra serena e de irradiante bondade desse pontífice que, conquistando nossas inteligências, conquistou primeiro nossos corações.

Conheci-o, como tantos Deputados desta Casa, pessoalmente. Com ele entretive ligeira conversa e a impressão que tive dessa visita foi a de uma bondade paternal, de uma afetuosidade de santo e de pai.

É este homem, este varão ilustre, este apóstolo de nossos tempos, que acaba de desaparecer. A dor que invade o mundo católico propaga-se também por todas as religiões porque tentou ele, com o Concílio Ecumênico, fazer a realização da compreensão de todas as crenças, reportando-se talvez às palavras de seu predecessor, Pio XI, quando da encíclica *Caritate Christi Compulsi* diz:

> "É chegado o momento de se unirem, não apenas os que se orgulham do nome de cristão mas todo aquele que, acreditando num Deus, faz dele o fundamento de toda a ordem social."

É esse Papa que desaparece. Nossa dor é imensa, mas nosso consolo está em que, do mesmo modo como o início do Evangelho e o aparecimento da estrela que guiou os pastores, a Igreja de Cristo continua a ser a estrela de Belém, levando-nos pelos caminhos da verdade à contemplação absoluta de Deus.

Meu Partido comunga na mágoa de todos os Partidos desta Casa e associa-se ao povo brasileiro e aos povos das nações do mundo na dor que a todos confrange pelo desaparecimento do Papa João XXIII. (*O orador é abraçado.*)

JOHN KENNEDY

Sessão de 26 de novembro de 1963

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do Partido de Representação Popular, por meu intermédio, vem manifestar, aqui desta tribuna, o profundo sentimento de pesar pelo falecimento, de maneira tão trágica, do grande Presidente John Kennedy.

Na verdade, estas não são palavras meramente protocolares de uma solenidade cívica. São palavras que vêm do fundo do coração. E, na verdade, esse é o sentimento de todos os brasileiros, porque esse grande Presidente era de nossa família, era da família dos que lutam pela liberdade dos povos, pela manutenção dos direitos humanos, pelo império da justiça, contra a violência, pelo equilíbrio deste mundo que se desequilibrou nos fins da última grande guerra. Esse grande Presidente começou a revelar-se quando, como jornalista, acompanhou o fim da grande tragédia na Conferência de Potsdam. Ali percebeu que se quebrava o equilíbrio mundial, principalmente o equilíbrio europeu.

Quem diria que esse jovem correspondente de um jornal de seu país iria ser o herdeiro de todos os erros praticados pelos próceres vencedores da guerra desde a Conferência de Yalta até à de Potsdam!

Quem diria que viria ter às suas mãos esses problemas criados pela falta de visão da necessidade de manter-se esse equilíbrio europeu que foi sempre a preocupação dos grandes estadistas, desde o Congresso de Viena com Talleyrand, Canning e Metternich até mais tarde, na primeira grande guerra, quando preocupou os estadistas que então geriam a sorte do mundo?

Viriam as gravíssimas questões do nosso tempo ter às suas mãos. E com que mestria soube ele postar-se em todas as circunstâncias difíceis criadas pelos erros de um passado próximo!

Arguto estadista, propugnador da paz do mundo, grande cristão, lutando contra a discriminação racial, amigo dos povos americanos, restaurando uma tradição que já vinha empalidecendo nos últimos tempos.

Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, no meio da nossa dor fica um ponto de interrogação. É preciso, como nas tragédias gregas, interpretar tão pavoroso acontecimento. E as perguntas que afloram no íntimo de nossa alma são estas: Quem? Quais? Por quê? Como? A esta última pergunta já tivemos resposta. Sabemos como foi. Às outras não temos resposta. O Partido Comunista da Inglaterra acusa os conservadores reacionários. Mas os conservadores, os

homens dos grandes trustes, os homens das finanças, não viam, então,em Kennedy, o defensor da liberdade e da livre iniciativa? Não foram eles.

Então pergunto: são os comunistas? Nós bem sabemos, e recentemente o Deputado Zanello, lendo uma revista francesa, cujos dizeres foram confirmados pelo Inteligente Service e pelo FBI, revelava à Câmara que existe no mundo uma organização secreta composta de 400 mil homens, dos quais 22 mil com a missão de matar sem deixar rastro.

Mas, pergunto, aproveitará acaso à Rússia, ao Partido Comunista, a morte de John Kennedy? Não era ele o campeão da convivência pacífica, o lutador pela paz do mundo? Não, não foram os comunistas, não foi a Rússia Soviética.

Teria sido por acaso Cuba, contra cujo governo despótico e sanguinário Kennedy, como todos nós, vinha lutando? Mas, que interessava a Cuba agravar a sua situação? É verdade que o suposto assassino pertencia a uma organização castrista. Mas isto não é motivo para que se dê a Cuba a responsabilidade. Também o suposto assassino esteve na Rússia durante algum tempo e se casou com uma senhora russa. Tentou mesmo obter a cidadania soviética. Não obteve. Nem a Rússia, tratando-se de um homem perigoso, iria comprometer-se dando-lhe cidadania.

Portanto, nem Cuba nem Rússia.

Teriam sido os partidários da discriminação racial? Mas não; aquele suposto matador não era campeão da Klu-Klux-Klan. Então, persiste dentro de nossa alma um ponto de interrogação e continuamos a perguntar: Quem? Por quê?

Nestas circunstâncias, Srs. Deputados, volvemos nosso espírito para as tragédias de Ésquilo e de Sófocles. Vemos o homem inerme, diante da fatalidade e dos destinos traçados pelas parcas e pelas Eumênides. São as imprecações dos personagens de Ésquilo, de Sófocles, diante dos oráculos, a implorar clemência dos deuses e ignorando seu próprio destino e a fatalidade que os iria certamente colher. São os mesmos que vêm agora à nossa boca: Senhor Deus, por quê? Por que aconteceu isto, quando precisávamos tanto deste Presidente, que compreedeu melhor do que outros as circunstâncias do subdesenvolvimento das nações latino-americanas; que deu corpo, deu vida, através da "Aliança para o Progresso", ao pensamento brasileiro da Operação Pan-Americana, lançado pelo Presidente Juscelino Kubitschek? E deu vida principalmente, porque deu substância, a estes propósitos do equilíbrio econômico do Novo Mundo.

Lembro-me de que na reunião no Palácio das Laranjeiras, quando nós, líderes de partidos, ouvíamos do Presidente Kubitschek os propósitos do lançamento da Operação Pan-Americana, falei por último e disse:

"Não vejo viabilidade, porquanto o que se passa além da Cortina de Ferro na Rússia é diferente do que se passa aqui. Lá, eles têm uma filosofia de vida, eles têm uma doutrina de Estado pela qual se batem, eles têm substância; sendo materialistas dialéticos, materialistas históricos, são mais espiritualistas do que nós, porque dão um conteúdo espiritual à sua luta, e baseados nos objetivos que colimam, agem uniformemente. De sorte que o Estado é o grande capitalista e não encontra dificuldades para executar uma política de ajuda mútua entre as nações-satélites. Mas nós não temos um conteúdo doutrinário e os grupos econômicos hão de opor-se certamente aos propósitos governamentais no sentido de se realizar um equilíbrio econômico nas Américas."

Estas palavras impressionaram o Presidente. À noite, mandou pedir que eu as reproduzisse, porque foram ditas de improviso, e precisava delas. De fato, eu o fiz. Mas não supunha eu que John Kennedy, esse Presidente espiritualista, acima de tudo desse ao propósito da "Aliança para o Progresso" o conteúdo espiritual.

Por que Kennedy lutou pela liberdade humana? Porque cria no espírito e o espírito exige a garantia do livre arbítrio.

Por que Kennedy lutou pela paz? Porque Jesus Cristo, na última Ceia, ao despedir-se do mundo, disse: "A minha paz vos deixo; e ainda mais uma nova lei vos dou: amai-vos uns os outros."

Por que Kennedy desejava a ordem econômica, o equilíbrio entre os povos? Porque era cristão e compreendia todos os seres humanos como irmãos.

Foi esse homem que perdemos. Perdemos e não somos capazes de responder a essa pergunta: Quem? Por quê? Um magnicida, um paranóico, um desequilibrado, pratica o atentado à plena luz, no meio do povo: atira e morre, muitas vezes. Mas este atentado foi premeditado. Alugou-se uma sala. Usou-se uma teleobjetiva. Há alguma coisa por detrás disso. Permita Deus que os norte-americanos descubram, para nos precavermos, nós, os povos livres da América, contra perigos semelhantes que impendem sobre as cabeças das nossas nacionalidades.

O próprio assassínio do suposto criminoso leva-nos a suspeitas graves. Não teria sido o receio de que ele confessasse e comprometesse certas organizações? Mas que organizações são essas? É tudo mistério. Volvemos, então, àquela situação de tragédia, da velha tragédia grega, ou da tragédia shakespeariana, perplexos, profundamente emocionados e perguntando: que será agora?

Direi a V. Exas. o que deve ser agora. O que deve ser agora é a união mais profunda, mais íntima, mais estreita entre nós, nações da América do Sul, e os Estados Unidos da América. (*Muito bem.*) Uma união firme para constituirmos a barreira contra os atentados, as violências, as injustiças, as ameaças e os perigos que pesam sobre a humanidade de hoje. O sacrifício de Kennedy deve ser um sacrifício redentor, à maneira do Cristo que ele tanto amava. Este sacrifício deve unir-nos, unir-nos mais firmemente. E então, da desgraça imensa teremos um saldo – a esperança em dias melhores para os povos livres do Novo Mundo. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

SAN THIAGO DANTAS

Sessão de 10 de setembro de 1964

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei breve, muito breve, mas dividirei este meu sucinto discurso em quatro partes. A primeira, a conveniência; a segunda, a admiração e o orgulho; a terceira, a divergência; e a quarta, a saudade.

Em 1930 regressando de uma viagem à Europa e ao Oriente Próximo, desembarquei no Rio de Janeiro no dia 4 de outubro, no dia seguinte da eclosão revolucionária daquele ano. Amigo de Augusto Frederico Schmidt, grande escritor e poeta, homem de relevantes serviços prestados ao nosso País, dirigi-me à sua livraria, que ficava na Rua Rodrigo Silva. Ali, Augusto Frederico Schmidt me disse: "Há um rapaz que você precisa conhecer. Ele escreveu um trabalho sobre Joaquim Nabuco, e eu gostaria que você o visse".

Marcamos o encontro para o dia seguinte. Apareceu-me um jovem de 19 anos, magrinho, de ar vivaz, e leu-me o trabalho que havia escrito sobre Joaquim Nabuco. Percebi, pela forma, estilo e maneira de tratar a matéria que ele, como Nabuco, filiava-se à corrente estilística e de pensamento de Renan e dos racionalistas franceses do século passado. Realmente Joaquim Nabuco foi, entre nós, aquele que exprimiu o sentido linear, o equilíbrio perfeito de estilo literário e até mesmo de atitude pessoal daquele grupo francês que era, na ocasião, a pura expressão do aticismo grego e a fonte linear do pensamento filosófico.

Encantado com aquele jovem, segui para São Paulo. Em princípios de 1932, fundei ali um diário, com a inolvidável figura de Alfredo Egidio de Souza Aranha, intimamente ligado ao meu particular amigo Osvaldo Aranha. Esse jornal destinava-se a ser, no tumulto das manchetes dos demais órgãos da imprensa, exclusivamente doutrinário. Imediatamente me dirigi ao Rio de Janeiro e levei o jovem, que era San Thiago Dantas, para trabalhar comigo. Coloquei-o como um dos redatores principais daquele órgão e ali trabalhamos durante o curso de 32 a doutrinar o povo brasileiro, tão falto disso naquele instante histórico de confusões ideológicas e de controvérsias políticas.

Começamos a viver num círculo de rapazes, entre os quais Miguel Reale, hoje grande professor da Faculdade de Direito de São Paulo, e tão jovem como San Thiago, e outros como Silva Teles, Jacobina Lacombe e Thiers Martins Moreira a formar um grupo para a pura especulação filosófica e investigações sociológicas e históricas de nosso País. E formamos a plêiade magnífica, de que

hoje me orgulho, de cerca de 30 professores de Universidade, políticos eminentes de todos os partidos, porque formávamos uma nova mentalidade do povo brasileiro. Que noites aquelas! Na garoa de São Paulo, às três e quatro horas da madrugada, ao sairmos do jornal, encontrávamo-nos em restaurantes ou bares a discutir Kant e Hegel, a penetrar nas profundezas das filosofias que deram causa ao sistema sociológico e político de nosso tempo. Entrávamos noite adentro pelos comentários de Alberto Torres, o grande crítico das instituições, ou de Farias Brito, o filósofo sem par que determinou o renascimento espiritualista no Brasil. San Thiago era, então, meu companheiro de todas as noites. Quantas e quantas noites passamos a conversar sobre temas universais e humanos e sobre temas nacionais, brasileiros. Em 1932 mesmo, fundávamos uma Sociedade de Estudos Políticos, em que pude recrutar o que havia de melhor na geração daquele tempo. E já pensávamos em lançar no País, em linguagem simples e vulgar, aquilo que nós queríamos disseminar no povo brasileiro e que era o resultado de nossos estudos e de nossas conclusões. Eclodiu a revolução paulista de 32. Por um grande equívoco, o nosso jornal foi empastelado e incendiado, porquanto, ainda que déssemos plena razão ao sentimento do povo paulista e a sua consciência jurídica inconformada com a situação de um governo discricionário, pregávamos o nacionalismo, a união dos brasileiros, e propúnhamos fosse o problema político nacional resolvido mais por maneiras hábeis e inteligentes do que por maneira violenta ou sangrenta. Nessa ocasião, nunca me esquecerei daquela noite, San Thiago Dantas estava a meu lado. Enfrentamos a dura situação. E depois partiu ele para o Rio. Terminada a revolução paulista, vou ao Rio. Reorganizo, reagrupo os jovens da então Capital da República. E era em casa de Osvaldo Aranha, que nos reuníamos: San Thiago, Frederico Schmidt, Lacombe, Thiers Martins Moreira, e muitos outros que vieram depois agregar-se ao nosso grupo. Debatíamos os problemas nacionais e formulávamos a hipótese do lançamento de um grande movimento nacional. Esse grande movimento incompreendido até hoje e confundido com sistemas totalitários, que era exatamente o que combatíamos, chamou-se Ação Integralista Brasileira. Logo San Thiago Dantas, com vinte e poucos anos, veio figurar entre os mestres ilustres que compunham o Supremo Conselho daquele Movimento, homens da estrutura de Rocha Vaz, de Belisário Pena, almirantes, generais, professores de Medicina, de Direito, de Engenharia. E San Thiago, um jovenzinho, figurava entre os primeiros pelo seu talento, pela sua cultura, pelo seu idealismo. Foi Secretário Nacional desse Movimento, e juntos trabalhamos até o golpe de Estado de 1937. Antes do golpe de Estado, o então Presidente da República e logo depois ditador enviou-me, pelo Sr. Francisco Campos, a Constituição que ele deveria outorgar por um ato de força e pediu meu exame e assentimento. Pedi a cópia, levei para casa e chamei os três jovens de minha confiança – San Thiago Dantas, Miguel Reale e

Loureiro Júnior, todos professores de Direito mais tarde. Examinamos o documento e chegamos à conclusão de que não deveríamos aceitá-lo, porque era totalitário, suprimia o Legislativo, subordinava o Judiciário e de tal maneira ingurgitava o Poder Executivo que entraríamos num regime verdadeiramente fascista. Comuniquei o fato a Francisco Campos. O Presidente da República então pediu-me um encontro. Encontrando-me com ele, insistiu em que eu aceitasse aquele papel, como chamava – o papel era a Constituição –, porquanto o Brasil dele precisava urgentemente, dado o avanço do comunismo.

Declarei-lhe que não podíamos aceitar, porque o nosso objetivo era uma democracia orgânica, garantindo a liberdade dos brasileiros, e não um regime de força. Dado o golpe de Estado, ainda insistiu o Presidente em que tomássemos parte no Governo. Lembro-me de tantas reuniões com San Thiago Dantas, Miguel Reale e outros homens – eram todos jovens – em que estudávamos essa hipótese e víamos ser inviável. Dizia o Presidente que, com o tempo, ele chegaria à democracia orgânica, como nós desejávamos, ao que retruquei que seria impossível, dadas as circunstâncias que o impediriam de fazê-lo. Desde essa ocasião, desencadeou-se uma perseguição contra o nosso movimento. San Thiago esteve sempre ao meu lado. Em 1938, articulou-se um movimento revolucionário no Brasil, para restaurar a Carta Constitucional de 1934. Faziam parte desse movimento Otávio Mangabeira, Flores da Cunha, Armando de Sales Oliveira, Eduardo Gomes, hoje Marechal-do-Ar, General Castro Júnior, General Euclides Figueiredo e numerosas outras patentes da Marinha e do Exército e homens públicos eminentes, que não eram integralistas. Nessa ocasião San Thiago e Miguel Reale me secretariavam. Deliberou-se que o General Castro Júnior seria o chefe que determinaria para a revolução o dia e a hora. Marcada a sua deflagração para 10 de março, organizamos o Estado-Maior civil, que era constituído então por mim, San Thiago Dantas, Miguel Reale e Loureiro Júnior. Esse movimento fracassou por motivos supervenientes. A Marinha estava com os navios sem pressão para sair ao mar.

Em seguida, recrudescida a grande perseguição, organizou-se, de novo, um movimento no País. Fui escalado para São Paulo; Mangabeira, para a Bahia; Flores da Cunha, para o Rio Grande do Sul; o General Lúcio Esteves, para Minas; o General Guedes da Fontoura, para o Paraná. E fomos tomar nossos postos. Nessa ocasião separou-se de nós San Thiago Dantas, que ficou no Rio. Os acontecimentos ulteriores são do conhecimento de todos os brasileiros.

Preso, exilado, passei oito anos fora de meu País. De lá acompanhei a trajetória de San Thiago Dantas no campo da Cultura e do Direito. É a segunda parte de meu discurso. A admiração e o orgulho. Que rapazes magníficos, todos eles prestando concursos brilhantes e conquistando cátedras! Entre eles, San Thiago Dantas brilhando qual estrela no disco do horizonte. Como ele era

notável no campo do Direito Civil! Como se estendia pelos outros ramos do Direito e como sua cultura geral o ajudava imensamente no poder de conexão dos diversos ramos da ciência jurídica e no poder de expressão que lhe era peculiar, com aquele aticismo cujas raízes encontrei no seu primeiro trabalho sobre Joaquim Nabuco. Que grande orgulho!

Este capítulo de meu discurso é um capítulo de exaltação, de glória para aquele que acabamos de perder. Eu tinha especial carinho e afeto, como tenho até hoje, por aqueles jovens que estiveram em torno de mim e que se realizaram na vida com tão brilhante fulgor. E eu acompanhava esse jovem brasileiro que já atingia a maturidade e pontificava como grande advogado e grande professor.

Os tempos correram e chegou o dia em que tive de escrever o capítulo da divergência. Divergi de San Thiago Dantas, de suas atitudes, nestes últimos anos, principalmente no que tange à política internacional. Tinha ele, por certo, suas razões respeitáveis. Tinha eu minhas razões históricas e de fundamento principal na estratégia militar da defesa da Nação, que me levavam à prática de uma política exterior que visasse, antes de tudo, aos interesses da segurança externa e interna do Brasil. Então, divergimos. E foi com dor, muita dor para mim que isto aconteceu. Mas passou-se o período das agitações neste plenário, das nossas divergências e controvérsias. E eis que entramos num período novo para a vida brasileira, período de transição, tão parecido com os tempos do Primeiro Império e da Regência, quando os espíritos se extremam, quando tudo se confunde, quando não se encontra aquela linha de equilíbrio pregada por Evaristo da Veiga e que tanto concorreu para consolidação da forma monárquica e do sistema parlamentar, por ocasião da maioridade e nos anos posteriores.

Tristes dias, em que todos nos damos as mãos; os que fizemos a revolução, os que a não fizeram, os que a ela foram infensos, mas todos verificando que urge, para o Brasil, um sentido de equilíbrio e de harmonia, uma força propulsora acima dos partidos, a fim de que, unidos os brasileiros, possamos, já não digo consolidar uma simples revolução, que é um mero episódio na História, mas consolidar a própria Pátria, nos seus fundamentos, nas suas realizações e no seu futuro. (*Muito bem.*) Neste período, encontrei-me, aqui, com San Thiago Dantas. Apertamo-nos as mãos – as mãos da divergência, as mãos da controvérsia, as mãos das recordações de outros tempos. Como me entristeceu vê-lo abatido, a fisionomia pálida e terrosa! A morte já estava nele! Já não o rondava; penetrara-o. Senti que iria perder o discípulo, o amigo; como que o filho que vi nascer, no alvorecer de 1930, com seus primeiros trabalhos literários.

Faz talvez uma semana, talvez um pouco mais, aqui na minha bancada, veio ele falar comigo; lá em baixo, junto à porta, a conversar com o

nosso querido Geraldo, estive com ele e fui triste para casa e me manifestei no meu lar com os negros presságios que bem me diziam ultimamente daquilo que lhe ia acontecer. Agora, aconteceu. Aconteceu!

O Brasil perde um grande filho; o Partido Trabalhista Brasileiro um soldado dos mais fiéis; a Câmara um dos seus mais brilhantes expoentes; e eu perco aquele a quem tanto estimei, a quem amei como se fora um filho.

É com esta dor, com esta tristeza, que venho a esta tribuna expor à Câmara a minha profunda amargura que deve ser também, neste instante, o amargor de todos os brasileiros. *(O orador é abraçado.)*

HORÁCIO LAFER

Sessão de 1.º de julho de 1965

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas palavras, neste momento, manifestando o sentimento de meu Partido, serão tão breves quanto profundas na sua significação e expressivas da emoção que a todos os brasileiros assaltou, pela notícia do prematuro e inopinado falecimento de Horácio Lafer.

Este grande brasileiro, que perlustrou as mais variadas atividades, realizador prático de grandes indústrias, conhecedor da ciência, das finanças e da economia do País, tendo ocupado o cargo de Ministro da Fazenda, onde brilhou o seu talento, e o de Ministro das Relações Exteriores, onde desenvolveu uma ação ponderada, refletida e brilhante, era, sobretudo, uma personalidade naquele antigo estilo, que já vai desaparecendo da vida política nacional. Porquanto o traço fundamental de seu caráter e de sua formação era exatamente aquela expressão de tranqüilidade que ia desde a sua fisionomia a seus gestos.

Era um homem ponderado, um homem prudente, um homem de raro bom senso. E tudo isto que constituía a formação de seu espírito refletia-se nas suas atitudes e nas suas relações sociais e políticas.

Horácio Lafer, além de industrial dos mais fecundos, financista e economista dos de mais raro valor, homem percuciente, clarividente no tocante aos problemas da política exterior, era também filósofo, dado a especulações transcendentes, tendo mesmo escrito a respeito.

Há seis meses precisamente, num banquete com que me honraram os amigos de São Paulo, eu o vi pela última vez. Chegou já adoentado. Levantara-se depois de uma convalescença de quase um mês e quis exprimir sua amizade para comigo comparecendo àquela homenagem. Sentou-se a meu lado. Notei que sua voz tinha algo de cansada. Suas restrições alimentares demonstravam que esse homem admirável, que controlava seu espírito, sua inteligência, suas atitudes, parecia já não controlar seu aparelho circulatório, parecia já não poder controlar as forças negativas que surgiam dentro de seu corpo.

Não mais o vi, desde janeiro. Agora, fui surpreendido dolorosamente pela notícia de seu falecimento. Meu Partido não podia deixar de estar aqui, e está, para lamentar a imensa perda que o Brasil acaba de sofrer e para meditar, nesta hora grave da Nação, concluindo que neste mundo nada valemos, que nada valem posições, cargos, mando. Tudo isto é nada, porquanto estamos todos à mercê dos misteriosos destinos, dos destinos que as parcas tecem em

relação a cada pessoa e da vontade suprema de Deus. Tudo que fizermos neste mundo deve ser a prática mais perfeita das virtudes privadas e públicas, o trato ameno e bom para com todos, a criação em torno de nós, como soube fazer Horácio Lafer, de uma atmosfera de simpatia e não só de respeito como de estima profunda por todos quantos nos conhecerem. Que vale mais nada neste mundo senão isto, porquanto breve é a vida e nenhum de nós sabe o dia em que será chamado. Servem de exemplo os grandes vultos brasileiros que nos legaram sua lição desse comportamento, dessa norma de vida pública e privada, e entre os quais avulta a figura daquele cuja morte hoje lamentamos profundamente.

São esses os pensamentos e sentimentos do meu Partido, de modo geral, e particularmente da sua secção de São Paulo e os meus pessoalmente. Ao mesmo tempo, solidarizamo-nos com a Pátria brasileira por ter perdido mais este grande valor que a ilustrava e que a servia. (*O orador é abraçado.*)

ASSIS CHATEAUBRIAND

Sessão de 17 de abril de 1968

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, procurarei, nesta minha oração, ser o mais breve e sucinto, dado o número de parlamentares inscritos para homenagear o grande brasileiro que foi Assis Chateaubriand. Traz-me a esta tribuna um sentido profundo de admiração, de amizade e de respeito por aquele que, durante um largo período da História Nacional Contemporânea, desempenhou tão brilhante papel na vida do nosso País.

Sr. Presidente, a biografia do ilustre extinto foi traçada pelos oradores que me precederam. Nenhum deles esqueceu as grandes obras realizadas por Assis Chateaubriand: a sua campanha em prol da aviação; a sua campanha em prol da infância; a sua campanha em prol da agricultura e da pecuária; a sua campanha pela elevação do nível artístico de nosso povo. De tudo isso já não falarei. Preferirei, neste momento, apanhar três *flashes*, três quadros; três cenas, que para mim definem a psicologia complexa e verdadeiramente estranha dessa personalidade rica, realmente prodigiosa, que o Brasil produziu.

A primeira cena, o primeiro *flash*, tem como teatro o Palácio das Laranjeiras. Assis Chateaubriand inaugurava mais três quadros para o Museu de Arte de São Paulo. Entre eles havia um de Raphael, que ele conseguira, com o seu esforço extraordinário, na Europa, e trouxe para o Brasil. O quadro de Raphael era "A Ressurreição de Cristo". Incumbido de paraninfar a inauguração daquele quadro resolvi – ao invés de tratar do assunto técnico, dos processos rafaelescos e de seus precedentes, de que foi discípulo – encarar o aspecto teológico da sua pintura. E, então, fiz a apologia da Ressurreição. Raphael compreendeu naquele quadro magnífico a verdade mais profunda do Cristianismo. De fato, entre todas as religiões do mundo, nenhuma nos é mais confortadora, nenhuma nos traz maior esperança do que aquela que não desliga o corpo da alma mas, pelo contrário, sustenta, segundo a definição de Boécio, que o homem é uma dualidade consubstancial, exprimindo-se numa unidade substancial. Essa a razão pela qual o apóstolo São Paulo, dizia eu naquele discurso, declara: "Se não acreditarmos na ressurreição de Cristo não poderemos acreditar em mais nada dos Evangelhos".

E no decorrer da minha oração, fiz a apologia do corpo, templo de Deus, harmonia e ritmo, expressão de beleza, vitalidade do homem, corpo que não pode desaparecer mas tem tantos direitos como o espírito, da sua permanência e sobrevivência, razão pela qual nossa religião nos ensina a

ressurreição dos mortos. Ainda confirmando este dogma com a própria ressurreição de Cristo, falei do corpo. O nosso corpo, que o próprio São Paulo diz cheio de morte, mas que, entretanto, é também cheio de vida, de esplendor nas suas realizações. Ele se liga intimamente ao espírito e, como o próprio espírito, sobrevive.

Srs. Deputados, nunca vi Chateaubriand mais comovido.

Dir-se-ia que ele adivinhava que dentro em breve seu corpo iria sofrer aquilo a que São Paulo se referia: o corpo da morte, o corpo falível, fraco, sujeito a enfermidades, mas, ao mesmo tempo, nas próprias palavras do Apóstolo dos gentios, o corpo que vive em consonância com o espírito. O espírito dinamiza o corpo, o espírito faz com que o corpo, seu instrumento e sua complementação substancial, viva, sobreviva, vibre dentro das harmonias rítmicas da própria força espiritual.

Vi Assis Chateaubriand profundamente comovido. Ao terminar eu o meu discurso, aproxima-se ele de mim, em grande vibração que talvez fosse uma antevisão do que lhe iria acontecer. Ele era um idealista, um realizador, um homem que vivia realmente pelas forças espirituais e essas forças ligadas a seu corpo mantiveram a lutam com a morte durante oito anos. Em oito anos resistiu, corpo e alma, para ainda prestar relevantes serviços à nossa Pátria.

Outro *flash*. Esse foi na Casa Amarela. Tinha eu ido visitá-lo em companhia de Carlos Rizzini. Chateaubriand, que tinha como raiz profunda de seus sentimentos a brasilidade e a tradição brasileira, pediu a Carlos Rizzini que lesse, para que eu ouvisse, a lista dos livros que a Fundação Pedro II, obra sua magnífica, iria publicar. Eram livros sobre Geografia, Geologia, História, Botânica, Economia, de variados autores. E, então, foi o meu pasmo: cada vez que Rizzini lia o título de uma obra, mencionando o nome do autor, Chateaubriand, com aquela dificuldade de expressão dos anos de seu sofrimento, virava-se para mim e a sua intérprete me ia traduzindo o que ele dizia. Era um prodígio. Descrevia cada livro com uma precisão extraordinária de datas, revelando uma memória verdadeiramente milagrosa. Rizzini lia outro título e Chateaubriand volvia a tratar da matéria e com que proficiência, com que conhecimento da nossa história, da realidade brasileira!

Ali estava o homem do sertão, o homem de Umbuzeiro que trouxe sempre, através de toda sua vida de jornalista, professor, senador, diplomata, sempre dentro do seu sangue, de suas veias, de seus tecidos corpóreos e de suas forças anímicas, o sentido da nossa Pátria no que tem ela de mais lídimo e puro, o sentido que vinha de sua alma sertaneja.

Aquela tarde, para mim, foi inolvidável. Saí comovido e, ao mesmo tempo, agradecendo a Deus ter-nos dado um homem desta estirpe, desta categoria, que, ainda num leito de doença, amarrado por uma enfermidade cruel, resistia, vibrava, exprimia-se com toda a força de um nacionalismo que

não é o nacionalismo artificial, sob os *slogans* de nações estrangeiras, mas autêntico nacionalismo brasileiro, ao qual sempre foi fiel.

Terceiro *flash*. Chateaubriand manda chamar-me em Brasília para ir a São Paulo ser paraninfo de um avião dos Associados. Deram-lhe o nome de Infante Henrique de Sagres. Para lá fui. Não me esqueço daquela manhã úmida de garoa paulista. Fomos ao Campos de Marte. Dentro em pouco chegava Chateaubriand, vestido de bandeirante: mandou fazer, de propósito, uma indumentária dos sertanistas do Século XVI e XVII e ali compareceu.

No meu discurso, declarei: "Eis aqui um homem que traz o espírito do Infante D. Henrique de Sagres". Henrique de Sagres não foi apenas o maior homem de Portugal, no seu tempo. Foi o maior da Europa, pela largueza dos horizontes que sua vista vislumbrava, pelo início da epopéia das navegações. E eu disse: "Chateaubriand, como o Infante D. Henrique de Sagres, você representa a força tradicional de uma raça heróica, o sonho de epopéia de um povo do qual herdamos as tradições".

Três *flashes*, três cenas, três quadros. E não precisarei dizer mais.

Ah! Sr. Presidente, Srs. Deputados, que grande mistério a morte! E que grande mistério a vida! Tenho para mim que o Universo, em todas as suas expressões, é um grande teatro. Sim, tudo é representação.A energia primava, pela força do verbo, sem o qual, segundo o Evangelho de São João, "nada do que foi feito se fez e tudo com ele se fez", essa própria palavra "verbo", empregada para significar o poder criador, o *fiat lux*, e as formas universais, revela que o verbo é uma necessidade de expressão, é uma necessidade de representação.

Então, o Universo é um grande teatro onde representam as constelações, estrelas e planetas. E na terra mais particularmente, onde nós homens representamos, somos atores da história, pois não somos meros espectadores. Nós representamos. Cada um de nós, ainda a vida mais humilde, traz um papel a desempenhar. E direi de Assis Chateaubriand que ele passou pela vida brasileira como um meteoro gastando o seu clarão; e direi que, no teatro da História nacional, Assis Chateaubriand, como os personagens de Ésquilo, de Sófocles e de Shakespeare, soube maravilhosamente desempenhar o seu papel. Neste momento, aos novos dirigentes dos Associados, a cuja cadeia me sinto vinculado como colaborador – nossos colegas João Calmon e Edmundo Monteiro –, quero exprimir, não já aquela melancolia e tristeza que me abateram nas primeiras palavras que aqui pronunciei, mas, agora, a vibração da minha alegria, por saber que Assis Chateaubriand está vivo, com eles e conosco, está vivo na História da nossa Pátria, e seu exemplo há de frutificar nas gerações vindouras para o engrandecimento e a glória do nosso Brasil. (*O orador é abraçado.*)

TASSO DA SILVEIRA

Sessão de 10 de dezembro de 1968

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, um clássico da nossa língua teve ocasião de dizer: "Não fazem mal as musas aos doutores".

Parafraseando, direi: não faz mal a poesia aos parlamentares.

Realmente, os parlamentares tratam dos problemas básicos da Nação, da sua economia, das questões sociais e políticas. E todos visam à construção nacional. A construção nacional é uma obra de arte, porquanto obedece a uma suprema eurritmia que se exprime na harmonia dos lineamentos da Nação. Por conseguinte toda obra do Estado é uma obra de poesia.

Venho, hoje, a esta tribuna para falar de um poeta, de um grande escritor, de um ilustre filho do Estado do Paraná. Vinculado, como sou, ao povo paranaense que já representei nesta Casa, e por minhas raízes genealógicas oriundas de Curitiba e, ao mesmo tempo, amigo pessoal do ilustre extinto, não poderia deixar de render esta homenagem póstuma àquele que, entre tantas foi um dos luminares das letras brasileiras.

Para se compreender a posição de Tasso da Silveira nas letras nacionais, mister se faz nos reportemos ao período em que viveu e ao imediatamente anterior que ocasionou o fenômeno simbolista na Europa espalhando-se por todo o mundo.

Sr. Presidente, Tasso da Silveira, que, nos últimos tempos, assumiu na sua arte uma forma modernista, conseqüente da revolução artística de 1922, jamais deixou de ser um simbolista. Que é o simbolismo, Srs. Deputados? É a expressão de uma inquietação espiritual que se manifestou nos fins do Século XIX e que agora em nossos dias novamente se manifesta em face dos problemas humanos que nos são propostos.

Realmente, o Século XIX foi o século do experimentalismo científico, posterior ao naturalismo do Século XVIII, e com raízes no racionalismo do Século XVII. Por isso mesmo, desde o seu alvorecer, trouxe as primeiras inquietações ao espírito humano. O homem afastado da divindade, entrando pelo caminho do agnosticismo e finalmente do materialismo, sentiu-se perturbado por lhe faltar alguma coisa. Percebemos esta inquietação desde as primeiras décadas do século com Byron na Inglaterra, Leopardi, na Itália e, posteriormente, Baudelaire, na França. Mas, a partir da segunda metade do Século XIX, dominava as preocupações das sociedades e dos povos o progresso material, paralelo às atividades da pesquisa científica. É a época chamada "Era

Vitoriana", por governar a Inglaterra naquele tempo a Rainha Vitória, e é também chamada a da "revolução industrial", quando os métodos antigos da produção das mercadorias foram substituídos pelos modernos adventos das máquinas então inventadas.

No fastígio do poder material, as nações sentiam, entretanto, que não eram felizes. Na literatura predominavam, como legítima expressão da burguesia capitalista, os poetas parnasianos e os escritores realistas. Entre os escritores realistas de então, sobretudo Flaubert, Zola, Maupassant, observava-se a preocupação constante de exprimir não somente as realidades, mas também a de retomando, por assim dizer, a linha clássica, entrarem pormenores descritivos acerca dos temas que versavam, como aconteceu com Flaubert, em suas obras *Madame Bovary* e *Salomão*. Na poesia dominava, como disse o parnasianismo, com Leconte de Lisle, Heredia, Théodore de Banville, Prudhon, Richepin e outros. Era, portanto, uma arte satisfeita consigo mesma, exclusivamente objetiva, com muito pouca substância subjetiva. É quando surge o movimento simbolista. O simbolismo é a expressão de uma angústia humana, de um desejo de exprimir aquilo que existe em nosso mundo interior. Aparece em França, com os grandes poetas Verlaine, Mallarmé, Gérard de Nerval, o grego Moréas, a musa de Albert Samain. Na Bélgica, exprime-se através de Rodenbach, Verhaeren Rollinat, e Maurice Maeterlinck. Na Inglaterra, precedido pelos pré-rafaelitas, entre os quais Dante, Gabriel Roseti, posteriormente por Oscar Wilde, Ruskin e Hopkins, o movimento surge com a poesia de Butler e de Eliot. Em toda a Europa o movimento simbolista se alastra, sendo um dos seus expoentes máximos Rainer Maria Rilke na Áustria. Esse movimento simbolista veio influir na América Latina e teve como máximas expressões Rubén Darío; no México Santos Chocano, no Peru e o poeta da Nicarágua, Amado Nervo. No Brasil, dominava também o parnasianismo na poesia, com Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Luís Delfino, Vicente de Carvalho, Guimarães Passos, Luís Guimarães, Emílio de Menezes e muitos outros, quando surge este movimento simbolista que teve, em todo o País, como figuras máximas Alphonsus de Guimaraes, Mário Pederneiras, B. Lopes, Cruz e Souza, Zeferino Brasil, Homero Prates, Eduardo Guimaraens, Felipe de Oliveira e, particularmente no Paraná, Emiliano Perneta, Júlio Perneta, Nestor Vitor, Rocha Pombo, Nestor de Castro, Silveira Neto e um grupo de jovens que formavam brilhante plêiade em torno da figura singular e misteriosa de Dario Veloso. Tornou-se Curitiba um centro intelectual da maior importância. Era Dario Veloso homem de formação mística, um introspectivo, também um esotérico. Fundou mesmo um templo, que construiu com os lineamentos das colunas gregas. Ali reunia a mocidade curitibana, doutrinando-a no sentido de uma reformulação dos objetivos e da inspiração da Arte. Este grupo influiu

grandemente na geração seguinte, e nesta se encontrava Tasso da Silveira e Andrade Murici. Transferindo-se para o Rio muito jovem Tasso da Silveira ali exerceu o jornalismo e o magistério. Com Andrade Murici fundou, após a revolução literária de 1922, a revista *Festa*, que era o veículo disseminador das novas idéias estéticas e literárias no Brasil. Estas idéias eram impregnadas pelo sentimento simbolista, pois provinham daquela fonte de renascimento literário que assinalou o fim do Século XIX. Tasso da Silveira, durante toda a sua vida, escreveu numerosos livros, desde 1918, com o primeiro volume, intitulado *Fio d'água*. Seguidamente, quase de dois em dois anos, dava um volume de poemas, que eram intercalados pelos romances que escrevia e ensaios sobre assuntos universais humanos e nacionais brasileiros. Granjeou não somente a admiração e o respeito dos seus contemporâneos, mas a estima dos que viam na sua poesia, na sua arte e na sua atividade intelectual, um dos mais altos expoentes do Brasil. Sua obra foi enfeixada num volume completo, intitulado *Puro Canto*, em que todos os outros livros de versos vêm ali contidos. Saiu, há pouco tempo, sob os auspícios da Editora GRD, dirigida por um seu discípulo, que lhe devotava verdadeiro amor filial, o baiano Gumercindo Rocha Dorea. Em companha de Rui de Arruda, em São Paulo, dirigiu a revista *Caderno da Hora Presente*.

Tasso da Silveira não era um desinteressado pelos problemas sociais e políticos do Brasil. Escreveu, além do grande poema, que ele denomina "Discurso ao Povo Infiel" e onde se contém, no íntimo, o seu pensamento de renovação social, um volume intitulado *O Estado Corporativo*, livro de lúcida visão acerca das categorias econômicas e culturais do País e da necessidade da sua expressão representativa, que até agora não existe no Brasil.

O grande escritor, poeta e professor faleceu na semana passada, causando profunda mágoa o seu desaparecimento a toda a sua geração, que, lentamente, se vai extinguindo, como se verificou com o recente falecimento de Augusto Frederico Schmidt e de Manoel Bandeira, os quais também foram luminares exponenciais das letras brasileiras.

Tasso da Silveira era simples, modesto, não amava o exibir-se, não se autoglorificava. Viveu na vida particular para sua família, na vida pública para bem servir à Nação, não só pelo que escrevia como pelos cargos que desempenhava.

O Estado do Paraná perde, portanto, um de seus maiores filhos.

Acredito que a Câmara Municipal de Curitiba e a Assembléia Legislativa do Estado não se esquecerão de homenagear a sua memória de qualquer maneira, por um momento ou por seu nome em via pública, porquanto o Paraná não é apenas o Estado produtor de café; o Estado do Paraná tem responsabilidade na vida cultural brasileira, pelos altos elementos que produziu e deu ao nosso País, entre os quais o já por mim citado Rocha Pombo, que

não foi apenas um poeta simbolista, mas um dos mais competentes historiadores, dando-nos uma alentada *História do Brasil* em dezenas de volumes e o seu resumo num pequeno livro que são clássicos e indispensáveis ao estudo das reminiscências episódicas da nossa vida nacional.

Estou, portanto, da tribuna, Sr. Presidente, para homenagear um homem humilde, porém cuja grandeza só podem compreender aqueles que também a possuam. Uma montanha só pode ser vista e compreendida do alto de outra montanha. A planície nunca verá senão o sopé com seus arbustos, suas ervas, suas pedras, mas não verá os contornos, a silhueta desse monumento erguido por Deus à face da terra.

Tenho certeza de que toda a intelectualidade brasileira, neste momento, tendo compreendido a obra de Tasso Silveira, estará lamentando o seu desaparecimento, que declaro prematuro, conquanto já tivesse passado a quadra dos 60 anos.

Sr. Presidente, que fiquem registradas nestes Anais estas minhas palavras no momento em que o Congresso Nacional está vivendo dias de emoção, vivendo aquilo de que ele mais gosta, que é a política, a paixão partidária, a discussão dos temas episódicos, sempre colocadas nesta Casa acima dos grandes problemas econômicos e sociais, culturais e morais da nacionalidade brasileira. Neste momento, entendo que a Providência Divina quis que se falasse deste homem humilde numa sessão humilde, porquanto daqui estão desviados para a Comissão de Justiça todos aqueles que mais amam as paixões efêmeras do que as grandes motivações eternas da Nação.

O Sr. Lyrio Bertoli – Nobre Deputado Plínio Salgado, pretendemos associar-nos às homenagens que V. Exa. presta a um homem paranaense, porque sabemos que, quando se homenageia o filho de uma terra, a própria terra se sente homenageada. V. Exa. frisou que o Paraná não é só café. De fato, não é só café. Lá, também, nobre Deputado, existem aqueles que procuram, através dos seus estudos, dentro da noite, ou no multicor de nossas alvoradas, o desvendamento do belo e do sublime. E, se hoje, ilustre brasileiro, o Paraná ainda progride na cultura, em parte deve-o a V. Exa. que conseguiu se imortalizar em vida, como cultor das ciências e das artes, mormente a da sociologia política e a das letras.

Alguns homens contemporâneos, da ciência e da cultura, premidos pelos sinais dos tempos, já parecem esquecer do espírito e do passado, lembrando-se só da matéria e do presente. Nós, do Paraná, temos sempre viva a lembrança da pregação de V. Exa., que se parece a um quadro cuja moldura é a própria cultura. Ouvi-lo é um prazer e a importância do que diz reside, sobretudo, no fato de não ser uma simples narração mas o testumunho vivo de um autor presente. Toda a bancada do Paraná e por ela todo o nosso povo

agradece e se associa à homenagem que V. Exa. presta a esse paranaense ilustre há pouco desaparecido.

O SR. PLÍNIO SALGADO – Agradecendo ao nobre Deputado Lyrio Bertoli o seu aparte, quero dizer que, na verdade, tendo representado o Paraná, nesta Câmara, e depois tendo ido servir ao meu Estado natal, São Paulo, aqui o representando, nunca deixei de me considerar integrado com a bancada paranaense em tudo o que concerne aos interesses daquele Estado.

Neste momento, ouvindo suas palavras, evoco aquele maravilhoso pedaço do Brasil, onde um povo laborioso realiza uma grande economia, principalmente na região do Oeste, onde um pioneirismo admirável desbrava as florestas.

Recordo-me das paisagens paranaenses, dos seus campos gerais, de Curitiba, aureolada por tradição histórica gloriosa. Como que vejo as araucárias se erguerem da terra como taças verdes, ofertando ao infinito a prece dos filhos do Paraná. Como que vejo esse menino que morre já velho e que homenageio, Tasso da Silveira, abrir seus olhos para a existência na contemplação daqueles panoramas verdejantes do Estado querido, é como que vejo o florir de sua adolescência e da sua juventude no Rio de Janeiro, sempre com os olhos voltados para o Paraná. Acredito que a última poesia de seu livro *Puro Canto*, em que tão misteriosamente fala do silêncio eterno, tem conexão com essa terra e esta gente que ele tanto amava. Pede ele a Deus, naquele soneto, que caia o silêncio absoluto, o silêncio total; o silêncio que esteve, desde o início do universo, com Deus, antes de se manifestar a energia na expressão da matéria; a silêncio; o silêncio que precede a nossa vida, antes de nascermos; o silêncio que sucede à nossa vida, depois que morrermos. Ele invoca este silêncio e diz, no último verso de sua última poesia, que quer o silêncio total, com a esperança de que nele possam refletir os sonhos. Sonhar, sim, os sonhos de beleza diante de Deus.

Tasso da Silveira caiu no silêncio total, ao qual nenhum de nós se poderá eximir, aquele que um dia nos envolverá e tragará e fará com que, no curso dos anos e dos séculos, sejamos apenas o eco de um nome, porém não mais uma presença pessoal. E acredito que, no silêncio total, que Deus lhe tem concedido, ele realmente sonhe. Sonhe com o Brasil que tanto amou, sonhe com sua arte poética e sonhe, sobretudo, com o seu querido Paraná. (*O orador é abraçado.*)

OLIVEIRA SALAZAR

Sessão de 5 de agosto de 1970

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a sessão de homenagem à memória de Oliveira Salazar, recentemente falecido em Lisboa, aos 81 anos de idade, depois de ter governado seu país durante 40 anos, é oportunidade para fazermos ligeira análise política do mundo atual e das tendências que hoje se manifestam nos povos para pólos absolutamente contrários.

A partir dos meados do Século XIX, criou-se o grande mito das massas. Ortega y Gasset escreveu um livro da maior importância,como observação psicológica do mundo político europeu, intitulado *A Rebelião das Massas*.

Essa rebelião foi também estudada por Gustavo Le Bon, Jaspers e Sombart. Acreditava-se que as massas, a partir dos meados do século passado, iriam tomar as diretrizes necessárias ao equilíbrio social do mundo. Entretanto, esquecia-se de que o homem isolado é um e, incluído na massa, é inteiramente outro. Isoladamente, o homem é consciente, delibera, atua segundo o seu livre arbítrio. Imerso na massa, perde a sua personalidade.

Ninguém melhor definiu isso do que o Papa Pio XII, quando definiu massa e povo, dizendo que a massa é constituída de indivíduos levados pelos ventos da demagogia ou do dinheiro, e povo é o conjunto de pessoas, não mais indivíduos, conscientes, e cada qual pertencendo à sua própria categoria, que será cultural ou econômica.

Entretanto, nos fins do século passado, esse mito se avantajara, mas produzindo efeitos inteiramente contrários aos objetivos daqueles que acreditavam na clarividência das multidões. Assim, vimos, já em nosso século, dois fenômenos que demonstraram a incompetência das massas: um, na Rússia Soviética, onde as grandes multidões foram subordinadas a um cativeiro como jamais existiu no mundo; o outro foram as manifestações estrondosas dessa mesma massa, na Alemanha, o que resultou num governo despótico, num estatismo absorvente.

Nestas condições, dois episódios demonstram que não se pode confiar na massa, mas deve-se confiar no povo como organismo de uma nacionalidade.

Em contrário à exposição feita por Le Bon, Sombart e, principalmente, por Ortega y Gasset, tivemos, desde o começo do século passado, a voz de Goethe, quando afirmava que as elites deveriam dirigir os povos. Posterior-

mente, Hegel, que lançou o princípio das elites; depois Mosca; a seguir, Pareto, na sua famosa tese sobre a circulação das elites.

Chegamos, já depois da II Grande Guerra, a uma situação mais complexa: ao mesmo tempo em que grupos de intelectuais reagiam contra o predomínio e a insubordinação das massas, Uscatescu, no seu livro *Rebelião das Minorias*, demonstra a necessidade de um movimento, em todas as nações, para que essas minorias conscientes possam tomar as rédeas do governo. Na mesma ocasião, condições científicas e técnicas vieram criar novos conceitos da governação dos povos. O aceleramento do progresso técnico determinou uma concepção do Estado e do Governo absolutamente contrária aos princípios da liberal-democracia. A tendência, hoje, é a de fortalecimento do Poder Executivo, dada a celeridade da apresentação dos problemas e necessidade imediata de suas soluções.

Esses critérios têm levado os povos a uma situação perigosa. É que surgiu o estatismo ou a absorção da economia e de todos os problemas administrativos pelo Poder Executivo. De sorte que Hayek, no seu livro intitulado *O Caminho da Servidão*, mostra a ameaça que representam para as liberdades grupais e individuais os planejamentos, a planificação, instrumentos de que se servem os governos para extorquir as liberdades, não só a do povo, mas, principalmente, do seu legítimo representante – o Poder Legislativo.

Nesta situação é que verificamos a necessidade da conciliação entre o liberalismo das massas e a necessidade de o Poder Executivo possuir maior força para bem governar uma nação. Mas esta conciliação só se pode dar com um conceito espiritualista da existência e dos povos terem noção exata do que seja a Nação e o Estado e do que seja o Estado e o Governo. A Nação cria o Estado; a Nação é constituída de personalidades livres, autônomas, capazes de livre arbítrio, e de grupos naturais em que se ajuntam essas personalidades justamente para se defender dos excessos de autoridade do Estado. Os grupos naturais – família, associações profissionais, culturais e os núcleos populacionais que chamamos municípios – são os que constituem a Nação. O conceito de soberania das nacionalidades já não pode ser aquele de Jean-Jacques Rousseau que afirmava que "soberania da Nação é o resultado da vontade geral". Não. A Nação é soberana justamente por ser Nação, por participar da autonomia dos grupos e personalidades que a compõem. Por conseguinte a Nação possui uma personalidade. É essa personalidade que cria o Estado. O Estado é criatura da Nação, que o engendrou com a finalidade de reger a ordem interna e as relações externas. O Estado não pode exorbitar pretendendo criar uma Nação; a Nação é que pode criar o Estado e modificá-lo mediante reformas constitucionais, para melhor adaptá-lo às contingências e circunstâncias históricas.

Isto posto, vejamos como surgiu a figura de Oliveira Salazar na Nação portuguesa. Ele encontrou os dados desses problemas. Era, além de grande

jurista, economista e humanista; tinha noção, portanto, dos termos da equação da qual deveria resultar a solução por ele almejada, assim como por seus patrícios, lançados na desordem e na anarquia. A situação de Portugal, desde os primeiros tempos da República, foi de verdadeira desordem nacional. A bandeira da República veio ensopada de sangue com a assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe herdeiro. Subiu ao trono D. Manuel II, que tentou pôr ordem no País. Primeiro-Ministro de D. Carlos fora João Franco, homem autoritário, rígido, filho da Beira Alta. Como todos os que nasceram naquela região, tinha um temperamento de ferro. A tradição de Viriato, que lutou contra os romanos, sempre continuou naquelas cidades da Beira Alta. Entendeu João Franco que poderia pôr ordem no Governo do Rei D. Carlos usando de violência. Era um temperamento parecido com o do nosso Visconde de Ouro Preto, o qual, por assumir uma atitude igualmente rígida, precipitou a queda de D. Pedro II. Rei jovem, D. Manuel II procurou homens hábeis e capazes de conduzir a nau do Estado. Foi debalde. Finalmente, a 5 de outubro de 1910, foi proclamada a República. De início, inspirava certa confiança, porque assumiu a Presidência o grande filósofo Teófilo Braga, mas essa confiança não teve duração. Os seus sucessores viram-se a braços com as mais tremendas vicissitudes políticas. Do liberalismo, o país passou ao libertarismo; do libertarismo à anarquia; e da anarquia ao terrorismo. Basta dizer que, de certa feita, foram seqüestrados todos os Ministros do governo, levados numa camioneta a lugar ermo e ali fuzilados. Não havia estabilidade, como bem frisou o orador que me precedeu, nos governos de República.

Mas ao mesmo tempo em que a Nação se desagregava, se decompunha, ia surgindo um grupo que poderemos inserir na categoria chamada por Uscatescu, por Hegel, por Goethe, "a elite do país". A consciência profunda das nacionalidades revela-se nos seus tipos de elite. Assim, apareceu em Portugal o movimento do integralismo lusitano, chefiado por Antônio Sardinha, que arregimentou um grupo de grandes intelectuais e pensadores: Hipólito Raposo, Conde de Monsaraz, Paquito Rabelo, Manoel Murias, Luís Almeida Braga, Alfredo Pimenta, João Ameal e muitos outros. Este grupo começou a doutrinar e influir poderosamente nas Forças Armadas. Houve uma insurreição que culminou no combate de Monsanto. Ao mesmo tempo, Paiva Couceiro, arregimentando adeptos nas fronteiras de Trás-os-Montes, invadiu o Norte de Portugal e proclamou a Monarquia na cidade de Chaves. Esses pruridos de reação na alma nacional marcaram o caráter da nova geração. A Nação estava inquieta, a Nação sofria; não havia liberdade para nada. Os próprios fiéis que iam às igrejas eram espancados à porta dos templos pelos chamados "formigas brancas", capangas dos demagogos que então dominavam o País.

Eis que, em janeiro de 1917, surgiu a grande esperança. Troaram os canhões e à frente da tropa surgiu a figura carismática de verdadeiro messias redentor que foi o brilhante militar Sidônio Pais. Foi recebido pelo povo como um anjo da salvação. Impôs, desde logo, o que era impossível que não impusesse para sanar os males do País: uma ditadura militar. Governou durante um ano. Em dezembro de 1918, amigos particulares o avisaram de que se tramava a sua morte. Sidônio Pais respondeu com uma frase lapidar: "Não vivo no Portugal de ontem, objetivando o Portugal de amanhã". Pronunciou essa frase a 6 de dezembro e foi assassinado a 18 daquele mês.

Cai novamente o País na mais tremenda anarquia, até que a Nação se impaciente. A influência da doutrina integralista de Antônio Sardinha era grande, principalmente nas classes militares.

Em 1926, a Nação, cansada de sofrer, falou pela palavra do General Gomes da Costa. Este lançou um manifesto ao País, arregimentou as tropas de Braga e do Porto, e marchou sobre Lisboa. Houve a adesão de todos os efetivos do Exército, e Gomes da Costa assumiu o poder.

Durante dois anos tentou ele recompor a ordem, principalmente a financeira, mas as dificuldades políticas subsistiram, até que, em 1928, o Exército, descontente, o apeou do poder, e subiu à suprema magistratura da Nação o General Carmona, militar brilhantíssimo, Professor da Escola Militar e, então, Ministro do Exterior.

Carmona tratou inicialmente de acudir à situação financeira da República. Mandou chamar um professor modesto de Coimbra. Era Antônio de Oliveira Salazar. Veio Salazar para Lisboa. Assumiu a Pasta das Finanças, mas pouco se demorou, porque, dizia, não lhe davam o poder por inteiro e ele não sabia governar com parcialidade de poder. Arrumou sua mala e regressou a Coimbra. A situação era caótica. É chamado, portanto, pela segunda vez. Então, as Forças Armadas resolvem dar-lhe inteiro apoio. Exerceu a Pasta das Finanças, saneando a Nação portuguesa dos males que a decompunham. Posteriormente elevado a Presidente do Conselho, executou uma grande política. Realizou a síntese dos pensamentos expostos pelos que estudavam a situação européia; uniu a tradição ao progresso; despertou a alma da Nação; deu um objetivo à juventude. Homem do século, não era unilateral na apreciação dos problemas nacionais.

Hoje, podemos afirmar que não existem problemas isolados. Todos eles têm íntima ligação. Costumo pregar, há muito tempo, essa filosofia da correlação fenomênica. Assim, não pode haver finanças saudáveis sem uma economia sã; não pode haver solução dos problemas sociais sem o desenvolvimento do país, porque os problemas sociais se resolvem com recursos econômico-financeiros; não pode haver solução isolada para o problema da educação e da saúde, se não os correlacionarmos com a economia e as finanças

do país. Salazar viu bem isso. Perguntei-lhe, certa vez, sobre a solução do problema social em Portugal. Respondeu-me ele que, em primeiro lugar, era preciso resolver o problema econômico-financeiro, sem o que a solução dos problemas sociais não teria base alguma, ficaria à mercê da pura demagogia política.

Era um homem de larga visão. Na política exterior, granjeou um prestígio enorme para Portugal, a começar pelo prestígio financeiro, fazendo do escudo a terceira moeda forte da Europa. Nos casos internacionais, nunca agiu seguindo interesses do momento, mas de acordo com a doutrina que esposava. Foi respeitado entre todos os povos.

Ao chegar a II Grande Guerra, sua atitude foi extraordinária: manteve-se neutro. De um lado a Espanha era premida pelo governo nazista para que entrasse na guerra; do outro, Portugal era acionado pela Inglaterra para que entrasse no conflito contra o Eixo. Salazar realizou a política mais hábil: fez um tratado defensivo e de cooperação com a Espanha, de modo que, quando o General Franco era premido por Hitler, respondia: "Não posso porque tenho um acordo com Portugal e Portugal é aliado da Inglaterra". Quando a Inglaterra premia Portugal, Salazar respondia: "Não posso porque sou aliado da Espanha e a Espanha tem aliança com a Alemanha". Desta forma conservou neutra a Península Ibérica, que é hoje a região da Europa mais segura, a base, a testa de ponte para os Estados Unidos e as nações do Ocidente se oporem ao domínio truculento da Rússia Soviética. Sua política, portanto, foi de grande clarividência.

Era um desses homens raros, que aparecem de tempos em tempos entre os povos. Tinha algo de seus predecessores na História: do Marquês de Pombal, como realização material; do Conde de Linhares, a quem o Brasil tanto deve e que foi o maior Ministro de D. João VI; tinha qualquer coisa de Castello Melhor, orientador dos Reis logo no início do período de colonização do Brasil; tinha muito de Nuno Álvares Pereira, o Condestável da Nação, e, por assim dizer, o fundador da dinastia de Avis; tinha algo da ínclita geração constituída pelos filhos de El-Rei D. João I, que foram D. Duarte, D. Pedro, D. Fernando e o maior vulto da Europa do seu tempo, o Infante D. Henrique, o "Navegador".

De todos hauriu lições que foram bem recebidas por seu caráter, temperamento e espiritualismo. Criou a mística da Pátria. Por conseguinte, se podemos dele divergir neste ou naquele ponto, não podemos negar que desapareceu há poucos dias a figura do maior estadista da Europa contemporânea.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta homenagem não é apenas a Salazar. É também à Nação portuguesa, à qual devemos o imenso território que constitui a nossa Pátria, a nossa unidade nacional, a nossa tradição cristã; é também à Nação portuguesa, cujos estadistas desde muito tempo sonharam

com a comunidade luso-brasileira, o grande império que não foi possível constituir-se por injunções da Inglaterra e da política liberalista que lavrava em Portugal.

Ao Oceano Atlântico podemos chamar, como os romanos chamavam o Mar Mediterrâneo, de *mare nostrum* da raça. De um lado o litoral da América Latina, que o Brasil ocupa na maior parte; do outro, o litoral africano; lá em cima, Portugal e a Península Ibérica. Constituímos mais do que uma comunidade. Constituímos um verdadeiro império. Se soubermos conduzir nossa política exterior, tanto no Brasil como em Portugal, estaremos em condições de, daqui a algumas décadas, erguermos nossa cabeça no mundo internacional e suplantar aqueles que se dizem hoje as grandes potências, árbitros do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao examinar a política portuguesa antes de Salazar, ao observar o que se passava de anarquia, confusão e terrorismo naquele país, ocorre lembrar-me idêntico período passado pela nação lusitana no tempo d'El-Rei D. Fernando, o último da dinastia borgonhesa. Nesse período, a preocupação materialista, as ambições pessoais, a politicagem de baixo teor haviam enfraquecido de tal sorte a nacionalidade que ela foi derrotada várias vezes por invasões castelhanas.

Morrendo D. Fernando, não havia herdeiros diretos. Mas já uma pequena elite, dessas a que se referem Goethe, Hegel e Uscatescu, existia entre a mocidade. Da cidade de Santarém partiu um grupo de vinte cavaleiros em direção a Coimbra, onde se realizavam as Cortes para escolher o herdeiro do reino. Eram chefiados por Nuno Álvares Pereira. Lá chegando, impuseram fosse aclamado D. João, Mestre de Avis, o que conseguiram, não somente por eles como por uma rebelião da plebe, em Lisboa, contra os fidalgos que queriam vender a Nação, pois nos momentos mais difíceis das nacionalidades são sempre as classes mais altas as que estão dispostas a transigir e a entregar o país.

Naquela ocasião D. João I casou-se com uma princesa inglesa, filha do Duque João de Lancaster, e dela houve quatro filhos, aqueles que citei há pouco. Esses quatro moços mobilizaram a juventude da Nação, criaram um novo espírito e iniciaram a época maravilhosa da epopéia das navegações.

O poeta Luís de Camões, examinando a situação do tempo de D. Fernando e a outra, promissora e magnífica dos tempos de D. João I, escreveu nos *Lusíadas* a seguinte estrofe:

"Depois de procelosa tempestade, noturna treva e sibilante vento,
traz a manhã serena claridade, esperança de porto e salvamento."

Apreciando os tempos imediatamente anteriores a Salazar e, depois, o seu governo, verificamos que novamente Portugal estava dentro de uma

procelosa tempestade – da anarquia, do terrorismo. Noturna treva, quer dizer, os espíritos estavam mortos, não tinham mais o sentimento da tradicionalidade e do destino histórico da Nação. Sibilante vento – o vento da demagogia, dos comícios e de uma imprensa desenfreada. Mas, diz Camões que, depois de tudo isso, traz a manhã serena claridade, esperança de porto e salvamento. Paralelizando a situação de Portugal com a que ocorreu no Brasil e se está desdobrando em novos acontecimentos, podemos dizer com o poeta de *Os Lusíadas*, olhando a situação difícil que atravessa nosso País como a situação difícil que atravessou Portugal, podemos dizer, cheios de fé em nossa destinação histórica: "Depois de procelosa tempestade, noturna treva e sibilante evento, traz a manhã serena claridade, esperança de porto e salvamento." (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

LOUREIRO JÚNIOR

Sessão de 5 de maio de 1971

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, as minhas palavras serão breves, sucintas, exprimindo um agradecimento, de minha parte e da parte da família de Loureiro Júnior, em primeiro lugar, ao ilustre Presidente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, pela iniciativa de requerer a V. Exa., Sr. Presidente, fosse o Grande Expediente do dia de hoje destinado a homenagear a memória de Loureiro Júnior. Em seguida, ao mesmo eminente parlamentar pelo discurso que pronunciou e ao Deputado Sales Filho, cujas brilhantes palavras acabamos de ouvir. E, finalmente, à Câmara, pelo seu assentimento à realização desta homenagem.

Membro de minha família, a quem estimava como a um filho, não me compete a mim tratar de sua personalidade, nem me estender em consideração que, menos a mim, que a outros, caberia.

Quero, entretanto, exprimir minha profunda emoção por tudo a quanto acabo de assistir. E direi, em poucas palavras, as relações que existem entre o homenageado, minha pessoa e o movimento que liderei no Brasil.

Foi nos fins da Revolução de 1930, quando se esboroaram as estruturas políticas vigentes no País, desde a Proclamação da República, que um ambiente de confusão, de dúvida, de incerteza veio preponderar na geração daquele ano. De 1930 a 1932, depois da vitória do movimento denominado Aliança Liberal, criou-se um governo chamado discricionário. Era a ab-rogação da Constituição vigente e de todas as leis que regiam os destinos nacionais. Nesse período, a mocidade de então tornou-se inquieta, como é natural em todos os jovens nos momentos de crise nacional. E surgiram numerosas correntes, desde a mais conservadora – os patrianovistas, os monarquistas – até os anarquistas, que tinham à frente a brilhante inteligência de Oiticica, o socialismo mal esboçante em nosso País.

E, finalmente, os clubes, as legiões revolucionárias, o Clube 3 de Outubro, o Clube 5 de Julho; e nesse ambiente de imensa confusão foi que, imbuído das idéias de Oliveira Vianna, de Alberto Tôrres, de Euclides da Cunha, do patriotismo de Olavo Bilac e de Castro Alves, surgiu, em São Paulo, um grupo que liderei, para traçar rumos novos à Nação brasileira.

Minha primeira manifestação foi na Faculdade de Direito de São Paulo, onde pronunciei uma conferência intitulada "Quarta Humanidade", na qual estudava os problemas universais humanos e nacionais brasileiros. Logo

um grupo de estudantes veio aderir à bandeira que eu desfraldava. Entre eles, Miguel Reale e Alfredo Buzaid, hoje nosso Ministro da Justiça, e aquele, Reitor da Universidade de São Paulo. Em torno deles, um grupo numeroso de jovens que hoje ocupam lugares de destaque na Magistratura, no Parlamento, na Diplomacia e na direção de grandes empresas.

Fui ao Rio e, ali, tive a fortuna de aliciar os valores mais lídimos da geração acadêmica carioca.

Dentre eles destacarei San Thiago Dantas, brilhantíssimo escritor sem jaça, e já então estudante de Direito, ramo em que atingiria altas culminâncias; na Bahia, elementos do maior valor, como Renato Mesquita, hoje Presidente do Tribunal de Justiça; Rubem Nogueira, que ocupou uma cadeira nesta Casa, e assim por diante. Em todo o Brasil, surgiu a primeira geração que consegui criar. Depois dessa geração, vinha uma segunda e, agora, veio uma terceira. A sucessividade dessas gerações foi utilíssima ao desenvolvimento do pensamento fundamental da nossa doutrina, que se foi clarificando à proporção do correr dos anos.

Era fundamental de nossa doutrina, antes de mais nada, o espiritualismo cristão e o nacionalismo brasileiro. Estas duas bandeiras atraíram a juventude. Mas havia uma concepção filosófica, pela qual veio a denominação do movimento. Era a filosofia integral.

Segundo a filosofia integral, que então engendrávamos, não existem problemas isolados, mas pregávamos a correlação fenomênica, isto é, a íntima conexão de todos os fenômenos econômicos, sociais, políticos e morais, da mesma maneira como esta mesma lei rege os destinos do universo. Realmente, vivendo já nos anos posteriores ao relativismo de Einstein, já no início das pesquisas da física nuclear, era natural que uma idéia nova surgisse, como dos sistemas antigos de Ptolomeu e Estrabão surgiram estruturas que dominaram até à Idade Média, como dos sistemas de Kepler e Copérnico surgiram idéias que vieram depois operar nas mentalidades da Enciclopédia, da Revolução Francesa e que tiveram sua principal expressão em Locke, na Inglaterra, e em Rousseau, na França. Também dentro da mentalidade analítica do Século XIX, era natural que surgissem ... de onde resultou a filosofia de Karl Marx, e posteriormente, de acordo com doutrinas pregadas na segunda metade do Século XIX, estes anacronismos que se chamaram o nazismo e o facismo.

Mas nós queríamos algo novo, algo que estivesse de acordo com a mentalidade do nosso século, e por conseguinte pregávamos a correlação dos fenômenos e a solução integral dos problemas, tanto nacionais como universais.

Essa doutrina – pouco compreendida pela superficialidade das apreciações que então dominavam e hoje dominam, que viam somente nas exterioridades do seu movimento o seu significado doutrinário – foi sendo

compreendida gradativamente pela juventude de então, e criou-se uma geração das mais brilhantes no Brasil.

Após o eclipse das liberdades constitucionais e a imposição de uma ditadura do tipo plenamente totalitário, de 1937 a 1945, voltando o Brasil às franquias políticas, retomamos a nossa linha de marcha e então, sob o nome de um partido político, começamos a atuar dentro da Nação. Finalmente, nos últimos tempos, a terceira geração surgiu com os centros culturais da juventude.

Tudo isto falei, rememorando historicamente aquele movimento, para explicar a razão pela qual nele resumo.

Estávamos sob as cinzas ainda escaldantes da Revolução de 32. São Paulo, como sempre, integrador da Nação brasileira desde a epopéia das Bandeiras, e depois, juridicamente, com Alexandre Gusmão e o Tratado de Madri, posteriormente deu à Nação a figura de José Bonifácio, nos dias da Independência, jamais toleraria os regimes ambíguos, confusos, indecisos, as nebulosas políticas.

Nestas condições, levantou-se a alma do povo paulista em 9 de julho e pôs os batalhões em marcha para restituir ao Brasil, aos brasileiros, a democracia e, principalmente, a Constituição. Foi um movimento constitucionalista. Loureiro Júnior tomou parte de armas na mão, bateu-se na fronteira do sul e, após as calúnias inventadas pela rádio do Governo, anunciando ao povo que se tratava de um movimento separatista, as coisas se esclareceram.

Aquela juventude revoltada procurava um caminho. Lembro-me da manhã em que, trazido por um grupo de estudantes da Faculdade de Direito, me foi apresentado Loureiro Júnior. Ingressou naquele movimento. Foi grande trabalhador, inteligente e eficiente. De tal maneira se identificou comigo que ficou fazendo parte da minha família.

Dali por diante, o que ele fez, como agiu, disseram os dois oradores precedentes e não me compete a mim, interessado diretamente nesta homenagem, dizer mais, expressar mais.

Quero apenas agradecer novamente, ao final desta minha breve oração, esta homenagem prestada a Loureiro Júnior e dizer quanto me sinto comovido, porque ainda não me refiz, de janeiro para cá, do rude golpe que me foi desferido.

Direi a V. Exas. quantas vezes falaram e falam no mistério da morte filosófica, poetas e o homem comum. Porém, para mim, Srs. Deputados, muito maior é o mistério da vida. Cada um de nós, todos carregamos conosco este mistério. Por que nascemos? Para que nascemos? Que deveremos fazer? A que nos deveremos dedicar? Como nortear as normas de nossa conduta? E por que, afinal, tomamos parte em tantos acontecimentos, lutamos, nos incompreendemos, muitas vezes, e, doutras vezes, nos irmanamos? E, afinal, cada qual é uma

unidade, unidade do ser no infinito conjunto dos seres. Porque em tão breve espaço de tempo, minha vida, a vida de todos nós, Srs. Deputados, é um relâmpago, é um abrir e fechar de olhos entre dois infinitos. Que faremos deste dom singular e incompreendido?

Loureiro Júnior utilizou sua vida da maneira como seu temperamento, vocação e idealismo lhe determinaram. E assim cada um de nós, todos nós.

E é em face desta homenagem, que tão profundamente abala o íntimo de meu ser, que eu me pergunto: por que ter nascido? Por que ter vivido? E então direi, de mim para comigo: se não entendemos esse mistério, ao menos nos utilizemos dele para o bem de nosso próximo, para a grandeza de nossa nação. (*O orador é abraçado.*)

OLIMPIO MOURÃO FILHO

Sessão de 10 de junho de 1972

O SR. PLÍNIO SALGADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, no curso de nossa vida e, principalmente, daquelas vidas que se prolongam, é nosso destino assistir, gradativamente, ao desaparecimento das gerações. Tenho visto desde 1930, quando iniciei mais intensamente a minha vida pública, o desaparecimento de todos aqueles que foram protagonistas dos fatos ocorridos desde então. E pouco a pouco, vejo desaparecer do cenário nacional figuras das mais expressivas. Desta vez, um militar ilustre, um patriota sincero, um homem que dedicou sua vida ao amor pelo Brasil e ao objetivo de sustentar as nossas tradições cristãs, as tradições de nacionalidade. Refiro-me ao General Olímpio Mourão.

Meus ilustres colegas irão perdoar-me se, no desenvolvimento desta oração, eu for obrigado a citar fatos em que estou envolvido, porquanto a imprensa, em geral, no necrológio do ilustre militar, freqüentemente se refere às relações ideológicas e de amizade que ele teve comigo. Disse de mim para mim, quando fui designado para falar em nome da Aliança Renovadora Nacional: "Como poderei referir-me a um homem cuja vida esteve entrosada com a minha, constantemente, durante longos anos, e cujos episódios estão marcados pela minha presença, conforme relata e registra a imprensa do País? Desagradável para mim seria evocar ocorrências, fatos em que estou envolvido, mas assim é forçoso, porque do contrário, não reproduziria o perfil do ilustre morto que hoje homenageamos".

Preliminarmente, quero dizer que não é possível traçar a biografia de nenhum homem, principalmente de um homem público, sem estudar o ambiente, as condições circunstanciais da época em que viveu e que motivaram suas atitudes.

Assim, começarei por evocar o que aconteceu em 1930, para se compreender a decisão, a atitude, as atividades do ilustre extinto. Naquele ano – e as gerações mais novas talvez não conheçam – houve uma revolução no Brasil, que trouxe o rótulo de "Aliança Liberal". Para o sociólogo, para o historiador, para o que se aprofunda na análise das ocorrências históricas, o que houve, naquela ocasião, foi o desfecho de uma luta pela hegemonia dos três grandes Estados. É sabido que desde a política dos Governadores, inaugurada por Campos Sales, criou-se uma situação no Brasil, em que os grandes Estados decidiam, não somente a sucessão dos Presidentes da República, mas tudo

quanto era importante para o nosso País. Esses três grandes Estados eram o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. A união de dois deles determinava a adesão dos demais. E assim veio funcionando esse sistema, até o ano de 1930, quando houve a divergência entre Minas e São Paulo. Tal divergência acarretou a adesão do Rio Grande do Sul. E nesse ambiente se feriu o pleito presidencial. Era uma atmosfera de agitação, de grande paixão política, em que, no cômputo, estava o problema da hegemonia dos Estados fortes. É verdade que, no bojo dessa revolução vieram os elementos remanescentes da revolta de 1922, do Forte de Copacabana; os da chamada revolução de Isidoro, em São Paulo, em 1924; e ainda os da rebelião da Marinha, de 1928. Todos esses elementos correram como afluentes do movimento que então se esboçou e se manifestou no ano de 1930.

Vitoriosa esta revolução, o País entrou num período de confusão ideológica. O governo que se instalou em nome do liberalismo, proclamou-se poder discricionário, isto é, ditadura. Naquele período, os espíritos inquietos, principalmente dos que vinham das revoluções anteriores, ficaram como que aturdidos em face da situação brasileira e muitos movimentos se produziram de 30 a 32. Eram clubes de caráter revolucionário como o Clube 5 de Julho, a Legião Revolucionária de São Paulo. Além deles, a corrente anarquista, que já operava no País havia longo tempo, os socialistas, os patrianovistas, monárquicos reformadores e, por detrás de tudo, o Partido Comunista do Brasil.

Pode-se dizer que o comunismo em nosso País principiou na década de 20 a 30, mas positivou-se como ação diretamente ligada à Rússia Soviética depois do Congresso de Buenos Aires, realizado em 1926. É preciso notar que da revolução de 1924 derivou a Coluna que atravessou todo o País disseminando idéias revolucionárias. Essa Coluna, depois de percorrer muitos Estados, embrenhou-se no oeste e internou-se na Bolívia, em Guaíba.

Lembro-me que, nessa ocasião, era eu muito moço, e em São Paulo havia o Grupo Marxista Teórico. Reuníamo-nos, geralmente na sede da Agência Nacional de Informações, jornalistas, escritores, e ali debatíamos os problemas filosóficos, sociológicos e econômicos que inquietavam o mundo e já inquietavam o nosso Brasil.

Lembro-me de que resolvemos, um grupo, enviar livros aos elementos da Coluna, que se encontrava em Guaíba, para que conhecessem a realidade brasileira. Enviávamos Alberto Torres, Oliveira Vianna e outros críticos, políticos e sociólogos, para que tivessem uma noção do que cumpria fazer para que as revoluções brasileiras, sem diretrizes certas, adquirissem um conteúdo, substância favorável ao desenvolvimento, ao progresso e à estrutura do nosso País.

Mas os nossos portadores, muitos deles marxistas, levavam também os livros de Riazanov,de Bukarine, de Zinoviev, o *Capital* de Marx, obras de

Trotsky, os quais, gradativamente, sem que o percebêssemos, foram convertendo aqueles heróis à doutrina comunista.

Foi quando se deu o Congresso de Buenos Aires de 1926. De 30 a 32 nosso País entrou em grande confusão ideológica. Ninguém sabia propriamente para onde ir nem o que fazer. Nessa ocasião – e aqui sou forçado a entrar na narrativa – fundei em São Paulo uma Sociedade de Estudos Políticos para arregimentar os jovens e os estudiosos no sentido de darmos uma direção certa à nossa Pátria, que se encontrava em grande perplexidade diante do seu presente e do seu futuro.

Dessa Sociedade de Estudos Políticos destacou-se uma de suas seções, que era o da Divulgação Popular, e que tomou o nome de Ação Integralista Brasileira. Começou a atuar nas Faculdade superiores através de conferências, de cursos e, finalmente, entrou a doutrinar o povo. Nunca supus, naquela ocasião, que o Partido Comunista já se encontrasse tão forte. Senti isto na cidade de Bauru, onde fomos atacados por mais de 800, num tiroteiro feroz, e, três dias depois, num grande combate que durou mais de três horas, na Praça da Sé, em São Paulo.

Percebemos, então, que era necessário agir, não apenas quanto a estudos e à teorização de sistemas políticos, mas diretamente, acordando o sentimento brasileiro para evitar que nosso País caísse na desgraça de um satélite da Rússia Soviética. Foi quando Olímpio Mourão, acompanhando mais de 800 oficiais do Exército e da Marinha, ingressou naquele movimento.

Sou obrigado a narrar isto não só porque os jornais desta última semana muito falaram do assunto, como também porque não poderia traçar o Perfil de Olímpio Mourão se não começasse pela sua atividade de homem público.

Ele compreendia – e eu expus claramente no meu livro intitulado *Cavaleiro de Itararé*, no capítulo referente à revolta de Copacabana – que o militar não deve ficar isolado como uma vestal; que tem o direito e o dever de intervir na vida civil, de ser um homem como os demais paisanos, porque ele também ama sua Pátria, ele se interessa pela solução de seus problemas, ele não pode manter-se como que excomungado da vida civil da Nação. Isto compreendendo, desenvolvemos naquela época intensa propaganda no sentido de mobilizar o espírito dos militares, para que viessem cooperar com os civis e ocupar os cargos, as posições que merecem tanto como aqueles que não vestem a farda.

Mourão era um entusiasta dessas idéias. Sua carreira principiou em 1921, como Aspirante na Escola Militar. Em 1922 foi a tenente, em 1929 a capitão – ocasião em que ingressou naquele grande movimento cívico. Em 1940, major, foi promovido a tenente-coronel em 1943. Nesse posto, seguiu para os campos de batalha da Europa e ali lutou na FEB como legítimo patriota brasileiro, levando aquele pensamento do integralismo, que, muito ao contrá-

rio da propaganda comunista que se fez no Brasil, era contrário ao fascismo e ao nazismo. Ali batalhou. Regressou, quando eu me encontrava no exílio. Em 1948, atingiu o posto de coronel e, desde então, sua carreira paralisou. Por quê? Porque o inculpavam de ter fabricado um documento falso, utilizado para o golpe de Estado de 1937. Este documento foi denominado Plano Cohen. Mas, embora Mourão tenha narrado com muita perfeição o que foi aquilo, sou obrigado a dar aqui o depoimento que dei, quando ele requereu um conselho de justificação ao Exército, tendo eu sido arrolado como testemunha. Ele tinha sido o Chefe do Serviço Secreto do nosso movimento, que prestou relevantíssimos serviços ao País, impedindo que sobreviesse a ditadura vermelha e, por conseguinte, dando a V. Exa., a todos nós, a liberdade de que hoje gozamos e a democracia em que hoje vivemos. Dou a palavra a Mourão, que disse:

> "Certo dia do mês de agosto de 1937, Plínio Salgado deu-me a seguinte ordem, Chefe do Serviço Secreto que eu era da Ação Integralista Brasileira: "Nosso movimento está demasiadamente absorvido com a luta em torno da minha candidatura" – havia três candidaturas à Presidência da República, a minha, a de Armando de Sales Oliveira, a de José Américo de Almeida – e por este motivo ameaçado de perder sua finalidade imediata e precípua, que é o combate ao comunismo. Sinto que se tornam necessárias novas diretrizes dos vários órgãos interessados, as quais, além do mérito de alertar nossa gente, que está distraída com a propaganda eleitoral, contribuirão para vivificar a mística da Pátria no momento em que o nosso movimento cresce assustadoramente pela adesão em massa dos últimos meses."

Diz ainda Mourão:

> "Não gastei mais do que três dias para preparar a matéria solicitada. O projeto foi submetido à apreciação de Plínio Salgado e nele constava, como hipótese, um possível plano de ação terrorista que os comunistas poderiam deferir."

Este, o depoimento de Mourão. Agora, o meu depoimento: naquela oportunidade, Mourão realizara o trabalho por mim determinado, extraído em grande parte de *Révue de Deux Mondes*, de Paris, e de algumas diretivas, emanadas do Uruguai, onde funcionava o Iantorg, órgão pseudocomercial, mas na realidade de ação e propaganda comunista. Realizado esse trabalho, aguardávamos o momento propício para mimeográfa-lo e distribuí-lo a pessoas que julgávamos deveriam interessar-se no combate à onda vermelha. Chegou o mês de agosto,

quando fui procurado pelo Ministro Francisco Campos, que me entregou a cópia da Constituição que deveria ser outorgada por um golpe de Estado, pedindo meu apoio. Levei para casa o documento e, depois de examiná-lo em companhia de Miguel Reale, San Thiago Dantas e Loureiro Júnior, chegamos à conclusão de que aquela constituição tinha caráter totalitário. Suprimia o Poder Legislativo, suprimia a liberdade de imprensa e tomava outras providências que excluíam completamente o sistema democrático no Brasil.

Em nova entrevista com Francisco Campos, declarei-lhe que não poderia concordar com aquela Constituição. Retrucou-me Campos: "Não sabia que você era tão liberal." Respondi-lhe: "Não, não sou liberal, mas não sou ditatorial."

Isso posto, o Presidente da República pediu-me um encontro, que se realizou na casa de um amigo comum, o Sr. Rocha Miranda, no Flamengo. Ali instou ele para que eu aceitasse a Constituição, e continuei a dizer-lhe que não era possível, a menos que houvesse modificações de caráter mais democrático e liberal.

Terminada essa conversa, passam-se os dias e Campos me solicita novo encontro. Então me diz:

> "Você não quer aceitar o golpe de Estado, mas o Estado-Maior do Exército apreendeu um documento de tal gravidade que, quando dele tiver conhecimento, você vai aderir aos propósitos do Presidente. Eu o avisarei quando será irradiado, porque vai ser irradiado."

Não precisou Francisco Campos avisar-me, embora o tivesse feito, porque no dia 30 de setembro de 1937, os jornais cariocas publicaram com grande destaque este comunicado da Casa Militar da Presidência da República:

> "O Gen. Francisco José Pinto comunicou ontem ao Departamento de Propaganda que será entregue hoje, a fim de ser divulgado pela "Hora do Brasil", o texto das instruções do KOMINTERN para ação de seus agentes em nosso País. Essa documentação foi apreendida pelo Estado-Maior do Exército. A divulgação dessas instruções põe o Brasil a par de tenebrosos planos organizados pelo Partido Comunista russo, nos quais estão previstos desde depredações e incêndios até desrespeito à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira."

Este foi o comunicado da Casa Militar da Presidência. Horas depois, Campos me telefona:

"Ouça o rádio."

Estavam em minha casa um General, um Almirante e várias outras personalidades, e eu lhes comuniquei:

"Vamos ouvir o rádio, porque Campos me disse que foi descoberto um plano tenebroso contra o nosso País."

Ouvimos. Quando o lucutor começou a ler, tive a impressão de que já havia lido aquilo; que o texto já era do meu conhecimento. Lidos mais alguns períodos, disse de mim para comigo:

"Isso é o estudo do Mourão."

Fiquei indignado. Disse aos meus comensais:

"Esse documento é falso; estou numa situação difícil, porque não posso declará-lo publicamente num momento em que as Forças Armadas ainda constituem a única esperança da estabilidade do Brasil. E uma vez que o Estado-Maior assume a responsabilidade dessa divulgação, em que situação ficará o Exército, no qual o brasileiro confia plenamente como salvaguarda das instituições e da estabilidade das nossas tradições?"

Foi um momento dramático para mim. Mandei chamar imediatamente o Capitão Mourão. Veio ele, embaraçadíssimo; revelou-me o que agora também é divulgado: que, orgulhoso do trabalho que havia feito, levou-o ao seu padrinho de casamento, o General Mariante, para que o conhecesse. O General Mariante, disse-me Mourão, pediu para ficar com o documento para ler devagar. No dia seguinte, Mourão procurou Mariante, que lhe disse:

"Não lhe posso mais restituir-lhe o seu estudo, porque o Góis Monteiro – o General Mariante morava em um apartamento e em outro, acima dele, o General Góis – pediu para ler e declarou que não o devolve mais."

Pediu Mourão, por tudo quanto era sagrado, ao General Mariante, que providenciasse a devolução daquele estudo. Mas foi tudo baldado.

Esqueceu-se do fato, como eu também tinha esquecido, quando surgiu o General Francisco Pinto com o comunicado que li há pouco e a irradiação posterior ouvida com estarrecimento por mim e minhas visitas.

Em conseqüência do documento dado a conhecer sob a responsabilidade do Estado-Maior do Exército, foi decretado o estado de guerra, apesar de um discurso contrário, pronunciado com veemência por Otávio Mangabeira. Decretado o estado de guerra, abriu-se a possibilidade para o golpe.

Sobreveio este em 10 de novembro de 1937. Também não se falou mais no tenebroso documento. E passam-se os tempos, quando, em suas memórias, o General Góis Monteiro refere-se ao fato e não deixa clara a situação de Olímpio Mourão, o qual, para eximir-se de quanto era inculpado, pediu um Conselho de Justificação. Foi coisa comovente o que se passou entre as quatro paredes daquela sala do Quartel-General. Como uma das testemunhas, falei a verdade que estou expondo agora a V. Exas. Depuseram ainda Osvaldo Aranha, Loureiro Júnior, parece-me também o General Dutra e, finalmente, fez declarações o General Góis Monteiro, que retificou quanto havia dito, justificando a atitude tomada pelo Estado-Maior para evitar mal maior, que era o comunismo que imperaria no nosso País. Mourão foi justificado e promovido em 1956 a General-de-Brigada, em 1962, a General-de-Divisão. Serviu em Portugal, como Adido-Militar; serviu no Rio Grande do Sul e veio para São Paulo, assumindo o Comando da Segunda Região Militar.

Agora, estamos em 1968. Não é preciso relembrar aos nossos parlamentares o que foi aquele ano de 68,com grandes manifestações de rua, principalmente a de São Paulo, que congregou mais de cem mil pessoas reclamando contra as atitudes do Governo de João Goulart. Quero dizer que nada tenho pessoalmente contra João Goulart, de quem me considero amigo. Quando ele freqüentava minha casa, como Vice-Presidente, eu lhe dizia:

> "Olha esses homens que te rodeiam; se vencerem, atiram-te no buraco; se perderem, levam-te para o buraco com eles."

E ele, otimista:

> "Não, nada acontecerá."

De sorte que, naquele ano de 68, a crise provocada pela demagogia esquerdista, de rua e de Parlamento, tinha atingido a auge. Lembro-me de que meu Partido de então – no tempo dos partidos – Partido de Representação Popular, lançou um manifesto lido aqui nesta tribuna, contra as atitudes do Governo. Foi o primeiro que apareceu. Lembro-me de quando estive em São Paulo, naquela grande manifestação contra o Governo. Falaram muitos oradores. Eu falei apenas 8 minutos – talvez nem tanto – pedindo às forças militares que apreciassem aquele espetáculo e não desamparassem a população brasileira. Começa, então, de um lado, a engrossar a demagogia que culminou,

pouco mais tarde, no grande comício do Rio de Janeiro e no banquete dos sargentos no Automóvel Clube.

Naquele período de 63, muitas vezes fui à casa de Mourão combinar uma articulação qualquer no Estado de São Paulo, onde ele era Comandante da 2.ª Região Militar. Trabalhávamos intensamente neste sentido, quando ele foi removido para Juiz de Fora. Procurei-o imediatamente e lhe disse:

> "E agora? Quando seu trabalho já vai adiantado em São Paulo, você vai para Juiz de Fora?"

Respondeu-me ele:

> "Não; agora, é melhor. Aqui já deixei tudo arrumado, e lá em Juiz de Fora eu estarei diretamente com a tropa."

Chega o mês de março de 1964. Minas já estava perfeitamente articulada – Mourão, o General Guedes em Belo Horizonte, a Polícia Militar – quando no Rio de Janeiro ocorre aquele grande comício de que falei há pouco, com palavras tremendas dos oradores demagógicos.

Logo em seguida, houve o banquete dos sargentos, no Automóvel Clube, banquete ao qual a maior parte dos sargentos não compareceu, e não direi aqui por quê. Na mesma ocasião, quebrava-se a hierarquia militar, a ponto de almirantes serem carregados por marinheiros, em manifestações de rua. O País estava em franca dissolução. Foi aí que Mourão, naquele dia 31 de março, rompeu corajosamente com a sua disposição de sempre defender as tradições cristãs da Pátria brasileira, de lutar pela verdadeira democracia e de restaurar a hierarquia e disciplina nas Forças Armadas. Eram esses os três objetivos de Mourão. Saiu de Juiz de Fora.

Todos devem estar lembrados das providências do Governo, do então Ministro da Guerra contra Mourão. Havia, entretanto, um elemento de primeira ordem, trabalhando em Petrópolis, o Marechal Denis. Quando a tropa enviada contra Mourão entrou nos desfiladeiros da serra, em direção a Juiz de Fora, o batalhão de Petrópolis rebelou-se também, colocando o adversário entre dois fogos. Veio daí a pacificação e a marcha sobre a Guanabara, vindo Mourão com 3.200 homens e 200 viaturas. Chega ao Rio, e aí se manifesta o espírito desambicioso, de grande nobreza, de desapego do General Olímpio Mourão. Ele sempre lutou pela Pátria, pelo Exército, pela ordem, pela disciplina, pela democracia, pela liberdade dos brasileiros, mas nunca lutou por seu interesse pessoal. É verdadeiramente comovente.

Naquela madrugada, encontrava-me eu no Rio, trabalhando também pela Revolução. Quando o procurei, tinha-se apresentado ao Ministro da

Guerra e retirado-se para o seu apartamento. Corri ao encontro de Mourão, perguntando:

"Mourão, que há?"

Disse-me simplesmente:

"Fiz a Revolução para o Brasil e não para mim."

Era uma grandeza de alma verdadeiramente extraordinária. Então, confidenciou-me que em maio iria cair na compulsória. E eu lhe disse:

"Não vai."
"Como não vai?" perguntou.

Disse-lhe:

"O Congresso vai promovê-lo."

Imediatamente vim para Brasília e incumbi o ex-Deputado Cunha Bueno de colher as assinaturas, promovendo Mourão a General-de-Exército por grandes serviços prestados à Pátria. Pedi regime de urgência para o projeto, por intermédio de Cunha Bueno, porque eu não queria aparecer, por termos as mesmas raízes integralistas. Mas o entusiasmo geral na Câmara e no Senado por ele era grande. O trabalho era fácil. Desta forma foi Mourão promovido a General-de-Exército. Deram-lhe, então, o Comando de Recife. Foi a Recife, de onde veio ao Rio, como Ministro do Supremo Tribunal Militar, cargo em que muito se distinguiu e no qual se aposentou. Nos últimos tempos dedicou-se a estudo de problemas brasileiros. Algumas soluções que oferecia enchiam de alegria o meu coração: uma delas foi a criação da Câmara Técnica, justamente quando eu apresentava aqui uma emenda à Constituição criando a Câmara Orgânica, que tinha a mesma finalidade.

Em suas declarações, jamais renegou seu passado. Era um caráter firme. Quando expunha suas idéias, nunca o fazia por vaidade nem com intuito de aparecer, mas com o objetivo de bem servir a sua Nação.

É comovente para mim tratar deste assunto, a morte de Mourão, porque, ao falar sobre este querido amigo e companheiro, eu me recordo dos pequenos fatos, dos pormenores que marcam decisivamente o contato, a convivência entre dois homens. Não ousarei aqui relatá-los. Eles são numerosos. Vejo-o, como se estivesse vivo, em mais de um episódio, em mais de uma confidência. Vejo-o e lamento que a Pátria brasileira tenha perdido um filho tão ilustre.

Srs. Deputados, uma lenda árabe narra que um homem foi a uma cidade desconhecida e estranha, onde ele tinha uma causa a ser julgada. Procurou alguém que conhecesse o juiz, para que o apresentasse e pedisse por ele. Encontrou um primeiro, que lhe disse:

"Eu conheço o juiz, mas não tenho relações para fazer uma apresentação."

Procurou um segundo, que lhe respondeu:

"Eu conheço o juiz, mas não sei seu endereço, não sei onde mora."

Encontrou um terceiro, que disse:

"Conheço o juiz, sou seu amigo, sei onde mora. Vamos à casa dele".

E foram.

Os árabes, então, extraem a seguinte moral:

Este é um homem que morreu e vai apresentar-se ao Supremo Juiz-Deus.

O primeiro, que disse não ter relação nenhuma com o juiz, representa as honras, os cargos, as posições que esse homem ocupou em vida. O segundo, que disse conhecer mas não sabia o endereço do juiz significa as amizades, as relações sociais. O terceiro, que disse "conheço o juiz, sou seu amigo e vou levá-lo a ele", simboliza o bem que o homem praticou na terra, a única coisa que vale quando nos apresentamos perante o Supremo Juiz.

Olímpio Mourão, a esta altura em que falamos, já compareceu perante Deus, que o recebeu, apresentado pelas obras boas que ele praticou na Terra. Que obras foram essas? Amou sua Pátria e por ela lutou; amou sua Corporação militar, serviu-a fielmente.

Foi homem de bem. Foi amigo sincero. E quando a Pátria estava em perigo, nada temeu; ergueu-se corajosamente e marchou com sua tropa para salvar o Brasil.

Hoje, ainda que haja divergência entre os dois partidos que se representam nesta Casa, de uma coisa todos devem estar convencidos: não vivemos mais um período de perturbação; estamos trabalhando mais tranqüilamente. Se erros podem existir na ação do Governo – e errar é humano –, méritos não lhe faltam, pelo entusiasmo que os brasileiros sentem pelo desenvolvimento do nosso País.

Hoje, devemos isso a Olímpio Mourão, que foi o primeiro, quem saiu primeiro. Todos queriam, mas ninguém se decidiu na hora necessária, e Mourão decidiu-se.

Justa é, pois, a homenagem que presto a esse querido amigo e companheiro, em nome da Aliança Renovadora Nacional, o Partido da Revolução, iniciada em Juiz de Fora. Justa é esta homenagem.

Acredito que, falando em nome da ARENA, exprimo também os sentimentos do MDB, onde há patriotas, onde há homens de bem e que desejam, tanto como eu, toda a felicidade ao Brasil.

Meus queridos companheiros, nobres Deputados da República, a nossa vida é realmente um mistério, como eu disse no último discurso que aqui pronunciei. Todos desempenhamos um papel. Entramos pelos bastidores do nascimento e saímos pelos bastidores da morte. Temos – e creio, como espiritualista que sou – de prestar contas a Deus pelos dons que nos concedeu.

Conta o Evangelho que um rei foi para a guerra. Chamou três amigos, dizendo-lhes:

> "Tome cada um esse dinheiro. Vão negociar. Quando eu voltar, venham-me dar contas."

E se foi. Demorou muito tempo para voltar. Quando regressou,chamou os três. O primeiro veio e disse:

> "Majestade, o dinheiro que recebi empatei em negócios e fui feliz. Estou riquíssimo."

Disse-lhe o rei:

> "Que Deus o abençoe, meu filho."

Veio o segundo e disse:

> "Majestade, o dinheiro que recebi empatei em negócios e perdi. Estou pobre, na miséria."

E o rei lhe disse:

> "Que seja abençoado, meu filho."

Veio o terceiro e disse:

"O dinheiro que recebi não empatei em nada; fiquei com medo da prestação de contas e guardei-o numa arca. Está intacto; restituo-o como o recebi."

O rei disse:

"Que Deus o amaldiçoe, porque não usou dos bens que lhe foram concedidos."

Assim, em nossa vida, Deus nos concedeu a saúde física, a inteligência e a compreensão dos problemas do nosso tempo. São bens que recebemos e deles temos que dar conta ao divino outorgante que nos beneficiou. Aqueles que se conservam indiferentes diante da sorte da Nação e da Sociedade são exatamente aqueles que Dante encontrou no inferno. O poeta Virgílio, que conduzia Dante, mostrou-lhe aqueles homens enterrados na lama e Dante perguntou-lhe: "Quem são estes?" Responde Virgílio: "São aqueles que não tomaram partido, que não foram a favor nem contra coisa alguma. Por isso, não merecem nem o fogo, ficam enterrados na lama." Vira-se o poeta Virgílio para Dante e diz: "*Non vi curar de loro, ma guarda e passa*", isto é, "Não se incomode com eles; mas olhe e passe. Estes são aqueles que nada fizeram."

Quando se encontra um homem que faz alguma coisa por sua Pátria, todos nós curvamos a cabeça e reverenciamos, como reverenciamos, a memória do General Olímpio Mourão. (*O orador é abraçado.*)

ATUAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(Pareceres)

PROJETO N.º 59-A, DE 1959

Concede verba para as comemorações do centenário de Miritiba, MA.

A cidade de Miritiba, hoje, Humberto de Campos, teve origem no povoado que, desde o Século XVIII, existiu à margem do rio Preá, distante cerca de duas léguas da foz. Devia ter sido inicialmente um aldeia indígena, bastante populosa, como está a dizer o próprio nome que, na língua geral significa "muita gente". Em 8 de maio de 1835, foi ali criada por lei provincial, uma freguesia. Seus habitantes entregavam-se à lavoura da cana-de-açúçar, mandioca, algodão, cereais e à criação de gado. A Lei Provincial de 30 de julho de 1859 elevou a freguesia à categoria de vila.

Essa é a data cujo transcurso a população do Município vai celebrar no corrente ano, com a participação de todo o povo maranhense, não só porque a antiga Miritiba, hoje Humberto de Campos, está inserida na História do Maranhão pelos episódios ocorridos na revolução dos Balaios, mas principalmente por ser o berço de uma das personalidades mais ilustres da literatura brasileira.

O Maranhão contribuiu de tal maneira para o engrandecimento das letras pátrias, que se tem a impressão – tal como acontecia na Grécia Antiga – de que nenhum de seus Municípios deixa de apresentar um nome ilustre de intelectual nascido em seu torrão, ainda que não possa competir com a própria Capital, denominada por esse motivo Atenas brasileira.

A começar de Odorico Mendes, tradutor de Homero e chamado Virgílio brasileiro, desfilam pela História Literária Nacional grandes escritores e poetas, nos quais parece ter ficado o ritmo da frase e o amor ao idioma do Padre Antonio Vieira, cuja palavra ali vibrou. Basta recordar Gonçalves Dias – o maior dos Poetas da Raça –, que transplantou o romantismo individualista da Europa, dando-lhe uma expressão nacionalista e procurando no símbolo do selvagem revelar, não apenas a personalidade nacional, mas ainda a psicologia política dos povos do Novo Mundo, advindos recentemente das lutas pela independência. Por singular coincidência, no mesmo lugar, sobre as ondas do oceano, à vista da terra maranhense, em que naufraga aquele de quem Machado de Assis dizia:

> "Morto! É morto o cantor dos meus guerreiros!
> Virgens da Pátria, suspirai comigo",

nasce outro grande poeta, a bordo de um navio, que se chamou Raimundo Correia, no apogeu da fase parnasiana.

Do Maranhão saem para a glória do Brasil: o romancista Aluísio de Azevedo; o teatrólogo Arthur de Azevedo, que teve a precedê-lo Joaquim Serra,

igualmente grande nas letras teatrais; os juristas Cândido Mendes de Almeida, Viveiros de Castro, Conselheiro Furtado; o filólogo Sotero dos Reis; o matemático João Antonio Coqueiros; o polígrafo Gomes de Souza; o cientista Nina Rodrigues; o jornalista e poeta Adelino Fontoura; e toda uma legião de intelectuais notáveis como Ennes de Souza, Almeida Oliveira, Gomes de Castro, Alves Serrão, César Marques, Dias Vieira, Vieira da Silva, Manuel Tavares e numerosos outros, sobressaindo, de modo excepcional, a figura marcante de Coelho Neto, que fulgurou nas letras brasileiras com um esplendor de sol.

Estas considerações sobre a vida literária do Maranhão fazem-se necessárias para se compreender a importância das festas centenárias da velha Miritiba, cujas tradições se aliam, já agora, à memória de seu ilustre filho Humberto de Campos, cujo nome por ela foi tomado por significar o seu mais legítimo orgulho.

Uma cidade que traz o nome de Humberto de Campos merece só por isso o nosso respeito e veneração.

Nascido em 1886, iniciou a sua vida literária escrevendo em jornais do seu Estado e, principalmente do Pará, transferindo-se depois para a Capital do País.

Em 1911 estreou-se como poeta, publicando o livro intitulado *Poeira*, em Lisboa, recebendo aplausos da crítica portuguesa e os maiores encômios de grandes vultos das letras lusas, como Guerra Junqueiro e Fialho de Almeida. Como prosador, lançou numerosos livros, muitos de tom humorístico, alguns resultado de meditações em horas de sofrimento, mas todos vazados num estilo flexível e leve, em que excelem as virtuosidades do idioma.

A homenagem, pois, que a velha Miritiba, que agora ostenta o nome de seu ilustre filho, rende à memória de seus maiores vultos, envolve também, de modo particular, a de Humberto de Campos, o qual, além de figura proeminente nas letras brasileiras, foi membro, dos mais brilhantes, desta Câmara dos Deputados.

Entendo, pois, que se deve conceder àquela cidade maranhense o crédito especial a que se refere o projeto Deputado Neiva Moreira.

Sala Carlos Peixoto Filho, 18 de junho de 1959. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 2.645, DE 1961

Reestrutura a Universidade do Pará e dá outras providências.

(Do Poder Executivo)

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Para cumprimento da Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, são criados, para a Faculdade de Filosofia, trinta e um cargos de Professor Catedrático e três funções gratificadas, sendo uma de Diretor, uma de Secretário e uma de Chefe de Portaria; para a Faculdade de Ciências Econômicas, vinte e dois cargos de Professor Catedrático e três funções gratificadas, sendo uma de Diretor, uma de Secretário e uma de Chefe de Portaria; e, para a Escola de Engenharia, vinte e três cargos de Professor Catedrático, todos na Universidade do Pará.

Art. 2.º São suprimidos cinco cargos de Professor Catedrático, criados pela Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950, para a Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, que passa a adotar o regime departamental a ser estruturado em seu regimento, e criados sete cargos de Médico Especializado e um de Engenheiro Sanitarista, todos de nível 18, de provimento por concurso de títulos, e três funções gratificadas, sendo uma de Diretor, uma de Secretário e uma de Chefe de Portaria, todos para o Instituto de Higiene e Medicina Preventiva, como unidade da mesma Universidade.

Art. 3.º Os professores dos estabelecimentos referidos no art. 1.º, não admitidos em caráter efetivo na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

Art. 4.º É assegurado o aproveitamento do pessoal administrativo e auxiliar técnico das Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas no Quadro Extraordinário da Universidade do Pará, aprovado pelo Poder Executivo, não podendo os vencimentos exceder aos das atividades correspondentes no serviço público federal.

§ 1.º Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Reitor da Universidade do Pará encaminhará ao Ministério da Educação e Cultura a relação dos servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

§ 2.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei.

Art. 5.º O provimento efetivo dos cargos de Professor Catedrático, nos estabelecimentos de ensino referidos no art. 1.º far-se-á por meio de concurso de títulos e de provas, realizados em estabelecimento congênere federal, designado em cada caso pela Diretoria do Ensino Superior, a esta cabendo a publicação de editais dentro de três anos do primeiro provimento interino e até que a Congregação disponha de base legal para a realização desses atos.

Parágrafo único. A realização anual de provas para docente-livre desses estabelecimentos far-se-á pelo mesmo processo.

Art. 6.º Os recursos destinados a construções, instalações e equipamentos referidos no § 1.º do art. 9.º da Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, poderão ser empregados, também, na aquisição de áreas para a Universidade mediante desapropriação.

Art. 7.º É da competência do Reitor a movimentação das contas da Universidade, que as prestará ao Tribunal de Contas, obrigatórios todos os depósitos no Banco do Brasil S.A.

Art. 8.º Para atendimento do disposto na presente lei é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros), sendo Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para material.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Autor – Poder Executivo.

Relator – Deputado *Plínio Salgado*.

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, em Mensagem de 2 de janeiro de 1961, enviou ao Congresso Nacional, com a necessária exposição de motivos do Sr. Ministro da Educação e Cultura, um projeto de lei que, na Câmara Federal, tomou o número 2.645, reestruturando a Universidade do Pará e dando outras providências.

Foi, realmente, oportuna a iniciativa. Se não mudarmos a estrutura do ensino universitário brasileiro, inevitavelmente ficaremos na retaguarda das nações progressistas, com repercussões danosas à nossa economia, ao nosso desenvolvimento em todos os setores e à nossa mocidade que anualmente acorre, em número cada vez maior, às Universidades.

Um dos aspectos mais importantes da tão necessária reestruturação está na autonomia suficiente de que necessitam as Universidades brasileiras na atual fase de desenvolvimento tecnológico por que passa o País.

Examinando cuidadosamente o projeto em referência e levando em consideração o pensamento do Poder Executivo manifestado quando da Mensagem que propôs a criação da Universidade de Brasília, entendemos útil conhecer certas peculiaridades do nosso atual ensino e, em particular, de suas condições no Estado do Pará, para o que ouvimos a opinião de educadores e técnicos e também de estudantes e jornalistas. Das observações e debates sobre a matéria, e tendo em vista, sobretudo, o espírito que inspirou o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, chegamos à conclusão de que poderíamos encontrar mais adequada forma de realização dos objetivos manifestados na Mensagem Presidencial. Com este propósito, elaboramos um substitutivo que submetemos à apreciação da douta Comissão.

Esse substitutivo visa a dar estrutura condizente com o atual pensamento universitário brasileiro a uma instituição nova, ainda isenta de emperramentos burocráticos e que precisa, dadas as condições de sua situação e de seu funcionamento em relação à área e à população amazônica, de certa flexibilidade para o aproveitamento integral de suas possibilidades econômico-financeiras, assim como de pessoal técnico de magistério e do equipamento imprescindível ao treinamento eficiente de profissionais e pesquisadores.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 1961 – *Plínio Salgado*, Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 2.645/61

Reestrutura a Universidade do Pará e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Universidade do Pará, criada pela Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, com sede em Belém, Capital do Estado do Pará, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e incluída na categoria constante do item I, artigo 3.º da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, é uma instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Parágrafo único. A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, econômica, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2.º A Universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de ensino e de pesquisas e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I – Aos Institutos Centrais, na esfera de sua competência:

a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes;

b) formar pesquisadores e especialistas; e

c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II – Às Faculdades, na sua esfera de competência:

a) dar formação profissional e técnica;

b) ministrar cursos de especialização de pós-graduação; e

c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 3.º A Universidade do Pará empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento social, econômico e cultural do País, especialmente da Amazônia e, na medida de suas possibilidades, colaborará com as entidades públicas e privadas que o solicitarem.

Art. 4.º A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas no seu Estatuto a ser elaborado pelo Conselho Universitário e aprovado por decreto do Presidente da República.

Art. 5.º Na organização do seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade do Pará não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o que dispõe o parágrafo único deste artigo quanto aos diplomas profissionais.

§ 1.º Para que seus diplomas profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados, pela Universidade do Pará, os seguintes princípios:

I – a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo instituído pela legislação geral;

II – não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação; e

III – não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da freqüência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, direta ou indiretamente, em dispensa de freqüência.

§ 2.º O Estatuto da Universidade organizará a carreira do magistério, os diversos cargos e os graus universitários correspondentes, observando, quanto ao provimento efetivo das cátedras, o concurso de títulos e provas.

Art. 6.º Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus

Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos do Estatuto a que se refere o art. 4.º.

Art. 7.º Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo, quando necessário, reger-se-ão pela legislação do trabalho.

§ 1.º O quadro do pessoal docente, técnico e administrativo da Universidade será fixado pelo Conselho Universitário e admitido pelo Reitor, não podendo ser alterado numericamente dentro do prazo para o qual foi organizado.

§ 2.º Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço.

Art. 8.º O Orçamento da União, a partir de 1963, consignará durante 5 (cinco) anos importância não inferior a um bilhão de cruzeiros anuais destinados a custear a construção dos edifícios da Universidade do Pará e de acordo com o planejamento organizado e aprovado, em cada exercício, pelo Conselho Universitário.

Art. 9.º A Universidade do Pará poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessita cambial prioritária e automática a taxa mais favorável de câmbio.

Art. 10. Os professores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, não admitidos em caráter efetivo na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

Art. 11. É assegurado o aproveitamento do pessoal administrativo e auxiliar técnico existente na data da criação da Universidade do Pará nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais no Quadro Extraordinário da Universidade do Pará aprovado pelo Poder Executivo, não podendo os vencimentos exceder aos das atividades correspondentes no serviço público federal.

Parágrafo único. Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei.

Art. 12. Enquanto a Escola de Engenharia e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais não dispuserem de Congregação na forma do art. 31 do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, o provimento efetivo dos cargos de Professor Catedrático nos mencionados Institutos de ensino far-se-á por meio de concurso de títulos e provas perante o Conselho Universitário, que para isso funcionará com todas as atribuições pertinentes à Congregação e ao Conselho Técnico-Administrativo.

Parágrafo único. A realização anual de provas para a docência livre desses estabelecimentos far-se-á pelo mesmo processo.

Art. 13. Aos 13 (treze) professores da Escola de Engenharia tornados efetivos em virtude de ato do Governador do Estado do Pará anterior à incorporação da mesma à Universidade do Pará fica assegurado o aproveitamento como Professor de Ensino Superior, nível 1.

Parágrafo único. Os cargos mencionados neste artigo serão extintos à medida que vagarem.

Art. 14. Serão mantidos em pleno vigor todos os artigos das Leis n.os 3.191, de 2 de julho de 1957, e 3.685-B, de 26 de janeiro de 1961, que não contrariarem a presente lei.

Art. 15. Os recursos destinados a construções, instalações e equipamentos referidos no § 1.º do art. 9.º da Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, poderão ser empregados também na aquisição de áreas para a Universidade, mediante desapropriação.

Art. 16. É da competência do Reitor a movimentação das Contas da Universidade, que as prestará ao Tribunal de Contas, obrigatórios os depósitos, parte no Banco do Brasil S.A. e parte no Banco de Crédito da Amazônia S.A.

Art. 17. Para o atendimento do disposto na presente lei, é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr$ 250.000.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões de cruzeiros), sendo Cr$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros) para material.

Art. 18. Para complementar o estabelecimento na Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Universidade do Pará, 115 (cento e quinze) cargos de Professor Catedrático.

Parágrafo único. A lotação dos mencionados cargos será estabelecida no Estatuto da Universidade.

Art. 19. Os cargos de Professor Catedrático criados pela Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950, para a Faculdade de Direito e de Farmácia, todas da Universidade do Pará, quando não providos nas mesmas em virtude da adoção do regime departamental a ser estruturado em seus Regimentos, terão a sua lotação estabelecida pelo Conselho Universitário.

Art. 20. A Reitoria, ouvido o Conselho Universitário, organizará, dentro de 90 (noventa) dias da publicação da presente lei o Quadro Extraordinário de Pessoal da Universidade do Pará a ser aprovado pelo Presidente da República.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 1961. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 3.640-A, DE 1966

Denomina a data de 7 de setembro como "Dia da Independência"

Parecer do Relator

I – Relatório

A Comissão de Constituição e Justiça, considerando este projeto constitucional, abre-lhe caminho à aprovação da Câmara. Transitando agora pela Comissão de Educação, entendemos necessário que esta ajuize do seu mérito e da sua oportunidade.

A iniciativa oriunda do Senado merece todos os louvores pelas normas que traça para a comemoração da grande data nacional. É que atravessamos um momento de certo resfriamento cívico, de desinteresse por nossas tradições, moléstia que atinge particularmente a juventude à qual se tem procurado dar instrução nos diversos graus do ensino sem lhe dar, através da educação, o alimento espiritual capaz de saciar-lhe a sede do idealismo, evitando-lhe os desvios cujo resultado é, se não a degradação, pelo menos a deturpação das personalidades daqueles que, segundo a lei natural, constituem a geração que nos deverá substituir nos encargos e responsabilidades da vida pública. A queda de nível da consciência e dos sentimentos populares é cada vez mais alarmante em nosso País; temos progredido nos setores científico e técnico, mas o desenvolvimento e fixação em linhas seguras do espírito do grupo nacional brasileiro, ou entorpece na indiferença geral, ou se decompõe em formas de perturbadora demagogia. Ora, não é possível a realização de nenhuma obra de vulto, por parte dos governos, visionando largos horizontes do futuro, sem o interesse e a participação de um povo esclarecido sobre sua origem, sobre seus deveres para com a Pátria e sobre o destino histórico da nacionalidade. Ou seja, pelas crescentes dificuldades da luta pela vida, originárias do aumento da população, da desvalorização monetária e da terrível concorrência na disputa de cargos e empregos, as atenções desviam-se de qualquer forma de idealismo, para se voltarem exclusivamente para os interesses individuais. A sensibilidade das multidões, em relação aos símbolos da Pátria, vai-se embotando de sorte que já não se manifestam aquelas vibrações cívicas despertadas pelo Hino, pela Bandeira da Nação por tudo o que representa o Brasil. Decorre de tal decadência a perda dos deveres da responsabilidade funcional, ou profissional,

a inversão dos valores, a quebra materialista, mas pior ainda: um oportunismo feroz em suas atividades egoísticas. Em conseqüência, o domínio das mediocridades, das medianias e submedianias do aventureirismo vitorioso, criando tipos humanos que contrastam com as grandes personagens do Império e dos primeiros tempos da República. Falta-nos uma forte mística, irradiadora e galvanizadora das energias que ainda existem na alma brasileira. Sem cairmos naquele superficial patriotismo inconsciente das realidades nacionais, temos de incentivar o amor da Pátria, fazendo dele o elemento predominante de nosso comportamento pessoal e coletivo. Para isso temos de nos utilizar das exterioridades do culto cívico, essa liturgia política indispensável, pelas suas formas sensíveis, à transmissão das imagens e sentimentos formadores da personalidade nacional.

Todas as datas nacionais brasileiras deveriam, em comemorações nas escolas e na praça pública, ou em atos solenes em teatros e auditórios, dar ocasião ao nosso povo para evocar seu passado, reverenciar nossos feitos e nossos vultos históricos, meditar sobre as responsabilidades da atual geração e do destino das próximas. Mas indubitavelmente: o dia 7 de Setembro é a data máxima porque significa o coroamento de uma obra de quatro séculos e nossa expressiva manifestação como personalidade nacional distinta entre os demais povos do mundo. Se fomos apenas um país, até o Século XVII, revelamo-nos uma pátria nos episódios da Guerra Holandesa, quándo as três raças se uniram exprimindo a nossa unidade de povo. A Pátria, no entanto, ainda não era Nação porque esta consiste na consciência de diferenciações entre os demais povos. Isto ocorreu nos meados do Século XVIII. Documenta-se no Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1850, redigido pelo brasileiro Alexandre de Gusmão. Além da demarcação ideal de nossas fronteiras, pela aplicação do *uti possidetis* em direito internacional, estabelece que, no caso de guerra entre Portugal e Espanha, as colônias portuguesa e espanholas na América ficavam desobrigadas de entrar em conflito entre si. Era o reconhecimento, por parte dos monarcas colonizadores, de que já nos apresentávamos diferentes das respectivas metrópoles. E tanto assim que, a partir do início da segunda metade do Século XVIII, começam a surgir os movimentos de independência dos quais se tornou símbolo mais expressivo a Inconfidência Mineira.

A independência do Brasil, na realidade, ocorre a 16 de dezembro de 1815, quando D. João VI eleva nossa Pátria à categoria de Reino ombro a ombro com Portugal. Mas, depois da chamada "revolução do Porto", em 1820, convocadas as Cortes para a elaboração de uma constituição, pretenderam elas revogar o ato de D. João VI, fazendo-nos regredir à condição de colônia. É o período magnífico em que todo o Brasil se agita, crescendo ainda mais o movimento com a retirada do Rei para Lisboa. A crise política vai ter seu desfecho em São Paulo, à margem do regato Ipiranga, cuja denominação na

língua tupi parece predestinada, por significar "água vermelha", ou de sangue. É ali que o Príncipe Regente D. Pedro ergue o grito de "Independência ou Morte".

Não iremos, num breve parecer, desenrolar a narrativa dos acontecimentos que precederam e sucederam ao gesto do Príncipe. Diremos apenas que o 7 de Setembro completou o nosso ciclo histórico de formação nacional, desde a clarividente iniciativa de D. João III ao avanço e conquista do Oeste pelos bandeirantes; desde as batalhas de Tabocas e Guararapes ao Tratado de Madri de 1850; desde a Inconfidência Mineira até a definitiva proclamação da nossa soberania.

O nome proposto de "Dia da Independência" é adequado. As comemorações, cujas normas são traçadas, são dignas de aplausos, pois nem se esqueceu o autor, como reativamento do amor às nossas tradições, dos espetáculos folclóricos.

Ao passar o projeto pela Comissão de Educação e Cultura, o parecer do Relator deveria constituir um registro expressivo dos aplausos que merece tão oportuna iniciativa. É o que fazemos.

II – Parecer

Isto posto, que se aprove o projeto.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 1966 – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 860, DE 1967

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (*Ary Alcântara*) – Para dar parecer pela Comissão de Educação e Cultura tem a palavra o nobre Deputado Plínio Salgado.

O SR. PLÍNIO SALGADO (*Sem revisão do orador*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, já ao entardecer, recebi da Comissão de que faço parte as 26 emendas do Senado, a que se referiu o nobre Deputado Murilo Badaró, há pouco, da tribuna.

Examinando-as detidamente, verifiquei que, realmente, como disse o Deputado Murilo Badaró, elas não forem, não atingem a substância do projeto, mas dizem respeito exclusivamente a uma questão de redação.

Lamento que a pressa com que se tem elaborado as leis nesta Câmara e neste Congresso tenha permitido os cochilos de redação, a maneira de expor que figura nos textos das nossas leis.

Realmente, o Senado trabalhou bem. Trabalhou bem, tornando mais claros os textos do projeto aqui aprovado.

Entendo que poderíamos aprovar, sem relutância, as Emendas números 1 – 2 – 3 – 4 – 6 – 9 – 11 – 12 – 13 – 19 – 20 – 21 – 23 – 24 e 26. Entretanto, no tocante às Emendas números 5 – 7 – 8 – 10 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 22 e 25, parece que não haveria motivo para modificar o texto que foi aprovado pela Câmara.

Esse o meu parecer que é o parecer da Comissão de Educação e Cultura.

Aproveitando a oportunidade, chamo a atenção de nossos pares para que, de hoje em diante, devemos aprovar os projetos com redação em bom português e com clareza, porque o fundamento principal das leis é a clareza dos seus textos.

Este é o parecer que apresento à Câmara dos Deputados. (*Muito bem.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 18-A, DE 1967

Aprova a Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino.

Parecer do Relator

I – Relatório

Em 14 de dezembro de 1960, a Conferência Geral da UNESCO adotou uma Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino.

Em 7 de julho de 1966, o Ministério das Relações Exteriores enviou ao Presidente da República uma exposição de motivos acompanhada de texto daquela Convenção, informando que 33 Estados já haviam depositado os instrumentos de ratificação junto ao Secretariado Geral das Nações Unidas.

Em 2 de agosto de 1966, o texto da Convenção e a Exposição de Motivos foram enviados ao Congresso pelo Poder Executivo.

Em 7 de junho de 1967, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o parecer do Relator favorável à referida Convenção.

Finalmente, a 9 do corrente mês, a Mensagem Presidencial n.º 459, de 1966, com a documentação acima enumerada deu entrada na Comissão de Educação e Cultura.

Esse longo percurso de quase sete anos da data da adoção em Paris dos princípios e normas a que se obrigam os Estados-membros da Organização das Nações Unidas e a lentidão em que andou, de mais de um ano, o trajeto da importante matéria, até chegar à Comissão de Educação e Cultura, oferece-nos a impressão de que a iniciativa da UNESCO e as medidas propostas como obrigatórias a quantos Estados hajam ratificado a Convenção, em nada sensibilizaram os responsáveis pelos Poderes Executivo e Legislativo do nosso País.

E havia razão para tal. As considerações preliminares e os 19 artigos que constituem: as primeiras uma declaração de princípios baseados nos Direitos do Homem consagrados pela ONU; os segundos uma série de medidas visando à efetivação prática do pensamento universal relativo à igualdade e à liberdade dos seres humanos em todos os países, não trouxeram nenhuma inovação para o povo brasileiro. De há muito praticamos aquilo que a Convenção adotada pela ONU pretende sejam normas obrigatórias para todas as nações aderentes aos seus dispositivos.

Talvez nos Estados Unidos da América do Norte – onde os preconceitos raciais criaram um dos mais graves problemas humanos – ou na Rússia Soviética – onde a vida intelectual é submetida ao crivo das exigências ideológicas –, o documento, de agora em diante histórico e assinalador de uma das enfermidades da civilização atual, haja causado impressão e até determinadas perturbações de ordem política, pela necessidade de revisão das leis, havendo, na primeira das nações aqui citadas, a dificuldade maior da adaptação das variadas prescrições legislativas dos Estados Federados aos critérios adotados pela União.

Por coincidência, o relator que subscreve este parecer esteve presente, como observador do Poder Executivo brasileiro, à Conferência Geral da UNESCO, em Paris, quando se discutiu e finalmente se adotou a Convenção, objeto de nossa apreciação, e, posteriormente, assistiu em Washington aos acalorados debates parlamentares quando, em conseqüência do compromisso assumido perante a ONU pela nação americana, urgia introduzir na legislação do país dispositivos até então inexistentes que garantissem aos negros, de modo explícito e indiscutível, os mesmos direitos dos brancos. Vi, nas duas ocasiões, que as dificuldades eram duas: preconceitos raciais e intransigências ideológicas.

Ora, esses dois óbices nunca existiram no Brasil. Excetuando certas medidas disciplinadoras tendentes a evitar que idéias subversivas pretendam solapar as estruturas democráticas em que repousam justamente as garantias de plena liberdade e exercício dos direitos humanos de que gozam os brasileiros e os estrangeiros que aqui habitam, nada temos em nossa legislação que represente quaisquer restrições ou discriminações impeditivas da livre e integral realização da personalidade humana, conforme prescreve a Convenção na alínea *a* do seu artigo V.

Assim, não se entende conosco a alínea *a* do artigo III, que obriga os Estados-partes a "ab-rogar quaisquer disposições legislativas e administrativas fazendo cessar quaisquer práticas que envolvam discriminações"; do mesmo modo, nada teremos a fazer com relação à alínea *b* do mesmo artigo, que exige dos Estados "tomar medidas necessárias, inclusive legislativas, para que não haja discriminação na admissão de alunos nos estabelecimentos de ensino".

Tudo o mais que se contém nos 19 artigos da Convenção já consta da nossa atual Carta Constitucional, como já constava nas sucessivas Constituições Brasileiras, desde 1891 até o presente. As Constituições dos Estados-membros da Federação não contrariam os princípios gerais de direito nem as normas essenciais garantidoras da unidade nacional, ainda que, sob certos aspectos, haja uma necessária descentralização respeitadora da autonomia das unidades federadas e tendentes a objetivar maior eficiência no que concerne ao ensino.

Ainda que, no artigo IX, o texto da ONU declare que "não serão

admitidas reservas à presente Convenção", entendemos dever assinalar, com manifestação contrária, o disposto no artigo XI, que diz: "a presente Convenção é redigida em espanhol, francês, inglês e russo, os quatro textos fazendo igualmente fé".

Perguntamos: e por que não também em português? Segundo os cálculos estatísticos, a população que fala a língua portuguesa, incluindo o Brasil, Portugal, com suas Províncias Ultramarinas, suas possessões na Ásia e na Oceania (Macau, Goa – atualmente ocupada pela invasão da Índia, com descaso pelos direitos das nações – e Timor), além da grande colônia portuguesa nos Estados Unidos, que editam jornais em nossa língua, e ainda núcleos lusitanos em cidades da Índia e regiões limítrofes, essa população orça em cerca de 120 milhões. E cumpre ainda notar a influência do nosso idioma, como por exemplo, no Japão, onde se integraram na língua do país mais de 400 vocábulos portugueses, ou em Ceilão, onde o idioma popular é quase idêntico ao nosso.

Mas, mesmo que se não leve em consideração o número dos que falam nossa língua, deve ser levado em alto apreço o que representa o Brasil nos dias de hoje. Somos uma população que se abeira dos 90 milhões, numa superfície de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. Submetidos de uns tempos para cá ao complexo mórbido do subdesenvolvimento, esquecemo-nos de que este só existe em algumas regiões do País, o que também se dá em países de grande índice de desenvolvimento. O Estado de São Paulo é o maior parque industrial da América do Sul. Cortado de ferrovias e rodovias, com uma Capital de 5 milhões de habitantes, apresenta cidades de impressionante expressão urbana e potencial econômico notável, universidades, escolas superiores, ampla rede de estabelecimentos de ensino médio e primário, e um padrão de vida de seu povo que ombreia com as nações mais prósperas. Mais para o Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são orgulho do Brasil pelo ritmo de seu desenvolvimento e prosperidade. Minas Gerais é a potente e inexaurível reserva de minérios, com uma indústria siderúrgica de maior relevância no mundo e a Bahia é o petróleo, além de suas riquezas minerais e produção agrícola. Resta-nos o Nordeste, castigado, como alguns Estados norte-americanos, pelas secas, mas que já vai tomando o caminho de um progresso evidente, se estabelecemos comparação com períodos anteriores da nossa História, e a Amazônia, esse imenso mundo para o qual estamos marchando, com segurança, e cujo potencial econômico se revelará num próximo futuro.

Sob o aspecto intelectual, o Brasil tem produzido grandes homens, conhecidos pelas Nações Unidas, como Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, numerosos estadistas da maior envergadura e escritores de valor internacional. Nossas leis refletem o alto nível de nosso povo, seu grau de civilização, dentro da qual não se comportam nem as desordens inerentes a povos incultos ou bárbaros, nem a selvageria dos conflitos raciais.

Já é tempo de exigirmos da ONU a adoção do nosso idioma entre os oficializados por aquela entidade. Até quando nos submeteremos passivamente ao capricho das grandes potências, sendo o Brasil uma nação que dentro em pouco será uma delas?

Embora a matéria que incidentemente aqui versamos não se relacione diretamente com a contida na Convenção, nosso espírito patriótico não pode deixar passar despercebido o artigo XI a que nos referimos. Trata-se aqui de um parecer que sai da Comissão de Educação, e a esta cabe, em todas as oportunidades, lutar pela expansão cultural da Pátria, e o veículo da nossa cultura é o idioma que falamos.

Volvendo, novamente, ao mérito do texto da Convenção que o Brasil vai ratificar, acrescentaremos que, além da nossa Constituição e de outras leis, temos algo de mais importante, a respeito do problema da discriminação no campo do ensino, a apresentar às Nações Unidas: é a Lei de Diretrizes e Bases, que orienta e dirige a educação em nosso país. Tudo o que deseja a ONU ali está, e mais alguma coisa.

É um documento de altíssimo valor. Enviemo-lo às nações mais atrasadas do que nós, que ainda se debatem nas angústias dos preconceitos raciais conflitantes e da superstição ideológica inibitória de uma clara visão e interpretação real dos direitos humanos. Acreditamos que poderão aprender algo com o Brasil.

II – Parecer

Feitas estas considerações, não vemos como dissentir do propósito da ratificação da Convenção. Que seja ela aprovada.

Sala da Comissão, 28 de junho de 1967. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 792-A, DE 1967

Erige a cidade de Cananéia, SP, em monumento histórico e artístico nacional.

PARECER DO RELATOR

I – Relatório

A verdadeira colonização do Brasil, com fixação de núcleos europeus mesclados aos elementos indígenas; o conhecimento do interior do País e dos tipos raciais que nele viviam; o início da agricultura na nova terra, pode-se afirmar que principiam com Martim Afonso de Souza.

Evidencia-se a intenção de radicar povoadores ao solo brasileiro no fato de ter esta expedição de 1530 trazido sementes para as primeiras plantações sobretudo introduzindo no País o cultivo da cana-de-açúcar.

A frota de Martim Afonso de Souza compunha-se de cinco naus, trazendo quatrocentas pessoas. Vinha ele com grandes poderes: tomar posse da terra pertencente a Portugal, fundar colônias e governá-las, conceder terras, criar ofícios de justiça, decidir, como última instância, tanto no cível como no crime, podendo decretar penas de morte, exceto quanto a fidalgos, cujos processos iriam a Lisboa. Em companhia do comandante, vinha seu irmão, Pero Lopes de Souza, que escreveu um diário, onde se encontra a narrativa de quanto fez a expedição.

Tendo saído de Lisboa em 20 de novembro de 1530, a frota chegou a Pernambuco em 31 de janeiro de 1531.

Não iremos reproduzir a narrativa de Pero Lopes relativamente aos episódios que assinalaram a rota de Pernambuco à Bahia e dali ao Rio de Janeiro, o que não cabe nestas considerações cujos objetivos são mais restritos. Diremos apenas que, depois de aprisionar três navios franceses na costa pernambucana, Martim Afonso mandou Diogo Leite navegar para o norte, até o Maranhão, com duas caravelas, seguindo ele próprio para o Sul, sendo ajudado na Bahia por Diogo Alvares, o Caramuru, lá fixado, e registrando o diário de Pero a formosura das mulheres indígenas. A 30 de abril de 1531, a esquadra ancora no Rio de Janeiro. O desembarque efetua-se no local denominado Praia Vermelha. Ali ficaram Martim Afonso e seus homens durante três meses, construindo-se uma casa forte no Rio Comprido, duas embarcações com madeira da terra e abastecendo-se os navios para prosseguimento da viagem.

Não se descuidou o capitão de mandar ver o que havia no misterioso sertão brasileiro; enviou quatro homens por terra a dentro, os quais caminharam mais de cem léguas, voltando ao cabo de dois meses em companhia de um índio, regressando este com presentes que lhe foram dados. Dos selvagens da região diz Pero Lopes:

> "a gente daquele rio é como a da Baía de Todos os Santos, senão quando é mais gentil gente".

No dia 1.º de agosto, a armada levanta âncoras e parte na direção de Cananéia, aonde chega a 12 do mesmo mês. Acolhe-se por detrás da ilha do Bom Abrigo. Efetuado o desembarque, foram feitos reconhecimentos nas ilhas que chamamos Comprida, ou do Mar Pequeno, Cardoso, ou Itacoatiara e da Cananéia, nome que proveio de ter sido descoberta no dia em que o Evangelho da Missa narra o episódio da mulher cananéia solicitando um milagre de Cristo. Apresenta-se aos expedicionários um bacharel português, certamente um degredado ou um náufrago, de alguma expedição havida muitos anos antes. Também ali estava um certo Francisco Chaves, que narrou tais maravilhas das terras que conhecia, ao ponto de impressionar Martin Afonso. O capitão não teve dúvidas: organizou uma expedição de 30 homens sob o comando de Pero Lopes e mandou-os fossem em busca daquele verdadeiro El Dourado, indo Chaves como guia. Nunca mais houve notícias dos expedicionários; naturalmente os carijós, na zona entre Paraná e Mato Grosso, deles fizeram grande banquete.

Prosseguindo para o Sul a armada enfrenta uma tempestade na foz do Chuí. Após grandes angústias, salva-se Martim Afonso e a maior parte dos marujos. Mas não continua a viagem. Manda Pero Lopes ao Rio da Prata e regressa para de onde viera. Dir-se-ia que a Providência Divina assentara no Chuí o limite meridional do Brasil.

Pero Lopes, cumprida a missão, volve a se encontrar com Martim Afonso. Ei-los, novamente, em Cananéia. É dali que partem rumo a São Vicente, onde desembarcam a 22 de janeiro de 1532, data do santo daquele nome, de onde vem a denominação da vila então fundada. Do litoral paulista, sobe Martim Afonso a serra do Mar, atinge o planalto de Piratininga, encontra o patriarca João Ramalho por intermédio deste, trava relações de amizade com os caciques Tibiriçá e Caiubi e congraça os portugueses com os guaianases, oficializa a fundação da vila de Santo André e volve a São Vicente. Em novembro de 1532, recebe carta de D. João III, comunicando a criação das Donatárias, sendo aquinhoado com cem léguas de costa, em duas porções, abragendo a segunda – da Barra da Bertioga à de Paranaguá – a região de Cananéia.

Esta rememoração histórica teve por fim pôr em relevo a importância de Cananéia no quadro dos primeiros tempos da colonização. Foi centro de

onde partiram as armadas para o Rio da Prata e para o Norte, até o Porto das Naus, em cujas vizinhanças se fundou São Vicente. A colonização fez-se ao longo do litoral, desde a vila vicentina até Cananéia, desta última vila se prolongando a Paranaguá e Laguna.

Centro da maior significação, Cananéia desempenhou, no curso do Século XVI, relevante papel histórico. Até hoje, lá estão, como testemunhas mudas de acontecimentos como a chamada guerra de Iguape e as sortidas do corsário inglês Cavendish, velhos canhões, outrora trovejantes e agora, depois de quatro séculos, abandonados à intempérie.

A vila seiscentista quase nada progrediu. Inicialmente era um pequeno aglomerado, que engrossou com a mudança dos habitantes da ilha Comprida, agregados no povoado de Marataíma. Transferiram-se estes para a ilha de Cananéia, onde encontravam água potável.

O autor do projeto sobre o qual nos pronunciamos oferece, em largas pinceladas e com grandes saltos no curso do tempo, o histórico de Cananéia. Somente em 1600 foi criada a vila (Município) de São João Batista de Cananéia. Somente 295 anos depois teve o título de cidade e, em 1905, a designação abreviada de Cananéia.

Durante as últimas décadas do século passado e primeira deste, havia uma companhia de navios fluviais, que desciam desde Santo Antônio do Juquiá até Registro, entrando pelo rio Ribeira (o único de São Paulo que corre em direção do Atlântico) e atingindo Iguape; desta cidade prosseguiam pelo Mar Pequeno, apertado entre a ilha Comprida e o continente, chegando a Cananéia. Tais navios subiam o Ribeira, rumo de Itaporanga e Xiririca. Eram viagens belíssimas, de puro sabor turístico e não havendo despesas de combustível na descida do rio, barateava-se o transporte de mercadorias. Os barcos fluviais traziam nomes de paulistas ilustres, como Vicente de Carvalho, poeta cantor do litoral da região, Cândido Rodrigues, Secretário de Estado e depois Ministro, que se interessou pela zona. Por via atlântica, vinha periodicamente a Cananéia o vapor *Piraí*, da Cia. Pereira Carneiro. Tais meios de comunicação foram suprimidos pelo advento da rodovia, o que julgamos grave erro, considerando que todos os países adiantados do mundo não desprezam suas vias fluviais, haja vista a navegação no Sena, no Reno e no Mississipe.

Além do interesse despertado pelas riquezas minerais da região de Cananéia, além da opulência das matas que se estendem na parte do continente, na serra do Taquari, além da baia de Trepende, além da riqueza do mar, com variedade e quantidade de peixes e camarões, encontram-se, desde a raiz da serra de Paranapiacaba até à orla do oceano, motivos científicos de pesquisas antropológicas, etnográficas e relativas à formação geológica de larga faixa constituída de terrenos quaternários. São os "sambaquis", pequenas pirâmides

de conchas, marcando as deslocações do homem primitivo, à proporção que os enxurros iam aterrando os alagadiços milenários como ainda hoje se observa no entulho da entrada de Icapara, que a inutilizou para a entrada de navios em Iguape.

Toda essa parte do Estado de São Paulo, excetuando-se as plantações de arroz e de chá-da-índia, agora incrementadas de Registro a Iguape, pequenas minerações de chumbo e prata e uma policultura incipiente no âmbito de Cananéia, tem sido abandonada, representando triste espetáculo de pobreza inserido no quadro geral da riqueza paulista.

O Deputado Cunha Bueno, sempre com os olhos voltados para as tradições paulistas e brasileiras, apresentou este projeto, erigindo em monumento histórico e artístico nacional a cidade de Cananéia. A idéia é feliz, pois Cananéia, como suas irmãs Itanhaém, São Vicente, Santo André da Borda do Campo, foram os primeiros núcleos de colonização no Brasil. Ainda que houvesse na costa brasileira feitorias e fortificações anteriores a Martim Afonso de Souza, a deliberação de colonizar partiu daquele capitão português. As demais povoações e cidades surgiram com as Donatárias e tomaram incremento no governo geral de Tomé de Souza (fundação de Salvador, 1549) e seus sucessores (São Paulo, Rio de Janeiro e outras).

Erigida em monumento histórico e artístico, sob os auspícios do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a cidade de Cananéia poderá despertar a curiosidade e o interesse dos brasileiros e de estrangeiros e, indiretamente, concorrer para o progresso de uma região até hoje abandonada.

II – Parecer

Merece, pois, o Deputado Cunha Bueno, por sua iniciativa, todo o apoio e encômios, pelo que emitimos sobre seu projeto nosso parecer plenamente favorável.

Brasília, 19 de junho de 1968.– *Plínio Salgado,* Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura em sua 10.ª reunião ordinária, realizada em 19 de junho de 1968, presentes os Srs. Braga Ramos, Presidente; Cardoso de Menezes e Padre Nobre , Vice-Presidentes; Monsenhor Vieira, Plínio Salgado, João Borges, Lauro Cruz, Daso Coimbra, Altair Lima, Wanderley Dantas, Feliciano Figueiredo, Dayl de Almeida, Britto Velho e Bezerra de Mello, apreciando o Projeto n.º 792-67, do Sr. Cunha Bueno, "que erige em monumento histórico e artístico nacional na cidade Cananéia, no Estado de

São Paulo", opinou, unanimemente, pela sua aprovação, nos termos do parecer do Relator Sr. Plínio Salgado.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 1968. – *Braga Ramos*, Presidente. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 766-A, DE 1967

Propõe a extinção da Loteria Federal

I – Parecer

A Comissão de Constituição e Justiça opinou unanimemente pela rejeição do presente projeto, por injuridicidade. O que nos cumpre (por nos competir zelar pela educação no País) é apreciar os aspectos morais do problema.

O jogo tem raízes históricas seculares, e poderemos dizer milenares, se nos ativermos ao estudo da vida social, não só dos romanos, que são mais recentes, apresentando-nos dados de apenas dois a três mil anos mas de povos mais antigos, como os egípcios e assírio-babilônicos.

A psicologia do jogo prende-se ao que poderemos chamar "o instinto do mistério", a inquietação pelo imponderável, pelas incertezas que escapam à inteligência humana, a qual busca, tanto nas revelações dos oráculos em relação ao futuro, como no capricho dos dados e, mais tarde, das cartas do baralho, ou da roleta, decisões angustiosamente desejadas. Essa expectativa determina fenômenos nervosos, obsessões irreprimíveis, que se sistematizam em vício dominador.

Para não nos aprofundarmos demasiadamente nas origens históricas do jogo, tomaremos, como ponto de partida, o que se passava em Roma. Na República, as leis chamadas suntuárias, que tinham por fim conservar a pureza dos costumes, deveriam tê-lo proibido ou limitado. Durante o Império, houve também proibição mas não deram tais medidas resultado. Grandes jogadores foram César, Otávio Augusto, o Imperador Cláudio. A tais jogatinas refere-se o poeta Juvenal. Os jogos mais vulgares eram o *ludus latrunculorum*, o *duodecim scriptorum*, o *solitário* e a *mórra*, este ainda hoje praticado na Itália.

Na Idade Média, o jogo foi constantemente um costume na Europa. Os de cartas apareceram no Século XIV, trazidos pelas Cruzadas do Próximo Oriente, tendo o baralho dado origem às impressões de santos com legendas tornando-se precursor da imprensa, em gravuras de vários tipos, o que inspirou Lourença Coster a compor páginas de livros, precedendo Guttenberg, o inventor dos caracteres móveis.

Grande foi o sucesso do baralho; ele trouxe os jogos denominados *piquet* e *reversi*, em França; o *lasquenet*, oriundo da Alemanha; bem mais tarde, já no Século XVIII, o *wist* e o *boston*, na Inglaterra. A partir do Século XVII, começaram a aparecer os jogos que dependiam da extração de certo número; eram os antepassados da loteria.

A luta contra o jogo começou no ano 813 (Século IX), quando o Concílio de Mogúncia excomungou todo aquele que se entregasse a jogos de azar. Vieram depois sucessivamente determinadas por São Luís, rei de França, Carlos IV, Carlos V, Luís XIV, Luís XV e Luís XVI; no entanto, na Corte deste, jogava-se desbragadamente. Tinham aparecido, desde Luís XV, as casas de tavolagem, inicialmente como salões da sociedade, o que as identifica com os atuais "cassinos".

Durante a Revolução Francesa o jogo foi desenfreado. Era natural em dias de incerteza, em que as vidas eram arriscadas, em que a guilhotina ou o desfavor político a todos ameaçavam. Muitos recorriam a astrólogos, cartomantes e adivinhadores; lançavam-se outros à frenética aventura dos jogos de azar, por uma analogia com o espírito geral em sobressalto. Os salões do "Palais Royal" tornaram-se famosos. Sobrevindo o Diretório, este reduziu a nove o número de casas de jogo em Paris, obrigando cada uma delas a entrar com uma renda para o Governo. No Consulado, criou-se o monopólio do jogo, devendo o monopolista entregar ao Estado 5 milhões e meio de francos. Era o precursor da loteria moderna.

Em Portugal e no Brasil, o jogo foi uma constante na vida social. Desde os tempos das Capitanias Hereditárias, encontramos informações sobre a jogatina generalizada. Depois, alguns Governadores Gerais decretaram absoluta proibição, mas não lograram êxito porquanto os próprios fidalgos e altos funcionários eram os que mais jogavam.

A loteria no Brasil vem do tempo de D. João VI. Folheando ao acaso a coleção que possuo da *Gazeta do Rio de Janeiro* (o jornal mais antigo impresso em nosso País), encontrei, no número de 3 março de 1821, o anúncio relativo ao "Plano da Sétima Loteria do Real Teatro S. João", cujo prêmio maior era de vinte contos de réis, seguindo-se outros de menores quantias. O anúncio avisa quanto ao preço dos bilhetes (19 mil réis), sendo 12% em benefício do Teatro, o que evidencia o interesse de D. João VI, apaixonado protetor das artes, em ajudar a manutenção da casa de espetáculos por ele fundada e onde se cantaram as primeiras óperas no Brasil. Diz o anúncio: "A roda andará impreterivelmente no mês de junho. Os bilhetes acham-se à venda no Banco (referia-se ao Banco do Brasil, único existente e fundado a 12 de outubro de 1808) e na loja de livros de Francisco Luís Saturnino da Veiga, na Rua da Alfândega n.º 17".

No Império, a loteria foi autorizada e regulamentada pelo decreto de 26-12-1822, logo após a Independência do Brasil. Foi alterada pelas disposições dos decretos de 17-1-23, 26-8-24, 4-7-25, 31-5, 28-6, 6-7, 25-10 de 1826. As leis de 6-6-31 e de 29-10-35 modificaram dispositivos dos decretos anteriores. Novas leis vieram corrigir o funcionamento das loterias, em 1838, 40, 41, 43, 44, 48, 50, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 73, 79, 80, 84 e 87.

Tudo isto indica a permanência histórica da loteria no Brasil-Império, o

que representava uma tradição nacional vinda do Reino-Unido. Assim o compreendeu a República, porquanto, um mês depois de proclamada, expediu o decreto de 16 de dezembro de 1889, regulando a execução da lei imperial de 1887 sobre loterias e sua fiscalização. A República ampliou o funcionamento das loterias, em 1890, permitindo a livre circulação em todo o País dos bilhetes das loterias dos Estados e expedindo novo regulamento quanto à loteria federal. Ainda no mesmo ano edita 4 decretos concernentes a esse gênero de sorteios.

O número de decretos e leis pelos quais a República se preocupa com o funcionamento das loterias é de 16, até o ano de 1900. No presente século, eleva-se a 53, a partir de 1902 a 1950. Posteriormente, vieram as leis de 1951, 55, 57, 58, 61, 62, 64 e finalmente de 12-8-69.

Esta exaustiva enumeração de decretos e leis do Reino-Unido, do Império e da República, visa a evidenciar a tradicionalidade das loterias em nosso país. Do seu funcionamento resultou o chamado "jogo do bicho". Teve início quando o Barão Drumond, para atrair visitantes ao Jardim Zoológico instituiu o sorteio, baseado nos animais ali expostos e outros domésticos cujas figuras eram impressas nos bilhetes de ingresso. Ao fechar-se a porta do Zoológico, retirava-se de uma caixa o nome do bicho do dia e os portadores de bilhetes que o traziam recebiam um prêmio em dinheiro. Ocorreu, então, aos cambistas da loteria o famoso jogo, de índole nacional e hoje integrado em nosso folclore. Dividiram as dezenas finais em número de 25, sendo quatro para cada bicho. O êxito foi espetacular e o jogo popularizou-se em todo o País. Posteriormente se instituíram prêmios para as dezenas, centenas e milhares, e, então, o interesse foi maior. Debalde as autoridades têm tentado coibir a prática desse jogo; ele entrou de tal maneira na infra-estrutura psicológica do povo, manifestando-se em palpites e sonhos, cuja interpretação determina a decisão do jogador, que parece impossível extirpá-lo da vida brasileira. É a esperança dos deserdados da sorte, dos desesperados pela alta do custo de vida, dos que não têm para onde apelar senão para os desígnios da fortuna e do destino.

Aqui chegamos a um ponto da maior importância. Perguntamos: é o jogo uma imoralidade? Respondemos: o jogo é uma realidade humana. Ainda perguntamos: é nocivo? Não duvidaremos em afirmar que sim. Ele é nocivo porque afasta o jogador das preocupações da vida real para levá-lo à esfera de esperanças falazes, de ilusões e de confiança em possibilidades que nem sempre correspondem a suas ansiosas expectativas.

Outra pergunta: de que modo deve ser o jogo considerado cientificamente à luz das investigações históricas, como fenômeno social, e à luz das pesquisas psicológicas, como fenômeno individual? Responderemos: o jogo corresponde a um estado de ansiedade, de abdicação do poder pessoal de resolver problemas financeiros aflitivos pelo que o paciente outorga a solução ao imprevisível, ao acaso, à sorte, à fortuna, como outrora se confiavam nos

deuses que falavam pelos oráculos. A prática, iniciada fortuitamente, evolui para o hábito e o hábito se sistematiza em vício, ou obsessão permanente. Tornando-se obsessão, o viciado não mais se libertará da teia que o envolve, da atração que o subjuga.

O jogo torna-se o mal imperativo das seguintes classes: na mais alta, como suprimento a ociosidades danosas, a disponibilidades de tempo nunca empregado em atividades úteis ao seu progresso intelectual ou ao bem do próximo; na classe média, por espírito de imitação à granfinagem ou por aflições oriundas de instabilidades e dificuldades financeiras que a impedem de manter padrões de vida superiores a suas possibilidades; na classe inferior, de pobres assalariados, o desejo de encontrar oportunidades que melhorem as condições de sua existência.

Estes quadros psicológicos evidenciam as seguintes fases no processo evolutivo da patologia do jogo: a primeira, curiosidade ou distração; a segunda, interesse e esperança; a terceira, condicionamento pelo hábito; a quarta, o vício irreprimível; a quinta, a paixão irrevogável. O jogador parte da impressão, vai à sensação, transita pela emoção, atinge a paixão. Sucessivamente, vai anulando suas faculdades volitivas, torna-se o doente da vontade, a que se refere Ribot. Não mais se governa, não mais resiste, não mais raciocina. Uma das grandes vítimas dessa enfermidade psíquica foi o escritor Dostoiewski, em cujo livro intitulado *O Jogador* deixa patente o seu próprio caso. Em nosso País, a cega paixão do jogo é descrita pelo observador arguto da vida noturna carioca, João do Rio, num dos contos do seu livro *Dentro da Noite*.

Voltando ao problema das loterias diremos que é o menos prejudicial dos jogos e representa até um derivativo para os que se sentem tentados pelas atrações do azar. Não há exemplos de pessoas que se tenham arruinado, levadas ao desespero e até ao suicídio, pelo fato de comprar bilhetes de loteria. O que desmoraliza e corrompe a sociedade são os jogos de cartas, o pôquer de cacifes altos, o chamado *chemin de fer*, traduzido noBrasil como "estrada de ferro", o "sete-e-meio" o "vinte-e-um", a "escopa", largamente disseminados em todas as classes, sendo o mais inocente o tradicionalmente "truque", que entrou em nosso folclore, praticado nos sertões brasileiros, sobre os balcões de venda das estradas. Também, por serem jogos que não dão possibilidades de apostas elevadas em dinheiro, são integrados sem nocividade na vida popular brasileira, o "marimbo", ou "carimbo", o "solo", o "burro", o "buraco", a "bisca", a "víspora", este independente de baralho, assim como o "gamão", as "damas", geralmente praticados nos lazeres das farmácias e nos clubes, onde também se joga o inofensivo "xadrez". O pior de todos é a "roleta", largamente usado em Monte Carlo e cidades da "Côte d'Azur", cujos lucros constituem a fonte de receita do principado de Mônaco; é também clandestinamente praticado no Brasil.

Como conseqüência dos jogos perniciosos, onde não entra o raciocínio, mas exclusivamente os caprichos do acaso, sobrevêm o cortejo das desgraças: os cheques sem fundo, os desfalques em estabelecimentos bancários e comerciais, os títulos protestados, as apropriações indébitas, as chantagens e escroquerias, o hábito da vadiagem, os dias trocados pelas noites, muitas vezes a fuga das aflições por meio do alcoolismo e dos entorpecentes.

A hipocrisia e o falso puritanismo dominantes no Brasil estão determinando o mais grave dos males. Proibidos os cassinos, o jogo penetra as casas particulares, contaminando as famílias, assistido por menores. É o mesmo problema da prostituição que, reprimida e portanto não policiada, continua a ser exercida em apartamentos residenciais, em vizinhança com os de família, contagiando, pelo exemplo, as mocinhas já envenenadas por outra forma de prostituição exercida pelas revistas e livros, cujos textos e clichês estimulam as exacerbações sexuais, não se falando no cinema e no teatro que agem como fatores decisivos da desmoralização dos costumes.

Três são hoje os problemas que não temos encarado com o necessário senso de realidade: o jogo, a prostituição e o alcoolismo. Fazemos como o avestruz que, não querendo olhar de frente o perigo, limita-se a enterrar a cabeça na areia, não tomando conhecimento da ameaça que lhe pode custar a vida.

Como a questão em pauta, na apreciação do projeto que nos é submetido, apenas se refere ao jogo, diremos que ele é inevitável, por motivos de influência do meio social e razões patológicas evidentes, agravados pela instabilidade de um período de inflação e dificuldades de vida, suscitando o espírito de aventura em busca do imponderável, do aleatório, do azar ou da sorte. Só existe um recurso imediato, para o mal: a regulamentação do jogo.

Os que adotam a política do avestruz objetarão que não se regulamenta o que eles reputam imoral. Direi que também não considero o jogo uma virtude e muito menos uma atividade lícita. Considero-o, entretanto, uma realidade tão pungente que julgo indispensável restringi-la, retirando-a dos lares. Para isso se adotariam medidas como as de Portugal, onde o jogo só é permitido em cassinos públicos instalados nas estações balneárias ou climáticas, reprimindo-se, com energia, as jogatinas em casas particulares ou de tavolagem clandestinas. Atualmente, a evasão de divisas do nosso País, efetivada por pessoas que vão jogar no Uruguai ou na Argentina e outros países, é considerável; ao mesmo tempo impedimos que os turistas de diversas nacionalidades deixem no Brasil o dinheiro que vão dilapidar fora de nossas fronteiras.

Outro aspecto da questão; não compreendo como, sendo proibido o "jogo do bicho", seja permitido o de corridas de cavalos. Vi, em São Paulo, filas imensas de compradores de *poules*, tomando todo o passeio de uma rua; era gente de classe média e submédia, operários, pobres, cuja condição se

evidenciava pelas roupas, alimentando, pelo seu próprio vício, o luxo dos ricos. A jogatina dos "jóqueis-clube" é muito mais prejudicial do que o "bicho", pois neste o jogador só arrisca uma vez por dia; ao passo que as corridas de cavalos oferecem numerosos páreos, quotidianamente, incluindo competições noturnas. Tal privilégio, a pretexto de se incrementar a criação e seleção de espécimens da raça eqüina, representa hoje um dos grandes males em nosso País. Por que não se restringem, ao menos, as corridas de cavalos a uma demonstração semanal, aos domingos, como era antigamente?

Numa palavra: urge enfrentarmos, com realismo, o problema do jogo no Brasil, mas aqui nos ocorre perguntar: como combater o vício do jogo? É o momento de se pronunciar a nossa Comissão, dizendo: por meio de ampla propaganda educacional.

Quando a princesa alemã, Catarina, tornou-se Czarina da Rússia, observou que o nível intelectual da aristocracia em Petrogrado e Moscou decaíra tão lamentavelmente, que já não havia entre as damas e os cavalheiros o costume das conversações, o que era resultado de se entregarem exclusivamente ao jogo, atividade silenciosa, que entorpece as faculdades mentais. Tratou logo Catarina II de promover reuniões sem jogo, onde os convivas tinham de versar assuntos gerais, literários, artísticos, filosóficos, políticos. Com isto, extirpando o parasita que fazia definhar a cultura nos âmbitos sociais, intelectualizou a elite russa, incutindo-lhe novos gostos e restituindo-lhe a faculdade de falar.

O mesmo poderemos fazer em nosso País, mediante obra sistemática de educação popular. Conferências, artigos de imprensa, entrevistas pelo rádio e pela televisão, publicações avulsas, orientação em estabelecimentos de ensino, deveriam ser o instrumental dessa obra, abrangendo não somente o tema do jogo, mas outros relativos ao padrão moral indispensável à sobrevivência de um tipo humano sadio de que depende a permanência da Pátria.

Não será com uma simples lei extinguindo a loteria que iremos dar remédio a uma enfermidade generalizada, cujas raízes se encontram na ausência de uma obra educacional imperativa.

Se queremos resolver o problema do jogo no Brasil, teremos de considerá-lo de modo amplo, profundo e completo. A providência setorial, proposta pelo projeto em apreço, agravará, em vez de corrigir, uma doença que irá proliferar na clandestinidade, trazendo o encanto da proibição, muito mais atraente do que as coisas permitidas, ainda que com as restrições necessárias a se fixarem em regulamentação adequada.

Por todos estes motivos, e considerando a tradicionalidade da loteria no Brasil, desde os tempos de Reino-Unido, do Primeiro Império, da Regência, do

Segundo Império e, posteriormente, na República, entendemos seja rejeitado o projeto, sugerindo uma lei geral, que abranja todas as modalidades do jogo, disciplinando-as, em vez de ingenuamente, tentar suprimi-las.

Conclusão: Rejeite-se o Projeto número 766, de 1967.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 1969. – *Plínio Salgado,* Relator.

PROJETO N.º 817-A, DE 1967

Propõe a ereção de uma estátua ao Duque de Caxias

Parecer do Relator

I – Relatório

Em 10 de novembro de 1967, o Deputado José Maria Ribeiro apresentou o presente projeto regulamentando o artigo 187 da Constituição de 1967, que demanda erigir um monumento ao Duque de Caxias, no lugar do seu nascimento.

Em 6 de junho de 1968, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados opinou favoravelmente pela constitucionalidade do referido projeto. Em 21 de agosto do mesmo ano a Comissão de Educação e Cultura designou o signatário deste, para relator da matéria.

Como é do conhecimento de todo o País, começaram, a essa altura, as agitações que determinaram a decretação do recesso do Congresso Nacional (13 de dezembro de 1968). O Parlamento brasileiro esteve fechado durante dez meses, só reabrindo em fins de 1969.

No período que decorreu nos meses de setembro, outubro e novembro de 1968, verificou-se ostensiva hostilidade de um grupo de parlamentares e de jornalistas contra as Forças Armadas do País, situação agravada por manifestações estudantis que traziam as principais cidades brasileiras em constante inquietação.

O relator designado pela Comissão de Educação e Cultura, que este subscreve, preocupado com o estado de ânimo de grande parte da opinião pública insuflada e manobrada por uma imprensa onde predominavam elementos da subversão, entendeu de evidente inoportunidade pôr em foco um tema que poderia, na ocasião, dar motivo a novas investidas da demagogia esquerdista, a qual encontraria pretexto para maldosas alicantinas, explorando o fato de a Constituição de 1967 haver suprimido o dispositivo da de 1946 (Art. 33 das Disposições Transitórias) que mandava erguer um monumento a Rui Barbosa. Ora, tendo o grande jurista e orador, que tanto elevou o nome do Brasil em Haia (1908), desencadeado em 1910 uma campanha chamada "civilista", os opositores das Forças Armadas iriam servir-se do andamento do projeto para estabelecer a antinomia entre os elementos civis e militares da Nação, numa hora grave em que os dois fatores da consciência e da segurança

nacionais, mais do que nunca deveriam estar unidos. Estas as razões pelas quais foi retardado este parecer, de fins de agosto a dezembro de 1968, quando o Legislativo entrou em recesso compulsório.

As apreensões do relator deste projeto foram as mesmas da Junta Militar que promulgou a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. Entre as emendas supressivas adotadas, está a que suprime o artigo 187 da Constituição de 1967, que manda erigir um monumento a Caxias na sua terra natal.

Temos, pois, a seguinte resenha de estátuas sugeridas, consagradas e malogradas:

> Constituição de 1934, mandando erigir um monumento ao Marechal Deodoro da Fonseca; dispositivo suprimido pela Constituição de 1946, ou melhor, substituído pelo que manda erguer uma estátua a Rui Barbosa;
>
> Constituição de 1946, mandando consagrar Rui Barbosa em monumento; dispositivo substituído na Constituição de 1967, por um monumento a Caxias;
>
> Emenda Constitucional de 1969: suprime qualquer monumento.

Ficaram, pois, Deodoro, Rui Barbosa e Caxias na fila aguardando outras Constituições que venham continuar a série das de 91, 34, 37, 46, 67 e 69 ...

Diante do que agora é constitucionalmente vigente, não cabe mais o andamento e tramitação do presente projeto.

De que os três homenageados merecem todo o respeito e veneração dos brasileiros, não se pode opor a menor dúvida: um foi o fundador da República; outro, o inspirador das novas instituições; outro, o verdadeiro condestável da Pátria, ao qual se deve, em grande parte a manutenção da unidade nacional.

De Caxias, o último dos consagrados e demitidos, jamais nos esqueceremos de sua figura, que é uma dessas raras expressões humanas que se projetam na História das nações. Militar, estadista e político, a ele devemos a integridade do Brasil, nos momentos em que se punham as ameaças da desagregação do País, como o problema máximo do Império. Foi, principalmente, o grande pacificador, dominando as rebeliões no Maranhão, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, mas estendendo as mãos aos vencidos, chamando-os ao convívio de todos os brasileiros, à colaboração pela grandeza da Pátria. Não guardava animosidades, não perseguia, não oprimia. Era, antes de tudo, um coração magnânimo e homem profundamente humano. O seu patriotismo e as suas virtudes militares revelaram-se muito cedo, nas guerras da Cisplatina, e culminaram e esplenderam na guerra do

Paraguai. Na vida civil foi um civil: era homem de partido, tendo sido Ministro e, depois, chefe de gabinete quando os conservadores no poder. Foi também parlamentar. Homem integrado na hoje incompreendida "classe política", soube ser parlamentar como sabia ser cabo de guerra.

Apesar de não haver mais cabimento para apreciarmos o projeto que nos é proposto, servimo-nos da oportunidade para, mais uma vez, enaltecer Caxias, cuja integridade de caráter, cujo amor ao Brasil, cujos sentimentos de humanidade, cuja visão dos problemas nacionais, constituem motivos de orgulho para a nossa pátria.

Tendo, entretanto, em vista a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969:

II – Parecer

Opinamos pelo arquivamento do Projeto n.º 817, de 1967, que regulamenta o art. 187 da Constituição de 1967, por ter sido este artigo suprimido pela Emenda Constitucional acima citada.

Sala da Comissão, 6 de maio de 1970. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 2.183-A, DE 1970

(DO SENADO FEDERAL)

Institui o "Dia Nacional das Artes".

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O projeto do Senador Guido Mondim, criando o "Dia Nacional das Artes"e já aprovado pelo Senado, pode, aparentemente, não se revestir de importância, mas se considerarmos as intenções do seu autor e penetrarmos nos motivos mais profundos que ditaram essa proposição agora em exame na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, veremos que altos objetivos encerra, constituindo matéria do maior interesse nacional.

Esse dia, que será o 12 de agosto, data do decreto de D. João VI, em 1816, fundando a Academia Nacional de Belas-Artes no Rio de Janeiro, oferecerá oportunidade para que, em todo o Brasil, sejam realizadas conferências, exposições e aulas sobre a história do desenvolvimento artístico em nosso País. Teremos, assim, a consagração dos grandes artistas do passado, em todos os ramos das atividades estéticas, e um estímulo às novas gerações para que se dediquem a novas criações interpretativas do temperamento e vocação de um povo, condicionadas às atuais circunstâncias históricas e culturais.

O autor do projeto entendeu de erigir, como patrono das comemorações e estudos a se efetivarem na efeméride proposta, o Barão de Santo Ângelo, Manuel de Araújo Porto Alegre, pintor, escultor, teatrólogo, poeta lírico e dramático, principalmente poeta épico, autor do poema "Colombo", que, de 1826, início de sua carreira artística, a 1879, quando faleceu, iluminou a cultura brasileira com sua genialidade multiforme.

Guido Mondim, como aquele seu coestaduano, poeta e pintor exímio, percebeu o alcance patriótico da instituição do "Dia Nacional das Artes".

Realmente, para se compreender a significação das criações artísticas na vida dos povos, direi que uma nação muito pode realizar através dos feitos de seus heróis, na guerra ou na paz, na ordem jurídica, econômica, social e religiosa, mas os sinais de sua passagem pela História somente são revelados pelas artes, pois estas são, por assim dizer, a chave pela qual descobrimos a psicologia social e política das civilizações, mesmo daquelas que, destruídas e soterradas, são objeto das pesquisas dos arqueólogos.

Não se poderia ter noção do tipo de vida e das fisionomias individuais ou coletivas das nacionalidades, sem o testemunho da sua arquitetura, da sua escultura, da sua pintura, do seu mobiliário, dos seus trajes.

Sem os monumentos, as estátuas, os baixos-relevos, a ourivesaria, e outras artes menores, como teríamos sequer uma idéia do que foram os egípcios, os assírios, os babilônios, os medo-persas, os fenícios, na Antigüidade Oriental, e a Grécia e Roma, na chamada Antigüidade Clássica?

Os leões alados da civilização assírio-babilônia, os painéis em muros vidrados dos palácios de Nínive, os capitéis medo-persas, com cabeças de touros e cavalos, sobre altíssimas colunas, as estátuas dos deuses, tanto na Mesopotâmia como no Egito, as estátuas dos faraós e seus túmulos, tudo isso nos conta a história daqueles povos, seus costumes, suas crenças religiosas, suas guerras, as vicissitudes porque passaram, as aspirações que nutriam, a consciência e o sentido da vida que os inspiraram. E, se chegamos à Grécia, sentido o equilíbrio mental de um povo, que produziu legisladores como Solon e Lycurgo, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles; observando as linhas puras do Partenon; demorando o olhar sobre a eurritmia perfeita da Vênus de Milo e a eloqüência da Vitória de Samotrácia; compreendemos, também pelas artes menores, cujos desenhos falam melhor do que os historiadores, a alma e os estádios da civilização helênica. Passando a Roma, verificamos a continuação da arte grega, na estatuária reveladora do gênio latino, como sentimos a grandeza do Império.

As artes são o manancial de subsídios para a História. Elas explicam as próprias causas da decadência e destruição dos povos. Haja vista os fins do Império Romano. Sempre acreditei que o motivo pelo qual o Ocidente entrou numa fase de obscurantismo, com o eclipse total do senso estético e das tradições literárias da civilização greco-romana, fora a invasão dos bárbaros. Modifiquei meu juízo, lendo um livro de Louis Dimior, *L'Eglise et l'Art* onde ele diz:

> "Em menos de cem anos, a interpretação das formas naturais caiu ao mais baixo degrau de incapacidade. Não se sabia mais medir um corpo, nem reproduzir um rosto, nem apresentar, sem provocar o riso, um gesto, um movimento, uma ação. A tradição até agora é a de responsabilizar a invasão dos bárbaros por esse rebaixamento. Isso seria verdade, se tal decadência não ocorresse antes da invasão de Alarico."

Não foram, portanto, os bárbaros que concorreram para o eclipse da civilização; ao contrário, foram eles uma conseqüência das condições de decadência do mundo greco-romano. Meditando sobre tão pasmoso fenômeno histórico, cheguei à conclusão de que, sendo a Verdade, o Bem e a Beleza, três

faces de uma mesma unidade, a harmonia universal, os povos que perdem a noção de uma delas, também perdem a das outras duas. E não havendo uma verdade a sustentar, uma beleza a ser cultuada, uma norma segura ao comportamento individual no sentido do bem, os povos que chegam a esse estado nada mais têm a defender e se tornam incapazes de luta contra os conquistadores. As raças fortes das florestas germânicas e escandinavas encontraram o terreno propício aos seus êxitos guerreiros.

Vê-se, por aí, a importância das artes na interpretação da História. Só muito depois, pelo trabalho paciente dos monges, decifrando palimpsestos, e pelas pesquisas dos arqueólogos, logrou a Europa restaurar textos literários e fazer ressurgir a arte. Era o período Pré-renascentista, aurora anunciando o esplendor da Renascença.

Faço estas considerações para demonstrar a significação das artes na vida dos povos. Para estes não bastam os progressos materiais, nem os avanços da ciência e da técnica, nem os feitos guerreiros, nem as atividades políticas; uma nação passará pelo histórico, desaparecerá sem deixar vestígios, se não tiver assinalado a sua presença pelas expressões artísticas.

No Brasil, as práticas do domínio das artes esboçaram-se no Século XVII, atingiram notável manifestação no Século XVIII, com a arquitetura e a estatuária barrocas. Esse estilo condizia com a época das minerações e das riquezas, ao mesmo tempo com o sentimento de grandiosidade e opulência que nos era inspirado por uma natureza exuberante e pela consciência de uma Pátria que já se tornava Nação.

No Século XIX, o grande animador das artes em nosso País foi D. João VI, trazendo uma missão francesa constituída de grandes pintores, escultores e gravadores, dispondo dos quais fundou a Escola de Belas-Artes, ao mesmo tempo, animando os compositores musicais, entre eles o genial padre José Maurício, e criando o Teatro São João destinado a óperas.

No curso da centúria passada e até nossos dias, as manifestações de verdadeiros gênios da pintura, da escultura e da música marcaram o ritmo do nosso desenvolvimento artístico. Esses valores devem ser lembrados, estudados, divulgados, servindo de estímulo às realizações da arte moderna em nosso País.

II – Voto do Relator

Com estas considerações meu parecer é para que seja aprovado o Projeto n.º 2.183, de 1970, de autoria do Senador Guido Mondim e oriundo do Senado Federal, na forma do substitutivo anexo, em que foram consubstancia-

das as emendas apresentadas em reunião pelos Srs. Deputados Bezerra de Mello, Flexa Ribeiro, Pedro Ivo e Brígido Tinoco.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 1971 – *Plínio Salgado*, Relator

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO

Institui o "Dia Nacional das Artes"

Art. 1.º É instituído o "Dia nacional da Arte", a ser comemorado anualmente, a 12 de agosto, com a finalidade de incrementar o estudo, o ensino e as atividades artísticas.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura fica autorizado a promover, anualmente, por ocasião do "Dia Nacional das Artes", concursos e palestras para difundir o conhecimento dos diversos ramos das atividades artísticas, assim como da história das artes em geral e particularmente do Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 13 de maio de 1971. – *Eurípedes Cardoso de Menezes*, Presidente. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO N.º 2.140, DE 1970

Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e dá outras providências

I – Relatório

O Deputado Adalberto Camargo, da representação do Estado de São Paulo, é o autor deste projeto que institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira". Na sua justificativa, põe em relevo a contribuição africana pelo desenvolvimento do Brasil. Essa contribuição é incontestável.

Para suprir as deficiências de braços para a lavoura, não podiam os portugueses contar com os índios. Todas as tentativas para escravizá-los foram infrutíferas; só se sujeitavam ao trabalho livre. Depois, as determinações expressas dos reis de Portugal vieram tornar impossível essa escravização. Haja vista a "Ley sobre a liberdade dos gentios nas terras do Brasil", dada em Évora, em 1570, por D. Sebastião. Entretanto, em 1546, o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, pedira ao Rei licença para importar africanos. Na Bahia, os primeiros negros chegaram em 1551. No ano seguinte, entravam em São Vicente 27 escravos. Foram depois despachadas outras levas de africanos para Olinda e cidade de Salvador. Pela Carta Régia de 30 de março de 1559, cada senhor de engenho ficava com o direito de mandar vir do Congo 120 negros.

Na segunda metade do Século XVI, os africanos tornaram-se mercadoria lucrativa. Prepararam-se navios especiais para o tráfico. Os escravos eram vendidos pelos "sobas" africanos, ou pelas próprias famílias às quais pertenciam. Tais elementos servis vinham do Senegal, da Guiné, de Moçambique e, sobretudo, de Angola. O número de africanos entrados no Brasil, nos Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, é assunto controvertido, entre os cálculos de Calógeras e de Simonsen, parecendo este estar mais próximo da verdade (três milhões e duzentos mil em cerca de duzentos anos). Os principais traficantes de escravos eram os ingleses e isso com a maior crueldade. Frei Tomás Mercado cita um navio que saiu de Cabo Verde com quinhentos cativos e chegou ao México apenas com uma centena, dada a insuficiência de ar nos porões e um tratamento desumano. Escravos na sua terra, sujeitos a um "soba" tirânico, apenas mudavam de dono os negros que vinham para a América. Durante a segunda metade do século XVI e no curso dos seguintes, a torrente negra atravessou o Atlântico. Cerca de 100.000 por ano era o número dos traficados, indo 70.000 para os Estados Unidos, México e Antilhas e 30.000 para o nosso País.

Não havia unidade de nação nos negros importados. Suas raças, na classificação do Antonil, eram ardas, minas, congos, angoleses, cabo-verdeanos, moçambiques e os oriundos da ilha de São Tomé. Na Bahia foram compreendidos em duas categorias: os "nagôs" e os "bantos", incompatíveis entre si. Essas tribos traziam para o Brasil suas crendices, seus deuses, que até hoje exercem influência na Bahia e no Rio de Janeiro: Iemanjá, Ogum, Oxalá, Exu, invocados nas danças e cantos das macumbas e candomblés. Mais cristianizados em Minas e no Sul do Brasil, os mitos e práticas do politeísmo e do animismo africanos já não subsistem naquelas regiões.

Na culinária da Bahia a influência negra foi grande. A cozinha baiana é síntese da asiática, da tupi e, sobretudo, da africana, enquanto na Amazônia, no Nordeste e em São Paulo predomina a tupi-guarani, e em Minas, a portuguesa.

Foi grande a participação africana na vida doméstica do Brasil. Pouco a pouco, os negros integraram-se nas famílias dos senhores. A "mãe preta", que amamentava as crianças brancas, tornou-se um símbolo do amor maternal; a "mucama", moça negra ou mulata, era a confidente das "iaiás", filhas dos fazendeiros, em cuja intimidade viviam; o "moleque" era o travesso negrinho a quem se confiavam recados e que muitas vezes fazia diabruras com suas indiscrições. Viviam os escravos nas "senzalas", mas freqüentavam a casa-grande da fazenda. Tempo chegou em que muitos eram homens de confiança dos senhores, até para negócios. Foram-lhes ensinados ofícios, havendo entre eles bons marceneiros, pedreiros, sapateiros e ferreiros. Os sábados foram destinados à completa liberdade do escravo, para cuidar da sua própria roça, ou para caçar e pescar.

Nas cidades, organizavam-se confrarias religiosas, principalmente as de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (santo preto). Os devotos conseguiam recursos financeiros e chegaram até a construir belas igrejas, como as de Ouro Preto. Nessa vida social, os negros iam-se elevando e se civilizando, a preparar-se para a liberdade. Se é certo que houve senhores maus, maltratando os escravos com instrumentos de tortura, como os reproduzidos pelas gravuras de Debret, é preciso fazer justiça aos bons.

Não tardaram, desde o século XVI, os cruzamentos das três raças. De europeu e africano, surgiram os mulatos; de europeu e do índio, os mamelucos, ou caboclos; do índio e do negro, os cafusos. Esses tipos subcruzaram-se no imenso laboratório do Novo Mundo, elaborando a expressão de uma nova humanidade.

O primeiro abolicionista do Brasil foi Manuel da Rocha, advogado baiano, que propôs a liberdade dos filhos de escravos nascidos em nossa Pátria. Sua voz,erguida em 1758 não foi em vão. Em 1789, os inconfidentes mineiros incluíram no seu programa a abolição da escravatura. Ao alvorecer do Século

XIX, outros idealistas lèvantaram-se em favor da raça negra: Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense* e os revolucionários de Pernambuco, em 1817.

A Inglaterra mantinha escravos nas Antilhas e praticava o tráfico de africanos. Pressionada por um movimento de todos os países civilizados, suspendeu o transporte da mercadoria humana. Isto causou-lhe grande prejuízo, pois a Jamaica, produtora de açúcar, não mais poderia concorrer com o Brasil. Por outro lado, a exportação de tecidos ingleses caiu em relação ao nosso País, pois importávamos o mínimo, devido à nossa produção de algodão e manufatura em nossos próprios teares. Em 1817, a Inglaterra assinou com Portugal um acordo visando a suprimir o tráfico negreiro, podendo os ingleses aprisionar navios portugueses que conduzissem negros e Portugal fazer o mesmo quanto a navios da Grã-Bretanha empregados no desumano comércio. Foi um período de extremas barbaridades. Os capitães de navios, quando notavam estarem sendo perseguidos, jogavam toda sua carga ao mar, amarrando pedras aos pescoços dos negros. No entanto, quando os navios ingleses apreendiam africanos aos de Portugal, enviavam-nos para a Jamaica onde se tornavam escravos britânicos. Em 1826 a Inglaterra impôs ao Brasil a suspressão definitiva de tráfico de africanos; em 1831, nosso Governo declarava livres todos os negros entrados no Brasil daquela data em diante. A 14 de outubro de 1850, foi transformado em lei o projeto de Euzébio de Queiroz extinguindo o tráfico de negros. Essa lei foi reforçada por outra, de 1854, punindo violentamente os importadores de escravos. A Lei de 28 de setembro de 1871 declarou livres os filhos de escravos nascidos no Brasil. Essa lei foi chamada "do Ventre Livre".

Daí por diante, inicia-se a campanha abolicionista. Erguem-se Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Luis Gama, Castro Alves. Em 1883, o Ceará declara livres todos os escravos da Província; em 1884 o Amazonas segue-lhe o exemplo. Em muitos Municípios do Sul, toma-se idêntica iniciativa, com assentimento dos fazendeiros. Em São Paulo, torna-se famoso Antonio Bento, que acolhe, nos quarteirões que começam até hoje no Largo da Pólvora e prosseguem pela rua desde então chamada da Liberdade, os escravos fugitivos. Em 28 de setembro, comemorando a data da Lei do Ventre Livre, o Ministério Cotegipe decreta a alforria dos escravos maiores de 60 anos. Finalmente, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assina a lei de libertação total dos escravos, proposta pelo Chefe do Governo João Alfredo e aprovado pelo Congresso.

Essa a história resumida das relações entre a África e o Brasil. Por ela se vê quanto devemos aos africanos no decurso de nossa construção econômica e da própria formação nacional brasileira. Temos uma dívida de gratidão aos filhos do continente negro.

O projeto do Deputado Adalberto Camargo deve ser acolhido com a maior simpatia. Sobre ele já se pronunciou a Comissão de Constituição e

Justiça, propondo um substitutivo mais adequado às exigências constitucionais, mas conservando na sua integridade o pensamento central do autor

II – Parecer

Duas dificuldades se nos oferecem ao apreciar o projeto e o substitutivo, primeiro tratando-se do "Dia da Comunidade Afro-Brasileira", perguntamos: existe, oficialmente, ou oficiosamente, essa comunidade? A Comunidade Luso-brasileira foi objeto de conversações e posteriormente de deliberação das duas partes representadas pelos seus respectivos governos, o que não se dá em relação às nacionalidades africanas. A iniciativa pressupõe a existência dessa comunidade, mas, se existe sentimentalmente, a concretização numa lei é atitude unilateral do Brasil, pois as outras partes jamais se pronunciaram a respeito. No caso da Comunidade Luso-Brasileira, há ainda a considerar a identidade de língua, de costumes, de religião, não se falando na coparticipação de Portugal em nossa formação racial, o que também se atribui à África. Entretanto, os países africanos, recentemente promovidos à independência, divergem uns dos outros e de nós próprios, não só pelos idiomas que falam, como pelos costumes e pela religião, entre cujos credos se inclui o maometano. Tendo sido, originariamente, colônias inglesas, francesas, alemãs, italianas e belgas, cada um desses países assimilou as culturas de seus colonizadores, diversificando-se, portanto, uns dos outros. A maior parte da intelectualidade dos países africanos formou seu espírito nas universidades de Paris ou Londres e, podemos acrescentar, neste últimos anos, nas de Moscou, Praga e outras cidades do mundo socialista.

Nestas condições, é possível uma comunidade mesmo entre esses países e entre eles e o Brasil? Eis um tema a ser debatido entre o nosso País e cada um dos países africanos. Se cada qual e todos em conjunto estiverem dispostos a instituir essa comunidade, nada mais merecedor de nossos aplausos. Urge, pois, começar as conversações para atingirmos o tão louvável objetivo. O Atlântico Meridional é, para adotarmos o critério dos romanos em relação ao Mediterrâneo, o *mare nostrum* dos dois continentes. Poderemos, portanto, África e Brasil, desempenhar importante papel histórico.

A outra dúvida que se nos apresenta decorre da recente deliberação do plenário da Câmara rejeitando o projeto do Senador Guido Mondim cujo objetivo era criar o "Dia da Arte" e isso sob pretexto das numerosas e sucessivas instituições de "dias" comemorativos no decorrer do ano.

Abstraindo, porém, as considerações que fizemos sobre a diversificação dos países africanos e a falta de uma consulta prévia a cada qual em relação à matéria proposta e a dúvida acima mencionada, entendemos que o projeto em apreço deve ser tomado: 1.º) – Como uma atitude sentimental do Brasil e uma

visão global da África, independentemente de suas diferenciações sócio-políticas, idiomáticas e religosas; 2.º) – Como um convite aos povos africanos para a união continental que deve estender-se ao Brasil.

Isto posto, e somente pela significação dos dois argumentos acima, proponho seja aprovado o Projeto n.º 2.140, de 1970.

Plínio Salgado, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 135, DE 1970

Dispõe sobre a execução do art. 153, § 8.º, parte final, da Constituição Federal.

Parecer do Relator

I – Relatório

É preciso conhecer a técnica e a tática do comunismo internacional para se perceber o alcance da sua mais recente orientação no mundo ocidental: a desmoralização dos costumes enfraquecendo todos os países nos quais os respectivos povos ainda se vinculem aos princípios morais de que decorrem sua energia vital e sua capacidade para se defender dos que pretendem dominá-los. Esse trabalho é facilitado pela mentalidade da burguesia capitalista, que se identifica ao marxismo pelas mesmas origens filosóficas e os mesmos objetivos finais. Se o socialismo, dito científico, pretende impor aos povos a ditadura de um capitalismo de Estado, outra não é a finalidade dos grandes grupos financeiros que visam a dominação através de seus *trusts* e monopólios, denunciados por Leão XIII, em sua famosa encíclica *Rerum novarum*. Os dois agentes da infração que contamina toda a humanidade, embora se apresentem como adversários, na realidade se unem, cada qual procurando criar condições de enfraquecimento de quantos pretendem subjugar.

A filosofia materialista do Século XIX

Depois do racionalismo do Século XVII e do naturalismo do Século XVIII, surgiu o experimentalismo científico do Século XIX. Nas três fases da evolução do pensamento humano, podemos assinalar três aspectos psicológicos: na primeira, o homem separa-se de Deus; na segunda, torna-se inimigo de Deus; na terceira, pretende ser o Deus de si mesmo, e este pressuposto é o corrente nos dias de hoje. O avanço da tecnologia (que poderemos chamar a mitologia do século XX), as prodigiosas invenções e domínio da natureza, a predominância da máquina sobre o ser humano, as investigações e descobertas nos campos da biologia e da filosofia, criaram uma mentalidade de auto-suficiência, convencida de que pode resolver todos os problemas, tanto individuais, como nacionais e universais.

A doutrina marxista nada inovou no campo da filosofia. A novidade que apresentou foi o da adaptação do materialismo francês e inglês no sentido de interpretar os fenômenos sócio-econômicos e de dar fundamento ao socialismo dito utópico de Saint-Simon, Furrier, como ao anarquismo de

Prudhon e Kropotkine. Ao conceito e vida materialista, Marx, para os fins revolucionários de precipitar o processo histórico, aproveitou-se da filosofia alemã, ou seja, o idealismo dialético de Hegel, no que também não foi original, pois tal conjunção das duas filosofias se deve, principalmente a *Feuerbach*.

Nas mesmas fontes em que se abeberava Marx, dessedentava-se o mundo burguês-capitalista. Eram, inicialmente, os "utilitaristas" ingleses, com James Mill, Bentham e, posteriormente, Stuart Mill; depois, Hebert Spencer, fundador da filosofia evolucionista. À dificuldade dos "utilitaristas" em distinguir o "útil" do "inútil" trouxe Spencer a solução, baseando o conceito moral nas experiências científicas. Enquanto o marxismo fazia a sua carreira na Europa, surgiu já nos fins do século XIX e princípios deste, o pragmatismo americano de William James, que se tornou a filosofia do capitalismo dos Estados Unidos e à qual Gustavo Le Bon qualifica de "filosofia dos negociantes e jogadores de bolsa".

O homem perdeu a noção de si mesmo

Nessa atmosfera em que dominavam, de um lado, a filosofia do êxito, no mundo capitalista e, do outro, a dos revoltados, mas ambas inspiradas pelos mesmos princípios, surgiram os doutrinadores que levaram o homem a perder a noção do que é na realidade e qual o seu destino. Entre os muitos perturbadores da mente humana, citaremos, em primeiro lugar, Frederico Nietzsche. No seu livro *Genealogia da Moral*, observa-se a mesma preocupação dos utilitaristas ingleses, tentando distinguir o "bem" do "mal". Mas é sobretudo no seu livro *Anticristo* que se desenvolve o pensamento contrário, ponto por ponto, da moral cristã. Apresenta-nos o homem como um ser egoísta, sedento de dominar, ainda que aos demais esmague e destrua. É o super-homem, resultado dos processos seletivos. "Que é o bem?" pergunta e responde: "Tudo quanto aumenta no homem o sentimento do poder"; "Que é a felicidade? O sentimento com que o poder se engrandece". "Qual o pior dos vícios? A piedade para com os fracos". Combate a castidade, a pobreza, a bondade. Afirma que o Cristianismo não tem contato com a realidade; que adota o critério de "causas imaginárias" – Deus, alma, livre arbítrio – e vive segundo "efeitos imaginários" – pecado, salvação, graça, castigo, perdão. Percebe-se que Nietzsche se identifica ao iluminismo alemão e embebe as raízes do seu pensamento no culto satânico, ou seja, a inversão da ordem universal. Mas de tudo se conclui uma visão deturpada do homem.

Echeverry, no seu livro *Le Conflit Actuel des Humanismes*, mostra-nos que a crise do mundo moderno decorre das variadas concepções do homem e do seu destino. São concepções inerentes a um estado de espírito que René Guénon descreve como:

"A negação da verdadeira intelectualidade, a limitação do conhecimento à ordem mais inferior, o estudo empírico e analítico dos fatos, o acúmulo de hipóteses sem fundamento, que se destroem incessantemente umas às outras, as vistas fragmentárias, que a nada podem conduzir, salvo às aplicações práticas que constituem a única superioridade da civilização moderna, cujo caráter puramente material a tornou verdadeira monstruosidade".

E continua de pé a pergunta: que é o homem?

Vimos como Nietzsche o concebeu. Outros, porém, o interpretam e o definem diferentemente. Pondo de lado o nacionalismo de Kant, o idealismo de Hegel, o pessimismo de Schopenhauer, o panteísmo de Spinoza, o monismo de Hartmann, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer, cada qual trazendo uma imagem do homem ao homem, detenhamo-nos nas três configurações que, em nosso tempo, mais influência têm exercido sobre os espíritos: o marxismo, o freudismo e o existencialismo.

O homem, para o marxismo, é um resultado da evolução biológica e dos fatores econômicos. Não tem alma, o seu destino circunscreve-se aos limites da vida terrena. Suas necessidades são corporais. Assim considerado, está sujeito somente às leis que regem o mundo físico. Subordinado a essas leis, o homem não é livre. A liberdade é prerrogativa do espírito, e, desde que este não seja mais do que o resultado das elaborações do cérebro, o homem não a possui nem dela necessita. Ao contrário da felicidade concebida por Nietzsche, que consiste no sentimento com que o poder se engrandece, a felicidade marxista resume-se unicamente na satisfação das necessidades físicas. Ao super-homem nietzschiano, opõe-se o sub-homem marxista, ser integrado na massa coletiva, peça na máquina do Estado.

Continuamos a perguntar: que é o homem? E a psicanálise de Freud vem dizer-nos que é um ser complexo, que nada sabe de si próprio. Os seus instintos profundos, as suas realidades, tão fundamentais como misteriosas, são abafadas pela razão ou pelas conveniências do meio. O homem tem dentro de si subterrâneos ignorados. Nesses espaços lutam sem cessar o inconsciente e o consciente com manifestações indiscretas do subconsciente. Cumpre, mediante análise minuciosa, pôr em evidência os elementos da personalidade soterrados para devolver a paz ao ser humano.

Que moral deduzir dessa imagem do homem? Os que se apegam às teorias, aos métodos e à técnica da psicanálise, principalmente os que se cingem à unilateralidade das interpretações exclusivas do sexualismo, poderão encontrar a paz desejada?

Entre o marxismo e o freudismo, surge o existencialismo. Inicialmente, com Kierkegaard, o homem nos é apresentado como constante luta consigo

mesmo. É um desesperado. Posteriormente, derivando de alguns conceitos do pensador dinamarquês, surgiram os atuais existencialistas sendo Sartre o mais popular. Enquanto Kierkegaard era espiritualista, o existencialismo de nossos dias vai além do materialismo, pois é a suprema expressão do agnosticismo dominante neste e no século que nos precedeu. Que nos diz essa filosofia, que já não é a do desespero, mas da conformação e do fatalismo? Diz que o homem apareceu em um universo que não tem razão de ser; a vida não tem sentido; o bem e o mal não existem. Cabe ao homem viver como entenda, abrir caminho como queira, deixar-se ser, neste mundo incompreensível, vazio de todo o interesse que não seja o da livre expansão do ser humano. Mas esse critério basta para satisfazer nossas angústias interiores? Essa imagem do homem, errante e sem destino, no vazio de um universo absurdo, pode oferecer-nos uma norma segura de conduta?

Podemos assegurar que entre todas as loucuras que levaram o ser humano a perder a noção de si mesmo, foi a nova forma do existencialismo agnóstico – que nem chega mesmo a dotar os firmes critérios do materialismo que chamaremos dogmático – a responsável pelo moderno pleboísmo e pela degradação humana dos *hippies*, que deterioram e decompõem a juventude em nossos dias.

Clima para a expansão da libidinagem

Nossas considerações, até este ponto, eram indispensáveis para a compreensão de quanto se passa hoje em todos os países, inclusive o nosso no concernente à degeneração dos costumes e da larga propaganda pornográfica de cuja repressão é objeto a medida proposta pelo Governo. Causas remotas e próximas indicam onde devemos procurar os remédios para os males que avassalam a Nação.

Essas causas devem ser examinadas para irmos à raiz do problema e não nos atermos à simples apreciação das conseqüências, buscando sintomas e tratamentos sintomáticos, para um mal que está a pedir remédios radicais. Essa raiz está no ensino e interpretação de certas matérias, entre as quais a Biologia, a Fisiologia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia Experimental, a própria História, desde o curso médio até as Faculdades de Filosofia, principalmente as estatais, onde tudo se subordina aos critérios materialistas. Os conceitos do universo e do homem são unilaterais e se cingem a teorias ditas modernas, porém, na verdade, oriundas de doutrinas velhas, do Século XIX, requentadas e apresentadas sob novas formas da desorientação contemporânea, agravada pela soberba decorrente do progresso técnico. Tem razão René Guenon quando diz:

> "A ciência profana pode ser considerada como um saber ignorante, saber de ordem inferior, ignorante de tudo o que o

ultrapassa, de todo o fim superior a si mesmo, de todo o princípio que lhe poderia assegurar um lugar legítimo entre as diversas ordens de conhecimento. Encerra-se no domínio relativo e limitado, no qual quis proclamar-se independente tendo cortado toda a comunicação com a verdade transcendental, pelo que não passa de uma ciência vã e ilusória, que de nada vem e a nada conduz"

Falando com orgulho das realidades científicas, afastam-se os insensatos das realidades humanas. Conhecem as leis da natureza reveladas nos laboratórios, ampliadas em relação ao conhecimento do universo material, mas cada vez mais ignoram o nosso mundo interior, o território misterioso do nosso próprio "eu". Daí a conclusão de Ucatescu, em seu livro *Rebelião das Minorias*, dizendo que jamais, em tempo algum houve no mundo maior angústia. É no meio dessa angústia, que o escritor marxista Jean Richard Bloch pergunta:

"Que ser sou eu? Que faço na terra? Qual a minha razão de ser? Como explicar estes desejos que me arrebatam, estas inquietações que me rodeiam? Quem me dará a explicação de mim mesmo, uma definição capaz de me esclarecer, de me apaziguar, de me satisfazer?"

Dentro desse estado de espírito agnóstico, pragmatista, e já agora existencialista, a mocidade, em nossos estabelecimentos de ensino, torna-se um rebanho indefeso, tangido pelos ventos de todas as loucuras. Por sua vez, invertendo a hierarquia dos valores, cada um de tais robôs passa a orientar os próprios pais, levando para o lar as idéias deletérias recebidas e acusando de "quadrados", "coroas" ultrapassados, superiores, os que opõem o bom senso aos delírios de uma geração preparada para abdicar suas faculdades de discernir, comparar, concluir, decidir, transformando-se em multidão de teleguiados. A influência dos que se inculcam novos, arejados, livres de preconceitos, mas são tão velhos como o ateísmo de Helvétius, Holbach, o naturalismo de Rousseau, o iluminismo de Reimarus, Wolf e Lessing, e o panteísmo do evolucionismo, do neo-racionalismo do Século XIX, tem sido grande e nefasta sobre as massas populares menos cultas ou mesmo iletradas.

Urgem, portanto, providências no sentido de impedir, nas Faculdades de Filosofia, e estabelecimentos de ensino médio, o exercício do magistério por aqueles que só vêem aspectos setoriais da ciência e incutem, nos alunos, ou princípios materialistas, ou um agnosticismo que os põe em disponibilidade, à mercê de agitadores e subversivos.

Em nosso País confunde-se ilustrações com educação, erudição com cultura. Não temos tido em vista o que ensina Weber, dizendo que a cultura não

significa acúmulo de conhecimentos, mas um conceito de vida.

Confluência das caudais de lama

Aproveitando-se desse clima de indiferença, de desconsideração dos problemas fundamentais do ser humano, os agentes da corrupção lançam, em grande escala, por todos os meios de comunicação, brutal ofensiva contra as bases de defesa da nacionalidade, no intento de destruir tudo aquilo que representa a sustentação da intangibilidade da Pátria. Essas bases de sustentação encontram-se na família, particularmente na mulher e na juventude.

Como o capitalismo burguês e o comunismo internacional procedem das mesmas fontes filosóficas e se dirigem aos mesmos objetivos, associam-se na empresa da destruição do Brasil. O primeiro dispõe de dinheiro, com que organiza poderosas oficinas gráficas, eficientes editores, impõe-se prestigiosamente na TV e no rádio, no cinema e na vida social da alta grã-finagem. O segundo infiltra-se nas organizações do parceiro, com elementos preparados para a obra de decomposição da sociedade brasileira. Para complementá-los, prosadores que, dizendo-se modernos, abandonaram a forma e o estilo do modernismo, para retrogradar ao realismo de Zola, volvendo ao século XIX, lançam livros pornográficos, endeusados pelas camarilhas esquerdistas, que dominam a crítica literária, e fartamente divulgados nas livrarias e bancas de jornais. As editoras, por sua vez, não se limitam a estimular a produção indígena do mais desabrido imoralismo, porém traduzem livros medíocres da subliteratura internacional, cuja nota predominante está no sexualismo. E vão além: reeditam as memórias torpes do Marquês de Sade e o famoso Kamasutra, vetusto manual da libidinagem. São leituras que se encontram por toda a parte, inclusive as do pseudofilósofo Marcuse, que pretende ser a ponte entre o marxismo e o freudismo e cujas medíocres moxinifadas ideológicas visam à desorientação total da juventude.

A gama das atividades propagandísticas, visando à destruição da honra individual, do senso de responsabilidade moral, de correção e decência do comportamento pessoal, mas principalmente a derrocada da família, por ser o baluarte da sustentação da integridade e independência da Pátria segue os seguintes trâmites: 1.º) a chamada educação sexual (noções de fisiologia e psicologia das relações entre sexo); 2.º, o libertarismo inspirado nas doutrinas políticas da emancipação total de homens e mulheres em rebelião contra as normas de conduta segundo as leis naturais que são também leis divinas; e 3.º) a pornografia, como coroamento de uma ação dissolvente e de putrefação de todos os valores humanos.

A moderna educação sexual mais deveria chamar-se "deseducação". Ela açula os apetites, estimula os instintos maus, profana o que a natureza nos apresenta como sério no fenômeno da reprodução das espécies, avilta o ser humano e o rebaixa a condições inferiores às dos próprios irracionais. Em

muitas escolas, professoras adrede preparadas para a obra da corrupção, descrevem a menores de doze anos, os órgãos genitais dos dois sexos e o seu funcionamento, chegando muitas vezes a ilustrar as lições com desenhos no quadro negro. Socorremo-nos de informações de mestres revoltados contra essa orientação pedagógica, de alunos perplexos diante do que se lhes ensina e de pais que se rebelam contra a destruição de tudo o que de honesto incutem em seus filhos. Seria longo citar os depoimentos e documentação que possuímos nesse sentido.

O libertarismo propugnado já não é aquele sentimental que encontramos na fase do romantismo, em princípios do século XIX, com o *Werter*, de Goethe, o *Rafael*, de Lamartine, o *Amor de Perdição*, de Camilo, isto é, o sentimentalismo, a paixão amorosa, a atração espiritual, entre o homem e a mulher. Os discípulos de Freud qualificam esses romances como sublimações dos instintos sexuais ou derivativos sublimados de desejos animais impedidos de se manifestar pelas conveniências do meio e pressão dos costumes. O libertarismo hoje é baseado no *sex-appeal*, o apelo do sexo, sob a forma de expressão a mais grosseira. Tal apelo deve ser atendido, sem consideração a nenhum preceito de ordem moral. A vinculação dos cônjuges pelos liames do sentimento, das afinidades do espírito, da identidade de objetivos tendentes a um fim comum, é dada como uma forma de escravidão, ultrapassada pelo progresso da ciência e das novas circunstâncias da vida moderna. Como amostra de tais critérios, transcrevemos o seguinte texto de uma colaboradora de importante revista, em novembro de 1968. Diz ela:

> "Setenta por cento das mulheres brasileiras são frias. Homens têm culpa. Alguns especialistas sugerem que a mulher tenha uma ocasional relação sexual extramatrimonial. Crêem eles, que, liberando sua sexualidade, com outro homem, de hábitos e atitudes diversas do seu marido, ela possa readquirir a forma sexual de antes e voltar ao esposo com novas perspectivas."

Numa outra revista, de larga circulação, um pervertido, depois de expender considerações sobre a liberdde sexual, declara: "Os instintos estão moralmente justificados". Outro escreve: "Sou a favor do homossexualismo porque contribui para conter a explosão demográfica." Mais outro traça o mapa da libertação que passa bem longe dos recifes imóveis, responsáveis por todos os naufrágios: os pais, a família, a convenção, "o que dirão os outros". Ainda outro publica:

> "A Holanda atual tornou-se o paraíso dos homossexuais pela liberdade com que encara o problema, reforçada pelo Catecismo

Católico Holandês (o que não é verdade) o qual considera legítima a união homossexual."

Não citaremos nominalmente, as revistas que fazem ampla propaganda do adultério, da libertação da mulher para o amor livre, do homossexualismo, dos processos libidinosos de satisfação dos prazeres carnais, pois este parecer não quer assumir atitude de denúncia, mas direi que na coleção organizada pela respeitável e utilíssima revista *Hora Presente*, de São Paulo, constam nada menos de dezesseis periódicos ilustrados, de grande circulação, exercendo livremente atividades deletérias e de destruição da família brasileira e especialmente da juventude. Estamo-nos referindo aos textos e nem precisamos chamar a atenção dos que se escandalizam com a onda de imoralidade, que inunda nossa Pátria, para os clichês, nos quais impera o nudismo e as atitudes despudoradas de homens e mulheres. Os próprios anúncios comerciais, conforme denunciou uma jornalista de São Paulo, tomam, como chamariz da clientela, a motivação do sexo.

Finalmente, completando o quadro da desmoralização geral, temos a pornografia. Os tristes exemplos de velhos países decadentes vêm repercutindo no Brasil. O pestilento Congresso Pornográfico realizado em Copenhague – que nos faz lembrar a frase de "Hamleto": "há qualquer coisa de podre no reino da Dinamarca", a dissolução dos costumes na Inglaterra, que se encontra nos últimos dias da putrefação do antes orgulhoso império, servem de pretexto, numa nação nova e que deve preparar-se para substituir as que entraram em plena decrepitude, para que o nosso teatro se torne uma fonte de corrupção dos costumes. A ação de autores e atores tem sido de um cinismo revoltante. Escudam-se no pressuposto de que realizam arte moderna e que a arte deve ser livre em suas manifestações. É um sofisma que salta aos olhos. A arte não é senão nas suas expressões estilísticas e motivações relativas ao tempo, nem antiga e nem moderna. A arte é arte pelo poder de transmitir idéias, sentimentos e emoções. Nesse caso, constituem primores artísticos, tanto uma tela de Miguel Ângelo e Rafael, como as dos românticos do Século XVIII, ou dos impressionistas do Século XIX e alguns pintores e escultores dos dias atuais. Do mesmo modo, a arte pura está tanto no teatro de Ésquilo, de Sófocles e de Aristófanes, como no de Lope de Vega, Tirso de Molina, Racine, Molière, Shakespeare, ou Ibsen. Não é preciso recorrer à pornografia para que se diga que uma peça é artística. Esse conceito dos exploradores dos baixos instintos do público tem chegado ao extremo da profanação de temas religiosos. A nota predominante é o extravasamento dos complexos freudianos, a desnaturalização do que há de honesto e nobre no sexo, nele procurando o que há de ínfimo e degradante.

E se falarmos do cinema e da televisão? Os filmes preferidos pelos envenenadores do nosso povo são os mais dissolutos. O conceito de moralidade

subordina-se ao tema central, mas, no desenrolar dos episódios, ministram-se aulas de libidinagem que são as que ficam, as que se inserem na mente do espectador. A censura, orientada por intelectuais disfarçados em filósofos e estetas, convence-se de que, no fundo, o filme visa uma educação moral. As imoralidades da vida burguesa que se apresentam na tela são tidas como crítica aos costumes; mas a grande massa primária dos espectadores delicia-se exatamente com as cenas a que assiste. Ajunta-se a isso o nível inferior dos programas de TV, repletos de banalidades, de um humorismo sem graça mas grosseiro, de entrevistas onde os entrevistados expõem idéias dissolventes, e aí temos o panorama completo do descalabro geral que impera em nossa Pátria.

Corrupção e subversão

Os mais capazes de examinar e comparar o que se passa atualmente, em nosso país, verificarão que a putrefação moral corre parelha com os atos subversivos: assaltos a bancos, seqüestros de diplomatas e de aviões, incêndios, homicídios, início de guerrilhas urbanas e já agora rurais, como se viu recentemente na Ribeira de Iguape.

A revista que citamos, *Hora Presente*, escreve:

> "Não seria preciso ler o *Manual de Guerrilhas* de Mao Tsê-tung, para descobrir a estreita ligação entre a subversão e a sexomania. De Jacob Shapir a Leon Blun, todos os principais teóricos da utopia anticristã o elegem e recomendam, como uma das especialidades estratégicas do socialismo, a propagação do vício em suas diversas modalidades, com protuberante destaque para a corrupção carnal. Pois é por esse caminho que se consegue pôr em causa os valores que sedimentam a ordem natural das coisas (quebrar os tabus, como se costuma hoje dizer). E, uma vez rompidos os cordões umbilicais que ligam o plano do livre arbítrio do homem ao plano da moral inscrita pelo Criador no âmago da sua alma, o terreno está preparado para todas as aberrações, não apenas em matéria de moral sexual; isto é só um começo. Como o homem é uma unidade dinâmica, não é possível distinguir nele setores éticos estanques. A violentação da lei moral rompe o equilíbrio e coloca o seu autor em estado de *revolução permanente* contra a lei natural, que é emanação da lei divina. As pré-condições básicas para a empreitada das forças da subversão ficam desse modo postas. É suficiente examinar o que está ocorrendo à nossa volta, para verificar que há um nexo profundo de causalidade entre a pornografia, o uso de drogas, dos anticoncepcionais, o aviltamento da família, o envolvimento da Igreja e a escalada da subversão política."

E acrescenta:

> "O terrorismo é apenas o lado mais espetaculoso da subversão. A rigor, esta forma de violência franca e declarada é inferior à violência invisível, que está no bojo da subversão cultural e que extravasa pela via do erotismo."

Na verdade, os mestres da guerrilha urbana e rural são unânimes em afirmar que não haverá possibilidade para ela se não houver condições de indiferença, de apatia, por parte do povo. Um povo que se alheia dos problemas nacionais, que não tem mais a defender suas famílias, nem a honra pessoal e a verdadeira liberdade individual; um povo que a nada mais se apega a não ser seus interesses materiais, a satisfação de seus prazeres físicos, transforma-se na manada de rinocerontes da impressionante peça teatral de Ionesco, a assistir, inerte, a ação de uma minoria consciente e ativa. Não haverá forças militares capazes de dominar os guerrilheiros. As tropas regulares serão facilmente isoladas pela sabotagem nas estradas e outros meios de comunicação. Temos o exemplo na guerra holandesa, quando, com apenas 3.000 homens, derrotamos 20.000. Nossas guerrilhas deixaram o adversário sem meios de receber mantimentos e inquietado pelas sortidas imprevistas dos insurgentes. Convém lembrar Canudos, onde, sem a tática moderna das guerrilhas, os sertanejos destruíram três expedições do nosso Exército. Na China, 250.000 homens de Chiang Kai-chek capitularam pelo envolvimento dos guerrilheiros de Mao Tsé-tung. O mesmo se dera anteriormente na Iugoslávia, onde foi destruído o exército alemão. Em todos esses casos, faltou a cooperação civil, a organização de populares, em cada cidade ou região, para obstar as atividades das guerrilhas.

No caso brasileiro, tudo se tem feito para desfibrar a população civil. O principal instrumento tem sido o da desmoralização dos valores autênticos na nacionalidade, o da decomposição da família, o do apodrecimento da juventude. Eis porque o começo da nossa reação nacional contra os que pretendem escravizar-nos deve ser o combate ao amoralismo e à perversão dos costumes.

A História, mestra da vida

Acreditávamos que a derrocada do Império Romano fora uma conseqüência da invasão dos bárbaros. Um livro de Louis Dimier – *L'Eglise et l'Art* – modifica nossa opinião. Chama ele a atenção do leitor para o fato de, em menos de 50 anos, haver desaparecido a arte clássica. Perdera-se, em poucas décadas, as noções dos volumes, das proporcionalidades, das perspectivas e das cores. Raciocinando sobre tal situação nos domínios estéticos, chegamos à conclusão de que a Beleza, o Bem e a Verdade são três faces de uma mesma

coisa: a interpretação exata das harmonias do Universo e do Homem. Verificamos que, concomitantemente, às deturpações artísticas, em Bizâncio multiplicavam-se as heresias e perdiam-se as noções do Bem e do Mal. Não havia mais, no Império Romano, o que sustentar ou defender. Foi quando as raças fortes das florestas germânicas e das estepes asiáticas fizeram a sua entrada na História. Os povos debilitam-se quando se tornam indiferentes à fé de seus maiores, às tradições do seu grupo humano, aos ritos estimuladores da mística necessária ao seu fortalecimento. Perde o direito de se afirmar independente e de reagir contra qualquer dominação.

Razão tinham os Reis portugueses quando, em suas instruções aos Governadores Gerais do Brasil, recomendavam a moralização dos costumes. É que dela decorriam a honesta administração, a melhor colonização e a necessária unidade do País. Não faziam mais do que repetir as precauções dos romanos cujas leis, chamadas "suntuárias", determinavam a austeridade dos costumes traçando normas à vida familiar, às despesas dos ricos, até aos trajes de homens e mulheres. Era no tempo da República, que precedeu o Império, colhendo este os resultados militares e políticos de leis morais que fortaleceram os dominadores do mundo.

Não se venha dizer que agora os tempos são outros. A humanidade é sempre a mesma. Pode modificar as circunstâncias de sua vida, alterar suas expressões segundo seus progressos científico e técnico, mas no fundo guarda a mesma essência, e as leis da psicologia individual ou social permanecem inalteradas. Nessa esfera, o que foi ontem é hoje e será amanhã.

II – Parecer

O Decreto-lei n.º 1.077

Viu o Presidente da República não ser possível combater a subversão, cujas proporções se tornam alarmantes, sem ir às suas próprias raízes: a desmoralização dos costumes, pela qual se aliciam elementos subversivos, psicologicamente preparados, e se imobiliza o povo pela insensibilidade, pela anestesia a que se subordina.

Assim, percebendo o problema em todos os seus aspectos e amplitude, houve por bem o Chefe da Nação determinar se execute o artigo 153, parágrafo 8, parte final, da Constituição Federal.

Sobre a constitucionalidade e juridicidade do decreto-lei, já se pronunciou favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça, após o longo e brilhante parecer do Deputado Tabosa de Almeida, que não se limitou aos aspectos jurídicos do assunto, mas, por vezes, entrou no mérito da importante questão, não só expondo sua opinião pessoal, mas ainda invocando a autoridade de eminentes juristas nacionais e estrangeiros.

A exposição de motivos do Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid, é peça notável, que torna clara ao povo brasileiro a gravidade do problema representado pela difusão e propaganda ampla da desmoralização da família e da juventude. Diz ele:

> "Utilizando as técnicas modernas de comunicação, também dos meios eficientes do cinema, do rádio e da televisão, aquela propaganda de tal maneira se desenvolve que a própria formação sadia e livre da juventude brasileira está ameaçada. A educação dos jovens no recesso do lar, apto a fazê-los conservar as tradições da Pátria e torná-la, no futuro, cada vez mais grandiosa, não se encontra a salvo na medida em que a insidiosa propaganda perpetra constante atentado às consciências e à liberdade das pessoas..."

E, ainda se referindo a tal propaganda:

> "Visando ao amortecimento das pessoas pelo condicionamento constante da consciência moral, constitui risco à segurança nacional, em razão de seus fins políticos: rompimento da estrutura cultural, pela implantação do comunismo."

O Ministro distingue a liberdade de pensamento, como aliás se contém no dispositivo constitucional, da licenciosidade relativa a "publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". E propõe que, a par das medidas repressivas já consagradas na legislação vigente, sejam estabelecidas "medidas preventivas destinadas a proteger de forma eficaz a sociedade brasileira e resguardar a observância plena da Lei Maior". E esclarece:

> "O uso da expressão *não serão toleradas* comporta a aplicação de medidas tanto preventivas quanto repressivas."

Acrescenta ainda que:

> "A intolerabilidade, abrangendo as funções repressiva e preventiva punirá os que violam o mandamento constitucional."

A nosso ver, a censura preventiva é indispensável. Ela deve abranger as revistas, os filmes cinematográficos, as peças teatrais, os livros, os suplementos literários dos jornais e outras publicações por onde extravasa, através de colaborações, a onda da corrupção, sob disfarces meramente culturais.

De nada valerá a repressão, quando os exemplares das publicações indesejáveis já foram consumidos, em grande parte ou na sua totalidade, nas

bancas de jornais ou nas livrarias. Do mesmo modo, suspender a representação de peças teatrais, ou a exibição de filmes, ou de programas de televisão, depois que já atingiram, pelo menos em parte, seus objetivos deletérios, pouco ou nada influirá no saneamento moral a que nos devemos propor.

Fala o Ministro Buzaid no "constante atentado às consciências e à liberdade de sentimentos das pessoas" praticado por essa forma de ditadura exercida por elementos destruidores da nacionalidade. No livro que publicamos em 1949, *Direitos e Deveres do Homem* (cap. VIII), fizemos menção aos "Atentados à Família", referindo-nos ao falso conceito de um liberalismo, que, à revelia do Estado, exerce uma ditadura feroz, por ter nas mãos – pela conjugação do argentarismo burguês e do comunismo internacional – todos os meios de comunicação e de informação. Ali dizíamos:

> "Os Estados cruzam os braços à desmoralização dos costumes empreendida por alguns que vão gradativamente conquistando terreno até à completa degradação das famílias. Hoje em dia, a família cristã é violentada pela ditadura desse liberalismo."

É contra essa ditadura de argentários e de comunistas que se insurge o Governo, disposto a restituir a liberdade legítima, baseada nas leis naturais e divinas, às famílias brasileiras, hoje coagidas a receber, através de revistas e jornais lidos por seus filhos, de filmes e peças teatrais a que eles assistem – e o que é mais monstruoso – através de lições de mestres envenenados pelas doutrinas da putrefação, o incentivo para a luta contra a moralidade, a hierarquia dos valores, o desrespeito à autoridade, à ordem social e aos princípios da tradição nacional e da vida cristã.

Uma dúvida levanta-se em nosso espírito: como pôr em execução o salutar decreto-lei do Presiente da República? Como, se não evitarmos que, à sombra de proteções, elementos esquerdistas e até comunistas, se infiltrem nos próprios órgãos governamentais? Como, se não se põem as mãos na chaga principal, que está no magistério e até em gabinetes de responsáveis por órgãos do Governo Federal, dos Estados e Municípios?

Se não contarmos com material humano – cultural e moralmente capaz de exercer essa fiscalização e ministrar a medicina preventiva contra a terrível peste que contamina a sociedade brasileira em todos os seus escalões –, quase nada, ou nada, conseguiremos de prático na campanha tão patrioticamente encetada pelo Governo com este decreto-lei.

De qualquer forma, por amor ao Brasil, pelo culto de nossas tradições, pelo respeito à vida cristã, pelos interesses supremos da segurança nacional, ameaçada pelos dois flancos – o do terrorismo e o da sexomania –, e pelo desejo

de fazer de nossa pátria uma nação forte, afirmativa, invulnerável, digna de um nobre futuro, opinamos:

> que seja aprovado o Decreto-lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a execução do artigo 153, parágrafo 8, parte final, da Constituição Federal, na forma do projeto de decreto legislativo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão, 5 de maio de 1970. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO DE LEI N.º 204-A, DE 1971

Autoriza o Poder Executivo a criar o Festival Olímpico das Tribos Aborígenes do Mundo Ocidental, e dá outras providências: tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, contra os votos dos Srs. Alceu Collares, Severo Eulálio, Lysâneas Maciel, Petrônio Figueiredo e Silvio Abreu; da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição, contra o voto do Sr. JG de Araújo Jorge; e, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O ilustre Deputado Lauro Rodrigues apresentou, em 2 de julho de 1971, um projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Festival Olímpico das Tribos Aborígenes do Mundo Ocidental. A idéia é simpática, pelo seu caráter ecumênico, abrangendo numerosas nações com suas raças e tipos de variadas etnias. Objetivando, praticamente, a realização desses festivais, o autor do projeto explicita, no artigo 3.º, as motivações de tais concursos, enunciando as seguintes provas:

a) lançamento de arpão, arco e flecha;
b) competição de nado e remo;
c) rituais de fé primitiva;
d) grupos vocais de canções profanas e religiosas;
e) orquestras tribais de instrumentos primitivos ou tradicionais;
f) coreografia;
g) exposição artesanal de utensílios, símbolos, ídolos e armas tribais;
h) jogos de recreação ou caráter desportivo; e
i) robustez, beleza e saúde.

Propõe o autor do projeto a instituição de prêmios a serem entregues aos vencedores das provas, constituídos por 6 troféus, com designações

adequadas e evocação de diversas personalidades representativas de estudos dos grupos ameríndios e afro-brasileiros. Acrescenta ainda que o Executivo expedirá convites aos países que compõem o Mundo Ocidental, organizando as listas de adesão e participação. Para as despesas decorrentes da aprovação da lei proposta, recorre às dotações reguladas pelo art. 3.º do Decreto-lei n.º 594/69, que cria a Loteria Esportiva.

Resumo da Justificativa

Estende-se o autor do projeto, na justificativa com que o apresenta, através de 11 páginas datilografadas, revelando sua cultura e alto espírito de solidariedade humana. Refere-se às artes e aos esportes como os mais eficientes instrumentos de aproximação dos povos e sobre o assunto, desenvolve longas considerações de caráter sociológico e político, envolvendo questões relativas a sistemas de governo, ao da velocidade atual na propagação das idéias objetivando a conquista das massas, à transformação psicológica destas no sentido de irem perdendo gradativamente a noção de "pátria", segundo o conceito tradicional e histórico, e, finalmente, estuda o tipo do homem moderno "perdido dentro de si mesmo". Complexo e multiforme na sua exposição, o autor do projeto entra no terreno econômico da agricultura e da pecuária, pondo em destaque "a uniformização mundial dos instrumentos agrícolas, das drogas farmacêuticas e da mecânica dos valores monetários". Fere o problema das raças, segundo as concepções opostas das "superiores" e "inferiores" e da igualdade e identidade de todas as expressões étnicas. Não se esquece de mencionar o avanço tecnológico, tal o caso dos computadores e cérebros eletrônicos. Entra nas relações das nacionalidades, onde

> "os laboratórios de ciência estão transformados em arsenais de guerra para a descoberta e o constante aperfeiçoamento de armas atômicas e bacteriológicas, pondo em risco a perenidade da vida."

Desse ponto, transita para examinar a situação dos países que denomina "satélites das duas grandes potências do mundo atual". Chega, ao cabo de seus raciocínios universais, à exaltação do "Brasil, com 47,3% do território da América do Sul e 41,5% das terras da América Latina; dono da mais jovem capital do mundo; do melhor futebol do mundo; de uma das sociogêneses mais diversificadas do mundo; de exuberantes belezas naturais", esquecendo-se de nossas possibilidades econômicas do subsolo, da energia, da agropecuária, da variedade das espécies, gêneros e famílias vegetais. Sugere a necessidade do desenvolvimento do turismo, como fonte de receita. Somente na página 9 da Justificativa, o autor versa a matéria do projeto: "O encontro, no território nacional, das tribos aborígenes do Mundo Ocidental". E diz:

"A heterogeneidade idiomática dos povos americanos nos dá idéia de que as Américas são um colossal caldo de raças em efervescência, onde o atavismo tende a se abrandar no seio de um processo genético que involuntariamente se cumpre e busca a formação do homem cósmico."

E acrescenta:

"Nessa simbiose de raças, que se completa em função da condensação étnica e da filtragem biotipológica, é que buscamos um encontro tribal dos aborígenes americanos com os da Ásia e da África."

Para confirmar seu conceito da unidade continental da África e da América, desenvolve as conclusões de Huene, deduzidas de suas investigações sobre os fósseis africanos e brasileiros. Aqui o autor do projeto em apreço alarga este conceito de unidade geológica e zoológica para abranger as expressões etnográficas e folclóricas, dizendo:

"É notório que, entre os povos selvagens, há certa identidade de instrumentos de som; de movimentos coreográficos; de ritmos musicais; de superstição e mística religiosas; de fabrico de cerâmica; de armas de guerra, de adereços e decorações, de costumes e práticas domésticas."

A esta altura, volta o autor do projeto ao panorama internacional, condenando a violência que impera entre povos conflitantes; reprova que se dê prevalência à história das guerras à mocidade; exalta os esportes e as artes, que realizam a solidariedade dos povos; cita o Rio Grande do Sul como exemplo da confraternização dos imigrantes de várias procedências, o que é revelado pelas manifestações folclóricas originárias de diversas correntes e tendendo para a unidade do tipo social. E termina declarando:

"Em última instância é uma tentativa " – o projeto –" de transformar dólares em cruzeiros; de desfazer no exterior a imagem do Brasil como chacinador de índios; de combater o racismo; de aproximar os povos; de promover o Poder Legislativo federal e valorizar a ação do Executivo no gigantesco esforço que realiza em prol do desenvolvimento e da integração das regiões brasileiras ao comum interesse da nacionalidade das Américas."

Apreciação da Justificativa

Como dissemos de início, estas laudas com que o autor sustenta o seu projeto constituem um documento que honra a Câmara dos Deputados pelos méritos revelados na longa exposição que acabamos de resumir. Julgamos, entretanto, que o brilhante Deputado se perdeu em considerações tão vastas e variadas, que a matéria principal se dilui e se ofusca no complexo do contexto, onde se misturam matérias filosóficas, científicas, sociológicas e políticas, entremeadas em todo o curso das 11 páginas a que nós nos referimos. Navegando em tão diversas águas, o autor perdeu de vista o que mais nos importava e que era o estudo do índio brasileiro, nas suas origens, no conceito dos europeus nos séculos XVI, XVII e XVIII, no que se refere à classificação de seus tipos étnicos, nas expressões de sua poesia, sua música, suas danças, na sua situação atual.

Também não há referência à contribuição africana desde o começo do tráfico e escravidão e – por que não mencionar? – ao que nos trouxeram os europeus, haja vista a influência espanhola, portuguesa, sobretudo a açoriana, alemã e italiana, patente no Rio Grande do Sul. Com a "justificativa" como introdução e alguns capítulos sobre os assuntos a que me estou referindo, o Deputado Lauro Rodrigues dar-nos-ia um trabalho notável.

A proposição do ilustre parlamentar representa o despertar de consciência para um problema nacional, até hoje estudado esparsamente e sem uma sistemática, ou evidenciado, de maneira meramente jornalística e superficial em nossos órgãos de imprensa. A Nação brasileira precisa ir às fontes de suas origens, e, entre estas, direi que a principal é a raça autóctone, denominador comum em nossa formação nacional.

Antes, pois, de cogitarmos de um plano de tamanha amplitude, qual seja um "Festival Olímpico das Tribos Aborígenes do Mundo Ocidental", deveríamos começar do começo, isto é, de um festival anual em que participassem as nossas tribos indígenas, o que seria precedido da criação de um "Instituto Etnográfico Brasileiro", cujas diferentes secções abrangeriam o estudo das raças e das línguas dos selvagens em nosso País; o cruzamento dos íncolas nos diferentes Estados com os elementos europeus; as crenças, os costumes, as lendas, as artes primitivas do nosso índio; a investigação do folclore da selva; as condições de vida das tribos remanescentes das populações iniciais do Brasil. Assim, principiaríamos pelo que mais nos importa e que é a realidade histórica e atual do selvagem brasileiro. Só então cuidaríamos de uma intercomunicação com os países do Novo Mundo e das partes da África. Antes disso, não teríamos base de onde partíssemos para um emprendimento maior.

O índio brasileiro

O problema do índio brasileiro apresenta aspectos variados de

interpretações contrastantes, desde a sua origem no Novo Mundo até a classificação dos diferentes tipos que povoaram o nosso território ao tempo da descoberta. No México, havia uma adiantada civilização, a dos Astecas; no Peru, a dos Incas; na América Central, a dos Maias; na Colômbia, a dos Chibchas. Nos Estados Unidos existiam os peles-vermelhas, mais ou menos no mesmo grau de adiantamento dos índios do Brasil. As origens desses povos ainda não foram desvendadas. Tratemos dos que mais de perto nos dizem respeito.

As migrações tupi e tapuia dos Andes para a terra de Pindorama (terra das palmeiras, Brasil) foram anteriores à vinda dos Incas ao Peru, ocorrida cerca de quatrocentos anos antes do descobrimento da América e de nossa Pátria. No Peru existia a nação quíchua, que os Incas dominaram. Quanto aos tupis e tapuias, ocorre a pergunta: qual a sua origem mais remota? Uns acreditam que vieram pelo Pacífico, outros pelo Atlântico; alguns, baseados nas ossadas humanas encontradas por Lund na Lagoa Santa, ou nos sambaquis de Iguapé, estudados por Croner, ou na Argentina, por Ameghino, calculam a existência do homem na América do Sul em dezenas de séculos. São as hipóteses do poligenismo, em oposição às do monogenismo. Deixando tais controvérsias, tomemos como ponto de partida as origens mais recentes dos indígenas em nosso território. Temos de nos valer, inicialmente, das lendas transmitidas por via oral através das gerações. Segundo Couto de Magalhães, hordas selvagens, descendo pelos flancos das Ibiturunas (Cordilheira dos Andes), invadiram as terras que seriam futuramente o Brasil. Eram os tupis. Vinham cantando um canto que dizia: "*Ia ao Pindorama koti, itamarana po anhatim, iára rama recê*", o que significa: "Marchemos para a terra das palmeiras, com as armas nas mãos, seremos senhores daquela terra."

Provavelmente muito antes, tinham entrado em Pindorama os tapuias, povo mais atrasado, pois não conhecia a cerâmica, não cozinhava alimentos, não possuía rudimentos de agricultura, não tecia, não fabricava embarcações. Empurrados pelos tupis, refugiaram-se nas regiões centrais do País entre os rios Xingu e Tapajós que seus adversários denominavam *tapuiretama* (terra dos tapuias). Algumas tribos atingiram o Atlântico.

Passando do terreno das lendas para as investigações históricas, chegamos ao Século XVI. Quem primeiro tentou classificar os nossos índios foi Gabriel Soares, no seu livro *Tratado Descritivo do Brasil*, datado de 1581, conquanto Pero Magalhães Gandavo (1585) e Frei Vicente do Salvador (posterior a Soares e Gandavo) hajam se ocupado do assunto. Também nos deixaram informações os franceses Abeville, Ivo d'Evreux e Jean de Lery, o alemão Hans Staden, os jesuítas Anchieta e Simão de Vasconcelos. No Século XVIII, Jaboatão reproduz as informações de Soares, procurando pô-las em

ordem. No Século XIX, o notável sábio alemão Von Martius tentou uma classificação baseada nos dialetos selvagens.

Gabriel Soares trata dos índios do litoral atlântico, catalogando-os da seguinte forma:

– Tapuias, do Amazonas ao Jaguaribe; Potiguaras (tupis), do Jaguaribe à Paraíba; Caetés (tupis), da Paraíba ao São Francisco; Tupinambás, do São Francisco ao sul da Baía de Todos os Santos; Tupiniquins, no sul da Bahia; Aimorés (tapuias), nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro; Tapanazes (tapuias), encravados entre os Tupiniquins e os Aimorés; Goitacases (não havendo certeza se eram tupis ou tapuias) estendiam-se desde o Rio Reretiba até o cabo de São Tomé; Tamoios (tupis), do cabo de São Tomé até Angra dos Reis; Guianases (tupis), de Angra dos Reis a Cananéia, irradiando-se pelo Planalto de Piratininga; Carijós (tapuias), de Cananéia à Lagoa dos Patos e, a oeste, até Mato Grosso, Charruas e Minuanos (tapuais), do sul da Lagoa dos Patos até o Rio da Prata, penetrando o interior da terra gaúcha.

Decorridos mais de dois séculos, encontramos a nomenclatura de Von Martius, o genial naturalista que veio para o Brasil trazido por D. Leopoldina, em 1817, percorrendo quase todo o nosso País e deixando, entre outras obras monumentais, a famosa *Flora Brasiliensis*, a *História Naturalis Palmarum, Sistema Material Medical Vegetabilis Brasiliensis* e, em alemão, os *Subsídios para a Etnografia e Linguística da América*. Esse homem, a quem o Brasil tanto deve e ao qual ainda não se renderam as homenagens a que tem direito de nosso povo, classificou nossos indígenas segundo as tradições e o idioma, da seguinte maneira:

– Tupis ou guaranis, vindos dos Andes, ocuparam as cabeceiras dos rios que formam o Madeira dirigindo-se uma parte para o sul e outra para o norte, estendendo-se às margens do Amazonas até Marajó e prosseguindo pela costa do Atlântico; Gês e Crans, estabelecidos no centro do País (tapui-rama); Guck e Coco, senhoras das margens do Amazonas ao oeste da foz do Madeira e vastas áreas do Oiapoque e Guianas; Grens e Gerengues, nos sertões de São Paulo, Paraná e parte da Bahia; Parecis, em Mato Grosso e Pará; Goitacases, no norte da terra fluminense; Araquis em matas dos atuais Estados do Amazonas e Pará; Guaicurus, território de Mato Grosso, às margens do Rio Paraguai.

Quanto à língua geral dos tupis era por eles denominada "nheengatu" (língua boa) ou "abanheenga" (língua de gente). Qualquer outra, ou seus dialetos, eram chamados "nheengaiba" (língua ruim).

A língua tupi sofreu algumas alterações, pela convivência com espanhóis nas reduções jesuíticas, passando a denominar-se "Guarani", até hoje falada no Paraguai. Entretanto, a "língua geral", do mesmo modo que a língua portuguesa, teve larga amplitude geográfica, predominando em todo o litoral brasileiro. Uma gramática e dicionário do idioma tupi, escrita por John Luccock, cujo manuscrito foi ofertado ao Instituto Histórico Brasileiro pelo

poeta e polígrafo Gonçalves Dias, afirma ter sido o tupi falado ao longo da costa atlântica da América do Norte.

Trata-se de uma língua ao mesmo tempo onomatopaica e polissintética, exprimindo-se em vocábulos descritivos nos quais o selvagem revela suas faculdades de observação em face de acidentes geográficos e da diferenciação dos tipos zoológicos e botânicos, o que o consagra como verdadeiro geógrafo e naturalista. A toponímia brasileira, principalmente no Amazonas e em São Paulo, fala por si mesma, descrevendo os locais designados com absoluta precisão de suas características mais evidentes: Piraçununga, peixe que canta, referindo-se ao fenômeno anual de desova; Itatinga, pedra branca; Itajubá, pedra amarela; Itacolumi, menino de pedra; Sapucaí, rio de galo; Curitiba, muitos pinhões; assim como jaboticaba, fruta do jaboti e do homem; abacate e abacaxi, bom para o homem; mandioca, raiz enterrada; taturana, fogo que anda; abaetê, homem verdadeiro; jaguatirica, onça pequenina, água da onça preta; e uma infinidade de designações expressivas dos objetos, segundo suas principais características.

Além de geógrafos e naturalistas, eram nossos índios filósofos. Como se sabe, o nome Jeová significava para os hebreus: "eu sou quem sou", mas os índios brasileiros denominavam o Ser Supremo com a palavra "Tupã", que quer dizer "que é isto"? Era uma atitude de perplexidade diante do sobrenatural, uma pergunta repetida pelos pensadores racionalistas, desde a Grécia Antiga até nossos dias. Dessa teologia da dúvida, derivavam, entretanto, noções da vida do homem depois da morte. Os que morriam iam viver num campo florido, mas alguns vinham vaguear altas horas da noite, rondando as sepulturas ou as casas dos parentes. Os que se engrandeceram em vida, por seus feitos e virtudes, subiriam aos céus, onde iriam passear entre as estrelas.

Um estudo da mitologia dos nossos índios revela, em muitos pontos, a sua semelhança com a dos povos orientais da Antigüidade, sobretudo com os gregos. A Iara que anualmente veste as árvores e os campos de flores é a Perséfona grega ou Proserpina dos romanos, cuja visita anual à sua mãe foi permitida por Plutão: é a Primavera. O Cupido dos helênicos, ou deus do amor, é Rudá dos tupis. Os demônios assírio-babilônicos, em suas variadas formas (Satanás, Lusbel, Asmodeu e outros) é o Anhangá, ao qual se juntam o Saci-Pererê, o Boitatá, os Juraparis, o Currupira. Estes indivíduos da mitologia indígena estão subordinados à lua, chamada Jaci, que corresponde a Selene, Artêmis ou Diana dos gregos e Tanit, dos cartagineses. Quanto ao sol, o Apolo ou Fébus dos gregos, é reverenciado pelos nossos índios com o nome de Guaraci (o que nasce no mar), escondendo-se no Ocidente, quando a noite ("petuna" ou véu preto) domina a terra e Jaci ilumina os terreiros das tabas.

Tudo isto e ainda os costumes e regras morais que regiam a família e a tribo deve ser pesquisado e estudado, como preliminar e base da organização

de um festival, como quer o projeto do Deputado Lauro Rodrigues. Há ainda um fator importantíssimo para o conhecimento da psicologia do silvícola brasileiro: sua poesia e sua música. Os poetas da selva cantavam feitos heróicos e canções sentimentais, como o fazem até hoje nos sertões do Xingu e outros afluentes do Amazonas, oferecendo elementos temáticos aos compositores do modernismo brasileiro. A tais investigações teríamos de juntar a descritiva dos instrumentos de sopro e percussão ("borés", "inúbias", "pocemas", "maracás) e o ritmo das danças com o simbolismo de suas composições e movimentos, muitos dos quais se referem a lendas primitivas da criação do homem americano.

A matéria está a exigir um trabalho de pesquisa e coordenação dos subsídios que nos deixaram Couto de Magalhães, no seu livro *O Selvagem*, e Barbosa Rodrigues, no livro *Poranduba* (bonitezas), onde reproduzem lendas, fábulas e superstições indígenas da Amazônia.

Para o conhecimento lingüístico, e poderemos dizer da filologia, etimologia e sintaxe da língua geral, teremos de recorrer a Anchieta, Montoya, Simão de Vasconcelos, Batista Caetano, Stradelli e outros estudiosos da nossa indiologia.

No tocante à antropologia temos poucos estudos relacionados com a diversidade dos tipos indígenas e suas peculiaridades morfológicas, sendo um terreno vasto para investigações e classificações que viriam elucidar o catálogo empírico de Gabriel Soares e o baseado nas variações idiomáticas de Martius. Para maior conhecimento das diferenciações étnicas e antropomórficas, teremos de partir das observações seiscentistas de Vaz Caminha e Pero Lopes de Souza, indo até o Século XIX com os grandes sertanistas Couto de Magalhães e os mais recentes relatos de Rondon e dos missionários, principalmente salesianos e capuchinhos. Ainda agora, em continuidade das patrióticas aventuras dos irmãos Villas-Boas, o sertanista Cláudio Villas-Boas conseguiu confraternizar com os *Kren-akarore*, índios gigantes, de 1,90m de altura, pintados de negro, para o que usam o jenipapo. Foi um esforço de 20 anos de Leonardo, Orlando e Cláudio Villas-Boas. O tipo humano desses íncolas gigantescos está a exigir um estudo dos nossos antropólogos, assim como o dos denominados "cintas largas" e outras tribos das nossas florestas. Cumpre anotar escritores de nossa contemporaneidade entre os quais Marins e o nosso colega Túlio Vargas, que retrataram o tipo humano dos "Kaingans", ou Coroados, da região que se estende dos sertões de Bauru ao Paraná.

Num simples parecer, não seria possível desenvolver esta matéria, que envolve quatro séculos de História e uma extensão de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. O assunto comporta uma ampla monografia, o que não cabe nos limites das observações que aqui fazemos. Entretanto, o que quisemos evidenciar foi a prematuridade da promoção de festivais olímpicos

abrangendo todos os aborígenes do mundo ocidental, quando estamos ainda tateando no estudo sobre os índios brasileiros. Entendemos ser necessário:

1.º – Uma coordenação de esforços no sentido de conhecermos nossos índios sob os aspectos antropológico, etnográfico, lingüístico, histórico, religioso, moral e artístico;

2.º – uma investigação das condições atuais do selvagem brasileiro, sob os aspectos social, econômico, idiomático, higiênico;

3.º – a obtenção de dados estatísticos e localização das tribos em nossos dias; e

4.º – o conhecimento das circunstâncias climáticas e ecológicas das regiões por elas habitadas. Para isso urge a criação de um instituto, em que se reúnam e colaborem cientistas, missionários e sertanistas, produzindo uma obra definitiva que irá sendo compendiada em uma revista anual e livros nos quais se condensem os resultados das investigações e das experiências. Como início dessa obra cultural já existe a Antropos, que deve ser convocada para realização de maior vulto.

Situação atual do problema

Enquanto em nosso País sertanistas e missionários abnegados penetram a selva para atrair ao convívio nacional os nossos índolas e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), desenvolve uma ação benemérita em favor das tribos esparsas pelo território brasileiro, o Brasil é desfigurado e caluniado no exterior, onde uma propaganda de fins políticos e odiosos nos apresenta como matadores de índios. Essa vil calúnia tem servido de pretexto para a condenação de nossas instituições políticas, mas, principalmente, visa a apresentar nossa Pátria, onde não existem preconceitos raciais, fato bem conhecido nos países em que se levantam nossos acusadores, como uma nação de bárbaros e desumanos.

O Governo da República, fiel à tradição histórica da nossa formação nacional, desde a "Lei sobre a liberdade dos gentios" do Rei D. Sebastião, em 1570, apresentou à face das nações um documento da maior relevância, salvaguardando os direitos do silvícolas em nosso País.

O Estatuto do Índio

Pela primeira vez, em nossa História, compendiam-se e sistematizam-se as normas de tratamento das tribos aborígenes que remanescem, através de séculos, originando-se de períodos précabralinos. Os 69 artigos da lei proposta, depois dos "Princípios e Definições", trata dos "Direitos Civis e Políticos dos Indígenas", das "Terras e Áreas Ocupadas", do "Patrimônio Indígena", da "Educação, da Formação Profissional e da Cultura", da "Saúde e Assistência", dos "Crimes contra os Índios e sua Cultura", explicitando, de maneira

completa a matéria, até o presente tratada sem profundidade e senso de realidade. O projeto original do Executivo foi sujeito a emendas, do que resultou um substitutivo que em nada alterou o espírito da lei proposta, seus objetivos e sua ordenação.

O que se observa no "Estatuto do Índio" é a preocupação de se preservarem as características peculiares a cada tribo e às linhas gerais dos costumes, da moral, do regime de vida, das artes e do idioma selevagens. A partir do art. 1.º declara:

> "Esta lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das populações indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional",

acrescentando, no parágrafo único:

> "Aos índios e às populações indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta lei."

No inciso VI do art. 2.º do Título I, insiste dizendo:

> "Respeitar no processo de integração do índio à sociedade nacional a coesão dos grupos indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes."

O art. 6.º do Título II repete:

> "Serão respeitados os usos, costumes, tradições dos grupos indígenas e seus efeitos nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos e negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum."

O art. 56, do Cap. II do Título VI, declara:

> "Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena: I) – Escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradições culturais indígenas, vilipendiando-os, ou perturbando de qualquer modo a sua prática."

Além de numerosos dispositivos garantidores da liberdade e dos direitos dos índios brasileiros, os que aqui citamos são suficientes para se ter

idéia do espírito que inspirou a iniciativa do Poder Executivo, consagrada e aprimorada pelo Poder Legislativo. Podemos assegurar que não existe no mundo, em nenhum país, onde se verifique o convívio do homem civilizado com raças autóctones que precederam a entrada de correntes imigratórias em estádio de civilização superior, um estatuto como este do Brasil.

A FUNAI

A esta nobre atitude do Governo brasileiro, temos de acrescentar a ação altamente nacionalista e humana da FUNAI, essa fundação de assistência ao selvagem, que ainda agora, em 19 de abril corrente, apresentou à Capital da República uma exposição comemorativa do "Dia do Índio", a qual constitui verdadeira enciclopédia das artes indígenas reveladas na cerâmica, tecidos, bordados, armas, composições em plumas e instrumentos musicais. O trabalho da FUNAI, esforçando-se pela assimilação gradual das tribos sem violentar seus costumes, realizando uma coordenação dos estudos antropológicos, etnográficos e lingüísticos de sertanistas que a antecederam e das investigações atuais, representa uma preparação, sem a qual não se poderá realizar a idéia do Deputado Lauro Rodrigues.

Oportunidade mas inviabilidade do Projeto n.º 204/71

A idéia do ilustre Deputado Lauro Rodrigues consubstanciada no projeto por ele apresentado veio exatamente numa hora em que nossa Pátria é caluniada na Europa como um país onde se matam os índios, aos quais são negados todos os direitos. Demonstra o parlamentar rio-grandense o mais nobre sentimento nacional em relação aos nossos silvícolas, parte dos quais, Charruas e Minuanos, entraram na composição étnica do Rio Grande do Sul, assim como os Guaianases e em dias mais recentes, Kaingans, ou Coroados, na infra-estrutura racial dos Estados de São Paulo e Paraná. O projeto de Lauro Rodrigues é de rara beleza na sua concepção, ao mesmo tempo nacionalista e universalista e aparece no momento mais oportuno para honra de nossa Pátria.

A sua inexeqüibilidade está nas seguintes restrições que o tornam inviável:

1.º) Antecipa, estendendo-se a todo o mundo ocidental, matéria para a qual ainda não estamos preparados dentro de nosso País, pois devemos, antes de tudo, coordenar os estudos sobre os nossos índios, classificá-los segundo a diversificação das tribos, das modalidades lingüísticas, dos caracteres antropomórficos, das tradições e costumes, da localização geográfica, dos aspectos culturais (religião, lendas, músicas e danças), após o que tentaremos as primeiras experiências de exibições esportivas e artísticas, seguindo o que já se tem feito em Manaus, onde tive oportunidade de assistir, durante uma noite inteira de São João, até a madrugada, ao espetáculo maravilhoso das represen-

tações coreográficas e musicais em que se mesclavam as três raças formadoras do Brasil. Só depois de tais ensaios poderíamos nos animar a um "Festival Olímpico das Tribos Aborígenes do Mundo Ocidental", cumprindo termos em vista o elemento africano, predominante na Bahia, Guanabara e Pernambuco, do qual, além dos eruditos estudos de Nina Rodrigues, ainda muito temos a acrescentar.

2.º) Sem entrar na apreciação dos argumentos da benemérita FUNAI, alguns dos quais merecem debate e contestação, julgamos, por outros motivos, perfeitamente aceitável o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que o rejeita por inconstitucionalidade.

II – Voto do Relator

Nestas condições:

Embora com os maiores encômios ao propósito do eminente Deputado Lauro Rodrigues, que se funda em realidades incontestáveis de numerosas nações, inclusive o Brasil, e certos de que um dia este projeto irá servir de base à realização de uma idéia que honrará a confraternização dos povos, opinamos, pelos dois motivos expostos, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em 2 de maio de 1973. – *Plínio Salgado,* Relator.

PROJETO N.º 352-A, DE 1971

Cria o "Banco do Livro" nos estabelecimentos de 1.º e 2.º graus

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente pela constitucionalidade e juridicidade deste projeto. Trata-se de uma iniciativa do maior alcance, visando a facilitar aos estudantes de reduzidos recursos financeiros os meios pelos quais poderão dispor dos livros didáticos que lhes são necessários.

Vindo o projeto à Comissão de Educação e Cultura, foi solicitado, pelo então Presidente Eurípedes Cardoso de Menezes, através da Presidência da Câmara dos Deputados, o pronunciamento do Ministério de Educação e Cultura sobre a matéria. A Assessoria daquele Ministério, em 18 de novembro de 1971, encaminhou a esta Comissão o parecer emitido pelo Instituto Nacional do Livro.

O parecer, assinado pela ilustre Diretora D. Maria Alice Barroso, considera a proposição do Deputado Athiê Jorge Coury "de grande alcance na área da educação" merecendo o apoio do mencionado Instituto.

Apresenta, entretanto, uma ressalva, quanto ao artigo 4.º do projeto, que diz:

> "O capital das agências constituir-se-á, de preferência, de livros usados e, quando necessário, de livros novos, que serão adquiridos com recursos federais, nos termos do financiamento disciplinado no Capítulo VI da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971."

O Instituto, no intuito de preservar os interesses das livrarias brasileiras, que estão atravessando período difícil, propõe a seguinte redação ao referido artigo:

> "O capital das agências constituir-se-á de livros usados, que poderão ser doados, vendidos, depositados ou permutados pelos alunos dos estabelecimentos de ensino."

No mais, "adota entusiasticamente, o patriótico projeto".

Conhecendo a real situação do comércio livreiro no País não temos

como opor objeção ao substitutivo proposto pelo órgão do Ministério de Educação e Cultura e julgamos que deve ser aceito por esta Comissão.

De nossa parte, temos a sugerir uma emenda aditiva, ao artigo 5.º do projeto, que divide em seções as agências do Banco do Livro. Diz o inciso I, criando a seção de doação, que ela é "destinada a receber os livros usados por alunos, ex-alunos, particulares e entidades públicas ou privadas".

O exame, seleção e escolha dos livros não consta do incisco a que nos referimos e julgamos o assunto da maior importância e gravidade, pois as agências do Banco, se esta precaução não for adotada, poderão tornar-se um depósito de livros anacrônicos, inadequados, inconvenientes ou inúteis. Por esse motivo, propomos seja redigido o inciso I do artigo 5.º da seguinte forma:

> "I – de doação destinada a receber os livros doados por alunos, ex-alunos, particulares e entidades públicas ou privadas mediante exame prévio, seleção e escolha dos julgados úteis e aproveitáveis."

Há um aspecto também relativamente ao Banco do Livro, que entendemos não ser desprezado. Referimo-nos às leituras complementares de caráter literário, que não devem ser desprezadas quando se trata da formação intelectual dos estudantes, a qual não se cinge aos compêndios exclusivamente didáticos, adotados nos respectivos currículos, mas abrange horizontes maiores ao conhecimento da língua, da história, das artes, incutindo, desde cedo, na infância e na adolescência, o gosto pelas formas estéticas e a curiosidade pela pesquisa científica.

Trata-se de um setor perigoso, que tanto pode construir como destruir, elevar ou rebaixar o nível da mentalidade infantil ou adolescente. Temos visto, em bibliotecas de estabelecimentos de ensino primário ou secundário, quantidades de livros de ínfima categoria, de lamentável primarismo imaginativo, de péssimo vernáculo, verdadeira subliteratura de cordel, livros geralmente doados para desentupir estantes, livrando-se os doadores do que consideram imprestável.

É claro que um aluno, nos cursos primário e sobretudo médio, já deve ir conhecendo algumas obras literárias condizentes com a sua idade, tanto em prosa como em poesia. Dever-se-ia organizar uma lista-padrão de tais livros, que suplementariam a instrução recebida através dos didáticos e do ensino dos professores. Enquanto, porém, isto não se faz, devemos acrescentar ao artigo 5.º do projeto o seguinte:

> "VI – Além dos livros adotados nos ensinos primário e médio, as agências do Banco receberão obras literárias úteis no sentido de

complementar a formação intelectual dos alunos, no
ficção, da história, da poesia, das ciências naturais e das
rigoroso critério seletivo a cargo da seção de doação"

II – Voto do Relator

Em conclusão:

Louvando o projeto do Deputado Athiê Jorge Coury, pela sua oportunidade de largos benefícios que pretende trazer aos estudantes primários dos cursos primário e médio, apresentamos três emendas cujas cópias anexamos ao presente parecer.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 1972. – Dep. Plínio Salgado – Relator.

PROJETO N.º 340-A, DE 1971

Dispõe sobre o ensino no Exército

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O ilustre Ministro do Exército, General Orlando Geisel, na exposição de motivos com que encaminhou o presente projeto ao Exmo. Senhor Presidente da República, declara que:

> "o ensino militar, no Exército, que se vem regendo pelo Decreto-lei n.º 4.130, de 26 de fevereiro de 1942, carece de reformulação para responder às atuais exigências educacionais e incorporar experiências adquiridas na sua aplicação".

Acrescenta, em seguida:

> "o preparo da força terrestre tem, hoje, aspectos bastante diferentes dos de três décadas atrás, seja pela possibilidade de emprego de novas táticas, de técnicas mais avançadas e de materiais diferentes, seja pela perspectiva de operações em ambientes profundamente modificados social e economicamente."

Deduz daí o competente titular da pasta do Exército que a educação militar necessita de novo diploma legal onde fiquem caracterizados: a preparação em duas grandes linhas: a bélica e a técnico-científica; a destinação dos diferentes cursos, ajustados às habilitações necessárias ao desempenho dos cargos e funções; as várias faixas de ensino nos graus elementar (cabos e soldados), médio (sargentos) e superior (oficiais); uma organização que, além de se situar na época e procurar cobrir exigências futuras, dê ênfase à educação para a atividade-fim; e, finalmente, a participação nas atividades do ensino primário e médio, ministrados com fins assistenciais e de cooperação cívica.

Conceito da guerra em nossos dias

Para se compreender a importância, não só do ensino no Exército, como nas outras armas que com ele constituem o triângulo da defesa nacional, precisamos ter em vista:

a) a Grande Guerra de 1914 a 1918;

b) a Segunda Guerra de 1939 a 1945; e

c) a probabilidade de uma Terceira Guerra, após o surgimento das armas atômicas.

No conflito mundial de 1914-18, os critérios militares ainda se prendiam às lições de Clausevitz e posteriormente de Von Moltke, as quais se cingiam exclusivamente à estratégia e à tática visando unilateralmente às atividades dos exércitos nos campos de batalha.

No intervalo entre 1918 a 1939, apareceram novos teoristas, entre eles Lundendolf, preconizador da "guerra total" em que se empenham na luta todas as forças vivas da nação. Nesse período de estudos e observações mais amplas e profundas, pronunciaram-se notáveis técnicos da ciência e da arte da guerra, de vários países, entre os quais os generais Réquin (França), Von Metzch, Montegelas e Haeftan (Alemanha), Fuller (Inglaterra) e os professores Hosono (Japão), Heckscher e Bratt (Suécia), Joergensen (Dinamarca), Hersch e Woker (Suíça), Lefebure (Inglaterra), Haensel (Rússia), Delaise e Meyer (França), Nicola Politis (Grécia).

Através da variedade das exposições dos temas, que envolvem, entre outros, o da mecanização, das posibilidades da guerra química e da bacteriológica, da defesa antiaérea, do aperfeiçoamento evolutivo dos materiais bélicos, da propaganda e dos serviços de informações atuando junto ao inimigo, num ponto nenhum deles discorda: a concepção da guerra moderna como o esforço conjunto de todas as potencialidades nacionais. Não se trata da estratégia de Lundendolf nem da ação direta e de ataques frontais de Clausevitz ou de Von Moltke, mas, sob o critério de uma visão global, não podemos fugir à conceituação da guerra como um fato histórico que não mais se pode restringir à ação exclusiva das tropas, pois estas dependem de fatores que as subsidiam e lhes oferecem condições de combater.

As previsões dos técnicos a que nos referimos foram plenamente confirmadas na Segunda Guerra Mundial, pelo que se tornam atuais, apenas modificadas pelas novas circunstâncias decorrentes do progresso verificado de 1945 em diante e pelo advento das armas atômicas.

O problema da guerra – como os demais nos variados setores das atividades nacionais e das relações internacionais – tem de submeter-se à filosofia integral, baseada na correlação fenomênica, ou na interconexão de causas e efeitos exprimindo a diversidade na unidade.

Cumpre portanto, preliminarmente, estabelecer o quadro geral dos fatores que se devem conjugar para a solução do problema militar, quer em caso de guerra, quer na previsão de prováveis conflitos.

Esses fatores são:

1) o "valor homem";

2) a capacidade de produção de matérias-primas e de elementos de subsistência da coletividade nacional;

3) a especilização científica e técnica;

4) a potencialidade industrial;

5) transportes e comunicações;

6) serviços de informações internas e externas;

7) premunição contra guerrilhas e terrorismo;

8) entrosamento do Exército, Marinha e Aeronáutica, em missões específicas;

9) serviço de propaganda interna e externa; e

10) política de descentralização das bases da indústria de guerra e da que pode ser adaptada à produção de material bélico.

Estes dez pontos são fundamentais para se ter, no tempo de paz, o "potencial de guerra" e, na ocasião necessária, os meios de mobilização dos elementos vitais da nacionalidade.

A guerra moderna envolve utilizações de todas as forças da coletividade nacional: humana, material, econômica e moral. O fator principal é o homem.

O "valor homem"

Sem homens não se fazem guerras. Homens para constituir os elementos das Forças Armadas; homens para as fábricas, para os transportes, para a exploração das minas, para a administração civil, para a manutenção da ordem interna, para a criação de uma consciência das realidades e da defesa nacional e da sustentação de uma mística de patriotismo. Para isso é necessária uma constante ação educativa em tempo de paz e intensificada em tempo de guerra. O homem não é apenas uma expressão intelectual e espiritual, mas também um valor econômico. Esse valor baseia-se na saúde e na instrução. Um homem instruído e gozando saúde vale muito mais do que outro analfabeto e doente. Ao Exército compete colaborar com outros órgãos do governo no sentido de alfabetizar, instruir e salvar as populações do país das enfermidades que as depauperam. Só assim teremos bons soldados, bons operários e bons agricultores, sem os quais não se pode pensar em defesa nacional. Uma ação decisiva contra a depravação dos costumes e as propagandas deletérias que destroem a juventude e as famílias através dos meios de informação (imprensa, rádio, cinema, televisão, teatro, literatura) é imprenscindível, se quisermos ter um povo saudável e capaz nas emergências dificeis em que se encontra a Nação. No setor estritamente militar, a preparação dos soldados e cabos – conforme prevê o projeto que estamos apreciando – é da máxima importância para termos um Exército sadio, em que cada praça tenha noções dos deveres de hierarquia, disciplina, amor à Pátria e às tradições nacionais.

No que concerne aos efetivos dos exércitos, verificamos duas correntes de opiniões: a que aconselha reduzi-los, formando tropas de elite e instruídas quanto à evolução e aperfeiçoamento dos materiais, assim como a renovados conceitos de estratégia e tática, tropas estas que, em caso de guerra, absorveriam as forças de reserva; e a que prefere os grandes efetivos. Entre uma e outra, apresenta-se uma terceira, que concilia as duas opções. De qualquer modo, evidencia-se a importância do "valor homem", tanto nas fileiras militares como no esforço de guerra das populações civis.

Matérias-primas e subsistência alimentar

O professor Oulaide, da França, declara:

> "Uma nação que possa abastecer-se de gêneros alimentícios sem recorrer a países estrangeiros, possui poderoso fator de fortaleza guerreira."
>
> "A manutenção do modo de vida habitual ajuda a dar ao país em guerra a impressão de equilíbrio e confiança e mantém o moral em alto nível."
>
> "A falta de víveres deve ser debitada ao potencial de guerra com um sinal de menos."

Em tempo de paz, portanto, um dos maiores esforços de preparação para a eventualidade de uma guerra deve voltar-se para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O general alemão Montgelas afirmou, antes da Segunda Guerra Mundial, que:

> "Uma nação possuidora da maior força combativa não tem qualquer possibilidade de êxito, a não ser que os abastecimentos de víveres e os fornecimentos de material de guerra para o *front* estejam assegurados para toda a duração da guerra."

Referindo-se aos produtos minerais, chama a atenção para a necessidade de carvão e do petróleo. Apesar dessa advertência, que é também feita por outros técnicos, podemos dizer que uma das causas da derrota da Alemanha, na guerra de 1939 a 1945, foi a exigüidade daqueles combustíveis para mais cinco anos de luta. O professor Hosono, do Japão, acrescenta à necessidade de hulha e de petróleo a de ferro e aço, nitratos, ácido sulfúrico, borracha e diversos metais. O professor Delaise, da França, taxativo:

"Toda indústria de guerra necessita de dois elementos essenciais: carvão e petróleo. Para colocar nas estradas o exército enorme de caminhões, no ar os aviões de bombardeio, no mar os cruzadores e torpedeiros, debaixo d'água os submarinos, é necessário um motor que depende de combustível. Há ainda o problema da lubrificação com óleos extraídos do petróleo; foi por falta de lubrificantes que o exército alemão, na guerra de 1914-18, não conseguiu avançar."

O general Denvignes escreveu: "Sem um carburante nacional, não pode haver independência nacional", e Lord Curzon proclamou: "Quem tem petróleo tem o império".

Especialização científica e técnica

O progresso, cada vez mais acelerado das ciências, da tecnologia, nos últimos decênios, faz dos cientistas e dos técnicos elemento essencial para as ações defensiva e ofensiva de qualquer povo. Constituem eles, no panorama geral das forças de reserva, um quadro destacado, cuja potencialidade se evidencia nos efeitos das operações de guerra. É, por conseguinte, indispensável a arregimentação em tempo de paz, de cientistas e técnicos especializados. O Exército como as outras armas, deverá, para isso, estar entrosado com as Universidades, as empresas e laboratórios de pesquisas, para se pôr em dia com os avanços das investigações, sobretudo nas que se referem à química, à eletrônica e à energia nuclear, levantando uma estatística dos elementos úteis. O mesmo se deve fazer quanto a operários em indústrias especializadas.

Potencialidade industrial

A potencialidade industrial de um país está diretamente relacionada com o esforço de guerra. Ela depende, não só para as necessidades em tempo de paz, como para a eficiência dos exércitos, dos seguintes fatores:

a) siderurgia;
b) energia elétrica;
c) carvão e petróleo;
d) minérios diversos;
e) matérias-primas vegetais;
f) especializações técnicas; e
g) mão-de-obra especializada.

Para cada um desses setores deve o militar culto voltar as suas vistas e o Exército, como entidade, exercer a necessária supervisão, para o que entrará em

contato com os Ministérios das Minas e Energia, Comércio, Agricultura, Trabalho, Universidades. Nos diversos graus de ensino, precisa ir formando uma mentalidade adequada à compreensão deste importante problema da defesa nacional. O progresso que já temos realizado, nos diferentes ramos das atividades mencionadas como fundamento da nossa potencialidade industrial, é bastante promissor, mas necessita de crescentes estímulos para o duplo objetivo das indústrias na paz ou na guerra e na sua adaptação, se preciso, às finalidades militares.

Transportes e comunicações

É este um problema da maior relevância e sem cuja solução satisfatória desaparece a ação dinâmica dos exércitos. No caso de uma guerra, cumpre facilitar ao máximo a mobilidade das tropas, seu abastecimento, o abastecimento das populações civis, o fluxo e refluxo da exportação e da importação, a vigilância do litoral e dos centros vitais do país, as comunicações rápidas pelo rádio do governo com as tropas e com os agentes de informação.

O Exército, em seus estudos e visando às providências indispensáveis, precisa correlacionar-se com:

a) o sistema das estradas de ferro;
b) a sistemática militar das estradas de rodagem;
c) a Marinha Mercante;
d) a navegação fluvial;
e) a Embratel; e
f) os Correios e Telégrafos e Telefones.

Em relação às estradas de ferro, cumpre acompanhar os aperfeiçoamentos de suas locomotivas e material rodante, a capacidade de material fixo, os traçados mais convenientes às operações militares. O mesmo se deve dar, quanto ao traçado e condições de seus leitos, pontes, com as estradas de rodagem. A Marinha Mercante precisa aparelhar-se para cumprir suas missões na paz e na guerra, pois ela é necessária para o abastecimento do país e transporte de tropas. A navegação fluvial não pode continuar no estado embrionário em que se encontra, seguindo o exemplo da Alemanha (Reno); Rússia (Volga); Áustria e Hungria (Danúbio); França (Sena); Estados Unidos (Mississipe), pois possuímos rios caudalosos aptos a completar as rodovias e ferrovias. No campo de comunicações é preciso utilizar a Embratel e atualizar os serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Serviços de informações

O assunto não deve ser explicitado nem pormenorizado neste estudo,

dada a sua natureza confidencial. Tais serviços referem-se ao conhecimento dos planos inimigos sob o caráter militar e de sua ação interna através de elementos infiltrados no país. Nos dias correntes, a espionagem atua em todas as nações, haja vista o espantoso escândalo ocorrido no Canadá pela denúncia do diplomata soviético Igor Gouzenko, foragido da sua embaixada, e a recente expulsão de 105 diplomatas russos pelo governo inglês, pois as representações diplomáticas soviéticas dão cobertura a ampla rede de espionagem. Cumpre-nos a organização de eficiente serviço de contra-espionagem.

Premunição contra guerrilhas e terrorismo

Uma nação não pode desenvolver uma atividade eficiente contra o inimigo externo, se estiver minada por inimigos internos, que se manifestam através de guerrilhas e de terrorismo, parte integrante dos planos da chamada "guerra revolucionária", instrumento pelo qual o totalitarismo comunista pretende destruir as resistências do mundo ocidental. Paralelamente a tais ações diretas dos elementos subversivos, desenvolve-se a ação indireta da disseminação de conceitos de vida imorais, que determinam a degeneração dos costumes na juventude e nas famílias, com o objetivo de levar o povo à apatia, ao desinteresse pelos nobres ideais, à indiferença (que corresponde a uma forma de colaboração) diante dos atos praticados por indivíduos ou grupos de indivíduos empenhados na destruição nacional. São veículos dos vírus patogênicos, que operam nas estruturas morais da nacionalidade, certa imprensa, sobretudo a das revistas ilustradas, o cinema, o teatro, o rádio e a televisão. Na parte deste estudo em que nos referimos ao "valor homem", mostramos como este é o elemento fundamental da saúde dos exércitos e da vitalidade das nações. Ora, se tal valor chega a ser deteriorado, nada mais restará para uma pátria. Através do ensino no Exército, nos diversos graus (primário, médio e superior), cumpre que estejam presentes estas questões e ministrados, mediante educação moral e cívica, os antibióticos morais capazes de provocar as reações necessárias à manutenção da vitalidade nacional.

Entrosamento do Exército, Marinha e Aeronáutica

Nem na paz, nem na guerra, o Exército deve isolar-se de seus irmãos da Marinha e da Aeronáutica. Na paz, criando-se um espíritio de cooperações recíprocas visando à finalidade dos supremos interesses da pátria. Na guerra, ajudando-se mutuamente, pois o Exército não pode prescindir da cooperação das forças navais e aéreas como elementos de colaboração, apoiando e cobrindo as operações das forças terrestres. Assim, não será possível uma ação eficiente das armas de terra, mesmo com a cobertura de sua artilharia e o poder de sua

mecanização, sem a concomitante intervenção dos aviões de bombardeios e de reconhecimento e dos de caça para impedir o êxito das iniciativas inimigas pelo ar, nem podem prescindir da marinha de guerra para evitar desembarques de inimigos em pontos do litoral que serão portas abertas a ações pela retaguarda de nossos efetivos em combate.

Serviço de propaganda interna e externa

A propaganda é uma arma de guerra importantíssima. Ela mantém o nível de otimismo e confiança na população do país e objetiva quebrar o moral da nação ou nações adversárias. Deve ser exercida no sentido de convencer as populações dos países que nos fazem guerra da injustiça da sua causa; do sacrifício que os governos sustentadores de princípios errôneos e de ambições insensatas impõem aos seus povos; da impossibilidade de alcançarem vitória; da insuficiência de seus recursos para alimentar por tempo dilatado a população civil. Esse trabalho exige outro tipo de mobilização: jornalistas, locutores de rádio e televisão, técnicos em estatísticas, escritores, poetas, artistas, o que tudo constitui um corpo de exército indispensável à ação militar que se desenvolve nos campos de combate.

Política de descentralização de bases

Uma das causas da derrota da Alemanha na guerra de 1939-45 foi estarem suas indústrias de guerra sujeitas aos bombardeios dos aliados, sem possibilidade de uma contrapartida. Nos primeiros meses e anos de conflito, os aviões alemães puderam bombardear a Inglaterra, suas indústrias e população civil. Depois da conquista da Noruega, da Holanda, da Bélgica, da França e da Europa Central, quando tudo parecia favorável ao domínio do III Reich, as forças germânicas paralisaram nos Pirineus. Nesse período de estacionamento da ação guerreira de seus exércitos, começou a faltar combustível para *raids* mais extensos e freqüentes. Sua vitória na Europa parecia consolidada, tanto que os Estados Unidos mantinham uma representação diplomática em Vichy, e a lei de Roosevelt, *to pay and carry*, favorecia a venda de armamentos para ambos os beligerantes. Depois do incidente com o Japão, ao qual os norte-americanos declararam guerra, sobreveio, como conseqüência, a guerra dos Estados Unidos contra o eixo Roma–Berlim. Daí por diante, os centros industriais bélicos do adversário ficaram fora de alcance das armas aéreas alemãs, ao passo que o território germânico ficava à mercê da aviação aliada. A inacessibilidade dos grandes estaleiros das indústrias de guerra de um mundo que abrangia a maior porção de territórios do globo, tornou-se um elemento de ação defensiva e ofensiva incontrolável.

Com o advento das armas atômicas, o esquema da guerra em nossos dias evidenciou este axioma irredutível: em condições equivalentes de poder ofensivo, a maior vantagem é a das nações que dispuserem de maiores condições defensivas.

Desde a revolução industrial do Século XIX até o presente, as potências ocidentais centralizaram seus parques de indústria e suas massas populacionais, criando as grandes cidades como Londres, Nova York, Chicago, os centros de indústrias acumulados em pequenas áreas. A União Soviética, que era incipientemente industrial, tornou-se em nosso século, pelas concessões absurdas que lhe foram facultadas pela imprecaução dos líderes do Ocidente, uma potência com indústrias modernas. Tendo já o conhecimento da bomba atômica, descentralizou seus parques industriais e suas populações. A situação, agora, das nações do ocidente é a de uma perigosa concentração de suas bases vitais. No Brasil, onde se começa o desenvolvimento industrial, estamos em tempo de evitar o seu acúmulo de sorte que algumas bombas atômicas possam destruir nossa vitalidade nacional.

Este pensamento deve estar presente nos estudos a se realizarem pelas Forças Armadas e, particularmente, pelo Exército.

Conclusão

De tudo quanto expusemos nestas considerações preliminares de nosso relatório, deduzimos a importância que representa, no atual momento, o ensino no Exército. Temos de criar uma força militar consciente das realidades do mundo contemporâneo, possuidora dos modernos conhecimentos advindos do progresso científico e da tecnologia, adestrada para a luta sob a inspiração de novos conceitos estratégicos táticos, orientada por uma filosofia que lhe dê a compreensão das inter-relações entre as três armas, destas com a população civil e com as condições geográficas, econômicas, demográficas, sociológicas, psicológicas da Nação, não se olvidando do estudo de idênticas condições dos países que, eventualmente, poderão ser nossos aliados ou inimigos.

Além da estratégia e tática estritamente militares, compete aos mais altos escalões do Exército e aos estadistas que governam a Nação ter em vista a "grande estratégia", que envolve outros fatores, não militares, mas coadjuvando com estes na efetivação de uma larga política internacional, para cujo êxito necessitamos de lúcida constante cooperação da nossa diplomacia.

As probabilidades de emprego das bombas "H" e "A" são ainda duvidosas. As nações detentoras de tal poder de destruição preferem as guerras limitadas, setoriais, com a utilização de armas que, desde a Segunda Grande Guerra, são as mesmas, apenas aperfeiçoadas. Nossa concepção militar deve,

portanto, ter em vista dois fins: a prática da guerra tal como ela tem sido até o presente, incluindo a introdução dos novos métodos de guerrilha, e a preparação para a possibilidade de uma guerra atômica.

Estas considerações devem ser levadas em conta quando se trata do ensino militar atualizado, de acordo com as circunstâncias criadas pelo avanço da ciência e da tecnologia, assim como das conseqüências de uma política internacional sinuosa, baseada em interesses que já não se disfarçam, e que, no fundo, consagra o princípio do "fato" acima do superior idealismo do "direito".

O projeto em apreço

Como vimos, no início destas considerações, o general Orlando Geisel, um dos mais brilhantes oficiais do Exército brasileiro, com noções precisas do problema da guerra moderna, apresentou este projeto ao Presidente da República, dizendo em sua justificativa que "o preparo da força terrestre tem hoje, aspectos bastante diferentes dos de três décadas atrás, seja pela possibilidade de emprego de novas táticas, de técnicas mais avançadas e de materiais diferentes, seja pela perspectiva de operações em ambientes profundamente modificados social e economicamente".

Em homenagem a sua larga visão do problema militar, já que a sua justificativa é sucinta e sóbria, quisemos bosquejar uma noção geral sobre o problema da guerra moderna, para confirmar o acerto do ilustre Ministro.

Observamos, após a leitura atenta do projeto e confrontando-o com o Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1942, haver S. Ex.ª suprimido várias explicitações contidas em dispositivos deste, não só com referência aos temas e modalidades do ensino nas tropas, como no relativo à preparação de oficiais e efetivos da "reserva". Queremos acreditar que o ilustre Ministro pretende que tais assuntos devem ser objeto de regulamentação da lei proposta, pois o projeto declara no artigo 29 (cap. IX): "O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias" e acrescenta no parágrafo único do mesmo artigo: "O Ministro do Exército, até a implantação definitiva das disposições desta lei, poderá expedir os atos complementares que se fizeram necessários à sua execução".

II – Voto do Relator

Isto posto, e pretendendo que o Poder Legislativo ofereça ao Executivo, como colaboração, elementos julgados indispensáveis ao ensino militar e sugestões implicitamente contidas na apreciação dos diversos aspectos da guerra moderna, e louvando o titular da Pasta do Exército pela sua oportuna iniciativa, somos de parecer que se aprove o Projeto n.º 340, de 1971, encaminhado pela Mensagem n.º 341 do mesmo ano.

Sala da Comissão, 29 de setembro de 1971. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO DE LEI N.º 621-A, DE 1972

Institui a "Semana da Música Brasileira".

Voto em separado do Sr. Plínio Salgado

I – Relatório

O Deputado Paulo Abreu propõe, no seu projeto, seja instituída a "Semana da Música Brasileira", a ser comemorada anualmente em todo o nosso País, nos dias precedentes ao início da primavera. Durante essa semana será obrigatória a execução exclusiva de composições nacionais na programação das emissoras de rádio e televisão. O art. 3.º do projeto impõe a multa de um salário mínimo local para cada música tocada e oriunda de outros países, com o que se constituirá um fundo destinado à divulgação da música brasileira. O artigo 5.º determina a realização de conferências, cursos, publicações sobre a vida e a obra de compositores nacionais, a promoção de festivais, pelos órgãos do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação e Turismo dos Estados e Municípios, durante a semana projetada, e incumbe esses órgãos da fiscalização e aplicação das penalidades a que se refere o art. 3.º da lei proposta.

A justificação do ilustre parlamentar é breve, mas expressiva. Mostra a importância da música de um povo, como reveladora de sua psicologia, sua formação racial, seu caráter, seu sentimento e sua evolução histórica. Chama a atenção do legislador para o fato de a "Semana da Primavera" constituir um prolongamento da "Semana da Pátria", confirmando e exemplificando o nacionalismo que distinguiu a primeira nas comemorações da Independência.

Origens e evolução da música

Razão de sobra tem o autor do projeto quando confere à música um caráter sociológico e psicológico expressivo da personalidade nacional de um povo. Ao pesquisarmos as origens dessa arte, encontramo-la nas raízes das civilizações egípcia, assírio-babilônica, onde relevos, murais e esculturas nos mostram instrumentos de corda, de sopro e percussão, indicadores da existência de uma arte musical praticada em cerimônias religiosas e desfiles festivos, exprimindo os sentimentos daqueles povos. Na *Bíblia*, encontramos no Salmo 32 de David, esta enumeração dos instrumentos então usados:

"Celebrai, oh, Senhor, com a cítara, entoai-lhe hinos na harpa de

dez cordas, cantai-lhe um cântico novo acompanhado do clangor das trombetas."

Era a alma do povo de Israel manifestando-se pela música. Passando à Grécia Antiga, ali vemos a música, não só nas danças e representações teatrais, com seus coros, mas como objeto de estudos de Pitágoras, Platão, Aristóteles, começando-se já as tentativas de notações escritas, pela utilização das letras do alfabeto. Essa utilização foi mais tarde imitada pelos romanos, cuja arte musical não diferia da de seus mestres gregos.

O cristianismo trouxe nova contribuição à música, que teve como símbolo, na época das catacumbas, Santa Cecília, até hoje padroeira universal dos músicos. Dos cânticos cristãos originou-se muito mais tarde a arte ainda primitiva da Idade Média, quando Santo Ambrósio, arcebispo de Milão, no Século IV, serviu-se das melodias populares, coordenando-as no chamado "canto-chão", que no Século VI foi denominado "canto gregoriano", para o qual o Papa Gregório, o Grande, criou uma escola destinada a cultivar e propagar a nova música. Nesse período, os romanos simplificaram as notações, enunciando-as pelas primeiras letras do alfabeto. No curso da Idade Média, inventaram-se os "neumas", posteriormente substituídos por pequenos losangos, precursores das notas musicais. Foi, entretanto, somente no Século XI que Guido d'Arezzo criou a atual pauta e notas musicais, utilizando-se das sílabas iniciais dos versículos do *Hino a São João*, que são dó, ré, mi, fá, sol, lá, às quais foi acrescentada posteriormente "si".

Daí por diante, a música toma novo impulso, primeiro com os trovadores e menestréis, que divulgaram canções de burgo em burgo e ensinaram o povo a cantar; depois, a partir do Século XIV, o aparecimento dos grandes compositores, entre eles Dufay, Ockeghen, Des Prés, Lassus, Goudimel, estes dois últimos no Século XVI.

Nesse tempo – como acontece em nossos dias – as igrejas católicas sofriam a influência da música mundana, ouvindo-se nos templos temas de canções obscenas e missas inteiras acompanhadas de motivos populares. Só depois do Concílio de Trento surgiu a verdadeira música sacra, com o gênio criador de Palestrina.

O aparecimento da ópera dá-se no Século XVII, com Monteverde. É o tempo de Couperin, Corelli, Tartini, Stradella, Critofori, construtor do primeiro "cravo" precursor do piano, Stainer, Guarnerius e o famoso construtor de violinos, Stradivarius.

Chegamos, finalmente, ao período dos grandes clássicos da Alemanha, da Itália e da França. Estamos no Século XVIII. Emergem as figuras de Händel, Haydn, Mozart, Hummel, sob a égide do insuperável Bach. Aparece o gênio empolgante de Beethoven; na fase do romantismo, brilham os nomes de

Weber, Mendelssohn, Schubert, Schumann, Liszt, Chopin e o gigantesco Wagner. Na Itália, Scarlatti, Pergolèse, Piccini, Sacchini, Cimarosa, Paisiello, Spontini, o dedicado Boccherini, o gênio de Rossini, até chegarmos, no Século XIX, a Verdi. Na França, distinguem-se Rameau, Lully, Gluck, Auber, Meyerbeer, Halévy, Niedermeyer, Berlioz, Gounod, César Franck, Bizet, Massenet, Saint-Saëns e outros.

A música do Brasil

De maneira mais definitiva, podemos dizer que a música brasileira surgiu com José Maurício, que nasceu em 1767 e morreu em 1830. Em 1817, Spix e Martius assinalavam o culto da música pelos brasileiros. Nos meios populares dominava o gosto pelas "modinhas", tendo ocorrido naquele tempo o aparecimento do "fado", que depois passou para Lisboa e naturalizou-se português. Na sociedade elegante cultivava-se a música clássica. Com a vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro, aquele monarca, apaixonado pela música, trouxe para o Brasil Marcos Portugal, compositor lusitano de raro valor; promoveu saraus no Paço, onde se ouviam Haydn, Händel, Bach e outros índices da cultura musical européia. Fundando o Teatro São João, o Príncipe Regente, depois Rei de Portugal, Brasil e Algarves, introduziu em nosso País a ópera. Nesse ambiente esplendeu o gênio de José Maurício, que não deve ser confundido com o seu homônimo de Portugal, também compositor e mestre de capela em Guarda e Coimbra. O nosso José Maurício era brasileiro nato e, chamado à Corte de D. João VI, fez-se rival, muitas vezes com vantagem, de Marcos Portugal. Sua produção foi copiosa, não só no referente à música sacra, mas também profana. Em sua biografia escrita pelo Visconde de Taunay, conta este que a maior parte das composições de José Maurício foram extraviadas e perdidas, sobrando entretanto apreciável material pelo qual se pode ajuizar da capacidade criadora do nosso patrício.

Outro grande compositor foi Francisco Manuel, nascido em 1795 e falecido em 1865. É o autor do nosso *Hino Nacional*, que até hoje cantamos. Fundou o Conservatório de Música. Sua influência de tal modo se exerceu que os críticos mais conceituados classificam grande parte do Século XIX como o período de Francisco Manuel.

Numerosos são os compositores em nosso País na segunda metade do século que nos precedeu. O maior de todos, Carlos Gomes, nasceu em Campinas, em 1836, e faleceu em Belém do Pará, em 1896. Iniciou seus triunfos com a ópera *Noite no Castelo*, no Rio de Janeiro. Enviado à Europa por D. Pedro II, obteve sucesso internacional no teatro Scala, de Milão, com a ópera *Guarani*, em 19 de março de 1870. Ouvindo-o, disse Verdi: "Este jovem começa por onde eu acabo". Produziu ainda Carlos Gomes as óperas *Salvador Rosa,*

Maria Tudor, *Condor* e *Lo Schiavo* esta considerada a sua obra mais [illegible]. Compôs também modinhas populares, sendo até hoje cantada, com emoção, a que principia pelo verso "Tão longe, de mim distante".

Além de Carlos Gomes, devemos mencionar outros criadores musicais dos fins do Século XIX e primeira metade do atual, entre os quais se destacaram Alexandre Levy, Alberto Nepomuceno, Francisco Braga, Bevilaqua, Mignoni, Guarnieri, vindo culminar nossas revelações o grande intérprete da alma nacional, Vila-Lobos. Teve este o condão de utilizar e desenvolver temas genuinamente nacionais, inspirados em danças e cantos de nossos indígenas e na contribuição de motivos afro-brasileiros, além de toadas populares de origem lusitana. Transpôs tais subsídios para composições expressivas de uma técnica moderna filiada à revolução artístico-literária de 1922.

Falando de música brasileira, não podemos deixar de nos referir ao rico manancial das composições carnavalescas de numerosos autores que, ano por ano, fixaram assuntos políticos e sociais do nosso País e outras de cunho de profunda brasilidade pelo colorido e ritmo, como a comovente "Aquarela do Brasil", o saltitante "Tico-Tico no Fubá", o "Adeus Belém do Pará", o "São Paulo Futuro", a "Florisbela", a "Camélia que caiu do Galho", a "A Banda a Passar", ou encantadora barcarola que se tornou o canto dos nossos marinheiros. A tais criatividades, temos a juntar as provenientes das lendas amazônicas, entre as quais o "Tajapanema" e os assuntos nordestinos como "Tu me Ensinas Fazer Renda", os mineiros como "Peixe Vivo", os do Brasil Central como a "Siriema do Mato Grosso", os gaúchos de típica influência açoreana. Merecem destaque os "maxixes" do começo deste século e os sambas que se multiplicam em nossos dias.

A infiltração da música popular norte-americana, monótona e descolorida, ameaçou, de tempos para cá, o sentido nacional brasileiro da nossa criação musical, até mesmo adaptando ao ritmo negróide de Harlem e de Charleston, algumas de nossas composições mais típicas. Verifica-se, entretanto, na geração novíssima, um movimento de retorno à brasilidade.

A preservação dos caracteres da personalidade nacional nas expansões do sentimento através da linguagem musical, erudita ou manifestada pelo povo brasileiro, é de grande importância no atual momento em que precisamos afirmar-nos como Nação. Temos de ser o que somos, em tudo, evitando todas as influências estrangeiras que nos descaracterizam.

O Projeto n.º 621, de 1972

Diante do que acabamos de expor, julgamos da maior oportunidade a proposição do nobre Deputado Paulo Abreu, instituindo a "Semana da Música Brasileira". Tem sido critério da Câmara dos Deputados rejeitar qualquer

projeto objetivando criar dias comemorativos de atividades funcionais, profissionais ou culturais, evitando o abuso que se vinha verificando de tempos para cá, de iniciativas nesse sentido. Mas, no caso presente, o projeto não pode nem deve ser compreendido entre aqueles que visam a satisfazer interesses de classes, categorias ou profissões. Trata-se de uma semana, com finalidades altamente patrióticas, de significação eminentemente cultural e de uma oportunidade reclamada por uma pátria que quer conservar, como condição de justificação de seus progressos materiais, uma base espiritual indispensável à manutenção da sua personalidade.

Já é tempo de, não somente neste setor, mas em muitos outros fazer-se sentir a ação governamental no sentido de elevar o nível de mentalidade de nosso povo, hoje submetido a programas de televisão e rádio que em vez de o vitalizar por meio de uma educação nobilitadora, rebaixa-o através de assuntos medíocres, de representações cretinas, que, para usar o termo popular, chamaremos de "chanchadas". Que ao menos durante uma semana no ano tenhamos algo de superior, de educativo, de estímulo à brasilidade e ao amor à Pátria.

II – Parecer

Fundamentado na rememoração histórica, interpretação sociológica, no amor à Pátria, à conservação da personalidade nacional brasileira, tendo em vista ainda o parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, opino favoravelmente ao projeto, que deve ser aprovado.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 1972. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO DE LEI N.º 1.041-A, DE 1972

Dispõe sobre o ensino da língua latina nas escolas de 1.º grau.

Voto em separado do Sr. Plínio Salgado

I – Relatório

O Deputado Alfeu Gasparini é o autor deste projeto que restitui ao latim o lugar de que foi banido nas escolas. Trata-se de medida da maior importância, principalmente se tivermos em vista a decadência da própria língua portuguesa, entre os estudantes até de cursos superiores. Sobre assunto de tamanha relevância, diremos o seguinte:

O latim

A língua latina origina-se de um dialeto itálico falado às margens do Tibre e no Lácio. Como o grego e o sânscrito, pertence aos grupos lingüísticos indo-europeus. A formação do latim processou-se em vários períodos: o da Monarquia, o da República, o do Império; desde o reinado de Augusto até a transladação da capital para Constantinopla. Daí por diante, começa a decadência, com a invasão dos bárbaros, de que resultou o "baixo latim" e o surgimento das línguas originárias da língua-mãe.

É incontestavelmente no tempo de Augusto e no de seus sucessores que o latim, como forma de expressão e beleza literária, atinge o máximo apogeu. A influência grega enriquece-o. Surgem os grandes escritores e poetas: Horácio, Virgílio, Cícero, Plínio (o velho e o moço), Júlio César, Ovídio, Lucrécio, Tito Lívio, Suetônio, Tácito, Proprécio, Tibulo, Catulo, Marcial, Juvenal, para apenas citar os de primeira grandeza.

Tornou-se o latim o idioma de todos os povos conquistados pelas legiões romanas, um instrumento de convívio e de interconhecimento entre as nações, regidas pelo Direito das Gentes e influenciadas pelas normas de bom senso e equilíbrio do Direito Romano que, mais tarde, seria definitivamente codificado por Justiniano. Sem que o percebessem os "quirites", nem os generais do Império, nem os poetas e escritores, Roma unificava as nacionalidades, preparando-as para o advento do cristianismo.

A princípio, a língua latina não tinha a flexibilidade da grega; os sufixos eram pesados e o vocabulário pobre; não se prestava à expressão das idéias abstratas; em compensação foi sempre muito clara, convindo à expressão

concisa das leis, das sentenças morais e das inscrições. Os gêneros mais reveladores do caráter romano eram a moral, o direito, a história e a sátira. A convivência com a Grécia inspirou e enriqueceu os motivos poéticos latinos e criou novos ritmos de que são testemunhas os escritores e poetas da fase imperial.

O baixo latim

Seria natural que, com a invasão dos bárbaros, o latim falado em toda a Europa sofresse grandes alterações, pela adulteração dos vocábulos, sua significação, diminuição, transposição, acréscimos e trocas de letras e sílabas. Eram os visigodos, ostrogodos, vândalos, góticos, sarmatas, que misturavam suas línguas originais com o latim. O latim puro conservou-se como idioma oficial da Igreja e como língua judiciária e dos atos públicos, assim como nos escritos filosóficos, sendo também falado correntemente nas cortes e na alta sociedade. Já nos documentos das relações civis entre partes predominava a mescla do latim com os diversos idiomas dos invasores.

Origem da língua portuguesa

Quem não estudou latim não pode ter noção da própria língua portuguesa. Pelo menos alguns rudimentos são necessários para se tomar conhecimento da etimologia das palavras que usamos, as raízes dos vocábulos de nossa língua e, sobretudo, para mantermos a consciência das fontes tradicionais de que proviemos.

Como o francês, o italiano e o espanhol, a origem principal do idioma português é o latim. Bem sabemos da contribuição dos godos, suevos, alanos, celtas, vândalos e posteriormente dos árabes na Península Ibérica, dos quais conservamos numerosos vocábulos e expressões. Nossa raiz, entretanto, está no latim.

Demonstra-o Duarte Nunes de Leão no livro pacientemente composto sobre as origens do nosso idioma. Depois de citar as palavras latinas modificadas pela mudança de gênero, transmudação de umas letras em outras, e variadas práticas de corrupção dos vocábulos (suprir por *supplere*, brando por *blandus*, grude por *gluten*, nêspera por *nespilum*, ouvido por *auditus*, amado por *amatus* etc.), oferece-nos o autor uma longa lista de termos da língua latina, que usamos diariamente, sem que muitos não saibam de onde vêm. Dessa lista selecionamos o seguinte:

assula – acha (de lenha);
certus, certa, certum – acertar, certo, certeza;

dexter – adestrar;
atrium – adro;
limpidus, limpida, limpidum – limpar, limpo, limpeza;
ante natus – enteado;
pane et aqua – apaniguado;
oriza – arroz;
radicare – arraigar;
suflare – soprar;
valeo – avaliar (e derivados);
venturus, ventura, venturum – aventurar, aventura, aventureiro;
velico – beliscar;
belare – balir (de ovelha);
ricornis – bigorna;
bulio, bulis – bulir, ebulição, bule;
captare – catar;
plorare – chorar;
sugo, suquis – sugar, chupar;
com et inicio – começar;
computare – contar;
coquo, coquis – cozer, cozinhar;
dejectare – deitar fora;
disparatum – disparate;
inceptare – encetar;
insipido – insípido;
duplicare – dobrar;
insulsus – insosso;
stare – estrago;
feria – feira;
janua – janela;
lucror, lucraris – lucro;
mealha – mealheiro;
minimus – mínimo
minutus capite – menoscabado, menoscabar;
mensura – mesura;
modus – modéstia;
pacare (apaziguar ou amansar) – pagar;
partiarius – parceiro;
calente – quente;
hispidus – ríspido; e
sensatus – sizudo, sensato.

Traz ainda Duarte Nunes Leão a lista dos vocábulos que nos vieram dos godos, dos árabes e demais povos que habitaram a península e outra das palavras genuinamente autóctones, já faladas pelos lusitanos, antes das invasões romana e dos bárbaros. No entanto, o que fica patente é a contribuição do latim na língua portuguesa.

O modelo dos antigos

Quem conhece, ainda que rudimentarmente, o latim, não precisa recorrer ao dicionário para saber a significação de uma palavra. O próprio radical ou a composição silábica orientam quem lê ou escreve quanto à interpretação do vocábulo proposto. Quanto ao estilo e composição das frases em língua portuguesa, não foram outros os modelos procurados pelos clássicos da literatura luso-brasileira, senão os dos latinos. A eloqüência de Cícero, a limpidez das narrativas de César, a sobriedade de Tácito, os relatos épicos de Virgílio inspirado pelos cantos de Homero, o descritivo da natureza deste mesmo poeta e de Horácio, a riqueza verbal de Lucrécio, a graça de Catulo, a elegância de Ovídio, os escritos filosóficos de Sêneca, as exposições científicas de Plínio, o Velho, e as cartas de Plínio, o Moço, o estilo correto de Suetônio, a ironia de Marcial e Juvenal, o teatro de Plauto e de Terêncio, para só nos referirmos ao período de 200 anos antes da nossa era até 200 depois de Cristo.

Não se falando dos gregos, que não constituem objeto deste pequeno estudo, a influência exercida pelos escritores e poetas latinos que citamos foi enorme na Itália, na França, Espanha, Portugal e expandiu-se mesmo nos países germânicos e anglo-saxões.

A arte de falar e escrever, do mesmo modo como as artes plásticas e a música constituem um elo que vai de geração em geração, guardando o sentido de harmonia ainda que as circunstâncias de novos tempos modifiquem certas formas de expressão. Assim, no que diz respeito à literatura, cumpre recorrer aos antigos, tal como fizeram os clássicos franceses, ingleses, alemães, italianos, espanhóis e portugueses, cuja leitura (sobretudo os de língua portuguesa) deveria ser obrigatória em nossas escolas, quando vemos alunos do científico e mesmo de escolas superiores mostrarem-se incapazes de redigir sequer uma carta.

Possuindo muitos incunábulos e livros do Século XVI, mostrava-os eu a um grupo de estudantes, quando, a certa altura, tendo em mãos uma *Odisséia* de Homero, de 1547, disse-lhes: "este livro pertenceu a Camões". Quase caí para trás, ao ouvir a pergunta unânime dos rapazes: "Quem foi esse Camões?". Mais grave foi em São Paulo, quando um grupo de professores e professoras das nossas escolas de filosofia pedia que lhe explicasse "quem foi esse tal de Dante". Não admira tão vasta ignorância em nossos estabelecimentos de ensino e, num

ambiente como esse, foi natural a supressão do latim, como coisa velha e imprestável.

Utilidade do latim para o estudo das línguas neolatinas

O estudo das línguas francesa, italiana, espanhola será muito facilitado aos que conhecerem, pelo menos, rudimentos do latim. O número de palavras em qualquer desses idiomas originárias da mesma fonte é avultadíssimo. Algumas quase se identificam com o português e idiomas irmãos. Por exemplo:

vinho (português e espanhol), *vino* (italiano), *vin* (francês);
pão (português), *pane* (italiano e espanhol), *pain* (francês);
jardim (português), *giardino* (italiano), *jardino* (espanhol), *jardin* (francês);
homem (português), *hombre*, (espanhol), *uomo* (italiano), *homme* (francês);
livro (português), *libro* (espanhol e italiano), *livre*, (francês);
fogo (português), *fuoco* (italiano), *fuego* (espanhol), *feu* (francês); e
vida (português), *vida* (espanhol), *vita* (italiano), *vie* (francês).

Seria longo citar centenas de palavras, idênticas ou quase idênticas, comuns às línguas neolatinas. As diversidades sintáticas da composição das frases pouco alteram o espírito fraterno dos idiomas originários do latim. A própria língua inglesa contém muitos elementos latinos, oriundos da ocupação romana no tempo de Cláudio e, muito mais tarde, da influência gaulesa decorrente da invasão de Guilherme, o Conquistador. O mesmo se observa no idioma alemão, não só quanto a certos vocábulos, como no referente à construção das frases, que guardam a tradição das declinações latinas. Além de tais utilidades do estudo do latim temos outras.

Livros filosóficos e científicos

Até o Século XIX, todos os livros de filosofia eram escritos em latim. Durante o largo período que vem do Século IV e atravessa toda a Idade Média e, posteriormente, na fase do racionalismo e do naturalismo dos Séculos XVII e XVIII, tivemos em latim a Suma Teológica de S. Thomás de Aquino, as obras de Duns Scot, a *De Monarquia*, de Dante Alighieri, em tempos mais modernos, a obra de Locke *De intellectu humano*, não se falando de uma vasta literatura entre cujos livros destaco a *História dos Godos*, de Olavo Magno, arcebispo de Upsala, impressa em 1567 com mais de mil gravuras em madeira e cerca de mil páginas de texto, que adquiri com a intenção de mandar traduzir, não encontrando até

hoje no Brasil ambiente cultural para tamanha empresa. No espaço de todos esses séculos, as obras básicas da filosofia européia foram escritas em latim.

O que mais interessa, entretanto, nos dias em que vivemos, quando há uma tendência para abandonar as elucubrações filosóficas para atender aos reclamos da ciência, é certamente o que escreveram os grandes vultos da medicina, da botânica, da geologia, da fisiologia e da astronomia.

Não iremos, nestas breves considerações, enumerar as obras em latim escritas pelos que prepararam e deram início às grandes pesquisas atuais no campo da ciência. Basta falarmos de um autor que diz respeito diretamente ao Brasil. Refiro-me a Von Martius, que, depois de ter viajado por todo o território brasileiro, escreveu e publicou em latim a *Flora Brasiliensis*, a *História naturalis palmarum*, além de outras obras sobre nosso País.

Até hoje, a língua latina é ainda adotada pelos cientistas, sobretudo no campo da medicina.

E que dizer no que se relaciona com a ciência do Direito? Como é possível ao aluno estudar Direito Romano, sem ter a mínima noção do latim? Há no que concerne às expressões jurídicas brocardos que, se passados para o português, perdem a sua força e íntima significação. Será crível que um futuro advogado entre para a Faculdade de Direito jejuno em língua latina e posteriormente nem saiba se exprimir segundo os termos técnicos e os conceitos que são permanentes e que atualizam o pensamento dos juristas romanos na aplicação das leis que nos regem?

O ensino do latim é, portanto, fundamental para qualquer carreira escolhida pelos jovens, quer na esfera das ciências positivas, quer na das especulativas.

Conclusão e Voto

Mediante todas estas considerações, julgo oportuno, sensato e patriótico o projeto do Deputado Alfeu Gasparini.

Ele trás, além de tudo, a criação de nossa consciência de origem nobre e digna. As nações que perdem essa consciência despersonalizam-se, não mais sabendo de onde vieram e para onde devem ir. O progresso não exclui a tradição; antes são palavras sinônimas como indica o prefixo *pro* (ir para diante) e a origem latina de *traditio*, que significa "de trás para diante".

Nestas condições, dou meu voto para aprovação do Projeto n.º 1.041, de 1972.

Sala da Comissão, em 1.º de setembro de 1974. – *Plínio Salgado*, Relator

PROJETO DE LEI N.º 1.059-A, DE 1972

Admite novas experiências para habilitações profissionais.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório – Parecer inicial

O nobre Deputado Adhemar de Barros Filho, através da propositura que ora tramita nesta Comissão de Educação e Cultura, admite novas experiências pedagógicas para habilitações profissionais, sugerindo a criação de instituições escolares livres no funcionamento dos seus cursos e na composição curricular dos mesmos. Assim é que a Escola:

1) está fora do processo de controle formal do Sistema de Ensino, quer quanto às exigências de autorização de funcionamento, quer quanto às exigências de reconhecimento; e

2) está fora do controle normal exercido pelo Sistema de Ensino, quer quanto à exigência de mínimos curriculares para a educação geral (núcleo comum) e habilitação profissional, quer quanto à exigência de carga horária dos cursos a serem oferecidos.

O que se cria, de fato, é uma Escola dinâmica, plástica, atual e prospectiva, livre do controle estatal que poderia emperrá-la, que poderia concorrer para o continuísmo do hiato existente entre a Escola regular e as necessidades da vida real. Se estendermos à Escola exigências a serem atendidas, *a priori*, para a sua autorização, em que seria inovadora a proposição? Se estendermos à Escola as exigências mínimas do núcleo comum ou das habilitações profissionais, interpretação errônea a que poderíamos ser levados, pela redação original do projeto, em que estaríamos inovando? Quaisquer alterações nestas características da Escola poderiam descaracterizá-la, destruí-la.

O parecer da Assessoria do Ministério da Educação e Cultura sobre o projeto em exame trouxe-nos valiosa colaboração para o acrisolamento da proposição:

> 1) à expressão "oficializados", preferimos, no artigo 7.º, "reconhecidos". No mesmo artigo, substituímos a expressão "exigências mínimas do Sistema de Ensino" por "exigências mínimas desta lei". De fato, as exigências a serem atendidas para uma possível ação de

reconhecimento por parte dos Conselhos Estaduais de Educação são aquelas mínimas exigências determinadas pelo próprio projeto de lei, sob pena de conflitarem-se as disposições da proposição analisada;

2) ao termo "3.º grau", preferimos "nível superior";

3) às exigências mínimas para o funcionamento da Escola (art. 8.º, II), acrescentamos a idoneidade moral e profissional da direção do estabelecimento;

4) ainda com referência às exigências mínimas para o funcionamento (art. 8.º, item III), incluímos o "prédio", embora a Escola seja "função" muito mais do que "endereço". Entendemos, entretanto, que deverá existir uma sede para a instituição;

5) ao artigo 4.º, fizemos a ressalva do disposto no artigo 7.º, aclarando o sentido do projeto; e

6) alteramos a redação do artigo 3.º, excluindo, explicitamente, as exigências de carga horária dos cursos e mínimos curriculares das habilitações profissionais (art. 3.º, II). Em decorrência desta alteração, o item III do mesmo artigo suprimiu a expressão "parte diversificada". Entendemos que, não havendo exigência para o mínimo curricular da habilitação profissional, *ipso facto*, não haverá exigência para a parte diversificada, naquilo que chamamos "formação especial".

Sobre possível conflito entre o que dispõem os sete primeiros artigos e os restantes, não há em que concordar. O que ocorre é que, a partir do artigo 8.º, a Escola apresenta o que poderá ser chamado de controle estatal mínimo, ou seja, Regimento e Relatórios sujeitos aos Conselhos Estaduais de Educação.

Quanto à objeção de que o artigo 64 da Lei n.º 5.692/71, por si só, já proporia o mesmo tipo de escola criado pelo presente projeto de lei, não há em que concordar. O que fizemos foi dar-lhe vida, dar-lhe forma, para construir uma escola dirigida à formação de mão-de-obra, exigida pelo mercado de trabalho e desenvolvimento do País.

II – Voto do Relator

Pelo exposto, louvando a iniciativa do operoso parlamentar, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.059/72, na forma do nosso substitutivo.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 1973. – *Plínio Salgado,* Relator.

Parecer Complementar

Pela terceira vez venho manifestar-me sobre matéria relativa ao Projeto

n.º 1.059, de 1972, para o qual apresentei substitutivo, em que procurei conciliar o texto da proposição do Deputado Adhemar de Barros Filho com os reparos e sugestões da Assessoria do Ministério de Educação e Cultura.

Trata-se:

1.º) do voto contrário à aprovação do projeto e do substitutivo, em cujo item 1.º propõe seja ouvido o Conselho Federal de Educação;

2.º) sete emendas ao substitutivo apresentadas pelo Deputado Flexa Ribeiro.

O voto contrário é do Deputado Parsifal Barroso, um dos mais brilhantes e competentes membros da Comissão de Educação e Cultura.

Com o seu elevado espírito público e baseado em suas experiências e no conhecimento que tem de quanto se refere ao ensino em nosso País, nosso eminente colega aduz considerações oriundas de sua posição pessoal em face do projeto. Em que pese o que S. Ex.ª denomina "forte imperativo de um dever de consciência" e ressalvadas as nobres intenções que ditaram seu voto, não podemos aceitar seus argumentos, senão como a evidência de seus escrúpulos ao tratar todos os assuntos submetidos à nossa apreciação.

O ponto alto do voto do ilustre parlamentar está na proposta para que se ouça o Conselho Federal de Educação. Somos de opinião que desnecessária se torna referida audiência. Para nosso melhor esclarecimento, sobre o que pensa o órgão do Executivo em relação ao Projeto, já temos a valiosa contribuição do MEC, do qual as retificações propostas foram atendidas no substitutivo. Ora, não se retifica aquilo que foi rejeitado *in limine*, pelo que não somente a interpretação do nobre Deputado Parsifal Barroso, nos itens II e V de seu voto, julgo-a improcedente, com o pedido de audiência do Conselho Federal de Educação.

Se a intenção do eminente opositor ao projeto é a de auscultar o pensamento do Poder Executivo, este já foi manifestado. É sabido que o Poder Executivo vem-se interessando pela tramitação das proposições legislativas. Freqüentemente, e até mesmo sem que a Casa o solicite, chegam às Comissões do Legislativo pronunciamentos de órgãos da área executiva, expressando opiniões sobre projetos em curso. Seria sem nenhuma lógica julgar que a manifestação do Departamento do Ensino Médio contrariasse a opinião do Conselho Federal de Educação. Todos reconhecemos a unidade monolítica do atual Governo, cujas decisões são orientadas para o mesmo programa de ação, embasado na unidade de entendimentos e de objetivos.

O parecer do Conselho Federal de Educação não viria trazer elementos novos. Além do mais, somos também um órgão técnico do Legislativo, cumprindo-nos, portanto, sermos ciosos de nossas atribuições e prerrogativas. Esta Comissão é constituída por uma elite intelectual da Câmara dos Deputados, vendo-se aqui abalizados professores, juristas, escritores, homens com

tirocínio, experiência, como profissionais e legisladores, entre os quais o Deputado Parfisal Barroso, merecedor do nosso alto apreço. Não teria sentido o pedido de audiência proposto, a menos que pretendêssemos confessar nossa incapacidade. Assim, manifesto-me contrariamente à audiência pretendida.

3.º) quanto às sete emendas do Deputado Flexa Ribeiro, cujo saber e clarividência estamos habituados a admirar e cujo espírito conciliador é uma característica de suas virtudes de homem público, diremos: todas elas merecem acolhida, pois clarificam o pensamento do substitutivo e tornam mais explícitas indispensáveis precauções no sentido de evitar confusões futuras. Merecem, portanto, a nossa aprovação.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 1973. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 124-C, DE 1973

Aprova os textos do Acordo para o fomento do livro na América Latina.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

Apresentam-se ao exame da Comissão de Educação e Cultura, os seguintes documentos:

1) mensagem do Sr. Presidente da República ao Congresso Nacional enviando os textos dos Acordos n.ºs 1 e 2 relativos ao Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina, firmados em Bogotá entre o Governo da Colômbia e a UNESCO;

2) representação do Sr. Ministro do Exterior ao Sr. Presidente da República, submetendo à apreciação de S. Ex.ª o projeto de mensagem ao Congresso Nacional;

3) texto do Acordo n.º 1 e do n.º 2, este de caráter interpretativo e retificativo;

4) parecer do Deputado Brígido Tinoco da Comissão de Relações Exteriores; e

5) parecer da Comissão de Relações Exteriores aprovando, por unanimidade, o do Relator.

Os dois acordos

O de n.º 1 explicita o pensamento e os propósitos das partes signatárias, expostos nos 44 artigos do seu texto e que é o de difundir o livro na América Latina, realizando um intercâmbio de conhecimentos culturais consolidadores da união continental. Lendo com toda a atenção os dispositivos daquele instrumento, verificamos duas omissões:

1) não há a menor referência à participação das editoras, que seria utilíssima para o esclarecimento das dificuldades a que se refere o acordo, as quais poderiam encontrar soluções mais objetivas e práticas ao problema do livro em nosso hemisfério;

2) não se cogita de cooperação direta, eficiente e responsável, por uma comissão ou conselho constituídos de homens eminentes na ciência, nas letras, nas artes e na técnica, pois o texto do Acordo n.º 1 cria simplesmente uma organização governamental e burocrática. Como selecionar os livros de maior

categoria, que mereçam ser divulgados a bem da elevação da cultura na América Latina, se não há sequer um dispositivo no acordo, que confira responsabilidade aos altos valores do nosso continente, cujas especializações os tornam aptos a discernir, diante de cada obra, a que merece destaque recomendando-a a novas edições? Há ainda a considerar que o livro é arma de dois gumes, podendo contribuir para o fortalecimento das nacionalidades como para o seu desaparecimento. Neste ponto entra um aspecto político de tão delicado assunto. Pugnamos pela máxima liberdade do pensamento e da imprensa, da qual o livro é a maior expressão; mas isto não quer dizer sermos tolerantes em relação à hoje popularizada média ciência, ou falsa ciência, e à literatura de ficção propagadora de certa moral relativista, e de tipos de pornografia destruidores sobretudo da juventude. Todos conhecemos a situação atual de desordem nos países da América Meridional e precisamos acautelar-nos para que uma obra merecedora de nossos aplausos não venha a ter efeitos contrários aos seus nobres objetivos.

O Acordo n.º 2 substitui expressões do Acordo n.º 1, os quais se conservados impediriam o Brasil de aderir à iniciativa da Colômbia e da UNESCO. No preâmbulo do n.º 1, substituiu-se "língua e cultura em comum" por "línguas da mesma origem". No art. 2.º, onde se diz "países de unidade lingüística hispânica", dir-se-á "países da comunidade lingüística hispano-lusitana". No art. 4.º, a expressão "unidade cultural e lingüística" dará lugar a "unidade cultural e similitude lingüística" e, finalmente, "obras em língua hispânica" é substituída por "obras em línguas hispânica e lusitana".

Fala o Ministro do Exterior

É curto o documento com que o Sr. Ministro do Exterior encaminha ao Sr. Presidente da República o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional. Limita-se, resumidamente, a explicar a significação do Acordo n.º 1, a mencionar os países que até o presente aderiram a esse acordo, e a comunicar as modificações inseridas no Acordo n.º 2.

Textos dos dois acordos

Estão submetidos à Comissão de Educação e Cultura os textos dos dois instrumentos aos quais já nos temos referido neste relatório e para cuja compreensão dos nossos comentários e restrições é conveniente sejam lidos pelos nobres colegas deste órgão do Legislativo.

Parecer do Deputado Brígido Tinoco

É um trabalho notável o que o Deputado Brígido Tinoco apresentou à

Comissão de Relações Exteriores. Esgotou a matéria. Tomando os dois acordos, feriu os seus pontos básicos, tornou aqueles instrumentos mais compreensíveis, pois toda a matéria diluída em artigos e parágrafos ganhou, no parecer de Brígido Tinoco, uma clarificação mediante a qual são compreendidas as intenções dos signatários dos importantes documentos. Destaca o Relator as vantagens que advirão do funcionamento do Centro Regional para o fomento do Livro na América Latina, tais como "a estratégia apropriada à promoção da leitura; planos para a formação profissional nas indústrias gráficas, editoriais e distribuição do livro; estudos sobre direitos autorais; dinamização dos serviços de bibliotecas escolares e públicas; formação de bibliotecários, professor de biblioteconomia e administradores de serviços de bibliotecas".

Conclui o Relator pela ratificação dos textos de ambos os acordos.

Na Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores, em reunião ordinária plena, no dia 22 de agosto próximo passado, aprovou, por unanimidade, o parecer do Relator.

Na Comissão de Educação e Cultura

Embora mencionada na distribuição do projeto de decreto legislativo a que nos estamos referindo, a Comissão de Constituição e Justiça ainda não se pronunciou. O projeto deu entrada na Comissão de Educação e Cultura no dia 5 de setembro corrente e foi distribuído ao Relator em 6 do mesmo mês.

II – Voto do Relator

Sem entrar na apreciação feita sobre essa matéria, a qual contém sugestões acauteladoras do bom êxito dos dois acordos em exame e tendo em vista a natureza destes, de ordem internacional, nossa conclusão é pela aprovação do projeto de decreto legislativo, cuja fonte é a mensagem do Poder Executivo, de 26 de junho de 1973.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 1973. – *Plínio Salgado*, Relator.

PROJETO DE LEI N.º 1.297-A, DE 1973

Estabelece exigências para que os livros de História do Brasil e de Educação Moral e Cívica, adotados em escolas públicas ou particulares, incluam em seu contexto capítulos especiais referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Voto em separado do Sr. Plínio Salgado

NOTÍCIA DA MATÉRIA E DE SUA TRAMITAÇÃO

O Deputado J G de Araújo Jorge (MDB-GB) apresentou este projeto, que estabelece exigências para que os livros de História do Brasil e de Educação Moral e Cívica, adotados em escolas públicas ou particulares, incluam em seu contexto capítulos especiais referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário, e sua formação, evolução, significação e importância.

O brilhante parlamentar, quer na justificativa, quer na sustentação oral perante a Comissão de Educação e Cultura, depois de judiciosas considerações sobre a matéria de sua propositura, declara que nos atuais livros didáticos "a omissão total do Parlamento promove a formação de uma consciência cívico-política desconhecedora da ação parlamentar".

Sobre o projeto manifestaram-se a Comissão de Constituição e Justiça, favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, em iniciativa espontânea de colaboração, o Ministério de Educação e Cultura, através dos pareceres da Comissão Nacional de Moral e Civismo, da Diretoria da Divisão do Livro Didático e Instituto Nacional do Livro, todos contrários ao proposto pelo Deputado J G de Araújo Jorge.

Ao se discutir na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados o parecer do ilustre Deputado Parsifal Barroso, também contrário ao projeto, com base nos pareceres dos órgãos técnicos do MEC, e ouvindo os comentários do consagrado mestre Flexa Ribeiro, que pôs a questão em termos de defesa da liberdade, entendendo ele que o projeto se apresentava com caráter coercitivo, pedi vista, que me foi concedida, para um exame consciencioso da matéria, que julgo da maior relevância.

II – EXAME DOS DIVERSOS

Pareceres

Em relação aos pareceres, direi, inicialmente que o do relator na Comissão de Constituição e Justiça, conquanto breve, é uma peça brilhante,

favorável ao projeto; as apreciações sobre a matéria expedidas pelo Dep. Luiz Braz foram aprovadas, unanimemente, pela Comissão.

Quanto aos pronunciamentos dos órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, quer-me parecer que seus pontos nevrálgicos estão na omissão do Poder Executivo pelo autor, no que estou plenamente de acordo, conquanto reconheça que este pretendeu opor uma omissão a outra evidente na maior parte dos livros didáticos quando silenciam ou tratam, muito de passagem, dos Poderes Judiciário e Legislativo.

O parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo traz outros aspectos dignos de apreciação. Além de enfatizar a importância e até, podemos dizer, a preponderância do Poder Executivo, entra em matéria constitucional, apelando para o § 8.º do artigo 153 da Constituição vigente, segundo o qual "a publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade". Esqueceu-se o autor do parecer de que o Decreto-lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, aprovado por esta Comissão de Educação e Cultura, e posteriormente em plenário, dispondo sobre a execução do parágrafo invocado, em relação à censura prévia de livros, deu a verdadeira interpretação ao dispositivo da nossa Carta Magna. Tanto assim é, que, em se tratando deste projeto, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados considerou-o, por unanimidade, constitucional.

Entrando na parte prática da execução da lei proposta pelo Deputado J G de Araújo Jorge, a Comissão Nacional de Moral e Civismo interpreta erroneamente o que dispõe o projeto, entendendo que todos os livros de História do Brasil ou Instrução Moral e Cívica devam ser examinados por aquele órgão; entretanto, nos períodos seguintes do parecer, vem a solução ao acaso, expondo o critério já adotado pela Comissão, de examinar as obras "que candidatem facultativamente a um credenciamento junto ao sistema escolar": nem é outro o objetivo do projeto Araújo Jorge, que claramente se refere aos livros que pretendam ser adotados.

Destaco o seguinte trecho, abonador do projeto:

> "A motivação da lei proposta, de certa forma, já se acha atendida pela cadeira "Organização Social e Política do Brasil", dada obrigatoriamente nas escolas, em articulação com Educação Moral e Cívica (art. 3.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 869/69, e art. 5.º, § único, do Decreto n.º 88.065/71). Essa disciplina, por sua natureza, é o veículo do que pretende o projeto, ainda que os objetivos deste também possam ser atendidos por Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros. Aliás, até certo ponto, já o são, nestas disciplinas, cujos compêndios sempre mencionam os Três Poderes, quando tratam da estrutura política, conforme nossa rotina no

exame de livros didáticos, embora reconheçamos que nem sempre lhes dão a ênfase necessária, mormente ao apresentarem a galeria dos vultos nacionais."

Deste período, precioso como aprovação do projeto de J G de Araújo Jorge, destacamos: 1.º) já é rotina, por parte da Comissão, o exame de livros didáticos; 2.º) a Comissão reconhece que a tais compêndios falta ênfase necessária, "mormente ao apresentarem a galeria dos vultos nacionais".

O parecer do Instituto Nacional do Livro, assinado pela ilustre escritora Maria Alice Barroso, fundamenta-se no da Diretora da Divisão do Livro Didático, Cosete Campos, que entra no problema técnico da aplicação dos princípios do projeto à realidade prática escolar. É documento de perfeita lucidez, mas que, diante das dificuldades para o aproveitamento do projeto, opina para que seja este rejeitado.

Quanto ao parecer do relator em nossa Comissão, do ilustre Deputado Parsifal Barroso, cuja cultura, meticulosidade no estudo das questões que lhe são propostas e elevado espírito público, estão sempre a merecer nosso maior apreço, constitui-se de notas sucintas inspiradas nos pareceres dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura e manifestando-se, por isso, desfavorável ao projeto.

III – APRECIAÇÃO DO PROJETO

Feita a exposição e a interpretação dos pareceres aos quais me venho referindo, passo agora a apreciar o próprio projeto.

Preliminarmente, trata-se de uma iniciativa oportuna e patriótica no atual momento nacional, quando precisamos dar força e prestígio aos Poderes Judiciário e Legislativo, a este principalmente, de tal maneira relegado a uma posição secundária que, na celebração do sesquicentenário de sua instituição no Brasil, promoveu, sozinho, as comemorações de suas glórias passadas, por iniciativa do ilustre Presidente do Congresso, Petrônio Portella, e o concurso de eminentes parlamentares e escritores. Bem compreendo que as circunstâncias do mundo moderno, com a aceleração do ritmo no desenvolvimento econômico e social, exijam do Legislativo uma outorga de determinados poderes ao Executivo, de sorte a ganharmos tempo na solução de problemas que se atropelam na sucessividade dos dias que transcorrem. Em todos os países, a interindependência dos Poderes, para não prejudicar interesses imediatos, modifica-se, mediante auto-restrições indispensáveis à sobrevivência nacional. Essas auto-restrições decorrem da soberania de cada um dos Poderes, em suas deliberações espontâneas, mas nunca de imposições de um deles contra os outros. Entretanto, para que o povo compreenda uma situação criada pelo

dinamismo da evolução tecnológica e da complexidade dos fenômenos sociais conseqüentes, é preciso, em nossos dias, darmos ao grande público a noção da vitalidade dos Três Poderes, independentes e soberanos, porém harmônicos entre si.

A nós, componentes do Legislativo, tudo quanto fizermos para exaltar o prestígio da nossa Casa, perante aqueles que nos elegeram como legítimos representantes da vontade popular, será da maior valia, não só para justificar nossos mandatos, como para a formação de uma mentalidade política dispondo de idéias claras da nossa verdadeira função.

As novas gerações precisam conhecer o que é o Legislativo, suas origens, sua evolução histórica, os vultos que dentro dele se projetaram na vida da Nação. Foi o que pretendi realizar no discurso que pronunciei no plenário da Câmara sob o título de "Origens e evolução do Parlamento", terminando com esta evocação:

> "Tenho, neste momento, a impressão de escutar os debates em plenário, desde os tempos antigos da nossa História. São as vozes dos oradores que surgem, deram a sua mensagem e desapareceram na sombra da morte."
>
> "Vozes do século que vibraram e que até hoje vibram, vozes dos que pugnaram por nobres ideais, vozes do Brasil."

Por todos estes motivos, o projeto de J G de Araújo Jorge me entusiasmou.

IV – RESTRIÇÕES

Desde o primeiro momento de leitura, notei que o projeto, querendo corrigir uma omissão, praticava outra, apenas se referindo ao Legislativo e ao Judiciário e excluindo o Executivo. É certo que na maioria dos compêndios de História do Brasil o que mais aparece é a ação do Executivo, sendo olvidada a parlamentar e a judiciária, assim como seus vultos eminentes. Entendi, entretanto, que o autor do projeto não se deveria adstringir a dois Poderes, omitindo outro. Nisso tem razão os pareceres dos órgãos técnicos do Ministério da Educação.

Observei ainda que, no que se refere a compêndios de História do Brasil, não cabe, por uma questão de metodologia e cronologia, um capítulo especial sobre os Poderes Judiciário e Legislativo, devendo as matérias a eles relativas entrarem à proporção do desenvolvimento da narrativa histórica. Ao contrário, nos compêndios de "Instrução Moral e Cívica", o assunto deve condensar-se num capítulo, onde se trate da origem e formação tanto do

Judiciário como do Legislativo, a este dando a amplitude que as circunstâncias históricas lhe propiciaram, ao mesmo tempo, ensinando ao aluno o necessário para a compreensão do funcionamento dos Poderes, a distinção entre o parlamentarismo e o presidencialismo, pondo em evidência os grandes vultos do Império e da República.

Temos ainda a observar a distinção, natureza e diversidade dos cursos, séries e graus a que se destinam os compêndios. O conteúdo e a maneira de expor devem variar nos ensinos primário, médio e superior.

V – UM REPARO

O autor do projeto declara nada haver sobre o Poder Legislativo em nenhum livro didático adotado nas escolas oficiais ou particulares. De minha parte, não incorro nessa crítica, pois sou autor de um *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*, em plena circulação e aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, e de uma *História do Brasil*, e em ambos já é atendida a proposição do autor do presente projeto. No primeiro, com uma tiragem que atinge cerca de 200.000 exemplares, encontra-se o capítulo intitulado "Fundamentos da Democracia Brasileira", outro sob o título "Regimes Políticos", além de alguns mais em que a matéria é versada; no segundo, a ação do Parlamento se vem inserindo sucessivamente no curso da nossa História, desde a Constituinte de 1823 até os nossos dias. Acredito que haja outros escritores que adotaram o mesmo critério. A obrigatoriedade proposta pelo autor do projeto, julgo-a, entretanto, salutar, pois não se trata de uma censura prévia de livros, mas somente uma exigência aos que solicitaram aprovação do Ministério da Educação e Cultura.

VI – CONCLUSÃO

Corrigida a omissão do artigo 1.º e adaptado o projeto a necessidades ou exigências didáticas e técnicas, julgo o projeto do Deputado J G de Araújo Jorge da maior importância no momento histórico em que vivemos. Se nós, do Legislativo, queremos ser prestigiados e merecer o respeito dos nossos concidadãos, devemos – nós mesmos – prestigiar-nos, dando relevo ao Poder que representamos e que, atualmente, é mal compreendido pela maior parte da população brasileira. Temos sido julgados como beneficiários de uma posição, como passivos homologadores das decisões do Executivo como – na frase de Rui Barbosa – "postulantes desatendidos", como indiferentes aos problemas nacionais, quando na verdade trabalhamos intensamente por nossa pátria, sobretudo nas Comissões, como se vê nesta a que pertencemos. Temos de modificar a nossa imagem perante o povo brasileiro. Temos de nos impor perante os outros Poderes. Aqui, neste nosso labor, cumpre-nos formar uma

consciência de nossas responsabilidades, considerando-nos um órgão técnico tal como os dos Ministérios e, mais ainda, baseados num mandato popular.

Assim, por deferência e agradecendo a colaboração dos assessores do Ministério da Educação e Cultura, tomamos nossa própria deliberação. E foi com este pensamento que redigi um substitutivo ao projeto de JG de Araújo Jorge, a fim de aproveitar sua idéia no instante em que o Brasil mais precisa de formar uma consciência nacional, sobretudo de seu Parlamento.

VII – VOTO

Nestas condições, voto a favor do Projeto n.º 1.297, apresentando um substitutivo a este anexo, o qual procura atender justas ponderações dos órgãos técnicos do MEC, sem, entretanto, nos subordinarmos à conclusão a que chegaram, ciosos que deveremos ser de nossa autoridade e prerrogativas, sem as quais nos anulamos perante a opinião pública.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 1973. – *Plínio Salgado.*

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 1.297, de 1973, do Deputado JG de Araújo Jorge.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As edições e reedições de livros, com fins didáticos, sobre História do Brasil e Instrução Moral e Cívica, para qualquer curso, série ou grau, só poderão ser oficialmente adotadas, em escolas públicas ou particulares, se, no seu contexto, figurarem noções sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sua formação, evolução, importância e personalidades de relevo que os representaram.

§ 1.º No que se refere aos compêndios de História do Brasil, a matéria relativa aos Poderes mencionados no artigo precedente deverá ser inserta à proporção que as atividades de cada qual se forem tornando manifestas, através da evolução política e social do País.

§ 2.º Os compêndios de Instrução Moral e Cívica trarão capítulos isolados tratando da origem constitucional dos Três Poderes, sua origem histórica, sua significação, sua participação no desenvolvimento sócio-político do País, suas atribuições, sua organização.

§ 3.º A matéria versada deve ser, pelo seu conteúdo, método expositivo e técnica didática, adequada a cada curso, série ou grau a que se destinar.

Art. 2.º A matéria a ser incluída dentro das normas didáticas referidas no parágrafo precedente deverá constar dos exames e provas, sem o que estes não serão reconhecidos por parte do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 24 de abril de 1974. – *Plínio Salgado.*

PROJETO DE LEI N.º 1.523-A, DE 1973

Inclui, nos currículos das Faculdades de Odontologia, a cadeira de Hipnologia.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

Chegam à Comissão de Educação e Cultura dois projetos, relativos ao ensino da hipnologia. O primeiro adstringe-se às Faculdades de Odontologia; o segundo, sem referência a estas faculdades, cogita de incluir a matéria nos currículos das Faculdades de Medicina.

Quanto ao primeiro, passou pela Comissão de Constituição e Justiça que, baseada no parecer do Deputado Ferreira do Amaral, considerou-o constitucional e jurídico. Em seguida, falou a Comissão de Saúde, que aceitando os argumentos do Deputado Navarro Vieira, opinou pela sua aprovação. Relativamente ao segundo, não traz qualquer decisão das Comissões acima mencionadas. Distribuído à Comissão de Saúde, em 13 de maio do corrente ano, esta não se pronunciou e em relação à de Constituição e Justiça, a ela não se faz a mínima referência.

A Hipnologia

As origens do hipnotismo perdem-se na noite dos tempos. Antes da Era Cristã, na China e na Índia, na Caldéia, no Egito, na Grécia antiga, do mesmo modo como entre os celtas, já se empregavam as práticas hipnóticas. No curso da Idade Média, as referências ao hipnotismo encontram-se no grande Avicena, depois em Paracelso, finalmente, no período do Renascimento, em Ambrosio Paré.

Na fase do relacionalismo e do naturalismo científico, sendo os fenômenos hipnóticos até então sem uma explicação positiva, surgiu a teoria de Mesmer, a dos fluidos magnéticos. Mesmo apesar dos surpreendentes resultados de sua clínica, Mesmer foi objeto de controvérsias e polêmicas, mas deixou a seus discípulos o início de um processo de investigação sobre a natureza, as causas e os efeitos de uma força que escapava dos limites da física, da química, da fisiologia, manifestando-se, entretanto, de maneira tão evidente, que reclamava fosse incluída nas investigações experimentalistas daquele tempo. Entre os discípulos de Mesmer, destaca-se o inglês James Braid, que foi o

criador da palavra "hipnotismo". Outros cientistas continuaram novas pesquisas sobre os fenômenos hipnóticos, salientando-se Liébault e Bernheim, fundadores da Escola de Nancy. Esta escola abstraiu de suas cogitações o magnetismo animal proposto por Mesmer e considerou o hipnotismo um processo puramente psíquico. Além disso, aperfeiçoou as técnicas da indução hipnótica e adiantou o conhecimento de alguns fenômenos, oferecendo notáveis contribuições ao conhecimento científico da hipnose.

Desde os fins do Século XIX até às primeiras décadas do atual, numerosos médicos começaram a ocupar-se do hipnotismo, tanto na Europa como na América, entre eles Freud e Pavlov. Em 1960, o Professor Alfonso Caycedo, na linha das investigações científicas sobre a hipnose, ampliou os conceitos da hipnologia, criando na Espanha uma nova escola que ele denominou "sofrologia". Definindo a sofrologia, diz Caycedo ser ela:

> "Uma escola científica, que estude a consciência humana, partindo de novas concepções, investigando suas estruturas e possibilidades, assim como suas modificações produzidas por métodos químicos, físicos e psíquicos, para seu emprego na Medicina".

Grande número de congressos internacionais, reunindo cientistas e médicos ilustres, têm sido realizados objetivando o estudo da hipnologia e discutindo teses da maior importância dessa especialização no campo da psicologia, da psiquiatria, na medicina psicossomática. No Brasil, a matéria vem sendo debatida, principalmente a partir de 1958, em sucessivos congressos regionais, nacionais e pan-americanos. Dois mestres ilustres destacam-se nesse esforço: Álvaro Badra, em São Paulo, e Lamartine Hollanda Júnior, em Pernambuco, este desenvolvendo também a sua atividade em cidades européias.

Importância do assunto

Ultrapassando o longo período astrológico e mítico da Antigüidade, percorridos os séculos supersticiosos mais intuitivos da Idade Média, vencida a fase das iniciais investigações científicas do racionalismo e do experimentalismo dos Séculos XVII, XVIII e XIX, chegamos à nossa contemporaneidade. Vivemos os dias em que ampliamos os horizontes dos nossos conhecimentos, não só pela conceituação integral do universo e do homem, atentas as correlações fenomênicas, evidenciando a unidade das leis que regem a natureza, através de suas aparentes diversidades, mas ainda pesquisando novas áreas até há pouco relegadas a uma esfera de cogitações que não enquadrávamos nos esquemas

científicos. A preocupação dos estudos da parapsicologia, a compreensão da cibernética, demonstram que novos espaços se abrem ao homem ansioso pela decifração da grande esfinge que se manifesta na harmonia universal.

Em nossos dias, nos quais, por exemplo, a radioestesia começa, sobretudo, depois das investigações de Landowski, a ocupar lugar de destaque no conjunto dos conhecimentos humanos, temos de ir além dos simples conceitos anatomo-fisiológicos, para penetrarmos no país misterioso e até então desconhecido dos fenômenos anteriormente percebidos, mas inexplicáveis.

Entre estes estão os que dizem respeito à hipnologia, ou, para adotarmos a designação do Prof. Caycedo, da sofrologia.

Daí a importância dos projetos que estamos examinando.

Os dois projetos

Como já dissemos, no início deste relatório, um deles determina a criação da cadeira de hipnologia nas Faculdades de Odontologia; o outro, apenas nas Faculdades de Medicina.

Entendemos que nem um nem outro encara o problema de um modo completo. Na verdade, a matéria é do maior interesse para os odontólogos, mas não o é menos para os médicos e talvez para estes muito mais. A medicina não se exerce apenas pelo diagnóstico (que hoje os laboratórios usurpam às funções do médico) e pela aplicação dos medicamentos sob a responsabilidade de indústrias farmacêuticas em cujas bulas se encontra a ciência infusa. Incumbe ao médico uma ação psicológica, de muito maior valor do que as pílulas e injeções. Desde Hipócrates, o exercício da medicina é considerado um sacerdócio; o médico é o amigo, o estimulador de energias e de esperanças naqueles que a ele se entregam com fé e confiança. Nestas condições, a matéria dos dois projetos e que, segundo os conceitos mais modernos da sofrologia, não é somente a consideração unilateral dos fenômenos hipnóticos, mas abrange, na sua conceituação fisiopsicológica, o homem total, deve ser ensinada nos dois tipos de escolas.

Conclusão

Dissemos que o segundo projeto não foi objeto de deliberação, nem da Comissão de Constituição e Justiça, nem da Saúde. Trazendo, entretanto, matéria nova, anexada ao primeiro projeto, entendo que a Comissão da Educação e Cultura, à qual ambos vieram ter, poderá tomar a iniciativa de fundi-los num só mediante um substitutivo que os contenha.

Aprovando ambos os projetos, proponho sejam reunidos num só, na forma do substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 1974. – *Plínio Salgado*, **Relator.**

PROJETO DE LEI N.º 1.679-A, DE 1973

Indica o nome de Carlos Gomes para patrono da música erudita do Brasil.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O Deputado Francisco Amaral apresentou, em 20 de novembro do ano passado, o projeto que consagra Carlos Gomes, declarando-o patrono da música erudita do Brasil.

A iniciativa é altamente louvável, e sobre ela já se pronunciou a favor a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Em colaboração espontânea oferecida à Comissão de Educação e Cultura, que ora examina o projeto, o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura apresenta duas sugestões: a de se suprimir no artigo 1.º do projeto a palavra "erudita", que restringiria o âmbito da ação criadora de Carlos Gomes, e a de se editar as obras do grande compositor, ainda hoje inédita, só existindo uma cópia, em estado precário de conservação, de *O Guarani*. Estas duas proposições serão consideradas na ordem metódica a que submetemos a matéria.

Quem foi Carlos Gomes

Antes de tudo, cumpre-nos traçar o perfil do maestro campineiro, anotando alguns dados da sua vida e da evolução da sua criatividade artística.

Nasceu Carlos Gomes na cidade paulista de Campinas, em 1837, no dia 11 de maio. Filho do músico Manuel José Gomes, que, sucessivamente viúvo, casou-se quatro vezes, veio ao mundo pelo terceiro matrimônio do progenitor.

O velho Manuel Gomes, mestre de uma banda em Campinas, ensinava música a todos os filhos. Cedo se revelou aquele que seria o maior compositor brasileiro, quer como cantor, quer como precoce pianista e violinista, aplicando-se, ao mesmo tempo, a todos os instrumentos da banda musical regida por seu pai.

Aos 20 anos, o jovem "Tonico da Banda" era notável compositor, escrevendo músicas sacras para as festas religiosas da região. Compunha, também, modinhas, tornando-se largamente popular em todo o Brasil e até hoje cantada e ouvida com encantamento a que principia com o verso: "tão longe, de mim distante".

Estando em São Paulo, compôs o *Hino Acadêmico*, tornando-se um ídolo dos estudantes da Paulicéia. Foi quando estes começaram a incitá-lo a ir para o Rio de Janeiro, a fim de freqüentar o Conservatório, fundado por Francisco Manuel, o autor do *Hino Nacional Brasileiro*, em 1833, e tornado estabelecimento oficial em 1855. A dificuldade do moço campineiro estava na oposição do pai, que o não queria longe de si. Um dia, porém, Carlos Gomes decidiu-se: fugiu da casa paterna e embarcou no vapor "Pirapetinga", para a Capital do Império. Foi uma data decisiva aquela de 20 de julho de 1859. Hospedou-se, com 120 réis no bolso, na casa de um negociante, Azarias Botelho, residente na rua Primeiro de Março. O velho Manuel Gomes, apesar de contrariado, compadeceu-se do filho, mandando-lhe mensalmente uma mesada de 30 mil réis.

No Conservatório, Carlos Gomes teve como professor de harmonia e contraponto o maestro Gianini. Completado o curso e premiada uma cantata que compusera, sua idéia fixa era a de produzir uma ópera. Compôs, então, *A Noite do Castelo*, seguida por *Joana de Flandres*, que alcançaram grande êxito. Já, então, o Imperador D. Pedro II, que protegia os artistas, tal como aconteceu com o menino Pedro Américo, trazido da Paraíba para ser o grande pintor brasileiro, tomara Carlos Gomes sob seus auspícios, mandando-o para a Itália como pensionista do Governo.

A data máxima do grande compositor foi certamente a de 19 de março de 1870. A leitura de *O Guarani*, de José de Alencar, despertara nele a maravilhosa inspiração. A ópera foi cantada no "Scala" de Milão. Desde a majestosa protofonia e através dos temas melódicos, despertou o entusiasmo e finalmente a ovação delirante da platéia, mas o que mais comoveu o jovem compositor de 33 anos foi a exclamação de Verdi: "Este moço começa por onde acabei eu."

Dois anos depois, Carlos Gomes ressente-se da influência de *Lohengrin*, de Wagner, na sua ópera *Fosca*. Entretanto, volve em seguida ao estilo italino, com *Salvador Rosa*, ópera cantada em Gênova, alcançando triunfo colossal principalmente pela protofonia e pela barcarola *Mia Piccirella*, que se fez popular em toda a península. Vieram depois *Maria Tudor, Condor* e, como coroamento de toda a existência de um gênio, *Lo Schiavo*.

Esta ópera considerada a mais perfeita do compositor brasileiro pelos críticos musicais, foi o canto do cisne de Carlos Gomes. Corria o ano de 1889. Proclamou-se a República no Brasil. Foi exilado D. Pedro II, o grande admirador e protetor do maestro.

Entre os maiores propagandistas e fundadores do novo regime, figuravam os conterrâneos de Carlos Gomes: Campos Sales, Francisco Glicério, os vizinhos Prudente de Morais, Américo Brasiliense, Bernardino de Campos e outros. Esses ilustres brasileiros não podiam nutrir simpatia pelo maestro, cuja

fidelidade e gratidão a D. Pedro II era inabalável. Regressando à Pátria, encontrou desprezo e hostilidade da parte do Governo.

Contava 52 anos. Criado o atual Instituto Nacional de Música, em substituição ao antigo Conservatório, Carlos Gomes foi marginalizado, esquecido, como se não existisse. A essa altura, dignificou-se o governo do Estado do Pará, nomeando-o diretor do Conservatório da sua capital. Nesse posto, morreu Carlos Gomes, em 16 de setembro de 1896. Tinha completado 59 anos.

Caráter da Música de Carlos Gomes

Nas partituras do mestre campineiro predomina a opulência da melodia, o poder de uma criatividade exuberante, a espontaneidade da inspiração. Com raro senso do equilíbrio orquestral, soube tirar efeitos surpreendentes dos temas que se propunha, magnetizando as multidões com a magia de sua imaginação poética, ora se exprimindo em delicadezas de ritmos, ora se manifestando e se expandindo no entusiasmo de suas protofonias, tais como as de *O Guarani*, da *Fosca*, de *Salvador Rosa* ou na alvorada de *Lo Schiavo*.

Filiado à escola italiana e em certa altura à harmonia dissonante cromática alemã, há no fundo das composições de Carlos Gomes um sentido nacional brasileiro.

Como disse o ilustre escritor e crítico Andrade Murici, no parecer do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, o autor de *O Guarani* não deve ser considerado como um erudito, mas sim um gênio de inspiração espontânea, ao que acrescentaremos de uma capacidade inventiva espetacular. Segue a linha de José Maurício e Francisco Manuel e encontra na própria fonte do sentimentalismo brasileiro o segredo de suas composições de amplitude universal.

Culto à memória do mestre

Foi para mim grande contentamento ser-me distribuído este projeto para ser submetido à minha opinião como Relator. Entre as emoções de minha vida despertadas pela música de Carlos Gomes, julgo interessante relatar duas.

A primeira foi em Milão. Tendo vindo do Oriente Próximo e percorrido toda a Itália, separei-me de meus companheiros de viagem naquela cidade. Seguindo eles para Paris, fiquei sozinho e à noite, isolado, senti imensa saudade do Brasil. Numa praça fronteira a ruínas seculares, preparava-se grande orquestra sinfônica para iniciar um concerto. Sentei-me num banco, evocando as paisagens brasileiras, já saturado dos aspectos asiáticos, africanos e europeus. Eram as palmeiras de Gonçalves Dias, nossas matas opulentas, nossos caboclos, o canto do sabiá. Vaga tristeza me invadia. Mas, de repente, a

orquesta domina a praça. Era a sinfonia de *O Guarani*. Era o Brasil que chegava aos meus ouvidos e, intimamente, meu coração bradava: Brasil! Brasil! Brasil!

A segunda foi no centenário do nascimento de Carlos Gomes, em 1987, em Campinas. Preparei uma comemoração *sui generis*, absolutamente diferente das que se estavam realizando no País. Como sabem os contemporâneos, a "Ação Integralista Brasileira", por mim fundada para acordar nossa Pátria e levar seus filhos ao culto de nossas tradições, contava, entre seus departamentos, uma Secretaria de Cultura Artística, dirigida pelo raro talento e competência de Rodolfo Josetti, crítico musical e autor de valiosos estudos sobre Beethoven. Conseguiu Josetti, de grande prestígio nos meios musicais, levar a Campinas uma poderosa orquestra sinfônica. Na véspera da data centenária, concentrei na praça fronteira ao monumento a Carlos Gomes, obra de Bernardelli, dez mil camisas-verdes da região campineira, já depois da meia-noite, os quais se conservavam em profundo silêncio. Quando no céu apareciam os primeiros coloridos da aurora, a estrela-d'alva empalidecia lentamente e principiavam os trinados dos passarinhos, eis que a grande orquestra começou, num crescendo, a *Alvorada do Schiavo*. Era a música do nosso próprio homenageado emoldurando a sua estátua e inundando a praça como o sol nascente a refletir-se nas fachadas dos prédios.

Essas duas emoções marcaram instantes de minha vida e, agora, ao emitir meu parecer sobre o projeto de Francisco Amaral, quis relembrá-las para justificar meu apoio ao nobre Deputado campineiro.

Sugestões e restrições

Do parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça, deduz-se que o art. 1.º do projeto deve modificar-se, alterando-se a expressão "do Brasil", que deve ser substituída pela "no Brasil". Do parecer do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, conclui-se pela supressão da palavra "erudita". Há, ainda, no mesmo Departamento, a sugestão para que se edite a obra de Carlos Gomes.

Quanto a esta, não podendo a Câmara aprovar projetos que ocasionem despesas, contraponho à sugestão do Ministério a de que a edição das obras do grande compositor corra por conta daquele órgão governamental, que procurará empregar verbas de que normalmente dispõe.

Sem desvirtuar a intenção do Deputado Francisco Amaral, nem fazer alterações que descaracterizem o seu projeto, mas para atender o que nos é sugerido pelos pareceres mencionados, apresento um substitutivo.

II – Voto do Relator

Francamente favorável ao Projeto n.º 1.679, e com intuito de melhorar o seu texto, é apresentado o substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 29 de maio de 1974. – *Plínio Salgado*, **Relator**.

PROJETO DE LEI N.º 2.090-A, DE 1974

Indica os nomes de Pedro Américo e Cândido Portinari para, respectivamente, patrono da pintura clássica e patrono da pintura moderna do Brasil.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O operoso e patriótico Deputado Francisco Amaral apresentou este projeto que declara Cândido Portinari patrono da pintura do Brasil. É um gesto de legítimo entusiasmo pela obra do pintor, nosso contemporâneo e que merece, por isso, o melhor apreço.

Na justificativa, o autor do projeto narra a trajetória artística de Portinari, desde o início de sua carreira, como aluno de Lucílio de Albuquerque e Rodolfo Amoedo, na Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, até seus grandes êxitos nacionais e internacionais, mencionando seus trabalhos de impressionante beleza, realizados segundo uma técnica nova de que o pintor foi o pioneiro em nosso País, em outros como os Estados Unidos, França e Itália.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto, que vem agora à Comissão de Educação e Cultura.

O pintor e o relator

Encontrei Portinari em Paris, no mês de maio de 1930. Ele ali se encontrava por haver merecido uma bolsa de estudos, mas o que recebia era tão exíguo, que não lhe permitia, pelo menos, viajar para conhecer os museus da Europa, inclusive a Itália e a Alemanha, pelo que se manteve na capital francesa. Tornamo-nos grandes amigos e à nossa companhia vieram juntar-se Raul Bopp e Sotero Cosme. Desse grupo existe uma fotografia já publicada em revistas e jornais.

Falava-me sempre Portinari do sonho que o acalentava de produzir uma arte absolutamente nova com que iria inaugurar sua pintura no Brasil. Juntos, percorríamos as galerias do Louvre, onde, durante mais de uma semana, muito aprendi com o meu jovem amigo, e também as do Grand Palais e do Petit Palais, assim como as mostras dos impressionistas dos fins do Século XIX.

Era Portinari um brasileiro cheio de amor pela sua pátria. No dia 7 de

setembro, estando ausentes nossos companheiros, resolvemos, Portinari e eu, celebrar a data no meu quarto de hotel, lendo os autores mais expressivos do nosso País. Abri, por acaso, o livro de Machado de Assis *Memórias Póstumas de Braz Cubas* e comecei a ler as páginas do "Delírio". A certa altura, Portinari exclamou:

> "Por favor, vamos ler outra coisa, que isto é muito triste e desanimador."

Tomei, então, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e abri no capítulo que principia dizendo:

> "O sertanejo é, antes de tudo, um forte; não tem o raquitismo exaustivo do mestiço neurastênico do litoral. A sua aparência, entretanto, revela o contrário..."

E, daí por diante, era a descrição do vaqueiro, centauro das caatingas, embrenhando-se pelos espinheiros, à caça do novilho tresmalhado; era o canto monótono do aboio conduzindo o gado e interrompido para correrias relampagueantes. Ouvindo isto, Portinari soltava interjeições de entusiasmo, como que prevendo os tipos que mais tarde iria reproduzir na sua pintura.

Despedindo-nos em outubro, perdi os contatos com o meu amigo querido. Ele começou a sua trajetória gloriosa através da pintura; eu iniciei minha vida de apostolado nacionalista e de brasilidade, que tantas aventuras e desventuras me trouxe. No fundo trabalhávamos pelo mesmo ideal de dedicação à Pátria.

Evolução histórica da pintura

Para se compreender Portinari e procurar o lugar que lhe compete na pintura universal, é preciso, ainda que resumidamente, remontar à evolução da pintura, a partir do Século XVIII e, sobretudo, na segunda metade do Século XIX. Diante de tão alto valor artístico da nossa contemporaneidade, não basta falar de seus êxitos nacionais e internacionais. Cumpre-nos pesquisar as origens de sua técnica, através da qual exprimiu sua inspiração e seu sentimento genuinamente brasileiros. Tanto no campo das especulações filosóficas, quanto no das investigações científicas e das transformações literárias, o processo da criatividade foi o resultado de heranças de geração em geração. Assim, para chegarmos ao gênio inventivo do grande pintor patrício, temos de iniciar a nossa pesquisa nos séculos que nos precederam.

Já no Século XVII, Van Eyck deu novo sentido à arte pictórica, do que resultou em Flandres, Holanda e Alemanha, o aparecimento de Rubens, Rembrandt, Van Dyck, e as telas flamengas, famosas pelo jogo de sombra e luz. No Século XVIII, entretanto, predominou o academicismo com Le Brun e depois com David. Contra esta escola chamada clássica, surgiu o romantismo, suplantado em seguida pelo realismo de Coubert, Corot e Manet. Como conseqüência das experiências realistas, veio o período do impressionismo, desenvolvendo sua própria originalidade e exprimindo interpretações pessoais. Eram Monet, Cézanne, Sisley, Dégas, Renoir, Manet e Gauguin. A influência do impressionismo, nos fins do Século XIX e no começo do atual, foi semelhante à do simbolismo, como gerador da poesia moderna. A partir da primeira década do Século XX, apareceram variadas concepções da pintura. Tiveram início nos fins do século anterior, com o neo-impressionismo (1889). Entre 1901 e 1908, ocorreu a primeira revolução artística do nosso tempo, o fovismo quando aparecem, entre outros, Matisse, Moreau, Wlaminck, Van Dongen.

O cubismo

Destacamos, neste resumo dos movimentos de renovação artística europeus, o cubismo, por nos parecer, entre todas as conceituações e critérios da pintura, o que mais influenciou a técnica de Portinari. Procurando inspiração na arte arcaica dos cretenses, egípcios, gregos e bizantinos, e declarando que os fovistas pediam às cores mais do que elas podiam dar; invocando, a cada passo, os filósofos, desde Platão a Hegel; proclamando a liberdade total na arte de pintar, o que mais distingue os cubistas é a sua preocupação em procurar os ritmos geométricos. O poeta Apolinaire declara:

> "A geometria é nas artes plásticas o que a gramática é na arte do escritor."

Por outro lado, Gleizes afirmava:

> "O mundo visível não é o mundo real, pois depende de uma operação do pensamento."

Ao que Jacques Villon acrescenta:

> "O quadro de janela aberta tem de ceder lugar ao quadro-criação, ao quadro coisa em si; os olhos não têm todos os direitos, eles devem deixar larga margem à intuição e à inteligência."

Os quadros cubistas, segundo Gleizes, devem ser angulosos, cinzentos, ascéticos. Nenhuma exaltação das cores, mas apresentarem tons neutros, luz pobre, dureza das formas. Os impressionistas amavam a luz; os fovistas tinham a paixão do movimento; os cubistas preferiam à claridade do sol, à luz do laboratório. Os cubistas preocupam-se com as formas, excluem o movimento, suas figuras e paisagens são paradas.

No salão de 1908, ao qual compareceu Picasso em companhia de Braque, surgiu o nome "cubismo", pelo fato de Matisse haver observado que as paisagens de Braque eram feitas de cubos. O cubismo expôs nos anos de 1911, 1912, 1913, e, depois, somente em 1935 realizou-se uma exposição dos "Criadores do Cubismo".

Futurismo, orfismo, purismo, expressionismo, dadaísmo, instintivismo, abstracionismo

Seria longo, num simples relatório que antecede um parecer, dar notícia pormenorizada dos variados setores artísticos das décadas de 1900 até nossos dias. Têm sido eles, por ordem cronológica, os que seguem:

Futurismo – Com exposição em Paris no ano de 1912. Seu caráter principal é o da simultaneidade, que não se detém apenas num objeto, mas em tudo o que o rodeia.

Orfismo – Lançado pelo poeta Apolinaire, com poucos adeptos.

Purismo – Apareceu em 1917, procurando a pureza das formas e das cores.

Expressionismo – Este movimento, que já havia surgido entre 1885 a 1900, atingiu grande desenvolvimento nas primeiras décadas do século atual. Apareceu, simultaneamente em França, Alemanha, Áustria, Suíça, Inglaterra, Itália. Era uma reação contra o impressionismo. Preocupando-se mais com o mundo subjetivo do que com o objetivo, transmitia a este as realidades da vida interior e tendia a puro espiritualismo. Os principais iniciadores do expressionismo em França foram Van Gogh e Manet. O número de pintores desta escola é tão grande que ocuparíamos largo espaço em citá-los nesta breve resenha.

Dadaísmo e surrealismo – Esta pintura surgiu em Paris, entre 1910 e 1915, proposta por Chirico. É a expressão metafísica dos princípios do século atual, manifestando o complexo dos estados de espírito contemporâneos da filosofia existencialista. É um movimento negativista, que faz tábua rasa de toda a pintura anterior.

Instintivismo – Os pintores instintivistas, ou primitivistas não se prendiam a nenhuma escola. Sua arte era absolutamente pessoal pelo que nenhum traço de semelhança ou identidade de técnica os uniformiza numa concepção geral da pintura.

Abstracionismo – A arte abstrata – como já notamos em relação a todas as escolas e gêneros de pintura – tem suas raízes nos movimentos anteriores (o impressionismo, o cubismo, o fovismo, o futurismo). Sua origem, entretanto, é germânica e eslava. Sua preocupação é criar, fora da estética tradicional, as relações entre formas novas, de novos signos harmônicos e novas paisagens da alma. Seus líderes foram Malevitch, Kandinski e Mondrian, que falam da "mentira do mundo, da vontade e da representação". Aos abstracionistas (Miró, Dali, Ernest, Appel, Masson, Labisse, Prassinos, Caillaud, Kadinsk, Fautrier, Mondroan, Wols, Bazaine, Lanskoy, Bissiére, Singier, Estéve, Stael, Poliakoff, Menessier, Hartiung, Coat, Schneider, Papart, Atlan, Soulages) se deve à influência exercida pelos pintores modernistas cujos quadros decoram nossos palácios, repartições e salões residenciais, no Rio, em Brasília, São Paulo e outras cidades, sendo essa a razão pela qual citamos seus nomes.

Ambiente e formação artística de Portinari

Todo este relato sobre as correntes estéticas predominantes desde os fins do Século XIX, e principalmente no período de 1900 a 1950, teve por fim a colocação de Portinari no quadro geral da pintura universal e pesquisar sobre a formação artística do grande pintor brasileiro.

Dentre os movimentos estéticos que enunciamos, qual ou quais os que influenciaram sobre ele e cuja técnica lhe inspirou o pincel criador? Um crítico francês coloca nosso patrício entre os expressionistas, o que entendo inteiramente errado, bastando para contestar o exame e análise de suas telas.

Depois dos estudos preliminares em nossa Escola Nacional de Belas-Artes, e desde quando se deslocou a Paris, em 1930, Portinari viveu, na década de 30 a 40, no ambiente criado pelas inovações artísticas que vinham de 1900 e traziam inquietações e confusões nos espíritos.

Sua preocupação básica eram os temas de nacionalismo e brasilidade, históricos, sociológicos e econômicos da vida em nosso País. Como interpretá-los e manifestá-los, abandonando os cânones acadêmicos e clássicos, em que era exímio, e buscando formas e cores na conformidade dos tempos modernos? Quais os valores, estilo e técnica adequados à harmonização de uma nova estética às realidades brasileiras? Foi um período de estudos, de meditação, de pesquisas de que saiu a sua grande arte.

Tenho para mim que, dentre os movimentos renovadores do século, o

que Portinari achou mais adequado aos fins a que se propunha foi o cubismo. O cubismo, entretanto, foi revolucionado pelo nosso pintor, criando uma arte nova.

> "Os quadros cubistas, segundo Gleizes, devem ser angulosos, cinzentos, ascéticos; nenhuma exaltação das cores, mas apresentarem tons neutros, luz pobre, dureza de formas."

Ora, se Portinari aceitava os ritmos geométricos daquela escola na composição das figuras hieráticas de suas telas, não podia se conformar com os tons de cinza e fraca luz, num país tropical onde a cor domina sobre as formas. Inovou, portanto, introduzindo nos losangos e triângulos cubistas a luminosidade e o colorido brasileiros.

A sua obra constituída de numerosas telas que se encontram no Rio, em São Paulo e Nova Iorque, revela um poder criador original fora de todos os cânones tanto antigos como modernos. Sob esta consideração é que deliberamos, no relatório que precede o parecer ao Projeto n.º 2.090, de 1974, realizar pequeno estudo sobre a personalidade de Portinari, a fim de que fique nos arquivos da Comissão de Educação e Cultura merecida homenagem ao grande pintor.

Dificuldades para a apreciação do projeto

O Deputado Francisco Amaral, na sua proposição, declara Cândido Portinari patrono da pintura brasileira. Aqui surge grave preocupação do relator. O critério a ser adotado deverá ter como orientação a História das Artes no Brasil. Em tal caso, quais os pintores que deveriam ter prioridade para se escolher o patrono da pintura brasileira? Não podemos olvidar o passado,e nele encontramos, além de Araújo Porto Alegre e Victor Meireles, o verdadeiro patriarca da nossa pintura, que é Pedro Américo, autor do *Grito da Independência*, que se encontra no Museu do Ipiranga, em São Paulo e vem reproduzindo há um século, em estampas, livros de história, relevos metálicos, sendo conhecido em todo o Brasil como o *Hino Nacional*, de Francisco Manuel. Outros grandes mestres honraram a pintura brasileira, como Almeida Júnior, Bernardelli, Amoedo, Parreiras, Lucílio e Georgina Albuquerque, mas o tradicional, histórico, é Pedro Américo,

Depois dele, nenhum outro é maior do que Portinari, mas ambos merecem as homenagens do povo brasileiro.

Solução do problema

Para sairmos da dificuldade, ocorreu-nos criar dois patronos: o da

pintura clássica e o da pintura moderna. Apresentamos, portanto, um substitutivo rendendo nosso culto aos nomes de ambos.

II – Voto do Relator

Favorável, com substitutivo.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 1974. – *Plínio Salgado,* Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em sua reunião ordinária, realizada em 27 de novembro de 1974, opinou, unanimente, pela aprovação do Projeto n.º 2.090/74, do Sr. Francisco Amaral, que "declara Cândido Portinari Patrono da Pintura do Brasil", nos termos do substitutivo anexo, apresentado pelo Relator, Sr. Plínio Salgado.

Estiveram presentes os Srs. Deputados Geraldo Freire, Presidente; Gastão Müller e Brígido Tinoco, Vice-Presidentes; Edyl Ferraz, Eurípedes Cardoso de Menezes, Ary de Lima, Olivir Gabardo, Nadyr Rossetti, João Borges, Nosser Almeida, Plínio Salgado, Daso Coimbra, Oceano Carleial, Francisco Amaral, Maurício Toledo, Jarmund Nasser e JG de Aráujo Jorge.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 1974 – *Geraldo Freire,* Presidente – *Plínio Salgado,* Relator.

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Declara Pedro Américo Patrono Histórico da Pintura Clássica no Brasil e Cândido Portinari Patrono da Pintura Moderna Brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São declarados Patrono Histórico da Pintura Clássica, no Brasil, o autor do quadro *Grito da Independência*, Pedro Américo, e Patrono da Pintura Moderna Brasileira, Cândido Portinari.

Art. 2.º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, escolhendo, inclusive, as efigies oficiais de Pedro Américo e Cândido Portinari.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 1974. – *Geraldo Freire,* Presidente – *Plínio Salgado,* Relator.

ILUSTRAÇÕES



Coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado, pai de Plínio Salgado.



Professora Ana Francisca Renno Cortez Salgado, mãe de Plínio Salgado.



Casa onde Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895, em São Bento do Sapucaí, São Paulo.



Plínio Salgado aos 15 anos de idade, aluno do Ginásio São José em Pouso Alegre, MG, época em que perdeu o pai, tendo que abandonar os estudos, em 1911.



Plínio Salgado e sua filha Maria Amélia Salgado Loureiro, em 1954.



Plínio Salgado em sua biblioteca, no Rio de Janeiro, em 1958, Deputado Federal pelo Paraná.



Plínio Salgado como observador parlamentar na UNESCO, em Paris, 1960, com membros da Delegação Brasileira.



Plínio Salgado, sua mulher, Carmela P. Salgado, e o Chefe da Delegação do Brasil na UNESCO, Embaixador Dr. Paulo Carneiro. Paris, 1960.



Plínio Salgado com o Papa João XXIII, quando da conferência interparlamentar em Roma, 1962.



Plínio Salgado ao proferir conferência na reunião dos Países de Língua Portuguesa em Lisboa, 1963.



Plínio Salgado presidindo uma reunião dos pequenos partidos, de um dos quais era Presidente. Brasília 1963.



Plínio Salgado numa reunião de Líderes de Partidos com o Presidente da República, João Goulart. Brasília, 1963.



Plínio Salgado em companhia do então Presidente da Repûblica, Ranieri Mazzilli, e do Ministro Martins Rodrigues, em 1964.



Plínio Salgado com a delegação brasileira, visitando a campa do Presidente Kennedy, no cemitério de Washington, quando da Conferência Interparlamentar em 1964.



Plínio Salgado no Simpósio Nacional de Turismo em Salvador, 1965.



Plínio Salgado pronunciando discurso na Sessão Solene do Congresso Nacional em Comemoração do 1.º Centenário da Batalha do Riachuelo, homenageando a Marinha Brasileira. 10/6/1965.



Plínio Salgado com um grupo de Deputados Federais da Bancada do Paraná, em 1967.



Plínio Salgado em reunião na Câmara Federal, em companhia do Procurador da República, Professor Rubens Nogueira.



Plínio Salgado numa das reuniões do Congresso Hispano-luso-americano-filipino dos Municípios em Barcelona, 1967.



Plínio Salgado no jantar oferecido pela Federação das Indústrias de São Paulo à Bancada Paulista na Câmara Federal, com a presença do Governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré, 1968.



Plínio Salgado quando, como orador oficial do Congresso, pronunciou a saudação ao Príncipe Iakito, do Japão, 1969.



Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo na passagem do 50º aniversário da Semana de Arte Moderna, 1970.



Plínio Salgado recebendo os cumprimentos dos seus pares na Câmara Federal após o discurso de despedida do Legislativo, proferido em 04/12/1974.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

A

Abel Rafael
  Demissão
    Secretaria de Agricultura, MG, 404
Abolição da Escravatura, 529
Abono de Natal, 599-600
Aborigene, 339
Absolutismo, 266, 278, 523
Academia Brasileira de Letras
  Prêmio "Joaquim Nabuco", 703-704
"Academia dos Esquecidos", Bahia, 556
"Academia dos Felizes", Rio de Janeiro, 556
Academia Paulista de Letras, 36, 581
Ação de Graças, Dia Nacional de
  ver Dia Nacional de Ação de Graças
Ação Integralista Brasileira
  ver também Integralismo
Ação Integralista Brasileira, 22, 24, 28, 36, 77-79, 87, 194, 257, 292, 305, 332-335, 514-515, 518, 723, 759
  Aniversário, 30º, 465-486
  Aniversário, 31º, 238
  Aniversário, 40º, 505-519
  Doutrina, 412, 516-518
  Fundamentos filosóficos, 465
  Imitação
    Nazi-facismo, 91
  Manifesto, 1932, 505-508, 513-516
  Manifesto, 1935, 745
  Origens, 85, 465, 786
Acesita
  Minas Gerais, 640-641
Acidente Aeronáutico
  Paraná, 716
Aço
  Importância, 320-321
Acordo de Migração e Colonização
  Brasil e Japão, 445
Administração Pública
  Falta de recursos
    Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 116
  Inquéritos, 262
  Reformulação
    Métodos, 569
África
  Colônias, 345
  Independência
    Colônias, 340-341, 348, 353
  Política russa, 384
  Relacionamento
    Brasil, 353-355
  Representação
    Unesco, 367
Agricultor
  ver Trabalhador Rural
Agricultura
  Assistência técnica
    Projeto de Lei, 277/63, 648-649
  Comercialização
    Produção, 619
  Escoamento
    Produção, 619
Agropecuária
  Escoamento da produção
    Projeto de Lei, 267/63, 630
  Reaparelhamento, 630
Akihito, príncipe do Japão
  Homenagem, 439-452
Alemanha
  Divisão, 383
A Aliança do Sim e do Não Plínio Salgado (livro), 308

Aliança Liberal, 780
"Aliança para o Progresso", 755-756
Aliança Renovadora Nacional, 312, 496, 784
  Filiação partidária
    Plínio Salgado, 505, 518
  Homenagem póstuma
    Olympio Mourão Filho, 794
Alma Sertaneja. Gustavo Barroso (livro), 722
Almas de Lama e de Aço. Gustavo Barroso (livro), 722
Almeida, José Américo de
  Candidatura
    Presidência da República, 787
Aluguel, 261
  Imóvel
    Parlamentar, 261
Amadis de Gaula (livro), 289
Amazônia
  Problemas fundamentais, 585
  Valorização, 461
América Latina
  Importância estratégica
    Estados Unidos da América, 321, 322
Américas
  União, 591
Analfabetismo, 553
  Erradicação
    América Latina, 362-366
Analfabeto
  Voto, 266, 232
Angola
  Independência, 340-342
Anticolonialismo, 339, 353-354
Anticomunismo, 354
Anticristianismo, 45
Anti-semitismo, 84

Aplicação da Ciência e da Técnica à Estrutura do Estado Moderno Price (livro), 133
Arena
  ver Aliança Renovadora Nacional
Armamento
  Rússia, 415, 416
Armas Nacionais, 568
Arrendamento
  Terra Produtiva
    Projeto de Lei, 277/63, 656
Arroz
  Embarque
    Maranhão, 231
Artes
  Grécia Antiga, 571
  Idade Média, 572
  Império Romano, 572
  Japão, 449-450
  Renascimento, 572
  Romantismo, séc. XIX
    Brasil, 575
  Século XVII, 573
Assassinato
  John Fitzgerald Kennedy, 754-757
Assembléia Constituinte, 1823, 520, 528
Assembléia Constituinte, 1824, 172, 268
Assembléia Constituinte, 1946; 475
Assembléia Constituinte
  Rússia, 204-205, 242-244, 246
Assembléia Legislativa
  Minas Gerais, 637, 642
  São Paulo, 23
Assim Falava Zaratustra Friedrich Nietzche (livro), 45
Associação Internacional de Editores, Zurique, Suíça, 559
Associação Rural, 610
Astronomia, 701-702
Ateísmo, 44-46
Ato Adicional 4; 219
Ato Adicional, 1824; 268
Ato Complementar, 279
Ato Institucional, 279
Através dos Folclores Gustavo Barroso (livro), 722

A Aurora do Século: Considerações de um Pensador sobre o Passado e o Futuro Büchner (livro), 46, 57, 359

A Aurora Fluminense (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 267
Autodeterminação dos Povos, 340, 392, 394, 436-437

B

A Bagaceira José Américo de Almeida (livro), 578
Balança Comercial, 187
Banco de Desenvolvimento Rural, 618
Banco do Brasil, 641-642
Banco do Estado de Minas Gerais, 640
Banco Nacional de Desenvolvimento Municipal, 479
Banco Nacional de Desenvolvimento Rural, 609
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 640
Bandeira, Dia da
ver Dia da Bandeira
Bandeira Nacional, 567
Bandeirantes
Fé Cristã, 62
Batalha do Riachuelo
Aniversário, 100º, 23, 487-495
Barros, Ademar Pereira de
Candidatura
Presidência da República, 397-398
Bem-Estar Social
Finalidade
Política, 70
Biblioteca Municipal
Convênio União-Município, 552
Biblioteca Privada
Estímulo
Organização, 560
Bipartidarismo, 25, 272
Bloqueio Continental, 498
A Boemia do Meu Tempo Leôncio Correia (livro), 697
Borrões de Verde-Amarelo Cassiano Ricardo (livro), 579
Braga, Newton
Pioneiro
Aviação Nacional, 719
Brasil
Animosidade
Estados Unidos da América, 230
Declaração de guerra
Paraguai, 490
Elevação
Reino, 499
Estabilidade política, 531-532
Evolução histórica
País, Pátria e Nação, 339
Independência
Portugal, 339-340
Reatamento de relações
União Soviética, 400-401, 403-404, 407
Relacionamento
África, 353-355
Portugal, 334
Relações diplomáticas
Estados Unidos da América, 322-323
Países fascistas, 406
União Soviética, 257, 390-391
Remessa de tropas
República Dominicana, 434-438
Brasil, Colônia de Banqueiros Gustavo Barroso (livro), 482, 725
Brasília
Fator
Interiorização, 461-462
Brasiliada Leôncio Correia (livro), 697

C

Caçador de Esmeraldas Olavo Bilac (poesia), 722
Cacau
Embarque
Ilhéus-BA, 231
Caderno da Hora presente (revista), São Paulo-SP, 770
Café, 595-597
Cafeicultor
Paraná, 595
Cafeicultura
Crise
Paraná, 595
Câmara dos Deputados
Defesa
Dignidade, 296

Elogio
Desenvolvimento dos trabalhos Legislativos, 119-123
Encerramento
Legislatura, 1962; 221-223
Legislatura, 1964; 266-271
Ideologia, 337
Pronunciamento
San Thiago Dantas, 328-338, 341, 345, 347, 356
Câmara dos Deputados C. F.
Discussão
Substitutivo de Proj. Lei, 598
Câmara dos Quarenta, 331-332
Câmara Econômica e Cultural, 132-135, 136, 140-141, 199, 204, 470-472
Câmara Municipal
Distrito Federal, 697
Câmara Orgânica, 27, 99, 132, 135, 140-165, 276-287, 792
Harmonização
Estado e povo, 161
Câmara Técnica, 792
O Caminho da Servidão. Friedrich Hayek (livro), 129, 140, 150, 774
O Caminho de Outubro. Stalin (livro), 414
Comissariado do Comércio Exterior de Moscou, 413
Campanha Eleitoral
Custo, 294
Campanha Nacionalista, 564
Canaã. Graça Aranha (livro), 577
Cana-de-Açucar, 351
Canal de Suez, 347
Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência
Restos mortais
Príncipes das Casas Real e Imperial do Brasil
Projeto de Lei, 2.863/65; 691-692
O Capital. Karl Marx (livro), 474, 785
Capital Estrangeiro, 200, 204, 207, 598
Indústria Siderúrgica
Minas Gerais, 641
Restrições, 482
Capital Federal
Causas
Transferência, 458
Transferência
Brasília, 458-464
Capitalismo, 70-71, 324, 483-484, 539, 568, 725
Alemanha, 245
Estados Unidos da América, 355, 587
Formação, 97
Inglaterra, 351
Caritate Christi Compulsi Pio XI (encíclica), 753
A Carne Julio Ribeiro (livro), 575
Carta da ONU, 346-347
"Cartas de Direitos e Deveres"
Organização das Nações Unidas, 572
Carta do Atlântico, 330
Carta dos Direitos e Deveres do Homem, 36
Carvão
Importância, 320-321
Polônia, 353, 387-388
Casa Grande e Senzala Gilberto Freyre (livro), 29
Casamento
Aniversário, 50º
Antonio Eufrásio de Toledo e Maria do Carmo Leite Toledo, 708-711
Castello Branco, Humberto de Alencar, ex-Pres. do Brasil
Eleição
Presidência da República, 257-258
O Cavaleiro de Itararé. Plínio Salgado (livro) 21, 305, 786
Cechella, Walter
Administração
Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 114, 116, 126
Censura
Diversão Pública, 560
Publicações, 562
Centauro dos Pampas Gustavo Barroso (livro), 723

Centro de Saúde
Unidades Móveis
Meio Rural, 605
Centros Culturais da Juventude, 240, 292-293, 298
CGT
ver Confederação Geral dos Trabalhadores
China, 230
Chuva de Pedra Menotti del Picchia (livro), 579
Cidade Colonial. Nelson Omegna, (livro), 703
Ciência
Conquistas, 226, 230-231
Mito, 57
Ciência Contemporânea
Análise, 43-50
A Civilização Posta à Prova Arnold Toynbee (livro), 130, 471
Cobra Norato Raul Bopp (poesia), 580
Código de Ética do Parlamentar, 312-313
Código Penal
Punição
Literatura pornográfica, 560-561
Colonialismo
Complexidade, 350
Mundo contemporâneo, 327, 357
Colonialismo Econômico, 345, 349-352
Colonialismo Evolutivo, 339-340, 342, 349, 352
Colonialismo Ideológico, 345
Colonialismo Involutivo, 340, 342, 345, 348-349, 352
Colonialismo Soviético, 352-355, 386-388
Colonização
Custos, 249-250, 607
Projeto de Lei, 277/63; 651-653
Colono Dia do
ver Dia do Colono
Coluna Prestes, 785
Comércio Exterior, 196, 725
União Soviética, 386-388
Comissão Coordenadora de Informações dos Partidos Comunistas, 252, 409, 420
"Comissão dos Cinco"
Rússia, 419
Comissariado de Comércio de Moscou, 352
Comissariado de Instrução Pública da Rússia Soviética, 540
Comissariado do Comércio Exterior de Moscou, 413
Como nasceram as cidades do Brasil. Plínio Salgado (livro), 308, 703
Companhia Belgo-Mineira, 639
Companhia Vale do Rio Doce, 641, 643
Compêndio de Instrução Moral e Cívica Plínio Salgado (livro), 293, 311
Comunicações, 46
Comunidade
Acesso
Órgão do Governo, 27
Comunidade das Américas, 591
Comunismo, 166, 188, 241-243, 245, 306, 348-349, 354-356, 377-381, 384-386, 391, 403, 483-484, 515, 517-518, 589, 760
Ameaça
Continente Americano, 437-438
América Latina, 230
Combate 167, 787
Congresso, Buenos Aires, 1926; 785-786
Infiltração, 194, 196, 205, 210, 218, 260-262
Comunista Internacional, 230, 247, 252, 254, 353, 409, 417, 420, 424, 515
Plano de Ação
Brasil, 788
Reestruturação, 511
Comunitarismo, 26
Concílio Ecumênico, 753
CONCLAP
ver Conselho das Classes Produtoras
Condecoração
Ernesto "Che" Guevara, 185-186

Confederação de Centros Culturais
da Juventude, 57
Confederação dos Trabalhadores da
América Latina, 168, 230, 424
Confederação Geral dos Trabalhadores, 236, 241, 245, 247
Confederacionismo
São Paulo, 515
Conferência da Paz, 2, Haia, Holanda, 1907; 351, 591
Conferência de Postdam, Alemanha, 1945, 383, 754
Conferência de Teerã, 1948, 383
Conferência de Tucumã, 370
Conferência de Yalta, Criméia, 1945; 383, 385-387, 754
Conferência do Partido Comunista
Russo, 14, 1925, 415
Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1960; 327, 358-375
Atuação
Delegação brasileira, 366
Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1961; 37
Confisco Cambial
Café, 596
Le Conflit Actuel des Humanimes. Etcheverry (livro), 360
Congresso da CTAL
Montevidéu, 1948; 230
Congresso de Viena, 1815; 378, 424, 448, 469, 527, 614, 754
Congresso do Partido Comunista, 12; 412
Congresso do Partido Comunista, 17; 415
Congresso do Partido Comunista, 19; 416
Congresso do Partido Comunista, 22; 416, 423
Congresso Nacional, 165, 199-200, 208, 210-211, 222, 259
Atuação
Crise, 1964; 706
Posse João Goulart, 181-183
Dissolução, 89
Encerramento
Legislatura, 1959; 119-123
Fechamento
Golpe de Estado, 1937; 79
Poderes Constituintes, 204, 285
Reabilitação
Prestígio, 121
Soberania, 707
Transferência
Brasília, 122
Valorização, 703-704
Conjuntura Nacional, 93
Consciência Nacional, 725
Conselho das Classes Produtoras
Rio de Janeiro, 138-139
Conselho Deliberativo
Fundo Nacional para a Reforma Agrária, 623
Conselho de Produção, 139
Conselho Nacional de Economia, 283
Conselho Nacional do Café, 120
Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e da sua Decadência
Montesquieu (livro), 525
Constituição
Conceito, 276-277
Garantia
Normalidade Política, 285
História, 276-280
Projeto
Presidência da República, 276-287
Promulgação, 285
Reforma, 607
Constituição, 1787
Estados Unidos da América, 147
Constituição, 1793
França, 147
Constituição de Cádiz, 1820 (Espanha)
Influência
Constituição do Brasil, 266, 279
Constituição Federal, 1824; 268, 279, 528
Constituição Federal, 1891; 512-513, 780
Constituição Federal, 1934; 68, 80, 91, 160, 176, 456, 760
Constituição Federal, 1934
Representação Classista, 145

Constituição Federal, 1937; 68, 81, 788
Apoio
Exército e Marinha, 89
Apreciação prévia, 759-760
Estado Novo
Crítica, 306
Constituição Federal, 1946; 144, 158, 249, 259-260, 283
Constituição Federal, 1967
Ausência de Censura
Livro e Periódico; 562
Constituinte
ver Assembléia Constituinte
Conversações Católicas Internacionais, San Sebastian, Espanha, 1948; 36
Cooperativa Rural, 610
Coronelismo, 272
Correio Braziliense (jornal), Brasília-DF, 339
Correio Braziliense (jornal), Londres; 289
Correio da Manhã (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 219
Correio de São Bento (jornal), São Bento do Sapucaí-SP, 35
Correio Paulistano (jornal), São Paulo-SP, 35, 511, 579
Crédito Agrícola
Projeto de Lei, 277/63; 649
Crédito Especial
Hospital Evangélico de Curitiba, PR
Projeto de Lei 606/63; 677-679
Crédito Rural, 606-609, 618
A Crise do Mundo Moderno René Guenon (livro), 365
Crise Econômico-Financeira, 585
Crise Internacional, 72, 75-76
Crise Militar, 309, 310
Crise Nacional, 72, 75
Crise Político-Militar, 165-170, 230
Cristianismo
Aspecto Ecumênico, 539
Respeito
Homem, 319, 321
Cristo
ver Jesus Cristo
Crítica da Razão Prática Emanuel Kant (livro), 217
Crítica da Razão Pura Emanuel Kant (livro), 217
CTAL
ver Confederação dos Trabalhadores da América Latina
Cuba
Implantação
Comunismo, 344
O Culto da Incompetência e o Horror da Responsabilidade Emílio Faguet (livro), 485
Cultura
Definição, 94, 543
Cultura Brasileira, 552-563
Cultura Européia, 592
Curso de Direito Constitucional e Instituições Políticas Georges Burdeau, (livro), 130, 471
Custo de Vida, 194, 201, 228-231
Czarismo
Rússia, 380, 389

D

Da Democracia à Escravidão Estatal
Kantsky, 241
Da Propaganda à Presidência Campos Sales (livro), 509
DASP
ver Departamento Administrativo do Serviço Público
O Debate (jornal), Portugal, 371
Declaração de Direitos do Congresso de Virginia, 277, 526
Declaração dos Direitos do Homem, 277,561
Decoro Parlamentar, 292
Deixa Estar Jacaré Cassiano Ricardo (livro), 579
Delegação de Poderes
Ato Adicional, 203
Demagogia, 234, 237
Demagogia Esquerdista
Governo João Goulart, 511
Democracia, 81, 121, 129-131, 162-163, 356-357, 370, 408, 434, 552

Democracia Orgânica, 88, 470-472
Departamento Administrativo do Serviço Público, 476
Departamento de Imprensa e Propaganda, 85
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 476
Desapropriação Rural
Recursos
Projeto de Lei, 486/63; 667-676
Desenvolvimento Agropecuário, 609
Desenvolvimento Científico, 160
Desenvolvimento Industrial
Cooperação
Japão, 446
Desenvolvimento Político, 160-161
Desenvolvimento Sócio-Econômico, 160-161
Desenvolvimento Tecnológico, 160
Desordem Internacional
Análise, 226-233
Desordem Nacional
Análise, 226-233
Despertemos a Nação Plínio Salgado (livro), 308, 553
Dez Dias que Abalaram o Mundo John Reed (livro), 379
Dia da Bandeira, 564-565
Dia do Colono, 392
Dia do Fico, 501
Dia Nacional de Ação de Graças, 45-50
Diário Carioca (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 261
Diário de São Paulo (jornal), São Paulo-SP, 37
DIP
ver Departamento de Imprensa e Propaganda
"Direitas"
Atuação, 240, 569-570
Direito Civil, 526
Direito Constitucional, 153
Direito de Asilo, 331
Direito Internacional, 329, 331, 333, 334
Direito Natural
Homem, 227, 524
Direito Romano, 85
Direito Visigótico, 85
Direitos e Deveres do Homem Plínio Salgado (livro) 78, 308
Direitos Humanos, 272, 281, 438
Direitos Políticos
Restrição, 275
Disciplina Partidária, 106
Discriminação Racial, 371-372, 755
Discurso ao Povo Infiel Tasso da Silveira (poesia), 770
Distribuição de Renda
Município, 468
Ditadura, 79, 85, 90-91, 376, 508, 706, 782, 785
Ditadura
Antonio Oliveira Salazar, Portugal, 329, 338, 340, 343, 346, 776
Divina Comédia Dante (livro), 734
DNER
ver Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Domicílio Eleitoral, 275
Dom Quixote de la Mancha Miguel de Cervantes (livro), 289, 734
Doutrina Cristã
ver Cristianismo
Doutrina e Tática Comunista: Noções Elementares. Plínio Salgado (livro), 252, 570
Doutrina Integralista, 562
Doutrina Política, 469, 781

E

Economia, 583-600
Economia Política, 94
Economia Soviética, 389
Editorial "Certo o prefeito Paulo de Tasso" *O jornal* (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 594
Educação, 480, 543, 605-606
Conceito, 360
Concepção espiritualista, 540

Direitos e deveres
Professor e aluno, 548-549
Formação Integral, 538
Projeto Carlos Lacerda
Formação Integral, 538, 542, 544
Educação e Cultura, 535-551
Educação Moral e Cívica
Necessidade
Inclusão no Currículo, 544-545
L'Eglise et l'Art Louis Dimier (livro), 572
Eisenhower, Dwight David, ex-Pres. Estados Unidos da América
Pronunciamento
Câmara dos Deputados, 319-326
Visita
Brasil, 319-326
Eleição
Custos
Campanha, 552
Maioria absoluta, 105
Posse
Candidatos, 125
Emenda Constitucional, 632-633
Câmara Orgânica, 154-163
Parlamentarismo, 128
Reforma Agrária, 634-636
Emenda Parlamentarista
ver Parlamentarismo
Emenda Plínio Salgado
Criação
Câmara Orgânica, 283-284
Empirismo, 226, 231
Empregado
Participação nos lucros
Empresa, 476, 482
Empresa
Participação nos lucros
Empregado, 476, 482
Empréstimo Compulsório, 625, 629-630
Fundo Nacional para a Reforma Agrária
Projeto de Lei, 486/63; 667-676
Encarregado de Negócios de Portugal em Viena
Carta
João VI, Príncipe Real 378
Enciclopédia Brasileira
Elaboração, 580
Enciclopedismo, 616
Endemias Rurais
Profilaxia, 604
Eneida. Virgílio (livro), 550, 668
Ensino Rural, 617
Ensino Superior
Desenvolvimento e Consolidação, 710
Esaú e Jacó Machado de Assis (livro), 574
Escola Agrícola, 617
Escola Rural, 605
Escolas Literárias, 555
Espanha
Defesa
Ocidente, 355
Relacionamento
Portugal, 355
O Esperado. Plínio Salgado (livro), 21, 79, 112, 305, 626
Espionagem
Embaixada Russa
Canadá, 417-420
Espionagem
União Soviética, 390, 417-423, 428-430
O Espírito da Burguesia. Plínio Salgado (livro), 308
O Espírito das Leis. Montesquieu (livro), 525
O Espírito do Século XX. Gustavo Barroso (livro), 725
Espiritualismo Cristão, 226
"Esquerdas"
Apoio ao Governo, 621
Atuação, 569-570
Rússia, 242-245, 247-248
Esquerdismo, 328, 348
Estado, 364-365
Autonomia, 264-265, 270
Crítica
Federação, 117

Formação, 95
Harmonia
Poderes, 313
Ordem Social
Orientação de Cristo, 57
Responsabilidade
Cumprimento da Leis, 549
O Estado Corporativo. Tasso da Silveira (livro), 770
O Estado de São Paulo (jornal), São Paulo–S P , 427
Estado de Sítio, 236-237
Estado Novo, 1937; 24, 36, 88, 306-308, 344, 730
Estado Totalitário, 88
Estados Unidos da América
Animosidade
Brasil, 230
Bases Aéreas – Militares
Península Ibérica, 356
Colonização Econômica, 349, 351
Crítica
Política externa, 434-438, 586-587, 589
Defesa
Democracia, Hemisfério Sul, 355
Facilidades
Avanços da Rússia, 347-348
Neutralidade
Segunda Guerra Mundial, 382
Política de Ajuda
América Latina, 320, 322-323
Posicionamento
Caso do Navio Santa Maria, 346
Pragmatismo, 585-593
Estatuto do Trabalhador Rural, 610, 618
Estrada de Ferro
Encarecimento
Frete, 231
Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria, 348, 588
Estrada de Rodagem
Utilização
Transporte de Mercadorias, 231
Zona Rural, 480
O Estrangeiro. Plínio Salgado (livro), 21, 23, 30, 35, 79, 303, 311, 577-579, 626
Estrutura Política, Econômica e Social
Evolução, 147-148
Estrutura Político-Administrativa
Modificação, 128-135
Ética Parlamentar, 312-313
Eurásia
Unidade Cultural, 93
Europa
Desequilíbrio Social e Econômico, 72, 75-76
Equilíbrio, 378
Expansionismo Eslavo-Socialista, 592
Invasão, 343
Política
Século XVIII, 524
Século XIX, 440
Europa Central
Importância
Equilíbrio Mundial, 378
Evocações. Leôncio Correia (livro), 697
A Evolução do Povo Brasileiro Oliveira Viana (livro), 304, 516
Evolucionismo, 45, 538
Existencialismo Ateu, 45
Experimentalismo Científico, 44, 95, 752
Exportação
Minério, 643
Exposição Científica
Visita
Marília-SP, 569

F

Faculdade de Filosofia de São Paulo
Proliferação
Idéias marxistas, 570
Falência, 201
Fascismo, 77-78, 87, 364, 409, 508
Fausto. Göethe (livro), 734
FBI
ver Federal Bureau of Investigation
Fé Cristã, 49

FEB
ver Força Expedicionária Brasileira
Federação, 151, 282, 566
Federal Bureau of Investigation, 417, 755
Federalismo, 268, 529, 739
Ferro
Fundição
Brasil-Império, 320
Importância, 320, 321
Ferrovia
ver Estrada de Ferro
Ferroviário
Santa Catarina e Paraná, 319
Fertilizante
Alemanha, 387
Festa (revista), Rio de Janeiro-RJ, 578, 770
Fico, Dia do
ver Dia do Fico
Le Figaro (jornal), França, 372
Filosofia
Correntes Ideológicas, 474, 483-484
Determinismo histórico, 724
Evolucionismo, 361
Existencialismo, 361
Experimentalismo Científico
Portugal, 527
Século XIX, 768-769
Idealismo, 361
Livre arbítrio, 58, 724
Naturalismo, 768
Panteísmo, 361
Positivismo, 361
Providencialismo, 724
Racionalismo, 361, 768
Socialismo Científico, 361
Filosofia Integral e Lógica Integral Leo Gabriel (livro), 130, 471
Filosofia Política
Autocrítica, 84
Filosofia em Luta Fulton Sheen (livro), 131, 470
As Filosofias Sociais de Nossa Época de Crise Sorokin (livro), 471
Las Filosofias Sociales de Nuestra Epoca de Crises Sorokin (livro), 130
Fio d'água Tasso da Silveira (livro), 770
Florestamento, 618
FMI
ver Fundo Monetário Internacional
Força Expedicionária Brasileira, 786
Força Pública
Manifesto, 1932; São Paulo, 729
Forças Armadas, 167, 489, 518
Fidelidade
Gustavo Barroso, 722
As Forças Motrizes da Revolução Russa Lenine (livro), 241
Frauta de Outono. Leôncio Correia (livro), 696
"Frente Negra Brasileira", 512
A Função do Governo na Vida Econômica Rodolf Steiner (livro), 133
Funcionário Público
Salário, 229-231
Os fundamentos do Leninismo. Stalin (livro), 413
Fundo Monetário Internacional, 585-588
Fundo Nacional para a Reforma Agrária, 621-629, 634-635
Projeto de Lei, 486/63; 667-676

G

Gabinete
Parlamentarismo, 210, 213-216, 218-219
Gabinete Itaboraí, 268
Gabinete Ouro Preto, 177
Gabinete Zacarias, 67, 268
Gabriela, Cravo e Canela Jorge Amado (livro), 555
Gasolina
Preço, 231
A Gazeta do Rio de Janeiro (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 499
Gazette de France (jornal), França, 289
Geografia Sentimental. Plínio Salgado, (livro), 308
O Globo (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 338, 411

God's Underground. Padre Georges (livro), 425
Goiás
Intervenção, 264-265
Golpe de Estado 1937; 68, 84-85, 90, 730, 759-760, 788
Golpe de Estado, 1937
Participação
Integralistas, 307
Plano Cohen, 787-790
Gomes, Eduardo
Candidatura
Presidência da República, 125
Governo Estadual (São Paulo)
Crítica, 729
Governo Federal
Crítica, 109, 635-636, 706, 730
Instabilidade
Leis, 280
Goulart, João Belchior Marques, ex-Pres. Brasil
Atuação, 234-235, 237-238
Posse, 169, 171-174, 179, 182-184, 189, 193-194, 199, 212-213, 705
A Grande Marcha dos Revolucionários Chineses Shi, Pin (livro), 420
Greve
Governo João Goulart, 234
Trabalhador, 229-230
"Grupo de Cataguases"
Movimento literário, 580
Grupo de Pressão
Atuação, 99, 133-137, 143, 155, 158-159
Grupo Parlamentar, 208-209, 213
Grupo Verde-Amarelo, 579
Guanabara (Estado), 461
O Guarani. José de Alencar (livro), 574
Guerra
Reparações, 388
União Soviética, 389-390
Guerra Civil
Ameaça, 213, 222, 252-254
A Guerra de Artigos Gustavo Barroso (livro), 723
Guerra de Canudos, 181, 509
A Guerra de Flores Gustavo Barroso (livro), 723
A Guerra de Guerrilha dentro da Guerra Geral Mao Tsé-tung (livro), 420
A Guerra de Libertação do Povo Chinês Mao Tsé-tung (livro), 420
A Guerra de Lopes Gustavo Barroso (livro), 723
A Guerra de Rosas Gustavo Barroso (livro), 723
A Guerra do Vidéo Gustavo Barroso (livro), 723
Guerra do Paraguai, 489-494, 529, 638
Guerra dos Farrapos
Rio Grande do Sul, 515

H

Habeas Corpus
Governo de Goiás, 264
Helena. Machado de Assis (livro), 574
Helenismo, 571
Helenismo e a Civilização Cristã. Oliveira Martins (livro), 51
Heróis e Bandidos. Gustavo Barroso (livro), 722
Higiene Rural, 617
Projeto de Lei, 277/63; 648
Hino Nacional Brasileiro, 52, 567
Hirohito, Imperador do Japão
Atuação
Governo, 448-449
História, 453-534
Conceito, 239, 487
História da Cultura. Alfred Weber (livro), 360
História do Brasil
Ciclos, 487-488
História do Brasil. Plínio Salgado (livro), 311
História do Brasil. Rocha Pombo (livro), 271
Rocha Pombo (livro), 271
História Econômica do Brasil. Celso Monteiro Furtado (livro), 351
História Geral do Brasil. Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (livro), 638
História Militar do Brasil. Gustavo Barroso (livro), 723
História Universal, 376

Homem
Conceito de felicidade, 226, 227
Concepção, 45-46, 48, 226-228
Direitos e deveres, 227-228
Finalidades, 227
Homem Contemporâneo
Análise, 43-50
O Homem e a Máquina. Jacques Maritain (livro), 75
O Homem e a Morte. Menotti del Picchia (livro), 578
Homenagem
Alécio Moreira Gomes, 701-702
Antônio Eufrásio de Toledo, 708-711
Bandeira Nacional, 564-565
Ex-Combatentes, 508
Forças Armadas, 495
George Ines Taboada, Min. Relações Exteriores e Culto
Argentina, 557
Maria do Carmo Leite Toledo, 708, 711
Nelson Omegna, 703-704
Olympio Mourão Filho, Gen., 705-707
Poder Legislativo
Aniversário 150º, 520-533
Povo
Rio de Janeiro, 122
Presidente
Câmara dos Deputados, 119, 122
Príncipe Akihito e Princesa Michico
Japão, 439-452
Ranieri Mazzilli, 191, 224, 259-260
Homenagem Póstuma
Afonso Henriques, 698-699
Alberto Pasqualini, 733-734
Almeida Serra, 716-718
Antônio Oliveira Salazar, ex-Pres. Portugal, 773-779
Assis Chateaubriand, 765-767
Borges de Medeiros, 739-741
Carlos Luz, 737-738
Fernando Ferrari, 747-748
Francisco da Silva Prado, 742-744
Gabriel Passos, 745-746
Gustavo Barroso, 721-726
Horácio Lafer, 763-764
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, 715
João XXIII, Papa, 751-753
John Fitzgerald Kennedy, 754-762
Jorge Lacerda, 716-718
Lameira Bittencourt, 727
Leoberto Leal, 716-718
Leôncio Correia, 695-697
Loureiro Junior, 780-783
Nereu Ramos, 716-718
Newton Braga, Brig., 719
Olympio Mourão Filho, Gen. 784-795
Osvaldo Aranha, 728-732
Paulo Bandeira, 716-718
Paulo Menotti del Picchia, 700
Pimenta da Veiga, 735-736
Ribeiro Couto, 749-750
San Thiago Dantas, 758-762
Tasso da Silveira, 768-772
Vítimas
Movimentos Revolucionários, 455
Revolução, 1938; 455-457
Homme Travail. Le Févre (livro), 144, 156
Hospital Evangélico de Curitiba, PR
Autorização de Crédito Especial
Projeto de Lei, 606/63; 677-679
Hulha
Importância, 320-321
Progresso
Estados Unidos da América, 320

I

Iaiá Garcia. Machado de Assis (livro), 574
IBC
ver Instituto Brasileiro do Café
IBGE
ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idade Nova (jornal), 36

O Idealismo da Constituição. Oliveira Viana (livro), 304, 516
Igreja Católica
Democracia, 751-752
I-Juca Pirama. Gonçalves Dias (poesia), 574
Ilíada. Homero (livro), 550
A Imagem daquela Noite Plínio Salgado (livro), 308
Imagem Religiosa, (Jesus Cristo)
Entronização
Plenário da Câmara dos Deputados, 51-62
Imigração
Japonês
São Paulo e Amazonas, 444
Imóvel
Aluguel
Parlamentar, 261
Imóvel Rural
Título de Propriedade
Projeto de Lei 277/63; 651
Impeachment
João Goulart, 182-183
Imperialismo, 197, 207, 437
O Imperialismo como a mais Alta Etapa do Capitalismo. Lenine (livro) 349, 352, 384
Imperialismo Eslavo, 380-381
Imperialismo Soviético, 352-355, 394, 585-593
Imperialismo Soviético
Raízes, 385
Império, 112, 181, 567, 621
Partidos Políticos, 739
Política Externa e Interna, 488-489
Sistema Político, 175
Implemento Agrícola
Desenvolvimento, 608
Importação
Papel
Colômbia, 559
Imposto, 229
Arrecadação, 51-52
Imposto de Renda
Estimativa do Empréstimo Compulsório
Projeto de Lei, 486/63; 671-672
Imprensa
Liberdade, 299
Missão, 288-301
Inconfidência Mineira, 1789; 488, 497, 745
Independêndia do Brasil, 501, 520, 782
Aniversário 149º, 496-504
Aniversário 150º, 505, 571
Indígena, 585
Indústria, 585
Indústria Primária
Assistência Técnica e Financeira, 609
Desenvolvimento
Projeto de Lei, 277/63; 649-650
Indústria Siderúrgica
Exportação
Matéria-Prima, 643
História, 638-639
Visita
Minas Gerais, 637-643
A Infantilidade da Ala Esquerda. Lenine (livro), 244
Inflação, 194, 200, 228, 232, 481, 631
631
Contensão, 625
Correção, 642
Inglaterra
Governo
Rainha Vitória, 440
Origem e Evolução
Parlamento, 522-523
INIC
ver Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Inquérito Policial Militar
Acusações gratuitas, 261-263
Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 336, 400, 404, 476, 479, 607
Administração, 114-118, 626
Responsabilidade
Partido de Representação Popular, 124, 126
Instrução, 360, 546

Integração Nacional, 458, 461-462
Integralismo, 27-29, 51-52, 96, 131, 305, 331-332, 335, 455-456, 724, 728-729, 786-787
ver também Ação Integralista Brasileira
Atualidade, 469-472
Critério
Administração Pública, 472
Fundamentos Filosóficos, 465-466
Manifesto, 1933; 723
Manifesto – Programa, 1935; 475-476
Programa de Ação, 309
Relacionamento
Nazismo, 86
Sociedade de Estudos Políticos
São Paulo, 786
O Integralismo de Norte a Sul. Gustavo Barroso (livro), 724
O Integralismo de Plínio Salgado. J. Chasin (livro), 30
O Integralismo em Marcha. Gustavo Barroso (livro), 725
O Integralismo na Vida Brasileira. Plínio Salgado (livro), 308, 505
Integralista
Envolvimento
Intervenção em Goiás, 265
Intelligence Service
Inglaterra, 417, 428, 755
Intentona Comunista, 36
Internacional Socialista, 147
Intervenção
Goiás, 264-265
Intervenção Federal, 282
Intervencionismo, 138
Introdução ao Estudo do Pensamento Nacional. Mota Filho (livro), 579
IPASE
ver Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPM
ver Inquérito Policial Militar
Iracema José de Alencar (livro), 574
Iveztia (jornal), Rússia, 881

J

Jacobinos
Atuação
Império e Regência, 621
Japão
Desenolvimento
Político, Social e Econômico, 448
História, 439-452
Imigração
Brasil, 443-445
Revolução Meije, 441
Século XIX, 440
Vinculações Históricas
Brasil, 439-447
O Jardim das Inconfidências. Ribeiro Couto (livro), 749
Jesus Cristo, 751
João III, Rei de Portugal
Carta de Regimento, 704
João VI, Rei de Portugal
Realizações
Brasil, 499
João XXIII, Papa
Encíclica, 411
Jornal do Brasil (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 291
Jornalista
Desempenho Profissional, 290
Juca Mulato. Menotti del Picchia (poesia), 579
Junta Antiintervencionista, 269
Justiça Eleitoral, 125

K

Klu-Klux-Klan, 755
Kominform
ver Comissão Coordenadora de Informações dos Partidos Comunistas
Komintern
ver Comunista Internacional
Konsomol
ver Liga Jovem Comunista
Kubitschek, Juscelino, ex-Pres. Brasil
Garantia
Posse, 309

L

Latifúndio, 609, 634
Lavoura
  Aluguel
    Máquina, 608
Leal Conselheiro. Dom Duarte (livro), 210
Legação Trabalhista Norte-Americana, 426
Legião Brasileira de Assistência, 28, 476
Legislativo, Poder Autêntico. João de Oliveira Filho (livro), 297
Lei Agrária, 476-477
  Fundamentos, 615-616, 620
  Reformulação, 608
Lei de Newton, 95
Lei de Segurança Nacional, 707
Leis Naturais, 226
Leitura
  Incentivo, 562-563
Leôncio Correia
  Participação
    Campanha abolicionista, 695
    Campanha Republicana, 695
Liberalismo, 95, 266, 385, 614
Libertas. Leão XIII, Papa (encíclica), 355
Liga Jovem Comunista, 252
Ligas Camponesas, 168
Lima, Hermes
  Indicação
    Primeiro-Ministro, 215-220
Literatura
  Abstracionismo, 576
  Correntes, 696
  Cubismo, 576
  Dadaísmo, 576
  Expressionismo, 576
  Futurismo, 576
  Grécia Antiga, 571
  Idade Média, 572
  Japão, 450
  Modernismo, 574, 577-581, 696, 768
  Naturalismo, 44, 95, 227, 289
  Parnasianismo, 696, 721, 769
  Realismo, 769
  Realismo e Parnasianismo, Séc. XIX, 575
  Romantismo, 696, 574
  Século XVII, 573
  Século XVIII
    Brasil, 573
  Simbolismo, 575-576, 696, 721, 768, 770
Literatura Brasileira, 554-556, 721-722
Livro
  Censura, 562
  Dificuldade
    Aquisição, 559
  Nacional e Estrangeiro
    Majoração de Preço, 558-559
Livro e Cultura, 552-563
Lógica Integral. Léo Gabriel (livro), 471
Lott, Henrique Batista Duffes Teixeira
  Candidatura
    Presidência da República, 397-399, 400-403, 407
Os Lusíadas. Luís Vaz de Camões (poema), 189, 505, 571, 778
  Aniversário, 400º, 505, 571

M

Madame Bovary. Gustavo Flaubert (livro), 769
Madrugada do Espírito. Plínio Salgado (livro), 308
Magna Carta, 1225
  Inglaterra, 521
Maioria Absoluta
  Aliança Partidária, 105
Manifesto de Outubro, 1932
  Ação Integralista Brasileira, 36, 467, 495, 505-508, 513-516
Manifesto dos Partidos, 212
Manifesto Integralista, 1935; 411
Mão-de-Obra, 229, 231
A Marcha (jornal), 37
A Marmota (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 289
Marinha de Guerra do Brasil
  Homenagem, 487-495

Mário Martins
Questão de ordem sobre extensão de prazo para continuidade de pronunciamento, 81-82
Martim Cererê. Cassiano Ricardo (livro), 579
Marxismo, 239, 517, 570, 621
Massa
Conceito, 773
Materialismo, 45, 539, 616
Inglaterra, 537
Materialismo Dialético, 240, 319, 321, 540
União Soviética, 587
Materialismo Histórico, 319
Mateus, santo
Evangelho, 546
Mausoléu. Riichi (livro), 450
MDB
ver Movimento Democrático Brasileiro
Memória Nacional, 58, 502-503, 567-568
Memórias de um Sargento de Milícias.
Manoel Antonio de Almeida (livro), 574
Memórias Sentimentais de João Miramar.
Oswald de Andrade (livro), 578
Menotti del Picchia, Paulo
Aniversário, 50º
Obra Literária, 700
Mensagem às Pedras do Deserto. Plinio Salgado (livro), 308
Método Empírico
ver Empirismo
Meu Paraná. Leôncio Correia (livro), 696
Michico, Princesa do Japão
Homenagem, 439-452

Migração Interna, 116
Militar
Impedimento posse
Vice-Pres. República, 172
Salário, 229-231
Minas Gerais
Quadrilátero ferrífero, 637
Minhas Verdades Francesas. Maurras (livro), 53
Minifúndio
Cooperativas, 609
Ministério da Aeronáutica, 28, 308, 476
Ministério da Economia Nacional, 476
Ministério da Fazenda, 228
Ministério das Relações Exteriores, 196-198, 206
Cartas
Estados Unidos da América, 322-323
Ministério de Turismo e Informações
Projeto de Lei 1711/64, 680-690
Ministério do Trabalho, 228
Mirador (revista), México, 559
Mitologia Grega, 591-592
Moçambique
Independência, 340-341
Moeda
Oscilação
Valor, 229
Monaquia Federativa, 560
Moura Andrade
Indicação
Primeiro-Ministro, 199-202
Mourão Filho, Olympio
Atuação
Crise, 1961, 705-707
Revolução, 1964, 791
Carreira Militar, 786, 792
"Movimento da Anta", 580
O Movimento de Guerrilheiros. Ponomarenko (livro), 420
Movimento Democrático Brasileiro, 312, 780
Homenagem Póstuma
Olympio Mourão Filho, 794
Movimento do Integralismo Lusitano, 775
Movimento Estudantil, 570
Movimento Integralista
ver também Integralismo
Princípios Doutrinários, 781-782
Surgimento, 780
Movimento Modernista Brasileiro
Componentes, 581
Movimento Nacionalista, 709

Movimento Verde-Amarelo, 36, 579, 700
Movimentos Revolucionários, 455-457
A Mulher de Século XX Plínio Salgado (livro), 308
Mundo
Debilidade, 358-375
Mundo Ocidental
Crise, 378
Indefinição filosófica, 361
Municipalismo, 303, 479
Município
Autonomia, 99, 117-151, 468-509
Distribuição de Renda, 468
Organização
Patrulha Mecanizada, 608
Museu Histórico do Brasil, 723
MVD
ver Polícia Política (Rússia)
Mythes, Contes et Légendes des Indiens du Brésil. Gustavo Barroso (livro), 722

N

Nação, 364-365
Conceito, 339, 468, 496
Nacionalismo, 197, 266, 349, 385, 435, 468-469, 545, 548, 550, 564-565, 577-579, 587-588, 590, 592, 697, 700, 723-725, 745-746, 759, 766-767
Conceito, 364
Nacionalismo Cristão, 86
Nativismo, 267
Navio Santa Maria, 327-357
Nazi-fascismo
Ascensão, 84
Nazismo, 78, 349, 353, 364, 381, 387, 416, 425, 459, 508, 512, 517, 614
Origens Filosóficas, 86
Nelson Omegna
Prêmio
Academia Brasileira de Letras, 703-704
Nordeste
ver Região Nordeste
Nosso Brasil. Plínio Salgado (livro), 308
Novo Império Soviético
Diferenças
Antigo Império Soviético, 383-384

O

Obras Completas. Leôncio Correia (livro), 695
Obras Selectas. Lenine (livro), 408, 413-414, 416
Observatório Nacional
Nomeação
Diretor, 701-702
The Observer (jornal), Londres, 559
O Ocaso do Império. Oliveira Viana (livro), 304, 516
Ocidente
Independência
Colônias, 386
Odisséia. Homero (livro), 289, 550, 698
OEA
ver Organização dos Estados Americanos, 260
Oliveira, Armando Sales de
Candidatura
Presidência da República, 787
ONU
ver Organização das Nações Unidas
Operação Pan-Americana, 322-323, 588, 755
Posicionamento Filósofico
Ocidente, 93
Operário
ver Trabalhador
Orçamento da União, 231, 625
Ordem Nacional, 226
Ordem Pública, 570, 636
Ordem Universal, 226-227
Organização das Nações Unidas, 254, 330, 345-346, 354, 359, 370, 392-394, 405, 408, 430, 432, 434-435, 459, 482, 489, 561
Atuação
Rússia, 413
Carta de Direitos e Deveres, 752

Filosofia Política, 76
Independência
Colônias, África, 345, 346
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 327
Crítica
Atuação, 374-375
Objetivos, 358
Recursos Financeiros, 366-367
Organização dos Estados Americanos, 260, 424, 489
A Organização Nacional Alberto Torres (livro), 143, 285, 304, 455, 516, 579
Organização Pan-Americana, 323-324
Organização para o Brasil. Juarez Távora (livro), 471
Organização Política
Conceito
Nação e Estado, 774
Concepção
Estado e Governo, 774
Órgão Público, 476
Ouro
Extração
Trabalho escravo, Sibéria, 388-389
Século XVIII
Minas Gerais, 350, 351

P

Pacto Germânico-Soviético, 381-382
País
Conceito, 339-496
Países do Ocidente
Política, 586-589
Palácio Guanabara
Ataque
Integralistas, 33
Palavra e Pensamento Integralistas. Gustavo Barroso (livro), 724
Palmerim de Inglaterra (livro), 289
Pan-Americanismo, 74, 351, 488, 699
Pan-Eslavismo, 380
Panóplias. Leôncio Correia (livro), 697
Papel
Preço
Importação, 558
Paraná
Eleição
Jânio da Silva Quadros, 103
Emancipação Política
Aniversário, 1009, 695
Parlamentar
Declarações
Mandato Legislativo, 292-295
Desempenho do Mandato
Normas Éticas, 312-313
Prerrogativas, 197
Parlamentarismo, 69, 172-182, 189-190, 192, 205, 210, 215, 223, 230, 236, 484, 705-706
Império, 206, 530
Proposta de Plínio Salgado
Solução Crise, 310
Parlamento
Continuidade, 532
Dissolução
Deodoro da Fonseca, Mal., 530
Evolução
Brasil, 528
França, 526
Função, 288-301
Origem, 520-533
Partido Agrário Cristão
Hungria, 426
Partido Bolchevique, 379
Partido Comunista, 196, 206, 395-397, 399-401, 408, 417, 423, 428, 511
Partido Comunista
Canadá, 430
Estados Unidos, 429
Inglaterra, 754
Rússia, 755
Partido Comunista Alemão, 241, 381
Partido Comunista Brasileiro, 89 785-786
Atuação
Crise Político-militar, 1961; 168 168
Legalização, 249-252
Partido Comunista Chinês, 588

Partido Conservador
Brasil, 268, 529
Inglaterra, 97, 599
Partido Democrata Cristão, 208
Convenção Nacional, 682
Posição
Desapropriação de Terra e Modificações da estrutura agrária, 682-688
Emenda Constitucional, 684-686
Partido de Representação Popular, 23, 25, 36, 77-78, 173, 197-198, 204, 208-209, 219, 221, 332, 338, 404
Atuação
Sucessão presidencial, 124, 125
Conceituação
Nacionalismo, 99
Crítica
Governo Federal, 790
Política externa, 395-410
Doutrina, 395, 465-486, 613-620
Elaboração
Projeto de Lei, 277/63, 660-666
Fundação, 308
Homenagem
Bandeira Nacional, 564-565
Homenagem póstuma
Alberto Pasqualini, 733-734
Borges de Medeiros, 739-741
Carlos Luz, 737-738
Fernando Ferrari, 747-748
Francisco da Silva Prado, 742-744
Gabriel Passos, 745-746
Horácio Lafer, 763-764
João XXIII, Papa, 751-753
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, 715
John Fitzgerald Kennedy, 754-757
Lameira Bittencourt, 727
Oswaldo Aranha 728-732
Pimenta da Veiga, 735-736
Manifesto, 1963; 790
Posição
Eleição do Presidente da República, 257-258
Pressão
Sucessão presidencial, 124
Programa de Ação, 465
Partido Integralista Brasileiro, 474-475
Partido Liberal, 97, 268, 529
Partido Libertador, 268
Partido Municipalista
Fundação, 35
Partido Político, 26
Aliança, 105
Atuação
Grupos de pressão, 133
Ausência
Disciplina partidária, 106
Crise e vitalidade, 101-113
Estatuto, 272
Extinção
Minoria, 272-274
Formação, 175-176
Homenagem, 67
Minoria
Câmara dos Deputados, 208-209
Origem e formação, 136- 137
Pluralidade, 101, 104
Situação e oposição, 569
Sucessão presidencial, 104-113
Partido Popular Monárquico
Portugal, 26
Partido Republicano, 67, 303, 739
Envolvimento
Intriga Política, 124
Partido Republicano Trabalhista, 208
Partido Restaurador
Atuação
Império e Regência, 621
Partido Saquarema
Atuação
Império e Regência, 621-622
Partido Sindical Nacionalista, 507
Identidade de Objetivos
Manifesto Integralista, 507
Partido Social Democrático, 236, 328, 334, 336, 356, 736
Partido Social Progressista, 635

Aliança
Partido de Representação Popular, 109
Partido Social Trabalhista, 208
Partido Socialista, 78, 512
Partido Trabalhista
Canadá, 429
Fundação
Inglaterra, 98
Partido Trabalhista Brasileiro, 78, 87, 166, 200, 218, 613, 734, 403, 405, 762
Não-relacionamento
Partido de Representação Popular, 87
Rio Grande do Sul, 69-70
Partido Trabalhista Canadense, 408
Partido Trabalhista Nacional, 208
Partidos Políticos e Grupos de Pressão. Key (livro), 133
Pátria
Conceito, 339, 496
O Patriota (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 289
A Paulicéia Desvairada . Mário de Andrade (poesia), 577
PDC
ver Partido Democrata Cristão, 208
Pedro I, imperador do Brasil
Abdicação, 267
Pedro II, imperador do Brasil
Maioridade, 267
Península Ibérica
Importância, 355-356
Influência
Emancipação política do Brasil, 528
Perfis. Leôncio Correia (livro), 697
Periódicos
Censura, 562
Petrobrás
ver Petróleo Brasileiro S.A.
Petróleo, 590
Petróleo Brasileiro S.A., 247, 308
Preço
Gasolina, 231
Plano Cohen, 24, 508
Plano Marshall, 322
Plebiscito, 113, 205-206, 218
Restauração
Presidencialismo, 706
Plínio Salgado
Agradecimento Votação
Paraná, 66
Ascendência, 708
Atuação Parlamentar, 21, 24-25, 311-312
Bibliografia, 35-39
Candidatura
Presidência da República, 309
Curriculum Vitae, 303-313
Defesa
Pequenos partidos, 25-26
Despedida
Parlamento, 302-314
Eleição
Deputado Federal (Paraná), 309
Exílio, 22, 24-25, 85, 300, 308, 698, 703
Formação Ideológica, 304
Não participação
Governo do Estado Novo, 90
Perseguição Política, 124
Produção literária, 21, 22, 28
Estudo Crítico, 30-34
Pluripartidarismo, 101, 104-105
Portugal, 339
O Poder Econômico e a Pressão Política
Blaisdell (livro), 133
Poder Executivo, 221-222, 631
Arbítrio, 707
Excesso de centralização, 566-567
Fortalecimento, 774
Omissão
Poder Legislativo, 530
Organização
Proporcionalidade partidos, 105
Relacionamento
Poder Legislativo, 531
Translado Restos Mortais
Príncipes das Casas Real e Imperial do Brasil
Projeto de Lei 2863/65, 691-692
Poder Judiciário

Defesa
Prerrogativas, 170
Prestígio, 737
Subordinação
Poder Executivo, 88
Poder Legislativo, 222
Aniversário 150, 520-533
Defesa, 161
Homenagem, 66
Idade Média, 521
Posição
História do Brasil, 266
Prerrogativas, 284
Prestígio, 297, 313
Responsabilidade
Desordem Nacional, 226-233
Soberania, 774
Supressão
Constituição, 1937; 88
Poderes
Separação e harmonia
Montesquieu, 526
O Poema da Fortaleza de Santa Cruz. Plínio Salgado (poema), 495
Poesia
Japão, 450
Polícia Política
Rússia, 417, 419-420
Política
Conceito
Disciplina, 106
Definição, 226
Doutrina
Inglaterra, 523-524
Evolução, 96-97, 522
Quebra
Equilíbrio europeu, 73, 75-76
Representação, 131
Transformação
Brasil e Japão, 442
Transformação na Europa
Séculos XVIII e XIX, 525
Política Administrativa
Crítica
Burocracia, 117
Política Agrária
Princípio da propriedade, 635
Política Cafeeira,120
Política Cambial
Conseqüências
Cafeicultura, 596
Política dos Governadores, 506, 509
Política Econômica
União Soviética, 377
Política Econômico-Financeira, 642
Américas, 591
Crise, 197, 215
Política Exterior, 354
Política Externa
Brasil, 193, 196-201-202, 206, 215, 217, 323, 328-334, 344, 354-357, 404-405
Crítica
Governo Jânio da Silva Quadros, 395-410
Estados Unidos da América, 586-587, 589
Governo
Jânio Quadros, 185-188
Império, 435, 488-489
Reatamento de Relações diplomáticas
Rússia, 411-433
Remessa de lucros, 400
Japão, 448
Rússia, 412
Política Fiscal, 559
Política Governamental
Destinação de verba
Regiões carentes, 115
Revolução, 1930; 512
Política Interna, 396-398, 400, 403
Administração
Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 114
Análise, 508
Brasil, 273
Confusão ideológica, 304
Crise, 1932
São Paulo, 729
Crise, 1961; 705-707
Hegemonia de Estados, 785
Império, 489
Revoluções, 509
Política Internacional, 315-326, 328-334, 344, 354-357, 435, 585-586, 590, 593

Brasil-União Soviética, 395-410
Política Marítima, 231
Política Monetária, 642
Política Nacional
Problema doutrinário e partidário, 66-100
Política Ocidental
Indefinição, 587-589
Política Pacifista
Êxito
União Soviética, 416
Política Pan-americana, 587, 591
Política Partidária
Sistema de alianças, 101, 105
Política Petrolífera, 590
Política Portuária, 231
Política Regionalista, 509-510
Política Russa
África, 384
Política Salarial, 229, 558
Política Salazarista
Portugal, 340, 344
Política Social, 273
Político e técnico. Price (livro), 135
Polônia Oriental
Ocupação
Exército Soviético, 382
Poranduba Amazonense. Barbosa Rodrigues (livro), 579
Pornografia
Disseminação
Livro, 560-562
Portugal
Colonialismo
África, 368, 370-371, 373
Ditadura
Marquês de Pombal, 527
Excursão
Províncias, 300
Governo
Antônio Oliveira Salazar, 777-789
História, 698, 775-776
Relacionamento
Brasil, 334
Espanha, 335
Trasnferência sede do governo
Brasil, 498-499
Viagem
Presidente da República, 317-318
Positivismo, 567
Posse e Uso da terra
Projeto de Lei, 277/63; 651
Os Possessos. Dostoievski (livro), 56
Povo
Autodeterminação, 413
Conceito, 773
Desamparo governamental, 228
Pragmatismo, 539-540
Estados Unidos da América, 585-593
Pravda (jornal), Rússia, 381
Preço
Contenção, 481
Projeto
Contenção, 228
Prefeitura do Distrito Federal
Remuneração
Funcionários, 594-595
Presidência da República
Candidatura
Jânio da Silva Quadros, 103, 107-108
Candidaturas, 787
Presidencialismo, 175-178, 180-181, 190, 206, 215, 230, 236, 484, 706
Restauração, 311
Presidente da República
Autorização
Visita a Portugal, 699
Posse, 171-174
Sucessão, 125
Viagem
Portugal, 317-318
A Pressão de Grupos sobre Partidos Políticos. Schttschneider (livro), 133
Primeira Guerra Mundial, 359, 377-378, 382, 722
Consequência
Arte e Literatura, 576
Primeiro Cristo. Plínio Salgado (livro), 308
Primeiro-Ministro
Indicação, 193-220
Princípio da Propriedade, 621, 623

Problema Econômico, 585-598
O Problema Nacional Brasileiro. Alberto Torres (livro), 304, 516, 547, 579
O Processo Governamental. Truman (livro), 133
Proclamação da República, 1889; 455, 566-567, 739, 780
Proclamação da República
Portugal, 775
Produção Agrícola, 604, 610
Armazenagem, 610
Conservação e Mercado
Projeto de Lei, 277/63; 657-658
Escoamento, 609, 634
Profintern
ver também Kominform
Projeto Afonso Arinos, 105
Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 548
Projetos de Lei, 277/63; 647-666,
486/63; 667-676,
606/63; 677-679,
1.711/64; 680-690,
2.863/65; 691-692
Diretrizes e Bases da Educação
Posicionamento filosófico, 537, 548
Fundo Nacional para a Reforma Agrária, 621-628
Reforma Agrária, 613-620
Projeto Ortiz Monteiro, 112
Projetos de Lei, 645-679
Propaganda Comunista
Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, 554
Propriedade Familiar, 609-610
Propriedade Média, 609-610
Propriedade Rural
Conceituação
Projeto de Lei, 277/63; 653-654
PRP
ver Partido de Representação Popular
PRT
ver Partido Republicano Trabalhista
PSD
ver Partido Social Democrático
Psicanálise, 361
Psicologia da Revolução. Plínio Salgado (livro), 29, 78, 279, 308
PSP
ver Partido Social Progressista
PST
ver Partido Social Trabalhista
PTB
ver Partido Trabalhista Brasileiro
PTN
ver Partido Trabalhista Nacional
Puro Canto. Tasso da Silveira (livro), 770, 772

Q

Quadragésimo Ano. Leão XIII (encíclica), 752
Quadros, Jânio da Silva, ex-Pres. Brasil
Atuação
Paraná, 102
Candidatura
Presidência da República, 101-104, 107, 110
Relações Diplomáticas
Brasil-União Soviética, 395-410
Renúncia, 167, 184-188, 309-310
A Quarta Humanidade. Plínio Salgado (livro), 308
O Quarto Império. Gustavo Barroso (livro), 724
"Quinta-Coluna"
Atuação, 417

R

Raça
Caldeamento
Brasil, 577
Raça. Guilherme de Almeida (poesia), 581
Raça de Gigantes. Alfredo Ellis (livro), 579

Racionalismo
Século XVII, 44, 95, 226, 289
Racismo, 547
Raul Pilla
Defesa
Parlamentarismo, 69
A Razão (jornal), São Paulo-SP, 36, 304, 513-514, 729
A Rebelião das Massas. Ortega y Gasset (livro), 773
Rebelião das Minorias. Uscatesco (livro), 94, 774
Rebelião do Kronstadt, 246-247
A Reconstrução do Homem. Plínio Salgado (livro), 309, 543
Reconstrução Nacional, 485-486
Rede Ferroviária Nacional, 476
Reflorestamento 618, 639
Reforma Agrária, 195, 204-205, 232, 249-250, 603-636, 400, 404, 476-479
Reforma Agrária
Criação de Fundo
Projeto de Lei, 277/63; 658-
Reforma Agrária
Formação
Conselho Deliberativo
México, 612
Orgão Executor
Projeto de Lei, 277/63; 660
660
Projeto
Partido de Representação Popular, 603-612
Projeto de Lei, 277/63; 647-666
Projeto Milton Campos, 632
Rússia, 243, 245
Reforma Bancária, 197, 204
Reforma Constitucional, 621-634
Reforma Eleitoral, 273, 484
Regência, 621
Região Geográfica
Diversificação, 472-473
Região Nordeste
Situação Sócio-Econômica, 116
Regime Político
Constitucionalismo, 636
Nazismo e Fascismo, 787
Socialismo bolchevista, 706
Totalitarismo, 75
Totalitarismo
Rússia e Alemanha, 773
O Rei dos Reis. Plínio Salgado (livro), 308
Reino Unido, 1815
Elevação
Brasil, 527
Relações Diplomáticas
Brasil-União Soviética, 390-391
Relações Internacionais, 334
Religião
Japão, 449
Renda Bruta, 642
Renovação ou Abdicação. Sergio Milliet (artigo), 27
Renúncia
Jânio Quadros, 167, 184-188
Representação Política, 26
Origem
Grécia e Roma, 521
República, 67, 176-177, 179, 181, 268, 529-530
República Burguesa, 241-242
República de Piratini, 282
República Dominicana
Conflito interno, 434-438
A República dos Aracnídeos. Machado de Assis (livro), 273
República dos Estados Unidos do Brasil. Menotti del Picchia, (livro), 579
"República Federativa do Brasil"
Nome Oficial, 566
República Ucraniana
ver Ucrânia
Repúblicas Socialistas
Definição filosófica, 361
La Republique Moderne. Pierre Mendes France (livro), 27
Rerum Novarum. Leão XIII (enciclica), 752
A Ressurreição de Cristo. Rafael (quadro), 765
Restos Mortais
Translado
Príncipes das Casas Real e Imperial do Brasil
Projeto de Lei, 2.863/65; 691-692

O Revérbero (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 289
Revolta
Custódio de Melo e Gumercindo Saraiva, 181
Revolta, 1922
Forte de Copacabana, 785
Revolta da Armada, 1893; 530
Revolta da Marinha, 1928; 785
Revolta de Beckman, 1684
Maranhão, 497
Revolta de Felipe dos Santos, 1720; 497
Revolta dos Liberais, 1842
São Paulo e Minas Gerais, 151, 282, 566
Revolta Integralista, 86
Revolução
Conceito, 613
Revolução, 1817
Pernambuco
ver Revolução Pernambucana, 1817
Revolução, 1824
Ceará, 151, 271, 566
Revolução, 1835
Rio Grande do Sul
ver Revolução dos Farrapos
Revolução, 1889
ver Proclamação da República
Revolução, 1917
Rússia, 242-244, 247
Revolução, 1922; 506, 512
Revolução, 1924; 506, 512
Revolução, 1926; 506
Revolução, 1930; 24, 304, 506, 508, 510-513, 728, 742, 780
Aliança Liberal, 784
Revolução, 1932
ver Revolução Constitucionalista, 1932
Revolução, 1938
Homenagem Póstuma
Revolucionários, 455-457
Revolução, 1964; 157, 259, 707, 791
Participação
Plínio Salgado, 505, 507, 518
Prodomos, 225-233
Revolução Agrária, 615
Revolução Comunista, 414, 568
Revolução Constitucionalista, 1812; Espanha, 527
Revolução Constitucionalista, 1932; 24, 36, 175, 282, 304, 514-515, 636, 729, 759-761, 782
Aniversário 40º
São Paulo, 505, 514-515
Revolução de Canudos, 1897; 455
Revolução de Isidoro, 1924
São Paulo, 785
Revolução do Porto, 1820
Portugal, 340, 527
Revolução dos Farrapos, 1835; 151, 267, 282, 566
Revolução Federalista, 1893
Resistência da Lapa
Paraná, 695
Rio Grande do Sul, 530
Revolução Francesa, 1789; 277, 380, 526, 540
Revolução Industrial, 352, 529, 769
Japão, 442
Revolução Liberal do Porto, 1820
Portugal, 500
Revolução Paulista, 1932
ver Revolução Constitucionalista, 1932
Revolução Pernambucana, 1817; 266, 566
Revolução Russa, 1917; 377, 379, 385
Révue de Deux Monds (revista), França, 787
Rio de Janeiro
Histórico, 463
Sede
Acontecimentos políticos, 122
Transferência Capital
Brasília, 458-464
Rio Grande do Sul
Federalismo, 739
Relacionamento
Nazistas e Integralistas, 86
O Ritmo da História. Plínio Salgado (livro), 305
Rocha, Francisco Brochado da
Indicação
Primeiro-Ministro, 208-207, 212-215

Rússia
ver também União Soviética
Ameaça
Liberdades, 344
Ameaça de invasão
Brasil, 353-354
Assinatura
Carta da ONU, 346-347
Colonialismo involutivo, 348-349, 352-353
Comércio exterior, 324
Controle
Estrada de Ferro do Norte da Mandchúria, 348
Cooperação
Países dominados, 324-325
Dominação
Hungria, Tcheco-Eslováquia e Polônia, 425-427
Intervenção
Hungria, 343, 352
Interesse
África, 368
Plano Vermelho para as Américas, 423
Reatamento de Relações diplomáticas
Brasil, 411-433
Revolução Mundial, 414-415
Rússia do Após-Guerra. Alexander Gerschenkron (livro), 388

S

Sacro-Romano-Império, 378
Salário, 228-231
Aumento, 481
Salário-Família, 467
Salazar, Antonio de Oliveira
Ascensão ao Poder
Portugal, 776
Salomão. Gustave Flaubert (livro), 769
San Thiago Dantas
Indicação
Primeiro-Ministro, 193-198
Representação do Brasil
Organização das Nações Unidas, 405-407
Santa Aliança, 278
Santa Maria (navio)
Visita, 52
Santo do Brejo. Gustavo Barroso (livro), 722
Santos, Paulo de Tarso, ex-Pref. Brasília
Nomeação
Funcionário, 594
São Mateus
ver Mateus, santo
São Paulo
Apelo contra votação
Emenda Constitucional, 636
Campanha constitucionalista, 513
Saúde
Trabalhador rural, 604-606
Segunda Guerra Mundial, 378, 380-381, 434-435, 774, 777
Participação
Brasil, 731
Seguro Agropecuário, 610, 619
Projeto de Lei, 277/63, 657
Selo Nacional, 568
O Selvagem. Couto de Magalhães (livro), 462
Semana de Arte Moderna, 303, 511, 700
Aniversário, 50º, 505, 571-582
Grupos derivados, 578
Semanário (jornal), 237
Semi-Analfabetismo, 553-554
SENAC
ver Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI
ver Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sentimento nativista, 497
Os Sertões. Euclides da Cunha (livro), 554, 580, 721
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 476
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, 476
Serviço Nacional de Teatro e de Cinema, 476
Siderurgia
Brasil-Império, 320

Silva, Francisco Manuel da
Autoria
Hino Nacional, 567, 575, 695
Simbolismos Nacionais
Caráter histórico-político, 566-568
Legislação, 695
Sindicalização
Proletariado, 467
Sistema Parlamentar
ver Parlamentarismo
Sistema Presidencial
ver Presidencialismo
Situação Econômica
Homem brasileiro, 546-547
Soberania Nacional, 590
Sobre a Questão dos Slogans, Lenine (livro), 245
Socialismo, 161, 226, 230, 240-242, 376, 614-615, 780
Socialismo Bolchevista, 635
Socialismo Científico
União Soviética, 587
Socialismo Marxista, 752
Sociedade
Tempos Modernos, 43-50
Sociedade de Estudos Políticos, 36, 304-305, 513-514
O Sofrimento Universal, Plínio Salgado (livro), 308
Sovietes, 241, 245-247
Subdesenvolvimento
Intelectual e moral, 553
Subsídios
Deputado e Senador, 594
SUDENE
ver Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sufrágio Universal, 70, 98, 139
SUMOC
ver Superintendência da Moeda e do Crédito, 642
Superintendência da Moeda e do Crédito, 625, 642
Superintendência da Política Agrária
Crítica, 626
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Cooperação Técnica
Japão, 446
SUPRA
ver Superintendência da Política Agrária
Supremo Tribunal Federal
Decisão
Intervenção em Goiás, 264

T

Taisho, Imperador do Japão
Atuação
Governo, 448
O Tamaio (jornal), Rio de Janeiro-RJ, 289
Tancredo Neves
Renúncia
Gabinete, 215
Técnica
Conquistas, 226, 230-231
Teoria do Direito Divino, 523
Teoria Geral do Estado, Carré de Malberg (livro), 131, 471
Terra
Confisco, 606
Desapropriação, 606-607, 616, 622-624, 629-632
Projeto de Lei, 277/63; 654-655
Disponibilidade
Agricultura e pecuária, 634
Distribuição
Meio Rural, 606-607, 616
Projeto de Lei, 277/63; 651-652
Pagamento
Desapropriação, 634-635
Terra de Sol, Gustavo Barroso (livro), 721-722
Terra Posse
ver Posse e uso da Terra
Terrorismo
Portugal, 775, 779
Tiradentes, 254
Título de Crédito
Pagamento
Desapropriação de Terra, 634

Título de Propriedade
Terra
Meio rural, 606-607
Toledo, Antonio Eufrásio de
Atuação
Ensino Superior, 708-711
Totalitarismo, 613, 699
Alemanha, 434
Trabalhador, 200-201, 229-231
Abono de Natal, 599-600
Trabalhador Rural
Aquisição de Veículo
Projeto de Lei, 277/63; 650
Assistência, 477-478
Direitos e deveres, 610
Projeto de Lei, 277/63, 656
Valorização econômica, 604-606, 622
Projeto de Lei, 277/63; 648
Trabalho Escravo
União Soviética, 338-389
Trabalho Forçado
União Soviética, 388-389
Tradições Militares. Gustavo Barroso (livro), 723
Tratado
Combate à resistência Ucraniana
Rússia, Polônia e Tcheco-Eslováquia, 393
Tratado de Amizade
Brasil e Japão, 444
Tratado de Ciência Política. Georges Burdeau (livro), 130
Tratado de Havana, 328-329
Tratado de Madri, 1750; 458-459, 487-488, 497, 782
Tratado de Tordesilhas, 1494; 497
Trepandé. Plínio Salgado (livro), 311
Tríplice Aliança, 381
Tríplice Entente, 381
Turismo
Desenvolvimento e Organização
Projeto de Lei, 1.711/64; 680-690
Fonte de divisas, 686-687

U

Ubirajara. José de Alencar (livro), 574
Ucrânia
Imigração
Brasil, 392
Independência, 392-394
Memorial
Autonomia política, 392-394
UDN
ver União Democrática Nacional
UNE
ver União Nacional dos Estudantes
UNESCO
ver Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
União Brasileira de Escritores, 581
União Democrática Nacional 125, 166, 208, 337, 351
Convenção, 109-110
Filosofia política
Sucessão presidencial, 107-109
União Nacional dos Estudantes, 252
União Pan-americana, 323-325
União Soviética, 247
ver também Rússia
Arma ideológica, 380, 383
Ataque
Japão, 1945; 383
Combate ao Colonialismo
África, 406
Comércio
Brasil, 377
Comércio exterior, 386-388
Dominação
Danúbio ao Mar-da-China, 386
Dominação econômica, 386-388
Emancipação política
Colônias, África, 346
Espionagem, 390
Guerras, 389-390
Imperialismo, 585-593
Implantação
Comunismo, 379
Política Czarista, 380, 383
Progresso industrial, 389
Regime colonial
Ucrânia, 392-394

Relações diplomáticas
Brasil, 390-391
Tirania
Europa, 378
Trabalho escravo, 388-389
União Soviética, 1931
Consolidação
Economia e poder político, 379
Trabalho forçado, 388-389
Unidade Nacional, 282, 704
Uniformes do Exército. Gustavo Barroso (livro), 728
Usiminas, 639-641
Utilitarismo
Inglaterra, 537-540

V

Via Láctea. Olavo Bilac (livro), 722
Viagem Maravilhosa. Graça Aranha (livro), 577
Vida de Jesus. Plínio Salgado (livro), 22, 25, 30, 34, 36, 57, 308, 518
Visita
Distrito Siderúrgico
Minas Gerais, 637-648
Visita Oficial
Príncipes Japoneses
Dados biográficos, 447
Voto
Analfabeto, 206, 232, 250-251
Povo, 80
A Voz do Oeste. Plínio Salgado (livro), 305, 462-468

Z

Zero e o Infinito. Koestler (livro), 299, 428
Zinco
Bulgária, 353, 387
Zona Rural
Desenvolvimento
Vias de comunicação, 480

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abel Rafael, 639
Aparte, 90
Abelardo Jurema, 319, 455
Aparte, 456
Abramo, Cláudio, 31
Abreu, Casimiro José Marques de, 555
Achaltzmever, 149
Achard, Franz Karl, 440
Adalberto Corrêa, 729-730
Adams, John Quincy, ex-Pres. Estados Unidos, 523, 526
Adauto Cardoso, 337, 395
Ademar de Barros, 210
Adenauer, Konrad, 295
Adonias Filho, 33
Afonso I, rei de Portugal, 300, 550, 698-699
Afonso, príncipe do Brasil, 692
Affonso Arinos, 105-112, 172, 319, 332
Afonso Celso, 112, 745
Afonso Henriques
ver Afonso I, rei de Portugal
Agassiz, Jean Louis Rodolphe, 688
Agostinho, santo, 155, 289
Aguiar, Rafael Tobias de, 268, 282
Aguiar Filho, Adonias
ver Adonias Filho
Akutagawa, Ryunosuke, 450
Alarico, 572
Albemarle, George Monk, duque de, 523
Albuquerque, Etelvino Lins, 269
Albuquerque, Júlio Prestes de
ver Prestes, Júlio
Alde Sampaio
Aparte, 148
Aleijadinho, Antonio Francisco Lisboa, dito o, 575, 688
Alembert, Jean Le Rond d', 44
Alencar, Gil de, 32
Alencar, José Martiniano de, 32, 517, 530, 555, 574, 579
Alencar, Mário, 32
Alencar Furtado
Aparte, 507-508
Alighieri, Dante, 95, 521, 552, 734, 769, 795
Aliomar Baleeiro, 264
Almeida, Filinto de, 555
Almeida, Guilherme de Andrade e, 576, 581
Almeida, José Américo de, 24, 348, 578
Almeida, José Valentim Fialho de
ver Fialho de Almeida, José Valentim
Almeida, Manuel Antonio de, 574
Almeida, Renato Costa, 576
Almino Affonso, 173, 179, 218, 403-405, 409
Altino Arantes, 35
Alvarenga Peixoto, Inácio José de, 574
Alvares de Azevedo, Manuel Antônio, 555
Alves, Antonio de Castro
ver Castro Alves, Antonio de
Alves, Francisco de Paulo Rodrigues
ver Rodrigues Alves, Francisco de Paula, ex-Pres. Brasil
Amado, Jorge, 555-556
Amaral, Tarcila, 576, 580
Amazonas, Francisco Manuel Barroso da Silva, barão do, 491-493, 495
Ambrosio, Paulina d', 576
Ameal, João de Sande de Magalhães Mexia Salema Aires de Campos, visconde de, 775
Américo, Pedro, 723
Anacreonte, 571, 574

Anaxágoras, 465
Anchieta, José de, Pe., 340, 439, 578, 638
Ando, Hiroshigue, 450
Andrada e Silva, José Bonifácio
ver José Bonifácio, o Patriarca
Andrade, Carlos Drummond de, 581
Andrade, José Oswald de Sousa, 576-578
Andrade, Mário Raul Morais de, 576
Andrade, Oswald, 577
Andrade Figueira, 112, 530
Andrade Muricy, José Cândido, 578, 770
Angelico o Beato, Fra Giovanni da Fiesole, dito Fra
ver Fra Angelico
Angelov, 429
Anhangüera, 62
Aniz Badra, 569
Anjos, Augusto de Carvalho Rodrigues dos, 48, 576
Antonio Carlos, 142
Antonio Carlos Magalhães
Aparte, 111
Antonio Conselheiro, Antonio Vicente Mendes, dito, 112
Apeles, 571
Apollinaire, Guillaume, 35
Aranha, Alfredo Egídio de Souza, 513, 729, 758
Aranha, José Pereira Graça
ver Graça Aranha, José Pereira de
Aranha, Luiz de Freitas Vale, 576
Aranha, Osvaldo Euclides de Sousa, 758, 759, 790
Araújo, Alexandre Herculano de Carvalho
ver Herculano, Alexandre
Araújo, Murilo, 578
Araújo, Ricardo Benzaquem, 34
Ari Pitombo, 327, 749
Aparte, 89
Aristófanes, 571
Aristóteles, 129, 266, 365, 524, 529, 572, 614, 616, 624
Ariwara Narlira, 450
Armitage, John, 528
Arnaldo Cerdeira, 635-636
Arno Arnt, 115, 310
Aparte, 114-115, 118, 134
Arouet, François Marie
ver Voltaire, François Marie Arouet, dito
Arruda, Rui de, 770
Arruda Câmara
Aparte, 60, 189, 409
Assis, Joaquim Maria Machado de
ver Machado de Assis, Joaquim Maria
Ataíde, Alceu Amoroso Lima, dito Tristão de, 30, 578
Ataíde, Austregésilo, 725
Átila, 78
Augusto, Caio Júlio César Otaviano
ver César, Caio Júlio
Aurélio Vianna, 115, 180, 188, 220
Aparte, 180, 219, 408
Azeredo, Carlos Magalhães de, 555
Azevedo, Aloísio de, 554, 575
Azevedo, Moacir, 52

B

Bacon, Francis, 524
Bacon, Roger, 524
Badeau
ver Smith, Dumford
Bakunin, Mikhail Aleksandrovich, 137
Balbracht, 440
Bandeira, Manuel, 581, 770
Banville, Théodore de, 769
Barão de Cotegipe
ver Cotegipe, João Maurício Wanderley, barão de
Barão de Mauá
ver Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, barão de
Barão do Amazonas
ver Amazonas, Francisco Manuel Barroso da Silva, barão do
Barão do Rio Branco
ver Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, barão do
Barbosa, Agenor, 576
Barbosa, Rui
ver Rui Barbosa

Barbosa Lima, Alexandre José, 307
Barca, Antonio de Araújo Azevedo, conde da, 266, 498, 527, 638, 639
Barreto, Tobias, 554
Barrios, 490
Barros, Ademar Pereira de, 37, 110, 397
Barros, João Ribeiro, 719
Barros, José Prudente de Morais
ver Prudente de Morais, ex-Pres. Brasil
Barroso Gustavo, 32, 482, 721
Bastos, Aureliano Cândido Tavares
ver Tavares Bastos, Aureliano Cândido
Batista Caetano, 554, 579
Batista Zaldivar, Juan Fulgêncio, 424
Bativ, 440
Baudelaire, Charles Pierre, 576, 768
Bazin, Germain, 688
Beccaria, Cesare Bonesana, marquês de, 524
Beckman, Manuel, 497
Beirão, Mário, 300
Belchior, Pe., 501
Bellester Nietto, 36
Belmiro Valverde, 92
Benedito Valadares, 193
Benjamim Farah, 189
Aparte, 115-116, 178, 188
Bentham, Jeremy, 538
Bento XV, papa, 751-752
Berdiaev, Nicolai Aleksandior, 130, 150, 159, 471
Bergson, Henri, 53, 227, 465, 468, 502, 545
Berkmann, 246-247, 378-379
Bernardes, Artur, ex-Pres. Brasil, 509
Bernardi, Mansueto, 32, 576, 579
Bernardo Vasconcelos, 204
Berns, 241
Bilac, Olavo Brás Martins dos Guimarães, 305, 516, 555, 575, 696, 721-722, 769, 780
Bilac Pinto, 252, 254
Bismarck, Otto Von, 73-74, 378
Blackstone, William, 524-525
Blaisdell, 133, 471
Bloch, Jean-Richard, 94
Bluntschli, Johann Kaspar, 99, 469, 517, 545, 614
Bocaiúva Cunha
Aparte, 87
Boécio, 48, 96, 227, 361, 538, 547, 765
Bohn, Enrique Jorge, 374
Bolivar, Simon, 254, 289, 326, 391, 489, 526, 557
Bonaparte, Napoleão, 268, 289, 378-380, 498-499, 527
Bopp, Raul, 580, 700
Bossuet, Jacques Bénigne, 522
Boyer, Raymond, 429
Braga, Luiz Almeida, 775
Braga, Teófilo, 775
Brás, Venceslau, ex-Pres. Brasil, 509
Brasil, Zeferino, 769
Brecheret, Vitor, 576, 581
Bregaro, Paulo, 501
Breno da Silveira
Aparte, 77-78
Brito Boca, José de, 30
Brito Velho, 607-608, 616, 623, 627
Aparte, 608
Brizzola, Leonel de Moura, 615, 619
Brochado da Rocha, 203, 205-208, 212-215
Brönte, Anne 236
Brönte, Charlotte, 236
Brönte, Emily, 236
Brown, João, 524
Bruce, 491-492
Brudeau, Henri, 284
Brunelli, 502
Büchner, Ludwig, 46-47, 57, 359
Bueno de Paiva, 24
Bukarin, Nikolai Ivanovitch, 413, 785
Bulcão, J. Bocaiúva, 32
Bunsen, Robert Wilhelm, 440
Buonarroti, Michelângelo
ver Miguel Ângelo
Burdeau, Georges, 130, 471
Burdeau, Henry, 149, 159
Butler, Samuel, 769
Buzaid, Alfredo, 517, 742, 781
Byron, Georges Gordon, 768

C

Cabral, Pascoal Moreira, 62
Cabral, Pedro Álvares, 317, 496, 698
Café Filho, João, ex-Pres. Brasil, 184
Caio Júlio César Otaviano Augusto
ver César, Caio Júlio
Calmon, Pedro, 725
Câmara, Hélder, 55
Caminha, Pero Vaz de, 340
Camões, Luiz Vaz de, 189-190, 289, 505, 571, 696, 778, 779
Campos, Antônio de Siqueira
ver Siqueira Campos
Campos, Francisco das Chagas, 24, 88, 306, 759-760, 788
Campos, Frederico Carneiro de, 490
Campos Sales, Manuel Ferraz de, ex-Pres. Brasil, 181, 269, 509-510, 740, 784
Campos Vergal, 61-62, 478, 480, 604
Aparte, 61, 478, 726
Camus, Albert, 56
Cândido, Antônio Ribeiro da Costa, 80
Canela, 502
Canning, Georg, 73-74, 341, 378, 448
Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de, 528, 530
Cardim, Fernão, 340, 573
Cardoso, Vicente Licínio, 554
Carlos, rei de Portugal, 775
Carlos I, rei da Inglaterra, 522, 531-532
Carlos II, rei da Inglaterra, 523
Carlos Borromeu, príncipe da Beira, 692
Carlos Lacerda, 75, 84, 88, 91, 170, 212, 310, 333, 537, 541-542, 544
Aparte, 81, 84
Carlos Luz, 184
Carlyle, Thomas, 487
Carmelo D'Agostino
Aparte, 545-547
Carmona, Antônio Oscar de Fragoso, 776
Carneiro, Antônio Ernesto, 695
Carneiro, Paulo Berredo, 358, 362, 366
Carneiro de Loyola
Aparte, 225
Carr, Sam, 390, 419, 428-430
Carré de Malberg, Raymond, 471
Carvalho, Elísio de, 554
Carvalho, Ronald de, 576
Carvalho Sobrinho, 102-104
Aparte, 101-104, 320
Carvalho, Vicente de, 555, 575, 769
Cassiano Ricardo
ver Ricardo, Cassiano
Castello Branco, Humberto de Alencar, ex-Pres. Brasil, 707
Castelo Melhor, 777
Castilhos, Júlio de, 739
Castro, Almir de, 366
Castro, Fidel, 372-425, 435, 438, 570
Castro, Nestor de, 769
Castro, Paulo Moreira de 366
Castro Alves, Antônio de, 516, 555, 562, 697, 707, 780
Castro Júnior, 25, 91, 307, 760
Catão, 433
Catarina II, imperatriz da Rússia, 380
Cavalcanti, Djalma, 32
Cavalcanti, Domingos Olímpio Braga
ver Olímpio, Domingos
Cavalcanti, Themístocles, 134-136, 284
Cavendish, Thomas, 494
Carvour, Camilo Benso, conde de, 469
Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, duque de, 495
Cechella, Walter, 114, 116, 126
Célio Borja, 296
Celso Amaral, 639
Celso Brant, 372-373, 397, 400, 474-475
Aparte, 328-330, 334, 338, 340-341, 343-344, 346-347, 350-351, 354, 371, 397, 400, 473-474, 555-556
Cendrass, Frederic Sauser, dito Blaise, 35
Cerdeira, Arnaldo, 579

Cervantes Saavedra, Miguel de, 289, 734
César, Caio Júlio, 47, 58-59, 72, 378, 521
Chagas Rodrigues, 232, 606-607
Aparte, 606-607
Chamberlain, Houston Stewart, 364, 469
Chasin, J., 24, 30-31
Chateaubriand, Francisco de Assis Bandeira de Mello, 688
Chermont de Miranda, 728
Chernov, Viktor Mikhailovich, 205, 243, 247
Chersterton, 623-624
Chiang, Kai-Shek, 168, 435, 589
Chou, En-Lai, 230, 435, 589
Churchill, Winston Leonard Spencer, 73, 295, 322, 347, 378, 382, 588
Cid Carvalho
Aparte, 605
Cláudio, 72
Clemenceau, Jorge, 295
Clodius Karl August, 353, 387-389
Clóvis Pestana, 614
Cocteau, Jean, 35, 578
Coelho, Tomás, 293
Coelho Neto, Henrique Maximiano, 554, 574, 721
Coke, Edward, 522
Colegno, 502
Colombo de Souza
Aparte, 75
Comte, Agusto, 34, 85, 361, 529
Conde da Barca
ver Barca, Antonio de Araújo Azevedo, conde da
Conde de Bonald, 53
Conde de Cavour
ver Cavour, Camilo Benso, conde de
Conde de Linhares
ver Linhares, Rodrigo Domingos, conde de
Conde de Lippe
ver Schaumburg-Lippe-Bückeburg, Guilherme, conde de
Constant, Benjamim, 279
Copérnico, Nicolau, 95, 146-147, 466, 781
Corbusier, Roland, 33
Cordeiro, Antônio, 501
Correia, Raimundo, 555, 575, 696, 769
Cortez, Ana Francisca Rennó, 35
Cortez, Danoso, 160
Cortez, Joaquim, 35
Costa, Alexandre Leal, 32
Costa, Cláudio Manoel da, 574
Costa, Gomes da, 776
Costa e Silva, Arthur da, ex-Pres. Brasil, 281
Coster, Laurent, 289
Cotegipe, João Maurício Wanderley, barão de, 181, 530
Cotrin Neto, Alberto Bittencourt, 33, 743
Couceiro, Henrique Mitchell de Paiva, 775
Coutinho, Rodrigo de Souza, 498, 527, 638
Couto, Rui Ribeiro, 576
Couto de Magalhães, José Vieira, 36, 462, 554, 579-580
Craveiro Lopes
ver Lopes, Francisco Higino Craveiro, ex-Pres. Portugal
Cristo
ver Jesus Cristo
Cromwell, Oliver, 522-523
Cromwell, Richard, 523
Crone, Ricardo, 689
Cruz, Osvaldo Gonçalves, 463, 517
Cruz e Souza, João da, 575, 721
Cunha, Antônio Alvares, 1º conde da, 498
Cunha, Celso Ferreira da, 366
Cunha, Euclides da, 85, 456, 458, 473, 516, 554, 580, 721-722, 780
Cunha, José Antônio Flores da, 91
Cunha Bueno, 707, 792
Cunning, George, 266, 754

D

Dagoberto Salles
Aparte, 47

Dalin, Olof von, 524
D'Ambrósio, Paulina, 576
Daniel Faraco
Aparte, 177
Danilevski, Nikolai Yakovlevich, 130, 159,471
D'Annunzio, Gabriele, 469
Dantas Motta, 82
Dario, Rubén, 769
Darwin, Charles Robert, 86, 227, 466
Dashevsky, 419
Daudet, Léon, 469, 614
Debret, Jean Baptiste, 575
Dei, Selme, 397
Delamare, Alcebíades, 82
Delfino, Luís dos Santos, 555, 575, 696, 769
De Lolme, 524-525
Demócrito, 47, 96, 465
Denys, Odylio, 167, 173, 182, 193-194, 810, 705, 791
D'Eu, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de, conde, 692
Deus, 47-49, 56-60, 464-466, 485, 487, 516, 518
Devaux, Clotilde, 34
Dias, Antonio Gonçalves, 305, 555, 574, 579
Dias, Bartolomeu, 368
Dias, Marcílio, 493
Dias, Teófilo, 555
Di Cavalcanti, Emiliano Cavalcanti de Albuquerque Melo, dito, 576, 580
Dickens, Charles, 236, 555
Diderot, Denis, 44
Dimier, Louis, 572
Dimitrov, Georgi, 511, 518
Dinis, rei de Portugal, 450
Dirceu Cardoso
Aparte, 703
Disraeli, Benjamim, 73, 378, 725, 746
Domingos Velasco, 128, 456
Dórea, Augusta Garcia Rocha, 80
Dória, Gumercindo Rocha, 19-20, 770
Do Riego, Rafael del Riego y Nuñes, general, 279, 527
Dostoievski, Fedor Mikhailovich, 56
Doutel de Andrade, 229
Duarte, rei de Portugal, 777
Duclerc, Jean François, 494
Dürer, Albrecht, 573
Duguay – Trouin, René, 494
Dumas, Alexandre, 555
Duque de Lafões
ver Lafões, João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, duque de
Duque de Lancaster
ver Lancaster, John Gauntof, duque de
Duque de Lerma
ver Lerma, Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, duque de
Durão, José de Santa Rita, 573
Dutra, Eurico Gaspar, ex-Pres. Brasil, 125, 207, 306, 370, 372, 432, 790
Dyck, Antonio Van, 573

E

Eanes, Gil, 368
Egas Muniz, 213
Einstein, Albert, 147, 160, 294, 466, 516, 614
Eisenhower Dwight David, ex-Pres. Estados Unidos da América, 370
Élcio Alvares
Aparte, 292, 294
El Greco, Theotocopulus, Domênicos, dito, 573
Elias do Carmo, 569
Eliot, Thomas Stearns, 769
Ellis Júnior, Alfredo, 36, 579, 700
Elói Dutra, 370, 372, 406
Aparte, 89-91, 368, 371, 373, 399, 406-410, 553, 587
Emival Caiado, 325
Engels, Friedrich, 147, 161, 614
Eratóstenes, 572
Espanca, Florbela de Alma da Conceição, 300
Ésquilo, 571-572, 582, 716, 755, 767
Estevam, Santo, 424
Esteves, Lúcio, 760
Estrabão, 95, 146-147, 781

Etcheverry, Justino, 360
Euclides Figueiredo, 25, 33, 91, 307, 760
Eurípedes Cardoso de Menezes, 567, 571
Euvaldo Diniz, 590
Euzébio de Queirós, 529-530
Euzébio Rocha
Aparte, 400-401
Eyck, Jan Van
ver Van Eyck, Jan

F

Faguet, Émile, 485
Fagundes Varela, Luís Nicolau, 555
Faria Lima, 292
Farias Brito, Raimundo, 85, 304, 454-455, 466, 516, 557, 759
Feijó, Diogo Antônio, 268, 282
Feio, Luís da Mota, 498
Felipe III, rei da Espanha, 436
Felipe IV, rei da Espanha, 436
Fénelon, François de Solignac de La Nothe, 522
Ferguson, Adam, 524
Fernando I, rei de Portugal, 189, 778
Fernando Sant' Anna
Aparte, 43
Ferreira, Ascenso, 578
Ferro Costa, 376-377
Feuerbach, Ludwig Andreas, 35, 86, 474, 537
Fialho, Gabriel, 366
Fialho de Almeida, José Valentim, 300
Fídias, 571, 582
Figueira, Domingos de Andrade, 530
Figueiredo, Jackson de, 554
Filmer, Robert, 523
Finer, 136
Flammarion, Camille, 440
Flávio Marcílio, 296, 302, 532
Flores da Cunha, José Antônio, 25, 307, 760
Fonseca, Hermes da, ex-Pres. Brasil, 455, 509
Fonseca, Manuel Deodoro da, ex-Pres. Brasil, 177, 455, 509, 517, 530, 567
Fontoura Xavier, Antônio 555
Fortes, Herbert Parentes, 32
Fourier, Charles, 137, 147, 161
Fra Angelico, 578
Franca, Leonel, 30, 34
France, Pierre Mendès, 27
Franco, Affonso Arinos de Mello
ver Affonso Arinos
Franco, Francisco Bahamonde, 295, 355, 409, 777
Franco, João, 775
Franco Montoro, 27, 179
Franklin, Benjamin, 341, 523, 526
Frederico II, rei da Prússia, 85, 524
Freitas Vale, 729
Fresnel, Agustin Juan, 440
Freud, Sigmund, 45, 48, 227, 361
Freyre, Gilberto, 29
Fugivara Inkinari, 450
Fulton, Robert, 440

G

Gabriel, Léo, 130, 149, 159, 284, 471
Gabriel Passos, 349
Galileu Galilei, 147
Gallotti, Antônio, 728, 743
Galvão, Henrique Carlos da Mata, 333-334, 371
Gama, José Basílio da, 573
Gama, Marcelo, 576
Gama d'Eça, 579
Gama Rodrigues, Antônio, 35
Gandavo, Pero de Magalhães, 573
Garcia, José Maurício Nunes, Pe., 688
Garcia de Rezende, 450
Garcia Lorca, Federico, 409
Gasset, José Ortega y, 773
Gauthier, Teophile, 575
Geissler, Heinrich, 440
Gentile, Giovanni, 469
Georges, Pe., 425
Geraldo Freire, 23, 32, 639
Aparte, 384
Germânico, Júlio César, 72
Gerson,Jean Charlier de, 522

Glaiser, 440
Glever, 440
Gobineau, Joseph Arthur, conde de 364, 469
Godard, Eugene, 440
Godinho, Manuel, Pe., 569
Göethe, Johann Wolfgang von, 374, 555, 784, 778, 775, 778
Góis, Raul de, 427
Golaz, 440
Gomensoro, 491
Gomes, Alércio Moreira, 701-702
Gomes, Antônio Carlos, 688
Gomes, Eduardo, 37, 91, 125, 760
Gomes, Venceslau Brás Pereira
ver Brás, Venceslau, ex-Pres.Brasil
Gomulka, Wladislaw, 384
Gonçalves de Magalhães, Domingos José, 574
Gonzaga, Tomás Antônio, 574
Gonzaga Duque, 576
Gorki, Maximo, 389
Gosenko, Ygor 251, 390, 408
Goulart, João Belchior Marques, ex-Pres. Brasil, 87, 145, 169-170, 183, 193-195, 205, 212, 214, 228, 310, 599, 790
Gouzenko, Igor, 417-420
Govoni, Corrado, 35
Graça Aranha, José Pereira da, 554, 576-577
Graciotti, Mario, 32
Greenhalg, João Guilherme, 493
Gregório XVI, Papa, 752
Gromov, 388
Gromyko, Andrei Andreievitch, 585
Grotius, Hugo, 524
Guedes, Henrique Jorge, 791
Guedes da Fontoura, 307, 760
Guenon, René, 365
Guevara, Ernesto "Che", 185-186, 188
Guido Mondin, 69, 166
Guilherme III, rei da Inglaterra, 276, 523
Guilherme de Occam, 521
Guilherme de Oliveira
Aparte, 356
Guimarães, Adelaide de Castro Alves, 32
Guimarães, Alphonsus da Costa, 555, 575, 721, 769
Guimarães, Bernardo, 555, 574
Guimarães, Eduardo, 555, 576, 769
Guimarães Passos, Sebastião Cícero dos, 555, 769
Guirlandaio, Domênico Bigordi, dito, 573
Gurwitch Novorosisk, 130, 149, 159, 284
Gusmão, Alexandre de, 278, 326, 458, 487, 497, 782
Gustavo Capanema, 125, 264, 376, 400, 566
Guttenberg, Johann, 289

H

Halifax, George Savile, marquês de, 523
Hamilton Nogueira, 43, 54, 56, 87
Aparte, 53-56, 79-80
Harmsen, 388
Harrington, James, 523
Hartmann, 86
Harunobu Hozumi Jihei, 450
Hayeck, Friedrich, 129, 140, 161, 472, 774
Hedberg, Tor, 638
Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 86, 361, 363, 474, 483, 537, 621, 759, 774-775, 778
Henrique, infante de Portugal, 317-318, 459-460, 698, 767, 777
Henrique III, rei da Inglaterra, 521-522
Heráclito, 47, 96
Herculano, Alexandre, 152, 433
Heredia, José Maria de, 575, 696, 769
Hermes da Fonseca, 269, 455, 509
Heródoto, 572, 582
Hesíodo, 571-572
Hidalgo y Costilla, Miguel, 254, 391, 526, 557
Hilton, Stanley, 32
Hiroshigue,

ver Ando, Hiroshigue
Hirsch-Weber, 136
Hitler, Adolf Schicklgruber, 74-75, 183, 305, 347, 378, 381-383, 588, 777
Hitomaro, Kakinomotono, 450
Hobbes, Thomas, 523
Holbach, Paul Henri Dietrich, Barão d', 44
Holbein, Hans, 573
Homem de Melo, Francisco Inácio Marcondes, 554
Homero, 317, 550, 571, 698
Hopkins, Gerard Manley, 769
Houston-Chamberlain
ver Chamberlain, Houston Stewart
Hugo, Victor Marie, 295, 555
Humboldt, Friedrich Heinrich Alexander von, 577, 688-689
Hume, David, 524
Huss, John, 521-522
Hyndman, Henry Mayers, 137, 148, 161

I

Ilyichev, 418, 430
Inácio de Loyola, Santo, 289
Inglês de Souza, Herculano Marcos, 554
Irmãs Brönte
ver Brönte, Anne
Brönte, Charlotte
Brönte, Emily
Isabel, princesa do Brasil, 692
Itaboraí, Joaquim José Fernandes Rodrigues Torres, visconde de, 181, 442, 530
Ivan Luz, 607

J

Jacó Frantz
Aparte, 348
Jacob, Marx, 35, 578
Jaguaribe, Domingos, 303
Jaguaribe, Hélio, 28-29
Jaime I, rei da Inglaterra, 522, 530-532
Jaime II, rei da Inglaterra, 523
Jairo Brum, 437
James, William, 363
Jaspers, Karl, 56, 773
Jefferson, Thomas, 277, 341, 523, 526
Jesus Cristo, 41, 49, 51, 55-62, 463, 544, 550, 756-757, 765-766
João, santo, 48, 581, 767
João XXIII, Papa, 160, 751
João I, rei de Portugal, 777, 778
João III, rei de Portugal, 217, 340, 350, 458
João IV, rei de Portugal, 497
João V, rei de Portugal, 97, 351, 498
João VI, rei de Portugal, 122, 180, 266, 278, 320, 378, 442, 463, 489, 497-499, 500, 527-528, 547, 564, 608, 638-639, 691, 710, 777
João Borges, 531-532
Aparte, 530
João Calmon, 767
João Herculino, 280-281
Aparte, 280-281, 436-437
João Mendes, 226, 232
Aparte, 285, 530
João Menezes, 136
Aparte, 134
Joaquim Nabuco, 21, 25, 30, 112, 181, 529-530, 533, 554, 566, 580, 758, 761
José I, rei de Portugal, 498, 527
José II, imperador da Alemanha, 524
José Américo, 306
José Bonifácio, 29, 267, 289, 501, 526-527, 782
José Guiomard
Aparte, 144-146
José Humberto, 51-52
José Maria Alkimim, 169, 309, 376, 735
José Penedo, 27
José Sarney
Aparte, 107-108, 186-187, 401-402
Josetti, Rodolfo, 32
Josias Gomes, 292
Juarez Távora, 730
Juraci Magalhães, 109-111

K

Kadar, Janus, 390
Kamenev Lev Borisovich Rosenfeld, dito, 242
Kan, Fred, 251
Kant, Emmanuel, 217, 227, 361, 474, 759
Kantsky, Karl, 204, 241-242, 244-245, 247
Kay, 149, 471
Kepler, Johannes, 95, 146-147, 466, 781
Kerenski, Aleksandr Fedorovich, 241-242
Key, 188
Kipling, Rudyard, 152, 200
Kirchhoff, Gustavo Robert, 440
Kierkegaard, Sören Aabye, 361
Koestler, Arthur, 247, 251, 428
Kogan, Schmil, 429
Kontzenko, 418
Krause, 227
Kreebler, 471
Kroeber, Alfred Louis, 180, 159
Kropotkin, Petr Alekseevich, 137
Krushchev, Nikita Sevegeyrvich, 75, 188, 394, 412, 416, 418, 423, 586, 592
Kubitschek, Juscelino, ex-Pres. Brasil, 87, 94, 125, 169-170, 212, 305, 323, 325, 328, 332-337, 404, 459-460, 464, 588, 755

L

Lacerda, Jorge, 32
Lacombe, Américo, 725
Lacombe, Jacobina, 758-759
Laerte Vieira, 296
Laet, Carlos de, 24
Lafayette, Pedro, 32
Lafões, João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, duque de, 521, 527
Lamenais, Felicité Robert de, 426
Lampião, Virgolino Ferreira, dito, 743
Lancaster, John Gaunt of, duque de, 778
Laski, Harold Joseph, 149, 159, 284
Lassale, Ferdinand, 147, 161, 467
Lauro Cruz
Aparte, 541
Lavaux, 186
Lavradio, Antonio de Almeida Soares e Portugal, marquês de, 463, 636
Lázaro, Darcy, 261
Leal Simeão, 366
Leão XIII, Papa, 160, 751-752
Leão Sampaio, 569
Aparte, 298
Leben, 417
Le Bon, Gustave, 589, 773
Le Breton, André François, 575
Leconte de Lisle, Charles Marie Leconte, dito, 575, 696, 769
Le Fèvre, 144, 156
Lefèvre, Jacques, 276
Leite, Cassiano Ricardo
ver Ricardo, Cassiano
Leme, Fernão Dias Pais, 62, 636
Lênin, Vladimir Ilitch Vlianov, 35, 94, 169, 240-247, 253, 395, 408, 412-416, 420, 424, 474, 483
Lenoir Vargas
Aparte, 118
Leonardo da Vinci, 573, 582
Leopardi, Giácomo, 768
Leopoldina, imperatriz do Brasil, 501, 692
Leopoldo Perez, 532
Aparte, 532
Lerma, Francisco Gomez de Sandoval y Rojas, duque, de, 436
Lery, Jean de, 578
Levine, Roberto M., 31
Lima, Alexandre José Barbosa
ver Barbosa Lima, Alexandre José
Lima, Antônio Augusto de, 555
Lima, Bernardo Silvestre de, 555
Lima, Hermes, 215-217, 219-220
Lima, Jorge Mateus de, 581
Lima, Manuel de Oliveira, 516
Lima Barreto, Afonso Henriques, 554
Lima Júnior, Augusto de, 32

Linhares, Rodrigo Domingos, conde de, 266, 638-639, 777
Lins, Álvaro, 32
Litivinov, 381
Litlepage, 388
Lobato, José Bento Monteiro, 578
Locke, John, 95, 146, 227, 277, 523-524, 526, 781
Lopes, Bernardino da Costa, 555, 576
Lopes, Francisco Higino Craveiro, ex-Pres. Portugal, 328, 332, 337
Lopes, José Leite, 366
Lopes, Lucas, 229
Lopez, Francisco Solano, ex-Pres. Paraguai, 435, 489-492
Lott, Henrique Batista Duffes Teixeira, 124, 169
Loureiro Júnior, 32, 306, 716, 731, 742, 760, 788, 790
Louvrié, 440
Lowski, 242
Lúcio Múmio
ver Múmio, Lúcio
Luis Viana
Aparte, 86, 88, 92, 551
Luiz XIV, rei da França, 524
Luiz Bronzeado
Aparte, 110, 178, 184
Lumumba, Patrick, 353, 390
Lunatcharski, Anátoli Vasilievitch, 540
Lund, Peter Wilhelm, 689
Luxemburg, Rosa, 204
Lyrio Bertoli, 772
Aparte, 771

M

Mac Arthur, Douglas, 587
Macedo, Joaquim Manuel de, 555, 574
Macedo, Ubiratan Borges de, 31
Machado, Antônio de Alcântara, 581
Machado de Assis, Joaquim Maria, 273, 463, 554, 574-575
Machiavelli, Nicolo di Bernardo, 521
Maciel, Olegário, 512
Maeterlinck, Maurice, 769
Magalhães, Adelino, 578
Magalhães, Domingos José Gonçalves de,
ver Gonçalves de Magalhães, Domingos José
Magalhães, Elíezer, 366
Magalhães, José Vieira Couto de,
ver Couto de Magalhães, José Vieira
Maia Gonçalo Mendes da, 152, 300
Maia Neto, 319
Aparte, 102, 104
Malberg, Raymond Carré de, 131
Malenkov, Giorgi Maksimiliano-vitch, 76, 412, 416, 592
Malfatti, Anita, 576, 580
Mallarmé, Stéphane, 576, 769
Man, Henri de, 137, 240, 469
Mangabeira, João, 219-220
Manoel Novais, 194
Aparte, 124
Manuel, rei de Portugal, 317, 775
Manuel Taveira, 292
Manzoni, Antonio Alessandro Francesco Fornaso, 555
Mao, Tsé-Tung, 168, 230, 420, 431, 435, 570, 589
Marco Antônio, 378
Marcos Freire
Aparte, 506-507
Maria I, rainha de Portugal, 463, 607-608
Mariante, Álvaro Guilherme, 789
Mariàs, Julián, 34
Marineti, Filippo Tommaso, 35, 576
Mario Gomes
Aparte, 60
Mário Guimarães
Aparte, 403
Mário Martins, 84, 346, 354, 720
Aparte, 86-88, 345, 719
Maritain, Jacques, 75
Marquês de Beccaria
ver Beccaria, Cesare Bonesana, marquês de
Marquês de Caravelas
ver Caravelas, José Joaquim Carneiro, marquês de

Marquês de Lavradio
ver Lavradio, Antonio de Almeida de Soares, marquês de
Marquês de Paranaguá
ver Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, marquês de
Marquês de Pombal
ver Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de
Marroquin, Murilo, 32
Marshall von Bilberstein, Adolph Herman, barão de, 74, 76, 459, 591
Martins, Gaspar Silveira
ver Silveira Martins
Martius, Carl Friedrich Philipp von, 688-689
Martov, Jouli Ossipovitch Lederbaum, 245-247
Marx, Karl Heinrich, 34-35, 45, 48, 86, 96, 137, 147, 161, 227, 241, 361, 379, 416, 474, 485, 516, 537, 559, 586, 614, 616, 628, 781
Masanobu Okumura, 449-450
Masaoka, Shiki, 450
Mateus, santo, 546
Matos, Gregório Guerra de, 573
Matov, 245-247
Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, barão de, 268, 441, 529
Maupassant, Guy, 769
Mauriac, François, 30
Maurício Toledo, 708
Mauro Borges, 264
Maurras, Charles Marie Photius, 53, 469
May, Allan Nunn, 251, 390, 408, 419, 424, 428-429, 431
May, Fred Kan, 251
Mazzini, Giuseppe, 469
Medeiros, Jarbas, 31
Medeiros Neto, Pe. 43, 339, 569, 743
Meirelles, Cecília, 581
Melo, Custódio José de, 463, 530
Melo, Melilo Moreira de, 366
Mello Franco, Afonso Arinos, 33, 554
Melo Morais, Alexandre, 554
Mendes, Murilo Martins, 581
Mendes-France, Pierre, 149, 284
Menezes, Emílio de, 555, 575, 616, 769
Menezes, Tobias Barreto
ver Barreto, Tobias
Menezes Cortes, 55, 56, 310, 705
Aparte, 55
Menotti del Picchia, Paulo, 34, 86, 295, 303, 576-577, 579, 581
Mesquita, Júlio de, 307
Mesquita, Renato, 517, 781
Mesquita Filho, Júlio de, 25
Mestre Valentim, Valentim da Fonseca e Silva, dito, 575
Metternich-Winneburg, Klemens Wenzel Nepomuk Lothar von, conde de, 13, 266, 341, 378, 448, 499, 754
Meyer, Augusto, 579
Miguel Angelo, 295, 573, 582
Miguel Bahuri
Aparte, 115
Miguel Bufara, 595-597
Mikado, Mutsu-Hito, 447
Mikoyan, Anastas Ivanovitch, 353, 386, 389
Mill, James, 538
Mill, John Stuart
ver Stuart Mill, John
Milliet, Sérgio, 27
Milton, John, 523
Milton Brandão
Aparte, 480
Milton Campos, 632
Milton Reis
Aparte, 642-643
Miyokan, 353
Moacir Azevedo, 52
Molier, 429
Molinov, 419
Molotov, Viatcheslav Mikhailovitch Skriabin, 381
Mondin, Guido, 310
Monlevade, João, 638-639
Monroe, James, 488
Monsaraz, Alberto de, 300, 775
Montaigne, Miguel, Ey quem de, 578
Monteiro, Edmundo, 767
Monteiro, Pedro Aurélio de Góis, 789-790

Montesquieu, Charles Louis de Secondat, barão de, 146, 269, 524-526
Moraes, Luiz Mendes de, 310
Morais, Ângelo Mendes de, 705
Morais, Prudente de, ex-Pres. Brasil, 455, 463, 509, 531
More, Thomas, 524
Moréas, Joannes Papadiamantopoulos, dito Jean, 769
Morena, Roberto, 230, 424
Moreira, Thiers Martins, 32, 728, 758-759
Morse, Samuel Finley Breese, 440
Mosca, Caetano, 778
Mota, José Franklin Massena de Dantas
ver Dantas Mota
Mota Filho, Cândido, 36, 576, 579, 700
Motta, Fernando de Oliveira, 32
Moura, Emílio Guimarães, 579
Moura Andrade, 200-202, 215
Mourão, Gerardo Mello, 32
Mourão, Olímpio, 311
Mourão Filho, Olympio, 786, 792
Mulinikof, 421
Müller, Filinto, 306
Múmio, Lúcio, 378
Munhoz da Rocha, 117, 218-219, 695
Munis de Aragão, Egas Munis Barreto de Aragão e Menezes, barão de
ver Egas Muniz
Munster, Francisca Júlia da Silva, 555
Murat, Luís, 24, 555
Murias, Manoel, 775
Muricy, José Cândido de Andrade, 578
Murtinho, Vladimir, 366
Musseron, 440
Mussolini, Benito, 32, 151, 507
Mutsu-Hito, imperador do Japão, 441-442

N

Nabuco
ver Joaquim Nabuco
Nachet, Camille Sabastien, 440
Nagy, Imre, 389
Nava, Pedro da Silva, 579
Neder, Rahme Nelly, 440
Negus, 390
Neiva Moreira, 585, 588
Nelson Carneiro
Aparte, 43-44
Nelson Maculan, 228
Nelson Marchezan, 15, 18
Nelson Omegna, 85
Nepomuceno, Alberto, 567, 688
Nero, 231
Nerval, Gérard de, 769
Nervo, Amado, 769
Newcomen, Thomas, 440
Newton, Isaac, 91, 95, 226, 466
Nicolaevski, Boris, 388
Nicolau de Lusa, 522
Nietzsche, Friedrich Wilhelm, 45, 47-48, 55, 85-86, 98, 227, 361, 364, 381, 469, 537
Nina Rodrigues, Raimundo, 554
Nóbrega, Manuel da, Pe., 340, 439, 573
Nogueira, Rubem, 781
Norberto Schmidt, 23
Aparte, 60
Norfolk, duque de, 532
Nunes, José Maurício, Pe., 575

O

Occan
ver Guilherme de Occan
Odilon Braga, 621-622
O'Higgins, Bernardo Riquelme, 254, 391, 526, 557
Oiticica, Luís, 749
Olímpio, Domingos, 554
Oliveira, Alberto de, 555, 575, 696, 721, 769
Oliveira, Armando de Salles, 24-25, 36, 91, 307, 760
Oliveira, Felipe Dandt d', 576, 769
Oliveira, Juscelino Kubitschek de
ver Kubitschek, Juscelino, ex-Pres. Brasil
Oliveira, Nelson, 32

Oliveira Filho, João de, 297
Oliveira Lima, Manuel, 516, 554
Oliveira Martins, 51
Oliveira Viana, Francisco José, 85, 148, 150, 160, 175, 304, 478, 516, 580, 748, 780
Orléans, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de, conde d'Eu
ver D'Eu, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de, conde
Ornellas, Manuelito Guglielmo de, 579
Ortiz Monteiro, 105
Oscar Corrêa, 150
Osmar Cunha, 475
Aparte, 320
Osvaldo Lima Filho
Aparte, 60, 405-406, 409, 436, 481
Oswaldo Cruz, 604
Oswaldo Zanello, 101, 120, 310, 349, 398-399, 595-597, 755
Aparte, 115, 117, 187
Otávio Augusto, 521
Otávio Mangabeira, 25, 91, 307, 760, 790
Otis, 526
Ottoni, Teófilo, 32, 268
Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de, 181, 530, 555, 775
Ouspenski, 418
Oziris Pontes, 292

P

Padre Nobre, 377, 384
Padre Pedro Vidigal, 335, 637, 639, 640-641
Aparte, 331-333, 335-338, 402-403, 637, 639-640
Paes de Almeida, 250
Pais, Bernardino da Silva Sidônio, 776
Pamplona, Paulo, 576
Pannero, 491
Panos, Sebastião Guimarães, 575
Papin, Denis, 440
Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de, 175, 268, 529
Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, marquês de, 530
Paranhos, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco
ver, Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, barão do
Pareto, Vilfredo, 774
Parnaíba, Antônio de Queirós Teles, visconde de, 181, 578
Parsons, Talcott, 22
Pascal, Blaise, 70
Passos, Francisco Pereira
ver Pereira Passos, Francisco
Patti, Carmela, 36
Patton, George Smith, 78, 388, 435
Paula Mariana, princesa do Brasil, 692
Paulo, santo, 765-766
Paulo VI, Papa, 295
Paulo de Tarso, 98-99, 411, 594-595
Aparte, 70-71, 412, 539-541
Resposta à questão de ordem do Deputado Mário Martins, 83
Paulo Freire, 406
Aparte, 406
Pederneiras, Mário Veloso Paranhos, 555, 575, 721, 769
Pedro, czar da Rússia, 245, 380, 383, 394
Pedro Afonso, príncipe do Brasil, 692
Pedro Carlos de Bourbon de Bragança, infante da Espanha, 691
Pedro I, imperador do Brasil, 204, 254, 279, 326, 397, 442, 463, 500-501, 503, 526, 528, 557, 692
Pedro II, imperador do Brasil, 267, 488, 529, 564, 692, 775
Pedro, regente de Portugal, 777
Pedro, regente do Brasil, 724
Pedro Aleixo, 265, 376, 745
Aparte, 745
Pedroso Horta, 196, 310, 397, 399 400, 403
Peixoto, Floriano, ex-Pres. Brasil, 269, 455, 463, 509, 517, 530
Pena, Afonso Augusto Moreira, ex-Pres. Brasil, 181
Pena, Belisário Augusto de Oliveira, 32, 759

Penn, John, 440
Peracchi Barcelos, 705-706
Pereira, José Clemente, 500-501
Pereira, Lafayette Rodrigues, 32
Pereira, Maria Amélia, 35
Pereira, Nuno Álvares, 777-778
Pereira da Silva
Contradição à questão de ordem do deputado Mário Martins, 82
Pereira Passos, Francisco, 463
Perigord, Charles Maurice de, 266
Perneta, Emiliano, 575, 769
Perneta, Júlio, 769
Pessoa, Epitácio, ex-Pres. Brasil, 509
Pessoa, Valdemar, 477
Pétain, Philippe, 382
Petrarca, Francesco, 696
Picasso, Pablo Ruiz, 295
Pimenta, Alfredo, 775
Pimenta da Veiga, 735
Píndaro, 571-572, 582
Pinheiro Chagas, 90, 598
Pinheiro Machado, 269
Pinto, Francisco José, 788-789
Pio IX, Papa, 752
Pio X, Papa, 752
Pio XI, Papa, 56, 120, 752
Pio XII, Papa, 71, 80-81, 162, 410, 480, 751-752, 773
Platão, 289, 524, 572
Plekanov, 35
Plínio Salgado, 21-29, 397
Aparte, 455
Pokossovsky, Konstantin, 384
Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de, 498, 527, 639, 777
Pompéia, Raul, 554
Pompeu, Cneu, 378
Ponomarenko, 420
Porto, José Luis de Almeida, 139
Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagem, visconde de, 320, 547, 554, 638
Portugal, Francisco d'Almeida, conde de Lavradio
ver Lavradio, D'Antônio de Almeida Soares e Portugal, conde de
Prado, Eduardo, 554
Prado, Paulo da Silva, 576
Prado, Ulpiano de Almeida, 139
Prates, Homero, 576, 769
Praxiteles, 571
Prestes, Júlio, 24, 35, 303
Prestes, Luiz Carlos, 398, 403
Preto, Manuel, 62, 462
Price, Richard, 524
Priestley, John Boyton, 524
Provdhon, Pierre Joseph, 137
Prudente de Morais, José, ex-Pres. Brasil, 181, 269, 455
Prundhomme, Sully, 575, 769
Ptolomeu, Cláudio, 95, 146-147, 781
Pufendorf, Samuel, barão von, 522, 524

Q

Quadros, Jânio da Silva, ex-Pres. Brasil, 182, 184, 196, 198, 206, 215-216, 218, 221, 328, 331-335, 337-338, 394, 397-398, 400-403, 405, 407, 422, 482, 594.
Queirós, Dinah Silveira de, 580
Quintino Bocaiúva, 32, 517

R

Rabelo, Joaquim José de Miranda, 498
Rabelo, Paquito, 775
Radesku, Nicolai, 388
Rafael
ver Sanzio, Rafael
Raimundo Padilha, 331-332, 335
Ramos, Agostinho, 35, 303
Ranieri Mazzilli, 182, 224, 259, 599
Raposo, Hipólito, 300, 775
Raul de Góis, 189
Raul Pilla, 25, 69, 178-179, 209, 213, 236, 705
Reale, Miguel, 517, 724, 742, 758, 760, 781, 788
Rego, José Lins do, 32
Rembrandt, Rembrandt Van Rijn, dito, 573
Renan, Ernest, 30, 758

Renaut, Abgar, 366
Reynaud, Paul, 459
Riazanov, 35, 242, 413, 785
Ribeiro, João, 555
Ribeiro, Júlio, 575
Ribeiro, Manuel, 300
Ribentrop, 381
Ribera, José, 578
Ricardo, Cassiano, 36, 579, 581, 700
Ricardo, David, 488
Richelieu, Armand Jean du Plessis, cardeal, 522
Richepin, Jean, 769
Riego, y Nuñes Rafael de
ver Don Riego, Rafael de Riego y Nuñes
Rilke, Rainer Maria, 70, 120, 556, 569
Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, barão do, 74, 94, 181, 269, 351, 432, 490, 517, 530, 554, 587, 591
Rizzini, Carlos, 766
Rocco, Luigi, 469
Rocha Miranda, Celso, 88, 306, 788
Rocha Pombo, José Francisco, 554, 576, 769-770
Rocher, Guy, 30
Rockefeller (Família), 623
Rodembach, 696, 769
Rodrigues, Antônio Gama
ver Gama Rodrigues, Antonio
Rodrigues, Félix Contreiras, 32
Rodrigues, João Barbosa, 554, 579
Rodrigues Alves, Francisco de Paula, ex-Pres. Brasil, 181, 463, 509
Rollinat, Verhaeren, 769
Romero, Marcos, 366
Romero, Sílvio, 554
Roosevelt, Franklin Delano, 73, 305, 378, 382
Roosevelt, Theodore, 448
Rosa e Silva, 269
Rosas, Juan Manuel de, 489
Rose, Freed, 390, 408, 419, 424, 428-430
Roseien, 440
Roseti, Gabriel, 769
Rotchild (Família), 623
Rousseau, Jean-Jacques, 44, 95-96, 130, 146, 227, 277, 468, 524-526, 538, 540, 578, 774, 781
Rout Júnior, Leslie Brennan, 32
Rouvroy, Claude Henri de, conde de Saint-Simon
ver Saint-Simon
Rubens, Petrus Paulus, 578
Rudge, Antonieta, 581
Rugov, 428
Rui Barbosa, 22, 32, 67, 74, 176, 181, 268, 351, 370, 432, 511, 529-530, 533, 550, 566, 591
Rui França, 569
Rui Ramos, 70, 87
Aparte, 69
Ruskin, John, 769
Russel, Bertrand, 27, 247
Rykov, Aleksei Ivanovich, 242

S

Sá, Estácio de, 494
Sá, Mem de, 494
Sá, Saddock, 33
Safo, 571
Saia, Luiz, 32
Saint Hilaire, Augustin François César, dito Auguste de, 688
Saint-Simon, Claude Henri de Rouvroy, conde de, 137, 147, 161
Salazar, Antônio de Oliveira, 329, 335, 339-340, 344, 350, 369-370, 372, 409, 590
Sales, Manuel Ferraz de Campos
ver Campos Sales, Manuel Ferraz de, ex-Pres. Brasil
Sales Filho, 780
Salgado, Francisco das Chagas Esteves, 35
Samain, Albert, 696, 769
Sampaio, Teodoro Fernandes, 554, 580
Sandoval y Rojas, Francisco Gómez de, duque de Lerma, 436
San Martin, José de, 254, 391, 526, 557
Sant'Ana, Nuno, 36
San Thiago Dantas, 23, 43, 215, 306,

328-338, 341, 343, 347, 356, 407, 432, 517, 728, 743, 781, 788
Santo Agostinho
ver Agostinho, santo
Santo Estevam
ver Estevam, santo
Santos, Filipe dos, 254, 497
Santos, Lúcio José dos, 32
Santos, Luís Delfino
ver Delfino, Luís
Santos, Nestor Vitor dos, 769
Santos Chocano, 769
Santos Freire, Filipe dos
ver Santos, Filipe dos
Sarayere, 418
Sanzio, Raphael, 573, 582, 765
São João
ver João, santo
São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de, 530, 710
São Paulo
ver Paulo, santo
São Tomás de Aquino
ver Tomás de Aquino, santo
Saraiva, Gumercindo, 268
Sardinha, Álvaro, 743
Sardinha, Antônio, 370, 469, 775-776
Sartre, Jean-Paul, 45 48, 561
Sassli, 440
Savile, George, marquês de Halifax, 528
Schattschneider, 133, 471
Schaumburg-Lippe-Buckeburg, Guilherme, conde de, 391, 487, 495
Scheibler, Carlos, 440
Schmidt, Augusto Frederico, 581, 728, 758-759, 770
Schneider, Eugène, 440
Schubert, Franz, 130, 159
Sciacca, Michelle Federico, 44, 130, 284, 471
Scott, Walter, 236, 255
Seabra, José Joaquim, 269
Sebastião Navarro, 311
Sebastião Paes de Almeida, 250
Secchi, Ângelo, 440
Seco, Vasco, 307
Secondat, Charles Louis de, barão de La Brède et de Montesquieu
ver Montesquieu
Secrétan, Charles, 440
Segal, Lazar, 576
Seixas Dória, 101
Aparte, 590
Selden, John, 522
Sêneca, 231, 724
Serapião, 577
Sérgio Magalhães, 43-44, 342-343, 349, 353, 384, 400
Aparte, 549
Shakespeare, William, 767
Sheen, Fulton, bispo de Nova Iorque, 131, 149, 159, 284, 426, 470
Shestacova, 388
Shi, Pin, 420
Siegfried, André, 72, 378
Siemens, Carlos Enrique, 440
Silva, Bartolomeu Bueno da
ver Anhangüera
Silva, Francisco Manuel Barroso da, Barão do Amazonas, 491-493, 495
Silva, Homero Mena Barreto Prates
ver Prates, Homero
Silva, João Manuel Pereira da, 576
Silva, Sérgio Millet da Costa e, 576
Silva, Alvarenga, Manuel Inácio da, 574
Silva Prado, 103
Aparte, 102-104
Silva Prado, Waldir da, 743
Silveira Alarico, 577, 580
Silveira, Tasso Azevedo da, 32, 34, 578
Silveira Martins, 177, 181, 207, 517
Silveira Neto, Manuel Azevedo da, 555, 769
Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, visconde de, 181
Siqueira Campos, 68
Smith, Adam, 483
Smith, Dumford, 429
Smorodim, 388
Soares, Gabriel, 340
Soares, Gerson de Macedo, 32
Sobral Pinto, Heráclito da Fontoura, 33

Soffici, Ardengo, 35
Sófocles, 572, 582, 716, 755, 767
Sokolov, 429
Solon, 521
Solonevich, 388
Sombart, Werner, 778
Somers, John, barão, 528
Sorel, Georges, 35
Sorokim, Pitirim Alexandrovitch, 130, 149, 159, 284, 471
Sousa, B. Lopes Cruz e, 769
Sousa, Irineu Evangelista de, barão de *ver* Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, barão de
Sousa, Tomé de, 540
Sousa Franco, Bernardino de, visconde de Souza Franco, 530
Souza, Francisco de, 638
Souza, João da Cruz e *ver* Cruz e Souza, João da
Souza, Washington Luís Pereira, ex-Pres. Brasil, 36, 195, 269, 511, 528
Spencer, Herbert, 85, 361, 538
Spengler Oswald, 76, 130, 431
Spinoza, Baruch, 86
Spinoza, Benedictus de, 522
Spix, Johann Baptist von, 689
Stalin, Joseph Vinariovich Djougatchvili, 73-74, 347, 378-379-381, 383, 386, 389, 395, 408, 412-416, 418, 426, 434, 518, 588, 592
Stanley, Henri Morton, Sir, 559
Steinberg, 429
Steiner, Rudolf, 133, 149
Stelinius, 386
Stelmars, 388
Stener, 471
Stervenson, Robert Louis Balfour, 440
Stetinius, 207, 432
Stroessner, Alfredo, Pres. Paraguai, 407
Stuart Mill, John, 53, 148-149, 227, 363, 468, 502, 538, 545
Sturzo, Luigi, 152
Sturzo, Mons, 469
Sucre, Antônio José de, 254, 526
Sully Prundhomme, René François Armand Prund'homme, dito, 575
Sussumo Hirata, 639-640

T

Taboada, George Inês, 557
Taborda, Basílio, 91
Tácito, 22, 85
Talleyrand-Perigord, Charles Maurice, 73-74, 266, 378, 448, 754
Tallgren, 388
Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, visconde de, 491, 493, 495
Tancredo Neves, 215, 252, 311, 640
Tardieu, André, 144, 156
Taunay, Afonso d'Escragnolle, 689
Taunay, Félix Emílio, 575
Tavares, Antônio Raposo, 62, 462, 636
Tavares Bastos, Aureliano Cândido, 85, 455-456
Tavares Bastos, Cassiano Machado, 580
Távora, Juarez, 37, 132, 471
Tchernavin, Wladimir, 388
Teixeira, Bento, 573
Teles, Inácio da Silva, 742, 758
Telles Júnior, Goffredo da Silva, 27, 33, 36, 54, 475, 742, 745
Teócrito, 574
Teresa Cristina de Bourbon, imperatriz do Brasil, 692
Terra, Arturo Ferriz, 362
Thiers, Louis Adolphe, 112, 378
Thiollier, René, 576
Tintoretto, Jacopo Robrusti, dito, 573
Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, dito, 254, 745
Tito, Josip Braz, 188, 589
Tiziano, 573
Tocqueville, Alexis, 29
Toledano, Lombardo, 168, 230, 424
Tomás de Aquino, santo, 521, 541
Torres, Alberto de Seixas Martins, 85, 143, 150, 152, 156, 160, 175, 226, 230, 285, 304, 455-456, 468, 473, 516, 547, 554, 564, 579, 743, 745, 759, 780, 785
Torres Homem, Francisco Sales, 530, 636
Toynbee, Arnold, 130, 149, 159, 284, 471

Trindade, Hélgio 31
Tristão da Cunha, 176-177, 181, 342, 344, 347, 349-350, 355
Aparte, 117, 380, 398-399
Tristão de Ataíde
ver Ataíde, Alceu Amoroso Lima, dito Tristão de
Trotski, Leib Davidovtch Bronstein, 35, 241, 379, 413, 786
Truman, Harry S. ex.-Pres. dos Estados Unidos, 133, 149, 471
Tucídides, 572, 582
Tucker, Josias, 524
Tunner, Henrique, 581

U

Ulisses, 550, 698, 701
Último de Carvalho, 608
Ulysses Guimarães, 780
Uruguai, Paulino José Soares de Souza visconde de, 181, 530
Uscatescu, George, 774, 775, 778
Utamarao, Kitagawa, 450

V

Vadga, Eugene, 387
Valdemar Pessoa, 477, 616
Van Eyck, Jan, 573
Vargas, Getúlio Dornelles, ex-Pres. do Brasil, 24, 36, 69, 90-91, 124, 184, 512, 730
Varnhagem, Luís Frederico Guilherme, 499, 638
Vasco Filho, 639
Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 530
Vasconcelos, José de, 557, 577
Vasconcelos, Simão de, 573
Vasconcelos, Zacarias de Góis, 181, 530
Vasconcelos Tôrres, 119, 142-143
Vaz, Juvenil Rocha, 759
Vecéllio, Tiziano
ver Tiziano
Veiga, Evaristo da, 267, 565, 622, 761
Velasquez, Diego, 573
Valentim, mestre
ver Mestre Valetim, Valetim da Fonseca e Silva, dito
Veloso, Dário Persiano de Castro, 576, 769
Verhaeren, Émile, 696
Veríssimo, José, 554
Verlaine, Paul, 576, 696, 769
Viana, Francisco José de Oliveira
ver Oliveira Viana, Francisco José de
Viana, Hélio, 729
Vicente, Gil, 734
Vico, Giovanni, Battista, 524
Villa-Lobos, Heitor, 576, 581, 688
Villas-Boas, João, 351
Vinci, Leonardo da
ver Leonardo da Vinci
Virgilio, 317, 550, 574, 698, 795
Viriato, 775
Visconde de Itaboraí
ver Itaboraí, Joaquim José Fernandes Rodrigues Torres, visconde de
Visconde de Parnaíba
ver Parnaíba, Antônio de Queirós Telles, visconde de
Visconde de Porto Seguro
ver Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagem, visconde de
Visconde de Sinimbu
ver Sinimbu, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, visconde de
Visconde de Tamandaré
ver Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, visconde de
Visconde de Uruguai
ver Uruguai, Paulino José Soares de Souza, visconde de
Vitória, rainha da Inglaterra, 268, 440, 529 769
Volesheber, 381
Voltaire, François Marie Arounet, dito, 44, 295, 377, 524, 525, 531

W

Waldemar Pessoa, 604
Wallace, Alfred Rússel, 461, 466, 688

ENDEREÇO DO EDITOR:

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL
70.160 — BRASÍLIA — DF
BRASIL